



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 124ª À 130ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

VOL. 26 Nº 31

8 DE NOV. A 19 NOV.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS

BRASÍLIA – BRASIL
2002

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ALFABETIZAÇÃO		35º Festival do Cinema Brasileiro, que se realiza em Brasília. Sen Eduardo Suplicy.....	983
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti. Realização, amanhã, em Porto Alegre/RS, do I Congresso Estadual do MOVA/RS - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Sen Emilia Fernandes.	10	CONCURSO PÚBLICO	
AMAZÔNIA LEGAL		Importância da publicação do edital do concurso público para o preenchimento de 50 vagas de professor da Escola Técnica Federal de Palmas. Sen Eduardo Siqueira Campos.	995
Solicitação de apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, de autoria de S.Exa. que altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para destinar percentual de IR e IPI para Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal. Sen Mozarildo Cavalcanti.	467	CONFLITO	
BANCOS		Satisfação com o desfecho do impasse entre os Estados Unidos da América e o Iraque, na questão da inspeção da ONU visando averiguar uma possível produção de armas de destruição em massa naquele país. Sen Carlos Patrocínio.	681
Análise da rentabilidade média das instituições bancárias comparada com o setor produtivo. Sen Alberto Souza.....	815	CONGRESSO	
BLOCO ECONÔMICO		Aspecto casuístico da discussão da mudança de data para a posse do Presidente eleito, uma vez que tramita no Congresso Nacional Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria, que altera a data de 1º de janeiro para o dia 5 do mesmo mês. Sen Carlos Patrocínio.	655
Abertura hoje, no Congresso Nacional, do seminário da Cúpula Parlamentar de Integração Continental, que discutirá o processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Senador Eduardo Suplicy.	983	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
Aplausos ao acordo assinado pelos Ministros do Mercosul na 12ª reunião realizada em Salvador, que concede livre trânsito de cidadão, concede direitos civis e trabalhistas no âmbito dos países participantes. Sen Eduardo Suplicy.	323	Explicações da Mesa à luz do disposto no art. 78 c/c o art. 82 da Constituição Federal. Sen Edson Lobão.....	656
CINEMA		DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
Enaltecimento da qualidade do cinema nacional. Anúncio da realização, a partir de hoje, do		Apoio ao projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Sen Amir Lando.....	683

	Pág.		Pág.
DIA NACIONAL, BANDEIRA			
Homenagem pelo Dia da Bandeira Nacional. Sen Ramez Tebet.	937	Comentários sobre as declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso feitas em Oxford, na Inglaterra, sobre o programa Fome Zero. Sen Heloísa Helena.	651
ECONOMIA		GOVERNO	
Satisfação com a divulgação do trabalho elaborado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, sobre as perspectivas da economia brasileira nos próximos anos, intitulado “A Indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento”. Sen Romero Jucá.	324	Reconhecimento dos méritos do Presidente Fernando Henrique Cardoso na manutenção da estabilidade econômica, política e institucional durante os oito anos de seu governo. Sen Ney Suassuna.	608
EDUCAÇÃO		Posicionamento do PSDB face ao governo do Presidente eleito Sen Geraldo Melo.	649
Considerações sobre o alcance social do Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA, programa do Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Sen Romero Jucá.	814	HOMENAGEM	
EMENDA		Homenagem pelo transcurso do aniversário da Polícia Federal. Sen Mozarildo Cavalcanti.	960
Emendas nºs 26 a 36, apresentadas à Medida Provisória nº 77, de 2002. Sen Heloísa Helena.	328	Transcurso hoje do Dia da Bandeira. Sen Lúcio Alcântara.	992
ESPORTE		Registro da realização do 14º Festival de Turismo de Gramado no Estado do Rio Grande do Sul e do 1º Salão de Turismo do Mercosul. Sen Moreira Mendes.	39
Cumprimentos ao relevante trabalho da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas, saudando a publicação da revista Toque a Toque. Sen Romero Jucá.	993	Homenagem à Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelos 30 anos de sua fundação. Sen Moreira Mendes.	74
FILIAÇÃO PARTIDÁRIA		HOMENAGEM PÓSTUMA	
Saudações ao Senador Olivir Gabardo pela filiação ao PSDB. Sen Eduardo Siqueira Campos.	470	Pronunciamento de pesar pelo falecimento do Sr. Byron Sarinho. Sen Carlos Wilson.	310
FMI		IDOSO	
Considerações sobre o receituário do FMI e críticas à missão que chega ao Brasil hoje. Sen Heloísa Helena.	37	Considerações sobre a publicação da Cartilha do Idoso e a necessidade de criação de cursos de especialização em envelhecimento humano. Sen Leomar Quintanilha.	818
FOME		JUDICIÁRIO	
Leitura de carta sua enviada ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva alertando o novo governo sobre a necessidade de implantação de políticas complementares de combate à fome. Sen Eduardo Suplicy.	641	Posicionamento contrário ao adiamento da votação da Reforma do Judiciário pelo Plenário amanhã. Sen Geraldo Melo.	931
		Elogios à atuação do Senador Bernardo Cabral como relator da Reforma do Judiciário e defesa da imediata votação da matéria. Sen Francelino Pereira.	644
		MEIO AMBIENTE	
		Necessidade de investimentos no setor de ecoturismo no País, destacando o caso da Pousada	

das Araras, no município de Serranópolis, em Goiás, que é um santuário ecológico brasileiro, merecendo ser visitado pela sua beleza. Sen Maguito Vilela...

Pág.

319

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Leitura de carta da Associação dos Amigos da Rádio MEC, protestando contra a vinculação da emissora à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Sen Roberto Saturnino.

657

MENOR

Análise sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil. Sen Carlos Patrocínio.

962

Solicitação ao presidente eleito de maior dedicação aos problemas da criança e do adolescente no País. Senador Carlos Patrocínio. Sen Carlos Patrocínio.

962

MENSAGEM

Mensagem nº 307, de 2002 (nº 971/2002, de origem), de 7 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga de corrente da aposentadoria do Almirante-de-Esquadra Domingos Alfredo Silva.

13

Mensagem nº 308, de 2002 (nº 964/2002, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 94, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de três bilhões, duzentos e um milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e trinta e nove reais para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 1 0.541, de 7 de novembro de 2002.

52

Mensagem nº 309, de 2002 (nº 980/2002, na origem), de 11 do corrente, submetendo à de liberação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

52

MORTE

Pronunciamento de pesar pelo falecimento do Sr. Byron Sarinho, tendo o Sr. Presidente (Ramez Tebet) se associado às homenagens prestadas. Sen Roberto Freire.

310

NEGRO

Comemoração, amanhã, do Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares. Sen Emilia Fernandes.

988

Registro dos compromissos do futuro governo no combate às desigualdades sociais nas comunidades negras. Sen Emilia Fernandes.

988

PARECER

Parecer nº 1.027, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2002, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores, que altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências. Sen Paulo Souto.

1

Parecer nº 1.028, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2002 (nº 1.479/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo. Sen Gilvam Borges.

4

Parecer nº 1.029, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2002 (nº 1.255/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.

6

Parecer nº 1.030, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2001 (nº 2.862/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que trata da incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente. Sen Geraldo Melo.

23

Parecer nº 1.031, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2001 (nº 1.149/95, na Casa de origem), que estabelece forma de tributação

Pág.

	Pág.		Pág.
na importação de mercadorias por pequenos comerciantes e dá outras providências. Sen Waldeck Ornelas.....	24	operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$ 47,600,000.00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia. (Projeto de Resolução nº 69, de 2002). Sen Romero Jucá.....	405
Parecer nº 1.032, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2002 (nº 4.358/2001, na origem), que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências. Sen Ademir Andrade.....	26	Parecer nº 1.039, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 290, de 2002 (nº 844/2002, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002. (Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002). Sen Bello Parga.....	408
Parecer nº 1.033, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002 (nº 402/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (altera dispositivos referentes aos veículos de duas ou três rodas). Sen Francelino Pereira.....	32	Parecer nº 1.040, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2001 (nº 325/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Prata S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Prata, estado do Rio Grande do Sul. Sen Emília Fernandes.....	413
Parecer nº 1.034, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2002 (nº 2.219/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro” o aeroporto da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.....	35	Parecer nº 1.041, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2002 (nº 1.501/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Ibiaense – ASPIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiá, estado de Minas Gerais. Senador Francelino Pereira.....	414
Parecer nº 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. Sen Bernardo Cabral.....	83	Parecer nº 1.042, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2002 (nº 1.528/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, estado de Goiás. Sen Mauro Miranda.....	416
Parecer nº 1.036, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2002 (nº 1.564/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Salesiana Padre Cícero, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará. Sen Lúcio Alcântara.....	155	Parecer nº 1.043, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2002 (nº 1.610/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACIRCI – Associação Cultural, Informativa, de Radiodifusão Comunitária de Iitororó – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iitororó, estado da Bahia. Sen Antonio Carlos Junior.....	417
Parecer nº 1.037, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 292, de 2002 (nº 835/2001, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a Caixa Econômica Federal – CEF e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project). (Projeto de Resolução nº 68, de 2002). Sen Carlos Bezerra.....	402	Parecer nº 1.044, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2002 (nº 1.302/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vieirense – A.C.V. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de	
Parecer nº 1.038, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 293, de 2002 (nº 836/2001, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de			

Pág.		Pág.
	Marcelino Vieira, estado do Rio Grande do Norte. Sen Benício Sampaio.....	419
	Parecer nº 1.045, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2002 (nº 1.465/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia Do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, estado de Mato Grosso do Sul. Sen Juvêncio da Fonseca.....	420
	Parecer nº 1.046, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2002 (nº 1.466/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, estado de Mato Grosso do Sul. Sen Juvêncio da Fonseca.....	422
	Parecer nº 1.047, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2002 (nº 1.031/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igaporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaporã, estado da Bahia. Sen Antonio Carlos Junior.....	523
	Parecer nº 1.048, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2002 (nº 1.503/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o SERVIR – Serviço de Promoção do Menor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Januária, estado de Minas Gerais. Sen Francelino Pereira.....	425
	Parecer nº 1.049, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2002 (nº 1.475/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier – CONDEFox a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fontoura Xavier, estado do Rio Grande do Sul. Sen Emilia Fernandes.....	426
	Parecer nº 1.050, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2002 (nº 1.423/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Ajuricaba/RS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ajuricaba, estado do Rio Grande do Sul. Sen Emilia Fernandes.....	428
	Parecer nº 1.051, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2002 (nº 633/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Dias Coelho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dias Coelho – Morro do Chapéu, estado da Bahia. Sen Antonio Carlos Junior.....	429
	Parecer nº 1.052, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2002 (nº 1.322/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade “Pulc” de São Gonçalo do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, estado de Minas Gerais. Sen Francelino Pereira.....	431
	Parecer nº 1.053, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2002 (nº 1.330/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação de Ação Cultural, Educacional e Social de Panambi (FACESP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panambi, estado do Rio Grande do Sul. Sen Emilia Fernandes.....	432
	Parecer nº 1.054, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2002 (nº 1.378/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União, estado do Piauí. Sen Benício Sampaio.....	434
	Parecer nº 1.055, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2002 (nº 1.386/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes – ACOPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Gomes, estado de Mato Grosso do Sul. Sen Juvêncio da Fonseca.....	435
	Parecer nº 1.056, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2002 (nº 1.679/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, estado de Roraima. Sen Romero Jucá.....	437
	Parecer nº 1.057, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2002 (nº 1.152/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luminárias, estado de Minas Gerais. Sen Francelino Pereira.....	438

Pág.	Pág.
Parecer nº 1.058, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2002 (nº 1.261/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, estado de Minas Gerais. Sen Francelino Pereira.....	440
Parecer nº 1.059, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2002 (nº 1.424/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão – ACCOJAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacutinga, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.....	441
Parecer nº 1.060, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2002 (nº 1.458/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, estado do Rio de Grande do Sul. Sen Emilia Fernandes.....	443
Parecer nº 1.061, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2002 (nº 1.471/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Borboremense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borborema, estado de São Paulo. Sen Romeu Tuma.....	444
Parecer nº 1.062, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2002 (nº 1.493/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Difusora Mogia na Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Sen Romeu Tuma.....	446
Parecer nº 1.063, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2002 (nº 1.513/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxambu, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.....	447
Parecer nº 1.064, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2002 (nº 1.407/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária do 3º Milênio de Agudos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudos, estado de São Paulo. Sen Romeu Tuma.....	449
Parecer nº 1.065, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2002 (nº 1.550/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.....	450
Parecer nº 1.066, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2002 (nº 1.605/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Oriximiná, R.C.O. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oriximiná, estado do Pará. Sen Luiz Otávio.....	452
Parecer nº 1.067, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2002 (nº 1.329/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Pradopolense de Apoio à Educação e Cultura "APAEC" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pradópolis, estado de São Paulo. Sen Romeu Tuma.....	454
Parecer nº 1.068, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, estado de Goiás. Sen Mauro Miranda.....	455
Parecer nº 1.069, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002 (nº 1.519/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá – FUNREI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporá, estado de Goiás. Sen Mauro Miranda.....	457
Parecer nº 1.070, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2002 (nº 1.538/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Itapuê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Patrulha, estado do Rio Grande do Sul. Sen Emilia Fernandes.....	459
Parecer nº 1.071, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2002 (nº 1.578/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação	

	Pág.		Pág.
Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santarém, estado do Pará. Sen Luiz Otávio.	460	dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde, estado de Goiás. Sen Mauro Miranda.....	836
Parecer nº 1.072, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/11, de 1982 (nº 418/82, na origem), do Governo do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para alienar uma área de terras de volutas situadas no Município de Moju, à firma Sococo-Agroindústria da Amazônia Ltda., com base no Ofício nº 139/2002, daquele Governo, que solicita o prosseguimento da tramitação da matéria. (Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2002). Sen Geraldo Melo.	462	Parecer de nº 1.079, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2002 (nº 1.597/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Cruz das Armas FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. Sen Ney Suassuna. ..	838
Parecer nº 1.073, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 (nº 2.098, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, estado do Espírito Santo. Sen Ricardo Santos.	465	Parecer de nº 1.080, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2002 (nº 1.506/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de São João D'aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João D'Aliança, estado de Goiás. Sen Mauro Miranda.	840
Parecer nº 1.074, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a Redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 2002, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União. Sen Edison Lobão.....	482	Parecer de nº 1.081, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2002 (nº 1.530/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à KMR – Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaciara, estado de Mato Grosso. Sen Jonas Pinheiro.	842
Parecer nº 1.075, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, consolidando os destaques e as emendas aprovadas pelo Plenário. Sen Edison Lobão.....	504	Parecer de nº 1.082, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2002 (nº 1.577/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da SOMPUR – São Paulo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Sen Eduardo Suplicy.....	844
Parecer nº 1.076, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002, que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2002. Edison Lobão.	672	Parecer de nº 1.083, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2002 (nº 1.590/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Centro Social e Comunitário dos Moradores de Pastos Bons a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pastos Bons, estado do Maranhão. Sen Gilvam Borges.	846
Parecer de nº 1.077, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2002 (nº 1.006/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Marconi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo. Sen Eduardo Suplicy.....	834	Parecer de nº 1.084, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2002 (nº 1.305/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, estado de Pernambuco. Sen José Jorge.....	848
Parecer de nº 1.078, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2002 (nº 1.434/01, na Câmara		Parecer de nº 1.085, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legisla-	

	Pág.		Pág.
tivo nº 341, de 2002 (nº 1.463/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sousa, estado da Paraíba. Sen Ney Suassuna.	850	Parecer de nº 1.092, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2002 (nº 878/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Mães de Pirapemas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapemas, estado do Maranhão. Sen Gilvam Borges.	864
Parecer de nº 1.086, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2002 (nº 1.473/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, estado de Minas Gerais. Sen Geraldo Melo.	852	Parecer de nº 1.093, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2002 (nº 946/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra–Cordense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, estado do Maranhão. Sen Gilvam Borges.	866
Parecer de nº 1.087, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2002 (nº 1.480/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Fortal de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cedro, estado do Ceará. Sen Luiz Pontes.	854	Parecer de nº 1.094, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2002 (nº 1.253/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, estado de Mato Grosso. Sen Jonas Pinheiro.	868
Parecer de nº 1.088, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2002 (nº 1.124/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Lucena e Castro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadinha, estado do Maranhão. Sen Gilvam Borges.	856	Parecer de nº 1.095, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2002 (nº 1.284/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão, estado de Pernambuco. Sen José Jorge.	870
Parecer de nº 1.089, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2002 (nº 1.126/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura de Colinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, estado do Maranhão. Sen Gilvam Borges.	858	Parecer de nº 1.096, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2002 (nº 1.304/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carpina, estado de Pernambuco. Sen José Jorge.	872
Parecer de nº 1.090, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2002 (nº 1.240/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Joaquim para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Tefé, estado do Amazonas. Sen Luiz Otávio. ...	860	Parecer de nº 1.097, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2002 (nº 1.308/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Buíque FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, estado de Pernambuco. Sen José Jorge.	874
Parecer de nº 1.091, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2002 (nº 1.390/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Recreio para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recreio, estado de Minas Gerais. Sen Geraldo Melo.	862	Parecer de nº 1.098, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2002 (nº 1.452/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristina, estado de Minas Gerais. Sen Geraldo Melo.	876

Pág.	Pág.
Parecer de nº 1.099, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2002 (nº 1.468/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinguetá, estado de São Paulo. Sen Eduardo Suplicy.	878
Parecer de nº 1.100, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2002 (nº 1.470/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rio Jaguaribe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, estado do Ceará. Sen Luiz Pontes.	880
Parecer de nº 1.101, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2002 (nº 1.500/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão dos Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, estado de Minas Gerais. Sen Geraldo Melo.	882
Parecer de nº 1.102, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2002 (nº 1.507/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidadania, Comunicação e Cultura de Matinha – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinha, estado de do Maranhão. Sen Gilvam Borges.	884
Parecer de nº 1.103, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2002 (nº 1.510/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária "São Francisco de Assis" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Franco, estado do Maranhão. Sen Gilvam Borges.	886
Parecer de Nº 1.104, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2002 (nº 1.345/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jataí, estado de Goiás. Sen Lindberg Cury.	888
Parecer de nº 1.105, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2002 (nº 1.388/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, estado da Bahia. Sen Antonio Carlos Junior.	890
Parecer de Nº 1.106, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2002 (nº 1.399/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio 900 de Paty do Alferes Ltda. a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Botelhos, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.	892
Parecer de Nº 1.107, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2002 (nº 1.401/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Penteado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carmo do Rio Claro, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.	894
Parecer de nº 1.108, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2002 (nº 1.404/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo. Sen Eduardo Suplicy.	896
Parecer de nº 1.109, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2002 (nº 1.408/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso. Sen Jonas Pinheiro.	898
Parecer de nº 1.110, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2002 (nº 1.410/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Venturosa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venturosa, estado de Pernambuco. Sen José Jorge.	900
Parecer de nº 1.111, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2002 (nº 1.533/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Rádio Comunitária Interlagos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Meio, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.	902
Parecer de nº 1.112, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2002 (nº 1.534/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária União de São Tiago (ACCU)	

	Pág.		Pág.
a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tiago, estado de Minas Gerais. Sen Arlindo Porto.....	904	cidade de Piedade, estado de São Paulo. Sen Eduardo Suplicy.....	918
Parecer de nº 1.113, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2002 (nº 1.432/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária "MORIAH" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jales, estado de São Paulo. Sen Eduardo Suplicy.....	906	Parecer de nº 1.120, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2002 (nº 1.653/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Imembuí S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul. Sen Emilia Fernandes.....	920
Parecer de nº 1.114, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2002 (nº 1.555/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Popular Passaquatrense de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pasas Quatro, estado de Minas Gerais. Sen Geraldo Melo.....	908	Parecer de nº 1.121, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2002 (nº 870/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Guarany FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaetetuba, estado do Pará. Sen Luiz Otávio.....	922
Parecer de nº 1.115, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2002 (nº 1.595/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assis tencial Soteropolitana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, estado da Bahia. Sen Antonio Carlos Junior.....	910	Parecer de nº 1.122, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2002 (nº 1.835/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vale do Jaguaribe para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracati, estado do Ceará. Sen Luiz Pontes.....	924
Parecer de nº 1.116, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2002 (nº 1.582/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Cultura Riograndina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul. Sen Emilia Fernandes.....	912	PDT	
Parecer de nº 1.117, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2002 (nº 1.602/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, estado do Ceará. Sen Luiz Pontes.....	914	Razões de seu desligamento do PDT – Partido Democrático Trabalhista. Sen Olivir Gabado...	44
Parecer de nº 1.118, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2002 (nº 1.648/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritzal, estado de São Paulo. Sen Eduardo Suplicy..	916	POLÍCIA FEDERAL	
Parecer de nº 1.119, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2002 (nº 1.656/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na		Homenagem aos 38 anos de criação da Polícia Federal. Sen Romeu Tuma.....	934
		POLÍTICA HABITACIONAL	
		Posicionamento favorável à aprovação de Projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, que permite a utilização do FGTS para aquisição da casa própria. Senador Mauro Miranda. Sen Mauro Miranda.....	991
		POLÍTICA INTERNACIONAL	
		Registra a presença do Senador Michel Biron, representante da província de Quebec, no Canadá, em viagem oficial a este parlamento. Sen Ramez Tebet.....	934
		POLÍTICA NUCLEAR	
		Satisfação com a decisão do Iraque em permitir que a Comissão Especial da ONU vistorie se	

	Pág.		Pág.
existe arma de destruição em massa naquele país. Sen Eduardo Suplicy.	641	PROJETO DE LEI	
POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA		Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2002, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), para assegurar o exercício do sufrágio aos condenados cuja sentença não transitou em julgado Senador Mozarildo Cavalcanti....	959
Críticas ao veto presidencial à emenda de autoria de S. Ex ^a à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que visava reduzir o déficit financeiro da Previdência. Sen Waldeck Ornelas.	475	Necessidade de aprofundamento na análise do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos. Sen Ney Suassuna.	981
POLÍTICA SOCIAL		Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2002 – Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000. Sen Paulo Hartung.	159
Comentários sobre as perspectivas de enfrentamento da questão social pelo novo governo. Sen Ademir Andrade.	939	Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2002, que dá nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Sen Ramez Tebet.	620
Defesa da instituição de um programa nacional voltado para a efetiva redução das desigualdades regionais. Senador Mozarildo Cavalcanti. Sen Mozarildo Cavalcanti.	70	Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, que dispõe sobre incentivos fiscais para Projetos ambientais. Sen Waldeck Ornelas.	620
Apoio à intenção do Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva de promover audiências populares como forma de manter sintonia com as necessidades da população. Sen Maguito Vilela.	606	PRONUNCIAMENTO	
Homenagem ao Centro de Integração Empresa – Escola, entidade não-governamental voltada para a ação social. Sen Romero Jucá.	611	Considerações ao pronunciamento do Senador Romero Jucá. Sen Heloísa Helena.	656
POLÍTICA TECNOLÓGICA		PROPOSTA DE EMENDA	
Defesa de políticas agressivas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico. Sen Ademir Andrade.	813	Proposta de Emenda de nº 31, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que altera os arts. 71 e 75 da Constituição Federal, estabelecendo prazo para o julgamento, pelas casas legislativas, das contas anualmente prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, em nível Federal, estadual, distrital e municipal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sen Moreira Mendes.	618
POSSE		QUALIDADE DE VIDA	
Considerações sobre a mudança da data de posse do novo Presidente eleito. Sen Geraldo Melo.	649	Considerações sobre reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo sobre a qualidade de vida no Estado do Tocantins. Sen Eduardo Siqueira Campos.	470
Defesa da mudança da data para a posse do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Sen Eduardo Suplicy.	653		
Apoio a mudança da data de posse do novo Presidente eleito. Sen Ramez Tebet.	654		
PROCLAMAÇÃO			
Homenagens pelo transcurso do 113º aniversário da Proclamação da República. Sen Ramez Tebet.	931		
Transcurso, no próximo dia 15 de novembro, do aniversário da Proclamação da República. Sen Lúcio Alcântara.	816		

	Pág.		Pág.
RECURSO		RÉPLICA	
Satisfação com a união da bancada goiana no Congresso Nacional em busca de recursos para o Estado de Goiás. Sen Mauro Miranda.....	613	Réplica aos comentários da Senadora Heloísa Helena. Sen Romero Jucá.....	652
Apelo pela liberação de recursos do Orçamento da União destinados à Universidade do Tocantins – UNITINS. Sen Carlos Patrocínio.....	929	REQUERIMENTO	
RECURSOS FINANCEIROS		Requerimento nº 526, de 2002, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Dolores Alcântara e Silva, ocorrido no dia 1º do corrente. Sen Eduardo Siqueira Campos.....	45
Defesa de celeridade na aprovação de projeto de lei que cria o Fundo Constitucional do Distrito Federal para garantia do repasse automático de recursos federais. Sen Lindberg Cury.....	474	Requerimento nº 527, de 2002, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2002 (nº 1.702/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. Sen Mozarildo Cavalcanti.....	82
RECURSOS MINERAIS		Requerimento nº 528, de 2002, solicitando que seja destacado para votação em separado a Emenda 179, apresentada à MPV nº 46/2002, para inserir no projeto de lei da conversão. Sen Moreira Mendes.....	227
Sugestões ao próximo governo para que execute o Projeto Prisma, do Ministério de Minas e Energia, que cria diretrizes para ampliar a produção mineral e siderúrgica do Brasil, bem como que seja criada a Agência Nacional de Mineração. Senador José Jorge.....	76	Requerimento nº 529, de 2002, solicitando preferência para a Emenda Provisória nº 28, a fim de ser votada antes da Medida Provisória nº 47, de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPPA, e dá outras providências. Sen Mauro Miranda.....	243
REFORMA AGRÁRIA		Requerimento nº 530, de 2002, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001 a fim de ser feita na sessão de 16 de dezembro próximo. Sen Mauro Miranda.....	311
Análise histórica da reforma agrária no Brasil. Senador Amir Lando.....	40	Requerimento nº 531, de 2002, solicitando destaque para Rejeição do art. 2º da Emenda Substitutiva da Comissão de Relações Exteriores ao Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2001, que aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho noturno. Sen Tião Viana.....	312
Sugestões ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a efetivação da reforma no campo. Senador Amir Lando.....	40	Requerimento de nº 532, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e dá outras providências. Sen José Agripino.....	481
REGIÃO AMAZÔNICA			
Apelo ao Governo Eleito no sentido de que defina prioridades para a Amazônia brasileira, com a intenção de evitar sua desnacionalização. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	9		
Preocupação com a ação dos Estados Unidos no uso de herbicidas para destruição das plantações de coca na Amazônia, sob o pretexto do Plano Colômbia. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	9		
RENÚNCIA			
Apelo à Casa para que vote o mais rápido possível Projeto de Resolução de sua autoria, que propõe mudança no art. 4º do Código de Ética do Senado, referente a processo de renúncia de senador. Senador Osmar Dias.....	646		

	Pág.	XIII	Pág.
Requerimento de nº 533, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 68, de 2002, que autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II. Sen Lúcio Alcântara.....	481		
Requerimento de nº 534, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 69, de 2002, que autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União – ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 47,600,000.00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia. Sen Lúcio Alcântara	482		
Requerimento nº 535, de 2002, solicitando adiamento da votação da PEC nº 32/2001, a fim de ser feita na sessão de 28 de novembro de 2002. Sen Eduardo Suplicy.	490		
Requerimento nº 536, de 2002, solicitando adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2002 a fim de ser feita na sessão de 20-11-02. Sen Geraldo Althoff.....	500		
Requerimento nº 537, de 2002, solicitando destaque, para votação em separado, do art. 10 do Projeto de Resolução nº 6, de 2001. Sen Mozarildo Cavalcanti.....	502		
Requerimento nº 538, de 2002, solicitando destaque, para votação em separado, do dispositivo constante da Emenda nº 3-CDIR, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2001. sen Mozarildo Cavalcanti....	502		
Requerimento nº 539, de 2002, solicitando a dispensa de publicação do Parecer para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da subsecretaria de Arquivo do Senado Federal. Sen Mozarildo Cavalcanti.....	606		
Requerimento de nº 540, de 2002 (nº 9/2002-CRE), solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona. Sen Heloisa Helena.	327		
		Requerimento de Nº 541, de 2002, solicitando ao Tribunal de Contas da União as informações que menciona. Sen Gilvam Borges	629
		Requerimento de nº 542, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências. Sen Mauro Miranda.	672
		RODOVIA	
		Considerações sobre o resultado da pesquisa anual sobre o estado de conservação das estradas brasileiras feita pela Confederação Nacional dos Transportes Terrestres. Senador Waldeck Ornelas.	935
		Comentários à pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes sobre as péssimas condições das rodovias brasileiras e, em especial, das que cortam o Estado de Goiás. Senador Mauro Miranda. ..	321
		SALÁRIO	
		Solicitação de apoio à proposta do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de aumento do valor do salário mínimo para R\$ 240,00. Senador Carlos Patrocínio.	681
		SECA	
		Críticas à indisponibilidade pelo Governo Federal de recursos orçamentários destinados à prevenção e combate à seca. Senadora Heloísa Helena. .	927
		SENADO	
		Esclarecimentos sobre notícias recentemente veiculadas acerca do cargo de Diretor-Geral do Senado Federal. Senador Bernardo Cabral.	934
		Registro dos eventos realizados por ocasião da comemoração dos 111 anos de existência do Senado Federal. Senadora Emilia Fernandes.....	479
		SEQÜESTRO	
		Reflexões sobre o caso Pedrinho e as possíveis repercussões negativas para o seqüestrado e sua família biológica. Senador Lindberg Cury.....	937
		SOLICITAÇÃO	
		Apelo para a votação do orçamento ainda neste ano. Senador Ney Suassuna.	82

Ata da 124ª Sessão Não Deliberativa Ordinária em 8 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão e Mozarildo Cavalcanti

{{(Inicia-se a sessão às 9 horas.)}}

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta à sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER Nº 1.027 , DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2002, de autoria do Senador Edison Lobão, que altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências.

Relator: Senador **Paulo Souto**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão de Educação, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2002, que tem por objetivo a criação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras, no Estado do Maranhão.

Com esse propósito, o art. 1º da proposição em exame determina a alteração do art. 2º da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, de modo a acrescentar o nome da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras – Maranhão na relação dos estabelecimentos de ensino a serem criados por meio da lei acima citada.

O projeto em foco esclarece ainda que as despesas necessárias correrão à conta do orçamento do Ministério da Educação (MEC) e que o Poder Executivo tomará as providências necessárias à criação da nova escola agrotécnica.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

O Pólo Sul do Maranhão, região a ser beneficiada com a criação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras, tem área de 48.696 Km² e população de 136.691 habitantes. Possui clima privilegiado para produção de grãos e dispõe de forte potencial para atividades de bovinocultura, avicultura e suinocultura.

Os agricultores locais necessitam de adequado suporte técnico nas fases de produção e comercialização de seus produtos, de modo a atender às crescentes exigências do mercado consumidor. Nesse sentido, a instalação de uma escola pública de educação tecnológica para o setor agropecuário é fator decisivo para o desenvolvimento regional e melhoria do padrão de vida de parcela significativa da população.

Na rede de ensino público, as escolas agrotécnicas federais são as mais requisitadas, por disporem de recursos adequados para a formação profissional com a qualidade requerida pelas circunstâncias atuais relativas às atividades do setor primário da economia.

A criação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras constitui ação objetiva e relevante para estimular e aperfeiçoar a formação científica e tecnológica dos jovens e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem o Pólo Sul do Maranhão.

III – Voto

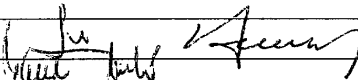
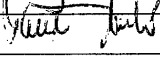
Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2002.

Sala da Comissão, 5-11-2002. – Presidente – Relator.

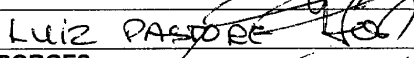
 , Presidente

 , Relator

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 180/02 NA REUNIÃO DE 05, 11, 2002
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR PAULO SOUTO

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO) 	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

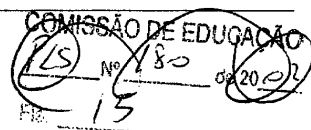
FREITAS NETO	1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3- CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 150 / 2002

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
LOUIZ ROBERTO	X				VAGO				
GILVAM BORGES	X				SÉRGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JUNIOR					MAGUITO VILELA				
JOSÉ SARNEY					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
VALMIR AMARAL					VAGO				
NEY SUASSUNA	X				VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO ALTHOFF	X				LINDBERG CURY				
MOREIRA MENDES					BERNARDO CABRAL				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA	X			
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				ROMEU TUMA	X			
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO SOUTO	X			
ARLINDO PORTO - PTB (1)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X			
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO					EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TÁVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					CHICO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	X				ROMERO JUCA	X			
LUIZ PONTES					LUIZ OTÁVIO - PPB	X			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT					LAURO CAMPOS - PDT				
EMÍLIA FERNANDES - PT	X				GERALDO CÂNDIDO - PT				
MARINA SILVA - PT					SEBASTIAO ROCHA - PDT	X			
ÁLVARO DIAS - PDT					TIÃO VIANA - PT				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 17 SIM: 18 NÃO: — ABS: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 11 / 2002



SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 150
de 20/02/02

Of. nº CE/51/2002

Brasília, 5 de novembro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2002, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Edison Lobão e outro(s) Sr(s.) Senadores que, "Altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências

Atenciosamente, Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.028, DE 2002

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2002 (nº 1.479/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2002 (nº 1.479, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 750, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 170, de 27 de março de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento *Rádio Areia Branca Ltda.* (cf. fl. 9):

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Marco Antônio Abrahão	20.000
• Maria Aurea Diniz Betcer	20.000
Total de Cotas	40.000

Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Gastão Vieira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.


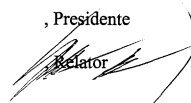
II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 404, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade *Rádio Areia Branca Ltda.* atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela **APROVAÇÃO** do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – Presidente, Relator.

 , Presidente
 Relator

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 404/02 NA REUNIÃO DE 05/11/2002
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>Senador Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Senador Gilvam Borges</i>

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO) <i>João Luiz PASTORE</i>	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3- CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PDS Nº 404 de 20.02

Fls. 177

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.029, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2002 (nº 1.255 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 303, de 2001, o Presidente da República submete ao Con-

gresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal, ato constante da Portaria nº 813, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Nos termos do art. 16, § 10, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, o Deputado Olimpio Pires, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso (cf. fl. 71):

- Presidente – **Danton Barros de Almeida**
- Diretor Executivo – **José Raimundo Vidigal**

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa, condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e re-

novação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens”.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “institui o Código Brasileiro de Telecomunicações”.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela Aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2002.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –

Armando Porto, Presidente
Armando Porto, Relator

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 437/02 NA REUNIÃO DE 05 / 11 / 2002 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		<i>Armando Porto</i>	Senador Ricardo Santos
RELATOR:		<i>Armando Porto</i>	Senador Armando Porto
PMDB			
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON	
(VAGO)		3-(VAGO)	
GILVAM BORGES		4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)	
PFL			
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)			
FREITAS NETO		1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS		3- CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EDUARDO SUPPLY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT	
PSB			
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PDS Nº 437 de 20.02
FIR 92

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições Do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI
Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117
(*), de 27 de agosto de 1962**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as universidades brasileiras;
- d) as fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente, possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/51/2002

Brasília, 5 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2002, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Edison Lobão e outro(s) Sr(s.) Senadores que, “Altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências.

Atenciosamente, Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nos termos do art. 91, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2002**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os lamentáveis episódios ocorridos no presídio Bangu 1, no Rio de Janeiro, levam-nos a refletir sobre a gravidade do narcotráfico em nosso País. É inacreditável que Fernandinho Beira-Mar, de facção do Comando Vermelho, tenha conseguido chefiar uma revolta, matar traficantes de facções rivais, fazer reféns, ameaçá-los de morte violenta, tudo dentro de uma prisão considerada de segurança máxima.

Esses fatos demonstram o quanto estamos envolvidos com o narcotráfico e, principalmente, consistem em uma ameaça a nossa soberania. Temos assistido às insistentes intervenções americanas em países da América Latina, com a desculpa de auxiliar no combate às drogas.

Lembramos o caso da Colômbia, sob a mira dos Estados Unidos há já algum tempo. No governo de Pastana, iniciou-se a guerra às drogas, que consistiria, principalmente, na eliminação das plantações de coca. Os plantios de coca naquele país ocupam cerca de 120 mil hectares e empregam 300 mil agricultores, especialmente no Sul, o que faz da Colômbia o maior produtor de cocaína do mundo. São ainda cultivados 17 mil hectares de papoula para a extração da heroína.

Os Estados Unidos calculam que 80% da cocaína e dois terços da heroína consumidos por cerca de 1,3 milhão de usuários no país sejam produzidos na Colômbia. Em 1999, elaboraram o Plano Colômbia, uma estratégia para combater o narcotráfico cuja aplicação custaria cerca de US\$7,5 bilhões, divididos entre Estados Unidos, Japão, União Européia e Canadá.

Fracassou a primeira etapa do plano. Os perigosos fumigamentos das plantações de coca, iniciados em 1999, causaram preocupações não só na Colômbia como nos países vizinhos, inclusive o Brasil, que tem uma fronteira de 1.600 quilômetros de floresta densa, e onde é rigorosamente impossível definir onde termina o território de um país e começa o do outro. A fumigação com herbicidas químicos constitui grave ameaça às comunidades indígenas, às florestas e à vida silvestre na Amazônia. O uso do herbicida glifosato não impediu o cultivo da coca, mas destruiu os cultivos de alimentos, causou problemas de saúde e contaminou a água.

As conseqüências da ação americana são tão graves, que o colombiano Ricardo Vargas Meza, da Ação Andina, considera que “da intenção de ser um ‘plano para a paz, a prosperidade e o fortalecimento do Estado’, o Plano Colômbia é, na verdade, um plano para a guerra, a pobreza e o debilitamento do Estado”.

E, aqui, Sr. Presidente, é interessante lembrar que os Estados Unidos fazem esse papel de “xerife” em todos os cantos do mundo e, no nosso caso, sob a desculpa do combate à droga e da defesa de certos interesses. Mas, na verdade, estão fazendo uma intervenção aberta em um país amigo. Portanto, é bom que nós, no Brasil –

tenho repetido isso desta tribuna –, estejamos alerta para que o próximo passo não seja na Amazônia brasileira, sob a desculpa de que aqui estão se escondendo ou para cá estão se transferindo os narcotraficantes, os guerrilheiros. Com essa desculpa daqui a pouco também vão intervir no Brasil. Aliás, eles têm feito sucessivas gestões para que o Governo brasileiro se alie a esse plano, dito “Plano Colômbia”, para ajudar, como se fosse um esforço internacional de combate às drogas. Eles, os Estados Unidos, que são os maiores consumidores do mundo! É um paradoxo: de um lado Estados Unidos e Europa, os maiores consumidores da droga no mundo querendo combater esse mal justamente onde se produz a droga e, sob esse pretexto, portanto, dominar, como dominam, a América Latina!

É bom lembrar que um quilo de cocaína comprado na Colômbia por US\$2 mil é vendido, no varejo, nas ruas de Frankfurt, por US\$150 mil – vejam, portanto, o lucro dessa operação –, concedendo ao narcotráfico um de seus melhores momentos. Diz-se que a capacidade de exportação do país é de 500 toneladas de cocaína e que a capacidade de interdição é de apenas 20%, o que dá uma exportação de 400 toneladas. Reclama Ricardo Vargas Meza de perigosos efeitos sociais e ambientais na aplicação do Plano Colômbia.

A maioria dos analistas critica o caráter militar do plano. E alguns ainda vão mais longe, considerando que o interesse em derrotar a guerrilha colombiana e acabar com as plantações de coca faz parte de um projeto geo-estratégico de dominação da América Latina. Basta ver que, apesar da propaganda imperialista de preservação da Amazônia – falsa pregação –, os americanos não abrem mão das fumigações com desfolhantes, especialmente com o uso de fungos como o *fusarium oxysporum*, de conseqüências devastadoras para a fauna e a flora da região, podendo transformar a floresta amazônica em um novo Vietnã.

Nova fase do Plano Colômbia está sendo implementada agora. Um acordo entre camponeses e o governo colombiano previa uma ajuda para aqueles que abandonassem as plantações de coca e se dedicassem a um outro tipo de cultivo. A promessa foi pagar mil dólares a 38 mil camponeses para o cumprimento do acordo. Entretanto, só 25% deles começaram novos plantios.

Com a ascensão de Alvaro Uribe ao poder, os Estados Unidos resolveram atacar novamente, uma vez que, na primeira tentativa, fracassaram totalmente: a produção de coca cresceu 25% nos últimos anos, como se a interferência americana tivesse ajudado, e não atrapalhado. Agora, o Departamento de Estado americano pretende matar tantos cultivos que o replantio não possa acompanhar o ritmo.

A ilegalidade da droga fez os preços alcançarem níveis fantásticos no mercado internacional. Lamentavelmente, o Brasil tem sido um corredor para o transporte da droga para os Estados Unidos e a Europa. As liga-

ções do tráfico brasileiro com a Colômbia são intensas. Fernandinho Beira-Mar, preso naquele país, continua dominando, de dentro do presídio, o narcotráfico no Rio de Janeiro e em alguns outros Estados brasileiros.

É preciso que as autoridades brasileiras atem para esse problema que nos afeta de perto. Em primeiro lugar, a possibilidade de destruição de nossas florestas com as fumigações americanas, o perigo que corre nossa população fronteiriça e a possibilidade de contaminação de nossas águas. Isso sem falar, Sr. Presidente, no perigo que corre nossa soberania à mercê de políticas americanas desastrosas. Sempre é bom lembrar a proposta já feita pelos Estados Unidos de que os países devedores podem pagar suas dívidas com a cessão de parte de seu território, frase que demonstra o pouco caso daquele país para com países mais pobres, devedores do Fundo Monetário Internacional.

Faço, portanto, mais um apelo, desta tribuna, ao novo Presidente eleito para que atente para a Amazônia brasileira e a inclua como prioridade no seu plano de Governo para que ela possa continuar sendo brasileira.

Confiando no bom senso e no discernimento de nossas autoridades, esperamos que o Brasil possa sair incólume dessa desastrosa confusão internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes, por 20 minutos.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti e solidarizo-me com as preocupações de S. Ex^a em relação ao combate à violência, à droga e ao narcotráfico e à imposição da busca da paz por meio da guerra, da violência e do superpoder dos Estados Unidos, tanto do ponto de vista político quanto econômico. É realmente um assunto muito preocupante.

Parece-me que não se pode, em nome do combate ao terrorismo, estabelecer um retorno a antigos métodos, principalmente voltados para a guerra. E o Brasil precisa, dentro de uma visão de soberania nacional, de relação solidária com os povos e, principalmente, do fortalecimento da América Latina, estar atento e alerta com a Amazônia. E os dados sobre crescimento da violência e da pobreza na América Latina são alarmantes.

Hoje pela manhã, eu lia no jornal **O Estado de S. Paulo** que a Cepal, Comissão Econômica para a América Latina, está apresentando o seu relatório de 2002, onde revela o crescimento da pobreza na América Latina: 44% da população da América Latina, portanto, 221 milhões de pessoas, é constituída de pobres e outro tanto vive na total miséria, sem condição sequer para se alimentar ou ter moradia.

Então, num ambiente de pobreza, de desestrutura econômica e social, as potências deste Planeta deveriam

muito mais buscar ações coletivas, conjuntas e solidárias com diferentes países, na direção não de levar a um Plano Colômbia; sabemos que, com o Plano Colômbia, conhecido por combater o terrorismo e a droga naquele país, houve reforço militar, houve políticas de medo, de confronto, quando se deveria chamar aqueles agricultores – inclusive como disse o Senador aqui –, que plantam para os americanos consumirem, e buscar alternativas.

Dialogamos com professores e sindicalistas da Colômbia e eles nos explicaram que há uma miséria total, há uma desestrutura de princípios, há um movimento revolucionário, em que tentam pelas armas – com que não concordamos –, estabelecer uma nova ordem naquele país. Mas quais os projetos concretos que os americanos, por exemplo, apresentaram ao país? Nenhum. Estão estimulando o confronto, assim como estabelecem e definem países como seus inimigos. E a primeira medida é tomar decisões, como a recente, quer dizer, o ataque ao Iraque, por exemplo. Já destruíram milhões de pessoas na guerra com o Afeganistão.

Lemos inclusive uma crítica de um jornal alemão, e o artigo dizia que o combate ao terrorismo não se faz necessariamente com a pregação da morte e nem com a sustentação da guerra.

Queremos iniciar este pronunciamento, que não tinha esse conteúdo, dizendo que precisamos observar atentamente os acontecimentos. Hoje, a CNN espalhou pelo mundo – e já é notícia também nos jornais e meios de comunicação do Brasil – que, na nossa tríplice fronteira, Argentina, Paraguai e Brasil, portanto, próxima ao meu Estado, o Rio Grande do Sul, na nossa Região Sul, já houve reuniões terroristas. Às vezes, é uma semente que se planta com conseqüências que, sabemos, não são as melhores.

Que o Governo brasileiro se manifeste e que os governos do Paraguai e Argentina também busquem esclarecer esses fatos. Não podemos permitir que as soluções venham por meio de mais violência.

Quero cumprimentar o conteúdo do pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti nesta tribuna.

O motivo que nos trouxe à tribuna é, sem dúvida, dizer que, dentro de todo este contexto de pobreza, de miséria, de busca de alternativas de inclusão social, de oportunidades para as pessoas, particularmente defendendo que, além, logicamente, do combate à fome, que é o grande desafio que o nosso próximo Presidente vai bancar, quando abordou o assunto na grande e exitosa reunião que ocorreu ontem, com o chamamento feito pelo futuro Presidente Lula à sociedade brasileira, às entidades sindicais, à classe empresarial, às organizações não-governamentais e que foi muito positivo, temos que buscar o crescimento do País, gerando emprego, distribuindo renda e dando oportunidade às pessoas para que tenham dignidade e cidadania.

Dentro dessa visão, Sr. Presidente, quero registrar um evento altamente significativo, que se realizará ama-

nhã, dia 9 de novembro, no meu Estado, o Rio Grande do Sul. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da nossa Secretaria de Educação, estará promovendo o 1º Congresso Estadual do Mova – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul.

O evento ocorrerá em Porto Alegre e será aberto pelo nosso Governador Olívio Dutra e pela Secretária de Educação, a colega professora Lúcia Camini. Pretende reunir entre cinco a sete mil pessoas. Sob uma perspectiva de continuidade e afirmação desse Movimento, como prática de identificação da Educação Popular, estarão reunidos nomes que se consagraram defendendo e implementando os Movimentos de Alfabetização nacional e internacional.

Estão sendo esperados e participarão dos trabalhos que se realizarão durante todo o dia Ana Maria Freire, educadora e viúva de Paulo Freire; Pedro Pontual, Presidente do Conselho de Educação de Adultos da América Latina; Sônia Schneider, representante da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil; o educador Carlos Rodrigues Brandão e Luiz Percival Leme Brito, Presidente da Associação de Leitura do Brasil, que vão conduzir as discussões.

Entendemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, para diminuir o analfabetismo e promover a inclusão social, essa iniciativa do Governo gaúcho foi essencial. O Governo do Estado criou, em 1999, este Movimento de Alfabetização, que não é um programa de alfabetização tradicional; ele convocou os jovens e adultos a partir de quinze anos e contou com a participação de inúmeras pessoas de mais de setenta anos nos bancos escolares por todo Estado. Portanto, dentro da política pública educacional, esse movimento é considerado de grande prioridade.

Trata-se de uma ação de governo para superar o analfabetismo entre os jovens e adultos, principalmente porque a educação, a leitura, a escrita e a integração das pessoas com a sua realidade é a afirmação da cidadania.

Esse movimento, baseado na experiência iniciada por Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação de São Paulo, em 1989, um modelo implementado pelo Governo Democrático e Popular do Rio Grande do Sul, destaca-se nacionalmente como o primeiro Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos com atuação estadual, abrangendo todos os 497 municípios do Estado.

O Mova – RS constrói a leitura e a escrita a partir da realidade dos educandos. O Estado garante aos integrantes do Mova um processo continuado de formação pedagógica por meio de cursos, reuniões e encontros semanais e mensais nas 30 Coordenadorias Regionais de Educação, além de seminários estaduais em Porto Alegre.

Hoje, este é um projeto coletivo: 353 entidades conveniadas (Organizações não-Governamentais, prefeituras e universidades) disponibilizam sua estru-

tura para que as aulas ocorram; 497 animadores e animadoras populares são responsáveis pela divulgação e articulação do Movimento em cada Município e região do Estado; mais de 7.000 educadores e educadoras alfabetizam, promovem e incentivam a participação dos alunos e alunas nos espaços sociais e na transformação da realidade, buscando a formação integral do ser humano.

O projeto conta ainda com 1.159 apoiadoras e apoiadores pedagógicos, a quem cabe a tarefa de subsidiar, trocar idéias com os sujeitos envolvidos no Movimento, garantindo a formação pedagógica permanente que assegura a qualidade social do Mova-RS. E o mais importante: os resultados positivos já alcançados. Vejam V. Ex^a que, em três anos deste Movimento – é um Movimento que engloba a sociedade, chama as universidades, as comunidades, às vezes, funciona numa sala cedida nos fundos de uma escola ou de uma igreja, não é uma alfabetização tradicional, repito, as pessoas são integradas à vida da sua comunidade a partir da aprendizagem que recebem –, mais de 140 mil pessoas, gaúchos e gaúchas, homens e mulheres, buscam no Mova o acesso àquele que é um dos direitos mais importantes do ser humano – o direito à Educação – e a cidadania na sua plenitude.

Portanto, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul é um dos componentes da obra que se concretiza com projetos inéditos implementados pelo nosso atual Governo Gaúcho, como a criação da Universidade Estadual – Pública e Gratuita –, quando sabemos que, hoje, há uma grande disputa para que a educação seja vista como mercadoria, que seja paga, que seja colocada à disposição daqueles que podem pagar.

No Rio Grande do Sul, nós criamos e já está em pleno funcionamento a Universidade Pública Estadual, gratuita, atingindo mais de vinte municípios gaúchos, em diferentes regiões. Nela não encontramos os cursos tradicionais, porque esses já existem em grande número. Seus cursos são detidamente trabalhados e construídos com as comunidades regionais, com as classes empresarial e trabalhadora, com a sociedade em geral, e são destinados a estimular o progresso da região ou a suprir a carência de mão-de-obra. Assim, temos, no Rio Grande do Sul, um patrimônio que necessita e que deverá ser fortalecido pelo próximo Governo.

Outra iniciativa inédita do Governo gaúcho foi a elaboração de uma constituinte escolar, com a participação de professores, pais, alunos e funcionários, que estabeleceu novos parâmetros pedagógicos e novas orientações para o conteúdo que será desenvolvido nas escolas. Trata-se de uma nova base para o ensino público gaúcho.

Sabemos que isso é a educação abrindo caminho para que os gaúchos tenham acesso ao conheci-

mento, ao trabalho e a novas oportunidades. Essa mesma fórmula, acreditamos, será usada para transformar a realidade de milhões e milhões de brasileiras e brasileiros, especialmente das camadas mais populares, que hoje são excluídos social, cultural, econômico e politicamente pelo não acesso à educação, pelo drama do analfabetismo.

Sr. Presidente, um País como o nosso, cuja população economicamente ativa possui, em média, apenas quatro anos de escolaridade, tem a obrigação de transformar essa situação se quiser garantir soberanamente seu futuro. Para mudar o rumo do Brasil, será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade, do Governo eleito, dos Governos estaduais e municipais. Esse é o único caminho para se colocar em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, o que é fundamental para que sejam reduzidas as enormes desigualdades existentes em nosso País.

A expansão do sistema educacional público e gratuito e a elevação de seus níveis de qualidade são compromissos e prioridades do novo modelo de desenvolvimento social a ser implantado pelo Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. A educação básica deve ser gratuita, unitária, laica e efetivar-se na esfera pública como dever do Estado Democrático. Além de ser determinante para uma formação integral, humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos e criativos, a educação básica de qualidade é decisiva para reverter a condição de subalternidade da maioria do nosso povo. É também um alicerce indispensável da inserção competitiva do Brasil num mundo em que as nações se projetam, cada vez mais, pelo nível de escolaridade e de conhecimento de suas populações.

O Governo de Lula pretende estimular a absorção das melhores práticas educacionais desenvolvidas ao longo dos anos, tanto nos países de economia avançada quanto nas nações que, na História recente, fizeram do investimento maciço em educação a base para o seu salto humano e tecnológico. Experiências nacionais e regionais, com certeza, também servirão de inspiração e serão absorvidas pelo novo Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma boa formação da juventude colabora para a retomada do desenvolvimento sustentável, além de ser um diferencial para a competição do País no mercado internacional. A educação de qualidade, de outra forma, também é fator de emancipação e cidadania, contribuindo para que os jovens se integrem no mercado de trabalho, evitando a

fragmentação social que alimenta a violência e o crime organizado.

A partir de 2003, terá início um esforço concentrado de recuperação da escola pública, em todos os níveis, valorizando principalmente a qualidade. Serão adotadas políticas públicas de valorização da cultura nacional, em sua diversidade regional, como elemento de afirmação da identidade do Brasil. Serão resgatados a auto-estima e o reconhecimento das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação.

Portanto, Sr. Presidente, tenho convicção de que o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, o Mova – RS, implantado no Rio Grande do Sul com muito êxito, é um exemplo concreto que poderá ser desenvolvido em todo o Brasil.

Quero também, ao concluir, me solidarizar e celebrar com os mais de 140 mil alfabetizando e alfabetizanda, com a equipe de monitores, com o nosso Governo e com todos os protagonistas que constroem este novo tempo da educação de jovens e adultos no Rio Grande do Sul, na certeza de que a continuidade do MOVA será garantida pelo próximo Governo, porque experiências positivas, independentemente de siglas partidárias, precisam ser reconhecidas, avaliadas e fortalecidas cada vez mais.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, falando da satisfação de compartilharmos amanhã, em Porto Alegre, durante todo o dia, desse encontro que reunirá aproximadamente sete mil pessoas, de todas as idades, alfabetizadas, que estarão lendo e se expressando a respeito da possibilidade de se sentirem, hoje, cidadãos do mundo a partir da leitura e da escrita.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 36 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda

AO

PROJETO DE LEI
Nº 65/2002-CN

MENSAGEM

Nº 00226, de 24/10/2002 – CN
(Nº 00889, de 23/10/2002, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 78.961.301,00 (setenta e oito milhões, novecentos e sessenta e um mil, trezentos e um reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Índice de Emendas

PLN: PLN 065/2002-CN EMENDA

		Total por Parlamentar
ARNALDO FARIA DE SÁ	00064	1
	00135 a 00145	11
ARY KARA	00032 a 00051	20
DUILIO PISANESCHI	00133	1
MILTON MONTI	00113 a 00132	20
NELO RODOLFO	00021 a 00031	11
NELSON MARQUEZELLI	00052 a 00063	12
	00065 a 00072	8
PAULO LIMA	00073 a 00092	20
PEDRO CHAVES	00134	1
RICARDO IZAR	00093 a 00112	20
ZULAIÊ COBRA	00001 a 00020	20
Total de Emendas:		145

EMENDA - 00001

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN- 065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 DE 01
----------------------------	--	--

TEXTO

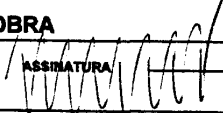
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MIGUELOPOLIS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

FORTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> DEPUTADA FEDERAL ZULAIÉ COBRA	<small>UF</small> SP	<small>PARTIDO</small> PSDB
<small>DATA</small> 31/10/02	<small>ASSINATURA</small> 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CERQUILHO, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

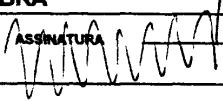
FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	SP	PSDB

DATA	ASSINATURA
31.12.02	

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00003

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN- 065/2002PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAJOBI, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA FEDERAL ZULAIÉ COBRA

SP

PSDB

DATA

21/10/02

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00004

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

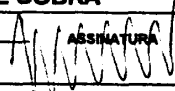
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARAGUAÇU PAULISTA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REMINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS READORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAUDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	SP	PSDB
DATA	ASSINATURA		
31/10/02			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN- 065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 DE 01
----------------------------	--	--

TEXTO

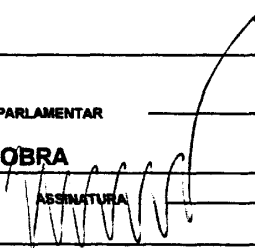
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO ROQUE, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REVMINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAUDE PÚBLICA.

<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	<small>UF</small> SP	<small>PARTIDO</small> PSDB
<small>DATA</small> 10/10	<small>ASSINATURA</small> 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SALESSOPOLIS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

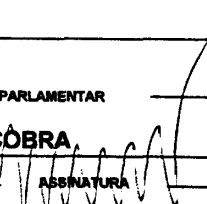
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	SP	PSDB
DATA	ASSINATURA		
31/12/02			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN- 065/2002PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JOSÉ BONIFÁCIO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA

SP

PSDB

DATA

31/10/02

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00008**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	--	----------------------------------

TEXTO

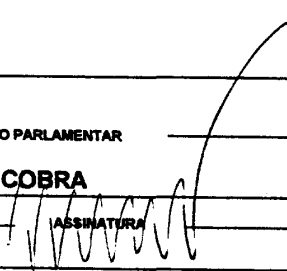
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IBIRÁ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	UF SP	PARTIDO PSDB
DATA 31/10/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00009**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN- 065/2002

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE DUARTINA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA

SP

PSDB

DATA

31/12/02

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00010**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CANDIDO MOTA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

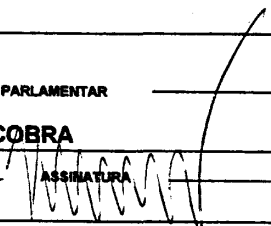
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL ZULAIÉ COBRA	SP	PSDB
DATA	ASSINATURA		
31/10/02			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00011**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN- 065/2002PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARIRI, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS READORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA**SP****PSDB**

DATA

31/10/02

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00012**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN- 065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 DE 01
----------------------------	--	-----------------------------------

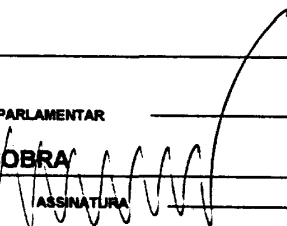
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE BASTOS, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTES DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS LEITORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	<small>UF</small> SP	<small>PARTIDO</small> PSDB
<small>DATA</small> 26/10/02	<small>ASSINATURA</small> 		

EMENDA - 00013

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN- 065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 DE 01
----------------------------	--	--

TEXTO

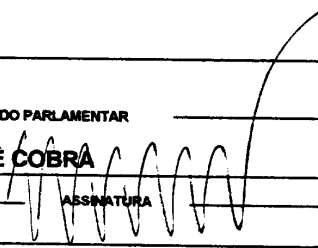
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE ADAMANTINA, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS READORES DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> DEPUTADA FEDERAL ZULAIÉ COBRÁ	<small>UF</small> SP	<small>PARTIDO</small> PSDB
<small>DATA</small> 31/10/02	<small>ASSINATURA</small> 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

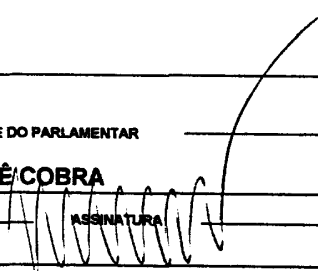
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE UBIRAJARA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E A POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM DE MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	SP	PSDB
DATA	ASSINATURA		
<i>31/10/02</i>			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN- 065/2002PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARNAIBA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E A POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM DE MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA FEDERAL ZULMÉ COBRA**SP****PSDB**

DATA

ASSINATURA

31/10/02

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00016**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	--	----------------------------------

TEXTO

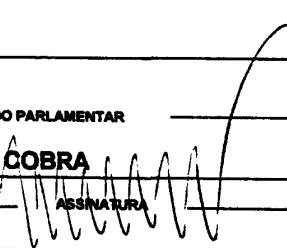
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDOIA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E A POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM DE MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL ZULAIÉ COBRA	SP	PSDB
DATA	ASSINATURA		
9/10/02			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN- 065/2002

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE FERNÃO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E A POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM DE MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA

SP

PSDB

DATA

ASSINATURA

31/11/02

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	--	----------------------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE NOVA INDEPENDÊNCIA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

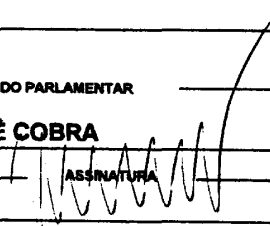
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E A POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM DE MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADA FEDERAL ZULAIÊ COBRA	UF SP	PARTIDO PSDB
DATA 01/10/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00019

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	--	----------------------------------

TEXTO

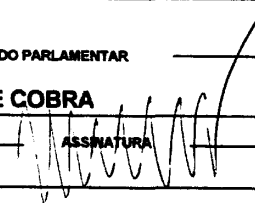
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE CARAPICUIBA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

ONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E A POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM DE MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADA FEDERAL ZULAIÉ COBRA	UF SP	PARTIDO PSDB
DATA 11	ASSINATURA 		

EMENDA - 00020

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

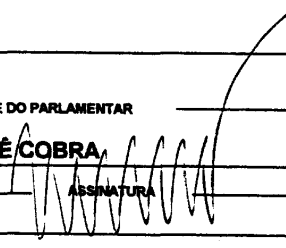
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E A POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM DE MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADA FEDERAL ZULAIÉ COBRA	UF SP	PARTIDO PSDB
DATA _/_/	ASSINATURA 		

EMENDA - 00021

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153


GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Rio Claro, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11/11			

EMENDA - 00022

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN -065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Buri, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Buri, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Nelo Rodolfo

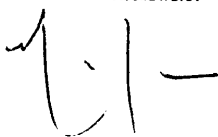
SP

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/11



EMENDA - 00023

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

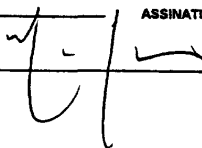
TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Cândido Mota, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Cândido Mota, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
__/__/__			

EMENDA - 00024

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Cotia, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

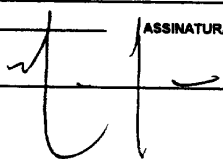
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Cotia, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11/11			

EMENDA - 00025

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

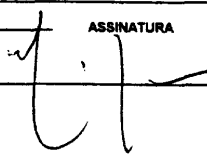
TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Juquitiba, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Juquitiba, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11/11			

EMENDA - 00026

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Mairiporã, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

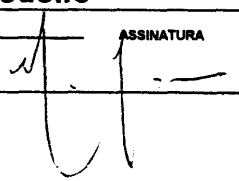
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Mairiporã, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11			

EMENDA - 00027

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Piedade, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

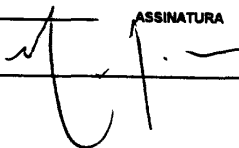
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Piedade, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11/11			

EMENDA - 00028

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

TEXTO

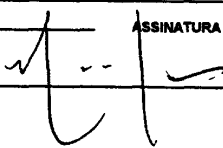
Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Pompéia, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Pompéia, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Nelo Rodolfo	UF SP	PARTIDO PMDB
--------	---	-----------------	------------------------

DATA 11	ASSINATURA 
-------------------	---

EMENDA - 00029

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN -065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Imandade Santa Casa de Misericórdia de São Pedro, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de São Pedro, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Nelo Rodolfo

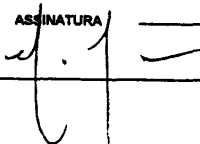
SP

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/11



EMENDA - 00030

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

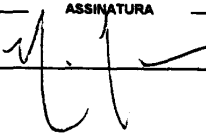
TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Herculândia, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de Herculândia, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11/11			

EMENDA - 00031

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

TEXTO

Incluir no programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial, emergencial e hospitalar, em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Roque, no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

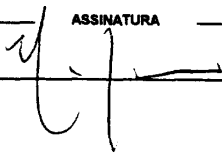
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o município de São Roque, para atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo. O meu objetivo, ao apresentar esta emenda, visa unicamente aumentar recursos financeiros, com o objetivo único de manter a Rede Hospitalar da Santa Casa, para o atendimento pleno da população carente desse município. Procuro atender aos anseios e reivindicações do provedor, do Prefeito Municipal e da população em geral, que clamam por maior apoio na área da Saúde Pública.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Nelo Rodolfo	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
1/1			

EMENDA - 00032

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

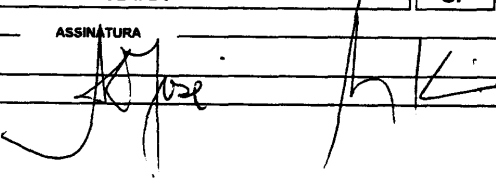
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE ARAPEÍ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE ARAPEÍ-SP, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00033

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

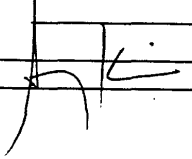
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE AREIAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE AREIAS-SP, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 16/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00034

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE BANANAL, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE BANANAL, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/10/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00035PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01DE01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE CANAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153**GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40****VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO ARY KARA

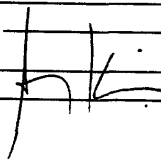
SP

PTB

DATA

ASSINATURA

06/11/02



EMENDA - 00036

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

TEXTO

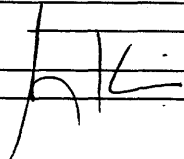
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CARAGUATATUBA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00037**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	--	------------------

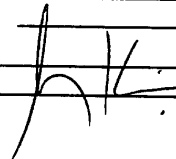
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CRUZEIRO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00038

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

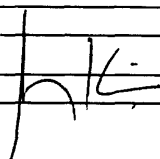
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153**GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50****VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE ILHABELA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00039

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JAMBEIRO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE JAMBEIRO, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 05/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00040

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE LAGOINHA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

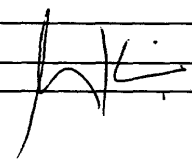
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE LAGOINHA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00041

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01DE01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LORENA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153**GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50****VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE LORENA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO ARY KARA

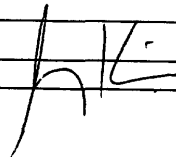
SP

PTB

DATA

ASSINATURA

06/11/02



EMENDA - 00042

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

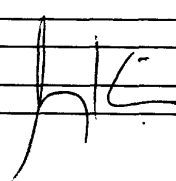
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHAGABA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

**A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE PINDAMONHAGABA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.**

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO ARY KARA	SP	PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00043

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE PINDAMONHAGABA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

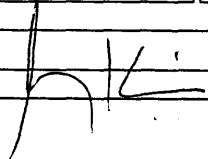
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE PINDAMONHAGABA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 16/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00044**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

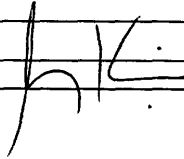
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE PIQUETE, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE PIQUETE, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00045**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

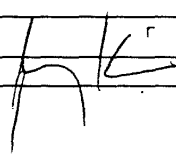
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE POTIM, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153**GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40****VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE POTIM, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00046

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

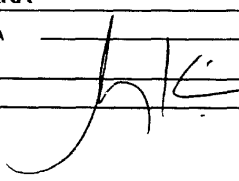
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE QUELUZ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE QUELUZ, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00047

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE ROSEIRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE ROSEIRA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00048**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

TEXTO

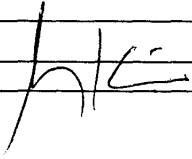
INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTA BRANCA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153**GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50****VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE SANTA BRANCA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00049

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01DE01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO ARY KARA

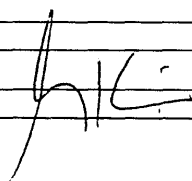
SP

PTB

DATA

ASSINATURA

06/11/02



EMENDA - 00050

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	--	------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153**GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40****VALOR: R\$ 150.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR MUNICIPAL DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00051**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

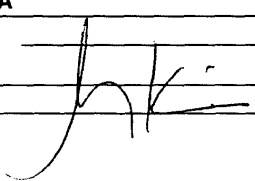
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBATUBA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE UBATUBA, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ARY KARA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00052**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE
CONCHAL / ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL , EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00053**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO / ESTADO
DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$130.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.

COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00054**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN- 065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO /
ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

SP

PTB

DATA

ASSINATURA

06/11/2002

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00055**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN- 065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA IRMANDADE SANTA
CASA DE MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA /
ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL ,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR
MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO
MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA
DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

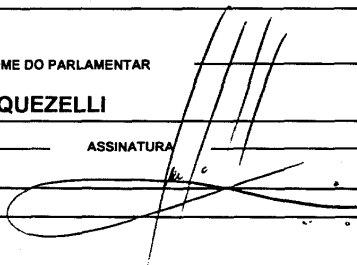
SP

PTB

DATA

ASSINATURA

06/11/2002



EMENDA - 00056

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN- 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE REGENTE FEIJÓ/ ESTADO DE
SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL ,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR
MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO
MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA
DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
DATA	ASSINATURA		
06/11/2002			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00057**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN- 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------	-----------------------	--------------------

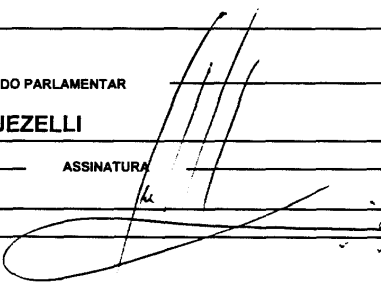
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE MINEIROS
DO TIETÊ / ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$150.000,00
(CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

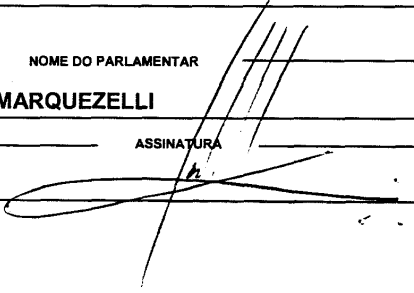
A PRESENTE EMENDA TEM COMO OBJETIVO MELHORAR O ATENDIMENTO AMBULATORIAL , EMERGENCIAL E HOSPITALAR,DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICIPIO AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL. COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL,VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL,QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO DA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICIPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
DATA	ASSINATURA		
06/11/2002			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00058**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE CABREÚVA / ESTADO DE SÃO PAULO.</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR: R\$130.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL , EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL. COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP
PARTIDO PTB	ASSINATURA 	
DATA 06/11/2002		

EMENDA - 00059

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

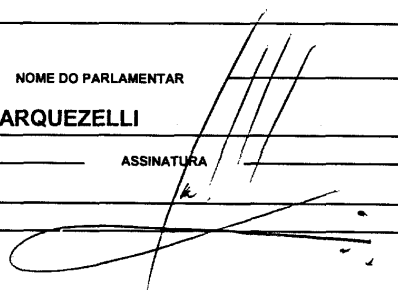
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE ARTUR
NOGUEIRA / ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM COMO OBJETIVO MELHORAR O ATENDIMENTO AMBULATORIAL , EMERGENCIAL E HOSPITALAR,DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO. COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL,VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

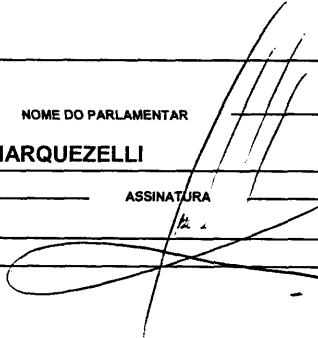
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

EMENDA - 00060

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS/ ESTADO DE SÃO PAULO.</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR: R\$140.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA TEM COMO OBJETIVO MELHORAR O ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO. COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP
DATA 06/11/2002	PARTIDO PTB	
ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00061

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN- 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE SANTA
GERTRUDES / ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

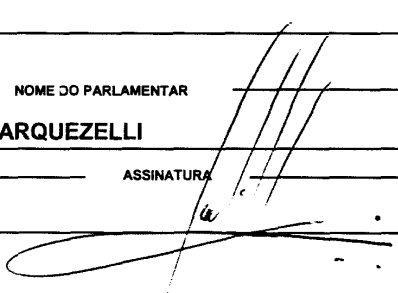
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
DATA	ASSINATURA		
06/11/2002			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00062**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE CASA BRANCA / ESTADO DE
SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

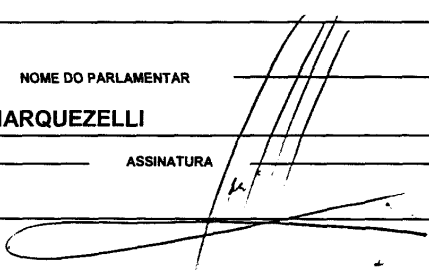
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00063**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA IRMANDADE DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA/ ESTADO
DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00064**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

Incluir No Programa De Trabalho Do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial , Emergencial E Hospitalar Em Regime De Gestão Plena Do Sistema Único De Saúde - Sus Em Favor Da Associação De Caridade Da Santa Casa De Misericórdia De Assis - SP, No Valor De R\$ 150.000,00 (Cento E Cinquenta Mil Reais)

Fonte De Cancelamento : 153

GND : 3

Modalidade De Aplicação : 50

Valor : R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Visa Dotar O Município Supra Citado, De Melhorias No Atendimento Ambulatorial, Emergencial E Hospitalar Da População Carente, Aumentando Os Recursos Financeiros Da Rede Hospitalar Municipal.

Com Esta Emenda Procuro Atender Aos Anseios E Reivindicações Da População Em Geral Que Clama Por Um Maior Apoio Do Poder Público Na Área Da Saúde Do Município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ARNALDO FARIA DE SA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/2002	ASSINATURA 		

EMENDA - 00065

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA IRMANDADE DO
HOSPITAL E MATERNIDADE CORONEL JUCA FERREIRA DO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS / ESTADO DE SÃO
PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$130.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL ,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR
MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO
MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA
DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
DATA	ASSINATURA		
06/11/2002			

EMENDA - 00066

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem: 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

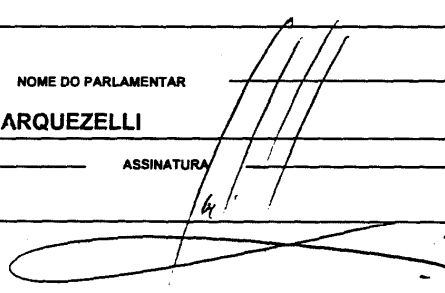
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA IRMANDADE DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALTO / ESTADO DE
SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL ,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR
MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO
MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA
DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

EMENDA - 00067

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN- 065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO / ESTADO DE
SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.

COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

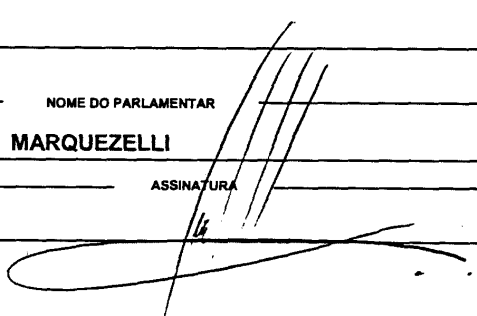
SP

PTB

DATA

ASSINATURA

06/11/2002

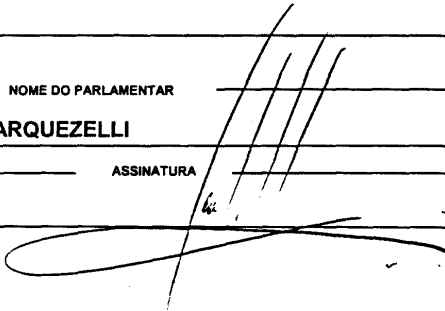


EMENDA - 00068

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU / ESTADO DE SÃO PAULO.</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR: R\$140.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL , EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL.</p> <p>COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP
DATA 06/11/2002	PARTIDO PTB	
ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00069**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	---	---------------------------

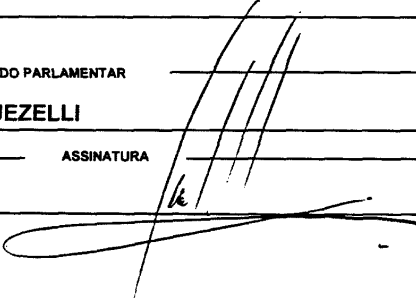
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA /
ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$130.000,00

JUSTIFICAÇÃO

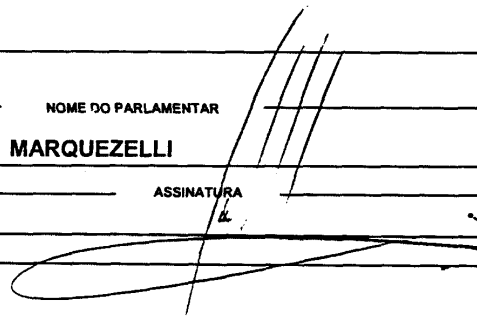
A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL ,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR
MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO
MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA
DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00070**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE CRAVINHOS / ESTADO DE SÃO PAULO.</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR: R\$130.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL , EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL. COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP
DATA 06/11/2002	PARTIDO PTB	
ASSINATURA 		

EMENDA - 00071

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

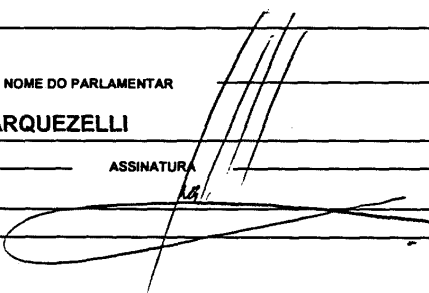
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE CHAVANTES / ESTADO DE
SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$130.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL ,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE , AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR
MUNICIPAL.
COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO
MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA
DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 06/11/2002	ASSINATURA 		

EMENDA - 00072

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PARA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA
QUATRO / ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

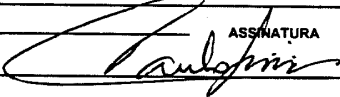
A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO, SUPRA CITADO, DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, DA POPULAÇÃO CARENTE, AUMENTANDO OS RECURSOS FINANCEIROS DA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL. COM ESTA EMENDA PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR UM MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
DATA	ASSINATURA		
06/11/2002			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00073**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUNQUEIRÓPOLIS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR: R\$130.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.</p> <p>COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP
DATA 07/11/02	PARTIDO PMDB	
ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00074**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN-065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE LUCÉLIA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$135.000,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

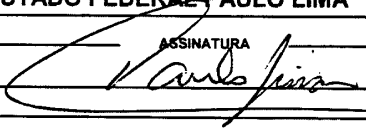
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$135.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
07/11/02			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00075****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE MARACÁI, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$145.000,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL
REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

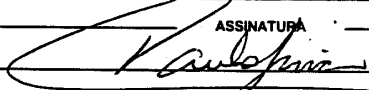
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$145.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00076

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE PACAEMBU, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

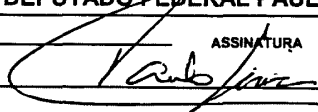
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00077**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE PARAGUAÇU PAULISTA, NO ESTADO DE SÃO
PAULO, NO VALOR DE R\$140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL
REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

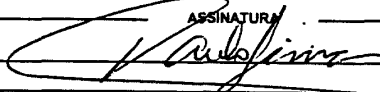
SP

PMDB

DATA

07/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00078**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE PARAPUÃ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

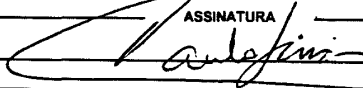
SP

PMDB

DATA

07/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00079**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE TUPI PAULISTA, NO ESTADO DE SÃO PAULO,
NO VALOR DE R\$130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

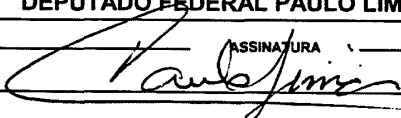
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$130.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00080**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE EPITÁCIO, NO ESTADO DE SÃO
PAULO, NO VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINCOENTA MIL
REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

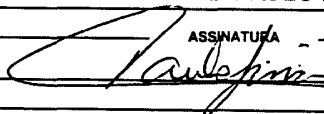
SP

PMDB

DATA

07/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00081**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE ASSIS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

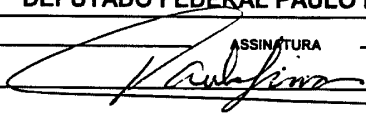
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00082

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE AVARÉ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

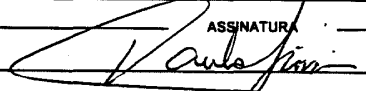
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00083**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE VENCESLAU, NO ESTADO DE
SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINCOENTA
MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO.

COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

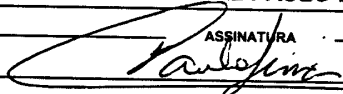
SP

PMDB

DATA

07/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00084****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE QUATÁ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINCOENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANter A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

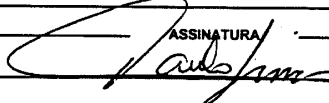
SP

PMDB

DATA

07/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00085**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE RANCHARIA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

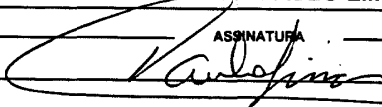
SP

PMDB

DATA

07/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00086

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE REGENTE FEIJÓ, NO ESTADO DE SÃO PAULO,
NO VALOR DE R\$140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

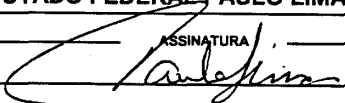
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00087**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE ROSANA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$140.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

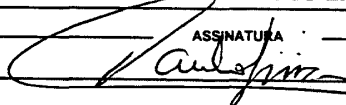
SP

PMDB

DATA

04.11.02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00088

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE SANTO ANASTÁCIO, NO ESTADO DE SÃO
PAULO, NO VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINCOENTA MIL
REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

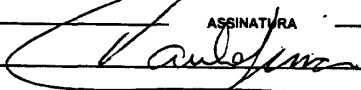
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 04/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00089**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE TACIBA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINCOENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

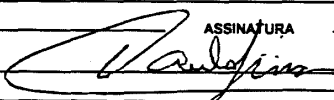
SP

PMDB

DATA

04/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00090**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE TEODORO SAMPAIO, NO ESTADO DE SÃO
PAULO, NO VALOR DE R\$150.000,00 (CENTO E CINCOENTA MIL
REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

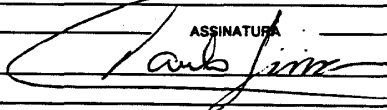
SP

PMDB

DATA

07.11.02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00091**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE IEPÊ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR
DE R\$120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

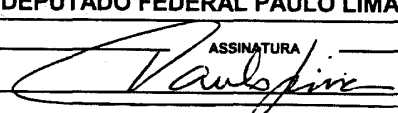
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$120.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVIDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00092

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN-065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I –
10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL,
EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE GARÇA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO
VALOR DE R\$100.000,00 (CEM MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR: R\$100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICÍPIO SUPRA CITADO, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. O MEU OBJETIVO AO APRESENTAR ESTA EMENDA VISA UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS COM O OBJETIVO ÚNICO DE MANTER A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE DESSE MUNICÍPIO. COM ESSA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS ANSEIOS E REIVINDICAÇÕES DO PROVEDOR, DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES, DA POPULAÇÃO EM GERAL, QUE CLAMAM POR MAIOR APOIO DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL PAULO LIMA

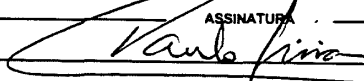
SP

PMDB

DATA

07/11/02

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00093****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
---------------------	---	-------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

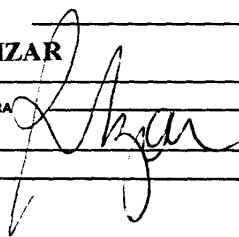
A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00094**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

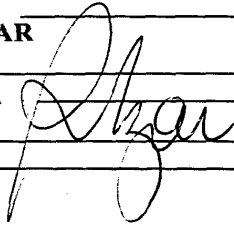
INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
TEXT0		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE GUARARAPES, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO : 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR: R\$ 150.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP
DATA 07/11/02	ASSINATURA 	
PARTIDO PTB		

EMENDA - 00095

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

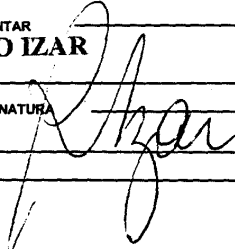
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE BOREBI, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO : 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR: R\$ 150.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP
PARTIDO PTB	ASSINATURA 	
DATA 07/11/02		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00096**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN- 065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 A 01
<p style="text-align: center;"><small>TEXTO</small></p> <p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE, NO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO : 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR: R\$ 150.000,00</p>		
<p style="text-align: center;"><small>JUSTIFICAÇÃO</small></p> <p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR A SANTA CASA DE MISERICORDIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>		
<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> Deputado RICARDO IZAR	<small>UE</small> SP
<small>DATA</small> 07/11/02	<small>ASSINATURA</small> 	
<small>PARTIDO</small> PTB		

EMENDA - 00097

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
---------------------	---	-------------------

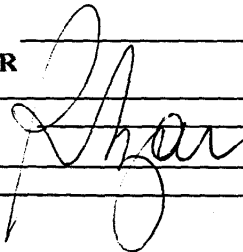
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS - NO MUNICÍPIO DE EMBAÚBA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR A SANTA CASA DE MISERICORDIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00098**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN- 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 A 01
---------------------	---------------	-----------------------	-------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MONTE ALTO, NO MUNICÍPIO DE MONTE ALTO, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR A SANTA CASA DE MISERICORDIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00099

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 055/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
---------------------	---	-------------------

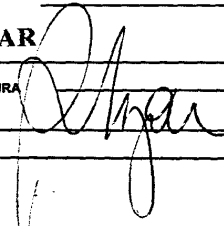
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE AGUAS DE LÍNDIOIA, NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LÍNDIOIA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

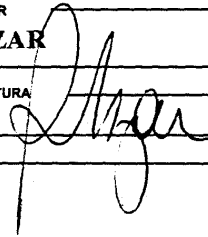
A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR A SANTA CASA DE MISERICORDIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00100**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

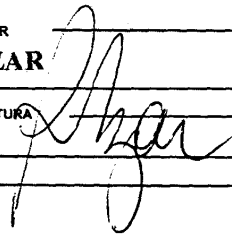
INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, - EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DONA ZILDA SALVAGNI NO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO : 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR: R\$ 150.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR A SANTA CASA DE MISERICORDIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP
DATA 07/11/02		PARTIDO PTB
ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00101**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN- 065/2002	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small>
<small>PÁGINA</small> 01 A 01		
<small>TEXTO</small>		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAPIVARI, NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO : 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR: R\$ 150.000,00</p>		
<small>JUSTIFICAÇÃO</small>		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR A SANTA CASA DE MISERICORDIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>		

<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> Deputado RICARDO IZAR	<small>UF</small> SP	<small>PARTIDO</small> PTB
<small>DATA</small> 07/11/02	<small>ASSINATURA</small> 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00102****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN- 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 A 01
---------------------	---------------	-----------------------	-------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I. - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE VARGEM, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00103**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
---------------------	---	-------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00104

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01 A01
---------------------	--	------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO MUNICÍPIO DE CAJOBI, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153

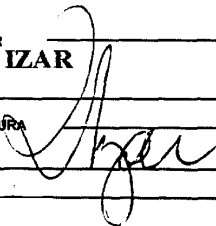
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00105****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA DE
---------------------	---	--------------

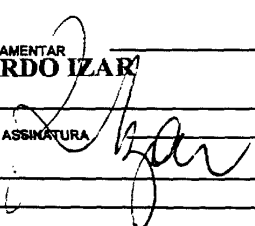
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE HERCULÂNDIA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

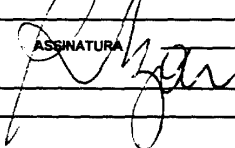
JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00106****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN- 065/2002	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small>	<small>PÁGINA</small> 01 A 01
<small>TEXTO</small>			
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE PEDRA BELA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO : 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR: R\$ 150.000,00</p>			
<small>JUSTIFICAÇÃO</small>			
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>			
<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> Deputado RICARDO IZAR		<small>UF</small> SP
<small>DATA</small> 07/11/02	<small>ASSINATURA</small> 		

EMENDA - 00107

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
----------------------------	---	--------------------------

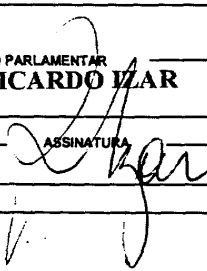
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE RAFARD, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00108

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
----------------------------	---	--------------------------

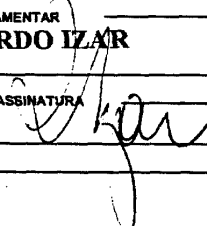
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE TORRINHA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

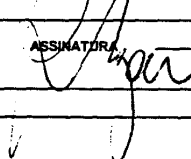
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

EMENDA - 00109

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE PIRATININGA, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO : 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR: R\$ 150.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP
DATA 07/11/02	ASSINATURA 	

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00110**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
---------------------	--	-------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153

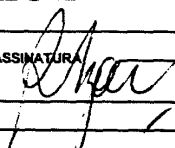
GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00111**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
----------------------------	--	--------------------------

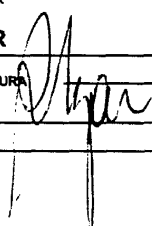
TEXT0

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PENA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE TUIUTI, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00112**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN- 065/2002	PÁGINA 01 A 01
----------------------------	--	---------------------------------

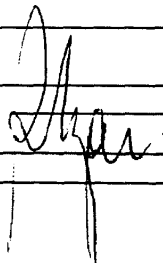
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE AGUDOS, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO : 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR O MUNICÍPIO COM BOM ATENDIMENTO AMBULATORIO - EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR RICARDO IZAR	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/02	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00113****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PAGINA 01 DE 01
---------------------	--------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRA BONITA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

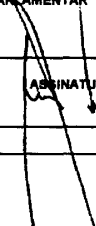
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO MILTON MONTI	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
__/__/__			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00114**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALINHOS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50


VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO MILTON MONTI	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
__/__/__			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00115**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO MIGUEL ARCANJO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

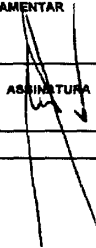
FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO MILTON MONTI	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00116**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALTO DE PIRAPORA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

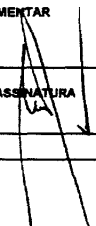
FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

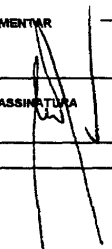
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA 		

EMENDA - 00117

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

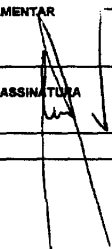
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO			
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRAJU, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR R\$ 150.000,00</p>			
JUSTIFICAÇÃO			
<p>A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.</p> <p>Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.</p> <p>Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.</p>			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF
	DEPUTADO MILTON MONTI		SP
DATA	ASSINATURA		PARTIDO
11/11			PMDB

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00118**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 11 DE 11
TEXTO			
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARANAPANEMA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR R\$ 150.000,00</p>			
JUSTIFICAÇÃO			
<p>A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.</p> <p>Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.</p> <p>Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.</p>			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF
	DEPUTADO MILTON MONTI		SP
DATA	ASSINATURA		PARTIDO
11/11			PMDB

EMENDA - 00119

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN 065/2002

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
VI DE VI

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PALMITAL, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MILTON MONTI

SP

PMDB

DATA

ASSINATURA

//_

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00120**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA VI LIE VI
---------------------	--------------	-----------------------	---------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OURINHOS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA		

EMENDA - 00121

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MANDURI, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00122**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA VI DE VI
---------------------	--------------	-----------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LENÇÓIS PAULISTA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).


FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00123**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LARANJAL PAULISTA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

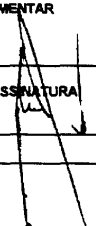
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

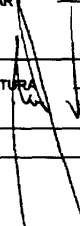
Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO MILTON MONTI	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
__/__/__			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00124****PLN 065/2002-CN**

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 065/2002	PROJETO DE LEI NÚMERO
PÁGINA 01 DE 01		
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITATINGA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR R\$ 150.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.</p> <p>Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.</p> <p>Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF
	DEPUTADO MILTON MONTI	SP
DATA	ASSINATURA	
//_		
PARTIDO		
PMDB		

EMENDA - 00125

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPORANGA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

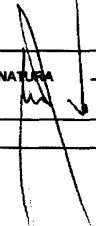
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 1/1	ASSINATURA 		

EMENDA - 00126

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

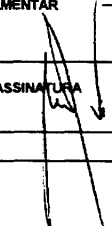
FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA 		

EMENDA - 00127

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPETININGA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

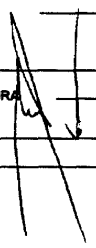
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO MILTON MONTI	SP	PMDB
DATA	ASSINATURA		
__/__/__			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00128**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAÍ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

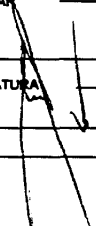
FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00129**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CESÁRIO LANGE, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

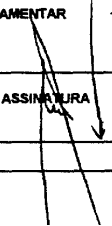
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA 11/11	ASSINATURA 		

EMENDA - 00130

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CÂNDIDO MOTA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

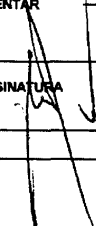
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00131**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BOITUVA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

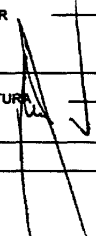
VALOR R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

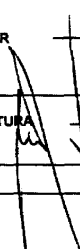
A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de São Paulo.

Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.

Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PMDB
DATA _/_/	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00132**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		
<p>INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 10.302.0023.4306.0035 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ANGATUBA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).</p> <p>FONTE DE CANCELAMENTO: 153 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50 VALOR R\$ 150.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A presente emenda tem o escopo de garantir recursos necessários para manutenção das atividades de saúde como atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em regime de gestão plena do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado de São Paulo.</p> <p>Tal iniciativa, visa portanto, incrementar a rede hospitalar da Santa Casa de misericórdia com o objetivo de levar um melhor atendimento à população carente do município.</p> <p>Por estas razões esperamos contar com o apoio para aprovação da emenda.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO MILTON MONTI	UF SP
DATA 11/11	PARTIDO PMDB	
ASSINATURA 		

EMENDA - 00133

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PLN 065/2002-CN
Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01DE01
---------------------	---	------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 10.302.0023.4306.0035 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TREMEMBÉ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153
GND: 3
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
VALOR: R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, TEM COMO OBJETIVO DOTAR O MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR, EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSO OBJETIVO EM APRESENTAR A EMENDA, É UNICAMENTE AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS, VISANDO MANTER E EQUIPAR, A REDE HOSPITALAR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO PLENO DA POPULAÇÃO CARENTE E TAMBÉM AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DE SEU PROVEDOR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DUILIO PISANESCHI	PTB	SP
DATA	ASSINATURA		
07/11/2002			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00134**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/02	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

SUPLEMENTAR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I -
10.302.0023.4306.0035 - CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, NO ESTADO DE
GOIÁS, NO VALOR DE R\$ 1.300.000,00
(UM MILHÃO E TREZENTOS MIL REAIS).

FONTE DE CANCELAMENTO: 153

GND: 4

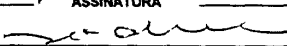
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: 1.300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA SUPLEMENTAR RECURSOS FINANCEIROS NO VALOR DE R\$ 1.300.000,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS MIL REAIS), PARA CONCLUIREM AS OBRAS INICIADAS PARA A CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, NO ESTADO DE GOIÁS.

COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER AOS APELOS E REIVINDICAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL, DOS VEREADORES E DA POPULAÇÃO EM GERAL.

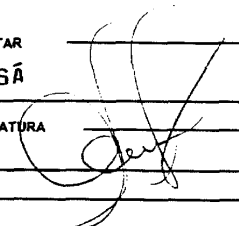
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO PEDRO CHAVES	GO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11/11			

EMENDA - 00135

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN-065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 DE 01
<small>TEXTO</small>		
<p>Incluir No Programa De Trabalho Do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – Atendimento Ambulatorial , Emergencial E Hospitalar Em Regime De Gestão Plena Do Sistema Único De Saúde – Sus Para A Santa Casa De Misericórdia De São Paulo, No Valor De R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais)</p> <p>Fonte De Cancelamento : 153 GND : 3 Modalidade De Aplicação : 50 Valor : R\$200.000,00</p>		
<small>JUSTIFICAÇÃO</small>		
<p>A Presente Emenda Visa Dotar O Município Supra Citado, De Melhorias No Atendimento Ambulatorial, Emergencial E Hospitalar Da População Carente, Aumentando Os Recursos Financeiros Da Rede Hospitalar Municipal.</p> <p>Com Esta Emenda Procuro Atender Aos Anseios E Reivindicações Da População Em Geral Que Clama Por Um Maior Apoio Do Poder Público Na Área Da Saúde Do Município.</p>		
<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> ARNALDO FARIA DE SÁ	<small>UF</small> SP
<small>DATA</small> 07/11/2002	<small>ASSINATURA</small> 	
<small>PARTIDO</small> PTB		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00136**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	---------------------------

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS para Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Hospital São Paulo, São Paulo, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Fonte de Cancelamento: 153

GND : 3

Modalidade de Aplicação : 50

Valor : R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.

Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ARNALDO FARIA DE SÁ	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/2002	ASSINATURA 		

EMENDA - 00137

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS para Fundação Zerbini - Instituto do Coração - HC.Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Fonte de Cancelamento: 153

GND : 3

Modalidade de Aplicação : 50

Valor : R\$ 250.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.

Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ARNALDO FARIA DE SÁ	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/2002	ASSINATURA 		

EMENDA - 00138

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

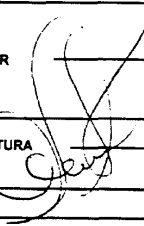
TEXTO

Incluir No Programa De Trabalho Do Anexo I - 10.302.0023.4306.0035 - Atendimento Ambulatorial , Emergencial E Hospitalar Em Regime De Gestão Plena Do Sistema Único De Saúde - Sus Em Favor Do Cruz Vermelha Brasileira - Filial Do Estado De São Paulo - HDF - Hospital Dos Defeitos Da Face Do Município De São Paulo - SP , No Valor De R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais)

Fonte De Cancelamento : 153
GND : 3
Modalidade De Aplicação : 50
Valor : R\$200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Visa Dotar O Município Supra Citado, De Melhorias No Atendimento Ambulatorial, Emergencial E Hospitalar Da População Carente, Aumentando Os Recursos Financeiros Da Rede Hospitalar Municipal.
Com Esta Emenda Procuro Atender Aos Anseios E Reivindicações Da População Em Geral Que Clama Por Um Maior Apoio Do Poder Público Na Área Da Saúde Do Município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ARNALDO FARIA DE SÃ	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07/11/2002	ASSINATURA 		

EMENDA - 00139

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
<p style="text-align: center; margin-top: 0;">TEXTO</p> <p>Incluir No Programa De Trabalho Do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – Atendimento Ambulatorial , Emergencial E Hospitalar Em Regime De Gestão Plena Do Sistema Único De Saúde – Sus Em Favor Do Instituto Brasileiro De Controle De Câncer – IBCC, Sociedade Beneficente São Camilo , No Município De São Paulo - SP , No Valor De R\$ 150.000,00 (Cento E Cinquenta Mil Reais)</p> <p>Fonte De Cancelamento : 153 GND : 3 Modalidade De Aplicação : 50 Valor : R\$150.000,00</p>		
<p style="text-align: center; margin-top: 0;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A Presente Emenda Visa Dotar O Município Supra Citado, De Melhorias No Atendimento Ambulatorial, Emergencial E Hospitalar Da População Carente, Aumentando Os Recursos Financeiros Da Rede Hospitalar Municipal. Com Esta Emenda Procuro Atender Aos Anseios E Reivindicações Da População Em Geral Que Clama Por Um Maior Apoio Do Poder Público Na Área Da Saúde Do Município.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ARNALDO FARIA DE SÁ	UF SP
DATA 07/11/2002	ASSINATURA	

EMENDA - 00140

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN - 065/2002

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS para Fundação Pio XII de Barretos, São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Fonte de Cancelamento: 153

GND : 3

Modalidade de Aplicação : 50

Valor : R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.

Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ARNALDO FARIA DE SÁ

SP

PTB

DATA

ASSINATURA


07/11/2002

EMENDA - 00141

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN – 065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 DE 01
<p style="text-align: center;"><small>TEXTO</small></p> <p>Inclui Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS para Santa Casa de Misericórdia de São Roque, São Paulo, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).</p> <p>Fonte de Cancelamento: 153</p> <p>GND : 3</p> <p>Modalidade de Aplicação : 50</p> <p>Valor : R\$ 200.000,00</p>		
<p style="text-align: center;"><small>JUSTIFICAÇÃO</small></p> <p>A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.</p> <p>Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.</p>		
<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> ARNALDO FARIA DE SA	<small>UF</small> SP
	<small>PARTIDO</small> PTB	
<small>DATA</small> 07/11/2002	<small>ASSINATURA</small> 	

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00142**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN - 065/2002

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS para Pronto Socorro Central de São Caetano do Sul, São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Fonte de Cancelamento: 153

GND : 3

Modalidade de Aplicação : 40

Valor : R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.

Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

ARNALDO FARIA DE SÁ

UF

SP

PARTIDO

PTB

DATA

07/11/2002


ASSINATURA

EMENDA - 00143

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	<small>PROJETO DE LEI NÚMERO</small> PLN - 065/2002	<small>PÁGINA</small> 01 DE 01
<small>TEXTO</small>		
<p>Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS para Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais, São Paulo, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p> <p>Fonte de Cancelamento: 153</p> <p>GND : 3</p> <p>Modalidade de Aplicação : 50</p> <p>Valor : R\$ 100.000,00</p>		
<small>JUSTIFICAÇÃO</small>		
<p>A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.</p> <p>Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.</p>		
<small>CÓDIGO</small>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> ARNALDO FARIA DE SÁ	<small>UF</small> SP
<small>PARTIDO</small> PTB	<small>ASSINATURA</small> 	
<small>DATA</small> 07/11/2002		

EMENDA - 00144

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-065/2002	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS para Irmandade de Misericórdia da Santa Casa de Lins, São Paulo, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Fonte de Cancelamento: 153

GND : 3

Modalidade de Aplicação : 50

Valor : R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.

Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ARNALDO FARIA DE SA	UF SP	PARTIDO PTB
DATA 07 / 11 / 2002	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00145**

PLN 065/2002-CN

Mensagem 0226/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN - 065/2002

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I – 10.302.0023.4306.0035 – atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS em favor da Sociedade Matonense de Benemerência – Hospital Carlos Fernando Malzoni do Município de Matão, São Paulo, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Fonte de Cancelamento: 153

GND : 3

Modalidade de Aplicação : 50

Valor : R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o município supra citado de melhorias no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da população carente, aumentando os recursos financeiros da rede Hospitalar Municipal.

Com esta Emenda procuro atender aos anseios e reivindicações da população em geral que clama por um maior apoio do Poder Público na área da Saúde do Município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

ARNALDO FARIA DE SÁ

UF

SP

PARTIDO

PTB

DATA

07/11/2002

ASSINATURA

Ata da 125ª Sessão não deliberativa em 11 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão e Nabor Júnior

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 307, DE 2002

(Nº 971/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123 da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Almirante-de-Esquadra Domingos Alfredo Silva.

Brasília, 7 de novembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MARINHA DO BRASIL

Alte Esq MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nascimento	- 08SET40
Naturalidade	- Rio de Janeiro
Filiação	- Claudio Mesquita de Azevedo e - Heloísa Leal de Azevedo
Cartão de Identidade	- 127.003A/R MB
CPF	- 044.420.407-53
Estado Civil	- Casado
Nome da Esposa	- Sandra Wanderley de Azevedo
Filhos	- Gustavo Henrique - Isabela - Rosana

2. CARREIRA

Guarda-Marinha	- 27JAN61
Segundo-Tenente	- 07FEV62
Primeiro-Tenente	- 08AGO63
Capitão-Tenente	- 08AGO66
Capitão-de-Corveta	- 08AGO72
Capitão-de-Fragata	- 30ABR78
Capitão-de-Mar-e-Guerra	- 30ABR86
Contra-Almirante	- 31MAR92
Vice-Almirante	- 31JUL96
Almirante-de-Esquadra	- 25NOV99

3. PRINCIPAIS COMISSÕES

Contratorpedeiro-Escolta “Bocaina”

Navio Hidrográfico “Taurus”

Navio Oceanográfico “Almirante Saldanha” (Imediato)

Navio Oceanográfico “Almirante Câmara” (Comandante), 1983-84

Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secretário-Adjunto), 1986-88

Adido Naval no Chile, 1988-90

Estado-Maior da Armada (Subchefe de Organização e de Estratégia), 1991-92

Escola Naval (Comandante), 1993-96

Comando de Operações Navais (Chefe do Estado-Maior), 1996

Diretoria de Ensino da Marinha (Diretor), 1997-98

Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (Diretor), 1998

Diretoria de Hidrografia e Navegação (Diretor), 1998-00

Secretaria-Geral da Marinha (Secretário-Geral), 2000-02

Estado-Maior da Armada (Chefe), 2002

4. CURSOS

Escola Naval

Tática Anti-Submarino e Aeronaval

Aperfeiçoamento de Hidrografia

Oceanografia Física (Portugal)

Avançado de Oceanografia (UNESCO/Brasil)

Comando e Estado-Maior (Escola de Guerra Naval)

Superior de Guerra Naval

Política e Estratégia Marítimas

5. ATIVIDADES PROFISSIONAIS ESPECIALIZADAS

Serviços hidrográficos nos Rios Amazonas, Paraná, Paranaíba, Grande e Tietê.

Serviços hidrográficos em águas ao largo dos Estados de Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Serviços Oceanográficos no Arquipélago de Açores e em águas do Oceano Atlântico ao largo da América do Sul, desde o Suriname à Argentina.

6. CONDECORAÇÕES

Ordem do Mérito Naval (Grã-Cruz)

Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial)

Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial)

Ordem do Mérito Forças Armadas (Grande Oficial)

Ordem do Mérito Rio Branco (Comendador)

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Comendador)

Ordem do Mérito Judiciário Militar (Alta Distinção)

Ordem do Ministério Público Militar (Alta Distinção)

Ordem do Mérito Cartográfico (Grande Oficial)

Medalha Militar de Ouro (passador de platina)

Medalha “Mérito Tamandaré”

Medalha do Pacificador

Medalha “Mérito Santos Dumont”

Medalha “Mérito Marinheiro” (duas âncoras)

Medalha do Mérito Militar (3ª Classe, Portugal)

Medalha do Mérito Forças Armadas (grau de Estrela Militar, Chile)

Cruz Naval (Comendador, Portugal)


7. DIVERSOS

Delegado do Brasil em reuniões do Bureau Hidrográfico Internacional (Mônaco).

Delegado do Brasil em diversas Assembléias e Reuniões do Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (UNESCO, Paris).

Vice-Presidente da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (UNESCO), eleito em 1999 e re-eleito em 2001.

Brasília, DF, 7 de novembro de 2002.


MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO
Almirante-de-Esquadra

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**PROJETO RECEBIDO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2002
(Nº 2.105/99, na Casa de origem)

**Estabelece parâmetros mínimos
para os Estatutos de Viabilidade Munici-
pal previsto no § 4º, do art. 18 da Consti-
tuição Federal de 1988.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe apresentação e publicação dos Estudos de Viabilidade Municipal, regulamentando a parte final do art. 18, § 4º, da Constituição Federal, e define registros mínimos para a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios.

Ar. 2º Para efeitos desta lei, considera-se:

I – criação, a instituição de um novo Município cujo território derive:

a) da emancipação de um ou mais distritos ou povoados de um único município;

b) do fracionamento do território de dois ou mais Municípios preexistentes:

II – incorporação, absorção de um Município que se extingue, por outro;

III – fusão, a união e dois ou mais Municípios, que se extinguem, para a formação de um novo Município;

IV – desmembramento, a separação de parcelas do território de um ou mais Municípios, que se agregam a outro Município preexistente;

Art. 3º O parcelamento para criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios iniciar-se-ão mediante requerimento de Deputado Estadual, na forma do regimento interno da Assembléia Legislativa ou de Lei Estadual, instruído com representação, subscrita por, no mínimo, cem eleitores com domicílio eleitoral nas áreas interessadas com as respectivas firmas reconhecidas.

§ 1º Quando se tratar de fusão de municípios ou de incorporação de um município a outro, é indispensável à manifestação favorável de cada uma das respectivas Câmaras de Vereadores;

§ 2º Na hipótese de criação, de incorporação ou de fusão de Municípios devem ser mencionadas as áreas envolvidas, os limites à sede e nome proposto;

§ 3º Na fixação dos limites municipais serão observadas as seguintes normas:

I – o município deverá ter configuração regular, evitando-se, quando possível, formas anônimas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II – dar-se-á preferência para delimitação às linhas naturais, facilmente reconhecíveis;

III – na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-ão linhas retas cujos extremos sejam pontos naturais ou facilmente reconhecíveis e dotados de condições de fixidez.

§ 4º A descrição dos limites municipais obedecerá ao seguinte:

I – os limites de cada município serão descritos integralmente no sentido e marcha dos ponteiros do relógio e partir do ponto mãos ocidentais da confrontação ao Norte;

II – na descrição dos limites municipais será usada linguagem apropriada, simples, clara e precisa.

Art. 4º Na toponímia dos municípios, observar-se-ão as seguintes normas:

I – não se repetirão topônimos de cidades ou vilas brasileiras já existentes;

II – não se empregarão designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, ou deles derivados, e expressões compostas de mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

§ 1º Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, promover-se-á a alteração do topônimo, ficando com a indicação original a de mais relevante categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: capital, sede de comarca, sede de município e sede de distrito.

§ 2º No caso de haver mais de uma localidade com o mesmo nome, este prevalecerá para a que o possuir a mais tempo.

§ 3º A Assembléia Legislativa poderá determinar a realização de consulta plebiscitária para eliminação das repetições de topônimos ou de dupla denominação, adotados, no que couber, os procedimentos previstos no art. 3º, **caput**, desta lei.

§ 4º Para o cumprimento do disposto neste artigo, será indispensável à audiência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 5º Ao município que resulte de fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios, com a extinção destes, é dispensada a verificação dos requisitos previstos nesta lei, o que também ocorrerá na hipótese de incorporação total.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o plebiscito consistirá exclusivamente na consulta às populações dos municípios envolvidos sobre sua concordância com a fusão ou a incorporação e a sede do novo município.

Art. 6º Não será permitida a criação ou o desmembramento de Município sem a preservação dos requisitos de continuidade territorial e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano, ouvidos a Fundação Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística _ IBGE e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Parágrafo único. Nenhuma área urbana de sede municipal poderá ser desmembrada para criação de município ou incorporação a outro já existente, salvo se a sede possuir mais de quinhentos mil habitantes e não houver ofensa ao disposto neste artigo.

Art. 7º Os Estudos de Viabilidade Municipal têm por finalidade comprovar a existência de condições que permitam a consolidação e o pleno desenvolvimento do novo Município e devem abranger os seguintes aspectos:

- I – viabilidade sócio-ambiental e urbana;
- II – viabilidade econômica;
- III – viabilidade política e administrativa.

Parágrafo único. A responsabilidade pela elaboração dos Estudos de Viabilidade Municipal é do Poder Legislativo Estadual.

Art. 8º O estudo de viabilidade sócio-ambiental e urbana deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – a definição dos limites do Município;
- II – o número e a tipologia das edificações existentes no núcleo urbano onde se pretende instalar a sede do novo Município;
- III – o padrão de crescimento demográfico da área;
- IV – a origem e o destino dos fluxos diários de transporte de pessoas;
- V – a identificação dos bens e valores do patrimônio cultural relevantes para a comunidade das áreas envolvidas.

§ 1º Na análise de viabilidade sócio-ambiental e urbana, devem ser considerados, no mínimo, os seguintes critérios e condições mínimas:

- I – população superior a:
 - a) quatro mil habitantes, na Região Norte;
 - b) seis mil habitantes, na Região Centro-Oeste;
 - c) oito mil habitantes, na Região Nordeste;
 - d) dez mil habitantes, nas Regiões Sul e Sudeste;
- II – eleitorado não inferior a quarenta por cento da população;
- III – existência de equipamentos sociais e de infraestrutura compatíveis com as necessidades da população;
- IV – centro urbano já constituído com número de edificações superior a:
 - a) duzentas, na Região Norte;
 - b) trezentas, na Região Centro-Oeste;
 - c) quatrocentas, na Região Nordeste;
 - d) quinhentas, nas Regiões Sul e Sudeste.

V – disponibilidade de edificações, no núcleo urbano onde se pretende instalar a sede do novo Município, suficientes para abrigar, no mínimo:

- a) a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores;
- b) os equipamentos comunitários de educação e saúde;

VI – disponibilidade para os sistemas de captação de água potável e de coleta e disposição final de esgotos sanitários e resíduos sólidos;

VII – garantia da preservação da continuidade territorial e da unidade histórico-cultural das áreas urbanas envolvidas.

§ 2º A estimativa populacional, para os efeitos desta lei, levará em conta o último censo realizado, atualizado pela projeção da taxa de crescimento ou diminuição populacional prevista para as áreas.

Art. 9º o estudo de viabilidade econômica deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – estimativa de:

a) receita fiscal da área que irá formar o novo Município, atestada pelo órgão fazendário estadual, com base na arrecadação do ano anterior ao da realização do estudo e considerando apenas os agentes econômicos já instalados;

b) receitas provenientes de transferências federais;

II – estimativa dos custos de administração do Município, inclusive:

a) remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e dos servidores públicos da administração direta;

b) despesas de custeio dos órgãos da administração direta;

c) despesas com a prestação dos serviços públicos de interesse local e com a parcela dos serviços de educação e saúde a cargo do Município;

III – estimativa de investimentos demandados para a instalação de equipamentos urbanos e comunitários ainda não existentes no núcleo urbano onde se pretende instalar a sede do novo Município.

Parágrafo único. Na análise de viabilidade econômica devem ser considerados, pelo menos:

I – a existência de saldo positivo na comparação entre os valores apurados nos incisos I e II do **caput**;

II – a arrecadação estadual de impostos, na área emancipada, equivalente ao valor de tal receita no Município de menor arrecadação no Estado, levando-se em conta os dois últimos exercícios financeiros.

Art. 10. O estudo de viabilidade política e administrativa deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – número de representantes que irão integrar a Câmara de Vereadores;

II – previsão para a prestação dos serviços públicos considerados essenciais;

III – estimativa do número de servidores públicos necessários para compor a administração direta.

Parágrafo único. Na análise de viabilidade política e administrativa deve ser observada a proporção entre o número de servidores e a população estimada na área territorial do novo Município.

Art. 11. Os requisitos serão atendidos da seguinte forma:

I – anexação dos dados constantes na última divulgação dos resultados consolidados dos censos demográficos apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

II – apresentação de relatórios técnicos de órgãos competentes do Governo do Estado, que comprovem o atendimento das condições previstas nesta lei;

III – apresentação de documentação comprobatória emitida pelo órgão fazendário estadual.

Art. 12. Não será permitido a criação ou o desmembramento de Municípios que impliquem a perda de viabilidade, segundo os mesmos critérios previstos nesta lei, para os Municípios de origem.

Art. 13. Os Estudos de Viabilidade Municipal ficarão à disposição dos interessados, durante um mínimo de trinta dias, em local acessível, nos núcleos urbanos dos Municípios envolvidos e na Assembléia Legislativa do respectivo Estado.

§ 1º Durante esse período deverá ser realizada, pelo menos, uma audiência pública em cada um dos núcleos urbanos dos Municípios envolvidos, para esclarecimento da população.

§ 2º Além da divulgação prevista no **caput**, os Estudos de Viabilidade Municipal deverão ser publicados:

I – na íntegra, no órgão oficial de imprensa do Estado;

II – em resumo, em jornal de grande circulação regional, contendo os principais dados e conclusões.

§ 3º Os Estudos de Viabilidade Municipal, bem como os demais requisitos previstos nesta lei, poderão ser impugnados dentro do prazo estabelecido no **caput** e no § 2º por qualquer eleitor interessado.

§ 4º Se houver impugnação, a Assembléia Legislativa decidirá, na forma determinada pelo seu Regimento Interno.

Art. 14. Somente após a comprovação dos Estudos de Viabilidade Municipal e dos demais requisitos previstos nesta lei, poderá ser realizada a consulta, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, desde que autorizada pela Assembléia Legislativa na forma do seu Regimento Interno.

Art. 15. Determinada a realização de plebiscito pela Assembléia Legislativa, caberá ao Tribunal Regional Eleitoral, em no máximo trinta dias da publicação dos Estudos no órgão oficial de imprensa do Estado, expedir resolução fixando a data e a forma da consulta plebiscitária, obedecidos os seguintes preceitos:

I – residência do eleitor, há mais de um ano, nas áreas envolvidas;

II – a cédula oficial conterá as palavras “sim” e “não”, indicando, respectivamente, a aprovação ou a rejeição da criação, fusão, incorporação ou desmembramento do Município.

§ 2º Quando houver, na área envolvida, mais de um centro urbano que dispute a nomeação como sede do novo Município, a cédula conterá, conforme determinação da Assembléia Legislativa, espaço próprio para que o eleitor possa declarar sua opção por uma das localidades.

§ 3º O Tribunal Regional Eleitoral, em quinze dias a contar da realização do plebiscito, publicará a ata final de apuração, com os respectivos mapas, recursos e demais documentos.

§ 4º O recurso não eleitoral será julgado pela Assembléia Legislativa.

§ 5º Se uma ou mais seções eleitorais ou votos forem anulados, e importem quantidade que possibilite alterar o resultado do plebiscito, o TRE realizará nova consulta, no prazo de trinta dias, se não estiver vencido o prazo previsto em Lei Complementar federal.

§ 6º Se houver renovação de votação, determinada pela Assembléia Legislativa, em razão da falta de **quórum** na primeira votação, somente poderá ser repetida outra consulta na legislatura subsequente.

Art. 16. Somente será admitida a elaboração de projeto de lei que promova a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores dos municípios envolvidos, que compareceram às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta por cento mais um dos eleitores inscritos.

Art. 17. Caberá à Justiça Eleitoral prover as despesas com a realização das consultas plebiscitárias.

Art. 18. O novo Município somente será instalado com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores eleitos na forma da Lei.

§ 1º Da solenidade será lavrada ata, que será remetida aos chefes dos poderes constituídos da República e do Estado e, também, à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º Os bens públicos municipais, existentes na área do município recém-criado e instalado, passam para o domínio deste, independentemente de indenização, sendo os imóveis transcritos no livro próprio, depois de inventariados.

§ 3º O servidor público municipal, que exerça sua atividade no território do município recém-instalado, passa a integrar o quadro de pessoal deste, sem prejuízo do seu tempo de serviço e dos demais direitos previdenciários e sociais, ressalvada a opção, manifestada no prazo de trinta dias, para permanecer no município de origem, se lhe for conveniente.

§ 4º Enquanto não possuir legislação própria, o município recém-instalado reger-se-á pelas leis do município do qual foi desmembrado.

§ 5º Se o município recém-instalado foi desmembrado de mais de um município, a lei de sua criação determinará a legislação do município a ser aplicada.

Art. 19. Os processos de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, cuja tramitação foi suspensa por ocasião da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, serão revistos e prosseguirão seu curso atendendo ao previsto nesta Lei, realizadas as consultas plebiscitárias.

Parágrafo único. É assegurada a instalação dos municípios cujas leis de criação obedeceram a legislação anterior, desde que o resultado do plebiscito tenha sido favorável, aplicando-se, neste caso, o disposto no art. 18.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 2.105- DE 1999

O Congresso Nacional decreta:

Estabelece parâmetros mínimos para os Estatutos de Viabilidade Municipal previsto no § 4º, do art. 18 da Constituição Federal de 1988.

Art. 1.º A criação, fusão, incorporação e desmembramento de um Município só poderá ocorrer após a publicação dos Estudos de Viabilidade Municipal.

Art. 2.º Os Estudos de Viabilidade Municipal serão definidos por lei estadual que deverá exigir a comprovação da existência em área territorial do novo município das seguintes condições mínimas:

I - População estimada superior a 5.000 (cinco) mil habitantes.

II - Existência de equipamentos sociais e de infraestrutura compatíveis com as necessidades da população.

III - Capacidade de arrecadação, no último exercício antes do conclusão do Estudo de Viabilidade Municipal, de um percentual mínimo de participação na receita estadual de impostos.

Parágrafo único. O percentual mínimo, referido no inciso III deste artigo, deverá corresponder à média dos percentuais de participação na receita estadual de impostos de municípios do mesmo estado que se situem na faixa populacional correspondente e que sejam considerados economicamente viáveis.

Art. 3.º Os requisitos do parágrafo anterior serão atendidos da seguinte forma:

I. Anexação dos dados constantes na última divulgação dos resultados consolidados dos censos demográficos apurados pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, para comprovação da cláusula geográfica constante no inciso I do artigo anterior;

II. Apresentação de Relatório técnico que comprove atendimento do inciso II do art. 2º, a ser fornecido por órgão competente do Governo do Estado previamente definido pela lei estadual referida no “caput” do artigo anterior;

III. Apresentação de documentação comprobatória do cumprimento inciso III do art. 2º emitido pelo órgão fazendário estadual.

Art. 3.º A lei estadual poderá ampliar as exigências previstas no art. 2º e 3.º que deverão constar dos Estudos de Viabilidade Municipal.

Art. 4º A Lei estadual deverá incluir em seu texto estímulos à fusão ou incorporação de Município já criado que não atenda às exigências desta lei a Município ou municípios vizinhos que atendam aos requisitos legais ou que, com a fusão, passem juntos a atender.

Parágrafo único. A lei estadual deve prever distâncias mínimas entre os centros de núcleos urbanos dos municípios que pretendam unir-se, respeitando as especificidades regionais.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

Atualmente, existem no país 1612 municípios com população inferior a 5.000 (cinco) habitantes, que, em sua grande maioria, não possuem condições sócio-econômicas mínimas de auto-sustentação.

Tais municípios, em geral, não possuem receita própria, dependendo, quase que exclusivamente, de repasses tanto estaduais quanto

federais, acarretando despesas para os Governos Estadual e Federal, pois a criação de um novo município gera despesas com folha de pagamento, gastos com instalação da sede, mobiliários, materiais e equipamentos criando, no curto prazo, um endividamento do mesmo já que, provavelmente, terão que recorrer a financiamentos.

Ao se estabelecer os parâmetros para os Estudos de Viabilidade Municipal, na forma dos requisitos estabelecidos neste Projeto de Lei, poder-se-á ter um maior controle das condições econômicas, financeiras e de infra-estrutura dos municípios novos que venham a ser criados, bem como daqueles que resultem de fusões e incorporações.

A partir da apresentação das informações relacionadas nos artigos 2.º e 3.º, os municípios, novos, fundidos, bem como os incorporados, deverão possuir infra-estrutura suficiente para a população e passar a ter condições de auto-subsistência sócio-econômicas próprias sem terem que especular com a expectativa por recursos repassadas pelo Governo Federal, sem que haja uma fonte realizável já prevista para proporcioná-las.

Face ao exposto, surge a necessidade de se efetivar o parágrafo 4 do art. 18 da Constituição Federal de 1988, no que tange aos Estudos de Viabilidade Municipal, com o objetivo de prevenir a criação de municípios nessas condições e desestimular a independência de municípios deficitários.

Dai a necessidade do presente projeto de lei que estabelece parâmetros mínimos para o estudo de viabilidade municipal, razão pela qual peço apoio aos nobres pares do Congresso Nacional ao presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1999.



Deputado Valdemar Costa Neto

(FL-SP)

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III
Da Organização do Estado

CAPÍTULO I
Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. À organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, as populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

§ 4º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 12-9-1996.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECER Nº 1030, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2001 (nº 2.862/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que trata da incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente.

Relator: Senador **Geraldo Melo**

I – Relatório

Encaminhado a esta Casa para apreciação, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2001, ementado à epígrafe, compõe-se de dois artigos.

O art. 1º altera a redação do art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988, de molde a dispor o **caput** que, no caso de rendimentos recebidos acumuladamente por pessoa física, o Imposto sobre a Renda incidirá, no mês do recebimento ou crédito, aplicando-se a tabela progressiva e à legislação relativas a cada mês a que se referirem os rendimentos.

Consoante estabelece o § 1º do art. 12 da referida lei, ora acrescido, não será cobrado o imposto em relação aos meses cujo rendimento, isoladamente considerado, não ultrapassar o limite da isenção.

E o § 2º, acrescido também, dispõe que se deduzirá, para fins de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto, o valor das despesas com ação judicial, inclusive com advogados, necessárias ao recebimento dos rendimentos, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

O art. 2º do projeto fixa como cláusula de vigência a data da publicação da futura lei.

A proposição sob análise tem origem em projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Milton Temer, apresentado em 18-4-2000, e distribuído, inicialmente, na Câmara dos Deputados, à Comissão de Finanças e Tributação – CFT, que, em 22-11-2000, aprovou por unanimidade voto do relator, Senhor Deputado Pedro Novais, pela compatibilidade e pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

Depois, em 17-5-2001, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – CCJR aprovou, em caráter terminativo, também por unanimidade, voto do relator, Senhor Deputado Nelson Pellegrino, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo. Coube, por fim, em 26-6-2001, à referida CCJR dar aprovação unânime à redação final oferecida pelo relator, Senhor Deputado Osmar Serraglio, obedecidas as disposições regimentais aplicáveis. Com tal redação, o projeto veio a esta Casa revisora em 22-8-2001 (fls. 1 a 5 do processo).

Essas informações, corroboradas pelo avulso anexo a fl. 8 dos autos, foram colhidas por consulta direta ao banco de dados informatizados daquela Casa, em substituição ao resumo da tramitação na Casa de origem, ora constante às fls. 6 e 7, o qual, por lapso, trata de outra proposição (PL nº 2.882/00). É a única discrepância a observar, no tocante à documentação a que se refere o art. 261, II, a, do Regimento Interno do Senado.

Distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 27-8-2001, o PLC nº 63, de 2001, veio ao presente relator no dia 30 seguinte.

II – Análise

Consoante o Regimento Interno (art. 99, I, IV e VII), compete a esta CAE opinar sobre proposições pertinentes a aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos.

Ademais, o Projeto sob análise está sendo objeto de apreciação pelo Senado Federal, na qualidade de Casa revisora, nos termos do Regimento Comum (arts. 134 e segs.).

O Autor alega, na justificação, que o projeto, ao alterar o art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988, visa corrigir erro técnico de tributação na fonte e a injustiça da incidência errônea sobre parcelas isentas, mediante aplicação da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas, pelo simples fato de estas receberem acumuladamente, em determinado mês, rendimentos atrasados, o que implicaria dupla apenação: atraso nas quantias salariais devidas e ônus tributário desproporcional, a incidir sobre perdas patrimoniais de trabalhadores, aposentados e assemelhados.

Na Casa de origem, o relator na Comissão de Finanças e Tributação salientou que, nas circunstâncias atuais, está ocorrendo retenção indevida ou a maior de Imposto de Renda, sobre rendimentos que deveriam ser diluídos. E que o fato de se elidir essa retenção indevida não constitui benefício tributário, daí não vislumbrar qualquer óbice quanto às Leis de Diretrizes Orçamentárias para 2000 e 2001, nem com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, até porque o possível impacto na arrecadação é irrelevante e de problemática ou inviável apuração. O parecer dessa Comissão, aprovado à unanimidade em 22-11-2000, concluiu pela compatibilidade e pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei.

Por sua vez, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em 17-5-2001, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do substitutivo oferecido pelo relator, que aperfeiçoou a redação e a técnica legislativa da proposição.

Nada temos a aduzir a tais manifestações, razão por que o projeto, tal como consta na redação final aprovada pela Casa de origem, afigura-se merecer aprovação.

III – Voto

À vista do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2001.

Sala da Comissão, **Lucio Alcantara**, Presidente – **Geraldo Melo**, Relator – **Luiz Pastore** – **Gilberto Mestrinho** – **Bello Parga** – **Paulo Souto** – **Wldeck Ornelas** – **Lúdio Coelho** – **Roberto Saturnino** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Benício Sampaio** – **Jefferson Peres**.

PARECER Nº 1.031, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2001 (nº 1.149/1995, na Casa de origem), que estabelece forma de tributação na importação de mercadorias por pequenos comerciantes e dá outras providências.

Relator: Senador **Waldeck Ornêlas**

I – Relatório

A proposição em epígrafe permite às microempresas, as empresas de pequeno porte e aos comerciantes ambulantes importar mercadorias do exterior por intermédio de associações e cooperativas a que pertençam ou que para esse fim sejam constituídas.

As associações ou cooperativas que realizarem tais importações responsabilizar-se-ão pela tramitação de documentos e pelo desembaraço aduaneiro, junto às alfândegas e repartições públicas incumbidas dos controles de comércio exterior, e entregarão aos comitentes importadores os documentos necessários à comprovação da regularidade da importação e do pagamento dos tributos.

Se houver um único documento para cobrir importação realizada por vários comitentes importadores, ser-lhes-ão entregues cópias daquele, contendo, no verso, certificação de que o documento original está arquivado na sede da associação ou cooperativa a que estão filiados.

Com esse projeto de lei, nas palavras de seu eminente Autor, o Deputado Luís Mainardi, “regularizar-se-á o deprimente quadro de pequenos contraventores que as autoridades não acham econômico combater ou que suscitam na população o sentimento de que se está cometendo uma injustiça ao enquadrá-los legalmente. Evita-se, por outro lado, a concorrência desleal com comerciantes estabelecidos e permite-se a regula-

rização nos limites da economia formal de trabalhadores que, de outra forma, cairiam na ilegalidade.”

É o relatório.

II – Análise

A Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que “Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências”, veda, em seu art. 9º, XII, **a**, a opção pelo SIMPLES à pessoa jurídica que realize operações relativas à importação de produtos estrangeiros.

Em consequência, as microempresas e empresas de pequeno porte que importarem mercadorias, ainda que por intermédio de associações ou cooperativas a que pertençam ou que hajam sido constituídas para esse fim, ficarão sujeitas a exclusão do sistema simplificado de tributação (arts. 12 a 15 da Lei nº 9.317, de 1996).

Tendo em vista as vantagens do SIMPLES, em termos de unificação, redução e facilitação das obrigações tributárias, acreditamos que muito poucas empresas o trocariam pela sistemática ora proposta, o que a tornaria inútil.

Por outro lado, parece-nos remota a possibilidade de se exercer um controle fiscal adequado sobre tais operações, tendo em vista o grande número de comitentes que nelas estará envolvido, bem como a sua dispersão por todo o território nacional, o que tornará extremamente difícil a confrontação dos documentos comprobatórios de pagamento dos tributos devidos (Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), em poder das cooperativas e associações, com as suas cópias entregues aos comitentes.

III – Voto

Em face do acima exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2001.

Sala da Comissão, **Waldeck Ornelas**, Relator – **Luiz Pastore** – **Alberto Silva** – **Ney Suassuna** – **Belio Parga** – **Antonio Carlos Junior** – **Paulo Souto** – **Freitas Neto** – **Romero Jucá** – **Roberto Saturnino** – **Romeu Tuma** – **Geraldo Althoff** – **Arlindo Porto**.

LEGISLAÇÃO CITADA NO PARECER ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

Art. 9º Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

XII – que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

Art. 12. A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

Art. 13. A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-á:

I – por opção;

II – obrigatoriamente, quando:

a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 1º A exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso do inciso II e do parágrafo anterior, a comunicação deverá ser efetuada:

a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso de receita bruta, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

b) até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo à exclusão, nas hipóteses dos demais incisos do art. 9º e da alínea **b** do inciso II deste artigo.

Art. 14. A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

I – exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;

II – embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional);

III – resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;

IV – constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionista, ou o titular, no caso de firma individual;

V – prática reiterada de infração à legislação tributária;

VI – comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VII – incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.

Art. 15. A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I – a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

II – a partir do mês subsequente ao em que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 9º;

III – a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, **b**, do art. 13;

IV – a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V – a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

§ 1º A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade

com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

2º O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

PARECER Nº 1.032, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2002 (nº 4.358 de 2001, na origem), que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências.

Relator: Senador **Ademir Andrade**

Relator **ad hoc**: Senador **Ricardo Santos**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o projeto de lei epigraado, de autoria do Deputado Feu Rosa.

A proposição, que já logrou aprovação na Câmara dos Deputados, dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas mediante remuneração e a responsabilidade dos contratantes desses serviços, estando estruturada em vinte e cinco artigos, cujo conteúdo resume-se no seguinte:

O exercício da atividade é livre, dependendo apenas da inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para a qual são feitas algumas exigências mínimas, tanto para a Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC) quanto para o Transportador Autônomo de Cargas (TAC), ficando para definição em regulamento a documentação a ser apresentada para o referido registro.

Tanto a atividade do transportador quanto as relações decorrentes do contrato de transporte rodoviário de cargas são de natureza comercial, não ensejando vínculo de emprego, ficando definida a competência, da Justiça Comum para julgar as ações relativas aos referidos contratos.

O transporte rodoviário de cargas será efetuado mediante contrato ou conhecimento de transporte.

O transportador é responsável pela execução dos serviços de transporte e pelos prejuízos resultantes de perdas, danos e avarias às cargas, bem como pelos prejuízos decorrentes de atraso na entrega.

A responsabilidade do transportador tem como limite:

a) no caso de prejuízos resultantes de perdas e danos à carga, o valor declarado pelo expedidor e consignado no conhecimento de transportes acrescido do valor do frete e do seguro correspondentes (ou, se não houver valor declarado, ao valor de dois DES — Direito Especial de Saque por quilograma de peso bruto transportado);

b) no caso de prejuízos resultantes de atraso na entrega, o valor do frete, salvo cláusula contratual que estipule outro valor.

A responsabilidade do transportador, que compreende o período desde o recebimento da carga até o momento de sua entrega, se estende às ações e omissões de seus empregados, prepostos e terceiros contratados, com direito de regresso contra os últimos.

O atraso na entrega superior a trinta dias dá ao interessado o direito de, considerar a carga como perdida.

O projeto relaciona as hipóteses em que o transportador será liberado de sua responsabilidade.

O expedidor indenizará o transportador pelas perdas, danos ou avarias resultantes de inveracidade na declaração de carga ou de inadequação dos elementos que lhe compete fornecer para a emissão do conhecimento de transporte; ato ou fato a ele imputável; inadequação da embalagem; e manuseio, embarque, estiva ou descarga executados diretamente por ele, seus agentes ou prepostos.

Os operadores de terminais, armazéns e quaisquer outros que realizam operações de transbordo são responsáveis, perante o transportador, pelas perdas e danos causados à carga quando da realização das referidas operações, inclusive de depósito.

As operações de transporte de carga serão sempre seguradas contra perdas e danos, devendo o contrato estipular a quem caberá a responsabilidade pela contratação do seguro, se ao contratante dos serviços ou ao transportador.

A chegada da carga ao destino deverá ser comunicada pelo transportador, devendo o interessado retirá-la no prazo de trinta dias da notificação, após o que será considerada abandonada, podendo o referido prazo ser reduzido nos casos de bens perecíveis ou produtos perigosos.

O prazo de prescrição das ações judiciais pelo não-cumprimento de responsabilidades decorrentes do contrato de transporte é de um ano, contado da data da entrega da carga ou do quadragésimo quinto dia após o prazo previsto para a entrega, se esta não ocorrer.

A proposição admite que os conflitos entre os contratantes sejam solucionados mediante arbitragem.

Para efeitos fiscais e previdenciários, a parcela destinada à remuneração da mão-de-obra do TAC, compreendida nos fretes que contratar, corresponderá a onze inteiros e setenta e um centésimos por cento do montante bruto recebido a este título.

As infrações às disposições do projeto serão punidas com multas administrativas, que vão de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a serem aplicadas pelo órgão competente, sem prejuízo de cancelamento da inscrição no RNTR-C, quando for o caso.

Na aplicação do disposto na lei que se originar do projeto, ficam ressalvadas as disposições previstas em acordos ou convênios internacionais firmados pela República Federativa do Brasil.

Os arts. 24 e 25 estabelecem que a lei em que o projeto se converter entrar em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, que limita a exploração da atividade por estrangeiros.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II – Análise

A proposição trata do transporte rodoviário de cargas e de responsabilidade civil, matérias sobre as quais a União tem competência privativa para legislar, nos termos dos incisos I e XI do art. 22 e do **caput** do art. 178 da Constituição Federal.

Por outro lado, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, em conformidade com o que estabelecem os arts. 48 e 61 da Carta Magna.

A obrigatoriedade de registro para o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas mediante remuneração já se encontra estabelecida na Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, que modifica a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 (norma que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT), para, entre outras medidas, determinar que “o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas, por conta de terceiros e mediante remuneração, depende de inscrição do transportador no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC”.

Todavia, a proposição inova ao estabelecer condições para o referido registro, entre as quais a exigên-

cia de que o interessado comprove a propriedade ou o arrendamento de pelo menos um veículo automotor de carga.

Julgamos a medida oportuna, tendo em vista que o projeto define requisitos mínimos para o exercício da atividade, que deverão balizar a ANTT na regulamentação do referido registro obrigatório.

A definição expressa da natureza comercial da atividade e do contrato de transporte rodoviário de cargas é importante para afastar quaisquer possíveis entendimentos quanto à existência de vínculo empregatício entre as partes contratantes, evitando-se, com isso, o acionamento da Justiça Trabalhista para resolver conflitos dessa natureza.

Não restam dúvidas de que, entre as medidas mais importantes adotadas na proposição, destaca-se a definição das responsabilidades das partes contratantes do serviço de transporte rodoviário de cargas mediante remuneração.

O detalhamento legal das responsabilidades do transportador, do expedidor da carga e de outros agentes envolvidos nas operações de transporte não só propiciam a agilização do Poder Judiciário, na solução de conflitos, como também contribui para reduzir as demandas judiciais relacionadas à atividade, tendo em vista ficarem mais claramente definidos os direitos e deveres das partes.

Na definição das responsabilidades, o projeto busca o equilíbrio dos interesses envolvidos, tendo, como parâmetro as normas pertinentes à matéria estatuídas na Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas e dá outras providências.

A obrigatoriedade de segurar contra perdas e danos a carga é bastante oportuna, parecendo-nos razoável deixar a critério das partes a definição do responsável por sua contratação.

Também merece destaque a expressa previsão legal da possibilidade de solução de conflitos relacionados aos contratos de transporte rodoviário de cargas mediante arbitragem, sistema que se tem revelado ágil e eficaz, além de desafogar o Poder Judiciário.

Enfim, o projeto vem ao encontro das necessidades do setor de transporte rodoviário de cargas mediante remuneração, que já há algum tempo vem reivindicando a regulamentação da atividade, motivo pelo qual deve ser aprovado.

Julgamos necessários, contudo, alguns aperfeiçoamentos na proposição, era sua maioria apenas de natureza redacional.

A proposição aborda especificamente o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, não dispondo sobre o transporte efetuado por conta própria, motivo pelo qual sua ementa e seu art. 1º devem ser alterados (Emendas nºs 1 e 2).

O texto do art. 2º do projeto foi incorporado ao dos arts. 1º e 3º), para os quais estamos propondo emendas, razão pela qual aquele dispositivo deve ser suprimido (Emenda nº 3).

Também é importante definir as categorias nas quais pode ser efetuado o registro do transportador junto à ANTT. Dispositivo nesse sentido constava do projeto original e parece ter sido inadvertidamente excluído na redação final da proposição na Câmara dos Deputados (Emenda nº 4).

Ainda mediante a Emenda nº 4 estamos propondo que, assim como está previsto em relação ao responsável técnico da Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC), também seja exigido do Transportador Autônomo de Cargas (TAC), para fins de registro, experiência anterior ou aprovação em curso específico. Ademais, propomos que em todos os veículos automotores de carga conste a identificação da ETC ou TAC que sejam seus proprietários ou arrendatários, com vistas a facilitar o trabalho de fiscalização.

Como redigido, o art. 5º do projeto enseja a interpretação de que todo contrato de transporte envolve três partes, quais sejam a ETC, o embargador da carga e o TAC, motivo pelo qual deve ser modificado. Por outro lado, é preciso definir que formas são admitidas para a prestação do serviço por parte do TAC, pois, do contrário, não haveria necessidade de inclusão desse dispositivo no texto do projeto, por desnecessário (Emenda nº 6).

A informação, ao expedidor ou ao destinatário da carga, do prazo previsto para sua entrega, somente se justifica quando o referido prazo não tiver sido estipulado no contrato. Por outro lado, não é a denominação pelo expedidor que caracteriza a perecibilidade ou a periculosidade do produto transportado, motivo pelo qual a expressão “assim denominada pelo expedidor” deve ser suprimida do § 4º do art. 12 do projeto. Julgamos oportuno, ainda, o estabelecimento de um prazo para carga e descarga do veículo de transporte, após o qual será devida multa ao transportador (Emenda nº 8).

A Emenda nº 9 tem por finalidade corrigir erro de remissão no inciso VI e ajustar a redação do parágrafo único do art. 13 do projeto.

Não é o transportador que conta com o seguro e sim a operação de transporte, especialmente conside-

rando-se que a contratação do seguro pode ser feita pelo contratante dos serviços, motivo pelo qual a redação do **caput** do art. 14 deve ser modificada (Emenda nº 10).

As Emendas nºs 5, 7, 11, 12, 13 e 15 têm por finalidade aperfeiçoar a redação dos arts. 4º, 7º, 15, 16, 18 e 22 da proposição, respectivamente.

A Emenda nº 14 tem por finalidade ajustar o art. 19, que trata do prazo de prescrição da pretensão à reparação de danos relacionados aos contratos de transporte.

Finalmente, a Emenda nº 16 visa a assegurar àqueles que atualmente exploram a atividade de transporte rodoviário de cargas o direito de continuar a exercê-la, independentemente do preenchimento dos requisitos estabelecidos pelo projeto.

III – Voto

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2002, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas a seguir apresentadas:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) realizado em vias públicas, no território nacional, por conta de terceiros e mediante remuneração, os mecanismos de sua operação e a responsabilidade do transportador.

EMENDA Nº 3-CCJ

Suprima-se o art. 2º do projeto.

EMENDA Nº 4-CCJ

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

Art. 3º A atividade econômica de que trata o art. 1º é de natureza comercial, exercida por pessoa física ou jurídica em regime de livre concorrência, e depende de prévia inscri-

ção do interessado em sua exploração no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nas seguintes categorias:

I – Transportador Autônomo de Cargas (TAC), pessoa física, que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade profissional;

II – Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC), pessoa jurídica, constituída por qualquer forma prevista em lei, que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade principal

§ 1º O TAC deverá:

I – comprovar ser proprietário, co-proprietário ou arrendatário de, pelo menos, um veículo automotor de carga, registrado em seu nome no órgão de trânsito, como veículo de aluguel;

II – comprovar ter experiência de, pelo menos, 3 (três) anos na atividade, ou ter sido aprovado em curso específico.

§ 2º A ETC deverá:

I – ter sede no Brasil;

II – comprovar ser proprietária o arrendatária de pelo menos um veículo automotor de carga, registrado no País;

III – indicar e promover a substituição do Responsável Técnico, que deverá ter pelo menos três anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico;

IV – demonstrar capacidade Financeira para o exercício da atividade e idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico.

§ 3º Para efeito de cumprimento das exigências contidas no inciso II do § 2º deste artigo, as Cooperativas de Transporte de Cargas deverão comprovar a propriedade ou o arrendamento dos veículos automotores de cargas de seus associados.

§ 4º Deverá constar no veículo automotor de carga, na forma 'a ser regulamentada pela ANTT, o número de registro no RNTR-C de seu proprietário ou arrendatário.

§ 5º A ANTT disporá sobre as exigências curriculares e a comprovação dos cursos previstos no inciso II do § 1º e no inciso III do § 2º deste artigo.

EMENDA Nº 5-CCJ

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

Art. 4º O processo de inscrição e cassação do registro, bem como a documentação exigida para o RNTR-C, serão regulamentados pela ANTT.

EMENDA Nº 6– CCJ

Dê-se ao art. 5º do projeto a seguinte redação:

Art. 5º O contrato a ser celebrado entre a ETC e o TAC ou entre o dono ou embarcador da carga e o TAC definirá a forma de prestação de serviço desse último, como agregado ou independente.

§ 1º Denomina-se TAC-agregado aquele que coloca veículo de sua propriedade ou de sua posse, a ser dirigido por ele próprio ou por preposto seu, a serviço do contratante, com exclusividade, mediante remuneração ceda.

§ 2º Denomina-se TAC-independente aquele que presta os serviços de transporte de carga de que trata esta Lei em caráter eventual e sem exclusividade, mediante frete ajustado a cada viagem.

EMENDA Nº 7-CCJ

Dê-se ao art. 7º do projeto a seguinte redação:

Art. 7º O transporte rodoviário de cargas será efetuado sob contrato ou conhecimento de transporte, que deverá conter informações para a completa identificação das partes e dos serviços e de natureza fiscal.

EMENDA Nº 8-CCJ

Dê-se ao art. 12 do projeto a seguinte redação:

Art. 12. O transportador informará ao expedidor ou ao destinatário, quando não pactuado no contrato ou conhecimento de transporte, o prazo previsto para a entrega da mercadoria.

§ 1º O transportador obriga-se a comunicar ao expedidor ou ao destinatário, em tempo hábil, a chegada da carga ao destino.

§ 2º A carga ficará à disposição do interessado, após a comunicação de que trata o § 1º, pelo prazo de trinta dias, se outra condição não for pactuada.

§ 3º Findo o prazo previsto no § 2º, não sendo retirada, a carga será considerada abandonada.

§ 4º No caso de bem perecível ou produto perigoso, o prazo do que trata o § 2º deste artigo poderá ser reduzido, conforme a natureza da mercadoria, devendo o transportador informar o fato ao expedidor e ao destinatário.

§ 5º Atendidas as exigências deste artigo, o prazo máximo para carga e descarga do

veículo de Transporte Rodoviário de Cargas será de 5 (cinco) horas, contadas da chegada do veículo no endereço de destino; após este período será devido ao TAC ou à ETC o valor de R\$ 1,00 (um real) por tonelada/hora ou fração.

EMENDA Nº 9-CCJ

Dê-se ao inciso VI e ao parágrafo único do art. 13 do projeto a seguinte redação:

Art. 13.

.....

VI – contratação de seguro pelo contratante do serviço de transporte, na forma do art. 14, inciso I, desta Lei.

Parágrafo único. Não obstante às excludentes de responsabilidades previstas, neste artigo, o transportador e seus subcontratados serão responsáveis pela agravação das perdas ou danos a que derem causa.

EMENDA Nº 10-CCJ

Dê-se ao **caput** do art. 14 do projeto a seguinte redação:

Art. 14. Sem prejuízo do seguro de responsabilidade civil contra danos a terceiros previsto em lei, toda operação de transporte contará com o seguro contra perdas ou danos causados à carga, de acordo com o que seja estabelecido no contrato ou conhecimento de transporte, podendo o seguro ser contratado:

.....

EMENDA Nº 11-CCJ

Dê-se ao **caput** do art. 15 do projeto a seguinte redação:

Art. 15. A responsabilidade do transportador por prejuízos resultantes de perdas ou danos causados às mercadorias é limitada ao valor declarado pelo expedidor e consignado no contrato ou conhecimento de transporte, acrescido dos valores do frete e do seguro correspondentes.

.....

EMENDA Nº 12-CCJ

Dê-se ao art. 16 do projeto a seguinte redação:

Art. 16. Quando não definida no contrato ou conhecimento de transporte, a responsabilidade por prejuízos resultantes de atraso na entrega é limitada ao valor do frete.

EMENDA Nº 13-CCJ

Dê-se ao art. 18 do projeto a seguinte redação:

Art. 18. O expedidor, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, indenizará o transportador pelas perdas, danos ou avarias:

I – resultantes de inveracidade na declaração de carga ou de inadequação dos elementos que lhe compete fornecer para a emissão do conhecimento de transporte, sem que tal dever de indenizar exima ou atenua a responsabilidade do transportador, nos termos previstos nesta lei; e

II – quando configurado o disposto nos incisos I, II e IV do art. 13 desta lei.

EMENDA Nº 14-CCJ

Dê-se ao art. 19 do projeto a seguinte redação:

Art. 19. Prescreve em um ano a pretensão à reparação pelos danos relativos aos contratos de transporte, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano pela parte interessada.

EMENDA Nº 15-CCJ

Dê-se ao art. 22 do projeto a seguinte redação:

Art. 22. As infrações do disposto nesta lei serão punidas com multas administrativas de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a serem aplicadas pela ANTT, sem prejuízo do cancelamento da inscrição no RNTR-C, quando for o caso.

EMENDA Nº 16-CCJ

Dê-se ao art. 24 do projeto a seguinte redação:

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, assegurando-se aos que já exercem a atividade de transporte rodoviário de cargas inscrição no RNTR-C e a continuação de suas atividades, observadas as disposições da presente lei.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2002. – **Ademir Andrade**, Relator.

(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2002.

Sala das Reuniões, 6 de novembro de 2002. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Ricardo Santos**, Relator “ad hoc” – **Luiz Pastore** – **Fernando Ribeiro** – **João Alberto Souza** – **Bello Parga** – **Íris Rezende** – **Jorge Bornhausen** – **Waldeck Ornélas** – **Francelino Pereira** – **Amir Lando** – **Antônio Carlos Júnior** – **Osmar Dias**.

*LEGISLAÇÃO CITADA NO PARECER,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
XI – trânsito e transporte;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

(*) Redação dada ao artigo pela Emenda Constitucional nº 7, de 15-8-95:

“Art. 178. A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Parágrafo único. Na ordenação do transporte aquático, a lei estabelecerá as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior poderão ser feitos por embarcações estrangeiras.”

LEI Nº 9.611, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas e da outras providências.

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.217-3,
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional os Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.033, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002, (nº 402/99, na Casa de origem), que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 –Código de Trânsito Brasileiro”.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002 (nº 402, de 1999, na Casa de origem), propõe alterações tópicas em diversos dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), oriundas de dois projetos que, tendo tramitado conjuntamente naquela Casa, receberam aprovação na forma do substitutivo ora em análise.

Da proposição principal, de autoria do Deputado Inocêncio de Oliveira, vieram às alterações relacionadas com o segmento dos veículos de duas ou de três rodas, as quais, segundo a justificação apresentada, visam a “corrigir distorções latentes no texto do Código de Trânsito Brasileiro, em seus arts. 61, 105 e 338”. São as seguintes às alterações propostas, segundo o objetivo e a justificativa específica de cada uma:

– no art. 61, para incluir as motocicletas entre os veículos cuja velocidade máxima permitida nas rodovias é de cento e dez quilômetros por hora.

A alegação é de que “as motocicletas foram equivocadamente equiparadas a veículos tradicionalmente lentos, sujeitando-se (...) ao mais baixo limite de velocidade (oitenta quilômetros por hora) previsto no Código de Trânsito Brasileiro, quando, na realidade, a legislação mundial considera que a velocidade máxima indicada para as motocicletas é igual à dos automóveis”;

– no art. 105, para suprimir da relação dos equipamentos obrigatórios nas bicicletas o espelho retrovisor e a campainha.

A proposta baseia-se na constatação de que “os citados equipamentos encontram-se atualmente em completo desuso em todo o mundo. Tanto assim que inexistem referências a esse respeito na legislação de trânsito vigente em países como os Estados Unidos e os europeus, de modo geral. Além de onerar o custo do veículo, (...) tais exigências em nada contribuiriam para aumentar sua segurança no trânsito”;

– no art. 338, para isentar os fabricantes ou importadores de ciclos da obrigação de fornecer, no ato da comercialização do veículo, “manual contendo normas de circulação, infrações, penalidades, direção defensiva, primeiros socorros e Anexos do Código de Trânsito Brasileiro”.

O autor argumenta que o referido material “é essencialmente dirigido para usuários de veículos automotores” e representa um “impresso com volume correspondente a cerca de 100 páginas, sendo que em menos de duas delas poder-se-ia esgotar a totalidade das matérias de interesse direto dos usuários de bicicletas.”

Da proposição apensada (PL nº 474, de 1999), de autoria do Deputado João Cósier, o substitutivo incorporou a proposta de inclusão, no art. 105 do CTB, de novo item obrigatório nos veículos de transporte escolar e nos veículos com mais de dez lugares. Trata-se de “equipamento que impeça o deslocamento do veículo enquanto qualquer das portas estiverem abertas”. Como justificativa, alega-se que o fato de

esses veículos poderem ser postos em movimento sem que as portas estejam fechadas coloca em risco a segurança das pessoas que se encontram no interior do veículo.

Distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – Análise

A proposição em pauta encontra amparo no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, que determina ser competência privativa da União legislar sobre trânsito e transportes. Como tal, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria (art. 48), assegurada a qualquer de seus membros ou comissão a iniciativa de lei ordinária sobre o assunto, que, de resto, não integra a reserva de iniciativa própria do Presidente da República (art. 61).

Inicialmente orientado para corrigir pontos da legislação que o autor da proposição principal considerava prejudiciais ao segmento dos veículos de duas ou de três rodas, o PLC nº 13, de 2002, acabou incorporando outra preocupação, objeto do projeto apensado, a qual diz respeito à segurança dos usuários de veículos de transporte escolar, assim como daqueles com capacidade para transportar mais de dez passageiros.

Em primeiro lugar, considera-se essa diversificação de objetos prejudicial à coesão interna e à unidade do projeto. Consoante com tal diversidade, o PLC nº 13, de 2002, adota ementa extremamente genérica (“altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997”), o que é pouco recomendável em termos de precisão e clareza – dois atributos imprescindíveis à redação das leis.

É no mérito, contudo, que reside o principal problema da proposição.

Nesse aspecto, reconhecemos como válidas as propostas relacionadas com os veículos de duas ou de três rodas, porque vêm, de fato, contribuir para aperfeiçoar o conjunto das disposições específicas do CTB sobre o assunto – seja quando definem para as motocicletas em trânsito nas rodovias um limite de velocidade compatível com o desempenho desses veículos; seja quando desobrigam as bicicletas do uso de equipamentos superados ou de pouca utilidade à vista das características dos veículos e suas condições de uso, ou, ainda, quando dispensam os fabricantes de ciclos de fornecer aos consumidores um material complexo demais para a catego-

ria do veículo comercializado e para as circunstâncias que prevalecem na sua utilização.

Afinal de contas, não é mesmo razoável, no que se refere às velocidades máximas permitidas em rodovias, que o CTB, em seu art. 61, tenha equiparado as motocicletas a veículos pouco ágeis como as carretas e os caminhões. Nesse particular, estamos diante de equívoco que mais parece ter sido produto de omissão do que propriamente de intenção do legislador.

Da mesma forma, as demais alterações relacionadas, com os veículos de propulsão humana, de duas ou de três rodas, mostram-se pertinentes, porque eliminam exigências desnecessárias e tendem a promover a utilização dos veículos da categoria (as bicicletas, especificamente, no que se refere à retirada de equipamentos obrigatórios; e os ciclos, de modo geral, no que se refere à dispensa de fornecimento da coletânea de normas e informações de trânsito).

Assim, três das quatro alterações propostas – as que afetam os arts. 61, 105 e 338 do CTB, referindo-se, respectivamente às motocicletas, às bicicletas e aos ciclos em geral – são consideradas positivas, simplificadoras e, por isso mesmo, capazes de contribuir para aperfeiçoar o CTB e reduzir entraves à sua aplicação.

Já a quarta alteração – exatamente aquela que propõe um novo equipamento obrigatório para os veículos de transporte escolar e para aqueles com mais de dez lugares – mereceu avaliação diferente, conforme relatado a seguir.

Examinando o CTB, constata-se que, ao tratar de equipamentos obrigatórios dos veículos, a lei limitou-se a estabelecer apenas alguns deles, reservando ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), órgão máximo normativo integrante do Sistema Nacional de Trânsito, a competência para definir outros, julgados necessários à segurança no trânsito. É o que dispõe o art. 105, **caput**:

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo Contran:

.....

É evidente que, em matéria de segurança de trânsito, os padrões e as necessidades evoluem rapidamente. A tecnologia aplicada aos veículos, por sua vez, quando não se antecipa, responde às mudanças na mesma velocidade.

Assim é que, a todo momento, a indústria automobilística coloca à disposição dos consumidores novos re-

curiosos, novas facilidades, novos itens de segurança ou de conforto para os usuários dos veículos. Note-se que inovações desse tipo exigem um período de maturação, ao longo do qual os fabricantes costumam mantê-las restritas a determinados modelos, geralmente os de luxo, enquanto analisam a conveniência e a viabilidade de estendê-las aos demais.

Assim, a dinâmica anteriormente descrita desaconselha iniciativas tendentes a esgotar, ou mesmo, a ampliar, no corpo da lei, a pauta de itens de segurança que deve ser exigida dos veículos. Tampouco seria razoável que, a cada nova necessidade, devesse a lei ser alterada, de modo a incluir uma nova exigência ou um novo equipamento a ser incorporado aos veículos. Daí porque o CTB, para preservar seu caráter de permanência como lei, transfere ao Contran e às normas de hierarquia infralegal a função de zelar pela melhoria e atualização do padrão de segurança dos veículos.

Resulta, então, descabido, a nosso ver encaminhamento, como matéria de lei, da proposta de introdução de um novo equipamento de segurança, obrigatório para os veículos que especifica. Além de a competência para tal ter sido formalmente repassada ao Contran, a decisão de tornar obrigatório um determinado equipamento é complexa e tem componentes técnicos tão fortes que, para lidar adequadamente com eles, somente uma estrutura como a do Contran – com o suporte provido pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e pelas câmaras temáticas específicas – está devidamente aparelhada e habilitada.

De acordo com a sistemática adotada pelo Contran, decisões como essa são necessariamente precedidas de estudos técnicos detalhados, avaliações criteriosas e longos períodos de teste. Somente a partir daí, é possível concluir sobre a real viabilidade da medida, tendo em conta a eficácia do equipamento confrontada aos custos de sua aplicação.

A propósito, registre-se que ponderações desse tipo teriam levado o Poder Executivo a decidir-se pela aplicação de veto ao dispositivo que, no projeto do CTB aprovado pelo Congresso Nacional, previa o **air-bag** como equipamento de uso obrigatório nos veículos.

Tudo indica, portanto, que o objeto do inciso VII que o projeto propõe acrescentar ao art. 105 do CTB foge, seguramente, ao domínio do legislador. Não é por outra razão, aliás, que o **caput** do artigo em questão repassa ao Contran a tarefa de definir outros equipamentos obrigatórios nos veículos, além daqueles relacionados nos seis incisos existentes.

Vale ressaltar finalmente, por oportuno, que o problema dos acidentes envolvendo lotações e veículos de transporte escolar em áreas urbanas demanda não apenas soluções baseadas em tecnologia. Aponta igualmente para a necessidade de conscientização dos condutores e dos próprios passageiros, de modo a prevenir situações de risco motivadas por imprudência ou negligência de ambas as partes.

Nesse sentido, especificamente no que se refere à habilitação de condutores desse tipo de veículo, o CTB exige alguns requisitos adicionais. Sabendo-se que a categoria D de habilitação corresponde ao “condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares”, é o que estabelece o art. 145:

Art. 145. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

I – ser maior de vinte e um anos;

II – estar habilitado:

.....
a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e
.....

III – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;

IV – ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do Contran. (Destacamos.)

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002, com as alterações decorrentes das emendas que oferecemos a seguir.

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002, a seguinte redação:

“Altera os arts. 61, 105 e 338 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘institui o Código de Trânsito Brasileiro’, para dispor

sobre especificidades dos veículos de duas e de três rodas.”

EMENDA Nº 2-CCJ

Suprima-se do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002, a expressão “e acrescido do seguinte inciso VII”, bem como a íntegra do texto proposto para o referido inciso.

Sala de Reuniões, 6 de novembro de 2002. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator – **Ricardo Santos** – **Luiz Pastore** – **Waldeck Ornélas** – **Amir Lando** – **Fernando Ribeiro** – **João Alberto Souza** – **Bello Parga** – **Romeu Tuma** – **Sebastião Rocha** – **Antônio Carlos Júnior** – **Osmar Dias** – **Jefferson Peres**.

LEGISLAÇÃO CITADA NO PARECER, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;
.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
.....

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 145. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

PARECER Nº 1.034, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2002, (nº 2.219/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro”, o aeroporto da cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

O projeto em pauta, originário da Câmara dos Deputados, tem por objetivo homenagear a figura de Mário Ribeiro, mediante atribuição de seu nome ao aeroporto da cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.

O autor da proposição inicial na Câmara dos Deputados, Deputado Walfrido Mares Guia, destaca o importante papel desempenhado pelo homenageado, Mário Ribeiro da Silveira, falecido em 1999.

Mário Ribeiro foi vereador, vice-prefeito e prefeito de Montes Claros, além de secretário de Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais. Médico de formação, foi fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina de Montes Claros, em 1969. Teve ainda destacada atuação nas áreas empresarial, esportiva e acadêmica, tendo recebido como homenagem, ainda em vida, a Medalha de Ouro da Cidade de Montes Claros.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável das Comissões de Viação e Transportes; de Educação, Cultura e Desporto; e de Constituição e Justiça e de Redação. Ante a inexistência de recurso para o Plenário, foi o projeto definitivamente aprovado e encaminhado ao Senado Federal.

Recebido nessa Casa em 26 de abril de 2002, o projeto foi distribuído a esta Comissão de Educação (CE).

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

A denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação é regida pela Lei nº 6.682.

de 1979. Esta determina que “as estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação” (art. 1º). A Lei admite, ainda, que, mediante lei especial, seja atribuída supletivamente a tais equipamentos a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade (art. 2º). A proposição atende, portanto, aos preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de estar redigido em boa técnica legislativa.

As informações oferecidas pelo autor da proposição na Câmara dos Deputados demonstram o mérito do homenageado, justificando plenamente a aprovação do projeto.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 41, de 2002.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator – **Gilvam Borges** – **Ney Suassuna** – **Moreira Mendes** – **Benício Sampaio** – **Emília Fernandes** – **Mauro Miranda** – **Juvêncio da Fonseca** – **Lindberg Cury** – **Francelino Pereira** – **Romeu Tuma** – **Lúcio Alcântara** – **Luiz Otavio** – **Roberto Saturnino**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.682 DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As estações terminais, obras de arte ou trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvido, previamente, em cada caso, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, um a estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

Art. 3º São mantidas as denominações de estações terminais, obras de arte e trechos de via aprovadas por lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo, inclusive, o início de sua execução.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.
– **JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO**, Presidente da República – **Eliseu Resende**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2001** (nº 2.862/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que trata da incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente; o **Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2002** (nº 4.358/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências; **Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002** (nº 402/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (altera dispositivos referentes aos veículos de duas ou três rodas); e **Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2002** (nº 2.219/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro” o aeroporto da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2001** (nº 1.149/95, na Casa de origem), que estabelece forma de tributação na importação de mercadorias por pequenos comerciantes e dá outras providências, cujo parecer foi lido anteriormente, de acordo com

o disposto no parágrafo único do art. 254, combinado com o art. 133, § 1º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena, pelo espaço de vinte minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de fato farei brevíssimas considerações sobre mais uma missão do FMI ao Brasil.

Nem falaria sobre isso hoje, porque estava querendo dedicar-me ao tema dos hospitais universitários, a que me reportarei amanhã.

Contudo, hoje pela manhã, uma senhora do interior de Alagoas conseguiu localizar-me, para falar sobre sua relação com um agiota. Contou que o agiota invadiu sua casa, tomou o televisor, obrigou-a a vender a geladeira. Evidentemente, por relação factível, lembrei-me da missão do FMI que chega hoje ao Brasil e tive a oportunidade de explicar-lhe o significado do Fundo Monetário Internacional.

Mais uma vez chega uma missão do Fundo Monetário Internacional ao País. Creio até que já me indignei mais com o moralismo farisaico deles. Hoje muitas personalidades, até mesmo consideradas moderadas, conservadoras, já fazem críticas preciosas ao chamado receituário do Fundo Monetário Internacional. Quem teve oportunidade de ver as entrevistas dadas por um economista considerado moderado e conservador, prêmio Nobel de economia, numa revista de economia também considerada conservadora, a revista **Forbes**, notou as críticas importantes ao chamado receituário do FMI. Até então, a indignação e as críticas pareciam discursos raivosos da Oposição radicalizada no Brasil e no mundo.

Hoje, apesar de a indignação e a crítica serem compartilhadas por muitos, é evidente que não deixo de sentir-me nauseada com todo o esquema bajulatório que se monta em torno dessas missões do Fundo Monetário Internacional. Por mais que a complexa subjetividade humana se predisponha a explicar isso e por mais que esses senhores se apresentem como se tocados pelos chamados temperos da civilidade humana e, portanto, pela moderação e pela prudência, existe algo que sempre nos leva à indignação: a pose desses

senhores, sempre frios, calculistas, racionais, supostamente movidos por um grau científico em suas ações. Com certeza, quem vive a realidade do Brasil e do mundo consegue, com muito pouco, desmistificar o receituário, a pose e o moralismo farisaico do Fundo Monetário Internacional. Quem lê sobre a questão já sabe como se apresentam: são o alto comando, um comitê para a salvação do mundo. Várias revistas importantes e jornais já o caracterizaram dessa forma. Pertencem ao comitê o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o Banco Central Americano e o Fundo Monetário Internacional. São os desbravadores de oceanos, fronteiras, abismos e florestas. É claro que, como desbravadores, com a omissão e a cumplicidade do Governo federal, desrespeitam a ordem jurídica do País.

Reza a Constituição de nosso País – e não um estatuto ou cantilena trotskista, leninista ou marxista –, o instrumento mais importante para caracterizar a ordem jurídica vigente, em seu art. 1º, inciso I, da soberania nacional. O art. 170 da Constituição, no capítulo Da Ordem Econômica e Financeira, tem como tema, também em seu inciso I, a soberania nacional, portanto, um requisito irrenunciável para a relação dos agentes públicos com os organismos internacionais.

Infelizmente, nossa Constituição vem sendo rasgada ao longo da história do País em nome da chamadas determinações do Fundo Monetário Internacional, ora determinando providências, ora concedendo empréstimos. Imagino que o povo brasileiro já saiba o que de fato são essas operações de crédito. Mas, como eles mentem muito e dissimulam os dados, às vezes as pessoas, conquistadas pela mídia, mentes e corações, acreditam que o dinheiro que vai entrar no País servirá para investir em políticas públicas e econômicas, em desenvolvimento social, em dinamização da economia local, em geração de emprego e renda.

Mas, é bom que o povo brasileiro saiba – e imagino que o saiba – que essa concessão de empréstimos, essas operações de crédito nada mais são que dólar em caixa, dinheiro esse que não pode ser convertido em moeda corrente – portanto, não pode ser convertido em real –, para viabilizar os interesses dos chamados credores do Estado brasileiro, aqueles que conhecemos o seu significado: essa nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra, aqueles que não se submetem ao risco do Capitalismo, aqueles que – como dizemos no interior – ganham dinheiro “sem dar um prego numa broa”, sem fazer absolutamente nada, sem se submeter aos riscos do chamado mercado e do chamado Capitalismo. E vão determinando providências.

As providências que eles dizem determinar – já o verificou quem teve a oportunidade de estudar os acordos com o Fundo Monetário Internacional em várias nações – fazem parte da mesma cantilena enfadonha: remoção dos obstáculos para consolidar um desenvolvimento capitalista contínuo e sem sustos; uma acumulação leve e flexível, sem grande mobilização do capital em plantas rígidas. Para isso, é fundamental o fim do intervencionismo estatal.

No Brasil, houve as privatizações, inclusive eivadas de crimes contra a Administração Pública. O Código Penal diz que se trata de crimes contra a Administração Pública: intermediação de interesse privado, exploração de prestígio e tráfico de influência – tudo o que foi denunciado como parte do processo de privatização.

Quanto à flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária, todos já sabemos o significado. Liberdade refere-se à livre mobilidade de capitais e mercadorias. Eles não têm ousadia de falar sobre força de trabalho. Quem teve oportunidade de condenar o Muro de Berlim, espero que esteja condenando igualmente, com mais vigor ainda, o muro gigantesco de concreto invadindo o oceano na travessia México–Estados Unidos, que trata a força de trabalho da América Latina que tenta entrar na terra da liberdade com choque elétrico, com fuzil e com metralhadora. Basta ver o número de mortes de sul-americanos que tentaram, em nome da livre mobilidade da força de trabalho, entrar na terra da liberdade. A livre mobilidade de mercadorias é um assunto já bastante conhecido. Transações comerciais livres, investimentos de multinacionais, liberdade alfandegária, abolição de tarifas, evidentemente, tudo isso é dever de casa para nós, porque sabemos o que efetivamente foi feito para preservar os interesses comerciais das grandes nações: gigantescas barreiras protecionistas para proteger os seus parques produtivos e seus postos de trabalho.

Isso, evidentemente, sem falar da Alca, porque não dá para admitir que o País se submeta ao debate a respeito da Alca depois que o Senado americano considerou poucos os 204 produtos estabelecidos pelos Srs. Deputados – e isso corretamente, porque cabe ao Senado americano, como caberia ao nosso, a defesa legítima dos interesses do seu país, para transformá-lo em uma nação – e estabeleceu uma simples listagem de 340 produtos, cuja legislação não pode ser alterada, incluindo os que, de longe, são os interesses econômicos brasileiros: aço, produtos têxteis e agrícolas, açúcar, álcool e calçados, todos fora de qualquer debate sobre liberdade alfandegária, abolição das tarifas ou livre mobilidade das mercadorias.

Mais do que isso, sem sequer discutir as relações estabelecidas, o nível de competitividade, dos investimentos em tecnologia desde a micro e a pequena empresa americana até as grandes estruturas e o grande setor produtivo americano e de outros países.

Livre mobilidade de capitais – aqui entra, de forma muito preciosa, o debate do Fundo Monetário Internacional – eliminação dos obstáculos criados pelas barreiras nacionais aos recursos estrangeiros. Isso ficou conhecido – e não dito por mim, mas caracterizado pelo famoso jornalista americano John Thomas Friedman – como rebanho eletrônico, e todos sabem o que é: fundos mútuos, bancos comerciais, seguradoras e outras instituições que administram profissionalmente os chamados recursos financeiros. É aquela experiência em que um administrador de uma carteira de títulos ou um banqueiro comercial destrói uma nação inteira simplesmente apertando o teclado de um computador do outro lado do mundo.

É neste mundo em que aparecem as já conhecidas frases: “temos que acalmar o mercado”; “afastar o pesadelo, o pânico”; “evitar contaminação, rumores alarmistas, humor do mercado”. E para apaziguar esses setores, o chamado rebanho eletrônico, o Fundo Monetário Internacional se apresenta como um vaqueiro valente, na titulação. Mas é absolutamente incapaz, como tem demonstrado ao longo da história recente do Brasil e do mundo, de controlar os tais rebanhos eletrônicos. Ou seja, o Fundo Monetário Internacional, juntamente com os chamados salvadores do mundo, tais como o Tesouro americano, fizeram esforços gigantescos para viabilizar a estrutura de mobilidade de capitais, apenando e desestruturando parques produtivos, destruindo milhões de postos de trabalho e nações inteiras com uma cantilena enfadonha e um receituário econômico decadente e incapaz.

Claro que, do ponto de vista do parasitismo a que ele se propõe, certamente dá uma certa sobrevida aos países parasitários, para que tenham a oportunidade de continuarem vivos nessa estrutura do capital.

Vimos o que ocorreu no Brasil. Até agora, só aconteceu o básico; ainda não vivemos o que ocorreu com o Leste Asiático, com a Argentina. Para eles, o básico implica privatização com corrupção, flexibilização, imposição de superávit primário, que sabemos exatamente o que significa, e que não é poupança.

Lamentavelmente, apenas fazemos pose de que mexemos no orçamento, haja vista que o País compromete 63% do PIB para pagar juros do serviço da dívida. Na verdade, fazemos garimpagem orçamentária.

Brigamos pelo orçamento impositivo, mas impositivo já é. Prova disso é que, dos 317 temas que compõem o Orçamento, 44 tiveram execução zero e de 115, execução só de 5%, pois toda a estrutura do País é simplesmente viabilizada para juros do serviço da dívida ou para viabilizar o chamado superávit primário, que não é poupança, mas feito com contingenciamento de gastos sociais e um vigoroso e terrível aumento da incidência tributária no setor produtivo nacional, cujo resultado já conhecemos: é aquela fórmula que nos irrita repetir, porque todo mundo sabe e, efetivamente, ações não são tomadas para enfrentá-la. Cortam-se gastos públicos, acarretando, conseqüentemente, contração da demanda efetiva, queda das vendas no varejo, inchaço insuportável dos estoques, corte na produção, demissões, aumento do desemprego, redução das rendas familiares e, portanto, dos gastos do consumo e mais desemprego!

É exatamente por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, não apenas nós do Partido dos Trabalhadores, mas certamente a gigantesca maioria do povo brasileiro, desde o primeiro turno do processo eleitoral, votou por mudanças, pois 76% dos candidatos, mesmo não sendo de Esquerda, que se apresentavam como candidatura de oposição ao Governo Fernando Henrique tiveram um percentual estupendo.

Tenho certeza de que toda a esperança depositada no companheiro Lula na Presidência da República deverá significar mudanças estruturais profundas, até porque sei que nem Lula, nem o PT vai querer repetir na vida aquele velho trechinho de um poema de Patativa do Assaré, segundo o qual: "Somente o rico na terra tem o seu nome na História. Quando o pobre vence a guerra, o rico alcança a vitória."

É por isso que espero realmente que, a partir do próximo ano, possamos, ao menos, cumprir o que manda a ordem jurídica vigente, o Texto constitucional, e que, portanto, a soberania nacional seja maior do que a agiotagem, a nuvem financeira de capital volátil que manda no planeta Terra, e do que esses parasitas da humanidade que se articulam em torno de uma sigla chamada Fundo Monetário Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao eminente Senador Moreira Mendes, por vinte minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde, faço referência ao 14º Festival do Turismo de Gramado, evento do qual tive o prazer de participar.

Passo a ler um pequeno trecho com que as organizadoras do evento abriram o conclave:

Amigos do **trade** turístico,

De suma importância para o desenvolvimento das nações, o turismo não é somente uma alavanca para a geração de riquezas. Ele traz agregados a si valores que são tão caros ao homem quanto ao bem estar material. Estamos falando da convivência, mistura de raças, da arte do encontro.

Assim, duas valorosas empresárias, Marta Rossi e Sílvia Zorzanello, que há 14 anos promovem o Festival de Turismo de Gramado, abriram a sua 14ª edição, ocorrida no último dia 7.

Sr. Presidente, durante a abertura do evento, participei da Mesa e estive ao lado da figura ilustre do Governador daquele Estado, Olívio Dutra, pessoa extraordinária – dei-me muito bem com S. Ex^a –, e também do Prefeito Pedro Henrique Bertolucci, Prefeito daquela cidade, que é a mais européia das cidades brasileiras.

Gramado é uma cidade fantástica, linda, acolhedora, e tem um povo maravilhoso. Ela é um exemplo do turismo para o Brasil, porque tudo que ali acontece está, de uma forma ou de outra, intimamente ligado a essa grande indústria sem chaminés, que é a indústria do turismo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este festival, na sua 14ª edição, conseguiu congrega cerca de 1.788 empresas expositoras do Brasil e do exterior, pois se realizou concomitantemente com o 10º Salão de Negócios Turísticos do Mercosul e o 4º Salão do Rio Grande do Sul Cooperativado, Touristcard. Quase dez mil visitantes estiveram naquela feira, muitos negócios foram realizados. Eu gostaria de registrar também que, na abertura dos trabalhos, foram premiados com o Troféu Festival de Turismo oito pessoas que se destacaram, na opinião dos organizadores, na defesa desse grande segmento da economia brasileira que é o turismo.

Ainda desejo assinalar, da tribuna do Senado, para que fique consignado nos Anais da Casa, meu voto de louvor a D^a Marta Rossi e a Sílvia Zorzanello, figuras ilustres, que mais uma vez conseguiram levar a cabo esse tão importante evento, que melhora e se supera a cada ano. Isso é muito importante para o Brasil. Gramado tem servido como exemplo de indústria do turismo no Brasil. Espero que outros eventos como esse continuem a ocorrer naquela magnífica cidade, trazendo proveitos para todos nós.

Era o registro que eu queria fazer nesta tarde, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, por vinte minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu gostaria de abordar, mais uma vez, um tema que tem sido referência constante nos meus estudos: a questão agrária brasileira. Faço isso neste momento, porque entendo que estamos no limiar de uma retomada decisiva da reforma agrária brasileira.

Se eu pudesse fazer um breve comentário sobre a evolução desse tema, voltaria aos idos de 1964. É preciso destacar que o regime militar, em tema de reforma agrária, focalizou com muita determinação a questão agrária brasileira, tanto que, em 30 de novembro de 1964, o Congresso Brasileiro aprovava a Emenda Constitucional nº 10, que introduzia o Direito Agrário e, sobretudo, a indenização justa e prévia em casos de desapropriação. Assim, a Constituição Federal abriu as portas para a reforma agrária possibilitando que o Governo Federal legislasse, e quando falo em Governo, refiro-me à União, sobre matéria de Direito Agrário.

A partir de então, já se editava o Estatuto da Terra, um instrumento que modificou sobremodo o cenário da legislação agrária brasileira, porque, até aquele momento, Sr. Presidente, o que havia era um conjunto de leis esparsas, que não vislumbravam nem atendiam à imensidão dos problemas agrários do Brasil.

Algumas tentativas poderíamos lembrar, como a de Getúlio Vargas nos projetos de colonização. Mas elas eram pontuais, sem essa visão global de país e da unidade nacional que trouxe o Estatuto da Terra, à luz da Emenda Constitucional nº 10.

A seguir, Sr. Presidente, montaram-se os órgãos destinados a executar a Reforma Agrária, especialmente, de um lado, aquela que corresponde a nada mais do que a alteração do sistema de tenência da terra e a modificação da posse e do uso da terra. O Incra – na época, Ibra – foi o encarregado de realizar essa tarefa.

Além da distribuição da terra, cuidou também o Estatuto da Terra do desenvolvimento agrário quando foi criado o Inda. Esses dois órgãos, sobretudo o Incra, tiveram papel importante. O Inda ficou numa definição que ainda pode ser considerada superficial, sem condições de exercer uma atuação forte e decisiva na mudança do sistema fundiário brasileiro. Mas foi o Estatuto da Terra, e sua regulamentação, que abriu no cenário brasileiro uma

preocupação séria com o combate sistemático ao latifúndio e ao minifúndio, fixando-se num modelo da propriedade familiar.

Não há dúvida, Sr. Presidente, que essa determinação evoluiu, e evoluiu muito. Sobretudo, quero remeter-me ao Ato Institucional nº 9, que retirou da Constituição a idéia de prévia indenização, lá mantendo só a disposição relativa à justa indenização. O que isso possibilitou, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores? A edição do Decreto-Lei 554, também de 1969, que estabeleceu um rito rápido, um rito muito mais do que sumário, porque, em verdade, entregue a petição inicial em juízo, pedindo a desapropriação de uma determinada área, em 72 horas aquela propriedade, antes particular, já passava para o domínio público mediante a transcrição em registro imobiliário.

Este é um fato importante, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Evoluímos muito, até aquele ponto, o que possibilitou também a importância na discussão do que era o justo preço, porque este poderia ser feito após a consumação da desapropriação, que nada mais é do que a transferência forçada de um determinado imóvel, no caso de domínio particular para o domínio público. Ou até poderia ser do domínio público para o domínio público, por exemplo, do Estado para a União. Esse é o ponto que destaco e que quero melhor analisá-lo quando chegar o momento oportuno sobre o tema.

Veja, Sr. Presidente, o que se fez em termos de celeridade, da efetiva destinação social da propriedade definida na Constituição e, sobretudo, no Estatuto da Terra. E a terra só desempenha a sua função social quando executa essa finalidade fundamental de ser um bem de produção. A terra não pode ser considerada como reserva de valor e, sim, um fator de produção.

Tanto é que essa informação vem na inspiração da doutrina social da Igreja, sobretudo das encíclicas papais, sobremodo a de João XXIII. E, no caso, o direito de propriedade que era absoluto no Código de Napoleão torna-se, diante dessas transformações legislativas no Brasil, muito mais no direito de produzir porque a terra realmente deve desempenhar a função primordial de produzir, propiciar a todos os homens a sobrevivência digna e humana.

É por isso que os conceitos tiveram na época um momento alto de discussão nacional, sobretudo dentro da própria instituição pública, um centro de treinamento, um centro de discussão em que essa matéria veio a lume.

Houve contribuições importantíssimas no sentido de evoluir daquele conceito absoluto de propriedade como direito de dispor da coisa como bem entendesse seu titular

para um direito restrito, um direito com limites, que era relativo à função social da propriedade.

O que foi modificado? Houve uma doutrina de reforma agrária no País. As modificações foram sendo introduzidas nas universidades, sobretudo nas Faculdades de Direito. Inclusive nessa época tive a oportunidade de lecionar Direito Agrário e mostrar à juventude as inovações trazidas à luz da legislação e dos conceitos que se plasmavam tanto na Constituição Federal quanto na legislação infraconstitucional. Naquele momento, havia no País um espírito de reforma agrária, uma decisão política de reforma agrária. Nunca se desapropriou como então. Devo dizer que à época éramos advogados do Incra. Em apenas uma ação em Rondônia – o Senador Moreira Mendes pode dar seu testemunho –, desapropriamos um milhão de hectares na região de Nova Vida, onde foram assentados milhares de pequenos produtores com base no modelo da propriedade familiar.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Amir Lando?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Pois não, nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Ilustre Senador Amir Lando, não só quero testemunhar esse fato como quero, mais uma vez, lembrar que uma das grandes riquezas do nosso Estado é o fato de ser basicamente constituído de pequenas propriedades, resultado da reforma agrária pública, um trabalho intenso do Incra reconhecido por todos nós ao longo desses quase 35 anos. Por um lado, avançamos ao conseguir uma legislação agrária moderna, a ponto até de mudar a doutrina. Como elucidou V. Exª, como professor, o conceito da propriedade está mudando graças a esse avanço que começou com a nossa Constituição. Se, de um lado, registra-se esse fato positivo, de outro lado, pelo menos no nosso Estado de Rondônia – e aí V. Exª há de também testemunhar o que vou afirmar –, o Incra passou a não mais realizar aquele trabalho por falta de recursos, por falta de instrumentos. Se a minha memória não falha, temos hoje cerca de 150 mil hectares de terras desapropriadas no Estado de Rondônia, sem que o Incra tenha condição de assentar uma única família sequer. Aproveito o brilhante pronunciamento que V. Exª faz para chamar a atenção do Governo Federal, para chamar a atenção das autoridades do Ministério da Reforma Agrária e também do Incra para o fato de que não é possível mais permanecer dessa forma. Em Rondônia, temos problemas sérios de sem-terras que estão ocupando, se não me engano, cerca de seis ou sete propriedades, quando essas pessoas poderiam estar instaladas em terras desapropriadas. Não sei se o assentamento não se realiza por falta de interes-

se do Governo Federal ou por falta de recursos, mas essa é a grave realidade no nosso Estado que queria também registrar, ao tempo em que parabeno V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – V. Exª tem toda a razão e antecipa em alguns pontos nosso cenário atual, aquilo que acontece hoje, sobretudo no Estado de Rondônia, e do que somos testemunhas oculares.

Infelizmente, todo esse processo evolutivo hoje é um retrocesso. Vê-se que o Incra não atua de maneira eficiente, não cumpre a lei, não dá destinação social sobretudo às terras públicas, às terras devolutas. Bem sabe V. Exª que estamos constituindo verdadeiros latifúndios, que, se em um primeiro momento, eram um prêmio ao pioneiro, àqueles que foram fazer Brasil a Amazônia brasileira, hoje não se justificam mais. O que se verifica é uma proliferação de grandes fazendas, de grandes propriedades às custas de bens públicos, de terras públicas, da terra do povo, da qual não se zela e à qual não se dá a destinação social, aludida pela lei, aludida por essas normas que acabo de mencionar.

Eu queria, Sr. Presidente, continuar esse breve esboço que faço de improviso, sem ter sequer pensado em dizer algumas palavras sobre este tema, mas que faço para mostrar e deixar registrado nos Anais a evolução, em um certo momento, até a edição do Decreto-Lei 554, de 1999, que deu um rito rápido e de certa forma seguro. Avançou-se muito em termos de conceituação e de celeridade do processo de reforma agrária. Mas o que acontece em seguida, Sr. Presidente? Temos a Constituição de 1988 sob o influxo de correntes contrárias. De um lado o Centrão, de outro lado, eu não poderia dizer os sem-terra, mas os partidos de esquerda. Os partidos de esquerda exigiam a emissão da posse, no mínimo, em 120 dias; o Centrão dizia que isso era impossível, um tema absurdo e impróprio, porque o Decreto-Lei nº 554 determinava que a emissão na posse fosse feita em 72 horas. Vejam Vossas Excelências como o tema foi deslocado, não para a idéia do bode dentro do apartamento, mas para uma coisa tão estranha, tão absurda que não posso aqui debitar ao desconhecimento do tema, mas quero registrar porque houve algumas decisões isoladas no âmbito do Poder Judiciário que foram postergando as emissões de posse. Mas isso, de modo algum, necessitaria de uma providência constitucional ou legal para alterar o rito então vigente, que era realmente muito mais rápido.

Lembro-me que estive, na época, com o Deputado Ulysses Guimarães e depois com o então Deputado, hoje Senador, Bernardo Cabral, Relator-Geral da Constituinte. Discutimos como conceituar a propriedade dando-lhe destinação social na Constituição. A nossa proposta aceita –

em função de uma discussão que tivemos com o Deputado Ulysses Guimarães – era a de que a Constituição gravasse mais ou menos os seguintes termos: “Fica garantido o direito de propriedade condicionado à sua função social”. Ainda acrescentávamos que não seria prévia a indenização, a desapropriação mediante justa indenização, mantendo um texto que era um avanço. O que tivemos depois dessa longa discussão e embate de duas correntes igualmente contrárias? Tivemos um retrocesso. Devolvemos à Constituição a idéia da justa e prévia indenização. Isso equivale a dizer que a transferência da propriedade privada ou particular para o Poder Público só poderá ocorrer depois da sentença final que julgar o conflito de discussão do preço da propriedade e outros incidentes processuais. Isso equivale a dizer que voltamos atrás.

A reforma agrária não anda porque há esses empecilhos, mas não anda sobretudo por decisão política, que a relegou a um plano secundário, a um plano de desprezo, a um plano de desinteresse. Hoje, há um estrépito na mídia sobre a reforma agrária. Tenho dito que se trata de uma reforma agrária feita nos meios de comunicação, sem distribuição de terras.

Quero dizer a V. Ex^{as} que na época em que eu era Procurador do Incra, festejamos a entrega do milionésimo título de propriedade. Diz-se, atualmente, que ninguém assentou tanta gente. Não é verdade, e os Anais podem provar. Por isso, há conflitos entre o MST e os órgãos oficiais. Há uma diferença muito grande a ser superada entre dados e informações.

A verdade é que em nosso País, de dimensão continental, há muitas terras devolutas em Rondônia, no Acre, no Mato Grosso, no Amazonas e no Pará. São mais de 100 milhões de hectares aptos para a reforma agrária. Em grande parte, são terras devolutas, estaduais ou federais. Em vez de gerarmos a pequena propriedade, a propriedade familiar, de darmos uma destinação social à terra, o que fazemos é, cada vez mais, gerar o latifúndio, modelo antigo, existente desde as Capitânicas Hereditárias, que moldou, cristalizou o sistema fundiário brasileiro.

Quero dizer a V. Ex^{as} que precisamos evoluir. É chegada a hora de o Governo Federal ter um órgão executivo. Não adianta criar um Ministério de Desenvolvimento Agrário; é preciso haver um órgão executivo ligado ao futuro Presidente da República. E quero fazer, desta tribuna, uma indicação. Falo de um órgão executivo capaz de realizar a reforma agrária com eficiência, com determinação. Poderíamos alterar algumas disposições constitucionais e, sobretudo, voltar ao conceito real do processo de desapropriação: mediante justa indenização, extraindo o termo “prévia”, que não faz nenhum sentido, senão atrapalhar a reforma agrária propriamente dita.

Sr. Presidente, podemos evoluir gerando emprego e renda, sobretudo postos de trabalho, porque gerar emprego e renda é realmente matar a fome. Quem recebe um pedaço de terra, semeia o grão e colhe o fruto, e a primeira coisa que faz é saciar a fome: passa a comer três e até quatro vezes por dia. O que importa é a fatura e a abundância. A produção, em primeiro lugar, serve para o consumo do produtor e de sua família.

Sabemos que o preço mais baixo a se pagar para a geração de empregos é a reforma agrária, sobretudo se atentarmos para esse estoque imenso de terras devolutas. O Governo Federal, em vez de deixar os Estados gerarem latifúndios, poderia comprar essas terras, desapropriá-las e promover um entendimento para que tais terras possam ser transferidas para a reforma agrária. Quem deve fazer isso não é o Município nem o Estado, mas a União. Só ela pode realizar essa grande tarefa, que é uma aspiração nacional, porque é um pressuposto do desenvolvimento econômico e social. Todas as nações mais evoluídas passaram pela distribuição da terra, gerando emprego e riqueza, riqueza que por sua vez aquece a economia como um todo.

Assim, teríamos a possibilidade de resolver em grande parte, ou consideravelmente, a questão da fome. Daríamos terra a quem trabalha, daríamos a essas pessoas a chance de plantar e de colher, para que o povo brasileiro possa comer. Todos concordam que o nosso sistema de distribuição, da posse, do uso da terra e da propriedade fundiária brasileira é injusto, vem do formato do latifúndio embutido na legislação das Capitânicas Hereditárias, no regulamento geral e até na Lei de Terras, de 1850, que é a Lei n.º 601. De lá para cá, o combate ao latifúndio vem por meio do processo de reforma agrária, imaginado, sobretudo, pelo estatuto da terra. Se cumprida essa lei com as legislações posteriores, com os aprimoramentos necessários nesses dias, poderemos realizar um grande sonho nacional: dar a terra a quem trabalha.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. João Olivir Gabardo, primeiro Suplente do Senador Álvaro Dias, da representação do Estado do Paraná, convocado em virtude de licença do titular.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do Diploma e demais documentos exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma recebido:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

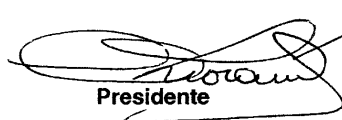
*Pela vontade do povo deste Estado,
expressa nas urnas nas Eleições de 1998,*

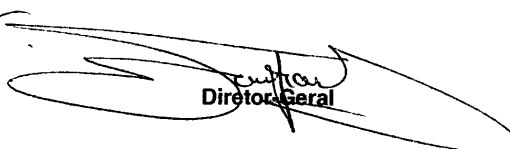
João Olívio Gabardo
foi eleito

*1º Suplente de Senador
pela Coligação PPDC / PPDB*

*Em testemunho deste fato, a Justiça Eleitoral
expediu-lhe o presente diploma, que o
habilita à investidura do cargo em 17 de
dezembro de 1998, para um mandato
de oito anos, nos termos da
Constituição Federal.*

Curitiba, em 17 de dezembro de 1998.


Presidente


Diretor Geral

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Designo comissão formada pelos Senadores Eduardo Siqueira Campos, Leomar Quintanilha e Pedro Simon para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

(O Sr. João Olivir Gabardo é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

Solicito a todos os presentes que permaneçam de pé para o compromisso de posse.

Antes do juramento do Senador a ser empossado, a Presidência registra com satisfação a presença, na Casa, do eminente Governador do Estado do Tocantins, Sr. Siqueira Campos; do Governador eleito do Estado do Tocantins, Sr. Marcelo Miranda; do Senador eleito pelo Estado do Tocantins, João Ribeiro; do Senador eleito pelo Estado da Paraíba, Sr. Efraim Moraes; dos Deputados Federais eleitos pelo Estado do Tocantins, Sr. Eduardo Gomes e Sr. Maurício Rebelo.

Convido o Sr. João Olivir Gabardo a proceder ao juramento na forma constitucional e regimental.

O SR. JOÃO OLIVIR GABARDO (Sem Partido – PR) Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. João Olivir Gabardo, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Paraná, adotarei o nome abaixo consignado e que no momento não integro nenhuma bancada partidária.

Nome Parlamentar: **OLIVIR GABARDO**

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2002. – **Gabardo.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tenho a honra de conceder a palavra, pelo prazo regimental de cinco minutos, ao Senador recém-empossado Olivir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO (Sem Partido – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Excelentíssimo Sr. Pre-

sidente do Senado Federal; Excelentíssimos Srs. Senadores Membros da Mesa Diretora; Excelentíssimas Sr^{as} e Srs. Senadores; Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos; Excelentíssimo Sr. Governador eleito do Estado do Tocantins, Marcelo Miranda; Srs. Senadores e Deputados eleitos pelo Tocantins, João Ribeiro, Efraim Moraes, Eduardo Gomes e Maurício Rabelo; minhas senhoras e meus senhores, volto ao Congresso Nacional, desta feita à Casa de Rui Barbosa, e muitas são as lembranças acumuladas nos quinze em que exerci o mandato de Deputado Federal, eleito pelo meu Estado do Paraná.

Lembro-me dos Líderes de então, como Ulysses Guimarães, Pedrosa Horta, Tancredo Neves, Freitas Nobre, Alencar Furtado e tantos outros, com quem estive desde a fundação do MDB e que tanto honraram o Parlamento Nacional.

Lembro-me, no Senado, de figuras ímpares como Franco Montoro, Afonso Arinos, Petrônio Portella, Teotônio Vilela, entre outros, cuja passagem por esta Casa deixou registros indelévels e cujo exemplo de vida parlamentar sobejamente a dignificam.

Assumo, em caráter temporário, a vaga do ilustre Senador Álvaro Dias, a quem, desde há muitos anos, quando o tive como meu aluno, sempre admirei pela dignidade e correção na árdua vida política e a quem presto, de pronto, as minhas homenagens e as de meu Estado, por sua qualidade como representante dos paranaenses.

Sr. Presidente, minha posse exige, em seu formalismo, minha declaração de filiação partidária, que revelou, de momento, ser a ausência de vínculo político, tendo promovido na semana finda minha desfiliação do Partido Democrático Trabalhista, por motivos graves, sobre os quais discorrerei ainda nesta oportunidade.

À licença do Senador Álvaro Dias, por um período de quatro meses, sucede uma intensa campanha eleitoral em que, candidato ao Governo do meu Estado, foi alvo de agressões políticas e legais que, ao lado de demonstrar a real face de alguns políticos nacionais, tiveram negativa e definitiva influência nos resultados eleitorais do Paraná.

Álvaro Dias havia vencido o primeiro turno das eleições com diferença superior a trezentos mil votos e liderava as pesquisas eleitorais, o que, de resto, vinha ocorrendo nos últimos quatro anos. Seu Partido, o PDT, ao qual eu também estava filiado, havia fechado no segundo turno uma aliança com o PT, em âmbito nacional. Isso deveria significar uma aliança no Paraná, entre os candidatos destes Partidos, para a Presidência da República e o Governo do Estado, como ocorreu em diversas outras Unidades da Federação. No entanto, o PT não honrou esse pacto, trabalhando ativamente para a candidatura

de seu adversário, o Senador Roberto Requião, filiado ao PMDB, Partido adversário do PT em âmbito nacional.

O cenário posto se tornou ainda mais grave quando o meu antigo Partido, o PDT, não esboçou qualquer reação contrária à quebra do pacto, numa atitude de complacência, incompatível com os meus princípios de comportamento político, o que provoca, agora, o meu desligamento voluntário de seus quadros.

A interferência do PT na eleição estadual materializou-se pela intensa presença de seus filiados e dirigentes, inclusive de vários outros Estados, na fase final da campanha, culminando com a participação de Lula no programa eleitoral do PMDB, pedindo votos para o candidato adversário.

Nesse fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, reside flagrante agressão legal ao Senador Álvaro Dias, uma vez que a Justiça Eleitoral deveria ter impedido a participação do candidato petista à Presidência, por ser vinculado à outra coligação partidária. Não o fez, mesmo instada formalmente pelo Senador Álvaro Dias, rechaçando uma tese que se consumou vencedora em diversos outros Estados, como a vizinha Santa Catarina.

O favorecimento decisivo a que me refiro, configurado contra a candidatura do Senador Álvaro Dias, foi fator primordial no resultado eleitoral, pois o fenômeno político nacional conhecido como “Onda Lula”, não teria sido suficiente para modificar radicalmente a vontade eleitoral dos paranaenses, senão com o uso ilegal da mídia, como ocorreu no Paraná.

Aproveito para assinalar, também, a inoportuna divulgação de pesquisas eleitorais na véspera das eleições, que tem um poder indutivo sobre os indecisos, influenciando-os no sentido de votar nos candidatos melhor colocados. É fundamental que se distanciem as pesquisas da data do pleito, para que os eleitores não sejam contaminados por tendências conjeturais de última hora.

Sr. Presidente, como disse no início, chego a esta Casa com gratas lembranças dos tempos do Parlamento, de onde me afastei para servir ao Paraná em sua Corte de Contas. Chego, mesmo por um breve período, com a responsabilidade e espírito públicos para atuar sempre sob o primado da liberdade, da democracia e da supremacia do bem nacional.

Não estou vinculado senão à minha consciência, votando de forma independente e em favor do Brasil, cobrando dos que governam idêntica postura de comportamento político e opondo-me a tudo que se configure incoerente ou impróprio para nossa Pátria ou para o meu Estado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas palavras finais não poderiam deixar de ser para minha família. Este momento, como outros que a vida pública me reservou, não teria certamente existido sem o permanente apoio daqueles que tanto me amam. Também, não teria sentido estar

aqui, se eles não existissem e não partilhassem dos meus sonhos.

Agradeço a Deus e peço a Ele que me ilumine e me aponte sempre o caminho do bem.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 526, DE 2002

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Sr^a Maria Dolores Alcântara e Silva, ocorrido no dia 1º do corrente

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2002. –

Eduardo Siqueira Campos – Leomar Quintanilha

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 57/2002 – GLPTB

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar o Exmº Sr. Senador Wellington Roberto e o Exmº Sr. Senador Carlos Patrocínio como titular e suplente, respectivamente, das vagas destinadas ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição aos anteriormente indicados.

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente. – Senador **Carlos Patrocínio**, Líder d&PTB

OF. GLPMDB Nº169/20

Brasília, 7 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Fernando Ribeiro, como

membro suplente, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Gilberto Mestrinho e este, como titular, em substituição ao primeiro citado, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO/2003.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros** Líder do PMDB.

Ofício nº142/02-LPSDB

Brasília, 7 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de substituir o Senador Benício Sampaio pelo Senador Antero Paes de Barros, como titular, na composição do Bloco PSDB/PPB, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

GLPMDB Nº 171/2002

Brasília, 7 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Luiz Pastore, como suplente, em substituição ao Senador Sérgio Machado, este, como titular, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marluce Pinto e esta, como titular, em substituição ao Senador Gerson Camata, na Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 47, de 26-6-2002, ficando a mesma assim constituída”:

Titulares

Marluce Pinto

Íris Rezende

Sérgio Machado

Roberto Requião

Suplente

Luiz Pastore

João Alberto Souza

Amir Lando

Carlos Bezerra

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

LIDERANÇA DO PPB

Ofício nº 531/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Fran-

cisco Dornelles, como titular, e o Deputado João Pizzolatti, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, que “Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre os procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos, para fins tributários; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

GABINETE DO LÍDER DO PSDB

OF. PSDB/I/Nº 1.130/2002

Brasília, 7 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar a substituição do Deputado Luiz Ribeiro pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Júnior**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 40, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 40, de 2002, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 326.075.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões e setenta e cinco mil reais), em favor do Ministério de Minas e Energia, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição

à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Professor Luizinho (PT-SP).

Relator Revisor: Senador

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 41, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a
redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 41, de 2002, que altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS).

Relator Revisor: Senador

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 42, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º
do art. 62 da Constituição Federal, com a
redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 42, de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Odelmo Leão (PPB-MG).

Relator Revisor: Senador

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 43, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a
redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 43, de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, favorável à Medida Provisória, Relator: Deputado Claudio Cajado (PFL-BA).

Relator Revisor: Senador Geraldo Althoff.

– 5 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 44, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a
redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 44, de 2002, que dispõe sobre a inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, rejeitado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, proferido naquele Plenário, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Relator Revisor: Senador Waldeck Ornelas.

– 6 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º
do art. 62 da Constituição Federal, com a
redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2002, proveniente da Medida Provisória 46, de 2002, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal – ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e às emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 21 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Jovair Arantes (PSDB-GO).

Relator Revisor: Senador

– 7 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 47, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a
redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 47, de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Car-

reira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPR, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 28, apresentadas, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Relator Revisor: Senador

– 8 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 48, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 48, de 2002, que dispõe a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Relator Revisor: Senador

– 9 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 49, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 49, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar em nome da União operação de crédito interno e a conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB – SP).

Relator Revisor: Senador

– 10 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 50, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 50, de 2002, que abre, em favor de Operações Oficia-

is de Crédito, crédito extraordinário no valor de trezentos e oitenta milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e três reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Relator Revisor: Senador

– 11 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 54, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 54, de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta e seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Professor Luizinho (PT-SP).

Relator Revisor: Senador

– 12 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 55, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 55, de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00 (cem reais), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição da Emenda nº 1, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Professor Luizinho (PT-SP).

Relator Revisor: Senador

– 13 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 56, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 56, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar em nome da União operação de crédito interno e a conceder garantia da União a entidades da administra-

ção federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas de nºs 1 e 2, apresentadas, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Antonio Cambraia (PSDB-CE).

Relator Revisor: Senador

– 14 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 60, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 60, de 2002, que abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de US\$7,000,000,000.00 (sete bilhões de reais), para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Relator Revisor: Senador

– 15 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 63, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 63, de 2002, que cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS).

Relator Revisor: Senador

– 16 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 65, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 65, de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 12, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

Relator Revisor: Senador

– 17 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 67, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 67, de 2002, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Alberto Godman (PSDB-SP).

Relator Revisor: Senador

– 18 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 68, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 68, de 2002, que altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição da Emenda nº 1, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF).

Relator Revisor: Senador

– 19 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

– 20 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001 (nº 3.752/97, na Casa de origem), que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 593, 594 e 595, de 2002, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, 1º pronunciamento: pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria; 2º pronunciamento: favorável com voto contrário do Senador Waldeck Omelas; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com votos contrários dos Senadores Antônio Carlos Junior, Waldeck Omelas, Romero Jucá, José Eduardo Dutra, Roberto Freire e Osmar Dias, e abstenção do Senador Lúcio Alcântara.

– 21 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 298, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2001 (nº 164/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno, tendo

Parecer, sob nº 537, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece.

– 22 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 82, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2002 (nº 1.050/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 638, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 23 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 114, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2002 (nº 1.003/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasilândia, Estado do Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 642, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 24 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 116, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2002 (nº 1.017/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 643, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 25 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 160, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2002 (nº 1.244/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Betel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre, tendo

Parecer favorável, sob nº 773, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nabor Júnior.

– 26 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 163, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2002 (nº 1.251/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Taquara Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguaritinga, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 584, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy.

– 27 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 174, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2002 (nº 1.260/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, sob nº 590, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio.

– 28 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 181, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2002 (nº 912/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Porto Real a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, sob nº 909, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos.

– 29 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 186, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2002 (nº 1.248/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Pantanal S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 911, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 30 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2002 (nº 1.053/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Elizabete Elita de Lima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraúbas, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 912, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 31 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 192, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2002 (nº 1.055/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Bálsamo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bálsamo, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 913, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

– 32 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 195, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2002 (nº 1.112/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação São José Operário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matão, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob o nº 792, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 33 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2002 (nº 1.119/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de São Gabriel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 914, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Adir Gentil.

– 34 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 287, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2002 (nº 1.352/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Estúdio Digital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 808, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

– 35 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 459, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2002 (nº 1.678/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação 14 de Agosto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.015, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.*)

(OS 19679/02)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 026 , DE 2002

*Disciplina as rotinas de administração patrimonial,
com vista à adoção da nova Tabela de Codificação dos
Materiais e Serviços do Senado Federal - TCMS.*

Art. 1º O Senado Federal, a partir da publicação deste Ato, adotará a Tabela de Codificação dos Materiais e Serviços – TCMS, elaborada pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio em consonância com a sistemática de Codificação de materiais e serviços do Senado Federal, constante do Anexo I a este Ato.

§ 1º Nos processos de aquisição de materiais e nos de contratação de serviços, o órgão técnico responsável pelas especificações indicará o código correspondente a cada material e a cada serviço na TCMS.

§ 2º Aplicar-se-á o disposto no parágrafo anterior aos inventários, cabendo ao órgão ou empresa encarregada da sua execução a responsabilidade pela atualização dos códigos de acordo com a TCMS.

Art. 2º Para o recebimento, o registro, o tombamento e a distribuição de materiais serão adotados os seguintes procedimentos e rotinas:

I - Entregue a nota de empenho à empresa selecionada para o fornecimento dos materiais, o respectivo processo de aquisição será encaminhado ao Almoxarifado Central para aguardar a efetiva entrega dos bens.

II – Qualquer que seja a natureza dos materiais e independentemente do local definido para a entrega, cabe exclusivamente ao Almoxarifado Central atestar o recebimento e encaminhar a(s) nota(s) fiscal(is) respectiva(s) ao órgão técnico correspondente para o cumprimento das formalidades estabelecidas no parágrafo único.

III – Concluídas as rotinas de recebimento, o processo, contendo a(s) nota(s) fiscal(is) atestada(s) pelo órgão técnico, será devolvido ao Almoxarifado Central para proceder ao registro e, em se tratando de bem permanente, providenciar para que o Serviço de Administração Patrimonial realize o correspondente tombamento.

IV – Na hipótese de bem durável produzido no âmbito do Senado Federal, caberá à unidade responsável pela produção encaminhar a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, para o correspondente registro e tombamento, o Formulário Técnico de Registro de Bem Permanente respectivo, na forma definida no Anexo II a este Ato.



Parágrafo único – Quando do atesto das notas fiscais, caberá ao órgão técnico indicar, em instrumento próprio, que:

- a) o valor está correto;
- b) a despesa tem amparo em contrato ou outro instrumento legal admitido;
- c) há empenho prévio para fazer face à despesa;
- d) existe comprovação da efetiva prestação do serviço ou do recebimento do material, na forma pactuada;
- e) não há glosa(s) a fazer, multa(s) a cobrar ou crédito(s) a favor do Senado a ser compensado; e
- f) todas as exigências legais e regulamentares foram atendidas.

Art. 3º Quando a contratação de serviços e obras incluir o fornecimento de bem(ns) classificado(s) como permanente(s), a unidade responsável pela avaliação das propostas ou pela solicitação de termo aditivo ao contrato inicial indicará esse(s) bem(ns) e seu(s) respectivo(s) valor(es), para que a despesa seja adequadamente empenhada.

Art. 4º Para a uniformização dos procedimentos e rotinas de administração patrimonial, os almoxarifados descentralizados passam a integrar a estrutura da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

Parágrafo único – Cada almoxarifado descentralizado é responsável pela guarda e pela distribuição dos materiais que constituem o seu respectivo estoque, cabendo ao titular do Órgão Central de Coordenação e Execução regulamentar, em instrumento próprio, a rotina de funcionamento desses órgãos.

Art. 5º Anualmente, até o dia 30 de junho, a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio submeterá às unidades atendidas por almoxarifados descentralizados, as relações dos materiais que constituem o respectivo estoque.

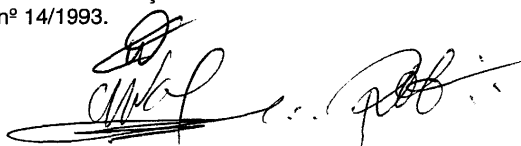
§ 1º De acordo com o planejamento e as necessidades fixadas para o próximo exercício, cada unidade procederá à criteriosa avaliação das especificações técnicas dos quantitativos dos materiais relacionados, devendo informar a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, até o dia 1º de agosto, os quantitativos a serem estocados, os descartes e as inclusões a serem processadas.

§ 2º Na hipótese de descartes, a unidade respectiva indicará os fundamentos da desincorporação e o interesse público envolvido.

§ 3º Quando se tratar de inclusões de novos materiais no estoque de almoxarifado descentralizado, a indicação será acompanhada das seguintes informações:

- I – especificação técnica detalhada;
- II – consumo mensal;
- III – estoque mínimo;
- IV – código da TCMS
- V – consulta de inexistência do material, no Senado Federal.

§ 4º Caberá ao titular do Órgão Central de Coordenação e Execução autorizar a inclusão de novos materiais, ouvida a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio e observado o disposto no Ato do Primeiro Secretário nº 14/1993.

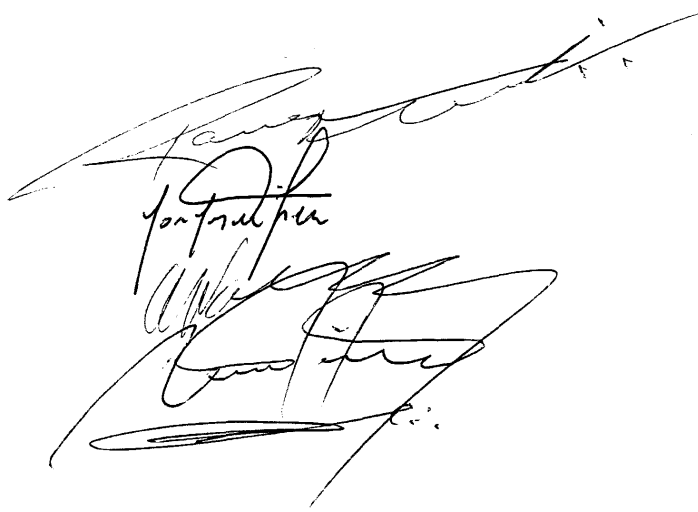


Art. 6º Para evitar duplicidade de informações, todas as aquisições de materiais de consumo e bens permanentes serão acompanhadas de declaração emitida pelo solicitante, configurando ter realizado consulta prévia junto ao Serviço de Administração de Almoxxarifados – SEALMX – em se tratando de material de consumo, ou ao Serviço de Administração Patrimonial – SEADPA – no caso de bem permanente, pela qual certificou-se inexistir o(s) material(is), em referência, bem como não haver similaridade, em quaisquer daqueles estocados no Senado Federal.

Art. 7º Compete ao titular do Órgão Central de Coordenação e Execução do Senado Federal a extinção ou criação de almoxxarifados descentralizados de distribuição.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 5 de novembro de 2002.

The image shows several handwritten signatures in black ink, overlapping each other. The signatures are written in a cursive, somewhat stylized script. There are at least four distinct signatures visible, though some are partially obscured by others. The ink is dark and the background is white.

Ato da Comissão Diretora
Nº 026 , de 2002

Anexo I

TCMS

TABELA DE CODIFICAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DO SENADO FEDERAL

CONCEITUAÇÃO – A classificação dos materiais e serviços se dará através de grupos e classes considerando sua afinidade, função, aplicação ou uso, tendo por base a Tabela Celebras.

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO - A tabela será estrutura por 5 dígitos, em conformidade com o atual sistema SAMP. O primeiro discriminando a **natureza** do item, que pode ser de consumo (número 3), permanente (número 4), ou serviço (número 5). Os dois próximos dígitos identificam o **grupo**. Os dois dígitos seguintes, somados aos dígitos que representam o grupo, identificam a classe.

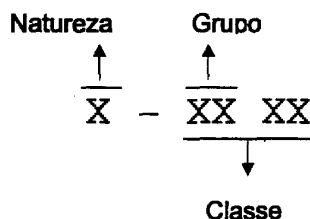


TABELA DE GRUPOS E CLASSES:

GRUPO 23 – VEÍCULOS.

- 2305 - Veículos de Efeito Solo.
- 2310 - Veículos Motorizados de passageiros.
- 2320 - Veículos sobre Rodas.
- 2330 – Reboques.

- 2340 - Motocicletas, Motonetas e Bicicletas.

GRUPO 25 - COMPONENTES DE VEÍCULOS.

- 2510 - Componentes de Cabine, Carroceria e Chassis de Veículos.
- 2520 - Componentes de Transmissão de Veículos.
- 2530 - Componentes de Freio, Direção, Eixo, Roda, e Lagarta de Veículos.
- 2540 - Equipamento e acessórios para veículos.
- 2590 - Componentes Diversos para Veículos.

GRUPO 26 - PNEUS E CÂMARAS .

- 2610 - Pneus e Câmaras de Ar
- 2630 - Pneus Maciços e de Baixa Pressão.
- 2640 - Materiais para reforma e reparo de pneus e Câmaras de ar.

GRUPO 28 - MOTORES, TURBINAS E SEUS COMPONENTES.

- 2805 - Motores a Gasolina exceto os de aeronave e Componentes.
- 2810 - Motores a gasolina para aeronaves e seus Componentes.
- 2815 - Motores Diesel e Componentes.
- 2820 - Máquinas Alternativas a Vapor e Componentes.
- 2825 - Turbinas a Vapor e Componentes.
- 2830- Turbinas a Gás e Motor .
- 2850 - Motores Rotativos a Gasolina e seus Componentes.
- 2895 - Motores Diversos e seus Componentes.

GRUPO 29 - ACESSÓRIOS DE MOTORES.

- 2910 - Componentes do Sistema de Combustível de Motores.
- 2920 - Componentes do Sistema Elétrico de Motores.
- 2930 - Componentes de Sistema de Resfriamento (arrefecimento) de Motor.
- 2940 - Filtros de Ar e de Óleo, Peneiras e Purificadores de Motores.

2950 - Turbo Super-compressores.

2990 - Acessórios Diversos de Motores.

GRUPO 30 - EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO MECÂNICA DE FORÇA

3010 - Conversores de Torque e Câmbios de Velocidade.

3020 - Engrenagens, Polias, Cordas Dentadas e Correntes de Transmissão.

3030 - Correias de transmissão e Acessórios.

3040 - Equipamentos Diversos para Transmissão de Força.

GRUPO 31 - ROLAMENTOS E MANCAIS.

3110 - Rolamentos Anti-Fricção não Montados.

3120 - Mancais não Montados.

3130 - Rolamentos e Mancais Montados.

GRUPO 32- MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA TRABALHAR EM MADEIRA.

3210 - Máquinas para Serraria e preparo de Madeira.

3220 - Maquinaria para Trabalhos em Madeira.

3230 - Ferramentas e Acessórios de Maquinaria para Trabalho em Madeira.

GRUPO 34 - MAQUINARIA PARA TRABALHAR METAL.

3405 - Máquinas de Serrar e Limar.

3408 - Máquinas de Funções Múltiplas.

3410 - Máquinas de Desbastar Elétricas e Ultra-sônicas.

3411 - Máquinas de Brocar.

3412 - Máquinas de Mandrilhar.

3413 - Máquina de Furar e Abrir Roscas.

3414 - Máquinas de corte e acabamento de engrenagens.

3415 - Máquinas Retificadoras.

3416 - Tornos.

3417 - Máquinas de Fresar.

3418 - Máquinas de Aplinar e Talhar.

3419 - Máquinas-Ferramenta Diversas.

3422 - Máquinas de Laminar e Trefilar.

3424 - Equipamento para Tratamento Térmico e não Térmico de Metais.

3426 - Equipamentos para Acabamentos em Metais.

3428 - Materiais e Equipamentos para Fundição.

3431 - Equipamento de solda e arco voltaico.

3432 - Equipamento de solda a resistência elétrica.

3433 - Equipamento para Solda a Gás, Corte por aquecimento e Metalizarão.

3436 - Posicionadores e Manipuladores para Soldagem.

3438 - Equipamento de solda, diversos(em geral).

3439 - Suprimentos e acessórios para soldas diversas.

3441 - Máquinas de dobrar e modelar.

3442 - Prensas Hidráulicas e Pneumáticas acionadas a energia.

3443 - Prensa mecânica acionada a energia.

3444 - Prensas Manuais.

3445 - Máquinas de Puncionar e Cortar.

3446 - Forjas Mecânicas e Martelos para Forjar.

3447 - Máquinas de modelar fio e fita de metal.

3448 - Máquinas de Rebitar.

3449 - Máquinas Auxiliares para Corte e Processamento de Peças Metálicas.

3450 - Máquinas-Ferramenta Portáteis.

3455 - Ferramentas de Cortar para Máquinas-Ferramenta.

3456 - Ferramentas de Corte e Processamento de Peças de Máquinas Auxiliares para Trabalho em Metal.

3460 - Acessórios para Máquinas-Ferramenta.

3461 - Acessórios para Máquinas Auxiliares de Trabalho em metais.

3465 - Gabaritos e Moldes de Produção.

3470 - Conjuntos para Oficina Mecânica Estojos, Ferramentas e seus Acessórios.

GRUPO 35 - EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇOS.

3510 - Equipamentos para Lavanderia e Lavagem a seco.

3520 - Equipamentos para conserto de calçados.

3530 - Máquinas industriais de costurar e oficinas móveis de reparo de tecidos.

3540 - Equipamentos de Acondicionar e Embalar.

3550 - Máquinas acionadas com moedas (fichas).

3590 - Equipamentos Diversos para serviços Profissionais e Comerciais.

GRUPO 36 - MÁQUINAS PARA INDÚSTRIA ESPECIALIZADA

3605 - Máquinas e equipamentos de produtos alimentícios.

- 3610 - Equipamentos para impressão, duplicação e encadernação.
3611 - Máquinas industriais para marcação.
3615 - Máquinas industriais de polpa e de papel.
3620 - Equipamentos para trabalhar de Borracha e Plástico.
3625 - Máquinas para indústrias Têxteis.
3630 - Máquinas para industriais de Produtos de cerâmica e de concreto.
3635 - Máquinas para indústrias de cristal e vidro.
3640 - Máquinas para indústrias de tabaco.
3645 - Máquinas para indústrias de couro e curtume.
3650 - Máquinas para indústrias de produtos químicos e farmacêuticos.
3655 - Sistemas de geração e distribuição de gás, fixos ou móveis.
3660 - Maquinaria para redução industrial de tamanho.
3670 - Máquinas para especializadas para fabricação de placa de circuito impresso, micro-circuito e semicondutores.
3680 - Máquinas para Fundição, equipamentos e suprimentos correlatas.
3685 - Máquinas especializadas para fabricação de recipientes metálicos e equipamentos correlatos.
3693 - Máquinas Industrial para Montagem.
3695 - Máquinas Diversas para indústrias especiais.
- GRUPO 39 - EQUIPAMENTOS PARA MANUSEIO DE MATERIAL**
3910 - Transportadores.
3915 - Equipamentos alimentadores de matéria-prima.
3920 - Equipamentos não propulsionados para movimentação de materiais.
3930 - Veículos auto propulsionados para armazéns.
3940 - Poleames, talhas, moitões, massames e lingas.
3950 - Guinchos, içadores, guindastes e cábreas.
3960 - Elevadores e escadas rolantes.
3990 - Equipamentos Diversos para Movimentação de Materiais.
- GRUPO 40 - CORDAS, CABOS, CORRENTES E SEUS ACESSÓRIOS**
4010 - Correntes e cabos de aço.
4020 - Cabos de Fibra, Cordoalhas e Barbantes.
4030 - Acessórios para Cordas, Cabos e Correntes.
- GRUPO 41 - EQUIPAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONDICIONAMENTO DE AR**
4110 - Equipamentos para refrigeração.
4120 - Equipamento de ar condicionado.
4130 - Componentes de ar condicionado e refrigeração.
4140 - Ventiladores, circuladores de ar e ventoinhas.
- GRUPO 42 - EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCÊNDIO, RESGATE E SEGURANÇA**
4210 - Equipamentos para Combate a Incêndio.
4230 - Equipamentos para Descontaminação e Impregnação.
4240 - Equipamento para Segurança e salvamento.
- GRUPO 43 - BOMBAS E COMPRESSORES**
4310 - Compressores e Bombas a Vácuo.
4320 - Bombas Manuais e Mecânicas.
4330 - Centrifugadores, Separadores e Filtros a pressão e a Vácuo.
- GRUPO 44 - EQUIPAMENTOS DE FORNOS, DE CENTRAIS DE VAPOR DE SECAGEM**
4410 - Caldeiras Industriais.
4420 - Trocadores de calor e condensadores de vapor.
4430 - Fornoalhas, fornos e estufas industriais.
4440 - Secadores, Desidratadores e anti-Hidratadores.
4460 - Equipamentos para Purificação de Ar.
- GRUPO 45 - EQUIPAMENTO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE CALEFAÇÃO**
4510 - Dispositivo e acessórios para instalações hidráulicas.
4520 - Equipamentos para Calefação de Ambientes e aquecedores domésticos de água.
4530 - Equipamentos para Queima de Combustível.
4540 - Equipamentos Diversos de instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Calefação.
- GRUPO 46 - EQUIPAMENTOS PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS**
4610 - Equipamentos para Purificação de Água.
4620 - Equipamentos para destilação de água, para uso marítimo e industrial.
4630 - Equipamentos para Tratamento de Esgotos.
- GRUPO 47 - CANOS, TUBOS, MANGUEIRAS E ACESSÓRIOS**
4710 - Canos e tubos.
4720 - Mangueiras e Tubulações Flexíveis.
4730 - Acessórios e ferragens especiais de mangueiras, canos e tubos.

GRUPO 48 - VÁLVULAS

4810 - Válvulas acionadas por força motriz.

4820 - Válvulas não acionadas por força motriz.

GRUPO 49 - EQUIPAMENTOS PARA OFICINAS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS

4910 - Equipamentos Especializados para oficina de manutenção e reparos de Veículos a motor.

4930 - Equipamentos para fornecimento de combustível e lubrificação.

4940 - Equipamentos Especializado para oficina de manutenção e reparos diversos.

4960 - Equipamentos especializados para manutenção, reparo e inspeção de veículos.

GRUPO 51 - FERRAMENTAS MANUAIS

5110 - Ferramentas Manuais de Corte, não acionadas por força motriz.

5120 - Ferramentas Manuais sem corte, não acionadas por força motriz.

5130 - Ferramentas Manuais acionadas por força motriz.

5133 - Brocas, Alargadores e escariadores manuais e para uso em máquinas.

5136 - Machos, matrizes e mandris, manuais e de uso em máquinas.

5140 - Caixa para ferramentas e ferragens.

5180 - Jogos e conjuntos de Ferramentas Manuais.

GRUPO 52 - INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO

5210 - Instrumentos de medição para profissionais.

5220 - Calibres de Inspeção e ferramentas de precisão.

5280 - Jogos e conjuntos de instrumentos de medição.

GRUPO 53 - FERRAGENS E ABRASIVOS

5305 - Parafusos com porcas.

5306 - Parafusos sem porcas.

5307 - Prisoneiros.

5310 - Porcas e Arruelas.

5315 - Pregos, Chavetas e Pinos.

5320 - Rebites.

5325 - Dispositivos para Fixação.

5330 - Gaxetas e outros materiais para vedação.

5335 - Telas Metálicas.

5340 - Ferragens Diversas.

5345 - Discos e Pedras Abrasivas.

5350 - Materiais Abrasivos.

5355 - Botões e ponteiros.

5360 - Molas arame, planas e helicoidais.

5365 - Anéis, buchas e espanadores.

GRUPO 54 - ESTRUTURAS E ANDAIMES PRÉ-FABRICADOS

5410 - Edifícios Pré-fabricadas e Portáteis.

5420 - Pontes Fixas e Flutuantes.

5430 - Tanques de armazenagem.

5440 - Equipamentos para montagem de andaime e formas de concreto.

5445 - Estrutura de Torres Pré-Fabricadas.

5450 - Estruturas Pré-Fabricadas diversas.

GRUPO 55 - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

5510 - Tábuas e artigos correlatos a base de madeira.

5520 - Esquadrias.

5530 - Compensados e Folheados.

GRUPO 56 - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

5610 - Materiais de origem mineral para construção a granel.

5620 - Vidros, telhas, tijolos e blocos para construção.

5630 - Tubos, Condutos e não metálicos, para construção.

5640 - Painéis de papelão, papel empregado em construção e materiais isolantes térmicos.

5650 - Materiais para telhados e revestimento de parede.

5660 - Cercados, grades e portões.

5670 - Produtos pré-fabricados para construção.

5680 - Materiais Diversos para Construção.

GRUPO 58 - EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES, DETECÇÃO E RADIAÇÃO COERENTE

5805 - Equipamentos Telefônicos e Telegráficos.

5810 - Equipamentos e componentes para segurança de comunicação.

5811 - Outros equipamentos criptológicos e componentes.

5815 - Equipamento de teletipo e fac-simile.

5820 - Equipamento para comunicação por rádio e televisão.

5825 - Equipamento de Rádio-Navegação.

- 5830 - Sistemas de intercomunicação e amplificação de voz.
- 5835 - Equipamentos para Gravação e Reprodução de Som.
- 5840 - Equipamentos de Radar.
- 5850 - Equipamentos para Comunicações com luz visível e invisível.
- 5855 - Equipamentos para visão noturna, por radiação emitida e refletida.
- 5860 - Dispositivos por radiação coerente estimulada, seus componentes e acessórios.
- 5865 - Equipamentos de contra-medida eletrônica (escuta), contra-medida e de capacidade de reação rápida.
- 5895 - Equipamentos Diversos de Comunicações.

GRUPO 59 - COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS

- 5905 - Resistores.
- 5910 - Capacitores.
- 5915 - Filtro e redes
- 5920 - Fusíveis e interruptores e protetores.
- 5925 - Disjuntores.
- 5930 - Chaves elétricas e Interruptores.
- 5935 - Conectores Elétricos.
- 5940 - Placas terminais e lâminas terminais.
- 5945 - Relés e Solenóides.
- 5950 - Bobinas e Transformadores.
- 5955 - Cristais osciladores e Piezoelétricos.
- 5960 - Válvulas Eletrônicas e ferragens correlatas.
- 5961 - Dispositivo a semicondutor e placas associadas (circuitos).
- 5962 - Micro circuitos eletrônicos.
- 5965 - Fones, microfones e alto-falantes.
- 5975 - Ferragens e Artigos de eletricidade.
- 5977 - Escovas de Contato Elétrico e Eletrodos.
- 5980 - Dispositivos eletrônicos e itens correlatos.
- 5985 - Antenas, Guias de Onda e Equipamentos Correlatos.
- 5990 - Sincronizadores e analisadores.
- 5995 - Conjuntos de cabos, Cordões e fios elétricos para Equipamentos de Comunicação.
- 5998 - Conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos.
- 5999 - Componentes Elétricos e Eletrônicos.

GRUPO 60 - MATERIAIS, COMPONENTES, CONJUNTOS E ACESSÓRIOS DE FIBAS ÓTICAS

- 6004 - Juntas rotativas.
- 6005 - Acopladores, isoladores e misturadores.
- 6006 - Atenuadores.
- 6007 - Filtros.
- 6008 - Multiplexadores e demultiplexadores.
- 6010 - Condutores de fibra ótica.
- 6015 - Cabos de fibra ótica.
- 6020 - Conjuntos montados de cabos de fibra ótica.
- 6025 - Transmissores de fibra ótica.
- 6026 - Receptores de fibra ótica.
- 6029 - Repetidores Óticos.
- 6030 - Dispositivos de fibra ótica.
- 6031 - Circuitos Óticos integrados.
- 6032 - Fontes de luz de fibra ótica.
- 6033 - Foto detectores de fibra ótica.
- 6034 - Moduladores e demoduladores de fibra ótica.
- 6035 - Dispositivos de transferência de luz e de imagem de fibra ótica.
- 6040 - Sensores de fibra ótica.
- 6050 - Dispositivos passivos de fibra ótica.
- 6060 - Interconectores e suprimentos de fibra ótica.
- 6070 - Suprimentos acessórios e artigos de fibra ótica.
- 6080 - Jogos e conjuntos de fibra ótica.
- 6099 - Componentes diversos de fibra ótica.

GRUPO 61 - CONDUTORES ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS DE FORÇA E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

- 6105 - Motores Elétricos:
- 6110 - Equipamentos para Controle Elétrico.
- 6115 - Geradores conjunto geradores elétricos.
- 6116 - Unidade de força de célula de combustível, componentes e acessórios.
- 6120 - Transformadores para estação de força e distribuição.

- 6125 - Conversores Elétricos Rotativos.
- 6130 - Conversores Elétricas Não Rotativos.
- 6135 - Baterias não recarregáveis.
- 6140 - Baterias recarregáveis.
- 6145 - Fios e Cabos Elétricas.
- 6150 - Equipamentos Diversos para geração e Distribuição de Energia Elétrica.
- 6160 - Acessórios e revestimentos diversos para baterias.
- GRUPO 62 - APARELHOS DE ILUMINAÇÃO E LÂMPADAS**
- 6210 - Aparelhos de Iluminação Elétrica de uso Interno e Externo.
- 6220 - Luzes e aparelhos de iluminação elétrica para veículos.
- 6230 - Equipamento de iluminação elétrica portáteis.
- 6240 - Lâmpadas Elétricas.
- 6250 - Reatores, suporte para lâmpadas elementos de partida.
- 6260 - Aparelhos de Iluminação não Elétricos.
- GRUPO 63 - SISTEMA DE ALARME, SINALIZAÇÃO E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA**
- 6310 - Sistemas de Sinalização de Tráfego e Trânsito.
- 6330 - Sistemas de Sinalização e Aviso para Ferrovias.
- 6350 - Sistemas Diversos de Sinalização, Alarme e detecção para segurança.
- GRUPO 65 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA USO MÉDICO, DENTÁRIO E VETERINÁRIO**
- 6505 - Drogas, Produtos Biológicos e Reagentes.
- 6508 - Cosméticos e Artigos de Toucador de natureza medicinal.
- 6510 - Materiais Cirúrgicos para Curativos.
- 6515 - Instrumentos, equipamentos, suprimentos médicos e cirúrgicos.
- 6520 - Materiais e Equipamentos para uso odontológico.
- 6525 - Equipamentos e Suprimentos para Raio-X de Uso Médico, Odontológico e Veterinário.
- 6530 - Mobiliário, equipamentos, utensílios e artigos hospitalares.
- 6532 - Vestuário hospitalar, cirúrgico e itens correlatos para fins especiais.
- 6535 - Instrumentos, Equipamentos e Artigos Veterinários.
- 6540 - Equipamentos, Instrumentos e Artigos Oftalmológicos.
- 6545 - Jogos e Conjuntos Médicos.
- GRUPO 66 - INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO**
- 6620 - Instrumentos de Motor.
- 6625 - Instrumentos de teste e medição de propriedades elétricas e eletrônica.
- 6630 - Instrumentos para Análise Química.
- 6635 - Equipamentos para Ensaio e Verificação de Propriedades Físicas.
- 6636 - Câmaras de controle Ambiental e Equipamentos Correlatos.
- 6640 - Materiais e Equipamentos de Laboratório.
- 6645 - Instrumentos para Medição de Tempo.
- 6650 - Instrumentos ópticos.
- 6655 - Instrumentos de geográficos e astronômicos.
- 6660 - Instrumentos e Aparelhos de Meteorológicos.
- 6665 - Instrumentos e Aparelhos de Detecção de Perigos.
- 6670 - Escalas e Balanças.
- 6675 - Instrumentos de Desenho, Topografia e Cartografia.
- 6680 - Instrumentos para Medição de Fluxo de Líquido e gás, Nível de Líquido e Movimentação Mecânica.
- 6685 - Instrumentos para Medição e controle de Pressão, Temperatura e Umidade.
- 6695 - Instrumentos Combinados Diversos.
- GRUPO 67 - EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS**
- 6710 - Câmaras Cinematográficas.
- 6720 - Câmaras Fotográficas.
- 6730 - Equipamentos para Projeção Fotográfica.
- 6740 - Equipamentos para Revelação e Acabamento Fotográfica.
- 6750 - Materiais Fotográficos.
- 6760 - Equipamentos Fotográficos e acessórios.
- 6770 - Filmes Revelados.
- 6780 - Jogos e conjuntos fotográficos.
- GRUPO 68 - SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS QUÍMICOS**
- 6810 - Produtos Químicos.
- 6820 - Corantes.
- 6830 - Gases Comprimidos e Liquefeitos.
- 6840 - Pesticidas e Desinfetantes.
- 6850 - Especialidades Químicas Diversas.

GRUPO 69 - APARELHOS E ACESSÓRIOS PARA TREINAMENTO

6910 - Acessórios para Treinamento.

6930 - Acessórios para treinamento operacional.

6940 - Acessório para treinamento de comunicações.

GRUPO 70 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS AUTOMÁTICOS DE DADOS DE USO GERAL, PROGRAMAS, SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE SUPORTE

7010 - Configuração do sistema de Equipamentos de Processamento automático de Dados.

7020 - Unidades Centrais de Processamento Analógicas.

7021 - Unidades Centrais de Processamento Digitais.

7022 - Unidades Centrais de Processamento Híbridas.

7025 - Unidades de Armazenamento, de Entrada e Saída de dados.

7030 - "Software" de Processamento automático de dados.

7035 - Equipamentos para apoio de processamento automático de dados.

7040 - Equipamento para perfuração de cartões.

7045 - Materiais para processamento automático de dados.

7050 - Componentes para processamento automático de dados.

GRUPO 71 - MOBILIÁRIOS

7105 - Mobiliário doméstico.

7110 - Mobiliário para Escritório.

7125 - Armários e estantes.

7195 - Mobiliários Diversos e acessórios.

GRUPO 72 - UTENSÍLIOS E UTILIDADES DE USO DOMÉSTICO E COMERCIAL

7210 - Utensílios Domésticos.

7220 - Revestimentos para Pisos.

7230 - Tapeçarias, cortinas e persianas.

7240 - Recipientes para Uso Doméstico e Comercial.

7290 - Utensílios Comerciais e domésticos diversos.

GRUPO 73 - EQUIPAMENTOS PARA PREPARAR E SERVIR ALIMENTOS

7310 - Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos.

7320 - Equipamentos e aparelhos de Cozinha.

7330 - Utensílios e ferramentas manuais de cozinha.

7340 - Cutelaria e talheres.

7350 - Loucas e artigos de mesa.

7360 - Jogos e conjuntos e equipamentos para preparar e servir alimentos.

GRUPO 74 - MÁQUINA PARA ESCRITÓRIO E ARQUIVOS VISUAIS

7420 - Máquinas de contabilidade e de calcular.

7430 - Máquinas de Escrever e de composição para escritório.

7435 - Equipamentos de sistemas de informações para escritório

7450 - Máquinas de Gravação e Reprodução de Som para uso em Escritório.

7460 - Arquivos Visuais.

7490 - Máquinas Diversas para Escritórios.

GRUPO 75 - UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO E MATERIAL DE EXPEDIENTE

7510 - Artigos para Escritório.

7520 - Artigos para escritório.

7530 - Formulários Oficiais.

7540 - Formulários não oficiais e papel em geral.

GRUPO 76 - LIVROS, MAPAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

7610 - Livros e Folhetos.

7630 - Jomais e Periódicos.

7640 - Mapas, Cartas e Globos geográficos.

7650 - Desenhos e especificações.

7660 - Folhas e livros de música.

7670 - Microfilmes revelados.

7690 - Impressos Diversos.

GRUPO 77 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E EQUIPAMENTOS DE SOM DE USO DOMÉSTICO

7710 - Instrumentos Musicais.

7720 - Peças e acessórios de instrumentos musicais.

7730 - Fonógrafos, rádios e televisores de tipo doméstico.

7740 - Discos para fonógrafos.

GRUPO 78 - EQUIPAMENTOS PARA RECREAÇÃO E DESPORTO

7810 - Equipamentos esportivos.

7820 - Jogos, brinquedos e artigos correlatos com rodas.

7830 - Equipamentos para Ginástica e Recreação.

GRUPO 79 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LIMPEZA

7910 - Enceradeiras e Aspiradores de Pó.

7920 - Vassouras, escovas, rodos, esponjas e esfregões.

7930 - Compostos e Preparados para limpeza e polimento.

GRUPO 80 - PINCÉIS, TINTAS, VEDANTES E ADESIVOS

8010 - Tintas, Vernizes e Produtos Correlatos.

8020 - Pincéis para artistas e pintores.

8030 - Compostos Preservativos e Selantes.

8040 - Adesivos.

GRUPO 81 - RECIPIENTES E MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

8105 - Sacos e Bolsas.

8110 - Tambores e Latas.

8115 - Caixas, caixotes e Engradados.

8120 - Cilindros comerciais e industriais para Gases.

8125 - Garrafas e jarros.

8130 - Carretéis e Bobinas.

8135 - Materiais a granel para acondicionamento de embalagens.

8140 - Caixas, recipientes e embalagens especiais para armamento nuclear e munição.

8145 - Recipientes especializados para transporte e armazenagem.

GRUPO 83 - TECIDOS, COUROS E PELES, AVIAMENTOS, BARRACAS E BANDEIRAS

8305 - Tecidos.

8310 - Fios e linhas.

8315 - Miudezas e Aviamentos para Costura.

8320 - Material para enchimento de Estofados.

8325 - Peles.

8330 - Couros.

8335 - Materiais para Calçados.

8340 - Barracas e Encerados.

8345 - Bandeiras, flâmulas e pavilhões.

GRUPO 84 - VESTUÁRIOS E EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS E INSÍGNIAS

8405 - Vestuário Externo Masculino.

8410 - Vestuário externo feminino.

8415 - Vestuário para fins especiais.

8420 - Roupas íntimas e para dormir, masculina.

8425 - Roupas íntimas e para dormir, feminina.

8430 - Calçados masculino.

8435 - Calçados femininos.

8440 - Meias, Luvas e Complementos de Vestuário Masculino.

8445 - Meias, Luvas e Complementos de Vestuário Feminino.

8450 - Vestuário Infantil e complementos.

8455 - Distintivos.

8460 - Malas.

8465 - Equipamentos Individuais.

8470 - Roupas de proteção contra projéteis.

8475 - Vestuário especializado para vôo e acessórios.

GRUPO 85 - ARTIGOS DE HIGIENE

8510 - Artigos de toalete.

8520 - Sabonetes, Artigos de barbear e Dentífrícios.

8530 - Artigos para higiene pessoal.

8540 - Artigos de papel para higiene.

GRUPO 87 - SUPRIMENTOS AGRÍCOLAS

8720 - Fertilizantes e defensivos agrícolas.

8730 - Sementes e mudas de plantas.

GRUPO 89 - SUBSISTÊNCIA.

8905 - Carnes, Aves e Peixes.

8910 - Ovos e Laticínios.

8915 - Frutas, verduras e legumes.

8920 - Produtos de Panificação e cereais.

8925 - Açúcar, confeitos, castanhas, nozes e amendoim.

8930 - Geléias, conservas e gelatinas.

8935 - Sopas e Caldos.

8940 - Alimentos especiais dietéticos e preparados alimentícios.

8945 - Óleos e Gorduras Comestíveis.

8950 - Condimentos e Produtos Correlatos.

8955 - Café, Chá e Chocolate.

8960 - Bebidas Não Alcoólicas.

8965 - Bebidas Alcoólicas.

8970 - Rações embaladas.

8975 - Produtos de Tabaco.

GRUPO 91 - CONBUSTÍVEIS, LUBRIFICAMES, ÓLEOS E CÊRAS.

9110 - Combustíveis Sólidos.

9130 - Combustíveis e propelentes líquidos a base de petróleo.

9135 - Combustíveis Propelentes Líquidos e Oxidantes a base química.

9140 - Óleos Combustíveis.

9150 - Óleos e Graxas para Corte, Lubrificação e sistemas Hidráulicos.

9160 - Ceras, óleos e Gorduras Diversos.

GRUPO 93 - MATERIAIS MANUFATURADOS, NÃO METÁLICOS.

9310 - Papéis e Papelões.

9320 - Artigos de borracha.

9330 - Artigos de plástico.

9340 - Artigos de vidro.

9350 - Materiais refratários e de acabamento superficial contra fogo.

9390 - Materiais Diversos, Não Metálicos.

GRUPO 94 - MATÉRIAS-PRIMA NÃO METÁLICAS.

9410 - Matérias-Primas de Origem Vegetal.

9420 - Fibras Vegetais, Animais e Sintéticas.

9430 - Matérias-Primas diversas de origem Animal, não comestíveis.

9440 - Matérias-Primas diversas, florestais e agrícolas.

9450 - Resíduos não metálicos, Exceto Têxteis.

GRUPO 95 - BASES, CHAPAS E PERFILADOS METÁLICOS.

9505 - Arames de ferro e de aço, não utilizáveis em eletricidade.

9510 - Barras e vergalhões de ferro e de aço.

9515 - Placas, chapas, fitas e laminados finos de ferro e de aço.

9520 - Perfis Estruturais de ferro e aço.

9525 - Arames de Metal, Não Ferroso, não utilizáveis em eletricidade.

9530 - Barras e vergalhões de metais não ferrosos.

9535 - Placas, chapas, fitas e laminados finos de metais não ferrosos.

9540 - Perfis Estruturais de Metais Não Ferrosos.

9545 - Placas, chapas, fitas e laminados finos de metais preciosos.

GRUPO 96 - MINÉRIOS, MINERAIS E SEUS PRODUTOS PRIMÁRIOS.

9610 - Minérios.

9620 - Minerais Naturais e Sintéticos.

9630 - Aditivos metálicos e ligas básicas.

9640 - Produtos semiacabados e produtos primários de ferro e de aço.

9650 - Refinados e formas intermediárias de metais básicos não ferrosos.

9670 - Sucata de ferro e de aço.

9680 - Sucata de Metais Não Ferrosos.

GRUPO 99 – DIVERSOS.

9905 - Cartazes, mostruários e placas de identificação.

9910 - Artigos de joalheria.

9915 - Artigos para colecionadores e/ou historiadores.

9920 - Artigos para Fumantes e acendedores.

9925 - Equipamentos e artigos religiosos.

9930- Equipamentos e artigos mortuários e de cemitério.

9999 - Itens diversos.

Ato da Comissão Diretora
Nº 026 , de 2002

Anexo II

FORMULÁRIO TÉCNICO DE REGISTRO DE BENS DURÁVEIS.

Este formulário deverá ser preenchido para cada bem durável produzido no Senado Federal

1. Unidade produtora do bem:		
2. número do processo de contratação:		
3. Número do empenho ou contrato:		
4. Empresa fornecedora:		
5. CGC da empresa fornecedora:		
6. Número da nota fiscal:		
7. Local de instalação:		
8. Descrição resumida do bem permanente:		
comprimento:	largura:	Altura:
9. Preço/avaliação:		
12. Marca/modelo:		
13. Ano de fabricação:		
14. Cor:		
15. Período de garantia:		
16. Outras informações consideradas importantes:		
17. Servidor responsável pelo preenchimento:		
18. Matrícula:	19. Data:	
20. Assinatura:		

Ata da 126ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Nabor Júnior

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pastore – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Olivir Gabardo – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moreira Mendes, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 308, de 2002 (nº 964/2002, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 94, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de três bilhões, duzentos e um

milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e trinta e nove reais para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.541, de 7 de novembro de 2002.

MENSAGEM Nº 309, DE 2002

(Nº 980/2002, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Cesar de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.

Os méritos do Embaixador Cesar de Faria Domingues Moreira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de novembro de 2002. – **Marco Maciel**.

EM Nº 00380/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 7 de novembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV da Constituição, com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Cesar de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum-Vitae** do Embaixador Cesar de Faria Domingues Moreira, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CESAR DE FARIA DOMINGUES MOREIRA

Nascido em São Luís/MA, 24 de março de 1940. Filho de Miguel Domingues Moreira e Alice Nunes de Faria Moreira. Curso de Filologia Germânica, Universidade de Lisboa. "Certificate of Proficiency in English", Universidade de Cambridge. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Inst. Rio Branco, 1969. Curso de Especialização em Promoção Comercial, Universidade de Manchester, 1971. Curso de Prática Diplomática e Consular, Inst. Rio Branco. Curso de Aperfeiçoamento para Representantes Comerciais, Centro de Comércio Internacional CNUCED/GATT, Genebra, 1977. Curso de Altos Estudos, Inst. Rio Branco, 1984.

CPF: 000.542.913.72

I.D.: 3196 MRE

Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970.

Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Primeiro Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1978.

Conselheiro, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de junho de 1987.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de junho de 1997.

Assistente do Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 1970/73.

Subchefe da Divisão de Feiras e Turismo, 1973/76.

Assessor do Chefe do Cerimonial, 1979/83.

Chefe da Divisão do Oriente Próximo-II, 1983/84.

Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 1985/86.

Introdutor Diplomático, 1986/88.

Subchefe da Assessoria de Relações com o Congresso, 1996/97.

Paris, Segundo e Primeiro Secretário, 1976/79.

Paris, Chefe do SECOM, 1976/79.

Madri, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, 1988/92

Vaticano, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, 1992/96.

Ordem de Malta, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, 1992/96.

Diretor-Geral do pavilhão brasileiro em feiras internacionais em Berlim, Hamburgo e Utrecht (1970); La Paz e Santa Cruz de la Sierra (1971); Moçambique e Marselha (1972; Coveite (1975); Toronto e Nova York (1976); Paris e Hong Kong (1985).

"Brazil Export 72", São Paulo, 1972, e "Brazil Export 73", Bruxelas, 1973 (adjunto do representante do MRE).

Comitiva do Ministro de Estado em visita a Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Moçambique e Angola, 1980.

Comitiva do Presidente da República em visita a Portugal, 1981; Argélia, 1983; Marrocos, 1984; Portugal, Cabo Verde, Itália, Santa Sé e Estados Unidos, 1986; Argentina e México, 1987.

À disposição do Chanceler espanhol, por ocasião da visita ao Brasil dos Reis da Espanha, 1983.

Comitiva do Ministro da Marinha em visita à Líbia, 1984.

Comitiva do Presidente-eleito da República em visita à Itália, Vaticano, França, Portugal, Espanha, Estados Unidos, México, Peru e Argentina, 1986.

Missão Especial às Exéquias do Primeiro-Ministro da Suécia, 1986.

Comitiva do Ministro de Estado em visita ao Equador e Missão Especial à Posse do Presidente da Colômbia, 1986.

XLI e XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, 1986/87.

Missão Especial às Exéquias do Presidente da República de Moçambique, 1986.

Comitiva do Ministro de Estado em visita a Angola, Zâmbia, Zimbábue, Nigéria e Camarões, 1986.

III Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, Montevidéu, 1987.

Comitiva do Ministro de Estado em visita a Venezuela, Cuba, Egito e Paraguai, 1987.

VII Assembléia-Geral da UNCTAD, Genebra, 1987.

Reunião Ministerial do SELA, Caracas, 1987.
XVII Assembléia-Geral da OEA, Washington, 1987.
Reunião Ministerial da CIVA, Nova York, 1987.
X Conferência da ONU sobre Desarmamento, Genebra, 1988.
Comitiva do Presidente da Câmara dos Deputados em visita ao Japão, 1996.
Missão parlamentar a Portugal, França e Grã-Bretanha, 1997.
Reunião constitutiva do Foro dos Parlamentos de Língua Portuguesa, Lisboa, 1998.
Forum dos Senados do Mundo, Paris, 2000.

Representante do MRE no Conselho Nacional de Turismo, 1985/86.
Adjunto do Secretário Particular para Assuntos Especiais do Presidente da República, 1985.
Comissário-Geral Adjunto do Brasil na EXPO'92, em Sevilha, 1992.
Chefe do Gabinete da Presidência do Senado Federal, 1997/2001.
Membro do Conselho Consultivo da ANATEL, 2000/01.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.
Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.
Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.
Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
Diploma de Colaborador Emérito do Exército, Brasil.
Ordem de Mayo ao Mérito, Grande Oficial, Argentina.
Ordem do Libertador, Grande Oficial, Venezuela.
Ordem de Isabel a Católica, Grande Oficial, Espanha.
Ordem de Cristo, Comendador, Portugal.
Ordem do Infante Dom Henrique, Comendador, Portugal.
Ordem de Francisco de Miranda, II Classe, Venezuela.
Ordem de São Gregório Magno, Comendador, Santa Sé.
Ordem do Mérito Melitense, Comendador, Ordem de Malta.
Legião de Honra, Oficial, França.
Ordem do Mérito, Oficial, República Federal da Alemanha.
Ordem da Águia Asteca, Oficial, México.
Ordem do Sol, Oficial, Peru.
Ordem Nacional do Mérito, Oficial, Equador.
Ordem de São Carlos, Oficial, Colômbia.
Ordem Ouissan Alaouite, Oficial, Marrocos.
Ordem Nacional da Costa do Marfim, Cavaleiro.



EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Informação sobre a Noruega
2002

Dados biográficos

REI HARALD V

1937: Nascimento (21 de fevereiro). Primeiro príncipe nascido em território norueguês em 567 anos. Descende em linha direta das Casas Reais da Dinamarca e do Reino Unido, sendo sua avó paterna, a Rainha Maud, neta da Rainha Vitória.

1940-1945: Residência nos EUA (Washington) em razão da ocupação nazista da Noruega

1955-1956: Academia de Cavalaria; 1957-1959: Academia Militar

1960-1962: Balliol College, Oxford

1960: Realiza sua primeira viagem oficial ao exterior: visita os Estados Unidos onde participa das comemorações dos 50 anos da Fundação Escandinavo-Americana.

1968: Casamento com Sonja Haraldsen

1971: Nascimento da Princesa Mártha Louise; 1973: Nascimento do Príncipe Herdeiro Hákon

1991: Ascende ao Trono em 17 de janeiro. Assim com seu pai e seu avô, adota o lema: "Tudo pela Noruega"

Harald V dedica-se com entusiasmo à promoção dos interesses comerciais noruegueses no exterior, tendo realizado inúmeras Visitas de Estado ou Oficiais, sempre na companhia de expressiva delegação empresarial. A última delas foi à República Popular da China, em outubro de 1997, estando programada visita similar à República Sul-Africana em fins de fevereiro de 1998.

Desportista desde a infância, Sua Majestade, então Príncipe Herdeiro, representou a Noruega em diversos Jogos Olímpicos, na condição de velejador, tendo atuado, também, como Presidente de Honra do Comitê de Organização dos Jogos Olímpicos de Inverno de Lillehammer, em 1994.

KJELL MAGNE BONDEVIK

Primeiro-Ministro da Noruega

Nasceu em 3 de setembro de 1947, em Molde. Casado, três filhos.

Formado em Teologia pela Faculdade Livre de Teologia da Noruega, em 1975. Ordenado pastor da Igreja Luterana em 1979. Títulos honorários de Doutor em Direito pela Universidade de Suffolk (Boston), Ciências Políticas pela Universidade Wonkwang de Seul e Filosofia pela Universidade Kyung Hee de Seul.

Iniciou sua carreira política em 1969, quando elegeu-se deputado no Parlamento local de Møre og Romsdal pelo Partido Democrata Cristão, cargo que exerce até hoje. De 1972 a 1973, foi secretário do Gabinete do Primeiro-Ministro Lars Korvald. No mesmo período foi membro da Assembléia Municipal de Akershus.

Ingressou no Storting (Parlamento) em 1973, e integrou, desde então, inúmeras Comissões: Igreja e Educação (1973-77); Finanças (1977-83); Relações Exteriores (1986-89, 1993-97, 2000-01); e Defesa (1990-93). Líder de seu partido no Parlamento nos períodos de 1981-83, 1986-89, 1993-97 e 2000-

01.

Vice-Primeiro-Ministro no Gabinete de Kåre Willoch (1985-86), e Ministro da Igreja e Educação (1983-86).

Ministro dos Negócios Estrangeiros no Gabinete de Jan Syse (1989-90).

Foi Primeiro-Ministro pela primeira vez de 1997 a 2000. Reassumiu o Gabinete em 19 de outubro de 2001, à frente de um governo de minoria representado pelos Partidos Democrata Cristão, Conservador e Liberal.

Avaliação do Relacionamento Bilateral

Não obstante a ausência de um fluxo mais intenso de visitas bilaterais, ao contrário do que ocorre com a maioria dos outros países da Europa Ocidental – inclusive escandinavos – as relações entre Brasil e Noruega transcorrem em clima fluido de entendimento, não havendo questões ou problemas pendentes.

Nos últimos anos, a consolidação de nossas instituições democráticas e os resultados positivos do programa de estabilização e modernização da economia brasileira provocaram uma mudança de percepção por parte do Governo e do setor privado noruegueses com relação ao Brasil, fazendo com que os setores governamentais e as lideranças empresariais daquele país passassem a ter maior consciência da importância do Brasil nos contextos regional e internacional e a percepção das amplas possibilidades de uma parceria vantajosa com o País.

Como consequência imediata dessa nova visão da realidade brasileira, a Noruega tem buscado estabelecer com o Brasil canais para uma maior aproximação política e contatos mais profícuos nos campos econômico-comercial.

Intercâmbio de visitas

A visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik, nos dias 7 e 8 de dezembro de 1998, constituiu importante marco da retomada do diálogo político de alto nível entre os dois países, dando seguimento aos contatos mantidos pelo Presidente Fernando Collor de Mello e a então Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland, que se encontraram em três ocasiões: o Presidente brasileiro visitou oficialmente a Noruega em 1991, e a Chefe de Governo norueguesa esteve no Brasil em março de 1992, em visita de caráter bilateral, e por ocasião da Conferência de Desenvolvimento Sustentável (Rio 92).

O Rei Harald V e a Rainha Sonja aceitaram oficialmente convite do Governo brasileiro para realizarem visita de Estado ao Brasil em outubro do próximo ano.

Pelo lado brasileiro, o Vice-Presidente Marco Maciel esteve na Noruega no período de 19 a 22 de maio último. A visita do Presidente da República, prevista para realizar-se em outubro de 1999, acabou sendo cancelada.

No nível ministerial, o então Ministro da Saúde, José Serra, esteve na Noruega em janeiro de 2001, na qualidade de representante do Presidente da República, para a entrega de carta submetendo a Pastoral da Criança à possível agraciação com o Prêmio Nobel da Paz. Da parte norueguesa, esteve no Brasil, em setembro de 2002, o Ministro da Pesca, Svein Ludvigsen.

Visita do Vice-Presidente da República

No contexto de visita aos quatro países nórdicos, o Vice-Presidente Marco Maciel esteve em Oslo entre 19 e 22 de maio último. Os resultados da visita foram extremamente positivos dos pontos de vista político e econômico: o Vice-Presidente foi recebido pelo Primeiro-Ministro Bondevik e por Ministros da área econômica, e participou de seminário sobre economia brasileira, com a presença de representantes de algumas das principais empresas norueguesas.

A concretização da visita do Vice-Presidente Marco Maciel, bem como as vindas de dois Chefes de Governo noruegueses na última década, recomendariam a intensificação de visitas de trabalho de Ministros de Estado e o aprofundamento dos contatos entre as duas Chancelarias, como vem ocorrendo, de maneira extremamente profícua e em bases regulares, com outros países nórdicos.

Relacionamento multilateral

Merecem destaque as boas perspectivas de diálogo e concertação no plano multilateral, em especial no âmbito das Nações Unidas, onde a Noruega desempenha papel ativo. O Brasil apoiou a candidatura norueguesa a um assento de membro não-permanente no Conselho de Segurança, para o biênio 2001-2, juntamente com a Irlanda.

Brasil e Noruega trocaram votos, recentemente, para as respectivas candidaturas à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em eleições a serem realizadas no corrente mês de maio; o Brasil apoiou a diplomata norueguesa Anne Merchant para vaga no Comitê Executivo para Assuntos Administrativos e Orçamentários (ACABQ), nas eleições a serem realizadas durante a 57ª Assembléia-Geral da ONU, no corrente ano, e a Noruega deu apoio ao Brasil no Conselho Executivo da UNESCO, nas eleições de outubro e novembro de 2001. A Noruega anunciou, em novembro do ano passado, que votaria no Embaixador João Clemente Baena Soares para a Comissão de Direito Internacional, candidatura a que o Governo brasileiro confere alta prioridade.

Relações econômicas

O Brasil absorve 70% das exportações norueguesas para a América Latina, sendo, também, o principal mercado no mundo para as exportações de bacalhau. A Noruega, por sua vez, importa quantidades relevantes de café do Brasil, sendo um dos países de maior consumo de café per capita do mundo. No que se refere a investimentos, a Noruega está presente no Brasil nos setores de navegação e de exploração petrolífera, onde existe um relacionamento consolidado entre a Petrobrás e Statoil.

A exemplo do que se observa com relação aos demais países escandinavos, e à Europa de modo geral, o Brasil é alvo de renovado interesse comercial face às oportunidades que se oferecem com a estabilização econômica e a liberalização de mercados. Nesse sentido, em abril de 1997, a então Ministra norueguesa da Indústria e Comércio, Grete Knudsen, visitou o Brasil e outros países do Cone Sul para apresentar o Plano Governamental para a América Latina, cujo objetivo principal é o de fortalecer laços econômicos com a região, sendo o Brasil o principal parceiro estratégico do plano. Em setembro de 1999, a Secretária de Estado (Vice-Ministra) da Indústria e Comércio, Harriet Berg, esteve no Brasil para reiterar o interesse e o empenho de seu país na implementação do Plano. Em setembro de 2002, o Ministro da Pesca, Svein Ludvigsen, realizou visita prospectiva ao Brasil para avaliar as condições de incremento do comércio e dos investimentos bilaterais na área de produtos de pesca e aquicultura.

Inúmeras visitas de autoridades e missões empresariais de ambos os lados têm-se realizado nos últimos anos: em outubro de 1998, delegação da Agência Nacional do Petróleo-ANP e do BNDES manteve, em Oslo, contatos com a Fundação INTSOK-Norwegian Oil and Gas Partners, que enviou, em janeiro último, representante ao Brasil para dar continuidade aos entendimentos com a ANP e a Petrobrás; da mesma forma, representantes da Embratur, do Conselho Nacional das Entidades de Pesca-CONEPÉ, da empresa Investco (energia elétrica) e do setor imobiliário brasileiro buscaram, nos últimos anos, oportunidades de parcerias e negócios no promissor mercado norueguês, o qual, apesar das pequenas dimensões, é detentor de uma das maiores rendas per capita do mundo.

Comércio

As cifras de comércio bilateral, apesar de permanecem aquém das potencialidades dos dois países - devido a fatores como distância, que determina custos elevados de frete, desconhecimento de possibilidades de intercâmbio e inércia nos esforços de marketing pelos potenciais importadores/exportadores de uma e outra parte - registraram um crescimento significativo e sustentado nos últimos cinco anos, passando da casa dos US\$ 200 milhões em meados da década de 90 para cerca de US\$ 450 milhões nos dois últimos anos.

O crescimento do comércio implicou, igualmente, em mudança e até mesmo reversão na tendência histórica da balança comercial bilateral, tradicionalmente deficitária para o Brasil. Em 2000, o Brasil acumulou um superávit de aproximadamente US\$ 36 milhões, mas no ano passado voltou a importar mais do que exportou - tendência que vem se mantendo nos primeiros meses do corrente ano, apesar de ligeira retomada no crescimento das exportações. A pauta de exportações brasileiras para a Noruega é tradicionalmente dominada em cerca de 35% a 40% pelas exportações de café, seguidas pelas exportações de soja. Em contraparte, as exportações da Noruega pelo Brasil concentram-se, habitualmente, no item bacalhau, em torno de 60% das exportações totais.

Comércio bilateral

(em USD milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Total
1996	54,0	221,5	-167,5	275,5
1997	110,1	247,5	-137,4	357,6
1998	153,5	233,9	-80,4	387,4
1999	181,0	187,3	-6,3	368,3
2000	244,3	207,6	+36,7	451,9
2001	213,0	227,1	-14,1	440,1
2002*	107,0	141,0	-34,0	248,0

Fonte: MDIC

*janeiro a agosto

- De janeiro a agosto, as exportações e importações reduziram-se, respectivamente, em 30,4% e 18,2%, em relação ao mesmo período do ano passado

Principais produtos exportados	Principais produtos importados
metais não ferrosos, ferro e aço	bacalhau
café e soja	navios usados
suco e frutas	metais não ferrosos
calçados, fios e tecidos	instrumentos de precisão
fumo e manufaturados de madeira	equipamentos geradores de força
vestuário e acessórios	máquinas e equipamentos industriais

Câmara de Comércio Brasil-Noruega

A idéia da criação de Câmara de Comércio Brasil-Noruega, em Oslo, vem sendo explorada nos últimos meses e foi oficialmente lançada, por iniciativa da Embaixada brasileira em Oslo, durante a visita à Noruega da missão empresarial brasileira aos países nórdicos, realizada no último mês de maio. A Câmara seria a contraparte da Câmara Noruega-Brasil, há anos criada no Rio de Janeiro.

A entidade conta com manifestação de interesse positivo e apoio financeiro por parte de pelo menos doze empresas norueguesas, e seu estatuto de formação encontra-se em fase final de avaliação.

Investimentos

Segundo estimativas das Câmaras de Comércio européias, os investimentos e reinvestimentos noruegueses no Brasil alcançam a soma de US\$ 250 milhões (equivalente a 0,05% do total dos investimentos estrangeiros no País). Os

recursos aplicados no Brasil —modestos se comparados aos demais países escandinavos— concentram-se no setor de serviços e no da indústria de transformação. A título de comparação, até 2001, os investimentos da Suécia no Brasil somam cerca de US\$ 2,6 bilhões, e os da Finlândia atingem US\$ 400 milhões.

Em setembro de 2000, a Norsk Hydro anunciou novos investimentos da ordem de US\$ 80 milhões na empresa brasileira Alunorte, aumentando sua participação acionária de 25% para 34%. Em janeiro do corrente ano, a companhia norueguesa assinou contrato com a Vale do Rio Doce para participar da Alunorte, obtendo com o investimento quota anual de 400 mil toneladas de óxido de alumínio. O novo aporte de capital propicia dobrar esta quota, e deverá passar a constituir o principal item da pauta brasileira de exportações. No ano de 2000, este produto respondeu por cerca de 33% das vendas do Brasil para o mercado norueguês, correspondendo a cerca de US\$ 49 milhões, o que contribuiu para o primeiro superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos.

O Grupo Lorentzen, que atua no Brasil desde 1953, é o principal acionista da Aracruz Celulose (28%, junto com os Grupos Votorantim e Safra), a maior produtora de celulose branqueada do mundo, produzindo 1,3 milhões de toneladas do produto anualmente. O Grupo detém, igualmente, o controle acionário da Norsul, a maior companhia de navegação privada do Brasil. A empresa – que atua nas Américas e Europa - transporta mais de 6 milhões de toneladas de cargas a granel por ano, por meio de frota de doze graneleiros, e atua também no setor de afretamento de embarcações.

Na área de fabricação de carrocerias para transportes coletivos, a empresa brasileira Busscar S.A. associou-se recentemente com a norueguesa Vest Karosseri, além de haver adquirido unidade dinamarquesa de fabricação de carrocerias da Scania.

Concessão de Empréstimo do Banco Nórdico de Investimentos (BNI) ao BNDES.

Foi assinado em Estocolmo, em 17 de julho corrente, termo de concessão de empréstimo do Banco Nórdico de Investimentos (BNI) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O empréstimo, no valor de US\$ 100 milhões, destina-se a financiar projetos de desenvolvimento em diferentes setores da economia brasileira, entre os quais se destacam: energia, papel e polpa e telecomunicações.

Trata-se do primeiro empréstimo a ser concedido pelo BNI desde que o Acordo-Quadro de Cooperação Financeira entre a referida instituição financeira e o Brasil entrou em vigor, em 19 de novembro de 2001.

Estoque total de investimentos escandinavos no Brasil

(em USD milhões)

		1995*	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1	Suécia	600	800	1.100	1.300	1.600	2.200	2.600
2	Finlândia	110	150	170	200	300	350	400
3	Noruega	60	80	100	150	200	250	250
4	Dinamarca	120	150	200	250	250	250	250

estoque total até 31/12/95*Fonte: Banco Central/ Câmaras de
Comércio Brasil-UE****Turismo**

Verificou-se expressivo crescimento no número de turistas noruegueses ao Brasil, em especial na região Nordeste. A inauguração, em 1999, de vôos charter quinzenais diretos entre Oslo e Natal/Fortaleza ensejou a ativa participação da Embratur na XIV Feira Internacional do Turismo em Gotemburgo, em março de 2001 (com a presença de representantes de vários estados brasileiros) e na Feira "Reiselivsmessen", o maior evento de promoção turística da Noruega, realizado em janeiro último. Foi criado, igualmente, na Embaixada do Brasil em Estocolmo, escritório permanente de representação turística para toda a região escandinava. A iniciativa foi apoiada pelas Secretarias de Turismo de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

A ampliação do fluxo de turismo para o Nordeste nas temporadas de 1999/2001, por meio de pacotes oferecidos pelas firmas norueguesas Ving e Saga Solreiser, pertencentes ao grupo dinamarquês-sueco SLG– Scandinavian Leisure Group, representou, no verão brasileiro de 2000-01, mais de 50 mil turistas escandinavos. Este contingente sofreu, no entanto, queda este ano em virtude dos atentados de 11 de setembro, com o cancelamento dos vôos diretos entre Oslo e Fortaleza. Acredita-se, no entanto, que a gradual normalização das viagens ao exterior (cerca de 980 mil noruegueses, ou quase um quinto da população do país, deverão passar suas férias fora da Noruega no corrente ano) e a sustentada prosperidade econômica do país possam incentivar, a partir da próxima temporada, a retomada dos vôos charter diretos ao Nordeste do Brasil.

Missão comercial brasileira à Noruega

Deverá realizar-se, no período de 19 a 31 de maio, visita de missão empresarial brasileira a quatro países escandinavos, no contexto da retomada, pelo Itamaraty e pelo MDIC, da organização de operações de promoção comercial junto a mercados não-tradicionais.

A etapa norueguesa da missão comercial será realizada de 19 a 22 de maio, e incluirá em sua programação Seminário sobre a conjuntura econômica

brasileira e relações econômico-comerciais Brasil-Noruega, com “workshops” setoriais nas áreas de petróleo e gás, indústria naval, energia e oportunidades de investimentos em projetos hidrelétricos, pesca e aquicultura, ecoturismo e pesca amadora.

Participarão, pelo lado brasileiro, representantes da ANP, ONIP, ANEEL, do Governo do Espírito Santo, do Departamento de Pesca e Aquicultura do MAA, Embratur, Petrobrás, TexBrasil/ABIT (têxteis).

Plano Governamental para a América Latina

O Plano para a América Latina da Noruega se insere na estratégia de aumentar a capacidade competitiva do setor empresarial doméstico por meio da internacionalização de suas operações. Deverá contribuir para o fortalecimento dos laços econômicos e comerciais entre a Noruega e a América Latina, de um modo a estimular a exportação de produtos de elevado valor agregado e a promoção do desenvolvimento sustentável tanto na Noruega como nos seus parceiros latino-americanos.

Os progressos alcançados na América Latina na área econômica proporcionam oportunidades inéditas para o setor empresarial norueguês. Mesmo caracterizando os países da região como países de elevado risco, o Governo norueguês percebeu os benefícios de se manter naqueles países uma presença sólida e atuante que deseja agora reforçar e ampliar.

Elaborado pelo Ministério do Comércio e Indústria, após estudos e consultas junto aos demais Ministérios, instituições, associações setoriais e empresas, o Plano em tela têm como principais objetivos:

- garantir aos empresários noruegueses o acesso ao mercado em condições de concorrência igual a dos demais países
- desenvolver um perfil norueguês positivo
- aumentar o nível de competitividade das empresas norueguesas naqueles mercados
- fortalecer as relações políticas e culturais entre a Noruega e aqueles países

O plano privilegia, nos primeiros anos de implementação, os seguintes setores:

- construção naval e transporte marítimo
- petróleo
- geração de energia hidroelétrica
- pesca e produção de seus derivados

Para implementação do Plano, o Governo norueguês instituiu grupos de trabalho setoriais sob a égide do Conselho Norueguês de Comércio Exterior. O Conselho fornece apoio e recursos, inclusive financeiros, a empresas que exportam e/ou que se internacionalizam e opera também como uma agência executiva de consultoria prestando serviços e conduzindo estudos de promoção das exportações norueguesas.

Cooperação Bilateral

1) Petróleo

Existem perspectivas promissoras para a participação da norueguesa Statoil na exploração de petróleo no Brasil, talvez em parceria com a Petrobrás. A Petrobrás tem interesse em desenvolver cooperação sobre tecnologias de ponta da Noruega na exploração petrolífera em águas profundas (já existe projeto de monitoramento de produção em Albacora).

A Statoil é a maior empresa da Noruega com um faturamento anual de mais de US\$ 13 bilhões. Anualmente a Statoil investe entre US\$ 1,5 bilhões e US\$ 2,5 bilhões em novos projetos. Seu lucro líquido é de aproximadamente US\$ 800 milhões. É também a maior contribuinte para os cofres daquele país.

Atualmente a Statoil opera na exploração e produção de petróleo em 25 países, entre eles Vietnã, Tailândia, China, Austrália, Azerbaijão, Cazaquistão, Rússia, Nigéria, Angola, Namíbia, Venezuela, EUA, Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. É uma das maiores empresas exportadoras de petróleo e gás do mundo, com mais de 20% do mercado escandinavo para produtos do petróleo, e com projetos de expansão na Polônia, Alemanha e países bálticos. As atividades petroquímicas da Statoil foram fundidas com as atividades da empresa finlandesa Neste, formando a Borealis, que se tornou um dos principais líderes no mercado europeu da petroquímica.

A Statoil desenvolveu importante base tecnológica em perfuração horizontal, instalações submarinas, fluxo multifásico de petróleo e gás, perfuração em águas profundas, produção flutuante, recuperação aumentada de petróleo e transporte e processamento de gás natural.

O Diretor-Gerente da "Norwegian Oil and Gas Partners" (INTSOK), Gulbrand Wangen, esteve no Brasil em janeiro último, dando continuidade a contatos previamente estabelecidos com a Petrobrás e a ANP. A INTSOK é a contraparte norueguesa da brasileira ONIP, e congrega firmas ligadas sobretudo à produção de equipamentos da indústria petrolífera em geral. As duas entidades desempenham importante papel no apoio a empresas norueguesas e brasileiras presentes na exploração, entre outras, da bacia de Campos.

2) Pesca

A empresa estatal Akvaforsk deu início, em 2000, a projeto de apoio à piscicultura no Brasil, com o objetivo de quintuplicar a produção brasileira em menos de dez anos. O projeto inclui todos os estágios da aquacultura, desde formação e treinamento até produção e comercialização, passando pelo desenvolvimento genético.

A Akvaforsk tem mantido contatos com o Departamento de Pesca do Ministério da Saúde e com autoridades dos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pernambuco e Ceará. A principal base de atuação da empresa norueguesa será o Paraná, com cujo Governo a Akvaforsk assinou convênio e onde estará localizada sua filial.

Recentemente, missão do Conselho Nacional das Entidades de Pesca (CONEPE) esteve em Oslo para manter contatos com instituições e empresas do setor. O CONEPE —que congrega 17 federações e 55 empresas— tem procurado identificar meios para reverter o déficit no setor pesqueiro, que alcançou US\$ 360 milhões em 1998.

Nas últimas décadas, a Noruega tem mantido como uma de suas prioridades preservar o lugar de importância das atividades de pesca comercial e aquacultura através esforços permanentes de aprimoramento dos métodos de gestão dos recursos marinhos aplicando os novos conceitos de sustentabilidade. A razão principal pela qual a pesca sempre foi um componente central no comércio e indústria norueguesa deve-se ao fato do país controlar um dos mais ricos leitos marinhos do mundo. O Mar do Norte, a costa norueguesa, o Mar de Barents e a frente polar no mar da Noruega estão entre as áreas mais produtivas do mundo em recursos de pesca. A costa é além do mais particularmente fértil para as atividades de aquacultura que tem-se desenvolvido muito nos anos mais recentes, tornando-se uma das principais fontes de renda das populações costeiras.

A Embaixada do Brasil em Oslo tem recebido, nos últimos meses, diversas consultas de empresas e investidores da Noruega e Islândia a respeito de possibilidades de investimentos nos setores de pesca e aquicultura no Brasil. Nessas condições, está sendo avaliada a oportunidade de se organizar, na Noruega, em 2003, seminário específico sobre esses setores da economia brasileira, com a eventual participação do diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura e de representante da Agência Nacional das Águas (ANA) responsável pela área. O assunto foi levantado por ocasião da visita à Noruega da missão empresarial brasileira, em maio último, e da visita ao Brasil do Ministro norueguês da Pesca, Svein Ludvigsen, em setembro de 2002.

3) Transporte Marítimo

A Noruega, que tradicionalmente tem um papel de liderança internacional no setor de transporte marítimo, desenvolveu ao longo dos anos sólido e profundo conhecimento dos aspectos daquela competitiva indústria. Os armadores noruegueses controlam a terceira maior frota mercante do mundo, incluindo todos os tipos de navios mercantes para carga de mercadorias, produtos químicos, gás (GLP) e petróleo.

A Associação de Armadores da Noruega (NSA), criada em 1909, tem voz ativa de maneira especial na política de fomento do comércio doméstico e internacional. Os 180 membros da NSA são empresas norueguesas privadas e independentes envolvidas internacionalmente em atividades marítimas e de navegação. O principal objetivo da NSA é a promoção dos interesses de seus membros, além de monitorar o desenvolvimento do fórum de políticas de navegação internacional. Dessa maneira, a NSA avalia e atua em relação aos regulamentos nacionais e internacionais, questões técnicas e náuticas, questões de tripulação e de bordo, relações industriais, desenvolvimento do comércio e da política econômica, construção e financiamento de navios e plataformas.

Interessam à NSA as perspectivas para uma maior cooperação no setor de transporte marítimo e navegação entre a Noruega e os países do Mercosul, em especial o Brasil.

Programa de Parceria para o Desenvolvimento

O governo norueguês anunciou, em 2001, o lançamento do programa "Parceria para o Desenvolvimento entre Norte e Sul", iniciativa que contempla o intercâmbio de jovens voluntários para exercerem atividades em empresas, instituições governamentais, grupos comunitários e ONGs. O programa é uma revitalização do antigo "Serviço de Voluntários", então gerido pela NORAD (Agência de Desenvolvimento da Noruega) e extinto em 1999.

Atualmente coordenada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, a "Parceria para o Desenvolvimento" contemplará, até o final do corrente ano, o intercâmbio de 240 pessoas de 30 a 40 países, incluindo o Brasil.

A Resolução Normativa 43/99 do Conselho Nacional de Imigração dispõe, no artigo 1º, que "ao estrangeiro que pretenda vir ao País ao abrigo de acordo de cooperação internacional, assim reconhecido pelo Ministério das Relações Exteriores, na qualidade de técnico, prestador de serviço, voluntário, especialista, cientista e pesquisador, junto a entidades oficiais, privadas ou não-governamentais, poderá ser concedido o visto temporário previsto no item 1 do art. 13 da Lei nº 6.815, de agosto de 1980."

O lado norueguês poderá, nessas condições, mencionar seu interesse em iniciar as negociações em torno de Acordo de Cooperação internacional entre o Brasil e a Noruega, a fim de regularizar a entrada no País dos beneficiários do Programa.

Acordos bilaterais em vigor

Convenção de Arbitramento, assinada em Oslo, em 27 de junho de 1911

Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais, por Via Comum, assinado em Oslo, em 1º de março de 1952

Acordo para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956

Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes, assinado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1959

Acordo para Regular as Relações Comerciais e de Pagamentos, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1961

Acordo sobre Venda de Celulose, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de março de 1969; Ajuste Modificativo, assinado em Brasília, em 7 de dezembro de 1971

Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Marítimas dos dois Países, assinado em Brasília, em 30 de abril de 1971

Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares, assinado em Brasília, em 11 de abril de 1973

Troca de Notas determinando a entrada em vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos, de 17 de dezembro de 1976; e Troca de Notas colocando em vigor o Item VI da Ata Final, de 30 de outubro de 1979

Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica, assinado em Brasília, em 5 de abril de 1978

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, assinada em Brasília, em 21 de agosto de 1980; e Protocolo Suplementar, assinado em Brasília, em 12 de julho de 1994

Informações Gerais sobre a Noruega

Dados básicos

Nome oficial:	Reino da Noruega
Língua:	norueguês
População:	4,5 milhões (2001)
Área:	323 mil km ²
Capital:	Oslo
Cidades principais:	Oslo (500 mil), Bergen (230 mil), Trondheim (150 mil), Stavanger (100 mil)
PIB:	USD 160,2 bilhões (2001)
PIB per capita:	USD 35.600 (2001)
Chefe de Estado:	Rei Harald V
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
Ministro do Exterior:	Jan Petersen
Embaixador em Brasília:	Jan Gerhard Lassen
Embaixador do Brasil:	César Moreira

Fontes: DE-VMRE e The Economist

Avaliação da conjuntura política

O tradicional trabalhismo norueguês, que tem participado do governo do país quase sem interrupção há cinquenta anos, amargou sua segunda derrota desde 1997, ano em que o Primeiro-Ministro democrata-cristão Kjell Magne Bondevik assumiu o Gabinete pela primeira vez.

Em outubro de 2001, um mês após a histórica derrota da esquerda nas eleições parlamentares, uma aliança formada pelos partidos Conservador, Democrata-Cristão e Liberal, (além do Partido do Progresso, de extrema direita, sem o qual a coalizão não teria a maioria necessária para a saída do governo trabalhista), indicou novamente Bondevik para o cargo de Chefe de Governo. Apesar de o Partido Conservador ser o maior da aliança tripartidária e o que conquistou o maior número de assentos dos três – 38, contra 22 dos democratas cristãos, 26 dos “progressistas” e apenas 2 dos liberais – certamente contribuiu a sua personalidade e a sua experiência anterior na função (na qual foi substituído pelo trabalhista Jens Stoltenberg em março de 2000), bem como a inexistência de político de seu porte e aceitável pelos outros dois partidos. Fator importante também foi a pressão de Karl Hagen, líder do Partido do Progresso, pelo posto, embora seu nome fosse inaceitável tanto para a esquerda como para a coalizão centro/direita moderada. Cabe lembrar que o Partido Trabalhista ainda é o maior detentor isolado de assentos no Storting, com 43 representantes.

Contudo, o equilíbrio é tão delicado que a bancada parlamentar do Partido do Progresso (que não conseguiu ser aceito na) apenas deu seu apoio à mudança de governo por um “estágio probatório” de um ano, durante o qual a coalizão teria de provar sua capacidade de cooperar com o partido de Hagen por um

prazo mais extenso. O grande teste seria a aprovação do orçamento para 2003 (o de 2002 já havia sido encaminhado sob a égide trabalhista de forma a não facilitar a tarefa do novo governo). Possivelmente, o Partido Progressista, declaradamente contrário à cobrança de impostos e à imigração, terá forte influência na política do novo governo, apesar de oficialmente excluído da coalizão. Em termos gerais, a plataforma do Partido Progressista baseia-se na campanha contra a adesão à UE e o sistema previdenciário “assistencialista”, sustentado por pesada carga tributária; aos poucos, vem assumindo contornos típicos da extrema-direita contemporânea européia, contrária à imigração e à política de asilo.

Em conferência de imprensa, após o convite formal do Rei para formar o novo Governo, Bondevik reiterou a promessa da coalizão de reduzir os impostos em cerca de US\$ 2,85 bilhões, nos próximos anos, de racionalizar a participação do Estado na economia e impulsionar a privatização.

O trabalhismo escandinavo vem gradativamente perdendo espaço ao longo das duas últimas décadas. A geração beneficiária do Estado previdenciário não tem o fervor das massas laboriosas que o estabeleceram. À parte contudo essa tendência de longo prazo, o Governo Stoltenberg foi vítima paradoxal da extrema prosperidade acelerada pela alta das cotações do petróleo. O Fundo do Petróleo, que protege a coroa e a economia da liquidez produzida *off-shore*, incha velozmente, e a balança comercial acusou em 2000 superávit de quase US\$ 25 bilhões de coroas. Tal situação não se reflete na economia do cidadão norueguês, seja em termos de alívio tributário, seja em redução de preços e taxas de juros. Os noruegueses compram no varejo sueco mais do que o faturado pelas maiores redes de supermercados da Noruega e Oslo continua a ser uma das cidades mais caras do mundo.

Avaliação da conjuntura econômica

A economia norueguesa caracteriza-se por um sistema misto que combina modalidades de livre mercado com regulamentação e intervenção governamental nos setores-chave para a economia do país, em particular o setor petroleiro e os setores de pesca e agricultura, amplamente subsidiados. Com apenas 4,5 milhões de habitantes, a Noruega depende em grande medida de seu intercâmbio com o exterior, pois as exportações representam cerca de 40% do PIB.

Sendo um país de pequeno porte, ricamente dotado de recursos naturais — petróleo, gás, energia hidroelétrica, pescado, florestas e minerais—, a Noruega, que figura entre as principais potenciais navais do mundo e importa mais da metade de seu consumo total de alimentos, é basicamente um exportador de matérias primas e de bens semi-processados, sendo as exportações de petróleo uma de suas mais importantes fontes de renda.

O crescimento sustentado da economia norueguesa — que até meados da década de 90 superou sensivelmente os índices dos demais países nórdicos, em geral em recessão — consolidou-se em virtude, principalmente, do aumento contínuo das exportações, do consumo interno e dos investimentos privados. Ao mesmo tempo, observou-se um recuo da taxa de desemprego, para pouco mais de 2,5% ao final de 2001, enquanto que a inflação, que alcançava seu

nível mais baixo da história recente em 1997, aumentou ligeiramente no ano passado em virtude do aquecimento da economia (3,0% em 2000 e 2001).

A partir de 1999, os resultados de produção e demanda, baseados em índices referentes à chamada *economia continental*, e somados aos setores petrolífero, pesqueiro e marítimo – fontes tradicionais de riqueza para o país – não acusaram o forte crescimento verificado nos anos anteriores, mas o aumento da renda per capita tem sido contínuo e espetacular, se levada em conta a estagnação demográfica do país.

INDICADORES ECONÔMICOS

PIB:	US\$ 160,2 bilhões (2001)
PIB per capita:	US\$ 35.600 (2001)
Crescimento do PIB:	1,3% (2001); 2,3% (2000)
Desemprego:	2,7% (final de 2001)
Inflação:	3,1% (2001)
Exportações:	US\$ 58 bilhões (2001)
Importações:	US\$ 33,5 (2001)
Índice de Desenv. Humano:	2º lugar (2000)
Moeda:	coroa norueguesa (8,88/dólar em 12/2001)

Avaliação da política externa

A política externa da Noruega é condicionada por três preocupações fundamentais: a) a sua segurança, cuja vulnerabilidade, dada sua localização geográfica, é evidente; b) sua vulnerabilidade econômica face à Europa unida sob a égide da UE; e c) os problemas humanitários, que falam tão alto à vocação evangélica do país.

A Noruega é membro da OTAN desde 1949; do Conselho Nórdico; da Associação Européia de Livre Comércio; da Organização das Nações Unidas; do Fundo Monetário Internacional; da OCDE; e do Conselho da Europa. Em 1972, o país solicitou a adesão à CEE. O Tratado de Adesão, entretanto, não foi ratificado devido ao resultado de um referendo, no qual a maioria da população votou contra o ingresso. Em 1993, entretanto, Bruxelas aprovou a petição norueguesa da abertura de negociações para o seu ingresso na UE.

Em referendo realizado no dia 28 de novembro de 1994, os noruegueses rejeitaram o ingresso na União Européia. O conjunto de desvantagens certas em curto e médio prazos representado pela perda de autonomia na área de política externa e no manejo dos estoques pesqueiros, abertura dos bancos de pesca e do mercado agrícola, mais protegido do que o comunitário, aos produtores da UE, perda de autonomia na política energética e supressão dos privilégios de que goza a Statoil, transferências líquidas de recursos para os cofres de Bruxelas, dispêndios líquidos adicionais para compensar os produtores agrícolas afetados pela nivelção dos preços internos aos comunitários, perda de controle sobre os recursos petrolíferos e, ainda, legislação de Seguridade Social.

O resultado do referendo mudou a posição da Noruega em relação aos seus vizinhos nórdicos e aos demais países europeus. Após o "não", o Ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou que o governo pretende estabelecer acordos de cooperação com os países-membros da UE. Declarou que as relações com a União serão baseadas no Acordo constitutivo do Espaço Econômico Europeu (EEA).

Como membro da EFTA, a Noruega foi o primeiro país a ratificar o Tratado Constitutivo do EEA, em vigor desde janeiro de 1994. Em função do Tratado, a Noruega teve de efetuar uma série de adaptações em sua legislação econômica e de a esta incorporar mais de 10 mil textos, correspondentes ao "*acquis communautaire*". Vele mencionar que o futuro do Tratado da EEA ficará obscuro, caso os parceiros da UE nesse tratado fiquem reduzidos à Noruega, à Islândia - que também começa a inclinar-se por negociar ingresso na União - e ao Liechtenstein.

Quanto à segurança, sublinhou o Ministro dos Negócios Estrangeiros a importância dos laços transatlânticos para a defesa da Europa. Ao mesmo tempo, ressaltou que pretende usar a posição norueguesa de membro associado da União da Europa Ocidental para a participação, em nível de igualdade, em todas as áreas desta organização que constitui o pilar europeu da OTAN.

Na área de política externa, os sucessivos Governos têm reafirmado as prioridades conhecidas da ação diplomática norueguesa, tais como: promoção da paz, da democracia e da justiça social, com ênfase para os programas de ajuda humanitária e para o desenvolvimento; fortalecimento das Nações Unidas; cooperação com os demais países nórdicos; importância estratégica dos países bálticos; proteção e conservação ambiental.

Em princípio, a mudança de governo deverá ter pouca repercussão na política externa, pois essa é a área de menor divergência entre os diversos partidos. Assim, não se esperam mudanças relativas a temas como a participação na OTAN, a permanência fora da União Européia e a política petrolífera (terceiro maior exportador mundial, que coloca a maior parte dos lucros dessa exportação em um fundo que deverá beneficiar gerações futuras).

Nova estrutura organizacional do MNE

A partir de outubro de 2000, o Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês passou a funcionar com base em nova estrutura organizacional, refletida na proposta orçamentária apresentada ao Parlamento. As áreas mais importantes para a atuação do Ministério passaram a ser as relações da Noruega com a Europa, tanto no plano bilateral quanto com a União Européia, e a cooperação para o desenvolvimento. Foi aprovado, neste aspecto, aumento de cerca de US\$ 170 milhões para a assistência oficial ao desenvolvimento (14% em relação a 2000), elevando o total anual para cerca de US\$ 1,3 bilhões em 2001 (0.89% do PIB). No terreno da aplicação dos recursos, o MNE anunciou que, sem deixar de atuar no campo da saúde infantil (destinando cerca de US\$ 22 milhões à Aliança Global para Vacinas e Imunização – GAVI) e no combate à AIDS (cerca de US\$ 7 milhões), a Noruega passará a priorizar a redução da pobreza, redução de dívidas dos países mais pobres, promoção da paz, "*long-term peace building*" e "*institution building*".

As áreas geográficas de maior atuação passariam a ser, além da África, Oriente Próximo e dos Balcãs, áreas de destinação tradicional de recursos do país, a Europa Central e do Leste, a Rússia e os países bálticos. Faz parte da intenção da nova política de cooperação da Noruega, além de mudar seu enfoque de ajuda humanitária para "*institution building*", a transformação de "*aid into trade*". No caso da Rússia, também será dada atenção especial às instalações nucleares inseguras e aos problemas de saúde decorrentes, enquanto fora da Europa predominarão os esforços na promoção da paz, considerada condição fundamental para o desenvolvimento. Neste contexto, a Noruega confere grande importância à sua presença no Conselho de Segurança da ONU, no biênio 2001-2.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

OFÍCIO

**DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 685/2002, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 440, de 1999 (nº 1.737/99, naquela Casa), de autoria do Senador José Fogaça, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Regionais da Profissão de Técnico Agrícola e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 7-11-2002)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moreira Mendes.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 170/2002

Brasília, 7 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senador Casildo Maldaner, como membro titular, em substituição ao Senador Nabor Júnior, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 144/02-LPSDB

Brasília, 12 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de retirar o Senador Eduardo Siqueira Campos da titularidade na Comissão de Assuntos Sociais, na composição do Bloco PSDB/PPB.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

OF. GLPMDB Nº 173/2002

Brasília, 12 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Fernando Ribeiro, como membro titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Nabor Júnior e este, como suplente, em substituição ao primeiro citado, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO/2003.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, reza a nossa Constituição que um dos principais objetivos da nossa República é a eliminação das desigualdades regionais. Aliás, esse é um tema muito badalado, tanto na Câmara dos Deputados, quanto aqui no Senado, bem como na imprensa em geral. Em todo lugar, esse é um tema sempre atual e sempre presente. Fez parte dos debates e dos programas dos candidatos que disputaram a Presidência da República e é um dos pontos principais do programa do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

Porém, Sr. Presidente, o que observamos, na prática, é que essas desigualdades de fato não são combatidas no sentido de sua efetiva eliminação. Não há um programa consistente, que tenha tido continuidade no sentido de desenvolver as regiões não desenvolvidas, como o Norte, o Nordeste e, um pouco menos, o Centro-Oeste, que é uma região em desenvolvimento. Há, isto sim, permanentemente, uma concentração de recursos nas regiões já desenvolvidas.

Infelizmente, essa é uma visão míope de alguns órgãos como, por exemplo, o BNDES – Banco Nacio-

nal de Desenvolvimento Econômico e Social. Se olharmos a aplicação de seus recursos, veremos que são cada vez mais aplicados nos Estados mais ricos, em detrimento daqueles mais pobres.

Se fizemos um levantamento dos investimentos dos organismos financiadores, tanto nacionais como internacionais, veremos que sempre há a canalização dos recursos, em maior parte, para essas regiões. Portanto, não iremos nunca eliminar as desigualdades regionais, porque os mais ricos irão ficar cada vez mais ricos e os mais pobres, cada vez mais pobres, como diz a música popular.

Na verdade, percebemos que, de vez em quando, há um movimento de agravamento dessa situação. Por exemplo, vemos grandes articulistas de grandes jornais de âmbito nacional referirem-se ao eleitor do Nordeste ou do Norte, de forma preconceituosa, como o eleitor dos grotões do Brasil, de maneira até pejorativa. O mais grave é que sempre comentam, de maneira aritmética, que o eleitor dos Estados do Acre, de Roraima, do Amapá, enfim, da Região Norte, está super-representado, enquanto o eleitor de São Paulo está sub-representado na Câmara dos Deputados. Não é o caso do Senado, pois, felizmente, todos os Estados têm igual representação, justamente para dar esse equilíbrio de que a Federação precisa.

No entanto, seja como tentativa de diminuir as Bancadas dos Estados menores, seja para criar uma reforma política que dê mais representantes na Câmara dos Deputados a São Paulo e ao Rio de Janeiro, em detrimento dos Estados menores, vamos ver que, além do poder econômico, além do poder financeiro, além da concentração de investimentos, do maior saber, da maior cultura nessas regiões, ainda se busca enfraquecer politicamente os Estados mais fracos, como se estes não fossem os que mais precisam ter realmente advogados ou representantes para defendê-los.

Tive, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a tristeza de ler um artigo publicado na **Gazeta Mercantil**, em 11 de novembro, intitulado: "São Paulo perde força na disputa por verba federal", com o subtítulo: "Nordeste e Norte mandam na Comissão de Orçamento".

Sr. Presidente, quero ler alguns tópicos desse artigo que, realmente, mostra como essa visão concentracionista pode prejudicar ainda mais os Estados pequenos, porque, repito, os Estados mais fracos e pobres deveriam estar mais bem representado na Câmara

dos Deputados, não só sob o ponto de vista qualitativo, mas quantitativo também, porque o que interessa é o voto. No entanto, leva-se em conta apenas o número de habitantes.

Diz o artigo:

Seis em cada dez brasileiros vivem nas regiões Sul e Sudeste, (o que já é muito ruim para o Brasil, pois se trata de uma concentração populacional horrível), produzem 76% da riqueza nacional e pagam R\$8,00 de cada R\$10,00 em tributos coletados pela União. Sua conta de impostos tem sido sempre crescente, mas têm cada vez menos poder de decisão sobre o destino do dinheiro do Orçamento Federal. Foi o que perceberam, na semana passada, os principais líderes políticos de São Paulo – entre eles, o Governador Geraldo Alckmin (PSDB), a Prefeita da capital paulista, Marta Suplicy (PT), e sessenta parlamentares de todos os Partidos.

Eles abandonaram as divergências por algumas horas, em um auditório da Câmara dos Deputados. E, pela primeira vez, se uniram para definir as prioridades estaduais dentro do Orçamento da União para 2003. Combinaram sugerir ao Congresso Nacional emendas orçamentárias no total de R\$300 milhões para o Estado de São Paulo, equivalentes a 1% da arrecadação tributária estimada para 2003.

Seria a contrapartida federal no financiamento de obras locais contra enchentes, construção de quatro hospitais regionais e de cinco penitenciárias. "Juntos, podemos conseguir", animava-se o Governador. "Sem ajuda de Brasília, a Prefeitura e o Estado levarão 26 anos para acabar com as enchentes na cidade", argumentava a Prefeita Marta.

Foi quando o Deputado Federal Alberto Goldman (PSDB) interveio. "É inédita esta reunião de toda a Bancada paulista com o Governador e a Prefeita, mas não adianta o consenso sobre as reivindicações se não temos força política", disse, provocando perplexidade na plateia. "Somos 14% da representação política do País e temos mandato concedido por um quarto do eleitorado nacional, mas não possuímos nem 8% dos votos na Comissão Mista de

Orçamento. Há muitos anos participo dessa Comissão e, posso garantir, lá há mais representantes de Roraima do que de São Paulo”.

Ora, Sr. Presidente, como representante do Estado de Roraima, vejo essas afirmações de duas maneiras: de um lado, os Parlamentares de São Paulo, realmente, não se entendem e não se unem; de outro lado, vejo o viés do preconceito, de achar que Roraima, por ser um Estado pequeno, da Região Norte, não pode ter mais representantes do que São Paulo na Comissão de Orçamento.

Eu penso que deve ser assim mesmo, porque nós somos mais pobres, não temos um Orçamento do tamanho do de São Paulo e não temos a mesma arrecadação que aquele Estado. Esse é o princípio federativo fundamental, senão, para que federação? Nós, então, deveríamos ter uma confederação, em que cada Estado administrasse o que arrecadasse. Nós não temos isso, daí por que precisamos ter, realmente, esse repartimento do bolo, com os mais ricos arrecadando e repartindo com os mais pobres. Do contrário, estaremos induzindo um esquema de xenofobia interna, com os paulistas acreditando que estão sendo sub-representados e pagando a conta dos Estados mais pobres, enfim, que são os sacrificados. Na verdade, deve existir exatamente o sentimento inverso, ou seja, o de que São Paulo, que é a grande locomotiva deste País, deveria até pagar o imposto para que as populações pobres do Nordeste e do Norte pudessem lá permanecer, evitando a sua migração para São Paulo, onde vivem nas periferias e favelas, e os problemas sociais que isso provoca.

Continuando, Sr. Presidente:

Goldman, 65 anos, ex-Ministro dos Transportes e recém-eleito para um sexto mandato de deputado federal, passeava os olhos pela plateia enquanto protestava: “Não temos força, ou melhor, o Estado de São Paulo não tem força sequer para pedir uma simples verificação de presença em reuniões da Comissão de Orçamento”. O Governador e a Prefeita emudeceram.

Ora, Sr. Presidente, sabemos que o Estado de São Paulo, sozinho, tem mais deputados que todos os

Estados do Norte do Brasil. Então, é realmente não se pensar grande neste País, é dar continuidade àquele modelo de colonialismo interno, em que o mais rico tem que continuar assim, tem que dominar intelectual, política e financeiramente o mais pobre, que tem que se conformar com essa situação. É mais ou menos, no esquema internacional, o que os Estados Unidos fazem com o mundo.

Não posso acreditar que um homem da sabedoria do Deputado Goldman pense realmente assim e, o que é pior, deixe que isso seja publicado no Brasil, provocando nos paulistas uma revolta por estarem sendo sacrificados e, nos nortistas, como eu, uma revolta por estarem sendo tratados de uma maneira preconceituosa e, em pleno século XXI, equivocada, em que não se quer privilegiar, realmente, a eliminação das desigualdades regionais.

Quero, portanto, Sr. Presidente, pedir que o restante desse artigo conste, no inteiro teor, do meu pronunciamento, para que fique aqui registrado, nesta Casa que representa os Estados – e, portanto, é responsável pelo equilíbrio da Federação e pela eliminação das tão faladas desigualdades regionais -, e possamos refletir sobre posturas desse tipo, que não acrescentam nada ao Brasil.

Aliás, recentemente, no Governo de Fernando Henrique, que está acabando, um senador ilustre aqui disse que não tínhamos um ministério e, sim, um “paulistério”. Espero que o Presidente Lula, que embora seja morador e eleitor de São Paulo, não repita um “paulistério” no Brasil e que faça, realmente, com que tenhamos a presença de todos os Estados da Federação e que sejamos tratados de maneira desiguais: que os mais pobres sejam mais bem aquinhoados e que os mais ricos paguem para que haja a igualdade que tanto sonhamos para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

**SEGUE NA ÍNTEGRA DOCUMENTO
A QUE SE REFERE O SR. SENADOR
MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

São Paulo perde força na disputa por verba federal

Nordeste e Norte mandam na Comissão de Orçamento

José Casado
de Brasília

Seis em cada dez brasileiros vivem nas regiões Sul e Sudeste, produzem 76% da riqueza nacional e pagam R\$ 8,00 de cada R\$ 10,00 em tributos coletados pela União. Sua conta de impostos tem sido sempre crescente. Mas têm cada vez menos poder de decisão sobre o destino do dinheiro do orçamento federal.

Foi o que perceberam, na semana passada, os principais líderes políticos de São Paulo — entre eles, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), a prefeita da capital paulistana Marta Suplicy (PT) e 60 parlamentares de todos os partidos.

Eles abandonaram as divergências por algumas horas, em um auditório da Câmara dos Deputados. E, pela primeira vez, se uniram para definir as prioridades estaduais dentro do Orçamento da União para 2003. Combinaram sugerir ao Congresso Nacional emendas orçamentárias no total de R\$ 300 milhões para o Estado de São Paulo, equivalente a 1% da arrecadação tributária estimada para 2003.

Seria a contrapartida federal no financiamento de obras locais contra enchentes, construção de quatro hospitais regionais e de cinco penitenciárias. “Juntos, podemos conseguir”, animava-se o governador. “Sem ajuda de Brasília, a prefeitura e o Estado levarão 26 anos para acabar com as enchentes na cidade”, argumentava a prefeita Marta.

Foi quando o deputado federal Alberto Goldman (PSDB) interveio. “É inédita esta reunião de toda a bancada paulista com o governador e a prefeita, mas não adianta o consenso sobre as reivindicações se não temos força política”, disse, provocando perplexidade na plateia. “Somos 14% da representação política do País e temos mandato concedido por um quarto do eleitorado nacional, mas não possuímos nem 8% dos votos na Comissão Mista de Orçamento. Há muitos anos participo dessa comissão e, posso garantir, lá há mais representantes de Roraima do que de São Paulo.”

Goldman, 65 anos, ex-ministro dos Transportes e recém eleito para um sexto mandato de deputado federal, passeava os olhos pela plateia enquanto protestava: “Não temos força, ou melhor, o Estado de São Paulo não tem força sequer para pedir uma simples verificação de presença em reuniões da Comissão de Orçamento”. O governador e a prefeita emudeceram.

A comissão é composta por 172 deputados e senadores, metade titulares e metade suplentes. Seu comando — dividido entre Bahia, Acre, Piauí e Pará — reflete a aliança estratégica que, cada vez mais, vem caracterizando a ação parlamentar das bancadas do Norte e do Nordeste em torno de decisões sobre assuntos estaduais. Juntas, representam Estados com 32% do eleitorado e 15% do Produto Interno Bruto (PIB).

O mapa do poder político sobre o novo Orçamento da União mostra a Bahia em vantagem. Pelo critério de rotatividade, coube-lhe a presidência da comissão parlamentar mista. Por uma discreta e decisiva manobra de líderes estaduais do Partido da Frente Liberal — o senador Antônio Carlos Magalhães e o deputado José Carlos Aleluia —, a Bahia ficou com a liderança de votos (8) não somente entre os titulares, como também no plenário (15). É um fato normal, embora ocasional, na lógica do Congresso.

Atípica é a dimensão de Roraima. Tem quase 500 mil habitantes, 0,18% do eleitorado nacional e contribui para a União com apenas R\$ 1,60 de cada R\$100,00 arrecadados em tributos. Tem sua economia baseada na folha de pagamentos do governo estadual, cuja caixa depende em 97% dos repasses de recursos federais. Mas o poder de decisão de Roraima sobre o Orçamento de 2003, dentro da

comissão mista, é igual ao de qualquer Estado do Sul ou do Sudeste. Roraima tem a terceira maior representação (6 votos) entre os titulares da comissão. Perde por um voto para o Rio de Janeiro (7), iguala-se a Minas Gerais (6) e vence São Paulo (5).

No plenário geral, ou seja, contando-se os suplentes, tem 9 votos Minas possui 14, São Paulo tem 11 e o Rio está com 10. Além disso, Roraima detém a influente posição de liderança do atual governo no Senado, ocupada por Romero Jucá Filho, do PSDB. Jucá, 49 anos, nascido em Pernambuco e engenheiro-eletrônico de profissão, também é vice-líder do governo no Congresso Nacional. Na semana passada, enquanto a bancada paulista se reunia com o governador e a prefeita da capital, ele estava em uma sala ao lado, negociando emendas ao orçamento com duas dezenas de parlamentares de todos os Estados da Amazônia. “Temos é que tirar recursos federais para fortalecer a agência de desenvolvimento regional”, dizia, ao justificar sua proposta de R\$ 150 milhões para a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, substituta da extinta Sudam.

Jucá esgrimia argumentos com Robério Bezerra Araújo, médico, também deputado de Roraima, pelo Partido Liberal, que tentava impedi-lo de derrubar uma proposta para vincular parte desse dinheiro à assistência médico-sanitária nas tribos indígenas. “Sua emenda é boa para a população branca, mas temos a maior população indígena do país e muito me admira que o senador atue dessa forma já que foi presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)”, provocou Araújo. “Vejo que o deputado começa a se credenciar para ser o presidente da Funai no governo Lula”, ironizou Jucá. Os índios ficaram sem a verba federal, mas a bancada da Amazônia aprovou propostas de emendas ao orçamento da União no total de R\$ 440 milhões — valor R\$100 milhões acima da soma reivindicada por governador, prefeita, deputados e senadores de São Paulo.

Do outro lado do corredor, no auditório, os paulistas iniciavam uma autocrítica pela escassa representação na Comissão de Orçamento, diante de estados como Bahia e Roraima. “A culpa é nossa”, comentou o deputado Paulo Kobayashi, do PSDB. “É responsabilidade das lideranças de bancadas e dos presidentes dos partidos”, acusou o deputado Goldman. “E olha que São Paulo tem a presidência de quatro dos maiores partidos políticos”, completou Kobayashi, referindo-se a PSDB, PMDB, PT e PL. Por trás dessas cenas está a confirmação de um processo de mutação do Congresso. Para a cientista política Lúcia Hippólito, da Saber Consultoria, há uma gradual inversão de valores dentro do Legislativo: “Em tese, a Câmara representa o povo e o Senado cuida dos interesses dos estados. Mas o que se vê é a Câmara cada vez mais discutindo problemas estaduais e o Senado dedicado às questões nacionais”.

A disputa pelo orçamento federal, considera Lúcia Hippólito, a cada ano está mais acirrada por culpa da atuação centralizadora do Executivo, que impõe sucessivos contingenciamentos na liberação de recursos federais aos Estados e Municípios. Mas é, também, produto das distorções no sistema de representação política, pelo qual São Paulo (25 milhões de eleitores) tem uma bancada de 70 deputados federais, enquanto Roraima (208 mil eleitores) tem uma representação de oito deputados. Ou seja, cada eleitor de Roraima tem peso eleitoral equivalente a 19 eleitores paulistas.

“Não há dúvida de que o Norte tem uma super-representação no Congresso”, ela observa. E conclui: “Só uma reforma política, cuidadosamente planejada para também não supervalorizar a representação política de São Paulo, e que poderá dar o reequilíbrio de forças necessário ao Congresso”.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Nabor Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª solicita a transcrição do restante do artigo, que não foi lido. A Mesa atenderá o pedido de V. Exª, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta tarde, desta tribuna, quero fazer uma merecida homenagem a um órgão de comunicação que nasceu no Estado do Amazonas, mais precisamente na cidade de Manaus, mas que congrega rádio e televisão por praticamente toda a Amazônia. Refiro-me à **Rede Amazônica de Rádio e Televisão** que, recentemente, completou trinta anos de existência.

A sua história começou, mais precisamente, em julho de 1969, quando os jornalistas Phelippe Daou e Milton Cordeiro, juntamente com os empresários Joaquim Margarido e Robert Phelippe Daou, constituíram a **Rádio TV do Amazonas Ltda.**, para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens. A outorga do canal ocorreu no ano de 1970, com prazo de dois anos para a implantação da emissora.

A partir de então, de posse dos projetos técnicos, a equipe decidiu-se pela construção de duas unidades, sendo uma o parque exibidor, na Avenida Carvalho Leal, onde funciona atualmente a Fundação Rede Amazônica, e a outra o parque transmissor, na Estrada do Aleixo, onde funciona atualmente a sede da **TV Amazonas**.

Os equipamentos utilizados no início da emissora eram câmeras, telecine, ilha de edição e transmissor adquiridos da RCA Corporations. Com essa estrutura, portanto, a **TV Amazonas** passa a ser a primeira emissora de televisão do Brasil integralmente projetada para operar em cores.

No início de agosto de 1972, o sinal do canal 5 foi ao ar, em caráter experimental e, pela primeira vez, no dia 1º de setembro daquele mesmo ano, às 19 horas, a **TV Amazonas** era inaugurada oficialmente.

A partir de 1973, a **TV Amazonas** passou a ser afiliada da **Rede Bandeirantes** e a transmitir a programação desta emissora. Mas era com a programação local e com promoções de eventos como Dia das Mães, Chegada do Papai Noel, Páscoa e outros, que a **TV Amazonas** firmava sua participação junto à comunidade, ao mesmo tempo em que conquistava a audiência do público local.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, após a implantação da **TV Amazonas**, foram montadas, no período de setembro de 1974 a janeiro de 1975, quatro novas emissoras, sendo uma delas em Porto Velho, capital do meu Estado, Rondônia. Sr. Presidente, quero aqui dar o meu testemunho a respeito desse fato, porque me lembro perfeitamente quando o nosso canal 4 foi instalado em Porto Velho. Na sequência, instalaram-se emissoras em Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e em Macapá (AP). Paralelamente a isso, foram construídas dezenas de retransmissoras em localidades no interior da região, atingindo as fronteiras dos países vizinhos: República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Sr. Presidente, uma vez mais, quero dar o meu testemunho a respeito da quantidade de retransmissoras instaladas por todo o interior do Estado de Rondônia.

Como não havia satélite ou canalização terrestre para a distribuição do sinal, à época, foram instaladas retransmissoras, não-instantâneas, o que fez com que a **Rede Amazônica** introduzisse, no Brasil, os aparelhos de videocassete no formato U-matic, então, recém-lançados pela Sony no mercado internacional. A utilização do sistema, na verdade, tornou viável a implantação da **Rede** e exigiu a organização de um Departamento de Tráfego, encarregado de suprir as emissoras e retransmissoras de reprogramação em fitas. Eram, portanto, manipuladas cerca de 6.000 (seis mil) fitas de vídeo – isso, hoje, seria praticamente inacreditável.

Daí, a partir de 1983, as emissoras de Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá passaram a ser afiliadas da **Rede Globo**, o que veio a ocorrer com a **TV Amazonas** em 1986.

A partir de então, com a programação unificada, a **Rede Amazônica de Televisão** passou a utilizar o canal exclusivo do Satélite BrasilSat, que possibilitou a transmissão para as emissoras e retransmissoras da **Rede** e recepção de programas produzidos em Manaus e, em 1990, foi implantada a Sucursal de Brasília, que tantos e bons serviços tem prestado, sobretudo aos Parlamentares dos Estados da Amazônia, destinada a fazer a cobertura jornalística e dos assuntos políticos e econômicos de interesse da região.

Com a necessidade de maiores condições e suporte para a atividade principal de radiodifusão, a **Rede Amazônica** desenvolveu duas novas atividades. A primeira, exercida por intermédio da Amazonas Energia Solar Ltda., que consiste na autorização de energia solar para a produção de energia elétrica. A atividade teve origem a partir da necessidade de implantar retransmissoras em localidades interioranas com precária rede elétrica ou aonde essa rede não chegava para a instalação da retransmissora. A segunda atividade, ligada direta-

mente à **Rede Amazônica**, é o conhecido Studio 5, em Manaus, um empreendimento voltado para a realização de **shows**, feiras e exposições, com capacidade para sete mil pessoas. Uma estrutura que confere ao Studio 5 o título de maior empreendimento do Norte do País.

A **Rede Amazônica de Rádio e Televisão** registra, hoje, 800 empregados nas várias categorias profissionais, destacando-se entre eles jornalistas, radialistas, engenheiros, técnicos, pessoal administrativo, motoristas, técnicos em **marketing**, **designers**, artistas e tantos outros.

A **Rede Amazônica** informatizou todos os seus setores, tanto na sua sede, em Manaus, como nas outras afiliadas e Sucursal de Brasília, abrangendo, portanto, toda a Região Norte, com exceção dos Estados do Pará e Tocantins, por meio de suas respectivas capitais: Manaus: **TV Amazonas**; Porto Velho: **TV Rondônia**; Boa Vista: **TV Roraima**; Macapá: **TV Amapá** e, Rio Branco: **TV Acre**.

A **Rede Amazônica** possui ainda cinco geradoras, cinco estações em UHF, oito mini-geradoras (com telejornal local), 202 retransmissoras – sendo 94 no Amazonas, 32 no Acre, 17 no Amapá, 39 em Rondônia e 20 em Roraima –, além do **Canal Temático Amazon Sat**, sintonizável por UHF nas capitais da Amazônia Ocidental e Amapá, e antenas parabólicas espalhadas por todo o Território Nacional e países vizinhos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a **Rede Amazônica**, a cada dia, mostra a sua grandeza e a sua força, expandindo-se e modernizando-se, e, atenta aos avanços tecnológicos, adquire equipamentos para transmissão e recepção via satélite visando a atender a todas as suas emissoras de televisão, e possibilitando a transmissão instantânea de imagens para qualquer lugar da região. A fibra óptica é o seu mais recente investimento. Interliga pontos estratégicos da cidade de Manaus, garantindo qualidade e instantaneidade nos seus informativos.

Finalmente, mantendo-se na vanguarda, a **Rede Amazônica de Rádio e Televisão** entra na era digital, substituindo todo seu equipamento analógico de captação, edição e exibição existente em Manaus, Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco, Macapá e na Sucursal de Brasília, tornando-se uma das mais modernas empresas de mídia, comunicação e entretenimento do País.

Em Brasília, a sucursal conta com três equipes de reportagens, compostas por jornalistas profissionais, oriundos dos Estados em que atuam.

Permanentemente, os repórteres e cinegrafistas participam de treinamentos propiciados pela **TV Globo** e pela **CNN**.

É parceira da **CNN World Report**, que consiste em treinar, anualmente, repórteres em Atlanta e enviar notícias da Amazônia para mais de 180 Países.

Seguindo o lema de cobrir os assuntos amazônicos, a **Rede Amazônica** já participou de várias coberturas internacionais, tendo ocorrido a primeira em 1997, de Bonn – Alemanha, cobrindo a reunião do PPG-7, com envio diário de material jornalístico via satélite. Também cobriu a abertura da 50ª Sessão da ONU, em Nova Iorque, quando o Presidente do Brasil abordou o tema Meio Ambiente; a Semana da Amazônia, realizada em 1998, no World Trade Center, em Nova Iorque; e, na Venezuela, cobriu, em várias oportunidades, desde os entendimentos iniciais e até a inauguração do sistema de fornecimento de energia de Gury para o Estado de Roraima. Cobriu, mais recentemente, a Rio+10, realizada de 26 de agosto a 4 de setembro deste ano em Joanesburgo, África do Sul.

Participou da transformação dos Territórios Federais de Rondônia, de Roraima e do Amapá em Estados.

É defensora das causas amazônicas, especialmente dos projetos que visam ao bem estar da população cabocla, como a Zona Franca de Manaus, o Sivam, a extração de gás de Urucu, etc.

Não posso deixar de enfatizar aqui a importância do Amazonsat para os meios de comunicação da região Norte de nosso País, especialmente para a **Rede Amazônica de Rádio e Televisão**. Esse canal de satélite que a **Rede Amazônica** contratou da Embratel há mais de 10 anos para operar o Amazonsat foi o instrumento que rompeu o isolamento em que vivia a Amazônia e a integrou ao sistema nacional de satélite. Esse canal é dedicado às notícias da região e ao debate de seus problemas por autoridades municipais, estaduais e federais e pelo público em geral.

O Amazonsat é a voz e a cara da Amazônia. Na região, o seu sinal é aberto, transmitido por estações autorizadas pelo Ministério das Comunicações e, no restante do País e nas fronteiras dos países limítrofes, pode ser captado por quem possuir sistema de recepção por antena parabólica.

O Amazonsat é um serviço dos mais relevantes, sobretudo depois que a Radiobrás, por medida de contenção de despesas, deixou de operar televisão na Amazônia. Não fosse ele, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a região provavelmente ainda estaria na escuridão, sem ter conhecimento das notícias e dos fatos. O Programa Brasilsat realizado pelo Governo Federal teve como um dos fundamentos a necessidade de integrar a Amazônia ao resto do País e ao mundo, pela comunicação.

A região amazônica estava, portanto, distante de tudo e sem saber o que acontecia no Brasil e no resto do mundo. Porém, a **Rede Amazônica** e o Amazonsat, hoje presentes em todos os rincões amazônicos, constituem-se uma das maiores conquistas para toda a população amazônica.

Vale lembrar que, durante muitos anos, a Amazônia apenas recebia informações de fora, via satélite, de modo que as notícias não repercutiam fora de seus limites devido ao atraso e, às vezes, chegavam requentadas às grandes redes sulinas.

Foi a **Rede Amazônica** que quebrou esse silêncio secular. Montou nas capitais dos Estados onde opera sistemas de acesso ao satélite e, graças a eles, os noticiários e os cursos regulares e profissionais passaram a chegar rapidamente a qualquer parte da região, do País e do exterior. Além do que sistemas de **up-link**, portáteis, completam o seu grande trabalho de comunicação instantânea.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos reconhecer que tudo isso se deve ao espírito empreendedor, dinâmico, empresarial e, sobretudo, determinado desse grande brasileiro, desse grande amazônida, o Dr. Phelippe Daou, fundador e atual Presidente da **Rede Amazônica de Rádio e Televisão**, a quem, neste momento, rendo as minhas homenagens, e sem o qual, provavelmente, a história seria bem diferente. Quero, portanto, parabenizá-lo por sua atitude de fazer que a região Norte do Brasil ficasse mais perto dos brasileiros e do mundo.

Parabenizo igualmente o Superintendente de Jornalismo, Milton de Magalhães Cordeiro; o Diretor Administrativo, Aluísio Daou; o Diretor Técnico, Nivelle Daou Jr.; e o Diretor da Sucursal Brasília, meu particular amigo, Raimundo Farias Moreira, pelo belíssimo trabalho que fazem. E na pessoa dele, Sr. Presidente, quero homenagear todos os outros 800 funcionários da **Rede Amazônica de Rádio e Televisão**, que fazem com que a nossa Amazônia seja conhecida em todo o mundo.

Era o que tinha a registrar neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco. V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mineração é uma área da atividade produtiva em que o Brasil, historicamente, tem sido forte. Desde o Ciclo do Ouro, no período colonial, até o processo recente de industrialização do País, que teve por base as abundantes jazidas de minério de fer-

ro, de manganês e de outros minerais, o setor tem fornecido as matérias-primas e os insumos indispensáveis à indústria, à construção civil e à agricultura, possibilitando o desenvolvimento de uma moderna indústria nacional de transformação (siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos, transformação dos minerais não-metálicos) e a consolidação do parque industrial de bens de capital e de consumo.

A riqueza mineral brasileira é admirada por todos os outros países. Nossa extensão territorial, por sua vez, faz dessa riqueza um tesouro quase inesgotável.

Hoje, o setor mineral, nele compreendendo-se os produtos primários e transformados, participa com 6% do PIB brasileiro. No ano de 2001, contribuiu favoravelmente para a balança comercial, com superávit de US\$4,2 bilhões, excluídos o petróleo e o gás natural. Para efeito de comparação, observe-se que o petróleo, no mesmo ano, apresentou um saldo global negativo de quase US\$5 bilhões.

Em tempo de dólar escasso, nada há de mais precioso para nós. Se dermos uma olhada na composição das exportações por produto, verificaremos que, entre os bens primários, o ferro é o metal que mais nos traz receita, 80% do total.

Ao mesmo tempo, divulga uma organização canadense especializada em estudos sobre a indústria de mineração, The Fraser Institute, uma classificação da atratividade de novos investimentos no setor mineral na qual o Brasil ganhou importantes posições. Nosso País, que sempre estivera fora da lista dos dez primeiros com melhores condições de atrair novos investimentos, alcançou, no ano passado, de forma inédita, a quarta posição, vindo logo após o Canadá, a Austrália e o Chile.

Dados disponíveis indicam ainda que, mesmo numa quadra mundial de retração de investimento a risco – o orçamento global de investimento das empresas em pesquisa mineral caiu no mundo de US\$5,2 bilhões, em 2000, para apenas US\$2 bilhões, em 2001 –, o Brasil teria sido contemplado com cerca de US\$135 milhões, o que representou quase o dobro do investimento realizado no ano de 1998 (US\$68 milhões).

Parecem ter feito muito bem ao setor as modificações constitucionais, legais e estruturais sofridas especialmente nos últimos anos. Refiro-me às privatizações realizadas, abrindo maior espaço para o capital privado, em relação às quais foi um marco importante para o setor a venda da Vale do Rio Doce, em 1997.

Com as privatizações, o Estado brasileiro saiu de sua posição dúbia de produtor e regulador, concentrando-se na última das funções, o que trouxe clareza e confiança para a indústria, resultando, como já disse, em

maiores investimentos, assim como em aumento da produtividade.

As privatizações, juntamente com a maior abertura do mercado ao capital estrangeiro, têm sido seguidas por ampla reestruturação e concentração da indústria. Esse movimento tem sido atestado pelas parcerias estratégicas e pelas aquisições que a Vale do Rio Doce tem realizado no exterior.

Lembro ainda que empresas nacionais, como a própria Vale, a Votorantim, a Caeme, a Paranapanema, estão saindo da situação de investimentos em áreas e produtos secundários, para se concentrarem na produção em que são mais competitivas.

Tudo isso certamente está aumentando a capacidade das empresas de competirem e captarem divisas com a exportação, do que mais precisamos no momento.

Além disso, as gigantes mundiais do setor de mineração cada vez mais estão vindo investir no Brasil, sendo a nossa Vale, hoje, uma dessas gigantes.

Essa nova realidade veio para derrogar, de uma vez por todas, o retrocesso que praticava o Brasil, engessando a Carta Magna com restrição radical do desenvolvimento da atividade de mineração quando vetou a participação do capital estrangeiro tanto na pesquisa quanto na lavra de recursos minerais.

Todos sabemos que isso aconteceu na Constituição de 1988, trazendo sérios reflexos ao nível de investimentos nos anos seguintes ao da sua promulgação. Na produção, a queda, com esta medida que foi colocada na Constituição, foi de mais de 50% (de US\$1,2 bilhão, em 1987, para cerca de US\$500 mil, em 1993). Na pesquisa, foi ainda mais brusco o descenso: de quase US\$170 milhões investidos em 1987 e 1988, chegou-se a uma média de apenas US\$70 milhões nos primeiros cinco anos da década de 90.

Ainda que a restrição constitucional, eliminada em 1995, não possa ser apontada como o único fator responsável pelo declínio dos investimentos, inegavelmente teve sobre ele grande influência.

Assim sendo, apesar do novo cenário de expansão da indústria da mineração, os estudos dos especialistas são unânimes em dizer que a produção mineral do Brasil ainda se encontra muito aquém de sua potencialidade. Um dos principais obstáculos apontados, que entrava a produção – e nisso a mineração não é diferente de outros setores brasileiros –, é a estrutura tributária obsoleta e ineficiente. Não espanta que, na campanha eleitoral, todos os candidatos à Presidência da República tenham demonstrado, em comum, repúdio ao nosso sistema tributário e feito a promessa de que a reforma de tal sistema gozaria da mais alta prioridade em seus mandatos, caso viessem a obter vitória no pleito.

Aponta-se, entre outras coisas, a alta regressividade da tributação incidente sobre a indústria de mineração, regressividade em relação aos lucros obtidos.

Contrapõe-se ao nosso sistema, por exemplo, o sistema tributário chileno, progressivo, em que a empresa mineradora paga mais imposto à medida da maturação do projeto e do crescimento dos lucros. Não é à toa que o Chile é um dos países que mais atraem investimento em mineração no mundo.

Reportagem do jornal **Gazeta Mercantil**, sobre a seleção de países a receber novos investimentos, diz: “em escala mundial, os regimes tributários têm sido decisivos para a seleção de alguns países em detrimento de outros”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por outro lado, diagnóstico setorial exaustivo conduzido pela área técnica do Ministério que tive a honra e a satisfação de ocupar durante um ano, o Ministério de Minas e Energia, apontou outros fatores que têm contribuído para o retrocesso nos investimentos e a estagnação do crescimento da produção mineral brasileira.

O primeiro e, sem dúvida, um dos mais relevantes entraves ao desenvolvimento setorial refere-se ao provimento irregular do conhecimento geológico básico: mapas, etc.

A cadeia produtiva da indústria extrativa mineral tem início com o que os técnicos chamam de pré-investimento governamental na geração e difusão do conhecimento geológico do território nacional. No Brasil, lamentavelmente, esse ciclo está comprometido, seja em função da insuficiência histórica desse pré-investimento, seja em decorrência das dificuldades vividas pelos organismos federais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão dos recursos minerais, o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, e a CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Para que se tenha uma idéia da dimensão do problema, tomando-se por base o ano de 1978, último exercício em que os recursos para aplicação em geologia básica foram garantidos com fontes e financiamentos do Fundo Nacional de Mineração, que foi extinto, verifica-se que o pré-investimento governamental nessa área superou os US\$55 milhões. Hoje, mais de duas décadas depois, os dispêndios oficiais realizados pela CPRM, atual Serviço Geológico do Brasil, não passam de US\$3,5 milhões, número absolutamente insuficiente para prover o conhecimento geológico no nível capaz de induzir um novo ciclo de descobertas minerais para substituir a exaustão dos depósitos em lavra e evitar possíveis crises no futuro.

Ao lado da falta de conhecimento geológico mais detalhado do território nacional, outras causas que limitam as possibilidades de desenvolvimento do setor foram identificadas.

A legislação mineral, editada há mais de três décadas, é anacrônica, excessivamente cartorial e burocrática, valorizando em demasia os procedimentos formais em detrimento dos resultados. Nesse aspecto, note-se, por exemplo, que o descompromisso com prazos por parte do Poder Público para a execução dos procedimentos administrativos de outorga dos títulos minerários representa uma variável de risco para os investidores: com as altas taxas de juros vigentes, os custos de financiamento dos projetos são impactados pela dilatação de cronogramas imposta pela morosidade da burocracia. Para o caso dos depósitos marginais, tais custos podem tornar-se proibitivos, inviabilizando, muitas vezes, a implantação dos projetos.

De outra parte, avulta a questão das deficiências das estruturas administrativas. O DNPM, órgão normativo e fiscalizador das atividades de mineração, acha-se desestruturado, sem os meios mínimos para atender a demanda de seus serviços.

É correta, pois, a afirmação de que, por falta de reformas profundas na legislação e das decisões públicas federais, o Brasil assistiu passivamente, na década passada, à escalada de investimentos em mineração na América Latina, ficando à margem do fluxo de capitais de risco, maciçamente direcionados para países vizinhos com potencial mineral sabidamente inferior ao nosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considerando a necessidade de promover um conjunto de mudanças profundas, de caráter sistêmico, no arcabouço legal e institucional do setor mineral do País, elaborou-se, então, no Ministério de Minas e Energia, um amplo Programa de Reestruturação Institucional do Setor Mineral, que se denominou de Prisma, cujos objetivos primordiais podem ser assim sintetizados: atrair investimentos para o setor, com vistas a ampliar a oferta de empregos, melhorar a distribuição de renda, elevar a competitividade econômica e estimular o desenvolvimento regional, mediante o incremento da pesquisa e da produção mineral; fortalecer a capacidade reguladora do Estado, dotando-o de instrumentos mais adequados para promover políticas eficazes de desenvolvimento de recursos minerais do País.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para as metas gerais desse ambicioso programa: atingir a marca de R\$300 milhões por ano em investimentos em pesquisa mineral já em 2005; triplicar o valor da produção mineral nos próximos dez anos; gerar mais cinco milhões de empregos em dez anos, consideradas a indústria extrativa e a indústria de transformação mineral.

Do ponto de vista formal, o Prisma compunha-se, inicialmente, de um único projeto de lei, tendo em vista as inter-relações das matérias tratadas. Posteriormente, a proposta original foi desmembrada em duas. A primeira

– de caráter institucional – cuida da criação da Agência Nacional de Mineração – ANM, em substituição ao DNPM, e da institucionalização definitiva da CPRM como Serviço Geológico do Brasil; a segunda, da modernização do Estatuto da Mineração.

A elaboração desse documento – ressalte-se – contou com a participação da comunidade mineral, que teve oportunidade de oferecer-lhe sugestões quando foram tornados disponíveis na Internet os seus textos provisórios.

Tive a satisfação, como Ministro, de encaminhar dois projetos, para exame, à Casa Civil da Presidência da República, que recomendou fossem ouvidos outros Ministérios, o que foi feito. Apesar disso, até hoje essas duas proposições legislativas, a despeito de sua relevância e urgência, não foram submetidas à apreciação do Congresso Nacional, com graves prejuízos para a mineração brasileira.

Agi como titular daquela Pasta, no que diz respeito ao setor mineral, perfeitamente sintonizado com as prioridades estabelecidas: necessidade de ampliação da provisão do conhecimento geológico, fortalecimento das instituições e compromisso com as reformas em elaboração.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao concluir, gostaria de reafirmar de público o meu interesse e a minha preocupação permanentes com o desenvolvimento do setor mineral brasileiro, e especialmente com a implementação das reformas propostas para promovê-lo. Desejo, igualmente, na oportunidade, solicitar ao atual Governo a remessa dos projetos de lei que as consubstanciam, para que o Congresso Nacional possa discutilas da maneira mais ampla e democrática possível, e lhes dar a chancela indispensável para sua execução.

Reitero, por fim, que é firme propósito pessoal fazer de minha atuação nesta Casa uma trincheira avançada da luta para que a mineração siga sua trajetória de crescimento e de expansão e eleve, cada vez mais, a parcela de contribuição que, historicamente, tem dado ao desenvolvimento deste País, permitindo à sociedade usufruir mais e melhor dos benefícios econômicos e sociais decorrentes do aproveitamento da riqueza do seu subsolo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE:

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mineração é uma área da atividade produtiva em que o Brasil, historicamente, tem sido forte. Desde o ciclo do ouro, no período colonial, até o processo recente de industrialização do País, que teve por base as abundantes jazidas de minério de ferro, de

manganês e de outros minerais, o setor tem fornecido as matérias-primas e os insumos indispensáveis à indústria, à construção civil e à agricultura, possibilitando o desenvolvimento de uma moderna indústria nacional de transformação (siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos, transformação dos minerais não-metálicos) e a consolidação do parque industrial de bens de capital e de consumo.

A riqueza mineral brasileira é admirada por todos os outros países. Nossa extensão territorial, por sua vez, faz dessa riqueza um tesouro quase inesgotável.

Hoje, o setor mineral, nele compreendendo-se os produtos primários e transformados, participa com 6% do PIB brasileiro. No ano de 2001, contribuiu favoravelmente para a balança comercial com superávit de 4,2 bilhões de dólares, excluídos o petróleo e o gás natural. Para efeito de comparação, observe-se que o petróleo, no mesmo ano, apresentou um saldo global negativo de quase US\$5 bilhões. Em tempos de dólar escasso, nada há de mais precioso para nós! Se dermos uma olhada na composição das exportações, por produto, verificaremos que, entre os bens primários, o ferro é o metal que mais nos traz receitas, 80% do total. Entre os bens semimanufaturados, o ferro participa com 42% e o alumínio com 32% do total do grupo. Entre os manufaturados, novamente o ferro aparece em primeiro, com 40%; depois vêm os derivados do petróleo, com 20%. E, entre os compostos químicos, os fosfatados aparecem com 19%, os produtos do manganês, com 12%; e os do alumínio, com 8%.

Ao mesmo tempo, divulga uma organização canadense especializada em estudos sobre a indústria da mineração – **The Fraser Institute** – um **ranking** sobre atratividade de novos investimentos no setor mineral no qual o Brasil ganhou importantes posições. Nosso país, que sempre estivera fora da lista dos dez primeiros com melhores condições de atrair novos investimentos, alcançou, no ano passado, de forma inédita, a quarta posição, vindo logo após Canadá, Austrália e Chile.

Dados disponíveis indicam ainda que, mesmo num quadro mundial de retração de investimentos a risco – o orçamento global de investimentos das empresas em pesquisa mineral caiu dos 5,2 bilhões de dólares, em 2000, para apenas US\$2 bilhões em 2001 –, o Brasil teria sido contemplado com cerca de US\$135 milhões, o que representou quase o dobro do investimento realizado no ano de 1998 (US\$68 milhões).

Parece terem feito muito bem ao setor as modificações constitucionais, legais e estruturais sofridas especialmente nos últimos anos. Refiro-me às privatizações realizadas, abrindo maior espaço para o capital privado, em relação às quais foi um marco importante, para o setor, a venda da Vale do Rio Doce, em 1997. Com as privatizações, o Estado brasileiro saiu de sua posição dúbia

de produtor e regulador, concentrando-se na última das funções, o que trouxe clareza e confiança para a indústria, resultando, como já disse, em maiores investimentos, assim como em aumento da produtividade.

As privatizações, juntamente com maior abertura do mercado ao capital estrangeiro, têm sido seguidas por ampla reestruturação e concentração da indústria. Esse movimento tem sido atestado pelas parcerias estratégicas e as aquisições que a Vale do Rio Doce tem realizado no exterior. A reportagem lembra que empresas nacionais, como a própria Vale, a Votorantim, a Caemi e a Paranapanema estão saindo de investimentos em áreas e produtos secundários, para se concentrarem na produção em que são mais competitivas. Tudo isso certamente está aumentando a capacidade das empresas competirem e captarem divisas com exportação, o que mais precisamos no momento. Além disso, as gigantes mundiais do setor de mineração, cada vez mais, estão vindo investir no Brasil, sendo a nossa Vale uma delas.

Essa nova realidade veio para derrogar, de uma vez por todas, o retrocesso que praticava o Brasil, engessando a Carta Magna com restrição radical ao desenvolvimento da atividade de mineração, quando vetou a participação de capital estrangeiro tanto na pesquisa quanto na lavra de recursos minerais, trazendo sérios reflexos no nível de investimentos nos anos seguintes à sua promulgação: na produção, a queda foi de mais de 50% (de um bilhão e duzentos mil dólares em 1987 para cerca de quinhentos mil dólares em 1993); na pesquisa, foi ainda mais brusco o descenso: de quase 170 milhões de dólares em 1987 e 1988, chegou-se a uma média de apenas 70 milhões nos primeiros cinco anos da década de 90.

Ainda que a restrição constitucional, eliminada em 1995, não possa ser apontada como o único fator responsável pelo declínio dos investimentos, inegavelmente teve sobre ele grande influência.

Assim sendo, apesar do novo cenário de expansão da indústria da mineração, os estudos e os especialistas são unânimes em dizer que a produção mineral do Brasil ainda se encontra muito aquém de sua potencialidade. Um dos principais obstáculos apontados que entrava a produção, – e nisso a mineração não é diferente de outros setores brasileiros, – é uma estrutura tributária obsoleta e ineficiente. Não espanta, nesse sentido, que todos os candidatos à Presidência da República, que concorreram entre si neste ano, tenham em comum o fato de demonstrar repúdio em relação a nosso sistema tributário e a promessa de que a reforma de tal sistema viesse a gozar da mais alta prioridade em seus mandatos, caso viessem a obter vitória no pleito.

Aponta-se, entre outras coisas, para a alta regressividade da tributação incidente sobre a indústria da mineração, regressividade em relação aos lucros obtidos. Contrapõe-se ao nosso sistema, por exemplo, o sistema

tributário chileno, progressivo, em que a empresa mineadora paga mais imposto à medida da maturação do projeto e do crescimento dos lucros. Não é à toa que o Chile é um dos países que mais atraem investimentos em mineração no mundo. Reportagem do Jomal *Gazeta Mercantil*, referindo-se à seleção de países para receber novos investimentos, diz que “em escala mundial, os regimes tributários têm sido decisivos para a seleção de alguns países em detrimento de outros”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por outro lado, diagnóstico setorial exaustivo conduzido pela área técnica do Ministério que tive a honra e a satisfação de ocupar durante um ano – o Ministério de Minas e Energia – apontou outros fatores que têm contribuído para o retrocesso nos investimentos e a estagnação no crescimento da produção mineral brasileira.

O primeiro e, sem dúvida alguma, um dos mais relevantes entraves ao desenvolvimento setorial, refere-se ao provimento irregular do conhecimento geológico básico.

A cadeia produtiva da indústria extrativa mineral tem início, com o que os técnicos chamam de pré-investimento governamental na geração e difusão do conhecimento geológico do território nacional. No Brasil, lamentavelmente esse ciclo está comprometido, seja em função da insuficiência histórica desse pré-investimento, seja em decorrência das dificuldades vividas pelos organismos federais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão dos recursos minerais – o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Para que se tenha uma idéia da dimensão do problema, tomando por base o ano de 1978, último exercício em que os recursos para aplicação em geologia básica foram garantidos com fontes de financiamento do Fundo Nacional de Mineração, verifica-se que o pré-investimento governamental nessa área superou a cifra de US\$55 milhões. Hoje, mais de duas décadas depois, os dispêndios oficiais realizados pela CPRM, atual Serviço Geológico do Brasil, não passam de cerca de US\$3,5 milhões, número absolutamente insuficiente para prover o conhecimento geológico no nível capaz de induzir um novo ciclo de descobertas minerais para substituir a exaustão dos depósitos em lavra e evitar possíveis crises no futuro.

Ao lado da falta de conhecimento geológico mais detalhado do território nacional, outras causas que limitam as possibilidades de desenvolvimento do setor foram identificadas.

A legislação mineral, editada há mais de três décadas, é anacrônica, excessivamente cartorial e burocrática, valorizando em demasia os procedimentos formais em detrimento dos resultados. Nesse aspecto, note-se, por exemplo, que o descompromisso com prazos, por parte do poder público, para a execução dos procedi-

mentos administrativos de outorga dos títulos minerários representa uma variável de risco para os investidores: com as altas taxas de juros vigentes, os custos de financiamento dos projetos são impactados pela dilatação de cronogramas imposta pela morosidade da burocracia. Para o caso dos depósitos marginais, tais custos podem tornar-se proibitivos, inviabilizando, muitas vezes, a implantação dos projetos.

De outra parte, avulta a questão das deficiências das estruturas administrativas.

O DNPM, órgão normativo e fiscalizador das atividades de mineração, acha-se totalmente desestruturado, sem os meios mínimos para atender à demanda por seus serviços. Tecnologicamente desatualizada, com um orçamento insuficiente e com um contingente reduzido e mal remunerado de técnicos especializados, a autarquia não tem podido desempenhar a contento as suas atribuições.

É correta, pois, a afirmação de que, por falta de reformas profundas na legislação e nas instituições públicas federais, o Brasil assistiu passivamente, na década passada, à escalada de investimentos em mineração na América Latina, ficando à margem do fluxo de capitais de risco, que foram maciçamente direcionados para países vizinhos, com potencial mineral sabidamente inferior ao nosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considerando a necessidade de se promover um conjunto de mudanças profundas, de caráter sistêmico, no arcabouço legal e institucional do setor mineral do País, elaborou-se, então, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, um amplo Programa de Reestruturação Institucional do Setor Mineral, ao qual se denominou de PRISMA, cujos objetivos primordiais podem ser assim sintetizados:

- atrair investimentos para o setor, com vistas a ampliar a oferta de empregos, melhorar a distribuição de renda, elevar a competitividade econômica e estimular o desenvolvimento regional, mediante o incremento da pesquisa e da produção mineral; e
- fortalecer a capacidade reguladora do Estado, dotando-o de instrumentos mais adequados para promover políticas eficazes de desenvolvimento dos recursos minerais do País.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para as metas gerais desse ambicioso Programa:

- atingir a marca de US\$300 milhões por ano em investimentos em pesquisa mineral já no ano de 2005;
- triplicar o valor da produção mineral nos próximos dez anos;
- gerar mais cinco milhões de empregos em dez anos, consideradas a indústria extrativa e a indústria de transformação mineral.

Do ponto de vista formal, o PRISMA compunha-se inicialmente de um único projeto de lei, tendo em vista as inter-relações das matérias tratadas. Posteriormente, a proposta original teve de ser desmembrada em duas. A primeira, cuidando da criação da Agência Nacional de Mineração – ANM, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e da institucionalização definitiva da CPRM como Serviço Geológico do Brasil; a outra, instituindo legislação nova para o setor – o “ESTATUTO DA MINERAÇÃO”. A elaboração desses documentos, ressalte-se, contou com a participação da comunidade mineral, que teve oportunidade de oferecer-lhes sugestões quando foram tomados disponíveis na INTERNET os seus textos provisórios.

Tive a satisfação de encaminhar, como Ministro, os dois projetos de lei para exame da Casa Civil da Presidência da República, que recomendou fossem ouvidos outros Ministérios, o que foi feito. Apesar disso, até hoje essas duas proposições legislativas, a despeito de sua relevância e urgência, não foram submetidas à apreciação do Congresso Nacional, com graves prejuízos para a mineração brasileira.

Permito-me recordar aqui, por sua pertinência com os assuntos que estou abordando no meu pronunciamento, o esforço que realizei na minha gestão para dar algum impulso ao setor mineral, especialmente quanto à atuação da CPRM.

No campo da aerogeofísica, a empresa realizou, no ano de 2001, o levantamento de 150 mil km. Foram elaborados novos mapas em papel na escala 1:2,5 milhões em formato digital – o Mapa Geológico do Brasil; o Mapa Tectônico do Brasil; o Mapa de Recursos Minerais e Associações Metalogenéticas; e o Mapa de Recursos Minerais Energéticos e Industriais.

Lançamos, no mesmo ano, novos mapas da Reserva Nacional de Cobre e Associados nas escalas de 1:250.000 e 1:100.000, e da Província Mineral de Alta Floresta, no Mato Grosso, na escala de 1:250.000.

A disponibilização de informações geológicas – repito – é fundamental no esforço de promoção da descoberta de novas jazidas. Investidor algum é atraído por país que não disponha desse conhecimento em escala satisfatória e, infelizmente, não é nada invejável a situação do Brasil nesse particular, em virtude da descontinuidade dos investimentos governamentais específicos, nos últimos anos.

Desde o fim do antigo Fundo Nacional de Mineração, como já disse, o conhecimento geológico no País tem padecido por falta de uma política de investimentos séria e comprometida com as reais necessidades e os objetivos do Serviço Geológico do Brasil. Por isso, o Ministério de Minas e Energia tem-se empenhado, desde a

minha época, para conseguir aprovar mudança na Lei do Petróleo (Lei nº 9.478, de 1997), que assegure recursos para essa atividade, em caráter permanente, provenientes dos valores que são pagos ao Governo a título de participação especial, no caso de ocorrência de grande volume de produção de óleo. O assunto está no Congresso Nacional e eu me disponho a lutar pela aprovação da mudança, como é do interesse do setor mineral.

Busquei também, na minha gestão, dar meios ao DNPM para melhorar sua *performance*, mediante a ampliação do processo de informatização, tendo sido possível obter-se significativa redução no tempo de outorga dos títulos de pesquisa e lavra.

Agi, pois, como titular da Pasta, no que diz respeito ao setor mineral, perfeitamente sintonizado com as prioridades estabelecidas: necessidade de ampliação da provisão do conhecimento geológico, fortalecimento das instituições e comprometimento com as reformas em elaboração.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao concluir, gostaria de reafirmar de público o meu interesse e a minha preocupação permanentes com o desenvolvimento do setor mineral brasileiro, e especialmente com a implementação das reformas propostas para promovê-lo. Desejo, igualmente, na oportunidade, solicitar ao atual Governo a remessa dos projetos de lei que as consubstanciam, para que o Congresso Nacional possa discutilas da maneira mais ampla e democrática possível, e lhes dar a chancela indispensável para sua execução.

Reitero, por fim, que é firme propósito pessoal fazer de minha atuação nesta Casa uma trincheira avançada na luta para que a mineração siga sua trajetória de crescimento e de expansão e eleve, cada vez mais, a parcela de contribuição que historicamente tem dado ao desenvolvimento deste país, permitindo à sociedade usufruir mais e melhor dos benefícios econômicos e sociais decorrentes do aproveitamento das riquezas do seu subsolo.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Faço um apelo aos Srs. Senadores que não se encontram aqui presentes para que venham ao plenário, pois, logo em seguida, daremos início à Ordem do Dia, da qual constam várias medidas provisórias a serem votadas.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma época do ano em que estas duas Casas fervilham de pessoas que querem garantir um lugar no Orçamento. Estar no Orçamento não significa obter os recursos, mas não estar no Orçamento significa não ter qualquer chance de obtê-los.

Estamos com um Orçamento extremamente difícil – há apenas R\$7 bilhões para investimento. Quem ouviu as promessas dos candidatos sabe que o volume de demandas é tal que seria necessário um Orçamento pelo menos dez vezes superior ao que temos para atendê-lo.

Porém, o que não tem solução está solucionado. No Orçamento, temos apenas R\$7 bilhões para investimento, e todo engenho e toda arte necessários serão utilizados para tentar dar recursos a algumas áreas.

Graças a Deus, está em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, muito elogiada pelo BID, inclusive, e pelo Banco Mundial, e hoje copiada pela Índia, pela Argentina, por Honduras, pelo Equador, pelo Paraguai e por uma outra dezena de países. Ela é sempre mostrada por esses dois organismos internacionais como necessária no arcabouço dos países em desenvolvimento. Com certeza, vamos nos esforçar para, ainda este ano, aprovar esse Orçamento, de forma que o próximo Presidente já o encontre votado.

No entanto, Sr. Presidente, eu lia um artigo, no **Correio Brasileiro**, escrito pela Dr^a Celene Perez Nunes, uma analista, uma estudiosa das finanças públicas, que dizia que ainda há muitos furos nos Orçamentos, principalmente nos Estados e Municípios. Cerca de 70 bilhões – e olhem que a cifra não é pequena – estão numa rubrica genérica: Demais.

Quando começamos a fazer comparações, vemos que é uma verba muito grande, que o contribuinte não sabe para o que realmente vai ser usada, é uma verba que não tem transparência. É preciso que fechemos, no futuro, essa porta que ainda está aberta.

Com os dados que temos, verificamos que para os Municípios essa rubrica abriga cerca de 9% de toda a arrecadação. Mas no caso dos Estados, chega a ser bem mais, chega a mais de 20%. E essas verbas não têm, como eu disse, a transparência que queríamos.

Analisando a situação dos Municípios, que está mais clara, verificamos que uma quantia inferior a 0,4% do total é usada em segurança, o que mostra que o fator causa e efeito funciona. A violência não tem sido combatida pelos Municípios.

Estamos concluindo as emendas de Bancada e as emendas individuais – hoje é o último dia. Esperamos, Sr. Presidente, que todos os Parlamentares entreguem hoje as emendas, que não haja realmente adiamento, porque, se houver, com certeza teremos mais dificuldade para votar esse instrumento este ano.

Tenho certeza de que as Presidências das duas Casas querem que votemos ainda este ano. Esse Orçamento, como eu disse, é difícil, mas necessário. Não podemos, no começo da administração do Presidente eleito, engessar o Orçamento, deixá-lo sem saber do que dispõe, que recursos sobraram para o quê.

Estamos vendo a boa vontade de todos, de todos os Partidos, cooperando com a Liderança do Governo que se eleger, desde já, para buscar soluções. Hoje mesmo fizemos, na Comissão de Educação, algumas trocas na indicação de emendas com o objetivo de conciliar os interesses do Governo que chega com o Orçamento que está sendo proposto.

O meu pronunciamento deveria ser de vinte minutos, mas, dentro da exigüidade do prazo – a Presidência me deu cinco minutos apenas – não deixei de fazê-lo.

No entanto queria enfatizá-lo numa frase força: só depende de nós a votação dessa importante peça legislativa. Com toda a certeza, as Presidências das duas Casas – e tenho certeza, Sr. Presidente, de que V. Ex^a assim o fará, juntamente com o Presidente da Câmara – farão todo o empenho para que o Governo seja passado com o Orçamento votado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, as palavras de V. Ex^a soam como um alerta para que todos obedeçamos o prazo regimental, para que não haja prorrogação.

O prazo das emendas – é oportuno ressaltar – encerra-se hoje, dia 12 de novembro. E o objetivo de todos nós, como o Senador Ney Suassuna ressaltou, é realmente votar o Orçamento no prazo legal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 527, DE 2002

Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na Comissão a que estava distribuída.

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requiro a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2002 (nº 1.702/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, cujos prazos na Comissão de Educação e final para apreciação da matéria em Plenário, já se acham esgotados.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2002. – **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero esclarecer a razão deste Requerimento.

Considerando que os prazos regimentais na Comissão se esgotaram no dia 14 de setembro, e o prazo final para apreciação em plenário esgotou-se no dia 14 de outubro, de conformidade com o art. 223, §1º, da Constituição Federal, estou requerendo a inclusão da matéria em Ordem do Dia, após a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encontrando-se presente o ilustre Presidente da Comissão de Educação, concedo a palavra a S. Exª, Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passaram pela Comissão de Educação este ano 400 processos de outorga e renovação de outorga de rádios, e encontram-se em tramitação 150 processos. De forma que a Comissão tem trabalhado arduamente para cumprir a sua missão, objetivando fazer que esses processos tenham o mínimo de demora possível. E temos, na medida do possível e na esmagadora maioria dos casos, conseguido fazer com que esses processos tenham tramitação mais rápida.

Solicitamos, se for possível do ponto de vista do Regimento, que se aguarde a próxima reunião da Comissão, na terça-feira, para que possamos nos pronunciar e acelerar esse processo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou relator da matéria que faz parte do requerimento, e estou dando prioridade à mesma.

O processo já foi distribuído, mas não chegou ainda à Comissão, porque a consultoria da Comissão está sobrecarregada, com mais de 150 projetos.

Sou o relator dessa matéria, para a qual pedi prioridade, e darei o voto favorável a ela. Agora, é uma decisão do Plenário puxá-la ou não.

Gostaria de registrar que, se essa matéria da qual sou Relator for retirada da Comissão, trazida ao plenário e indicado um outro Relator, vou considerar como uma manobra contra o meu trabalho de aprovar essa rádio para Roraima.

Quero deixar essa questão muito bem colocada, porque o fato de repassar relatorias definidas nas Comissões abre um precedente perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Presidente da Comissão de Educação, que se encontra em plenário, solicita que se aguarde a próxima reunião da Comissão. A Mesa atenderá a S. Exª, que, com certeza, dará prioridade ao requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti na próxima reunião.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de dar alguns esclarecimentos. O Senador Romero Jucá disse que foi designado Relator, mas a situação no dia de hoje, conforme documento que tenho em mãos, é a seguinte: “aguardando designação do Relator”. Ou seja, até hoje não foi designado Relator para a matéria. Por essa razão, apresentei o requerimento. Se tivesse havido designação do Relator – que, aliás, foi solicitada há muito tempo –, não haveria motivo para o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento de V. Exª foi oportuno, inclusive porque temos a palavra do ilustre Presidente da Comissão de Educação no sentido de que a matéria entrará na pauta da próxima reunião da referida Comissão.

Continua em votação. (Pausa.)

Não havendo mais quem deseje encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia, ouvida a manifestação de S. Exª o Presidente da Comissão de Educação, Senador Ricardo Santos, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.035, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, oferecidas em primeiro turno, à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

I – Relatório

O texto da reforma do Poder Judiciário delineado pelos trabalhos desta Comissão foi, em obediência às disposições regimentais atinentes, submetido à nova fase de emendas, esta preparatória das deliberações da proposição pelo Plenário, em primeiro turno.

Foram apresentadas cento e trinta e quatro emendas nessa fase de tramitação, praticamente a totalidade

versando sobre mérito, muitas retomando temas já enfrentados e decididos na fase de Comissão.

É o relatório.

II – Análise

A seguir, percorremos as emendas apresentadas, indicando o número com o qual foram autuadas, seguido de rápida síntese de seu conteúdo, da análise e do parecer do relator.

Número	Emenda	Análise	Parecer
106	Ao art. 5º LXXVIII A emenda elimina a referência ao princípio da celeridade processual como direito público subjetivo e introduz referência que torna expressos os prazos processuais especiais à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às suas autarquias e fundações, na forma da lei.	A emenda abre as referências às entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, explicitando as entidades federativas e suas autarquias e fundações. Tem o mérito de tornar mais clara a prescrição. A posição pessoal do Relator, já afirmada e sustentada perante a CCJ, é contrária a quaisquer privilégios processuais às entidades públicas, por entender superada definitivamente a razão histórica que está na origem desse privilégio. Com essa ressalva, mas entendendo que a redação proposta efetivamente aprimora o texto decidido pela CCJ, esta Relatoria, em respeito à opinião vencedora nessa Comissão, acata a emenda, em parte, relativamente à qualificação das entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, mas opina pela manutenção do princípio da celeridade processual como direito público subjetivo.	Aprovação em parte.
107	Supressiva do § 3º do art. 5º, para eliminar a possibilidade de os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e cooperação criminal em matéria criminal e civil terem equivalência a emenda à Constituição, se ratificados pelo mesmo processo legislativo utilizado no poder reformador.	Embora ponderáveis, as razões que sustentam a emenda não são bastantes a conduzir este Relator ao acolhimento. O temor, expressado na justificativa dos autores, de que tratado internacional ratificado pelo Congresso na forma do dispositivo que se pretende abolir venha a alterar a	Rejeição.

		<p>Constituição, no que lhe seja contrário, cede à constatação de que, tanto quanto as Emendas à Constituição, os tratados internacionais são hoje, e continuarão sendo, espécies infraconstitucionais. Mesmo que tenham nível jurídico-hierárquico de emenda à Constituição, estarão sujeitos, obviamente, às limitações constitucionais ao poder de reforma da Constituição, uma delas a constante no art. 60, § 4º, IV, que proíbe a abolição ou restrição a direitos e garantias fundamentais. Entendemos, ainda, que não se configura <i>bis in idem</i> com o § 2º do art. 5º, que apenas reconhece direitos fundamentais de fonte extraconstitucional, mas não atribui a atos internacionais a força alteradora da Constituição.</p>	
108	<p>Ao inciso X do art. 29. Dá nova redação ao dispositivo, para estender o foro especial por prerrogativa de função do Prefeito Municipal mesmo após o fim do exercício do mandato.</p>	<p>A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF. Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a</p>	Rejeição.

		<p>especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) <i>que não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, <i>mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é contraditória no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato</i> (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	
109	<p>Ao inciso XI do art. 93.</p> <p>A emenda restabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial de Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo</p>	<p>A emenda é igual em conteúdo a outra, no mesmo sentido, sobre a qual já nos manifestamos favoravelmente no âmbito da CCJ.</p>	Aprovação.

	Tribunal Pleno.		
110	Ao inciso XI do art. 93. A emenda restabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial de Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo Tribunal Pleno.	A emenda é igual em conteúdo à 109.	Prejudicada pelo acolhimento da emenda 109.
111	Ao art. 94, acrescentando §. O novo parágrafo cria quarentena para a ocupação de vaga nos Tribunais Regionais Federais, simétrica à estabelecida pelo art. 101 para vaga no STF.	A emenda pretende uma extensão, para a regra do quinto constitucional, do impedimento temporal erigido para ocupantes de determinados cargos e funções públicas relativamente ao cargo de Ministro do STF. Entendemos que a simetria de modelos recomenda o acatamento da emenda, como instrumento a evitar a excessiva contaminação política do Poder Judiciário.	Aprovação
112	Ao art. 96, I, a. A nova redação prevê a eleição direta, pela magistratura de primeiro e segundo graus, dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais do segundo grau.	A emenda, ao criar sistema de eleição direta para os cargos que indica, com envolvimento da magistratura de primeiro grau, detém potencial para politizar excessivamente os Tribunais, em detrimento do aspecto técnico-administrativo.	Rejeição
113	Ao art. 96, III, a. A alteração pretende estender o foro por prerrogativa de função dos juízes e membros do Ministério Público para além do fim do exercício dessas funções.	A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide	Rejeição

		<p>frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que “não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo” (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, “mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é contraditória no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato” (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	
--	--	--	--

114	<p>Ao art. 96, parágrafo único.</p> <p>A emenda é supressiva do dispositivo, introduzido na CCJ, por ser conflitante com a jurisprudência do STF.</p>	<p>Acolhemos a emenda, para restaurar a compatibilidade da reforma do Judiciário com a jurisprudência recente do STF, Corte que, com o cancelamento da Súmula 394, e negando a expedição de nova Súmula sobre o tema, sinalizou claramente, conforme já sustentamos</p> <p>precedentemente, na razões à emenda 113, dentre outras, a limitação do privilégio ao exercício efetivo da função que o concede. A emenda parece a este Relator saneadora da reforma do Judiciário e moralizadora da garantia institucional do foro especial por prerrogativa de função, impedindo o aprofundamento absolutamente irrazoável de uma garantia processual já peculiar do modelo brasileiro.</p>	Aprovação
115	<p>Ao art. 96.</p> <p>A emenda pretende inserir parágrafo ao art. 96, para prever que advogados públicos que oficiem perante tribunais sejam julgados pela instância superior à que atuem</p>	<p>A previsão de foros especiais por prerrogativa de função deve ser parcimoniosa, sob pena de comprometer-se as bases do Estado Democrático de Direito e do princípio da isonomia. Além disso, o princípio da proporcionalidade legislativa não recomenda – e até repudia – a pretendida inovação.</p>	Rejeição
116	<p>Supressiva do § 2º do art. 98.</p> <p>A emenda pretende eliminar a previsão de instituição e funcionamento dos juizados de instrução criminal para infrações</p>	<p>A redação que se pretende eliminar é uma clara evolução no sistema de instrução processual penal hoje praticado no Brasil,</p>	Rejeição

	penais definidas em lei.	principalmente à vista do expressivo ganho de complexidade de um bem identificado conjunto de infrações, como o narcotráfico, os crimes previdenciários e os crimes contra a ordem econômica e contra a economia popular. O modelo atual é, segundo a melhor doutrina, claramente insuficiente para o enfrentamento efetivo desses delitos. Os juizados de instrução representam uma resposta estatal efetiva à evidente insuficiência do sistema processual penal hoje praticado.	
117	Ao art. 98, § 2º A emenda altera a redação do dispositivo, para inscrever que infrações penais de relevância social sejam instruídas diretamente perante o Poder Judiciário, precedidas de investigações preliminares dirigidas pelo Ministério Público.	A redação que a emenda pretende inscrever no dispositivo é superior à emergente da CCJ, e veicula elementos importantes à formação futura da lei que vai instituir os juizados de instrução, preservando a linha condutora de sua concepção.	Aprovação
118	Supressiva do art. 101, para eliminar a restrição à escolha de Ministro do STF.	A emenda, ao pretender suprimir o regramento decidido pela CCJ, colide com manifestações da esmagadora maioria da comunidade jurídica brasileira, que reclama enfaticamente alterações profundas no modelo positivado de escolha de Ministro do STF. Temos para nós que a decisão da CCJ representa clara evolução no trato da matéria, e que refluir agora seria manter consagrado um sistema que sendo	Rejeição

		severamente criticado. Não vemos prejuízo algum à formação do STF na providência adotada pela CCJ, antes pelo contrário, já que permitirá a indicação de futuros Ministros da nossa Corte Constitucional a partir da exposição obtida unicamente pelo peso e pela eminência de sua competência jurídica, e não por elementos outros, que contaminam o processo.	
119	Ao art. 102, I, b e c. A emenda pretende eliminar a cláusula restritiva <i>enquanto no exercício do cargo</i> para estender o foro especial por prerrogativa de função.	A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99. Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que “não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda	Rejeição

		que deixa de exercê-lo” (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, “mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato” (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.	
120	Ao art. 102, I, i. A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo competência para julgamento de habeas corpus para o STJ.	A emenda repõe matéria já enfrentada por esta Relatoria na CCJ, onde nossa posição foi contrária a essa transferência de competência.	Rejeição
121	Ao art. 102, II. A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo matéria ao STJ.	Não percebemos razões bastantes a mudar o parecer que exaramos na CCJ, contrariamente à proposta.	Rejeição
122	Ao art. 103, § 3º. A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a previsão de prazo de vigência das cautelares em ADI e em ADC.	Creemos que a imposição de prazo de validade para cautelares nas ações de controle abstrato de constitucionalidade é uma exigência da segurança jurídica, que emerge do insustentável acúmulo processual no STF. A permanência de cautelar sem confirmação e sem	Rejeição

		limitação temporal pode conduzir à insegurança jurídica, potencializada pela expressão jurídica do objeto de controle de constitucionalidade concentrado.	
123	Ao art. 103-A . A emenda visa alterar o sistema de elaboração de súmula vinculante, impondo a súmula impeditiva de recurso e aumentado para 4/5 a maioria de sua aprovação.	A súmula impeditiva de recurso – defendida por respeitáveis vozes do mundo jurídico brasileiro – foi considerada por esta Relatoria, a qual, contudo, e com respaldo na decisão da CCJ, optou pela súmula vinculante, por entendê-la mais efetiva e adequada, principalmente à luz da construção jurisprudencial pátria sobre o tema. A posição deste Relator, pela rejeição, representa apenas a crença na maior efetividade da súmula vinculante e na inexistência de prejuízo à prestação da jurisdição.	Rejeição
124	Ao art. 103-A. A emenda tem por objeto eliminar a súmula vinculante, substituindo-a pela súmula impeditiva de recurso.	A emenda vem lavrada em termos semelhantes à 123, e valem aqui as razões expostas quando da análise daquela.	Prejudicialidade
125	Ao art. 103, X. Acresce a legitimação ativa para a ADIN, inserindo o Prefeito Municipal.	O inusitado da proposta mereceu nossa melhor análise, e concluímos pela existência de méritos bastantes ao seu acolhimento. O reconhecimento da legitimação ativa do Prefeito Municipal à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade vai enriquecer o processo de controle abstrato de normas	Aprovação

		e prestar justa homenagem à importância do Município no contexto da Federação brasileira.	
126	Ao art. 103, § 3º. A emenda pretende restaurar a intervenção do Advogado-Geral da União nas ações de controle abstrato de leis perante o STF.	A posição da Relatoria é francamente contrária à emenda. A posição do Advogado-Geral da União no processo de controle abstrato de constitucionalidade nunca foi convincentemente sustentada, tendo o STF optado pelo reconhecimento de sua condição como <i>curador da presunção de constitucionalidade da lei</i> , mas, em diversos julgados, deixado registrado o inusitado dessa atuação. De toda sorte, trata-se de função inteiramente atípica desse órgão, voltado, por força do art. 131, à defesa judicial e extrajudicial da União, não lhe sendo afeta a defesa da constitucionalidade das leis. Parece a este Relator que, em boa hora, a Reforma do Judiciário remove essa ação processual, permitindo ao Advogado-Geral da União a dedicação de todo o seus esforços na realização de sua verdadeira aptidão institucional, qual seja a advocacia de estado, no plano federal.	Rejeição
127	Ao art. 105, I, a . A emenda pretende eliminar a cláusula <i>enquanto no exercício do cargo</i> , para estender a proteção do foro especial por prerrogativa de função.	A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e	Rejeição

		<p>repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) <i>que não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, <i>mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é contraditória no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato</i> (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a</p>	
--	--	---	--

		função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.	
128	Ao art. 105, § 3º. A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ fixar a interpretação de lei federal, com efeitos <i>erga omnes</i> .	A ação do Superior Tribunal de Justiça, como guardião da uniformidade do Direito Federal (CF, art. 105, III) é fortalecida pelo dispositivo que a emenda em tela pretende suprimir. Cremos que a competência fixada homenageia a economia processual e a racionalidade no funcionamento do processo brasileiro.	Rejeição
129	Ao art. 105-A A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ editar súmula vinculante do direito federal.	Somos, enfaticamente, contrários à emenda. Os fatores que inspiraram a criação da possibilidade de súmula vinculante pelo STF são exponencialmente multiplicados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, Corte cujo movimento forense, nos dias que correm, é especialmente amplificado pela inexistência de instrumento de impedimento de repetição de causas com idêntico fundamento jurídico. Esta Relatoria salienta, inclusive, a existência de julgados desse Tribunal, reproduzidos no Relatório da PEC 29, dando conta da urgente necessidade de uma solução corretiva à multiplicação processual com finalidade meramente protelatória.	Rejeição
130	Ao art. 108, I, a. A emenda pretende a eliminação da cláusula <i>enquanto no exercício do cargo</i> , para estender	A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do	Rejeição

	<p>a proteção do foro especial por prerrogativa de função.</p>	<p>Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) <i>que não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, <i>mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato</i> (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da</p>	
--	--	---	--

		persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.	
131	Ao art. 109, I. A emenda busca alterar a redação do dispositivo, inserindo, dentre as exceções à competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Federal de primeiro grau, a matéria sujeita à Justiça Militar da União.	A emenda repõe matéria sobre a qual esta Relatoria já se posicionou na CCJ, de forma contrária à pretensão.	Rejeição
132	Ao art. 109, V-A e § 5º. A emenda pretende a supressão dos dispositivos citados.	A federalização dos crimes contra os direitos humanos é uma necessidade e uma imposição jurídica, que têm como fundamento, principalmente, o fato de a previsão de direitos humanos e da necessidade de sua proteção terem por sede normativa tratados e acordos internacionais, firmados pela União em nome da República, o que torna inconsistente a sustentação da competência da Justiça Estadual. A reforma do Judiciário tem o mérito de atacar a questão frontalmente, estabelecendo parâmetros precisos ao trato processual do tema.	Rejeição
133	Ao art. 109. A emenda insere § 3º ao dispositivo, para prever hipóteses de competência especial federal.	Este Relator repete, aqui, sua posição favorável à emenda, por entendê-la concernente aos princípios centrais da reforma do Judiciário.	Aprovação
134	Ao art. 112-A A emenda pretende a supressão do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o TST elaborar	O monumental acúmulo processual no TST não apenas recomenda, mas exige, a previsão da	Rejeição

	súmula vinculante.	possibilidade de súmula vinculante em matéria trabalhista. A perenização dos feitos laborais desatende a prestação jurisdicional e até o reflexo social da Justiça do Trabalho.	
135	Ao art. 113. A emenda dá nova redação ao dispositivo, para alterar o sistema de composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.	A emenda fere o princípio da separação dos Poderes, ao eliminar competência constitucional originária do Presidente da República. Padece, assim, de inconstitucionalidade material, por lesão a limitação material expressa ao poder de reforma.	Rejeição
136	Ao art. 115, I e IV. A emenda dá nova redação aos dispositivos, alterando a competência da Justiça do Trabalho.	Optamos por manter a redação definida na CCJ, por entendê-la mais adequada à realização da competência plena da Justiça do Trabalho. A jurisprudência assentada, principalmente no STF e no TST sobre a matéria é bastante a iluminar a questão.	Rejeição
137	Ao art. 115. A emenda acrescenta o inciso VIII-A, inovando a competência da Justiça do Trabalho.	Posicionamo-nos contrariamente à emenda. A competência assentada no inciso VIII do art. 115 parece-nos bastante, sem que se promova uma redução da competência da Justiça Federal para a matéria.	Rejeição
138	Ao art. 115. A emenda impõe nova redação ao inciso X, alterando a competência da Justiça do Trabalho.	A emenda tem o mérito de suprir uma lacuna lógica no texto da Reforma. O inciso, contudo, exige o acréscimo de letra designativa da inserção, em homenagem à técnica legislativa e às Leis Complementares 95 e 107. A emenda, então, é acolhida	Aprovação

		como veiculadora do inciso IX-A .	
139	Ao art. 115. A emenda impõe nova redação ao inciso X do dispositivo, alterando a competência da Justiça do Trabalho.	A emenda merece acolhimento, por localizar <i>mais precisamente</i> , parece-nos, a matéria. Impõe-se, contudo, a inserção da letra designativa do aditamento, em obediência às Leis Complementares 95 e 107. Acolhemos a emenda, por essa razão, como veiculadora do inciso IX-B.	Aprovação
140	Ao art. 115. A emenda insere inciso XI ao artigo, alterando competência da Justiça do Trabalho.	Posicionamo-nos contra a emenda. A <i>matéria criminal</i> é estranha à jurisdição da Justiça do Trabalho.	Rejeição
141	Ao art. 120. A emenda altera os §§ 1º e 2º, buscando a federalização da Justiça Eleitoral.	A matéria já foi enfrentada por esta Relatoria na fase da CCJ, quando nossa posição foi contrária à federalização, por entender que a maior capilaridade da Justiça Estadual não recomenda a alteração.	Rejeição
142	Ao art. 123. A emenda aumenta a composição do STM e altera o processo de escolha de seus membros.	A redução da composição do STM tem razões práticas e objetivas, e parece-nos que o tratamento da matéria, conforme decidido pela CCJ, é o mais adequado.	Rejeição
143	Ao art. 128, § 6º. A emenda altera a maioria de deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público.	Cremos na necessidade de acolhimento da emenda, por melhorar a técnica legislativa e recuperar a simetria de modelos.	Aprovação
144	Ao art. 50 da PEC. A emenda é supressiva da possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores.	A possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores parece-nos de especial importância para sustentar o funcionamento minimamente racional dessas Cortes. É deserta a argumentação que tenta erigir, em favor do STF,	Rejeição

		como justificadora da exclusividade de utilização da súmula vinculante, a condição de Corte Constitucional. A súmula vinculante busca a racionalização do processo, a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, a aniquilação dos movimentos recursais meramente protelatórios, o desestímulo na aposta na letargia judiciária. E esses fenômenos são, no mínimo, tão intensos nos Tribunais Superiores quanto no STF.	
145	Novo art. 51 à PEC, prevendo regra de transição para o ingresso no STJ, mediante a não incidência do art. 104, I.	Somos contrários à emenda. Não vemos lastro bastante na teoria da proporcionalidade legislativa e na razoabilidade para sustentar a regra transitória pretendida.	Rejeição
146	Supressiva do art. 52 da PEC, para eliminar a possibilidade de regulamentação, pelo STJ, de admissibilidade de recurso ordinário.	A necessidade de disposição transitória sobre a matéria, a superar a eventual mora legislativa (a qual pode conduzir à inaplicabilidade do dispositivo) impõe a manutenção do regramento decidido pela CCJ. De resto, é cediço na doutrina o reconhecimento de que os regimentos internos dos Tribunais, a teor do art. 96, I, a, gozam da condição de lei processual em sentido material, não havendo que se estranhar a ação normativa dessas Cortes, já decidida pelo legislador constituinte.	Rejeição
147	Acresce artigo à PEC, restaurando a ordem de extinção	Esta Relatoria ocupou-se longamente da ordem de	Aprovação

	dos Tribunais de Alçada.	extinção dos Tribunais de Alçada, com especial atenção aos aspectos constitucionais envolvidos e ao princípio da unidade da jurisdição, para concluir pela necessidade dessa providência. A ordem de extinção foi vencida na fase da CCJ, mas, com o devido respeito à decisão dessa Comissão, mantemos nossa posição. Em síntese, cremos que refoge ao sentido, atualmente, a operação simultânea, em segundo grau de jurisdição estadual, de um Tribunal de Justiça, composto por desembargadores, e de Tribunais de Alçada, por juízes, constituindo-se, inclusive, este em degrau na promoção de juiz de 1ª Instância àquele, segundo o art. 93, III.	
148	Insere artigo no ADCT, prevendo a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais.	Temos para nós que a criação de Tribunais por emenda à Constituição viola frontalmente o princípio do autogoverno do Poder Judiciário, inscrito no art. 96, especialmente no inciso II, alínea c. Ocorre, a nosso ver, inconstitucionalidade material. A existência de usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça para a matéria e a inadequada escolha do veículo normativo (o instrumento deveria ser lei ordinária federal, não emenda à Constituição) conduzem este Relator à posição contrária à emenda, sem que isso signifique	Rejeição

		oposição ao mérito.	
149	Ao art. 124. A emenda visa a ampliar a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Militar da União.	O incremento da competência da Justiça Militar Federal para as matérias do art. 142, X, parece razoável a esta Relatoria, pelo fundo nexo lógico que exhibe.	Aprovação
150	Ao art. 124. A emenda busca a alteração da competência da Justiça Militar da União.	O controle judiciário do Direito Penal Militar, na área disciplinar, parece naturalmente voltado à competência da Justiça Militar. Opomo-nos, contudo, à redação do novo parágrafo único, pela inserção dos Conselhos de Justiça, órgãos típicos da Justiça Militar Estadual, e por entender que a matéria estará mais bem situada em legislação infraconstitucional.	Aprovação em parte
151	Ao art. 93, II, b. A emenda pretende a substituição da expressão <i>categoria</i> por <i>carreira</i> .	Cremos na superioridade da expressão <i>categoria</i> . A alteração poderá criar obstáculo interpretativo, pois dois anos na Entrância, no caso de juiz estadual, não pode significar dois anos de investidura na magistratura.	Rejeição
152	Ao art. 109, I, e, de maneira correlata, ao art. 115, VII. A emenda pretende deslocar a competência para causas acidentárias à Justiça do Trabalho.	Este Relator tem presente a correlação material entre as ações acidentárias e a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça do Trabalho.	Aprovação
153	Ao art. 102, II. A emenda busca qualificar a matéria do recurso ordinário ao STF.	Este relator já se manifestou precedentemente sobre o tema. O recurso ordinário em crime político, pela natureza imprecisa desse ilícito, já assentada inclusive pelo próprio STF, deve ser mantido.	Rejeição
154	Ao art. 102, III, d.	A emenda deve ser	Rejeição

	A emenda é supressiva do dispositivo, para fazer retornar ao STJ a competência para decidir sobre conflitos de leis.	rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranqüila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, de acordo com o art. 105, III, e não em recurso especial.	
155	Supressiva do inciso II do art. 102, para eliminar a previsão de recurso ordinário ao STF.	Esta Relatoria é contrária à emenda, pelas razões já exaradas tanto perante a CCJ quanto neste relatório, precedentemente.	Rejeição
156	Ao art. 102, I, i. A emenda qualifica a matéria de habeas corpus para firmar a competência originária do STF.	A tutela constitucional da liberdade é matéria de extração constitucional.	Rejeição
157	Ao art. 105, III, b. A emenda retorna ao STJ a competência para recurso especial no caso de conflito entre lei ou ato de governo local e lei federal.	A emenda deve ser rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranqüila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, não em recurso especial.	Rejeição
158	Ao art. 128, § 3º. A emenda visa a alterar o sistema	Embora meritória, a emenda padece de	Rejeição

	de escolha dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.	inconstitucionalidade material, por lesar o princípio federativo, ao eliminar competência constitucional do Executivo estadual. A cláusula federativa figura dentre as limitações materiais expressas ao poder de reforma, de acordo com o art. 60, § 4º, I.	
159	Ao art. 128, § 5º, I, c. A emenda busca estabelecer simetria remuneratória dos membros do Ministério Público, como agentes públicos – e não servidores públicos, tendo como referência o valor dos subsídios dos membros do Poder Judiciário.	Posicionávamos, originariamente, contra essa pretensão ministerial. Fomos convencidos, contudo, pela robustez dos argumentos dos quais tivemos acesso, a partir dos quais desenha-se não só juridicamente defensável como institucionalmente necessário o estabelecimento de equivalência remuneratória entre a Magistratura e o Parquet, nos diversos níveis. A um, porque a vitalidade institucional do combativo Ministério Público exige remuneração que coloca seus valorosos membros fora do alcance de quaisquer formas de pressão financeira; A dois, porque o tratamento constitucional do Ministério Público pelo constituinte originário, desenha uma nítida simetria, relativa, por exemplo, à competência para provocar o processo legislativo, à autonomia administrativa, funcional e financeira: A três, porque o direito comparado traz notícia, principalmente do Direito europeu, relativa a essa	Aprovação.

		<p>equivalência; A quatro, porque a jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal aponta para essa solução como ideal.</p> <p>À vista disso, temos para nós a necessidade, a juridicidade e a constitucionalidade da proposta.</p>	
160	<p>Ao art. 93, I.</p> <p>A emenda elimina a imposição de realização de concurso para magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.</p>	<p>A imposição de que a realização do concurso público de ingresso na carreira da magistratura seja realizado por entidade externa ao Judiciário parece a este Relator providência saudável, a evitar indesejáveis contágios de personalização ou direcionamentos nesses certames. Demais disso, não se vislumbra nenhum tipo de prejuízo na providência.</p>	Rejeição
161	<p>Ao art. 93, XII.</p> <p>A emenda dá novo tratamento à atividade jurisdicional nos períodos de férias forenses e recessos de juízos e tribunais.</p>	<p>A Relatoria foi convencida da impossibilidade prática, por razões de competência e organização interna dos órgãos fracionários dos Tribunais e pelos reflexos sobre a militância da advocacia, de preservar o dispositivo aprovado pela Câmara dos Deputados.</p>	Rejeição
162	<p>Ao art. 94.</p> <p>A emenda dá novo tratamento à regra do quinto constitucional.</p>	<p>Este Relator é contrário à emenda. As vagas no quinto serão ocupadas de acordo com a carreira de origem do membro de Tribunal ocupante da posição vacante. Outra solução, como a apresentada pela emenda, pode – e parece que necessariamente vai – desaguar na existência, em</p>	Rejeição

		<p>dado momento, de composição de Tribunal que não apresente um quinto de suas vagas ocupadas por advogados e por membros do Ministério Público. O STF já se revelou extremamente cioso desse fracionamento, ao decidir questão sobre a quantidade de vagas reservadas ao quinto em Tribunais cujo número de membros não seja múltiplo de cinco.</p>	
163	<p>Ao art. 94, parágrafo único. A emenda fixa competência do Presidente do Tribunal para nomeação de membro da Corte, em vaga reservada ao quinto.</p>	<p>A providência é mérito, não lesa a ordem constitucional vigente e oferece solução para a inação da Chefia do Executivo, inclusive porque solução semelhante, com sinal trocado, foi usada pela própria reforma do Judiciário relativamente às propostas orçamentárias do Judiciário e do Ministério Público.</p>	Aprovação
164	<p>Ao art. 101, parágrafo único. A emenda fixa mandato para Ministro do STF.</p>	<p>A sugestão, lastreada em modelos europeus, tem, aplicada à realidade brasileira, o mau resultado de politizar excessivamente o STF, já que o mandato a termo poderá envolver Ministros e candidatos a Ministros em intermináveis jogos políticos para obter acesso a essa Corte, na posição vacante.</p>	Rejeição
165	<p>Ao art. 105, § 1º, I. A emenda altera competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.</p>	<p>Esta Relatoria é contrária à emenda. Não percebemos a lesão ao sistema federativo, por conta do princípio da unidade da jurisdição.</p>	Rejeição
166	<p>Ao art. 115. A emenda altera a competência da Justiça do Trabalho.</p>	<p>A emenda parece a esta Relatoria conducente à economia e à celeridade</p>	Aprovação

		processual.	
167	Ao art. 109. A emenda altera competências da Justiça Federal de primeiro grau.	A emenda trata de maneira adequada a matéria, pois, efetivamente, parece-nos que a redução de pessoa à condição análoga à de escravo, mais do que uma inobservância de legislação trabalhista ou tipificadora de crime comum, depõe contra direitos constitucionais do trabalhador enquanto pessoa humana.	Aprovação
168	Ao art. 93, XV. Prevê a eletividade dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais.	A emenda conduz à excessiva politização do Judiciário, com efeitos potencialmente danosos à administração da Justiça.	Rejeição
169	Ao art. 107, § 4º. A emenda desloca o Conselho de Justiça Federal para a Justiça Federal de segundo grau.	Essa sugestão, já apresentada na fase da CCJ, mereceu parecer contrário deste Relator, por entender que o órgão em questão fica mais bem localizado na estrutura do STJ.	Rejeição
170	Ao art. 120, § 1º. A emenda busca ampliar a presença da magistratura federal no Judiciário Eleitoral.	A matéria já foi enfrentada precedentemente por este Relator, inclusive na fase da CCJ. Nosso posicionamento, já conhecido, é contrário, por questões operacionais, à vista da maior presença da magistratura estadual.	Rejeição
171	Ao art. 101. A emenda pretende alterar o processo de indicação de Ministro do STF.	O sistema proposto pela emenda, excessivamente moroso, não nos parece conducente ao aprimoramento do sistema de provimento de cargo de Ministro do STF.	Rejeição
172	Ao art. 109, § 9º. A emenda tem o objetivo de ampliar a legitimação para o incidente de deslocamento de competência no caso de violação	Somos contrários à emenda. O incidente de deslocamento de competência não guarda relação, mesmo que remota,	Rejeição

	dos direitos humanos.	com o sistema de controle abstrato de constitucionalidade, não sendo possível divisar que tipo de argumento sustenta, por exemplo, tal incidente proposto por confederação sindical ou pela Mesa do Senado.	
173	Inserir dispositivo novo, vedando o uso de medida provisória para cercear o deferimento de medidas cautelares ou antecipatórias de tutela.	Cremos que o objetivo pretendido pela emenda já está atingido pelos termos do art. 62. § 1º, I, b, com a redação que lhe deu a Emenda 32. no que proíbe o uso da medida provisória para matéria processual civil.	Rejeição
174	Inserir dispositivo transitório, contendo regra de vitaliciedade aos juízes substitutos em exercício na data de promulgação da emenda.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Não cremos na necessidade de regra transitória para vitaliciamento.	Rejeição
175	Ao art. 5º, LV. A emenda condiciona os princípios do contraditório e da ampla defesa aos termos da lei.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Os princípios em tela são de extração constitucional, e a referência à lei é acessória, para identificar a lesão, não para mensurar o princípio.	Rejeição
176	Ao art. 37, XI. A emenda altera o sistema remuneratório dos agentes públicos e políticos.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. É, além disso, tema estranho à reforma do Judiciário.	Rejeição
177	Artigo ao ADCT. A emenda pretende inserir regra transitória relativa ao pagamento de débitos fazendários pelo sistema de títulos sentenciais.	O regulamento transitório é impositivo em face do acatamento, pela Relatoria, a exemplo do que ocorreu precedentemente na CCJ. do modelo de títulos sentenciais em substituição ao de precatórios, hoje vigente, e que vem proposto à parte permanente pela emenda 181, A colisão de regramento com	Aprovação na forma de subemenda do Relator

		possibilidades abertas pela EC 30 exige, contudo, adequações redacionais e de mérito, que este Relator veicula em subemenda. Ampliamos, também, o prazo previsto para pagamento, por entender ser impraticável o enfrentamento, pelos Poderes Públicos, do atual estoque de precatórios, em dois anos.	
178	Ao art. 93, XI. A emenda altera o sistema de composição dos órgãos especiais nos tribunais.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Cremos saudável ao Tribunal o sistema de composição definido no âmbito da Comissão.	Rejeição
179	Ao art. 95, § 1º, V. A emenda altera regra de impedimento do magistrado para a advocacia militante.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. O impedimento à militância é discussão que foi sensivelmente enriquecida na fase de trabalhos da Comissão referida. Parece a esta Relatoria que o texto a que se chegou nesse órgão fracionário é superior.	Rejeição
180	Ao art. 96. A emenda insere novo inciso ao art. 96, relativo ao processo e julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. A Relatoria está convencida de que o sistema não conduz à celeridade processual.	Rejeição
181	Ao art. 100. A emenda muda o sistema de pagamento devidos pelas Fazendas, adotando o modelo de títulos sentenciais.	As mesmas razões que inspiraram o acolhimento, pela Relatoria, do sistema de títulos sentenciais são recuperadas agora para, uma vez mais, ser fazer opção pelo novo modelo, a nosso ver muito superior ao de precatórios, principalmente no que impõe efetivo pagamento dos débitos judiciais das Fazendas. A	Aprovação na forma de subemenda do Relator

		<p>persistente resistência das Fazendas Públicas em saldar as suas dívidas judiciais já ultrapassou, em muito, os limites do razoável, comprometendo o Estado de Direito, a respeitabilidade do Judiciário e, profundamente, os direitos dos credores. A multiplicação dos pedidos de intervenção federal, no STF, por conta da negativa de pagamento de precatórios é a face mais visível do absoluto desrespeito do Poder Público, em todos os níveis, para com as decisões judiciais e seus beneficiados.</p> <p>A redação proposta, contudo, impõe a necessidade de aperfeiçoamentos. A um, para superar imperfeições redacionais que comprometem a boa técnica legislativa; a dois, para remover restaurar a prescrição de atualização dos valores por juros legais, na forma já consagrada pela Emenda 30; a três, para incorporar ao texto da emenda prescrição veiculada pela Emenda 37; a quatro, para reestruturar a articulação. Esses elementos conduzem esta Relatoria a propor o acolhimento da proposta, na forma de subemenda, veiculada ao final deste parecer.</p>	
182	<p>Ao art. 102, I, i.</p> <p>A emenda altera competência do STF para processo e julgamento de habeas corpus.</p>	<p>A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. De toda sorte, este Relator já se manifestou,</p>	Prejudicialidade

		precedentemente, sobre emenda de idêntico teor.	
183	Ao art. 102, II. A emenda é supressiva do cabimento de recurso ordinário ao STF.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.	Prejudicialidade
184	Ao art. 102, II. A emenda altera o fundamento de subida de recurso ordinário ao STF.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.	Prejudicialidade
185	Ao. Art. 102, III, d. A emenda elimina o cabimento de recurso extraordinário com base no conflito de leis.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.	Prejudicialidade
186	Ao art. 103-B. A emenda altera a composição do Conselho Nacional de Justiça.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Cremos que a melhor solução, tanto em termos de designação quanto de composição, é a que foi produzida por esse órgão fracionário.	Rejeição
187	Ao art. 104, parágrafo único, I. A emenda altera o processo de escolha de membros dos STJ.	Este Relator entende superior o modelo decidido pela CCJ, com reserva de vagas à magistratura de carreira, o qual, além de atender melhor a lógica do sistema, guarda simetria com o modelo praticado pela Justiça do Trabalho, na Constituição vigente.	Rejeição
188	Ao art. 105. A emenda altera competências do STJ.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Não divisamos razões bastantes à transferência de competência pretendida.	Rejeição
189	Ao art. 105, III. A emenda restaura a competência do STJ para julgar conflito entre ato de governo local e lei federal, em recurso especial.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ, e também neste parecer.	Prejudicialidade
190	Ao art. 115. Acresce inciso VIII-A, para alargar a competência da Justiça do Trabalho, relativamente à	A matéria fica mais bem situada sob competência da Justiça Federal.	Rejeição

	execução.		
191	Ao art. 92. A emenda visa a tornar exclusiva a denominação <i>juiz</i> , <i>desembargador</i> ou <i>ministro</i> para membro do Judiciário.	A imposição de exclusividade de denominação parece a este Relator carecer de maturação que aponte todos os reflexos de decisão de tal monta.	Rejeição
192	Ao art. 115. A emenda acresce competência executiva à Justiça do Trabalho.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
193	Ao art. 115. Acresce competência da Justiça do Trabalho, por redução da competência da Justiça Federal de primeiro grau.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
194	Ao art. 112. A emenda altera a designação de membro dos Tribunais Regionais do Trabalho para <i>Desembargadores Federais do Trabalho</i> .	A emenda, de redação, traz adequação terminológica à reforma.	Aprovação
195	Ao art. 128, § 1º. A emenda altera o processo de escolha do Procurador-Geral da República.	Esta Relatoria opõe-se à emenda, por entender superior o modelo decidido pela CCJ.	Rejeição
196	A emenda pretende incluir dispositivo regulamentador da situação dos pretores e juízes substitutos remanescentes da antiga organização judiciária de alguns Estados.	A matéria só remotamente toca a reforma estrutura do Judiciário. Ademais, a nítida nota transitória e a necessidade de análise profunda da constitucionalidade da transmutação para a condição de juiz-substituto sem concurso público de provas e títulos impõe a rejeição.	Rejeição
197	Ao art. 93, II, d. A emenda impede que juiz recuse promoção quando de sua segunda indicação.	A proibição de recusa de promoção lesa o princípio da inamovibilidade do magistrado, sendo, por isso, materialmente inconstitucional.	Rejeição
198	Ao art. 93. A emenda determina a inserção	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade

	de inciso, prevendo a eletividade dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de segundo grau.		
199	Ao art. 120. Busca o aumento da presença da magistratura federal na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
200	Ao art. 121. A emenda atribui a função de juiz eleitoral de 1º grau a juiz federal.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
201	Supressão do § 2º do art. 105, ao argumento de inocuidade.	O modelo decidido pela CCJ guarda o mérito de homenagear a celeridade e a racionalidade processual.	Rejeição
202	Ao art. 95, § 2º. A emenda corrige a redação do dispositivo, buscando clareza.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
203	Ao art. 105, § 3º. Supressão do dispositivo, à alegação de concentração de competência no STJ.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
204	Ao art. 107, § 5º. Determina a extensão de regra remuneratória de desembargadores aos desembargadores federais.	A emenda tem o mérito de restaurar a simetria de modelos dentro do Judiciário.	Aprovação
205	Ao ADCT. Impõe regra transitória para juízes substitutos em exercício na data de promulgação da Emenda.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
206	Acresce dispositivo relativo aos Oficiais de Justiça e Avaliadores Judiciais, prevendo a gratuidade no transporte coletivo público.	A matéria não se reveste de dignidade constitucional, sendo típica de legislação infraconstitucional.	Rejeição
207	Ao art. 103-B. Altera a composição do Conselho Nacional de Justiça, mudando-lhe, também, a denominação.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, também, neste parecer.	Prejudicialidade
208	Ao art. 93, XI. Propõe alteração do dispositivo, para remover a previsão de eletividade.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
209	Ao art. 5º, LV. Acresce a referência à lei aos	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ	Prejudicialidade

	princípios do contraditório e da ampla defesa.	e neste parecer.	
210	Ao art. 95, § 1º, V. Alarga a regra de impedimento de advocacia militante aos ex-membros do Judiciário.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
211	Suprime o § 4º do art. 107, eliminando a regra de eletividade para os TRFs.	Esta Relatoria acompanha a proposta da emenda. A eletividade, conforme já afirmado neste parecer, é conducente à excessiva politização do Judiciário.	Aprovação
212	Ao art. 104, parágrafo único, I. A emenda elimina a restrição à carreira para promoção para o STJ.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
213	Ao art. 96. Inclusão de inciso prevendo competências do STF e do STJ, para julgamento de incidente de uniformização de jurisprudência.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e neste parecer.	Prejudicialidade
214	Ao art. 40. Aumenta para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória.	A providência vem sendo reclamada por expressivos nomes da magistratura brasileira, como o Ministro Marco Aurélio, atual Presidente do STF. A idade hoje fixada para a aposentadoria compulsória de servidor público, juízes incluídos, não mais se justifica sob o crivo do vigor intelectual e a produtividade. Dentre outros elementos que comprovam a superação desse modelo pode-se citar o fato de membros do Judiciário compulsoriamente aposentados virem a dedicar-se, com êxito incontestável, à advocacia e à consultoria.	Aprovação
215	Ao art. 40. Aumenta para 75 anos a idade	A emenda repete a anterior, pelo que, aqui, renovam-se	Prejudicialidade

	para a aposentadoria compulsória.	os argumentos lá expedidos.	
216	Ao art. 101. Altera a regra constitucional de composição do STF.	A emenda, em que pese os seus méritos, padece de inconstitucionalidade material, por lesão ao princípio da separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). A eliminação da competência do Presidente da República para o procedimento parece-nos claramente lesiva da limitação material expressa citada.	Rejeição
217	Ao art. 101. Altera a regra constitucional de composição do STF.	A providência do § 3º representa matéria da qual já nos ocupamos neste parecer, onde nos posicionamos contrariamente, à vista dos obstáculos de ordem prática à sua realização. O § 2º se nos afigura digno de acolhimento, pela previsão de expressão fracionária de composição do STF calcada na magistratura. Como não nos parece haver inconstitucionalidade latente, somos favoráveis ao acolhimento da emenda, nesse ponto.	Aprovação parcial.
218	Ao art. 115, VI, suprimindo o dispositivo.	A emenda adota providência meritória, e restaura a pureza institucional da Justiça do Trabalho.	Aprovação
219	Ao art. 115, VII, suprimindo o dispositivo.	A matéria foi longamente amadurecida na fase que antecedeu os trabalhos da CCJ, e esta Relatoria está convencida dos méritos da providência consignada no inciso VII do art. 115.	Rejeição
220	Ao art. 115, IX, suprimindo o dispositivo.	Este Relator posiciona-se contrariamente à emenda. O modelo constitucional em	Rejeição

		vigor situa, de forma precisa, as competências para processo e julgamento de reclamações, e não nos parece que haja sucedâneo aceitável à providência veiculada pelo inciso IX. Demais disso, não se cuida de conflito de competência, mas de reclamação.	
221	Ao art. 129, § 3º. A emenda busca reduzir o prazo de atividade jurídica para ingresso no MP.	O prazo fixado guarda simetria com outro ponto da reforma, relativamente aos juízes e, demais disso, o fôlego institucional do Ministério Público é, sem dúvida, produto de sua competência, e esta decorre com a intimidade do trato com o Direito, e não apenas de conhecimento teórico.	Rejeição
222	Ao art. 131, dando-lhe nova redação e exigindo lei regulamentadora de sua organização e funcionamento.	Cremos que a justificativa da emenda é suficientemente convincente e a faz necessária, a um, porque a reforma atribui autonomia funcional à Advocacia, e a dois, porque a Emenda Constitucional 32 prevê um decreto autônomo à altura do art. 84, VI, que poderia vir a ter o seu uso cogitado para a matéria.	Aprovação
223	Ao art. 104, parágrafo único, I. Supressão da expressão condicionadora da origem na magistratura para composição de parte do STJ.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicada
224	Art. 93, XVII. Nova redação à proibição do nepotismo, ampliando-a.	A Relatoria entende que nada justifica a ampliação dos impedidos por parentesco.	Rejeição
225	Ao art. 95, V. Estabelece regra de quarentena para a advocacia militante de ex-membro do Judiciário.	Cremos que a redação a que chegou a CCJ é técnica e institucionalmente superior à pretendida pela emenda.	Rejeição

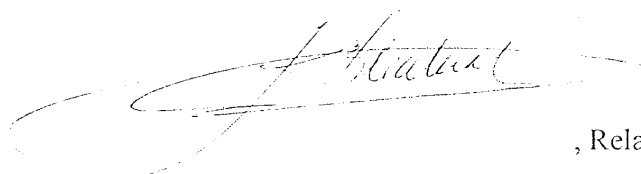
226	Ao art. 93, V. A emenda trata do sistema constitucional de remuneração dos membros do Judiciário.	Parece-nos que o sistema positivado pela Emenda 19, acrescido das providências já consignadas pela CCJ, quando dos trabalhos sobre a reforma do Judiciário, compõem um quadro suficiente à justa contrapartida financeira à magistratura..	Rejeição
227	Ao art. 37, XI. A emenda cuida do sistema remuneratório dos agentes políticos e públicos do País, alterando o valor limitador do teto, por Poder.	A matéria já foi enfrentada na fase da CCJ e, uma vez mais, neste parecer, colhendo, sempre, posição contrária deste Relator. Demais disso, é matéria que só remotamente guarda relação com a reforma do Poder Judiciário.	Rejeição
228	Ao art. 105, I. Amplia a competência originária do STJ, em detrimento da competência do STF.	Matéria preclusa no âmbito desta Relatoria, por já ter colhido posição contrária na fase da CCJ e, também, neste parecer.	Prejudicialidade
229	Ao art. 102, II. Cria condicionador material para o processo e julgamento de recurso ordinário pelo STF.	Matéria vencida na CCJ e neste parecer.	Prejudicialidade
230	Ao art. 102, I, i. Cria condicionar material para fixação de competência do STF para hábeas corpus.	Matéria vencida na CCJ e neste parecer.	Prejudicialidade
231	Supressão do inciso II do art. 102, eliminando a figura do recurso ordinário constitucional ao STF.	Matéria vencida na CCJ e neste parecer.	Prejudicialidade
232	Ao art. 93, I. A emenda elimina a possibilidade de prova oral para o ingresso na magistratura.	A emenda sinaliza inegável avanço no concurso de ingresso na magistratura, eliminando a prova oral, não raro foco de denúncias e de oposição de candidatos, pela falta preocupante de critérios objetivos de avaliação dos candidatos.	Aprovação
233	Ao ADCT, dando novo	Matéria já vencida neste	Prejudicialidade

	regulamento aos precatórios pendentes.	parecer.	
234	Supressão do inciso II do art. 103-B, alterando a composição do Conselho Nacional de Justiça.	Cremos que nada justifica a exclusão de Ministro do Superior Tribunal de Justiça da composição do Conselho Nacional de Justiça.	Rejeição
235	Ao art. 100, instaurando o sistema de títulos sentenciais para o pagamento de débitos das Fazendas Públicas.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
236	Ao art. 93, I. A emenda elimina a previsão de elaboração de concurso de ingresso na magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
237	Ao art. 93, III. A emenda restaura o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, relativamente à promoção para os Tribunais de Segundo grau.	A emenda tem o mérito de trafegar sobre a matéria vencida na CCJ, onde foi decidida a supressão da ordem de extinção dos Tribunais de Alçada. Nessa linha, a regra de promoção do art. 93, III. há de ser restaurada.	Aprovação
238	Ao art. 96, III. Acresce previsão de irrecorribilidade de decisão de tribunais estaduais sobre leis locais.	A emenda elimina, de um só golpe, o recurso extraordinário e o recurso especial, movimentos processuais voltados à garantia da uniformidade da inteligência da Constituição e do Direito Federal, que devem ser mantidos.	Rejeição
239	Ao art. 103-B. Supressão do inciso XI, eliminando a presença de advogados no Conselho Nacional de Justiça.	Os advogados estão presentes no dia-a-dia do Judiciário, e a Assembléia Nacional Constituinte garantiu sua presença inclusive nos concursos de ingresso na magistratura e na regra do quinto constitucional. Cremos que a previsão de integração no Conselho Nacional de Justiça não destoa desse modelo.	Rejeição

III – VOTO

Essa a nossa manifestação acerca das emendas apresentadas em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, *com subemendas que apresenta.*

Sala da Comissão, *30/10/2002*



, Relator

**Subemenda do Relator à Emenda
nº 177, de Plenário**

Dê-se ao art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a seguinte redação:

Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data da promulgação desta Emenda serão transformados em títulos sentenciais e liquidados pelo seu valor real, acrescido de juros legais e atualização monetária, em moeda corrente, em prestações mensais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de quatro anos, com vencimentos marcados para o dia 25 ou dia útil subsequente dos meses de fevereiro a novembro, permitida a cessão dos créditos.

§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.

§ 2º As prestações anuais a que se refere o **caput** deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora, até o valor em que se compensarem, em prejuízo do disposto no § 4º.

§ 3º O prazo referido no **caput** deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de transformação de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo em caso de omissão no orçamento, ou preterição do direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação (NR)

**Subemenda do Relator à Emenda
nº 181, de Plenário**

Dê-se ao art. 100 da parte permanente da Constituição Federal, a seguinte redação:

Art. 100. Os pagamentos devidos pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações públicas, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação de títulos sentenciais líquidos e certos emitidos pelo juízo de execução e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º Os títulos sentenciais serão emitidos pela autoridade judiciária e terão os vencimentos dos valores apurados divididos em sessenta parcelas, vencíveis no dia 25 ou no dia útil seguinte dos meses de fevereiro a novembro do ano seguinte ao da sua emissão.

§ 2º Os títulos sentenciais serão liquidados com acréscimo de juros legais e atualização monetária, mediante a apresentação pelo credor à rede bancária autorizada a receber depósitos de dotações orçamentárias e a arrecadar tributos, quando se fará a devida compensação à conta do órgão público devedor.

§ 3º Os títulos de que tratam os parágrafos anteriores terão livre circulação no mercado e poderão ser cedidos a terceiros, independentemente de concordância do devedor.

§ 4º É obrigatória, sob pena de crime de responsabilidade, a inclusão no orçamento das entidades referidas no **caput** deste artigo, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, cujo valor estimativo será fixado pelo Poder Judiciário quando apresentação da sua proposta orçamentária.

§ 5º Os títulos sentenciais líquidos e certos emitidos pelo juízo da execução correspondentes a débitos de natureza alimentícia serão pagos em moeda corrente, no prazo de cento e vinte dias após a data de sua emissão, acrescidos de juros legais, na forma prevista nos §§ 1º a 3º deste artigo, respeitada a estrita ordem cronológica de apresentação.

§ 6º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 7º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente de cada Tribunal determinar à preparação de empenho para a liquidação dos títulos sentenciais apresentados até 1º de julho de cada ano pelo juízo da execução, segundo as possibilidades do depósito.

§ 8º Os pagamentos de que trata o parágrafo anterior deverão ser liberados até o dia dez de cada mês, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade.

§ 9º As obrigações definidas em lei como de pequeno valor serão liquidadas em moeda corrente e na apresentação do título sentencial à rede bancária, respeitado, quanto ao mais, o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo.

§ 10. A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 9º deste artigo, segundo as diferentes capacidades financeiras das entidades de direito público.

§ 11. São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 9º, e, em parte, mediante a expedição de título sentencial, pelo sistema prescrito nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 12. A autoridade judiciária ou administrativa que, por ato comissivo ou omissivo, retardar, frustrar ou tentar frustrar a liquidação regular de título sentencial incorrerá em crime de responsabilidade.

§ 13. Os títulos sentenciais emitidos por autoridade judiciária contra as entidades referidas no **caput** deste artigo terão, em seus vencimentos, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora e de quaisquer encargos de responsabilidade do credor e de seus sucessores.(AC)

Subemenda do Relator à Emenda nº 197-Plen

O inciso II do art. 93 da Constituição passa a vigorar acrescido da alínea **e**, com a seguinte redação:

Art. 93

II –

e) a segunda recusa consecutiva a promoção ou a terceira alternada importará a exclusão do juiz de processo de promoção, pelo período determinado pelo Tribunal.

Justificação

A presente, subemenda do Relator e resultado de deliberação da CCJ em termo da emenda nº 197 contra a qual esta Relatoria erigiu parecer contrário, por conta da violação do princípio inamovibilidade do magistrado, de extração constitucional (CF, art. 95, II).

Em face do interesse público subjacente à promoção do magistrado, e diante dos efeitos negativos da sua perenização na mesma Comarca, optamos, a partir das sugestões da Comissão, por manter o direito constitucional à recusa, mas penalizando-o, se persistente, com a exclusão, por decisão do Tribunal, do magistrado do processo de promoção, tanto por Antiguidade quanto por merecimento.

Subemenda do Relator à Emenda nº 217-PLEN

Suprima-se o § 3º da Emenda nº 217-PLEN

Justificação

A providência do § 3º representa matéria da qual já nos ocupamos neste parecer, onde nos posicionamos contrariamente, à vista dos obstáculos de ordem prática à sua realização.

Subemenda do Relator à Emenda nº 232-PLEN

O inciso I do art. 93 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93.

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos realizado por entidade pública não pertencente à estrutura do Poder Judiciário, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público em todas as suas fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica, computando-se, para tal efeito, o tempo de efetiva realização de curso regular de escola oficial de magistratura, e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

DEMONSTRATIVO DE EMENDAS POR DISPOSITIVO

Dispositivo	Emendas
5º, LV	175, 209
5º, LXXVIII	106
5º, § 3º	107
29, X	108
37, XI	176, 227
40	214, 215
92, § 3º	191
93, I	160, 232, 236
93, II, b	151
93, II, d	197
93, III	237
93, XI	109, 110, 178, 208
93, XII	161
93, XV	168
93, XVII	224
93, inciso novo	198
94, parágrafo único	163
94, § novo	111, 162
95, § 1º, V	179, 210, 225, 226
95, § 2º	202
96, I, a	112
96, III, a	113
96, inciso novo	180, 213
96, parágrafo único	114, 238
96, § novo	115
98, § 2º	116, 117
100	181, 235
101, caput	118
101, parágrafo único	164, 171, 216, 217
102, I, b	119
102, I, i	120, 156, 182, 230
102, II	121, 153, 155, 183, 184, 229, 231
102, III, d	154, 185
102, § 3º	122
103	125
103-A	123, 124
103, § 3º	126
103-B	186, 207, 234, 239
104, parágrafo único	187, 212, 223
105, I, a	127
105, I, j, l e m	188, 228

105, III, b	157, 189
105, § 1º, I	165
105, § 2º	201
105, § 3º	128, 203
105-A	129
107, § 4º	169, 211
107, § novo	204
108, I, a	130
109, I	131, 152
109, V-A	132
109, XII, XIII e XIV	167
109, § 3º	133
109, § 5º	132, 172
112-A	134
112, II	194
113	135
115, I	136
115, IV	136
115, VI	218
115, VI-A	193
115, VII	219
115, VII-A	152, 192
115, VIII-A	137, 190
115, IX	220
115, X	138, 139, 166
115, XI	140
120, § 1º	141, 170, 199
120, § 2º	141
121, § 5º	200
123	142
124, caput	149, 150
128, § 1º	195
128, § 3º	158
128, § 5º, I, c	159
128, § 6º	143
129, § 3º	221
131	222
PEC, art. 51	144
PEC, art. 52	146

Novo art, PEC	145, 147, 148, 173, 174, 196, 205, 206,
ADCT, CF, art. 78	177, 233

EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 106 A 239 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000.

ASSINAM O PARECER, EM REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2002, OS SENHORES SENADORES:

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2002. — **Osmar Dias**, Presidente, em exercício — **Bernardo Cabral**, Relator — **Antonio Carlos Júnior** — **Romero Juca** — **Romeu Tuma** — **José Eduardo Dutra** — **Luiz Otavio** — **Bello Parga** — **Pedro Simon** — **Sérgio Machado** — **Lúcio Alcântara** — **Roberto Freire** — **Artur da Távola** — **Fernando Ribeiro** — **José Fogaça** — **Benício Sampaio** — **Moreira Mendes** — **José Agripino** — **Roberto Saturnino** — **Juvêncio da Fonseca** — **Ricardo Santos** — **Tião Viana** — **Geraldo Cândido** — **Antonio Carlos Valadares** — **Lúdio Coelho** — **Gilberto Mestrinho** — **Geraldo Melo**.

Subemenda do Relator
A Emenda nº 54-CCJ

Dê-se ao § 1º do art. 128 da Constituição Federal, alterado pelo art. 33 da PEC nº 29/2000, a seguinte redação:

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, escolhido pelo Presidente da República em lista tríplice de integrantes do Ministério Público Federal maiores de trinta e cinco anos e com mais de dez anos na carreira, eleitos por seus membros, e nomeados após aprovação da maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução (NR).

Em 6 de Novembro de 2002.

Justificação

A redação da Emenda nº 54-CCJ (Emenda nº 80 do Relator) possui algumas impropriedades que precisam ser sanadas através desta subemenda.

Do erro técnico

Primeiramente, o Ministério Público da União não tem carreira própria. Esta entidade é apenas hospedeira de quatro ramos que sob ela se abrigam. São eles: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Cada Ministério Público possui carreira própria e seus membros não podem transferir-se de um ramo para outro. As carreiras, portanto, são estanques.

Segundo. Como está redigida a emenda, ela induz a uma perplexidade, consistente na definição do qual carreira seria escolhido o Procurador-Geral da República.

Indagar-se-á? Do Ministério Público Federal ou de membro de qualquer das carreiras que integram o Ministério Público da União.

Se for interpretado como de qualquer membro dos quatro ramos, o Ministério Público Federal seria o único ramo que não teria uma chefia direta, posto que, todos os demais, mesmo os dos Estados Federativos, têm como chefes, integrantes de suas respectivas carreiras. O que é absurdo e confrontaria a LC nº 75/93 porque seu art. 49, II exige que o Procurador-Geral da República seja membro nato e presidente do Colégio de Procuradores da República.

Da redação imprecisa e repetitiva.

A locução "integrada por seus integrantes", além de soar mal é imprecisa e repetitiva.

Imprecisa porque não define de que carreira deverão sair os nomes que integrarão a lista tríplice, conforme antes se destacou.

Soa mal porque repete vocábulos idênticos, revelando pobreza lingüística.

Por tudo isso, espera o Signatário a aprovação da presente subemenda.

ADITAMENTO MODIFICATIVO DO PARECER DO RELATOR À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000

Emenda 159

A emenda busca estabelecer simetria remuneratória dos membros do Ministério Público, como agentes públicos — e não servidores públicos —, tendo como referência o valor dos subsídios dos membros do Poder Judiciário.

Análise

Posicionávamos, originariamente, contra essa pretensão ministerial. Fomos convencidos, contudo, pela robustez dos argumentos aos quais tivemos acesso, a partir dos quais desenha-se não só juridicamente defensável como institucionalmente necessário o estabelecimento de equivalência remuneratória entre a Magistratura e o Parquet, nos diversos níveis. A um, porque a vitalidade institucional do combativo Ministério Público exige remuneração que coloque os seus valorosos membros fora do alcance de quaisquer formas de pressão financeira: a dois, porque o tratamento constitucional do Ministério Público, pelo constituinte originário, desenha uma nítida simetria, relativa, por exemplo, à competência para provocar o processo legislativo, à autonomia admi-

nistrativa, funcional e financeira; a três, porque o direito comparado traz notícia, principalmente do Direito europeu, relativa a essa equivalência; a quatro, porque a jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal aponta para essa solução como ideal.

A vista disso, temos para nós a necessidade, a juridicidade e a constitucionalidade da proposta.

Parecer

Pela Aprovação.

**DECISÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA SOBRE O RELATÓRIO
DO SENADOR BERNARDO CABRAL
RELATIVO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO À
PEC nº 29, de 2000**

PELA APROVAÇÃO	
<p>Emenda de PLEN nº 106 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 5º LXXVIII A emenda elimina a referência ao princípio da celeridade processual como direito público subjetivo e introduz referência que torna expressos os prazos processuais especiais à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às suas autarquias e fundações, na forma da lei.</p> <p>Análise: A emenda abre as referências às entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, explicitando as entidades federativas e suas autarquias e fundações. Tem o mérito de tornar mais clara a prescrição. A posição pessoal do Relator, já afirmada e sustentada perante a CCJ, é contrária a quaisquer privilégios processuais às entidades públicas, por entender superada definitivamente a razão histórica que está na origem desse privilégio. Com essa ressalva, mas entendendo que a redação proposta efetivamente aprimora o texto decidido pela CCJ, esta Relatoria, em respeito à opinião vencedora nessa Comissão, acata a emenda, em parte, relativamente à qualificação das entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, mas opina pela manutenção do princípio da celeridade processual como direito público subjetivo.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado: Rejeitado o Relatório do Sen. Bernardo Cabral. O Parecer da CCJ conclui pela aprovação integral da Emenda.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 109 (Autor: Senador José Fogaça) inciso XI do art. 93. A emenda restabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial de Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo Tribunal Pleno.</p> <p>Análise: A emenda é igual em conteúdo a outra, no mesmo sentido, sobre a qual já nos manifestamos favoravelmente no âmbito da CCJ.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 111 (Autor: Senador Eduardo Suplicy) Ao art. 94, acrescentando §. O novo parágrafo cria quarentena para a ocupação de vaga nos Tribunais Regionais Federais, simétrica à estabelecida pelo art. 101 para vaga no STF.</p> <p>Análise: A emenda pretende uma extensão, para a regra do quinto constitucional, do impedimento temporal erigido para ocupantes de determinados cargos e funções públicas relativamente</p>	<p>Resultado: (em 9/10/2002)</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>ao cargo de Ministro do STF. Entendemos que a simetria de modelos recomenda o acatamento da emenda, como instrumento a evitar a excessiva contaminação política do Poder Judiciário.</p>	
<p>Emenda de PLEN nº 114 (Autor: Senador Pedro Simon) Ao art. 96, parágrafo único. A emenda é supressiva do dispositivo, introduzido na CCJ, por ser conflitante com a jurisprudência do STF.</p> <p><i>Análise:</i> Acolhemos a emenda, para restaurar a compatibilidade da reforma do Judiciário com a jurisprudência recente do STF, Corte que, com o cancelamento da Súmula 394, e negando a expedição de nova Súmula sobre o tema, sinalizou claramente, conforme já sustentamos precedentemente, na razões à emenda 113, dentre outras, a limitação do privilégio ao exercício efetivo da função que o concede. A emenda parece a este Relator saneadora da reforma do Judiciário e moralizadora da garantia institucional do foro especial por prerrogativa de função, impedindo o aprofundamento absolutamente irrazoável de uma garantia processual já peculiar do modelo brasileiro.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 117 (Autor: Senador Pedro Simon) Ao art. 98, § 2º A emenda altera a redação do dispositivo, para inscrever que infrações penais de relevância social sejam instruídas diretamente perante o Poder Judiciário, precedidas de investigações preliminares dirigidas pelo Ministério Público.</p> <p><i>Análise:</i> A redação que a emenda pretende inscrever no dispositivo é superior à emergente da CCJ, e veicula elementos importantes à formação futura da lei que vai instituir os juizados de instrução, preservando a linha condutora de sua concepção.</p>	<p>DESTAQUE <u>Retirado.</u></p> <p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 125 (Autor: Senador Carlos Wilson) Ao art. 103, X. resce a legitimação ativa para a ADIN, inserindo o Prefeito Municipal.</p> <p><i>Análise:</i> O inusitado da proposta mereceu nossa melhor análise, e concluímos pela existência de méritos bastantes ao seu acolhimento. O reconhecimento da legitimação ativa do Prefeito Municipal à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade vai enriquecer o processo de controle abstrato de normas e prestar justa homenagem à importância do Município no contexto da Federação brasileira.</p>	<p>DESTAQUE</p> <p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 133 (Autor: Senador José Fogaça) Ao art. 109. A emenda insere § 3º ao dispositivo, para prever hipóteses de competência especial federal.</p> <p><i>Análise:</i> Este Relator repete, aqui, sua posição favorável à emenda, por entendê-la concernente aos princípios centrais da reforma do Judiciário.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº 138 (Autor: Senador Juvêncio da Fonseca)</p> <p>Ao art. 115.</p> <p>A emenda impõe nova redação ao inciso X, alterando a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p>Análise:</p> <p>A emenda tem o mérito de suprir uma lacuna lógica no texto da Reforma. O inciso, contudo, exige o acréscimo de letra designativa da inserção, em homenagem à técnica legislativa e às Leis Complementares 95 e 107. A emenda, então, é acolhida como veiculadora do inciso IX-A .</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 139 (Autor: Senador Romeu Tuma)</p> <p>Ao art. 115.</p> <p>A emenda impõe nova redação ao inciso X do dispositivo, alterando a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p>Análise:</p> <p>A emenda merece acolhimento, por localizar mais precisamente, parece-nos, a matéria. Impõe-se, contudo, a inserção da letra designativa do aditamento, em obediência às Leis Complementares 95 e 107. Acolhemos a emenda, por essa razão, como veiculadora do inciso IX-B.</p>	<p>DESTAQUE Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 143 (Autor: Senador Ari Stadler)</p> <p>Ao art. 128, § 6º.</p> <p>A emenda altera a maioria de deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>Análise:</p> <p>amos na necessidade de acolhimento da emenda, por melhorar a técnica legislativa e recuperar a simetria de modelos.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº146 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>Supressiva do art. 52 da PEC, para eliminar a possibilidade de regulamentação, pelo STJ, de admissibilidade de recurso ordinário.</p> <p>Análise:</p> <p>A necessidade de disposição transitória sobre a matéria, a superar a eventual mora legislativa (a qual pode conduzir à inaplicabilidade do dispositivo) impõe a manutenção do regramento decidido pela CCJ. De resto, é cedição na doutrina o reconhecimento de que os regimentos internos dos Tribunais, a teor do art. 96, I, a, gozam da condição de lei processual em sentido material, não havendo que se estranhar a ação normativa dessas Cortes, já decidida pelo legislador constituinte.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Rejeitado o Relatório do Sen. Bernardo Cabral. O Parecer da CCJ conclui pela aprovação da Emenda.</p>

<p>Emenda de PLEN nº 147 (Autor: Senador Fernando Bezerra) Acresce artigo à PEC, restaurando a ordem de extinção dos Tribunais de Alçada.</p> <p>Análise: Esta Relatoria ocupou-se longamente da ordem de extinção dos Tribunais de Alçada, com especial atenção aos aspectos constitucionais envolvidos e ao princípio da unidade da jurisdição, para concluir pela necessidade dessa providência. A ordem de extinção foi vencida na fase da CCJ, mas, com o devido respeito à decisão d essa Comissão, mantemos nossa posição. Em síntese, cremos que refoge ao sentido, atualmente, a operação simultânea, em segundo grau de jurisdição estadual, de um Tribunal de Justiça, composto por desembargadores, e de Tribunais de Alçada, por juízes, constituindo-se, inclusive, este em degrau na promoção de juiz de 1ª Instância àquele, segundo o art. 93, III.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 149 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 124. A emenda visa a ampliar a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Militar da União.</p> <p>Análise: O incremento da competência da Justiça Militar Federal para as matérias do art. 142, X, parece razoável a esta Relatoria, pelo fundo nexu lógico que exhibe.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 152 (Autor: Senador Jefferson Peres) Ao art. 109, I, e, de maneira correlata, ao art. 115, VII. A emenda pretende deslocar a competência para causas acidentárias à Justiça do Trabalho.</p> <p>Análise: Este Relator tem presente a correlação material entre as ações acidentárias e a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça do Trabalho.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 159 (Autor: Senador Lúcio Alcântara) Ao art. 128, § 5º, I, e. A emenda busca estabelecer simetria remuneratória dos membros do Ministério Público, como agentes públicos – e não servidores públicos, tendo como referência o valor dos subsídios dos membros do Poder Judiciário.</p> <p>Análise: Posicionávamos, originariamente, contra essa pretensão ministerial. Fomos convencidos, contudo, pela robustez dos argumentos dos quais tivemos acesso, a partir dos quais desenha-se não só juridicamente defensável como institucionalmente necessário o estabelecimento de equivalência remuneratória entre a Magistratura e o <i>Parquet</i>, nos diversos níveis. A um, porque a vitalidade institucional do combativo Ministério Público exige remuneração que coloca seus valorosos membros fora do alcance de quaisquer formas de pressão financeira; A dois, porque o tratamento constitucional do Ministério Público pelo constituinte originário, desenha uma nítida simetria, relativa, por exemplo, à</p>	<p>Resultado: (em 9/10/2002)</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>competência para provocar o processo legislativo, à autonomia administrativa, funcional e financeira; A três, porque o direito comparado traz notícia, principalmente do Direito europeu, relativa a essa equivalência; A quatro, porque a jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal aponta para essa solução como ideal.</p> <p>À vista disso, temos para nós a necessidade, a juridicidade e a constitucionalidade da proposta.</p>	
<p>Emenda de PLEN nº 163 (Autor: Senador Roberto Freire) Ao art. 94, parágrafo único. A emenda fixa competência do Presidente do Tribunal para nomeação de membro da Corte, em vaga reservada ao quinto.</p> <p><i>Análise:</i> A providência é mérito, não lesa a ordem constitucional vigente e oferece solução para a inação da Chefia do Executivo, inclusive porque solução semelhante, com sinal trocado, foi usada pela própria reforma do Judiciário relativamente às propostas orçamentárias do Judiciário e do Ministério Público.</p>	<p>DESTAQUE Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emendas de PLEN nº 166 (Autor: Senador Roberto Freire) Ao art. 115. A emenda altera a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p><i>Análise:</i> A emenda parece a esta Relatoria conducente à economia e à celeridade processual.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 167 (Autor: Senador Waldeck Ornêlas) Ao art. 109. A emenda altera competências da Justiça Federal de primeiro grau.</p> <p><i>Análise:</i> A emenda trata de maneira adequada a matéria, pois, efetivamente, parece-nos que a redução de pessoa à condição análoga à de escravo, mais do que uma inobservância de legislação trabalhista ou tipificadora de crime comum, depõe contra direitos constitucionais do trabalhador enquanto pessoa humana.</p>	<p>Resultado: (em 9/10/2002)</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 194 (Autor: Senador Arlindo Porto) Ao art. 112. A emenda altera a designação de membro dos Tribunais Regionais do Trabalho para <i>Desembargadores Federais do Trabalho</i>.</p> <p><i>Análise:</i> A emenda, de redação, traz adequação terminológica à reforma.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 204 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 107, § 5º. Determina a extensão de regra remuneratória de desembargadores aos desembargadores federais.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Análise: A emenda tem o mérito de restaurar a simetria de modelos dentro do Judiciário.</p>	
<p>Emenda de PLEN nº 211 (Autor: Senador Geraldo Melo) Suprime o § 4º do art. 107, eliminando a regra de eletividade para os TRFs.</p> <p>Análise: Esta Relatoria acompanha a proposta da emenda. A eletividade, conforme já afirmado neste parecer, é conducente à excessiva politização do Judiciário.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 218 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 115, VI, suprimindo o dispositivo.</p> <p>Análise: A emenda adota providência meritória, e restaura a pureza institucional da Justiça do Trabalho.</p>	<p>DESTAQUE. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 222 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 131, dando-lhe nova redação e exigindo lei regulamentadora de sua organização e funcionamento.</p> <p>Análise: Cremos que a justificação da emenda é suficientemente convincente e a faz necessária, a um, porque a reforma atribui autonomia funcional à Advocacia, e a dois, porque a Emenda Constitucional 32 prevê um decreto autônomo à altura do art. 84, VI. que poderia vir a ter o seu uso cogitado para a matéria.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>

PELA APROVAÇÃO EM PARTE	
<p>Emenda de PLEN nº 217 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 101. Altera a regra constitucional de composição do STF.</p> <p>Análise: A providência do § 3º representa matéria da qual já nos ocupamos neste parecer, onde nos posicionamos contrariamente, à vista dos obstáculos de ordem prática à sua realização. O § 2º se nos afigura digno de acolhimento, pela previsão de expressão fracionária de composição do STF calcada na magistratura. Como não nos parece haver inconstitucionalidade latente, somos favoráveis ao acolhimento da emenda, nesse ponto.</p>	<p>DESTAQUE. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>

PELA APROVAÇÃO NA FORMA DE SUBEMENDA DO RELATOR	
<p>Emenda de PLEN nº 177 (Autor: Senador Amir Lando) Artigo ao ADCT. A emenda pretende inserir regra transitória relativa ao pagamento de débitos fazendários pelo sistema de títulos sentenciais.</p> <p><i>Análise:</i> O regulamento transitório é impositivo em face do acatamento, pela Relatoria, a exemplo do que ocorreu precedentemente na CCJ, do modelo de títulos sentenciais em substituição ao de precatórios, hoje vigente, e que vem proposto à parte permanente pela emenda 181. A colisão de regramento com possibilidades abertas pela EC 30 exige, contudo, adequações redacionais e de mérito, que este Relator veicula em subemenda. Ampliamos, também, o prazo previsto para pagamento, por entender ser impraticável o enfrentamento, pelos Poderes Públicos, do atual estoque de precatórios, em dois anos.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado: aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 181 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 100. A emenda muda o sistema de pagamento devidos pelas Fazendas, adotando o modelo de títulos sentenciais.</p> <p><i>Análise:</i> As mesmas razões que inspiraram o acolhimento, pela Relatoria, do sistema de títulos sentenciais são recuperadas agora para, uma vez mais, ser fazer opção pelo novo modelo, a nosso ver muito superior ao de precatórios, principalmente no que impõe efetivo pagamento dos débitos judiciais das Fazendas. A persistente resistência das Fazendas Públicas em saldar as suas dívidas judiciais já ultrapassou, em muito, os limites do razoável, comprometendo o Estado de Direito, a respeitabilidade do Judiciário e, profundamente, os direitos dos credores. A multiplicação dos pedidos de intervenção federal, no STF, por conta da negativa de pagamento de precatórios é a face mais visível do absoluto desrespeito ao Poder Público, em todos os níveis, para com as decisões judiciais e seus beneficiados. A redação proposta, contudo, impõe a necessidade de aperfeiçoamentos. A um, para superar imperfeições redacionais que comprometem a boa técnica legislativa; a dois, para remover restaurar a prescrição de atualização dos valores por juros legais, na forma já consagrada pela Emenda 30; a três, para incorporar ao texto da emenda prescrição veiculada pela Emenda 37; a quatro, para reestruturar a articulação. Esses elementos conduzem esta Relatoria a propor o acolhimento da proposta, na forma de subemenda, veiculada ao final deste parecer.</p>	<p>DESTAQUE Retirado.</p> <p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº197 (Autor: Senador Antônio Carlos Júnior) Ao art. 93, II, d. A emenda impede que juiz recuse promoção quando de sua segunda indicação.</p> <p><i>Análise:</i> A proibição de recusa de promoção lesa o princípio da inamovibilidade do magistrado, sendo, por isso, materialmente inconstitucional.</p>	<p>Resultado: (em 9/10 2002) O Relator reformulou o Parecer, concluindo pela Aprovação da Emenda, na</p>

	forma de Subemenda.
<p>Emenda de PLEN nº 232 (Autor: Senador Roberto Requião)</p> <p>Ao art. 93, I.</p> <p>A emenda elimina a possibilidade de prova oral para o ingresso na magistratura.</p> <p><i>Análise:</i></p> <p>A emenda sinaliza inegável avanço no concurso de ingresso na magistratura, eliminando a prova oral, não raro foco de denúncias e de oposição de candidatos, pela falta preocupante de critérios objetivos de avaliação dos candidatos.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>O Relator reformula o Parecer, concluindo pela aprovação, na forma de Subemenda.</p>

PELA PREJUDICIALIDADE	
<p>Emenda de PLEN nº 110 (Autor: Senador Roberto Saturnino)</p> <p>Ao inciso XI do art. 93.</p> <p>A emenda restabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial de Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo Tribunal Pleno.</p> <p><i>Análise:</i></p> <p>A emenda é igual em conteúdo à 109.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 124 (Autor: Senador Roberto Saturnino)</p> <p>Ao art. 103-A.</p> <p>A emenda tem por objeto eliminar a súmula vinculante, substituindo-a pela súmula impeditiva de recurso.</p> <p><i>Análise:</i></p> <p>A emenda vem lavrada em termos semelhantes à 123, e valem aqui as razões expostas quando da análise daquela.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 182 (Autor: Senador Amir Lando)</p> <p>Ao art. 102, I, i.</p> <p>A emenda altera competência do STF para processo e julgamento de habeas corpus.</p> <p><i>Análise:</i></p> <p>A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. De toda sorte, este Relator já se manifestou, precedentemente, sobre emenda de idêntico teor.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº 183 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 102, II. A emenda é supressiva do cabimento de recurso ordinário ao STF.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 184 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 102, II. A emenda altera o fundamento de subida de recurso ordinário ao STF.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 185 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 102, III, d. A emenda elimina o cabimento de recurso extraordinário com base no conflito de leis.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 189 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 105, III. A emenda restaura a competência do STJ para julgar conflito entre ato de governo local e lei federal, em recurso especial.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ, e também neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 192 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti) Ao art. 115. A emenda acresce competência executiva à Justiça do Trabalho.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 193 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti) Ao art. 115. Acresce competência da Justiça do Trabalho, por redução da competência da Justiça Federal de primeiro grau.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº 198 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 93. A emenda determina a inserção de inciso, prevendo a eletividade dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de segundo grau.</p> <p><i>Análise:</i> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><u>DESTAQUE</u> Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 199 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 120. Busca o aumento da presença da magistratura federal na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p><i>Análise:</i> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><u>DESTAQUE</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 200 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 121. A emenda atribui a função de juiz eleitoral de 1º grau a juiz federal.</p> <p><i>Análise:</i> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><u>DESTAQUE</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 202 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 95, § 2º. A emenda corrige a redação do dispositivo, buscando clareza.</p> <p><i>Análise:</i> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 203 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 105, § 3º. Supressão do dispositivo, à alegação de concentração de competência no STJ.</p> <p><i>Análise:</i> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 205 (Autor: Senador Amir Lando) Ao ADCT. Impõe regra transitória para juízes substitutos em exercício na data de promulgação da Emenda.</p> <p><i>Análise:</i> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº 207 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 103-B. Altera a composição do Conselho Nacional de Justiça, mudando-lhe, também, a denominação.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, também, neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 208 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 93, XI. Propõe alteração do dispositivo, para remover a previsão de eletividade.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 209 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 5º, LV. Insere a referência à lei aos princípios do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 210 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 95, § 1º, V. Alarga a regra de impedimento de advocacia militante aos ex-membros do Judiciário.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>DESTAQUE Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 212(Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 104, parágrafo único, I. A emenda elimina a restrição à carreira para promoção para o STJ.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 213(Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 96. Inclusão de inciso prevendo competências do STF e do STJ, para julgamento de incidente de uniformização de jurisprudência.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e neste parecer.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 215 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 40. Aumenta para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória.</p>	<p>DESTAQUE</p> <p>Resultado:</p>

<p>Análise: A emenda repete a anterior, pelo que, aqui, renovam-se os argumentos lá expedidos.</p>	<p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº223 (Autor: Senador Ronaldo Cunha Lima) Ao art. 104, parágrafo único, I. Supressão da expressão condicionadora da origem na magistratura para composição de parte do STJ.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº228 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 105, I. Amplia a competência originária do STJ, em detrimento da competência do STF.</p> <p>Análise: Matéria preclusa no âmbito desta Relatoria, por já ter colhido posição contrária na fase da CCJ e, também, neste parecer.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº229 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 102, II. Cria condicionador material para o processo e julgamento de recurso ordinário pelo STF.</p> <p>Análise: Matéria vencida na CCJ e neste parecer.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº230 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 102, I, i. Cria condicionar material para fixação de competência do STF para habeas corpus.</p> <p>Análise: Matéria vencida na CCJ e neste parecer.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº231 (Autor: Senador Geraldo Melo) Supressão do inciso II do art. 102, eliminando a figura do recurso ordinário constitucional ao STF.</p> <p>Análise: Matéria vencida na CCJ e neste parecer.</p>	<p>Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº233 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao ADCT, dando novo regulamento aos precatórios pendentes.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>DESTAQUE Retirado. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº235 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 100, instaurando o sistema de títulos sentenciais para o pagamento de débitos das Fazendas Públicas.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>DESTAQUE</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 236 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 93, I. A emenda elimina a previsão de elaboração de concurso de ingresso na magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.</p> <p>Análise: Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 237 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 93, III. A emenda restaura o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, relativamente à promoção para os Tribunais de Segundo grau.</p> <p>Análise: A emenda tem o mérito de trafegar sobre a matéria vencida na CCJ, onde foi decidida a supressão da ordem de extinção dos Tribunais de Alçada. Nessa linha, a regra de promoção do art. 93, III, há de ser restaurada.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>O Relator reformula o Parecer, concluindo pela prejudicialidade.</p>

PELA REJEIÇÃO	
<p>Emenda de PLEN nº107 (Autor: Senador Romero Jucá) Supressiva do § 3º do art. 5º, para eliminar a possibilidade de os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e cooperação criminal em matéria criminal e civil terem equivalência a emenda à Constituição, se ratificados pelo mesmo processo legislativo utilizado no poder reformador.</p> <p>Análise: Embora ponderáveis, as razões que sustentam a emenda não são bastantes a conduzir este Relator ao acolhimento. O temor, expressado na justificativa dos autores, de que tratado internacional ratificado pelo Congresso na forma do dispositivo que se pretende abolir venha a alterar a Constituição, no que lhe seja contrário, cede à constatação de que, tanto quanto as Emendas à Constituição, os tratados internacionais são hoje, e continuarão sendo, espécies infraconstitucionais. Mesmo que tenham nível jurídico-hierárquico de emenda à Constituição, estarão sujeitos, obviamente, às limitações constitucionais ao poder de reforma da Constituição, uma delas a constante no art. 60, § 4º, IV, que proíbe a abolição ou restrição a direitos e garantias fundamentais. Entendemos, ainda, que não se configura <i>bis in idem</i> com o § 2º do art. 5º, que apenas reconhece direitos fundamentais de fonte extraconstitucional, mas não atribui a atos internacionais a força alteradora da Constituição.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº108 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao inciso X do art. 29. Dá nova redação ao dispositivo, para estender o foro especial por prerrogativa de função do Prefeito Municipal mesmo após o fim do exercício do mandato.</p> <p>Análise: A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que <i>não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é contraditória no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº112 (Autor: Senador Roberto Saturnino) Ao art. 96, I, a . A nova redação prevê a eleição direta, pela magistratura de primeiro e segundo graus, dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais do segundo grau.</p> <p>Análise: A emenda, ao criar sistema de eleição direta para os cargos que indica, com envolvimento da magistratura de primeiro grau, detém potencial para politizar excessivamente os Tribunais, em detrimento do aspecto técnico-administrativo.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº113 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 96. III. a. A alteração pretende estender o foro por prerrogativa de função dos juizes e membros do Ministério Público para além do fim do exercício dessas funções.</p> <p>Análise: A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que <i>“não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo”</i> (autos, fls. 218), anotando</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, “mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato” (idem, ibidem).</p> <p>Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	
<p>Emenda de PLEN nº115 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 96. A emenda pretende inserir parágrafo ao art. 96, para prever que advogados públicos que oficiem perante tribunais sejam julgados pela instância superior à que atuem</p> <p><i>Análise:</i> A previsão de foros especiais por prerrogativa de função deve ser parcimoniosa, sob pena de comprometer-se as bases do Estado Democrático de Direito e do princípio da isonomia. Além disso, o princípio da proporcionalidade legislativa não recomenda – e até repudia – a pretendida inovação.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº116 (Autor: Senador Romeu Tuma) Supressiva do § 2º do art. 98. A emenda pretende eliminar a previsão de instituição e funcionamento dos juizados de instrução criminal para infrações penais definidas em lei.</p> <p><i>Análise:</i> A redação que se pretende eliminar é uma clara evolução no sistema de instrução processual penal hoje praticado no Brasil, principalmente à vista do expressivo ganho de complexidade de um bem identificado conjunto de infrações, como o narcotráfico, os crimes previdenciários e os crimes contra a ordem econômica e contra a economia popular. O modelo atual é, segundo a melhor doutrina, claramente insuficiente para o enfrentamento efetivo desses delitos. Os juizados de instrução representam uma resposta estatal efetiva à dente insuficiência do sistema processual penal hoje praticado.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº118 (Autor: Senador Romero Jucá) Supressiva do art. 101, para eliminar a restrição à escolha de Ministro do STF.</p> <p><i>Análise:</i> A emenda, ao pretender suprimir o regramento decidido pela CCJ, colide com manifestações da esmagadora maioria da comunidade jurídica brasileira, que reclama enfaticamente alterações profundas no modelo positivado de escolha de Ministro do STF. Temos para nós que a decisão da CCJ representa clara evolução no trato da matéria, e que refluir agora seria manter consagrado um sistema que sendo severamente criticado. Não vemos prejuízo algum à formação do STF na providência adotada pela CCJ, antes pelo contrário, já que permitirá a indicação de futuros Ministros da nossa Corte Constitucional a partir da exposição obtida unicamente pelo peso e pela eminência de sua competência jurídica, e não por elementos outros, que contaminam o processo.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº119 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 102, I, b e c. A emenda pretende eliminar a cláusula restritiva <i>enquanto no exercício do cargo</i> para estender o foro especial por prerrogativa de função.</p> <p>Análise: A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que “não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo” (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, “mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no L. Leito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato” (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº120 (Autor: Senador Íris Rezende) Ao art. 102, I, i. A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo competência para julgamento de habeas corpus para o STJ.</p> <p>Análise: A emenda repõe matéria já enfrentada por esta Relatoria na CCJ, onde nossa posição foi contrária a essa transferência de competência.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº121 (Autor: Senador Íris Rezende) Ao art. 102, II. A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo matéria ao STJ.</p> <p>Análise: Não percebemos razões bastantes a mudar o parecer que exaramos na CCJ, contrariamente à proposta.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº122 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 103, § 3º. A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a previsão de prazo de vigência das cautelares em ADI e em ADC.</p> <p>Análise: Cremos que a imposição de prazo de validade para cautelares nas ações de controle abstrato de constitucionalidade é uma exigência da segurança jurídica, que emerge do insustentável</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

acúmulo processual no STF. A permanência de cautelar sem confirmação e sem limitação temporal pode conduzir à insegurança jurídica, potencializada pela expressão jurídica do objeto de controle de constitucionalidade concentrado.	
<p>Emenda de PLEN nº123 (Autor: Senador José Fogaça)</p> <p>Ao art. 103-A .</p> <p>A emenda visa alterar o sistema de elaboração de súmula vinculante, impondo a súmula impeditiva de recurso e aumentado para 4/5 a maioria de sua aprovação.</p> <p>Análise:</p> <p>A súmula impeditiva de recurso – defendida por respeitáveis vozes do mundo jurídico brasileiro – foi considerada por esta Relatoria, a qual, contudo, e com respaldo na decisão da CCJ, optou pela súmula vinculante, por entendê-la mais efetiva e adequada, principalmente à luz da construção jurisprudencial pátria sobre o tema. A posição deste Relator, pela rejeição, representa apenas a crença na maior efetividade da súmula vinculante e na inexistência de prejuízo à prestação da jurisdição.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº126 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>Ao art. 103, § 3º.</p> <p>A emenda pretende restaurar a intervenção do Advogado-Geral da União nas ações de controle abstrato de leis perante o STF.</p> <p>Análise:</p> <p>A posição da Relatoria é francamente contrária à emenda. A posição do Advogado-Geral da União no processo de controle abstrato de constitucionalidade nunca foi convincentemente sustentada, tendo o STF optado pelo reconhecimento de sua condição como <i>curador da presunção de constitucionalidade da lei</i>, mas, em diversos julgados, deixado registrado o inusitado dessa atuação. De toda sorte, trata-se de função inteiramente atípica desse órgão, voltado, por força do art. 131, à defesa judicial e extrajudicial da União, não lhe sendo afeta a defesa da constitucionalidade das leis. Parece a este Relator que, em boa hora, a Reforma do Judiciário remove essa ação processual, permitindo ao Advogado-Geral da União a dedicação de todo o seus esforços na realização de sua verdadeira aptidão institucional, qual seja a advocacia de estado, no plano federal.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº127 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>Ao art. 105, I, a .</p> <p>A emenda pretende eliminar a cláusula <i>enquanto no exercício do cargo</i>, para estender a proteção do foro especial por prerrogativa de função.</p> <p>Análise:</p> <p>A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impõe colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminoso voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que <i>não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218),</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, <i>mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato</i> (idem, ibidem).</p> <p>Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	
<p>Emenda de PLEN nº128 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>Ao art. 105, § 3º.</p> <p>A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ fixar a interpretação de lei federal, com efeitos <i>erga omnes</i>.</p> <p>Análise:</p> <p>A ação do Superior Tribunal de Justiça, como guardião da uniformidade do Direito Federal (CF, art. 105, III) é fortalecida pelo dispositivo que a emenda em tela pretende suprimir. Cremos que a competência fixada homenageia a economia processual e a racionalidade no funcionamento do processo brasileiro.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº129 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>Ao art. 105-A</p> <p>A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ editar súmula vinculante do direito federal.</p> <p>Análise:</p> <p>Somos, enfaticamente, contrários à emenda. Os fatores que inspiraram a criação da possibilidade de súmula vinculante pelo STF são exponencialmente multiplicados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, Corte cujo movimento forense, nos dias que correm, é especialmente amplificado pela inexistência de instrumento de impedimento de repetição de causas com idêntico fundamento jurídico. Esta Relatoria salienta, inclusive, a existência de julgados desse Tribunal, reproduzidos no Relatório da PEC 29, dando conta da urgente necessidade de uma solução corretiva à multiplicação processual com finalidade meramente protelatória.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº130 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>Ao art. 108, I, a .</p> <p>A emenda pretende a eliminação da cláusula <i>enquanto no exercício do cargo</i>, para estender a proteção do foro especial por prerrogativa de função.</p> <p>Análise:</p> <p>A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que <i>não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218),</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, <i>mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato</i> (idem, ibidem).</p> <p>Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	
<p>Emenda de PLEN nº131 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>Ao art. 109, I.</p> <p>A emenda busca alterar a redação do dispositivo, inserindo, dentre as exceções à competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Federal de primeiro grau, a matéria sujeita à Justiça Militar da União.</p> <p>Análise:</p> <p>A emenda repõe matéria sobre a qual esta Relatoria já se posicionou na CCJ, de forma contrária à pretensão.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº132 (Autor: Senador Romeu Tuma)</p> <p>Ao art. 109, V-A e § 5º.</p> <p>A emenda pretende a supressão dos dispositivos citados.</p> <p>Análise:</p> <p>A federalização dos crimes contra os direitos humanos é uma necessidade e uma imposição jurídica, que têm como fundamento, principalmente, o fato de a previsão de direitos humanos e da necessidade de sua proteção terem por sede normativa tratados e acordos internacionais, firmados pela União em nome da República, o que torna inconsistente a sustentação da competência da Justiça Estadual. A reforma do Judiciário tem o mérito de atacar a questão frontalmente, estabelecendo parâmetros precisos ao trato processual do tema.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº134 (Autor: Senador Romero Jucá)</p> <p>art. 112-A</p> <p>A emenda pretende a supressão do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o TST elaborar súmula vinculante.</p> <p>Análise:</p> <p>O monumental acúmulo processual no TST não apenas recomenda, mas exige, a previsão da possibilidade de súmula vinculante em matéria trabalhista. A perenização dos feitos laborais desatende a prestação jurisdicional e até o reflexo social da Justiça do Trabalho.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº135 (Autor: Senador Arlindo Porto)</p> <p>Ao art. 113.</p> <p>A emenda dá nova redação ao dispositivo, para alterar o sistema de composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>Análise:</p> <p>A emenda fere o princípio da separação dos Poderes, ao eliminar competência constitucional originária do Presidente da República. Padece, assim, de</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

inconstitucionalidade material, por lesão a limitação material expressa ao poder de reforma.	
<p>Emenda de PLEN nº136 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 115, I e IV. A emenda dá nova redação aos dispositivos, alterando a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p>Análise: Optamos por manter a redação definida na CCJ, por entendê-la mais adequada à realização da competência plena da Justiça do Trabalho. A jurisprudência assentada, principalmente no STF e no TST sobre a matéria é bastante a iluminar a questão.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº137 (Autor: Senador José Fogaça) Ao art. 115. A emenda acrescenta o inciso VIII-A, inovando a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p>Análise: Posicionamo-nos contrariamente à emenda. A competência assentada no inciso VIII do art. 115 parece-nos bastante, sem que se promova uma redução da competência da Justiça Federal para a matéria.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº140 (Autor: Senador Romeu Tuma) Ao art. 115. A emenda insere inciso XI ao artigo, alterando competência da Justiça do Trabalho.</p> <p>Análise: Posicionamo-nos contra a emenda. A matéria criminal é estranha à jurisdição da Justiça do Trabalho.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº141 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 120. A emenda altera os §§ 1º e 2º, buscando a federalização da Justiça Eleitoral.</p> <p>Análise: A matéria já foi enfrentada por esta Relatoria na fase da CCJ, quando nossa posição foi contrária à federalização, por entender que a maior capilaridade da Justiça Estadual não recomenda a alteração.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº142 (Autor: Senador Arlindo Porto) Ao art. 123. A emenda aumenta a composição do STM e altera o processo de escolha de seus membros.</p> <p>Análise: A redução da composição do STM tem razões práticas e objetivas, e parece-nos que o tratamento da matéria, conforme decidido pela CCJ, é o mais adequado.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº144 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 50 da PEC. A emenda é supressiva da possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores.</p> <p>Análise: A possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores parece-nos de especial importância para sustentar o funcionamento minimamente racional dessas Cortes. É deserta a argumentação que tenta erigir, em favor do STF, como justificadora da exclusividade de utilização da súmula vinculante, a condição de Corte Constitucional. A súmula vinculante busca a racionalização do processo, a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, a aniquilação dos movimentos recursais meramente protelatórios, o desestímulo na aposta na letargia judiciária. E esses fenômenos são, no mínimo, tão intensos nos Tribunais Superiores quanto no STF.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº145 (Autor: Senador Romero Jucá) Novo art. 51 à PEC, prevendo regra de transição para o ingresso no STJ, mediante a não incidência do art. 104, I.</p> <p>Análise: Somos contrários à emenda. Não vemos lastro bastante na teoria da proporcionalidade legislativa e na razoabilidade para sustentar a regra transitória pretendida.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº148 (Autor: Senadora Maria do Carmo Alves) Insere artigo no ADCT, prevendo a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais.</p> <p>Análise: Temos para nós que a criação de Tribunais por emenda à Constituição viola frontalmente o princípio do autogoverno do Poder Judiciário, inscrito no art. 96, especialmente no inciso II, alínea c. Ocorre, a nosso ver, inconstitucionalidade material. A existência de usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça para a matéria e a inadequada escolha do veículo normativo (o instrumento deveria ser lei ordinária federal, não emenda à Constituição) conduzem este Relator à posição contrária à emenda, sem que isso signifique oposição ao mérito.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 150 (Autor: Senador Arlindo Porto) Ao art. 124. A emenda busca a alteração da competência da Justiça Militar da União.</p> <p>Análise: O controle judiciário do Direito Penal Militar, na área disciplinar, parece naturalmente voltado à competência da Justiça Militar. Opomo-nos, contudo, à redação do novo parágrafo único, pela inserção dos Conselhos de Justiça, órgãos típicos da Justiça Militar Estadual, e por entender que a matéria estará mais bem situada em legislação infraconstitucional.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>O Relator reformula o Parecer concluindo pela rejeição da Emenda.</p>

<p>Emenda de PLEN nº151 (Autor: Senador Luiz Otávio) Ao art. 93, II, b. A emenda pretende a substituição da expressão <i>categoria</i> por <i>carreira</i>.</p> <p>Análise: Cremos na superioridade da expressão <i>categoria</i>. A alteração poderá criar obstáculo interpretativo, pois dois anos na <i>Entrância</i>, no caso de juiz estadual, não pode significar dois anos de investidura na magistratura.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº153 (Autor: Senador Sérgio Machado) Ao art. 102, II. A emenda busca qualificar a matéria do recurso ordinário ao STF.</p> <p>Análise: Este relator já se manifestou precedentemente sobre o tema. O recurso ordinário em crime político, pela natureza imprecisa desse ilícito, já assentada inclusive pelo próprio STF, deve ser mantido.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº154 (Autor: Senador Sérgio Machado) Ao art. 102, III, d. A emenda é supressiva do dispositivo, para fazer retornar ao STJ a competência para decidir sobre conflitos de leis.</p> <p>Análise: A emenda deve ser rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranqüila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, de acordo com o art. 105, III, e não em recurso especial.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº155 (Autor: Senador Sérgio Machado) Supressiva do inciso II do art. 102, para eliminar a previsão de recurso ordinário ao STF.</p> <p>Análise: Esta Relatoria é contrária à emenda, pelas razões já exaradas tanto perante a CCJ quanto neste relatório, precedentemente.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº156 (Autor: Senador Sérgio Machado) Ao art. 102, I, i. A emenda qualifica a matéria de <i>habeas corpus</i> para firmar a competência originária do STF.</p> <p>Análise: A tutela constitucional da liberdade é matéria de extração constitucional.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº157 (Autor: Senador Sérgio Machado)</p> <p>Ao art. 105, III, b.</p> <p>A emenda retorna ao STJ a competência para recurso especial no caso de conflito entre lei ou ato de governo local e lei federal.</p> <p>Análise:</p> <p>A emenda deve ser rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranqüila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, não em recurso especial.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº158 (Autor: Senador Lúcio Alcântara)</p> <p>Ao art. 128, § 3º.</p> <p>A emenda visa a alterar o sistema de escolha dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>Análise:</p> <p>Embora meritória, a emenda padece de inconstitucionalidade material, por lesar o princípio federativo, ao eliminar competência constitucional do Executivo estadual. A cláusula federativa figura dentre as limitações materiais expressas ao poder de reforma, de acordo com o art. 60, § 4º. I.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº160 (Autor: Senador Lúcio Alcântara)</p> <p>Ao art. 93, I.</p> <p>A emenda elimina a imposição de realização de concurso para magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.</p> <p>Análise:</p> <p>A imposição de que a realização do concurso público de ingresso na carreira da magistratura seja realizado por entidade externa ao Judiciário parece a este Relator providência saudável, a evitar indesejáveis contágios de personalização ou direcionamentos nesses certames. Demais disso, não se vislumbra nenhum tipo de prejuízo na providência.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº161 (Autor: Senador Roberto Freire)</p> <p>Ao art. 93, XII.</p> <p>A emenda dá novo tratamento à atividade jurisdicional nos períodos de férias forenses e recessos de juízos e tribunais.</p> <p>Análise:</p> <p>A Relatoria foi convencida da impossibilidade prática, por razões de competência e organização interna dos órgãos fracionários dos Tribunais e pelos reflexos sobre a militância da advocacia, de preservar o dispositivo aprovado pela Câmara dos Deputados.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº162 (Autor: Senador Roberto Freire) Ao art. 94. A emenda dá novo tratamento à regra do quinto constitucional.</p> <p>Análise: Este Relator é contrário à emenda. As vagas no quinto serão ocupadas de acordo com a carreira de origem do membro de Tribunal ocupante da posição vacante. Outra solução, como a apresentada pela emenda, pode – e parece que necessariamente vai – desaguar na existência, em dado momento, de composição de Tribunal que não apresente um quinto de suas vagas ocupadas por advogados e por membros do Ministério Público. O STF já se revelou extremamente cioso desse fracionamento, ao decidir questão sobre a quantidade de vagas reservadas ao quinto em Tribunais cujo número de membros não seja múltiplo de cinco.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº164 (Autor: Senador Roberto Freire) Ao art. 101, parágrafo único. A emenda fixa mandato para Ministro do STF.</p> <p>Análise: A sugestão, lastreada em modelos europeus, tem, aplicada à realidade brasileira, o mau resultado de politizar excessivamente o STF, já que o mandato a termo poderá envolver Ministros e candidatos a Ministros em intermináveis jogos políticos para obter acesso a essa Corte, na posição vacante.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº165 (Autor: Senador Roberto Freire) Ao art. 105, § 1º, I. A emenda altera competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.</p> <p>Análise: Esta Relatoria é contrária à emenda. Não percebemos a lesão ao sistema federativo, por conta do princípio da unidade da jurisdição.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº168 (Autor: Senador Roberto Requião) Ao art. 93, XV. Prevê a eletividade dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais.</p> <p>Análise: A emenda conduz à excessiva politização do Judiciário, com efeitos potencialmente danosos à administração da Justiça.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº169 (Autor: Senador Roberto Requião) Ao art. 107, § 4º. A emenda desloca o Conselho de Justiça Federal para a Justiça Federal de segundo grau.</p> <p>Análise: Essa sugestão, já apresentada na fase da CCJ, mereceu parecer contrário deste Relator, por entender que o órgão em questão fica mais bem localizado na estrutura do STJ.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº170 (Autor: Senador Roberto Requião) Ao art. 120, § 1º. A emenda busca ampliar a presença da magistratura federal no Judiciário Eleitoral.</p> <p>Análise: A matéria já foi enfrentada precedentemente por este Relator, inclusive na fase da CCJ. Nosso posicionamento, já conhecido, é contrário, por questões operacionais, à vista da maior presença da magistratura estadual.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº171 (Autor: Senador Roberto Requião) Ao art. 101. A emenda pretende alterar o processo de indicação de Ministro do STF.</p> <p>Análise: O sistema proposto pela emenda, excessivamente moroso, não nos parece conducente ao aprimoramento do sistema de provimento de cargo de Ministro do STF.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº172 (Autor: Senador Roberto Requião) Ao art. 109, § 9º. A emenda tem o objetivo de ampliar a legitimação para o incidente de deslocamento de competência no caso de violação dos direitos humanos.</p> <p>Análise: Somos contrários à emenda. O incidente de deslocamento de competência não guarda relação, mesmo que remota, com o sistema de controle abstrato de constitucionalidade, não sendo possível divisar que tipo de argumento sustenta, por exemplo, tal incidente proposto por confederação sindical ou pela Mesa do Senado.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº173 (Autor: Senador Roberto Requião) Insere dispositivo novo, vedando o uso de medida provisória para cercear o deferimento de medidas cautelares ou antecipatórias de tutela.</p> <p>Análise: Cremos que o objetivo pretendido pela emenda já está atingido pelos termos do art. 62, § 1º, I, b, com a redação que lhe deu a Emenda 32, no que proíbe o uso da medida provisória para matéria processual civil.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº174 (Autor: Senador Roberto Requião) Insere dispositivo transitório, contendo regra de vitaliciedade aos juízes substitutos em exercício na data de promulgação da emenda.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Não cremos na necessidade de regra transitória para vitaliciamento.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº175 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 5º, LV. A emenda condiciona os princípios do contraditório e da ampla defesa aos termos da lei.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Os princípios em tela são de extração constitucional, e a referência à lei é acessória, para identificar a lesão, não para mensurar o princípio.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº176 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 37, XI. A emenda altera o sistema remuneratório dos agentes públicos e políticos.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. É, além disso, tema estranho à reforma do Judiciário.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº178 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 93, XI. A emenda altera o sistema de composição dos órgãos especiais nos tribunais.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Cremos saudável ao Tribunal o sistema de composição definido no âmbito da Comissão.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº179 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 95, § 1º, V. A emenda altera regra de impedimento do magistrado para a advocacia militante.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. O impedimento à militância é cussão que foi sensivelmente enriquecida na fase de trabalhos da Comissão referida. Parece a esta Relatoria que o texto a que se chegou nesse órgão fracionário é superior.</p>	<p>DESTAQUE Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº180 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 96. A emenda insere novo inciso ao art. 96, relativo ao processo e julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. A Relatoria está convencida de que o sistema não conduz à celeridade processual.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº186 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 103-B. A emenda altera a composição do Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Cremos que a melhor solução, tanto em termos de designação quanto de composição, é a que foi produzida por esse órgão fracionário.</p>	
<p>Emenda de PLEN nº187 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 104, parágrafo único, I. A emenda altera o processo de escolha de membros dos STJ.</p> <p>Análise: Este Relator entende superior o modelo decidido pela CCJ, com reserva de vagas à magistratura de carreira, o qual, além de atender melhor a lógica do sistema, guarda simetria com o modelo praticado pela Justiça do Trabalho, na Constituição vigente.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº188 (Autor: Senador Amir Lando) Ao art. 105. A emenda altera competências do STJ.</p> <p>Análise: A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Não divisamos razões bastantes à transferência de competência pretendida.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº190 (Autor: Senador Lindberg Cury) Ao art. 115. Acresce inciso VIII-A, para alargar a competência da Justiça do Trabalho, relativamente à execução.</p> <p>Análise: A matéria fica mais bem situada sob competência da Justiça Federal.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº191 (Autor: Senador Lindberg Cury) Ao art. 92. A emenda visa a tornar exclusiva a denominação <i>juiz, desembargador</i> ou <i>ministro</i> para membro do Judiciário.</p> <p>Análise: A imposição de exclusividade de denominação parece a este Relator carecer de maturação que aponte todos os reflexos de decisão de tal monta.</p>	<p>DESTAQUE.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº195 (Autor: Senador Ney Suassuna) Ao art. 128, § 1º. A emenda altera o processo de escolha do Procurador-Geral da República.</p> <p>Análise: Esta Relatoria opõe-se à emenda, por entender superior o modelo decidido pela CCJ.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº196 (Autor: Senador Fernando Ribeiro) A emenda pretende incluir dispositivo regulamentador da situação dos pretores e juízes substitutos remanescentes da antiga organização judiciária de alguns Estados.</p> <p>Análise: A matéria só remotamente toca a reforma estrutura do Judiciário. Ademais, a nítida nota transitória e a necessidade de análise profunda da constitucionalidade da transmutação para a condição de juiz-substituto sem concurso público de provas e títulos impõe a rejeição.</p>	<p><u>DESTAQUE</u> Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº201 (Autor: Senador Amir Lando) Supressão do § 2º do art. 105, ao argumento de inocuidade.</p> <p>Análise: O modelo decidido pela CCJ guarda o mérito de homenagear a celeridade e a racionalidade processual.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº206 (Autor: Senador Antônio Carlos Valadares) Acresce dispositivo relativo aos Oficiais de Justiça e Avaliadores Judiciais, prevendo a gratuidade no transporte coletivo público.</p> <p>Análise: A matéria não se reveste de dignidade constitucional, sendo típica de legislação infraconstitucional.</p>	<p><u>DESTAQUE</u> Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº 214 (Autor: Senadora Maria do Carmo Alves) Ao art. 40. Aumenta para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória.</p> <p>Análise: A providência vem sendo reclamada por expressivos nomes da magistratura brasileira, como o Ministro Marco Aurélio, atual Presidente do STF. A idade hoje fixada para a aposentadoria compulsória de servidor público, juízes incluídos, não mais se justifica sob o crivo do vigor intelectual e a produtividade. Dentre outros elementos que comprovam a superação desse modelo pode-se citar o fato de membros do Judiciário compulsoriamente aposentados virem a dedicar-se, com êxito incontestado, à advocacia e à consultoria.</p>	<p><u>DESTAQUE.</u></p> <p>Resultado:</p> <p>Rejeitado o Relatório do Sen. Bernardo Cabral. O Parecer da CCJ conclui pela rejeição da Emenda.</p>
<p>Emenda de PLEN nº216 (Autor: Senadora Maria do Carmo Alves) Ao art. 101. Altera a regra constitucional de composição do STF.</p> <p>Análise: A emenda, em que pese os seus méritos, padece de inconstitucionalidade material, por lesão ao princípio da separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). A eliminação da competência do Presidente da República para o procedimento parece-nos claramente lesiva da limitação material expressa citada.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº219 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 115, VII, suprimindo o dispositivo.</p> <p>Análise: A matéria foi longamente amadurecida na fase que antecedeu os trabalhos da CCJ, e esta Relatoria está convencida dos méritos da providência consignada no inciso VII do art. 115.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº220 (Autor: Senador Romero Jucá) Ao art. 115, IX, suprimindo o dispositivo.</p> <p>Análise: Este Relator posiciona-se contrariamente à emenda. O modelo constitucional em vigor situa, de forma precisa, as competências para processo e julgamento de reclamações, e não nos parece que haja sucedâneo aceitável à providência veiculada pelo inciso IX. Demais disso, não se cuida de conflito de competência, mas de reclamação.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº221 (Autor: Senador Roberto Saturnino) Ao art. 129, § 3º. A emenda busca reduzir o prazo de atividade jurídica para ingresso no MP.</p> <p>Análise: O prazo fixado guarda simetria com outro ponto da reforma, relativamente aos juízes e, demais disso, o fôlego institucional do Ministério Público é, sem dúvida, produto de sua competência, e esta decorre com a intimidade do trato com o Direito, e não apenas de conhecimento teórico.</p>	<p>DESTAQUE</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº224 (Autor: Senador Eduardo Suplicy) Art. 93, XVII. Nova redação à proibição do nepotismo, ampliando-a.</p> <p>Análise: A Relatoria entende que nada justifica a ampliação dos impedidos por parentesco.</p>	<p>DESTAQUE</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº225 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti) Ao art. 95, V. Estabelece regra de quarentena para a advocacia militante de ex-membro do Judiciário.</p> <p>Análise: Cremos que a redação a que chegou a CCJ é técnica e institucionalmente superior à pretendida pela emenda.</p>	<p>DESTAQUE Retirado.</p> <p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p>Emenda de PLEN nº226 (Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti) Ao art. 93, V. A emenda trata do sistema constitucional de remuneração dos membros do Judiciário.</p> <p><i>Análise:</i> Parece-nos que o sistema positivado pela Emenda 19, acrescido das providências já consignadas pela CCJ, quando dos trabalhos sobre a reforma do Judiciário, compõem um quadro suficiente à justa contrapartida financeira à magistratura.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº227 (Autor: Senador Geraldo Melo) Ao art. 37, XI. A emenda cuida do sistema remuneratório dos agentes políticos e públicos do País, alterando o valor limitador do teto, por Poder.</p> <p><i>Análise:</i> A matéria já foi enfrentada na fase da CCJ e, uma vez mais, neste parecer, colhendo, sempre, posição contrária deste Relator. Demais disso, é matéria que só remotamente guarda relação com a reforma do Poder Judiciário.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº234 (Autor: Senador Geraldo Melo) Supressão do inciso II do art. 103-B, alterando a composição do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p><i>Análise:</i> Cremos que nada justifica a exclusão de Ministro do Superior Tribunal de Justiça da composição do Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº238 (Autor: Senador Renan Calheiros) Ao art. 96, III. Acresce previsão de irrecorribilidade de decisão de tribunais estaduais sobre leis locais.</p> <p><i>Análise:</i> A emenda elimina, de um só golpe, o recurso extraordinário e o recurso especial. movimentos processuais voltados à garantia da uniformidade da interpretação da Constituição e do Direito Federal, que devem ser mantidos.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p>Emenda de PLEN nº239 (Autor: Senador Renan Calheiros) Ao art. 103-B. Supressão do inciso XI, eliminando a presença de advogados no Conselho Nacional de Justiça.</p> <p><i>Análise:</i> Os advogados estão presentes no dia-a-dia do Judiciário, e a Assembléia Nacional Constituinte garantiu sua presença inclusive nos concursos de ingresso na magistratura e na regra do quinto constitucional. Cremos que a previsão de integração no Conselho Nacional de Justiça não destoa desse modelo.</p>	<p>Resultado:</p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, com referência ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, que acaba de ser lido, a Presidência determina a sua publicação na sessão de hoje e, de acordo com o art. 360 do Regimento Interno, uma vez publicado no **Diário do Senado Federal** e distribuído em avulsos, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Nesse sentido, a Presidência determina a inclusão da matéria na Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias dos dias 19 e 20 do corrente.

Na sessão do dia 19, todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o desejarem poderão fazer uso da palavra, por cinco minutos cada um, para o encaminhamento da votação da matéria e poderão entregar requerimentos de destaque à Mesa.

Uma vez recebidos os requerimentos de destaque, a Presidência terá até a sessão do dia 20 para preparar a votação. Na sessão desse dia, os Líderes partidários poderão orientar suas bancadas e passaremos ao processo de votação propriamente dito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.036 DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2002 (nº 1.564/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Salesiana Padre Cícero, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 992, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal, ato constante da Portaria nº 356, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa Salesiana Padre Cícero para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Nos termos do art. 16, § 10, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outor-

ga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, o Deputado Silas Câmara, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Educativa Salesiana Padre Cícero (cf. fls. 70/71):

- Diretor Presidente — Ailté Pereira de Alencar
- Diretor Administrativo — Carlos de Albuquerque Santos
- Diretor Financeiro — Cícero Leonardo Martins dos Santos

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa, condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39 de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela Aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2002.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. — **Ricardo Santos**, Presidente — **Lúcio Alcântara**, Relator.

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 331/02 NA REUNIÃO DE 05/11/02
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:		<i>Sen. Ricardo Gonçalves</i>
RELATOR:		<i>Sen. Lúcio Alcântara</i>
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
(VAGO) <i>Luiz Pastore</i>	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JUNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3- CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
.....

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
.....

Art. 16. Findo o prazo do Edital, o Contel verificará quais as propostas que satisfizeram os requisitos constantes do mesmo, e:

a) em se tratando de concessão, o Contel emitirá parecer sobre as condições de execução do serviço, indicando, para a livre escolha do Presidente da República, as pretendentes que atenderá às exigências do Edital;

b) em se tratando de permissão, o Contel se manifestará, em parecer, sobre as condições de execução do serviço e selecionará a pretendente que reúna as melhores condições, observados os seguintes critérios preferenciais;

1) constituição e direção da sociedade por elementos que, comprovadamente, residam no local onde será instalada a estação emissora há, pelo menos, dois anos e que a maioria das ações ou cotas representativas do capital social pertença a esses elementos;

2) constituição da sociedade com maior número de cotistas ou acionistas;

3) melhores condições técnicas para a execução do serviço, definidas pela qualidade dos equipamentos e instalações;

4) inclusão em suas atividades de maior tempo de programação ao vivo;

5) inclusão em suas atividades de maior tempo dedicado à educação e instrução, mediante a transmissão de aulas, palestras, conferências, etc.;

6) inclusão em sua programação de maior tempo destinado a serviço noticioso.
.....

**DECRETO-LEI Nº 236
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

**Complementa e modifica a Lei nº
4.117(*), de 27 de agosto de 1962.**
.....

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União,

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de telecomunicações.
.....

DECRETO Nº 2.108, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

.....
O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que, por lapso, a ementa da Medida Provisória nº 56, de 2002, item nº 13 da pauta da presente sessão, foi publicada no espelho da Ordem do Dia incorretamente. É a seguinte a ementa correta: “dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nºs 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senhor Presidente da República adotou, em 8 de novembro de 2002 e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 78**, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior
Gilberto Mestrinho
Juvêncio da Fonseca

Gilvam Borges
Marluce Pinto
Amir Lando
Alberto Silva

Bloco (PSDB/PPB)

Geraldo Melo
Romero Jucá
Freitas Neto

PFL

Geraldo Althoff
Jonas Pinheiro

Bello Parga
Lindberg Cury

Bloco Oposição (PT/PPS)

Eduardo Suplicy

Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha

Álvaro Dias

PTB

Carlos Patrocínio

Arlindo Porto

*PL

José Alencar

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Inocêncio Oliveira
Abelardo Lupion

Francisco Coelho
José Carlos Fonseca Jr.

PSDB

Jutahy Junior
Custódio Mattos

Antonio Kandir
Chico da Princesa

PMDB

Geddel Vieira Lima
Albérico Filho

Damião Feliciano
Freire Júnior

PT

João Paulo

Adão Pretto

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

PTB

Roberto Jefferson

Nelson Marquezelli

Bloco (PDT/PPS)

Miro Teixeira

Ricardo Ferraço

Bloco (PL/PSL)

Valdemar Costa Neto

Bispo Rodrigues

Bloco (PSB/PC do B)

José Antonio Almeida

Haroldo Lima

*PHS

Roberto Argenta

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **11-11-2002**;
- Designação da Comissão: **12-11-2002**;
- Instalação da Comissão: **13-11-2002**;

- Emendas: **até 17-11-2002** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **11-11-2002 a 24-11-2002** (14º dia);
- Remessa do processo à CD: **24-11-2002**;
- Prazo na CD: **de 25-11-2002 a 08-12-2002** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **08-12-2002**;
- Prazo no SF: **de 09-12-2002 a 22-02-2003** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **22-02-2003**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 23-02 a 25-02-2003** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26-02-2003** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **12-3-2003** ** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999**, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999)

Tendo sido consideradas prejudicadas em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, as matérias vão definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 3.141-SGS-TCU/ 2002, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.454, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada pela Secex/PA em cumprimento do Decreto Legislativo nº 13, de 2002-CN, no empreendimento objeto do Plano de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0006, referente à adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins-BR-316/PA, no trecho entre o entroncamento Km 0–Santa Maria e a divisa Pará/Maranhão, (TC nº 015.631/2002-2).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: "Prorroga-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional".

O expediente lido, anexado ao processado do Decreto Legislativo nº 13, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 31 e 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 31. Nos exercícios financeiros de 2000 a 2010 a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os montantes, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo desta Lei Complementar.

§ 1º Nos exercícios financeiros de 2000 a 2010 e a partir de 12 de janeiro de 2011, do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente:

.....
§ 2º Nos exercícios financeiros de 2000 a 2010 e a partir de 1º de janeiro de 2011, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes:

.....
§ 3º No período compreendido entre a data de entrada em vigor desta Lei Complementar e 31 de dezembro de 2010, a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 5, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for

efetivada a entrega junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2011 a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, especialmente no seu item 9, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega, junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.

§ 4º-A. A partir de 1º de janeiro de 2011 volta a vigorar a possibilidade de, até o exercício financeiro de 2014, a União entregar mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os limites, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996, com base no produto da arrecadação estadual, efetivamente realizada, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, no período de julho de 1995 a junho de 1996, inclusive.”

.....”(NR)

.....

“Art. 33.

I – somente darão direito a crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2011;

II –

.....

d) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses;

.....

IV –

c) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses.” (NR)

Art. 2º O art 2º da Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º No período compreendido entre 1º de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2010, o Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996, vigorará com a redação do Anexo desta Lei Complementar, restabelecendo-se a redação anterior a partir do período de competência de janeiro de 2011.” (NR)

Art. 3º O anexo da Lei Complementar 102, de 11 de julho de 2000, passa a vigorar com a redação do anexo a esta lei.

Art. 4º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2003.

ANEXO

(À Lei Complementar nº 102/2000,
com a redação da Lei Complementar nº)

1. A entrega de recursos a que se refere o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, será realizada da seguinte forma:

1.1. no exercício financeiro de 2000, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios o valor de R\$3.864.000.000,00 (três bilhões e oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais), distribuídos conforme os coeficientes de participação previstos no subitem 2.1;

1.1.1. do valor total a ser entregue a cada Estado e aos seus Municípios, serão descontados os recursos entregues relativos aos períodos de competência novembro de 1999 até o último mês de cálculo executado na forma prevista no Anexo da Lei Complementar nº 87 de 1996;

1.1.1.1. a diferença positiva será entregue pela União, em parcelas iguais, contando da primeira distribuição até dezembro de 2000, não podendo resultar em desembolso global superior ao valor disposto no subitem 1.1;

1.1.1.2. no caso de desembolso global superior ao previsto no subitem 1.1, a diferença positiva remanescente será entregue a partir de janeiro de 2001;

1.1.1.3. a diferença negativa será deduzida totalmente dos valores a serem entregues a partir de janeiro de 2001;

1.2. nos exercícios financeiros de 2001 a 2010, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios o valor de R\$3.148.000.000,00 (três bilhões e cento e quarenta e oito milhões de reais) em cada um dos exercícios, atualizado pelo Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas,

ou na sua ausência, por outro índice de preços de caráter nacional que o substitua, da seguinte forma: (NR)

1.2.1. em 2001, pela variação média do índice de 2000, relativamente a 1999;

1.2.2. a partir de 2002, pela variação média do índice até 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, relativamente a 1999; (NR)

1.2.3. a entrega mensal de recursos aos Estados e aos seus Municípios será equivalente a um doze avos dos valores referidos no subitem 1.2, atualizados na forma nele prevista;

1.3. os recursos serão entregues aos Estados e aos seus respectivos Municípios no último dia útil de cada mês;

1.4. a entrega de valores aos Estados e aos seus Municípios submete-se ao disposto nos arts. 5º e 6º desta Lei Complementar.

2. Dos recursos de que trata o item 1, a parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, será:

2.1. no exercício de 2000, proporcional ao coeficiente individual de participação de:

AC	0,09104%	PB	0,2875%
AL	0,84022%	PR	10,08256%
AP	0,40648%	PE	1,48565%
AM	1,00788%	PI	0,30165%
BA	3,71666%	RJ	5,86503%
CE	1,62881%	RN	0,36214%
DF	0,80975%	RS	10,04446%
ES	4,26332%	RO	0,24939%
GO	1,33472%	RR	0,03824%
MA	1,6788%	SC	3,59131%
MT	1,94087%	SP	31,1418%
MS	1,23465%	SE	0,25049%
MG	12,90414%	TO	0,07873%
PA	4,36371%	TOTAL	100,00%

2.2. no exercício de 2001, proporcional ao coeficiente resultante do somatório:

2.2.1. do valor das exportações de que trata o inciso II do art. 32 da Lei Complementar nº 87, de 1996, que será apurado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secex, considerando o valor das respectivas exportações de produtos primários e industrializados semi-elaborados, no período de novembro de 1999 a outubro de 2000, ou em outro período que dispuser o Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ, submetidas à incidência do ICMS em 31 de julho de 1996, e

com base nas origens indicadas nas respectivas guias de exportação ou outros documentos que identifiquem o Estado exportador;

2.2.1.1. o valor será convertido em moeda nacional para o respectivo mês das exportações, utilizando-se a média ponderada das cotações oficiais diárias do Banco Central do Brasil para a moeda americana, valor de compra, do mesmo mês a que se referem às exportações;

2.2.2. do valor dos créditos a que se refere o § 5º do art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 1996, relativos a 1999 ou 2000, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz, com vistas a permitir a adequação dos Estados ao disposto no subitem 2.2.2.1;

2.2.2.1. o valor integrará o coeficiente individual de participação para os Estados que dispuserem de campo específico na Guia de Informação e Apuração do ICMS, de modo a identificar o respectivo crédito;

2.2.3. do valor da redução adicional de vinte por cento no ICMS das saídas para outros Estados dos bens de capital de que trata o Convênio 52/91, de 26 de setembro de 1991, relativos a 1999 ou a 2000, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz;

2.2.4. caso o Confaz delibere para período inferior a doze meses, relativamente a qualquer um dos subitens 2.2.1, 2.2.2 ou 2.2.3, os valores serão extrapolados linearmente para doze meses;

2.2.5. na hipótese de os períodos a que se referem os subitens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 não serem uniformes, os valores serão convertidos a preços de um mesmo período de referência, utilizando-se o índice de que trata o subitem 1.2;

2.2.6. o valor previsto no subitem 2.2.1 deverá ser fornecido ao CQNFAZ até 5 de dezembro de 2000 e os previstos nos subitens 2.2.2 e 2.2.3 só serão considerados se o Estado prestá-los ao Confaz, até esta mesma data;

2.3. no exercício de 2002, proporcional ao coeficiente resultante do somatório:

2.3.1. do valor das exportações de que trata o inciso II do art. 32 da Lei Complementar nº 87, de 1996, que será apurado pela Secex, considerando o valor das respectivas exportações de produtos primários e industrializados semi-elaborados, no período de novembro de 2000 a outubro de 2001, ou em outro período que dispuser o Confaz, submetidas à incidência do ICMS em 31 de julho de 1996, e com base nas origens indicadas nas respectivas guias de exportação ou outros documentos que identifiquem o Estado exportador;

2.3.1.1. o valor será convertido em moeda nacional para o respectivo mês das exportações, utilizando-se a média ponderada das cotações oficiais diárias do Banco

Central do Brasil para a moeda americana, valor de compra, do mesmo mês a que se referem às exportações;

2.3.2. do valor dos créditos a que se refere o § 5º do art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 1996, no período de novembro de 2000 a outubro de 2001, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz;

2.3.2.1. o valor integrará o coeficiente individual de participação apenas para os Estados que dispuserem de campo específico na Guia de Informação e Apuração do ICMS, de modo a identificar o respectivo crédito;

2.3.3. do valor da redução adicional de vinte por cento no ICMS das saídas para outros Estados dos bens de capital de que trata o Convênio 52/91, de 26 de setembro de 1991, no período de novembro de 2000 a outubro de 2001, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz;

2.3.4. caso o Confaz delibere para período inferior a doze meses, relativamente a qualquer um dos subitens 2.3.1, 2.3.2 ou 2.3.3, os valores serão extrapolados linearmente para doze meses;

2.3.5. na hipótese de os períodos a que se referem os subitens 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3 não serem uniformes, os valores serão convertidos a preços de um mesmo período de referência, utilizando-se o índice de que trata o subitem 1.2;

2.3.6. o valor previsto no subitem 2.3.1 deverá ser fornecido ao Confaz até 5 de dezembro de 2001, e os previstos nos subitens 2.3.2 e 2.3.3 só serão considerados se o Estado prestá-los ao Confaz, até esta mesma data.

3. O Confaz calculará os coeficientes individuais de participação dos Estados para aplicação em 2001 e 2002 com base na apuração prevista nos subitens 2.2 e 2.3, que, após aprovação por decisão unânime, serão publicados e oficializados à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda até 30 de dezembro, respectivamente, de 2000 e 2001;

3.1. na hipótese de o Confaz não aprovar os coeficientes a vigorar no exercício de 2001, prevalecerão aqueles estabelecidos no subitem 2.1;

3.2. na hipótese de o Confaz não aprovar os coeficientes a vigorar no exercício de 2002, prevalecerão aqueles vigentes em 2001;

3.3. os levantamentos necessários para a apuração dos valores da parcela das exportações referidas nos subitens 2.2 e 2.3 serão objeto de protocolo celebrado entre o Confaz e a Secex, e aqueles necessários para a apuração dos demais valores de que tratam os subitens 2.2 e 2.3 serão realizados pelo Confaz.

3.4. a partir do exercício de 2003, inclusive, serão utilizados os coeficientes adotados no exercício de 2002. (AC)

4. Caberá ao Ministério da Fazenda apurar o montante mensal a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios;

4.1. o Ministério da Fazenda publicará no **Diário Oficial** da União, até cinco dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios, o qual, juntamente com o detalhamento da memória de cálculo, será remetido, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas da União;

4.2. do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará, diretamente ao próprio Estado, setenta e cinco por cento, e aos seus Municípios, vinte e cinco por cento, distribuídos segundo os mesmos critérios de rateio aplicados às parcelas de receita que lhes cabem do ICMS;

4.3. antes do início de cada exercício financeiro, o Estado comunicará ao Ministério da Fazenda os coeficientes de participação dos respectivos Municípios no rateio da parcela do ICMS a serem aplicados no correspondente exercício, observado o seguinte:

4.3.1. o atraso na comunicação dos coeficientes acarretará a suspensão da transferência dos recursos ao Estado e aos respectivos Municípios até que seja regularizada a entrega das informações;

4.3.1.1. os recursos em atraso e os do mês em que ocorrer o fornecimento das informações serão entregues no último dia útil do mês seguinte à regularização, se esta ocorrer após o décimo quinto dia. Caso contrário, a entrega dos recursos ocorrerá no último dia útil do próprio mês da regularização.

5. A forma de entrega dos recursos a cada Estado e a cada Município observará o disposto neste item;

5.1. o Ministério da Fazenda informará, até cinco dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega de recursos, o respectivo montante da dívida da administração direta e indireta da unidade federada, apurado de acordo com o definido nos subitens 5.2 e 5.3, que será deduzido do valor a ser entregue à respectiva unidade em uma das duas formas previstas no subitem 5.4;

5.2. para efeito de entrega dos recursos à unidade federada e por uma das duas formas previstas no subitem 5.4 serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurada no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

5.2.1. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada vencidas e não pagas, computadas

primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

5.2.2. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

5.2.3. contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, primeiro as vencidas e não pagas e, depois, as vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;

5.2.4. contraídas pela unidade federada junto aos demais entes da administração federal, direta e indireta, primeiro as vencidas e não pagas e, depois, as vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;

5.3. para efeito do disposto no subitem 5.2.4, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

5.3.1. a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vencidos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos;

5.3.2. a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo dispositivo, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações;

5.4. os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do subitem 5.2, e do anterior, serão satisfeitos pela União por uma das seguintes formas:

5.4.1. entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

5.4.2. correspondente compensação;

5.5. os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos dos subitens 5.2 e 5.3, e liquidada na forma

do subitem anterior, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

6. Os parâmetros utilizados no cálculo da entrega dos recursos a cada Estado de que trata este Anexo serão considerados, no que couber, para efeito da renegociação ou do refinanciamento de dívidas junto ao Tesouro Nacional.

7. As referências deste Anexo feitas aos Estados entendem-se também feitas ao Distrito Federal.

Justificação

A edição da Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, deveu-se, fundamentalmente, à necessidade de estabelecimento de critério objetivo de compensação pela queda de receita do ICMS dos Estados em face da Lei Kandir, viabilizando o planejamento público e minimizando os efeitos financeiros negativos que a Lei Complementar 87/1996 impingira a alguns Estados.

Dentre outras medidas propostas a partir da Mensagem Presidencial nº 386, de 24 de março de 2000, que originou o PLP 114/2000, na Câmara, e PLC 22/2000, no Senado Federal, destaca-se a criação de um fundo orçamentário em substituição provisória ao seguro-receita, que encontrara sérios problemas de operacionalidade.

Destarte, a fixação do exercício de 2002 como o que encerraria a compensação, mediante o critério objetivo de coeficientes predeterminados para os entes federados, deveu-se a uma agenda, frustrada, que indicava a aprovação de uma reforma tributária, com redefinição de um pacto federativo que assegurasse melhor distribuição de competências entre os diversos entes da federação, tendo como norte a redução da carga tributária sobre a produção e aumento de competitividade dos produtos nacionais, com vistas ao incremento das exportações, conforme constou expressamente do Anexo à Exposição de Motivos Interministerial nº 58/MP/MF/MDIC, de 15 de março de 2000, item 3.

Frustrada a expectativa de uma ampla reforma tributária, é mister que se estenda à compensação dos estados exportadores, sob pena de ficarem comprometidas às futuras administrações estaduais com a queda substancial de recursos.

É importante observar a diversidade de situações dos estados da federação. Alguns têm como importante fonte de recursos o ICMS, com pequena participação do FPE, enquanto que em outros nota-se exatamente o contrário. Aqueles, portanto, não podem prescindir da arrecadação tributária decorrente do ICMS, conforme se verifica no quadro comparativo abaixo, devendo ser ressaltado que a perda de receita ocorre para todos os estados.

COMPARATIVO DOS COEFICIENTES
DA COMPENSAÇÃO DE ICMS (LEI KANDIR) X FPE

ESTADO	ICMS	FPE	ESTADO	ICMS	FPE
AC	0,09104%	3,4210	PB	0,2875%	4,7889
AL	0,84022%	4,1601	PR	10,08256%	2,8832
AP	0,40648%	3,4120	PE	1,48565%	6,9002
AM	1,00788%	2,7904	PI	0,30165%	4,3214
BA	3,71666%	9,3962	RJ	5,86503%	1,5277
CE	1,62881%	7,3369	RN	0,36214%	4,1779
DF	0,80975%	0,6902	RS	10,04446%	2,3548
ES	4,26332%	1,5000	RO	0,24939%	2,8156
GO	1,33472%	2,8431	RR	0,03824%	2,4807
MA	1,67880%	7,2182	SC	3,59131%	1,2798
MT	1,94087%	2,3079	SP	31,14180%	1,0000
MS	1,23465%	1,3320	SE	0,25049%	4,1553
MG	12,90414%	4,4545	TO	0,07873%	4,3400
PA	4,36371%	6,1120	TOTAL	100,00	100

O comparativo dos coeficientes de compensação de ICMS da Lei Kandir e do Fundo de Participação dos Estados indicam que as unidades da federação mais afetadas pela perda de receita a partir de 10-1-2003 serão: DF, ES, MG, PR, RJ, SC, e SP.

Há, ainda, perdas consideráveis de receita nos seguintes estados, ainda que o coeficiente do FPE seja superior ao coeficiente da compensação do ICMS: AM, BA, GO, MT, MS, e PA.

Entretanto, sendo impensável, na atual quadra de instabilidade econômica, a eliminação do incentivo às exportações, torna-se necessário que se prorogue a vigência do mecanismo de compensação.

O presente projeto objetiva, portanto, estender o prazo de vigência da compensação objetiva por dois mandatos. Esta sistemática poderá ser alterada a partir da efetiva implementação de uma ampla reforma tributária, reclamada pela Nação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2002. --
Paulo Hartung.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 87
DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir)

Art. 31. Até o exercício financeiro de 2.002, inclusive, a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os limites, os critéri-

os, os prazos e as demais condições fixados no Anexo desta Lei Complementar, com base no produto da arrecadação estadual efetivamente realizada do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação no período julho de 1995 a junho de 1996, inclusive.

§ 1º Do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente:

I – setenta e cinco por cento ao próprio Estado; e

II – vinte e cinco por cento aos respectivos Municípios, de acordo com os critérios previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

§ 2º Para atender ao disposto no **caput**, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes:

I – da emissão de títulos de sua responsabilidade, ficando autorizada, desde já, a inclusão nas leis orçamentárias anuais de estimativa de receita decorrente dessas emissões, bem como de dotação até os montantes anuais previstos no Anexo, não se aplicando neste caso, desde que atendidas as condições e os limites globais fixados pelo Senado Federal, quaisquer restrições ao acréscimo que acarretará no endividamento da União;

II – de outras fontes de recursos.

§ 3º A entrega dos recursos a cada Unidade Federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 9, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva Unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega, junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.

§ 4º O prazo definido no **caput** poderá ser estendido até o exercício financeiro de 2006, inclusive, nas situações excepcionais previstas no subitem 2.1. do Anexo.

§ 5º Para efeito da apuração de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, será considerado o valor das respectivas exportações de produtos industrializados, inclusive de semi-elaborados, não submetidas a incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação em 31 de julho de 1996.

Art. 33. Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:

I – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 1998;

II — a energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento dará direito de crédito a partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor;

III — somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102,
DE 11 DE JULHO DE 2000

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências”.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar

Art. 1º A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20

“§ 5º Para efeito do disposto no **caput** deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:” (NR)

“I — a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;” (AC)

“II — em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;” (AC)

“III — para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e

o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;” (AC)

“IV — o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, **pro rata die**, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;” (AC)

“V — na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;” (AC)

“VI — serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no art. 19, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo; e” (AC)

“VII — ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.” (AC)

“.....”

“Art. 31. Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os montantes, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo desta Lei Complementar.” (NR)

“§ 1º Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 e a partir de 1º de janeiro de 2003, do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente:” (NR)

“.....”

“§ 2º Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 e a partir de 1º de janeiro de 2003, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes:” (NR)

“.....”

“§ 3º No período compreendido entre a data de entrada em vigor desta Lei Complementar e 31 de dezembro de 2002, a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 5, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou

vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.” (NR)

“§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2003 a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, especialmente no seu item 9, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega, junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.” (NR)

“§ 4º-A. A partir de 1º de janeiro de 2003 volta a vigorar a possibilidade de, até o exercício financeiro de 2006, a União entregar mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os limites, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996, com base no produto da arrecadação estadual, efetivamente realizada, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, no período julho de 1995 a junho de 1996, inclusive.” (AC)

“§ 5º Para efeito da apuração de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, será considerado o valor das respectivas exportações de produtos industrializados, inclusive de semi-elaborados, não submetidas à incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, 31 de julho de 1996.” (NR)

“Art. 33.”

“II — somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento.” (NR)

“a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;” (AC)

“b) quando consumida no processo de industrialização;” (AC)

“c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais; e” (AC)

“d) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses;” (AC)

“.....”

“IV — somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento.” (AC)

“a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;” (AC)

“b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais; e” (AC)

“c) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses.” (AC)

Art. 2º No período compreendido entre 1º de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2002, o Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996, vigorará com a redação do Anexo desta Lei Complementar, restabelecendo-se a redação anterior a partir do período de competência de janeiro de 2003.

ANEXO

(à Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000)

.....

1.2. nos exercícios financeiros de 2001 e de 2002, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios o valor de R\$ 3.148.000.000,00 (três bilhões e cento e quarenta e oito milhões de reais) em cada um dos exercícios, atualizado pelo Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, ou na sua ausência, por outro índice de preços de caráter nacional que o substitua, da seguinte forma:

1.2.1.

1.2.2 em 2002, pela variação média do índice de 2001, relativamente a 1999;

1.2.3.

.....

3. O Confaz calculará os coeficientes individuais de participação dos Estados para aplicação em 2001 e 2002 com base na apuração prevista nos subitens 2.2 e 2.3, que, após aprovação por decisão unânime, serão publicados e oficializados à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda até 30 de dezembro, respectivamente, de 2000 e 2001;

3.1. na hipótese de o Confaz não aprovar os coeficientes a vigorar no exercício de 2001, prevalecerão aqueles estabelecidos no subitem 2.1;

3.2. na hipótese de o Confaz não aprovar os coeficientes a vigorar no exercício de 2002, prevalecerão aqueles vigentes em 2001;

3.3. os levantamentos necessários para a apuração dos valores da parcela das exportações referidas nos subitens 2.2 e 2.3 serão objeto de protocolo celebrado entre o Confaz e a Secex, e aqueles necessários para a apuração dos demais valores de que tratam os subitens 2.2 e 2.3 serão realizados pelo Confaz.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 40, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 40, de 2002, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$326.075.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões e setenta e cinco mil reais), em favor do Ministério de Minas e Energia, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Professor Luizinho (PT – SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

– A medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 02 de julho passado, tendo sido aprovada, naquela Casa, no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 29 de agosto passado, e o prazo de 60 dias de vigência, no dia 13 de se-

tembro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, datado de 12 de setembro passado; e

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa, até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação o parecer do Relator, o ilustre Deputado Professor Luizinho (PT – SP), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, passa-se à discussão da medida provisória, em turno único. (Pausa)

Não há oradores inscritos.

Declaro encerrada a discussão.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de comunicar à Casa que o Senador Romero Jucá exercerá a Liderança na votação das medidas provisórias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais oradores que desejem encaminhar a matéria, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 40, DE 2002

Abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 326.075.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões, setenta e cinco mil reais), em favor do Ministério de Minas e Energia, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, no valor de R\$ 326.075.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões, setenta e cinco mil reais), em favor do Ministério de Minas e Energia, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos da anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORÇAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA									
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
CREDITO EXTRAORDINARIO									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES- R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA									326.075.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							326.075.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	F	99	0	100	326.075.000
TOTAL - FISCAL									326.075.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									326.075.000

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 2:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 41, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 41, de 2002, que altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Osvaldo Biolchi (PMDB – RS).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 24 de junho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas à Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 06 de agosto passado, tendo sido aprovada por aquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 02 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência, no dia 17 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional datado de 16 de setembro passado; e

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa, até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos

pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos da art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Osvaldo Biolchi (PMDB – RS), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à discussão da Medida Provisória, em turno único.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, cometeu-se um equívoco quando da redação da medida provisória. Esqueceu-se de alguns produtos importantíssimos usados em larga escala em doenças crônicas. Por essa razão, é preciso que seja inserida no texto da medida provisória a frase “*excetuando-se dessas classificações os produtos de diagnóstico in vitro*”. Assim, colocaríamos os produtos que estão incluídos e tiraríamos aqueles que não estão adequados a essa classificação.

Como Relator, esse é o projeto de conversão que estou apresentando. Peço aos Srs. Senadores que aceitem essa modificação, para que não se crie um problema em relação a uma série de remédios importantes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, aguardo que V. Ex^a redija o encaminhamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Já está redigido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Alerto ao Plenário que, caso seja atendida a solicitação do Relator, essa Medida Provisória retornará à Câmara dos Deputados.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, foi a Liderança do Governo quem fez a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É apenas um alerta que estou fazendo à Casa. Acho que V. Ex^a tem razão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Oposição solicita uma pausa para entendimento com a Liderança do Governo e os demais Partidos a respeito das medidas provisórias, porque ficou acordado que, para não contribuímos com qualquer obstrução, seja da Lei Orçamentária, seja de matérias importantes que devam prevalecer, o Senado Federal, a exemplo do que ocorreu na Câmara dos Deputados, votaria as medidas provisórias tais como foram aprovadas na Câmara, para que elas não retomassem àquela Casa, obstruindo ali a votação da Lei Orçamentária.

Estamos conscientes das demandas das mais diversas categorias de servidores, que estão solicitando a nós, Senadores, várias emendas. No entanto, se prevalecer o entendimento de votarmos as medidas provisórias tais como foram votadas na Câmara dos Deputados, assumimos o compromisso de que o novo Governo, que se instalará a partir de 1º de janeiro, examinará com atenção as diversas solicitações de todas as categorias, para adotar medidas necessárias à correção das distorções. Para tanto, não podemos aceitar nenhuma emenda neste momento.

Por essa razão, Sr. Presidente, peço que V. Exª nos conceda 15 minutos para dialogarmos com os Senadores Artur da Távola, Romero Jucá e Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa pede um esclarecimento a V. Exª: suas ponderações se referem à Medida Provisória nº 41, de 2002?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Referem-se ao conjunto das medidas provisórias, para que nenhuma delas seja modificada e retorne à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, V. Exª está pedindo a suspensão da sessão?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Solicito a suspensão da sessão por 15 minutos para que possamos dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto os Líderes, mas penso que seja de bom alvitre conceder esses 15 minutos de prazo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, não faremos com o PT o que ele fazia conosco. Vamos concordar com os 15 minutos, para sentarmos e discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está suspensa a sessão por 15 minutos, a fim de facilitar o entendimento entre as Lideranças da Casa.

(Suspensa às 15 horas e 47 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, com relação ao item 1, existe um entendimento no sentido da não-aprovação dessa matéria, desde que haja o compromisso do próximo Governo, no início do ano, de fazer, mediante medida provisória, o devido reparo.

Deixo a critério do Líder da Oposição, futuro Governo, Senador Eduardo Suplicy, fazer ou não esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Líder do Bloco de Oposição, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o nosso compromisso é no sentido de que o novo Governo, o Governo Lula, examinará a matéria e fará as correções necessárias.

Dessa forma, votaremos as medidas provisórias tais como foram aprovadas na Câmara, para acelerar o procedimento legislativo neste final de ano. Refiro-me à votação da lei orçamentária e das demais medidas que se fazem necessárias, inclusive de natureza fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o Senador Ney Suassuna para saber se S. Exª retira o que denominou de emenda, mas que me pareceu ser um projeto de lei de conversão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, tendo sido esse o acordo das Lideranças, retiramos a emenda e relatamos *ipsis litteris* como veio da Câmara dos Deputados. Com isso, a Oposição assume o compromisso de proceder à correção no início do ano.

Dessa forma, votaremos como foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a **Medida Provisória nº 41, de 2002**, em turno único. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 41, DE 2002

Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio - PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, ~~passam a vigorar com as seguintes alterações:~~

"Art. 1º A contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, devidas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46 e 3303.00 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:

.....

§ 4º A pessoa jurídica que adquirir, para industrialização de produto que gere direito ao crédito presumido de que trata o art. 3º, produto classificado nas posições 30.01 e 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributado na forma do inciso I do caput, poderá excluir das bases ~~de cálculo~~ da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins ~~o res-~~pectivo valor de aquisição". (NR)

"Art. 3º Será concedido regime especial de utilização de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3001.20.90, 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributados na forma do inciso I do art. 1º, e na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46, da TIPI, e que, visando assegurar a repercussão nos preços da redução da carga tributária em virtude do disposto neste artigo:

I - tenham firmado, com a União, compromisso de ajustamento de conduta, nos termos do

§ 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; ou

II - cumpram a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos para utilização do crédito presumido, na forma determinada pela Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001.

.....

§ 2º O crédito presumido somente será concedido na hipótese em que o compromisso de ajustamento de conduta ou a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos, de que tratam, respectivamente, os incisos I e II deste artigo, inclua todos os produtos constantes da relação referida no inciso I do § 1º, industrializados ou importados pela pessoa jurídica.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores referentes aos produtos classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1, 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à publicação desta Lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 42, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 42, de 2002, que *dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Odelmo Leão (PPB-MG).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 27 de junho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas quatro emendas perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 08 de agosto passado, tendo sido aprovada por aquela Casa no última dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 07 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência, no dia 22 de setembro passado, tendo sido prorrogada por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, datado de 19 de setembro passado;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 7, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria. Antes, porém, designo o ilustre Senador Antero Paes de Barros Relator Revisor da matéria, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos conversando com as Lideranças da Casa sobre a matéria em discussão. Havíamos feito, sobre a Medida Provisória nº 42, um projeto de lei de conversão, corrigindo algumas injustiças que não foram reparadas na Câmara dos Deputados. Entretanto, as Lideranças entendem que o fato de se aprovar o projeto de lei de conversão implicaria o trancamento da pauta na Câmara dos Deputados.

Diante dessa exposição, queremos, em acordo com a Liderança do PT, sugerir a rejeição da Medida Provisória, valendo-se dos argumentos mencionados no projeto de conversão, favoráveis aos funcionários da Abin.

Como Relator, sendo essa a expressão do que aqui conversamos, encaminho, rito, a rejeição da Medida Provisória, com a confiança e a garantia do Partido dos Trabalhadores de que reapresentará este projeto de lei de conversão para atender os funcionários da Abin depois da posse do novo Governo.

Era isso, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 42,
DE 25 DE JUNHO DE 2002**

Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e da outras providências.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Trata-se de medida provisória expedida pelo Exm^o. Senhor Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, que objetiva estruturar a Carreira de Inteligência e a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Segundo a Exposição Interministerial nº 106/MP/GSI-PR, que embasa a Mensagem Presidencial que encaminhou tal medida ao Congresso Nacional, a proposta em análise visa compor o Quadro de Pessoal da ABIN, unidade vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI-PR, de forma a dar condições de funcionamento àquela Agência, passando, portanto,

pela criação de cargos efetivos, a estruturação desses cargos em carreira e o estabelecimento da estrutura remuneratória dos servidores que integrarão esta força de trabalho.

Tal proposição insere-se em um contexto amplo de implementação de uma política de recursos humanos, iniciada em 1995, tendo como o escopo a valorização do servidor público e a sua profissionalização, por intermédio da estruturação em carreiras por área de atuação, com reflexos no sistema de remuneração e nos processos de recrutamento e seleção, qualificação e desenvolvimento profissional.

Seguindo o rito do processo legislativo relativo às Medidas Provisórias, a Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002, foi apreciada quanto a sua admissibilidade e mérito no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 5 de novembro passado, tendo tal Casa Legislativa concluído por sua admissibilidade, quanto aos atendimentos dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e de sua adequação orçamentária, e no mérito, pela sua aprovação sem emendas, sendo tal proposta encaminhada para o Senado Federal a fim de que o mesmo exerça sua função precípua de Casa revisora.

É o relatório.

II – Voto

Da Admissibilidade

O parecer favorável quanto à admissibilidade da medida provisória ora relatada já se constitui no pronunciamento preliminar quanto à constitucionalidade do ato, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, atendidos que foram os pressupostos de urgência e relevância.

Verificamos, ainda, que trata-se de matéria não incluída dentre aquelas assinaladas como de competência exclusiva do Congresso Nacional – art. 51 – ou do Senado Federal – art. 52 -, tratando-se de matéria tipicamente enquadrada no art. 48 da nossa Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a disposição sobre as matérias de competência da União, na forma de leis.

Adicionalmente, não dispõe o texto sobre matéria cuja deliberação ou tramitação possua citação específica na Constituição Federal que impossibilite o uso do instituto da medida provisória para sua regulamentação e, além disso, tal medida provisória mostra-se oportuna, pois visa dar condições de funcionamento à ABIN e dar suporte a um antigo e meritório

anseio dos servidores públicos pertencentes à atividade de inteligência.

Assim, como a Casa inicial já houvera opinado, voto pela admissibilidade da Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002.

Do Mérito

No que concerne ao mérito, cabe considerar, preliminarmente, que o texto como está redigido na Medida Provisória em análise, não atende aos preceitos instituídos pela reforma administrativa em curso que vem sendo realizada pelo Governo Federal em suas várias carreiras consideradas como típicas de Estado e, muito menos, ao que se dispôs o Poder Executivo ao adotar esta Medida, conforme o que está disposto na Exposição Interministerial que vem justificando sua adoção.

O Poder Executivo gostaria que, a partir da entrada em vigência desta Medida Provisória, a ABIN tivesse dado um grande passo no sentido de organizar de forma definitiva seu Quadro de Pessoal, dando condições a ela de formar e capacitar novos profissionais que irão atuar na área de inteligência dentro dos novos princípios que norteiam tal atividade em um regime democrático de direito e que tem como função primordial o respeito aos direitos e às liberdades individuais.

Mas, infelizmente, tal idéia não seria passível de ser realizada da forma como está redigida a Medida Provisória ao Congresso Nacional encaminhada. Nem a estrutura remuneratória obedeceu aos princípios que nortearam a formatação das outras carreiras típicas de Estado, como os Diplomatas, Auditores-Fiscais da Receita Federal e da Previdência Social, Especialistas em Gestão Pública e Analistas de Finanças e Controle do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; bem como, a remuneração em si está em um patamar bem inferior às demais carreiras que possuem tais exigências e habilitações profissionais. Somente para citar um exemplo, da maneira como está redigida tal proposição em análise, a remuneração inicial de um analista de informações seria, caso atingisse a máxima pontuação em sua avaliação de desempenho, de aproximadamente R\$3.100,00 (três mil e cem reais) brutos, enquanto que a de um diplomata seria algo em torno de R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) brutos, a de um procurador da Fazenda Nacional seria de R\$6.000,00 (seis mil reais) brutos e a de um Delegado da Polícia Federal, cerca de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) brutos. Quanta discrepância de remuneração em carrei-

ras consideradas como típicas de Estado e com exigências e requisitos profissionais semelhantes.

Contudo, a questão remuneratória que permeia a base de uma série de problemas de evasão de profissionais que a ABIN vem sofrendo, uma vez que desde a implementação do sistema de recrutamento a partir de concursos públicos, vários servidores concursados, de grande capacidade e que cursaram com êxito o Curso de Formação em Inteligência, vêm sendo aprovados em outros concursos para cargos com remunerações superiores (diplomatas e consultores do Senado Federal, por exemplo) e, por conseguinte, vão deixando a carreira de inteligência, o que vem dificultando sobremaneira a formação de um Quadro de Pessoal qualificado dentro da Agência, não constitui o principal problema desta Medida Provisória.

Seu texto é antiquado no que se refere à linguagem utilizada nos dias de hoje tanto no que se refere à atividade de inteligência quanto o respeito à boa técnica legislativa e até mesmo ao respeito de preceitos constitucionais, como, por exemplo, o que se refere à igualdade da estrutura de vencimentos entre servidores em exercício e servidores aposentados.

Neste sentido, para melhor cumprir o que está disposto nas justificativas de adoção de tal Medida Provisória, com força de lei, e melhor estruturar a Carreira de Inteligência a fim de ela possa suprir a ABIN de servidores públicos que possam realmente dar condições de funcionamento e cumprimento de seus objetivos como Órgão da Administração Pública Federal, se fez necessárias as seguintes alterações básicas, a saber, frutos de uma série de negociações onde participaram todos os setores envolvidos, servidores da ABIN, Governo Federal e os partidos políticos representados no Congresso Nacional:

1) Substituição da expressão informações por inteligência, uma vez que tal termo se encontra em desuso dentro da concepção moderna da atividade a ser realizada pela ABIN, com isso alteramos o então denominado Grupo Informações para Grupo Inteligência e criamos os cargos de Analista de Inteligência de Nível Superior e Técnico de Inteligência de Nível Intermediário, ao invés dos previstos e desatualizados Analistas de Informações e Auxiliar de Informações, respectivamente;

2) Supressão do Anexo I da Medida Provisória, passando para regulamentação própria da ABIN os cargos do atual Grupo de Informações existente a serem transpostos para o novo Grupo Inteligência;

3) Supressão dos interstícios previstos para a matrícula nos Cursos de Aperfeiçoamento e Avança-

do em Inteligência, passando tal regulamentação para Ato do Diretor-Geral da ABIN;

4) Alteração de dez para trinta pontos, o mínimo de pontos possíveis de ser atribuído a um servidor em sua avaliação de desempenho para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividades do Grupo Inteligência – GDAl, que é a gratificação de desempenho de atividades do Grupo Informações – GDAGI com o nome atualizado;

5) Alteração do valor da GDAl a ser devido ao servidor cedido a cargos de DAS nível 4 ou inferiores para a média dos valores percebidos pelos servidores em exercício na ABIN, ao invés dos cinquenta pontos previstos anteriormente;

6) Alteração no cômputo da GDAl a ser percebida pelos servidores aposentados e pensionistas que já se encontrem nesta situação anteriormente a edição desta Lei ou que a percebam por menos de sessenta meses, passando tal valor a ser o equivalente a média dos valores percebidos pelos servidores em exercício na ABIN, como forma de curar a Medida Provisória desta inconstitucionalidade flagrante;

5) Transformação dos valores devidos em decorrência da vantagem de habilitação em percentual, ao invés de valor fixo, com isso suprimindo os anexos VI e VII da Medida Provisória;

6) Supressão do art. 17 da Medida Provisória por considerá-lo desnecessário em face dos dispostos nos demais artigos desta proposição;

7) Alteração na estruturação da remuneração dos cargos de Nível Superior e Intermediário das Carreiras do Grupo Inteligência, incorporando ao Vencimento Básico previsto na Medida Provisória, a Gratificação de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, a denominada GAE – Gratificação de Atividade Executiva – e a Gratificação instituída pelo art. 21 da Medida Provisória, denominada GCI – Gratificação Complementar de Inteligência, com isto suprimimos o art. 21 da Medida Provisória em tela e fundimos os arts. 22 e 23, para dispor que o analista de inteligência não perceberá a GAE, acima mencionada, e nem a GDI – Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações Estratégicas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, com isto substituímos os anexos III, IV, VIII e IX da Medida Provisória nº 42, pelos anexos II e III deste projeto de lei de conversão, como forma de adequá-la às demais carreiras de típicas de Estado já reestruturadas.

Inserimos, ainda, no projeto de lei de conversão que ora propomos, além de algumas emendas de redação que visam dar melhor técnica legislativa ao texto, um artigo dando poder a ABIN para requisitar ser-

vidores em caráter excepcional e temporário para exercer uma atividade específica necessária ao seu bom funcionamento e ao cumprimento de suas missões institucionais, bem como a previsão de que o regimento interno do Órgão disporá sobre a regulamentação do porte de armas no que diz respeito aos integrantes da Carreira de Inteligência, medida necessária e olvidada pelos legisladores ao criar o SINARM – Sistema Nacional de Controle de Armas.

No que se refere à questão da adequação orçamentária, é importante salientar que serão abrangidos por este Projeto de Lei de Conversão ora proposto cerca de um mil e oitocentos e sessenta servidores atualmente, o que implica dizer que com a nova tabela de remuneração proposta, iremos ter um impacto orçamentário previsto para o exercício orçamentário-financeiro de 2003 de cerca de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) plenamente cobertos pela rubrica orçamentária “Reestruturação de Cargos e Carreiras no Âmbito do Poder Executivo – Nacional” sob a funcional programática de nº 04.122.0791.0707.0001 no valor total de R\$135.800.000,00 (cento e trinta e cinco milhões e oitocentos mil reais) previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2003 encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo; além do que, instituímos, ainda, que o Projeto de Lei de Conversão ora proposto somente vai entrar em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2003, valendo até aquela data a Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002, para fins de cumprimento dos dispositivos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Deste modo, voto pela rejeição da Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002 e pela adoção do Projeto de Lei de Conversão em anexo.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2002. – Senador, **Antero Paes de Barros**, Relator.

(Documento a que se refere o relator:)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 42, DE 25 DE JUNHO 2002

Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estruturada a Carreira de Inteligência, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, composta pelos seguintes cargos de nível superior (NS) e intermediário (NI), na proporção a ser

definida em regulamentação própria, que constituem o Grupo Inteligência:

I – Analista de Inteligência (nível NS); e

II – Técnico de Inteligência (nível NI).

Art. 2º Os cargos a que se refere o art. 1º, pertencentes ao Grupo Inteligência estão agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo I desta lei.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Inteligência, de acordo com as respectivas atribuições dos cargos, requisitos de formação ou habilitação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I desta lei, os servidores efetivos dos anteriores Grupos Informações e Apoio da ABIN, cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias, vedada a mudança de nível.

§ 2º O posicionamento dos inativos na tabela remuneratória será referenciado à situação em que se encontravam no momento da passagem para a inatividade.

Art. 3º O ingresso na Carreira de Inteligência far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior ou equivalente, concluído, para o cargo de Analista de Inteligência, curso médio ou equivalente, concluído, para o cargo de Técnico de Inteligência.

§ 1º O concurso público referido no **caput**, na forma exigida para as carreiras de Estado, poderá ser realizado por área de especialização, organizado em duas etapas, conforme dispuser o respectivo edital:

I – a primeira etapa constituir-se-á de três fases, eliminatórias e classificatórias, que incluem provas, investigação para concessão de credencial de segurança e avaliação de sanidade física e mental, mediante a realização de exames médicos e laboratoriais; e

II – a segunda consistirá na realização de curso de formação na Escola de Inteligência da ABIN.

§ 2º Durante os cursos de formação, os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso público para provimento de cargos da Carreira de Inteligência farão jus, a título de auxílio financeiro, a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do padrão inicial da classe inicial do cargo a que estiverem concorrendo.

§ 3º No caso de o candidato ser servidor da Administração Pública Federal, ser-lhe-á facultado optar pela percepção do vencimento e vantagens de seu cargo efetivo.

§ 4º Aprovado o candidato no curso de formação, o tempo transcorrido de sua realização será computado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício no cargo da Carreira de Inteligência, em que venha a ser investido, exceto para fins de estágio probatório, estabilidade, férias e promoção.

Art. 4º O desenvolvimento do servidor na Carreira de Inteligência ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos e as condições gerais fixados em ato do Poder Executivo, devendo levar em consideração os resultados da avaliação de desempenho do servidor.

§ 3º Ato do Diretor-Geral da ABIN fixará os requisitos e condições específicas para a progressão e a promoção no âmbito da Agência, observado o disposto nos parágrafos deste artigo.

§ 4º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, ao final da qual, se continuado no cargo, obterá a progressão funcional, sendo-lhe esta vedada, durante o período do referido estágio.

§ 5º Até que sejam editados os atos de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo, aplicam-se, para fins de progressão funcional e promoção, as normas legais vigentes.

§ 6º Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão será aproveitado o tempo computado até a data em que tiver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto no § 1º do art. 2º desta Lei.

Art. 5º Os cursos da Carreira de Inteligência são:

I – Curso de Formação em Inteligência, destinado aos candidatos de nível superior e de nível intermediário para ingresso na Carreira, com vistas a capacitá-los para o desempenho das atribuições inerentes aos respectivos cargos e à assimilação dos valores profissionais e éticos da Carreira de Inteligência;

II – Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência, destinado a servidores ocupantes de cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira, a ser realizado, mediante processo de seleção interna, com vistas ao aprimoramento do desempenho das atribuições inerente ao cargo;

III – Curso Avançado em Inteligência, destinado a servidores ocupantes de cargo de nível superior da Carreira, a ser realizado, mediante processo de seleção interna, com vistas à capacitação especializada estratégica, incluindo o gerenciamento de alto desempenho das atividades de Inteligência, em benefício da segurança do Estado e da sociedade.

§ 1º Os pré-requisitos para matrícula no processo de seleção interna para os cursos de que tratam os incisos II e III deste artigo, inclusive os períodos de interstício requeridos, serão definidos em ato do Diretor-Geral da ABIN.

§ 2º Ato do Diretor-Geral da ABIN definirá os cursos de pós-graduação **stricto sensu**, em nível de mestrado e de doutorado, de interesse da atividade de Inteligência, equivalentes aos cursos de que tratam os incisos II e III deste artigo.

Art. 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Inteligência serão submetidos periodicamente à avaliação de desempenho, conforme disposto na legislação pertinente e em normas específicas a serem estabelecidas pelo Diretor-Geral da ABIN, com vistas a mensurar suas atuações no âmbito de suas respectivas áreas de atividades e de suas responsabilidades específicas.

Art. 7º O vencimento básico dos cargos que integram a Carreira de Inteligência é o constante dos Anexos II e III desta Lei.

Art. 8º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades do Grupo Inteligência -

GDAI, devida aos ocupantes dos cargos de nível superior e intermediário que integram a Carreira de Inteligência.

§ 1º A GDM terá como limites:

I – máximo de 100 (cem) pontos por servidor; e

II – mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto aos valores estabelecidos no Anexo IV desta Lei.

§ 2º O limite global de pontuação mensal da GDAI, por nível a ser atribuído aos servidores da Carreira de Inteligência, corresponderá a 80 (oitenta) vezes o número de servidores ativos, por nível, que fazem jus a GDAI, em exercício na ABIN.

Art. 9º A GDAI será atribuída em função do nível de resultados institucionais da ABIN e do efetivo desempenho do servidor, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo, não servindo de base de cálculo para outros benefícios e vantagens.

§ 1º Os critérios, procedimentos específicos, fatores e graus de avaliação deverão ser objeto de regulamentação própria, expedida pelo Diretor-Geral da ABIN, de acordo com os parâmetros estabelecidos nesta Lei e no ato a que se refere o **caput**.

§ 2º Até 20 (vinte) pontos percentuais da GDAI serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

§ 3º A avaliação de desempenho individual deverá observar o seguinte:

I – a média das avaliações de desempenho individual do conjunto de servidores da Carreira de Inteligência não poderá ser superior ao resultado da respectiva avaliação institucional; e

II – ser feita numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, com desvio-padrão maior ou igual a 5 (cinco) e média aritmética menor ou igual a 80 (oitenta) pontos, considerado o conjunto de avaliações.

§ 4º A avaliação da performance institucional visa aferir os resultados e o alcance dos objetivos e metas organizacionais da ABIN, podendo considerar projetos e atividades prioritários e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas inerentes às atividades da Agência.

§ 5º A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

Art. 10. O titular de cargo efetivo da Carreira de Inteligência, quando investido em cargo de Natureza Especial — NES, de Direção e Assessoramento Superiores — DAS, níveis 6 e 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades da União, fará jus a GDAI calculada com base no limite máximo.

Art. 11. O integrante da Carreira de Inteligência, cedido, legalmente, a órgão ou entidade da União, ressaltado o disposto no artigo anterior, fará jus a GDAI:

I — quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, calculada como se estivesse em exercício na ABIN; ou

II — quando cedido para outros órgãos ou entidades da União, se investido em cargo em comissão DAS nível 4, ou equivalente, ou em cargos de nível abaixo, em valor correspondente a média dos pontos alcançados pelos servidores em efetivo exercício na ABIN.

Art. 12. Para efeito do cálculo do limite a que se refere o § 2º do art. 8º não serão incluídas as gratificações devidas com base nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Art. 13. Até que seja regulamentada esta Lei e processados os resultados da avaliação de desempenho, a GDAI será paga nos valores correspondentes a 80 (oitenta) pontos por servidor.

Parágrafo único. O resultado da primeira avaliação gerará efeitos financeiros a partir da regulamentação e da fixação das metas de performance, observado o que dispõem o **caput** do art. 9º e seu § 1º, que configuram o início do período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou menor no período, em função da aplicação do previsto neste artigo.

Art. 14. A GDAI integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da vigência desta lei e àqueles servidores que ao se aposentarem não tiverem percebido a GDAI por pelo menos 60 (sessenta) meses aplica-se a média dos valores recebidos pelos ocupantes da Carreira de Inteligência em efetivo exercício.

Art. 15. A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único. Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 16. Na hipótese de redução de remuneração de servidor, decorrente da aplicação do disposto nesta lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da Carreira ou de sua tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagens de qualquer natureza ou do desenvolvimento na Carreira.

Art. 17. Ao servidor ativo beneficiário da GDAI, que obtiver pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) de seu valor máximo em duas avaliações individuais consecutivas, será assegurada capacitação especial, de responsabilidade da ABIN.

Art. 18. Os integrantes da Carreira de Inteligência aprovados nos Cursos de Formação em Inteligência, Aperfeiçoamento em Inteligência e Avançado em Inteligência, fazem jus à vantagem de habilitação, em percentual, respectivamente, de 5% (cinco por cento), 6% (seis por cento) e 7% (sete por cento) do vencimento básico correspondente a serem percebidas de forma não cumulativa.

Parágrafo único. Ato do Diretor-Geral da ABIN estabelecerá as equivalências dos cursos realizados pela extinta Escola Nacional de Informações, pelo extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e pela Escola de Inteligência com os cursos de que trata o **caput** deste artigo, para fins de concessão das vantagens de habilitação.

Art. 19. Os servidores ocupantes de cargos de nível superior da Carreira de Inteligência portadores de títulos de mestre e de doutor, observado o disposto no § 1º do art. 5º, farão jus, a título de vantagem de habilitação, em percentuais correspondentes ao estabelecido no art. 19 para os aprovados nos Cursos de Aperfeiçoamento em Inteligência e Avançado em Inteligência.

§ 1º As vantagens relativas aos títulos de mestre e de doutor, referidas no **caput**, não serão acumuladas, respectivamente, com as vantagens relativas aos Cursos de Aperfeiçoamento em Inteligência e Avançado em Inteligência ou seus equivalentes.

§ 2º O disposto no **caput** não se aplica aos aposentados e pensionistas existentes na data de publicação desta lei, nem aos títulos que vierem a ser obtidos, após a passagem do servidor para a inatividade.

Art. 20. Os integrantes da Carreira de Inteligência não fazem jus ao disposto no art. 14 da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 21. Os ocupantes dos cargos de nível superior e intermediário que integram a Carreira de Inteligência não farão jus à percepção da Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, bem como à Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações Estratégicas – GDI, a que se refere o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998.

Art. 22. Para fins de lotação e movimentação de pessoal no âmbito da ABIN, ato de seu Diretor-Geral fixará periodicamente o Quadro de Pessoal por órgão e unidade.

Art. 23. Fica vedada a cessão de integrante da Carreira de Inteligência para outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal durante os primeiros 10 (dez anos) anos de efetivo exercício na ABIN, excetuando-se os casos previstos em lei e aqueles que se configurarem como de excepcional interesse do Estado e da sociedade a juízo da Presidência da República.

Art. 24. Os servidores integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN são regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e se sujeitam ainda às disposições estabelecidas nesta lei e em sua regulamentação.

§ 1º Os servidores a que se refere o **caput** obrigam-se a ressarcir o erário federal pela participação em cursos ou estágios de capacitação, realizados no Brasil ou no exterior, inclusive nos cursos de que tratam os incisos II e III do art. 5º, desta lei, caso solicitem exoneração ou declaração de vacância do cargo antes de decorrido período de tempo igual ao de duração do evento.

§ 2º Ato do Diretor-Geral da ABIN fixará os valores das indenizações referidas no parágrafo anterior, de acordo com as despesas realizadas pela Agência.

§ 3º O exercício de atividades na ABIN é de caráter permanente, obrigatório e de regime de integral dedicação não podendo o integrante da Carreira de Inteligência recusar-se a comparecer ao serviço ou a nele permanecer além do período normal ou a desempenhar qualquer missão, desde que compatível com suas atribuições, salvo as ressalvas previstas na Constituição Federal.

§ 4º O servidor da Carreira de Inteligência se obriga, no exercício das atividades inerentes ao seu cargo e, no que couber, em sua conduta pessoal, a observar o conjunto de deveres e responsabilidades previstos no Código de Ética do Profissional de Inteligência.

§ 5º Regimento Interno da ABIN disporá sobre a regulamentação do art. 6º da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, no que diz respeito aos integrantes da Carreira de Inteligência.

Art. 25. Os servidores de nível superior e intermediário, que integram a Carreira de Inteligência, não possuidores de curso de formação ou básico, serão submetidos a processo seletivo específico para matrícula em Cursos Especiais de Formação, equivalentes aos Cursos de Formação em Inteligência, de acordo com programação a ser instituída pela Escola de Inteligência.

Art. 26. Ficam criados 1600 (um mil e seiscentos) cargos de Analista de Inteligência, de nível superior e 300 (trezentos) cargos de Técnico de Inteligência, de nível intermediário, no Quadro de Pessoal da ABIN, para provimento gradual, a partir de 1º de janeiro de 2003, em percentual que não ultrapasse, anualmente, a 10% (dez por cento) do total de cargos que estão sendo criados por esta lei.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Analista de Inteligência têm por atribuições:

I – planejar, executar, coordenar, supervisionar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades relacionadas:

a) à produção de conhecimentos de Inteligência de interesse para o Estado e a sociedade sobre a situação nacional e internacional;

b) às ações de salvaguarda de assuntos sensíveis;

c) às operações de Inteligência;

d) às atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, direcionadas à obtenção e análise de dados e à segurança da informação de Inteligência; e

e) ao desenvolvimento de recursos humanos para as atividades de Inteligência.

II – desenvolver e operar sistemas e equipamentos necessários à atividade de Inteligência; e

Art. 28. Os ocupantes do cargo de Técnico de Inteligência têm por atribuição assistir e apoiar os Analistas de Inteligência no desenvolvimento das atividades decorrentes do disposto no art. 27.

Art. 29. A ABIN, além do previsto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, poderá requisitar, em caráter excepcional, para desenvolvimento de atividade específica ou por prazo determinado, servidores de órgãos e entidades públicos, dando ciência, expressamente, em cada caso, à Presidência da República.

Art. 30. Esta lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2003, vigorando até esta data o disposto na MP Nº 42, de 25 de junho de 2002.

Art. 31. Fica revogado o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998.

Sala das Sessões, de 2002.

ANEXO I
TABELA DE CORRELAÇÃO
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, INTERMEDIÁRIO E DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA
CARREIRA DE INTELIGÊNCIA

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações e cargos do nível básico, do Grupo de Apoio, da ABIN, cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias.	A	III	III	ESPECIAL	Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Inteligência.
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO
DA CARREIRA DE INTELIGÊNCIA

(Em R\$)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Cargos de nível intermediário do Grupo Inteligência – Técnico de Inteligência	ESPECIAL	III	2.667,50
		II	2.602,83
		I	2.540,77
	C	VI	2.481,39
		V	2.424,28
		IV	2.369,55
		III	2.317,00
		II	2.266,55
		I	2.218,14
	B	VI	2.171,67
		V	2.127,14
		IV	2.084,34
		III	2.043,30
		II	2.003,83
		I	1.965,97
	A	V	1.929,59
		IV	1.894,61
		III	1.774,42
		II	1.745,61
		I	1.717,89

ANEXO IV

TABELA DE VALOR DOS PONTOS DA GDAI

NÍVEL DO CARGO	VALOR DO PONTO (EM R \$)
SUPERIOR	10,79
INTERMEDIÁRIO	5,40

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
DA CARREIRA DE INTELIGÊNCIA

(Em R\$)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Cargos de nível superior do Grupo Inteligência – Analista de Inteligência	ESPECIAL	III	5.658,11
		II	5.499,11
		I	5.343,16
	C	VI	5.190,84
		V	5.041,83
		IV	4.896,03
		III	4.753,41
		II	4.613,86
		I	4.477,34
	B	VI	4.343,78
		V	4.213,13
		IV	4.085,28
		III	3.960,22
		II	3.837,88
		I	3.718,17
	A	V	3.668,19
		IV	3.619,30
		III	3.374,41
		II	3.264,75
		I	3.157,47

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria ao ilustre Relator que, dada a minha própria deficiência, esclarecesse melhor o seu parecer, uma vez que o que está em discussão é a medida provisória. Não me parece existir aqui nenhum projeto de lei de conversão. Então, vamos aprovar ou rejeitar a medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Primeiro, vou conceder a palavra ao Senador Antero Paes de Barros. Logo a seguir, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT) – Sr. Presidente, tenho um projeto de lei de conversão que, como Relator, eu iria apresentar. Na verdade, o que estamos propondo é a rejeição da medida provisória – e isso, de comum acordo com as Lideranças –, porque apoiá-la seria perpetuar injustiças. O projeto de conversão as corrigiria, mas trancaria a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, deixe-me ver se entendi. V. Ex^a, como Relator, está propondo a rejeição da medida provisória?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A medida provisória será rejeitada caso o parecer de V. Ex^a seja acolhido pelo Plenário. Ela morrerá aqui.

Nesse sentido, então, quero ouvir as Lideranças. Depois da discussão da matéria, pedirei aos Líderes partidários que encaminhem a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um esclarecimento. O projeto de lei de conversão do Senador Antero Paes de Barros, que seria apresentado, é muito melhor do que o projeto original. E está havendo um entendimento com o PT. Então, eu gostaria de perguntar à Liderança do PT se há o compromisso de, a partir de janeiro, ser editado, como medida provisória, o projeto de conversão do Senador Antero Paes de Barros. Se houver,

votaremos favoravelmente ao parecer, extinguindo a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ouço a Liderança da Oposição, mais precisamente do PT.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por gentileza.

Logo a seguir, ouvirei o Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reiteramos aqui o compromisso de que, para cada um dos segmentos, seja da Abin, seja dos auditores, seja cada uma das categorias envolvidas na definição dessas medidas provisórias, o novo Governo Lula examinará adequadamente quais as correções que poderá fazer para adotar a medida legislativa considerada adequada, no início do próximo ano legislativo. Esse é o compromisso que nós, do Partido dos Trabalhadores, assumimos.

É importante que levemos em conta as relevantes sugestões feitas pelo Senador Antero Paes de Barros com relação a Abin.

SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Jefferson Peres, a quem agradeço a paciência.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo pela Liderança do PDT. O acordo de Lideranças está consumado, mas deixo registrada a minha inconformação.

Conquanto eu acredite na boa-fé do Senador Eduardo Suplicy, eu não tenho segurança de que o futuro Governo irá cumprir o que está sendo acordado hoje, uma vez que o mesmo não foi consultado. Iremos aprovar aqui, hoje, inclusive, coisas absurdas, inconstitucionalidades gritantes, como o art. 11 da MP nº 41, que é um verdadeiro “trem da alegria”, pois transforma assistentes jurídicos em advogados da União, carreiras paralelas que exigiriam concurso público.

A inconstitucionalidade é flagrante, e nós, Senadores, vamos aprovar isso, sob a promessa não endossada pelo futuro Presidente de que isso será corrigido. E o que será corrigido? Fica ao arbítrio de quem? Não sei o que será corrigido, se é que será.

De forma que fica aqui registrada, em nome do PDT, a minha inconformação com esse acordo, com o devido respeito aos seus signatários.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo, como Líder.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com base no que acaba de ser dito pelo Senador Jefferson Péres, eu desejava trazer a discussão para dentro ou para fora do acordo que acaba de ser discutido.

As Lideranças concordaram em adotar uma determinada posição mediante o compromisso da Liderança do Partido dos Trabalhadores de que aquilo que estamos deixando de fazer agora será feito pelo futuro Governo. Ou seja, o Relator, Senador Antero Paes de Barros, deixou de apresentar a sua contribuição, que era um Projeto de Lei de Conversão corrigindo injustiças e imperfeições que S. Ex^a considera existirem na medida provisória em relação ao funcionamento da Abin. Por quê? Porque foi assumido o compromisso de que essas imperfeições e essas injustiças serão corrigidas.

A vantagem de se fazer isso é evitar que a medida provisória retorne à Câmara, voltando a trancar a pauta daquela Casa e prejudicando, inclusive, interesses do País e do futuro Governo, que precisa ter o Orçamento do próximo ano aprovado.

Por essa razão e para que as coisas ficassem bastante claras, o Líder do Governo em exercício, Senador Romero Jucá, pediu o pronunciamento das Lideranças do Partido dos Trabalhadores. Falou o Senador Eduardo Suplicy. E o que disse S. Ex^a não é a confirmação do acordo feito. O que o Senador Eduardo Suplicy declarou foi que o novo Governo se compromete a estudar o assunto. E mais - palavras de S. Ex^a: “a propor as medidas que julgar adequadas e a adotar o procedimento legislativo que julgar adequado”. Em outras palavras, não há compromisso algum, com base nas palavras do Senador Eduardo Suplicy.

E é por essa razão que, tendo participado como Líder da minha Bancada da negociação que permitiu que o acordo fosse feito, perguntaria ao Senador Eduardo Suplicy se o acordo está feito ou não, para que se possa manter a posição que foi acordada. Porque o acordo foi no sentido de que alguns compromissos bastante claros estava sendo

assumidos, e, na tribuna, S. Ex^a não confirmou esses compromissos. E nós precisamos que eles sejam confirmados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, com todo o respeito ao Senador Geraldo Melo, reitero a compreensão clara das palavras do Senador Antero Paes de Barros. S. Ex^a está apresentando argumentos, sugestões e apontando imperfeições, que serão considerados pelo Governo Lula.

O próprio Senador Antero Paes de Barros está consciente de que essas sugestões deverão ser objeto de aperfeiçoamento. E é este o compromisso que assumimos: o novo Governo Lula examinará, à luz das sugestões do próprio Senador Antero Paes de Barros, o que for o mais adequado para corrigir as distorções que estão contidas na medida provisória. Esse é o compromisso que, inclusive, levou o Senador Antero Paes de Barros a aceitar as palavras por mim pronunciadas.

Estamos, portanto, de acordo, Senador Geraldo Melo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, pediria ao Senador Antero Paes de Barros que explicitasse as modificações que pretende apresentar nesse Projeto de Lei, ou pergunto se vai anexá-las ao Projeto a fim de ficar claro e dirimir dúvidas.

A Mesa não tem outra ordem de consideração a não ser deixar a matéria e o acordo perfeitamente claros.

Concedo a palavra o nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT) – Sr. Presidente, são setes as alterações propostas e o PT as conhece. Vou encaminhá-las à Mesa para que fiquem registradas, porque, se for lê-las, isso levaria, no mínimo, sete minutos. Então, encaminho à Mesa, solicitando seja considerado como lido e registrado nos Anais da Casa.

O Acordo, na nossa avaliação política e pessoal, deve ser celebrado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, tendo em vista a segunda manifestação do Senador Eduardo Suplicy e as palavras do Senador Antero Paes de Barros e tendo sido encaminhado à Mesa o Projeto de Conversão que servirá como base para apreciação do novo Governo, quero registrar que daremos um voto de confiança ao Governo do PT para que, no próximo ano, possamos editar corretamente essa Medida Provisória.

Nós iremos cobrar essa questão permanentemente.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT -AL) – Até porque quem mandou errado foram V. Ex^{as}...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente, nobre Senador.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo, como Líder do PSDB.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, na realidade, a postura que estamos assumindo é uma postura de colaboração, que gostaríamos não fosse mal interpretada, porque, se ela passa a ser vista de outra maneira, não temos porque mantê-la. Estamos assumindo essa posição no propósito de colaborar. Se o novo governo, do Partido dos Trabalhadores, está prestes a assumir, e os seus porta-vozes nesta Casa solicitam-nos que não aprovemos a alternativa que seria proposta pelo Senador Antero Paes de Barros, e nós concordamos com isso, na realidade, estamos procurando ajudar a Bancada do Partido dos Trabalhadores a cumprir os seus objetivos. A nossa posição não pode ser vista de outra forma.

No entanto, no momento em que concordamos, em que fazemos o acordo, temos o direito de deixar

claro perante a Nação e perante a estrutura funcional da Abin por que o fizemos: porque nos foi dito que o Partido dos Trabalhadores responsabilizava-se, perante o Senado Federal, por uma iniciativa do futuro governo que corrigisse não apenas as imperfeições da medida provisória, mas as injustiças que ali estão, resolvendo situações reclamadas, com muita razão, pelos funcionários da Abin.

Então, queremos deixar claro que o que nos leva a aceitar essa posição, atendendo à solicitação dos porta-vozes do novo governo nesta Casa, é a convicção de que, por mais cuidadoso que tenha sido o Senador Eduardo Suplicy, isso não pode ser visto como uma forma de descaracterizar o acordo feito. O compromisso de correção das imperfeições e da situação dos funcionários da Abin está assumido, pois, de outra forma, o nosso compromisso é que não está.

Era essa a manifestação que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão surgiu quando o ilustre Relator Antero Paes de Barros apresentava o seu relatório.

Como mandam o Regimento e a Constituição, em relação a toda medida provisória têm que ser analisados primeiramente os seus pressupostos. Se há esse acordo, colocarei em votação, primeiro, se essa medida provisória atende aos pressupostos de relevância e urgência. Como há acordo pela rejeição, espero que o Plenário vote “não” para que encerremos a matéria, arquivemos a medida e aguardemos o cumprimento do acordo.

Em votação o parecer do Relator Odelmo Leão, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o rejeitam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo vota “não”, cumprindo o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem deseje encaminhar a matéria, encerro o encaminhamento.

Rejeitada a matéria.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A matéria vai ao Arquivo.

É a seguinte a medida rejeitada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 42, DE 2002

Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica estruturada a Carreira de Inteligência, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, composta dos cargos de nível superior e intermediário que integram o Grupo Informações relacionados no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os cargos a que se refere o art. 1º estão agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo II desta Lei.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Inteligência, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo II desta Lei, os servidores referidos no art. 1º cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1998 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, vedada a mudança de nível.

§ 2º O posicionamento dos inativos na tabela remuneratória será referenciado à situação em que se encontravam no momento da passagem para a inatividade.

Art. 3º O ingresso na Carreira de Inteligência far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior ou médio, ou equivalen-

te, concluído, conforme o nível do cargo, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

§ 1º O concurso público referido no caput poderá ser realizado por área de especialização, organizado em duas etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame:

I - a primeira etapa constituir-se-á de três fases, eliminatórias e classificatórias, que incluem provas, investigação para credenciamento para concessão de credencial de segurança e avaliação de sanidade física e mental, mediante a realização de exames médicos e laboratoriais; e

II - a segunda consistirá na realização de curso de formação na Escola de Inteligência da ABIN.

§ 2º Durante o curso de formação, os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso público para provimento de cargos da Carreira de Inteligência farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinquenta por cento da remuneração do padrão inicial da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo.

§ 3º No caso de o candidato ser servidor da Administração Pública Federal, ser-lhe-á facultado optar pela percepção do vencimento e das vantagens de seu cargo efetivo.

§ 4º Aprovado o candidato no curso de formação, o tempo destinado ao seu cumprimento será computado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício no cargo público em que venha a ser investido, exceto para fins de estágio probatório, estabilidade, férias e promoção.

Art. 4º O desenvolvimento do servidor na Carreira de Inteligência ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos e as condições gerais a serem fixados em ato do Poder Executivo, devendo levar em consideração os resultados da avaliação de desempenho do servidor.

§ 3º Ato do Diretor-Geral da ABIN fixará os requisitos e condições específicas para a progressão e a promoção no âmbito daquela Agência, observado o disposto no § 2º.

§ 4º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, ao final da qual, se confirmado no cargo, obterá a progressão para o padrão imediatamente superior da classe inicial, sendo-lhe vedada, durante esse período, a progressão funcional.

§ 5º Até que sejam editados os atos de que tratam o §§ 2º e 3º do art. 4º, aplicam-se, para fins de progressão funcional e promoção, as normas vigentes na data de sua publicação.

§ 6º Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão será aproveitado o tempo computado até a data em que tiver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto no § 1º do art. 2º.

Art. 5º Os cursos da Carreira de Inteligência são:

I - Cursos de Formação em Inteligência, destinados aos candidatos de nível superior e de nível intermediário para ingresso na Carreira, com vistas a capacitá-los ao

desempenho das atribuições inerentes ao cargo e à assimilação dos valores éticos da atividade de Inteligência;

II - Cursos de Aperfeiçoamento em Inteligência, destinados a servidores ocupantes de cargo de nível superior e de nível intermediário da Carreira, a serem realizados, mediante seleção interna, após o cumprimento de interstício de oito anos de conclusão do respectivo Curso de Formação em Inteligência e efetivo exercício de cargo na Agência Brasileira de Inteligência, com vistas ao aprimoramento do desempenho das atribuições inerentes ao cargo; e

III - Curso Avançado em Inteligência, destinado a ~~servidores ocupantes~~ de cargo de nível superior da Carreira, a serem realizados, mediante seleção interna, após o cumprimento de interstício de sete anos de conclusão do respectivo Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência, com vistas a capacitá-los à atuação estratégica, incluindo o gerenciamento estratégico da atividade de Inteligência, em benefício da segurança do Estado e da sociedade.

§ 1º Ato do Diretor-Geral da ABIN definirá os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e de doutorado, de interesse da atividade de Inteligência, equivalentes aos cursos de que tratam os incisos II e III deste artigo.

§ 2º Os pré-requisitos para matrícula nos cursos de que tratam os incisos II e III deste artigo serão definidos em ato do Diretor-Geral da ABIN.

Art. 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Inteligência serão submetidos periodicamente a avaliação de desempenho, conforme disposto na legislação geral que trata do assunto e em normas específicas a serem estabelecidas pelo Diretor-Geral da ABIN, com vistas a verificar a atua-

ção do servidor da Carreira no exercício do cargo e no âmbito de sua área de responsabilidade ou especialidade.

Art. 7º O vencimento básico dos cargos que integram a Carreira de Inteligência é o constante dos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 8º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades do Grupo Informações - GDAGI, devida aos ocupantes dos cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações que integram a Carreira de Inteligência, relacionados no Anexo I desta Lei, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas unidades da ABIN.

§ 1º A GDAGI terá como limites:

I - máximo de cem pontos por servidor; e

II - mínimo de dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto aos valores estabelecidos no Anexo V desta Lei.

§ 2º O limite global de pontuação mensal por nível, de que dispõe a ABIN para ser atribuído aos servidores de que trata o art. 8º corresponderá a oitenta vezes o número de servidores ativos por nível, que fazem jus à GDAGI, em exercício na Agência.

Art. 9º A GDAGI será atribuída em função do desempenho institucional da ABIN e do efetivo desempenho do servidor, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 1º Os critérios, procedimentos específicos e os fatores de avaliação deverão ser objeto de regulamentação própria, expedida pelo Diretor-Geral da ABIN, de acordo com os parâmetros estabelecidos nesta Lei e no ato a que se refere o caput.

§ 2º Até vinte pontos percentuais da GDAGI serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

§ 3º As avaliações de desempenho individual deverão observar o seguinte:

I - a média das avaliações de desempenho individual do conjunto de servidores da Carreira de Inteligência não poderá ser superior ao resultado da respectiva avaliação institucional; e

II - as avaliações de desempenho individuais deverão ser feitas numa escala de zero a cem pontos, com desvio-padrão maior ou igual a cinco e média aritmética menor ou igual a oitenta pontos, considerado o conjunto de avaliações.

§ 4º A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas da ABIN.

§ 5º A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

Art. 10. O titular de cargo efetivo da Carreira de Inteligência, quando investido em cargo de Natureza Especial - NES ou de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à GDAGI calculada com base no limite máximo.

Art. 11. O integrante da Carreira de Inteligência que não se encontre na situação prevista nos arts. 8º e 10 somente fará jus à GDAGI:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, calculada como se estivesse em exercício na ABIN; ou

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS nível 4, ou equivalente, em valor correspondente a cinquenta por cento do seu valor máximo.

Art. 12. Até 31 de agosto de 2002, enquanto não for regulamentada e até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho, a GDAGI será paga nos valores correspondentes a oitenta pontos por servidor.

~~Parágrafo único.~~ O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da regulamentação e da fixação das metas de desempenho, observado o que dispõem o caput e o § 1º do art. 9º, que configuram o início do período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou menor no período, em função da aplicação do previsto no caput deste artigo.

Art. 13. A GDAGI integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I - a média dos valores recebidos nos últimos sessenta meses; ou

II - o valor correspondente a dez pontos percentuais, quando percebida por período inferior a sessenta meses.

~~Parágrafo único.~~ Às aposentadorias e às pensões existentes quando da vigência desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 14. A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único. Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 15. Na hipótese de redução de remuneração de servidor, decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da Carreira ou de sua tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento na Carreira.

Art. 16. Ao servidor ativo beneficiário da gratificação a que se refere o art. 8º, que obtiver pontuação inferior a cinquenta por cento do valor máximo da GDAGI em duas avaliações individuais consecutivas, será assegurado processo de capacitação, de responsabilidade da ABIN.

Art. 17. A GDAGI não será devida àqueles que não se encontrem no desempenho de atribuições decorrentes da condição de servidor público federal.

Art. 18. Os integrantes da Carreira de Inteligência possuidores do Curso de Formação em Inteligência, do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e de Curso Avançado em Inteligência fazem jus à vantagem de habilitação, conforme valores estabelecidos nos Anexos VI e VII desta Lei.

Parágrafo único. Ato do Diretor-Geral da ABIN estabelecerá as equivalências dos cursos realizados pela extinta Escola Nacional de Informações, pelo extinto Centro

de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e pela Escola de Inteligência com os cursos de que trata o caput deste artigo, para fins de concessão das vantagens ali referidas.

Art. 19. Os servidores ocupantes de cargos de nível superior da Carreira de Inteligência portadores de títulos de mestre e de doutor, em cursos que atendam ao disposto no § 1º do art. 5º, farão jus, a título de vantagem de habilitação, aos valores correspondentes ao Padrão III da Classe Especial, do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e do Curso Avançado em Inteligência, respectivamente, conforme estabelecido no Anexo VI desta Lei.

§ 1º As vantagens relativas aos títulos de mestre e de doutor, referidas no caput, não serão acumuladas, respectivamente, com as vantagens relativas ao Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e ao Curso Avançado em Inteligência ou seus equivalentes.

§ 2º O disposto no caput não se aplica aos aposentados e instituidores de pensão existentes na data de publicação desta Lei, nem aos títulos que vierem a ser obtidos após a passagem para a inatividade.

Art. 20. Os integrantes da Carreira de Inteligência não fazem jus ao disposto no art. 14 da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 21. Os ocupantes dos cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações que integram a Carreira de Inteligência, relacionados no Anexo I, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas unidades da ABIN, farão jus à Gratificação Complementar de Inteligência - GCI, instituída a partir

da publicação desta Lei, conforme valores estabelecidos nos Anexos VIII e IX.

§ 1º A GCI integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I - a média dos valores recebidos nos últimos sessenta meses; ou

II - o valor correspondente a setenta e cinco por cento do valor estabelecido para o Padrão III da Classe Especial, quando percebida por período inferior a sessenta meses.

§ 2º Às aposentadorias e às pensões existentes quando da vigência desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 22. A GDAGI e a GCI serão pagas em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 23. Os ocupantes dos cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações integrantes da Carreira de Inteligência não fazem jus à percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de que trata o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998.

Art. 24. Para fins de lotação e movimentação de pessoal no âmbito da ABIN, ato de seu Diretor-Geral fixará periodicamente o Quadro de Pessoal por Unidade.

Art. 25. Fica vedada a cessão de integrante da Carreira de Inteligência para outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal durante os primeiros dez anos de efetivo exercício na ABIN, ex-

cetando-se os casos previstos em lei e aqueles que se configurarem como de excepcional interesse do Estado e da sociedade.

Art. 26. Os servidores integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN são regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e se sujeitam ainda às obrigações, proibições e impedimentos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Os servidores a que se refere o caput obrigam-se a ressarcir o erário pela participação em cursos ou estágios de capacitação, realizados no Brasil ou no exterior, inclusive nos cursos de que tratam os incisos II e III do art. 5º, caso solicite exoneração ou declaração de vacância antes de decorrido período igual ao de duração do evento.

§ 2º Ato do Diretor-Geral da ABIN fixará os valores das indenizações referidas no § 1º, de acordo com as despesas realizadas pelo poder público.

§ 3º Aos servidores da ABIN cabe observar o conjunto de deveres e responsabilidades previstos em Código de Ética do Profissional de Inteligência, no exercício de suas funções e, no que couber, em sua conduta pessoal.

§ 4º Impõe-se ao integrante da Carreira de Inteligência, em face da tipicidade de suas atribuições, abdicar de exercer outra profissão ou atividade, remunerada ou não, exceto as autorizadas pelo Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

§ 5º O exercício de atividades na ABIN é de caráter permanente e obrigatório, não podendo o integrante da Carreira de Inteligência recusar-se a comparecer ao serviço ou a nele permanecer além do período normal ou a desempe-

nhar qualquer missão, desde que compatível com suas atribuições.

Art. 27. Os servidores de nível superior e intermediário do Grupo Informações que integrarem a Carreira de Inteligência, não possuidores de curso de formação, serão submetidos a processo seletivo específico para matrícula em Curso Especial de Formação, equivalente ao Curso de Formação em Inteligência, de acordo com programação a ser instituída pela Escola de Inteligência.

Art. 28. Ficam criados um mil e seiscentos cargos de Analista de Informações, de nível superior, e trezentos cargos de Auxiliar de Informações, de nível intermediário, da Carreira de Inteligência, no Quadro de Pessoal da ABIN, para provimento gradual, a partir de 1º de janeiro de 2003, em percentual que não ultrapasse, anualmente, a dez por cento do total de cargos que está sendo criado.

Art. 29. Os ocupantes do cargo de Analista de Informações têm por atribuições:

I - planejar , executar, coordenar, supervisionar e controlar:

a) a produção de conhecimentos de Inteligência de interesse para o Estado e a sociedade sobre a situação nacional e internacional;

b) as ações de salvaguarda de assuntos sensíveis;

c) as operações de Inteligência;

d) as atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, direcionadas à obtenção e análise de dados e à segurança da informação; e

e) o desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de Inteligência; e

II - desenvolver e operar sistemas e equipamentos necessários à atividade de Inteligência.

Art. 30. Os ocupantes do cargo de Auxiliar de Informações têm por atribuição dar suporte especializado às atividades decorrentes do disposto no art. 29.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2002.

Art. 32. Fica revogado o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998.

ANEXO I

Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações da Carreira de Inteligência

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO
<ul style="list-style-type: none">• Analista de Informações• Agente de Informações de nível superior• Documentalista• Instrutor de Informações• Psicólogo• Pedagogo• Técnico de Ensino de Informações• Instrutor• Instrutor de Tiro e Educação Física• Professor de Idiomas	<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar de Informações• Agente de Informações de nível intermediário• Monitor de Informações• Monitor• Auxiliar de Documentalista• Monitor de Idiomas• Monitor de Tiro e Educação Física• Operador de Computador• Programador de Computador de nível intermediário• Artífice em Eletrônica

- Bibliotecário
- Analista de O & M
- Analista de Sistemas
- Analista de Software
- Pesquisador
- Adjunto Técnico
- Programador de Computador de nível superior
- Adjunto Administrativo
- Assistente Administrativo
- Especialista de Nível Superior
- Redator
- Revisor
- Tradutor
- Foto-Laboratorista
- Laboratorista
- Operador de Comunicações
- Operador de Teleprocessamento
- Técnico em Eletrônica
- Técnico em Manutenção de Aparelhos de Comunicação e Eletrônica
- Técnico em Manutenção de Microfilmagem
- Agente Administrativo
- Arquivista-Datilógrafo
- Artífice de Manutenção
- Artífice Especializado
- Auxiliar Administrativo
- Auxiliar de Artífice
- Controlador de Produção
- Diagramador
- Encadernador
- Gráfico
- Indexador
- Motorista Oficial
- Protocolista
- Revisor Gráfico
- Secretário-Datilógrafo
- Fotógrafo
- Operador de Microfilmagem
- Técnico de Cinefotografia
- Digitador

ANEXO II

TABELA DE CORRELAÇÃO
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO DA CARREIRA DE INTELIGÊNCIA

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações, relacionados no Anexo I desta Medida Provisória	A	III	III	ESPECIAL	Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações, relacionados no Anexo I desta Medid Provisória
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
	C	II	II	B	
		I	I		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
	D	II	II	A	
		I	I		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTO BASICO DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
DA CARREIRA DE INTELIGÊNCIA

(Em RS)			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Cargos de nível superior do Grupo Informações	ESPECIAL	III	542.65
		II	507.74
		I	490.89
	C	VI	476.70
		V	462.96
		IV	449.62
		III	436.66
		II	424.09
		I	411.87
	B	VI	400.03
		V	388.52
		IV	377.35
		III	366.52
		II	355.98
		I	345.77
	A	V	335.86
		IV	326.22
		III	268.33
		II	260.64
		I	253.17

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO
DA CARREIRA DE INTELIGÊNCIA

(Em RS)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Cargos de nível intermediário do Grupo Informações	ESPECIAL	III	363,64
		II	348,45
		I	333,90
	C	VI	320,01
		V	306,68
		IV	293,93
		III	281,72
		II	270,02
		I	258,82
	B	VI	248,10
		V	237,85
		IV	228,03
		III	218,64
		II	209,63
		I	201,02
	A	V	192,77
		IV	184,86
		III	155,98
		II	149,59
		I	143,46

ANEXO V

TABELA DE VALOR DOS PONTOS DA GDAGI

NÍVEL DO CARGO	VALOR DO PONTO (EM R \$)
SUPERIOR	10,79
INTERMEDIÁRIO	1,82

ANEXO VI

VALORES DA VANTAGEM DE HABILITAÇÃO

Carreira de Inteligência

Cargos de nível superior, relacionados no Anexo I desta Medida Provisória

CLASSE	PADRÃO	CFI	CAPI	CAI
ESPECIAL	III	168,22	200,78	210,70
	II	157,40	187,86	206,13
	I	152,18	181,63	201,66
C	VI	147,78	176,38	197,29
	V	143,52	171,30	193,02
	IV	139,38	166,36	188,83
	III	135,36	161,56	-
	II	131,47	156,91	-
	I	127,68	152,39	-
	VI	124,01	148,01	-
	V	120,44	143,75	-
B	IV	116,98	139,62	-
	III	113,62	135,61	-
	II	110,35	131,71	-
	I	107,19	127,93	-
	V	104,12	124,27	-
	IV	101,13	-	-
A	III	83,18	-	-
	II	80,80	-	-
	I	78,78	-	-

CFI – Curso de Formação em Inteligência

CAPI – Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência

CAI – Curso Avançado em Inteligência

ANEXO VII

VALORES DA VANTAGEM DE HABILITAÇÃO

Carreira de Inteligência

Cargos de nível intermediário, relacionados no Anexo I desta Medida Provisória

CLASSE	PADRÃO	CFI	CAPÍ
ESPECIAL	III	112,73	185,09
	II	108,02	177,36
	I	103,51	169,96
C	VI	99,20	162,89
	V	95,07	156,10
	IV	91,12	149,61
	III	87,33	143,40
	II	83,71	137,44
	I	80,23	131,74
B	VI	76,91	126,28
	V	73,73	121,07
	IV	70,69	116,07
	III	67,78	111,29
	II	64,99	-
	I	62,32	-
A	V	59,76	-
	IV	57,31	-
	III	55,80	-
	II	53,15	-
	I	52,20	-

CFI – Curso de Formação em Inteligência

CAPÍ – Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência

ANEXO VIII

TABELA DE NÍVEIS DA GRATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DE
INTELIGÊNCIA - GCI

DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DO GRUPO INFORMAÇÕES

CARGO	CLASSE	PADRÃO	GCI
Cargos de nível superior do Grupo Informações	ESPECIAL	III	2.210,30
		II	2.199,15
		I	2.143,31
	C	VI	2.082,72
		V	2.023,07
		IV	1.964,45
		III	1.906,86
		II	1.850,24
		I	1.794,64
	B	VI	1.739,94
		V	1.686,25
		IV	1.633,47
		III	1.581,59
		II	1.530,69
		I	1.480,63
	A	V	1.474,40
		IV	1.468,18
		III	1.461,96
		II	1.411,78
		I	1.362,54

ANEXO IX

TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DE
INTELIGÊNCIA - GCI

DOS CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DO GRUPO INFORMAÇÕES

CARGO	CLASSE	PADRÃO	GCI
Cargos de nível intermediário do Grupo Informações	ESPECIAL	III	761,74
		II	759,84
		I	757,95
	C	VI	756,06
		V	754,17
		IV	752,29
		III	750,41
		II	748,54
		I	746,68
	B	VI	744,81
		V	742,96
		IV	741,10
		III	739,25
		II	737,41
		I	735,57
	A	V	733,74
		IV	731,91
		III	730,08
		II	728,26
		I	726,45

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 43, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 43, de 2002, que *dispõe sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, favorável à Medida Provisória, Relator: Deputado Cláudio Cajado (PFL-BA).

Relator Revisor: Senador Geraldo Althoff.

Cumpra à Presidência prestar os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência em 27 de junho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 12 perante a Comissão Mista. As Emendas nºs 1 a 8 e nºs 10 a 12, retiradas por acordo de Líderes quando da apreciação da matéria na Câmara dos Deputados, deixam de ser submetidas à apreciação do Plenário do Senado por serem consideradas inexistentes;

– A Emenda nº 9, de autoria do Senador Sebastião Rocha, será submetida às mesmas formalidades regimentais de que depende a Medida Provisória;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 8 de agosto passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 5;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso esgotou-se em 7 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência, em 22 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional datado de 19 de setembro último;

– A medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 7, passando a sobrestar todas as delibe-

rações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria. Antes, porém, designo o nobre Senador Geraldo Althoff como Relator Revisor da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Cláudio Cajado, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer o mesmo registro que fiz para a medida provisória anterior, com uma pequena diferença.

Derrotamos a medida provisória anterior com o compromisso de o Partido dos Trabalhadores reeditar, no próximo ano, uma medida aperfeiçoando a matéria que estava sendo votada. Agora, estamos discutindo a questão de estruturação e remuneração dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Temos duas opções: ou emendar aqui, por meio de um projeto de conversão, ampliando as condições dos Procuradores da Fazenda Nacional, como se fez para os Auditores Fiscais, e, portanto, o projeto volta para a Câmara dos Deputados, ou podemos ter também o compromisso do Partido dos Trabalhadores no sentido de, no início do ano, discutir com o sindicato e a categoria e, a partir daí, apresentar uma outra medida provisória, restabelecendo as mesmas vantagens que os Auditores Fiscais obtiveram.

Se o PT assumir esse compromisso, como fez na questão do estudo, não vamos emendar e vamos aprovar da forma como veio da Câmara dos Deputados. Fica a colocação para o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, algumas coisas devem ser colocadas no seu devido lugar.

Em primeiro lugar, as observações feitas a cada apresentação de medida provisória ou proposta de emenda ou substitutivo imediatamente estabelecem a

necessidade de um acordo com o futuro governo, em decorrência de imperfeições, que partiram do atual Governo, aqui representado por um de seus Líderes.

É importante deixar claro que quando tratamos desse tema, o fazemos em nome de um acordo estabelecido não por solicitação do PT ou do novo governo. Esse acordo foi feito na Câmara entre as atuais Lideranças do Governo e da Oposição, para atender àquilo que também V. Ex^a gostaria como Presidente. V. Ex^a disse, nesta semana, que gostaria que votássemos o Orçamento ainda neste ano, para agigantar, potencializar e qualificar o debate com a sociedade em torno do Orçamento.

Para nós não há nenhum problema em dizer que aceitamos essa proposta do Senador Romero Jucá. O que tem demais nela? Absolutamente nada de constrangedor ou complicado para nós.

Concordo inteiramente em dizer que o novo governo propõe-se a discutir, da mesma forma que se propõe a discutir a ressalva muito bem feita pelo Senador há pouco. Isso é de fundamental importância. O Senador Jefferson Péres fez colocações, e todos os temos em relação à inconstitucionalidade e a problemas relacionados com a Previdência.

Discutimos, na Câmara e no Senado, um acordo no sentido de não se obstruir a votação do Orçamento, que é proposta do Governo Fernando Henrique e não nossa. Então, queremos mais tempo para fazer o debate orçamentário.

É importante registrarmos que o esforço que estamos fazendo aqui não é solicitação apenas do novo governo, mas resultado de um acordo feito com todas as Lideranças da Câmara para que tivéssemos mais tempo para fazer o debate orçamentário, porque, quando o debate começar, vai haver muitas discussões. Até dentro do PT vai haver discussão em relação a salário mínimo, a superávit...! Então, queremos garantir mais tempo para a discussão. O acordo foi feito na Câmara entre todos. Então, não há nenhum problema em dizer que aceitamos discutir qualquer tema. Afora o caso específico há pouco relatado pelo Senador Antero Paes de Barros, pode até haver temas sem acordo. Apenas para deixar registrado que foi uma discussão feita, por acordo, na Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu perguntaria ao Senador Eduardo Suplicy qual o posicionamento do Partido dos Trabalhadores.

Quero fazer um esclarecimento que talvez ajude o PT a entender melhor essa questão. O que o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional está querendo com esta emenda? Apenas a paridade entre

ativos e inativos, ou seja, o mesmo tratamento dado, pela Medida Provisória nº 46, aos Auditores Fiscais do Tesouro e da Receita Federal. Se houver um compromisso do PT com os aposentados, como entendo que vai haver, vamos estar aqui para cobrar. Como sempre defenderam, vão continuar defendendo, não tenho dúvida disso, que os inativos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tenham o mesmo tratamento que os inativos do Tesouro e os da Receita Federal. Com esse compromisso do PT, votaremos pela manutenção da Medida Provisória e do acordo feito na Câmara. Não chamaram nenhum Líder do Senado para discutir acordo no Senado. O acordo da Câmara serve para a Câmara; o acordo do Senado é outro momento.

A título de observação, a discussão do Orçamento ainda não está em pauta. Os relatores setoriais não entregaram o relatório nem receberam a dotação para emendas do Relator-Geral. A discussão do Orçamento acontecerá daqui a trinta dias, oportunidade em que estaremos aqui para discutir salário mínimo, superávit, aumento e reajuste dos servidores públicos federais.

Pergunto ao Líder do Partido dos Trabalhadores qual é a posição do Partido em relação aos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, aceitamos a proposição do Senador Romero Jucá no sentido da rejeição desta matéria para que possa ser corrigida.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Desculpe-me, Senador Eduardo Suplicy. Não se trata de rejeição da matéria. Nós vamos aprovar a medida provisória conforme veio da Câmara dos Deputados. Não apresentaremos emendas inserindo os inativos, porque haverá um compromisso do Partido de V. Ex^a de, no próximo ano, fazer isso por meio de medida provisória.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por se referir a tratamento isonômico das categorias, estamos de acordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, já que o Partido dos Trabalhadores está de acordo, votaremos a matéria sem a apresentação de emendas.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo fazer um breve comentário acerca do pronunciamento da Senadora Heloísa Helena.

Creio que está ficando claro qual o tipo de oposição que o meu Partido deseja fazer nesta Casa. A oposição por nós defendida não é a de escola primária

ria, nem a de lavar o peito, dizendo “vocês diziam isso e agora estão dizendo aquilo”. Não, Senadora! Não faremos oposição desse tipo.

Não obstante, há certos pontos que precisam ficar claros. Os Líderes de Bancada no Senado Federal não podem ser depostos pelos Líderes de Bancada na Câmara. A Câmara fez um acordo. Isso não impede as Bancadas, no Senado Federal, de discutir esse acordo, de aceitar ou não o que foi decidido na Câmara, pois, de outro modo, como tantas vezes foi dito por V. Ex^a, e tantas vezes foi dito pelos seus colegas de Bancada, não havia necessidade de existir Senado no Brasil. A questão, aqui, é apenas a de marcar posição e definir responsabilidades. A única coisa que não desejamos é que amanhã se diga que nós colaboramos para alguma manobra meramente demagógica ou populista.

Acredito que o Partido dos Trabalhadores concorda com a legitimidade das reivindicações dos Procuradores da Fazenda Nacional. E não entendo que a posição da sua Bancada aqui seja uma posição contra os Procuradores da Fazenda Nacional. Nem a nossa. No entanto, é preciso, mais uma vez, deixar claro que a nossa posição de aprovação da medida provisória, tal e qual veio da Câmara, está sendo adotada porque – não digo V. Ex^a – a sua Bancada diz que essa posição é a que convém dentro da nova realidade política do País e é a que convém aos interesses do governo em formação.

Então, não queremos parecer intransigentes ou como se estivéssemos aqui apenas para lavar o peito, pois seríamos primários demais se estivéssemos fazendo isso. Portanto, a nossa posição só está sendo tomada com base em duas coisas: na tranquilidade que nos dá o compromisso do Partido dos Trabalhadores de não deixar desatendidos os interesses dos Procuradores da Fazenda, que reivindicam apenas um tratamento igual ao que foi dado aos Auditores em outra medida provisória. Deixa-se de dar esse tratamento equitativo, isonômico, porque o Partido dos Trabalhadores nos diz que é conveniente aprovar sem dar essa isonomia de tratamento, mas assume o compromisso de reabrir a discussão do assunto para reparar essa injustiça, oportunamente.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a me concede um aparte.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Com o maior prazer, Senadora.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Farei apenas uma pergunta bem objetiva. Sinceramente, ninguém vai conseguir mostrar nenhuma incoerência de minha parte em relação à minha defesa dos servidores públicos. Ninguém.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Não tenho dúvida disso, Senadora.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Realmente, não é para ter mesmo não! Nobre Senador, sinceramente, estou assustadíssima por que V. Ex^as, do atual Governo, não o fizeram? Por que V. Ex^as, do atual Governo, não trataram com respeito os servidores públicos federais, não buscaram a correção? Aliás, nunca vi ninguém brigar mais em relação ao debate da Previdência do que V. Ex^as! Talvez, Senador Geraldo Melo, de mim e do meu Partido, V. Ex^a vai cobrar. Alguns não vão ter autoridade para tal. V. Ex^a, tudo bem, ao cobrar, verá o meu discurso aqui permanentemente coerente. Sinceramente, fico impressionada com V. Ex^as, que tiveram todas as possibilidades de corrigir imperfeições, de estender determinadas coisas fundamentais, de estender aos aposentados determinadas gratificações, que diziam que eram contra. Então, realmente, estou entre a felicidade e a surpresa talvez. Mas, de qualquer jeito, fico feliz com essa entrada de V. Ex^as, do Governo, para defender os servidores públicos federais.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – V. Ex^a muito me honrou com seu aparte.

Como V. Ex^a me fez uma pergunta, penso que quem pergunta quer saber a resposta. Vou lhe dar. Na realidade, Senadora, as razões que tivemos ao longo desses anos para tomar as posições que tomamos, que pareciam fazer de nós pessoas sem coração, frias, que negavam tudo a todo mundo, eram tomadas porque conhecíamos a realidade com a qual lidava o Governo. Eu é que bendigo que a sua Bancada tenha descoberto essas realidades e possa verificar agora que tínhamos razão. Tanto tínhamos razão que a posição adotada por nós durante oito anos é a que a sua Bancada começa a adotar.

A verdade, Senadora Heloísa Helena, é que, ao longo destes anos, por maior que fosse o nosso desejo – como sei que é o de V. Ex^a – de mudar para melhor e de dar aos servidores públicos condições de que eles não desfrutavam, tínhamos conhecimento das possibilidades e das limitações e sabíamos distinguir entre o nosso dever e a demagogia ou o populismo, que não levam a nada. Ao contrário, eles podem nos levar a situações constrangedoras como essa, que compreendo em V. Ex^a.

Concluo, dizendo-lhe que não tenho dúvida alguma de que, ao longo do seu mandato, V. Ex^a será coerente, como anuncia – a sua firmeza e a sua coragem são alguns dos inúmeros componentes da minha admiração e do meu carinho por V. Ex^a –, mas também não tenho dúvida das imensas frustrações com que V. Ex^a terá de conviver, porque, por mais coerente que seja, V. Ex^a estará diante da realidade. E a realidade, Senadora Heloísa Helena, como sabemos, muitas vezes é diferente do sonho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão.

Estamos votando grande quantidade de medidas provisórias que tratam, fundamentalmente, de benefícios para servidores públicos de diversos órgãos da Administração Federal. São medidas provisórias que envolvem custos para o Erário. Na Câmara dos Deputados, deve ter havido uma reunião de Líderes, estabeleceu-se um acordo e foram todas votadas. As matérias chegaram ao Senado, e, se alguma delas voltar à Câmara dos Deputados, a pauta fica trancada. Trancando-se a pauta, cria-se atropelo na apreciação do Orçamento da União, o que é um problema nacional.

Sr. Presidente, é evidente que, neste momento de transição de Governo, os que são Governo hoje serão Oposição amanhã – é de se esperar –, e os que são Oposição hoje – e o foram por muito tempo e assumiram muitas posições cuja coerência será cobrada, mas no momento certo e na hora oportuna – serão Governo amanhã e terão a responsabilidade de cumprir o Orçamento. Daí decorre o estabelecimento da polêmica atual. Os que antes tinham compromissos que não eram de resguardar o Orçamento os terão amanhã, enquanto os que antes eram cobrados por categorias de servidores e não podiam atendê-los – porque tinham a obrigação de cumprir o Orçamento – agora desejam atender às reivindicações.

Portanto, está colocado claramente um conflito de interesses que precisa, pela vertente política, ser resolvido. E julgo oportuno que, em nome do interesse nacional e não do interesse político, suspenda-se esta sessão e se faça uma reunião de Líderes ou de Partidos para que se encontre uma solução à luz do interesse nacional.

Evidentemente, é preciso que se faça justiça às categorias funcionais, mas vamos fazer o que se fez na Câmara. Esta é uma Casa revisora. Não temos obrigação nenhuma de aprovar o que veio da Câmara, mas temos obrigação de não interromper o processo, de votar “sim” ou “não” às matérias e de encontrar soluções para as demandas nacionais.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero sugerir, como Líder do PFL – e esta é a posição do meu Partido, que vai exercer oposição, mas não raivosa, pois não faremos oposição raivosa em nenhum momento –, que essas matérias todas sejam discutidas num clima de entendimento, tendo como objetivo o interesse nacional, a governabilidade. Que se suspenda esta

sessão e que façamos uma reunião de Líderes para que se aplane a pauta e se possa votar esta matéria com a discussão focada no interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente as palavras do Senador José Agripino e creio que as bases para o entendimento já estão postas. Foram explicitadas inclusive pelo Senador Eduardo Suplicy.

Não é a primeira vez, Sr. Presidente, que o Senado chega a uma situação de, em função do final de ano, em função de celeridade do tempo, ter que cancelar as decisões oriundas da Câmara dos Deputados. Isso já aconteceu diversas vezes nessa época de final de ano. Durante estes oito anos em que estou aqui, sempre aconteceu.

O que estamos querendo e que foi a base do acordo na Câmara dos Deputados? As polêmicas existentes em relação às MPs já estão mais ou menos definidas. Cada um dos Líderes da Bancada sabe quais são as polêmicas. Uma delas já foi resolvida, a MP da Abin – Agência Brasileira de Inteligência –, em que havia o projeto de lei de conversão e optou-se por rejeitar a medida provisória, já que sua rejeição não implica retorno à Câmara dos Deputados.

Nesta que está sendo discutida agora, o parecer do Relator é pela votação da MP tal como ela veio da Câmara dos Deputados. E a Bancada da Bahia lançou uma proposta a respeito da Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cafeteira – com a qual concordamos, que é a de também rejeitarmos a MP, segundo o mesmo princípio da Abin: vamos rejeitá-la porque a sua rejeição não implica retorno à Câmara, e o novo Governo assume o compromisso de discutí-la. Aliás, o novo Governo está assumindo o compromisso de rediscutir todos esses assuntos. E não se trata aqui de ficar no discurso de “Oposição raivosa” ou “Oposição colaborativa”. Durante oito anos, fiz parte da Oposição e não entendo nem aceito o título de “Oposição raivosa”. A propósito, estamos solicitando da Bancada da futura Oposição uma posição semelhante àquela tomada por nós, da Bancada da atual Oposição, antes da eleição, quando aceitamos votar a favor da emenda da CPMF, aceitamos limitar o prazo de tramitação, aceitamos reduzir interstício. Tudo isso foi antes da eleição, quando não sabíamos quem seria eleito. Mesmo assim, entendíamos que a votação daquela emenda era fundamental para se manter o Orçamento, qualquer que fosse o candidato a assumir o Governo. Acabou sendo Lula o eleito, como poderia ter sido José Serra ou qualquer dos outros can-

didatos. E essa posição nossa – que hoje seria classificada como Oposição colaborativa – foi adotada antes da atual eleição, no caso específico da CPMF, como também em diversas outras matérias que passaram por esta Casa.

Então, Sr. Presidente, a nossa proposta é que votemos todas as MPs da forma como vieram da Câmara dos Deputados – e, se houver a manifestação favorável de todos os Líderes, seria dispensável a interrupção da sessão proposta pelo Senador José Agripino. Onde houver acordo, como já aconteceu no caso da Abin – e o caso da Ceplac também caminha para um acordo –, vota-se pela rejeição da medida provisória, porque isso não implicaria retorno à Câmara. E o futuro Governo estará aqui assumindo o compromisso – como já assumiu publicamente com os servidores – de que todas essas questões serão discutidas e encaminhadas. Além disso, haverá interlocução permanente com os representantes dos servidores e com os sindicatos, ao contrário do que aconteceu no atual Governo. Isso fica por conta apenas de algumas farpazinhas que têm de haver sempre quando se fala em Governo e Oposição. Mas esse compromisso estará sendo aqui assumido pelas Lideranças do futuro Governo, e fazemos uma proposta objetiva. Vamos votar todas as MPs da forma como vieram da Câmara para impedir que o seu retorno àquela Casa bloqueie a pauta da Câmara. Lembro que não está em discussão apenas o orçamento, mas também projetos de lei que se relacionam com o orçamento, com a arrecadação. Não se trata do orçamento **stricto sensu**, mas de matérias que a ele se relacionam.

Assumiríamos o compromisso de votar todas as medidas provisórias da forma como vieram da Câmara ou, alternativamente, rejeitaríamos aquelas que forem de consenso. Parece-me que a única matéria nessa situação é a que se refere à CEPLAC, o Item 5 da pauta.

Assim, continuaríamos a sessão com base no mesmo acordo feito na Câmara, desde que haja a concordância de todos os Líderes do Senado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respondendo ao Senador José Eduardo Dutra e solicitando a atenção do Senador Eduardo Suplicy, afirmo que concordaremos com a proposição.

Com referência ao Item 5, sobre a CEPLAC, somos exatamente pela rejeição com o acordo de que seja lido o projeto de conversão de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, para que fique registrado nos

Anais e sirva de base para uma discussão no início do ano.

Quanto ao Item 6, a Medida Provisória nº 46, votaremos para que ela seja mantida da forma como está.

Com relação ao Item 7, a Medida Provisória nº 47, gostaria do compromisso do Partido dos Trabalhadores de tratar a questão do Perito Federal Agrário, ou seja, dos servidores do Incra que fazem a reforma agrária, para que tenham também o atendimento igualitário ao tratamento dado anteriormente.

Portanto, essa é a nossa posição. Estando de acordo o Partido dos Trabalhadores, votaremos todas as medidas provisórias da forma como vieram da Câmara dos Deputados, chegando, assim, a um entendimento e a uma votação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Agripino, diante dessas considerações, consulto V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, trata-se de uma proposta positiva com a qual estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Assim sendo, darei continuidade à tramitação da Medida Provisória nº 43, de 2002, colocando em votação o parecer do Relator, Deputado Cláudio Cajado, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais da relevância e da urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

Discussão, em conjunto, da Medida Provisória e da Emenda nº 9, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo da Emenda.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 9, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida aprovada, e a emenda rejeitada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 43, DE 2002

Dispõe sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Carreira de Procurador da Fazenda Nacional compõe-se de um mil e duzentos cargos efetivos, de mesma denominação, agrupados em Categorias e Padrões, conforme disposto no Anexo I.

Art. 2º O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º na tabela de remuneração deve observar a correlação estabelecida no Anexo I.

Art. 3º Os valores de vencimento básico dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional são os constantes do Anexo II, com vigência a partir de 1º de março de 2002.

Art. 4º O pro labore de que trata a Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, será pago exclusivamente aos integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional no valor correspondente a até trinta por cento do vencimento básico do servidor.

§ 1º Excepcionalmente, os atuais ocupantes de cargos comissionados, não integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, continuarão percebendo o pro labore de que trata o caput nos valores vigentes em fevereiro de 2002, cessando o pagamento desta vantagem com a exoneração do cargo.

§ 2º O pro labore será atribuído em função da eficiência individual e coletiva e dos resultados alcança-

dos pela Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme dispor o regulamento.

Art. 5º Não serão devidas aos integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional a Representação Mensal, de que tratam os Decretos-leis nºs 2.333, de 11 de junho de 1987, e 2.371, de 18 de novembro de 1987, e a Gratificação Temporária, a que se refere a Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 6º Na hipótese de redução de remuneração dos ocupantes dos cargos de que trata o art. 5º, decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória, da concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento na carreira.

Parágrafo único. A aplicação da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, não poderá resultar para os atuais Procuradores da Fazenda Nacional, em cada categoria e padrão, em remuneração inferior à de seus correspondentes nas demais Carreiras da Advocacia-Geral da União, devendo, a partir da vigência desta Lei, eventual diferença ser paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida conforme disposto no caput.

Art. 7º Aplicam-se as disposições desta Lei às aposentadorias e pensões, exceto o *pro labore* a que se refere o art. 4º, relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até a data de sua publicação.

§ 1º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, o *pro labore* a que se refere o art. 4º;

I - somente será devido, se percebido há pelo menos sessenta meses; e

II - será calculado pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.

§ 2º As aposentadorias e as pensões que vierem a ocorrer, antes de transcorrido o período a que se refere o inciso I do § 1º, não poderão resultar para os atuais Procuradores da Fazenda Nacional, em cada categoria e padrão, em proventos e pensões inferiores a que teriam direito se a aposentadoria ou a instituição da pensão tivesse ocorrido até a data de publicação desta Lei, devendo eventual diferença ser paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 3º A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 4º Constatada a redução de proventos e pensões decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 5º A vantagem pessoal de que tratam os §§ 2º e 3º será calculada quando da aplicação do disposto nesta Lei e estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 8º Aplicam-se às Carreiras de Advogado da União, de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal a Tabela de Correlação e a Tabela de Vencimentos constantes dos Anexos I e II.

Art. 9º O Poder Executivo editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 10. O art. 63 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 63. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação dos cargos, carreiras ou tabelas remuneratórias, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento no cargo ou na carreira.

....." (NR)

Art. 11. São transformados em cargos de Advogado da União, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, os cargos efetivos, vagos e ocupados, da Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União.

§ 1º São enquadrados na Carreira de Advogado da União os titulares dos cargos efetivos da Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União.

§ 2º O enquadramento de que trata o § 1º deve observar a mesma correlação existente entre as categorias e os níveis das carreiras mencionadas no caput.

§ 3º Para fins de antigüidade na Carreira de Advogado da União, observar-se-á o tempo considerado para antigüidade na extinta Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União.

§ 4º À Advocacia-Geral da União incumbe adotar as 5 providências necessárias para o cumprimento do disposto neste artigo, bem como verificar a regularidade de sua aplicação.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos atuais cargos de Assistente Jurídico cuja inclusão em quadro suplementar está prevista no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, nem a seus ocupantes.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Estruturação e correlação dos cargos de Procurador da Fazenda Nacional

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CATEGORIA	PADRÃO	CATEGORIA	
ESPECIAL	III	ESPECIAL	
	II		
	I		
PRIMEIRA	V	PRIMEIRA	
	IV		
	III		
	II		
	I		
SEGUNDA	VII	SEGUNDA	
	VI		
	V		
	IV		
	III		
	II		
	I		

ANEXO II

Vencimento Básico dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional

CATEGORIA	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
ESPECIAL	III	5.636,96
	II	5.494,98
	I	5.357,30
PRIMEIRA	V	5.054,06
	IV	4.915,92
	III	4.781,56
	II	4.650,87
	I	4.523,75
	VII	4.267,69
	VI	4.175,19
SEGUNDA	V	4.084,70
	IV	3.996,17
	III	3.909,56
	II	3.824,74
	I	3.741,92

O art. 11 e seu § 1º, do texto da Medida Provisória nº 43, de 2002, passa a ter a seguinte redação, suprimindo-se, em consequência o § 5º do mesmo artigo

“Art. 11. São transformados em cargos de Advogado da União, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, os cargos efetivos, vagos e ocupados, de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União.

§ 1º São enquadrados na Carreira de Advogado da União os titulares dos cargos efetivos de Assistente Jurídico, incluídos os previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, da Advocacia-Geral da União”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 5:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 44, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 44, de 2002, que *dispõe sobre a inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, tendo*

Parecer favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, rejeitado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, proferido naquele Plenário, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Relator Revisor: Senador Waldeck Ornelas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 27 de junho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foi apresentada uma emenda, perante a Comissão Mista, retirada pelo autor quando da apreciação da matéria na Câmara dos Deputados. A referida emenda deixa de ser submetida ao Plenário do Senado, por ser considerada inexistente;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 08 de agosto, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no último dia 07 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 22 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional datado de 19 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as

demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria. Antes, porém, designo o nobre Senador Waldeck Ornelas, Relator Revisor da matéria.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CEPLAC é um órgão da estrutura do Ministério da Agricultura da maior importância em relação à lavoura cacaueira. Ainda agora teve um papel fundamental em face da praga do cacau denominada vassoura-de-bruxa, que fez com que caísse a produção nacional e até invertesse o fluxo de comércio internacional, fazendo com que o Brasil, tradicionalmente exportador de cacau, passasse a ser importador do produto.

Graças aos trabalhos da CEPLAC, estamos tendo uma reversão desse quadro, com a clonagem do cacau e com o controle da praga vassoura-de-bruxa.

Essa medida provisória, que decorreu de um compromisso assumido inclusive pelo Presidente Fernando Henrique em Ilhéus, na sede da CEPLAC, não corresponde em absoluto aos interesses da instituição e dos seus funcionários.

Dessa forma, o meu parecer é no sentido de que se adote o projeto de lei de conversão apresentado na Câmara pelo Deputado José Carlos Aleluia. Por esse motivo, apresentei um requerimento de inversão de pauta e requeiro a V. Ex^a que seja transcrito nos Anais o projeto de lei de conversão constante do parecer na Câmara dos Deputados.

Entendemos, contudo, que é tão grave e tão negativo o conteúdo dessa medida provisória, que talvez o melhor caminho seja a sua rejeição. Segundo os entendimentos com as Lideranças do Governo e da Oposição, esse parece ser o caminho mais adequado.

Gostaria de ouvir as Lideranças do Governo e da Oposição para, então, manifestar-me quanto à relevância e à urgência.

É o seguinte o projeto de lei de conversão mencionado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº ..., DE 2002

“Art. 1º Ficam incluídos no Plano de Classificação de Cargos e Salários, instituído na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, os servidores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, de que trata o Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974, órgão específico da estrutura básica do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, de acordo com o art. 16, inciso I, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, cujos servidores serão enquadrados observada a correção com as respectivas denominações, atribuições e requisitos de formação, conforme constante do anexo I.

Art. 2º Os benefícios decorrentes do enquadramento na Lei nº 5.645, de 1970, serão estendidos aos servidores inativos e pensionistas;

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Mesa esclarece que, com relação ao item anterior, referente à Medida Provisória nº 43, de 2002, a Emenda nº 9 foi rejeitada.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Senador Waldeck Ornelas, qual a conclusão do seu parecer?

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Gostaria de ouvir o compromisso dos Líderes do Governo e da Oposição quanto à rejeição da matéria para, então, manifestar-me quanto à relevância e à urgência – do Governo de hoje e Oposição de amanhã e da Oposição de hoje e Governo de amanhã.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, concordamos com a proposta. Já nos manifestamos com relação à rejeição do Item 5, Medida Provisória nº 44, com o compromisso do Partido dos Trabalhadores de reeditá-la no próximo ano melhorada, tendo como base da negociação o projeto de conversão do Deputado da José Carlos Aleluia.

Portanto, acompanhamos a posição do Relator Senador Waldeck Ornelas e gostaríamos de ouvir a posição do Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordamos com a proposta de rejeição do Senador Waldeck Ornelas para que, inclusive, o próximo Governo possa aperfeiçoar e melhorar a estrutura de funcionamento da CEPLAC.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Sr. Presidente, havendo a concordância dos dois Blocos Parlamentares, solicito a V. Ex^a que coloque em votação, opinando contra no que diz respeito à urgência e à relevância.

Voto pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o parecer do Relator Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, com o voto do Relator pela rejeição da matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a rejeição queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai ao Arquivo. Será feita a comunicação ao Presidente da República.

É a seguinte a matéria rejeitada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 44, DE 2002

Dispõe sobre a inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam incluídos nos Grupos Outras Atividades de Nível Superior, Outras Atividades de Nível Médio e Outras Atividades de Nível Auxiliar do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as Categorias Funcionais do Quadro de Pessoal da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, na forma dos Anexos I, II e III a esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I**GRUPO - OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR**

CARGO	CÓDIGO	QUANTITATIVO (ATIVOS)
Administrador	9023	1
Advogado	67003	1
Agente de Economia Doméstica	67008	2
Analista de Processamento de Dados	67024	13
Assistente Social	67069	4
Bibliotecário	67076	2
Contador	67089	3
Dentista	67094	1
Economista	9022	1
Educador	68005	37
Engenheiro Agrônomo	9012	1
Engenheiro Civil	68013	5
Engenheiro de Operações	9018	1
Extencionista	68028	159

CARGO	CÓDIGO	QUANTITATIVO (ATIVOS)
Nutricionista	9005	1
Pesquisador	68049	74
Professor	68055	12
Psicólogo	68063	1
Secretário Executivo	68070	3
Técnico de Nível Superior P – 030-94-86	70320	1
Técnico em Comunicação Social	68084	2
Técnico em Educação Física	68089	3
Técnico em Planejamento Administrativo	68095	44

ANEXO II

GRUPO - OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO
NÍVEL INTERMEDIÁRIO

CARGO	CÓDIGO	QUANTITATIVO (ATIVOS)
Agente Administrativo	8001	2
Agente de atividades Agropecuárias	1007	1
Agente de Portaria	12002	5
Agente de Vigilância	28087	56
Assistente Administrativo	26025	45
Assistente de Comunicação	26029	11
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	10070	1
Auxiliar de Comunicação	26042	7
Classificador de Cacao	26063	21
Continuo	26068	28
Desenhista	26081	10
Desenhista Projetista	26084	4
Enumerador	26095	6
Escriturário	28019	294
Inspetor de Segurança	28020	2
Motorista	27019	120
Operador de Computador	27026	3
Professor Horista	27050	6
Programador de Computador	27052	10
Secretário	27057	10
Técnico Agrícola	27066	275
Técnico em Agrimensura	27067	8
Técnico de Laboratório	27075	27
Técnico em Manutenção	27086	3
Técnico de Nível Médio	44059	1

ANEXO III

GRUPO - OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO
NÍVEL AUXILIAR

CARGO	CÓDIGO	QUANTITATIVO (ATIVOS)
Agente Escolar	22007	1
Apontador	22010	3
Auxiliar de Classificação de Cacau	22027	33
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	10006	1
Auxiliar de Ambulatório	22023	3
Auxiliar de Campo	22026	13
Auxiliar de Copa e Cozinha	22029	23
Auxiliar de Escritório	22031	1
Auxiliar de Laboratório	22034	23
Auxiliar de Manutenção	22037	41
Auxiliar de Meteorologia	22038	8
Auxiliar de Serviços Gerais	22042	40
Auxiliar de Topografia	22035	3
Canoeiro	22050	5
Contra Mestre de Obras	22056	3
Cozinheiro	22060	7
Fiscal de Obras	22068	1
Fotógrafo	22069	2
Governanta	22070	2
Gráfico	22071	11
Mecânico de Máquina de Escritório	22087	2
Oficial de Manutenção	22095	62
Operador de Radiofonia	24003	2
Operário de Campo	24006	548
Prático Agrícola	24012	47
Servente	24016	28
Tratador de Animais	24020	19
Tratorista	24021	24

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2002, proveniente da Medida Provisória 46, de 2002, que *dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal – ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e às emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 21 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Jovair Arantes (PSDB – GO).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 27 de junho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas as Emendas nº 1 a 225 perante a Comissão Mista;

– A medida provisória foi remetida à Câmara no dia 8 de agosto passado, tendo sido apreciada e aprovada naquela Casa no último dia 5 de novembro, nos termos do Projeto de Lei de Conversão;

– O prazo de 45 dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 07 de setembro e o prazo de 60 dias de vigência, no dia 22 de setembro passado, tendo sido prorrogado por ato do Presidente do Senado Federal datado de 19 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado no último dia 07, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa, até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes, porém, solicito ao ilustre Senador Geraldo Melo que indique o Relator Revisor da matéria.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, indico o Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá apreciar a preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável ao projeto de lei de conversão que veio da Câmara dos Deputados, registrando a justeza da melhoria do salário inicial dos auditores e também a paridade dada, nessas emendas, a ativos e inativos.

Portanto, o parecer é favorável, ao qual pedimos a aprovação a todos os nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes (PSDB-GO), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Senador José Agripino para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa medida provisória encerra uma longa discussão dos auditores da Receita Federal, que, por muito tempo, batalharam por justiça.

Creio que o texto que vem da Câmara dos Deputados é conveniente, e o PFL encaminha favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Renan Calheiros, V. Exª, como Líder do PMDB, também encaminha favoravelmente? Refiro-me aos pressupostos de relevância e urgência.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, a posição do PMDB é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Geraldo Melo já se pronunciou.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, o PSDB não se pronunciou. Fiz apenas a designação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a pode pronunciar-se.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – O pronunciamento é pela aprovação da posição do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como se posiciona o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aprovado o parecer, passa-se à discussão, em conjunto, da medida provisória, das emendas e do projeto de lei de conversão, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 528, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 312, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, requeiro seja destacado para votação em separado a Emenda 179, apresentada à MPV nº 46/2002, para inserir no projeto de lei da conversão.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2002. – Senador **Moreira Mendes**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminho contrariamente.

Nosso acordo, feito aqui, foi contrário a qualquer emenda. O parecer é contrário e, portanto, peço aos Líderes que rejeitem o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação. Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Conforme a posição do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Senador Renan Calheiros, por gentileza?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Rejeitado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2002, aprovado pela Câmara dos Deputados, em turno único. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – O PSDB encaminha o voto “sim”.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – O PTB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – O PFL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2002, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as Emendas de nºs 01 a 225.

A matéria vai à sanção. (*Manifestação das galerias.*)

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2002

(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 46, DE 2002)

Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, de que trata o Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Art. 2º Os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal, de Técnico da Receita Federal, de Auditor-Fiscal da Previdência Social e de Auditor-Fiscal do Trabalho são agrupados em classes, A, B e Especial, compreendendo, a primeira, cinco padrões, e, as duas últimas, quatro padrões, na forma dos Anexos I e II.

Art. 3º O ingresso nos cargos de que trata o art. 2º far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas, exigindo-se curso superior, ou equivalente, concluído, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

§ 1º O concurso referido no caput poderá ser realizado por áreas de especialização.

§ 2º Para investidura no cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, nas áreas de especialização em segurança e medicina do trabalho, será exigida a comprovação da respectiva capacitação profissional, em nível de pós-graduação, oficialmente reconhecida.

Art. 4º O desenvolvimento do servidor nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os fins desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão requisitos e condições fixados em regulamento.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, ao final da qual, se confirmado no cargo, obterá a progressão para o padrão imediatamente superior da classe inicial.

Carreira Auditoria da Receita Federal

Art. 5º A Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, de que trata o Decreto-Lei nº 2.225, de 1985, passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto neste artigo, os cargos de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional e de Técnico do Tesouro Nacional passam a denominar-se, respectivamente, Auditor-Fiscal da Receita Federal e Técnico da Receita Federal.

Art. 6º São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal, no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, relativamente aos tributos e às contribuições por ela administrados:

I - em caráter privativo:

a) constituir, mediante lançamento, o crédito tributário;

b) elaborar e proferir decisões em processo administrativo-fiscal, ou delas participar, bem como em relação a processos de restituição de tributos e de reconhecimento de benefícios fiscais;

c) executar procedimentos de fiscalização, inclusive os relativos ao controle aduaneiro, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à apreensão de mercadorias, livros, documentos e assemelhados;

d) proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à aplicação da legislação tributária, por intermédio de atos normativos e solução de consultas; e

e) supervisionar as atividades de orientação do sujeito passivo efetuadas por intermédio de mídia eletrônica, telefone e plantão fiscal; e

II - em caráter geral, as demais atividades inerentes à competência da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º O Poder Executivo poderá, dentre as atividades de que trata o inciso II, cometer seu exercício, em caráter privativo, ao Auditor-Fiscal da Receita Federal.

§ 2º Incumbe ao Técnico da Receita Federal auxiliar o Auditor-Fiscal da Receita Federal no exercício de suas atribuições.

§ 3º O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disporá sobre as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e de Técnico da Receita Federal.

Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social

Art. 7º Os cargos de Fiscal de Contribuições Previdenciárias, do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, de que trata o art. 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, passam a denominar-se Auditor-Fiscal da Previdência Social - AFPS.

Art. 8º São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Previdência Social, relativamente às contribuições administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

I - em caráter privativo:

a) executar auditoria e fiscalização, objetivando o cumprimento da legislação da Previdência Social relativa às

contribuições administradas pelo INSS, lançar e constituir os correspondentes créditos apurados;

b) efetuar a lavratura de Auto de Infração quando constatar a ocorrência do descumprimento da obrigação legal e de Auto de Apreensão e Guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades;

c) examinar a contabilidade das empresas e dos contribuintes em geral, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial;

d) julgar os processos administrativos de impugnação apresentados contra a constituição de crédito previdenciário;

e) reconhecer o direito à restituição ou compensação de pagamento ou recolhimento indevido de contribuições;

f) auditar a rede arrecadadora quanto ao recebimento e repasse das contribuições administradas pelo INSS;

g) supervisionar as atividades de orientação ao contribuinte efetuadas por intermédio de mídia eletrônica, telefone e plantão fiscal; e

h) proceder à auditoria e à fiscalização das entidades e dos fundos dos regimes próprios de previdência social, quando houver delegação do Ministério da Previdência e Assistência Social ao INSS para esse fim; e

II - em caráter geral, as demais atividades inerentes às competências do INSS.

§ 1º O Poder Executivo poderá, dentre as atividades de que trata o inciso II, cometer seu exercício, em caráter privativo, ao Auditor-Fiscal da Previdência Social.

§ 2º O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disporá sobre as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Previdência Social.

Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho

Art. 9º A Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho será composta de cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho.

§ 1º É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho,

não se lhes aplicando a jornada de trabalho a que se refere o art. 1º, caput e § 2º, da Lei nº 9.436, de 5 de fevereiro de 1997, e não mais se admitindo a percepção de dois vencimentos básicos.

§ 2º Os atuais ocupantes do cargo de Médico do Trabalho que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 30 de setembro de 1999, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 10. São transformados em cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, na Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, os seguintes cargos efetivos do quadro permanente do Ministério do Trabalho e Emprego:

I - Fiscal do Trabalho;

II - Assistente Social, encarregado da fiscalização do trabalho da mulher e do menor;

III - Engenheiros e Arquitetos, com a especialização prevista na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, encarregados da fiscalização da segurança no trabalho;

IV - Médico do Trabalho, encarregado da fiscalização das condições de salubridade do ambiente do trabalho.

Art. 11. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;

II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando a redução dos índices de informalidade;

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as atribuições privativas previstas neste artigo, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização.

Remuneração das Carreiras Vigente a Partir de 30 de Junho de 1999

Art. 12. Fica extinta a Retribuição Adicional Variável de que trata o art. 5º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional.

Art. 13. Os integrantes da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho não fazem jus à percepção da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA, criada pelo Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 14. Os integrantes das Carreiras de que trata esta Lei não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 15. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária - GDAT, devida aos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, no percentual de até cinquenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º A GDAT será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como de metas de arrecadação fixadas e resultados de fiscalização, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º Até vinte pontos percentuais da GDAT será atribuída em função do alcance das metas de arrecadação e resultados de fiscalização.

§ 3º Enquanto não for regulamentado o disposto nos §§ 1º e 2º, a GDAT corresponderá a trinta por cento do vencimento básico.

§ 4º Será de noventa dias, contados a partir de 30 de julho de 1999, o prazo para encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação da GDAT, interrompendo-se o pagamento do percentual previsto no § 3º caso isto não ocorra.

§ 5º Os integrantes das Carreiras a que se refere o caput deste artigo que não se encontrem no efetivo exercício das atividades inerentes à respectiva Carreira somente farão jus à GDAT:

I - quando cedidos para a Presidência ou Vice-Presidência da República, calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivessem em exercício no órgão cedente;

II - quando cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal distintos dos indicados no inciso I, da seguinte forma:

a) os servidores investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores, DAS 6 ou DAS 5, ou equivalentes, perceberão a GDAT conforme disposto no inciso I deste parágrafo; e

b) os servidores que não se encontrem nas condições referidas na alínea a perceberão a GDAT, por prazo determinado pelo órgão cedente, calculada com base em trinta pontos percentuais do limite máximo a que fariam jus, se estivessem no seu órgão de lotação, deixando de percebê-la caso se esgote o prazo em questão sem que tenham retornado ao respectivo órgão;

III - quando em exercício nos Ministérios da Previdência e Assistência Social ou do Trabalho e Emprego e entidades vinculadas, na Secretaria da Receita Federal e nos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda, respectivamente, calculada conforme disposto no inciso I deste parágrafo;

IV - a avaliação institucional do servidor referido no inciso I deste parágrafo corresponderá ao mesmo percentual a que faria jus se em exercício na unidade cedente.

§ 6º Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho, o servidor recém nomeado receberá, em relação à parcela da GDAT correspondente a sua avaliação individual, quinze pontos percentuais do seu vencimento básico.

Art. 16. Os valores de vencimento dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Auditor-Fiscal do Trabalho são os constantes do Anexo III e os do cargo de Técnico da Receita Federal, os constantes do Anexo IV.

Art. 17. Os ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional e de Técnico do Tesouro Nacional são transpostos, a partir de 1º de julho de 1999, na forma dos Anexos V e VI.

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Fiscal de Contribuições Previdenciárias; Fiscal do Trabalho; Assistente Social, encarregados da fiscalização do trabalho da mulher e do menor; Engenheiro, encarregados da fiscalização da segurança no trabalho; e Médico do Trabalho, encarregados da fiscalização das condições de salubridade do ambiente do trabalho, são transpostos, a partir de 1º de agosto de 1999, na forma do Anexo V.

§ 2º Os ocupantes do cargo de Arquiteto, encarregados da fiscalização da segurança no trabalho, são transpostos, a partir de 1º de setembro de 2001, na forma do Anexo V.

§ 3º Constatada a redução de remuneração decorrente da transposição de que trata este artigo, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento na Carreira.

Art. 18. O ingresso nos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Auditor-Fiscal do Trabalho dos aprovados em concurso, cujo edital tenha sido publicado até 30 de junho de 1999, dar-se-á, excepcionalmente, na classe A, padrão V.

Art. 19. Aplicam-se as disposições desta Lei a aposentadorias e pensões.

Parágrafo único. Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Art. 20. O regime jurídico das Carreiras a que se refere esta Lei é exclusivamente o da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Remuneração das Carreiras Vigente a Partir de 1º de Junho de 2002

Art. 21. A partir de 1º de junho de 2002, os valores de vencimentos do cargo de Técnico da Receita Federal serão os constantes do Anexo IV-A.

Art. 22. A GDAT, instituída pelo art. 15 desta Lei, passa a ser paga aos servidores que a ela fazem jus, a partir de 1º de junho de 2002, observando-se a seguinte composição e limites:

I - o percentual de até trinta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - o percentual de até vinte e um por cento, incidente sobre o maior vencimento básico do cargo para os ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal, Auditor-Fiscal da Previdência Social, Auditor-Fiscal do Trabalho e de Técnico da Receita Federal, em decorrência dos resultados da avaliação institucional.

§ 1º A partir de 1º de junho de 2003, o percentual referido no inciso II deste artigo passa a ser de até vinte e cinco por cento para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal, Auditor-Fiscal da Previdência Social, Auditor-Fiscal do Trabalho e de Técnico da Receita Federal.

§ 2º O servidor impedido de ser avaliado por afastamento, com direito à remuneração, nas condições especificadas em lei, e que não se encontre em nenhuma das situações previstas no § 5º do art. 15 desta Lei, fará jus à GDAT em valor

igual a trinta por cento do valor máximo correspondente à sua classe e padrão.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo às aposentadorias e às pensões.

Disposições Finais

Art. 23. Ficam convalidados os atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs 2.175-29, de 24 de agosto de 2001, e 46, de 25 de junho de 2002.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogados o art. 5º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, e nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, a Medida Provisória nº 2.175-29, de 24 de agosto de 2001.

ANEXO I		
Carreiras Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho		
Estrutura de Cargos		
Carreiras Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho		
Cargo	Padrão	Classe
Auditor-Fiscal Da Receita Federal	IV	Especial
	III	
	II	
	I	
Auditor-Fiscal Da Previdência Social	IV	B
	III	
	II	
	I	
Auditor-Fiscal do Trabalho	V	A
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO II		
Carreira Auditoria da Receita Federal		
Estrutura de Cargos		
Carreira Auditoria da Receita Federal		
Cargo	Padrão	Classe
Técnico da Receita Federal	IV	Especial
	III	
	II	
	I	
	IV	B
	III	
	II	
	I	
	V	A
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO III			
Carreiras Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho			
Tabela de Vencimentos			
Cargo	Classe	Padrão	Valor (em R\$)
Auditor-Fiscal da Receita Federal	Especial	IV	4.720,16
		III	4.582,68
		II	4.449,20
		I	4.319,62
Auditor-Fiscal da Previdência Social	B	IV	3.962,95
		III	3.847,52
		II	3.735,46
		I	3.626,66
Auditor-Fiscal do Trabalho	A	V	3.327,21
		IV	3.230,30
		III	3.136,22
		II	3.044,87
		I	2.956,18

Observações:

- Esta Tabela de Vencimentos se aplica aos integrantes da Carreira Auditoria-Fiscal da Receita Federal, a partir de 30 de junho de 1999, e às Carreiras de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, a partir de 30 de julho de 1999.

- Aos valores fixados nesta Tabela de Vencimentos aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 2002, o reajuste previsto no art. 5º da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001.

ANEXO IV			
Carreira Auditoria da Receita Federal			
Tabela de Vencimentos a partir de 30 de junho de 1999			
Cargo	Classe	Padrão	Valor (em R\$)
Técnico da Receita Federal	Especial	IV	1.936,76
		III	1.880,35
		II	1.825,58
		I	1.772,41
	B	IV	1.626,06
		III	1.578,70
		II	1.532,72
		I	1.488,08
	A	V	1.365,21
		IV	1.325,45
		III	1.286,84
		II	1.249,36
		I	1.212,97

Observação:

- Aos valores fixados nesta Tabela de Vencimentos aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 2002, o reajuste previsto no art. 5º da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001.

ANEXO IV-A			
Carreira Auditoria da Receita Federal			
Tabela de Vencimentos a partir de 1º de junho de 2002			
Cargo	Classe	Padrão	Valor (em R\$)
Técnico da Receita Federal	Especial	IV	2.305,23
		III	2.238,08
		II	2.172,90
		I	2.109,61
	B	IV	1.935,42
		III	1.879,04
		II	1.824,33
		I	1.771,18
	A	V	1.624,94
		IV	1.577,62
		III	1.531,66
		II	1.487,05
		I	1.443,73

ANEXO V						
Carreiras Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho						
Tabela de Transposição						
Situação em 29 de junho de 1999			Situação a partir de 30 de junho de 1999			
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo	
Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional	A	III	IV	Especial	Auditor-Fiscal da Receita Federal	
		II				
		I				
	B	VI	III			
		V				
		IV				
		III	II			
		II				
		I				
Fiscal de Contribuições Previdenciárias		VI			I	Auditor-Fiscal da Previdência Social
	V					
	IV					
	C	III	IV		Auditor Fiscal do Trabalho	
		II				
		I				
		V		B		
IV		III				
III	II					
II			I			
I				V		
Fiscal do Trabalho, Assistente Social, Engenheiro, Arquiteto e Médico do Trabalho (conforme descrito no Art. 10)	D	I			IV	A
			IV			
			III			
			II			
			I			

Observação:- Esta Tabela de Transposição se aplica aos integrantes da Carreira Auditoria-Fiscal da Receita Federal, a partir de 30 de junho de 1999, e às Carreiras de Auditoria-Fiscal da Previdência social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, a partir de 30 de julho de 1999, exceto aos Arquitetos do Quadro Geral de Lotação de Pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego, para os quais deve ser considerado o marco temporal de 1º de setembro de 2001, data de sua inclusão na Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

ANEXO VI					
Carreira Auditoria da Receita Federal					
Tabela de Transposição					
Situação em 29 de junho de 1999			Situação a partir de 30 de junho de 1999		
Carreira Auditoria do Tesouro Nacional			Carreira Auditoria da Receita Federal		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Técnico Do Tesouro Nacional	A	III	IV	Especial	Técnico da Receita Federal
		II			
		I			
	B	VI	III		
		V			
		IV			
		III			
		II			
		I			
	C	VI	II		
		V			
		IV	I		
		III			
		II			
		I			
	D	V	IV	C	
		IV			
		III			
		II			
		I			

As emendas prejudicadas encontram-se publicadas no Diário do Congresso Nacional do dia 3 de julho de 2002.}

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa solicita, embora tardiamente, que a assistência não se manifeste durante a votação.

Se a advertência não serviu para esta oportunidade servirá para outra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 47, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 47, de 2002, que *dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPA, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 28 apresentadas, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB – SP).

Prestados esses esclarecimentos, passamos à apreciação da matéria.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 27 de junho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 28, perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 08 de agosto passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no último dia 08 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 23 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do

Congresso Nacional datado de 20 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

A Presidência esclarece ainda ao Plenário que o asterisco no Anexo II, constante da página 9 do avulso da presente matéria é erro de digitação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Wagner Rossi, do PMDB de São Paulo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas registro que já havíamos levantado a questão dos engenheiros agrônomos e fiscais agropecuários do Incra. Há um compromisso do Senador Eduardo Suplicy e do PT de atender a questão com uma análise mais apurada e uma nova medida provisória. Inclui-se peço o apoio do vice-Presidente eleito, que está aqui presente. Portanto, estamos bem cercados e calçados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de dizer – e vamos repetir – que não estamos compactuando com inconstitucionalidade nem ilegalidade, mas os servidores públicos federais tenham convicção e certeza de que não vamos repetir os erros e a falta de compromisso com o setor público ocorridos durante os oito anos de mandato do Governo Fernando Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Discussão em conjunto da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa)

Não há oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 529, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 311, inciso II, do Regimento Interno, requeiro preferência para a Emenda nº 28, a fim de ser votada antes Medida Provisória nº 47, de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPPA, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2002. – Senador **Mauro Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs e Srs. Senadores, antes de se passar à votação do requerimento que acaba de ser lido, a Presidência esclarece ao Plenário que a Emenda nº 28 consubstancia um substitutivo à medida provisória na forma de projeto de lei de conversão.

Nesse sentido, se aprovado o requerimento de preferência, esta Presidência submeterá ao Plenário, em primeiro lugar, a Emenda nº 28, que, se aprovada, prejudicará a medida provisória e as demais emendas apresentadas à matéria.

Em votação o requerimento de preferência para a votação da Emenda nº 28 sobre a medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabamos de fazer um acordo com o Senador Eduardo Suplicy.

Esta matéria de que trata o requerimento do Senador Mauro Miranda será objeto de atendimento no início do ano. Fizemos esse acordo e encaminharemos favoravelmente ao texto que veio da Câmara.

Portanto, encaminho contrariamente ao requerimento, tendo em vista que confio na posição do Partido dos Trabalhadores de que no próximo ano será aberta essa discussão, e uma nova medida provisória restabelecerá o piso salarial e o enquadramento de outras carreiras, como a de engenheiro, na carreira de perito do Incra.

Nossa posição é contrária ao requerimento, para que seja mantido o acordo feito com o Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Confirmando o entendimento, Senador Mauro Miranda, havido com a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mauro Miranda, excepcionalmente, V. Exª tem a palavra.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para encaminhar.

Tendo em vista a existência do acordo – é claro que o acompanharei, ainda mais com esse compromisso da Liderança do PT na Casa –, contudo, gostaria de deixar registrado que a Emenda nº 47 diz respeito ao Quadro do Incra, em que não deram um tratamento igualitário entre engenheiros e engenheiros agrônomos para o mesmo serviço.

Por isso, confiando na Liderança do PT e no próximo Governo, aceito o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Posso considerar, então, rejeitado o requerimento? (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

Votação da medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrado o encaminhamento.

Em votação a medida. (Pausa.)

As Srs e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das Emendas nºs 01 a 28, que têm parecer contrário.

As Srs e os Srs Senadores que as rejeitam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida aprovada e as emendas rejeitadas:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 47, DE 2002

Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário - GEPPA, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, composta dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 1º de abril de 2002, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível.

§ 2º O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de trinta dias, a contar da vigência desta Lei.

§ 3º Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput que não optarem na forma do § 2º comporão quadro suplementar em extinção.

§ 4º O posicionamento dos inativos na tabela remuneratória será referenciado à situação em que se encontravam no momento de passagem para a inatividade.

Art. 2º Os ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do INCRA que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário têm por atribuições a coordenação, orientação e elaboração de projetos e a execução especializada de atividades relativas às políticas agrárias e, mais especificamente, em todo o território nacional:

I - a vistoria, avaliação e perícia de imóveis rurais, com vistas à verificação do cumprimento da função social da propriedade, indenização de imóveis rurais, defesa técnica em processos judiciais, bem como manutenção do cadastro rural;

II - o pronunciamento técnico a respeito de alienações de terras em projetos de regularização fundiária, reforma agrária e colonização;

III - o pronunciamento conclusivo sobre a viabilidade técnica, econômica e ambiental, relativo à obtenção de áreas para fins de reforma agrária ou colonização;

IV - a participação em equipes interdisciplinares no planejamento e acompanhamento dos projetos de reforma agrária e de assentamento;

V - a realização de estudos e análises para elaboração de normas relativas à regularização fundiária, à reforma e ao desenvolvimento agrários; e

VI - a execução de outras tarefas de natureza similar, compatíveis com a sua habilitação profissional, na área de competência do INCRA.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as especificações de classe do cargo de Engenheiro Agrônomo da carreira de Perito Federal Agrário.

Art. 3º O desenvolvimento do servidor na Carreira de Perito Federal Agrário ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos e as condições a serem fixados em regulamento, devendo levar em consideração os resultados da avaliação de desempenho do servidor.

Art. 4º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário é o constante do Anexo II.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário é de quarenta horas semanais.

Art. 5º Fica instituída, a partir de 1º de abril de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, devida aos servidores ocupantes dos cargos de Engenheiro Agrônomo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do INCRA, que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário.

Art. 6º A gratificação instituída no art. 5º terá como limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III.

§ 1º O limite global de pontuação mensal de que dispõe o INCRA para ser atribuído aos servidores da Carreira de Perito Federal Agrário corresponderá a oitenta vezes o número de servidores ativos, que faz jus à GDAPA, em exercício naquele Instituto.

§ 2º A distribuição dos pontos e a pontuação atribuída a cada servidor observarão o desempenho institucional e individual.

§ 3º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas de cada órgão ou entidade.

§ 4º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

Art. 7º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações e do pagamento da gratificação, inclusive na hipótese de ocupação de cargos e funções de confiança .

Parágrafo único. Os critérios e procedimentos específicos de atribuição da GDAPA serão estabelecidos em ato do titular do INCRA.

Art. 8º Na hipótese de redução de remuneração dos ocupantes dos cargos de que trata o art. 5º, decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória, da concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento na carreira.

Art. 9º A GDAPA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I - a média dos valores recebidos nos últimos sessenta meses; ou

II - o valor correspondente a dez pontos, quando percebida por período inferior a sessenta meses.

Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 10. Os integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INCRA, farão jus à Gratificação Especial de Perito em Reforma Agrária - GEPRA, instituída a partir da publicação desta Lei, conforme valores estabelecidos no Anexo IV.

Parágrafo único. A GEPRA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 11. A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único. Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 12. Até 31 de agosto de 2002 e até que sejam editados os atos referidos no art. 7º, a GDAPA será paga aos servidores ocupantes de cargos efetivos ou cargos e funções comissionadas e de confiança, que a ela fazem jus, nos valores correspondentes a cinquenta pontos por servidor.

Art. 13. Ao servidor ativo beneficiário da GDAPA que obtiver pontuação inferior a cinquenta pontos em duas avaliações individuais consecutivas será assegurado processo de capacitação, de responsabilidade do órgão ou entidade de lotação.

Art. 14. A GDAPA e a GEPRA serão pagas em conjunto, de forma não-cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 15. A GDAPA e a GEPRA não serão devidas àqueles que não se encontram no desempenho de atribuições decorrentes da condição de servidor público federal.

Art. 16. Em decorrência do disposto nos arts. 5º e 10, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus, a partir do início do pagamento da GEPRA, à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2002.

ANEXO I

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Engenheiro Agrônomo	A	III	III	ESPECIAL	Engenheiro Agrônomo da Carreira de Perito Federal Agrário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		C	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	I		I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO
(Em RS)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Engenheiro Agrônomo da Carreira de Perito Federal Agrário	ESPECIAL	III	542,65
		II	507,74
		I	474,48
	C	VI	467,44
		V	453,93
		IV	440,87
		III	428,18
		II*-	415,86
		I	403,91
	B	VI	392,30
		V	381,05
		IV	370,10
		III	359,48
		II	349,16
		I	339,16
	A	V	329,45
		IV	320,01
		III	268,33
		II	260,64
		I	253,17

ANEXO III

CARGO	VALOR DO PONTO (EM R\$)
Engenheiro Agrônomo da Carreira de Perito Federal Agrário	10,40

ANEXO IV

TABELA DE VALORES DA
GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO - GEPR

Em R\$

CARGO	CLASSE	PADRÃO	GEPR
Engenheiro Agrônomo da Carreira de Perito Federal Agrário	ESPECIAL	III	1.540,31
		II	1.536,73
		I	1.533,28
	C	VI	1.529,93
		V	1.526,68
		IV	1.523,53
		III	1.520,49
		II	1.518,04
		I	1.514,07
	B	VI	1.511,91
		V	1.509,23
		IV	1.506,61
		III	1.504,10
		II	1.501,66
		I	1.499,28
	A	V	1.497,00
		IV	1.494,78
		III	1.492,63
		II	1.490,54
		I	1.488,52

EMENDA Nº 1

Substitua-se, na ementa e nas partes normativa e final da MP, o termo "Perito Federal Agrário" por "Perito Federal Agropecuário".

EMENDA Nº 2

Substitua-se, na ementa e nas partes normativa e final da MP, o termo "Perito Federal Agrário" por "Fiscal Federal Agrário", a "Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário" – GDAPA por "Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscal Federal Agrário – GDAFAG" e a "Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPR" por "Gratificação Especial de Fiscal Federal Agrário – GEFRA".

EMENDA Nº 3

Dê nova redação ao Art. 1º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Art. 1º Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, composta dos cargos efetivos de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 1º de abril de 2002, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I.

EMENDA Nº 4

Dê nova redação ao Art. 1º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Art. 1º Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, composta dos cargos efetivos de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 1º de julho de 2002, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I.

EMENDA Nº 5

Dê-se ao art. 2º da MP a seguinte redação:

Art. 2º Os ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do INCRA que integrarem a Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO têm por atribuições a fiscalização de imóveis rurais, a coordenação, a orientação e a elaboração de projetos e a execução especializada de atividades relativas às políticas agrárias e agropecuárias e, mais especificamente, em todo o território nacional:

I – Fiscalização e vistoria de Imóveis Rurais, com vista ao cumprimento da função social da propriedade e ao cadastro rural;

II – Avaliação e Perícias de imóveis rurais;

III – Fiscalização, acompanhamento e controle do registro de terras e da organização territorial rural;

IV – Elaboração de normas, estudos e análises, objetivando a fiscalização, classificação e avaliações de imóveis rurais;

V – O pronunciamento conclusivo sobre a viabilidade técnica, econômica e ambiental, relativo à obtenção de áreas para fins de reforma agrária ou colonização;

VI – Planejamento, execução e fiscalização das atividades nos Projetos de Reforma Agrária e Agricultura Familiar;

VII – Elaboração de normas, estudos e análises sobre definição e caracterização de módulos; zoneamento; zona típica, zonas de pecuária; valores de módulos; fração mínima de parcelamento; índices oficiais de rendimento ou produtividade agropecuária, objetivando a fiscalização e a classificação de imóveis rurais;

VIII – A sanidade das populações vegetais;

IX – A saúde dos rebanhos animais;

X – A idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;

XI – A promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e

XII – Executar outras tarefas de natureza similar, compatíveis com a sua habilitação profissional, de interesse específico do INCRA e/ou do seu Ministério de vinculação;

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as especificações de classe do cargo de Engenheiro Agrônomo da Carreira de Fiscal Federal Agrário.

EMENDA Nº 6

Dê nova redação ao Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Art. 2º Os ocupantes do cargo de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do INCRA que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário têm por atribuições a coordenação, orientação e elaboração de projetos e a execução especializada de atividades relativas às políticas agrárias e, mais especificamente, em todo o território nacional:

EMENDA Nº 7

Dê nova redação ao Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Art. 2º Os ocupantes do cargo de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do INCRA que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário têm por atribuições a coordenação, orientação e elaboração de projetos e a execução especializada de atividades relativas às políticas agrárias e, mais especificamente, em todo o território nacional:

EMENDA Nº 8

Dê nova redação ao Inciso V do Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

V- a realização de estudos e análises para elaboração de normas relativas à regularização fundiária, ao georreferenciamento de imóveis rurais, à reforma e ao desenvolvimento agrários;

EMENDA Nº 9

Dê nova redação ao Inciso V do Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

V- a realização de estudos e análises para elaboração de normas relativas à regularização fundiária, ao georreferenciamento de imóveis rurais, à reforma e ao desenvolvimento agrários; e

EMENDA Nº 10

Acréscimo dos Incisos VII e VIII ao Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

VII – avaliação, fiscalização, auditoria e pronunciamento técnico sobre os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, junto ao órgão federal cadastral e aos cartórios de registro imobiliário, executados por entidades públicas ou privadas; e

VIII – manutenção e fornecimento de dados auditados de uma rede de referência nacional, para serviços de georreferenciamento de imóveis rurais;

EMENDA Nº 11

Acréscimo dos Incisos VII e VIII ao Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

VII – avaliação, fiscalização, auditoria e pronunciamento técnico sobre os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, junto ao órgão federal cadastral e aos cartórios de registro imobiliário, executados por entidades públicas ou privadas;

VIII – manutenção e fornecimento de dados auditados de uma rede de referência nacional, para serviços de georreferenciamento de imóveis rurais;

EMENDA Nº 12

Dê nova redação ao Parágrafo Único do Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as especificações de classe do cargo de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo da carreira de Perito Federal Agrário.

EMENDA Nº 13

Dê nova redação ao Parágrafo Único do Art. 2º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as especificações de classe do cargo de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo da carreira de Perito Federal Agrário.

EMENDA Nº 14

Dê nova redação ao Art. 5º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Art. 5º Fica instituída, a partir de 1º de abril de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, devida aos servidores ocupantes dos cargos de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do INCRA, que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário.

EMENDA Nº 15

Dê nova redação ao Art. 5º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Art. 5º Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, devida aos servidores ocupantes dos cargos de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do INCRA, que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário.

EMENDA Nº 16

O art. 9º da MP passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 9º (...)

I - o maior valor recebido nos últimos sessenta meses; ou

II - o valor correspondente a 20 pontos para cada doze meses, dentro do período de sessenta meses anteriores à concessão.

§ 1º Aplicam-se às aposentadorias e pensões existentes quando da publicação desta Medida Provisória o disposto neste artigo.

§ 2º É facultado ao integrante da Carreira de Perito Federal Agropecuário a opção pela aposentadoria, independentemente de alcançado o valor máximo disposto no inciso II deste artigo.

EMENDA Nº17

O art. 9º da MP passa a vigor com a seguinte redação.

Art.9º A GDAFAG integra os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I – Será calculada pela média aritmética dos meses recebidos nos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão;

§ 1º A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2 Os servidores que já se encontravam aposentados quando da edição desta MP receberão a média do valor da Gratificação paga aos servidores em atividade.

Art. 10º (...)

Parágrafo Único – A GEFRA integra os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 12º Até 31 de agosto de 2002 e até que sejam editados os atos referidos no art. 7º, a GDAFAG será paga aos servidores integrantes do quadro de pessoal do INCRA definido no Art. 1º desta MP e às funções comissionadas e de confiança, que a ela fazem jus, nos valores correspondentes a cinquenta pontos por servidor.

EMENDA Nº 18

Dê nova redação ao Art. 12º da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

Art. 12º. Até 31 de dezembro de 2002 e até que sejam editados os atos referidos no art. 7º, a GDAPA será paga aos servidores ocupantes de cargos efetivos ou cargos e funções comissionadas e de confiança, que a ela fazem jus, nos valores correspondentes a trinta pontos por servidor.

EMENDA Nº 19

Dê nova redação ao Anexo I – Tabela de Correlação, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO I - TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
ENGENHEIRO/ ENGENHEIRO AGRONOMO	A	III	III	A	ENGENHEIRO/ ENGENHEIRO AGRONOMO DA CARREIRA DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	I		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	D	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

EMENDA Nº 20

Dê nova redação ao Anexo I – Tabela de Correlação, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO I - TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
ENGENHEIRO/ ENGENHEIRO AGRONOMO	A	III	III	A	ENGENHEIRO/ ENGENHEIRO AGRONOMO DA CARREIRA DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	I		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	D	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

EMENDA Nº 21

Dê nova redação ao Anexo II – Tabela de Vencimento Básico, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO II – TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO – (Em R\$)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Engenheiro / Engenheiro Agrônomo da carreira de Perito Federal Agrário	ESPECIAL	III	542,65
		II	507,74
		I	474,48
	C	VI	467,44
		V	453,93
		IV	440,87
		III	428,18
		II	415,86
		I	403,91
	B	VI	392,30
		V	381,05
		IV	370,10
		III	359,48
		II	349,16
		I	339,16
	A	V	329,45
		IV	320,01
		III	268,33
		II	260,64
		I	253,17

EMENDA Nº 22

Dê nova redação ao Anexo II – Tabela de Vencimento Básico, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO II – TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO – (Em R\$)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Engenheiro / Engenheiro Agrônomo da carreira de Perito Federal Agrário	ESPECIAL	III	542,65
		II	507,74
		I	474,48
	C	VI	467,44
		V	453,93
		IV	440,87
		III	428,18
		II	415,86
		I	403,91
	B	VI	392,30
		V	381,05
		IV	370,10
		III	359,48
		II	349,16
		I	339,16
	A	V	329,45
		IV	320,01
		III	268,33
		II	260,64
		I	253,17

EMENDA Nº 23

Dê-se ao Anexo III da MP a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE VALOR DOS PONTOS

CARGO	VALOR DO PONTO (EM R\$)
Engenheiro Agrônomo da Carreira De Fiscal Federal Agrário	13,48

EMENDA Nº 24

Dê nova redação ao Anexo III – Tabela de Valor dos Pontos, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO III

TABELA DE VALOR DOS PONTOS

CARGO	VALOR DO PONTO (EM R\$)
Engenheiro / Engenheiro Agrônomo Da Carreira de Perito Federal Agrário	10,40

EMENDA Nº 25

Dê nova redação ao Anexo III – Tabela de Valor dos Pontos, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO III

TABELA DE VALOR DOS PONTOS

CARGO	VALOR DO PONTO (EM R\$)
Engenheiro / Engenheiro Agrônomo Da Carreira de Perito Federal Agrário	10,40

EMENDA Nº 26

Dê nova redação ao Anexo IV – Tabela de Valores da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário-GEPR, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO IV - TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO - GEPR R\$

CARGO	CLASSE	PADRÃO	GEPR
Engenheiro / Engenheiro Agrônomo da carreira de Perito Federal Agrário	ESPECIAL	III	1.540,31
		II	1.536,73
		I	1.533,28
	C	VI	1.529,93
		V	1.526,68
		IV	1.523,53
		III	1.520,49
		II	1.518,04
		I	1.514,07
	B	VI	1.511,91
		V	1.509,23
		IV	1.506,61
		III	1.504,10
		II	1.501,66
		I	1.499,28
	A	V	1.497,00
		IV	1.494,78
		III	1.492,63
		II	1.490,54
		I	1.488,52

EMENDA Nº 27

Dê nova redação ao Anexo VI – Tabela de Valores da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário-GEPR, da Medida Provisória N.º 47, de 27 de junho de 2002

ANEXO IV - TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO - GEPR R\$

CARGO	CLASSE	PADRÃO	GEPR
		III	1.540,31
		II	1.536,73
		I	1.533,28
		VI	1.529,93
		V	1.526,68
		IV	1.523,53
		III	1.520,49
		II	1.518,04
		I	1.514,07
		VI	1.511,91
		V	1.509,23
		IV	1.506,61
		III	1.504,10
		II	1.501,66
		I	1.499,28
		V	1.497,00
		IV	1.494,78
		III	1.492,63
		II	1.490,54
		I	1.488,52

EMENDA Nº 28

Dê-se à ementa, nova redação a Medida Provisória nº 47/2002.

Dispõe sobre a criação e organização da carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1.º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação e a organização da Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Art. 2.º Fica criada a Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO, composta de cargo de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3.º O ingresso no cargo de que trata esta Medida Provisória far-se-á no padrão inicial da classe ou categoria inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior de engenharia agrônoma e inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, e outros requisitos fixados na legislação pertinente.

Art. 4.º O desenvolvimento do servidor na carreira e no cargo de que trata o art. 2.º desta Medida Provisória ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para fins desta Medida Provisória, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe ou categoria, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos fixados em regulamento.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, ao final da qual, se confirmado no cargo, obterá a progressão para o padrão imediatamente superior da classe ou categoria inicial, vedando-se-lhe, durante esse período, a progressão funcional.

Art. 5º É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do cargo e carreira a que se refere esta Medida Provisória.

Art. 6º. A Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo II.

Art. 7º. Os ocupantes do cargo de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO têm por atribuições, as atividades de fiscalização, planejamento, coordenação e execução das políticas agropecuárias e agrária, e mais especificamente, em todo o território nacional:

- I – Fiscalização e vistoria de Imóveis Rurais, com vista ao cumprimento da função social da propriedade e ao cadastro rural;
- II – Avaliação e Perícias de imóveis rurais;
- III – Fiscalização, acompanhamento e controle do registro de terras e da organização territorial rural;

- IV – Elaboração de normas, estudos e análises, objetivando a fiscalização, classificação e avaliações de imóveis rurais;
- V – O pronunciamento conclusivo sobre a viabilidade técnica, econômica e ambiental, relativo à obtenção de áreas para fins de reforma agrária ou colonização;
- VI – Planejamento, execução e fiscalização das atividades nos Projetos de Reforma Agrária e Agricultura Familiar;
- VII – Elaboração de normas, estudos e análises sobre definição e caracterização de módulos; zoneamento; zona típica, zonas de pecuária; valores de módulos; fração mínima de parcelamento; índices oficiais de rendimento ou produtividade agropecuária, objetivando a fiscalização e a classificação de imóveis rurais;
- VIII – A sanidade das populações vegetais;
- IX – A saúde dos rebanhos animais;
- X – A idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
- XI – A promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e
- XII – Executar outras tarefas de natureza similar, compatíveis com a sua habilitação profissional, de interesse específico do INCRA e/ou do seu Ministério de vinculação.

Art. 8º. São transformados a partir de 1º de abril de 2002 em cargos de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO, os atuais cargos efetivos de Engenheiros Agrônomos cujos ocupantes estejam em efetivo exercício no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na forma do Anexo II.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo terão prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Medida Provisória, para optarem pela carreira, os que não optarem, ficarão em quadro em extinção.

Art. 9º. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agrária - GDAFAG, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e/ou no seu Ministério de vinculação, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único. A GDAFAG será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, quando nas atividades descritas no artigo 7º, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 10. Os valores dos vencimentos do cargo que compõe a Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO são os constantes do Anexo III.

Art. 11. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 2º desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Parágrafo único – Fica estendido o percentual previsto no caput deste artigo aos ocupantes de cargos em comissão código DAS-4 no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e/ou no seu Ministério de vinculação.

Art. 12. O integrante da Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO, que não se encontre na situação prevista no art. 9º desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFAG:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão código DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Art. 13. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se refere a Lei nº 9.651, de

27 de maio de 1998 e a Gratificação de Atividade Executiva - GAE de que trata a Lei Delegada nº 13, de 1992 e a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

Art. 14. Enquanto não for regulamentada e até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho, a Gratificação referida no art. 10 desta Medida Provisória corresponderá a 35% (trinta e cinco por cento) incidente sobre o vencimento básico de cada servidor.

Art. 15. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, a gratificação de que trata esta Medida Provisória:

I - somente serão devidas, se percebidas há pelo menos cinco anos; e

II - serão calculadas pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão.

§ 1º A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2º Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 3º As vantagens pessoais de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo serão calculadas quando da aplicação do disposto nesta Medida Provisória e estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 16. Os valores dos vencimentos básicos constantes do Anexo III não poderão servir de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens de quaisquer outros servidores.

Art. 17. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Art. 18. Até que seja aprovado o regulamento de que trata o § 2º do art. 4º desta Medida Provisória, aplicam-se, para fins de progressão funcional e promoção, as normas vigentes na data de sua publicação.

§ 1º Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão será aproveitado o tempo computado até a data em que tiver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, não será considerado como progressão funcional ou promoção o enquadramento decorrente da aplicação desta Medida Provisória.

Art. 19. Nos casos de transposição ou novo enquadramento, as diferenças remuneratórias, decorrentes de alterações no vencimento básico, serão consideradas para todos os efeitos como parte integrante do novo vencimento básico.

Art. 20. Será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Medida Provisória o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação da gratificação da Carreira de FISCAL FEDERAL AGRÁRIO.

Art. 22. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

a) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGRÁRIO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRAO	CLASSE
Fiscal Federal Agrário	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	V	A
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO II
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	FISCAL FEDERAL AGRÁRIO
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
FISCAL FEDERAL AGRÁRIO	ESPECIAL	III	3.044,75
		II	2.947,41
		I	2.854,63
	C	VI	2.832,30
		V	2.792,70
		IV	2.754,42
		III	2.717,51
		II	2.681,67
		I	2.646,14
	B	VI	2.612,15
		V	2.579,21
		IV	2.547,13
		III	2.516,05
		II	2.485,85
		I	2.456,57
	A	V	2.428,18
		IV	2.400,56
		III	2.259,71
		II	2.236,93
		I	2.214,81

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 8:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 48, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 48, de 2002, que *dispõe a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 27 de junho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 08 de agosto passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no último dia 08 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 23 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 20 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as

demaís deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art.8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Wagner Rossi, do PMDB de São Paulo, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sras e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à discussão da medida provisória, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação a medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados.

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 48, DE 2002

Dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo - GECTA, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os cargos efetivos de níveis superior e intermediário do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - DACTA ficam reestruturados e têm sua correlação estabelecida na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica instituída, a partir de 1º de fevereiro de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de níveis superior e intermediário do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - DACTA.

Art. 3º A gratificação instituída no art. 2º terá como limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II desta Lei.

§ 1º O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe o órgão para ser atribuído aos servidores corresponderá a oitenta vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDASA, em exercício em cada unidade.

§ 2º A distribuição dos pontos e a pontuação atribuída a cada servidor observarão o desempenho institucional e individual.

§ 3º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas do órgão.

§ 4º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

Art. 4º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações e do pagamento da GDASA, inclusive na hipótese de ocupação de cargos e funções de confiança.

Parágrafo único. Os critérios e procedimentos específicos de atribuição da GDASA serão estabelecidos em ato do titular do Ministério da Defesa.

Art. 5º Ao servidor ativo beneficiário da GDASA, que obtiver pontuação inferior a cinquenta pontos em duas avaliações individuais consecutivas, será assegurado processo de capacitação, de responsabilidade do órgão ou entidade de lotação.

Art. 6º A GDASA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I - a média dos valores recebidos nos últimos sessenta meses; ou

II - o valor correspondente a dez pontos, quando percebida por período inferior a sessenta meses.

Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 7º Os ocupantes dos cargos efetivos de níveis superior e intermediário do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - DACTA, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo, farão jus à Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo - GECTA, instituída a partir da publicação desta Lei, conforme valores estabelecidos no Anexo III.

Parágrafo único. A GECTA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 8º A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único. Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 9º Até 31 de agosto de 2002 e até que sejam editados os atos referidos no art. 4º, a GDASA será paga aos servidores ocupantes de cargos efetivos ou cargos e funções comissionadas e de confiança, que a ela fazem jus, nos valores correspondentes a quarenta pontos por servidor.

Art. 10. Na hipótese de redução de remuneração dos ocupantes dos cargos de que trata o art. 2º decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira

ou tabela remuneratória, da concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento na carreira.

Art. 11. A GDASA e a GECTA serão pagas em conjunto, de forma não-cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 12. A GDASA e a GECTA não serão devidas àqueles que não se encontram no desempenho de atribuições decorrentes da condição de servidor público federal.

Art. 13. Em decorrência do disposto nos arts. 2º e 7º, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus, a partir de 1º de fevereiro de 2002, à Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo - GDACTA, de que trata a Lei nº 9.641, de 25 de maio de 1998.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 15. Fica revogado o art. 2º da Lei nº 9.641, de 25 de maio de 1998.

ANEXO I

TABELA DE CORRELAÇÃO

CARGOS	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE
Cargos de níveis superior e intermediário, integrantes do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - DACTA, referenciados no art. 1º.	A	III	III	ESPECIAL
		II	II	
		I	I	
	B	VI	VI	C
		V	V	
		IV	IV	
		III	III	
		II	II	
	C	I	I	B
		VI	VI	
		V	V	
		IV	IV	
		III	III	
	D	II	II	A
		I	I	
		V	V	
		IV	IV	
		III	III	

ANEXO II

TABELA DE VALOR DOS PONTOS

NÍVEL DO CARGO	VALOR DO PONTO (EM R\$)
SUPERIOR	14,37
INTERMEDIÁRIO	5,85

ANEXO III

TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO - GECA

NÍVEL DO CARGO	VALOR DO PONTO (EM R\$)
SUPERIOR	852,55
INTERMEDIÁRIO	583,69

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 9:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 49, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 49, de 2002, que *autoriza o Poder Executivo a contratar em nome da União operação de crédito interno e a conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 2 de julho do corrente e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 13 de agosto do corrente ano, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no último dia 12 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 27 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 20 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último

dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Wagner Rossi, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sras e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à discussão da medida provisória, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, encerro a discussão.

Em votação a medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 49, DE 2002

Autoriza o Poder Executivo a contratar em nome da União operação de crédito interno e a conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Observada a competência do Senado Federal constante do art. 52, incisos VI a VIII, da Constituição e ~~obedecidos os requisitos da legislação em vigor~~, fica o Poder Executivo autorizado, a critério do Ministério da Fazenda, a:

I - contratar em nome da União operação de crédito interno; e

II - conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, obedecidos os requisitos do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em especial o do § 1º.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as Leis nºs 6.263, de 16 de novembro de 1975, 6.590, de 16 de novembro de 1978, 6.841, de 3 de novembro de 1980, e o Decreto-Lei nº 1.957, de 31 de agosto de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência determina a retificação da data da Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975, nos autógrafos na Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 10:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 50, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 50, de 2002, que *abre, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito extraordinário no valor de trezentos e oitenta milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e três reais, para os fins que especifica, tendo*

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 14 de agosto passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no último dia 12 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 27 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 26 de setembro do corrente ano;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em discussão o parecer.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra para discutir o parecer do ilustre Deputado Wagner Rossi, quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Trata-se do item 10 da pauta.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Estou entendendo, estou entendendo.

Sr. Presidente, nada como os meus bons anjos da guarda, que, às vezes, conseguem invadir os infernos alheios para que, de repente, eu olhe a Ordem do Dia. Só quero registrar o meu voto contra, porque tenho certeza de que a história de Alagoas não colocará nas minhas costas a operação imoral de uma dívida mobiliária, que dívida nunca existiu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, com o voto contrário da Senadora Heloísa Helena.

Discussão da medida provisória, em turno único. (Pausa.)

Não há oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação a medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados.

Não havendo oradores que queiram encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

ORÇÃO - 7.000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS DE CRÉDITO									
UNIDADE - 7210 - RECURSOS SOBRE PREVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZ									
ANEXO		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSO							
NO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	G N D	R P D	M Q D	V L E	U L E	U L E	VALOR
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									340.905.883
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
29.846	0909.0315	APOIO A REESTRUTURAÇÃO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (LEI Nº 9.496/97 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.192-70)							380.905.883
29.846	0909.0315.0127	APOIO A REESTRUTURAÇÃO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (LEI Nº 9.496/97 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.192-70) - NO ESTADO DE ALAGOAS							380905883
TOTAL - FISCAL									340.905.883
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									380.905.883

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 11:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 54, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 54, de 2002, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta e seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer favorável, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Professor Luizinho (PT-SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 14 de agosto passado, tendo sido aprovada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no último dia 14 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 29 de setembro último, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 26 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as dema-

is deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Professor Luizinho, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sras e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão a medida provisória, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação a medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 54, DE 2002

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 36.365.000,00 (trinta e seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 36.365.000,00 (trinta e seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil reais), em favor do Ministério da Integração Nacional, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO:

EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS ...

ASAS FONTES - RS 1. CC

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SLENTELO/PRODUTO	F	D	P	M	C	E	VALOR
0467 DEFESA CIVIL									36.365.000
		ATIVIDADES							
06 182	0467 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL							36.365.000
06 182	0667 4580 0206	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ	S	4	P	40	0	100	3.000.000
06 182	0667 4580 0895	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUDESTE	S	3	P	50	0	100	10.000.000
			S	3	P	40	0	100	10.000.000
06 182	0667 4580 0869	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUL	S	3	P	50	0	100	13.365.000
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									36.365.000
TOTAL - GERAL									36.365.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

44XQ 11

...TO EXTRAORDINARY

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	U S F	C N D	R P	M O D	U T E	VALOR
0999		RESERVA DE CONTINGENCIA						36.365.000
99 999	0999 0998	OPERACOES ESPECIAIS						
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL						36.365.000 36.365.000
		TOTAL - FISCAL	F	9	F	99	0	100
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						36.365.000

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 12:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 55, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 55, de 2002, que *autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00 (cem reais), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição da Emenda nº 1, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Professor Luizinho (PT–SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 12 de julho passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foi apresentada uma emenda perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 14 de agosto passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 14 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 29 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 26 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Professor Luizinho, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

Discussão, em conjunto, da medida provisória e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação a medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação da Emenda nº 1, de parecer contrário. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação.

São as seguintes a matéria aprovada e a emenda rejeitada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 55, DE 2002

Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00 (cem reais), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a creditar em contas vinculadas específicas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, a expensas do próprio Fundo, os valores do complemento de atualização monetária de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, cuja importância, em 10 de julho de 2001, seja igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º A adesão de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, em relação às contas a que se refere o caput, será caracterizada no ato de recebimento do valor creditado na conta vinculada, dispensada a comprovação das condições de saque previstas no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 2º Caso a adesão não se realize até o final do prazo regulamentar para o seu exercício, o crédito será imediatamente revertido ao FGTS.

Art. 2º O titular de conta vinculada do FGTS, com idade igual ou superior a setenta anos ou que vier a completar essa idade até a data final para firmar o termo de adesão de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, fará jus ao crédito do complemento de atualização monetária de que trata a referida Lei Complementar, com a redução nela prevista, em parcela única, no mês seguinte ao de publicação desta Lei ou no mês subsequente ao que completar a mencionada idade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA 1

O art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O titular de conta vinculada do FGTS, com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, se homem, e com idade igual ou superior a sessenta anos, se mulher, ou que vier a completar essa idade até a data final para firmar o termo de adesão de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 110, de 2001, fará jus ao crédito do complemento de atualização monetária de que trata a referida Lei Complementar, com a redução nela prevista, em parcela única, no mês seguinte ao de publicação desta Medida Provisória ou no mês subsequente ao que completar a mencionada idade.”

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 13**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 56, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 56, de 2002, que *dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica, no plano de classificação de cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nº 10.486, de 4 de julho de 2002 e nº 5.662, de 21 de junho de 1971 e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas de nºs 1 e 2, apresentadas, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Antonio Cambraia (PSDB – CE).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 2 de agosto passado e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial** da União, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 14 de agosto

passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 05;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 14 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 29 de setembro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 26 de setembro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator Deputado Antonio Cambraia, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

Passa-se à discussão, em conjunto, da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas.

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passa-se à votação em globo das Emendas de nºs 1 e 2, que possuem parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

São as seguintes a matéria aprovada e as emendas rejeitadas:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 56, DE 2002

Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nºs 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam incluídos nos Grupos Outras Atividades de Nível Superior e Outras Atividades de Nível Médio do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as Categorias Funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal que integram as Tabelas de Especialistas, na forma do Anexo a esta Lei.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível, classe e padrão.

§ 2º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência desta Lei, prevalecendo, para os períodos anteriores, as normas então vigentes para cada Categoria Funcional.

Art. 2º Os servidores de que trata o art. 26 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, poderão manifestar-se, no prazo de sessenta dias, contado a partir da publicação desta Lei, pelo reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação, sem prejuízo da atual lotação ou unidade de exercício.

Parágrafo único. A partir do reenquadramento de que trata o caput, o servidor deixará de perceber as vanta-

gens previstas na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e na Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

Art. 3º A restrição de que trata o § 1º do art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, feita aos ocupantes de cargos efetivos estruturados em carreiras não se aplica aos servidores abrangidos pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002.

Art. 4º O § 3º do art. 36 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36.

.....

§ 3º Fica assegurada aos atuais militares:

I - a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, até 29 de dezembro de 2000, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento da remuneração ou proventos; ou

II - a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no inciso I, desde que expressa até 31 de agosto de 2002." (NR)

Art. 5º Para a cobrança da contribuição específica a que se refere o inciso I do § 3º do art. 36 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, com a nova base de cálculo instituída pelo art. 4º desta Lei, observar-se-á o disposto no art. 195, § 6º, da Constituição.

Art. 6º Para o cálculo proporcional dos proventos das aposentadorias compulsórias e por invalidez, relativas aos servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro

de 1990, serão considerados os valores das gratificações de desempenho profissional, individual ou institucional e de produtividade, percebidos no mês anterior ao do afastamento.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às aposentadorias por invalidez permanente decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.

Art. 7º A Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4ºA:

"Art. 4ºA. O disposto no art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não se aplica aos empregados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e aos de suas subsidiárias.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos empregados do BNDES e de suas subsidiárias será de sete horas diárias, perfazendo um total de trinta e cinco horas de trabalho semanais, não podendo ser reduzida em qualquer hipótese."

Art. 8º O disposto na Seção I do Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não se aplica aos empregados da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos empregados da FINEP será de oito horas diárias, perfazendo um total de quarenta horas de trabalho semanais, não podendo ser reduzida em qualquer hipótese.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

CARGO	NÍVEL DO CARGO	CÓDIGO	QUANTITATIVO (ATIVOS)
Especialista de Nível Superior	NS	33085	2
Especialista de Nível Superior	NS	68024	361
Técnico de Nível Superior	NS	68085	163
Técnico Nível Superior	NS	32075	402
Especialista Nível Médio	NI	27064	4.135
Tabela de Especialista	NI	27063	1
Técnico de Nível Médio	NI	27076	44
Técnico Nível Médio	NI	44059	963
Especialista Nível Apoio	NA	24027	649

A MP 56/02 passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 1º Ficam enquadrados no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as categorias funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal, que integram as Tabelas de Especialistas.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, o enquadramento dar-se-á de acordo com os critérios estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, combinado com a Portaria nº 89, de 14 de janeiro de 1992, da Secretaria de Administração Federal - SAF.

§ 2º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, prevalecendo, para os períodos anteriores, normas então vigentes para cada categoria funcional.

§ 3º Para que seja definida a classificação dos Especialistas, deverá ser observada sua atribuição funcional, com as contidas na Portaria 179, de 1973, do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP, fazendo a correlação com as categorias funcionais constantes nos Anexos X e XI, da Lei nº 7.995, de 09 de janeiro de 1990.

Art. 9º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 19, 20 e o inciso II do art. 7º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passam a vigor com as seguintes alterações:

Art. 1º Fica criada, no âmbito das Forças Armadas e nos termos desta Lei, a *Carreira de Tecnologia Militar de níveis superior e intermediário, com atribuições voltadas para as áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares, cujos cargos são ocupados por servidores públicos.*

Art. 2º Ficam criados, na *Carreira de Tecnologia Militar*:

I - no Comando da Marinha:

a) quinhentos e vinte e cinco cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar - nível superior;

b) duzentos e vinte e cinco cargos de Analista de Tecnologia Militar - nível superior.

Parágrafo único: A inclusão de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnico de Tecnologia Militar dos Comandos da Marinha, Exército e da Aeronáutica dar-se-á da transposição dos cargos classificados e enquadrados de acordo com o art. 1º desta Medida Provisória no Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no efetivo exercício atual do cargo.

Art. 3º A investidura nos cargos de que trata esta Lei ocorrerá mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de provas ou de provas e títulos, e a segunda de curso de especialização complementar a formação profissional.

§ 1º Os títulos que comprovam a educação superior e a educação profissional do Engenheiro e do Analista de Tecnologia Militar devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Os títulos que comprovam a educação profissional de nível médio, a habilitação profissional e a educação escolar do Técnico de Tecnologia Militar, de nível intermediário, devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o instituído pelos arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 3º O ingresso nos cargos de níveis superior e intermediário, de que trata esta lei, dar-se-á na Classe "D", Padrão "I".

Art. 4º A estrutura de classes e padrões e o vencimento básico dos cargos criados por esta Lei são os fixados nas Tabelas dos Anexos I e III desta Lei, respectivamente, tem sua correlação estabelecida no Anexo II, e alterações posteriores.

§ 1º Os vencimentos dos servidores de que trata este artigo corresponderão aqueles fixados no Anexo III para os respectivos níveis, classes e padrões.

Art. 7º (....)

(....)

II - valor do maior vencimento básico corresponde ao da carreira e ao cargo, classe e padrão da Tabela de Vencimento do Anexo III desta Lei, considerando a correlação do Anexo II, e alterações posteriores.

Art. 19. Os servidores lotados nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ocupantes de cargos efetivos de Engenheiro e os de nível intermediários do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou na forma do art. 243 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituídos pelo art. 1º desta Medida Provisória, serão enquadrados nos cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnicos de Tecnologia Militar no mesmo nível, classe e padrão onde estejam posicionados.

Parágrafo único. O enquadramento dos servidores de que trata este artigo, só será efetivado mediante o atendimento aos requisitos contidos no §§ 1º e 2º do art. 3º desta Lei e desde que desempenhem efetivamente atividades técnicas compatíveis com as áreas de atuação da Carreira de Tecnologia Militar descritas no "caput" do art. 9º desta Lei.

Dê-se, ao art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam incluídos nos Grupos Outras Atividades de Nível Superior e Outras Atividades de Nível Médio do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as Categorias Funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal que integram as Tabelas de Especialistas, na forma do Anexo a esta Lei.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível, classe e padrão, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Serão concedidas, mediante enquadramento na classe e padrão correspondentes, aos servidores de que trata o "caput" as progressões e promoções cujo interstício tenha sido concluído nos cinco anos anteriores à data da vigência desta Lei, com efeitos retroativos à data de cumprimento dos referidos interstícios.

§ 3º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência desta Medida Provisória, prevalecendo, para os períodos anteriores, as normas então vigentes para cada Categoria Funcional.

§ 4º Aplica-se o disposto nos §§ 2º e 3º aos aposentados e pensionistas, nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 14:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 60, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 60, de 2002, que *abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), para os fins que especifica*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Wagner Rossi (PMDB – SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial** da União, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 29 de agosto passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 06;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 29 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 14 de outubro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 11 de outubro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último

dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator Wagner Rossi, que se manifesta pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória. É uma preliminar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão a medida provisória, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 15:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 63, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 63, de 2002, que *cria o Programa Diversidade na Universidade e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Osvaldo Biolchi (PMDB – RS).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 28 de agosto último e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5, perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 9 de setembro passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 06;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 10 de outubro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 25 de outubro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 24 de outubro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator Deputado Osvaldo Biolchi pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Discussão, em conjunto, da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação em globo das Emendas de nºs 1 a 5, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

São as seguintes a medida aprovada e as emendas rejeitadas:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 63, DE 2002

Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.

Art. 2º O Programa ~~Diversidade~~ na Universidade será executado mediante a transferência de recursos da União a entidades de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem na área de educação e que venham a desenvolver projetos inovadores para atender a finalidade do Programa.

Parágrafo único. A transferência de recursos para entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos do caput, será realizada por meio da celebração de convênio ou de outro instrumento autorizado por lei.

Art. 3º As transferências de recursos da União por meio do Programa Diversidade na Universidade serão realizadas pelo período de três anos.

Art. 4º Fica autorizada a concessão de bolsas de manutenção e de prêmios, em dinheiro, aos alunos das entidades a que se refere o parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º Os critérios e as condições para a concessão de bolsas de manutenção e de prêmios serão estabelecidos por decreto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, prioritariamente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao **caput** do art. 1º constante da MP, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Programa Diversidade na Universidade no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso e permanência no ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, preferencialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.” (NR)

EMENDA Nº 3

Dê-se ao **caput** do art 2º constante da MP, a seguinte redação:

“Art. 2º “O Programa Diversidade na Universidade será executado mediante a transferência de recursos da União a entidades de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem na área de educação e que desenvolvam projetos para atender a finalidade do Programa.” (NR)

EMENDA Nº 4

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º constante da MP, a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

Parágrafo único. A transferência de recursos para entidades de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos do **caput**, será realizada por meio da celebração de convênio ou de outro instrumento autorizado por lei.” (NR)

EMENDA Nº 5

Acrescente-se o seguinte art. 7º à Medida Provisória nº 63, de 26 de agosto de 2002:

Art 7º O art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

Art. 16.....

.....

IV – as instituições de educação superior, criadas por entes de direito público, que não sejam mantidas com recursos públicos ou administradas mediante indicação direta dos seus dirigentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 16:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 65, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 65, de 2002, que *regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 12, proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. (PT – SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 28 de agosto último e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 12, perante a Comissão Mista. A Emenda nº 7, retirada pelo autor quando da apreciação da matéria na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetida ao plenário do Senado, por ser considerada inexistente;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 11 de setembro passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 06;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 12

de outubro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 27 de outubro passado, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 24 de outubro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, Relator Revisor da matéria no Senado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para proferir o parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Medida Provisória permitirá o estabelecimento de regras para a concessão de benefícios da anistia política. Depois de muitos anos de luta da sociedade brasileira e do movimento popular organizado, conseguimos avançar no rumo da conquista dessa anistia, mas apenas hoje, definitiva e irreversivelmente, vamos regulamentá-la.

Tive a honra de ser o relator da matéria referente à anistia política na Comissão Mista do Congresso Nacional e pude, Sr. Presidente, comandar uma negociação que, entre outros efeitos, permitiu aos anistiados a opção de recebimento em prestação única ou continuada e a isenção do pagamento de Imposto de Renda com relação aos benefícios da anistia; estabelecemos um prazo para prescrição e definimos o órgão responsável pelo respectivo pagamento; estabelecemos um paradigma, que era a grande bandeira de todo o movimento nacional pela anistia; fixamos prazo para pagamento, e, fundamentalmente, obtivemos a abrangência que o povo brasileiro pretendia.

A anistia foi negociada pormenorizadamente. Logramos, com o Governo Federal, o compromisso de editar nova medida provisória com o produto inteiro da negociação. Desse modo, estamos resgatando uma dívida com os anistiados políticos e, novamente, fazendo reencontrar a Nação brasileira. A anistia é, sobretudo, reconciliação, e sinto muito orgulho e hon-

ra de ter colaborado verdadeiramente para que chegássemos a bom termo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas encaminhar com muita satisfação a votação deste projeto tão bem relatado pelo Senador Renan Calheiros, ressaltando os avanços conseguidos com esta Medida Provisória e com outras medidas tomadas anteriormente com relação à anistia e à reinserção política em nosso País.

O Governo vota favoravelmente, louvando a iniciativa da aprovação da Câmara e do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Medida Provisória regulamenta o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da anistia aos perseguidos políticos desde 1946 até a promulgação da Constituição de 1988. Essa regulamentação põe termo à dificuldade de tratamento da matéria, sobretudo em relação a indenizações na forma de benefícios de forma continuada a que fazem jus os trabalhadores que possuíam vínculo empregatício no regime geral de previdência e indenizações de prestação única a que fazem jus, por exemplo, cidadãos que eram integrantes do movimento estudantil durante o regime militar e que não possuíam vínculo de prestação de serviços profissionais.

A centralização do exame dos requerimentos de reconhecimento da condição de anistiado no âmbito do Ministério da Justiça constitui um aspecto digno de louvor por permitir maior racionalidade administrativa. Foi muito importante a relatoria do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que se inclinou pela sua aprovação na forma original, bem como a do Senador Renan Calheiros. Inclusive a própria Comissão de Anistia do Ministério do Trabalho foi, entre 1992 e 1994, presidida por nosso assessor o Sr. Thales Machado Coelho, que, com conhecimento da questão, destacou a adequada regulamentação da matéria.

Portanto, elogiamos o tratamento dispensado e somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o parecer do ilustre Relator Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Discussão, em conjunto, da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas.

Concedo a palavra ao ilustre Líder do PFL, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo declarar a alegria com que voto esta matéria. Tenho certeza de que meu Partido votará integralmente favorável à aprovação da Medida Provisória nº 65, que, em nosso entendimento, significa a manifestação claríssima da maturidade da classe política no Brasil, que, acima de partidos ou com a participação de todos os partidos, elaborou algo que significa o regime do anistiado político, cuidadosamente preparado com critérios de justiça, recuperando direitos e, acima de tudo, fazendo história.

Com tais palavras, recomendo o voto “sim” à matéria que o PFL endossa por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

Em votação a medida, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Aprovada a medida provisória.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 6 e 8 a 12, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

São as seguintes a medida aprovada e as emendas rejeitadas:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 65, DE 2002

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DO REGIME DO ANISTIADO POLÍTICO

Art. 1º O Regime do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:

I - declaração da condição de anistiado político;

II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias;

IV - conclusão do curso, em escola pública, ou, na falta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior, mesmo que este não tenha correspondente no Brasil, exigindo-se para isso o diploma ou certificado de

conclusão do curso em instituição de reconhecido prestígio internacional; e

V - reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão a greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.

Parágrafo único. Aqueles que foram afastados em processos administrativos, instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão, serão reintegrados em seus cargos.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO POLÍTICO

Art. 2º São declarados anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

I - atingidos por atos institucionais ou complementares, ou de exceção na plena abrangência do termo;

II - punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais, impondo-se mudanças de local de residência;

III - punidos com perda de comissões já incorporadas ao contrato de trabalho ou inerentes às suas carreiras administrativas;

IV - compelidos ao afastamento da atividade profissional remunerada, para acompanhar o cônjuge;

V - impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5;

VI - punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos, sendo trabalhadores do setor privado ou dirigentes e representantes sindicais, nos termos do § 2º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VII - punidos com fundamento em atos de exceção, institucionais ou complementares, ou sofreram punição disciplinar, sendo estudantes;

VIII - abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969;

IX - demitidos, sendo servidores públicos civis e empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações públicas, empresas públicas ou empresas mistas ou sob controle estatal, exceto nos Comandos militares no que se refere ao disposto no § 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

X - punidos com a cassação da aposentadoria ou disponibilidade;

XI - desligados, licenciados, expulsos ou de qualquer forma compelidos ao afastamento de suas atividades remuneradas, ainda que com fundamento na legislação comum, ou decorrentes de expedientes oficiais sigilosos;

XII - punidos com a transferência para a reserva remunerada, reformados, ou, já na condição de inativos, com

perda de proventos, por atos de exceção, institucionais ou complementares, na plena abrangência do termo;

XIII - compelidos a exercer gratuitamente mandato eletivo de vereador, por força de atos institucionais;

XIV - punidos com a cassação de seus mandatos eletivos nos Poderes Legislativo ou Executivo, em todos os níveis de governo;

XV - na condição de servidores públicos civis ou empregados em todos os níveis de governo ou de suas fundações, empresas públicas ou de economia mista ou sob controle estatal, punidos ou demitidos por interrupção de atividades profissionais, em decorrência de decisão de trabalhadores;

XVI - sendo servidores públicos, punidos com demissão ou afastamento, e que não requereram retorno ou reversão à atividade, no prazo que transcorreu de 28 de agosto de 1979 a 26 de dezembro do mesmo ano, ou tiveram seu pedido indeferido, arquivado ou não conhecido e tampouco foram considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados;

XVII - impedidos de tomar posse ou de entrar em exercício de cargo público, nos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo, em todos os níveis, tendo sido válido o concurso.

§ 1º No caso previsto no inciso XIII, o período de mandato exercido gratuitamente conta-se apenas para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social.

§ 2º Fica assegurado o direito de requerer a correspondente declaração aos sucessores ou dependentes daque-

le que seria beneficiário da condição de anistiado político.

CAPÍTULO III DA REPARAÇÃO ECONÔMICA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO

Art. 3º A reparação econômica de que trata o inciso II do art. 1º desta Lei, nas condições estabelecidas no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, correrá à conta do Tesouro Nacional.

§ 1º A reparação econômica em prestação única não é acumulável com a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

§ 2º A reparação econômica, nas condições estabelecidas no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia de que trata o art. 12 desta Lei.

Seção I Da Reparação Econômica em Prestação Única

Art. 4º A reparação econômica em prestação única consistirá no pagamento de trinta salários mínimos por ano de punição e será devida aos anistiados políticos que não puderem comprovar vínculos com a atividade laboral.

§ 1º Para o cálculo do pagamento mencionado no caput deste artigo, considera-se como um ano o período inferior a doze meses.

§ 2º Em nenhuma hipótese o valor da reparação econômica em prestação única será superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Seção II

Da Reparação Econômica em Prestação Mensal, Permanente e Continuada

Art. 5º A reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, nos termos do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será assegurada aos anistiados políticos que comprovarem vínculos com a atividade laboral, à exceção dos que optarem por receber em prestação única.

Art. 6º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual ao da remuneração que o anistiado político receberia se na ativa estivesse, considerada a graduação a que teria direito, obedecidos os prazos para promoção previstos nas leis e regulamentos vigentes, e asseguradas as promoções ao oficialato, independentemente de requisitos e condições, respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e, se necessário, considerando-se os seus paradigmas.

§ 1º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será estabelecido conforme os elementos de prova oferecidos pelo requerente, informações de órgãos oficiais, bem como de fundações, empresas públicas ou privadas, ou empresas mistas sob controle estatal, ordens, sindicatos ou conselhos profissionais a que o anistiado político estava vinculado ao sofrer a punição, podendo ser arbitrado até mesmo com base em pesquisa de mercado.

§ 2º Para o cálculo do valor da prestação de que trata este artigo serão considerados os direitos e vantagens incorporados à situação jurídica da categoria profis-

sional a que pertencia o anistiado político, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 3º As promoções asseguradas ao anistiado político independerão de seu tempo de admissão ou incorporação de seu posto ou graduação, sendo obedecidos os prazos de permanência em atividades previstos nas leis e regulamentos vigentes, vedada a exigência de satisfação das condições incompatíveis com a situação pessoal do beneficiário.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se paradigma a situação funcional de maior frequência constatada entre os pares ou colegas contemporâneos do anistiado que apresentavam o mesmo posicionamento no cargo, emprego ou posto quando da punição.

§ 5º Desde que haja manifestação do beneficiário, no prazo de até dois anos a contar da entrada em vigor desta Lei, será revisto, pelo órgão competente, no prazo de até seis meses a contar da data do requerimento, o valor da aposentadoria e da pensão excepcional, relativa ao anistiado político, que tenha sido reduzido ou cancelado em virtude de critérios previdenciários ou estabelecido por ordens normativas ou de serviço do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, respeitado o disposto no art. 7º desta Lei.

§ 6º Os valores apurados nos termos deste artigo poderão gerar efeitos financeiros a partir de 5 de outubro de 1988, considerando-se para início da retroatividade e da prescrição quinquenal a data do protocolo da petição ou requerimento inicial de anistia, de acordo com os arts. 1º e 4º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

Art. 7º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, não será inferior ao do salário mínimo nem su-

perior ao do teto estabelecido no art. 37, inciso XI, e § 9º da Constituição.

§ 1º Se o anistiado político era, na data da punição, comprovadamente remunerado por mais de uma atividade laboral, não eventual, o valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual à soma das remunerações a que tinha direito, até o limite estabelecido no caput deste artigo, obedecidas as regras constitucionais de não-acumulação de cargos, funções, empregos ou proventos.

§ 2º Para o cálculo da prestação mensal de que trata este artigo, serão asseguradas, na inatividade, na aposentadoria ou na reserva, as promoções ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teria direito se estivesse em serviço ativo.

Art. 8º O reajustamento do valor da prestação mensal, permanente e continuada, será feito quando ocorrer alteração na remuneração que o anistiado político estaria recebendo se estivesse em serviço ativo, observadas as disposições do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 9º Os valores pagos por anistia não poderão ser objeto de contribuição ao INSS, a caixas de assistência ou fundos de pensão ou previdência, nem objeto de ressarcimento por estes de suas responsabilidades estatutárias.

Parágrafo único. Os valores pagos a título de indenização a anistiados políticos são isentos do Imposto de Renda.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 10. Caberá ao Ministro de Estado da Justiça decidir a respeito dos requerimentos fundados nesta Lei.

Art. 11. Todos os processos de anistia política, deferidos ou não, inclusive os que estão arquivados, bem como os respectivos atos informatizados que se encontram em outros Ministérios, ou em outros órgãos da Administração Pública direta ou indireta, serão transferidos para o Ministério da Justiça, no prazo de noventa dias contados da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O anistiado político ou seu dependente poderá solicitar, a qualquer tempo, a revisão do valor da correspondente prestação mensal, permanente e continuada, toda vez que esta não esteja de acordo com os arts. 6º, 7º, 8º e 9º desta Lei.

Art. 12. Fica criada, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos referidos no art. 10 desta Lei e assessorar o respectivo Ministro de Estado em suas decisões.

§ 1º Os membros da Comissão de Anistia serão designados mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça e dela participarão, entre outros, um representante do Ministério da Defesa, indicado pelo respectivo Ministro de Estado, e um representante dos anistiados.

§ 2º O representante dos anistiados será designado conforme procedimento estabelecido pelo Ministro de Estado da Justiça e segundo indicação das respectivas associações.

§ 3º Para os fins desta Lei, a Comissão de Anistia poderá realizar diligências, requerer informações e documentos, ouvir testemunhas e emitir pareceres técnicos com o objetivo de instruir os processos e requerimentos, bem como arbitrar, com base nas provas obtidas, o valor das in-

denizações previstas nos arts. 4º e 5º nos casos que não for possível identificar o tempo exato de punição do interessado.

§ 4º As requisições e decisões proferidas pelo Ministro de Estado da Justiça nos processos de anistia política serão obrigatoriamente cumpridas no prazo de sessenta dias, por todos os órgãos da Administração Pública e quaisquer outras entidades a que estejam dirigidas, ressalvada a disponibilidade orçamentária.

§ 5º Para a finalidade de bem desempenhar suas atribuições legais, a Comissão de Anistia poderá requisitar das empresas públicas, privadas ou de economia mista, no período abrangido pela anistia, os documentos e registros funcionais do postulante à anistia que tenha pertencido aos seus quadros funcionais, não podendo essas empresas recusar-se à devida exibição dos referidos documentos, desde que oficialmente solicitado por expediente administrativo da Comissão e requisitar, quando julgar necessário, informações e assessoria das associações dos anistiados.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13. No caso de falecimento do anistiado político, o direito à reparação econômica transfere-se aos seus dependentes, observados os critérios fixados nos regimes jurídicos dos servidores civis e militares da União.

Art. 14. Ao anistiado político são também assegurados os benefícios indiretos mantidos pelas empresas ou órgãos da Administração Pública a que estavam vinculados quando foram punidos, ou pelas entidades instituídas por

umas ou por outros, inclusive planos de seguro, de assistência médica, odontológica e hospitalar, bem como de financiamento habitacional.

Art. 15. A empresa, fundação ou autarquia poderá, mediante convênio com a Fazenda Pública, encarregar-se do pagamento da prestação mensal, permanente e continuada, relativamente a seus ex-empregados, anistiados políticos, bem como a seus eventuais dependentes.

Art. 16. Os direitos expressos nesta Lei não excluem os conferidos por outras normas legais ou constitucionais, vedada a acumulação de quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento, facultando-se a opção mais favorável.

Art. 17. Comprovando-se a falsidade dos motivos que ensejaram a declaração da condição de anistiado político ou os benefícios e direitos assegurados por esta Lei será o ato respectivo tornado nulo pelo Ministro de Estado da Justiça, em procedimento em que se assegurará a plenitude do direito de defesa, ficando ao favorecido o encargo de ressarcir a Fazenda Nacional pelas verbas que houver recebido indevidamente, sem prejuízo de outras sanções de caráter administrativo e penal.

Art. 18. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetuar, com referência às anistias concedidas a civis, mediante comunicação do Ministério da Justiça, no prazo de sessenta dias a contar dessa comunicação, o pagamento das reparações econômicas, desde que atendida a ressalva do § 4º do art. 12 desta Lei.

Parágrafo único. Tratando-se de anistias concedidas aos militares, as reintegrações e promoções, bem como

as reparações econômicas, reconhecidas pela Comissão, serão efetuadas pelo Ministério da Defesa, no prazo de sessenta dias após a comunicação do Ministério da Justiça, à exceção dos casos especificados no art. 2º, inciso V, desta Lei.

Art. 19. O pagamento de aposentadoria ou pensão excepcional relativa aos já anistiados políticos, que vem sendo efetuado pelo INSS e demais entidades públicas, bem como por empresas, mediante convênio com o referido instituto, será mantido, sem solução de continuidade, até a sua substituição pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, instituído por esta Lei, obedecido o que determina o art. 11.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao pagamento das reparações econômicas de caráter indenizatório terão rubrica própria no Orçamento Geral da União e serão determinados pelo Ministério da Justiça, com destinação específica para civis (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e militares (Ministério da Defesa).

Art. 20. Ao declarado anistiado que se encontre em litígio judicial visando à obtenção dos benefícios ou indenização estabelecidos pelo art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é facultado celebrar transação a ser homologada no juízo competente.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento do disposto neste artigo, a Advocacia-Geral da União e as Procuradorias Jurídicas das autarquias e fundações públicas federais ficam autorizadas a celebrar transação nos processos movidos contra a União ou suas entidades.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

EMENDA Nº 1

Inclua-se § 3º no art. 3º da MP nº 65/02:

“Art. 3º

§ 3º Os que foram anistiados, reintegrados, readmitidos ou aposentados, terão direito a diferença entre o que recebem e o que deveriam receber nos termos do art. 8º do ADCT, da CF/88.

EMENDA Nº 2

Suprima-se o § 2º do art. 4º da MP em questão.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao § 2º do art. 4º a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 2º Em nenhuma hipótese o valor da reparação econômica, em prestação única, ultrapassara o período compreendido entre 31 de março de 1964 até 5 de outubro de 1988.

EMENDA Nº 4

Suprima-se o parágrafo 4º do artigo 6º da Medida Provisória em epígrafe.

EMENDA Nº 5

Dê-se ao § 4º do art. 6º a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 4º Para os efeitos desta Medida Provisória, considera-se paradigma a melhor situação funcional constatada entre os pares ou colegas contemporâneos do anistiado.”

EMENDA Nº 6

Dê-se ao § 5º do art. 6º a seguinte redação:

Art. 6º

§ 5º Desde que haja manifestação do beneficiário, será restaurado no prazo de até 6 (seis) meses a contar da data do requerimento, o valor da aposentadoria e da pensão excepcional, relativa ao anistiado político, que tenha sido reduzido ou cancelado em virtude de critérios previdenciários ou estabelecido por ordem normativas ou de serviços do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, respeitado o disposto no art. 7º desta Medida Provisória.”

EMENDA Nº 8

Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 2º da MP.

Art. 2º

XVIII – obrigados a afastar-se de suas atividades laborais, sendo autônomos, profissionais liberais, empresários ou trabalhadores rurais.

EMENDA Nº 9

Inclua-se o inciso XVIII no art. 2º da MP nº 65/02

“Art. 2º

XVIII – atingidos pelo Decreto-Lei de nº 158, de 10 de fevereiro de 1967.

EMENDA Nº 10

Acrescente-se ao art. 16 os seguintes parágrafos:

“Art. 16.

§ 1º Aplicam-se os dispositivos dessa Medida Provisória também aos processos de anistia dos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União, nas condições da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 2º Os processos de anistia a que se refere o § 1º, deferidos ou não, inclusive os que estão em análise ou arquivados, serão transferidos ao Ministério da Justiça, no prazo estipulado pelo art. 11 desta Medida Provisória, e serão submetidos a exame pela Comissão de Anistia a que se refere o art. 12 desta Medida Provisória.

EMENDA Nº 11

Dê-se ao art. 22 a seguinte redação:

“Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o § 2º do art. 1º, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.”

EMENDA Nº 12

Inclua-se artigo com a seguinte redação:

Art. O **caput** do art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado de documentação à Comissão de Anistia, que será criada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Embora não seja costume da Mesa manifestar-se sobre matérias apreciadas, cumpre ressaltar que esse assunto vem sendo discutido amplamente. Foi inclusive objeto de veto e chega agora a um final feliz, para a maturidade da democracia brasileira, reparando graves injustiças.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 17:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 67, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 67, de 2002, que *dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Alberto Goldman (PSDB-SP).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 05 de agosto último e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 18 de setembro passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 06;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 19 de outubro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 3 do corrente, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 31 de outubro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Deputado Alberto Goldman, do PSDB de São Paulo, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o parecer, passa-se à discussão em turno único da Medida Provisória.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Medida Provisória. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a Medida Provisória, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 67, DE 2002

Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica suspensa, em relação aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2003, a aplicação da alíquota do imposto de renda na fonte de que trata o art. 1º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil de bens de capital arrendados por empresa de transporte aéreo de cargas ou de passageiros.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se independentemente da data de celebração do contrato de arrendamento.

Art. 2º A contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, relativamente à receita bruta decorrente da venda de querosene de aviação, incidirá uma única vez, nas vendas realizadas pelo produtor ou importador, às alíquotas de 1,25% e 5,8%, respectivamente.

Art. 3º O disposto no inciso IV do caput e no § 1º do art. 14 e no art. 35 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, não se aplica à hipótese de fornecimento de querosene de aviação.

Art. 4º Observado o art. 172 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, poderá ser concedida remissão dos débitos de responsabilidade das

empresas nacionais de transporte aéreo, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, correspondentes à contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao Finsocial incidentes sobre a receita bruta decorrente do transporte internacional de cargas ou passageiros, relativamente aos fatos geradores ocorridos até a data anterior àquela em que iniciados os efeitos da isenção concedida por meio do inciso V e do § 1º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001.

§ 1º A extensão do disposto neste artigo a empresa estrangeira depende da celebração de acordo com o governo do país de seu domicílio, que assegure, às empresas brasileiras, tratamento recíproco em relação à totalidade dos impostos, taxas ou qualquer outro ônus tributário incidente sobre operações de transporte internacional de cargas ou passageiros, seja pela concessão de remissão, seja pela comprovação de sua não incidência, abrangendo igual período ao fixado no caput.

§ 2º O disposto neste artigo, inclusive na hipótese do § 1º, não implica restituição de valores pagos.

Art. 5º Relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2003, a alíquota específica de que trata o inciso III do art. 5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, passa a ser de R\$ 48,50 (quarenta e oito reais e cinquenta centavos) por m³.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito, em relação ao disposto nos arts. 2º e 3º, para os fatos geradores ocorridos a partir de 10 de dezembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 18:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 68, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 68, de 2002, que *altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória e pela rejeição da Emenda nº 1, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 05 de setembro último e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foi apresentada uma emenda perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 18 de setembro passado, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 06;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o último dia 19 de outubro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 03 do corrente, tendo sido prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional datado de 31 de outubro último;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 07, passado a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário haverá de levar em consideração o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação o parecer do Relator Deputado Tadeu Filippelli, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Aprovado.

Discussão em conjunto da Medida Provisória e da emenda em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória sem prejuízo da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrado o encaminhamento.

Em votação a medida.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Votação de Emenda nº 1, de parecer contrário. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação.

São as seguintes a matéria aprovada e a emenda rejeitada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 68, DE 2002

Altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

Parágrafo único. O valor do Vale-Pedágio obrigatório e os dados do modelo próprio, necessários à sua identificação, deverão ser destacados em campo específico no documento comprobatório de embarque." (NR)

"Art. 3º A partir de 25 de outubro de 2002, o embarcador passará a antecipar o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador, em modelo próprio, independentemente do valor do frete, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

.....
§ 6º Até o dia 15 de outubro de 2002, as concessionárias de rodovias que pratiquem a cobrança de pedágio informarão à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o modelo próprio de Vale-Pedágio obrigatório, utilizável em todas as rodovias nacionais, que estejam disponibilizando aos interessados e os locais em que poderão ser adquiridos.

....." (NR)

"Art. 6º Compete a ANTT a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infrações desta Lei.

.....

§ 2º A ANTT obriga-se a prover os órgãos ou as entidades de que trata o § 1º, fornecendo-lhes elementos necessários e atualizados." (NR)

"Art. 7º Caso o Ministério do Trabalho e Emprego venha a exercer, por delegação e descentralização, as atividades inerentes à ANTT, os valores arrecadados, decorrentes das multas por ele aplicadas, constituirão receita adicional do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990." (NR)

"Art. 9º A A ANTT articular-se-á com os Estados e Municípios que operem diretamente rodovias com pedágio, ou por meio de concessões, com vistas à implementação das disposições desta Lei nas suas esferas de atuação."

Art. 2º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24.

.....
XVII - exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no inciso VIII do art. 21 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, nas rodovias federais por ela administradas.
....." (NR)

"Art. 82.

§ 1º As atribuições a que se refere o caput não se aplicam aos elementos da infraestrutura concedidos ou arrendados pela ANTT e pela ANTAQ.
.....

§ 3º É, ainda, atribuição do DNIT, em sua esfera de atuação, exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no art. 21 da Lei nº 9.503, de 1997, observado o disposto no inciso XVII do art. 24 desta Lei." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o art. 4º da Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao art. 82 constante do art. 2º da MP o seguinte parágrafo:

“§ 4º Excetuam-se das competências do órgão executivo rodoviário da União, as expressas nos incisos V, VI e VII do art. 21 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que são exercidas pela autoridade de trânsito da União, expressas no art. 20 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997.” (NR).

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a pauta está desobstruída. Vamos continuar a Ordem do Dia.

A Mesa sente-se no dever de parabenizar todos os Srs. Senadores e relatores, que contribuíram com o bom andamento e a desobstrução de nossa pauta.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aqui para anunciar algo muito doloroso: a morte de um amigo meu e nosso companheiro de Partido, que, inclusive, fazia parte da Direção Nacional. Não terei condições de falar. Fiz uma nota e gostaria que ela constasse dos Anais.

Gostaria também de agradecer a solidariedade do Senador Carlos Wilson e de todos os nossos amigos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a poderia, pelo menos, declinar o nome do falecido, Senador Roberto Freire? Compreendo o sofrimento por que V. Ex^a está passando.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Byron Sarinho.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Compreendo a dificuldade do Senador Roberto Freire em ler a nota. Trata-se de uma pessoa com quem S. Ex^a tinha um relacionamento de irmão e que foi presidente do PPS em Pernambuco durante muitos anos e também secretário-geral. Era uma das figuras mais queridas em nosso Estado e, lamentavelmente, suicidou-se hoje, às

15h, na cidade do Recife. Vou pedir força para que eu consiga ler a nota que o Senador Roberto Freire providenciou, em nome do PPS.

Eis a nota do Senador Roberto Freire, presidente do PPS, distribuída em 12 de novembro de 2002:

É difícil conter a emoção quando pensamos e falamos de Byron Sarinho, que nos abandona tão repentina e tragicamente. Posso assegurar, no PPS existem muitos bons, sinceros e dedicados militantes, mas nenhum é superior a ele. No máximo, podem igualá-lo.

Para mim, Byron era como um irmão – e sei o tamanho da dor quando se perde um irmão, porque já antes perdera um. Estudamos juntos na Faculdade de Direito em 1962, ingressamos ao mesmo tempo no antigo PCB, ajudamos a fundar o MDB e lutamos do mesmo lado contra a ditadura, construímos o PPS. Discussões muitas; grandes divergências, jamais.

Com a morte de Byron também morre parte da história da vida pública. Amigo de primeira hora, formulador político nato, democrata e humanista radical, amante da cultura e do povo de Pernambuco, entusiasta do Brasil, sonhador, socialista, esteve em todas as minhas campanhas vitoriosas ou derrotadas. Sempre com o seu espírito crítico, ponderado, um porto seguro para quem fazia da política arte de mudança e uma atividade nobre.

O PPS ficou mais pobre, Pernambuco ficou mais pobre, o Brasil ficou mais pobre. Espero que possamos continuar o seu legado de esperança.

O partido perdeu um dos seus mais lúcidos dirigentes.

Como Presidente do PPS e como amigo, além de enviar o nosso abraço de conforto à sua família, proclamamos publicamente: Byron, muito obrigado!

Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, essa é a nota elaborada pelo Senador Roberto Freire.

Quero também, em meu nome, externar a minha dor, porque sei da importância do companheiro Byron Sarinho na formação política do nosso Estado e principalmente da nossa geração.

Byron será sempre lembrado: Byron, que em todos os momentos combateu a ditadura militar; Byron,

que ajudou na redemocratização deste País; Byron, que foi um referencial de luta especialmente para nós que moramos em Pernambuco.

Por isso, Sr. Presidente, externamos a nossa dor, que é muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Gostaria de dizer ao Senador Roberto Freire, que se ausentou do plenário compreensivelmente, ao Senador Carlos Wilson e aos demais Senadores que a Mesa se associa à dor de todo o Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 19:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que *cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior*, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

Transcorre, hoje, a primeira sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, da proposta e das emendas.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 20:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001 (nº 3.752/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências*, tendo

Pareceres sob nºs 593, 594 e 595, de 2002, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, 1º pronunciamen-

to: pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria; 2º pronunciamento: favorável com voto contrário do Senador Waldeck Ornelas; e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com votos contrários dos Senadores Antônio Carlos Junior, Waldeck Ornelas, Romero Jucá, José Eduardo Dutra, Roberto Freire e Osmar Dias, e abstenção do Senador Lúcio Alcântara.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 530, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001 a fim de ser feita na sessão de 16 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2002. -

Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento de adiamento da discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência, o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001, constará da Ordem do Dia da sessão de 16 de dezembro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 21:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2001 (nº 164/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno*, tendo

Parecer, sob nº 537, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Mesa presta os seguintes esclarecimentos: a Men-

sagem nº 344, de 1991, que originou a presente matéria, submetia à aprovação do Congresso Nacional os textos da Convenção nº 171, relativa ao trabalho noturno, bem como o do Protocolo de 1990, referente à Convenção nº 89, de 1948, sobre o trabalho noturno de mulheres.

A Mesa da Câmara, ao apreciar a matéria, deixou de dar tramitação à mensagem na parte relativa ao Protocolo de 1990, relativo à Convenção nº 89, de 1948, procedendo somente à apreciação da Convenção nº 171. Nesse sentido, foi apresentado e aprovado por aquela Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 1995, que, lido no plenário do Senado Federal, recebeu o nº 298, de 2001. Quando da instrução da matéria nesta Casa, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional proferiu o Parecer nº 537, de 2002, concluindo pela apresentação da Emenda nº 1, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, substitutivo, acrescentando ao Projeto um art. 2º que conclui pela rejeição do Protocolo de 1990. Uma vez confirmado que o dispositivo constante do art. 2º da Emenda nº 1, da Comissão de Relações Exteriores, foi arquivado pela Câmara dos Deputados, será submetido à apreciação do Plenário o texto do projeto original. Vez que expungido o dispositivo retromencionado, o texto remanescente da referida emenda é idêntico ao encaminhado ao Senado por aquela Casa.

Nesse sentido, foi encaminhado à Mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 531, DE 2002

Senhor Presidente, em atenção ao Ofício SF, nº 1.741/2001 de sua autoria, requeiro, nos termos do art. 312, inciso III, do Regimento Interno, destaque para Rejeição do art. 2º da Emenda Substitutiva da Comissão de Relações Exteriores ao Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2001, que aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno.

Justificação

A primeira coisa que fáz-se necessário esclarecer ao Plenário é que, originalmente, pela Mensagem nº 344, de 1991, de autoria do Poder Executivo, o então Presidente Fernando Collor submetia à consideração do Congresso Nacional os textos da Convenção nº 171, relativa ao trabalho noturno, bem como o do Protocolo de 1990, relativo à Convenção nº 89, so-

bre trabalho noturno (mulheres), 1948. Entretanto, a Câmara dos Deputados remeteu para revisão desta Casa tão somente o Texto da Convenção 171.

O meu requerimento deve-se ao fato de que, tendo sido o relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, conclui meu relatório oferecendo um Substitutivo àquele Projeto de Decreto Legislativo que veio da Câmara, explicitando o nosso desacordo com a adesão do Brasil ao Protocolo de 1990, relativo a Convenção nº 89, da Organização Internacional do Trabalho, e o mesmo foi aprovado por unanimidade por aquele órgão técnico, passando a constituir o Parecer da Comissão de Relações Exteriores.

Entretanto, à luz do processo legislativo e em respeito a preceitos regimentais, as duas Mesas do Congresso, após troca de correspondências, entenderam que, na verdade, o Senado deveria ater-se a analisar a Convenção 171, concordando ambas que a Câmara dos Deputados tenha deixado “de dar tramitação” ao Projeto de Decreto Legislativo referente à Convenção 89, “por falta de amparo regimental para seu seguimento”.

Considerando que o texto do Projeto de Decreto Legislativo que veio da Câmara difere do Substitutivo que apresentei na Comissão de Relações Exteriores apenas no que tange ao artigo 2º (onde foi feita a menção ao Protocolo de 1990, relativo à Convenção nº 89, da Organização Internacional do Trabalho), considero que ao requerer o Destaque para a Rejeição desse mesmo artigo, logrando com isso sua supressão, teremos um parecer correto, do ponto de vista do processo legislativo, nos termos que a Câmara dos Deputados entendeu ser correto, sem que seja necessário fazer retornar a matéria à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal para nova manifestação.

São esses os esclarecimentos que entendo, face ao inusitado, devia aos nobres Senadores e aos eleitores que acompanham de perto a atividade parlamentar.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2002. -
Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De acordo com os esclarecimentos prestados pela Presidência, o requerimento será juntado ao processo e arquivado, assim como a Emenda nº 1, da Comissão de Relações Exteriores.

Feitos esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão do projeto, em turno único.

A SRª EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os textos da Convenção nº 171 e da Convenção nº 89 são objeto de grandes discussões entre trabalhadores, entidades não-governamentais e classe empresarial. A matéria em apreço cuida – como já foi dito – da prestação de serviços noturnos. É importante que se resgate neste plenário que ela foi relatada na Comissão de Relações Exteriores pelo Senador Tião Viana seguindo a posição, na Legislatura anterior, da Senadora Benedita da Silva e, na Câmara dos Deputados, da Deputada Sandra Starling, como Reladoras.

Esta matéria opina no sentido do acatamento da Convenção nº 171 e da rejeição da Convenção nº 89, ambas da Organização Internacional do Trabalho. A diferença reside no fato de que a Convenção nº 171 da OIT autoriza o trabalho noturno de forma genérica, desde que sejam adotadas salvaguardas de proteção ao trabalhador, enquanto a Convenção nº 89 simplesmente proíbe o trabalho noturno das mulheres – o que hoje é considerado pelo movimento feminista inadequado.

Recomendamos a aprovação da matéria, nos termos do parecer da Comissão de Relações Exteriores, ou seja, acatando o conteúdo da Convenção nº 171.

Era o registro que gostaríamos de fazer, porque hoje a luta das mulheres também passa pelo tema serviços noturnos, desde que adotadas salvaguardas com todas as proteções da saúde do trabalhador, das exigências legais do ponto de vista salarial e dos cuidados com a saúde. Entendemos que a Convenção nº 89 trata o assunto da possibilidade do trabalho noturno de mulheres de forma inadequada.

Congratulamo-nos, por isso, com o Relator, o Senador Tião Viana, resgatando também a luta que a Senadora Benedita da Silva fez nesta Casa, em relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 298, DE 2001

(Nº 164/95, na Câmara dos Deputados)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto da Convenção encontra-se publicado no **DSF**, de 14-9-2001.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 22:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 82, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2002 (nº 1.050/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 638, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 82, DE 2002**

(Nº 1.050/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficiente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 475, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Beneficiente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 23:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2002 (nº 1.003/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasilândia, Estado do Mato Grosso do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 642, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114, DE 2002**

(Nº 1.003/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança e executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 654, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança a executar, por três anos sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

Ar. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 24:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 116, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2002 (nº 1.017/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José das Palmeiras, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 643, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 25:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 160, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2002 (nº 1.244/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Betel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre*, tendo

Parecer favorável, sob nº 773, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nabor Júnior.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 160, DE 2002**

(Nº 1.244/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Betel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 707, de 14 de novembro de 2000, que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Betel a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 26:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2002 (nº 1.251/2001, na Câmara dos Deputados),

que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Taquara Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 584, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 2002**

(Nº 1.251/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Taquara Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 582, de 25 de setembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 12 de fevereiro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Taquara Branca Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 27:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 174, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2002 (nº 1.260/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e So-*

cial de Capanema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, sob nº 590, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 174, DE 2002**

(Nº 1.260/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 761, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Capanema a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 28:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 181, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2002 (nº 912/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Porto Real a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins, tendo*

Parecer favorável, sob nº 909, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Não havendo quem peça a palavra para encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 181, DE 2002**

(Nº 912/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Porto Real a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 322, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação Porto Real a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 29:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 186, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2002 (nº 1.248/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Pantanal S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo*

Parecer favorável, sob nº 911, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 186, DE 2002**

(Nº 1.248/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Pantanal S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de janeiro de 2001, que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Pantanal S/C Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 30:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2002 (nº 1.053/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Elizabete Elita de Lima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraúbas, Estado do Rio Grande do Norte*, tendo

Parecer favorável, sob nº 912, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 2002**

(Nº 1.053/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Elizabete Elita de Lima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraúbas, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 508, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Fundação Elizabete Elita de Lima a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraúbas, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 31:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 192, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2002 (nº 1.055/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Bálamo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bálamo, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 913, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 192, DE 2002**

(Nº 1.055/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Bálamo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bálamo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 493, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Bálsamo a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bálsamo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 32:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 195, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2002 (nº 1.112/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação São José Operário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matão, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob o nº 792, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 195, DE 2002**

(Nº 1.112/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação São José Operário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 384, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação São José Operário a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 33:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2002 (nº 1.119/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de São Gabriel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 914, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Adir Gentil.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2002**

(Nº 1.119/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de São Gabriel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 450, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de São Gabriel a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 34:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 287, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2002 (nº 1.352/2001, na Câmara dos Deputados),

que *aprova o ato que outorga permissão à Estúdio Digital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 808, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 287, DE 2002**

(Nº 1.352/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Estúdio Digital Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 156, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Estúdio Digital Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 35:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 459, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2002 (nº 1.678/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação 14 de Agosto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.015, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 459, DE 2002**

(Nº 1.678/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ao que outorga concessão à Fundação 14 de Agosto para executar serviço de radiodifusão de sonora e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de novembro de 2001, que outorga concessão à Fundação 14 de Agosto para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o turismo é um setor da economia que gera muitos empregos e demanda poucos investimentos. No início da semana, num encontro de cooperação bilateral entre Brasil e Portugal, em Lisboa, membros do Governo brasileiro divulgaram que, com investimentos de R\$20 mil a R\$80 mil, criam-se pelo menos dez empregos no setor de turismo. Em indústrias de alta tecnologia, seria necessário investir pelo menos dez vezes mais para obter o mesmo resultado. Daí a importância de investir na divulgação e na ampliação do turismo no nosso País. O Brasil é muito rico em atrações: são as belezas do litoral, do Pantanal, as delícias das águas quentes em Caldas Novas e Rio Quente, os mistérios da Amazônia e tantas outras belezas naturais que o nosso País oferece. Mas existem centenas de outras

localidades com forte potencial, especialmente no setor de ecoturismo, locais ainda pouco explorados simplesmente pela falta de divulgação.

Uma dessas localidades está no interior de Goiás, no Município de Serranópolis. Trata-se da Pousada das Araras, uma reserva natural de 175 hectares destinada à conservação de um importante sítio arqueológico, com pinturas rupestres e ossadas que datam de 11 mil anos. Uma região de grande beleza e com um valor arqueológico inestimável, que tem recebido visitantes de várias partes do Brasil e de outros países do mundo. Se houvesse mais divulgação, o número de turistas seria bem maior.

Um dos fortes atrativos da reserva Pousada das Araras são as inúmeras pinturas e gravuras primitivas encontradas na Gruta das Araras, muito visitada por pesquisadores, estudiosos, turistas e curiosos. Pinturas que datam de 11 mil anos.

A reserva possui uma grande área de cerrado que, em 1998, devido ao seu potencial ecológico, arqueológico e antropológico, foi incorporada ao “Programa de Santuários de Vida Silvestre”, tornando-se Reserva Particular do Patrimônio Natural, com o reconhecimento do Ibama.

Os sítios arqueológicos que se encontram na reserva guardam abrigos, bem preservados, que testemunham a passagem pela região de cerca de 550 gerações. Os sítios são considerados ricos, devido a sua grande extensão de “abrigo”, o que possibilitou a utilização do local para moradia e pouso de habitantes, desde o Período Paleolítico.

Por todos esses motivos, o Sítio Arqueológico Pousada das Araras, é um santuário ecológico brasileiro que merece ser visitado. O investimento na divulgação de atrações turísticas como essa, por parte do governo, certamente representaria um aumento enorme na geração de empregos no Brasil.

Deixo aqui este registro e o convite como representante do Estado de Goiás, para que o Brasil conheça um pouco mais das belezas do Centro-Oeste e, particularmente, da Pousada das Araras, na cidade de Serranópolis, a 50 km da minha cidade, Jataí.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a canta nesta Casa as belezas existentes na região em que nasceu, no Sudoeste do Estado de Goiás, especificamente na querida cidade de Serranópolis, tão próxima de sua cidade natal, que

é Jataí. Visitar a Pousada das Araras é um sonho de todos nós goianos. A Pousada das Araras significa, atualmente, um centro de todo o cerrado, o ecossistema mais rico do mundo em virtude da quantidade e da diversidade da flora e da fauna. É considerado um dos lugares mais lindos de nosso Estado e de grande valor histórico. Então, endosso as palavras de V. Ex^a. Sei das maravilhas que existem naquele local. Os estudos nas faculdades de Antropologia e de Ciências Naturais fazem referência muito forte ao cerrado e também a essa área mencionada por V. Ex^a. Por isso, o destaque que V. Ex^a dá à Pousada das Araras chama a atenção de todo o Brasil para a questão do turismo na região. O turismo brasileiro está mais voltado para o litoral – especialmente para as regiões Sudeste e Nordeste, incluindo o Rio de Janeiro e outras praias maravilhosas –, para o Pantanal e talvez até para a Amazônia. Entretanto, existem determinados sítios – e a Pousada das Araras é um deles – que devem interessar àqueles que amam a natureza. Tenho certeza de que, com o entusiasmo que V. Ex^a se refere a essa Pousada, tenho certeza de que muitos brasileiros estarão visitando a Pousada das Araras, esse núcleo de natureza maravilhosa que há na cidade de Serranópolis, tão perto da querida cidade de Jataí.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que já está com uma viagem marcada para conhecer a Pousada das Araras. V. Ex^a perceberá o quanto é importante aquele sítio arqueológico – suas gravuras, que datam de 11 mil anos, das 550 gerações que por lá passaram; o mirante; os cerrados e toda espécie de animal. Não existe nenhum animal em extinção; todos podem ser facilmente encontrados na área onde se situa a Pousada das Araras. Há também, naturalmente, as grutas, onde V. Ex^a perceberá as águas mais cristalinas deste planeta e terá também oportunidade de conviver com a natureza intacta. V. Ex^a irá gostar muito.

Quero deixar aqui também esse registro e o convite, como representante de Serranópolis, a todos os brasileiros, para que conheçam esse sítio arqueológico, onde há as inscrições mais antigas da América Latina, muito pouco divulgadas. A propósito, precisamos divulgar esse sítio arqueológico, até para que muitas pessoas, tanto do Brasil quanto de outros países, possam visitá-lo.

Para quem quiser maiores informações sobre a Pousada das Araras, deixo o endereço eletrônico do sítio arqueológico que é .

Quero crer que todo o brasileiro e todo o estrangeiro que quiser conhecer esse sítio arqueológico vai realmente testemunhar algo muito importante: inscri-

ções, das civilizações que ali viveram durante quinhentos e cinquenta gerações, que datam de mais de onze mil anos – e tudo devidamente comprovado.

Além disso, lá há um restaurante, bem simples, mas muito bom, de comida muito boa. O casal que comanda, Ivana e Marcos, conhece profundamente a região, recebe muito bem e pode dar informações preciosíssimas.

Deixo, então, registrado o meu interesse para que a Pousada das Araras seja visitada por um maior número de brasileiros e por pessoas de outros países do mundo. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa vai conceder a palavra a V. Ex^a, pedindo desculpas por não o fazer antecipadamente, pois V. Ex^a não estava inscrito. Peço que faça sua inscrição após o pronunciamento.

Concedo a palavra, com muita honra, ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje cedo acompanhei com muita atenção os resultados da pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes a respeito das condições das estradas brasileiras. Acompanhei a exposição e o debate comandado pelo Presidente da Confederação, o Vice-governador eleito de Minas Gerais, Clésio Andrade.

A Confederação tem realizado um trabalho espetacular, chamando a atenção de todo o Brasil para o grave problema do transporte rodoviário, que são as estradas. Pudemos constatar, no debate e na pesquisa executada a respeito da qualidade de nossas estradas, um mapa assustador. As estradas deveriam ser o eixo principal, a estrutura para estimular o crescimento brasileiro, mas hoje são um fator inibidor. Observamos que 57% de nossas estradas encontram-se em péssimas condições de conservação.

O curioso, Sr. Presidente, é que exatamente as duas regiões que talvez precisem de mais estímulo do Governo são as mais prejudicadas. As piores estradas estão na região de V. Ex^a, no Nordeste do País,

e também na minha região, o Centro-Oeste, especialmente no Estado de Goiás. Vimos que há deficiência no pavimento, na sinalização, na engenharia, o que pode provocar desastres. Há deficiências também nos contratos firmados nas estradas terceirizadas por licitação que têm volume de tráfego muito grande. Tem causado transtorno muito grande o encarecimento enorme do transporte neste País. Nós percebemos, por exemplo, que muitos empresários do Rio Grande do Sul já estão abandonando o Estado e vindo mais para perto do centro-sul do País, especialmente para São Paulo, em razão do custo altíssimo do pedágio das estradas e que acarreta um acréscimo de quase 22% no transporte das mercadorias.

Por isso, Sr. Presidente, a pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Transportes, que deve estar sendo distribuída a todos os gabinetes nesta Casa, deve merecer de nós, Senadores, a máxima atenção.

O Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, encaminhou a votação da Cide, mais um imposto que aceitamos aprovar porque o recurso destina-se à melhoria das nossas estradas. Infelizmente, até agora, não foi regulamentada a lei. Ela está aguardando apreciação na Câmara dos Deputados para, depois, vir ao Senado. Essa contribuição gerará recursos suficientes para começar o trabalho de recuperação da malha rodoviária no Brasil.

Nós do Centro-Oeste, especialmente de Goiás, temos sofrido amargamente pelas péssimas condições das estradas. Quero citar aqui estradas de vital importância ligando Minas Gerais a Mato Grosso, passando pela cidade de Jataí em Goiás; a Rodovia 364, que liga toda a região produtora do Mato Grosso com o porto de São Simão – um porto fluvial que possibilita o escoamento da nossa produção de soja, decisiva no balanço de pagamentos.

Quero citar também a BR-060, que está em péssimas condições, especialmente o trecho que vai de Rio Verde à cidade de Jataí e à divisa do Estado de Mato Grosso.

A BR-153, a famosa Belém-Brasília também está em péssimas condições no Estado de Goiás.

Por que não citar o trecho da BR-153 que liga Goiânia à Itumbiara? Estamos fazendo a sua duplicação e, mesmo assim, apresenta graves problemas de buracos e acostamentos mal conservados.

Enfim, o trabalho da Confederação Nacional dos Transportes está a nos mostrar que temos de cobrar mais urgência na votação e regulamentação da Cide e fazer pressão frente ao Presidente da Repúbli-

ca e um apelo forte ao futuro Presidente para que dê uma atenção especial às estradas, vitais para o desenvolvimento do Centro-Oeste, pois vão proporcionar a interiorização do nosso progresso, são decisivas para o agricultor que permanece no campo, são decisivas para baratear o custo da nossa produção, que vai significar uma diminuição do custo da cesta básica para todos os brasileiros.

Por isso ressalto, neste momento, a importância de se dar prioridade total à questão da infra-estrutura das nossas estradas, especialmente do Centro-Oeste, porque somos uma região mediterrânea e dependemos fundamentalmente dessas vias, que nos alimentam com o seu transporte, favorecendo os agricultores dessa região.

Concedo, com prazer, Senador Maguito, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Mauro Miranda, abordei esse tema, há poucos dias. Aliás, já fui à tribuna do Senado, por mais de 60 vezes, só para falar sobre as estradas federais, principalmente no Centro-Oeste, do nosso Estado e, em particular, na minha região do sudoeste goiano. Coincidentemente, V. Ex^a citou Jataí e Rio Verde. Jataí hoje é o maior produtor individual de grãos do Brasil; e Rio Verde, o segundo. A estrada está intransitável justamente entre os dois municípios mais importantes do País na produção de grãos. Lá já não existe mais asfalto; só buracos, só panelas. Os caminhões quebram, o frete se eleva, há o favorecimento do roubo de cargas, porque as jamantas vão levando adubos, inseticidas e insumos para as lavouras, e os assaltantes aproveitam, pois os caminhões não têm como andar e roubam cargas valorosas. Aliás, é preciso que a Polícia Federal se aprofunde nesse assunto. Hoje, a Polícia Federal estourou, em Goiás, e prendeu 23 pessoas, sete das quais da Polícia Civil daquele Estado, envolvidas em roubo de carga. Goiás é o foco do roubo de cargas, o qual está sendo facilitado pelas estradas federais de lá. Agora, perceba V. Ex^a que a Polícia Civil está envolvida e possivelmente até braços da política e de outros poderes, porque não tapam buracos, não recapeiam as rodovias de Goiás, decerto para facilitar o crime organizado ali. O crime organizado instalou-se em Goiás de poucos anos para cá e todos os dias há um escândalo: é o Fernando Beira-Mar com um braço em Goiás, é o roubo de cargas com envolvimento de autoridades goianas. Quer dizer, a situação vai ficando difícil. Talvez os grandes produtores de soja e de milho de Goiás já estejam desconfiados de que não há manutenção nas estradas para facilitar o roubo de cargas. Não é possí-

vel: eu já disse que, como Senador, fui a essa tribuna mais de 60 vezes falar do assunto, mas o Governo Federal nem o Ministério dos Transportes não se sensibilizam com essa questão gravíssima. Há um trecho de 30 quilômetros, a que V. Ex^a também fez menção, de Mineiros a Santa Rita do Araguaia, em que se levam quatro horas para percorrer. Isso é brincadeira! Um Governo Federal e um Ministério dos Transportes que não dão conta de conservar suas estradas – sendo que o Ministério dos Transportes existe para isso – não dá para entender. Dá para desconfiar de tudo o que está ocorrendo lá no meu Estado e no restante do País. Tenho vergonha, como Senador, de andar por aquelas estradas. O que o povo pensa? Um Senador daqui não tem condições de conseguir uma melhoria por intermédio do Ministério dos Transportes? Creio, inclusive, que o futuro Presidente tem que pensar seriamente sobre o DNER, que é um órgão tem que ser extinto. É preciso começar com uma roupagem nova, com um órgão que tome conta dos nossos Estados. O DNER, a meu ver, está totalmente corrompido, assim como o Ministério dos Transportes. Não há mais como acreditar nesses órgãos. É preciso pensar seriamente a respeito da questão. O DNER existe só para essa função, mas não faz o dever de casa. Como se justifica a existência de um órgão assim, que gasta milhões e milhões? Quando eu era Governador de Goiás – e V. Ex^a vai tolerar meu aparte por mais alguns minutos –, perguntei ao Ministro dos Transportes o que S. Ex^a iria gastar para conservar as estradas federais no Estado. S. Ex^a disse-me que gastaria uma determinada quantia. Afirmei-lhe que, com a metade, consertaria e conservaria todas as estradas. Não aceitaram. Na semana passada, o Prefeito de minha cidade, Humberto Machado, mandou tapar os buracos da estrada federal. O Ministério Público embargou a obra, mandou parar na hora. Disseram ao prefeito que não ele poderia consertar estradas federais. Ora, se o Governo Federal não conserta, se o Governo Estadual não conserta, e o Governo Municipal quer consertar, não deixam. Não dá para entender essa situação. V. Ex^a está de parabéns pelo seu pronunciamento. Não poupe elogios a esses que estão hoje comandando o País.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Maguito Vilela, sou testemunha do trabalho, da luta, da guerra e mesmo da palavra dura que V. Ex^a tem usado aqui nesta Casa por inúmeras, dezenas de vezes, para referir-se ao problema grave gerado pelas nossas estradas e demonstra bem o que pode provocar uma estrada em mal estado de conservação: problemas de segurança e de violência, como é o caso

do roubo de cargas. A mesma situação que V. Ex^a menciona, lembrando o trecho que vai de Rio Verde a Jataí, podemos também lembrar, falando sobre o trecho que vai de Brasília a Uruaçu, a BR-080, que está em péssimas condições, e é fruto da ausência deste Governo.

V. Ex^a toca num ponto muito interessante: a discussão de uma nova gestão para o DNER e para o próprio Ministério dos Transportes, de tal forma que a sociedade participe mais, fiscalizando as ações e os custos da conservação das estradas. Creio que há muito recurso, mas é mal aplicado, mal dirigido e há desvios que não temos condições de avaliar de longe.

Por isso, neste momento em que a Confederação Nacional do Transporte mostra uma radiografia perfeita da situação atual das nossas rodovias, temos que mergulhar nesse assunto para que, a partir daí, possamos sugerir um novo caminho para a questão do transporte rodoviário no Estado.

Falando em pacto, hoje ouvi pessoas da área de transporte criticando os altos preços cobrados pelos pedágios que estão, de fato, extorquindo os motoristas. Agora, a maior parte dos caminhoneiros estão desviando das auto-estradas para as estradas pequenas, também passando por dificuldades em função da carga e peso. É hora de rever todo esse processo. Nada como um próximo Presidente da República interessado e querendo a participação popular na resolução dos problemas.

Espero que Sua Excelência convoque a sociedade, os líderes dos caminhoneiros, o sindicato de transportes, a Confederação Nacional de Transportes, Governadores e Prefeitos envolvidos em cada eixo rodoviário para discutir um modo mais claro, aberto e cristalino para administrar nossa malha rodoviária, fundamental — repito — para o desenvolvimento de nossas regiões. Sr. Presidente, o Nordeste e o Centro-Oeste foram as mais prejudicadas na política de transporte do atual Governo, gerando esse caos: 57% das nossas rodovias estão em péssimas condições.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os Governos dos países do Mercosul — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — e também os da Bolívia e Chile, pelo fato de, no último

sábado, na cidade de Salvador, na 12^a Reunião de Ministros do Mercosul, terem assinado um acordo histórico, que vai abrir as fronteiras e permitir o livre trânsito dos cidadãos dessas nacionalidades nos seis países.

Os cidadãos poderão morar, estudar e trabalhar em qualquer um dos países do bloco. O acordo prevê direitos civis iguais e direito de residência fixa e visto permanente de trabalho para os cidadãos desses países.

Senador Carlos Wilson, trata-se de um fato de transcendental importância. Estamos hoje submetidos à pressão do Governo dos Estados Unidos para que venhamos a instituir a Área de Livre Comércio das Américas, pensando apenas do ponto de vista do capital, daqueles que desejam investir seu capital além das fronteiras para que possam exportar bens e serviços sem quaisquer barreiras, sem pensar na livre circulação do ser humano em todas as Américas. É interessante que os países do Mercosul tenham resolvido dar um passo fundamental: a liberdade de movimento dos seres humanos, para poderem estudar, trabalhar e viver em quaisquer desses países do Mercosul com abrangência maior, incluindo o Chile e a Bolívia. Talvez — num espaço de tempo mais curto — tenhamos ainda os demais países da América do Sul neste tratado.

O acordo ainda será assinado pelos presidentes das Repúblicas em dezembro e só entrará em vigor no ano que vem. Os estrangeiros que vivem irregularmente nos seis países poderão regularizar sua situação e passarão a ter os mesmos direitos civis, podendo até contribuir com a Previdência. O Departamento de Estrangeiro do Ministério da Justiça estima que cerca de 50 mil argentinos, paraguaios e bolivianos vivam irregularmente no Brasil.

O Ministro da Justiça, Sr. Paulo de Tarso Ribeiro, que representou o Brasil neste encontro, segundo informa o jornal **O Globo** de domingo, expressa:

“— O acordo constitui um notável passo rumo aos objetivos fundamentais do Mercosul, alicerçando de forma irreversível o processo de integração da região, desejado por todos os nossos povos.”

Estou de acordo com o Ministro Paulo de Tarso Ribeiro. Quero lembrar que a integração econômica

de profundidade, do ponto de vista inclusive político e social, da União Européia se deu na medida em que se permitiu também a liberdade de locomoção dos seres humanos.

Segundo o Ministério da Justiça, o acordo vai legalizar a situação de cerca de 380 mil brasileiros que vivem no Paraguai. Os imigrantes terão ainda o direito de transferir livremente para o seu país de origem sua renda e suas economias pessoais. Os filhos dos imigrantes terão os mesmos direitos dos nativos.

Os seis países assinaram ainda outros seis acordos de cooperação. Um deles é para combater o uso ilegal de aeronaves que atuam nos tráfegos de drogas, de armas, de imigrantes ilegais e no contrabando. Os outros são de combate à corrupção nas fronteiras, de ampliação das ações referentes aos ilícitos ambientais, de regularização de migração interna nos seis países, de operações combinadas de inteligência contra o terrorismo e outro que cria o Grupo de Trabalho Especializado.

Sobre o acordo para o combate ao tráfico ilegal de aeronaves, Paulo de Tarso disse que a medida permitirá uma ampla cooperação das polícias.

“— Essas aeronaves cruzam nossas fronteiras e permitem a disseminação de atividades ilegais. Das quinze mil aeronaves registradas no Brasil, estima-se que cinco mil estejam em situação irregular — disse o ministro”.

Esta matéria, Sr. Presidente, é de Evandro Éboli.

Sr. Presidente, nós queremos saudar que estejam os países do Mercosul, mais o Chile e a Bolívia, avançando rumo a essa integração. Será importante que mais e mais tenhamos direitos dos trabalhadores, dos seres humanos, tratados com mais homogeneidade nos países do Mercosul e da América do Sul.

Podemos prever o tempo em que haverá um salário mínimo comum mais próximo e homogêneo nos países da América do Sul. Podemos prever o dia em que haverá uma renda paga a todas as pessoas da América do Sul, como um direito inalienável de todos os que participam da riqueza de nossos países. E isso será mais um fator fundamental de unificação econômico-social, pois existirá, então, o sentido da solidariedade sendo praticado entre os povos

sul-americanos e, quem sabe um dia, entre todas as Américas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) — Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Romero Jucá encaminhou discurso à Mesa para ser publicado nos termos do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB — RR) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, recentemente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o objetivo de contribuir para enriquecer o debate que logo mais será aberto sobre as perspectivas da economia brasileira nos próximos anos, divulgou importante trabalho intitulado **A Indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento**.

Trata-se de documento dos mais criteriosos, preparado por renomados economistas, empresários dos diversos ramos, federações e associações setoriais. Apenas para termos uma idéia da importância do seu conteúdo e da abrangência de suas análises, basta dizer que mais de duas mil empresas em todo o território nacional tiveram a oportunidade de oferecer suas contribuições e eleger os temas prioritários que definiram as linhas mestras do minucioso diagnóstico.

Vale ressaltar que os técnicos da CNI elaboram estudos abrangentes sobre o comportamento e as perspectivas da economia brasileira, com o objetivo de colocar a entidade como um ator de primeira grandeza na definição dos rumos que o País deve seguir, já faz parte de sua agenda há algum tempo. Assim, desde 1994, a CNI tem-se esforçado em apresentar à sociedade, aos formadores de opinião, aos meios acadêmicos, aos partidos políticos e aos novos governantes, os seus pontos de vista sobre os mais importantes assuntos econômicos que mobilizam constantemente a opinião pública nacional e interferem diretamente na dinâmica da vida social cotidiana.

Apesar da grave crise que ora atravessa praticamente todo o mundo globalizado, e dos fortes sinais de recessão que ameaçam a todo momento irromper no coração da mais poderosa de todas as economias do sistema, que é a economia americana, a mensagem da CNI contida no documento a que fazemos referência é de otimismo e de confiança na capacidade empreendedora brasileira. Assim, diante desses graves momentos de turbulência que vêm de fora e que têm exigido constantemente de nossas autoridades econômicas o máximo de competência, de frieza, de firmeza e de dedicação na condução de nossa políti-

ca econômica, a CNI alerta que, a partir de janeiro de 2003, os novos condutores do País precisam, mais do que nunca, de manter a mesma disposição de comando.

Em minha opinião, o que a CNI quer dizer é que não podemos abrir mão, em hipótese alguma, das conquistas que foram registradas até aqui pelo Plano Real e que foram determinantes para transformar a economia como um todo e colocar o Brasil na rota da modernidade.

Nesse sentido, tenho certeza de que a história sempre reconhecerá o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os seus Ministros como homens dos mais competentes e brasileiros dos mais ilustres. Enfim, foram eles que tiveram, como dirigentes da Nação durante todo esse tempo, a coragem de abrir as portas do progresso. Ao mesmo tempo, mostraram grande competência e souberam garantir a estabilidade econômica e os ganhos sociais que estão aí à vista de todos, inclusive dos mais incrédulos.

Assim, foi com muita determinação e com muito espírito de diálogo que o atual Governo conseguiu encarar, ao longo desses oito anos, feroz oposição daqueles que insistem em continuar olhando o Brasil pela ótica do passado. O mesmo tem acontecido em momentos difíceis da conjuntura internacional, diante das fortes turbulências externas, as quais não temos as mínimas condições de evitar, porque vivemos em um mundo totalmente globalizado, imprevisível e interdependente.

Todavia, considerando esses altos e baixos que estão bem acima de nossas capacidades de previsão, como acabamos de dizer, creio que a maioria do povo brasileiro sabe hoje muito bem reconhecer a importância das reformas que foram executadas nesse período de difícil construção democrática. Os benefícios trazidos pelo combate severo contra a inflação, que corroía implacavelmente os salários e colocava a economia em constante estado de choque, sem falar da imagem de seriedade que o País ganhou no exterior, são, na verdade, algumas das conquistas mais importantes que precisam ser preservadas e que a CNI defende com muita lucidez em suas recomendações.

Apesar da crise que estamos enfrentando, a CNI procura mostrar que o Brasil e suas classes produtoras têm ampla capacidade de construir novas estratégias, de aprofundar ainda mais as transformações das instituições, de consolidar mais firmemente a democracia e de mobilizar novas forças e novos instrumentos que garantam, com mais segurança, um novo ciclo de progresso, de respeito ao meio ambiente, de crescimento econômico e de redução drástica da miséria, da pobreza e das desigualdades regiona-

is, que prejudicam sobremaneira a conquista do desenvolvimento harmônico e sustentável.

Nessa nova etapa da história política brasileira, que será aberta oficialmente a partir de janeiro de 2003 com a renovação quase geral dos representantes dos poderes políticos da Nação, a CNI tem objetivos muito claros a atingir, como já frisamos. Por exemplo, em sua estratégia para ordenar o desenvolvimento socioeconômico nacional, além dos pontos acima referidos, a entidade deseja que a economia nacional consiga integrar-se rapidamente e mais profundamente aos fluxos mais intensos do mercado mundial de bens e serviços. Segundo ela, a economia brasileira reúne hoje todas as condições para aumentar significativamente as suas exportações, para superar a condição de país marginal no comércio internacional, e para igualar-se em curto espaço de tempo às economias emergentes mais dinâmicas, exemplo da China e da Coreia do Sul. Convém assinalar que ambas já exportam mais de 150 bilhões de dólares anuais. Enquanto isso, o Brasil chega com dificuldade a menos 55 bilhões de dólares anuais.

De uma maneira geral, para concretizar esses objetivos de desenvolvimento harmônico e sustentável e atingir dinamismo mais satisfatório no comércio internacional, a CNI expressa que é necessário estabelecer visões estratégicas em nível nacional e internacional, para evitar a instabilidade macroeconômica, como dissemos anteriormente, para que seja cumprida à risca a responsabilidade fiscal, para que seja possível promover o ajuste fiscal e para que se possam estabelecer metas orçamentárias claras, que devem ser assumidas integralmente. Mais ainda, é preciso evitar ao máximo o excesso de regulações, intervenções e proteções; integrar empresas, setores e regiões às oportunidades de crescimento mais dinâmicas; priorizar a criação de novos empregos; atrair investimentos externos que criem possibilidades de trabalho e contribuam com o desenvolvimento nacional; buscar, cada vez mais, novos ganhos de produtividade; aumentar a capacidade de competitividade; definir ações concretas e bem elaboradas com o objetivo de lutar contra o protecionismo praticado pelas grandes economias mundiais; promover a universalização da educação e do conhecimento; investir decisivamente em pesquisa e desenvolvimento; dinamizar a indústria do turismo; e seguir regras de respeito ao contribuinte, que não agüente mais o peso dos impostos em seus bolsos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em síntese, são esses os aspectos mais relevantes que fazem parte do extenso documento apresentado pela CNI.

Sem dúvida, ele mereceu toda a nossa atenção, por se tratar de estudo que tem como objetivo principal contribuir para a continuidade da modernização do Brasil, para fortalecer a democracia, para engrandecer o debate sobre o futuro do nosso País, e para instruir o novo Presidente da República e seus auxiliares em suas ações futuras de Governo.

Para finalizar, gostaria de parabenizar toda a Diretoria da CNI, em particular o seu ilustre Presidente, Doutor Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, pela inestimável colaboração que a entidade que dirige está dando para o futuro do Brasil nesta hora de tantas incertezas que cercam a economia mundial.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2002

(Em regime de urgência –art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 525, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 985, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.*

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 55, DE 2001

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que *altera a redação do artigo 29-A da Constituição*

Federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal), tendo

Parecer sob nº 543, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 6, quando teve sua votação transferida para esta data.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 16, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal* (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal), tendo

Parecer favorável, sob nº 886, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 32, DE 2001

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que *altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo*, tendo

Parecer sob nº 236, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 6, quando teve sua apreciação transferida para esta data.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 42, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Maguito Vilela, que *dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo*, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bel-lo Parga.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 6, quando teve sua apreciação transferida para esta data.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que *cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior*, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 140, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2002 (nº 1.212/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação a Voz do Povo de Deus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas*, tendo

Parecer favorável, sob nº 648, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Ger-son Camata.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2002 (nº 1.224/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Comunidade Unida de Jacuacanga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Parecer favorável, sob nº 649, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 148, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2002 (nº 1.226/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores de Mandaguari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 650, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 153, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2002 (nº 1.257/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Aurilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurilândia, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 651, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 11 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, tendo

Pareceres sob nºs 974 e 975, de 2002, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad doc*: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão Diretora, Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, com a Emenda nº 3-CDir, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(*) COMPLEMENTAÇÃO DAS EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 077**, ADOTADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA AS LEIS NºS 10.464, DE 24 DE MAIO DE 2002, 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001, E 10.437, DE 25 DE ABRIL DE 2002; AUTORIZA A CONCESSÃO DE CRÉDITO COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE, PARA AQUISIÇÃO DOS TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO NA FORMA DA RESOLUÇÃO Nº 2.471, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, RELACIONADA COM DÍVIDAS CONTRAÍDAS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES; DISPÕE SOBRE RECONVERSÃO DE ATIVIDADES DE MUTUÁRIOS COM DÍVIDAS JUNTO A BANCOS OFICIAIS FEDERAIS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NºS
Senadora HELOISA HELENA	026, 027, 028, 029, 030, 031

EMENDA Nº 27, DE 2002

Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 1º da Medida Provisória:

Fica o liquidante responsável para conduzir os trabalhos de encerramento das atividades do Fundo Contábil do Procera e para promover os ajustes complementares que se fizerem necessários à implementação dos dispostos da Lei nº 10.464, especialmente a individualização das dívidas de contratos grupais e/ou coletivos e do teto II do Procera.

Justificação

Os textos da Lei nº 10.464 e da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, não tratam do assim chamado teto II do Procera (financiamentos destinados às cooperativas e associações das famílias assentadas). O processo de renegociação destes financiamentos está bloqueado em consequência de uma série de pequenos problemas burocráticos como, por exemplo, a mistura de garantias individuais e grupais ou coletivas.

É fundamental estabelecer um mecanismo legal capaz de garantir um processo de negociação e tratamentos diferenciados para cada um destes contratos. Já existe procedimentos e mecanismos internos no Ministério do Desenvolvimento Agrário que necessitam de respaldo legal para dar praticidade aos encaminhamentos do liquidante do Procera. – Senadora **Heloísa Helena**.

EMENDA Nº 28, DE 2002

Dê-se nova redação ao Inciso I, da alínea “e”, do art. 1º:

1. exceto os localizados na região de abrangência da ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste, terão de pagar, para enquadramento neste inciso, dez por cento, no mínimo, do somatório das prestações integrais vencidas até 26 de maio de 2002, tomadas sem encargos adicionais de inadimplemento, repactuando-se o restante no saldo devedor de forma proporcional entre as parcelas remanescentes.

Justificação

Os termos da MP nº 77, de 25 de outubro de 2002, restringem os possíveis benefícios apenas à região do semi-árido, uma parcela pequena da Região Nordeste. Em termos técnicos, o “semi-árido” é definida por uma portaria da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Portaria nº 1.182, de 1999), a qual restringe significativamente a parcela da Região Nordeste caracterizada como tal.

No entanto, os problemas relacionados com a estiagem, ocasionando perdas de safra nos últimos

(*) COMPLEMENTAÇÃO DAS EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 077**, ADOTADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ALTERA AS LEIS NºS 10.464, DE 24 DE MAIO DE 2002, 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001, E 10.437, DE 25 DE ABRIL DE 2002; AUTORIZA A CONCESSÃO DE CRÉDITO, COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE, PARA AQUISIÇÃO DOS TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO NA FORMA DA RESOLUÇÃO Nº 2.471, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, RELACIONADA COM DÍVIDAS CONTRAÍDAS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES; DISPÕE SOBRE RECONVERSÃO DE ATIVIDADES DE MUTUÁRIOS COM DÍVIDAS JUNTO A BANCOS OFICIAIS FEDERAIS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONGRESSISTA	EMENDAS NºS
Senadora HELOISA HELENA	026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036.

SACM

Complementação: 11 Emendas

Total: 036

(*) Publicado nesta oportunidade por haver sido omitidas no DSF de 06/11/2002

EMENDA Nº 26, DE 2002

Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 1º da Medida Provisória:

No caso de eventuais dúvidas apresentadas pelos mutuários ou agentes financeiros administradores dos recursos do Procera, fica o Ministério do Desenvolvimento Agrário autorizado a promover os ajustes complementares que se fizerem necessários à implementação dos dispostos na Lei nº 10.464, de 2002.

Justificação

Os textos da Lei nº 10.464 e da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, não tratam de muitas particularidades e do assim chamado teto II do Procera (financiamentos destinados às cooperativas e associações das famílias assentadas). O processo de renegociação do saldo devedor destes financiamentos está bloqueado em consequência de uma série de pequenos problemas burocráticos como, por exemplo, a mistura de garantias individuais e grupais ou coletivas.

É fundamental estabelecer um mecanismo legal respaldar o processo de negociação e os necessários tratamentos diferenciados para cada um destes contratos. Já existe procedimentos e mecanismos internos no Ministério do Desenvolvimento Agrário que necessitam de respaldo legal para dar praticidade aos encaminhamentos do liquidante do PROCERA. – Senadora **Heloísa Helena**.

anos e endividamento do setor agrícola, atingem toda a Região Nordeste e o norte do Estado de Minas Gerais. É fundamental ampliar esta abrangência para permitir que todos os agricultores familiares, mini e pequenos produtores sejam beneficiados com as medidas desta MP. _ Senadora Heloísa Helena.

EMENDA Nº 29, DE 2002

Dê-se nova redação ao Inciso 2, da aliena e, do art. 1º:

2. localizados na região de abrangência da ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste terão o total das prestações integrais vencidas até 26 de maio de 2002, tomadas sem encargos adicionais de inadimplemento, repactuado no saldo devedor de forma proporcional entre as parcelas remanescentes.

Justificação

Os termos da MP 77 restringem os possíveis benefícios apenas à região do semi-árido. uma parcela pequena da Região Nordeste. Em termos técnicos, o “semi-árido” é definida por uma portaria da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Portaria nº 1.182, de 1999), a qual restringe significativamente a parcela da Região Nordeste caracterizada como tal.

No entanto, os problemas relacionados com a estiagem, ocasionando perdas de safra nos últimos anos e endividamento do setor agrícola, atingem toda a Região Nordeste e o norte do Estado de Minas Gerais. É fundamental ampliar esta abrangência para permitir que todos os agricultores familiares, mini e pequenos produtores sejam beneficiados com as medidas desta MP. – Senadora **Heloísa Helena**.

EMENDA Nº 30, DE 2002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 25 DE OUTUBRO DE 2002

Dê-se nova redação ao **caput** do art. 6º:

Art. 6º Os bancos oficiais federais deverão retardar a propositura ou suspender processo de execução judicial de dívidas de operações de crédito rural, no caso de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, quando envolverem valor originalmente financiado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco

mil reais) em projetos localizados em áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Justificação

Os termos da MP 77 deixam a critério dos bancos a decisão de retardar ou suspender a cobrança judicial das dívidas rurais em situação de anormalidade. Na prática, este procedimento não acontece porque estes operadores de crédito alegam dificuldades e impedimentos legais (responsabilização pela gestão dos recursos) para não implementar este tipo de medida. A nova redação é mais afirmativa e o texto propositivo dá maior segurança na execução deste procedimento.

Em segundo lugar, o texto “desde que haja reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades para resgate ou ampliação da capacidade de geração de renda dos agricultores”, apesar de bem intencionado, é vago e serve apenas como um argumento a mais para a não suspensão das execuções. Este texto só teria eficácia prática caso a MP estabeleça recursos para a contratação de assistência técnica, capaz de realizar estudos e propor alternativas de reconversão. – Senadora **Heloísa Helena**.

EMENDA Nº 31, DE 2002

Dê-se nova redação ao art. 1º, da Medida Provisória, alterando as demais datas relacionadas a este artigo:

“Art. 1º Fica autorizada a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31 de julho de 2003, mantendo os agricultores assentados em situação de normalidade, observadas as seguintes condições:

Justificação

Os termos da MP 77, de 25 de outubro de 2002, estabelecem como prazo para a renegociação de todas as dívidas à data de 31 de março de 2003. Em primeiro lugar, este prazo é insuficiente inclusive para o processo de discussão, votação, sanção e re-

gulamentação da referida lei, inclusive diante da extensa pauta do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, a dilação do prazo para a renegociação dará um fôlego maior à esmagadora maioria dos agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais porque terão condições de realizar mais uma safra, a qual deverá gerar excedentes e recursos para cumprir as obrigações financeiras desta renegociação.

É fundamental permitir que as famílias assentadas que não negociaram as suas dívidas sejam consideradas em situação de normalidade até o prazo final para a renegociação. Esta condição permite a tomada de novos empréstimos e reinserção no processo produtivo, gerando renda para cumprir as obrigações assumidas. — Senadora **Helena Heloísa**.

EMENDA Nº 32, DE 2002

Dê-se nova redação ao art 1º, da Medida Provisória, alterando as demais datas relacionadas a este artigo:

“Art. 8º Fica autorizada à renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural de investimento contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, no valor originalmente financiado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem segundo as regras contratuais até 31 de julho de 2003, mantendo os agricultores em situação de normalidade, observadas as seguintes características e condições:

.....

Justificação

Os termos da MP nº 77, de 25 de outubro de 2002, estabelecem como prazo para a renegociação de todas as dívidas a data de 31 de março de 2003. Em primeiro lugar, este prazo é insuficiente inclusive para o processo de discussão, votação, sanção e regulamentação da referida lei, inclusive diante da extensa pauta do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, a dilação do prazo para a renegociação dará um fôlego maior à esmagadora maioria dos agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais porque terão condições de realizar mais uma safra, a qual deverá gerar excedentes e re-

ursos para cumprir as obrigações financeiras desta renegociação.

É fundamental permitir que os agricultores que ainda não negociaram as suas dívidas sejam considerados em situação de normalidade. Esta condição permite a tomada de novos empréstimos e reinserção no processo produtivo, gerando renda para cumprir as obrigações assumidas. — **Heloísa Helena**.

EMENDA Nº 33, DE 2002

Dê-se nova redação aos diferentes artigos, incisos e alíneas da Medida Provisória nº 77, alterando todas as datas relacionadas com o prazo de renegociação, estabelecendo o mesmo em 31 de julho de 2003, considerando os agricultores em situação de normalidade até o final do referido prazo de renegociação.

Justificação

Os termos da MP nº 77, de 25 de outubro de 2002, estabelecem como prazo para a renegociação de todas as dívidas a data de 31 de março de 2003. Em primeiro lugar, este prazo é insuficiente inclusive para o processo de discussão, votação, sanção e regulamentação da referida lei, especialmente neste final de ano e diante da extensa pauta do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, a dilação do prazo para a renegociação das dívidas dará um fôlego maior à maioria dos agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais que terão condições de realizar mais uma safra, a qual deverá gerar excedentes e recursos para cumprir as obrigações financeiras desta renegociação.

É fundamental permitir que os agricultores que ainda não negociaram as suas dívidas sejam considerados em situação de normalidade. Esta condição permite a tomada de novos empréstimos e reinserção no processo produtivo, gerando renda para cumprir as obrigações assumidas. — **Heloísa Helena**.

EMENDA Nº 34, DE 2002

Dê-se nova redação ao inciso III, do art. 1º da MP (referente ao art. 8º, da Lei nº 10.464, de 2002), excluindo as alienas **a** e **b** do referido inciso:

III — financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento

do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com valor originalmente contratado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), terão as mesmas condições dos referidos incisos.

Justificação

Os termos da Medida Provisória, em apreço, estabelecem um “efeito cascata” para os financiamentos concedidos pelos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro Oeste aos mini, pequenos agricultores familiares. Além de ser as Regiões mais pobres do País, a Região Nordeste, por exemplo, sofreu diversos problemas climáticos nos últimos anos, especialmente a estiagem de 1998. Nesse ano, a perda de safras pelos agricultores comprometeu seriamente a capacidade de pagamento destes segmentos sociais.

O texto original da MP em apreço acaba não resolvendo os problemas dos empréstimos em situação de anormalidade (em atraso) porque as “condições originalmente contratadas” penalizam os agricultores destas Regiões mais empobrecidas. Isso transforma a MP em uma medida injusta e contrária ao espírito da Constituição Federal que, ao instituir os Fundos, materializou a necessidade de dar especial atenção às regiões mais pobres do País.

É fundamental, portanto, ampliar o teto dos empréstimos a serem negociados porque a esmagadora maioria dos agricultores tomou recursos para investimento com valores originalmente contratados entre R\$10.000,00 e R\$35.000,00. Melhores condições de renegociação permitirão recolocar estes agricultores no mercado e renovar a capacidade produtiva da Região. – **Heloísa Helena.**

EMENDA Nº 35, DE 2002

Dê-se nova redação a aliena **d**, do Inciso II, do art. 1º da MP (referente ao Art. 8º, da Lei 10.464, de 2002):

d) alongamento do prazo de pagamento para 10 anos, contados a partir do vencimento final da operação, ou, em caso de operações com prazo final já vencido, a partir da data da renegociação.

Justificação

Os termos da Medida Provisória nº 77 mantém o espírito da Lei nº 10.464, de 2002, reafirmando, na aliena **d**, a “manutenção do cronograma original de pagamentos”. Em outras palavras, a referida lei e a MP, nas renegociações, não permite o estender o prazo de amortização das dívidas. Em muitos casos, sig-

nifica que os agricultores terão que pagar o montante em apenas dois ou três anos, com prestações extremamente altas, inviabilizando a renegociação.

É fundamental, portanto, ampliar o prazo de amortização para viabilizar que agricultores familiares, mini e pequenos produtores liquidem as suas obrigações junto às instituições financeiras. – Senadora **Heloísa Helena.**

EMENDA Nº 36, DE 2002

Acrescente-se novo inciso ao art. 1º da MP:

A autorização de que trata o Art. 8º, da Lei nº 10.464, de 2002, deverá

– abranger também os financiamentos concedidos:

– ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);

– ao amparo dos Fundos Constitucionais de Financiamento;

– com recursos repassados ou equalizados pelo Tesouro Nacional;

– com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do PIS/PASEP ou administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

– com recursos das exigibilidades do crédito rural e livres das instituições financeiras;

– com recursos públicos, aplicados em infra-estrutura de uso comum e na aquisição de lotes nos perímetros públicos de irrigação, conforme estabelecido na Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979.

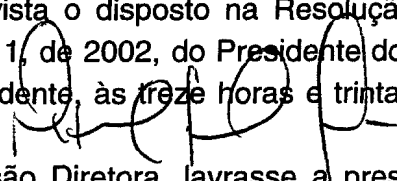
Justificação

Os termos da Medida Provisória nº 77 ampliaram as possibilidades de renegociação incluindo os mutuários dos Fundos Constitucionais e os chamados mix Fundo/FAT, localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

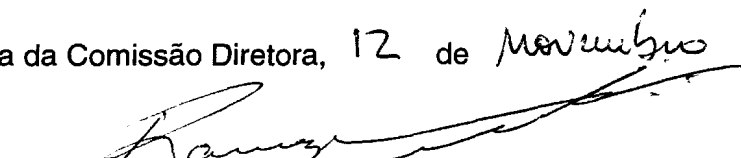
Esta ampliação, no entanto, continua excluindo a esmagadora maioria dos agricultores familiares, tomadores de empréstimos para investimento de outras fontes (BNDES, FINAME e PROGER rural, por exemplo), das demais regiões do país.

É fundamental, portanto, incluir os demais empréstimos para permitir um amplo processo de renegociação dos agricultores que não podem, por força maior, cumprir as suas obrigações contratuais. – Senadora **Heloísa Helena.**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2002**

Às onze horas do dia doze de novembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: *Ramez Tebet, Presidente; Edison Lobão, 1º Vice-Presidente; Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente; Carlos Wilson, Primeiro Secretário; Ronaldo Cunha Lima, Terceiro Secretário; e Mozarildo Cavalcanti, Quarto Secretário.* Iniciados os trabalhos, após exame da pauta, resolvem aprovar as seguintes emendas ao Projeto de Lei que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2003”, apresentadas pelo Senador *Edison Lobão, 1º-Vice-Presidente.* *Item 1* – Suplementa o Programa 01.031.0551.3182.0001 – Obras Complementares no Complexo do Senado Federal, no valor total de R\$ 25.700.000,00 (vinte e cinco milhões e setecentos mil reais). *Item 2* – Suplementa o Programa 01.031.0551.4061.0001 – Processo Legislativo, no valor total de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais). *Item 3* – Suplementa o Programa 01.031.0551.2000.0001 – Administração da Unidade, no valor total de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais). *Item 4* – Suplementa o Programa 09.272.0089.0396.0001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões, no valor total de R\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais). *Item 5* – Suplementa o Programa: 99.999.9999.9999.0000 Obras Complementares no Complexo do PRODASEN, no valor total de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais). *Item 6* – Dá nova redação ao capítulo V, art. 11, Inciso VI, do PL nº 060/02, da forma que segue: alterando o limite para R\$ 386.351.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões e trezentos e cinquenta e um mil reais), visando a adequação face ao acréscimo decorrente de Emendas à Despesa, de autoria da Comissão Diretora, no valor total de R\$ 244.000.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões de reais), visando à recomposição necessárias à complementação de recursos, tendo em vista o disposto na Resolução nº 07, de 2002. *Item 7* – Ratifica os termos da Portaria nº 1, de 2002, do Presidente do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às treze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,  (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, depois de aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 12 de *Novembro* de 2002.


Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
N.º 027 , DE 2002

Dispõe sobre a ocupação dos gabinetes parlamentares instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, para a 52ª Legislatura.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 98, do Regimento Interno e no art. 7º do Regulamento Administrativo,

RESOLVE:

Art. 1º - Para atender a representação de cada unidade da Federação e do Distrito Federal durante a 52ª Legislatura, a distribuição dos 81 (oitenta e um) gabinetes parlamentares é a constante do Anexo a este Ato, estabelecida a ocupação de conformidade com a seguinte escala decrescente de prioridades:

1º - Senadores que exercerão o terceiro mandato nesta Casa a partir de 1º/02/2003.

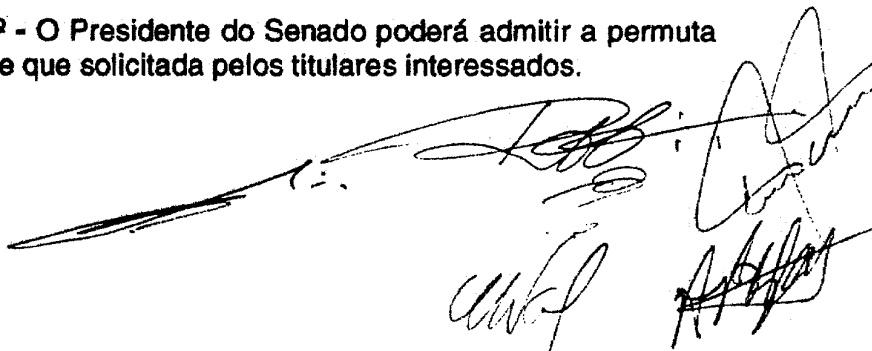
2º - Senadores que exercerão o segundo mandato nesta Casa a partir de 1º/02/2003.

3º - Senadores com mandato até 31/01/2007.

4º - Senadores que na legislatura anterior exerceram mandato de deputado federal ou governador.

5º - Senadores que não se enquadram nas prioridades anteriores.

§ 1º - O Presidente do Senado poderá admitir a permuta de gabinetes desde que solicitada pelos titulares interessados.



§ 2º - Observada a escala de prioridades de que trata este artigo, a ocupação pelos novos senadores dar-se-á, de preferência, nos gabinetes destinados à representação do respectivo Estado ou do Distrito Federal no Senado durante a 51ª Legislatura.

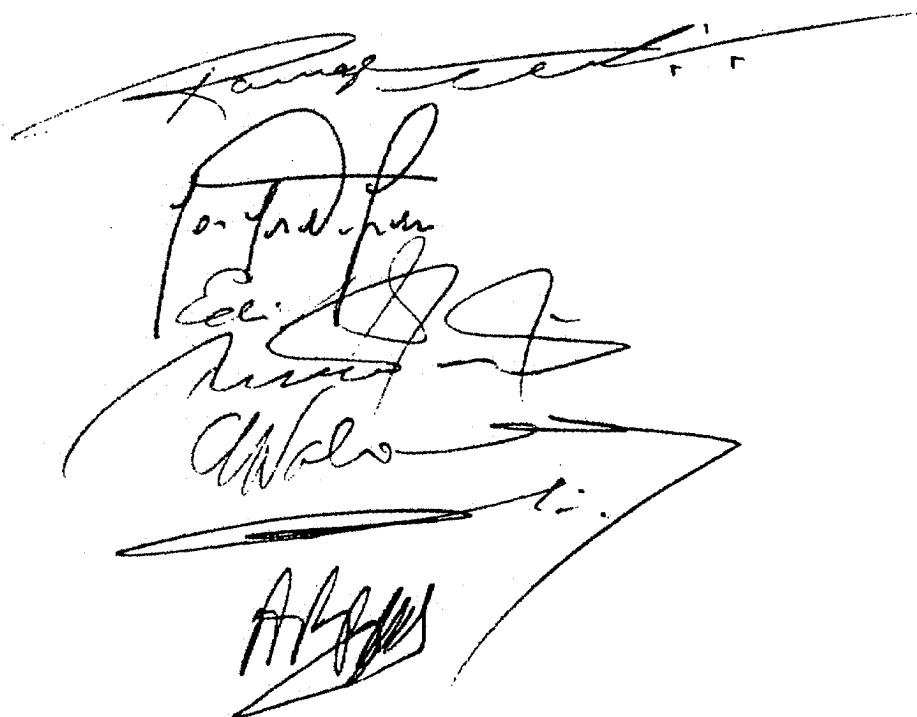
§ 3º - Na hipótese de que trata o parágrafo anterior será realizado sorteio para definir a unidade que caberá a cada Senador.

§ 4º - Caberá ao Presidente do Senado promover ajustes nos critérios definidos por este Ato para atender aos Senadores portadores de necessidades especiais e aos idosos.

Art. 2º - Nas hipóteses de afastamento temporário do titular ou de vacância do cargo no curso do respectivo mandato parlamentar, o suplente ocupará o gabinete que vinha sendo utilizado no Senado Federal pelo representante anterior daquele Estado ou do Distrito Federal.

Art. 3º Este Ato entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2003.

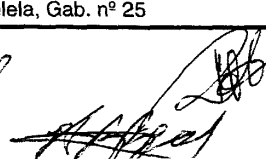
Sala da Comissão Diretora 12 de novembro de 2002.



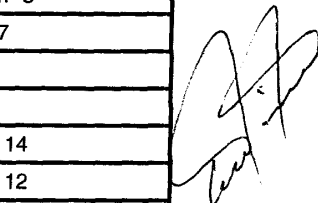
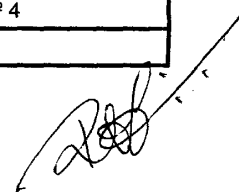
Handwritten signatures of the members of the Senate Commission, including the President of the Senate and the President of the Commission.

ANEXO
ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 027, DE 2002

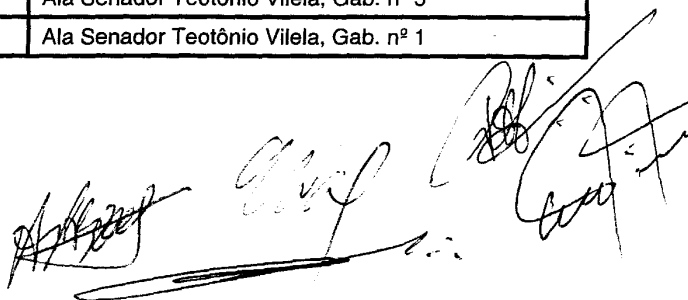
PARLAMENTAR	ESTADO	ENDEREÇO DO GABINETE
GERALDO MESQUITA	AC	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 12
MARINA SILVA	AC	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 8
TIÃO VIANA	AC	Ala Senador Ruy Carneiro, Gab. nº 1
HELOÍSA HELENA	AL	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 55
RENAN CALHEIROS	AL	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 22
TEOTONIO VILELA FILHO	AL	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 2
ARTHUR VIRGÍLIO NETO	AM	Ala Senador Nilo Coelho, Gab. nº 6
GILBERTO MESTRINHO	AM	Ala Senador Ruy Carneiro, Gab. nº 4
JEFFERSON PÉRES	AM	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 1
JOÃO CAPIBERIBE	AP	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 20
JOSÉ SARNEY	AP	Anexo I, 6º andar
JOÃO BOSCO PAPALÉO	AP	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 13
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA	Ed. Principal, 1º Andar, Gab. nº 5
CÉSAR BORGES	BA	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 13
RODOLPHO TOURINHO NETO	BA	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 9
LUIZ PONTES	CE	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 49
PATRÍCIA GOMES	CE	Ala Senador Alexandre Costa, 1º Piso, Gab. nº 5
TASSO JEREISSATI	CE	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 7
CRISTOVAM BUARQUE	DF	Ala Senador Filinto MÜLLER, Gab. nº 5
PAULO OCTÁVIO	DF	Ala Senador Filinto MÜLLER, Gab. nº 9
VALMIR AMARAL	DF	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 51
GERSON CAMATA	ES	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 3
MAGNO MALTA	ES	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 6
JOÃO BATISTA DA MOTTA	ES	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 14
DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER	GO	Ala Senador Filinto MÜLLER, Gab. nº 10
LÚCIA VÂNIA	GO	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 16
MAGUITO VILELA	GO	Ala Senador Ruy Carneiro, Gab. nº 3
EDISON LOBÃO	MA	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 54
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 56
ROSEANA SARNEY	MA	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 50
EDUARDO AZEREDO	MG	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 5
HÉLIO COSTA	MG	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 15
AELTON JOSÉ DE FREITAS	MG	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 57
DELCIDIO DO AMARAL	MS	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 8
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 25

RAMEZ TEBET	MS	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 11
ANTERO PAES DE BARROS	MT	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 24
JONAS PINHEIRO	MT	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6
SERYS MARLY	MT	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 7
ANA JÚLIA	PA	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 17
DUCIOMAR COSTA	PA	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 4
LUIZ OTÁVIO	PA	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 2
EFRAIM MORAIS	PB	Ala Senador Alexandre Costa, Gab. nº 21
JOSÉ TARGINO MARANHÃO	PB	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 6
NEY SUASSUNA	PB	Ala Senador Ruy Carneiro, Gab. nº 2
JOSÉ JORGE	PE	Ala Senador Dinarte Mariz, Gab. nº 4
MARCO MACIEL	PE	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 10
SÉRGIO GUERRA	PE	Ala Alexandre Costa, Gab. nº 1
ALBERTO SILVA	PI	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 53
HERÁCLITO FORTES	PI	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 1
FRANCISCO DE A. DE MORAIS	PI	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 4
ALVARO DIAS	PR	Ala Senador Nilo Coelho, Gab. nº 10
FLÁVIO ARNS	PR	Ala Senador Alexandre Costa, 1º Piso, Gab. nº 9
OSMAR DIAS	PR	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 18
MARCELO CRIVELLA	RJ	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 23
ROBERTO SATURNINO	RJ	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 11
SÉRGIO CABRAL	RJ	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 2
GARIBALDI ALVES FILHO	RN	Ala Senador Dinarte Mariz, Gab. nº 5
JOSÉ AGRIPINO	RN	Ala Senador Dinarte Mariz, Gab. nº 3
FERNANDO BEZERRA	RN	Ala Senador Nilo Coelho, 1º Piso, Gab. nº 8
AMIR LANDO	RO	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 19
FÁTIMA CLEIDE	RO	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 15
VALDIR RAUPP	RO	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 21
AUGUSTO BOTELHO	RR	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 11
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 10
ROMERO JUCÁ	RR	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 12
PAULO PAIM	RS	Ala Senador Tancredo Neves, Gab. nº 59
PEDRO SIMON	RS	Ala Senador Alexandre Costa, Gab. nº 3
SÉRGIO ZAMBIAZI	RS	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 7
IDELI SALVATTI	SC	Ala Senador Filinto Müller, Gab. nº 8
JORGE BORNHAUSEN	SC	Ala Senador Nilo Coelho, Gab. nº 4
LEONEL PAVAN	SC	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 14
ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 12
JOSÉ ALMEIDA LIMA	SE	Ala Senador Alexandre Costa, Gab. nº 7
MARIA DO CARMO ALVES	SE	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 4
ALOÍZIO MERCADANTE	SP	Ala Senador Dinarte Mariz, Gab. nº 1

EDUARDO SUPPLY	SP	Ala Senador Dinarte Mariz, Gab. nº 2
ROMEU TUMA	SP	Ala Senador Afonso Arinos, Gab. nº 13
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 3
JOÃO RIBEIRO	TO	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 5
LEOMAR QUINTANILHA	TO	Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 1

A collection of handwritten signatures and scribbles in black ink, located below the table. The signatures are stylized and overlapping, with some appearing to be names like 'Alfonso' and 'Teotônio'.

SENADO FEDERAL

Ata da 127ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Olivir Gabardo – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Tasso Rosado – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de presença acusa o comparecimento de 66 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 310, DE 2002

(Nº 978/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, f, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome da Senhora Maria Stella Gregori para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Brasília, 8 de novembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

Maria Stella Gregori

Filiação: Maria Helena Gregori e José Gregori

Rua: Silvia Celeste de Campos n.º 435

CEP: 05462-010 São Paulo - S.P.

Telefone: (11)3814 7479

e.mail: m_sgregori@hotmail.com

Nascimento: 29/09/1958

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Professora e Advogada

R.G. : 8.956.549 SSP/SP

CPF: 153.266.718-32

Tit. Eleitor: 156.347

O.A.B./SP: 78. 653

ESCOLARIDADE

Cursos Concluídos:

CURSO UNIVERSITÁRIO - Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP - Faculdade de Direito - Curso de Direito concluído em 1983

CURSO COLEGIAL - Colégio Palmares - Curso concluído em 1978 - Técnica em Publicidade

CURSO PRIMÁRIO E GINASIAL - Externato Madre Alix

Cursos Não Concluídos:

Pós Graduação (Stricto Sensu) - Mestranda em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP

ATIVIDADES DOCENTES

Professora na cadeira de Direito do Consumidor da Faculdade de Direito PUC/SP - desde 1997

Professora Assistente dos Profs. Drs. Nelson Nery Jr., Celso Antonio Pacheco Fiorillo e Luis Antonio Rizzatto Nunes no Curso de Especialização de Direito das Relações de Consumo da PUC/SP - Pós Graduação Lato Sensu - de 1997 a 1999

Professora na cadeira de Direito do Consumidor da Faculdade de Direito - Centro de Estudos Unificados Bandeirante/Santos - 1999

Professora na cadeira de Direito Comercial da Faculdade de Direito – PUC/SP de 1988 a 1996

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - a partir de 23 de dezembro de 1999

Assistente de Direção da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/SP - de janeiro de 1995 a dezembro de 1999

Técnico de Defesa do Consumidor da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/SP - de julho de 1993 a janeiro de 1995

Secretária Executiva da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos - de janeiro de 1991 a maio de 1993

Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - de janeiro de 1991 a maio de 1993

OUTRAS ATIVIDADES

Colaboradora do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON – desde 2000

Representante do PROCON/SP:

Conselho Deliberativo da Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo - de julho de 1998 a dezembro de 1999

Câmara de Saúde Suplementar do Ministério da Saúde - de agosto de 1998 a dezembro de 1999

Comissão de Harmonização da Legislação do Consumidor no âmbito do Mercosul, criada pelo Ministério da Justiça - de dezembro de 1997 a dezembro de 1999

Palestrante em Congressos, Seminários, Simpósios

ESTÁGIOS

Assistência Judiciária Gratuita no Fórum de Itapeverica da Serra - durante o ano de 1983

Atendimento a título voluntário nos plantões do SOS - Mulher de São Paulo - em 1982

Estágio Promovido pela cadeira de Direito Penal da Faculdade no 15º Distrito Policial e na Delegacia Geral de Polícia - em 1982

Estágio Promovido pela cadeira de EPB - Estudos dos Problemas Brasileiros - na Penitenciária do Estado de São Paulo - em 1982

Estágio Promovido pela cadeira de Direito Previdenciário da Faculdade: Hospital Escola Santa Luzia de Sorocaba - da Faculdade de Medicina PUC/SP - em 1982

Estágio Promovido pela Cadeira de Direito do Trabalho da Faculdade - Juntas de Conciliação e Julgamento - Tribunal Regional do Trabalho - em 1981

OUTROS CURSOS

Curso sobre Regulação oferecido pelo Institute of Brazilian Business& Public Management Issues da George Washington University – Washington, DC, EUA – realizado em Maio de 2001

Curso sobre Conflitos do Consumidor - Empresas sob a ótica dos órgãos de Defesa do Consumidor - promovido pelo IDEC - realizado em novembro de 1999

XV Encontro Estadual de Defesa do Consumidor - promovido pelo PROCON/SP - realizado em setembro de 1999

Curso Sobre o Consumidor e o Mercado de Serviços - promovido pelo Brasilcon - realizado em agosto de 1999

Curso sobre o Mercosul e a Defesa do Consumidor - promovido pela OAB/SP e a Faculdade de Direito da USP - realizado em agosto de 1998

XIV Encontro Estadual de Defesa do Consumidor - promovido pelo PROCON/SP - realizado em agosto de 1998.

Curso sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor promovido - pela ABA - realizado em maio de 1998.

Seminário "Código de Defesa do Consumidor e o MERCOSUL" - promovido pela Escola Paulista do Ministério Público - realizado em dezembro de 1997.

Seminário "O Consumidor no Contexto da Globalização" - promovido pelo IDEC - realizado em julho de 1997.

Curso sobre Contratos Atuais - promovido pelo Brasilcon - realizado em julho de 1997.

Seminário "A Defesa do Consumidor no Terceiro Milênio" - promovido pela OAB/SP - realizado em março de 1997.

Painel de Debates sobre Relações Contratuais no Código de Defesa do Consumidor - promovido pela Escola Paulista do Ministério Público - realizado em novembro de 1996.

XI Encontro Estadual e Encontro Nacional de Defesa do Consumidor - promovido pelo PROCON/SP - realizado em dezembro de 1995.

III Conferência Regional do Movimento de Consumidores da América Latina e do Caribe - realizada em outubro de 1995.

Curso Básico de Atendimento ao Consumidor promovido pela SECANP - realizado em outubro de 1994.

Seminário "Os Serviços Públicos e o Código de Defesa do Consumidor" - promovido pela FIESP - realizado em outubro de 1994.

X Encontro Estadual de Defesa do Consumidor - promovido pelo PROCON/SP - realizado em setembro de 1994.

Seminário Empresarial " 3 anos do Código de Defesa do Consumidor – Teoria e Prática Empresarial" - promovido por Antônio Hermann Benjamin - realizado em abril de 1994.

IX Encontro Estadual de Defesa do Consumidor - promovido pelo PROCON/SP - realizado em dezembro de 1993.

I Seminário Internacional de Educação para o Consumo , promovido pelo PROCON/SP - realizado em setembro de 1993.

Seminário Revisão Constitucional: As Novas Imagens do Constitucionalismo – Um Diálogo Interamericano – promovido pela Procuradoria Geral do Estado, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Center The Study of Human Rights da Columbia University, Nova York – realizado em abril de 1993.

Encontro Internacional de Direitos Humanos – promovido pela Procuradoria Geral do Estado e o Núcleo de Estudos da Violência da USP – realizado em dezembro de 1992.

Curso "A Proteção Internacional de Direitos Humanos – promovido pelo Departamento de Relações Internacionais da Faculdade de Direito da USP – realizado em novembro de 1992.

Curso sobre a Polícia e Direitos Humanos: Novas Perspectivas, ministrado pelo Prof. Paul Chevigny, da Lower School New York University – promovido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP – realizado em agosto e setembro de 1992.

Seminário sobre Discriminação e Políticas Públicas – promovido pela Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo – realizado em maio de 1992.

IX Curso Interdisciplinar de Direitos Humanos – promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos – realizado em San José da Costa Rica em agosto de 1991.

Seminário sobre Violência, Direitos Humanos e Pena de Morte – promovido pelo CEBRAP – realizado em maio de 1991.

Curso de Direito Processual - 1980 - promovido pela Associação de Advogados e pela Faculdade Paulista de Direito - PUC/SP.

Curso de Direito e Ecologia - 1979 - promovido pela CETESB e pela Associação Paulista de Advogados.

PUBLICAÇÃO

"Reflexões sobre a Pena de Morte" . Capítulo "A Volta de um Velho Debate" (págs. 83 a 110) Ed. Cortês - 1993 - São Paulo.

LÍNGUAS

Noções básicas de inglês, francês e espanhol.

São Paulo, outubro de 2002


Maria Stella Gregori

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

OFÍCIO

**DO MINISTRO DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Nº 323/2002, de 6 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 409, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**PROJETOS RECEBIDOS DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2002
(nº 1.921/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 121, de 31 de janeiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Nossa Senhora Aparecida para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

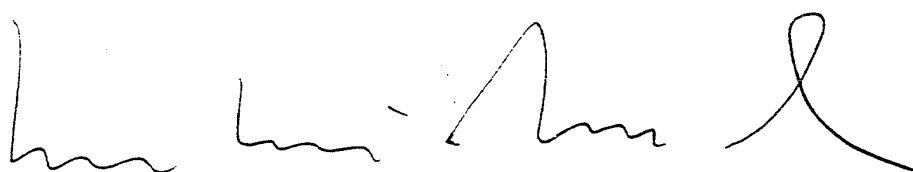
MENSAGEM**Nº 1.756, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

- 1 - Portaria nº 120, de 31 de janeiro de 2002 – Fundação Trespontana de Desenvolvimento Educacional e Sócio-Cultural, na cidade de Itajubá-MG;
- 2 - Portaria nº 121, de 31 de janeiro de 2002 – Fundação Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Bom Despacho-MG;
- 3 - Portaria nº 123, de 31 de janeiro de 2002 – Fundação Regional Integrada - FuRI, na cidade de Santiago-RS;
- 4 - Portaria nº 125, de 31 de janeiro de 2002 – Fundação Gilvan Costa, na cidade de Caruaru-PE;
- 5 - Portaria nº 126, de 31 de janeiro de 2002 – Fundação Trespontana de Desenvolvimento Educacional e Sócio-Cultural, na cidade de Três Pontas-MG;
- 6 - Portaria nº 128, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, na cidade de São José dos Pinhais-PR;
- 7 - Portaria nº 131, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas – FADENOR, na cidade de Montes Claros-MG;
- 8 - Portaria nº 135, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Educativa Cultural: Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, na cidade de Belo Horizonte-MG; e
- 9 - Portaria nº 136, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Educativa e Cultural de Santana do Paraíso, na cidade de Santana do Paraíso-MG.

Brasília, 19 de março de 2002.



MC 00152 EM

Brasília, 25 de fevereiro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.004147/2001, de interesse da Fundação Nossa Senhora Aparecida, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 121 ,DE 31 DE janeiro DE 2002.

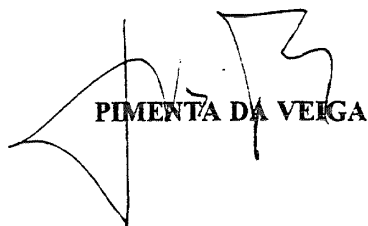
O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.004147/2001, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Nossa Senhora Aparecida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

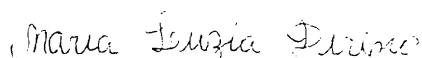
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PIMENTA DA VEIGA

ATA DE FUNDAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, reuniu-se no endereço: Praça da Matriz, 196 - Sala 201. cidade de Bom Despacho - Minas Gerais: **Guimar Maria Tiradentes Ribeiro**, brasileira, casada, CPF: 638 676 216 91, residente à Rua Brasília, 411, Bairro São José; **Maurício Bolina Reis Ribeiro**, Documento Identidade M-3. 581.240, CPF 507442406-20, brasileiro, casado - residente à Rua Brasília, 411 Bairro São José e **Maria Luzia Dirino**, Documento Identidade MG 10142053/SSP-MG, CPF 485675406-82, brasileira, divorciada, residente à Rua Dr Francisco Araújo Lopes Cançado, 169 - Bairro São José. todos domiciliados na cidade de Bom Despacho, Minas Gerais. Esta reunião foi para discutir e aprovar o Estatuto da Fundação Nossa Senhora Aparecida e deliberar sobre as doações em bens que foram doados à FUNDAÇÃO, conforme capítulo III. artigo 7º. alínea g. Depois de lido, o mesmo foi aprovado por todos, e ainda ficou decidido que o Senhor **MAURÍCIO BOLINA REIS RIBEIRO**, será o presidente do Conselho Curador da Fundação. Após a deliberação foi formado O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO. 1) Diretor Presidente: **Maria Luzia Dirino**, Documento Identidade MG 10142053/SSP-MG, CPF 485675406-82 ;2) Diretor vice-presidente: **Guimar Maria Tiradentes Ribeiro**, brasileira, casada, CPF: 638 676 216 91;3) Diretor Administrativo e Financeiro: **Maurício Bolina Reis Ribeiro**, Documento Identidade M-3. 581.240, CPF: 507442406-20. Nestes termos esta ata foi assinada após ter sido lida por todos os integrantes e, tendo seu estatuto aprovado pela promotoria pública, o mesmo foi levado a registro no cartório de registros de documentos da cidade de Bom Despacho, Minas Gerais.



Maria Luzia Dirino - Diretor Presidente

Documento Identidade MG 10142053/SSP-MG

CPF 485675406-82

1º. SERVIÇO NOTARIAL - BOM DESPACHO - MG

AUTENTICAÇÃO

23 NOV. 2001

A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO QUE ME FOI APRESENTADO.

Em Teste

Tabelião / Tabelião Substituto


Guimar Maria Tiradentes Ribeiro - Diretor vice-presidente

Documento Identidade MG-4. 385.325

CPF: 638676216-91


Maurício Bolina Reis Ribeiro - Diretor Administrativo e Financeiro

Documento Identidade M-3. 581.240

CPF: 507442406-20

(À Comissão de Educação)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 554, DE 2002

(nº 1. 974/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS BAIRROS DE PITANGUI - ABAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 607, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui - ABAP a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 1.491, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 595, de 24 de outubro de 2001 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu/RN, na cidade de Assu-RN:

2 - Portaria nº 596, de 24 de outubro de 2001 - Fundação Mário Negócio, na cidade de Parnamirim-RN:

3 - Portaria nº 597, de 24 de outubro de 2001 - Associação Cultural Macaparana FM, na cidade de Macaparana-PE:

4 - Portaria nº 598, de 24 de outubro de 2001 - Associação Beneicente de Chã do Pavão, na cidade de Vertente do Lério-PE;

5 - Portaria nº 599, de 24 de outubro de 2001 - Associação de Mídia Comunitária Cidade das Brisas, na cidade de Votuporanga-SP;

6 - Portaria nº 600, de 24 de outubro de 2001 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense, na cidade de Pirangi-SP;

7 - Portaria nº 601, de 24 de outubro de 2001 - Associação Comunitária Cultural Portuense de Rádio e TV, na cidade de Astolfo Dutra-MG;

8 - Portaria nº 604, de 24 de outubro de 2001 - Associação dos Moradores da Praia da Costa, na cidade de Vila Velha-ES;

9 - Portaria nº 606, de 24 de outubro de 2001 - Sociedade Civil Boca Maldita, na cidade de Curitiba-PR;

10 - Portaria nº 607, de 24 de outubro de 2001 - Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui - ABAP, na cidade de Pitangui-MG; e

11 - Portaria nº 608, de 24 de outubro de 2001 - Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar, na cidade de Lagamar-MG.

Brasília, 18 de dezembro de 2001.



MC 00736 EM

Brasília, 19 de novembro de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui - ABAP, na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000012/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente.

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 607 DE 24 DE outubro DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000012/99, resolve:

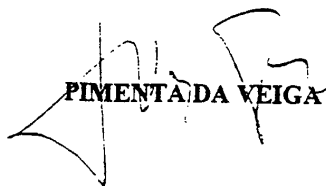
Art. 1º Autorizar a Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui - ABAP, com sede na Rua Lacerdino Rocha, nº 139, na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 19º40'18"S e longitude em 44º53'25"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTOGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

RELATÓRIO Nº **198** /2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.710.000.012/99
de 06.01.1999.

OBJETO: Requerimento de outorga de
autorização para a exploração do
Serviço de Radiodifusão
Comunitária.

INTERESSADO: Associação de Assistência aos
Bairros de Pitangui, localidade de
Pitangui, Estado de Minas Gerais.

I - INTRODUÇÃO

1. **A Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui**, inscrita no CNPJ sob o número 20.927.349/0001-80, Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Lacerdino Rocha, nº 139, Centro, Cidade de Pitangui, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 05.01.1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União, D.O.U., de 18.03.1999, Seção 3, que contempla a localidade, **onde se pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estudo.**

3. A **requerente**, por final, solicita “a **designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.**”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II - RELATÓRIO

♦ atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela **requerente**, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, **relatando** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. A **requerente**, como mencionado na **introdução** (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, **atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 02/98** e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;

- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. **Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 08 a 220 dos autos.**

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – RELATÓRIO

♦ informações técnicas

9. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Maria da Conceição nº 101, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 19° 40' 18" S de latitude e 44° 53' 25" W de longitude, consoante aos dados constantes no aviso no DOU de 18.03.1999, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folha 142, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de comprovante de registro da Ata de Constituição, Ata de Eleição dos atuais dirigentes da Entidade, declarações de acordo com o subitem 6.7, incisos. III, IV, V, e VIII da Norma 02/98 referentes aos novos membros, alterações estatutárias, comprovação de válida existência das Entidades que manifestaram apoio à iniciativa da requerente, declaração, assinada pelo representante legal, constando o endereço da sede da Entidade, declarações de acordo com o subitem 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1 da Norma 02/98, bem como do subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 02/98 (fls. 118 a 220).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 133, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (~~transmissor~~) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência

efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 143 e 144.

15. É o relatório.

IV – CONCLUSÃO/OPINAMENTO

16. **O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a **requerente**, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, **atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito**, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui.

- **quadro diretivo**

Presidente: Antônio Eustáquio Morais Navarro

Vice-Presidente: Joel de Souza Lopes

1ª Secretária: Eunice Valadares

2º Secretário: José Benedito R. Pereira

1º Tesoureiro: Marcílio Valadares

2º Tesoureiro: João de Barros Filho

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

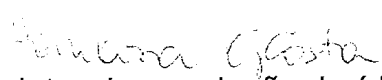
Rua Maria da Conceição Amaral, nº 101, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais;

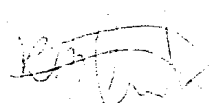
- **coordenadas geográficas**

19° 40' 18" S de latitude e 44° 53' 25" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fl. 133, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 143 e 144, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui**, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.012/99 de 06 de janeiro de 1999.

Brasília, 26 de junho de 2001.


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de Julho de 2.001.


HAMILTON DE MAGALHÃES MESQUITA
Coordenador Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 05 de Julho de 2.001.


ANTONIO CARLOS TARDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Aprovo o Relatório nº 198 /2001/DOSR/SSR/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 03 de Julho de 2.001.


PAULO MENICUCCI
Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 555, DE 2002
(Nº 1.398/2001, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à MORADA DOS RIOS S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchal, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 158 de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Morada dos Rios S/C Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.003, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 151, de 27 de março de 2001 – Rádio FM Jardim de Cajobi Ltda., na cidade de Cajobi-SP;

2 - Portaria nº 152, de 27 de março de 2001 – Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., na cidade de Flórida Paulista-SP;

3 - Portaria nº 153, de 27 de março de 2001 – Rádio Difusora Rhema Ltda., na cidade de Barão de Antonina-SP;

4 - Portaria nº 155, de 27 de março de 2001 – Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., na cidade de Sarutaiá-SP;

5 - Portaria nº 156, de 27 de março de 2001 – Estúdio Digital Ltda., na cidade de Carmo do Cajuru-MG;

6 - Portaria nº 157, de 27 de março de 2001 – Super Rádio DM Ltda., na cidade de Alegre-ES;

7 - Portaria nº 158, de 27 de março de 2001 – Morada dos Rios S/C Ltda., na cidade de Conchal-SP;

8 - Portaria nº 159, de 27 de março de 2001 – Rádio Minduri FM Ltda., na cidade de Minduri-MG;

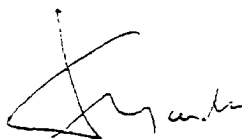
9 - Portaria nº 160, de 27 de março de 2001 – Rádio 900 de Pary do Alferes Ltda., na cidade de Botelhos-MG;

10 - Portaria nº 161, de 27 de março de 2001 – Mercom Brasília Comunicação Ltda., na cidade de Santo Antônio da Alegria-SP;

11 - Portaria nº 162, de 27 de março de 2001 – Rádio Jornal a Crítica Ltda., na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM; e

12 - Portaria nº 163, de 27 de março de 2001 – RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., na cidade de Santana do Araguaia-PA.

Brasília, 17 de julho de 2001.



MC 00315 EM

Brasília, 29 de maio de 2001.

Exceientíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 082/97-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Conchal, Estado de São Paulo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Morada dos Rios S/C Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 32 do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 158 , DE 27 DE março DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001139/97, Concorrência nº 082/97-SFO/MC, resolve:


Art. 1º Outorgar permissão à Morada dos Rios S/C Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Conchal, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

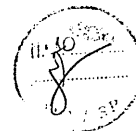
Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

SELO DE AUTENTICIDADE
 AUTENTICAÇÃO
 SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO
 R.G. Nº 18.8890
 16 MAI 1997
 "INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO SOCIAL"



MGRADA DOS RIOS S/C LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 10/10/2000

Marcos Vinícius Bertoni
 Secretário/CEAN
 Edital - Rediodifusão

POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO SOCIAL,

SELMA APARECIDA CORREA DE SOUZA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, JORNALISTA, RESIDENTE E DOMICILIADA NA CIDADE DE CONCHAL, ESTADO DE SÃO PAULO, A RUA DAS AZALEIAS, 375, CENTRO, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº. 18.566.075, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E CPF SOB Nº. 084.370.876-64,

MARCIO AMAURI PERIN, BRASILEIRO, CASADO, TÉCNICO INSTRUMENTISTA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE CONCHAL, ESTADO DE SÃO PAULO, A RUA CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES, 224, CENTRO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº. 18.081.709, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E CPF SOB Nº. 123.544.278-03,

RESOLVEM POR ESTE E NA MELHOR FORMA DO DIREITO CONSTITUIR UMA SOCIEDADE CIVIL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 3703 DE 10 DE JANEIRO DE 1.919, E QUE SERÁ REGIDA PELAS CLAUSULAS E CONDIÇÕES SEQUENTES :-

SERVIÇO PRIVATIVO DE REGISTRO
 DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Rua José Bonifácio, n.º 13 - Mogi Mirim - SP
 Protocolado e Microfilmado sob o n.º 22734

[Handwritten signatures and initials]



VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE

16 MAI 1997

CLAUSULA PRIMEIRA:- A SOCIEDADE J. J. SA SUCESSORA DA CIDADE DE CONCHAL, ESTADO DE SAO PAULO, A RUA DAS CAMELIAS, 173, CENTRO, E SE DESTINARA AO RAMO DE PRESTACAO DE SERVICOS DE GRAVACAO DE COMERCIAIS PARA A RADIODIFUSAO, PROMOCAO DE EVENTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE EM VEICULOS EQUIPADOS COM SON, E A RADIODIFUSAO DE ACORDO COM O QUE DISPOE O ARTIGO 3o. DO DECRETO No. 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963, QUE INSTITUI O REGULAMENTO DOS SERVICOS DE RADIODIFUSAO, SERAO A DIVULGACAO DE PROGRAMAS DE CARATER EDUCATIVO, CULTURAL, INFORMATIVO E RECREATIVO.

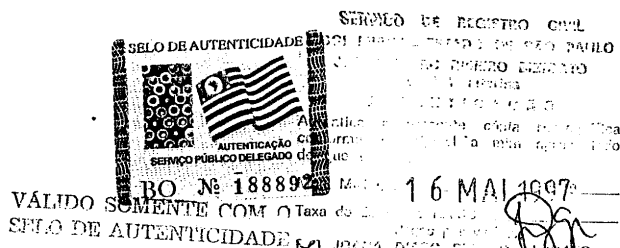
CLAUSULA SEGUNDA:-- A SOCIEDADE GYRARA SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE "MORADA DOS RIOS S/C LTDA", TENDO COMO NOME FANTASIA "MORADA DOS RIOS FM" E SERA REPRESENTADA ATIVA E PASSIVAMENTE POR AMBOS OS SOCIOS, MEDIANTE SUAS ASSINATURAS, EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE, SOBRE CARIMBO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, APENAS E TAO SOMENTE NOS NEGOCIOS SOCIAIS, FICANDO EXPRESSAMENTE PROIBIDO SEU USO EM AVAIS, ENDOSSO DE FAVOR, FIANÇA OU OUTROS QUAISQUER DOCUMENTOS ANALOGOS QUE ACARRETEM RESPONSABILIDADE PARA A SOCIEDADE.

PARAGRAFO UNICO:- NOS ATOS E CONTRATOS ENVOLVENDO VENDAS, EMPRESTIMOS, ALIENAÇÃO, PENHOR OU HIPOTECA DOS BENS MOVEIS OU IMOVEIS DA SOCIEDADE, SERA OBRIGATORIA A ASSINATURA DE AMBOS OS SOCIOS.

SERVIÇO PRIVATIVO DE REGISTRO
DAS PESSOAS JURÍDICAS

Rua José Bonifácio, n.º 13 - Mogi Mirim-SP
Protocolado e Microfilmado sob o 22734

22734



CLAUSULA TERCEIRA:- A ADMINISTRAÇÃO, POR VANTAGEM DEBIDA, DA SOCIEDADE SERÃO EXERCIDAS POR AMBOS OS SOCIOS E TERÃO DIREITO A UMA RETIRADA MENSAL A TITULO DE PRO-LABORE, QUE SERÁ LEVADA A DEBITO DA CONTA DESPESAS GERAIS DA SOCIEDADE, A QUAL SERÁ FIXADA E PERIODICAMENTE SEGUNDO DELIBERAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.

CLAUSULA QUARTA:- A SOCIEDADE SE COMPROMETE POR SEUS SOCIOS A NÃO EFETUAR ALTERAÇÕES NESTE INSTRUMENTO SEM A PREVIA AUTORIZAÇÃO DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLAUSULA QUINTA:- A SOCIEDADE NÃO PODERÁ TRANSFORMAR-SE EM SOCIEDADE POR AÇÕES (S/A), E PARA A NOMEAÇÃO DE UM PROCURADOR DEVERÁ TER PREVIA AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL, SENDO QUE ESTE DEVERÁ SER SEMPRE UM BRASILEIRO NATO, SALVO NOS CASOS JUDICIAIS.

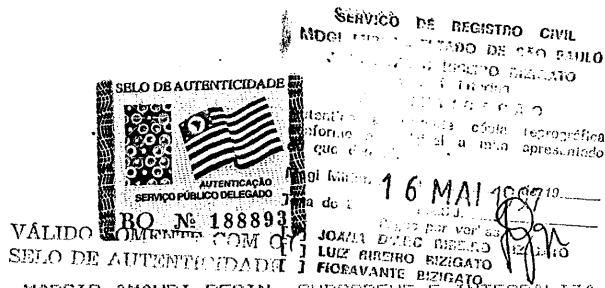
CLAUSULA SEXTA:- O CAPITAL SOCIAL É DE R\$ 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL REAIS) DIVIDIDO EM 210.000 (DUZENTAS E DEZ MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 1,00 (UM REAL) CADA UMA, TOTALMENTE SUBSCRITO, E INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS DA SEGUINTE FORMA:-

- A SOCIA SELMA APARECIDA CORREA DE SOUZA, SUBSCREVE E INTEGRALIZA NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE DO PAIS 5.000 (CINCO MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 1,00 (UM REAL) CADA UMA, NUM TOTAL DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), RESTANDO R\$ 100.000,00 (CEN MIL REAIS) QUE SERÃO INTEGRALIZADOS NUM PRAZO MAXIMO DE 02 (DOIS) ANOS;

SERVIÇO PRIVATIVO DE REGISTRO
DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua José Bonifácio, n.º 13 - Mogi Mirim-SP
Protocolado e Microfilmado sob o nº 22734

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 20/10/1997

Marcos Vinícius Bertoni
Secretário/CEAN
Edital - Radiodifusão



- O SOCIO MARCIO AMAURI PERIN, SUBSCREVE E INTEGRALIZA NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE DO PAIS 5.000 (CINCO MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 1,00 (UM REAL) CADA UMA, NUM TOTAL DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), RESTANDO R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) QUE SERAO INTEGRALIZADOS NUM PRAZO MAXIMO DE 02 (DOIS) ANOS;

PARAGRAFO UNICO:- NOS TERMOS DO ARTIGO 2o. DO DECRETO No. 3708 DE 10 DE JANEIRO DE 1.919, A RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS E LIMITADA A IMPORTANCIA TOTAL DO CAPITAL SOCIAL.

CLAUSULA SETIMA:- AS COTAS SOCIAIS SAO INDIVIDUAIS E NAO PODERAO SER VENDIDAS, CEDIDAS, TRANSFERIDAS OU ONERADAS A PESSOAS ESTRANHAS SEM A PREVIA E EXPRESSA CONCORDANCIA DO OUTRO SOCIO, QUE EM IGUALDADE DE PREÇO E CONDIÇÕES TERA DIREITO DE PREFERENCIA NA RESPECTIVA AQUISIÇÃO.

CLAUSULA OITAVA:- OS LUCROS OU PREJUÍZOS VERIFICADOS ANUALMENTE POR OCASIAO DE LEVANTAMENTO DE BALANÇO GERAL, QUE SERA ENCERRADO A 31 DE DEZEMBRO DE CADA ANO, SERAO DIVIDIDOS OU SUPOSTADOS PELOS SOCIOS NA PROPORÇÃO DO CAPITAL SUBSCRITO POR CADA UM.

PARAGRAFO UNICO:- AS RETIRADAS POR CONTA DOS RESPECTIVOS LUCROS, DEPENDERAO DE CONSENTIMENTO EXPRESSO DE AMBOS OS SOCIOS, MANIFESTADO POR DOCUMENTO ARQUIVADO NA SOCIEDADE.

CLAUSULA NONA:- O SOCIO QUE DESEJAR RETIRAR-SE DA SOCIEDADE, COMUNICARA AO OUTRO POR ESCRITO, COM ANTECEDENCIA MINIMA DE 30

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES 4
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 30/10/2000
Marcos Vinícius Bertoni
Secretário/CEAN
Bertoni - Radiodifusão

SERVIÇO PRIVATIVO DE REGISTRO
DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua José Bonifácio, nº 13 - Mogi Mirim-SP
Protocolado e Microfilmado sob o nº 22734

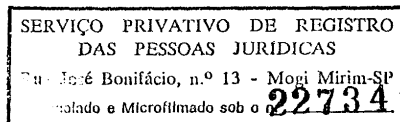


(TRINTA) DIAS E OS HAVERES REGULARMENTE APURADOS EM BALANÇO FEITO ESPECIALMENTE PARA ESTE FIM SER-LHE-ÃO PAGOS, NA FALTA DE CONVENÇÃO EM CONTRÁRIO, EM 12 (DOZE) PARCELAS MENSAIS CORRIGIDAS PELO ÍNDICE QUE ESTIVER EM VIGOR NA ÉPOCA OU EM COMUM ACORDO, VENCENDO-SE A PRIMEIRA PARCELA 40 (QUARENTA) DIAS APÓS O SEU DESLIGAMENTO DA SOCIEDADE E AS DEMAIS NO MESMO DIA, NOS MESES SUBSEQUENTES.

CLAUSULA DECIMA:-- NO CASO DE FALECIMENTO DE UM DOS SOCIOS, A SOCIEDADE NAO SERA DISSOLVIDA, CONTINUANDO COM O OUTRO SOCIO E OS HERDEIROS DE "DE CUJUS". CASO NAO HAJA ACORDO COM O SOCIO REMANESCENTE E OS HERDEIROS DO SOCIO FALECIDO PARA A CONTINUIDADE DA SOCIEDADE COM ESTE, OS HAVERES DO SOCIO FALECIDO SERAO APURADOS EM BALANÇO LEVANTADO ESPECIALMENTE PARA ESTE FIM E SERAO PAGOS NA FORMA DESCRITA NA CLAUSULA NONA DESTE CONTRATO.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA:-- A DURAÇÃO DA SOCIEDADE SERA POR TEMPO INDETERMINADO, COM INICIO DA RADIODIFUSAO A PARTIR DA DATA EM QUE O MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES DEFERIR O ATO DE OUTORGA DA CONCESSAO OU PERMISSAO EM SEU NOME, PODENDO ENTREANTO SER DISSOLVIDA A QUALQUER ÉPOCA.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA:-- NA VIGENCIA DESTE INSTRUMENTO, OCORRENDO IMPEDIMENTO OU INCAPACIDADE DE UM DOS SOCIOS SERA ESTE EXCLUIDO DA SOCIEDADE MEDIANTE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SEUS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 30 / 10 / 2002
Marcos Vinícius Bertoni
Secretário/CEAN
Edital - Radiodifusão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 20, 10, 2000

Marcos Vinícius Bertoni

Secretário/CEAN

Edital - Radiodifusão



DIREITOS E HAVERES SERÃO PAGOS NA FORMA DESCRITA NA CLAUSULA NONA DESTE CONTRATO.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA:- FICA ELEITO PARA DIRIMIR AS DUVIDAS E RESOLVER OS CONFLITOS ORIUNDOS DESTE INSTRUMENTO O FORO DA COMARCA DE MOGI MIRIM, ESTADO DE SAO PAULO, COM RENUNCIA A QUALQUER OUTRO, POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA.

CLAUSULA DECIMA QUARTA:- AS COTAS REPRESENTATIVAS DO CAPITAL EM SUA TOTALIDADE PERTENCERAO SEMPRE A BRASILEIROS NATOS, E SAO INALIENAVEIS E INCAUCIONAVEIS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, A ESTRANGEIROS E PESSOAS JURIDICAS.

CLAUSULA DECIMA QUINTA:- OS ADMINISTRADORES SERAO BRASILEIROS NATOS E A SUA INVESTIDURA NO CARGO SOMENTE PODERA OCORRER APÓS HAVEREM SIDO APROVADOS PELO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLAUSULA DECIMA SEXTA:- A SOCIEDADE SE OBRIGA A OBSERVAR COM RIGOR O QUE SE IMPOE EM LEIS, DECRETOS, REGULAMENTOS, PORTARIAS E QUAISQUER DECISÕES OU DESPACHOS EMANADOS DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES VIGENTES E A VIGORAR, REFERENTES A LEGISLAÇÃO DE REDIODIFUSÃO GERAL.


CLAUSULA DECIMA SETIMA:- A SOCIEDADE SE COMPROMETE A MANTER EM SEU QUADRO DE FUNCIONARIS UN NUMERO MINIMO DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DE EMPREGADOS BRASILEIROS NATOS.



JOANA D'ARC RIBEIRO BERTONI
Secretária Executiva
AUTENTICADO
Autentico a presente a cópia do documento
do que consta do livro de autenticação
Mogi Mirim, 15 MAI 1997
Joana D'Arc Ribeiro Bertoni
1 JOANA D'ARC RIBEIRO BERTONI
1 LUIZ RIBEIRO BERTONI
1 RICARDO BERTONI

SERVIÇO PRIVATIVO DE REGISTRO
DAS PESSOAS JURIDICAS
Rua José Bonifácio, n.º 13 - Mogi Mirim-SP
Protocolado e Microfilmado sob o nº 22734

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELLO DE AUTENTICIDADE

 FIRMAS SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO AA Nº 454078	 FIRMAS SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO AA Nº 454078	 FIRMAS SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO AJ Nº 671701
---	---	---

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL
MOGI MIRIM - ESTADO DE SÃO PAULO
JOANA D'ARC RIBEIRO BIZIGATO
Oficial Interina

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)
Indicadas de Selma Cipare da
Bores de Jova - Marcia
Amara Pudi
dois fô. 23 ABR 1997
Mogi Mirim, de 19

Em test.º da da verdade.
Taxa do Estado e I.A.S.J. pagos por verba
☒ JOANA D'ARC RIBEIRO BIZIGATO
☐ LUIZ RIBEIRO BIZIGATO
☐ FIORAVANTE BIZIGATO

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL
MOGI MIRIM - ESTADO DE SÃO PAULO
JOANA D'ARC RIBEIRO BIZIGATO
Oficial Interina

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)
Indicadas de João José Davoli
Evangelina de Macha de Genu
Guerrino Davoli Neto
dois fô. 23 ABR 1997
Mogi Mirim, de 19

Em test.º da da verdade.
Taxa do Estado e I.A.S.J. pagos por verba
☒ JOANA D'ARC RIBEIRO BIZIGATO
☐ LUIZ RIBEIRO BIZIGATO
☐ FIORAVANTE BIZIGATO



1.º Registro de
Títulos e Documentos
Mogi Mirim-SP

Total pago : **671,68**

Esse valor inclui os 27%
devidos ao Estado e os
20% devidos à Carteira
de Previdência do IPESP.

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

TEL. (019) 662-2130 — FAX (019) 862-4758
Rua José Bonifácio, n.º 13 — Mogi Mirim - Est. S. Paulo

Apresentado hoje para registro, apontado, arquivado e
microfilmado sob n.º da ordem **22734** do
protocolo n.º A- **51** Registrado no Livro A- 3,
sob n.º **1280**
Mogi Mirim **25 ABR 1997**

Serviço Registro Tit. e Doc. 6
Registro Civil Pessoas Jurídicas
Mogi Mirim
GIUSEPPE CANI NETO
Escrivente Autorizado

SELO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICACAO
SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO
MOGI MIRIM - ESTADO DE SÃO PAULO
JOANA D'ARC RIBEIRO BIZIGATO
Escrivente Interina

AUTENTICACAO
Autentica a presente cópia reproduzida
conforme o original a mim apresentado
do que deu
Mogi Mirim, de **16 MAI 1997**

Taxa do Estado e I.A.S.J.
pagos por verbas
☒ JOANA D'ARC RIBEIRO BIZIGATO
☐ LUIZ RIBEIRO BIZIGATO
☐ FIORAVANTE BIZIGATO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 10 / 10 / 2000
Marcos Vinicius Bertoni
Secretário/CEAN
Edital - Radiodifusão

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 556, DE 2002 (Nº 1.103/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por quinze anos, a partir de 14 de março de 2000, a concessão da Televisão Norte do RGS Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 169, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 17 de julho de 2000, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 - Sociedade Emissora Radiovox Ltda., a partir de 5 de julho de 1996, na cidade de Muritiba-BA;
- 2 - Radiodifusora Asa Branca Ltda., a partir de 22 de março de 1992, na cidade de Boa Viagem-CE;
- 3 - Rádio Jornal Centro Sul Ltda., a partir de 10 de fevereiro de 1992, na cidade de Iguatu-CE;
- 4 - Rádio Sant'Ana de Tianguá Ltda., a partir de 15 de agosto de 1997, na cidade de Tianguá-CE;

- 5 - Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, a partir de 22 de setembro de 1992, na cidade de Afonso Cláudio-ES;
- 6 - Rádio Difusora de Colatina Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Colatina-ES;
- 7 - Fundação Dom Stanislau Van Melis, a partir de 16 de fevereiro de 1992, na cidade de São Luís dos Montes Belos-GO;
- 8 - Empresa Rádio Independente Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Aquidauana-MS;
- 9 - Rádio Difusora de Três Lagoas Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Lagoas-MS;
- 10 - Rádio Difusora Matogrossense Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Corumbá-MS;
- 11 - Rádio e Televisão Caçula Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Lagoas-MS;
- 12 - Sistema Sul Matogrossense de Radiodifusão Ltda., a partir de 10 de junho de 1993, na cidade de Ponta Porã-MS;
- 13 - Rádio Rural Nova Guaranésia Ltda., a partir de 6 de setembro de 1992, na cidade de Guaranésia-MG;
- 14 - Rede Juiz de Fora de Radiodifusão Ltda., a partir de 28 de maio de 1991, na cidade de Juiz de Fora-MG;
- 15 - Rádio Arapuan Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de João Pessoa-PB;
- 16 - Rádio Educadora de Conceição Ltda., a partir de 27 de outubro de 1992, na cidade de Conceição-PB;
- 17 - Rádio Cultura Norte Paranaense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Paranavaí-PR;
- 18 - Rádio Itamaraty Ltda., a partir de 12 de novembro de 1992, na cidade de Piripiri-PI;
- 19 - Rádio Grande Picos Ltda., a partir de 2 de dezembro de 1992, na cidade de Picos-PI;
- 20 - Rádio Trairy Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Natal-RN;
- 21 - Chirú Comunicações Ltda., a partir de 5 de outubro de 1998, na cidade de Palmitinho-RS;
- 22 - Rádio Luz e Alegria Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Frederico Westphalen-RS;
- 23 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Candelária-RS;
- 24 - Rádio Quarai Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Quarai-RS;
- 25 - Rádio São Miguel Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Uruguaiana-RS;
- 26 - Rádio São Roque Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Faxinal do Soturno-RS;

27 - Rádio Difusora do Vale do Itabapoana Limitada, a partir de 17 de junho de 1992, na cidade de Bom Jesus de Itabapoana-RJ;

28 - Rádio São Bento Ltda., a partir de 21 de junho de 1997, na cidade de São Bento do Sul-SC;

29 - Rádio Progresso de São Carlos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Carlos-SP;

30 - Rádio Educação Rural Ltda., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Campo Grande-MS;

31 - Rádio Cultura Fluminense Ltda., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Campos-RJ;

32 - Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda., a partir de 21 de outubro de 1991, na cidade de Campo Grande-MS;


33 - TV Esplanada do Paraná Ltda., a partir de 9 de julho de 1998, na cidade de Ponta Grossa-PR;

34 - Televisão Norte do RGS Ltda, a partir de 14 de março de 2000, na cidade de Carazinho-RS;

35 - TVSBT - Canal 3 de Nova Friburgo Ltda., a partir de 22 de março de 1994, na cidade de Nova Friburgo-RJ; e

36 - TV Coligadas de Santa Catarina S.A., a partir de 24 de maio de 1997, na cidade de Blumenau-SC.

Brasília, 1º de agosto de 2000.



EM nº 220/MC

Brasília, 5 de julho de 2.000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- **SOCIEDADE EMISSORA RADIOVOX LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Muritiba, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000161/96);
- **RADIODIFUSORA ASA BRANCA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará (Processo nº 29108.000434/91);

- **RÁDIO JORNAL CENTRO SUL LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Iguatú, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000267/92);
- **RÁDIO SANT'ANA DE TIANGUÁ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tianguá, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000898/97);
- **FUNDAÇÃO ROBERTO RABELLO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo (Processo nº 50660.000172/92);
- **RÁDIO DIFUSORA DE COLATINA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 50660.000050/94);
- **FUNDAÇÃO DOM STANISLAU VAN MELIS**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Luís dos Montes Belos, Estado de Goiás (Processo nº 29109.000547/91);
- **EMPRESA RÁDIO INDEPENDENTE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000106/94);
- **RÁDIO DIFUSORA DE TRÊS LAGOAS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000057/94);
- **RÁDIO DIFUSORA MATOGROSSENSE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000232/93);
- **RÁDIO E TELEVISÃO CAÇULA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000059/94);
- **SISTEMA SUL MATOGROSSENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 50700.000118/93);
- **RÁDIO RURAL NOVA GUARANÉSIA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 29710.000287/92);
- **REDE JUIZ DE FORA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 29104.000194/91);
- **RÁDIO ARAPUAN LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba (Processo nº 50730.000399/93);
- **RÁDIO EDUCADORA DE CONCEIÇÃO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Conceição, Estado da Paraíba (Processo nº 50730.000296/92);

- **RÁDIO CULTURA NORTE PARANAENSE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paranavai, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000285/93);
- **RÁDIO ITAMARATY LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piripiri, Estado do Piauí (Processo nº 29115.000146/92);
- **RÁDIO GRANDE PICOS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí (Processo nº 29115.000173/92);
- **RÁDIO TRAIRY LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000007/94);
- **CHIRÚ COMUNICAÇÕES LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000861/98);
- **RÁDIO LUZ E ALEGRIA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000098/94);
- **RÁDIO PRINCESA DO JACUÍ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000017/93);
- **RÁDIO QUARAI LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001591/95);
- **RÁDIO SÃO MIGUEL LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 50790.000890/93);
- **RÁDIO SÃO ROQUE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000022/94);
- **RÁDIO DIFUSORA DO VALE DO ITABAPOANA LIMITADA**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 29770.000389/92);
- **RÁDIO SÃO BENTO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000099/97);
- **RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000236/94);
- **RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 50700.000040/93);
- **RÁDIO CULTURA FLUMINENSE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 50770.002517/92);

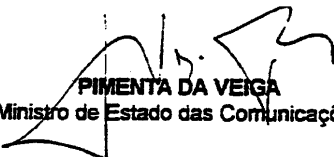
- **REDE CENTRO OESTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 29112.000212/91);
- **TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000406/98);
- **TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53528.000192/99);
- **TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000951/93);
- **TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S.A.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000299/97).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir a entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente,


PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2000

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84 inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – **SOCIEDADE EMISSORA RADIOVOX LTDA.**, a partir de 5 de julho de 1996, na cidade de Muritiba, Estado da Bahia, outorgada pela Portaria CONTEL nº 397, de 17 de junho de 1966, e renovada pelo Decreto nº 96.009, de 3 de maio de 1988 (Processo nº 53640.000161/96);

II – **RADIODIFUSORA ASA BRANCA LTDA.**, a partir de 22 de março de 1992, na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 86.962, de 25 de fevereiro de 1982 (Processo nº 29108.000434/91);

III – RÁDIO JORNAL CENTRO SUL LTDA., a partir de 10 de fevereiro de 1992, na cidade de Iguatú, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 86.718, de 11 de dezembro de 1981 (Processo nº 29650.000267/92);

IV – RÁDIO SANT'ANA DE TIANGUÁ LTDA., a partir de 15 de agosto de 1997, na cidade de Tianguá, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 79.846, de 23 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto de 29 de julho de 1992, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 80, de 16 de setembro de 1999 (Processo nº 53650.000898/97);

V – FUNDAÇÃO ROBERTO RABELLO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, a partir de 28 de setembro de 1992, na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, outorgada originariamente à Rádio Difusora Guanduense Ltda., conforme Decreto nº 87.486, de 18 de agosto de 1982, e transferida pelo Decreto de 17 de dezembro de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50660.000172/92);

VI – RÁDIO DIFUSORA DE COLATINA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo, outorgada pela Portaria MVOP nº 40, de 16 de janeiro de 1950, e renovada pelo Decreto nº 90.308, de 16 de outubro de 1984 (Processo nº 50660.000050/94);

VII – FUNDAÇÃO DOM STANISLAU VAN MELIS, a partir de 16 de fevereiro de 1992, na cidade de São Luís dos Montes Belos, Estado de Goiás, outorgada originariamente à Rádio Vale de Serra Ltda., conforme Decreto nº 86.857, de 14 de janeiro de 1982, e transferida pelo Decreto de 18 de junho de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 29109.000547/91);

VIII – EMPRESA RÁDIO INDEPENDENTE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria MJNI nº 165-B, de 11 de abril de 1962, renovada pela Portaria nº 7, de 16 de janeiro de 1986, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 102, de 8 de junho de 1987, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53700.000106/94);

IX – RÁDIO DIFUSORA DE TRÊS LAGOAS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 63, de 30 de janeiro de 1956, e renovada pelo Decreto nº 92.630, de 2 de maio de 1985 (Processo nº 53700.000057/94);

X – RÁDIO DIFUSORA MATOGROSSENSE LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 2.310, de 4 de fevereiro de 1938, e renovada pelo Decreto nº 91.493, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 53700.000232/93);

XI – RÁDIO E TELEVISÃO CAÇULA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, outorgada à Rádio a Voz da Caçula Limitada, pela Portaria MJNI nº 381-B, de 28 de novembro de 1961, renovada pelo Decreto nº 92.135, de 13 de dezembro de 1985, e autorizada a mudar sua denominação para a atual, conforme Portaria nº 100, de 29 de junho de 1987, do Diretor da Delegacia Regional em Campo Grande do Departamento Nacional de Telecomunicações, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53700.000059/94);

XII – SISTEMA SUL MATOGROSSENSE DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA., a partir de 10 de junho de 1993, na cidade de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 88.237, de 18 de abril de 1983 (Processo nº 50700.000118/93);

XIII – RÁDIO RURAL NOVA GUARANÉSIA LTDA., a partir de 6 de setembro de 1992, na cidade de Guaraniésia, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria MC nº 170, de 1º de setembro de 1982, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 133, de 12 de setembro de 1989, do Ministério das Comunicações (Processo nº 29710.000287/92);

XIV – REDE JUIZ DE FORA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA., a partir de 28 de maio de 1991, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 85.958, de 4 de maio de 1981 (Processo nº 29104.000194/91);

XV – RÁDIO ARAPUAN LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 28.862, de 21 de novembro de 1950, e renovada pelo Decreto nº 98.111, de 31 de agosto de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 183, de 5 de setembro de 1991 (Processo nº 50730.000399/93);

XVI – RÁDIO EDUCADORA DE CONCEIÇÃO LTDA., a partir de 27 de outubro de 1992, na cidade de Conceição, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 87.505, de 23 de agosto de 1982 (Processo nº 50730.000296/92);

XVII – RÁDIO CULTURA NORTE PARANAENSE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Paranavai, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 638, de 27 de outubro de 1956, e renovada pelo Decreto nº 89.372, de 8 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53740.000285/93);

XVIII – RÁDIO ITAMARATY LTDA., a partir de 12 de novembro de 1992, na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, outorgada pelo Decreto nº 87.612, de 21 de setembro de 1982 (Processo nº 29115.000146/92);

XIX – RÁDIO GRANDE PICOS LTDA., a partir de 2 de dezembro de 1992, na cidade de Picos, Estado do Piauí, outorgada pelo Decreto nº 87.667, de 5 de outubro de 1982 (Processo nº 29115.000173/92);

XX – RÁDIO TRAIRY LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pela Portaria MVOP nº 49, de 4 de fevereiro de 1960, revigorada pela Portaria MJNI nº 179-B, de 11 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 90.156, de 5 de setembro de 1984 (Processo nº 53780.000007/94);

XXI – CHIRÚ COMUNICAÇÕES LTDA., a partir de 5 de outubro de 1998, na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 96.672, de 9 de setembro de 1988 (Processo nº 53790.000861/98);

XXII – RÁDIO LUZ E ALEGRIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 573, de 21 de junho de 1955, e renovada pelo Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 53790.000098/94);

XXIII – RÁDIO PRINCESA DO JACUÍ LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 41.987, de 5 de agosto de 1957, e renovada pelo Decreto nº 94.186, de 6 de abril de 1987 (Processo nº 53790.000017/93);

XXIV – RÁDIO QUARAI LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 520, de 30 de maio de 1955, renovada pela Portaria MC nº 948, de 3 de novembro de 1975, e autorizada a passar a condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, como Exatidão de Motivos nº 134, de 12 de setembro de 1989, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53790.001591/95);

XXV – RÁDIO SÃO MIGUEL LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 822, de 2 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.869, de 27 de junho de 1984 (Processo nº 50790.000890/93);

XXVI – RÁDIO SÃO ROQUE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 74.048, de 13 de maio de 1974, e renovada pelo Decreto nº 89.631, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53790.000022/94);

XXVII – RÁDIO DIFUSORA DO VALE DO ITABAPOANA LIMITADA, a partir de 27 de junho de 1992, na cidade de Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 87.109, de 19 de abril de 1982 (Processo nº 29770.000389/92);

XXVIII – RÁDIO SÃO BENTO LTDA., a partir de 21 de junho de 1997, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 79.662, de 5 de maio de 1977, renovada pelo Decreto nº 94.526, de 26 de junho de 1987 (Processo nº 53820.000099/97);

XXIX – RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 845, de 7 de novembro de 1957, e renovada pelo Decreto nº 90.576, de 28 de novembro de 1984 (Processo nº 50830.000236/94);

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical:

I – RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL LTDA., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 819, de 2 de abril de 1982, e renovada pelo Decreto nº 92.668, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 50700.000040/93);

II – RÁDIO CULTURA FLUMINENSE LTDA., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, outorgada originariamente à Rádio Cultura de Campos Ltda., conforme Decreto nº 46.445, de 16 de julho de 1959, renovada e transferida pelo Decreto nº 91.749, de 4 de outubro de 1985, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50770.002517/92).

Art. 3º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens :

I – REDE CENTRO OESTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., a partir de 21 de outubro de 1991, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 78.190, de 3 de agosto de 1976 (Processo nº 29112.000212/91);

II – TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA., a partir de 9 de julho de 1998, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 62.639, de 30 de abril de 1968, e renovada pelo Decreto nº 89.198, de 16 de dezembro de 1983 (Processo nº 53740.000406/98);

III – TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA., a partir de 14 de março de 2000, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Rádio e Televisão Albuquerque Ltda., pelo Decreto nº 91.050, de 6 de março de 1985, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria DENTEL nº 477, de 6 de outubro de 1986 (Processo nº 53528.000192/99);

IV – TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA., a partir de 22 de março de 1994, na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, outorgada originariamente à TVS – TV Studios Sílvio Santos Ltda., conforme Decreto nº 83.094, de 26 de janeiro de 1979, transferida pelo Decreto nº 91.042, de 5 de março de 1985, à TVS – Canal 3 de Nova Friburgo Ltda., autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 111, de 29 de abril de 1986, do Diretor da Delegacia Regional no Rio de Janeiro do Departamento Nacional de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (Processo nº 53770.000951/93);

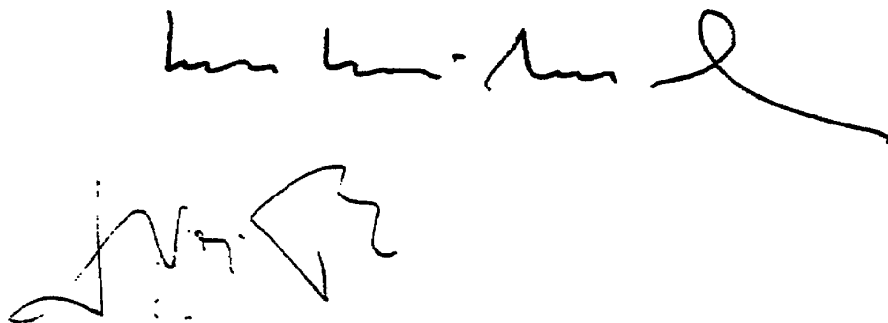
V – TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S.A., a partir de 24 de maio de 1997, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 60.465-A, de 14 de março de 1967, e renovada pelo Decreto nº 92.448, de 7 de março de 1986 (Processo nº 53820.000298/97).

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas neste Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República



TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA

Contrato Social arquivado na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o nº 432.005.869-34, em sessão de 17/02/1983.

Primeira Alteração Contratual arquivada na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o nº 844.044 em sessão de 23/10/1986.

Segunda Alteração Contratual arquivada na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o nº 1.295.974 em sessão de 02/08/1993.

Terceira Alteração Contratual arquivada na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o nº 132.596.7 em sessão de 20/07/1994.

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA., Sociedade com sede na cidade de Carazinho/RS, na Rua La Salle, s/nº, inscrita no CGC MF sob o nº 88.721.816/0001-55, com seu contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o nº 432.005.869-34, em sessão de 17/01/1983, pela totalidade de seus cotistas que são: RAFAEL ALVAREZ GADRET, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Rua Chiriguano nº 92, portador da carteira de identidade nº 8019546483 SSP/RS, inscrito no CPF nº 632.001.550-00 e FERNANDA ALVAREZ GADRET, brasileira, solteira, maior, administradora de empresas, residente e domiciliada em Porto Alegre/RS, na Rua Chiriguano nº 92, portadora da carteira de identidade nº 6019546503 SSP/RS, inscrita no CPF nº 727.697.850-87; resolvem de comum acordo alterar o contrato Social, o que fazem da seguinte forma:

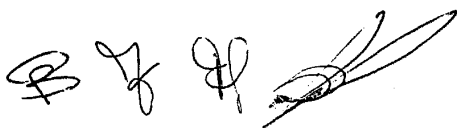
- a) O capital social que é de CR\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros reais), tendo em vista a reforma monetária ocorrida no país, passa a ser de R\$ 10,91 (dez reais e noventa e um centavos).
- b) Fica aumentado o capital social para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que será dividido em 10.000 (dez mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real).
- c) O aumento do capital de R\$ 9.989,09 (nove mil e novecentos e oitenta e nove reais e nove centavos) é integralizado neste ato, pelos cotistas na proporção de sua participação, em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído entre os sócios:

Rafael Alvarez Gadret, 5.000 cotas	R\$ 5.000,00
Fernanda Alvarez Gadret, 5.000 cotas	R\$ 5.000,00
Total, 10.000 cotas	R\$ 10.000,00
- d) Transferir a sede da Sociedade para a Rua Flores da Cunha nº 1182 - 7º andar na cidade de Carazinho/RS e abrir filiais na cidade de Passo Fundo/RS, na Av. Brasil nº 297; na cidade de Ijuí/RS, na Rua XV de Novembro nº 276 - 6º andar e na cidade de Cruz Alta, na Rua Pinheiro Machado nº 772 - Sala 13.

Em consequência das alterações ocorridas ficam então com nova redação as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA

A Sociedade tem sua sede na cidade de Carazinho/RS, na Rua Flores da Cunha nº 1182 - 7º andar e filiais na cidade de Passo Fundo/RS, na Av. Brasil nº 297; na cidade de Ijuí/RS, na Rua XV de Novembro nº 276 - 6º andar e na cidade de Cruz Alta, na Rua Pinheiro Machado nº 772 - Sala 13.



CLÁUSULA SÉTIMA

O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) distribuidos em 10.000 (dez mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real).

CLÁUSULA OITAVA

A distribuição do capital social entre os sócios é a seguinte:

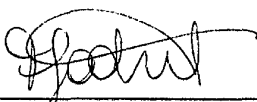
Rafael Alvarez Gadret, 5.000 cotas	R\$ 5.000,00
Fernanda Alvarez Gadret, 5.000 cotas	R\$ 5.000,00
Total, 10.000 cotas	R\$10.000,00

As demais cláusulas permanecem em pleno vigor.

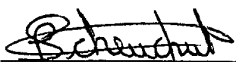
Porto Alegre, 29 de janeiro de 1998.



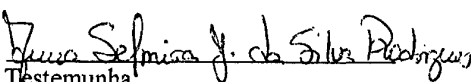
Rafael Alvarez Gadret



Fernanda Alvarez Gadret



Testemunha
Rosane Luiza Scheuchuk
CI 8037991497 SSP/RS
CPF: 563.693.520-04



Testemunha
Anna Selmira J. da Silva Rodrigues
CI: 7031883668 SSP/RS
CPF: 454.155.100-44



(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 557, DE 2002
(Nº 1.161/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da TELEVISÃO TUIUTI S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 2000, que renova por quinze anos, a partir de 10 de outubro de 1999, a concessão da Televisão Tuiuti S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 411, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 13 de outubro de 2000, que “Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 - RÁDIO ASSUNÇÃO CEARENSE LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza-CE (onda média);

2 - RÁDIO CULTURA DÊ FOZ DO IGUAÇU LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Foz do Iguaçu-PR (onda média);

3 - FREQUENCIAL - EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA., originariamente Rádio Jornal de Maringá Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Maringá-PR (onda média);

4 - RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Nova Esperança-PR (onda média);

5 - RÁDIO PARANAVAI LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Paranavai-PR (onda média);

6 - RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro-RJ (onda média);

7 - RÁDIO PITANGUEIRA LTDA., a partir de 5 de outubro de 1998, na cidade de Itaquí-RS (onda média);

8 - RÁDIO AURI VERDE DE BAURU LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Bauru-SP (onda média);

9 - RÁDIO CLUBE DE MARÍLIA LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Marília-SP (onda média);

10 - REDE ASSOCIADA DE DIFUSÃO LTDA., originariamente Rádio e Televisão Campestre Ltda., a partir de 30 de janeiro de 1994, na cidade de Santa Isabel-SP (onda média);

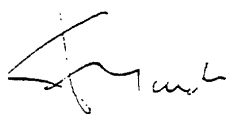
11 - FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Paulo-SP (onda média);

12 - FUNDAÇÃO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ, originariamente Rádio Clube de Sorocaba Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Sorocaba-SP (onda média);

13 - FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Paulo-SP (onda curta); e

14 - TELEVISÃO TUIUTI S/A, a partir de 10 de outubro de 1999, na cidade de Pelotas-RS (sons e imagens).

Brasília, 24 de outubro de 2000.



EM nº 447/MC

Brasília, 04 de outubro de 2000.

Exceientíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Exceiência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- **RÁDIO ASSUNÇÃO CEARENSE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000748/93);
- **RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000408/93);
- **FREQÜENCIAL – EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Maringá, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000004/94);
- **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000085/94);
- **RÁDIO PARANAVAÍ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paranavai, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000048/94);
- **RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000259/93);
- **RÁDIO PITANGUEIRA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000864/98);
- **RÁDIO AURI VERDE DE BAURU LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001529/93);
- **RÁDIO CLUBE DE MARÍLIA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marília, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000983/93);
- **REDE ASSOCIADA DE DIFUSÃO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001255/93);
- **FUNDACÃO PADRE ANCHIETA – CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000856/93);
- **FUNDACÃO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000977/93);
- **FUNDACÃO PADRE ANCHIETA – CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000857/93);

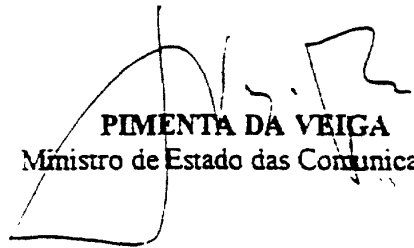
- **TELEVISÃO TUIUTI S/A**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000398/99).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente.



PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2000.

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6ª da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - RADIO ASSUNÇÃO CEARENSE LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 38.719, de 30 de janeiro de 1956, e renovada pelo Decreto nº 90.578, de 28 de novembro de 1984 (Processo nº 29650.000748/93);

II - RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 455, de 6 de maio de 1955, e renovada pelo Decreto nº 92.670, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 53740.000408/93);

III - FREQUENCIAL - EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Jornal de Maringá Ltda., conforme Portaria MVOP nº 208, de 6 de abril de 1956, renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984, e transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto de 22 de janeiro de 1997 (Processo nº 53740.000004/94);

IV - RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 552, de 18 de junho de 1954, e renovada pelo Decreto nº 90.278, de 3 de outubro de 1984 (Processo nº 53740.000085/94);

V - RÁDIO PARANAVAI LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Paranavai, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 623, de 12 de julho de 1954, e renovada pelo Decreto nº 89.626, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53740.000048/94);

VI - RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 1.235, de 25 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.356, de 7 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53770.000259/93);

VII - RÁDIO PITANGUEIRA LTDA., a partir de 5 de outubro de 1998, na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 96.850, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53790.000864/98);

VIII - RÁDIO AURI VERDE DE BAURU LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 478, de 6 de outubro de 1960, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 50830.001529/93);

IX - RÁDIO CLUBE DE MARÍLIA LTDA., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 731, de 3 de abril de 1936, e renovada pelo Decreto nº 91.493, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 50830.000983/93);

X - REDE ASSOCIADA DE DIFUSÃO LTDA., a partir de 30 de janeiro de 1994, na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo, originariamente outorgada à Rádio e Televisão Campestre Ltda., pelo Decreto nº 89.089, de 2 de dezembro de 1983, e transferida para a concessionária de que trata este inciso conforme Decreto de 2 de agosto de 1999 (Processo nº 50830.001255/93);

XI - FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 899, de 12 de junho de 1936, e renovada pelo Decreto nº 90.418, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 50830.000856/93); =

XII - FUNDAÇÃO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Clube de Sorocaba Ltda., renovada pelo Decreto nº 90.255, de 2 de outubro de 1984, e transferida para a concessionária de que trata este inciso conforme Decreto de 16 de dezembro de 1997 (Processo nº 50830.000977/93).. =

Art. 2º Fica renovada, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, pela Portaria CTR nº 102, de 23 de fevereiro de 1940, e pelos Decretos nºs 31.199, de 28 de julho de 1952 e 32.156, de 23 de janeiro de 1953, e renovada pelo Decreto nº 91.566, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 50830.000857/93). - =

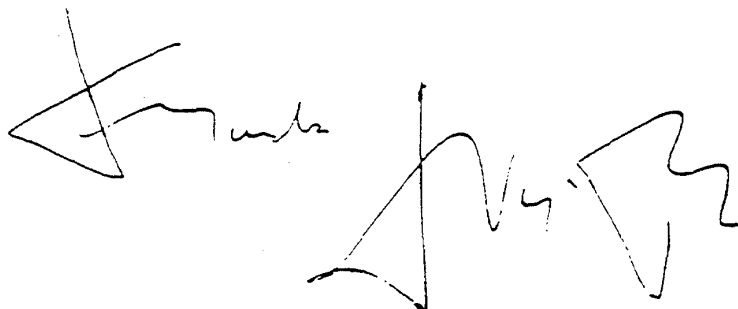
Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 10 de outubro de 1999, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada à TELEVISÃO TUTUTI S/A, pelo Decreto nº 64.927, de 5 de agosto de 1969, e renovada pelo Decreto nº 90.769, de 28 de dezembro de 1984 (Processo nº 53790.000398/99). - =

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER CONJUR/MC Nº 1531 /2000

Referência: Processo nº 53790.000398/99

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul

Interessada : **Televisão Tuiuti S/A**

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, cujo prazo teve seu termo em 10.10.99. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de concessão formulado pela Televisão Tuiuti S/A, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A outorga em questão foi deferida à entidade conforme Decreto nº 64.927, de 5 de agosto de 1969, e renovada, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 1984, pelo Decreto nº 90.769, de 28 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União em 31 subsequente, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

3. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito consoante Parecer Jurídico nº 174/99, fls. 30, dos autos.

Processo nº 53790.000398/99

4. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/RS, concluo, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o seguinte:

- mediante Portaria nº 90, de 19 de junho de 1996, foi homologada a alteração do contrato social da entidade, ficando seu quadro societário assim constituído:

COTISTAS	COTAS	VALOR (R\$)
Fernando Ernesto Corrêa	185.112.500	185.112.500,00
Geraldo Barbosa Corrêa	125.500.000	125.500.000,00
Fernando José S. Miranda	3.137.500	3.137.500,00
TOTAL	313.750.000	313.750.000,00

- o quadro diretivo continua o mesmo autorizado pela Portaria nº 453, de 13 de outubro de 1988.

5. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

6. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

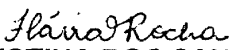
7. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados de minuta dos atos de renovação correspondentes - Exposição de Motivos e Decreto - com vistas ao encaminhamento para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

8. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer "sub censura".

Processo nº 53790.000398/99

Brasília, 18 de setembro de 2000.


FLÁVIA CRISTINA DOS SANTOS ROCHA
Coordenadora

De acordo. Submeto à Senhora Consultora Jurídica.


Brasília, 28 de setembro de 2000.


MARIA DA GLÓRIA TUXI F. DOS SANTOS
Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos
de Comunicações

DESPACHO CONJUR/MC Nº 2.227/00

Aprovo o Parecer CONJUR/MC nº 1538/00, que conclui pelo deferimento do pedido de renovação do prazo de vigência da concessão outorgada à Televisão Tuiuti S/A, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Remetam-se os autos, acompanhados de minutas de Exposição de Motivos e Decreto, à consideração do Exmº Senhor Ministro com vistas ao encaminhamento para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Brasília, 29 de setembro de 2000.


RAIMUNDA NONATA PIRES
Consultora Jurídica

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 558, DE 2002
(Nº 1.843/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão do DIÁRIO DA MANHÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de agosto de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão do Diário da Manhã Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.060, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 14 de agosto de 2001, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 - FUNDAÇÃO EVANGELLI NUNTIANDI, originariamente Rádio Alvorada de Parintins Ltda., a partir de 16 de julho de 1995, na cidade de Parintins-AM (onda média);
- 2 - RÁDIO BARRA DO MENDES LTDA., a partir de 30 de abril de 1996, na cidade de Barra do Mendes-BA (onda média);

- 3 - RADIOSUL EMISSORAS INTEGRADAS LTDA.. a partir de 27 de fevereiro de 1996, na cidade de Campo Grande-MS (onda média);
- 4 - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SETE CIDADES DE PIRACURUCA LTDA.. a partir de 17 de dezembro de 1995, na cidade de Piracuruca-PI (onda média);
- 5 - ALAGAMAR RÁDIO SOCIEDADE LTDA.. a partir de 10 de abril de 1996, na cidade de Macau-RN (onda média);
- 6 - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE RANCHARIA LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rancharia-SP (onda média);
- 7 - RÁDIO ARARANGUÁ LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Araranguá-SC (onda média);
- 8 - RÁDIO GLOBO CATARINENSE LTDA.. originariamente Sociedade Rádio Difusora Vaie do Itajai Ltda.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau-SC (onda média);
- 9 - RÁDIO NEREU RAMOS LTDA.. originariamente Rádio Estadual Ltda.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau-SC (onda média);
- 10 - SOCIEDADE RADIO ARAGUAIA DE BRUSQUE LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Brusque-SC (onda média);
- 11 - DIÁRIO DA MANHÃ LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Florianópolis-SC (onda média);
- 12 - RADIO CANOINHAS LTDA.. a partir de 18 de fevereiro de 1985, na cidade de Florianópolis-SC (onda média);
- 13 - RÁDIO DIFUSORA ITAJAI LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itajai-SC (onda média);
- 14 - RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Joaçaba-SC (onda média);
- 15 - RÁDIO PRINCESA LTDA.. a partir de 20 de agosto de 1994, na cidade de Lages-SC (onda média);
- 16 - RADIO CLUBE DE SÃO JOÃO BATISTA LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João Batista-SC (onda média);
- 17 - RADIO JORNAL A VERDADE LTDA.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Jose-SC (onda média);
- 18 - JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA.. originariamente Rádio Canoinhas Ltda.. a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão-SC (onda média);
- 19 - RADIO PRINCESA DO OESTE LTDA.. a partir de 19 de fevereiro de 1995, na cidade de Xanxerê-SC (onda média);
- 20 - TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA.. a partir de 30 de setembro de 1995, na cidade de Dourados-MS (sons e imagens); e
- 21 - FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.. originariamente TV Barriga Verde Ltda.. a partir de 6 de junho de 1994, na cidade Florianópolis-SC (sons e imagens).

Brasília, 21 de agosto de 2001.



MC 00325 EM

Brasília, 25 de junho de 2001.

Exceientíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- **FUNDAÇÃO EVANGELI NUNTIANDI**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas (Processo nº 53630.000063/95);
- **RÁDIO BARRA DO MENDES LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000882/95);
- **RÁDIOSUL EMISSORAS INTEGRADAS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.001495/95);
- **EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO SETE CIDADES DE PIRACURUCA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piracurucu, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000239/95);
- **ALAGAMAR RÁDIO SOCIEDADE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000210/95);
- **SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE RANCHARIA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000312/94);
- **RÁDIO ARARANGUÁ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000208/94);
- **RÁDIO GLOBO CATARINENSE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000057/94);
- **RÁDIO NEREU RAMOS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000241/94);
- **SOCIEDADE RÁDIO ARAGUAIA DE BRUSQUE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000212/94);
- **DIÁRIO DA MANHÃ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000191/94);
- **RÁDIO CANOINHAS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000951/94);
- **RÁDIO DIFUSORA ITAJAÍ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000235/94);
- **RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Joazeiro, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000060/94);
- **RÁDIO PRINCESA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000454/94);
- **RÁDIO CLUBE DE SÃO JOÃO BATISTA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000358/94);
- **RÁDIO JORNAL A VERDADE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000233/94);
- **JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000219/94);
- **RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000919/94);
- **TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000336/95);
- **FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000230/94).

Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades a qualificação necessária à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente.

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 2001.

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e da outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - FUNDACÃO EVANGELLI NUNTIANDI, a partir de 16 de julho de 1995, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, outorgada originariamente à Rádio Alvorada de Parintins Ltda., conforme Decreto nº 55.931, de 19 de abril de 1965, renovada pelo Decreto nº 91.437, de 15 de julho de 1985, e transferida pelo Decreto de 15 de julho de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53630.000063/95);

II - RÁDIO BARRA DO MENDES LTDA., a partir de 30 de abril de 1996, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 92.485, de 21 de março de 1986 (Processo nº 53640.000882/95);

XIV - RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 945, de 13 de novembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000060/94);

XV - RÁDIO PRINCESA LTDA., a partir de 20 de agosto de 1994, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 54.063, de 30 de julho de 1964, e renovada pelo Decreto nº 91.561, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 53820.000454/94);

XVI - RÁDIO CLUBE DE SÃO JOÃO BATISTA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MJNI nº 341-B, de 28 de novembro de 1961, renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53820.000358/94);

XVII - RÁDIO JORNAL A VERDADE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 887, de 28 de novembro de 1957, e renovada pelo Decreto nº 90.099, de 23 de agosto de 1984 (Processo nº 53820.000233/94);

XVIII - JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Canoinhas Ltda., conforme Portaria MVOP nº 452-C, de 23 de junho de 1961, transferida pela Portaria MC nº 235, de 31 de outubro de 1984, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 53820.000219/94);

XIX - RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA., a partir de 19 de fevereiro de 1995, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 55.093, de 1º de dezembro de 1964, e renovada pelo Decreto nº 90.768, de 23 de dezembro de 1984 (Processo nº 53820.000919/94).

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

I - TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., a partir de 30 de setembro de 1995, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 85.063, de 25 de agosto de 1980 (Processo nº 53700.000336/95);

II - FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA., a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à TV Barriga Verde Ltda., pelo Decreto nº 83.310, de 4 de abril de 1979, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 37, de 8 de julho de 1994 (Processo nº 53820.000230/94).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2001: 180ª da Independência e 113ª da República



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

III - RADIOSUL EMISSORAS INTEGRADAS LTDA., a partir de 27 de fevereiro de 1996, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 92.335, de 27 de janeiro de 1986 (Processo nº 53700.001495/95);

IV - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SETE CIDADES DE PIRACURUCA LTDA., a partir de 17 de dezembro de 1995, na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, outorgada pelo Decreto nº 91.865, de 1º de novembro de 1985 (Processo nº 53760.000239/95);

V - ALAGAMAR RÁDIO SOCIEDADE LTDA., a partir de 10 de abril de 1996, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 92.412, de 20 de fevereiro de 1986 (Processo nº 53780.000210/95);

VI - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE RANCHARIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 1.064, de 9 de dezembro de 1948, renovada pela Portaria nº 252, de 9 de outubro de 1985, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 112, de 15 de setembro de 1994, do Ministério das Comunicações (Processo nº 50830.000312/94);

VII - RADIO ARARANGUA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 142, de 11 de fevereiro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 53820.000208/94);

VIII - RADIO GLOBO CATARINENSE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., pela Portaria MVOP nº 393, de 8 de maio de 1957, transferida para a Empresa Rádio Difusora Cidade Jardim Ltda., pela Portaria MC nº 62, de 23 de abril de 1981, renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984, e transferida para a entidade de que trata este inciso, pelo Decreto de 6 de outubro de 1997 (Processo nº 50820.000057/94);

IX - RADIO NEREU RAMOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Estadual Ltda., conforme Portaria MVOP nº 236, de 25 de março de 1958, transferida pela Portaria nº 1282, de 5 de dezembro de 1978, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 53820.000241/94);

X - SOCIEDADE RÁDIO ARAGUAIA DE BRUSQUE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 177, de 19 de fevereiro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 53820.000212/94);

XI - DIÁRIO DA MANHÃ LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 663, de 21 de julho de 1954, e renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53820.000191/94);

XII - RADIO CANOINHAS LTDA., a partir de 18 de fevereiro de 1985, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 55.094, de 1º de dezembro de 1964, e renovada pelo Decreto nº 90.770, de 28 de dezembro de 1984 (Processo nº 53820.000951/94);

XIII - RADIO DIFUSORA ITAJAÍ LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 770, de 21 de setembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 53820.000235/94);

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DO PARANÁ**

PARECER nº 043/SRAD/DMC-PR

REFERÊNCIA : Processo nº 50820.000191/94

INTERESSADA: Diário da Manhã Ltda.

ASSUNTO : Renovação da outorga.

EMENTA : Concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, cujo prazo teve seu termo final em 01º de maio de 1994.

Pedido apresentado intempestivamente.

Regulares a situação técnica e a vida societária.

CONCLUSÃO : Pelo deferimento.

A **DIÁRIO DA MANHÃ LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, requer renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 01º de maio de 1994.

DOS FATOS

1. Mediante a Portaria-MVOP 663, de 21 de julho de 1954, foi outorgada permissão à Diário da Manhã Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
2. A outorga em apreço começou a vigorar em 30 de julho de 1954, data da publicação do ato de outorga no Diário Oficial, tendo sido mantida por mais 10 anos, conforme disposto no artigo 117 do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, prorrogada automaticamente pelo disposto no artigo 1º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, até dia 1º de maio de 1974 e, posteriormente, renovada por duas vezes, conforme a Portaria-MC nº 1.043, de 21 de novembro de 1975, publicado no D.O.U. do dia 26 subsequente; e Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984, publicado no D.O.U. do dia seguinte.
3. Cumpre ressaltar que, durante o último período de vigência da outorga, a entidade foi penalizada e advertida, conforme se verifica na Informação de fls. 32.

DO MÉRITO

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10(dez) anos para o serviço de radiodifusão

sonora e 15(quinze) anos para o serviço de radiodifusão sonora e 15(quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais(art. 33, § 3º), períodos esses que foram mantidos pela atual Constituição(art. 22, § 5º).

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, determina que:

"Art. 27: Os prazos de concessão e de permissão serão de 10(dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15(quinze) para o de televisão".

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º(sesto) e o 3º(terceiro) mês anterior ao término da vigência da outorga.

7. O pedido de renovação da outorga, ora em exame, foi protocolizado nesta Delegacia em 17 de março de 1994, **intempestivamente**, portanto; e o prazo de vigência da concessão deverá ser renovado a partir de 01º de maio de 1994.

8. A requerente têm seus quadros societário e diretivo aprovados, respectivamente, pelas Portaria/DMC-SC nºs 128, de 1º de outubro de 1996; e 205, de 08 de agosto de 1988; com as seguintes composições:

COTISTAS	COTAS	VALOR EM R\$
NELSON PACHECO SIROTSKI	69.762	69.762,00
MARCELO SIROTSKI	<u>238</u>	<u>238,00</u>
TOTAL	70.000	70.000,00

GERENTES : NELSON PACHECO SIROTSKI
MARCELO SIROTSKI

9. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme mencionado às fls. 30/31.

10. É regular a situação da entidade perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações-FISTEL, conforme demonstrado às fls. 34.

11. Consultando o Cadastro Nacional de Radiodifusão, verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigente não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

CONCLUSÃO

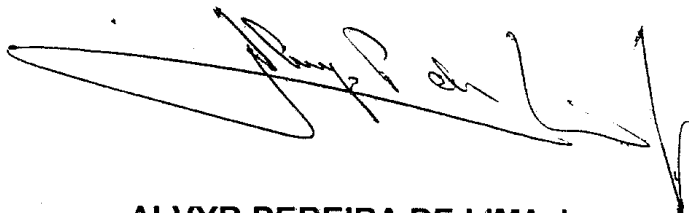
Pelo exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, uma vez que, embora intempestivo, a própria requerente tomou a iniciativa de solicitar a renovação da outorga. Além disso, conforme Informação do Setor de Fiscalização, encontra-se funcionando dentro das exigências legais. Considere-se também, o fato de que a entidade já é executante do serviço de radiodifusão desde 1955. Tudo isso demonstra o seu interesse na continuidade da execução do serviço, razão pela qual julgamos que o presente processo deve seguir sua tramitação normal.

Assim sendo, sugerimos o encaminhamento dos autos à Coordenação-Geral de Outorga/DOUL/SSR/MC, para prosseguimento.

É o parecer.

À consideração do Sr. Chefe do Posto Avançado em Sta. Catarina.

Florianópolis, 25 de maio de 1999.



ALVYR PEREIRA DE LIMA Jr.
CHEFE DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO/DRMC-PR

DE ACORDO.

À Coordenação-Geral de Outorga/DOUL/SSR/MC, para prosseguimento.

Florianópolis, 25 de maio de 1999.



FRANCISCO GREGÓRIO SCHROEDER
CHEFE DO POSTO AVANÇADO
EM SANTA CATARINA/DRMC-PR

(À Comissão de Educação)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 559, DE 2002
(Nº 1.845/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à CV - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 450, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à CV - Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.127, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submetto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 360, de 5 de julho de 2001 – Studio G Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Jataí-GO.

2 - Portaria.nº 361, de 5 de julho de 2001 – Studio G Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Jaraguá-GO.

4

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

MC 00512 EM

Brasília, 22 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 159/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a CV – Rádio e Televisão Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

- 3 - Portaria nº 362, de 5 de julho de 2001 – Rádio Pontal do Sudoeste Goiano FM Ltda., na cidade de Acreúna-GO;
- 4 - Portaria nº 364, de 5 de julho de 2001 – Rádio JK FM Ltda., na cidade de Taguatinga-DF;
- 5 - Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001 – Sistema Lageado de Comunicação Ltda., na cidade de Goiânia-GO;
- 6 - Portaria nº 370, de 5 de julho de 2001 – Rádio Serrana FM Ltda., na cidade de Dias D'Ávila-BA;
- 7 - Portaria nº 422, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Interativa de Comunicação Ltda., na cidade de Araranguá-SC;
- 8 - Portaria nº 428, de 7 de agosto de 2001 – Sociedade Econômica de Comunicação Ltda., na cidade de Blumenau-SC;
- 9 - Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pedro Canário-ES;
- 10 - Portaria nº 431, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pinheiros-ES;
- 11 - Portaria nº 432, de 7 de agosto de 2001 – Empresa de Comunicação Internacional Ltda., na cidade de Itajaí-SC;
- 12 - Portaria nº 437, de 7 de agosto de 2001 – RB – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Ecoporanga-ES;
- 13 - Portaria nº 438, de 7 de agosto de 2001 – Rede Vitória Régia de Rádio Ltda., na cidade de Porto Velho-RO;
- 14 - Portaria nº 448, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Anchieta-ES; e
- 15 - Portaria nº 450, de 7 de agosto de 2001 – CV – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Joinville-SC.

Brasília, 17 de setembro de 2001.

PORTARIA Nº 450, DE 7 DE agosto DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53820.000138/98, Concorrência nº 159/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à CV – Rádio e Televisão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL**CV - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.**

Por este instrumento particular

(1) **MARCO ANTONIO BEZERRA CAMPOS**, brasileiro, divorciado, advogado, CPF 352699440-49, RG nº 3007424108, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado em Porto Alegre - RS, na Rua Vitor Meireles nº 80/501;

(2) **FRANCISCO TOSTA VALIM FILHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF 355827150-53, RG nº 1006855272, expedida pela SSP-RS, residente e domiciliado em Porto Alegre - RS, na Avenida Cristóvão Colombo nº 3745/203;

resolvem de comum e mútuo acordo, constituir uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

I - DENOMINAÇÃO, TIPO, FINS, SEDE, DURAÇÃO e RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob a denominação de **CV - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.**, com o tipo jurídico de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá por objeto a exploração dos serviços de radiodifusão em suas diversas modalidades de conformidade com as especificações e exigências contidas na legislação própria e as que forem determinadas por órgãos e autoridades competentes, podendo ainda participar de outras empresas.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade terá sua sede e foro na cidade de Porto Alegre - RS, na Rua Vitor Meireles 80/501, podendo abrir filiais em todo o território nacional.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade terá duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é limitada à totalidade do capital social.

II - CAPITAL E COTAS

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade terá seu capital social de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) cômãs, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado nesse ato em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os cômistas:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
Marco Antonio Bezerra Campos	10.000	10.000,00
Francisco Tosta Valim Filho	10.000	10.000,00
TOTAL	20.000	20.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, bem como a pessoas jurídicas nacionais, dependendo qualquer alteração contratual, assim como transferência de cotas, de prévia autorização do órgão competente.

III - ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será efetuada pelos dois cotistas, denominados de sócios-gerentes, os quais representarão a sociedade conjuntamente ou isoladamente.

CLÁUSULA NONA: Os sócios-gerentes, representados na forma da cláusula oitava, poderão nomear procuradores ou mandatários para fins específicos e, em qualquer hipótese, o mandato não terá prazo de validade superior a 1 (um) ano, salvo para as procurações com finalidade de representação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA: É vedado a qualquer um dos sócios-gerentes e procuradores o uso da denominação social da empresa em quaisquer outras formas de obrigações, diretas ou indiretas, quando a operação for estranha ao interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios-gerentes, representados na forma da cláusula oitava, ficam autorizados a adquirir, alienar, onerar, hipotecar, ceder ou comprometer, sob qualquer forma, bens ou direitos reais, bem como transferir, direta ou indiretamente, suas concessões e permissões, observado o disposto na cláusula sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios-gerentes perceberão remuneração que for fixada pela maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em caso de divergência entre os cotistas da sociedade na formulação de qualquer deliberação, prevalecerá sempre a maioria do capital social.

IV - EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá ao balanço geral para apuração do resultado.

§ 1º: Poderá a sociedade proceder o levantamento de balanços intermediários para distribuição antecipada de lucros.

§ 2º: Do lucro líquido apurado no exercício, após a provisão para imposto de renda, serão destinados 10% (dez por cento) para constituição de uma reserva para aumento de capital social e o restante poderá, de comum acordo, ser destinado aos sócios na proporção de seu capital social.

§ 3º: Os eventuais prejuízos em balanços anuais serão suportados pelos cotistas na proporção das cotas por eles subscritas, sendo facultado à administração mantê-los em suspensão, a fim de compensá-los com lucros futuros.

V - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As cotas de capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros só poderá ser efetuada depois de assegurado aos demais cotistas o direito de preferência.

§ 1º: O cotista interessado na alienação de suas cotas deverá estipular o preço e comunicar, por escrito, aos demais cotistas seu interesse, dando o prazo de 30 dias para manifestação.

§ 2º: No final do prazo acima indicado e não havendo interesse de qualquer cotista em adquirir as cotas, o cotista interessado poderá alienar suas cotas a terceiros, desde que o preço não seja inferior ao estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: É livre a cessão ou transferência de cotas entre os cotistas; todavia, estes não poderão, em qualquer hipótese, gravá-las a estranhos à sociedade.

VI - RETIRADA E INTERDIÇÃO DE COTISTA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Na hipótese de extinção ou retirada de qualquer dos cotistas, a sociedade continuará, podendo admitir como cotistas os legítimos sucessores do extinto ou retirado com a cota de capital que aquele ou este tinha na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Caso a maioria do capital remanescente não deseje admitir os legítimos sucessores do extinto ou retirado, ou não haja interesse desses sucessores em participar da sociedade, a apuração do capital será com base no último balanço da sociedade, com o patrimônio líquido corrigido até a data da efetiva transferência de cotas, e os haveres pagos em 12 parcelas, vencendo-se a primeira após a homologação da partilha ou interdição e as demais de 30 em 30 dias, corrigidas monetariamente pelo índice que melhor expressar a inflação oficial.

VII - TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

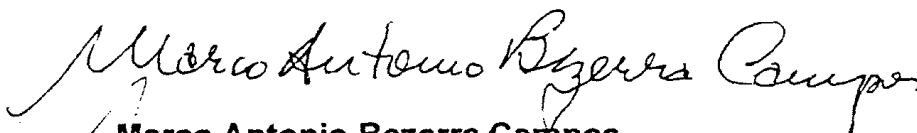
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A sociedade poderá ter alterado o tipo jurídico ou ser extinta, a qualquer tempo, por deliberação da maioria do capital. *MMB*

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

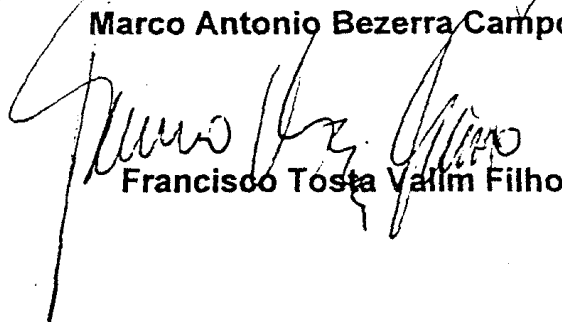
CLÁUSULA VIGÉSIMA: Os casos omissos neste instrumento de contrato social serão regidos pela legislação em vigor.

E por assim justos e contratados estarem, assinam o presente Contrato de Constituição de Sociedade Comercial em 3 (três) vias, todas de igual teor e forma, ratificam-no, aceitam-no e obrigam-se por si e por seus legítimos sucessores a bem fielmente cumpri-lo, declarando não estarem incursos em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1998.

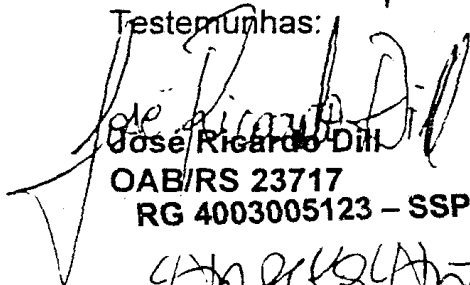


Marco Antonio Bezerra Campos



Francisco Tosta Valim Filho

Testemunhas:



José Ricardo Dill


OAB/RS 23717

RG 4003005123 - SSP-RS



Claudete Regina Weck

RG 8031043147 - SSP-RS



Visto: Angela Antoníoli Pêgas - OAB/RS 40690

(À Comissão de Educação.)

PARECERES

PARECER Nº 1.037, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 292, de 2002 (nº 835/2001, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project).

Relator: Senador **Carlos Bezerra**

I – Relatório

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 292, de 2002 (Mensagem nº 835, de 1º-10-2001, na origem), propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD).

Os recursos do empréstimo destinam-se a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project).

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos MF 233 Em Op Crédito Externo CEF BIRD, de 25 de setembro de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, Interino; o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN/COF nº 2.960/2002; os Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional STN/COREF/GERFI nº 413, de 21 de agosto de 2002 e STN/COREF nº 6, de 8 de janeiro de 2002; Ofício nº 1.133/CAIXA, de 22 de novembro de 2001, do Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, incluindo-se informações técnicas sobre os custos, benefícios, fontes alternativas de financiamento, bem como sobre a aprovação do empréstimo pela Diretoria Colegiada

daquela instituição, em 13-11-2001, e Parecer Jurídico da CAIXA-PJ GEAJU 248/01.

Instruem ainda o processado informações sobre os resultados do Tesouro Nacional, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, cópias traduzidas do Contrato de Empréstimo e das Condições Gerais Aplicáveis a Acordos de Empréstimo e de Garantia para Empréstimos em Moeda Única.

A operação financeira foi devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício Decec/Diope/Sucre-2002/198, de 10 de setembro de 2002, e contém as seguintes condições e características:

- I. Devedor: Caixa Econômica Federal;
- II. Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- III. Valor: US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- IV. Principal: 20 (vinte) parcelas semestrais e consecutivas;
- V. Prazo: 180 (cento e oitenta) meses;
- VI. Carência: 66 (sessenta e seis) meses;
- VII. Juros: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano + LIBOR de 6 (seis) meses para dólares dos Estados Unidos da América, incidente sobre o saldo devedor do principal a partir da data de cada desembolso;
- VIII. Comissão de Compromisso: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, sobre o saldo não desembolsado;
- IX. Taxa Inicial: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo;
- X. Condições de Pagamento
 - a) do Principal: em 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias após o último desembolso, pagáveis em 15-3 e 15-9 de cada ano;
 - b) dos Juros: semestralmente vencidos, em 15-3 e 15-9 de cada ano;
 - c) da Comissão de Compromisso: semestral;
 - d) da Taxa Inicial: em uma única parcela, pagável na assinatura do contrato ou na data do primeiro desembolso.

II – Análise

A presente operação de crédito está sujeita ao disposto na Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, e alterada pela Resolução nº 41, de 1999, todas do Senado Federal.

Com efeito, de acordo com o art. 13 da citada norma, não se aplicam os limites nela fixados para a Caixa Econômica Federal, por tratar-se de compromisso financeiro a ser assumido por instituição financeira oficial. Ademais, como ressalta a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (fls. 7 do processo), por tratar-se de empresa pública cujo capital pertence integralmente à União, não cabe a vinculação de contra garantias nos termos do inciso I, § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A Secretaria do Tesouro Nacional manifestou-se favoravelmente à concessão de garantia pelo Governo Federal, “desde que preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais seja verificado o cumprimento satisfatório da obrigação da CEF de adotar Manual Operacional para o Programa, conforme descrito na Seção 5.01 c do Contrato de Empréstimo.” Quanto aos limites, esclarece que, para a presente contratação, há margem nos limites de endividamento da União, estabelecidos no art. 2º, incisos I e II do art. 3º e 4º da Res. Nº 96, de 1989.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional também ofereceu parecer favorável à operação, manifestando-se pela legalidade da minuta contratual.

Como descrito no relatório acima, a instrução processual satisfaz os requisitos estabelecidos pela referida Resolução nº 96, de 1989, em especial as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), conforme informa a Secretaria do Tesouro Nacional em seu parecer (fls. 11 do processo).

Quanto ao mérito, cabe destacar inicialmente que o custo efetivo da operação está estimado em 2,81% ao ano. Segundo a STN, esse custo é compatível com o custo efetivo de operações semelhantes autorizadas em anos anteriores, cuja média foi de 4,58%. Por outro lado, conforme análise daquela Secretaria, a CEF apresentou uma sensível melhora em seus indicadores econômico-financeiros (resultados superavitários e aumento do patrimônio líquido) a partir do processo de reestruturação pelo qual passou em virtude do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

O Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS) II (Second Water Sector Moderni-

zation Project) compreenderá uma operação de US\$130 milhões junto ao BIRD, sendo US\$25 milhões relativos ao contrato vigente (BIRD 4.292); US\$30 milhões a serem tomados pelo BNDES e US\$75 milhões da presente operação, a ser contratada pela CEF e repressada, em cinco anos, com aporte adicional de recursos próprios de US\$50 milhões.

O programa objetiva promover a eficiência na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a disponibilização de recursos para a modernização das Companhias Estaduais de Saneamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como a ampliação da cobertura dos serviços destas empresas. Os projetos das empresas públicas de saneamento estarão sujeitos, naturalmente, à análise técnica, ambiental e de avaliação da viabilidade econômica, financeira e social do respectivo projeto. Estimativas da CEF sobre os custos dos investimentos em relação às taxas dos serviços a serem cobrados da população (retorno financeiro dos projetos) indicam uma taxa de retorno de 42% para o projeto.

Por último, gostaríamos de ressaltar que a capital do Estado de Mato Grosso será uma das grandes cidades a serem beneficiadas com os recursos advindos do financiamento em apreço, pois permitirão a conclusão de obras de saneamento, cujo início ocorreu, de forma pioneira, durante a gestão deste Relator no Governo daquele Estado.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela Aprovação do pedido, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2002

Autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD)

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação de crédito a que se refere o caput serão destinados a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º consiste nas seguintes condições e características:

I – Devedor: Caixa Econômica Federal;

II – Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – Valor: US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

IV – Principal: 20 (vinte) parcelas semestrais e consecutivas;

V – Prazo: 180 (cento e oitenta) meses;

VI – Carência: 66 (sessenta e seis) meses;

VII – Juros: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano + LIBOR de 6 (seis) meses para dólares dos Estados Unidos da América, incidente sobre o saldo devedor do principal a partir da data de cada desembolso;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, sobre o saldo não desembolsado;

IX – Taxa Inicial: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo;

X – Condições de Pagamento

a) do Principal: em vinte 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias após o último desembolso, pagáveis em 15-3 e 15-9 de cada ano;

b) dos Juros: semestralmente vencidos, em 15-3 e 15-9 de cada ano;

c) da Comissão de Compromisso: semestralmente;

d) da Taxa Inicial: em uma única parcela, pagável na assinatura do contrato ou na data do primeiro desembolso.

Art. 3º A celebração da contratação fica condicionada ao prévio e satisfatório cumprimento, pela Caixa Econômica Federal (CEF), da obrigação de adotar

o Manual Operacional para o programa, conforme descrito na Seção 5.01 c do Contrato de Empréstimo.

Art. 4º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,
, Presidente
, Relator.

MENSAGEM Nº 292, DE 2002

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/11/02, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR:

PMDB

LUIZ PASTORE	1-PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA	2-IRIS REZENDE
NABOR JÚNIOR	3-MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4-SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS
FERNANDO RIBEIRO	6-GERSON CAMATA
ALBERTO SILVA	7-ROBERTO REQUIÃO
NEY SUASSUNA	8-AMIR LANDO
VALMIR AMARAL	9-MARLUCE PINTO

PFL

FRANCELINO PEREIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
JOSÉ AGRIPINO	2-JOSÉ JORGE
BELLO PARGA	3-MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4-BERNARDO CABRAL
PAULO SOUTO	5-ROMEU TUMA
WALDECK ORNELAS	6-GERALDO ALTHOFF
LINDBERG CURY	7-JORGE BORNHAUSEN

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTARA	2-GERALDO MELO
LÚDIO COELHO	3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCÁ	4-LUIZ PONTES
RICARDO SANTOS	5-BENÍCIO SAMPAIO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOÍSA HELENA	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4-JEFFERSON PERES

PSB

ROBERTO SATURNINO (1)	1-ADEMIR ANDRADE
-----------------------	------------------

PTB

FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO BORTO
------------------	-----------------

Atualizada em: 04/11/02

(1) Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

PARECER Nº 1.038, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 293, de 2002 (nº 836/2002, na origem), do Senhor Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinada a financiar parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, enviou a esta Casa a Mensagem nº 293, de 2002, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil e contragarantia do Governo do Estado de Goiás, no valor equivalente a até US\$47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.

A operação de crédito em questão apresenta as seguintes características financeiras:

- a) Credor:** BID;
- b) Valor do Empréstimo:** US\$47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América);
- c) Modalidade de Empréstimo:** Moeda única – dólar americano;
- d) Prazo de Desembolso:** 5 (cinco) anos;
- e) Amortização:** Parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data prevista para o desembolso final, e a última até 15-6-2027 (esta data poderá ser ajustada em função da data da assinatura do contrato);

f) Juros: Exigidos semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescido de um **spread** expresso como percentagem anual, que o Banco fixará periodicamente de acordo com a sua política sobre taxa de juros;

g) Comissão de Crédito: 0,75% a.a. e exigida semestralmente, sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato; e

h) Recursos para Inspeção e Supervisão Geral: 1% a.a. sobre o montante total do empréstimo, desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Trata-se de pedido formulado pelo Estado de Goiás, para concessão de contragarantia à União, em operação de crédito externa a ser contratada pela empresa Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos serão destinados ao Programa de Água e Saneamento da cidade de Goiânia.

A Saneago é uma empresa integrante da administração indireta do Estado de Goiás, classificada como não-dependente, nos termos da declaração firmada pelo Governador do Estado.

O Programa de Água e Saneamento da cidade de Goiânia objetiva a construção de uma barragem de regularização e acumulação, em concreto compactado, com altura máxima de 50 metros e volume total de reservatório de 129 hm³; construção de adutora de água bruta, por gravidade, em aço, com diâmetro de 1.730mm e 11.827 metros de extensão; melhorias operacionais no sistema de distribuição de água (ETA, elevatórias, adutoras, redes e ligações domiciliares).

II – Análise

Aplicam-se a esta operação as condições e exigências estabelecidas pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal (republicada e consolidada em 22-2-99) bem como as disposições das Resoluções nºs 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Acompanha o pedido o Parecer STN/Copem nº 301, de 20 de junho de 2002, da Secretaria do Tesou-

ro Nacional, onde foram analisados aspectos relacionados à contragarantia a ser prestada pelo Estado de Goiás. Os dispositivos previstos nas referidas resoluções do Senado Federal não se aplicam a operações realizadas por empresas da administração indireta classificadas como não-dependentes, como é o caso da Saneago.

A STN analisou as disposições sobre a matéria constantes nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001. O Estado de Goiás atendeu as exigências previstas nos arts. 9º e 18 da Resolução nº 43, de 2001, exceto no que diz respeito à apresentação de balancetes consolidados (administração direta, fundos, autarquias e empresas estatais dependentes), conforme exigido pelo inciso XI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. Contudo, a falha foi relevada pela STN que levou em conta as disposições de sua Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, que exige a consolidação dos balancetes, nos casos de estatais dependentes, apenas a partir do exercício de 2003.

Foram encontrados débitos em nome da Saneago junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que precisam ser saneados previamente à contratação.

A STN conclui seu parecer favoravelmente ao mérito do pleito.

O Parecer PGFN/COF nº 3.117, de 2002, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, constatou que foram cumpridas as formalidades prévias à contratação estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal (republicada e consolidada em 22-2-99), no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Portaria MEFP nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

Segundo, ainda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a minuta contratual contém cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Assim sendo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aprovou o encaminhamento do empréstimo à consideração do Senhor Ministro da Fazenda, desde que sejam atendidas as ressalvas e pendências apontadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A análise da documentação apresentada confirmou o atendimento das condições impostas pelas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, e pela Resolução nº 96, de 1989, todos do Senado Federal, além dos demais instrumentos legais. Nada há a opor quanto à legalidade da operação, uma vez que as ressalvas apontadas pela STN podem ser contempladas pelo projeto de resolução autorizativo.

A análise quanto ao mérito da concessão da garantia e da contragarantia é igualmente favorável. O empréstimo vem atender a uma demanda da cidade de Goiânia e tem a chancela de uma instituição de prestígio internacional. Além disso, o empréstimo virá reforçar as reservas internacionais brasileiras em um momento de estrangulamento do setor externo. Entendemos que empréstimo de tal natureza, neste momento difícil, é extremamente oportuno e bem-vindo.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do pleito nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69 , DE 2002

Autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contra-garantia à União – ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a conceder garantia ao empréstimo a ser contratado entre a Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos referidos no *caput* serão utilizados para financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.

Art. 2º É o Estado de Goiás autorizado a conceder contragarantia à União referente ao empréstimo mencionado no art. 1º desta Resolução.

Art. 3º Previamente à assinatura do Contrato, deverá o Processo retornar à Secretaria do Tesouro Nacional, para que seja verificado:

I – o cumprimento das condicionalidades para o primeiro desembolso;

II – o atendimento das ressalvas feitas pela STN à aprovação do empréstimo;

III – a renovação, caso necessário, de algumas das certidões anexadas ao processo.

Art. 4º A operação de crédito referida no artigo 1º apresenta as seguintes características financeiras:

I – Credor: BID;

II – Valor do Empréstimo: US\$47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

III – Modalidade de Empréstimo: Moeda única – dólar americano;

IV – Prazo de Desembolso: 5 (cinco) anos;

V – Amortização: Parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data prevista para o desembolso final, e a última até 15-6-2027 (esta data poderá ser ajustada em função da data da assinatura do contrato);

VI – Juros:

Exigidos semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescido de um *spread* expresso como percentagem anual, que o Banco fixará periodicamente de acordo com a sua política sobre taxa de juros;

VII – Comissão de Crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) exigida semestralmente, sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato; e

VIII – Recursos para Inspeção e Supervisão Geral: 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre o montante

total do empréstimo, desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Art. 5º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, , Presidente – Relator.

MENSAGEM Nº 293, DE 2002	
ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/02 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):	
PRESIDENTE:	
RELATOR:	
PMDB	
LUIZ PASTORE	1-PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA	2-JRIS REZENDE
NABOR JÚNIOR	3-MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4-SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS
FERNANDO RIBEIRO	6-GERSON CAMATA
ALBERTO SILVA	7-ROBERTO REQUIÃO
NEY SUASSUNA	8-AMIR LANDO
VALMIR AMARAL	9-MARLUCE PINTO
PFL	
FRANCELINO PEREIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
JOSÉ AGRIPINO	2-JOSÉ JORGE
BELLO PARGA	3-MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4-BERNARDO CABRAL
PAULO SOUTO	5-ROMEU TUMA
WALDECK ORNELAS	6-GERALDO ALTHOFF
LINDBERG CURY	7-JORGE BORNHAUSEN
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTARA	2-GERALDO MELO
LÚDIO COELHO	3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCA	4-LUIZ PONTES
RICARDO SANTOS	5-BENÍCIO SAMPAIO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOISA HELENA	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4-JEFFERSON PERES
PSB	
ROBERTO SATURNINO (1)	1-ADEMIR ANDRADE
PTB	
FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO PORTO

Atualizada em: 04/11/02

(1) Filiação ao PT, em 16.05.2002

PARECER Nº 1.039, DE 2002

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 290, de 2002, (nº 844/2002, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 290, de 2002, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

2. Acompanham a Mensagem os seguintes documentos:

a) Aviso nº 662/MF, de 30 de setembro de 2002, do Sr. Ministro de Estado da Fazenda;

b) o documento Programação Monetária, para o quarto trimestre de 2002, do Banco Central do Brasil;

c) cópia da Exposição de Motivos nº 242/MF, de 30 de setembro de 2002, do Ministro da Fazenda, Interino;

d) o Aviso nº 1.072-SAP/C.Civil, de 10 de outubro de 2002, que encaminha a mensagem à Primeira Secretaria do Senado Federal;

e) declaração de recebimento da Mensagem pela Presidência do Senado Federal em 8 de outubro de 2002.

3. A Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002 e para o ano de 2002 trata dos seguintes assuntos:

I. a economia no terceiro trimestre de 2002, onde são descritas as taxas de variação trimestral do PIB, estatísticas sobre a produção industrial; o faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo; a evolução das taxas de inflação e de desemprego aberto; o resultado primário e dívida líquida do setor público, bem como as necessidades de financiamento do setor público e os resultados das transações comerciais e financeiras com o exterior.

II. política monetária no segundo trimestre de 2002, que retrata a evolução prevista e a realizada no período para os principais agregados monetários, quais sejam os meios de pagamento M1 e M4 e a base monetária restrita e ampliada;

III. política monetária no bimestre julho-agosto de 2002, demonstrando os resultados previstos pela programação monetária e ocorrida no período;

IV. perspectivas macroeconômicas para o quarto trimestre de 2002, tendo em conta o quadro eleitoral, a deterioração da conjuntura internacional, o comportamento da demanda agregada e o arrefecimento do nível de atividade, ressaltando-se, porém, a não interrupção do processo de recuperação observado desde o final de 2001;

V. metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre e para o ano de 2002, programadas em consistência com o atual regime de política monetária. Esse regime é baseado em metas para a inflação, no comportamento esperado para a renda nacional, as taxas de juros, as operações de crédito e demais indicadores pertinentes.

4. Os Quadros 3 e 4 da Programação Monetária são abaixo transcritos e descritos, em vista de sua relevância para o exame da matéria.

Quadro 3. Programação monetária (1)

Discriminação	R\$	Variação percentual em 12 meses (2) = variação para 2002
M1 (3)	93,5-126,5	39,4
Base restrita (3)	65-87,9	44,6
Base ampliada (4)	669,8-906,1	21,8
M4 (4)	698,8-945,4	8,7

FONTE: Banco Central do Brasil

(1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2001		2002			
	Ano		Bimestre julho-agosto		Ano ^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	78,9	12,2	84,5	24,6	110,0	39,4
Base restrita ^{4/}	52,8	14,1	56,3	25,0	76,4	44,6
Base Ampliada	646,7	20,0	726,5	14,0	788,0	21,8
M4 ^{5/}	756,2	16,0	771,9	5,6	822,1	8,7

FONTE: Banco Central do Brasil

(1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Projeção.

(3) Ponto médio das previsões.

(4) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(5) Saldos em fins de período.

A evolução esperada para os principais agregados monetários demonstra taxas de variação, ao longo de 2002, de 39,4% para os meios de

pagamento (M1); 44,6% para a Base monetária restrita; 21,8% para a Base monetária ampliada e de 8,7% para os meios de pagamento ampliados (M4).

6. Observa-se que as taxas de variação dos agregados monetários, projetadas para o ano de 2002, são bem maiores do que as verificadas ao longo de 2001, exceto para o indicador M4. Ademais, se considerarmos o aumento anual do nível geral de preços medido pelas principais taxas de inflação -variando, em doze meses até agosto, entre 7,46% para o IPCA e 11,76% para o IGP-DI – chega-se à conclusão inequívoca de que a programação permite uma expansão de liquidez real da economia e, nesse sentido, não oferece nenhuma restrição a uma política de juros cadentes.

II – Análise

7. A Programação Monetária para os trimestres de cada ano é elaborada pelo Banco Central, examinada e aprovada pelo Conselho Monetário Nacional para posterior encaminhamento a esta Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com as determinações legais já referidas.

8. Do ponto de vista metodológico, importa ressaltar que, na elaboração da programação, as autoridades monetárias utilizam modelos econométricos para estimativas da demanda por papel moeda e por depósitos à vista, bem como cenários domésticos e internacionais compatíveis com as metas para a inflação e, naturalmente, as estimativas para o crescimento esperado do Produto Interno Bruto, a trajetória esperada para a taxa de juros (taxa Selic), os prováveis impactos das operações de crédito e os componentes de tendência e sazonalidades característicos desses agregados.

9. Na construção do cenário para o nível de atividade nos próximos meses, o Banco Central considera, como fatores restritivos, as incertezas do pleito eleitoral e da conjuntura internacional. Salienta, todavia, como aspectos favoráveis à retomada consistente do nível de atividade, a atuação das autoridades monetárias no mercado de câmbio, o acordo com o FMI, a obtenção de recursos junto a outros organismos internacionais e os esforços para a restauração de linha de crédito externa – medidas que devem restringir o aumento dos custos de produção vinculados à taxa de câmbio e influenciar favoravelmente as expectativas internas e o nível de demanda.

10. Destaca-se, ainda, na construção do cenário de retomada das atividades, o papel positivo da política fiscal na manutenção da estabilidade macroeconômica, especialmente mediante a elevação de meta de superávit primário para 3,88% do PIB. Espera-se, enfim, que o ajuste fiscal em andamento nas três esferas de governo poderá beneficiar a percepção do risco-país e contribuir para a evolução favorável das ta-

xas de juros internas e, desse modo, para a retomada do crescimento sustentável.

11. Como o aumento da relação dívida/PIB em 2002 reflete exclusivamente a depreciação real do câmbio, as autoridades têm como perspectiva a sua contração tão logo o câmbio retroceda, em vista da manutenção da política fiscal que vem gerando significativo superávit primário.

12. Na área externa, têm destaque os superávits crescentes da balança comercial. Em razão da forte desvalorização do Real e da desaceleração do nível de atividade interna, as importações decresceram em maior proporção do que a queda nas exportações. Essas, por um lado, sofreram o impacto positivo do câmbio, por outro lado foram restringidas pela forte retração da economia Argentina e pela desaceleração da economia mundial. Espera-se, com isso, um movimento produtivo interno na direção de substituição de importações.

13. Por fim, o ingresso de capitais estrangeiros sob a forma de investimentos diretos, embora inferior ao do ano passado, tem sido suficiente para financiar o déficit em transações correntes. As outras fontes de financiamento, como a emissão de papéis e empréstimos de curto ou longo prazos, “estão reduzidas e foram substituídas, temporariamente, por empréstimos de regularização tomados junto a organismos multilaterais.” As autoridades consideram nas perspectivas para o segundo semestre, os efeitos negativos da crise no Oriente Médio sobre a economia mundial, em vista da possibilidade de intensa volatilidade dos preços de petróleo nos mercados. Informam, ainda, que as reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, totalizaram US\$39,1 bilhões, em julho passado, correspondendo a um aumento de US\$3,5 bilhões em relação ao montante registrado no mesmo mês do ano passado.

14. Nesse contexto, a programação para o quarto trimestre de 2002 apresenta intervalos de variação dos principais agregados monetários compatíveis com a possibilidade de manutenção da trajetória de taxas de juros cadentes ao longo do ano, a exemplo do que temos constatado a partir de fevereiro último, especialmente por contemplar aumento anual de até 39,4% para os meios de pagamentos (papel moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos) e de 44,6% para a base monetária (papel-moeda emitido menos reservas bancárias). Ou seja, a programação permite a execução de uma política monetária compatível com juros cadentes, expansão da produção e emprego, sem comprometimento das metas inflacionárias. Mais especificamente, a possibilidade de expansão de demanda via política monetária mais flexível não pressionaria o nível geral de preços, porquanto a demanda seria direcionada para setores produtores de bens de consumo não duráveis, cujas empresas encontram-se com o nível de estoques ele-

vados. A expansão possível da liquidez geral dependerá, obviamente, da evolução do quadro macroeconômico interno e externo, fortemente influenciado pelas expectativas e incertezas em torno do pleito eleitoral e da conjuntura econômica mundial. A propósito, vale lembrar que a taxa básica de juros nominal foi reduzida em um ponto percentual entre fevereiro e julho último, situando-se em 18% ao ano, desde o dia 17 daquele mês. Como a taxa de inflação anualizada, medida pelo IPC, atingiu 7,93%, em setembro, a taxa básica de juro real situou-se em torno de 10% ao ano. Embora ainda elevada, essa taxa confirma a trajetória descendente dos juros domésticos.

15. Como se sabe, a política do Comitê de Política Monetária do Banco Central tem procurado manter uma taxa básica de juros, com definição de viés para cima ou para baixo, em função das condições requeridas para a manutenção da estabilidade de preços e para a preservação da confiança dos agentes econômicos nos fundamentos da economia brasileira, de modo a retomar o crescimento econômico em bases estáveis e sustentáveis.

16. Com efeito, em reunião extraordinária no dia 14 de outubro do corrente, o Conselho de Política Monetária deliberou, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros de 18% para 21% ao ano, desfazendo, assim, a trajetória declinante acima referida. Em nota distribuída à imprensa, as autoridades monetárias justificaram a decisão da seguinte forma: "O recente aumento dos preços e a piora nas expectativas de inflação decorrentes principalmente da depreciação acentuada do câmbio levaram o COPOM em reunião extraordinária a fixar a Selic em 21% ao ano, sem viés". A ausência de viés significa que qualquer alteração na taxa somente poderá ser realizada a partir da decisão em conjunto dos diretores do Banco Central que compõem aquele Conselho.

17. Compreende-se, desse modo, a medida monetária extraordinária, com vistas a conter os movimentos especulativos sobre o câmbio e, por via de consequência, reduzir tanto a inflação como as expectativas de aumento do nível geral de preços nos próximos meses.

18. Com relação à Exposição de Motivos nº MF00242 em emissão extraordinária reais, de 30-9-2002, o Ministro da Fazenda, Interino, esclarece ao Presidente da República que, devido ao "comportamento atípico dos agregados monetários restritos, base monetária e M1, no terceiro trimestre...", o CMN autorizou, em 19 de setembro de 2002, o realinhamento dos referidos limites de emissão, conforme previsto no § 2º do art. 4º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

III – Voto

19. Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação da Programação Monetária

para o quarto trimestre de 2002, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 560, DE 2002

Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002, nos termos da Mensagem Presidencial nº 290, de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, **Bello Parga**, Relator.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 290, DE 2002

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE / / OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
	PMDB
LUIZ PASTORE	1-PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA	2-IRIS REZENDE
NABOR JUNIOR	3-MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4-SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS
FERNANDO RIBEIRO	6-GERSON CAMATA
ALBERTO SILVA	7-ROBERTO REQUIÃO
NEY SUASSUNA	8-AMIR LANDO
VALMIR AMARAL	9-MARLUCE PINTO
	PFL
FRANCELINO PEREIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
JOSÉ AGRIPINO	2-JOSÉ JORGE
BELLO PARGA	3-MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JUNIOR	4-BERNARDO CABRAL
PAULO SOUTO	5-ROMEU TUMA
WALDECK ORNELAS	6-GERALDO ALTHOFF
LINDBERG CURY	7-JORGE BORNHAUSEN
	BLOCO (PSDB/PPB)
FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTARA	2-GERALDO MELO
LÚDIO COELHO	3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCA	4-LUIZ PONTES
RICARDO SANTOS	5-BENÍCIO SAMPAIO
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)
EDUARDO SUPLICY	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOISA HELENA	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4-JEFFERSON PERES
	PSB
ROBERTO SATURNINO (1)	1-ADEMIR ANDRADE
	PTB
FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO PORTO

Atualizada em: 04/11/02
(1) Filhou-se ao PT, em 16.05.2002

Voto em Separado do Senador Roberto Saturnino, perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

I – Relatório

Em obediência ao § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 e mediante a Mensagem nº 290, de 2002, o Presidente da República encaminhou a esta Comissão de Assuntos Econômicos a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002.

Observando o formato de praxe, o documento faz breves considerações a respeito do comportamento da economia e da política monetária executada até agosto de 2002, traçando um cenário macroeconômico referencial para apoiar a programação dos agregados monetários para o quarto trimestre.

A programação trazida à consideração do Legislativo admite a ampliação da liquidez da economia e supõe retomada das atividades, com taxas de juros decrescentes.

II – Análise

Encaminhada ao Senado Federal em 1º de outubro, a Programação Monetária referente ao 4º trimestre de 2002 não reflete nem as expectativas nem a análise que nortearam, em 14/10, a decisão unânime do COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central, consubstanciada nas Notas da 76ª Reunião (extraordinária), que culminou na elevação da taxa básica de juros de 18% a.a. para 21%. Tal decisão foi mantida pelo Comitê que reuniu-se, ordinariamente, no dia 22 do mesmo mês.

Isso posto, considera-se a Programação Monetária em discussão vencida, superada. Os pressupostos que a embasaram já não têm validade e são até mesmo incompatíveis com o teor das Notas da 76ª Reunião do COPQM, citada, *in verbis*:

“Desde a reunião de setembro do Copom, a evolução de diversos indicadores econômicos alterou as expectativas de inflação para 2002 e 2003. De acordo com a Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores do Banco Central do Brasil (Gerin), a mediana das expectativas de mercado para o IPCA de 2003 subiu de 5,2% o para 5,9% desde 15 de setembro.(grifou-se)

A projeção de inflação do Copom para 2003 também elevou-se. (...) na reunião de setembro do Copom, as projeções de inflação foram realizadas utilizando-se uma cotação de R\$3,20 por dólar e expectativas de inflação (coletadas pela Gerin) de

5,2% o para 2003. Ambas hipóteses não vêm se materializando. (grifou-se)

Entre as duas últimas reuniões do Copom, houve depreciação adicional do real – com a cotação do dólar situando-se em valores próximos a R\$3,90, e aumento da expectativa de inflação (coletada pela Gerin) em 2003 para 5,9%. **Devido a esses efeitos, a projeção para a inflação do IPCA aumentou significativamente.**(...) (grifou-se)

O aumento da inflação – observada e esperada – nos últimos meses implica que, mantida a meta para a taxa Selic de 18% a.a., a taxa real de juros real – ex-ante e ex-post – se reduziria significativamente, o que poderia estimular o repasse da depreciação cambial e a propagação dos reajustes dos preços.

O aumento da projeção de inflação para acima da meta ajustada para 2003 **recomenda uma política monetária mais restritiva**, mesmo que a causa primária da inflação não esteja relacionada com um aumento da demanda, mas sim com o efeito sobre os preços domésticos de uma depreciação cambial significativa. Uma política monetária mais restritiva diminui o repasse da desvalorização cambial para os preços e melhora as expectativas de inflação. Dessa forma, criam-se as condições para a retomada do crescimento sustentado, ou seja, não inflacionário, já no próximo ano. “(grifou-se)

(...)

A vitória da oposição e as expectativas a respeito da nova equipe que deverá conduzir a política econômica têm sido apontadas como fatores que, no curtíssimo prazo, poderão sinalizar a trajetória futura da taxa de juros e da taxa de câmbio, muito mais do que as previsões altistas relacionadas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA para 2003 (o mercado está trabalhando com uma variação positiva de 6,62%) e a pressão anunciada pelo vencimento – até dezembro – de US\$10,1 bilhões de principal da dívida pública indexada ao câmbio. A próxima reunião do Copom está prevista para o dia 19 ou 20 de novembro.

Pelo exposto, conclui-se que apreciar a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002, nos moldes em que ela foi encaminhada ao Senado

Federal é, hoje, mais do que antes, inócuo. Entende-se, ademais, ser cabível devolver o documento sob exame ao Ministro da Fazenda, nos termos do §5º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a fim de que a Programação reflita, de fato, as hipóteses e as previsões relativas ao comportamento dos principais agregados sob os quais a política monetária intenta atuar.

III – Voto

Em face do acima exposto, voto contrariamente ao entendimento do Relator sobre a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2002

Rejeita a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica rejeitada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002, nos termos previstos no § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, Senador **Saturnino Braga**.

PARECER Nº 1.040, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2001 (nº 325/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Prata S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Emilia Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2001 (nº 325, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Prata S.A. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.045, de 1994, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 11 de

novembro de 1994, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Rádio Prata S.A. (cf. fls. 119):

- Diretor – Ambrósio Vivan
- Diretor – Nagib Stella Elias

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Laprovita Vieira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

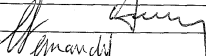
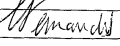
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 441, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Prata S.A. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Emilia Fernandes**, Relatora.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 441/01 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADORA EMÍLIA FERNANDES

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSE JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.041, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2002 (nº 1.501/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Ibiaense – ASPIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiá Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo

Nº 322, de 2002 (nº 1.501, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Ibiaense – ASPIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiá, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Ibiaense – ASPIA (cf. fl. 10):

- Presidente – Witergon Vargas Júnior
- Vice-Presidente – Soraia Teixeira
- 1º Secretário – Ângelo Nascimento
- 2º Secretário – Lívio Teixeira Andrade Filho
- 1º Tesoureiro – Maria Percília França Nascimento
- 2º Tesoureiro – Inês Nascimento

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Situado no Alto Paranaíba, com mais de 2.700 quilômetros quadrados de extensão, Ibiá é um dos maiores municípios da região, integrando a área da Bacia do Rio Paranaíba.

Com 22 mil habitantes, Ibiá é servido por três rodovias federais e duas estaduais, dedicando-se sua população, basicamente, às atividades agropecuárias.

Graças aos esforços de suas lideranças, que venho acompanhando com o maior interesse, Ibiá registra contínuo progresso, oferecendo à sua população serviços educacionais e sanitários à altura.

A rádio comunitária, cuja implantação está sendo autorizada pelo projeto que tenho a honra e o enorme prazer de relatar, dando parecer favorável, é a segunda de Ibiá, e certamente contribuirá, e muito, para o desenvolvimento cultural e educacional da comunidade.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 322, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Prestadora de Servi-

ços à Comunidade Ibiaense – ASPIA atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –,
Presidente – Senador **Francelino Pereira**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 322/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Sen. Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Sen. Francelino Pereira</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO) <i>Luiz Pastore</i>	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEIO TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.042, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2002 (nº 1.528/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Mauro Miranda**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2002 (nº 1.528, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.441, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 448, de 14 de agosto de 2000, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII,

combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Paranaíba Ltda., (cf fl. 143):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Anair G. Machado	31.229
• Radivair M. Machado	28.621
• José M. Sobrinho	3.150
Total de Cotas	63.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

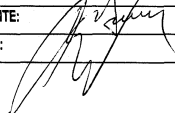

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma materna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

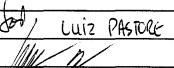
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 327, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Paranaíba Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – ,
Presidente – Relator.

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 327/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  *Senador Ricardo Santos*
RELATOR:  *Senador Mauro Miranda*

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)  <i>Luiz PASTORE</i>	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão,

**CAPITULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.043, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2002 (nº 1.610/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACIRCI – Associação Cultural, Informativa, de Radiodifusão Comunitária de Itororó – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itororó, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antônio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2002 (nº 1.610, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACIRCI – Associação Cultural, Informativa, de Radiodifusão Comunitária de Itororó – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itororó, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 970, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 80, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de

canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da ACIRCI – Associação Cultural, Informativa, de Radiodifusão Comunitária de Iitororó – Bahia (cf. fls. 60):

- Presidente – Zélia Maria Lopes dos Santos Peruna
- Vice-Presidente – Walter Batista Marques
- Secretária – Carmelita Florêncio Barreto Marques
- Tesoureiro – Gilson Santos Donato

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

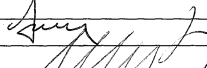

III – Voto


Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a ACIRCI – Associação Cultural, Informativa, de Radiodifusão Comunitária de Iitororó – Bahia atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela apro-

vação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 8 de novembro de 2002. – , Presidente – , **Relator**.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 334/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR ANTONIO CARLOS JR.

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)  LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1044 , DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2002 (nº 1.302/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vieirense – ACV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcelino Vieira, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Benício Sampaio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2002 (nº 1.302, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Comunitária Vieirense – A. C. V* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcelino Vieira, Estado do Rio Grande do Norte.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 313, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 753, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao

Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação

foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Vieirense – A.C.V (cf fl. 24):

- Presidente – João Batista Silva de Mendonça
- Vice-Presidente – Ananias Neto de Souza
- Secretária – Maria Eliezita Pontes Fernandes
- Vice-Secretária – Maria Mendes Cunha
- Tesoureira – Terezinha Diniz de Freitas
- Vice-Tesoureira – Maria de Fátima de Jesus.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Jorge Bittar.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O Processo De exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 336, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Vieirense – A. C. V atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. **Ricardo Santos**, Presidente _ **Benício Sampaio**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 336/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Sen. Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Sen. Benício Sampaio</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JUNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCILINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.045, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2002 (nº 1.465/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Relator: Senador Juvêncio da Fonseca

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2002 (nº 1.465, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 702, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 108, de 6 de março de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo (cf. fls. 23):

- Presidente – Marco Antônio Barbosa Neves
- Vice-Presidente – Pedro Francisco Claro
- Primeiro Secretário – Ines Mie Adati
- Segundo Secretário – Wanderley C. Fontebassi
- Primeiro Tesoureiro – Percival de Freitas
- Segundo Tesoureiro – Paulo Sezio Machado

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Domiciano Cabral.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 342, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Juvêncio da Fonseca**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 342/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[assinatura]* **Sm. Ricardo Santos**
RELATOR: *[assinatura]* **Sm. Juvêncio da Fonseca**

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
MABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.046, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2002 (nº 1.466/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

Relator: Senador **Juvêncio Da Fonseca**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2002 (nº 1.466, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 702, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 116, de 6 de março de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol (cf. fl. 19):

- Presidente – Carmelino de Oliveira
- Vice-Presidente – Jalthier Leite Ibane
- Tesoureiro – Claudio Garcia Palermo
- Primeiro Secretário – Antonio Cormélio Ordonhes Gouvêa
- Segunda Secretária – Lidiane de Oliveira Gardim

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Nelson Meurer.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

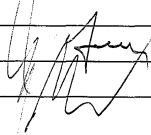
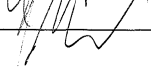
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 343, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados

Sala da Comissão 5 de novembro de 2002. **—Ricardo Santos**, Presidente, **Juvêncio da Fonseca**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 343/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  *Sen. Ricardo Gonçalves*
RELATOR:  *Sen. Juvêncio da Fonseca*

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.047, DE 2002

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2002 (nº 1.031/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igaporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaporã, Estado da Bahia.

Relator: Senador Antonio Carlos Junior

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2002 (nº 1.031, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igaporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaporã, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.670, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 540, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da *Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igarorã* (cf. fl. 42):

- Presidente – Gilson Ribeiro de Brito
- Vice-Presidente – Cristiano Fádel Fernandes de Almeida
- Tesoureira – Marizilda Fagundes Fernandes
- Secretário – Waldir Pires Ribeiro de Barros
- Diretor de Patrimônio – Nilton Fagundes Júnior

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Gilmar Machado.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 354, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a *Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igarorã* atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 8 de novembro de 2002.;

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 354/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[Assinatura]* Senador Ricardo Santo
RELATOR: *[Assinatura]* Senador Antônio Carlos
Junio

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JUNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.048, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2002 (nº 1.503/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o SERVIR – Serviço de Promoção do Menor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2002 (nº 1.503, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o SERVIR – Serviço de Promoção do Menor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção do SERVIR – Serviço de Promoção do Menor (cf. fl. 37):

- Presidente – Diomar Rodrigues da Silva
- Vice-Presidente – Ricardo Jader de O. Santana
- Tesoureiro – Aparício Alves de Oliveira
- 2º Tesoureiro – Ozanan Saraiva Galvão

. Secretário – Geraldo Figueiredo Viana
2º Secretária – Odete Pimenta Frota

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Localizado no Norte de Minas, Januária é um dos mais prósperos municípios da região, destacando-se por suas atividades agrícolas, tendo o rio São Francisco como um dos esteios de sua economia. Boa parte dos seus 65 mil habitantes dedicam-se à agricultura e à pecuária, especialmente ao cultivo da soja.

Acompanho, de perto, desde longa data, as atividades das lideranças políticas, administrativas, empresariais e sociais de Januária, e sou testemunha do esforço que elas desenvolvem para garantir o contínuo progresso do município.

É, portanto, com grande satisfação, que dou parecer favorável à implantação da primeira rádio comunitária de Januária, na convicção de que ela contribuirá, e muito, para o aumento da oferta de informação, cultura e lazer à comunidade januariense.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 356, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que o SERVIR – Serviço de Promoção do Menor atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 356/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Sen. Ricardo Gonçalves</i>
RELATOR:	<i>Sen. Fiorelino Peixoto</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
IABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÍDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.049, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2002 (nº 1.475 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier – CONDEFOX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Emília Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2002 (nº 1.475, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier – CONDEFOX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 734, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 49, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier – CONDEFOX (cf. fl. 164):

- Presidente – Milton Sidnei dos Santos Hellmann
- Vice-Presidente – João Rodrigues de Godoy
- 1º Secretário – Jandir Conte Zanotelli
- 2º Secretário – Daneluz Rodrigues
- 1º Tesoureiro – Luciano Claudir Chitolina
- 2º Tesoureiro – José Carlos Santos Hellmann

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Ricardo Izar.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 357, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier – CONDEFOX atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Emilia Fernandes**, Relatora.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 357/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[assinatura]*
RELATOR: *[assinatura]* *Sen. Ricardo Santos*
Sen. Emilia Fernandes

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.050, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2002 (nº 1.423/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Ajuricaba/RS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Emília Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2002 (nº 1.423, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Ajuricaba/RS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 624, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 143, de 26 de março de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Cultural Rádio Comunitária de Ajuricaba/RS (cf. fl. 45):

- Presidente – Mauri Antonio Sandri
- Vice-Presidente – Cláudio Rotilli

- Secretário Geral – Jeferson Maurício Renz
- Vice-Secretário Geral – João C. G. de Oliveira
- Tesoureira – Cristina Breitenbach
- Vice-Tesoureira – Doralina Carlini
- Diretor de Operações – Isoel Toso
- Vice-Diretor de Operações – Aniceto E. Buchanelli
- Diretor Cultural e de Comunicação Social – Deoclenio Bertollo
- Vice-Diretor Cultural e de Comunicação Social – Maiquel M. Bertollo

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Jorge Pinheiro.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise


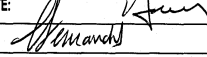
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 358, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural Rádio Comunitária de Ajuricaba/RS atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Emília Fernandes**, Relatora.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 358/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  Sen. Ricardo Gomes
RELATOR:  Sen. Emílio Figueiredo

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚCIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.051, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2002 (nº 633/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Dias Coelho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dias Coelho – Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Relator: Senador Antonio Carlos Júnior

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2002 (nº 633, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Dias Coelho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dias Coelho – Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 604, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 64, de 21 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Dias Coelho (cf. fls. 69):

Diretor-Geral – João Humberto Batista
 Presidente – Helidéa Maria de Jesus Batista
 Vice-Presidente – Odilair Luiz do Nascimento
 1º Secretário – Elisiário Luiz de Souza
 2ª Secretária – Maria Perpétua Souza Santana
 1º Tesoureiro – Edivan Rogério Souza Matos
 2º Tesoureiro – Ailton Cardoso Vieira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado José Mendonça Bezerra.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

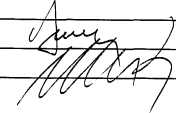
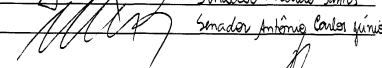
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

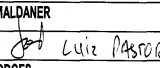
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 362, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Dias Coelho atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 362/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  Senador Ricardo Santos
 RELATOR:  Senador Antonio Carlos Júnior

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)  Luiz Pastore	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA
BENICIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.052, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2002 (nº 1.322/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade – PULC – de São Gonçalo do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo no 371, de 2002 (nº 1.322/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade – PULC – de São Gonçalo do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade – PULC – de São Gonçalo do Sapucaí (cf. fl. 141):

*Presidente – Mariana Nunes Siqueira

*Diretores – Francisco de Assis Vilela, Rogério T. Brandão, Mário Soares Barbosa, Irma Lemos Dias e Maria Isabel Mendes de Paiva

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e de exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Situado no Sul de Minas, o município de São Gonçalo do Sapucaí é um dos mais prósperos da região, em si já tão rica. Sua população é de apenas 23 mil habitantes, grande parte dedicada às atividades agropecuárias, de extração e de pesca.

Acompanho com grande interesse o esforço que suas lideranças políticas, empresariais, econômicas e sociais desenvolvem em favor do progresso do município, e atesto o resultado desse esforço que vem se traduzindo no contínuo progresso de São Gonçalo do Sapucaí.

É, portanto, com grande prazer, que dou parecer favorável à implantação de uma rádio comunitária em São Gonçalo do Sapucaí, a primeira do município, à qual vai juntar-se aos dois jornais já existentes, para juntos trabalharem pelo progresso educacional e cultural da população.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 371, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Conselho de Desenvolvimento da Comunidade – PULC – de São Gonçalo do Sapucaí atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 371/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Sm. Ricardo Gomes*
RELATOR: *Sm. Francisco Pereira*

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO) <i>Luiz Pastore</i>	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.053, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2002 (nº 1.330/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação de Ação Cultural, Educacional e Social de Panambi (FACESP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora Emilia Fernandes

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2002 (nº 1.330, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação de Ação Cultural, Educacional e Social de Panambi (FACESP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 734, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Fundação de Ação Cultural, Educacional e Social de Panambi (FACESP) (cf. fl. 34):

- Diretor Presidente – Edgar Leschewitz
- Vice-Diretor Presidente – Lotário Wink
- Tesoureiro – Guido Weidie
- Secretário – Artur Ricardo Kuntz

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Arolde de Oliveira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS no 372, de 2002, evidencia o cumprimento as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação de Ação Cultural, Educacional e Social de Panambi (FACESP) atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Saia da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Emília Fernandes**, Relatora.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 372/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[assinatura]* Senador Ricardo Santos
RELATOR: *[assinatura]* Senadora Emília Fernandes

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ALVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.054, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2002 (nº 1.378/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União, Estado do Piauí.

Relator: Senador **Benício Sampaio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2002 (nº 1.378, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União, Estado do Piauí.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 564, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria no 201, de 18 de abril de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação

foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Radiodifusão Comunitária (cf. fl. 20):

- Presidente – Onofre Machado Vieira Filho
- Vice-Presidente – Antônio Paulo Batista da Silva
- Secretário – Francisco Pereira da Silva
- Tesoureiro – Evandro Pereira da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Bispo Wanderval.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 376, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e que a Associação Radiodifusão Comunitária atendeu aos demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002.
Ricardo Santos, Presidente – **Benício Sampaio**, Relator.

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 376/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>Sen. Ricardo Gonçalves</i>
RELATOR:	<i>Sen. Benício Sampaio</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.055, DE 2002

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de
2002 (nº 1.386/2001, na Câmara dos
Deputados), que aprova o ato que autoriza a
Associação Comunitária de Desenvolvi-
mento Artístico e Cultural de Pedro Go-
mes – ACOPE a executar serviço de radi-
odifusão comunitária na cidade de Pedro
Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul.**

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2002 (nº 1.386, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes – ACOPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 638, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 806, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes – ACOPE (cf. fl. 14):

- Presidente – Jofre Teodoro Júnior
- Vice-Presidente – Valdeir Batista de Oliveira
- Tesoureiro – Manoel Elias Neto
- Primeiro Secretário – José Pereira Sobrinho
- Segundo Secretário – Joel Oliveira Monteiro

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Josué Bengtson.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 377, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes – ACOPE atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. **Ricardo Santos**, Presidente – **Juvêncio da Fonseca**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 377/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Sen. Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Sen. Juvêncio da Fonseca</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCLINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.056, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2002 (nº 1.679/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2002 (nº 1.679, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.353, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 5 de dezembro de 2001, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente soli-

citação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Editora Boa Vista Ltda. (cf. fl. 29):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Getúlio Alberto de Souza Cruz	40.000
• Maria de Nazaré Araújo de Souza Cruz	10.000
Total de Cotas	50.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Julio Semeghini.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e de exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS no 381, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Editora Boa Vista Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Romero Jucá**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 381/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Sen. Ricardo Santos*
RELATOR: *Sen. Romero Jucá*

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.057, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2002 (nº 1.152/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luminárias, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Francelino Pereira

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2002 (nº 1.152, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luminárias, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.604, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 473, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (cf fls. 29/30):

- Presidente – Sílvia Terezinha Silva Romanó Peixoto
- Vice-Presidente – Daltair Ferreira Mafra
- 1º Secretário – Paulo Ildefonso de Oliveira Furtado
- 2º Secretário – José Ilton Ferreira
- 1º Tesoureiro – Mário Lucas Guimarães
- 2º Tesoureiro – Júlio César Calzavara

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Localizado no Sul de Minas, a meia distância de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, o município de Luminárias é um dos mais prósperos da região.

Conheço-o bem, seu povo, seus líderes, seu destino. Acompanho, com interesse, a atuação de suas lideranças políticas, administrativas e empresariais, e o esforço que todos fazem no sentido de garantir contínuo progresso a Luminárias.

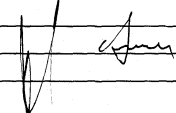
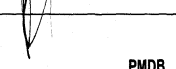
É com grande alegria, portanto, que dou parecer favorável à implantação da primeira emissora de rádio em Luminárias, na convicção de que ela desempenhará relevante papel na oferta de informação, entretenimento e cultura à população.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 382, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias para o Desenvolvimento Artístico e Cultural atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 5 de novembro de 2002.

– **Ricardo Santos**, Presidente, Senador **Francelino Pereira**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 382/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  Senador Ricardo Santos
RELATOR:  Senador Francelino Pereira

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEIRO TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.058, DE 2002

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de
2002 (nº 1.261/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a
Associação Comunitária Vitória de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.**

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2002 (nº 1.261, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 308, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 765, de 12 de dezembro de 2002, que autoriza a explora-

ção de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária Vitória de Radiodifusão (cf. fl. 10):

- Presidente: Fábio Lopes Ferreira
- Vice-Presidente: Alair do Carmo Vital
- Secretária: Simone Aparecida Carmo Ferreira
- Tesoureira: Liórdes Carmo Aparecido

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Contagem é um dos maiores municípios industriais de Minas e do Brasil. De sua população, de quase 560 mil habitantes, pelo menos 180 mil constituem a PEA, ou População Economicamente Ativa. Destes, mais de 80 mil dedicam-se às atividades industriais.

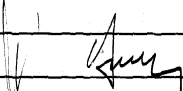
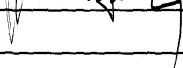
Acompanho, de longa data, o trabalho que suas lideranças políticas e empresariais desenvolvem em favor do progresso do município, e sua rápida transformação num dos esteios da economia mineira.

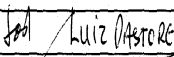
É, portanto, com grande alegria, que dou parecer favorável à implantação da primeira emissora de rádio comunitária em Contagem.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 383, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na legislação pertinentes, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Vitória de Radiodifusão atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 383/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  *Senador Ricardo Santos*
RELATOR:  *Senador Franceline Tereza*

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)  <i>Luiz Pastore</i>	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.059, DE 2002

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de
2002 (nº 1.424/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a
Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão – A CCOJAR
a executar serviço de radiodifusão comu-
nitária na cidade de Jacutinga, Estado de
Minas Gerais.**

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo o nº 391, de 2002 (nº 1.424, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão – ACCOJAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 624, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 146, de 26 de

março de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão –ACCOJAR (cf. fl. 18):

- Presidente – Nicola Antunes da Costa
- Vice-Presidente – Giuliana Pennacchi Pieroni
- Secretário – José Antonio da Silva
- Tesoureiro – Antonio Francisco Raffaelli Filho
- Diretor Administrativo – Carlos Roberto Grossi

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de sua relatora, a Deputada Angela Guadagnin.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 391, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão – ACCOJAR atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 391/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Arlindo Porto</i>

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENICIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos locais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.060, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2002 nº 1.458/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Emilia Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2002 (nº 1.458, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 535, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de junho de 2001, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à composição acionária do empreendimento Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda. (cf. fl. 8):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Liliana M. P. Moraes da Silva	20.000
• Eduardo Bortolini	30.000
• Marlene Terezinha Lodi Deitos	30.000
• Avelino Moraes da Silva	10.000
Total de Cotas	90.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de sua relatora, o Deputado o Maurilio Ferreira Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 398, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente, – **Emília Fernandes**, Relatora.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 398/02 NA REUNIÃO DE
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[assinatura]* Senador Ricardo Santos
 RELATOR: *[assinatura]* Senadora Emília Fernandes

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCLINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOILA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.061, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2002 (nº 1.471/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Borboremense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borborema, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2002 (nº 1.471, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Borboremense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borborema, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 740, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 48, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal

de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Borboremense (cf. fl. 34):

- Presidente – Isaias Maha
- Vice-Presidente – Maria Helena Sassi Garcia
- 1º Secretário – Geraldo Valentim de Toledo
- 2º Secretário – José Carlos Barboza
- 1º Tesoureiro – Antonio Carlos Torres de Arruda
- 2º Tesoureiro – Arnaldo Martins Carvalho

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Marcos Afonso.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

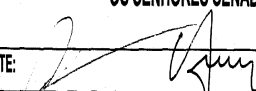
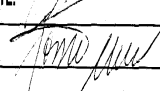
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 403, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Borboremense atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 403/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:  SENADOR ROMEU TUMA

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.062, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2002 (nº 1.493/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Difusora Mogiana Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2002 (nº 1.493, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Difusora Mogiana Comunicação Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.067, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 258, de 14 de junho de 2000, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Difusora Mogiana Comunicação Ltda., (cf. fl. 87):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Josmara Bianco Molina	40.000
• Abib Salim Cury	10.000
Total de Cotas	50.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Gastão Vieira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise


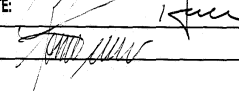
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 405, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Difusora Mogiana Comunicação Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 405/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:  SENADOR ROMEU TUMA

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.063, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2002 (nº 1.513/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2002 (nº 1.513, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 734, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 85, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão (cf. fl. 37):

- Presidente – José Luiz Fernandes Nogueira
- Vice-Presidente – Paulo César Levenhagen dos Santos
- Secretária – Andréa Pereira Nogueira
- Tesoureiro – José Eugênio Pereira da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Jonival Lucas Junior.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

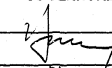
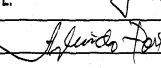
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 409, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 409/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		Senador Ricardo Santos
RELATOR:		Senador Arlindo Porto
PMDB		
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON
(VAGO)		3-(VAGO)
GILVAM BORGES		4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)
PFL		
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPLICY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT
PSB		
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

PARECER Nº 1.064, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2002 (nº 1.407/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária do 3º Milênio de Agudos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudos, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2002 (nº 1.407, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária do 3º Milênio de Agudos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudos, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 313, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 776, de 20 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Rádio Comunitária do 3º Milênio de Agudos (cf. fl. 37):

- Presidente – João Baptista de Mattos
- Vice-Presidente – Maria Inês Pereira Bernardi
- Secretário – Wladimir de Vincenzo
- Diretor Financeiro – Ângelo Padial
- Diretor Administrativo – Nabal Tolosa Pires

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Sérgio Barcellos.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise


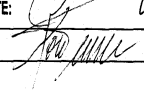


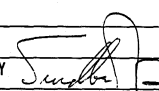
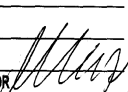
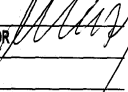
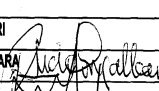
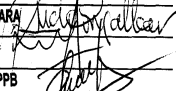
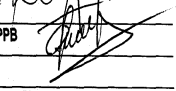
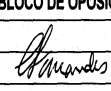
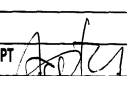
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 416, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Rádio Comunitária do 3º Milênio de Agudos atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002, – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 416/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		Senador Ricardo Santos
RELATOR:		Senador Romeu Tuma
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
(VAGO)	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.065, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2002 (nº 1.550/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 582, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 11 de junho de 2001, que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Nos termos do art. 16, § 10, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, o Deputado Ariston Andrade, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

É a seguinte à direção da Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu (cf. fls. 66/67):

- Diretor Presidente – Dilson Roquete Franco
- Diretor Vice-Presidente – Roberto Cândido Meireles
- Diretor Administrativo e Financeiro – Marcelo Gonçalves Queiroz

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa, condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão

educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela APROVAÇÃO do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2002.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 421/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Arlindo Porto</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO WALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

e) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivoS do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores

PARECER Nº 1.066, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2002 (nº 1. 605/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Oriximiná, RCO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo o nº 426, de 2002 (nº 1.605, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Oriximiná, R.C.O. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 859, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 149, de 26 de março de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Rádio Comunitária de Oriximiná – RCO (cf. fl. 37):

- Coordenador – Edivaldo Pereira de Souza
- Vice-Coordenador – Lauro César Corrêa Cardoso
- Secretário – João Raimundo Ribeiro de Almeida
- Segunda Secretária – Maria Emilia Andrade Miléo
- Tesoureira – Maria de Fátima Joca da Cunha
- Segunda Tesoureira – Wanilda S. Batista
- Diretor de Patrimônio – Assunção dos Reis Mascarenhas
- Segundo Diretor de Patrimônio – Rui Tavares Pimenta
- Diretor de Comunicação – Raimundo dos Santos Souza
- Segundo Diretor de Comunicação – Denis Lima da Gama
- Diretor de Operações – Orivaldo Maciel
- Segundo Diretor de Operações – Ronaldison A. de Oliveira Farias

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Ariston Andrade.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas

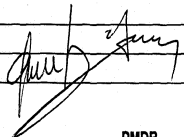
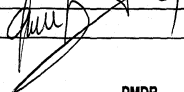
pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 426, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e que a Associação Rádio Comunitária de Oriximiná, RCO, atendeu aos demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 426/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		Senador Ricardo Santos
RELATOR:		Senador Luiz Otávio
PMDB		
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON
(VAGO)		3-(VAGO)
GILVAM BORGES		4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)
PFL		
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPLICY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT
PSB		
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.067, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2002 (nº 1.329/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Pradopolense de Apoio à Educação e Cultura – APAEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2002 (nº 1.329, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Pradopolense de Apoio à Educação e Cultura – APAEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 732, de 2001, o Presidente da República submete ao Congres-

so Nacional o ato constante da Portaria nº 98, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Pradopolense de Apoio à Educação e Cultura (APAEC) (cf. fl. 37):

- Presidente – Valmir Aparecido de Mattos
- Vice-Presidente – Fernando José Antônio de Souza
- Secretário – Anderson Odair Rossi
- Tesoureira – Marta Lúcia Rossi Mattos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Hermes Parciannelo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

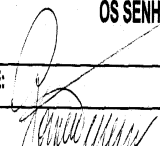
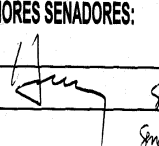
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 430, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Pradopolense de Apoio à Educação e Cultura (APAEC) atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 430/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: 
RELATOR:  *Senador Romeu Tuma*

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.068, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Mauro Miranda**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 305, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de março de 2001, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte, a direção da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri (cf fl. 64):

- Diretor Presidente – Jesus Flores
- Diretor Tesoureiro – Alcides de Lima Júnior
- Diretor Administrativo – Tito Cardoso de Sousa
- Diretor de Divulgação – João Benedito da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Jorge Bittar.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

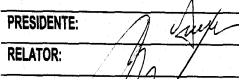
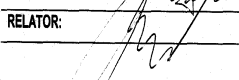
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 436, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. **Ricardo Santos** – Presidente, **Mauro Miranda**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 436/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		<i>Senador Ricardo Santos</i>
RELATOR:		<i>Senador Mauro Miranda</i>

PMDB

AMIR LÂNDIO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO) <i>Luiz Pastore</i>	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.069, 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002 (nº 1.519/2000 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá – FUNREI, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporá, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Mauro Miranda**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 992, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal, ato constante da Portaria nº 235, de 18 de abril de 2001, que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá – FUNREI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporá, Estado de Goiás.

Nos termos do art. 16, § 10, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação pelo Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º da Constituição Federal.

O texto anexado à mensagem presidencial informa que a documentação foi examinada pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar o processo devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O projeto em análise, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do relator, Deputado Arolde de Oliveira, e aprovação daquele órgão colegiado. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Rádio Educativa de Iporá – FUNREI (cf. fl. 37):

- Presidente – Renato Cavalcante Correia da Silva
- Supervisor Administrativo – Sidnei Valenlim Bittencourt
- Supervisor Financeiro – Lázaro Faleiro Miranda

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga de permissão, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga de permissão para exploração desse tipo de serviço

não depende de edital. Tampouco se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela Aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Mauro Miranda**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 438/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Mauro Miranda</i>
PMDB	
AMIR LÂNDIO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEIRO TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI N. 236 –
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.112 (*), de 27 de agosto de 1962

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....
DECRETO N. 52.795 –
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....
DECRETO Nº 2.108 –
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795 (¹), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores

.....
PARECER Nº 1.070, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2002 (nº 1.538/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora Emília Fernandes

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2002 (nº 1.538, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 703, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 25 de junho de 2001, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., (cf. fl. 86):

- Diretor Presidente e Diretor Comercial – Nelcy Adão de Souza

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu 9 parecer favorável de seu relator, o Deputado Hermes Parcianello.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

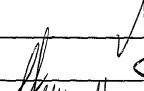

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 441, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Carlos Santos, Presidente – Emília Fernandes, Relatora.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 441/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  Sen. Ricardo Gomes
RELATOR:  Sen. Emília Fernandes

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JUNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.071, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2002 (nº 1.578/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2002 (nº 1.578, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.504, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 11 de outubro de 2000, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. (cf. fl. 37):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
•Alessandro de Assis Gomes	2.500
• Antônio Eloísio Souza	2.500
Total de Cotas	5.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Roland Lavigne.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 446, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 446/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Luiz Otávio</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
(VAGO)	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

SEÇÃO II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.072, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/11, de 1982 nº 418, na origem), do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para alienar uma área de terras devolutas situada no Município de Moju, à firma Sococo-Agroindústrias da Amazônia Ltda., com base no ofício nº 139/02, daquele governo, que solicite o prosseguimento da tramitação da matéria,

Relator: Senador Geraldo Melo

I – Relatório

Mediante o Ofício “S” nº 11, de 1982 (ofício nº 0418/82-GG, na origem), datado de 5-5-82, o então Governador do Estado do Pará, Doutor Alacid da Silva Nunes, em obediência ao art. 171 da Constituição de 1967, solicitou ao Senado Federal autorização para alienar uma área de terras devolutas daquela Unidade da Federação, com aproximadamente dezesseis mil hectares, situada no Município de Moju, à empresa Sococo–Agroindústrias da Amazônia Ltda.

Aos autos foi juntado o Processo nº 006850/80, do Instituto de Terras do Pará, que relata e documenta os procedimentos levados a efeito no Estado do Pará, com vistas à alienação da citada área de terras.

No Senado Federal, ainda na vigência da Constituição de 1967, o pedido de autorização teve a sua tramitação dificultada, em face da ausência de documentos e informações indispensáveis à precisa análise do pleito.

O processo foi mantido em diligência, tendo sido remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já na vigência da Constituição de 1988, por despacho da Presidência do Senado Federal, para que fosse instruído à vista das disposições constitucionais em vigor a partir da promulgação da nova Carta.

Após aguardar a deliberação da referida Comissão durante extenso período de tempo, mais de treze anos, finalmente, em 8 de maio de 2002, foi aprovado o relatório do Senador Romero Jucá, designado Relator **Ad Hoc** pelo Presidente da Comissão, que passou a constituir o Parecer nº 382/2002-CCJ, cuja conclusão é pela remessa dos presentes autos a Presidência do Congresso Nacional, para que esta delibere acerca do prosseguimento da tramitação do pedido, em face da nova competência fixada pela Constituição de 1988 sobre autorização para alienação de terras públicas.

Esgotado o prazo para apresentação de recurso, conforme prevê o art. 254 do Regimento Interno, sem que tenha havido interposição de recurso, a Presidência da Casa determinou, em 23 de maio de 2002, o arquivamento definitivo da matéria, fato esse cientificado ao Governador do Estado do Pará, mediante o Ofício nº 526/2002, datado de 28 do referido mês e ano.

Entretanto, em 10 de junho de 2002, a Presidência comunicou ao Plenário que em face da manifestação daquele Governo [do Estado do Pará], através do Ofício nº 139/02-GG, pelo prosseguimento da tramitação da matéria, a Presidência recebe o referido expediente como recurso.

Finalmente, a matéria vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do art. 99, II, do Regimento Interno, para os fins previstos no art. 49, XVII, da Constituição Federal.

II – Análise

A Constituição de 1988, em seu artigo 188, § 1º, determina que a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

A Carta de 1988 também determina que é da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Por sua vez, o art. 99, II, do Regimento Interno estabelece que compete a CAE opinar sobre proposições pertinentes a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

No caso sob exame, os procedimentos de venda da área de terras devolutas do Estado do Pará à empresa já nomeada avançaram até a expedição de Título Provisório, com o pagamento, pela empresa, de trinta por cento do valor da terra nua, tendo por base a tabela de custas em vigor à época.

Trata-se de alienação cujos procedimentos se desenvolveram em administrações anteriores do Estado do Pará. Ademais, tudo o que os autos relatam se passou antes da vigência da Carta de 1988.

Assim, o projeto técnico-econômico da empresa Sococo – Agroindústrias da Amazônia Ltda., e demais documentos que instruem o processo submetido à análise do Senado, com vistas à aquisição das terras integrantes do patrimônio do Estado do Pará, foram apresentados ao Governo daquele Estado ainda no final dos anos oitenta.

No entanto, o Exmº Senhor Governador do Estado do Pará encaminhou a esta Casa o Ofício nº 139/02-GG, de 4 de junho de 2002, em resposta à comunicação do Presidente do Senado determinando o arquivamento da solicitação do pedido de alienação de terras em exame, mediante o qual manifesta que ainda persistem os elevados interesses que motivaram aquela solicitação, razão pela qual solicita o prosseguimento da tramitação daquela matéria, assegurando, assim, os reais benefícios para o nosso Estado dos valiosos investimentos decorrentes daquele projeto.

A autorização para a alienação da área, que a anterior Constituição incluía na competência privativa do Senado Federal, já agora está inserida na compe-

tência exclusiva do Congresso Nacional. Em consequência, o próprio instrumento legislativo, que antes era hábil para autorizar a alienação, qual seja, uma resolução do Senado Federal, já agora teria de ser substituído por decreto legislativo do Congresso Nacional.

Trata-se, portanto, de matéria que deve ser submetida, separadamente, à deliberação das duas Casas do Congresso Nacional, tendo em vista que os casos de reunião em sessão conjunta são aqueles previstos, em **numerus clausus**, no art. 57, § 3º da Constituição Federal.

Quanto à Casa que deve ter a atribuição de iniciar a tramitação da matéria, não há norma específica, constitucional ou regimental, que defina qual delas terá precedência. Contudo, dada a natureza da autorização solicitada, não há prejuízo em que a tramitação comece numa ou noutra Casa congressional. Deve-se alegar, no entanto, que o pedido de alienação de terras de propriedade de um Estado-membro diz respeito à Federação, cabendo ao Senado Federal representar, de forma igualitária, as unidades federativas e os seus interesses, como nesse caso.

O projeto apresentado pela empresa Sococo, sediada em Maceió–AL, de capital integralmente brasileiro, previa o plantio de 1,4 milhões de pés de coqueiro de alta produtividade, a instalação de uma indústria de beneficiamento de coco, com a obtenção de quatro produtos básicos: leite de coco, coco ralado, óleo de coco e torta.

De acordo com o projeto, quando fosse alcançada a plena produção seriam demandados um mil e quinhentos empregados na atividade agrícola e cerca de quinhentos na indústria, devendo a produção da empresa ser destinada ao mercado interno e externo, com prioridade para o primeiro.

Devemos destacar – que ao longo do tempo de tramitação da matéria nesta Casa decorreram cinco quadriênios de mandato de Governo do Estado do Pará, sem que nenhum Governador daquele Estado tenha manifestado qualquer objeção ao pedido de autorização para a alienação da terra pretendia pela empresa. Ao revés, o atual Governador reafirmou o interesse do Governo Estadual em que a decisão do Senado Federal seja favorável ao pleito da empresa, em razão dos reais benefícios para o Estado do Pará dos valiosos investimentos decorrentes daquele projeto, conforme expressou em seu ofício ao Presidente desta Casa.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pelo atendimento da autorização solicitada, nos termos do seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 561, DE 2002**

**Autoriza o Governo do Estado do
Pará a alienar terras de propriedade des-
se Estado, até o limite de 16.000 (dezes-
seis mil) hectares, à Sococo – Agroindús-
trias da Amazônia Ltda.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Congresso Nacional, à vista do pedido que lhe foi dirigido e devidamente instruído, autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar terras de propriedade desse Estado, até o limite de 16.000 (dezesseis mil) hectares, a Sococo – Agroindústrias da Amazônia Ltda., de acordo com o processo administrativo formalizado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Ricardo Santos**, Presidente – **Geraldo Melo**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OFÍCIO "S" Nº 11, DE 1982	
ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/11/02 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):	
PRESIDENTE:	
RELATOR:	
PMDB	
LUIZ PASTORE	1-PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA	2-IRIS REZENDE
NABOR JÚNIOR	3-MAURO MIRANDA
GILBERTO MESTRINHO	4-SÉRGIO MACHADO
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-RENAN CALHEIROS
FERNANDO RIBEIRO	6-GERSON CAMATA
ALBERTO SILVA	7-ROBERTO REQUIÃO
NEY SUASSUNA	8-AMIR LANDO
VALMIR AMARAL	9-MARLUCE PINTO
PFL	
FRANCELINO PEREIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
JOSÉ AGRIPIPO	2-JOSÉ JORGE
BELLO PARGA	3-MOREIRA MENDES
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4-BERNARDO CABRAL
PAULO SOUTO	5-ROMEU TUMA
WALDECK ORNELAS	6-GERALDO ALTHOFF
LINDBERG CURY	7-JORGE BORNHAUSEN
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-JOSÉ SERRA
LÚCIO ALCÂNTARA	2-GERALDO MELO
LÚDIO COELHO	3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ROMERO JUCÁ	4-LUIZ PONTES
RICARDO SANTOS	5-BENÍCIO SAMPAIO
BLOCO DE OPosição (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
HELOISA HELENA	2-JOSÉ ALENCAR
LAURO CAMPOS	3-ROBERTO FREIRE
JOSÉ FOGAÇA	4-JEFFERSON PERES
PSB	
ROBERTO SATURNINO (1)	1-ADEMIR ANDRADE
PTB	
FERNANDO BEZERRA	1-ARLINDO PORTO

Atualizada em: 04/11/02
(1) Filiação ao PT em 16.05.2007

**DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO:**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Ofício nº 139 102-GG

Belém, 4 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF.

Senhor Presidente,

Ao registrar o recebimento do Ofício nº 526(SF), da Presidência do Senado Federal, datado de 28 de maio de 2002, em que é comunicado o arquivamento da solicitação de autorização para que o Estado do Pará possa alienar área de terras devolutas, situadas no Município de Mojú, para a Empresa Sococo S/A-Agroindústrias da Amazônia, devo manifestar que ainda persistem os elevados interesses que motivaram aquela solicitação, razão pela qual solicito a Vossa Excelência o prosseguimento da tramitação daquela matéria, assegurando, assim, os reais benefícios para o nosso Estado dos valiosos investimentos decorrentes daquele projeto.

Na certeza do bom acolhimento a esta solicitação, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e distinta consideração. – **Almir Gabriel**, Governador do Estado

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

.....
Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 10 de agosto a 15 de dezembro.

.....
§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

- I – inaugurar a sessão legislativa;
- II – elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;
- III – receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;
- IV – conhecer do veto e sobre ele deliberar.

.....

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

.....

PARECER Nº 1.073, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 (nº 2.098, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador Ricardo Santos

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 (nº 2.098, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 749/01, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 157, de 27 de março de 2001, que outorga permissão para exploração de canal de radiodifusão sonora em frequência modulada nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Super Rádio DM Ltda., (cf. fls. 10):

Nome do Sócio Cotista	Cota de Participação
• Antonio Carlos Q. Lopes	2.500
• Zelmínia Quinteiro Lopes	2.500
Total de Cotas	5.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, e na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa, com parecer favorável do Deputado Ricardo Ferraço.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 551, de 2002, não detectou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Luiz Pontes, Presidente – **Ricardo Santos**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 551/02 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Luiz Pontes</i>
RELATOR:	<i>Ricardo Santos</i>
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SERGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCLINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA, Nº

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 que “Aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2002. –
Senador **Ricardo Santos** – **Luiz Pontes** – **Mauro Miranda** – **Eduardo Suplicy** – **Lúcio Alcântara** – **Geraldo Althoff** – **Emília Fernandes** – **Ney Suassuna** – **Moreira Mendes** – **Lindberg Cury** – **Geraldo Cândido** – **Nabor Júnior** – **Waldeck Ornêlas** – **Roberto Saturnino** – **Luiz Otávio** – **Antônio Carlos Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dais quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 553 a 559, de 2002**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e de acordo com o art. 122, II, “b”, do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Resolução nºs 68 e 69, de 2002**, resultantes de pareceres lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que conclui pela apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002**.

A matéria constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2002**, resultante de parecer lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se hoje na Ordem do Dia o Item 3, uma proposta

de emenda à Constituição de minha autoria, apoiada por outros Srs. Senadores, que objetiva garantir às universidades federais localizadas na Amazônia Legal um percentual do que a União arrecada nos Estados com o IPI e o Imposto de Renda.

Hoje, do bolo arrecadado, é devolvido aos Estados 47%, na forma do FPE, Fundo de Participação dos Estados, do FPM, Fundo de Participação dos Municípios, e dos fundos constitucionais. Pois bem, a minha proposta está acrescentando a essa arrecadação mais 0,5% para ser destinado às universidades federais da Amazônia Legal.

Sr. Presidente, essa emenda constitucional foi fruto de um debate dos reitores das universidades da Amazônia Legal, que atravessam, como de resto as universidades federais de todo o País, dificuldades imensas. Mas as nossas atravessam dificuldades maiores ainda, até porque se trata daquela velha história: sempre há um carreamento maior de recursos para aquelas instituições que têm maior número de alunos e que são mais consolidadas. Com isso, as universidades da Amazônia, notadamente as Universidades Federais de Roraima e do Amapá, que estão em processo de consolidação, atravessam, realmente, dificuldades enormes.

Esta proposta é uma ação afirmativa para a Amazônia, porque tanto se fala no que não se deve e não se pode fazer naquela região, mas não se diz exatamente o que se pode e se deve fazer. Algo que se pode e se deve fazer na Amazônia é apoiar o ensino superior por intermédio das instituições federais de ensino.

Estamos, na Amazônia, num laboratório a céu aberto, e vemos a toda hora, na imprensa, denúncias de que pesquisadores estrangeiros, de maneira ilegal e clandestina, estão pesquisando a nossa biodiversidade. Isso já é um fato público e notório, publicado em revista de renome, em jornais de circulação nacional e inclusive nas emissoras de televisão, como a **Rede Globo**. Portanto, muito importante seria que nossas universidades tivessem capacidade não somente de graduar adequadamente os seus alunos, mas também de pesquisar e investir na pós-graduação dos seus professores. Por isso a razão dessa emenda, que foi, inclusive, Sr. Presidente, aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, passando, portanto, pelos cinco dias de discussão, em primeiro turno, e, hoje, está em votação em primeiro turno.

Quero fazer um apelo a todas as Lideranças Partidárias, a todos os Senadores, dos diversos Estados, para que aprovem essa emenda, a fim de que

possamos dar às instituições federais de ensino superior na Amazônia uma condição mais segura do ponto de vista do ensino, da pesquisa e da melhoria de vida do povo em geral.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Romero Jucá, do meu Estado, Roraima.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, pedi este aparte a V. Ex^a, primeiro, para registrar a importância dessa proposta. Considero sua proposta extremamente relevante, não só para a Amazônia, mas para o Brasil. Muito se diz que temos a maior biodiversidade do Planeta. V. Ex^a, como eu e o Senador Eduardo Siqueira Campos, moradores da Amazônia, sabe que só vamos tê-la desenvolvida se tivermos tecnologia, conhecimento e condição de desenvolvimento auto-sustentado na região. Para que isso ocorra é preciso que se molde a região segundo um formato inteligente. Sem dúvida nenhuma, fortalecer as universidades, agregar recursos para a pesquisa, para a extensão – porque é importante que a universidade possa interagir com o homem ribeirinho, com o homem da vicinal, dando-lhe condição de produzir sem prejudicar o meio ambiente e, enfim, ter uma qualidade de vida melhor –, para o ensino mesmo, são vertentes fundamentais para que a região possa dar um salto de qualidade, possa se desenvolver. Quero, aqui, registrar o meu apoio veemente a essa proposta. Entendo que todos os Senadores da Amazônia devem lutar por ela, pelo que vai representar para a Amazônia, e, mais do que isso, que os Senadores que não são da Amazônia também devem cerrar fileiras ao lado dessa proposta, dando uma grande demonstração da prioridade política que o Brasil tem com a Amazônia. Dar prioridade política também é definir recursos e, em muitos casos, como farão outros Estados, principalmente os desenvolvidos, abrir mão de pequeno montante de recurso para dar à Amazônia condição para que dê um salto de qualidade no desenvolvimento auto-sustentado, por meio de várias ações, e uma delas, fundamental, é o fortalecimento das universidades da região. Portanto, quero parabenizá-lo e dizer que estaremos aqui, firmes, defendendo essa proposta, porque ela é importante para Roraima, para a Amazônia e para o Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço o aparte e o apoio de V. Ex^a, que já foi Governador do Território de Roraima e o primeiro Governador nomeado do Estado de Roraima – já que a Constituição assim exigia. V. Ex^a sabe muito bem da

importância da Universidade de Roraima para o nosso Estado. Não fora a nossa universidade, eu diria mesmo que o nosso Estado estaria fadado ao insucesso. E isso vale para todos os Estados da Amazônia. E V. Ex^a disse muito bem: é importante que esse tema não seja olhado como um tema dos Parlamentares da Amazônia apenas, mas como um tema nacional. É preciso que, efetivamente – e eu já disse desta tribuna, referindo-me ao novo Presidente da República –, a Amazônia passe a integrar a preocupação nacional no próximo Governo. Até aqui, nós temos trabalhado por espasmos. E creio que a aprovação desta emenda constitucional constitui um passo fundamental para a Amazônia ser inserida como prioridade nacional, já que ela representa 60% do território nacional.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (Bloco/PSDB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pois não. Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos, do Tocantins.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (Bloco/PSDB – TO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero associar as minhas palavras às palavras do Líder Romero Jucá no tocante à iniciativa de V. Ex^a. Quando V. Ex^a se refere à Amazônia Legal, à Região Norte do País, V. Ex^a inclui o Tocantins, porque assim quiseram os Constituintes de 1988, ou seja, que o Tocantins integrasse a Amazônia Legal, a Região Norte, já que estamos acima do Paralelo 13. Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a tem se notabilizado nesta Casa por tratar de questões eminentemente estratégicas, não para a nossa região, mas para o País. V. Ex^a é autor de projetos de redivisão territorial; V. Ex^a é o autor e criador da CPI das ONGs; V. Ex^a trata da questão da demarcação das terras indígenas; da intromissão internacional na Amazônia. Eu diria, Senador Mozarildo Cavalcanti, que não só o povo de Roraima, mas o povo brasileiro que assiste à **TV Senado** deve reconhecer em V. Ex^a um dos homens de maior visão dentro desta Casa no tema ocupação racional da vastidão do território brasileiro. Não apenas por essa iniciativa de que V. Ex^a fala hoje, a das universidades na Região Norte, a das universidades da Amazônia Legal, mas por tudo o que tem marcado a atuação de V. Ex^a nesta Casa, quero dizer que nós, tocaninenses, nos orgulhamos muito de V. Ex^a. Todos esses assuntos que são estratégicos, e que certamente vão predominar nos debates nesta Casa este ano, V. Ex^a aborda. Estaremos juntos, associados, não por uma questão de região, mas para diminuir as desigualdades regionais, empreitada à frente da qual V. Ex^a está.

Parabenizo-o por essa e por outras iniciativas, e quero dizer que o Brasil, verdadeiramente, torna-se possível e viável se procedermos assim como pensa V. Ex^a. Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos, porque sei do empenho de V. Ex^a, assim como sei do empenho do seu pai, o companheiro e Constituinte Siqueira Campos, Governador do Tocantins até recentemente. Realmente comungamos dos mesmos ideais, de não apenas defender a nossa região, o que é uma obrigação nossa, mas de fazer com que os brasileiros de todos os recantos do Brasil entendam a Amazônia como solução para muitos dos problemas do Brasil, e não como um problema para o Brasil.

Portanto, penso que é justamente com ações afirmativas em favor da Amazônia que poderemos desmistificar muita coisa dita a respeito da nossa região. Temos, ali, mais de 25 milhões de habitantes – ontem, tive a insatisfação de registrar um artigo publicado na **Gazeta Mercantil**, com comentário da Bancada paulista na Câmara dos Deputados que reclamava da pouca representação política de São Paulo na Comissão de Orçamento.

Felizmente, esta proposta, Senador Eduardo Siqueira Campos, teve, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não só o voto como a demonstração favorável da unanimidade dos Senadores de todos os Estados do País. Portanto, trata-se não só da aprovação pelo voto unânime, mas da manifestação também unânime de todos os Senadores, que, espero, se repita hoje na votação em primeiro turno.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Nabor Júnior, do querido Estado do Acre.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Eminentíssimo

Senador Mozarildo Cavalcanti, também desejo manifestar o meu irrestrito apoio à proposta de emenda constitucional que V. Ex^a apresentou, que consta como terceiro item da pauta da Ordem do Dia da sessão de hoje. Na verdade, esses recursos que a emenda de V. Ex^a preconiza sejam aplicados nas universidades federais existentes na região amazônica vêm melhorar, realmente, a situação daquelas instituições, que é muito difícil. Pelo menos a Universidade Federal do Acre está fadada a ter alguns cursos fechados, inclusive o de Direito, por falta de recursos. Nobre Senador, há muito tempo não se faz concurso para ad-

missão de novos professores e a universidade se vê obrigada a contratar professores temporários, sem a necessária formação acadêmica, para gerir algumas cadeiras essenciais à formação dos nossos jovens. É bom que se ressalte um outro aspecto, que V. Ex^a destacou no seu pronunciamento: que esse percentual de 0,5% vai incidir sobre a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI da própria região. Portanto, ele não vai afetar as outras regiões. A emenda de V. Ex^a estabelece que esse acréscimo incida sobre a arrecadação de Imposto de Renda e do IPI da região amazônica, para beneficiar instituições universitárias da região. Cumprimento V. Ex^a e desde já quero emprestar o meu apoio e dizer que estarei aqui para votar favoravelmente à proposta de V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Agradeço o apoio antecipadamente manifestado por V. Ex^a, Senador Nabor Júnior.

Quero aproveitar uma observação feita por V. Ex^a no seu aparte, sobre a contratação de professores temporários pelas nossas universidades, para dizer que a situação é pior. Algumas universidades federais da Amazônia – e talvez do resto do Brasil – estão admitindo a figura do professor voluntário, porque sequer há dinheiro para pagar o professor temporário ou substituto.

Realmente é lamentável a situação vexatória que vivemos em nosso País. E enquanto não resolvermos a equação do desenvolvimento das regiões menos favorecidas, acabando com as desigualdades regionais, teremos essa situação cada vez mais agravada. Qualquer pessoa do Norte ou do Nordeste – e aqui estou falando especificamente da Amazônia – que tenha um pouco mais de recursos manda seus filhos estudarem em São Paulo ou no Rio de Janeiro. A consequência disso é o agravamento dos problemas nos grandes centros e o esvaziamento das nossas regiões. Por quê? Porque as nossas universidades não adquirem a confiança e a condição que deveriam adquirir. Na proposta mantenho o valor constitucionalmente amarrado, para que os nossos reitores não tenham de vir a Brasília, de vez em quando, com pires na mão, implorando recursos até para pagar a conta de energia elétrica das universidades, como aconteceu recentemente com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por isso penso que essa emenda constitucional vai duplamente ao encontro do que defendemos. Primeiro, ajuda no combate à desigualdade regional pelo caminho mais importante, que é o da educação. E, em segundo lugar, realmente ela faz uma repartição da arrecadação de forma a beneficiar uma região

que representa 60% do País e que, paradoxalmente, é a menos assistida.

Portanto, tenho confiança e reitero o apelo. Espero merecer o voto de todos os colegas Senadores, de todas as regiões, pela aprovação dessa proposta de emenda constitucional que apresentei, mas que, repito, teve origem na discussão dos reitores de todas as universidades federais da Amazônia Legal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este Plenário e a Nação brasileira assistiram, ontem, nesta Casa, à posse do eminente Senador Olivir Gabardo, representante do Estado do Paraná que retorna ao Congresso Nacional desta vez em virtude de licença do eminente Senador Álvaro Dias.

Sr. Presidente, registro, em primeiro lugar, que o nome Olivir Gabardo me remete à infância. Na década de 70, época em que o meu pai, na condição de Deputado Federal, representava o então Norte de Goiás, e convivia com V. Ex^a, Senador Edison Lobão, que preside a sessão neste momento, teve ele a honra de dividir o plenário da Câmara dos Deputados com o autêntico integrante da Bancada do PMDB, o Deputado Olivir Gabardo.

Esse nome, Sr. Presidente, tem uma forte presença em um dos períodos mais difíceis vividos por esta Nação. O Deputado Olivir Gabardo honrou a população do Paraná, tendo sido, por seguidas vezes, eleito Deputado Federal. E, agora, volta ele ao Congresso Nacional, desta vez na condição de Senador.

Sr. Presidente, eu, que desde menino fui apaixonado pela política, tive oportunidade de conhecer S. Ex^a e de presenciar a vinda do Governador Siqueira Campos, do Governador eleito do nosso Estado, e de vários outros Parlamentares, como Efraim Moraes, da Paraíba, e de todos os companheiros que aqui estavam para prestigiar e homenagear a posse do Senador Olivir Gabardo. E tenho hoje a alegria de dizer, com a autorização do meu eminente colega Olivir Gabardo, que, após ter sido empossado nesta Casa e de ter declarado estar assumindo sem uma filiação partidária, teve S. Ex^a a honraria maior – que tive eu também em um determinado momento da minha vida pública –, que foi ter a sua fi-

cha abonada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Incluo-me entre aqueles que vêem Sua Excelência como um grande estadista, como um homem que elevou o Brasil à condição de ser reconhecido internacionalmente como a grande liderança da América do Sul, da América Latina.

Sr. Presidente, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que tem sido um grande magistrado, que tem promovido a mais democrática de todas as transições de que se tem notícia, que propiciou toda essa estabilidade ao País durante oito anos, com a sua mão, com o conhecimento e em reconhecimento ao que representa o nome Olivir Gabardo não só para o Paraná mas para o País, assinou e abonou a ficha deste grande Senador que passa a integrar a Bancada do PSDB, Partido a que tenho a honra de pertencer.

Sr. Presidente, inicialmente, era esta a informação que eu gostaria de prestar: o nosso Partido passa a ter mais um integrante. E isso é de grande relevância, por se tratar de um resgate que estamos fazendo junto ao povo do Estado do Paraná. Sem dúvida alguma, estamos engrandecendo bastante nossos quadros nesta Casa.

O Sr. Olivir Gabardo (Sem Partido – PR) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Ouço, com muita alegria, o aparte de V. Ex^a, Senador Olivir Gabardo.

O Sr. Olivir Gabardo (Sem Partido – PR) – Eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, inicialmente, desejo dizer do meu profundo reconhecimento e alegria ao ouvir as expressões de homenagem que V. Ex^a dedica a este velho político que, nos idos de 1970, foi companheiro do seu pai na Câmara dos Deputados. Tive a honra de com ele percorrer várias vezes este Brasil em missões da Casa a que pertencíamos. Essa amizade é longa. A atuação do pai de V. Ex^a na Câmara dos Deputados foi brilhante, tendo ele lutado pela criação do Estado do Tocantins. S. Ex^a merece, de nossa parte, as melhores homenagens. Conheci V. Ex^a ainda garoto e o cumprimento por sua brilhante trajetória, que acompanha a do seu eminente pai. Aqui, no Congresso Nacional, pude me reencontrar com V. Ex^a, e quero dizer que me senti extremamente honrado e gratificado ao receber o convite de Sua Excelência o Senhor Presidente da República para integrar o seu Partido, ao qual, aliás, já pertenci. O PSDB foi o meu segundo partido, depois do PMDB,

e tive a honra de presidi-lo por dois anos, na licença do Presidente efetivo, Senador Álvaro Dias. Estou nesta Casa por um período breve de quatro meses, mas devo dizer a V. Ex^a que, para quem percorreu o Congresso Nacional durante dezesseis anos, em quatro mandatos, é motivo de grande alegria e orgulho estar aqui num momento tão importante da vida nacional. Estamos vivenciando problemas sérios, graves, a serem enfrentados pelas Lideranças nacionais, e o Congresso tem, efetivamente, um papel importantíssimo a desempenhar nesta quadra que estamos vivendo. Quero dizer a V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos, que é com muita honra e alegria que passo a fazer parte, novamente, do PSDB, para aqui atuar ao lado de grandes companheiros que hoje estão integrando esse Partido no Senado da República. Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a, e peço que transmita o meu muito obrigado ao Governador Siqueira Campos, ao Governador Marcelo Miranda, pelas suas presenças, que me honraram no dia da minha posse. Muito obrigado a V. Ex^a pelas expressões carinhosas e gentis que tem para com este seu Senador amigo.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, eminente colega, Senador Olivir Gabardo, quero aqui repetir um pequeno trecho de autoria de Beto Guedes, eminente compositor mineiro, que diz: “Eu invento coisas e não paro de sonhar, sonhar já é alguma coisa, mais que não sonhar”. Desde menino, Senador Olivir Gabardo, acompanhando a trajetória de meu pai, tenho muitos sonhos, mas não poderia imaginar jamais que teria a honra de dividir com V. Ex^a este mesmo plenário, com o mesmo objetivo de defender os nossos Estados e o nosso País.

Quero, agora, Sr. Presidente e nobres Pares, trazer ao conhecimento do Plenário desta Casa e do povo tocantinense duas matérias veiculadas na imprensa – uma, na **Folha de S. Paulo**, e a outra, no jornal **O Globo** –, que se referem diretamente ao Tocantins. Uma delas, na parte de finanças, é uma profunda análise que fazem os jornalistas André Soliani e Juliana Sofia, ambos integrantes da sucursal de Brasília, sobre a questão da dívida dos Estados para com a União, assunto que está diretamente afeto a esta Casa, sobre o qual nos debruçamos e ao qual se dedicou, entre outros, o Senador Vilson Kleinübing, a quem a Nação sempre reverencia.

A questão da dívida dos Estados é tratada, nessa análise, como uma coisa preocupante. Destacam os jornalistas:

A dívida dos Estados com a União cresceu R\$67,8 bilhões – 36,3% – em pouco mais de dois anos. O débito aumentou porque os governos estaduais não arrecadaram o suficiente para pagar os juros e a correção monetária que incidem sobre a dívida.

Das 27 unidades da federação, apenas quatro – Acre, Amapá, Roraima e Tocantins – conseguiram reduzir suas dívidas com a União nos últimos 27 meses.

Não foram só os Estados que viram seus débitos crescerem no período – pularam de R\$186,6 bilhões para R\$254,4 bilhões. (...)

Apenas quatro Estados, Sr. Presidente, conseguiram reduzir suas dívidas com a União. São eles o Estado do Acre, do brilhante Senador Nabor Júnior, o Estado do Amapá, o Estado de Roraima, do grande Senador Mozarildo Cavalcanti, que me antecedeu nesta tribuna, e o meu Estado do Tocantins.

Quero congratular-me com esses Estados, mas também fazer uma ressalva: dentre esses, o Estado do Tocantins foi o único que não foi Território. Dos Estados citados, dois deles têm a sua folha ainda integralmente paga pela União, entre outros estímulos e apoios que recebem por terem sido transformados após ostentarem a condição de Território.

Portanto, o nosso esforço, o esforço do Tocantins, criado antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna-se ainda mais significativa. Foi um Estado que soube nascer sem criar um banco estadual, sem onerar a União; um Estado que vem crescendo a uma taxa acima da média nacional.

Reporto-me à segunda matéria, publicada pelo jornal **O Globo**, que trata do **ranking** das cidades brasileiras. Infelizmente, o que nela se destaca é a pobreza da grande maioria dos Municípios brasileiros. Mas quero destacar que a mais jovem capital deste País, exatamente a cidade de Palmas, com 13 anos de idade ainda, a menina-moça Palmas, da qual tive o orgulho de ser o primeiro Prefeito, está colocada como a 16^a capital em renda **per capita**, numa posição acima de Salvador, Belém, Fortaleza, Porto Velho, Boa Vista, Maceió, Macapá, Manaus, São Luís, Teresina e Rio Branco.

Palmas, a menos violenta das capitais brasileiras, que tem serviço de esgotamento sanitário de norte a sul dentro do seu perímetro urbano, é uma cidade onde não se dá lote e onde não há invasão. Palmas acaba de receber um lago, vindo da formação e da construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães, com 180 quilômetros de comprimento por nove quilômetros de largura, em média. Quem conhece, como o Senador Lindberg Cury e todos nós, o lago de Brasília,

lia, que tem cerca de 12 a 15 quilômetros de comprimento por um quilômetro e meio a dois de largura, pode imaginar o que são os 80 quilômetros do lago que banha Palmas.

Nós tivemos, agora, a alegria de inaugurar a Ponte da Amizade e da Integração, a Ponte Fernando Henrique Cardoso. É com esse entusiasmo que me refiro a essa cidade, dirigida pela Prefeita Nilmar Gavino Ruiz – que ostenta mais de 80% de aprovação por parte da nossa população –, e chego ao resultado das últimas eleições. E digo isso com humildade e respeito àqueles que foram nossos adversários, pois desde muito cedo o meu pai me ensinou que, na política, é importante vencer obstáculos, transpor dificuldades e conquistar vitórias para a população – essa é a origem do voto –, mas é importante respeitar também aqueles que fazem parte da oposição. Desta vez, quis o povo do Tocantins não só eleger o Governador Marcelo Miranda, jovem de quarenta anos, no primeiro turno, com mais de 60% dos votos, mas também os dois Senadores integrantes da Bancada da União do Tocantins e os oito Deputados Federais da nossa coligação. Digo os oito, porque um integrante do PMDB, que coerentemente deu apoio ao Presidente José Serra e seguiu a decisão da Convenção Nacional, desde o primeiro momento esteve no nosso palanque, apoiando o nosso candidato a Governador, e apoiado pelos nossos Prefeitos.

Não estou aqui fazendo uma demonstração de força ou de patrimônio político. Ao contrário do que diziam aqueles que insistem em se referir ao Governador Siqueira Campos e a mim como uma oligarquia, ele não foi candidato a nada. Alguns periódicos, algumas revistas chegaram a afirmar: “o Senado viverá uma situação inédita no País, pois o Governador Siqueira Campos vai renunciar para ser candidato ao Senado – tem mais de 80% das intenções de voto – e, da mesma forma, o Senador Eduardo Siqueira Campos vai renunciar ao seu mandato – ainda tem quatro anos – para eleger-se na outra vaga, tendo como Suplente sua irmã. Eles formarão a bancada dos Siqueiras. Bela oligarquia!”

Ora, Sr. Presidente, faço, de pronto, uma constatação: se tivesse o meu pai renunciado – tenho que concordar com a matéria –, ele teria sido eleito. Eu o fui, digo novamente, com humildade, com 74,6% dos votos válidos da população do Estado do Tocantins. Tenho a impressão de que o meu pai seria eleito com um índice ainda melhor. Mas ele não se candidatou. A revista que publicou a matéria dizendo que ele renunciaria ainda não se retratou. De qualquer forma, Sr.

Presidente, concordo com o que ela escreveu: ele seria eleito!

Quanto a mim, se tivesse renunciado ao meu mandato e submetido meu nome novamente ao sufrágio popular no meu Estado – mais uma vez, falo com humildade –, estou certo de que teria o apoio da população do Tocantins. Mas ainda tenho quatro anos de mandato, e existem coisas que, embora legais, não são morais. Por nada renunciaria ao meu mandato de Senador, conferido pelo povo do meu Estado com tanto entusiasmo, o mesmo entusiasmo que trago sempre a esta tribuna. Não, Sr. Presidente!

Mas não fui sequer ouvido na matéria. Diziam que eu renunciaria. O tempo passou, e estou aqui, na condição de Senador, por mais quatro anos, pela vontade do povo do meu Estado. Nenhum membro da nossa família foi candidato a cargo eletivo. E Isso foi suficiente para que elegêssemos, pela primeira vez, oito Deputados Federais, dois Senadores, o Governador do Estado. Temos dois terços da Assembléia Legislativa, dezoito dos vinte e quatro Deputados.

Sei que alguns não se conformam com isso, talvez aqueles que não se conformam com a democracia, porque tudo o que trazemos do Tocantins para cá vem por meio do voto.

Por isso, Sr. Presidente, trago essas duas matérias: a da **Folha de S. Paulo**, que destaca a responsabilidade fiscal do nosso Estado; e a matéria que fala sobre Palmas, que trata da qualidade de vida que estamos proporcionando à população da nossa capital, do bem que estamos fazendo para o País, seguindo o exemplo de Juscelino Kubitschek, que pensou em um Brasil maior, não em um Brasil sudeste-litorâneo, mas no nosso Brasil das Tordesilhas, que ainda não foi bem ocupado, racionalmente ocupado.

Alguns pensam, ao contrário da realidade, que as riquezas do Brasil – que pena! – estão tão longe dos grandes centros populacionais. Que erro, Sr. Presidente, essa visão! Essa é a matriz das desigualdades regionais.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho comemorar não o resultado das eleições, mas as conquistas que o povo tocantinense vem obtendo, fruto do nosso trabalho, um trabalho decente, honesto e coerente, que me enche de entusiasmo para integrar o Senado da República, que viverá neste período talvez o momento mais importante da sua história. Estarei neste plenário, Sr. Presidente, com a minha voz veemente de defensor dos ideais do meu Partido e dos ideais do meu povo e de admirador profundo do grande estadista Fernando Henrique Cardoso, mas irei contribuir de forma positiva e clara com o governo que

o povo brasileiro escolheu, irei, em nome da população do Tocantins, emprestar o apoio democrático e respeitoso àquele que nas urnas conseguiu consagrar o seu nome e chegar à Presidência da República.

É assim que vamos agir. É assim que, imagino, nosso Partido vai se comportar. Vamos fazer uma oposição democrática e respeitosa, porque assim quis o povo brasileiro.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, apesar de ver o meu tempo esgotado, gostaria de ouvir o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Eduardo Siqueira Campos, ouvi o seu discurso e li a matéria à qual V. Exª se referiu. Não vi nenhuma outra consideração após a sua publicação. Fico triste por ver que as pessoas julgam, às vezes, com base em suposições. Se V. Exª e o Governador Siqueira Campos, seu pai, têm tido esse apoio total da população, como demonstram as urnas, é porque V. Exªs têm trabalhado duramente. E dou o meu testemunho neste Senado do trabalho diuturno de V. Exª em prol não só do País, mas principalmente de seu Estado. E o reconhecimento do povo existe. Por isso, parablenho não só V. Exª, pelo trabalho e pela vitória, mas parablenho também o povo do Tocantins. Parabéns!

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Colhendo de V. Exª esse depoimento, sem dúvida nenhuma, enriqueço e muito o meu pronunciamento e a minha vida pública.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Ouço V. Exª, Senador Lindberg Cury, nobre representante do Distrito Federal.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Eduardo Siqueira Campos, serei breve, até em razão do tempo. Gostaria de fazer um registro que permite uma reflexão muito grande. Uma Administração que elege o Governador, a Prefeita, dois Senadores e 18 Deputados Estaduais tem um significado no progresso do Estado. Relembro que, pelos idos de 1980, quando empunhávamos aqui a bandeira da representação política para Brasília, que era o tórumo da democracia, percorrendo esses corredores do Congresso à procura do apoio de Deputados e Senadores, por diversas vezes acompanhei o seu pai. Estivemos juntos, testemunhei a sua luta insana para criar o Estado

do Tocantins a partir da divisão de Goiás – o que, na verdade, acabou por trazer progresso para os dois Estados. Graças àquela determinação, àquele objetivo de cumprir um preceito de que Goiás poderia ser dividido e ser criado o Estado de Tocantins, vimos sua luta ser coroada de êxito. Hoje, quando V. Exª contempla a todos nós com essa narração e essa exposição do futuro que promete ter o Estado de Tocantins, sentimo-nos bastante orgulhosos. Inclusive trago um fato histórico que me deixa muito contente: enquanto o Governador Siqueira Campos lutava pelo Estado de Tocantins, eu lutava também pelo direito ao voto em Brasília. Foram duas vitórias, principalmente essa de seu pai. Meus cumprimentos pelo oportuno pronunciamento de V. Exª!

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Quero, Sr. Presidente – antes de encerrar o meu pronunciamento e de ter a alegria de ouvir o meu nobre Líder, Senador Geraldo Melo –, estender uma homenagem àquele Presidente democrata que propiciou à Constituinte a criação do Tocantins. Mais que isso, Sr. Presidente: que ensinou ao Brasil o projeto da Ferrovia Norte – Sul. Refiro-me ao grande brasileiro Presidente José Sarney, que chega a este plenário. Os tocaninenses o reconhecem como um grande apoiador da criação do nosso Estado e como o idealizador da Ferrovia Norte – Sul, que já tem 40 quilômetros dentro do nosso território. Inclusive a ponte sobre o rio Tocantins foi recentemente inaugurada, para alegria do povo tocaninense, em grande parte formado por maranhenses. Todos eles, tocaninenses e maranhenses, admiradores de S. Exª e reconhecedores dos serviços relevantes que prestou não apenas ao Tocantins, mas ao nosso País, principalmente a Ferrovia Norte-Sul. Foi um dos seus grandes sonhos, uma das suas grandes lutas, mas que lhe causou muitas injustiças. Diziam alguns que S. Exª queria ligar nada a lugar nenhum. O “nada” talvez fosse o nosso Tocantins e o “lugar nenhum”, quem sabe, o seu Maranhão. Entretanto, os sonhos e as realizações de S. Exª, que agora se materializam, são as provas maiores de que este Brasil pode e será melhor ocupado.

Ouç o Senador Geraldo Melo, para finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a benevolência de V. Exª.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Gos-taria apenas, Senador Eduardo Siqueira Campos, na

condição de Líder da Bancada que V. Ex^a integra, de dar um testemunho, não a esta Casa, que não precisa disso, pois V. Ex^a aqui está diariamente, demonstrando a sua dedicação ao mandato que recebeu, o seu trabalho, a sua seriedade e, sobretudo, a sua fidelidade permanente ao Estado do Tocantins; quero dar um testemunho ao País e, sobretudo, ao Estado do Tocantins, que tem neste meu grande companheiro, o Senador Eduardo Siqueira Campos, um grande representante nesta Casa. Com a sua juventude, com a sua disposição de luta, com a sua experiência política, apesar da pouca idade, S. Ex^a tem dado aqui demonstrações de que o povo de Tocantins acertou e muito ao mandá-lo para esta Casa como seu representante. Registro também a minha tristeza diante de tentativas de se intrigar ou de se demolir a imagem de pessoas que dedicaram a sua vida, no caso de Tocantins, àquele Estado, àquele povo, à criação de uma realidade que antes não existia. Não só V. Ex^a, como o Governador Siqueira Campos, queiram ou não, identificam-se com a própria história de Tocantins. Assim como não se pode, hoje, separar a grande obra que foi a construção de Brasília da imagem de Juscelino Kubistchek, ninguém vai separar a história, a construção e a consolidação de Tocantins da imagem e da trajetória do Governador Siqueira Campos. De maneira que quero agradecer, de público, a V. Ex^a pela contribuição que tem dado ao nosso Partido, ao Senado Federal e ao nosso País, com o seu trabalho, e peço que seja portador dos meus cumprimentos muito calorosos ao Governador Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e encerro o pronunciamento, agradecendo as palavras generosas do meu Líder que me acolheu e guiou sempre por estes corredores, aprendiz que sou com os demais Pares desta Casa que tenho a honra de integrar, o Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Lindberg Cury por 20 minutos.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve ao tentar transmitir o meu pensamento a respeito de um assunto do momento.

Brasília vive uma situação delicada desde que foi criada, em 1960, pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Planejada para ser uma cidade-administrativa e abrigar 500 mil habitantes, Brasília convive hoje com perto de dois milhões de habi-

tantes residentes no Plano Piloto e em suas cidades-satélites. Os serviços públicos são pressionados por outro contingente de igual tamanho, proveniente das cidades que formam o Entorno do Distrito Federal e que aqui trabalha ou simplesmente utiliza os serviços de saúde e educação.

Ao cumprir a sua vocação de cidade-administrativa, Brasília se vê impedida de investir em um parque industrial que propicie emprego à sua população e impostos ao Tesouro local, recursos esses que poderiam ser investidos no bem-estar de seus moradores. Com isso, limita sua atuação na área comercial. Apesar de ter um comércio forte e diversificado, ele é insuficiente para gerar os recursos necessários para fazer frente aos gastos com os serviços básicos, como hospitais e remédios ao povo mais carente, escolas e professores suficientes para atender à demanda crescente de novos alunos, policiamento eficaz e preparado para garantir a segurança da população e de organismos internacionais aqui sediados, além, é claro, da infra-estrutura básica de asfalto, esgoto e água tratada para a própria comunidade.

Em contrapartida aos serviços prestados pelo governo local, o Governo Federal repassa mensalmente recursos para atender às áreas de segurança, saúde e educação. Garantidos pela Constituição Federal, esses recursos, porém, são insuficientes para atender à demanda crescente. O resultado é que o governo local vive de pires na mão na porta dos Ministérios e no Palácio do Planalto, pedindo mais verbas para conseguir cumprir o seu trabalho constitucional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa situação não pode mais perdurar. Além da humilhação de mendigar os recursos garantidos pela Constituição, o governo local se vê na obrigação de administrar os conflitos causados pela falta de dinheiro para oferecer serviços adequados à comunidade. Em consequência, há filas nas portas de hospitais, corredores lotados de doentes, falta de remédios, policiais insuficientes e aumento da criminalidade, poucos professores e escolas para garantir a educação das crianças em idade escolar. Enfim, é a administração do caos.

Para pôr fim a essa situação humilhante, Sr^{as} e Srs. Senadores, tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, um projeto de lei que cria o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Acredito que até a semana que vem esse projeto será aprovado na Câmara e virá para discussão nesta Casa. O Fundo vem justamente garantir o repasse automático de recursos para a manutenção das áreas de segurança pública, saúde e educação, sem a necessidade de o governo local ter que viver pedindo ao Governo

Federal, todos os meses, o repasse já garantido na Constituição a fim de manter em dia a folha de pagamento do pessoal dessas três áreas.

O Fundo Constitucional, que tem dotação orçamentária de R\$3,3 bilhões para 2003, é fundamental para o bom funcionamento do governo local. Trata-se da autonomia econômica do Distrito Federal, para manter em funcionamento os serviços básicos à população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra de participar, na década de 80, da luta pela representação política de Brasília, como disse há poucos minutos em um aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Realizamos, inclusive, um comício histórico na Associação Comercial do DF, no dia 24 de abril de 1981, com a participação do agora eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vale a pena citar que, naquela ocasião, Lula assumia a presidência do sindicato e criava um novo partido: o Partido dos Trabalhadores.

Fizemos um convite para que ele viesse à tribuna da própria Associação Comercial, ao lado de outras autoridades e presidentes de partidos, e participasse de um pronunciamento no qual Brasília levantava a bandeira da liberdade, da democracia e do direito ao voto. Acompanhavam o líder metalúrgico surgido das greves do ABC figuras emblemáticas da política brasileira, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Leonel Brizola.

Foi um marco histórico na política brasileira. Tivemos que enfrentar a repressão militar. Por diversas vezes, fui intimado a comparecer ao SNI para prestar esclarecimentos sobre o direito ao voto, sobre a representação política de Brasília, que não podia almejar escolher seus próprios dirigentes.

Sabemos que o processo democrático é o mais perfeito. Ele tem suas falhas, evidentemente, mas tenho a convicção absoluta de que, com o correr do tempo, ele vai se aprimorando e Brasília poderá, no devido tempo, escolher adequada e honestamente os seus legítimos representantes.

A nossa luta foi vitoriosa. Garantimos a realização de eleições diretas em todos os níveis no Distrito Federal. Era a conquista da autonomia política. Hoje, a nossa luta é pela autonomia econômica do Distrito Federal. Não estamos pedindo nada demais, apenas queremos garantir o repasse automático dos recursos federais para atender às áreas de educação, segurança pública e saúde do Distrito Federal; e também evitar que os governos locais, sem qualquer coloração partidária, tenham que implorar a liberação desses recursos nas portas dos Ministérios.

É uma questão de dignidade garantida pela Constituição Federal. Essa é a nossa luta, mais do que justa, por sinal. Na época oportuna, espero contar com o apoio dos nossos colegas para a importante decisão de aprovar a verba a ser destinada à saúde, à educação e à segurança.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, após o próximo orador inscrito, realizaremos a Ordem do Dia, com votações nominais. Faço, portanto, o apelo a todos os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para que compareçam ao plenário, pois teremos votação com **quorum** qualificado.

A SRA EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, dentro do que estabelece o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a está inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornêlas, por vinte minutos.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Previdência Social é um dos setores que mais preocupam o País, e, mais uma vez, a reforma da Previdência entra na escala de prioridades anunciadas pelo Presidente eleito.

Com frequência, lê-se nos jornais que os problemas de caixa da Previdência se agravam ano a ano. Considero-me obrigado a colocar um pouco de luz sobre essa matéria, com a qual convivi durante três anos na condição de Ministro de Estado do setor.

Na verdade, o fluxo de caixa e o balanço anual nos oferecem visão inteiramente distorcida e equivocada do regime geral de Previdência Social, ou seja, da previdência básica dos trabalhadores do setor privado brasileiro, administrada pelo INSS.

No ano de 2000, último ano que administrei a Previdência, o déficit financeiro ficou em torno de R\$12,5 bilhões. Há que se considerar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nesses R\$12,5 bilhões estão incluídos R\$8,4 bilhões, que correspondem a renúncias fiscais à conta da Previdência Social, ou seja,

receitas que deixam de ingressar por favores concedidos legalmente.

Lutei muito no Ministério para tentar minimizar essa situação – nesse particular, contei com o apoio do Congresso Nacional -, sobretudo no que diz respeito ao desconto pela filantropia, cuja distorção levou à criação de um vocábulo novo no nosso idioma, a “pilantropia”. Vejam bem, estávamos falando de R\$12,5 bilhões de déficit, dos quais se devem abater R\$8,4 bilhões, que correspondem a esses favores, chamados renúncias fiscais, feitos à conta do seguro do trabalhador brasileiro.

Há um outro ponto que precisa ser considerado: a renda mensal vitalícia. Esse é um benefício de natureza eminentemente assistencial, sem cunho previdenciário, que foi extinto a partir de dezembro de 1995, quando começaram a vigorar os benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social. Esses benefícios representam hoje um custo de R\$1,7 bilhões na conta da Previdência, ou seja, é um benefício assistencial que engorda indevidamente o déficit da Previdência Social.

Preocupado com isso e dando sequência a minha luta de tornar transparente a conta previdenciária, apresentei emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso Nacional para transferir do Fundo Geral do Regime de Previdência Social para o Fundo Nacional de Assistência Social – vejam bem, transferir da conta da Previdência para a conta da Assistência – o recurso gasto com a renda mensal vitalícia. Esse gasto já é realizado pelo Tesouro da União com recursos da Cofins. Não acarretaria, portanto, gasto adicional para o Tesouro. Além disso, daria mais transparência, mais seriedade e mais rigor à conta previdenciária.

Para minha surpresa, a emenda aprovada pelo Congresso foi vetada pelo Presidente da República por recomendação, creio, do Ministério do Planejamento, que considerou que a medida contraria o interesse público, porque a renda mensal vitalícia continua sendo paga pela conta previdenciária.

Ora, o que não queremos – e foi o que o Congresso Nacional decidiu – é exatamente isto: contas indevidas na rubrica da Previdência Social. A própria Lei Orgânica de Assistência Social, ao ser aprovada pelo Congresso em legislatura passada, previu que esse benefício seria transferido para o Fundo Nacional de Assistência Social. Ele não é custeado – repito – pelos recursos da Previdência Social, das contribuições dos trabalhadores ou dos empregadores. Não há, portanto, razão para esse veto, salvo a resistência da burocracia em mudar as regras do Orçamento.

Devo dizer, aliás, que já no Ministério fiz uma exposição de motivos ao Ministério do Planejamento propondo essa mudança. Não entendi o veto, a não ser que o jogo seja manter elevado o déficit da Previdência Social artificialmente, para que se possa usar sempre a Previdência como obstáculo ao aumento do salário mínimo, tese contra a qual sempre me manifestei. A partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 20 e, por consequência, da criação do fator previdenciário, a Previdência Social deixou de ser obstáculo ou embargo ao aumento do salário mínimo.

Leio, por exemplo, no **Informe de Previdência Social**, de janeiro de 2002, um balanço da Previdência em 2001:

Conforme demonstrado no gráfico 3, caso não fossem concedidos aumentos reais para o salário mínimo em 2000 e 2001, o déficit da Previdência Social, pós-reforma, apresentaria tendência decrescente, sendo 0,88% do PIB, em 2000, e 0,84% do PIB, em 2001.

Nesse texto está refletido o efeito fator previdenciário, o efeito da reforma da Previdência. A expectativa de vida tem crescido, e os valores do déficit financeiro em relação ao PIB têm diminuído. O fator previdenciário criou um equilíbrio atuarial com a introdução de critérios atuariais. Isso faz com que cada trabalhador receba como valor de sua aposentadoria ou da pensão, em caso de morte, a média dos benefícios anteriores. Dessa forma, não há razão para o veto.

Por outro lado, a conta que mostra este déficit de 0,88% do PIB em 2000 e 0,84% do PIB em 2001 está viciada pelo efeito do estoque preeistente. Mas, se fizéssemos uma linha de corte em dezembro de 1999 e estabelecêssemos as contas da Previdência somente a partir de 2000, veríamos que inexistiria também déficit atuarial novo na Previdência Social. O déficit existente vem do passado, que não pode ser apagado de uma hora para outra. São compromissos assumidos ao longo do tempo e que têm que ser honrados junto aos aposentados e pensionistas, aos segurados em geral.

Retomo aquela conta. Tínhamos um déficit de R\$12,5 bilhões. Temos que subtrair os R\$8,4 bilhões das renúncias fiscais e R\$1,7 bilhão das rendas mensais vitalícias, que não são benefícios previdenciários, mas assistenciais, como disse. Há que se considerar, ainda, o aumento do salário mínimo, que teve um reflexo da ordem de R\$2 bilhões no ano de 2000. Por conseguinte, o que se observa é que, na prática, não existiria mais déficit financeiro no Regime Geral

de Previdência Social, ou seja, no INSS, se eliminássemos estas duas variáveis exógenas, que precisam ser erradicadas da conta previdenciária: os benefícios essenciais, de um lado, e, de outro, as renúncias fiscais. Todas as vezes que o Parlamento ou o Executivo quiser dar isenções, incentivos, favores fiscais em nome da Previdência, o Tesouro é quem tem que assumir esse subsídio, honrar esse compromisso. O seguro do trabalhador não pode pagar essa conta.

Com relação ao déficit atuarial, devo chamar a atenção para o fato de que o fator previdenciário está no seu terceiro ano de implantação, e ele se completa ao final de um ciclo de cinco anos. Foi essa a regra de transição que o Congresso Nacional estabeleceu ao aprovar a Lei nº 9.876, em novembro de 1999.

Portanto, a tendência do déficit é decrescente, mesmo considerando-se o estoque de benefícios existentes, porque a introdução do fator previdenciário, a introdução do critério atuarial equilibra as contas de cada beneficiário. É como se o segurado passasse a ter uma conta individual virtual na Previdência Social, a exemplo do que existe no Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, sendo que, em relação ao FGTS, a conta não é virtual, é efetiva, é, de fato, uma conta isolada.

Mas quero chamar a atenção para o fato de que as contas públicas brasileiras já não estão mais no Regime Geral de Previdência Social. É preciso, sim, olhar com atenção o Regime de Previdência do Servidor Público – esse é um outro ponto, sobre o qual não gostaria de me referir neste pronunciamento –, porém, é preciso que a sociedade e o Congresso se mobilizem no sentido de rever essas renúncias fiscais previdenciárias, que são feitas à conta do seguro do trabalhador – indevidamente, como disse.

Chamo a atenção para a Emenda Constitucional nº 11, de 2002, de iniciativa do Senador Mauro Miranda e outros Senadores. Apresentei um substitutivo já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa à Proposta de Emenda Constitucional que, estando na pauta do plenário na semana passada, teve sua discussão adiada mediante requerimento. Essa Proposta de Emenda Constitucional busca estabelecer uma elevação do teto de benefícios do INSS.

Mas quando a Emenda Constitucional nº 20 foi promulgada – contemplou-se o Substitutivo Beni Veras, que previa um teto de R\$1.200,00, correspondente, à época, a dez salários mínimos, que é o objetivo da emenda do Senador Mauro Miranda – o salário-mínimo havia sido elevado, em maio, para R\$130,00. Essa defasagem vem se acumulando ao

longo do tempo, e, hoje, o teto corresponde a pouco mais de sete salários mínimos. O substitutivo que apresentei adota o valor em reais equivalente a dez salários mínimos, mas adota outra medida importante que dá uma margem de trabalho muito grande ao Executivo, tendo em vista que desconstitucionaliza o valor do teto, estabelecendo que a lei ordinária o fixará. Isso significa que toda vez que vier a ser corrigido o valor do salário-mínimo – espero, desejo e quero que, a cada ano, ele tenha um aumento real, a fim de dar melhores condições de vida a quem o recebe –, a mesma lei poderá estabelecer um valor de atualização do teto de contribuições para o INSS.

Essa medida traz um benefício importantíssimo para a Previdência Social, um efeito colateral positivo. Ou seja, se consideramos a faixa de renda até R\$1.430,00, que era o que vigorava no mês de maio, quando o parecer foi feito, e o teto de R\$2.000,00, teríamos um acréscimo de arrecadação no INSS de R\$2 bilhões ao ano. Assim, os recursos resultantes da aprovação dessa emenda constitucional poderiam ser uma fonte estável de receita para financiar o aumento do salário mínimo, que agora se deseja da ordem de R\$240,00.

Entendo que essa é uma fonte firme, estável, constante. E por que ela aumenta a receita do INSS? Porque os trabalhadores que ganham entre o teto e R\$2.000,00 passariam a contribuir de imediato e só iriam se beneficiar anos depois, no momento em que se aposentassem.

Chamo a atenção para um outro aspecto que me parece relevante e importante. Sempre ouço dizer, inclusive aqui no Senado – e outro dia tive até que interferir a esse respeito num debate na Comissão de Constituição e Justiça – que o teto do INSS é muito baixo. Vamos esclarecer essa questão. Não é o teto do INSS que é muito baixo; é o trabalhador brasileiro que ganha muito mal. Vejam os senhores: se considerarmos a distribuição da população economicamente ativa com base na PNAD de 1999 e tomarmos a renda da população, veremos que, com um teto de R\$2.000,00, o benefício previdenciário cobriria inteiramente e integralmente o rendimento de nada menos que 95,9% de toda a população economicamente ativa do País.

Se formos mais precisos e usarmos como fonte de análise a GFIP, que é a Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social, ou seja, aqueles que trabalham com carteira assinada no País, o teto de R\$2.000,00 abrange nada menos do que 99,79% dos trabalhadores brasileiros, ou seja, dentre os que trabalham com carteira assinada no Brasil – pasmem

os Senhores! – somente 41.905 pessoas ganham acima de R\$2 mil por mês.

Esse é o dado da realidade que se impõe ser reconhecido por todos.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Juvêncio.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Waldeck Ornelas, o meu aparte é em nome desses 41 mil que ganham acima de R\$2 mil. Não seria justo que essa minoria não tivesse acesso a uma aposentadoria condizente com o seu salário. Entendo que é uma injustiça que se comete com esses trabalhadores deixá-los excluídos desse benefício da aposentadoria condizente com seu salário, pois sua estrutura de vida já está condicionada a essa sua remuneração. No entanto, na hora da aposentadoria, quem ganha mais passa a ser nivelado por baixo. Creio que não é tão justo assim.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Veja V. Ex^a, esse é um outro ponto que precisa ser entendido em relação à questão previdenciária, porque esses que ganham mais só contribuem para a Previdência Social até o valor do teto do INSS. O trabalhador paga 11% até o valor do teto. O empregador paga 20% sobre o valor de toda a folha.

Qual é a solução para esses 41 mil que ganham acima de R\$2 mil? Para eles é que existe o regime de previdência complementar. Eles devem estar ou num fundo de pensão patrocinado pela empresa, para receberem uma complementação, ou comprarem um plano em uma seguradora de previdência privada.

O que não seria justo, Senador Juvêncio da Fonseca, é que o segurado que hoje contribui pelo teto de R\$1,5 mil recebesse do INSS aposentadorias em valores acima da sua efetiva contribuição.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Mas foi a legislação que estabeleceu esse limite. Naturalmente, aqueles que optassem por recolher a mais que o teto teriam esse direito, desde que comprovassem o salário que estão ganhando. Não pode existir essa “camisa-de-força” para evitar que a pessoa ultrapasse o teto e, assim, seja jogada para uma previdência complementar, um plano de saúde. Isso é, em verdade, um sacrifício a mais. A legislação poderia, com a sua sábia feitura, chegar a uma solução social condizente com aqueles que ganham mais que o teto.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Veja V. Ex^a as dificuldades que envolvem a discussão da

questão previdenciária no Brasil. Estou preocupado em defender o interesse dos que ganham menos. V. Ex^a chama atenção para a situação dos que ganham mais.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Mas não significa que eu esteja preocupado apenas com a situação dos que ganham mais. V. Ex^a sabe disso.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Sei que V. Ex^a não está contra os que ganham menos.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Porém é importante que, como legisladores, legislemos para todos, não só para a maioria, como também para a minoria.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Certo.

O conceito regime geral de Previdência Social é exatamente o conceito de uma previdência básica. O que ela quer é que todos os trabalhadores brasileiros tenham uma aposentadoria, recebam um valor que corresponda, a partir de critérios atuariais, à sua contribuição previdenciária. Por isso, a Constituição prevê um regime de previdência complementar.

O regime de previdência complementar também é correto e adequado, e existe exatamente para conferir liberdade às pessoas. Por isso, não é obrigatório. Obrigatório é o regime básico. As pessoas que não estão na Previdência, ao deixarem de trabalhar e ficarem sem renda, têm direito ao benefício assistencial, que é custeado pelo Estado. A política de previdência e assistência social tem que ser vista como contínua. O problema é que no Brasil o regime de Previdência Social está protegendo apenas 40% dos trabalhadores brasileiros, ou seja, 60% das pessoas que trabalham no Brasil não vão se aposentar nunca, porque não têm vínculo com a Previdência Social. Uma parte destes, ao ficarem com uma renda **per capita** familiar inferior a um quarto do salário mínimo, ao completarem 67 anos, irão ter o benefício assistencial; os demais irão ficar dependurados nas costas de seus filhos, se estes tiverem condições de mantê-lo.

Por isso, lancei, quando Ministro, o Programa de Estabilidade Social e criamos na Lei nº 9.876 alguns instrumentos e mecanismos para estimular a filiação dos trabalhadores autônomos.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Waldeck Ornelas, esta Casa reconhece V. Ex^a como um dos melhores Ministros da Previdência, pela sua capacidade, pela sua determinação, pela garra com que administrou a Previdência brasileira. Fiquei muito

feliz com o substitutivo que V. Ex^a apresentou a minha emenda constitucional, que muda também o teto de aposentadoria. V. Ex^a reconheceu a minha autoria nessa emenda constitucional e também define muito bem que seria uma receita extra para financiar, inclusive, o aumento do salário mínimo. Eu gostaria de saber se V. Ex^a discutiu com algum parlamentar do PT – como o Líder nesta Casa, por exemplo – ou, pelo menos, comunicou a alguém essas razões. Eu não consegui motivar o Senador Tião Viana – que estava na Liderança do PT, naquele momento – no sentido de que era importante, para o próximo Governo, viabilizar a aprovação dessa emenda constitucional, de tal forma que se desse um recurso e um alento para a aprovação, o que possibilitaria esse rendimento que V. Ex^a orçou em torno de R\$2 bilhões. É essa a pergunta que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, agradecendo-lhe o substitutivo feito a minha Proposta de Emenda Constitucional, que veio enriquecê-la, ampliá-la, inclusive, remetendo à lei ordinária as novas modificações que porventura ocorram nos próximos salários mínimos.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Senador Mauro Miranda, eu é que agradeço as referências de V. Ex^a. Devo dizer que esses dados são públicos e constam do parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde mostrei esses números e apresentei um parecer quantitativo. Essas informações, repito, estão publicadas, disponíveis, acessíveis a todos, tanto à base do Governo, quanto à Liderança da Oposição. E, certamente, esta Casa haverá de tomar a decisão no momento próprio.

O que considero fundamental, neste pronunciamento, é manifestar o meu protesto e a minha indignação com relação ao veto apostado à emenda aprovada pelo Congresso Nacional na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não vejo clima para o veto ser derrubado, mas faço questão de deixar registrado nos Anais da Casa a minha manifestação, porque essa emenda serviria apenas para limpar, sanear a conta previdenciária.

O outro ponto que espero que seja uma conclusão decorrente deste meu pronunciamento é de que é preciso ter cuidado e atenção para com os meus velhinhos do INSS. O que tem que ser corrigido é a previdência do setor público. No INSS, a reforma já está feita.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Waldeck Ornelas, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, na prorrogação da Hora do Expedi-

ente, concedo a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, à Senadora Emilia Fernandes.

Antes, porém, peço licença a S. Ex^a para fazer um apelo as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que não se encontram no plenário para se dirigirem para cá porque haverá três votações nominais, que exigem **quorum** qualificado. A Presidência solicita o especial obsequio da presença das Sr^{as} e Srs. Senadores no plenário, logo após a palavra da Senadora Emilia Fernandes.

A SRA EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS)

– Sr. Presidente, não há nenhum problema em ser chamada de Deputada ou Senadora, até porque a luta e a participação política são as mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora por todos os títulos.

A SRA EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queremos, nesta comunicação, ressaltar várias atividades de extrema relevância que vêm sendo realizadas nesta Casa por ocasião dos 111 anos do Senado Federal, comemorados no ano de 2002. O Senado promove uma série de eventos, como exposições, seminários e concursos. A programação, que conta com a participação do Instituto Legislativo Brasileiro, está sendo coordenada por uma comissão formada por diretores da Casa. Quero ressaltar o trabalho qualificado desse Instituto e da importância significativa dos eventos que vêm sendo realizados.

Em maio, foi instalada a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), iniciativa que demonstra a preocupação do Senado Brasileiro – o primeiro do mundo a contar com uma universidade – em tornar-se mais transparente e próximo da sociedade.

Para os alunos do ensino fundamental e médio foi criado concurso nacional de redação sobre o papel da instituição na História do Brasil. A Casa concederá premiação permanente, anual, de monografias voltadas aos estudantes universitários, pesquisadores e historiadores, que será institucionalizada como **Prêmio Senado Federal na História do Brasil**. A monografia vencedora será convertida em livro e editada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, a cada ano.

Em junho, a **TV Senado** lançou documentário que apresenta um panorama da participação da Casa na vida política do País, produzido a partir de pesquisa realizada no Arquivo e na Biblioteca do Senado Federal.

Na Internet, está disponível um banco de dados com os Anais do Senado, cobrindo 179 anos de atividades. Dessa forma, todas as pessoas que tenham acesso à Internet podem buscar informações relativas à História do Brasil que motivaram discussões e iniciativas do Senado, desde a Constituição de 1823 até os dias atuais.

Tivemos, em agosto, a exposição **As Constituições na História da República** – mostra de documentos raros e inéditos, fotografias e originais das Constituições brasileiras destacando a participação desta Casa nos grandes momentos da História política da República.

Em dezembro, será lançada campanha que pretende resgatar a memória do Palácio Monroe, sede do Parlamento por 35 anos. Trata-se de um movimento nacional destinado a solicitar a toda a população brasileira informações que ajudem a reconstruir a história do local onde trabalhavam os Senadores antes da mudança da Capital do País do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960. A população está sendo chamada a doar fotos e documentos sobre a história do Palácio Monroe, que passariam a compor o acervo do Museu do Senado.

Queremos ressaltar neste momento, Sr. Presidente, que no próximo dia 19 de novembro, terça-feira, nas dependências da Biblioteca do Senado, a partir das 18 horas, mais uma atividade – que, tenho certeza, será exitosa – estará sendo realizada dentro das comemorações dos 111 anos do Senado. Trata-se da comemoração dos 70 anos do voto feminino no Brasil. O Instituto Legislativo Brasileiro, em parceria com a Bancada feminina do Congresso Nacional, estará realizando um evento intitulado **Os 70 Anos do Voto Feminino**. Será uma exposição de acervo cultural e histórico, composto por fotografias, objetos e documentos sobre os 70 anos do voto feminino no Brasil.

A **TV Senado** também estará lançando um documentário sobre a participação feminina na história desta Casa Legislativa e o papel fundamental da mulher nas esferas de poder. Esse evento será, Sr. Presidente, um importante marco político, porque estaremos reunindo as atuais Parlamentares desta Casa e da Câmara Federal, bem como aquelas que foram eleitas no último pleito e os movimentos de mulheres de todo o Brasil, para resgatar a trajetória de luta e os avanços alcançados pelas mulheres no Legislativo Brasileiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo convidando todos os nobres colegas – Senadoras, Senadores,

Deputadas e Deputados –, organizações não-governamentais, funcionários e funcionárias da Casa para compartilharmos da homenagem dos 111 anos de Senado Federal e dos 70 anos de conquista do direito da mulher de votar e receber votos.

Juntos estaremos pautando e dando visibilidade à participação ativa da mulher no poder e na construção histórica de nossas instituições democráticas, bem como refletindo sobre os avanços que ainda precisam ser garantidos para se assegurar a dignidade da vida da nossa população, principalmente das mulheres, na grande luta pela igualdade.

Era o convite e o registro que gostaríamos de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 206-Bloco/PDT/PPS

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Pompeu de Mattos para integrar, na condição de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Miro Teixeira**, Líder do Bloco PDT/PPS.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência designa o nobre Deputado Pompeu de Mattos para compor, como suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OF. GSLOTA nº 265/2002

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data, desfiliei-me do Partido Progressista Brasileiro – PPB e passarei a integrar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e alta consideração. – Senador **Luiz Otávio**.

OF. GLPMDB nº 175/2002

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data, o Senador Luiz Otávio passará a integrar a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os ofícios lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 532, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 novembro de 2002. – **José Agripino – Geraldo Melo – Renan Calheiros – Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 533, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para a PRS nº 68, DE 2002, advindo da Mensagem nº 292, de 2002 que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$75.000.000.00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a Caixa Econômica Federal – CEF e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor

de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project)”.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2002.

– **Lúcio Alcântara – Carlos Bezerra – Gilberto Mes-trinho – Geraldo Melo – José Agripino – Ney Suas-suna – Bello Parga – Antonio Carlos Júnior – Ro-berto Saturnino – Arlindo Porto – Paulo Souto – Lúdio Coelho – Romero Jucá – Fernando Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os re-querimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, nos termos do art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

Sr^{as} e Srs. Senadores, foram lidos dois requeri-mentos de urgência. Contudo, há sobre a mesa um terceiro requerimento de idêntica natureza. Assim, a exemplo do que foi feito em outras vezes, consulto os Srs. Líderes a respeito de sua concordância ou não com a leitura e posterior deliberação desse terceiro requerimento de urgência.

A matéria objeto do aludido requerimento é o Projeto de Resolução nº 69, de 2002, que *autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União – ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor equivalente a até US\$47,600,000 de principal, destinado a financiar parcialmente o Programa de Água e Saneamento de Goiânia*.

Consulto as lideranças.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelo PMDB, o Senador Ney Suassuna manifesta-se favoravelmente.

A SRA HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, a Oposição manifesta-se favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A oposição, pelo PT, manifesta-se favoravelmente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, o PTB também concorda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PTB manifesta-se favoravelmente.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – A fa-vor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PFL, por intermédio do Senador Waldeck Ornelas, mani-festa-se favoravelmente.

O PDT, representado pelo Senador Jefferson Péres, que está ao meu lado, dá o seu assentimento.

Não sei se deixei de consultar outra representação partidária; todavia, considero a leitura do requerimento aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 534, de 2002

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para a PRS nº69, DE 2002, advindo da Mensagem nº 293, de 2002 que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$47,600,000.00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.”.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2002.

– **Lúcio Alcântara – Romero Jucá – Francelino Pereira – Ney Suassuna – Antonio Carlos Júnior – Paulo Souto – Nabor Júnior – Ricardo Santos – Lindberg Cury – Arlindo Porto – Luiz Pastore – Geraldo Althoff – Luiz Pontes – José Jorge – José Agripino – Geraldo Mello.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, nos termos do art. 340, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 525, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 985, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos

da América), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 67, de 2002, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.074, DE 2002

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 2002.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 2002, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos.), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 em de novembro de 2002. – **Ramez Tebet – Edson Lobão – Mozarildo Cavalcanti – Ronaldo Cunha Lima.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.074, DE 2002

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2002

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$5,000,000.00 cinco milhões de dóla-

res norte-americanos), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos da

Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º As condições financeiras da operação de crédito externo referida no art. 1º são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – valor: até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos);

IV – finalidade: financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União;

V – prazo de desembolso: até 3 (três) anos;

VI – amortização: parcelas semestrais, consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, calculadas com base na quantia de principal desembolsadas pendente de pagamento, vencendo-se a primeira 42 (quarenta e dois) meses após a data de assinatura do Contrato e a última até o dia 10 de setembro de 2002;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), correspondente à taxa para Empréstimos Unimonetários Qualificados apurada durante os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável expressa em termos de percentagem anual, devendo ser pagos nos dias 10 dos meses de março e setembro, a partir de 10 de março de 2003;

VIII – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato;

IX – recursos para inspeção e supervisão gerais: US\$50,000.00 (cinquenta mil dólares norte-america-

nos), desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contado da data de publicação desta Resolução.

Art. 4º As partes envolvidas na operação de crédito de que trata o art. 1º, deverão, preliminarmente às formalizações contratuais, atender às seguintes exigências:

I – cumprimento, pelo Tribunal de Contas da União das seguintes condicionalidades:

a) criação da Unidade Coordenadora do Programa (UCP) e designação do pessoal suficiente para o seu funcionamento;

b) criação de um sistema financeiro e de contabilidade adequado para o registro das transações efetuadas com os recursos do Programa;

II – reconhecimento, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do cumprimento, pelo Tribunal de Contas da União, das condicionalidades a que se refere o inciso I.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 55, DE 2001

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal), tendo

Parecer sob nº 543, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidada-

nia, Relator: Senador Luiz Otávio, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do último dia 6, quando teve sua votação transferida para esta data.

A Mesa insiste na presença dos nobres Pares que se encontram em seus gabinetes, pois daremos início ao processo de votação de proposta de emenda à Constituição. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Os Srs. Líderes podem orientar suas bancadas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Bancada do PMDB recomenda o voto “sim”.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o PDT encaminha o voto “sim”.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, na condição de vice-Líder do Governo, manifesto que, para a Bancada, esta questão está aberta; porém, particularmente, voto “sim”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação.) – O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PT também vota “sim”.

A Mesa continua insistindo para que as Sr^{as}. e os Srs. Senadores venham ao Plenário, a fim de que seja votada Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal.

Comunico também ao Plenário que teremos mais duas votações nominais hoje.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, como autor da proposta, recomendo o voto “sim” aos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está registrada a opinião de V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PTB encaminha o voto “sim”.

A Mesa insiste para que S. Ex^{as} venham ao Plenário, porque a matéria exige **quorum** qualificado. (Pausa.)

A pedido do Senador Mozarildo Cavalcanti, a Mesa informa que ainda teremos mais duas votações nominais.

Senador Romero Jucá, é imprescindível o voto de V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores que não se encontram no plenário, a Mesa continua aguardando a presença de V. Ex^{as}.

Senador José Agripino, estamos votando uma emenda constitucional. Há 51 votantes, e percebo que V. Ex^a não votou. Essa matéria é muito importante, pediria a V. Ex^a que votasse. A orientação da sua Bancada é o voto “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Presidente e aproveito a oportunidade para convidar e convocar os Srs. Senadores do PFL que se encontram nos gabinetes para virem ao plenário, a fim de votar esta PEC e outras, da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o convidado a digitar novamente seu voto, porque o painel está com má vontade com V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também desejo convocar os membros da Bancada, da chamada base do Governo – que ora se despedem dessa função –, para que venham ao plenário o mais rápido possível, para a votação nominal dessa matéria e das próximas duas.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas quero reforçar o apelo de V. Ex^a e do Senador Artur da Távola no sentido de que os Senadores do PSDB e do PTB que não estiverem em plenário compareçam, a fim de participarem da votação nominal de emenda constitucional de grande importância para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a sempre chega na hora importante e certa.

A Mesa faz um último apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes, para que venham ao plenário exercer seu direito de voto.

Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a é o autor da emenda. Está chegando ao plenário o Senador Gilvam Borges, da Bancada do Amapá. O PMDB recomenda o voto “sim”. Seja bem-vindo.

A Mesa comunica que vai encerrar o processo de votação. Se todos os Srs. E as Sras. Senadoras presentes já votaram, vou declarar encerrada o processo de votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a votação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2001 (2º TURNO)

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ESTABELECE LIMITES DE DESPESAS COM O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL)

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 13/11/2002 16:13:06
Data Sessão: 13/11/2002 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 13/11/2002 16:35:28

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PSDB	MT	ANTONIO PAES DE BARROS	SIM	PTB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	SIM				
PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM				
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM				
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	SIM				
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM				
PTB	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM				
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
Bloco-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
Bloco-PT	RS	EMÍLIA FERREIRAS	SIM				
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	SIM				
PFL	MG	FRANCILINO PEREIRA	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PT	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PMDB	MA	JÓÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
Bloco-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
FL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
FL	DF	LINDBERG CURY	SIM				
Bloco-PSDB	MS	LÚCIO COELHO	SIM				
Bloco-PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VIEIRA	SIM				
PMDB	GO	MALURO MIRANDA	SIM				
FL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
	PR	OLIVIR GABARDO	SIM				
PT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
FL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM				
Bloco-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM				
PT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM				
PT	RN	TASSO ROSADO	SIM				
Bloco-PT	AC	THÃO VIANA	SIM				
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM				
	BA	WALDECK ORNELAS	SIM				

Orador: HELIO FERREIRA LIMA

Emissão: 13/11/2002 14:34:00

Votos SIM : 56
Votos NÃO : 00 Total : 57
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

Votaram SIM 56 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Total: 57 votos.

Aprovada no Senado Federal, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a proposta aprovada:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 29-A da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29-A O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos à receita corrente líquida do Município, definida em lei complementar:

I – oito por cento para municípios com população de até cem mil habitantes;

II – sete por cento para municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;

III – seis por cento para municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes;

IV – cinco por cento para municípios com população acima de quinhentos mil habitantes.

Parágrafo único. Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I – efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II – não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixa na Lei Orçamentária”.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 16, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal* (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal), tendo

Parecer favorável, sob nº 886, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 9 de outubro passado.

Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para rapidamente encaminhar não em nome do Governo, mas em meu próprio, como Senador da Amazônia.

Louvo a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti. É extremamente importante para a Amazônia e para o País que as universidades federais tenham recursos para desenvolver a biodiversidade e ampliar a ação de pesquisa, de extensão e de ensino na região.

Entendo ser um esforço do restante do País ao se tirar um pouco dos recursos de outros Estados que, efetivamente, priorizarão a Amazônia de uma forma concreta. Talvez seja esse o melhor caminho: o da universidade, o da educação, o da ciência e o da tecnologia.

Portanto, encaminhamos o voto favorável e pedimos o voto “sim” para essa emenda, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana para encaminhar a votação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, reafirmo o respeito e a admiração ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela autoria dessa matéria legislativa que traduz um elevado espírito público, um sentimento de plena lucidez e de compreensão da importância que tem a Amazônia brasileira no cenário nacional. Na verdade, é impossível existir desenvolvimento humano neste País se não houver investimento na área da ciência e tecnologia.

Trata-se de um projeto de elevado mérito, que traz uma enorme contribuição a um sentimento nacional elevado a favor da Amazônia no desenvolvimento humano e apontando-o como indissociável do desenvolvimento tecnológico.

Parabéns ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela matéria legislativa.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral para encaminhar a votação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é preciso que se diga com todas as letras que talvez esse seja um dos passos mais importantes que o Senador Mozarildo Cavalcanti deu na Legislativa que tanto abrilhanta.

Basta que se veja a redação empregada no texto da emenda para se chegar a essa conclusão. Além disso, está correta a alínea **d** do projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, que reza “0,5% para aplicação pelas instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal”. Portanto, V. Ex^a abrange toda a região, até o Oeste do Maranhão. E conclui: “(...) em programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentável na forma que a lei estabelecer”.

Sabe V. Ex^a que temos sido aqui, todos nós – e eu me permito incluir, com justiça, o Presidente Ramez Tebet –, defensores do desenvolvimento sustentável.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar, mais uma vez, o Senador Mozarildo Cavalcanti e em prestar meu modesto apoio à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Carlos Patrocínio, para encaminhar a votação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto de emenda constitucional é da mais alta importância não apenas para a região Norte, para a Amazônia Legal, mas sobretudo para o País.

Muito se fala em desenvolvimento sustentável, mas não se tem procurado meios para que isso ocorra. O eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, que secretaria esta sessão, teve o discernimento de procurar melhorar os recursos a fim de que as universidades e as escolas federais da Amazônia Legal fossem suplementadas em seus recursos para programas de ensino, extensão e pesquisa, para que, aí sim, haja um verdadeiro diagnóstico do que se pode fazer no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.

É com muita satisfação e com muito prazer que nós, que também contamos com escolas federais, votamos favorável à matéria.

Abrimos um parêntese para fazer um apelo ao Governo Federal para que libere, o mais rápido possível, os recursos para a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins, criada sob os auspícios desta Casa, com a assinatura de todos os Srs. Senadores, que ainda não ocorreu devido aos trâmites burocráticos.

A proposta de emenda constitucional do Senador Mozarildo Cavalcanti é da mais alta importância

para que o Brasil possa, efetivamente, dar o primeiro passo em busca do seu tão falado desenvolvimento auto-sustentável.

O PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Francelino Pereira, para encaminhar.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Casa, nesta hora, está olhando a personalidade do Senador Mozarildo Cavalcanti. Ninguém nesta Casa é mais aplicado, mais coerente, mais consistente, mais dominado pelo sentimento pela sua pátria amazônica do que o Senador Mozarildo Cavalcanti. Sempre presente nesta Casa, nunca ausente no seu Estado e na sua região, busca, diariamente, informações que são trazidas ao conhecimento de todos os brasileiros pelos meios de comunicação desta instituição. S. Ex^a merece, nesta hora, o nosso louvor, o nosso respeito, a nossa admiração e a nossa homenagem à sua titularidade.

Mozarildo Cavalcanti, um abraço para você. Permita-me o tratamento da intimidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a recomendação da Liderança do PMDB é favorável à aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou Relator desta matéria e também da matéria anterior, aprovada pela unanimidade desta Casa. Além de ter relatado favorável à aprovação desta matéria, tenho a acrescentar os cumprimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela idéia, realização e apresentação deste projeto tão importante para a Amazônia e para todas as universidades da Amazônia Legal, incluindo o meu Estado, o Pará.

Esses recursos farão com que o ensino e a pesquisa possam realmente melhorar a qualidade do nosso profissional, fazer com que o nosso Estado e a nossa região projetem-se cada vez mais no plano nacional e internacional, não só por termos a propriedade, eu diria, da floresta amazônica, mas principalmente por seus moradores, que precisam especializar-se, qualificar-se para enfrentar os novos desafios, principalmente os da globalização.

O objetivo maior é alcançar a excelência nas universidades do nosso Estado e da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do PDT, e como professor da Universidade Federal do Amazonas, eu não poderia deixar de trazer aqui o meu apoio a esta proposta de emenda à Constituição do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, que vem em momento oportuno, quando as universidades federais, pelo menos a maioria delas, sofrem tanto com a carência de recursos financeiros e com o desfalque de alguns dos melhores dos seus quadros, a ponto de desmotivar professores e alunos quanto ao futuro dessas instituições. Criar uma fonte permanente e segura de recursos é uma medida que só pode merecer os louvores de todos os representantes dos Estados amazônicos.

Meus parabéns ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Mato Grosso, Estado que faz parte da Amazônia Legal, que tem no seio do seu território a Universidade Federal de Mato Grosso, uma escola técnica federal e duas escolas agrotécnicas, também está agradecendo ao Senador Mozarildo Cavalcanti por esta feliz iniciativa.

Essa é a expressão do agradecimento que Mato Grosso faz ao nosso colega e companheiro Senador Mozarildo Cavalcanti.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao primeiro signatário desta emenda constitucional, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Os Srs. Senadores podem continuar votando a matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer a manifestação unânime de apoio de todos os Senadores que me antecederam a esta emenda, que, conforme disse muito bem um dos oradores, faz bem não só à Amazônia, mas principalmente ao Brasil.

Estamos fazendo uma ação afirmativa em favor do principal objeto da Amazônia, que é a educação. É por meio da educação que poderemos fazer pesquisa, extensão e, com isso, nivelar-nos ao restante do Brasil quanto à tecnologia, à ciência, evitando o aprofundamento permanente das desigualdades regionais.

Termino agradecendo o apoio e pedindo a todos os Senadores que ainda não votaram a emenda que

compareçam para fazê-lo, para que possamos vê-la aprovada hoje, em primeiro turno.

Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive oportunidade de manifestar o meu apoio a esta proposta de emenda constitucional de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti na ocasião em que S. Ex^a ocupou a tribuna desta Casa, durante a Hora do Expediente, para defendê-la.

Quero agora reiterar o meu apoio, por considerar que esta é realmente uma matéria de relevante importância para as instituições universitárias da Amazônia que hoje estão realmente enfrentando uma crise financeira sem precedentes.

Tive a oportunidade de dizer, em aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que a Universidade Federal do Acre já está na iminência de encerrar alguns cursos. Já o fez, por falta de professores, no Município de Cruzeiro do Sul onde há um campus avançado de nossa universidade. Agora, está em dificuldades. Há muitos anos o Governo Federal, por meio do MEC, não autoriza a realização de concurso para admissão de novos professores. As universidades se vêem obrigadas a contratá-los temporariamente para socorrer cursos em situação precária.

Com os recursos provenientes dessa emenda, Senador Mozarildo Cavalcanti – e fazemos votos que seja aprovada não só pelo Senado, mas também pela Câmara dos Deputados, para que possa surtir efeitos –, as universidades vão, evidentemente, cumprir suas reais finalidades. Por essa razão, quero reiterar meu apoio à Emenda Constitucional do Senador Mozarildo Cavalcanti, na certeza de que será aprovada por esta Casa e, na sequência, pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores que ainda não exerceram seu direito de voto queiram fazê-lo. Estamos com 55 votantes.

Alerta-me a Secretaria que haverá ainda mais duas votações nominais. (Pausa).

A Presidência comunica que vai encerrar o processo de votação. (Pausa).

(Procede-se à apuração)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2002

ALTERA O INCISO I DO ART. 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CRIA PERTENCUAL DO IR E IPI PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NA AMAZÔNIA LEGAL)

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **13/11/2002**

Num.Votação: **2**
Hora Sessão: **14:30:00**


Abertura: **13/11/2002 16:36:23**
Encerramento: **13/11/2002 16:53:27**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PTB	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
Bloco-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	SIM
Bloco-PT	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PERES	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PL	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM
Bloco-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	NÃO
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM
Bloco-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
Bloco-PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
-	PR	OLIVIR GABARDO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
Bloco-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PTB	RN	TASSO ROSADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM

Presidente: RAMEZ TEBET

Votos SIM : **55**
Votos NÃO : **02** **Total : 57**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a votação.

Votaram SIM 55 Senadores; e NÃO, 02.

Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

Aprovada.

Aprovada, a matéria constará da Ordem do Dia oportunamente para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

É a seguinte a proposta aprovada:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2002**

Altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º O dispositivo constitucional abaixo enumerado passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159.....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre os produtos industrializados, quarenta a sete e meio por cento, na seguinte forma:

.....
d) cinco décimos por cento para aplicação, pelas Instituições Federais de Ensino superior localizadas na Amazônia Legal, em programas de ensino, pesquisa e extensão, voltados à promoção do desenvolvimento sustentável na forma que a lei .

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2001
(Votação nominal, se não houver emendas)**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que *altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante pro-*

cesso seletivo, tendo Parecer sob nº 236, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia seis, quando teve sua apreciação transferida para esta data.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 535, DE 2002

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação da PEC nº 32/2001, a fim de ser feita na sessão de 28 de novembro de 2002.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2002. –
Tião Viana – Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho contrariamente ao requerimento de adiamento, primeiro, como homenagem ao Senador Sebastião Rocha, do PDT, e, depois, porque entendo que a matéria é extremamente relevante e importante para melhorar o processo seletivo de concurso público no País.

Não entendi o motivo de adiamento do PT; poderíamos votar a matéria. Estamos votando a matéria em segundo turno para, aprovando-a, enviá-la à Câmara dos Deputados. Ela já foi discutida e aprovada no primeiro turno e já houve prazo para emendas. Portanto, não há sentido postergar simplesmente a votação. Inclusive faço um apelo ao Partido dos Trabalhadores para que mantenha sua base unida e vote com o PDT. Estaremos ao lado do Senador Sebastião Rocha nesta votação.

Encaminhamos, pois, contra o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem. Peço licença ao Senador Geraldo Melo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse requerimento foi apresentado de comum acordo com o autor. S. Ex^a sabia que votaríamos contra no mérito e, como havia dúvida a respeito da sua aprovação, sugerimos que se adiasse. Se for para permitir simplesmente que os Senadores façam proselitismo, retiraremos o requerimento e votaremos, sem nenhum problema, mas votaremos contra. Debateremos o mérito, no momento oportuno. O requerimento foi apresentado, porque havia acordo com o autor para adiar. Se S. Ex^a quer votar agora, retiraremos o requerimento, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Gerado Melo. Logo a seguir, ao Senador José Agripino.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, tendo sido retirado o requerimento, não há o que encaminhar. Agradeço.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O requerimento não foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Poderá ser retirado, Senador. Mas S. Ex^a não retirou o requerimento.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o requerimento não foi retirado, eu gostaria de encaminhar favoravelmente, associando a Bancada do PSDB à homenagem proposta pelo Líder do Governo ao Senador Sebastião Rocha. Da mesma maneira que o Senador José Eduardo Dutra antecipa o voto, afirmo que votaremos favoravelmente ao mérito por entender – e, no momento oportuno, daremos as razões – que se trata de um aprimoramento do processo seletivo do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de salientar, em primeiro lugar, que essa matéria está sendo apreciada em segundo turno, pois já o foi em primeiro turno, quando em torno dela muito se debateu. Trata-se de matéria positiva, no entendimento do PFL, pois traz aperfeiçoamento no processo de seleção de servidores públicos por concurso. É uma pontuação séria, lúcida e coerente que merece o nosso apoio e aprovação.

Tendo em vista, portanto, que a matéria já foi discutida, em primeiro turno; que muitos argumentos já foram defendidos, tanto a favor como contra, e que agora se impõe a votação para definição da matéria, o

PFL é contra o requerimento e desde já adianta o seu voto favorável à PEC.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que deveríamos ouvir a palavra do autor da Proposta de Emenda Constitucional, o Senador Sebastião Rocha. S. Ex^a já tem em mente que há uma Bancada importante que deverá votar contrariamente a sua proposta. Portanto, eu gostaria de ouvir o Senador Sebastião Rocha, porque também o PTB, dependendo da sua disposição de continuar a matéria, rejeita o requerimento.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença aos eminentes Senadores Jefferson Péres e Renan Calheiros, que já têm os microfones levantados, para conceder a palavra ao primeiro signatário da matéria, Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira observação é que não estou encontrando nos avulsos o Relatório do Senador José Fogaça, ou melhor, foi modificada a proposta original que apresentei, a qual falava em processo seletivo. O relatório de S. Ex^a modificou e garantiu concurso público, portanto aberto, cuja isonomia praticamente permanece entre os candidatos do meio externo e o candidato servidor público de outra categoria ou nível funcional.

Há uma única diferença com relação à Constituição atual, que fala, aliás, em concurso de provas e títulos. O concurso público hoje não é somente de mérito, de provas, mas de provas e títulos. Então, a mudança feita pelo Senador José Fogaça, que, no meu entendimento, aprimor

ou a proposta de minha iniciativa, foi no sentido de que a experiência no serviço público poderá também ser equiparada a título e pontuada no edital. Ao mesmo tempo em que se garante um ponto para quem possui mestrado ou doutorado, por exemplo, garante-se um ponto para quem tem dez anos de experiência no serviço público. É a única modificação.

O concurso permanece no sentido mais amplo e democrático que a Constituição consolidou e consagrou. Trata-se de concurso público e não de processo seletivo interno. Não é um processo de ascensão fun-

cional interno. Os candidatos servidores públicos disputam as mesmas vagas. Por exemplo, se no Senado surgem cem vagas, estas serão disputadas entre servidores do Senado e de fora. Vinte mil ou trinta mil inscritos estarão disputando as vagas. O servidor do Senado que tenha tantos anos de experiência, no edital poderá ser contemplado com um ponto, de acordo com o edital ou com a decisão do órgão público que for realizar o concurso. Citei o exemplo do Senado Federal, mas pode ser prefeitura, União, Governo Federal ou Estado da Federação. Então, a única diferença é essa. Não se trata de processo seletivo, não se trata de ascensão funcional.

A denominação consagrada pelo texto do Senador José Fogaça é “desenvolvimento funcional”, que prevê a valorização do servidor público, podendo ser contemplado, a exemplo do que ocorre com quem, eventualmente, tenha títulos. A experiência poderia, também, ser equiparada a um título e ser, portanto, computado ponto. O edital poderá dispor, garantindo pontuação aos candidatos do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Sebastião Rocha, as explicações de V. Ex^a são convincentes quanto ao mérito. Eu pediria que, caso queira atender à ponderação do Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a se posicionasse sobre o requerimento de adiamento.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Eu me posiciono. Sr. Presidente. O PT – Partido dos Trabalhadores –, democraticamente, por decisão do seu colegiado, deliberou que deverá votar, ou pelo menos encaminhar a votação, contrariamente a esta PEC, seja hoje, seja daqui a uma semana ou daqui a trinta dias.

Então, é preferível votar, Sr. Presidente. Votar e respeitar a posição democrática do Partido dos Trabalhadores. O Senador Eduardo Suplicy poderá liberar a Bancada. É possível que no Partido dos Trabalhadores alguns Senadores queiram votar favoravelmente. Prefiro que se vote hoje e se decida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Carlos Patrocínio, o primeiro signatário da matéria é favorável a que se rejeite o requerimento e que a matéria seja apreciada hoje.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB encaminha o voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Renan Calheiros, como vota o PMDB?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, que, gentilmente, tinha cedido a sua vez.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votarei a favor do requerimento, pelo adiamento, para não ter de votar contra a matéria. É uma situação incômoda: todos estão a favor da emenda do Senador Sebastião Rocha, que é o Líder do meu Partido, e terei de votar contra S. Ex^a, porque voto até contra o Papa, para ficar de acordo com minha consciência e estou convencido de que, por melhores que sejam as intenções do Senador Sebastião Rocha e do Relator, Senador José Fogaça, isso cria uma via travessa para evitar o concurso público de títulos e provas. Senão, eu não sei ler.

A proposição diz: “(...) a investidura por concurso público, exceto...” Portanto, é uma exceção, que não é por concurso público; é mediante um processo seletivo. Que processo seletivo é esse? É para permitir aquela troca de carreira sem concurso público, é uma burla a uma das maiores conquistas da Constituição de 1988 – pena que o Senador Bernardo Cabral não esteja aqui. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência de que não se pode mudar de carreira, a não ser por concurso público de títulos e provas.

Quando aqui diz: “(...) exceto...”, permite o quê? Permite o processo seletivo mediante provas apenas, Senador José Agripino. Então, estabelece-se, no edital do concurso de títulos apenas, um peso enorme para quem é funcionário da Casa, por exemplo. E esses já estão previamente aprovados. Isso, Senador Geraldo Melo, não é uma burla ao instituto do concurso público?

Que me desculpe meu ilustre Líder, amigo, companheiro, Senador Sebastião Rocha, mas não posso votar a favor dessa proposta! Por isso vou votar a favor do requerimento para não ser obrigado hoje a votar contra. Não posso atender ao apelo que me faz o meu ilustre correligionário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, o requerimento foi rejeitado pela manifestação das Lideranças.

Assim, daremos prosseguimento à apreciação da matéria.

A Presidência lembra que a matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 06, quando teve sua apreciação transferida para esta data.

Transcorre hoje a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposição, de iniciativa do Senador Sebastião Rocha como primeiro signatário, versa modificação que se pretende seja feita no inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir a investidura em cargo público mediante processo seletivo interno para aqueles que já ocupem cargo efetivo ou emprego permanente. Seria alterado o texto constitucional, o qual sempre exige concurso público como requisito necessário à investidura em cargo efetivo, ou emprego público, conforme ressaltou, há pouco, o Senador Jefferson Péres, com cujo entendimento estou de acordo.

A proposição estremece o princípio da impessoalidade, insculpido no **caput** do art. 37 da Constituição Federal, e o do tratamento isonômico perante a lei, conforme dispõe o art. 5º, **caput**, da Lei Maior.

O Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Fogaça, ao propor uma emenda substitutiva, assim se manifestou:

Dentro dessa ótica, entendemos que a ascensão funcional deve ser aquela prevista dentro da carreira, sob pena de se infringir o princípio constitucional da isonomia. Processos internos podem servir apenas para acesso a cargos públicos sem concurso público, em detrimento de pessoas que a eles queiram ter acesso (por concurso público).

Ocorre, todavia, que o substitutivo excepciona o concurso público em termos que pouco alteram o sentido das atuais disposições constitucionais atinentes à matéria. O relator descarta a exigência de concurso público no caso de desenvolvimento funcional, mediante processo seletivo, “desde que o acesso a cargos ou empregos se dê em igualdade de condições com pretendentes originários de outras áreas, ou não-originários do serviço público. Ou seja, há exceção ao concurso público, se o processo seletivo prevê igualdade de condições com candidatos que não integrem a administração pública, o que equivale a tornar esse processo um concurso público “disfarçado”, dando possibilidade de pontuação diferenciada para os concorrentes que já façam parte da Administração Pública.

Melhor seria que o processo seletivo fosse adotado como mecanismo de filtragem prévia para a escolha de servidores para as funções de confiança – conforme prevê o art. 37, V, da Constituição Federal – ou como requisito de promoção na carreira, consoante estabelece o art. 39, § 2º, da Carta Magna. Em nenhuma dessas hipóteses ela está contemplada.

Por essas razões, Sr. Presidente, recomendamos o voto contrário, não obstante todo o respeito ao esforço dos Senadores Sebastião Rocha e José Fogaça. Ouvimos atentamente os argumentos dos servidores que nos procuraram, mas avaliamos de acordo com o que manifestou o Senador Jefferson Péres, que, apesar de colega de Partido do Senador Sebastião Rocha, se tem constituído, nesta Casa, exímio guardião dos princípios mais importantes da Constituição Federal.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Após a manifestação do Senador Sebastião Rocha, concederei a palavra ao Senador José Fogaça.

Senador José Fogaça, parece-me que V. Ex^a havia solicitado a palavra anteriormente e equivoquei-me. Peço-lhe desculpas.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Sim, Excelência; mas para discutir. Também pretendo falar como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, V. Ex^a falará por último. Concorde comigo ou deseje pronunciar-se agora?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Falarei posteriormente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero dizer que respeito plenamente as posições do Senador Jefferson Péres e até mesmo o entendimento do Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy. Aqui é questão de entendimento. Eu seria o último, também, a querer derrubar uma das cláusulas pétreas da Constituição. Não é meu interesse ferir a Constituição brasileira nem modificá-la para criar facilidades ou determinados mecanismos de atalho, como foi dito aqui, para o concurso público. Na verdade, Sr. Presidente, quando o Relator assegurou a igualdade na disputa pelos cargos entre os originários do serviço público e os não originários – os não originários do serviço público são o povo em geral –, então, abriu-se a possibilidade a qualquer pessoa de

disputar, de igual para igual, o cargo que esteja vago no serviço público. Não me parece que aqui, de nenhuma forma, se mutile a Constituição Federal, nesse nível que está sendo interpretado, mesmo que tenhamos que respeitar o ponto de vista, o entendimento de cada Senador. Na verdade, busca-se corrigir uma profunda injustiça que ocorre hoje no serviço público, sem querer criar privilégios. Não há qualquer privilégio. A proposta de alteração na Constituição não prevê nem pretende estabelecer privilégio algum. Antes, garante igualdade de condições entre os oriundos do serviço público e os de fora do serviço público, com a diferença de que a experiência no serviço público pode significar a computação de pontuação, a exemplo do que já acontece com títulos.

É bom lembrar, mais uma vez, que o concurso público é de provas e títulos e não apenas de provas. Então, vamos acabar também com a titulação porque ela também é um privilégio, um diferencial na hora do concurso público. Nos moldes de hoje, o concurso público não é tão isonômico, não é tão igual como se pretende dizer que é, porque garante o privilégio para quem tem títulos, diante daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar e conseguir um título, muitas vezes por problema do acesso a uma educação de boa qualidade e não por falta de vontade do candidato de ter conquistado o título. Eu mesmo gostaria de ter um título de doutor, mas não foi possível. Fiz somente o curso de medicina e não pude fazer mestrado ou doutorado na época.

Sr. Presidente, da mesma maneira que se quer interpretar como privilégio a experiência no serviço público, tem-se que interpretar e entender o título também como concurso público. O que queremos fazer é tornar igual a experiência ao título. Está aí o Lula. Que títulos têm o Lula? É certo que se trata de um outro processo, o eleitoral, mas muitas vezes se tentou dizer que o Lula não tem experiência para governar o País; o Lula não é doutor. Então, como é que pode governar o Brasil? Mas o Lula tem a experiência que trouxe do berço, a que ele levou de Pernambuco para São Paulo, com a sua família, e a experiência de convivência no sindicato e, depois, na política, no partido político aprimorando-se. Hoje, sem dúvida alguma, o Lula tem perfil de um dos maiores estadistas do mundo, não apenas do Brasil. O perfil de Luiz Inácio Lula da Silva se equivale ao dos maiores estadistas do mundo. E onde ele adquiriu esse perfil? No dia-a-dia, em sua experiência de vida. É isso que desejamos para o servidor público. Não tive a oportunidade de fazer doutorado nem mestrado. Tudo bem. Na área de pesquisa não posso ser equiparado a um

doutor, mas na área prática da Medicina, sei tanto quanto quem tem mestrado ou doutorado, pela experiência de dez, quinze anos. É o que pretendemos garantir: que a experiência também possa ser valorizada. E depende do gestor público. Se não quiser assegurar diferenciação nenhuma, não garante valorização por meio da experiência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Sebastião Rocha?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, terei imenso prazer, em havendo oportunidade, de conceder novamente o aparte a V. Ex^a, mas estamos em processo de encaminhamento de votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – De discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Estamos encaminhando a votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Pedi a palavra para discutir; o Senador José Fogaça também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – S. Ex^a falará. Mas já havia encerrado a discussão.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Tudo bem, Sr. Presidente. Foi um mal-entendido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. O importante é que V. Ex^a exponha seu ponto de vista.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Concluo, Sr. Presidente, pedindo o voto favorável à Proposta de Emenda Constitucional, garantindo, no princípio da justiça, a quem tem experiência a mesma possibilidade de quem tem um título. É apenas isso o que busca a emenda constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Senador Geraldo Melo. Logo a seguir, falará o ilustre Relator da matéria, Senador José Fogaça.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de ouvir a opinião abalizada do Relator, um homem da envergadura do Senador José Fogaça, mesmo que eu tivesse que falar em seguida, somente no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Melo, como Líder, V. Ex^a terá oportunidade inclusive de orientar a sua Bancada.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Portanto, aguardarei a manifestação do Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, o Senador José Fogaça pediu para ser o último orador. Então, perguntarei a S. Ex^a se deseja ceder o lugar, para ser o último, ou se deseja falar.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Sr. Presidente, não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a é Relator e fala na hora que quer.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Sr. Presidente, não é uma estratégia de votação, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a deseja falar agora?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Posso falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há um **parti pris** de minha parte. Trata-se de uma emenda constitucional, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que veio com outro texto. Infelizmente, o meu parecer e o relatório não estão entre os Avulsos, de modo que falarei meio de memória.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, a Mesa enviará a V. Ex^a o processado, caso queira fazer uso dele, pedindo escusas por não constar em sua mesa o material que deveria constar.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Muito obrigado. V. Ex^a dá uma grande contribuição.

O Senador Sebastião Rocha apresentou uma emenda constitucional, creio que pensando na injustiça que se faz a servidores públicos com longa experiência, com a qualificação que resulta do contato diário e permanente com problemas do setor público, tendo vivência de uma área específica da atividade funcional, pois estão completamente despojados, desprovidos de vantagem desse serviço prestado no momento em que prestam um concurso público de provas e títulos. Porque as pessoas que tenham saído de uma universidade e feito alguns cursos de qualificação em nível superior, de graduação e pós-graduação, mestrado, doutorado, PHD, seja o que for, evidentemente, ganham também o direito de ingressar na carreira ou de ocupar o cargo e a função pública que escolheram, mediante concurso público. A ques-

tão é que o concurso público é imprescindível e será mantido.

A pergunta que fica é a seguinte: Uma experiência de 10, 15, 20 anos numa determinada área, num determinado setor, não vale nada? Mas que estímulo tem o servidor que trabalha se ele é como um prisioneiro da função que exerce? Há uma escotilha em cima de sua cabeça que não lhe permite sair para cima, só para baixo ou para os lados. É evidente que seria injusto, também, se esse servidor fizesse um concurso somente no âmbito da repartição pública, um concurso fechado, só de processo de desenvolvimento funcional, em que ele, servidor, tivesse como concorrente seus próprios pares. E o cidadão em geral não tivesse nenhum direito, nenhum acesso.

Portanto, o que estamos fazendo é mediar e estabelecer uma certa mescla entre as duas vantagens. A primeira, de manter o concurso público e aberto a todo e qualquer cidadão qualificado para tanto. O concurso público está mantido. E, em segundo lugar, fazer com que, também, a experiência, a longa atividade em uma determinada área, a qualificação obtida pelo contato diário, pela vivência dos problemas possam valer para alguma coisa.

Por exemplo, um concurso para técnico em preservação florestal – não sei se é exatamente esse o nome oficial do cargo –, um guarda florestal que tenha 10, 20, 30 anos, ao tentar ascender na carreira, ele que trabalhou, muitas vezes isolado, longe, sem ter acesso a cursos que são dados nas regiões urbanas, sem ter acesso à formação, qualificação e graduação em níveis superiores, fica como uma espécie de condenado eterno a uma limitação funcional.

Com isso, abre-se essa possibilidade, desde que haja igualdade de condições em relação a qualquer cidadão – a qualquer cidadão porque em relação a outros servidores de outras áreas ou a quem quer que seja não originário do serviço público. É o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente mediante processo seletivo, desde que o acesso a cargos ou empregos de nível retributivo ou de hierarquia superior, se para subir na carreira, dê-se em igualdade de condições com pretendentes originários de outras áreas ou não originários do serviço público.

Portanto, ao se tratar de desenvolvimento funcional, não pode valer o argumento de que um motorista pode se tornar advogado, porque isso não é desenvolvimento funcional. O desenvolvimento funcional é quando um auxiliar de enfermagem com 20 anos de experiência quer se tornar enfermeiro de nível superior. E essa sua experiência não vale nada? Ele está condenado à escotilha do porão do navio? Não pode ascender? Não pode trazer, como elemento positivo, como elemento de vantagem na disputa que ele terá,

esse conhecimento? Alguém dirá: “Mas o cidadão que não é servidor público, que nunca trabalhou nessa atividade, não tem essa vantagem”. Claro que não tem! É para isso que se está fazendo esta proposta, porque quem trabalha, quem conhece, quem tem experiência, obviamente, precisa, em certa medida – na medida do bom senso –, que seja reconhecida, valorizada e dimensionada sua prestação de serviços ao longo do tempo.

Como se trata de uma emenda constitucional, está sendo mudado o conceito. Obviamente que dependerá de legislação infraconstitucional, de lei regulatória para estabelecer as regras mais explícitas e específicas do jogo. Portanto, tem que haver também uma lei ordinária ou complementar para estabelecer a forma e as condições. Não poderá alguém que fez concurso para porteiro do Tribunal de Justiça valer-se dessa experiência para ser juiz de Direito. Isso não é desenvolvimento funcional, não é ascensão nem aperfeiçoamento qualificativo do servidor, mas tentativa de usurpação.

No entanto, há carreiras, situações e atividades do setor público em que as diversas instâncias de experiências estão obtusamente divididas de maneira incomunicável entre os cargos. Quem é técnico de nível secundário não pode, jamais, chegar ao cargo de nível superior, mesmo que tenha estudado, que tenha feito cursos para se aperfeiçoar. Ou então, em função muitas vezes da necessidade de trabalhar, de dedicar-se àquela causa, de dedicar-se àquele serviço, prestar exatamente serviço naquela área, granjear grande conhecimento e experiência, por isso, talvez, ele não tenha podido fazer os cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, enfim, cursos que levam os de fora a ter vantagens.

Portanto não estamos eliminando o princípio constitucional da igualdade entre a cidadania. Esta é a questão fundamental: a cidadania tem seus direitos preservados. Nenhum cidadão brasileiro poderá ser excluído de um concurso público dessa natureza. Todos poderão participar.

Estamos falando de quem tem experiência, de quem trabalhou no desenvolvimento funcional, portanto, o cargo tem que ter afinidade, tem que ser base de formação e de qualificação para a pretensão dele. Não pode haver uma desconexão total entre as atividades, senão não é desenvolvimento funcional, mas isso a lei terá que dizer depois.

Alguns podem dizer que não sabem como será a lei. Bem, na verdade, não há como se fazer uma lei e depois alterar a Constituição. Só existe um caminho: primeiro, muda-se o conceito, a norma constitucional e, depois, se faz a lei. Assim como a Casa Legislativa que integramos hoje sabe fazer isso, a próxima tam-

bém o saberá e, por certo, o saberá muito melhor, porque não terá entre os seus integrantes este Senador.

Não tenho dúvida alguma de que isso é justo, equânime e que preserva, absolutamente, o princípio da igualdade de direitos da Constituição, mas tenta superar, de uma vez por todas, a enorme injustiça de que a experiência de um servidor em determinada área, função ou atividade, não valha nada, como hoje, de fato, não vale, transformando-se em verdadeira condenação eterna. Um auxiliar de enfermagem não pode se transformar em enfermeiro, a não ser que venha a fazer o que os outros podem fazer: obter títulos, às vezes, até no exterior. Um cidadão que trabalha, que funciona e que tem atividade, sabe muito bem que sua experiência deverá valer algo. Evidentemente, não será isso que vai lhe determinar ser o vencedor do concurso – obviamente que não. Se ele tem experiência, mas manteve-se um ignorante e não consegue ombrear-se com os outros em questão de provas e títulos, ele não pode obter o cargo. Ele só poderá obtê-lo, no caso de ombrear-se com os outros, na questão do conhecimento e dos títulos. Portanto, está assegurada igualdade de condições em relação aos demais.

Quem não olhar para isso não estará olhando para a essência dessa mudança.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bem que valeu a pena esperar o pronunciamento do Senador José Fogaça. O que foi dito aqui é que essa é uma iniciativa que, pura e simplesmente, violava um princípio que é, realmente, uma conquista da sociedade brasileira: a exigência do concurso público.

Evidentemente, seria desnecessário dizer o quanto somos favoráveis ao concurso público e devemos fazer tudo pela sua preservação. Precisamos reconhecer que o concurso público está longe de ser um instrumento perfeito. A meu ver, ele é muito importante por duas razões: para assegurar ao cidadão igualdade de oportunidades e também para oferecer ao serviço público maior possibilidade de fazer uma seleção dos melhores para os seus quadros, já que o serviço público não pode ter aquela flexibilidade que as instituições privadas têm de escolher uma pessoa, por saber que ela é competente e ponto final. Ela quer a mais competente, embora a menos vestida de títulos e de lauréis. No serviço público, isso não é possível, e o concurso é uma forma de seleção que, na realidade, separa os melhores dos piores. Quando se defende o concurso público, ao mesmo tempo, de certa

forma defende-se que, sem retirar direitos de ninguém, tem o Poder Público o direito de escolher entre iguais aqueles que considera melhores. Na realidade o concurso é, em si, um instrumento utilizado pelo Estado para estabelecer diferenças entre os cidadãos, isto é, quem, em um concurso de provas, faz a melhor será escolhido porque foi mais capaz do que o que fez a pior prova, mesmo sendo ambos cidadãos com os mesmos direitos.

O que estabeleceu diferenças entre eles? Foi precisamente o concurso.

O concurso é uma maneira perfeita de se estabelecer essas diferenças? Não. E por isso vejo na iniciativa que estamos discutindo uma tentativa de resolver certas incongruências do processo que todos queremos defender, como claramente disse o nosso Senador José Fogaça, Relator da matéria.

Ninguém está aqui defendendo que um engenheiro faça um concurso para servente – e aí ele leva vantagem sobre todos os outros ignorantes ou despreparados que desejariam ser serventes – e, depois de nomeado, por ter alcançado aprovação no concurso, venha exigir a ascensão para uma outra carreira ou função.

Seria escandaloso que se permitisse que alguém fizesse concurso para servente e arrastasse do bolso um título de bacharel ou engenheiro e exigisse o seu enquadramento como advogado ou engenheiro, função para a qual não fez o concurso.

Mas a expressão usada aqui é “desenvolvimento funcional”. Eu acredito que o mandamento que se quer inserir na Constituição é a admissibilidade de ascensão dentro da função. E vai caber ao legislador infraconstitucional definir, ao regulamentar na legislação própria aquilo que se está introduzindo na Constituição, limites e procedimentos que impeçam a violação que todos tememos.

Não pode ser a alegação de que alguém tenha 10 anos de serviço realizando trabalhos de servente que o habilite a ser consultor legislativo no Senado Federal. O mínimo de bom-senso, que tenho certeza, haverá no Congresso Nacional, exigirá que no momento oportuno, ao se regulamentar esse dispositivo, sejam estabelecidos limites claros.

Não esqueçamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nós estamos também introduzindo no Brasil determinadas deformações que são caricaturais. Tamanho é o nosso apreço aos papéis, aos títulos, aos carimbos, aos registros, às firmas reconhecidas que hoje, por exemplo, ninguém vai poder ser professor titular de em uma universidade se não tiver mestrado ou doutorado. Eu fico pensando se, de repente, Sr. Presidente, houvesse um milagre e Clóvis Beviláqua ressuscitasse, ou Osvaldo Cruz, ou Rui Barbosa, ou Seabra Fagundes, ou Pontes de Miranda. Nenhum deles,

apesar de terem sido formadores do conhecimento jurídico no Brasil, ou de serem luminas da medicina no Brasil, poderia ser professor em uma universidade brasileira, tem o mestrado.

Então, estamos chegando a um ponto em que é preciso retirar pruridos excessivos que, algumas vezes, leva o serviço público a fazer concursos lindos, perfeitos, inatacáveis e, no fim, fica com os menos bons, porque os menos bons tinham os melhores títulos. O que se está fazendo aqui é apenas admitir que, dentro da função, o tempo de serviço seja considerado um título. Nada mais do que isso! Por isso que, embora sem considerar que isso seja questão fechada no Partido, eu votarei a favor do projeto e recomendaréi ao meu Partido que vote a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, aqui, não votaremos as intenções nem as intervenções do Plenário. Votaremos um texto proposto para fazer parte da nossa Constituição.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votei a favor do texto do Senador José Fogaça, por entender, naquela ocasião, que esta era uma das emendas constitucionais que modificam a Constituição, mas que, na verdade, deixam tudo como está. Assim, acabamos votando a favor dessas matérias em função do autor. Entretanto, analisando-a com mais cuidado, vi que não era bem assim. Esta não é uma emenda constitucional que simplesmente privilegia uma boa intenção.

Com todo respeito ao Senador Sebastião Rocha, a comparação que S. Ex^a fez em relação ao processo eleitoral é absolutamente descabida em relação ao que estamos discutindo aqui.

Hoje, um auxiliar de enfermagem pode transformar-se em enfermeiro, desde que faça o concurso para o cargo de enfermeiro.

O que estamos votando aqui? Um texto que abre uma exceção para o concurso público. Não entrarei no mérito da discussão sobre se as formas como são feitos os concursos hoje são as melhores, pois essa é uma outra discussão. Aqui, há, sim, uma exceção em relação ao concurso público. O que é mais grave é que foi dito que a lei regulamentará esse novo conceito de desenvolvimento funcional. Entretanto, o texto, em nenhum momento, fala isso. “A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego na forma prevista em lei.” Ou seja, a lei a que se refere aqui é concurso público de provas ou de provas e títulos. Quando vem a ex-

cação, não se faz menção a lei, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr. Relator. A exceção é “desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente mediante processo seletivo”.

Na verdade, a interpretação que se pode dar a essa “igualdade de condições” é simplesmente permitir que uma pessoa de fora do serviço público venha a concorrer a essa vaga prevista no desenvolvimento funcional. E nada mais, porque, já que não há lei, o órgão estabelecerá as regras desse desenvolvimento funcional, o que, na prática, poderá estabelecer essa reserva de mercado para aqueles que já são funcionários dessa instituição ou desse órgão.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, com todo respeito às boas intenções, com todo respeito aos pronunciamentos, o que está sendo proposto para ser votado, inserido na Constituição, não é o que foi dito aqui como sendo a possibilidade de um reconhecimento do trabalho dos servidores públicos. Está-se abrindo uma brecha perigosíssima, para, na verdade, voltarmos à situação de “concursos” apenas para aqueles que já estão no serviço público.

Portanto, a nossa posição é contrária, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que não haverá número para a votação. Assim que os Srs. Senadores terminarem, vou considerar encerrada a votação.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Pela ordem.) – Apenas desejo dar uma informação à Casa para refrescar a memória de todos. Esta matéria está sendo votada em segundo turno. Foi votada pela primeira vez no dia 10 de abril de 2002. Na ocasião, estavam presentes 62 Srs. Senadores. A aprovação foi por unanimidade, sem ao menos uma abstenção.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar o encerramento da votação, para que a matéria constasse da pauta da próxima semana, já que não contamos com a presença de 49 Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou declarar encerrado o processo de votação.

(Procede-se à apuração)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2001 (2º TURNO)

ALTERA O INCISO II DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR O DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DE OCUPANTE DE CARGO EFETIVO OU EMPREGO PERMANENTE, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO.

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 3 Abertura: 13/11/2002 17:07:28
Data Sessão: 13/11/2002 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 13/11/2002 17:45:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	AMIR LINDO	ABST.				
Bloco-PSDB	MT	ANTONIO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM				
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM				
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	ABST.				
PFL	MA	BELLO PARGA	ABST.				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	ABST.				
PTB	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM				
PTB	PE	CARLOS WILSON	NÃO				
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO				
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	NÃO				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PERES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	SIM				
Bloco-PT	SE	JOSE EDUARDO DUTRA	NÃO				
Bloco-PFS	RS	JOSE FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSE JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM				
Bloco-PFB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	NÃO				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	ABST.				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				
Bloco-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM				
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM				
PTB	RN	TASSO ROSADO	SIM				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	ABST.				
PTB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM				

Presidente: RAMEZ TEBET

Votos SIM: 28
Votos NÃO: 14 Total: 48
Votos ABST.: 06

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O processo de votação está encerrado, porque não há **quorum**. No resultado, está apurado: 48 Srs. Senadores votaram.

A matéria constará da Ordem do Dia do próximo dia 20, quarta-feira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não criarei confusão, porque não pretendo simplesmente ver rejeitada uma emenda por ser essa a minha posição. Mas esse fato nunca aconteceu. No painel, havia **quorum** de presença. Não solicitamos que a votação fosse iniciada, pois ainda estávamos em processo de encaminhamento de votação. Esta situação pode gerar problemas futuramente.

Quando fizemos acordo com o autor da proposição, que temia que sua emenda fosse rejeitada – já que afirmávamos posição contrária e o **quorum** estava baixo –, propusemos, então, que a votação fosse adiada e apresentamos requerimento. Em meio à discussão do requerimento, optou-se pela votação e rejeitou-se o requerimento.

No caso de hoje, todavia, abriu-se a votação. Os Srs. Senadores estavam chegando para votar e o processo foi interrompido, porque, senão, o **quorum** cairia, uma vez que só alcançaria 48.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Excelência, não interrompi o processo de votação; encerrei-o, e o fiz na melhor das intenções. Acompanhei atentamente o debate, não deu número, então encerrei o processo de votação. Foi isso o que aconteceu.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a impressão que tenho é a de que o Plenário estava dominado por um sentimento de cansaço, e talvez a Mesa também. Estávamos aqui conversando, nós, os compadres Francelino Pereira e José Alencar, e de um momento para outro, cortou-se a votação, quando estávamos esperando para votar. De maneira que, a meu ver, aconteceu al-

guma coisa, e eu gostaria que a Mesa explicasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Francelino Pereira, falemos a verdade: aqui temos que jogar aberto. V. Ex^a compreende minha boa intenção. O que acontece é o seguinte: de vez em quando, não se abriu ainda para discussão, e todos ficam discutindo. No caso, estava o processo de votação aberto, e todos votavam. Essa é que é a verdade; o que houve foi isso. O painel registra até o horário: por muito tempo os Senadores ficaram votando; foi isso o que aconteceu. Não há nenhuma má-fé da Mesa nem de ninguém. Claro que a matéria começou a se tornar controversa, e todos a discutiam.

O procedimento que adotarei de outra vez é não permitir pressa na hora da votação. Enquanto a Mesa não declarar aberta a votação, não permitiremos que se vote. Assim ficará melhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, em momento algum, insinuei que tivesse havido má-fé por parte da Mesa, mas o processo foi meio inusitado, o que acabou provocando esta situação de agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas sem prejuízo de ninguém, de qualquer forma.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Claro.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – V. Ex^a me permite usar da palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo justificar que realmente esperava que a matéria ainda estivesse em discussão ou pelo menos em encaminhamento de votação, porque confesso que não ouvi o encerramento desta matéria.

Com a chegada do meu compadre, o eminente Senador Francelino Pereira, aproveitei para trocar idéias com S. Ex^a. E não ouvi, sinceramente, que havia sido encerrada a votação desta matéria, que certamente não teria deixado de votar. Faço apenas este registro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Ata registra a posição de V. Ex^a e também registra a posição dos eminentes Senadores Francelino Pereira e Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 5:**

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2000
(Votação nominal, se não houver emendas)**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia seis, quando teve sua apreciação transferida para esta data.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, das propostas e das emendas, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Esclareço que há um requerimento, nos termos do art. 279, III, do Regimento Interno, requerendo o adiamento da votação desta proposta de emenda à Constituição para o dia 20 de novembro do corrente ano.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 536, DE 2002

Nos termos do art. 279, inciso III do Regimento Interno, requero adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2002 a fim de ser feita na sessão de 20-11-02.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2002. – **Geraldo Althoff.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A discussão da matéria fica adiada, para o próximo dia 20, quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 6:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2002**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão, em conjunto, a proposta e as emendas, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 140, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2002 (nº 1.212/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação a Voz do Povo de Deus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 648, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Gerson Camata.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 140, DE 2002**

(Nº 1.212/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação A Voz do Povo A Voz de Deus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 546, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Voz do Povo A Voz de Deus a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2002 (nº 1.224/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Comunidade Unida de Jacuacanga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro*, tendo.

Parecer favorável, sob nº 649, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2002**

(Nº 1.224/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Comunidade Unida de Jacuacanga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 628, de 5 de outubro de 2000, que autoriza a Comunidade Unida de Jacuacanga a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 9:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 148, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2002 (nº 1.226/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores de Mandaguari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 650, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 148, DE 2002**

(Nº 1.226/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a associação de Amigos Moradores de Mandaguari a executar serviço de radiodifusão co-

munitária na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 626, de 5 de outubro de 2000, que autoriza a Associação de Amigos Moradores de Mandaguari a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 10:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 153, DE 2002**

(Nº 1.257/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Aurilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurilândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 744, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Aurilândia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurilândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 11:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal*, tendo

Pareceres sob nºs 974 e 975, de 2002, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad doc.* Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão Diretora, Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, com a Emenda nº 3-CDir, que apresenta.

Durante o prazo regimental de cinco dias, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão, em conjunto, do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 537, DE 2002

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 10 do Projeto de Resolução nº 6, de 2001.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2002. – **Mozarildo Cavalcanti.**

REQUERIMENTO Nº 538, DE 2002

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do dispositivo constante da Emenda nº 3-CDIR, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2001: “Art. 10. São revogados os arts. 242 a 247 e 637 a 643 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), os arts. 169 a 172 também do Regulamento Administrativo, com a redação dada pela Resolução nº 9, de 29 de janeiro de 1997, e o art. 30 da Resolução nº 9, de 1997.”

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2002. – **Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São dois os requerimentos de destaque. Vamos votar um por vez.

Em votação o requerimento de destaque para votação em separado do art. 10 do Projeto de Resolução nº 6. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao segundo requerimento.

Votação do requerimento de destaque para votação em separado do dispositivo constante da Emenda nº 3-CDIR ao Projeto de Resolução nº 6, de 2001. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os dispositivos destacados serão votados oportunamente.

Em votação o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o projeto, sem prejuízo das emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votação, em separado, do art. 10, destacado, do Projeto de Resolução nº 6, de 2001.

A Presidência esclarece ao Plenário que a rejeição do artigo destacado implica a sua supressão do texto final do projeto.

Com a palavra o Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a rejeição do art. 10, do Projeto de Resolução nº 6, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Rejeitado.

O art. 10. será suprimido do texto final do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2, da CCJ, e nº 3, da Comissão Diretora, ressalvado o destaque. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Em votação o dispositivo constante da Emenda nº 3, da Comissão Diretora, destacado:

Art. 10: São revogados os arts. 242 a 247 e 637 a 643 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), os arts. 169 a 172, também do Regulamento Administrativo, com a redação dada pela Resolução nº 9, de 29 de janeiro de 1977, e o art. 30 da Resolução nº 9 de 1997.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, encaminho, solicitando que seja rejeitado o dispositivo destacado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o rejeitam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado o dispositivo destacado.

A Presidência esclarece ao Plenário que a rejeição do dispositivo destacado implica a sua supressão do texto final do projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1-CCJ

Renumerem-se os incisos VI, VII e VIII do parágrafo único do art. 169 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, na redação dada pelo art. 1º do PRS nº 6, de 2001, como incisos V, VI e VII, respectivamente.

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 10 do PRS nº 6, de 2001, a seguinte redação:

Art. 10. É revogada a Seção II, Da Subsecretaria de Arquivo, do Capítulo I, Das disposições especiais, do Título Das disposições especiais, gerais e transitórias, do Regimento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972).

EMENDA Nº 3-CDIR

Dê-se aos arts. 8º e 10º do Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2001, a seguinte redação:

Art. 8º É a Comissão Diretora autorizada a consolidar, mediante ato a se expedido no prazo de 90 (noventa) dias, o Regulamento Administrativo do Senado Federal com as alterações decorrentes da Resolução nº 9, de 1997, e das Resoluções posteriores a ela, inclusive esta, assim como dos Atos da Comissão Diretora editados para cumprir o disposto no art. 16 da Resolução nº 9, de 1997.

É o seguinte o art. 10, rejeitado:

Art. 10. São revogados os arts. 242 a 247 e 637 a 643 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), e os arts. 169 a 172 da Resolução nº 9, de 29 de janeiro de 1997.

É o seguinte o dispositivo rejeitado, constante da Emenda nº 3-CDIR:

EMENDA Nº 3-CDIR

.....

Art. 10. São revogados os arts. 242 a 247 e 637 a 643 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), os arts. 169 a 172 também do Regulamento Administrativo, com a redação dada pela da Resolução nº 9, de 29 de janeiro de 1997, e o art. 30 da Resolução nº 9, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o **Projeto de Resolução nº 6, de 2001**, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.075, DE 2002

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, consolidando os destaques e as emendas aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de novembro de 2002. – **Ramez Tebet – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Mozarildo Cavalcanti.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.075, DE 2002

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2002**Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Regulamento Administrativo do Senado Federal, na redação que lhe foi dada pela Resolução nº 9, de 1997, do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2000, no que

se refere à Subsecretaria de Arquivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Anexo I

Regulamento Orgânico do Senado Federal

.....”

“Art. 178. À Subsecretaria de Arquivo compete planejar, coordenar, supervisionar, controlar e orientar as atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos, nas fases corrente e intermediária, do Senado Federal e do Congresso Nacional, bem como recolher os documentos de fase permanente; dar acesso, preservar e divulgar o acervo arquivístico custodiado.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Arquivo:

I – Gabinete;

II – Serviço de Arquivo Permanente;

III – Serviço de Pesquisa e Acesso à Informação;

IV – Serviço de Preservação, Conservação e Restauração;

V – Serviço de Arquivo Legislativo;

VI – Serviço de Arquivo Administrativo;

VII – Serviço de Arquivo Impresso.”

(NR)

“Art. 179. Ao Gabinete compete providenciar o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do Órgão.” (NR)

“Art. 180. Ao Arquivo Permanente compete recolher, arranjar, descrever, conservar e custodiar os documentos de valor permanente; orientar consultas e pesquisas aos documentos permanentes, no recinto do Arquivo; preparar e fornecer certidões e cópias dos documentos constantes em seu acervo; elaborar instrumentos de pesquisa; e executar outras tarefas correlatas.” (NR)

“Art. 180-A. Ao Serviço de Pesquisa e Acesso à Informação compete divulgar o acervo arquivístico custodiado; coordenar e

orientar a consulta aos instrumentos de pesquisas disponíveis; preparar os textos das publicações da Subsecretaria a serem editadas; organizar e manter os dados biográficos dos senadores brasileiros; alimentar o banco de dados "Biografia dos Senadores – BSEN"; elaborar e editar publicações que digam respeito às biografias dos senadores, quaisquer que sejam os suportes, com vistas à difusão dos dados; prestar informações, atender a consultas; manter intercâmbio com arquivos e centros de documentação nacionais e estrangeiros; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 180-B. Ao Serviço de Preservação, Conservação e Restauração compete planejar, supervisionar e coordenar as atividades de preservação, conservação e restauração dos documentos pertencentes ao acervo da Subsecretaria; guardar e preservar matrizes de microfilmes de segurança; providenciar a reprodução de microfilmes, quando solicitado; estabelecer normas e critérios para utilização de outras tecnologias aplicadas a documentos de arquivo, no âmbito do Senado Federal; prestar orientação quanto às condições ideais tanto ambientais quanto de segurança para guarda do acervo; desenvolver pesquisas para confecção de papéis especiais aplicados à conservação de documentos; identificar o estado de conservação dos documentos, com vistas ao estabelecimento de rotinas, métodos e prioridades de conservação; realizar o controle de infestações de insetos e microorganismos, e desenvolver pesquisas nas áreas de entomologia e microbiologia; providenciar a encadernação de documentos sob sua guarda; providenciar a restauração do acervo; e executar outras tarefas correlatas."

"Art. 181. Ao Serviço de Arquivo Legislativo compete receber, avaliar, classificar, guardar e tornar acessíveis os documentos da fase intermediária transferidos dos arquivos setoriais; prestar informações, atender a consultas e proceder a empréstimos de documentos; aplicar, periodicamente, a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arqui-

vo do Senado Federal e do Congresso Nacional nos documentos mantidos sob sua guarda, promovendo sua transferência ao Serviço de Arquivo Permanente ou sua eliminação; prestar orientação técnica sobre assuntos arquivísticos do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas"(NR)

"Art. 181-A. Ao Serviço de Arquivo Administrativo compete receber, avaliar, classificar, guardar e tornar acessíveis os documentos da fase intermediária, inclusive especiais e especializados, transferidos dos arquivos setoriais; prestar informações, atender a consultas e proceder a empréstimos de documentos; aplicar, periodicamente, a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional nos documentos mantidos sob sua guarda, promovendo sua transferência ao Serviço de Arquivo Permanente ou sua eliminação; prestar orientação técnica sobre assuntos arquivísticos do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

.....
Art. 181-B. Ao Serviço de Arquivo Impresso compete receber, avaliar, classificar, guardar e tornar acessíveis as publicações do Senado Federal; prestar informações e atender a consultas; aplicar, periodicamente, a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional nos documentos mantidos sob sua guarda, promovendo sua transferência ao Serviço de Arquivo Permanente ou sua eliminação; e executar outras tarefas correlatas."

....."

Art. 2º Para atendimento do disposto no art. 1º são transformados do Quadro de Pessoal do Senado Federal:

I – 15 (quinze) cargos vagos de Analista Legislativo – Arca de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, em cargos de Analista Legislativo – Arca de Apoio Técnico Administrativo – Especialidade Arquivologia, Nível III;

II – 15 (quinze) cargos vagos de Técnico Legislativo – Arca de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, em cargos de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo – Especialidade Arquivologia.

Parágrafo único. Os cargos da Especialidade Arquivologia referidos nos incisos I e II serão preenchidos mediante concurso público e os candidatos aprovados, uma vez empossados, terão exercício exclusivo na Subsecretaria de Arquivo, vedada, em qualquer hipótese, sua lotação em outros órgãos do Senado Federal e o atendimento de sua requisição por órgão da Administração Pública.

Art. 3º O Regulamento Administrativo do Senado Federal é acrescido dos seguintes artigos:

“Anexo II

Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal

.....
Art. 81-A. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Arquivologia, incumbe atividades de nível superior relacionadas a planejamento, supervisão, orientação, acompanhamento e execução especializada, em graus de maior ou menor complexidade, das atividades arquivísticas das funções administrativa e legislativa, e execução de outras atividades correlatas.

.....
Art. 104-A. Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Arquivologia, incumbe atividades de nível médio relacionadas a execução qualificada, sujeita à supervisão e orientação, das atividades arquivísticas das funções administrativa e legislativa, e execução de outras atividades correlatas.

.....
Art. 4º É criada a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal incumbida de elaborar e atualizar o Código de Classificação de Documentos de Arquivo, o qual deve considerar a natureza dos assuntos resultantes das atividades meio e flui do Senado Federal; elaborar e atualizar a Tabela Básica de Temporalidade de Do-

cumentos de Arquivo com a finalidade de promover a avaliação, seleção e destinação final de documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional, segundo a ciência arquivística e de acordo com a legislação em vigor e recomendações do Conselho Nacional de Arquivos; providenciar, para ser submetida à Comissão Diretora, a relação dos documentos que devam ser eliminados; e executar outras atividades correlatas.

Parágrafo único. A Comissão, presidida pelo Diretor da Subsecretaria de Arquivo, será integrada por mais 6 (seis) servidores do Senado Federal por ele designados, para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 5º Os documentos que instruírem petições ou representações dirigidas ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional, e que não devam ser encaminhados à Câmara dos Deputados, serão recolhidos a Subsecretaria de Arquivo.

Parágrafo único. Os documentos a que se refere este artigo poderão, conforme a espécie, ser restituídos a quem de direito, sob recibo e mediante despacho do Diretor da Subsecretaria de Arquivo.

Art. 6º Os processos originários da Administração Pública, que instruírem proposições definitivamente arquivadas, poderão ser devolvidos às repartições de origem, quando pelas mesmas solicitados.

Art. 7º Integram esta Resolução, no que couber, os termos do Ato da Comissão Diretora que institui o Sistema de Arquivo e Controle de Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional (Siarq-SF), como parte do Sistema de Arquivo do Poder Legislativo Federal e do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), de acordo com o disposto no art. 17 da Lei nº 8.159, de 8 de março de 1991, e no inciso III do art. 12 do Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994.

Art. 8º É a Comissão Diretora autorizada a consolidar, mediante ato a ser expedido no prazo de 90 (noventa) dias, o Regulamento Administrativo do Senado Federal com as alterações decorrentes da Resolução nº 9, de 1997, do Senado Federal, e das Resoluções posteriores a ela, inclusive esta, assim como dos Atos da Comissão Diretora editados para cumprir o disposto no art. 16 da Resolução nº 9, de 1997, do Senado Federal.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo - Ato a que se refere o art. 7º da Resolução nº , de 2002

SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Administração de Pessoal - SSAPES

Serviço de Apoio Técnico - SEAPOT

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nºs 58/92 e 13/96*

Nº 2091

Quinta-feira, 06 de abril de 2000

ATO DA COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 05, DE 2000 ⁽¹⁾**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL,
no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,
RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Arquivo e Controle de Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional – SIARQ-SF, integrante do Sistema de Arquivo do Poder Legislativo Federal e do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, de acordo com o item III, Art. 12, do Decreto nº 1.173 de 29-06-94, e do Art. 17, da Lei nº 8.159, de 08-03-91.

Art. 2º - São objetivos gerais do Sistema:

I. assegurar o controle e a organização dos documentos produzidos, expedidos ou recebidos pelas várias unidades organizacionais do Senado Federal, no desempenho de suas atividades, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza do documento.

II. zelar pela preservação do patrimônio arquivístico do Senado Federal – parte relevante da História da Nação.

Art. 3º - Integram o SIARQ-SF:

I. Órgão Central – a Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal;

II. Órgãos Setoriais – as unidades organizacionais do Senado Federal e das entidades que lhe são vinculadas, de qualquer grau, que desempenhem atividades de arquivo e de controle de documentos;

Art. 4º - São atribuições básicas do Órgão Central:

I. Orientar, coordenar e supervisionar a execução das tarefas de controle de documentos e de arquivos correntes – administrativos e legislativos – nos órgãos setoriais, estabelecendo normas gerais de trabalho, de forma a manter uniformização de procedimentos, atendendo às peculiaridades de cada um.

II. Racionalizar a produção documental com vistas a evitar-se a proliferação de papéis.

III. Elaborar o Código de Classificação de Documentos de Arquivo, acompanhando sua implantação e providenciando as alterações, quando necessárias;

IV. Presidir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos que tem por finalidade promover a avaliação, seleção e destinação final de documentos no Senado Federal e Congresso Nacional.

V. Presidir a Comissão Permanente de Acesso (Decreto nº 2.134 de 24-01-97, que regulamenta o Art. 23, da Lei nº 8.159 de 08-01-91), que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos e sigilosos, o acesso a eles e dá outras providências.

VI. Atender aos usuários, de acordo com procedimentos estabelecidos, no que diz respeito ao acesso às informações existentes na Subsecretaria de Arquivo, respeitando as condições de sigilo.

VII. Promover treinamento para os servidores encarregados de operar o sistema nas unidades integrantes do SIARQ-S.F., em estreita colaboração com o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

VIII. Receber a documentação proveniente dos órgãos setoriais, de acordo com critérios e prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.

IX. Custodiar, preservar, armazenar e ordenar os documentos recebidos dos órgãos setoriais, dando-lhes acessibilidade por meios de pesquisa – guias, inventários, catálogos, repertórios e índices – garantindo sua integridade e segurança.

X. Providenciar todos os requisitos técnicos para preservação dos documentos no órgão central e unidades setoriais do Senado Federal.

XI. Orientar os órgãos setoriais quanto às instalações, equipamentos e material em geral, do ponto de vista arquivístico.

XII. Providenciar, orientar e supervisionar os trabalhos de seleção de documentos, que deverão passar pelos processos de restauração.

XIII. Estabelecer normas e critérios para microfilmagem e utilização de outras tecnologias aplicadas à documentos de arquivo, no âmbito do Senado Federal.

XIV. Desenvolver estudos, em estreita colaboração com o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN – visando a implementação de recursos de informática aplicado a documentos de arquivo.

XV. Manter intercâmbio com arquivos nacionais e estrangeiros para atualização de técnicas e permuta de experiências.

XVI. Arranjar e descrever os documentos escritos, sonoros, fotográficos, filmicos e outros, recolhidos ao arquivo permanente, para controle, recuperação e disseminação das informações.

XVII. Elaborar e manter atualizado o Manual de Serviço, com vistas à normatização de rotinas e procedimentos do SIARQ-SF.

XVIII. Divulgar o acervo custodiado.

Art. 5º - São atribuições básicas dos Órgãos Setoriais:

I. Receber, registrar e controlar a tramitação e expedição de correspondência, de acordo com normas e procedimentos estabelecidos pelo Órgão Central;

II. Organizar e manter arquivo de documentos de uso corrente;

III. Classificar e arquivar os documentos de uso corrente, de acordo com o Código de Classificação de Documentos de Arquivo;

IV. Classificar e indexar as séries de documentos legislativos.

V. Recuperar a informação sobre a localização e conteúdo dos documentos;

VI. Registrar, indexar e arquivar os documentos escritos, sonoros, fotográficos, filmicos e outros;

VII. Registrar e controlar o empréstimo de documentos arquivados;

VIII. Selecionar, periodicamente, os documentos mantidos em seus arquivos, para fins de eliminação ou transferência à Subsecretaria de Arquivo, de acordo com os prazos pré-fixados na Tabela de Temporalidade de Documentos;

IX. Transferir os documentos citados no item VIII, à Subsecretaria de Arquivo, por meio de Guias de Transferências e dentro dos requisitos técnicos;

X. Manter estreito contato com a Subsecretaria de Arquivo, no sentido de receber assistência técnica e orientação quanto aos procedimentos arquivísticos;

XI. Manter articulação entre si, para efeitos operacionais, com vistas a elevar o nível de eficiência do SIARQ-SF.

Art. 6º Os órgãos setoriais estão sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

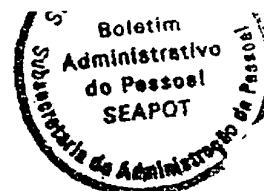
Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de abril de 2000. *Antonio Carlos Magalhães – Geraldo Melo – Ronaldo Cunha Lima – Carlos Patrocínio – Nabor Júnior – Casildo Maldaner.*

Anexo - Atos a que se refere o art. 8º da Resolução nº , de 2002

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Administração de Pessoal - SSAPES
Serviço de Apoio Técnico - SEAPOT



BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nº 58/92 e 13/96*

Nº 1652-S

Segunda-feira, 6 de abril de 1998

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 04, DE 1998

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais regulamentares, e tendo em vista que a Resolução nº 09, de 1997, criou, na estrutura organizacional do Senado Federal, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, em substituição ao antigo Centro Gráfico do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º - As estruturas das Carreiras de especialização em Atividades Legislativas e especialização em Artes Gráficas são unificadas na forma do Anexo a este Ato.

Art. 2º - A atual numeração de matrícula dos servidores integrantes das carreiras no artigo anterior, inclusive inativos e pensionistas, é modificada por este Ato e a renumeração obedecerá critérios técnicos a serem definidos pela Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Art. 3º Os sistemas de Histórico Funcional e de Pagamento de Pessoal serão adequados às disposições deste Ato pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor noventa (90) dias após a data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 03 de abril de 1998.
Antonio Carlos Magalhães - Júnia Marise -
Ronaldo Cunha Lima - Flaviano Melo - Lucídio Portella.

Brasília - (DF), 6 de abril de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES. João Carlos Zoghbi, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - José Paulo Botelho Cobucci, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - Washington Luiz Reis de Oliveira, Assistente Administrativo, ramal 3389.

Anexo

Carreira Especialização em Atividades Legislativas

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	Nº DE CARGOS
Consultor Legislativo (Nível III)	1 - Consultoria e Assessoramento	1.1 - Assessoramento Legislativo	130
		1.2 - Assessoramento em Orçamento	20
Analista Legislativo (Nível III)	2 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	2.1 - Processo Legislativo	596
		2.2 - Orçamento Público	39
		2.3 - Taquigrafia	92
		2.4 - Biblioteconomia	30
		2.5 - Tradução e Interpretação	7
	3 - Apoio Técnico-Administrativo	3.1 - Administração	310
		3.2 - Análise de Custo	5
	4 - Controle Interno	4.1 - Contabilidade	21
		5.1 - Medicina	50
	5 - Saúde e Assistência Social	5.2 - Odontologia	8
		5.3 - Farmácia	4
		5.4 - Psicologia	5
		5.5 - Assistência Social	1
		5.6 - Enfermagem	18
	6 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico	6.1 - Arquitetura	5
		6.2 - Engenharia	14
		6.3 - Manutenção de Máquinas Gráficas	12
	7 - Polícia e Segurança	7.1 - Segurança	41
	8 - Comunicação Social, Eventos e Contatos	8.1 - Comunicação Social	117
	9 - Advocacia		10
	10 - Consultoria Jurídica	10.1 - Direito	5
	11 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	11.1 - Processo Industrial Gráfico	75
	12 - Redação e Revisão de Textos Gráficos	12.1 - Redação e Revisão	81
Técnico Legislativo (Nível II)	1 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	1.1 - Processo Legislativo	487
		1.2 - Assistência a Plenários e Portaria	137
	2 - Apoio Técnico Administrativo	2.1 - Administração	363
		2.2 - Datilografia	70
	3 - Controle Interno	3.1 - Contabilidade	18
		4.1 - Enfermagem	27
	4 - Saúde e Assistência Social	4.2 - Odontologia	10
		4.3 - Radiologia	5
		4.4 - Reabilitação	8
	5 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais	5.1 - Eletrônica e Telecomunicações	45
		5.2 - Telefonia	27
		5.3 - Artesanato	247
	6 - Polícia, Segurança e Transporte	6.1 - Segurança	307
		6.2 - Transporte	206
	7 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	7.1 - Processo Industrial Gráfico	606
Auxiliar Legislativo (Nível I)	1 - Apoio Auxiliar ao Processo Industrial Gráfico	1.1 - Processo Industrial Gráfico	93
		1.2 - Segurança	4

1.1 – Ao Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento Legislativo, incumbem atividades, de nível superior e especializado, de consultoria e assessoramento técnico à Comissão Diretora, à Mesa, às Comissões e aos Senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, a preparação, por solicitação dos Senadores, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios & na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal.

1.2 – Ao Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento, em Orçamentos, incumbem atividades, de nível superior e especializado, de prestação de consultoria e assessoramento em planos e orçamentos públicos à Comissão Mista Permanente de que trata o § 1º do artigo 166 da Constituição Federal, à Mesa, às demais Comissões e aos Senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização de planos e orçamentos públicos, quando do interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação, por solicitação dos Congressistas, de minutas de proposições e de relatórios sobre planos e orçamentos públicos, e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal e do Congresso Nacional, em matéria de planos e orçamentos públicos.

2.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, incumbem atividades de nível superior, de natureza pouco repetitiva, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução de trabalhos legislativos; estudos e assistência técnica na formulação e análise de proposições e outros documentos parlamentares, bem assim de trabalhos de análise, pesquisa e recuperação da informação insubstituível do processo legislativo.

2.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Orçamento Público, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos e projetos de pesquisa e análise econômicas

nacionais e internacionais, sobre comércio, indústria, finanças, estrutura patrimonial e investimentos nacionais e estrangeiros.

2.3 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Taquigrafia, incumbem atividades de nível superior, de natureza pouco repetitiva, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução dos trabalhos de gravação, registro taquigráfico, interpretação, revisão e redação final de debates e pronunciamentos, bem assim o planejamento da elaboração dos originais para publicação no órgão oficial.

2.4 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Biblioteconomia, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de pesquisa, estudo e registro bibliográfico de documentos e informações culturais.

2.5 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Tradução e Interpretação, incumbem atividades de tradução, interpretação e versão de documentos legislativos e administrativos de interesse do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

3.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a estudos, pesquisas, análises e projetos sobre administração em geral e organização e métodos.

3.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Análise de Custo, incumbem atividades de análise de custo.

4.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise e perícia contábeis.

5.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Medicina, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de defesa e proteção à saúde individual ou coletiva, incluindo medidas de profilaxia e terapêutica.

5.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Odontologia, in-

cumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos e trabalhos relativos à assistência buco-dentária.

5.3 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Farmácia, incumbem atividades de supervisão, coordenação ou execução especializada, em grau de maior e média complexidade, referentes aos trabalhos e estudos relativos à análise clínica.

5.4 – Ao Analista Legislativo, Arca de Saúde e Assistência Social, Especialidade Psicologia, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos sobre o comportamento humano e a dinâmica da personalidade, envolvendo diagnóstico psicológico, orientação psicopedagógica e solução dos problemas de ajustamento do ser humano.

5.5 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Assistência Social, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, referentes a trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade, em seus aspectos sociais.

5.6 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Enfermagem, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade referentes a trabalhos relativos à observação, ao cuidado, à educação sanitária dos doentes, gestantes e acidentados, ao cumprimento das prescrições médicas e aplicação de medidas destinadas à prevenção de doenças.

6.1 – Ao Analista Legislativo, Arca de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Arquitetura, incumbem atividades de execução qualificada, sob supervisão, de trabalhos relativos à fiscalização de obras do Senado Federal e ao exame e elaboração de normas para a administração e conservação de próprios artísticos.

6.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Engenharia, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos, em geral, sobre regiões, zonas, cidades, obras estruturais, transportes, desenvolvimento industrial, preservação e exploração de riquezas minerais, assim como projetos relati-

vos à construção, à fiscalização de obras do Senado Federal e à elaboração de normas para a conservação e reconstituição dos bens do Senado Federal.

6.3 – Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Manutenção de Máquinas Gráficas, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, de ações que objetivem a manutenção das máquinas, equipamentos e sistemas gráficos; emissão de pareceres técnicos opinativos sobre aquisição, instalação e alienação de maquinaria gráfica em geral; e executar outras atividades correlatas.

7.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, incumbem atividades de nível superior, envolvendo a supervisão, a coordenação e a execução dos trabalhos de policiamento diurno e noturno, das dependências do Senado Federal; de segurança às autoridades do Senado e às personalidades brasileiras e estrangeiras, na área de jurisdição do policiamento do Senado Federal; e a execução de outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas.

8.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Comunicação Social, incumbem atividades de supervisão, coordenação ou execução especializadas, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de relações públicas, redação, revisão, coleta e preparo de informações para a divulgação oficial falada, escrita ou televisionada.

9.1 – Ao Analista Legislativo da Área de Advocacia incumbem atividades de nível superior, consistindo na execução de estudos técnicos opinativos sobre matérias jurídicas de interesse institucional da Casa e de competência de sua Advocacia, na preparação de informação em mandados de segurança e em outros procedimentos judiciais referentes ao Senado Federal ou de interesse deste, na atuação, sob orientação do titular da Advocacia do Senado Federal, na representação judicial e extrajudicial da Instituição; e execução de outras tarefas correlatas que lhe sejam atribuídas.

10.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Consultoria, Especialidade Direito, incumbem atividades de nível superior, consistindo na elaboração de pareceres e estudos técnicos sobre matérias jurídicas relacionadas com a Secretaria Especial de Editoração e Publicações; e executar outras tarefas correlatas.

11.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico, Especialida-

de Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de planejamento, supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, de pesquisas, análises, projetos e estudos referentes ao processo industrial gráfico; emissão de pareceres técnicos sobre definição de sistemas, equipamentos e matérias-primas; e executar outras atividades correlatas.

12.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Redação e Revisão de Textos Gráficos, Especialidade Redação e Revisão, incumbem atividades, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de redação e revisão final de textos gráficos; e executar outras tarefas correlatas.

1.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, incumbem atividades de nível médio, de natureza pouco repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos de apoio, em grau auxiliar, às atividades de pesquisa e assistência técnica legislativa de nível superior, inclusive acompanhamento da tramitação de proposições, bem como atividades de natureza repetitiva, envolvendo execução qualificada, sob supervisão e orientação de trabalhos de apoio, em grau auxiliar, ao desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa legislativa de nível superior.

1.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Assistência a Plenários e Portaria, incumbem atividades de nível médio, envolvendo coordenação e orientação, bem como execução qualificada, sob coordenação e orientação, dos trabalhos relacionadas com o atendimento aos serviços de. plenário e. portaria.

2.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração, incumbem atividades de nível médio e de natureza pouco repetitiva, relativas a estudos, pesquisas preliminares, planejamento, em grau auxiliar, visando à implantação de normas legais, regimentais e regulamentares, referentes à administração geral e específica, e ainda relativas à execução qualificada, sob supervisão e orientação, de trabalhos mecanográficos.

2.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Datilografia, incumbem atividades de nível médio e de natureza repetitiva, de execução e revisão, sob orientação superior, de trabalhos datilográficos.

3.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, incumbem atividades de nível médio, envolvendo programação, coordenação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise e perícia contábeis.

4.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Enfermagem, incumbem atividades de coordenação, programação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a trabalhos relativos à observação, ao cuidado, à educação sanitária dos doentes, gestantes e acidentados, ao cumprimento das prescrições médicas e aplicação de medidas destinadas à prevenção de doenças.

4.2 – Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Odontologia, incumbem atividades de programação, coordenação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a estudos e trabalhos relativos à assistência buco-dentária.

4.3 – Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Radiologia, incumbem atividades de operação de equipamentos radiológicos; e executar outras tarefas correlatas.

4.4 – Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Reabilitação, incumbem atividades de assistência social ao reabilitando; e executar outras tarefas correlatas.

5.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Eletrônica e Telecomunicações, incumbem atividades de nível médio e de natureza permanente, relacionadas com os serviços de operação de peças, máquinas, aparelhos diversos, motores e sistemas elétricos em geral.

5.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Telefonia, incumbem atividades de nível médio relacionadas com operação de centrais telefônicas; e executar outras tarefas correlatas.

5.3 – Ao Técnico Legislativo, Área de. Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato, incumbem atividades de nível médio e de natureza permanente, principais e auxiliares, relacionadas com os serviços de artífice em suas várias modalidades, abrangendo encargos de fabricação, conservação, transformação e operação de peças, máquinas, aparelhos diversos, motores e sistemas elétricos e hidráulicos.

6.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, incumbem atividades de nível médio, envolvendo o policiamento diurno e noturno, de todas as dependências dos próprios do Senado Federal; a fiscalização da entrada e saída de pessoas; assistência às autoridades do Senado Federal na realização de inquéritos ou investigações policiais; o trabalho de segurança às personalidades brasileiras e estrangeiras, na área de

jurisdição do policiamento do Senado Federal; e a execução de outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas.

6.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte, incumbem atividades relacionadas com a chefia de unidades ou equipes encarregadas do transporte oficial de passageiros e cargas, envolvendo, principalmente, a condução e conservação de veículos motorizados; atividades, em caráter operacional, de condução e conservação de veículos motorizados utilizados no transporte oficial de passageiros e cargas.

7.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico, Especialidade Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de orientação, controle e execução qualificada das tare-

fas operacionais inerentes ao fluxo industrial gráfico, observadas as especialidades setoriais, inclusive o manuseio de equipamentos e máquinas; e executar outras tarefas correlatas.

1.1 – Ao Auxiliar Legislativo, Área de Apoio ao Processo Industrial Gráfico, Especialidade Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de execução, sob coordenação e orientação, em grau auxiliar, de tarefas concernentes ao fluxo industrial gráfico; e executar outras tarefas correlatas.

1.2 – Ao Auxiliar Legislativo, Área de Segurança, Especialidade Segurança, incumbem atividades de policiamento diurno e noturno das instalações do parque gráfico da Secretaria de Editorial e Publicações; e executar outras atividades correlatas.



SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Administração de Pessoal - SSAPES

Serviço de Apoio Técnico - SEAPOT

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nºs 58/92 e 13/96*

Nº Supl.1676

Sexta-feira, 15 de maio de 1998

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 13, DE 1998

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 16 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Serão extintas 114 (cento e quatorze) funções comissionadas, quando vagarem, do quadro de pessoal do Senado Federal, sendo:

I - cinco funções comissionadas de Adjunto de Plenário, símbolo FC-3;

II - dez funções comissionadas de Auxiliar de Apoio Administrativo, símbolo FC-3;

III - dezoito funções comissionadas de Auxiliar de Atividades Médicas, símbolo FC-3;

IV - oito funções comissionadas de Auxiliar de Biblioteca, símbolo FC-3;

V - seis funções comissionadas de Auxiliar de Controle de Tombamento, símbolo FC-3;

VI - trinta funções comissionadas de Auxiliar de Controle Interno, símbolo FC-3;

VII - doze funções comissionadas de Mecanógrafo-Revisor, símbolo FC-3;

VIII - quinze funções comissionadas de Auxiliar de Plenário, símbolo FC-2;

IX - dez funções comissionadas de Assistente de Plenário, símbolo FC-1.

Art. 2º - São extintos 116 (cento e dezesseis) cargos vagos do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, sendo:

I - vinte e três cargos de Analista em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Técnico de Planejamento Administrativo;

II - vinte e oito cargos de Analista em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Técnico Administrativo Adjunto;

III - dezessete cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade de Agente Administrativo;

IV - dezesseis cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Agente de Segurança;

V - três cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Auxiliar de Serviços Gerais;

VI - cinco cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Bombeiro Hidráulico;

VII - três cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Cozinheiro; e

VIII - vinte um cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Motorista.

Art. 3º - Os integrantes das carreiras de Analista Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício na Secretaria-Geral da Mesa e na Diretoria-Geral, e observado o limite de até 5 (cinco) servidores nos órgãos a que se referem o art. 9º, incisos IV, VI, VII e VIII, os incisos IX a XII do parágrafo único do art. 105, e os incisos VI e VIII do parágrafo único do art. 185, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, observado o limite de

até 3 (três) servidores nos órgãos a que se referem os incisos I a IV do art. 273, e observado o limite de até 2 (dois) servidores, nos órgãos a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 28, os incisos II a V do parágrafo único do art. 133, e os incisos II a V do parágrafo único do art. 139, também do Regulamento Administrativo e nas demais Subsecretarias, farão jus à função comissionada FC-7, em razão do exercício de atribuições de assessoramento.

Art. 4º - Os integrantes das carreiras de Técnico Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício nos órgãos a que se referem os incisos IV, V e VII do parágrafo único do art. 105, o inciso II do parágrafo único do art. 161 e o inciso IV do parágrafo único do art. 165 do Regulamento Administrativo e observado o limite de até 6 (seis) servidores por órgão, farão jus à função comissionada, símbolo FC-6.

Art. 5º - Para os fins de que tratam os arts. 3º e 4º, a Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior em cada um dos órgãos referidos neste Ato.

Art. 6º - Não perceberá a gratificação de que trata este Ato o servidor que deixar de atingir os indicadores de produção a serem definidos pelo Diretor-Geral.

Art. 7º - O recrutamento de servidores para as funções de que trata este Ato dar-se-á, preferencialmente, mediante o remanejamento na área respectiva.

Art. 8º - Ficam transferidas da estrutura da Secretaria de Controle Interno para a estrutura da Coordenação do Sistema Integrado de Saúde 5 (cinco) funções comissionadas de Assistente de Auditoria, símbolo FC-6.

Art. 9º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 14 de maio de 1998.

Brasília - (DF), 15 de maio de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES. João Carlos Zoghbi, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - José Paulo Botelho Cobucci, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - Washington Luiz Reis de Oliveira, Assistente Administrativo, ramal 3389.

Tiragem desta Edição: 650 exemplares

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Administração de Pessoal - SSAPES
Serviço de Apoio Técnico - SEAPOT

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nºs 58/92 e 13/96*

Nº 1697-S

Quinta-feira, 18 de junho de 1998

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 19, DE 1998

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares e considerando que o Ato nº 13, de 1998, cria, nos órgãos da estrutura administrativa do Senado, retribuição para as funções de assessoramento, RESOLVE:

Art. 1º - Em razão do exercício de atribuições de assessoramento, farão jus à função comissionada símbolo FC-7, observando o limite de até 5 (cinco) servidores e de até 2 (dois) servidores, respectivamente, os integrantes das carreiras de Analista Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Comunicação Social e em cada uma das Coordenações de sua estrutura.

Parágrafo único - A indicação e o recrutamento dos servidores para as funções de que trata este Ato dar-se-á mediante o remanejamento na área de Comunicação Social.

Art. 2º - Para os fins de que trata este Ato a Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior na área de Comunicação Social, de conformidade com o Ato do Diretor-Geral nº 1.299, de 1998.

Art. 3º - As Coordenações da estrutura do Senado Federal passam a denominar-se Subsecretarias.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1998.
Antonio Carlos Magalhães - Geraldo Melo - Carlos Patrocínio - Flaviano Melo - Lucido Portella.

Brasília - (DF), 18 de junho de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES.
João Carlos Zoghbi, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - José Paulo Botelho Cobucci, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - Washington Luiz Reis de Oliveira, Assistente Administrativo, ramal 3389.

Tiragem desta Edição: 650 exemplares

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Administração de Pessoal - SSAPES
Serviço de Apoio Técnico - SEAPOT

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nºs 58/92 e 13/96*

Nº 1805-S

Quinta-feira, 26 de novembro de 1998

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 27, DE 1998

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31 da Resolução nº 73, de 1994, e o art. 16 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Os cargos de provimento em Comissão de Assessor, símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, passam a integrar a estrutura dos órgãos de que trata o Anexo deste Ato.

Parágrafo único - Os 8 (oito) cargos de Assessor, símbolo FC-8, originalmente criados na estrutura da SEEP, passam a denominar-se Assessor Técnico facultado o preenchimento segundo os critérios definidos no art. 5º da Resolução nº 63, de 1997.

Art. 2º - Observada a lotação definida no Anexo, a nomeação para os cargos de Assessor, Assessor Técnico e de Assistente Parlamentar de que trata este Ato e para os cargos de que trata o art. 11 da Resolução nº 09, de 1997, dar-se-á mediante ato do Diretor-Geral, por delegação do Presidente do Senado Federal.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 1998. *Antonio Carlos Magalhães - Geraldo Melo - Ronaldo Cunha Lima - - Carlos Patrocínio.*

Brasília - (DF), 26 de novembro de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES. *João Carlos Zoghbi*, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - *José Paulo Botelho Cobucci*, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - *Washington Luiz Reis de Oliveira*, Assistente Técnico de Pessoal, ramal 3389.

Tiragem desta Edição: 650 exemplares

ANEXO

1 - Presidência do Senado Federal

Denominação	Símbolo	Nº de Cargos
Assessor	FC-8	7
Assessor Técnico ou	FC-8	3
Assistente Parlamentar	75% do FC-8	3
Assistente Parlamentar ou	25% do FC-8	3
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	6
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	6
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	3
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	12

2 - Órgão Central de Coordenação e Execução

Denominação	Símbolo	Nº de Cargos
Assessor	FC-8	13
Assessor Técnico ou	FC-8	5
Assistente Parlamentar	75% do FC-8	5
Assistente Parlamentar ou	25% do FC-8	5
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	10
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	10
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	5
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	20

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 09 , DE 2000.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

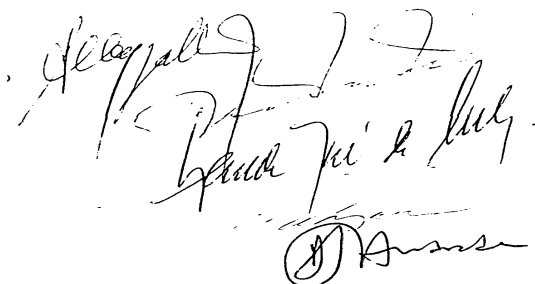
Resolve:

Art. 1º Ficam desmembrados do Regulamento Administrativo do Senado Federal o Título II e as disposições do Título V pertinentes à estrutura orgânica, que passam a denominar-se Regulamento Orgânico do Senado Federal, com a redação consolidada pelo Anexo I deste ato.

Art. 2º Ficam desmembrados do Regulamento Administrativo do Senado Federal o Título III e as disposições do Título V que regulam os Cargos e Funções, bem como as tabelas anexas pertinentes à matéria, que passam a denominar-se Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, com a redação consolidada pelo Anexo II deste ato.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser objeto de posterior ratificação pelo plenário do Senado Federal.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Senado Federal, 28 de junho de 2000.

**Justificação**

Este ato procede à consolidação no Regulamento Administrativo do Senado Federal de todas as normas administrativas que o alteraram nos últimos 4 anos, na parte que se refere à estrutura orgânica e aos cargos e funções existentes, não gerando acréscimos financeiros em relação à situação atual.

Outrossim, o Regulamento Administrativo está sendo desmembrado em três: Regulamento Orgânico, Regulamento de Cargos e Funções e Regulamento de Pessoal, que em conjunto correspondem à totalidade do antigo Regulamento Administrativo.

Nessa oportunidade apenas estão sendo aprovados os regulamentos Orgânico e de Cargos e Funções, estando o trabalho relativo ao Regulamento de Pessoal pendente de conclusão, que deverá ser futuramente apresentado.

Senado Federal, 28 de junho de 2000.

ANEXO I**Regulamento Orgânico do Senado Federal**

Art. 1º O Este Regulamento Orgânico estabelece a estrutura e as competências dos órgãos administrativos do Senado Federal, dispondo sobre o respectivo funcionamento.

TÍTULO I**Da Estrutura e das Competências dos Órgãos****CAPÍTULO I****Da Estrutura Administrativa**

Art. 2º O Senado Federal tem a seguinte estrutura básica:

I – Comissão Diretora:

II – Gabinetes dos Senadores e Lideranças:

III – Órgãos de Assessoramento Superior:

IV – Órgão Central de Coordenação e Execução:

V – Órgãos Supervisionados.

CAPÍTULO II**Das Competências dos Órgãos e de suas Unidades Integrantes****SEÇÃO I****Da Comissão Diretora**

Art. 3º À Comissão Diretora, com a estrutura da Mesa do Senado Federal, compete a formulação de políticas, objetivos, diretrizes e metas, bem como a superior supervisão e fiscalização dos atos administrativos, no âmbito da Instituição, nos termos do Regimento Interno e de Ato próprio definidor das competências e atribuições de cada um de seus membros.

SEÇÃO II**Dos Gabinetes dos Senadores e Lideranças**

Art. 4º Aos Gabinetes dos Senadores e Lideranças compete assessorar diretamente o titular na atividade legislativa, parlamentar, fiscalizadora, política e de comunicação social, bem como providenciar o suporte administrativo e logístico necessário à sua atuação.

Parágrafo único. A Comissão Diretora estabelecerá a composição dos Gabinetes e fixará a infra-estrutura, os recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento, mediante aglutinação, desmembramento, remanejamento, alteração da nomenclatura de funções comissionadas, observado o princípio da padronização.

SEÇÃO III

Dos Órgãos de Assessoramento Superior

Art. 5º São Órgãos de Assessoramento Superior:

I – Secretaria-Geral da Mesa:

II – Consultoria Legislativa:

III – Consultoria de Orçamentos. Fiscalização e Controle:

IV – Advocacia do Senado Federal:

V – Secretaria de Comunicação Social:

VI – Secretaria de Controle Interno;

VII – Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa;

VIII – Cerimonial da Presidência.

SUBSEÇÃO I

Da Secretaria-Geral da Mesa

Art. 6º A Secretaria-Geral da Mesa compete prestar assessoramento direto e imediato à Mesa no desempenho de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, secretariar as reuniões da Mesa: coordenar as unidades administrativas que lhe estão afetas e as atividades relacionadas à tramitação das proposições e ao provimento das informações pertinentes a tramitação das matérias legislativas.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria-Geral da Mesa:

I – Gabinete:

II – Assessoria Técnica:

III – Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento;

IV – Serviço de Protocolo Legislativo;

V – Serviço de Sinopse:

VI – Serviço de Distribuição de Avulsos e Apoio ao Plenário:

VII – Serviço de Redação;

VIII – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal:

IX – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional:

X – Subsecretaria de Comissões:

XI – Subsecretaria de Taquigrafia;

XII – Subsecretaria de Ata:

XIII – Subsecretaria de Expediente.

Art. 7º Ao Gabinete compete providenciar o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo e de informática vinculadas às atribuições do órgão: consolidar e fazer publicar o Relatório da Presidência.

Art. 8º A Assessoria Técnica compete elaborar, para orientação do Secretário-Geral da Mesa, estudos preliminares sobre as matérias recebidas pelo órgão a serem submetidas ao Plenário e sobre outros assuntos legislativos: pesquisar, coletar e organizar extratos do Diário do Senado Federal e do Diário do Congresso Nacional referentes a questões de ordem e respectivas decisões da Presidência e pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mantendo atualizada a jurisprudência a respeito; prestar assessoramento ao Secretário-Geral, mediante o desenvolvimento de estudos, trabalhos e análises de assuntos relacionados às competências do órgão: elaborar pareceres, informações e notas técnicas sobre assuntos pertinentes encaminhados ao seu exame pelo titular: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 9º Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (arts. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e nas resoluções específicas de nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 10. Ao Serviço de Protocolo Legislativo compete receber, numerar, processar as matérias legislativas segundo modelos oficiais padronizados: encaminhar as matérias a autoridades e órgãos competentes da Casa; registrar as matérias legislativas com tramitação encerrada, enviando-as à Subsecretaria de Arquivo; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 11. Ao Serviço de Sinopse compete receber, padronizar, alimentar e complementar as informações pertinentes à tramitação de matérias legislativas; enviar ao Sistema de Processamento os dados necessários à alimentação do sistema de recuperação de informações legislativas; sugerir medidas visando ao aprimoramento dos trâmites burocráticos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 12. Ao Serviço de Distribuição de Avulsos e Apoio ao Plenário compete receber e fornecer avulsos das matérias em tramitação: organizar e distribuir a coleção de avulsos das proposições constantes da Ordem do Dia das sessões do Senado e do Congresso: manter arquivo atualizado das licenças concedidas aos Senadores: executar tarefas de apoio relacionadas ao atendimento das sessões de Plenário; zelar pelo cumprimento das disposições constantes dos artigos 182 a 185 do Regimento Interno: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 13. Ao Serviço de Redação compete elaborar as minutas de redação final e do vencido de matérias a serem submetidas à Mesa do Senado Federal, nos termos do art. 98, inciso V, do Regimento Interno: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 14. A Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal compete planejar, supervisionar, controlar e executar as atividades legislativas da Secretaria-Geral da Mesa pertinentes às matérias com tramitação no Senado Federal.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal:

I – Gabinete:

II – Serviço de Coordenação Legislativa do Senado:

III – Serviço de Estatística:

IV – Serviço de Conferência e Revisão.

Art. 15. Ao Gabinete compete providenciar o expediente, auxiliar seu titular no exercício das atribuições e no desempenho das atividades inerentes a sua representação: e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas as atribuições do órgão.

Art. 16. Ao Serviço de Coordenação Legislativa do Senado compete preparar os avulsos do espelho da Ordem do Dia das sessões do Senado, organizando os originais das matérias em tramitação: elaborar, atendendo a orientação superior, quadro comparativo de matérias relevantes, a serem submetidas à apreciação do Plenário; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 17. Ao Serviço de Estatística compete compilar e organizar os dados estatísticos referentes às atividades legislativas do Senado para o Relatório da Presidência, bem como com o fim de elaborar a sinopse das proposições e a resenha das matérias, consoante o disposto no art. 269 do Regimento Interno; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 18. Ao Serviço de Conferência e Revisão compete rever os textos elaborados no âmbito da Subsecretaria, providenciando as correções necessárias: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 19. À Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional compete planejar, supervisionar, controlar e executar as atividades de natureza legislativa da Secretaria-Geral da Mesa pertinentes às sessões conjuntas do Congresso Nacional e da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional:

I – Gabinete;

II – Serviço de Coordenação Legislativa do Congresso:

III – Serviço de Estatística:

IV – Serviço de Conferência e Revisão.

Art. 20. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, e auxiliar o seu titular no exercício das atribuições e no desempenho das atividades inerentes à sua representação: e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 21. Ao Serviço de Coordenação Legislativa do Congresso compete preparar os avulsos do espelho da Ordem do Dia das sessões conjuntas do Congresso Nacional, organizando os originais das matérias em tramitação: atender a inscrição de oradores em livro) próprio: e executam outras tarefas correlatas.

Art. 22. Ao Serviço de Estatística compete compilar e organizar os dados estatísticos referentes às atividades afetas às sessões conjuntas do Congresso Nacional para o Relatório da Presidência, bem como com o fim de elaborar a sinopse das proposições e a resenha das matérias, consoante o disposto no Art. 269, do Regimento Interno: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 23. Ao Serviço de Conferência e Revisão compete rever os textos elaborados no âmbito da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso, providenciando as correções necessárias: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 24. A Subsecretaria de Comissões compete planejar, supervisionar, controlar e executar as atividades de apoio às Comissões Permanentes, Mistas, Especiais e Parlamentares de Inquérito, bem como coordenar os órgãos que lhe estão afetos.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Comissões:

I – Gabinete:

II – Serviço de Apoio a Comissões Permanentes:

III – Serviço de Apoio a Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito:

IV – Serviço de Apoio às Comissões Mistas.

Art. 25. Ao Gabinete compete providenciar o expediente, e auxiliar o seu titular no exercício das atribuições e no desempenho das atividades inerentes à sua representação; e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 26. Ao Serviço de Apoio a Comissões Permanentes compete submeter a despacho dos Presidentes das Comissões as proposições e os docu-

mentos recebidos: receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores matérias e emendas: organizar a pauta das reuniões, segundo orientação do respectivo Presidente; preparar a correspondência e as atas das Comissões; controlar os prazos das proposições em tramitação nas Comissões: prestar as informações necessárias aos membros das Comissões; alimentar o sistema de informações: e executar – outras tarefas correlatas.

Art. 27. Ao Serviço de Apoio a Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito, compete submeter a despacho dos Presidentes das Comissões as proposições e os documentos recebidos: receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores matérias e emendas: organizar a pauta das reuniões das respectivas Comissões, segundo a orientação de seus Presidentes: preparar a correspondência e as atas das Comissões; controlar os prazos de tramitação das proposições: atender e prestar informações aos membros das Comissões e aos demais Senadores: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 28. Ao Serviço de Apoio às Comissões Mistas compete submeter a despacho dos Presidentes das Comissões as proposições e os documentos recebidos: receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores matérias e emendas: organizar a pauta das reuniões das respectivas Comissões, segundo a orientação de seus Presidentes; preparar a correspondência e as atas das Comissões: controlar os prazos de tramitação das proposições: atender e prestar informações aos membros das Comissões e aos demais Senadores; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 29. A Subsecretaria de Taquigrafia compete planejar, supervisionar e executar os serviços de apanhamento taquigráfico das sessões plenárias e, quando solicitada, das reuniões de Comissões, conferências e convenções, bem como coordenar os órgãos que lhe estão afetos.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Taquigrafia:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Supervisão Taquigráfica;
- III – Serviço de Revisão Taquigráfica;
- IV – Serviço de Registro Taquigráfico em Plenário;
- V – Serviço de Registro Taquigráfico em Comissões;
- VI – Serviço de Áudio;
- VII – Serviço de Apoio Operacional.

Art. 30. Ao Gabinete compete providenciar, o expediente, e auxiliar o seu titular no exercício das

atribuições e no desempenho das atividades inerentes à sua representação: e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 31. Ao Serviço de Supervisão Taquigráfica compete proceder, nas notas taquigráficas revistas, observando o estilo do orador, às necessárias correções: alimentar o sistema de informações: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 32. Ao Serviço de Revisão Taquigráfica compete rever o apanhamento taquigráfico das sessões plenárias do Senado e do Congresso Nacional, e de reuniões das Comissões, de conferências e Convenções; alimentar o sistema de informações: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 33. Ao Serviço de Registro Taquigráfico em Plenário do Senado e do Congresso Nacional compete registrar o apanhamento taquigráfico de cada sessão, contendo todos os incidentes, os debates, as declarações da Presidência, as chamadas de votações nominais, o resultado das votações, o texto das matérias lidas ou votadas os discursos e apartes e demais ocorrências de Plenário, alimentar o sistema de informações: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 34. Ao Serviço de Registro Taquigráfico em Comissões compete registrar, quando solicitado, o apanhamento taquigráfico dos trabalhos das Comissões, conferências e convenções, alimentar o sistema de informações: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 35. Ao Serviço de Áudio compete controlar as operações de som, manter a guarda das fitas gravadas por tempo definido pela administração, verificar e controlar as atividades de gravação, prestar apoio técnico aos servidores da Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas:

Art. 36. Ao Serviço de Apoio Operacional compete coordenar, planejar e executar as atividades do Banco de Dados 'TAQUI', alimentar, atualizar e compor o seu acervo, dar suporte executivo ao funcionamento do Sistema Informatizado da Subsecretaria: e executam' outras tarefas correlatas.

Art. 37. À Subsecretaria de Ata compete planejar, supervisionar, controlar e executar os serviços de elaboração das Atas e sumários das sessões e reuniões do Senado Federal e das sessões conjuntas do Congresso Nacional e da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Ata:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Redação do Expediente do Senado Federal:

III – Serviço de Redação da Ordem do Dia do Senado Federal:

IV – Serviço de Atas do Congresso Nacional:

V – Serviço de Conferência e Revisão das Atas:

VI – Serviço de Apoio Operacional.

Art. 38. Ao Gabinete compete providenciar o expediente e auxiliar o seu titular no exercício das atribuições e no desempenho das atividades inerentes a sua representação; e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 39. Ao Serviço de Redação do Expediente do Senado Federal compete acompanhar as sessões e reuniões do Senado Federal: redigir e organizar os sumários das atas e reuniões do Senado Federal: redigir e organizar as atas e ações legislativas das proposições lidas, de acordo com as normas de procedimento pertinentes: fazer juntada dos documentos que devam figurar nos processos; providenciar os avulsos de proposições: colher despacho do Presidente nas proposições lidas: alimentar o sistema de informações; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 40. Ao Serviço de Redação da Ordem do Dia do Senado Federal compete acompanhar as sessões e reuniões do Senado Federal: redigir e organizar as atas e reuniões do Senado Federal: numerar as proposições lidas e sujeitas à deliberação do Plenário: proceder ao registro das ações legislativas das proposições lidas e sujeitas à deliberação do Plenário, de acordo com as normas de procedimento pertinentes; fazer juntada dos documentos que devam figurar nos processos, de acordo com as normas regimentais: providenciar os avulsos de proposições; alimentar o sistema de informações: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 41. Ao Serviço de Atas do Congresso Nacional compete acompanhar as sessões e reuniões do Senado Federal e do Congresso Nacional e da Comissão Representativa do Congresso Nacional: redigir e organizar os sumários das atas e reuniões: numerar as proposições lidas e sujeitas à deliberação do Plenário: proceder ao registro das ações legislativas das proposições lidas e submetidas à deliberação do Plenário, de acordo com as normas de procedimento pertinentes: fazer juntada dos documentos que devam figurar nos processos: providenciar os avulsos de proposições e de vetos: alimentar o sistema de informações: e executam outras tarefas correlatas.

Art. 42. Ao Serviço de Conferência e Revisão das Atas compete realizar a revisão da redação das Atas das sessões e reuniões do Senado Federal e

das sessões conjuntas das duas Casas do Congresso Nacional e da Comissão Representativa do Congresso Nacional antes da remessa para publicação: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 43. Ao Serviço de Apoio Operacional compete receber, controlar e organizar o expediente lido em sessão e as proposições submetidas à deliberação do Plenário: encaminhar informações ao sistema, de acordo com as normas de procedimento pertinentes: arquivar, para conferência e revisão, cópias das proposições lidas e submetidas à consideração do Plenário e outros documentos de interesse: revisar os sumários e atas circunstanciadas das sessões e reuniões do Congresso Nacional e Senado Federal, providenciando a republicação dos textos ou a sua correção: executar a digitação de documentos e proposições legislativas para avulsos e que devam figurar nas atas circunstanciadas das sessões e reuniões do Senado Federal e do Congresso Nacional: selecionar, conferir, proceder a consolidação de textos e processar dados, por meio magnético, bem como alterá-los e corrigi-los, de acordo com os originais e segundo orientação superior: e executar outras atividades correlatas.

Art. 44. A Subsecretaria de Expediente compete planejar, controlar e executar as atividades de elaboração da correspondência oficial da Mesa, inclusive autógrafos das proposições remetidas à sanção, à promulgação e à Câmara dos Deputados, acompanhando as publicações dos textos aprovados pelo Senado e pelo Congresso Nacional; bem como coordenar as atividades dos Órgãos que lhe estão afetos.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Expediente:

I – Gabinete;

II – Serviço de Expediente;

III – Serviço de Conferência e Revisão.

Art. 45. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, e auxiliar o seu titular no exercício das atribuições e no desempenho das atividades inerentes à sua representação; e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do Órgão.

Art. 46. Ao Serviço de Expediente compete elaborar e expedir a correspondência oficial da Mesa: alimentar o sistema de informações com o registro da correspondência recebida e expedida e o controle dos prazos das matérias encaminhadas à sanção: conferir as publicações no Diário Oficial, no Diário do Congresso Nacional e no Diário do Senado Federal: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 47. Ao Serviço de Conferência e Revisão compete rever e reproduzir os textos elaborados no

âmbito da Subsecretaria: conferir as publicações com os textos aprovados pelo Senado ou Congresso Nacional, providenciando as correções necessárias, de acordo com os originais e segundo orientação superior; e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO II

Da Consultoria Legislativa

Art. 48. A Consultoria Legislativa compete a prestação de consultoria e assessoramento à Mesa, às Comissões e aos Senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, no exercício de suas funções legislativas, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional e administrativo do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação, por solicitação dos Senadores, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios, bem como na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal.

Parágrafo único. São órgãos da Consultoria Legislativa:

I – Gabinete;

II – Serviço de Apoio Administrativo;

III – Serviço de Apoio Técnico.

Art. 49. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo e de informática vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 50. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete a execução de trabalhos datilográficos e os de reprodução de textos: o registro das demandas de trabalhos de consultoria e assessoramento; e exercer atividades correlatas.

Art. 51. Ao Serviço de Apoio Técnico compete realizar as pesquisas e prestar o apoio técnico necessário ao desenvolvimento dos trabalhos de assessoramento dos consultores legislativos.

SUBSEÇÃO III

Da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Art. 52. À Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle compete a prestação de consultoria e assessoramento técnico na área de planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle:

I – à Mesa;

II – à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

III – às Comissões;

IV – aos Senadores, no desempenho das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Parágrafo único. A prestação de consultoria e assessoramento técnico de que trata o caput consiste:

I – na elaboração de estudos na área de planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle, quando do interesse institucional do Senado Federal ou do Congresso Nacional;

II – na preparação, por solicitação dos Senadores ou dos membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de minutas de proposições, relatórios e pareceres sobre planos, orçamentos públicos e ações de fiscalização e controle;

III – na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal e do Congresso Nacional, em matéria de planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle.

Art. 53. São órgãos da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle:

I – Gabinete;

II – Serviço de Apoio Administrativo;

III – Subsecretaria de Apoio Técnico.

Art. 54. Ao Gabinete compete:

I – providenciar o expediente, as audiências e a representação do titular;

II – executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do titular;

III – auxiliar o titular no desempenho de suas atividades;

IV – realizar outras tarefas pertinentes que lhe forem conferidas.

Art. 55. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I – exercer as atividades de provimento de serviços e materiais necessários à execução dos trabalhos da Consultoria;

II – processar eletronicamente os textos técnicos relacionados com a área de atuação da Consultoria, com vistas a subsidiar a elaboração dos trabalhos;

III – revisar os textos dos trabalhos da Consultoria, quanto aos aspectos gramatical e ortográfico;

IV – efetuar o registro das solicitações de trabalho e controlar o seu atendimento;

V – organizar e gerenciar sistemas de arquivos manuais e eletrônicos;

VI – executar outras tarefas pertinentes que lhe forem conferidas.

Art. 56. A Subsecretaria de Apoio Técnico compete:

I – coletar, organizar e preparar dados e informações sobre planos e orçamentos públicos, execução orçamentária e créditos adicionais;

II – coletar, organizar e preparar dados de natureza econômica e social;

III – coletar, organizar e preparar dados e informações relativos a convênios firmados pela União com Estados e Municípios;

IV – coletar e organizar leis, regulamentos, atos normativos e outras informações essenciais à elaboração dos trabalhos de consultoria e assessoramento;

V – relacionar-se em nível técnico com órgãos e entidades gerenciadoras de bancos de dados afetos aos trabalhos de consultoria e assessoramento.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Apoio Técnico:

I – Gabinete;

II – Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira;

III – Serviço de Pesquisa de Dados Econômicos e Sociais;

IV – Serviço de Legislação e Normas.

Art. 57. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 58. Ao Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira compete coletar, organizar e preparar dados e informações sobre planos e orçamentos públicos, execução orçamentária, créditos adicionais e convênios firmados pela União com Estados e Municípios, necessários à elaboração dos trabalhos da Consultoria.

Art. 59. Ao Serviço de Pesquisa de Dados Econômicos e Sociais compete coletar, organizar e preparar dados de natureza econômica e social, necessários à elaboração dos trabalhos da Consultoria.

Art. 60. Ao Serviço de Legislação e Normas compete coletar e organizar leis, regulamentos, atos normativos e outras informações essenciais à elaboração dos trabalhos de consultoria e assessoramento.

SUBSEÇÃO IV

Da Advocacia do Senado Federal

Art. 61. A Advocacia do Senado Federal compete prestar consultoria e assessoramento jurídicos à Mesa, à Comissão Diretora, à Diretoria-Geral e aos demais Órgãos da estrutura administrativa da Casa; e fornecer à Advocacia-Geral da União as informações e o respaldo técnico necessários à defesa judicial e extrajudicial dos interesses do Senado Federal.

Parágrafo único. É órgão da Advocacia do Senado Federal o seu gabinete.

Art. 62. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

SUBSEÇÃO V

Da Secretaria de Comunicação Social

Art. 63. A Secretaria de Comunicação Social compete formular, coordenar e supervisionar a execução de programas concernentes à política de comunicação social do Senado Federal; controlar, orientar e dirigir a execução de tarefas relativas à divulgação das atividades do Senado, mediante os diversos meios de comunicação; atender a toda atividade senatorial que promova a instituição e o Poder Legislativo; e assessorar, nos assuntos de sua competência, a Presidência, a Comissão Diretora, as Comissões Permanentes e Temporárias e os Senadores.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria de Comunicação Social:

I – Gabinete;

II – Serviço de Apoio Administrativo;

III – Serviço de Apoio Técnico;

IV – Subsecretaria de Divulgação e Integração;

V – Subsecretaria Agência Senado;

VI – Subsecretaria Jornal do Senado;

VII – Subsecretaria Rádio Senado;

VIII – Subsecretaria TV Senado;

IX – Subsecretaria de Projetos Especiais;

X – Subsecretaria Técnica de Eletrônica;

XI – Subsecretaria de Relações Públicas.

Art. 64. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação do titular; executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas à competência do órgão; e auxiliar o seu titular no desempenho das atividades relativas às suas atribuições.

Art. 65. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete receber, controlar e distribuir o material e o expediente da Secretaria; preparar propostas orçamentárias anuais e acompanhar a execução de seu orçamento; organizar a consolidação dos dados estatísticos; proceder ao controle interno de seu pessoal, registrar e controlar convênios e contratos de divulgação efetuados pelo Senado Federal; encaminhar informações ao Sistema de Processamento de Dados, de acordo com os manuais de procedimento específicos; e executar outras atividades correlatas.

Art. 66. Ao Serviço de Apoio Técnico compete orientar, coordenar e controlar as atividades de provimento de dados e análises básicas necessárias à realização dos trabalhos da Secretaria; e executar outras atividades correlatas.

Art. 67. A Subsecretaria de Divulgação e Integração compete coordenar e controlar a execução das atividades compreendidas na linha de competência das unidades administrativas da Secretaria; e promover a integração dos trabalhos realizados por todas as subsecretarias subordinadas à Secretaria.

Art. 68. À Subsecretaria Agência Senado compete administrar, redigir e promover a divulgação em tempo real, mediante redes informatizadas, de textos jornalísticos sobre as atividades da Casa, informando o andamento dos trabalhos do Plenário e demais órgãos do Senado; transmitir o noticiário para as principais agências de notícias do país; e fornecer o material de divulgação aos jornalistas credenciados na Casa.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria Agência Senado:

I – Serviço de Produção e Pesquisa;

II – Serviço de Informática e Transmissão.

Art. 69. Ao Serviço de Produção e Pesquisa compete providenciar dados e informações necessários ao desempenho das atribuições da Subsecretaria, como pautas dos trabalhos do Plenário e das Comissões, avulsos de projetos, pareceres e cópias de discursos; realizar contatos; efetuar consultas em terminais sobre projetos e outras matérias; fazer a revisão ortográfica e sintática de textos jornalísticos produzidos pela Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 70. Ao Serviço de Informática e Transmissão compete prover o banco de dados do Prodasen e redes informatizadas com o material produzido pela Secretaria, notadamente o noticiário para a imprensa realizar a transmissão, por meio de aparelhos de fac-símile e outros equipamentos, do noticiário produ-

zido pelo órgão para jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão e executar outras tarefas correlatas.

Art. 71. À Subsecretaria **Jornal do Senado** compete editar o Jornal do Senado, de circulação diária, com o noticiário das atividades da Casa, para distribuição interna e a órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como a entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria Jornal do Senado:

I – Serviço de Produção Jornalística e Arte;

II – Serviço de Circulação e Arquivo.

Art. 72. Ao Serviço de Produção Jornalística e Arte compete executar a programação visual e diagramar o **Jornal do Senado** e outras publicações da Secretaria; realizar o registro fotográfico das atividades do Plenário, das Comissões, do Gabinete da Presidência e de eventos no âmbito da Casa e providenciar a revelação dos respectivos filmes; fazer a revisão ortográfica e sintática de textos jornalísticos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 73. Ao Serviço de Circulação e Arquivo compete providenciar e controlar a distribuição do Jornal do Senado; organizar e manter atualizado, em computador ou pastas, arquivos de textos jornalísticos e publicações produzidos pela Secretaria, além de negativos e fotos e executar outras atividades correlatas.

Art. 74. A Subsecretaria Rádio Senado compete administrar e promover a cobertura jornalística dos trabalhos do Plenário, das Comissões, do Gabinete da Presidência e de outros órgãos da Casa, objetivando a elaboração do noticiário A Voz do Brasil, parte referente ao Senado; a redação e veiculação dos boletins Senado em Linha Direta; a produção e veiculação da Agenda Senado; e a administração e provimento de toda a programação veiculada pelo sistema de radiodifusão do Senado Federal.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria Rádio Senado:

I – Serviço de Produção;

II – Serviço de Locução.

Art. 75. Ao Serviço de Produção compete providenciar dados e informações necessários ao desempenho das atribuições da Subsecretaria, como pauta de votações do Plenário e das Comissões, avulsos de projetos e pareceres e cópias de discursos; realizar contatos; elaborar relatórios; e executar outras atividades correlatas.

Art. 76. Ao Serviço de Locução compete fazer a apresentação de noticiário radiofônico e avisos internos, bem como dar o necessário apoio aos eventos e às cerimônias realizados pela Casa; e executar outras atividades correlatas.

Art. 77. A Subsecretaria TV Senado compete administrar e promover a realização das transmissões de teledifusão ao vivo ou produzir gravações em vídeo, especialmente das atividades do Plenário, das comissões permanentes e temporárias, além da cobertura diária do Gabinete do Presidente e do Primeiro-Secretário, para exibição pelo canal reservado da TV Senado, criada pela Resolução nº 62, de 9 de junho de 1995; bem como pelo sistema interno e para distribuição às emissoras de televisão.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria TV Senado:

I – Serviço de Administração;

II – Serviço de TV a Cabo;

III – Serviço Central de Vídeo;

IV – Serviço de Edição;

V – Serviço de Produção;

VI – Serviço de Supervisão e Manutenção Técnica.

Art. 78. Ao Serviço de Administração compete receber, controlar e distribuir o material e o expediente da Subsecretaria e executar outras tarefas correlatas.

Art. 79. Ao Serviço de TV a Cabo compete controlar, orientar e dirigir as atividades da TV Senado relativas à divulgação, via transmissão por sistema de cabodifusão; supervisionar as operações de transmissão ao vivo e orientar o trabalho dos técnicos de operação; realizar a apresentação de textos informativos de apoio às transmissões ao vivo; e executar outras atividades correlatas.

Art. 80. Ao Serviço Central de Vídeo compete coordenar a cobertura jornalística, segundo orientação da direção da Subsecretaria, no que se refere à produção de programação pré-gravada; definir a utilização dos estúdios e horários de gravações na Central; selecionar diariamente as imagens a serem arquivadas; organizar as fitas gravadas e fazer o controle de utilização das fitas virgens; fazer o levantamento do material videográfico existente no arquivo da TV Senado e nos bancos de imagens de outras emissoras ou instituições, para prover a produção do Serviço; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 81. Ao Serviço de Edição compete dirigir a programação, determinando as prioridades da trans-

missão aos operadores técnicos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 82. Ao Serviço Produção de Televisão compete providenciar o levantamento de dados e informações necessários ao suporte das transmissões; realizar contatos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 83. Ao Serviço de Supervisão e Manutenção Técnica compete supervisionar as operações e fazer a manutenção permanente dos equipamentos da TV Senado; e executar outras atividades correlatas.

Art. 84. À Subsecretaria de Projetos Especiais compete assistir a Secretaria na promoção de contatos com entidades públicas e privadas visando ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas diversas Subsecretarias do órgão; realizar pesquisa permanente sobre o aproveitamento, pela mídia, das notícias sobre os Senadores; organizar eventos como cursos, palestras, seminários destinados a promover a constante melhoria da qualidade do trabalho de comunicação social do Senado; coordenar a publicação de livros, revistas e outros impressos produzidos no âmbito da Secretaria; e realizar os serviços voltados para atendimento das demandas de comunicação social dos gabinetes dos Senadores e órgãos do Senado, e promover a integração com o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, com a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen, com a Secretaria de Informação e Documentação e com os demais órgãos da Casa que possam ser envolvidos na concretização das referidas atividades.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Projetos Especiais:

I – Serviço de Eventos;

II – Serviço de Publicações e Pesquisa.

Art. 85. Ao Serviço de Eventos compete organizar cursos, palestras e seminários, e realizar os contatos internos e externos para sua viabilização; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 86. Ao Serviço de Publicações e Pesquisa compete editar livros, revistas e outros tipos de publicações que forem produzidos pela Subsecretaria de Projetos Especiais e pesquisas, tais como “Os Senadores na Mídia”.

Art. 87. À Subsecretaria Técnica de Eletrônica compete administrar e promover a operação e manutenção de todo o sistema de som e imagem do Senado Federal; e elaborar estudos e projetos para atuali-

zação de sistema, bem como para aquisição de novos equipamentos.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria Técnica de Eletrônica:

- I – Serviço de Administração e Projetos;
- II – Serviço Técnico de Áudio;
- III – Serviço Técnico da Rádio Senado;
- IV – Serviço Técnico da TV Senado.

Art. 88. Ao Serviço de Administração e Projetos compete executar as atividades administrativas da Subsecretaria, controlar pessoal, expediente, material, programação financeiro-orçamentária; elaborar projetos e autuar e acompanhar processos administrativos de interesse; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 89. Ao Serviço Técnico de Áudio compete promover a execução das atividades de sonorização e gravação realizadas no âmbito do Senado Federal; manter em perfeito funcionamento os respectivos equipamentos eletrônicos executando a manutenção preventiva dos instalados e estocados; elaborar programas para atualização no sistema de som; efetuar estudos para aquisição de novos equipamentos fornecendo especificações técnicas para a elaboração de editais de concorrência; atualizar planta e diagramas das instalações eletrônicas; arquivar as fitas gravadas para fornecimento aos órgãos da Casa e aos Senadores; coordenar e controlar as atividades de sonorização, gravação e arquivamento sonoro no âmbito do Senado Federal, do Congresso Nacional e dos eventos internos e externos de representações oficiais ou do Presidente do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 90. Ao Serviço Técnico da Rádio Senado compete assegurar apoio técnico à execução das atividades de gravação e transmissão de programas radiofônicos do Senado Federal, mantendo em perfeito funcionamento os respectivos equipamentos eletrônicos; elaborar programas para atualização do sistema; efetuar estudos técnicos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 91. Ao Serviço Técnico da TV Senado compete assegurar apoio técnico à produção, transmissão, gravação e distribuição dos programas da TV Senado; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 92. À Subsecretaria de Relações Públicas compete formular a política setorial, em consonância com a política global de Comunicação Social do Senado Federal; coordenar, orientar, controlar e dirigir as atividades relacionadas com os processos de comunicação interna e externa; favorecer a integração

entre os servidores e a Casa, agindo como articuladora junto às distintas unidades administrativas; e tomar a iniciativa de ações voltadas para proporcionar à sociedade a visão do papel institucional do Senado Federal.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Relações Públicas:

- I – Serviço de Administração;
- II – Serviço de Recepção e Contatos;
- III – Serviço de Pesquisa e Planejamento;
- IV – Serviço de Cooperação Institucional.

Art. 93. Ao Serviço de Administração compete receber, controlar e distribuir o expediente da Subsecretaria; elaborar a proposta orçamentária; propor a aquisição de material permanente e de consumo; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 94. Ao Serviço de Recepção e Contatos compete acompanhar visitantes às dependências do Senado Federal; organizar recepções, cerimônias, sessões especiais do Senado Federal e sessões solenes do Congresso Nacional, em coordenação com o Cerimonial da Presidência, com a Diretoria-Geral e a Secretaria-Geral da Mesa; manter atualizado banco de dados de autoridades, assim como das diversas ordens de precedência, e atuar nos eventos extraordinários, tais como recepções, jantares e inaugurações; prestar atendimento à realização de roteiros turísticos e palestras institucionais sobre o Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 95. Ao Serviço de Pesquisa e Planejamento compete providenciar dados e informações para subsidiar o planejamento de Relações Públicas; manter contatos com órgãos congêneres visando ao intercâmbio de informações; estabelecer os roteiros e protocolos em comum acordo com o Cerimonial da Presidência e a Secretaria-Geral da Mesa; e executar outras atividades correlatas.

Art. 96. Ao Serviço de Cooperação Institucional compete exercer a articulação junto aos órgãos internos e aos organismos externos com vistas a ações cooperativas na área de relações públicas, criando parcerias pontuais que atendam aos interesses institucionais dos envolvidos.

SUBSEÇÃO VI

Da Secretaria de Controle Interno

Art. 97. À Secretaria de Controle Interno compete, no âmbito do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados planejar, dirigir e executar as atividades de inspeção e auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de pessoal; pro-

por normas e procedimentos para a adequação das especificações dos materiais e serviços e para o aprimoramento dos controles sobre os atos que impliquem despesa ou obrigações; verificar a compatibilidade entre as variações patrimoniais e os rendimentos auferidos por Senadores e servidores ocupantes de cargo ou emprego comissionados ou função de confiança; criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União; promover a integração de ações com os demais órgãos integrantes dos Sistemas de Controle Interno dos Poderes da União, executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria de Controle Interno:

I – Gabinete;

II – Serviço de Auditoria de Gestão;

III – Serviço de Auditoria de Programas.

Art. 98. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 99. Ao Serviço de Auditoria de Gestão compete, no âmbito do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, acompanhar os procedimentos licitatórios desde a elaboração do edital até a homologação; exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos técnicos especializados e dos convênios e outros acordos bilaterais; acompanhar e fiscalizar a realização das obras e reformas no conjunto arquitetônico do Senado Federal, incluídas as residências oficiais; verificar a exatidão, a legalidade e a suficiência dos atos administrativos de admissão ou desligamento de pessoal e dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão; emitir parecer sucinto e conclusivo sobre a legalidade desses atos, remetendo-os à apreciação do Tribunal de Contas da União; verificar a legalidade e a legitimidade dos bens e rendimentos declarados pelos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou empregos comissionados ou funções de confiança, verificando a compatibilidade entre as variações patrimoniais e os rendimentos auferidos; verificar a legalidade e a exatidão dos pagamentos efetuados a título de remuneração e benefícios aos Senadores e servidores; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 100. Ao Serviço de Auditoria de Programas compete, no âmbito do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, efetuar o acompanhamento físico e financeiro dos programas de trabalho e do or-

çamento; identificar resultados segundo projetos ou atividades; avaliar a adequada propriedade do produto parcial ou final obtido, em face da especificação determinada; avaliar resultados alcançados pelos administradores; analisar a adequação dos instrumentos de gestão – contratos, convênios, acordos, ajustes e outros congêneres – para consecução dos planos, programas, projetos e atividades desenvolvidas, inclusive quanto à legalidade de diretrizes estabelecidas e à evolução dos preços; realizar auditoria contábil nos procedimentos expostos pela contabilidade analítica e na observância dos limites e diretrizes estabelecidos por legislação específica; fiscalizar a fluidez da realização da receita e da despesa; opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos, incluindo os respectivos Fundos Especiais: exame de prestação ou tomada de contas e da documentação instrutiva e comprobatória dos atos e fatos contábeis-administrativos, e das demonstrações financeiras e notas explicativas dos ordenadores de despesa, gestores e demais responsáveis por dinheiro, bens e outros valores públicos, e sobre elas emitir parecer prévio, relatório e Certificado de Auditoria, encaminhando-os ao Tribunal de Contas da União, através do Diretor-Geral; verificação da existência física dos bens e de outros valores, acompanhando os itens constantes dos Almoarifados; análise e parecer das prestações de contas das entidades subvencionadas pelo Senado Federal e das transferências realizadas, bem como acompanhamento da aplicação dos recursos repassados pelo Senado Federal a essas entidades; análise dos Suprimentos de Fundos concedidos e dos processos de ressarcimento de despesas; exame das prestações de contas apresentadas pelo Conselho de Supervisão do SIS – Sistema Integrado de Saúde; e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO VII

Da Assessoria de Planejamento e Modernização

Art. 101. À Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa compete formular as políticas de recursos humanos, de informação, de planejamento e de modernização administrativa do Senado Federal, em articulação com representantes das unidades envolvidas, nos termos das orientações fixadas pela Comissão Diretora, bem como o exercício de outras atribuições que lhe venham a ser deferidas.

Parágrafo único. A Comissão Diretora estabelecerá a composição da Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa e fixará a infra-estrutura e os recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento.

SUBSEÇÃO VIII Do Cerimonial da Presidência

Art. 102. Ao Cerimonial da Presidência compete planejar, orientar e coordenar as atividades de recepção e audiências do Gabinete do Presidente do Senado Federal.

SEÇÃO IV Do Órgão Central de Coordenação e Execução

Art. 103. É Órgão Central de Coordenação e Execução a Diretoria-Geral.

Art. 104. À Diretoria-Geral compete realizar a integração administrativa do Senado Federal, com apoio dos demais órgãos da estrutura geral, dirigir e controlar a política da administração, consoante normas legais regulamentares e deliberações da Comissão Diretora.

Parágrafo único. São órgãos da Diretoria-Geral:

- I – Gabinete;
 - II – Assessoria Técnica;
 - III – Subsecretaria de Telecomunicações;
 - IV – Serviço de Administração de Residências
- Oficiais do Senado Federal;
- V – Serviço de Atividades Externas;
 - VI – Serviço Central de Atendimento ao Usuário;
 - VII – Serviço de Apoio Aeroportuário;
 - VIII – Subsecretaria de Segurança Legislativa;
 - IX – Secretaria Administrativa;
 - X – Secretaria de Serviços;
 - XI – Secretaria de Informação e Documentação;
 - XII – Secretaria Especial de Editoração e Publicações;
 - XIII – Secretaria de Assistência Médica e Social;
 - XIV – Conselho Editorial;
 - XV – Conselho de Administração;
 - XVI – Subsecretaria Sistema Integrado de Saúde.

SUBSEÇÃO I Do Gabinete da Diretoria-Geral

Art. 105. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no de-

sempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

SUBSEÇÃO II Da Assessoria Técnica

Art. 106. A Assessoria Técnica compete prestar assessoramento técnico ao Diretor-Geral mediante o desenvolvimento de estudos e análises de assuntos relacionados às competências da Diretoria-Geral: elaborar pareceres sobre assuntos encaminhados ao seu exame pelo Diretor-Geral.

SUBSEÇÃO III Da Subsecretaria de Telecomunicações

Art. 107. À Subsecretaria de Telecomunicações compete a coordenação e administração geral de todo o sistema de telecomunicações do Senado Federal: receber e transmitir, de acordo com normas estabelecidas pela Comissão Diretora, mensagens por intermédio dos sistemas de telex e telefonia: manter o controle das mensagens recebidas e expedidas, bem como dos operadores da Central Telefônica, dos equipamentos de telex e transmissores e sua manutenção: controlar e executar ligações telefônicas de toda a rede interna e externa da Casa, bem como projetar e controlar a execução de todas as instalações realizadas e a realizar no Senado Federal, efetuando a previsão e o controle dos serviços de engenharia necessários a instalação, modificação ou expansão das instalações e equipamentos existentes: controlar o acesso às instalações e zelar pela segurança dos equipamentos de telefonia e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Telecomunicações:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Projetos;
- III – Serviço de Comutação Telefônica;
- IV – Serviço de Administração da Rede Telefônica;
- V – Serviço de Telex e Telefax;
- VI – Serviço de Administração.

Art. 108. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação do seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades e executar outras atribuições correlatas.

Parágrafo único. O Gabinete contará com um corpo de Assistentes Técnicos a quem compete o

atendimento de primeiro nível aos usuários dos serviços de telecomunicações.

Art. 109. Ao Serviço de Projetos compete a administração, desenvolvimento, manutenção e controle de todos os projetos de telecomunicações da Subsecretaria; implementar os projetos de rede telefônica interna e a atualização das tecnologias e equipamentos existentes; adequar a estrutura física às normas técnicas exigidas: promover o mapeamento de toda a rede telefônica existente, através do sistema AUTO-CAD, inclusive de áreas onde inexistem plantas de rede: pesquisar e especificar os softwares e hardwares necessários ao permanente desenvolvimento do Sistema e executar outras atribuições correlatas.

Art. 110. Ao Serviço de Comutação Telefônica compete operar o PABX MD110 e seus periféricos, e interligações da rede externa com o Senado Federal: administrar os contratos de telefonia celular: efetuar a habilitação de linhas celulares e controlar os aparelhos celulares de propriedade do Senado Federal ou colocados à sua disposição e executar outras atribuições correlatas.

Art. 111. Ao Serviço de Administração da Rede Telefônica compete manter e executar os serviços na rede interna de telefonia (cablagem), com todas as suas conexões, desde o distribuidor-geral até os terminais telefônicos: fiscalizar os controles entre o Senado Federal e as companhias telefônicas: controlar e administrar as faturas de linhas diretas, ramais e linhas celulares de cada usuário: providenciar a elaboração, atualização e distribuição permanente do guia telefônico do Senado Federal e executar outras atribuições correlatas.

Art. 112. Ao Serviço de Telex e Telefax compete administrar as transmissões de telex e telefax: receber e distribuir todas as correspondências através de fax e telex para os senhores Senadores: manter e controlar todos os equipamentos de Fac-símile instalados no Senado Federal e residências oficiais: gerenciar e administrar o sistema TEIA e fornecer instruções para os usuários: gerir os contratos do Senado Federal com a Embratel e E.C.T., e executar outras atribuições correlatas.

Art. 113. Ao Serviço de Administração compete controlar o material, pessoal e expedientes da Subsecretaria; responder pela execução de trabalhos de entrada de dados e reprodução de textos; preparar a proposta orçamentária anual, em articulação com os titulares das demais unidades da Subsecretaria, e acompanhar a sua execução: manter o arquivo administrativo e organizar a consolidação de dados esta-

tísticos: controlar e acompanhar o andamento dos processos de interesse da Subsecretaria e executar outras atribuições correlatas.

SUBSEÇÃO IV

Do Serviço de Administração de Residências Oficiais do Senado Federal

Art. 114. Ao Serviço de Administração de Residências Oficiais do Senado Federal compete planejar, controlar e executar os trabalhos de manutenção dos edifícios: zelar pela limpeza e pelo perfeito funcionamento das instalações hidráulicas, elétricas e dos elevadores: providenciar os reparos necessários; manter em perfeito funcionamento os equipamentos elétricos e máquinas instaladas: receber, conferir, manter sob sua guarda e distribuir aos destinatários os materiais adquiridos: manter escrituração própria sobre material: atender as requisições dentro dos limites de fornecimento estabelecidos: elaborar dados estatísticos de consumo de material: realizar o tombamento dos bens inventariando anualmente os bens patrimoniais sob orientação e controle da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio: e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO V

Do Serviço de Atividades Externas

Art. 115. Ao Serviço de Atividades Externas compete executar todos os serviços relativos a servidores do Senado Federal junto aos diversos órgãos previdenciários: à obtenção de passaporte para os Senadores e funcionários que viajam em missão oficial, bem como a obtenção das competentes anotações diplomáticas: à distribuição e controle de quotas de passagens aéreas dos senhores Senadores: despacho e procuração de documentos: e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO VI

Do Serviço Central de Atendimento ao Usuário

Art. 116. Ao Serviço Central de Atendimento ao Usuário compete atender a demanda e distribuição dos pedidos de serviços administrativos dos Gabinetes do Senado: e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO VII

Do Serviço de Apoio Aeroportuário

Art. 117. Ao Serviço de Apoio Aeroportuário compete coordenar, orientar e controlar os trabalhos referentes à assistência às autoridades do Senado Federal no embarque e desembarque nos aeroportos da capital federal, e nos trabalhos de desembarço de

bagagens e encomendas nos terminais de carga e junto aos órgãos alfandegários, quando procedentes do Exterior: manter perfeita interação com os Gabinetes dos Senadores e com o Serviço de Transporte, para melhor desempenho dos serviços de sua competência: e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO VIII

Da Subsecretaria de Segurança Legislativa

Art. 118. À Subsecretaria de Segurança Legislativa compete:

I – realizar o policiamento preventivo e a proteção permanente nas dependências e áreas adjacentes de próprios do Senado Federal;

II – atuar como órgão de apoio à Corregedoria do Senado Federal;

III – efetuar as tarefas de investigação e sindicância compatíveis com seus objetivos;

IV – colaborar e, necessariamente, acompanhar as investigações solicitadas pela Polícia Federal, nas dependências do Senado Federal;

V – auxiliar, quando e sempre que solicitada, as comissões de sindicância e de inquérito administrativo disciplinar;

VI – executar medidas de segurança, planejamento e escolta do Presidente do Senado Federal, demais Senadores e autoridades, quando solicitada;

VII – encaminhar informações ao processamento de dados, de acordo com os manuais de procedimentos pertinentes: e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Segurança Legislativa:

I – Serviço de Administração;

II – Serviço de Policiamento e Segurança Interna;

III – Serviço de Policiamento e Segurança Externa;

IV – Serviço de Inteligência e Apoio às Operações Policiais;

V – Serviço de Proteção e Segurança de Dignitários;

VI – Serviço de Registro.

Art. 119. Ao Serviço de Administração compete:

I – receber, controlar e distribuir o material e o expediente da Subsecretaria;

II – proceder ao controle administrativo interno do pessoal da Subsecretaria;

III – promover a identificação e emissão de crachás, ressalvada a competência da Subsecretaria de Administração de Pessoal;

IV – emitir autorização de veículos para os estacionamento privativos;

V – planejar e controlar o treinamento dos Servidores da Subsecretaria, bem como organizar escalas de serviços;

VI – encaminhar informações ao Sistema de Processamento de Dados, de acordo com os manuais de procedimentos pertinentes;

VII – controlar e executar as atividades administrativas internas e externas da Subsecretaria;

VIII – manter arquivos da atividade-meio relacionados à Subsecretaria e organizar a consolidação dos dados estatísticos;

IX – proceder ao controle do patrimônio da Subsecretaria;

X – dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria e executar outras tarefas correlatas.

Art. 120. Ao Serviço de Policiamento e Segurança Interna compete:

I – supervisionar, controlar e executar os trabalhos de policiamento das dependências internas do Senado Federal;

II – promover o controle sobre o trânsito e o acesso de pessoas nas dependências do Senado Federal e visitantes;

III – preservar o local dos ilícitos nas dependências internas do Senado Federal, acionando imediatamente o Serviço de Inteligência e Apoio às Operações Policiais para as providências cabíveis;

IV – efetuar prisão em flagrante;

V – dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria e executar outras tarefas correlatas.

Art. 121. Ao Serviço de Policiamento e Segurança Externa compete:

I – supervisionar, controlar e executar os trabalhos de policiamento das dependências externas do Senado Federal, incluindo-se entre elas as Residências Oficiais;

II – preservar o local dos ilícitos nas dependências externas do Senado Federal, acionando imediatamente o Serviço de Inteligência e Apoio às Operações Policiais para as providências cabíveis;

III – efetuar prisão em flagrante;

IV – controlar o acesso de veículos aos estacionamento privativos do Senado Federal;

V – dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria e executar outras tarefas correlatas.

Art. 122. Ao Serviço de 1nteligência e Apoio às Operações Policiais compete:

I – manter intercâmbio com os órgãos oficiais de informação e inteligência;

II – disponibilizar base de dados com informações necessárias ao desempenho das atividades policiais;

III – organizar e controlar o Centro de Operações da Subsecretaria;

IV – manter arquivos de documentação relacionados à atividade-fim da Subsecretaria;

V – auxiliar na apuração dos delitos ocorridos nos próprios do Senado Federal;

VI – efetuar prisão em flagrante;

VII – preservar o local dos ilícitos nas dependências do Senado Federal;

VIII – solicitar perícia aos órgãos de Segurança Pública para auxílio nas investigações;

IX – dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria e executar outras tarefas correlatas.

Art. 123. Ao Serviço de Proteção e Segurança de Dignitários compete;

I – planejar e executar os esquemas de segurança física dos Senadores e demais autoridades que estejam nas dependências do Senado Federal;

II – zelar pela segurança e integridade físicas das demais autoridades convidadas por esta Casa;

III – manter a segurança nas seções plenárias e nas comissões;

IV – efetuar prisão em flagrante;

V – dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria e executar outras tarefas correlatas.

Art. 124. Ao Serviço de Registro compete:

I – promover, organizar, registrar, em livros próprios, as ocorrências;

II – autuar as peças das investigações e sindicâncias realizadas pela Subsecretaria;

III – encaminhar os autos à corporação de polícia judiciária, nas hipóteses de prisão em flagrante, e ao Diretor-Geral nos demais casos;

IV – dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria e executar outras tarefas correlatas;

SUBSEÇÃO IX

Da Secretaria Administrativa

Art. 125. A Secretaria Administrativa compete planejar, supervisionar, coordenar e dirigir as atividades administrativas do Senado Federal relativas a pessoal, finanças, material e patrimônio, compras e contratações de serviços.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria Administrativa:

I – Gabinete;

II – Serviço de Apoio Técnico;

III – Serviço de Protocolo Administrativo;

IV – Subsecretaria de Administração de Pessoal;

V – Subsecretaria de Administração Financeira;

VI – Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio;

VII – Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços.

Art. 126. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades: e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 127. Ao Serviço de Apoio Técnico compete prestar o apoio técnico necessário à realização das atividades da Secretaria.

Art. 128. Ao Serviço de Protocolo Administrativo compete realizar o registro e o controle dos processos que tramitam no âmbito do Senado Federal.

Art. 129. A Subsecretaria de Administração de Pessoal compete, em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa, formular planos e programas e elaborar normas e procedimentos de administração de recursos humanos: executar as atividades operacionais da administração de pessoal: e assessorar, coordenar e avaliar as decisões e as ações gerenciais relacionadas à vida funcional dos servidores do Senado Federal.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Administração de Pessoal:

I – Gabinete;

II – Serviço de Cadastro Parlamentar;

III – Serviço de Documentação e Arquivo;

IV – Serviço de Pagamento de Pessoal;

V – Serviço de Aposentadorias e Pensões;

VI – Serviço de Apoio Técnico;

VII – Serviço de Administração de Cargos e Funções;

VIII – Serviço de Direitos e Deveres;

IX – Serviço de Atendimento ao Usuário;

X – Serviço de Seguridade Social dos Congressistas;

XI – Serviço de Atendimento ao ex-Parlamentar.

Art. 130. A Subsecretaria de Administração de Pessoal contará com uma Comissão Permanente de Promoção para coordenar os trabalhos relativos a promoções; supervisionar o processo de avaliação de desempenho; acompanhar os projetos de formação específica para promoção e apreciar recursos sobre promoção e avaliação de desempenho.

Art. 131. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 132. Ao Serviço de Cadastro Parlamentar compete executar as atividades de cadastramento de Senadores e Suplentes: organizar, atualizar e controlar os assentamentos individuais dos Senadores: cadastrar os dependentes dos parlamentares para fins de assistência médica: registrar a frequência dos parlamentares comunicada pelo órgão competente: comunicar ao Serviço de Pagamento de Pessoal as alterações financeiras relativas ao auxílio-moradia e ausências de Senadores: executar as atividades de admissão, cadastramento e desligamento dos ocupantes de cargos em comissão dos gabinetes parlamentares, inclusive dos servidores requisitados de outros órgãos públicos: e executar outras atividades correlatas.

Art. 133. Ao Serviço de Documentação e Arquivo compete organizar e arquivar documentos referentes a pessoal: estabelecer critérios para manutenção de documentos em arquivo temporário e arquivo morto: efetuar o registro de arquivamento e desarquivamento de documentos: expedir declarações e certidões relativas aos dados cadastrais: orientar e supervisionar a eliminação periódica de documentos do arquivo: conferir os registros dos dados cadastrais, curriculares e financeiros realizados pelos órgãos da Subsecretaria, promovendo a correção de eventuais falhas: e executar outras atividades correlatas.

Art. 134. Ao Serviço de Pagamento de Pessoal compete elaborar as folhas de pagamento dos Senadores, e do pessoal ativo, inativo e pensionista; manter atualizadas as tabelas de códigos de pagamento,

descontos e de consignações; projetar as despesas decorrentes das folhas de pagamento para fins orçamentários: elaborar guias de recolhimento, relatórios e expedir declaração de rendimento; cadastrar e controlar as pensões judiciais e consignatários: atualizar o sistema de processamento de pagamento de pessoal: e executar outras atividades correlatas.

Art. 135. Ao Serviço de Aposentadorias e Pensões compete preparar e instruir os processos de aposentadorias e pensões: calcular proventos e pensões: manter atualizado o cadastro de aposentados e pensionistas e respectivos dependentes: elaborar o mapa de tempo de serviço: instruir os processos de revisão de aposentadorias e pensões: apostilar: instruir os processos para pagamento do auxílio-funeral: e executar outras atividades correlatas.

Art. 136. Ao Serviço de Apoio Técnico compete realizar as pesquisas e prestar o apoio técnico-administrativo necessário às atividades da Subsecretaria; acompanhar, selecionar, coletar, consolidar e manter em arquivo atualizado as normas administrativas referentes a pessoal: providenciar a averbação de tempo de serviço, editar o Boletim Administrativo do Pessoal: providenciar a publicação, nos órgãos oficiais de divulgação, das matérias relativas a pessoal: e executar outras atividades correlatas.

Art. 137. Ao Serviço de Administração de Cargos e Funções compete promover estudos visando adequar a estrutura de cargos e funções às necessidades institucionais do Senado Federal: executar as atividades de admissão, movimentação e progressão funcional dos servidores: promover a avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório: conceder os adicionais pela lotação em áreas perigosas e insalubres: gerenciar o sistema de processamento de dados que dá suporte ao cadastro funcional: controlar o acesso a informações no cadastro funcional: manter atualizados os códigos das tabelas do Histórico Funcional; sugerir alterações no sistema de cadastro funcional: e executar outras atividades correlatas.

Art. 138. Ao Serviço de Direitos e Deveres compete instruir processos relativos a direitos, deveres e benefícios do pessoal ativo, promover os respectivos registros cadastrais e providenciar sobre os créditos e descontos a serem efetuados: gerir o sistema de controle de frequência do pessoal: promover os registros nas carteiras de trabalho: gerir os programas de benefícios sociais, mantendo atualizados os valores: propor a implantação de novos benefícios e a atualização) da respectiva legislação: e executar outras atividades correlatas.

Art. 139. Ao Serviço de Atendimento ao Usuário compete centralizar a demanda de solicitações de informações dos parlamentares, servidores ativos, aposentados, pensionistas, nos assuntos relativos à competência da Subsecretaria; e executar outras atividades correlatas.

Art. 140. Ao Serviço de Seguridade Social dos Congressistas compete preparar e instruir os processos de aposentadorias e pensões dos segurados do Plano de Seguridade Social dos Congressistas: providenciar a concessão e a manutenção dos benefícios; calcular proventos e pensões; manter atualizado o cadastro de aposentados e pensionistas e respectivos dependentes; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 141. Ao Serviço de Atendimento ao ex-Parlamentar compete centralizar () atendimento aos ex-Parlamentares e seus dependentes.

Art. 142. A Subsecretaria de Administração Financeira compete coordenar, orientar e controlar a execução do Sistema de Administração Financeira e Orçamentária do) Senado Federal: coordenar a elaboração das prestações de contas trimestral e anual; coordenar a elaboração da proposta orçamentária e os pedidos de abertura de créditos adicionais; executar a fiscalização dos créditos, o processamento das despesas e a preparação) dos pagamentos; e coordenar a execução) de medidas relativas ao cronograma de desembolso financeiro do orçamento e créditos adicionais.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Administração Financeira:

I – Gabinete;

II – Serviço de Apoio Técnico;

III – Serviço de Administração Financeira;

IV – Serviço de Contabilidade; e

V – Serviço de Administração Orçamentária.

Art. 143. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de Suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 144. Ao Serviço de Apoio Técnico compete prestar o apoio técnico necessário à realização das atividades da Subsecretaria de Administração Financeira.

Art. 145. Ao Serviço de Administração Financeira compete registrar, classificar e controlar os documentos que derem entrada para liquidação e pagamento: registrar e controlar os saldos verificados; compor os processos que deverão conter os documentos exigidos pela legislação pertinente; controlar as concessões de suprimento de fundos; controlar as contas bancárias: manter sob sua guarda os cheques, ordens bancárias, valores e toda documentação contábil, inclusive a referente aos processos licitatórios com trânsito pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio; preparar a documentação referente a pagamentos, acompanhada do respectivo processo, para a competente assinatura do Diretor da Subsecretaria de Administração Financeira e do Ordenador da Despesa; remeter ao Serviço de Contabilidade os processos pagos, bem como a posição do saldo financeiro; controlar a credencial de fornecedores e representantes legais, para pagamentos: encaminhar aos agentes financeiros todo e qualquer documento que autorize movimentação nas contas bancárias do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 146. Ao Serviço de Contabilidade compete efetuar a conferência dos processos pagos: efetuar lançamentos de receita e despesa, bem como os lançamentos contábeis para fins de processamento de dados: conferir os lançamentos efetuados pelo órgão de informática do Senado Federal, procedendo às correções necessárias: elaborar os balancetes e demonstrativos contábeis dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação do Senado Federal, bem como o quadro das variações patrimoniais, para assinatura juntamente com o Diretor do órgão: analisar balancetes e balanços das unidades da administração e das entidades subvencionadas; consolidar mensalmente os balancetes das unidades orçamentárias, para serem enviados à Secretaria de Controle Interno e ao Tribunal de Contas da União: elaborar trimestralmente a prestação de contas do Senado Federal para a Comissão Diretora: efetuar o encerramento e a reabertura das contas do exercício: e elaborar anualmente a prestação de contas do Senado Federal, para ser enviada ao Tribunal de Contas da União.

Art. 147. Ao Serviço de Administração Orçamentária compete elaborar a proposta orçamentária do Senado Federal, de acordo com as instruções baixadas pela Comissão Diretora e demais normas legais.

is que disciplinam a matéria: acompanhar a execução da Lei Orçamentária e dos atos pertinentes aos créditos adicionais com o acompanhamento físico e financeiro por Projetos e atividades: elaborar as normas de administração orçamentária, no âmbito do Senado Federal: examinar e proceder às alterações no orçamento detalhado por programa de trabalho e natureza da despesa; elaborar proposta para abertura de créditos adicionais: elaborar o cronograma de desembolso financeiro do orçamento e dos créditos adicionais aprovados pelo Senado Federal; elaborar demonstrativos mensais sobre a execução orçamentária: controlar a despesa decorrente da execução dos contratos e convênios firmados pelo Senado Federal: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 148. À Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio compete coordenar, orientar e controlar a execução das atividades do sistema de administração de material e do patrimônio do Senado Federal.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio:

I – Gabinete;

II – Serviço de Administração do Patrimônio:

III – Serviço de Planejamento e Controle de Material:

IV – Serviço de Almoxarifados:

V – Serviço de Controle de Qualidade.

Art. 149. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades: e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 150. Ao Serviço de Administração do Patrimônio compete especificar e, produzir descrições padronizadas. codificar e catalogar os bens patrimoniais do Senado Federal; realizar o controle de tombamento dos bens patrimoniais, inclusive a identificação visual dos bens. a localização e o estado de conservação dos mesmos: controlar a existência, a localização e a movimentação dos bens patrimoniais, inclusive a responsabilidade dos titulares da guarda dos mesmos: realizar inventários periódicos dos bens. de forma discriminada, com maior frequência para os de maior valor: propor soluções para os bens que forem considerados inservíveis, propondo sua recuperação, se for economicamente justificável, ou sua alienação:

providenciar e controlar o atendimento dos serviços de assistência técnica para os equipamentos de escritório: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 151. Ao Serviço de Planejamento e Controle de Material compete realizar estudos de consumo do material, produzindo elementos do planejamento e dados estatísticos correspondentes; determinar a política do ressuprimento dos estoques, incluindo níveis máximos, pontos de reposição, estoques de segurança; elaborar a programação das necessidades de material (Calendário de Compras) em conjunto com unidade especializada da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços: executar o controle físico e financeiro dos estoques; planejar a realização dos inventários físicos de material: realizar levantamentos e estudos necessários ao saneamento dos estoques de materiais inativos, em excesso, obsoletos inservíveis, tomando as providências iniciais para sua alienação; integrar em conjunto com o pessoal da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, o Núcleo de Atendimento ao Usuário, particularmente no que se refere ao atendimento das solicitações de bens patrimoniais: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 152. Ao Serviço de Almoxarifados compete receber, conferir, classificar aguardar e controlar a distribuição dos materiais adquiridos; executar a inspeção materiais recebidos, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Serviço de Controle de Qualidade; executar a preservação dos materiais estocados; participar da execução dos inventários físicos de material: controlar as instalações e os equipamentos de prevenção a incêndios; desenvolver estudos para a recuperação e reutilização de materiais necessários às atividades do Senado Federal; supervisionar as atividades dos almoxarifados descentralizados: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 153. Ao Serviço de Controle de Qualidade compete especificar e produzir descrições padronizadas para todos os itens de material necessários ao Senado Federal. independentemente de sua destinação e uso: controlar a atribuição de códigos de material, mantendo atualizada a matriz de classificação de material: realizar estudos de padronização de materiais e de bens patrimoniais: realizar, em Conjunto com unidade especializada da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, estudos de desenvolvimento de alternativas atendimento às necessidades dos usuários, inclusive com o em-

prego do processo de terceirização; estabelecer critérios e procedimentos a serem executados pelo Serviço de Almoxarifados na inspeção de materiais recebidos; desenvolver processos de qualidade total para atendimento dos usuários; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 154. A Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços compete planejar, dirigir e controlar as atividades relacionadas com aquisição de materiais, contratação de serviços e administração dos fornecimentos e serviços contratados.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços:

- I – Gabinete;
- II – Comissão Permanente de Licitação;
- III – Serviço de Planejamento e Controle de Compras e Contratações;
- IV – Serviço de Apoio Técnico a Compras;
- V – Serviço de Execução de Compras;
- VI – Serviço de Contratações de Serviços.

Art. 155. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 156. À Comissão Permanente de Licitação compete processar e julgar as licitações para aquisição de materiais e contratação de obras e serviços nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência, praticando todos os demais atos referentes às suas atividades peculiares, de acordo com a legislação específica; julgar os recursos administrativos interpostos por licitantes, em primeira instância e julgar, definitivamente, os processos de inscrição no Cadastro de Fornecedores do Senado Federal; e desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 157. Ao Serviço de Planejamento e Controle de Compras e Contratações compete efetuar a habilitação de fornecedores, mantendo um Cadastro atualizado: elaborar, controlar e manter atualizada a matriz de classificação de serviços: pesquisar fontes alternativas de suprimento de materiais e de prestação de serviços: participar do processo de desenvolvimento de fornecedores. em Conjunto com órgão especializado da Subsecretaria de Administração de

Material e Patrimônio: realizar pesquisas de mercado e outras necessárias para a definição dos preços estimados de materiais e de serviços: propor, para avaliação e aprovação superiores, a política de aquisição de materiais, de bens patrimoniais móveis e de contratação de obras e de serviços para o Senado Federal: integrar, em conjunto com o pessoal da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, o Núcleo de Atendimento ao Usuário, particularmente no que se refere ao andamento e execução dos processos de compra e de contratação de serviços: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 158. Ao Serviço de Apoio Técnico a Compras compete elaborar minutas de atos convocatórios (editais). de contratos e de aditamentos contratuais: elaborar pareceres técnicos e exposição de motivos sobre julgamentos de processos licitatórios: prestar apoio técnico-jurídico à Comissão Permanente de Licitação e as Comissões Especiais de Licitação: tomar as providências necessárias para executar as contratações processadas pelas comissões: administrar os contratos decorrentes de contratações processadas pelas Comissões: orientar a execução de compras e contratações de serviços através de importações: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 159. Ao Serviço de Execução de Compras compete processar as licitações na modalidade “Convite”, de acordo com as disposições legais vigentes; processar as aquisições de materiais, com dispensa ou com Inexigibilidade de licitação, de acordo com as disposições legais vigentes: formalizar as contratações das aquisições de sua responsabilidade, emitindo os documentos contratuais correspondentes: administrar o fornecimento relativo às aquisições de sua responsabilidade, até o cumprimento da última cláusula contratual vigente; tomar as medidas necessárias ao processamento do pagamento dos materiais adquiridos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 160. Ao Serviço de Contratações de Serviços compete processar as licitações na modalidade “Convite”, para contratação de obras e de serviços, de acordo com as disposições legais vigentes: processar as contratações de obras e de serviços, com dispensa ou com inexigibilidade de licitação, de acordo com as disposições legais vigentes: formalizar as contratações de sua responsabilidade, emitindo os documentos contratuais correspondentes: administrar os contratos de serviços de sua responsabilidade, até o cumprimento da última cláusula

contratual vigente: tomar as medidas necessárias ao processamento do pagamento dos contratos sob sua administração adquiridos; e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO X **Da Secretaria de Serviços**

Art. 161. A Secretaria de Serviços compete planejar, supervisionar, coordenar e dirigir a execução dos serviços vinculados a obras e reparos em imóveis, instalações, limpeza e manutenção de bens móveis e imóveis, transporte e portaria.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria de Serviços:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Apoio Técnico;
- III – Subsecretaria de Engenharia;
- IV – Subsecretaria de Serviços Gerais.

Art. 162. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 163. Ao Serviço de Apoio Técnico compete prestar o apoio técnico necessário a realização das atividades da Secretaria de Serviços.

Art. 164. À Subsecretaria de Engenharia compete a previsão, a coordenação, controle e direção dos serviços relativos a projetos e obras do Senado Federal: a execução de reparos nos edifícios e elevadores; a manutenção de pisos, vias de escoamento de águas pluviais e das instalações sanitárias hidráulicas e elétricas; a prevenção e reparos referentes à infiltração de água nas construções; o controle e manutenção da usina geradora de força e luz; a urbanização das áreas; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Engenharia:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Obras;
- III – Serviço de Manutenção;
- IV – O Serviço de Instalações Especiais;
- V – Serviço de Instalações Prediais.

Art. 165. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas

de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 166. Ao Serviço de Obras compete a previsão, controle, coordenação e execução dos trabalhos referentes às obras e modificações nos edifícios ou instalações: oferecer sugestões sobre os serviços que devam ser realizados, bem como sobre as compras a serem efetuadas dentro dos limites a serem estabelecidos pelo Diretor-Geral, para atendimento de situações emergentes; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 167. Ao Serviço de Manutenção compete a execução de pequenas obras e reparos nos imóveis do Senado Federal: efetuar trabalhos de carpintaria e marcenaria: prevenir acidentes e incêndios e realizar todos os trabalhos referentes a manutenção e urbanização dos edifícios; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 168. Ao Serviço de Instalações Especiais compete a execução. Coordenação, controle e manutenção das instalações elétricas e dos elevadores: a manutenção, operação e controle da Usina Geradora de força e luz; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 169. Ao Serviço de Instalações Prediais compete a manutenção e execução de reforma nas redes de água e ar condicionado dos edifícios; e a execução de outras tarefas correlatas.

Art. 170. A Subsecretaria de Serviços Gerais compete à previsão, a coordenação, o controle e direção das atividades vinculadas a limpeza, transporte, e portaria do Senado Federal.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Serviços Gerais:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Transporte;
- III – Serviço de Portaria;

Art. 171. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 172. Ao Serviço de Transporte compete a guarda e a manutenção dos veículos do Senado Federal; fornecer transporte aos Senadores e aos servidores indicados pela Comissão Diretora; providenciar o recebimento do seguro, em caso de acidente.

Art. 173. Ao Serviço de Portaria compete receber, registrar e distribuir correspondência. Diários Oficiais, jornais e publicações; expedir e entregar correspondência; anotar o comparecimento dos Senadores; atender aos Senadores e órgãos

administrativos do Senado em atribuições inerentes ao Serviço de Portaria; encaminhar os pedidos de audiência.

SUBSEÇÃO XI

Da Secretaria de Informação e Documentação

Art. 174. A Secretaria de Informação e Documentação compete planejar, supervisionar e coordenar as atividades vinculadas ao sistema de informação e documentação do Senado Federal, relativas ao Arquivo, Biblioteca, Museu, Informações, Tradução e Interpretação.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria de Informação e Documentação:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Museu;
- III – Serviço de Tradução e Interpretação;
- IV – Subsecretaria de Arquivo;
- V – Subsecretaria de Biblioteca;
- VI – Subsecretaria de Informações.

Art. 175. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 176. Ao Serviço de Museu compete receber, coletar, pesquisar, classificar, conservar, restaurar e guardar as peças e documentos que compõem o acervo histórico e artístico do Senado Federal; divulgar o acervo do Museu, através de exposições permanentes, temporárias e itinerantes; coordenar as ações que envolvam os espaços de exposições do Senado, divulgar as ações do Museu, nos termos da legislação em vigor.

Art. 177. Ao Serviço de Tradução e Interpretação compete proceder, nos idiomas para os quais disponha de tradutores-intérpretes habilitados, a tradução ou versão de documentos de caráter legislativo ou administrativo de interesse da Presidência do Senado, dos Senadores, do Diretor-Geral, do Secretário-Geral da Mesa, e dos Diretores de Secretaria e Subsecretarias do Senado Federal; atuar na interpretação consecutiva de audiências concedidas pelo Presidente do Senado Federal, pelos Senadores, pelo Diretor-Geral, pelo Secretário-Geral da Mesa, e pelos demais Diretores da Casa a dignitários estrangeiros, naqueles idiomas para os quais disponha de tradutores-intérpretes habilitados; controlar a execução dos trabalhos, armazenar e recuperar as informa-

ções relativas à sua área; e realizar outras tarefas correlatas.

Art. 178. A Subsecretaria de Arquivo compete planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à guarda e conservação de documentos que lhe forem encaminhados.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Arquivo:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Arquivo Histórico;
- III – Serviço de Arquivo de Proposições e Publicações.

Art. 179. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 180. Ao Serviço de Arquivo Histórico compete classificar, restaurar e arquivar os documentos de real valor histórico; organizar catálogos; atender pedidos de pesquisa e fornecer cópias de documentos quando devidamente autorizado; propor medidas de intercâmbio com o Arquivo Nacional; organizar arquivo de microfilmes; e executar outras tarefas correlatas; organizar as biografias dos Senadores; receber reportagens fotográficas e documentos cinematográficos das sessões do Senado Federal e do Congresso Nacional; proceder à microfilmagem de documentos, elaborar e programar, avaliar e recolher, em colaboração com os demais órgãos do Senado Federal, os documentos administrativos ultimados; propor a eliminação dos documentos destituídos de qualquer valor; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 181. Ao Serviço de Arquivo de Proposições e Publicações compete receber, classificar, arquivar e catalogar as proposições com tramitação encerrada; requisitar avulsos referentes às proposições; atender solicitações de desarquivamento; encaminhar à guarda do Serviço de Arquivo Histórico documentos com mais de vinte anos de arquivamento; organizar arquivo de microfilmagem e de proposições; receber e arquivar as publicações do Senado Federal; manter coleções dos **Diários** do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional; do Diário Oficial da União e do Distrito Federal e dos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional; atender requisições de exemplares de publicações, receber e arquivar, devidamente encadernados, ao fim de cada Legislatura, as atas das comissões; receber e arqui-

var, em invólucros lacrados, as atas das sessões secretas e outros documentos considerados sigilosos pela Comissão Diretora; organizar arquivo de microfílm das publicações de atas não-sigilosas; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 182. A Subsecretaria de Biblioteca compete fornecer suporte informacional aos trabalhos desenvolvidos no âmbito exclusivo do Senado Federal:

– Planejar, coordenar e controlar as atividades de informação vinculadas ao acervo; gerenciar a Rede SABI (Subsistema de Administração de Bibliotecas).

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Biblioteca:

I – Gabinete;

II – Serviço de Desenvolvimento de Coleções:

III – Serviço de Processos Técnicos:

IV – Serviço de Atendimento ao Usuário:

V – Serviço de Multimeios;

VI – Serviço de Gerência da Rede – SABI.

Art. 183. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 184. Ao Serviço de Desenvolvimento de Coleções compete definir as políticas de seleção, aquisição e descarte; pré-catalogar, registrar e controlar o material adquirido; manter o controle bibliográfico das publicações produzidas pelo Senado Federal; manter intercâmbio de publicações, em âmbito nacional e internacional; coordenar, periodicamente, o inventário do material adquirido; manter cadastros de fornecedores, editores, entidades doadoras e permutadoras; emitir o catálogo topográfico do acervo; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 185. Ao Serviço de Processos Técnicos compete definir e aplicar a política de processamento de informação contida nos livros, folhetos, mapas e publicações seriadas; catalogar, classificar e indexar esses tipos de documentos; alimentar as bases de dados BIBR (livros e folhetos) e PERI (periódicos); preparar o material para empréstimo; emitir os catálogos do acervo; colaborar no controle da linguagem de indexação utilizada na Rede SABI; colaborar na edição de bibliografias e outros produtos de interesse do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 186. Ao Serviço de Atendimento ao Usuário compete definir e aplicar a política de atendimento aos usuários; efetuar as atividades de recuperação e

disseminação da informação; orientar e auxiliar os usuários na utilização dos recursos informacionais da Subsecretaria de Biblioteca; controlar o empréstimo, devolução, renovação e reserva do material bibliográfico; manter atualizado o cadastro de usuários; efetuar a ordenação e guarda diária do acervo de livros, folhetos e periódicos; zelar pela conservação do acervo, enviando documentos para restauração ou encadernação; manter intercâmbio de informações com outras instituições nacionais e estrangeiras; colaborar na política de aquisição; colaborar na edição de bibliografias e outros produtos de interesse do Senado Federal; colaborar no controle da linguagem de indexação utilizada na Rede (SABI); colaborar na promoção e organização de exposições e outros eventos de interesse da Subsecretaria de Biblioteca; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 187. Ao Serviço de Multimeios compete definir e aplicar a política de processamento da informação para multimeios (microfilmes, slides, CD-ROM, fitas de vídeo, jornais e outros materiais especiais), alimentar as bases de dados, JORN (artigos de jornais) e BIBR (multimeios); preparar os multimeios para empréstimo; manter atualizado o arquivo manual e digitalizado de recortes de jornais; orientar e auxiliar os usuários na utilização da coleção de multimeios; zelar pela manutenção e conservação da coleção de multimeios; colaborar no controle da linguagem de indexação utilizada na Rede SABI; colaborar na elaboração de bibliografias e outros produtos de interesse do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 188. Ao Serviço de Gerência da Rede – SABI, compete definir e aplicar a política de seleção para ingresso de bibliotecas na Rede; realizar avaliação periódica das bibliotecas integrantes da Rede; promover o treinamento de usuários alimentadores das bases de dados; coordenar e controlar a alimentação das bases de dados gerenciadas pela Subsecretaria de Biblioteca sob os aspectos de qualidade e integridade das informações; supervisionar, manter e controlar as bases de dados relativas à linguagem de indexação e recuperação; elaborar a Bibliografia Brasileira de Direito e outros produtos de interesse do Senado Federal; promover e organizar exposições e outros eventos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 189. A Subsecretaria de Informações compete planejar, controlar e executar as atividades de provimento de dados, análises e informações básicas necessárias à execução dos trabalhos de assessoramento e aos demais órgãos da Casa, bem como ao público externo.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Informações:

I – Gabinete.

II – Serviço de Pesquisa Jurídica.

III – Serviço de Pesquisa de Indicadores Econômicos e Sociais.

IV – Serviço de Controle de Informações.

Art. 190. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo e de informática vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 191. Ao Serviço de Pesquisa Jurídica compete coordenar e controlar as informações relativas às normas jurídicas e jurisprudenciais e aos pronunciamentos de parlamentares e autoridades: registrar, organizar e manter atualizado o Thesaurus para as leis e demais normas jurídicas do País; realizar estudos sobre as características de normas jurídicas editadas no País, das matérias legislativas e do processo de sua tramitação em ambas as Casas do Congresso Nacional; realizar os trabalhos de revisão e aprimoramento dos sistemas de recuperação de informações legislativas, desenvolvendo a metodologia a ser utilizada na organização do Thesaurus para as leis e demais normas jurídicas do País; alimentar os sistemas de informação; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 192. Ao Serviço de Pesquisa de Indicadores Econômicos e Sociais compete coordenar e controlar a produção de indicadores socioeconômicos necessários aos trabalhos do Senado Federal; planejar, organizar e gerenciar a montagem e operação de matrizes de informações; alimentar os sistemas de informações; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 193. Ao Serviço de Controle de Informações compete centralizar a recuperação das informações geradas pelos demais órgãos do Senado Federal, receber e armazenar manuais de usuários referentes às bases de dados disponíveis, avaliar a qualidade das informações constantes nos bancos de dados; atender solicitações de pesquisas, nos termos do definido pela Comissão Diretora.

SUBSEÇÃO XII

Da Secretaria Especial de Licitação e Publicações

Art. 194. À Secretaria Especial de Editoração e Publicações, funcionando em turnos ininterruptos, compete planejar, supervisionar e coordenar a execução dos serviços de arte gráfica de interesses do Senado Federal, mediante plano formulado no âmbito do Conselho Editorial e aprovado pela Comissão Di-

retora, bem como de edições técnicas, anais e outras publicações de interesse para os trabalhos legislativos, do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações:

I – Gabinete;

II – Serviço de Atendimento ao Usuário;

III – Serviço de Controle de Qualidade;

IV – Serviço de Administração Econômico-Financeira:

V – Subsecretaria Industrial;

VI – Subsecretaria de Apoio Técnico;

VII – Subsecretaria de Administração, Suplemento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico;

VIII – Subsecretaria de Edições Técnicas;

IX – Subsecretaria de Anais;

X – Comissão Permanente de Licitação.

Art. 195. A Secretaria Especial de Editoração e Publicação gozará de autonomia orçamentária e financeira nos termos do art. 172 do Decreto-Lei nº 200/67, com alteração dada pelo Decreto-Lei nº 900/69, por meio da alocação de recursos orçamentários do Tesouro, constantes do Orçamento Geral da União, no âmbito de sua competência.

§ 1º A autonomia financeira da Secretaria Especial de Editoração e Publicações caracteriza-se pelo exercício das atividades de recebimento e aplicação de recursos, bem como pela prática dos atos de gestão, nos termos dos regulamentos administrativos do Senado Federal, exclusive no que se refere à dotação de recursos de pessoal e encargos sociais.

§ 2º À Secretaria Especial de Editoração e publicações compete exercer as atribuições conferidas ao Centro Gráfico do Senado Federal pelo Ato da Comissão Diretora nº 13, de 1974.

Art. 196. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 197. Ao Serviço de Atendimento ao Usuário compete realizar as atividades de preparação de originais, remessas postais, análise de custo dos serviços gráficos e providenciar a expedição do material gráfico produzido.

Art. 198. Ao Serviço de Controle de Qualidade compete desenvolver mecanismos de controle de qualidade dos serviços gráficos.

Art. 199. Ao Serviço de Administração Econômico-Financeira compete executar as atividades de co-

brança dos serviços gráficos, cálculo dos custos dos serviços a partir de tabelas de custos de serviços aprovada pela Comissão Diretora do Senado Federal, bem como responsabilizar-se pela execução orçamentária e financeira da Secretaria.

Art. 200. À Subsecretaria Industrial compete coordenar, orientar, supervisionar e controlar a execução dos sistemas de produção industrial gráfica, de programação visual, editoração e publicação, de produção industrial das publicações oficiais, de composição e impressão eletrônica, de produção industrial fotoeletrônica e fotomecânica, de produção industrial em composição e impressão tipográfica e em impressão **offset**, em acabamento e manutenção industrial.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria Industrial:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Produção Industrial Gráfica;
- III – Serviço de Programação Visual;
- IV – Serviço de Impressão de Publicações Oficiais;
- V – Serviço de Impressão Eletrônica;
- VI – Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica;
- VII – Serviço de Impressão Tipográfica;
- VIII – Serviço de Impressão Offset;
- IX – Serviço de Acabamento;
- X – Serviço de Manutenção Industrial.

Art. 201. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 202. Ao Serviço de Produção Industrial Gráfica compete executar as atividades de planejamento e programação industrial.

Art. 203. Ao Serviço de Programação Visual compete executar as atividades de arte, pesquisa, preparação e programação editorial.

Art. 204. Ao Serviço de Impressão de Publicações Oficiais compete executar as atividades de produção industrial de anais, avulsos, jornais, e de formatação de manual de textos.

Art. 205. Ao Serviço de Impressão Eletrônica compete executar as atividades de conferência eletrônica de textos, formatação eletrônica de textos, impressão eletrônica, operação e composição eletrônica.

Art. 206. Ao Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica compete executar as atividades de conferência de fotoeletrônica, fotografia P&B, e execução fotoeletrônica.

Art. 207. Ao Serviço de Impressão Tipográfica compete executar as atividades de composição mecânica, paginação tipográfica e impressão tipográfica.

Art. 208. Ao Serviço de Impressão Offset compete executar as atividades de impressão rotativa e de impressão **offset** em papéis e cartões planos.

Art. 209. Ao Serviço de Acabamento compete executar as atividades de corte, acabamento, encadernação e expedição.

Art. 210. Ao Serviço de Manutenção Industrial compete executar as atividades de solda e serralheria, suporte operacional, manutenção mecânica, manutenção eletrônica e manutenção de refrigeração.

Art. 211. À Subsecretaria de Apoio Técnico compete o controle, a coordenação, a direção das atividades de apoio aos órgãos da Secretaria de Editoração e Publicações, que compreendem transporte, arquivo, serviços gerais, protocolo, bem como treinamento industrial profissionalizante; e executar outras atividades correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Apoio Técnico:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Atividades Especiais;
- III – Serviço de Treinamento Industrial e Profissionalizante.

Art. 212. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 213. Ao Serviço de Atividades Especiais compete executar as atividades de transporte, arquivo, serviços gerais, protocolo, projetos e especificações.

Art. 214. Ao Serviço de Treinamento Industrial e Profissionalizante compete executar as atividades de treinamento industrial e profissionalizante dos operadores das coordenações de produção industrial.

Art. 215. A Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico compete exercer o controle estatístico da frequência de pessoal e escala de férias e recessos; emitir mensalmente Folha individual de Frequência; programar e executar as atividades de cadastramento de pessoal ativo, aposentados, exonerados, demitidos, falecidos e dos pensionistas, mantendo atualizados os registros relativos à vida funcional dos servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e seus assentamentos funcionais, em articulação com a Subsecretaria de Administração de Pessoal.

al, o controle, a coordenação e a direção das atividades de aquisições e guarda das matérias primas utilizadas nos serviços gráficos e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Administração. Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico:

I – Gabinete;

II – Serviço de Aquisições;

III – Serviço de Controle de Almoxarifado;

IV – Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais.

Art. 216. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades: e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 217. Ao Serviço de Aquisições compete a pesquisa, seleção e aquisição, segundo as normas do Senado Federal, de todas as matérias primas necessárias ao funcionamento da Secretaria.

Art. 218. Ao Serviço de Controle de Almoxarifado compete executar as atividades de controle e distribuição do material em consonância com as normas emanadas pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

Art. 219. Ao Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais compete executar as atribuições da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento concernentes a pessoal.

Art. 220. A Subsecretaria de Edições Técnicas compete planejar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à publicação da Revista de Informação Legislativa e de outras publicações de interesse para os trabalhos legislativos.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Edições Técnicas:

I – Gabinete;

II – Serviço de Publicações;

III – Serviço de Revisão e Formatação Eletrônica.

Art. 221. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular: auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades: e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 222. Ao Serviço de Publicações compete pesquisar e editar as matérias necessárias à elaboração da Revista de Informação Legislativa: coletar e

coordenar, para publicação na Revista, trabalhos de autoria de Senadores, servidores do Senado Federal e de outros colaboradores: elaborar coletâneas legislativas e outras obras de interesse para os trabalhos legislativos: elaborar documentação de circulação interna sobre matérias em tramitação no Congresso Nacional, para confecção do Boletim Informativo: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 223. Ao Serviço de Formatação Eletrônica compete organizar e revisar os originais para publicação das matérias necessárias a elaboração da Revista de Informação Legislativa, do Boletim Informativo e de outras publicações de interesse para os trabalhos legislativos: indicar nos originais todas as referências tipográficas necessárias à sua reprodução: opinar sobre clichês das Edições Técnicas: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 224. A Subsecretaria de Anais compete planejar, supervisionar, controlar e organizar em anais, por ordem cronológica, os trabalhos das sessões realizadas no Senado Federal e Congresso Nacional: executar as atividades relativas à publicação dos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional: organizar em volumes e enviar à publicação os Atos Legislativos promulgados pelo Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Parágrafo Único. São órgãos da Subsecretaria de Anais:

I – Gabinete;

II – Serviço de Controle do Acervo;

III – Serviço de Revisão e Controle Editorial;

IV – Serviço de Indexação.

Art. 225. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular, auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades: e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 226. Ao Serviço de Controle de Acervo compete o controle e a distribuição das publicações à clientela cadastrada, no País e no exterior: organizar e manter o acervo: armazenar e recuperar dados relativos aos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional, dos Atos Legislativos promulgados pelo Presidente do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 227. Ao Serviço de Revisão e Controle Editorial compete proceder à revisão das provas tipográficas e das publicações dos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional, dos Atos Legislativos pro-

mulgados pelo Presidente do Senado Federal: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 228. Ao Serviço de Indexação compete organizar os índices dos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional e dos volumes dos atos legislativos promulgados pelo Presidente do Senado Federal: manter registro do encaminhamento e recebimento dos originais das publicações de competência da Subsecretaria: e executar outras tarefas correlatas.

Art. 229. À Comissão Permanente de Licitação, composta de no mínimo três membros, com mandato de um ano, vedada a recondução para o período subsequente, compete receber, examinar e julgar todos os documentos ~ procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento dos licitantes, no âmbito Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

SUBSEÇÃO XIII

Da Secretaria de Assistência Médica e Social

Art. 230. A Secretaria de Assistência Médica e Social compete previsão, a coordenação, o controle e a direção dos serviços relativos à prestação de assistência médica, de urgência e ambulatorial aos Senadores, servidores e seus respectivos dependentes, realizar auditoria médica nas instituições credenciadas: assistência odontológica, psicológica, social, fisioterápica e de enfermagem: executar o controle e a fiscalização sobre a execução do Sistema Integrado de Saúde de servidores do Senado Federal e Órgãos Supervisionados sob a coordenação e Conselho de Supervisão, integrado por um membro da Comissão Diretora, Diretor-Geral e servidores, nos termos do definido pela Comissão Diretora, e prover assessoramento técnico específico a Comissão Diretora e demais Órgãos do Senado Federal e órgãos Supervisionados sobre assuntos de sua competência.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria de Assistência Médica Social:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Administração;
- III – Serviço Médico;
- IV – Serviço de Laboratório de Diagnósticos;
- V – Serviço de Assistência Social;
- VI – Serviço de Enfermagem;
- VII – Serviço de Odontologia;
- VIII – Serviço de Psicologia;
- IX – Serviço de Junta Médica.

Art. 231. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular, auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas

de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 232. Ao Serviço de Administração compete receber, controlar e distribuir o material e o expediente da Secretaria, executar os trabalhos datilográficos; proceder ao controle interno de pessoal da Secretaria; estabelecer escalas de plantões administrativos; organizar o registro de prontuários médicos; encaminhar informações ao Sistema de Processamento de Dados, de acordo com os manuais de procedimentos pertinentes; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 233. Ao Serviço Médico compete executar os serviços médicos, realizar a auditoria médica nas instituições credenciadas; coordenar o atendimento médico em geral; realizar tratamento fisioterápico; zelar pelo controle da atualização de medicamentos; realizar a investigação diagnóstica; planejar as escalas de plantão dos médicos; zelar pela guarda e sigilo das informações contidas nos prontuários de pacientes; orientar os servidores visando à prevenção de doenças profissionais; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 234. Ao Serviço de Laboratório de Diagnóstico compete realizar a investigação diagnóstica, podendo utilizar equipamento médico dotado de computadores analógicos, para resultados automatizados, nos campos de eletromedicina, da radiologia, da investigação bioquímica, da medicina nuclear aplicada à clínica, da ginecologia, da oftalmologia, da otorrinolaringologia e da endoscopia; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 235. Ao Serviço de Assistência Social compete planejar, executar e acompanhar programas de assistência e orientação social para os servidores do Senado Federal, Órgãos Supervisionados e respectivos dependentes; atuar junto a grupos e programas de assistência social promovidos pela Secretaria; realizar visitas domiciliares e hospitalares, quando solicitado; zelar pela reintegração de pacientes à força de trabalho; prover o apoio requerido às famílias de pacientes em tratamento; e executar outras atividades correlatas.

Art. 236. Ao Serviço de Enfermagem compete planejar, organizar, coordenar e avaliar a assistência de enfermagem; consultar, auditar e emitir parecer sobre matéria pertinente à enfermagem; prescrever a assistência na enfermagem; participar de projetos de construção ou reforma de unidades de saúde; prevenir e controlar sistematicamente a infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral; prestar cuidados no ambiente cirúrgico através da esterilização adequada dos materiais cirúrgicos; prevenir e controlar danos que possam ser causados à clientela duran-

te a assistência na enfermagem; desenvolver trabalhos visando à melhoria da saúde da população; elaborar, implantar, coordenar e avaliar os programas de educação e saúde para os servidores; participar em equipe multidisciplinar visando ao acompanhamento gradual e periódico da saúde; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 237. Ao Serviço de Odontologia compete prestar atendimento odontológico aos Senadores e servidores do Senado Federal e Órgãos Supervisionados, com seus respectivos dependentes, nas áreas de prevenção, dentística restauradora e odontopediatria, periodontia, cirurgia, endodontia e emergência; e executar outras atividades correlatas.

Art. 238. Ao Serviço de Psicologia compete o atendimento psicoterápico; a aplicação de testes psicofisiográficos para posse de novos funcionários; o acompanhamento de dependentes químicos e seus familiares, na Secretaria de Assistência Médica e Social e em atendimentos externos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 239. Ao Serviço de Junta Médica compete deliberar sobre assuntos periciais, com base no Código de Ética Médica, nas resoluções do Conselho Regional e Federal de Medicina, na legislação trabalhista, no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais vigente e nas normas que regulem as atividades funcionais do Senado Federal e Órgãos Supervisionados; analisar e propor readaptações funcionais, aposentadorias, licenças e limitações funcionais por motivo de saúde; e executar outras tarefas correlatas.

SUBSEÇÃO XIV

Do Conselho Editorial

Art. 240. Ao Conselho Editorial compete formular a política editorial do Senado Federal; estabelecer normas editoriais e de editoração; aprovar o programa editorial do Senado Federal e supervisionar sua execução; e avaliar as matérias submetidas a sua apreciação e emitir parecer conclusivo sobre elas, de conformidade com a política, as normas e o programa editorial.

§ 1º O Conselho é composto de cinco membros, sendo três servidores do Senado Federal, e dois cidadãos com notório conhecimento em áreas afetas à atuação do órgão, todos eles designados pela Comissão Diretora.

§ 2º No prazo de trinta dias de sua instalação, o Conselho Editorial elaborará e submeterá à aprovação da Comissão Diretora seu anteprojeto de regimento interno.

SUBSEÇÃO XV

Do Conselho de Administração

Art. 241. Ao Conselho de Administração compete opinar sobre a política de recursos humanos, de informática, de modernização administrativa e de planejamento e controle do Senado Federal, segundo normas fixadas pela Comissão Diretora, e exercer outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO XVI

Da Subsecretaria Sistema Integrado de Saúde

Art. 242. À Subsecretaria Sistema Integrado de Saúde compete planejar, supervisionar e coordenar as atividades do Sistema Integrado de Saúde – SIS – e das unidades que lhe são subordinadas; preparar a pauta das reuniões do Conselho de Supervisão do SIS; propor ao Conselho de Supervisão a regulamentação dos programas especiais de que trata o art. 23 do Regulamento do SIS; articular-se com a Secretaria de Assistência Médica e Social para manter em alto padrão os serviços oferecidos pelo SIS; gerir os recursos do Fundo de Reserva do SIS; movimentar as contas correntes do SIS no Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, em conjunto com o Diretor-Geral; articular-se com a Subsecretaria de Administração Financeira, com vista à inclusão no orçamento do Senado Federal dos recursos necessários à manutenção do Plano de Assistência do SIS e executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Presidente do Conselho de Supervisão do SIS e pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria Sistema Integrado de Saúde:

- I – Serviço de Planejamento;
- II – Serviço de Fiscalização;
- III – Serviço de Execução Financeira e Contabilidade;
- IV – Serviço de Administração.

Art. 243. Ao Serviço de Planejamento compete acompanhar o nível de satisfação dos usuários e a efetividade dos serviços prestados pelo SIS; dar ciência ao Diretor da Subsecretaria dos problemas detectados entre os usuários e prestadores de serviço, propondo as medidas corretivas que julgar necessárias; planejar e coordenar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação dos serviços médico-hospitalares e de exames complementares; instruir processo sobre assuntos relativos aos contratos do SIS; manter arquivo dos contratos firmados pelo Senado Federal no âmbito do SIS, acompanhando seus prazos de vi-

gência e executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Subsecretaria.

Art. 244. Ao Serviço de Fiscalização compete executar a conferência das faturas apresentadas pelos prestadores de serviço; analisar processos de pagamento, encaminhando-os à Subsecretaria de Administração Financeira para pagamento ou ao Serviço de Execução Financeira e Contabilidade da Subsecretaria aqueles que deverão ser pagos com recursos do Fundo de Reserva do SIS; coordenar e fiscalizar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação dos serviços médico-hospitalares e de exames complementares; instruir processos relacionados com a fiscalização dos contratos firmados pelo Senado Federal no âmbito do SIS; avaliar e informar o Serviço de Planejamento quanto à conveniência ou não da prorrogação ou renovação dos contratos firmados pelo Senado Federal no âmbito do SIS; observar e formalizar eventual incidência de multa ou penalidade por infração cometida pelos prestadores de serviço; fiscalizar o cumprimento do regulamento do SIS pelos usuários, propondo as medidas corretivas necessárias e executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Subsecretaria.

Art. 245. Ao Serviço de Execução Financeira e Contabilidade compete efetuar os pagamentos à conta do Fundo de Reserva do SIS; controlar e efetuar a conciliação bancária das contas do SIS; definir, em conjunto com o Diretor da Subsecretaria, as aplicações financeiras visando a garantir correta remuneração dos recursos do SIS; elaborar demonstrativos mensais de receitas e despesas do SIS, a serem encaminhados ao Conselho de Supervisão, elaborar a previsão de despesas do SIS para inclusão no orçamento do Senado Federal; efetuar os registros contábeis dos atos e fatos de gestão dos recursos do SIS; elaborar balancetes e demonstrações financeiras trimestrais e anuais, para encaminhamento ao Conselho de Supervisão; cumprir e fazer cumprir as orientações da Secretaria de Controle interno, como garantia da boa gestão do Fundo de Reserva do SIS e executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Subsecretaria.

Art. 246. Ao Serviço de Administração compete controlar e executar as atividades administrativas da Subsecretaria; receber, controlar e distribuir o material de expediente; organizar dados estatísticos; estabelecer escalas de serviço; articular-se com o Prodasen para manutenção dos serviços de processamento de dados da Subsecretaria; executar os serviços de Gabinete do Diretor da Subsecretaria; elaborar as atas das reuniões do Conselho de Supervisão do SIS,

providenciando a sua publicação e executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Subsecretaria.

SEÇÃO V

Dos Órgãos Supervisionados

Art. 247. São Órgãos Supervisionados:

I – Centro de Informática e Processamento de Dados;

II – Instituto Legislativo Brasileiro.

SUBSEÇÃO I

Do Centro de Informática e Processamento de Dados

Art. 248. Ao Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen compete prover o Senado Federal de equipamentos, sistemas e aplicativos de informática, nos termos do Plano Diretor anual aprovado pela Comissão Diretora; executar, em articulação com o ILB, treinamento relacionado com os equipamentos e sistemas de informática; e planejar, projetar, desenvolver e executar o tratamento tecnológico de informações e o processamento de dados, nos termos do seu Plano Diretor, aprovado pela Comissão Diretora.

Parágrafo único. São órgãos do Prodasen:

I – Conselho de Supervisão;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Consultivo do Programa InterLegis.

Art. 249. O Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen gozará de autonomia administrativa, orçamentária e financeira nos termos do artigo 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a alteração dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, através da alocação de recursos orçamentários do Tesouro, constantes do Orçamento Geral da União e do Orçamento da Seguridade Social e, complementarmente, através de recursos próprios provenientes dos contratos, acordos, convênios ou ajustes firmados no âmbito da sua competência, os quais serão geridos através do Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Fundasen.

Parágrafo único. A autonomia administrativa e financeira do Prodasen caracteriza-se pelo exercício das atividades de recebimento e aplicação de recursos, bem como pela prática dos atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira, nos termos do seu Regulamento Administrativo, aprovado pela Comissão Diretora, podendo:

I – celebrar contratos, acordos, convênios e ajustes;

II – prestar serviços no âmbito de suas atividades, cobrando, quando for o caso, os valores devidos de acordo com a Tabela de Custos do Prodasen, aprovada pelo Conselho de Supervisão e segundo suas diretrizes;

III – indicar servidores para o desempenho de Funções Comissionadas, de acordo com o Plano de Carreira em vigor, lotar servidores nas unidades do órgão e praticar outros atos relativos à administração do pessoal;

IV – praticar todos os atos de gestão necessários para a aquisição de materiais e equipamentos, contratação de serviços e obras de acordo com os regulamentos e com as normas de licitação vigentes;

V – especificar materiais e equipamentos a serem adquiridos pelo Senado Federal cuja utilização envolva serviços incluídos no rol de suas atividades;

VI – administrar e conservar o seu patrimônio e os bens sob sua guarda;

VII – impor, parcelar e dispensar multas ou taxas, por força de contratos, acordos, convênios ou ajustes;

VIII – estabelecer normas internas de administração geral, financeira e de funcionamento de seus serviços, assim como regulamentar os serviços colocados à disposição pelo Prodasen;

IX – executar outras atividades que lhe forem conferidas pela Comissão Diretora.

Art. 250. Ao Conselho de Supervisão compete apreciar e submeter à Comissão Diretora pedidos de autorização do Diretor-Executivo para a realização de obras que alterem o estilo arquitetônico do Prodasen; aprovar o Plano Estratégico e de Ação do Prodasen, nos termos da orientação fixada pela Comissão Diretora; designar, por proposta do Diretor-Executivo, os membros que comporão a Comissão Permanente ou Especial de Licitação, nos termos da legislação; homologar procedimentos licitatórios e ratificar as dispensas e as situações de inexigibilidade de licitações, nas compras e contratações no limite estabelecido para a modalidade de concorrência; aprovar tabelas de custos e autorizar reduções e isenções de serviços prestados, por proposta do Diretor-Executivo; homologar as concorrências públicas; aprovar o intercâmbio de informações entre o Prodasen e entidades públicas e privadas, nos termos da política e diretrizes baixada pela Comissão Diretora; e submeter à Comissão Diretora as modificações na estrutura admi-

nistrativa do Prodasen, visando adequá-la à realidade tecnológica.

Parágrafo único. É órgão do Conselho de Supervisão a sua Secretaria, à qual compete a execução das tarefas burocráticas necessárias ao exercício das atribuições conferidas a esse órgão colegiado.

Art. 251. O Conselho de Supervisão é integrado por um membro da Comissão Diretora do Senado Federal, pelo Diretor-Geral, pelo Secretário-Geral da Mesa, pelo Diretor-Executivo do Prodasen, na qualidade de membros natos e por mais três Conselheiros nomeados pelo Presidente do Senado Federal, dentre servidores do Senado Federal.

Parágrafo único. O Conselho de Supervisão será presidido pelo membro da Comissão Diretora que o integrar, e, em seus impedimentos, pelo Diretor-Geral, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho.

Art. 252. À Diretoria Executiva compete realizar a integração administrativa do Prodasen, estabelecendo as normas internas e as medidas indispensáveis ao funcionamento dos órgãos integrantes de sua estrutura; assessorar, no que tange às atribuições do órgão, o Conselho de Supervisão, a Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa e a Comissão Diretora; elaborar e submeter ao Conselho de Supervisão proposta de alteração da estrutura organizacional do Prodasen; elaborar e submeter ao Conselho de Supervisão as diretrizes e normas da política de ação do Prodasen nas áreas administrativa, orçamentária, financeira, de comunicação e cooperação técnica, de informática e de processamento de dados; elaborar e encaminhar à Diretoria-Geral a previsão da despesa anual do Prodasen, inclusive do seu Fundo Especial, para consolidação no orçamento do Senado Federal, assim como suas alterações no decorrer do exercício; elaborar e encaminhar anualmente ao Conselho de Supervisão os Planos e a prestação de contas anual, acompanhados do necessário parecer da Secretaria de Controle Interno, inclusive o relatório anual de atividades; celebrar contratos, acordos, convênios e ajustes, nos termos do seu Regulamento Administrativo; orientar a política de administração, consoante normas legais e decisões da Comissão Diretora e do Conselho de Supervisão; autorizar compras e contratações, de acordo com os planos de aquisições; homologar os procedimentos licitatórios e autorizar as dispensas e as situações de inexigibilidade de licitações nas compras e contratações até o limite estabelecido para a modalidade de convite, submetendo ao Presidente do Conselho de Supervisão, para os mesmos fins, aquelas licitações que se

enquadrem no limite de Tomada de Preços e Concorrência; orientar e superintender as atividades do Prodasen; praticar todos os atos de gestão administrativa, financeira e operacional do órgão, observadas as limitações pertinentes; representar e divulgar o Prodasen; submeter ao Conselho Consultivo do Programa InterLegis proposta de Regimento Interno regulamentando seu funcionamento; coordenar, orientar e controlar as atividades necessárias à implantação, operacionalização e manutenção do InterLegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo; estimular o aumento da comunicação e melhoria do fluxo de informações entre as instâncias federal, estadual e municipal do Poder Legislativo; gerir convênios, contratos e ajustes com instituições nacionais e internacionais para implementação do programa; elaborar e submeter ao Conselho as políticas e diretrizes para o desempenho da Rede InterLegis e da Comunidade Virtual.

§ 1º São órgãos da Diretoria Executiva:

- I – Gabinete;
- II – Consultoria;
- III – Divisão de Administração e Finanças;
- IV – Divisão de Suporte Técnico e Operações;
- V – Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento;
- VI – Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Administrativa, de Comunicação Social e Usuários Externos;
- VII – Divisão de Administração de Dados e Recursos de Apoio;
- VIII – Divisão de Atendimento Senatorial;
- IX – Coordenação Especial do Laboratório Vivo do Legislativo;
- X – Coordenação Especial do Programa InterLegis.

§ 2º O Diretor Executivo do Prodasen e os titulares das unidades definidas no parágrafo anterior poderão delegar, mediante ato próprio, as suas respectivas competências.

Art. 253. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 254. À Consultoria da Diretoria Executiva compete realizar estudos e pesquisas, emitir pareceres e propor medidas nas áreas técnicas administrativa, financeira, jurídica, de comunicação social, de tecnologia, de planejamento e de aperfeiçoamento do órgão de política de informações; receber das Divisões as estatísticas de trabalhos realizados, consolidá-las

e preparar relatórios, de acordo com orientação do Diretor-Executivo; receber das Divisões as informações necessárias e preparar o plano de aquisições e a previsão da despesa anual do Prodasen e do seu Fundo Especial, para consolidação no orçamento do Senado Federal e suas alterações no decorrer do exercício; promover prospecção de mercado, objetivando manter o Prodasen sempre atualizado em termos de tecnologia e novas ferramentas de trabalho; executar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor-Executivo; e executar as demais atribuições que lhe forem conferidas no Regulamento próprio do Prodasen.

Art. 255. À Divisão de Administração e Finanças compete coordenar, orientar, controlar e executar as atividades de administração geral e financeira do Prodasen nas áreas de recursos humanos, compras de materiais e contratações de obras e serviços, patrimônio, transporte, comunicações oficiais, arquivo, recepção, zeladoria, vigilância e contabilidade; preparar e fornecer à Consultoria da Diretoria Executiva as estatísticas dos trabalhos efetuados pela Divisão, assim como os elementos para a elaboração da previsão da despesa anual do Prodasen e da proposta de orçamento interno do Fundo especial do Órgão; e executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Diretor-Executivo.

Parágrafo único. São órgãos da Divisão de Administração e Finanças:

- I – Serviço de Finanças;
- II – Serviço de Apoio Administrativo;
- III – Serviço de Administração de Recursos Humanos;
- IV – Serviço de Expediente e Arquivo de Documentos;
- V – Serviços Gerais;
- VI – Serviço de Administração de Materiais;
- VII – Serviço de Administração de Patrimônio;
- VIII – Serviço Administrativo e Financeiro do Programa InterLegis.

Art. 256. Ao Serviço de Finanças compete organizar e administrar sistema de apuração e apropriação de Custos; fornecer à Consultoria da Diretoria-Executiva os elementos e o apoio necessário à elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual e suas alterações, bem como exercer o controle sobre a programação e execução orçamentária e financeira; coordenar, controlar e executar, sintética e analiticamente, as atividades de escrituração contábil dos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, inclusive do Fundo Especial, analisando os atos e fa-

tos delas decorrentes; acompanhar a execução orçamentária em todas as suas fases, mediante empenho da despesa e controle dos saldos das dotações orçamentárias; promover a liquidação da despesa; informar e preparar processos que versem sobre pagamento, observadas as disposições legais que regem a matéria; emitir, mediante autorização prévia, todos os documentos necessários à execução orçamentária e financeira, providenciando sua assinatura pela autoridade competente; efetuar o pagamento dos compromissos do Prodasen, de acordo com a programação financeira e as instruções do Diretor da Divisão; analisar os processos de reajustamento e revisão de preços e emitir parecer sobre os reajustes dos contratos; elaborar e propor normas de execução orçamentária e financeira, inclusive de suprimentos de fundos e para custeio de despesas de viagens a serviço ou de treinamento; emitir, de acordo com informações das áreas técnicas envolvidas, as Notas de Cobrança dos serviços prestados pelo Prodasen, acompanhar o

Faturamento, emissão de relatórios de devedores e cobrança de débitos; analisar e conferir todos os processos encaminhados; acompanhar os prazos de validade das garantias prestadas ao Prodasen nos contratos de obras, serviços e demais aquisições; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 257. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete preparar os atos e expedientes necessários à realização de licitações para compra de material, realização de obras, contratação de serviços e alienações: auxiliar a Comissão Permanente de Licitação ou Especial na elaboração de minutas de editais, atos e mapas das licitações; controlar o cumprimento pelos fornecedores, dos prazos e condições estipulados nos instrumentos de formalização dos serviços contratados, propondo as penalidades cabíveis, quando constatada a não observância desses prazos e condições; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 258. Ao Serviço de Administração de Recursos Humanos compete definir e implementar, com o corpo gerencial do Prodasen, o plano de gestão de recursos humanos: formular, implementar e administrar o programa de análise de potencial, o programa de desempenho, gerando informações para os processos de treinamento e desenvolvimento, movimentação, promoção e outros, o programa de avaliação da capacitação profissional, gerando informações para o processo de desenvolvimento de recursos humanos: prever e dimensionar, em conjunto com o cor-

po gerencial do Prodasen, as necessidades de recursos humanos: efetuar estudos e recomendações sobre criação, extinção e alteração de cargos mantendo atualizadas as respectivas descrições e avaliações: realizar e participar de pesquisas salariais junto a instituições de processamento de dados; elaborar e manter atualizadas as descrições dos perfis profissionais dos servidores do Prodasen: administrar o quadro de cargos e de lotação de pessoal: executar as atividades referentes à nomeação e exoneração de servidores e de gestão do quadro de seus pensionistas, elaborando os atos necessários e providenciando sua assinatura e publicações programar e executar as atividades de cadastro e movimentação de pessoal mantendo atualizados os registros e os expedientes relativos à vida funcional dos servidores, obedecidas as normas vigentes: examinar e informar processos relativos a direitos, deveres e outros aspectos da vida funcional dos servidores, prestando as informações pertinentes quanto aos seus assentamentos; instruir o pessoal do Prodasen relativamente direitos, deveres, aspectos de sua vida funcional e demais assentamentos: zelar pela observância da legislação específica de pessoal e das normas baixadas pelas autoridades superiores: elaborar a folha de pagamento dos servidores do Prodasen: formular, implementar e administrar, em conjunto com as unidades competentes do Senado Federal o plano de benefícios dos servidores: desenvolver e administrar programas voltados à assistência cultural, recreativa, de saúde e bem-estar dos servidores: elaborar e propor normas técnicas e administrativas relativas a sua área de atuação: fornecer informações orçamentárias e gerenciais relativas à sua área de atuação: e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 259. Ao Serviço de Expediente e Arquivo de Documentos compete controlar a circulação de documentos no Prodasen, incluindo autuação de processos, juntadas, anexações, desanexações, recebimento, tramitação e arquivamento, em conformidade com as normas vigentes: acompanhar a tramitação de documentos, verificando o cumprimento de prazos e a correção do registro de tramitações, de conformidade com as normas vigentes; formular e propor normas e rotinas administrativas referentes à gestão dos arquivos; executar as atividades de arquivo e guarda de documentos: executar os serviços de reprografia: receber, transmitir e controlar mensagens oficiais; proceder à publicação e divulgação dos atos administrativos do Prodasen; elaborar e propor normas técnicas e administrativas relativas à sua área de atuação: fornecer

informações orçamentárias e gerenciais relativas à sua área de atuação; elaborar relatórios mensais dos serviços; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 260. Aos Serviços Gerais compete coordenar, fiscalizar ou executar, diretamente ou por meio de terceiros, os serviços de limpeza e conservação, vigilância, jardinagem, transportes e demais serviços auxiliares, necessários ao bom funcionamento do Prodasen.

Art. 261. Ao Serviço de Administração de Materiais compete coordenar, controlar e executar as atividades referentes à administração de Material; elaborar e propor a política de material a ser seguida pelo Prodasen, nas áreas de compra, estocagem, distribuição e alienação; especificar, padronizar e codificar os materiais usados pelo Prodasen, observadas no que couber, as normas vigentes no Senado Federal; elaborar com a colaboração dos demais órgãos do Prodasen, a previsão de consumo de materiais; controlar o cumprimento, pelos fornecedores, dos prazos e condições estipulados nos instrumentos de formalização das aquisições, propondo as penalidades cabíveis, quando constatada a não observância desses prazos e condições; receber, guardar, conservar e distribuir os materiais adquiridos pelo Prodasen, exercendo o controle geral dos estoques, programando as aquisições ou requisições, a fim de que sejam mantidos os níveis mínimos de pronto atendimento das solicitações de material; manter articulação com a Subsecretaria de Compras e Contratações de Serviços do Senado Federal para realização de pesquisas de preços de mercado, fornecendo subsídios ao Serviço de Apoio Administrativo e à Comissão Permanente de Licitação; proceder ao exame e ensaios necessários ao controle de qualidade dos materiais recebidos pelo Prodasen; fornecer ao Serviço de Contabilidade subsídios para elaboração de balanços patrimoniais e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 262. Ao Serviço de Administração de Patrimônio compete coordenar, controlar e executar as atividades referentes à administração de patrimônio do Prodasen: preparar os atos e expedientes necessários às alienações de bens; fornecer ao Serviço de Contabilidade subsídios para elaboração de balanços patrimoniais; organizar e executar o cadastramento, em articulação com o Serviço de Administração de Materiais, e o tombamento dos bens móveis e imóveis que constituem o acervo patrimonial do Prodasen, mantendo constantemente atualizados os registros a ele pertinentes; exercer fiscalização e controle sobre os bens móveis e imóveis do Prodasen, elaborando

relatórios relativos à sua regularidade, utilização e estado de conservação; articular-se com os demais órgãos para as providências necessárias no caso em que a admissão, movimentação ou demissão de servidores importe em responsabilidade sobre a guarda e conservação de bens patrimoniais ou cumprimento de normas internas; articular-se com o Serviço de Contabilidade, no que se refere à incorporação, avaliação e baixa de bens patrimoniais do Prodasen; cuidar para que todos os bens sejam distribuídos e entregues mediante o respectivo Termo de Responsabilidade, mantendo sempre atualizado o seu arquivo; desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 263. Ao Serviço Administrativo e Financeiro do Programa InterLegis compete planejar, executar, controlar e acompanhar atividades administrativas e financeiras vinculadas ao Programa InterLegis, relacionadas com contratos de financiamento internos e externos, nas áreas de recursos humanos, compras e contratos, contratação de obras e serviços e contabilidade, provendo suporte necessário ao Programa InterLegis nestas áreas: realizar os registros contábeis dos atos e fatos relacionados com o programa; e laborar relatórios, demonstrativos e prestação de contas exigidos em contratos de financiamento: dar suporte administrativo à Comissão Especial de Licitações nas compras e contratações de interesse do Programa InterLegis; realizar uma contabilidade própria que atenda aos cronogramas e exigências de contratos de financiamento nacionais e internacionais; dar suporte administrativo financeiro e contábil nos contratos que venham a ser assinados com Agências de Cooperação Técnica pelo Programa InterLegis e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor.

Art. 264. A Divisão de Suporte Técnico e Operações compete coordenar, orientar, controlar e executar a operação, a produção e o suporte ao ambiente computacional do Senado Federal, incluindo o computador de grande porte, os equipamentos servidores da rede as estações clientes, os programas operacionais, os básicos e os aplicativos, bem como a rede e seus equipamentos; realizar o planejamento, a prospecção tecnológica, o projeto, a implementação e a avaliação de novos produtos e serviços de informática para o Senado Federal; gerenciar a oferta de recursos computacionais do Prodasen de modo a garantir a satisfatória prestação de serviços; promover o acompanhamento sistemático e eventual do ambiente operacional do Prodasen, com o propósito de assegurar a qualidade, confiabilidade e disponibilidade

dos serviços: elaborar, coordenar e manter, em conjunto com as demais unidades, o Plano de Contingência do ambiente computacional do Prodasen: preparar e fornecer à Consultoria da Diretoria Executiva as estatísticas dos trabalhos efetuados pela Divisão, assim como os elementos para a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual do Prodasen e suas alterações: e executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Diretor-Executivo.

Parágrafo único. São órgãos da Divisão de Suporte Técnico e Operações:

I – Serviço de Suporte ao Ambiente Computacional de Grande Porte;

II – Serviço de Suporte ao Ambiente Computacional da Rede Cliente-Servidor;

III – Serviço de Administração de Equipamentos e Instalações;

IV – Serviço de Operação da Rede Suporte a Problemas;

V – Serviço de Produção;

VI – Serviço de Manutenção da Infra-estrutura Técnica.

Art. 265. Ao Serviço de Suporte ao Ambiente Computacional de Grande Porte compete planejar, fazer prospecção, implementar e prestar suporte a equipamentos, sistemas operacionais, programas básicos, programas produtos e de comunicação do ambiente computacional de grande porte: planejar, fazer prospecção, implementar e prestar suporte a sistemas gerenciadores de banco de dados: planejar e gerenciar a utilização dos recursos do ambiente computacional de grande porte nas áreas de gerência de desempenho, mudança, capacidade e segurança: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação: e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas Pelo Diretor da Divisão.

Art. 266. Ao Serviço de Suporte ao Ambiente Computacional da Rede Cliente-Servidor compete planejar, fazer prospecção, implementar e prestar suporte a equipamentos, sistemas operacionais, programas básicos, programas produtos, de comunicação e serviços do ambiente computacional da rede Cliente-Servidor: planejar e gerenciar a utilização dos recursos do ambiente computacional da rede Cliente-Servidor, nas áreas de gerência de desempenho, mudança, capacidade e segurança: elaborar projetos de rede no âmbito do Senado Federal e de interconexão com outras redes: executar a gestão de contratos relativos a sua área de atuação: e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 267. Ao Serviço de Administração de Equipamentos e Instalações compete executar e participar do planejamento da rede quanto às características de configuração, meios de comunicação, tipos de equipamentos, segurança e serviços públicos ou privados a serem utilizados: manter atualizado o cadastro e a documentação de recursos de equipamentos e outros componentes da rede. instalados sob sua responsabilidade: executar e gerenciar as instalações e remanejamentos de equipamentos e cabeaço da rede: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação: e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 268. Ao Serviço de Operação da Rede e Suporte a Problemas compete gerenciar a operação e garantir a funcionalidade dos equipamentos da rede: prestar atendimento a problemas e dúvidas quanto a funcionalidade e operação dos recursos de equipamentos e programas da rede: administrar os serviços de atendimento a problemas relativos a produtos e recursos da rede: prestar suporte quanto à utilização dos equipamentos e serviços da rede: produzir relatórios gerenciais sobre os problemas e qualidade de equipamentos e serviços: prestar informações sobre problemas ou interrupções ocorridas na rede: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação: e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 269. Ao Serviço de Produção compete avaliar, aprovar e coordenar a transferência de sistemas para o ambiente de produção: executar rotinas de reorganização, recuperação, restauração. e segurança de dados: planejar e gerenciar os recursos de produção, com relação a uso, acesso e segurança: acompanhar as atividades de produção, elaborar e propor alterações de modo a racionalizar e otimizar suas rotinas: operar os equipamentos de entrada de dados, os computadores centrais e periféricos, o computador de votação e administrar a guarda das fitas magnéticas: propor normas técnicas e administrativas relativas a sua área de atuação e zelar pelo seu cumprimento: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação, e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 270. Ao Serviço de Manutenção da Infra-estrutura Técnica compete executar e participar das atividades de prospecção, planejamento e projetos de arquitetura e engenharia referentes às instalações do Prodasen: zelar pela perfeita adequação da infra-estrutura predial às necessidades do órgão: executar a gestão de contratos relativos á sua área de atuação: e

desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 271. À Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Arcas Legislativa e de Orçamento compete planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as atividades técnicas de desenvolvimento, implantação de sistemas e serviços: prestar suporte, no que diz respeito a orientação, quanto à adequada utilização dos serviços prestados e dos recursos disponibilizados pelo Prodasen: prestar assistência técnica e apoio para correção de eventuais deficiências: analisar e desenvolver sistemas para atender às necessidades de assessoramento imediato à elaboração legislativa e à atividade parlamentar e orçamentária: divulgar no âmbito do Senado Federal, os objetivos e procedimentos de modernização legislativa e atualização tecnológica, necessários à adequada utilização dos serviços prestados pelo Prodasen: preparar e fornecer à Consultoria da Diretoria Executiva as estatísticas dos trabalhos realizados pela Divisão assim como os elementos para a elaboração da previsão anual da despesa, com vistas à elaboração do orçamento do Prodasen: desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor-Executivo.

Parágrafo único. São órgãos da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento:

I – Serviço de Atendimento à Área de Assessoramento Legislativo;

II – Serviço de Atendimento ao Orçamento, Fiscalização e Controle;

III – Serviço de Atendimento à Área Legislativa;

IV – Serviço de Atendimento às Áreas de Documentação e Informação.

Art. 272. Ao Serviço de Atendimento à Área de Assessoramento Legislativo compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação, no âmbito dos órgãos de assessoramento legislativo, observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen: identificar junto aos servidores da área legislativa suas necessidades de recursos de informática e treinamento: orientar a utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen: dar assistência no estudo de soluções sobre organização do trabalho com vistas a processos de automação e racionalização do trabalho: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação: e

desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 273. Ao Serviço de Atendimento ao Orçamento, Fiscalização e Controle compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação, no âmbito dos Órgãos de Orçamento, observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen: identificar junto aos servidores da área de Orçamento suas necessidades de recursos de informática e treinamento: orientar a utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen: dar assistência no estudo de soluções sobre organização do trabalho com vistas a processos de automação e racionalização do trabalho: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 274. Ao Serviço de Atendimento à Área Legislativa compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação, no âmbito dos Órgãos da Área Legislativa, observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen: identificar junto aos servidores da Área Legislativa suas necessidades de recursos de informática e treinamento: orientar quanto à utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen: dar assistência no estudo de soluções sobre organização do trabalho, processos de automação e racionalização do trabalho: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 275. Ao Serviço de Atendimento às Áreas de Documentação e Informação compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação, no âmbito dos Órgãos de Documentação e Informação, observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen: identificar junto aos servidores das Áreas de Documentação e Informação, suas necessidades de recursos de informática e treinamento: orientar quanto à utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen: dar assistência no estudo de soluções sobre, organização do trabalho com vistas a processos de automação e racionalização do trabalho: executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar

outras atribuições e correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 276. A Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Administrativa, de Comunicação Social e Usuários Externos, compete planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as atividades técnicas de desenvolvimento, implantação de sistemas e serviços; prestar suporte no que diz respeito a orientação quanto à adequada utilização dos serviços prestados e dos recursos disponibilizados pelo Prodasen; prestar assistência técnica e apoio para correção de eventuais deficiências; analisar e desenvolver sistemas para atender às necessidades das atividades administrativas e usuários externos; divulgar, no âmbito do Senado Federal, os objetivos e procedimentos de modernização administrativa e atualização tecnológica necessários à adequada utilização dos serviços prestados pelo Prodasen; preparar e fornecer à Consultoria da Diretoria Executiva as estatísticas dos trabalhos realizados pela Divisão, assim como os elementos para a elaboração da previsão anual da despesa, com vistas à elaboração do orçamento do Prodasen; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor-Executivo.

Parágrafo único. São Órgãos da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Arcas Administrativa, de Comunicação Social e Usuários Externos;

I – Serviço de Atendimento à Área Administrativa e Financeira;

II – Serviço de Atendimento aos Serviços de Apoio Administrativo;

III – Serviço de Atendimento à Administração Geral;

IV – Serviço de Atendimento à Arca de Comunicação Social;

V – Serviço de Atendimento a Usuários Externos;

VI – Serviços e Produtos Especiais.

Art. 277. Ao Serviço de Atendimento à Arca Administrativa e Financeira compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação, no âmbito dos órgãos de atividades administrativas e financeiras do Senado Federal, observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen; identificar junto aos servidores das áreas Administrativa e Financeira suas necessidades de recursos de informática e treinamento; orientar quanto a utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen; dar assistência no

estudo de soluções sobre organização do trabalho com vistas a processos de automação e racionalização do trabalho; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 278. Ao Serviço de Atendimento aos Serviços de Apoio Administrativo compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação, no âmbito dos Órgãos de serviços de apoio do Senado Federal, observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen; identificar, junto aos servidores da área de Serviços de Apoio Administrativo, suas necessidades de recursos de informática e treinamento; orientar quanto a utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen; dar assistência no estudo de soluções sobre organização do trabalho com vistas a processos de automação e racionalização do trabalho; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 279. Ao Serviço de Atendimento à Administração Geral compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação no âmbito dos Órgãos da Administração Geral do Senado Federal observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen; identificar junto aos servidores dos Órgãos da Administração Geral do Senado Federal suas necessidades de recursos de informática e treinamento; orientar quanto a utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen; dar assistência no estudo de soluções sobre organização do trabalho com vistas a processos de automação e racionalização do trabalho; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 280. Ao Serviço de Atendimento à Área de Comunicação Social compete executar as atividades de elaboração de projetos, adequação, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação, no âmbito dos Órgãos de Comunicação, observando as normas técnicas estabelecidas pelo Prodasen; identificar junto aos servidores das Áreas de Comunicação Social, suas necessidades de recursos de informática e treinamento; orientar quanto a utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo

Prodasen; dar assistência no estudo de soluções sobre organização do trabalho com vistas a processos de automação e racionalização do trabalho; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 281. Ao Serviço de Atendimento a Usuários Externos compete coordenar, controlar e executar as atividades de captação, tratamento de informações externas de interesse do Senado Federal, bem como a política de disseminação de informações produzidas no âmbito do Congresso Nacional; desenvolver e executar projetos de agregação de informações produzidas no âmbito do Congresso Nacional de acordo com determinações superiores; avaliar as bases de dados sob os aspectos de eficiência e eficácia; possibilitar acesso ao acervo de informações armazenadas no Prodasen, considerando sua política de disseminação e intercâmbio de informações, nos termos definidos pela Comissão Diretora; viabilizar, operacionalmente, a captação de informações externas de interesse do Senado Federal; desenvolver, implementar e dar manutenção a sistemas de captação ou intercâmbio de informações; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 282. Ao Serviços e Produtos Especiais compete elaborar e executar projetos de implantação e manutenção de produtos e serviços contratados com destinação simultânea a diversos segmentos do Senado Federal; prestar suporte aos produtos e serviços contratados; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 283. À Divisão de Administração de Dados e Recursos de Apoio compete planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as atividades normativas e de suporte ao desenvolvimento de sistemas e atendimento; estudar e desenvolver técnicas e métodos que auxiliem as atividades de desenvolvimento de sistemas e de atendimento; assegurar o apoio e suporte a utilização de técnicas e ferramentas de desenvolvimento homologadas pelo Prodasen; propor, implementar e administrar a política de desenvolvimento de recursos humanos do Prodasen; executar a auditoria de sistemas sob os aspectos de sua segurança, eficiência e eficácia, propondo, quando for o caso, a execução de medidas corretivas; e executar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor Executivo.

Parágrafo único. São órgãos da Divisão de Administração de Dados e Recursos de Apoio:

- I – Serviço de Administração de Dados;
- II – Serviço de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas e Apropriação de Tecnologias;
- III – Serviço de Multimídia e Programação Visual;
- IV – Serviço de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- V – Serviço de Biblioteca Técnica.

Art. 284. Ao Serviço de Administração de Dados compete promover o levantamento dos modelos de dados junto a diversas áreas da organização; identificar e estruturar os assuntos da organização e elaborar o macromodelo corporativo de dados; coordenar a compatibilização do planejamento de sistemas com o macromodelo corporativo de dados; elaborar o modelo corporativo detalhado de dados e zelar pela qualidade dos modelos de dados conceituais detalhados dos aplicativos; planejar e coordenar a evolução das bases de dados; definir e implementar o sistema de dicionário de dados; disponibilizar e divulgar a descrição dos dados da organização, bem como toda a normatização relativa a seu uso; participar da pesquisa de programas de apoio voltados à administração de dados e ao gerenciamento de base de dados; propor normas, padrões e critérios para o desenvolvimento de bancos de dados físicos; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 285. Ao Serviço de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas e Apropriação de Tecnologias compete gerenciar as atividades de suporte ao desenvolvimento, evolução e manutenção de sistemas; buscar alternativas tecnológicas e de organização para o desenvolvimento de sistemas; fazer prospecção e disponibilizar técnicas de modelagem e implementação; identificar rotinas e programas que possam ser reutilizados ou adaptados para utilização em outros projetos; manter, divulgar e prestar suporte a utilização de biblioteca de módulos de programas e rotinas reusáveis; auditar, acompanhar e controlar a atividade de desenvolvimento, evolução e manutenção de sistemas; definir métricas e normas de qualidade e zelar pelo seu cumprimento no desenvolvimento, manutenção e aquisição de sistemas; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 286. Ao Serviço de Multimídia e Programação Visual compete planejar, coordenar e executar

projetos nas áreas gráfica, audiovisual e de multimídia; prever e dimensionar as necessidades de planejamento visual, em conjunto com as demais áreas do Prodasen; executar tarefas relativas à identidade visual de produtos e serviços do Prodasen, de acordo com orientação da Consultoria da Diretoria Executiva; propor, em conjunto com a Consultoria da Diretoria Executiva, padrões básicos para peças promocionais; apoiar as áreas técnica e administrativa na elaboração de publicações especializadas e apresentações; acompanhar a evolução das tecnologias de editoração eletrônica, computação gráfica e multimídia; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 287. Ao Serviço de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, em articulação com o ILB, compete pesquisar sobre metodologias de ensino e alternativas de aprendizagem em informática; diagnosticar oportunidades de melhoria de desempenho dos servidores do Prodasen por meio de treinamento; identificar e analisar as necessidades de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos; identificar e analisar necessidades de treinamento nas áreas de informática junto aos responsáveis pelas Coordenações de Atendimento; formular, implementar e administrar programas de treinamento, desenvolvimento organizacional, gerencial e de equipes; implementar e administrar programas de treinamento para utilização de sistemas de informação e recursos de processamento de dados; implementar e administrar programas de ambientação e orientação de novos servidores; criar e manter sistemas de informações sobre as atividades de treinamento; propor normas técnicas e administrativas relativas à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 288. Ao Serviço de Biblioteca Técnica compete classificar e catalogar publicações de interesse do Prodasen, bem como manuais de serviço e materiais instrucionais audiovisuais; realizar estudos e prospecções, com vistas a garantir a atualização tecnológica da atividade de biblioteconomia, adequando-se às necessidades do Prodasen; guardar e manter o acervo bibliográfico, de programas e de material audiovisual do Prodasen, controlando sua circulação e utilização; executar a disseminação seletiva de informações bibliográficas com base nas informações de necessidade de treinamento e outras; manter entrosamento com instituições congêneres com vistas ao intercâmbio de informações e à obtenção, a título de empréstimo ou doação, de publicações de interesse

do Prodasen; propor a aquisição de publicações; elaborar e propor normas técnicas e administrativas relativas à sua área de atuação; executar a gestão de contratos ou convênios relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 289. À Divisão de Atendimento Senatorial compete prestar consultoria e assessoramento de informática aos Senadores para planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as atividades técnicas de identificação de necessidade, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas, aplicativos, produtos e serviços de informática e ações de organização e métodos; disseminar e dar suporte ao uso dos sistemas de informação, dos aplicativos, dos serviços e demais recursos oferecidos pelo Prodasen; fornecer à Consultoria da Diretoria Executiva as estatísticas dos trabalhos realizados pela Divisão, assim como os elementos para a previsão anual da despesa, com vistas à elaboração do planejamento e orçamento do Prodasen e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe foram conferidas pelo Diretor da Divisão.

Parágrafo único. São órgãos da Divisão de Atendimento Senatorial:

I – Gabinete;

II – Serviço de Atendimento aos Gabinetes dos Senadores;

III – Serviço de Suporte Especializado aos Gabinetes dos Senadores;

IV – Serviço de Desenvolvimento de Sistemas para os Gabinetes dos Senadores;

V – Serviço de Apoio ao Atendimento aos Senadores;

VI – Serviço de Integração de Dados.

Art. 290. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; representar o titular nas Comissões de Planejamento e Orçamento e de Tecnologia do Prodasen; executar as tarefas de suporte administrativo necessárias à execução das atividades do órgão e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo diretor da Divisão.

Art. 291. Ao Serviço de Atendimento aos Gabinetes dos Senadores compete elaborar, executar, gerir e acompanhar o Plano de Atendimento aos Gabinetes; identificar as necessidades de informação e de equipamentos dos Gabinetes dos Membros da Mesa, dos Senadores e das lideranças no Senado Federal; elaborar propostas de sistemas; planejar a utilização

de tecnologias, produtos, serviços e equipamentos de informática; identificar as necessidades de treinamento para a boa utilização dos recursos de informática e providenciar a sua execução; propor ações de aperfeiçoamento e racionalização dos processos de trabalho dos usuários; disseminar e dar suporte ao uso dos sistemas de informação disponíveis através do Prodasen; prestar suporte técnico à instalação e à utilização dos componentes da plataforma de equipamentos, programas e de comunicação do Prodasen; aferir, continuamente, o nível de satisfação dos usuários com os serviços e produtos do Prodasen; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; validar aplicativos e sistemas que ficarão disponíveis, sob o ponto de vista do usuário final, e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 292. Ao Serviço de Suporte Especializado aos Gabinetes dos Senadores compete prestar suporte técnico especializado à instalação e à utilização dos componentes da plataforma básica de equipamentos, programas e de comunicação do Prodasen; articular-se com as demais áreas de suporte do Prodasen para a prospecção, definição, aquisição e implantação de tecnologia, produtos, serviços e equipamentos para os Gabinetes; apoiar o desenvolvimento técnico dos recursos humanos da Divisão; administrar as senhas para acesso aos recursos de infraestrutura tecnológica; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; validar aplicativos e sistemas que ficarão disponíveis, sob o ponto de vista da compatibilidade com a infra-estrutura e plataforma tecnológica do Senado Federal e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 293. Ao Serviço de Desenvolvimento de Sistemas para os Gabinetes dos Senadores compete executar as atividades técnicas de elaboração de projetos; desenvolvimento ou aquisição, implantação, manutenção e adequação de aplicativos; participar do processo de indicação e aquisição de soluções tecnológicas; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; validar aplicativos e sistemas que ficarão disponíveis, sob o ponto de vista da integração com os demais serviços e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 294. Ao Serviço de Apoio ao Atendimento aos Senadores compete acompanhar as atividades de instalação e remanejamento de equipamentos; gerenciar a demanda e participação dos usuários em treinamentos; registrar solicitações de atendimento e

as providências tomadas; solucionar ou encaminhar solução para os problemas com equipamentos e aplicativos à disposição dos Senadores; efetuar o suprimento de produtos de informática aos gabinetes dos Senadores; produzir relatórios padronizados; gerenciar atividades de entrada de dados e atualização de cadastros; atualizar os bancos de dados internos da Divisão; gerenciar e executar a criação e manutenção de senhas para acesso a aplicativos; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 295. Ao Serviço de Integração de Dados compete instrumentalizar os diversos serviços da Divisão para o registro de dados operacionais e técnicos sob sua responsabilidade; gerenciar e executar a integração dos dados registrados pelos diversos serviços e outras áreas do Prodasen; prover informações administrativas, técnicas e gerenciais provenientes dos dados por ela geridos à Diretoria do Prodasen e aos Senadores; desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Divisão.

Art. 296. À Coordenação Especial do Laboratório Vivo do Legislativo compete planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as atividades técnicas de modelagem de processos, desenvolvimento e implantação de componentes de sistemas; prestar suporte, no que diz respeito à orientação quanto à adequada utilização dos processos e sistemas implantados pela Coordenação; prestar assistência técnica e apoio para correlação de eventuais deficiências; divulgar no âmbito do Senado Federal os objetivos e procedimentos de modernização legislativa e atualização tecnológica necessários à adequada utilização dos processos e sistemas implantados pela Coordenação; contribuir para o fortalecimento institucional do Poder Legislativo, com a geração de padrões e modelos de processos e sistemas, apoiando sua difusão e adoção por outras Casas Legislativas; preparar e fornecer à Consultoria da Diretoria Executiva as estatísticas dos trabalhos realizados pela Coordenação, assim como os elementos para a elaboração da previsão anual da despesa, com vistas à elaboração do orçamento do Prodasen; desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor-Executivo.

Parágrafo único. São órgãos da Coordenação Especial do Laboratório Vivo do Legislativo:

- I – Gabinete;
- II – Serviço de Apoio Técnico;
- III – Serviço de Engenharia de Processos;
- IV – Serviço de Engenharia de Software.

Art. 297. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; representar o titular nas Comissões de Planejamento e Orçamento e de Tecnologia do Prodasen; executar as tarefas de suporte administrativo necessárias à execução das atividades do órgão e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 298. Ao Serviço de Apoio Técnico compete coordenar, orientar, controlar e executar a operação, produção e o suporte ao ambiente computacional da Coordenação, incluindo os equipamentos servidores da rede, as estações clientes, os programas operacionais, os básicos e os aplicativos, bem como a rede e seus equipamentos; realizar o planejamento e a atualização tecnológica dos produtos e recursos de informática da Coordenação; promover o acompanhamento sistemático e eventual do ambiente operacional da Coordenação, com o propósito de assegurar a qualidade, a confiabilidade e disponibilidade dos serviços; prestar atendimento a problemas e dúvidas quanto ao funcionamento e operação dos recursos de equipamentos e programas de rede; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 299. Ao Serviço de Engenharia de Processos compete identificar, juntamente com os Especialistas de Domínio das Áreas Usuárias, os produtos de saída de cada área em estudo, visando o atendimento de necessidade de informação próprias das grandes unidades administrativas do Senado Federal; caracterizar, modelar, conceber e projetar processos organizacionais e seus componentes, em conjunto com os especialistas do domínio analisado; especificar as interfaces gráficas; definir as instâncias de simulação e simular os componentes já identificados e modelados, gerando relatórios de consistência, relatórios de problemas e outros que se fizerem necessários; gerar, com base em dados reunidos e consolidados para tal fim, os relatórios de análise de componentes validados, alternativos e otimizados, bem como os gráficos de análise referentes aos componentes considerados; modelar, caracterizar e simular as alternativas de implantação identificadas; proceder à validação do componente, juntamente com os Especialistas de Domínio e com base em um conjunto de casos de teste, apoiando-se nas diversas versões de componentes consistentes; elaborar documento formal de aceite do modelo enviando-o para o responsável pela área

usuária do Senado Federal e, quando for o caso, confeccionar o pertinente relatório de problemas de validação; prestar suporte aos produtos desenvolvidos e implantados pela Coordenação no que tange à modelagem de processos; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 300. Ao Serviço de Engenharia de Software compete implementar componentes relativos aos processos especificados pelo Serviço de Engenharia de Processos; preparar os componentes para encaixe por parte do Serviço de Engenharia de Processos; preparar os componentes aprovados pelo Serviço de Engenharia de Processos para implantação no ambiente de produção do Prodasen; implantar os componentes no ambiente de produção do Prodasen; realizar a manutenção dos componentes implantados; orientar quanto à utilização adequada dos serviços prestados e dos recursos de informática colocados à disposição pelo Prodasen; executar a gestão de contratos relativos à sua área de atuação; e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 301. À Coordenação Especial do Programa InterLegis compete planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as atividades necessárias à implantação, operacionalização e manutenção da Comunidade Virtual do Poder Legislativo; estimular o aumento da comunicação e melhoria do fluxo de informações entre as instâncias federal, estadual e municipal do Poder Legislativo; executar convênios, contratos, acordos e ajustes com instituições nacionais e internacionais para implementação do programa; desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor Executivo do Prodasen, visando o cumprimento do Programa InterLegis.

Parágrafo único. São órgãos da Coordenação Especial do Programa InterLegis:

I – Gabinete;

II – Assessoria Técnica;

III – Serviço de Desenvolvimento da Comunidade Virtual do Legislativo;

IV – Serviço de Desenvolvimento de Tecnologia e Produtos;

V – Serviço de Infra-estrutura Tecnológica.

Art. 302. Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação do Diretor da Coordenação; auxiliar e assessorar o Diretor da Coordenação no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo vin-

culadas às atribuições do órgão e executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 303. À Assessoria Técnica compete elaborar os Planos de Ação e Aquisição do Programa InterLegis; promover a integração das atividades das unidades que compõem a Coordenação Especial; manter informado o Diretor da Coordenação da situação de cada Plano; consolidar e encaminhar ao Diretor da Coordenação relatórios, estudos, informações e análises a respeito do andamento dos projetos, elaborados pelas unidades da Coordenação Especial; elaborar relatórios sobre o desempenho do Programa InterLegis; elaborar e encaminhar ao Núcleo de Planejamento e Orçamento da Consultoria da Diretoria Executiva do Prodasen os elementos necessários à elaboração do orçamento do Programa; acompanhar a execução do orçamento do Programa, propondo a sua reformulação, visando corrigir eventuais distorções; representar a Coordenação na Comissão de Planejamento e Orçamento – COPLAN, e executar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 304. Ao Serviço de Desenvolvimento da Comunidade Virtual do Legislativo compete executar, gerir e acompanhar as atividades necessárias à formação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo; desenvolver, em conjunto com Instituto Legislativo Brasileiro, programas educacionais em matérias de interesse do Legislativo e da população em geral; executar, gerir e acompanhar as atividades de apoio e treinamento que viabilizem plena utilização do InterLegis pelos membros da comunidade; desenvolver canais permanentes de comunicação entre legisladores de todos os níveis e entre esses e a sociedade; desenvolver e implantar mecanismos e efetuar a disseminação de informações de interesse da comunidade InterLegis e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 305. Ao Serviço de Desenvolvimento de Tecnologia e Produtos, em articulação com as áreas de desenvolvimento de sistemas do Prodasen, compete elaborar, executar, gerir e acompanhar as atividades necessárias à disponibilização de mecanismos contínuos de desenvolvimento de soluções tecnológicas em geral; desenvolver e viabilizar a implantação de tecnologia, produtos e serviços nas áreas de tecnologia de informação e de organização; transferir tecnologia aos demais integrantes da rede; fomentar e executar o desenvolvimento de

pesquisas científicas e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 306. Ao Serviço de Infra-estrutura Tecnológica, em articulação com a Divisão de Suporte Técnico e Operações e as áreas de tecnologia do Prodasen, compete instrumentalizar a Coordenação Especial do Programa InterLegis; assegurar a instalação de equipamentos para acesso à rede; projetar e implantar as Salas Multiuso InterLegis; assegurar a operação e funcionamento do núcleo central; viabilizar a segurança de dados e de acessos à rede; disponibilizar atendimento, suporte técnico e suporte à instalação de equipamentos/produtos vinculados ao Programa, a todos os seus usuários e desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Diretor da Coordenação.

Art. 307. Ao Conselho Consultivo do Programa InterLegis compete aprovar as políticas e diretrizes para o desempenho da Rede InterLegis e da Comunidade Virtual encaminhadas pelo Diretor Executivo do Prodasen; avaliar o andamento do Programa InterLegis e propor medidas corretivas que julgar necessárias.

§ 1º O Conselho Consultivo poderá criar Conselhos Técnicos Temporários para o tratamento de matérias específicas, por proposta do Diretor Executivo do Prodasen.

Art. 308. O Conselho Consultivo do Programa InterLegis é integrado e será presidido pelo membro da Comissão Diretora designado como Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen, pelo Diretor-Geral, pelo Diretor da Secretaria de Comunicação Social, pelo Secretário-Geral da Mesa, pelo Diretor Executivo do ILB e pelo Diretor Executivo do Prodasen, na qualidade de membros natos; por um representante da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, indicados pelos respectivos Presidentes, e três representantes da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, cujos critérios de indicação serão definidos pelo Diretor Executivo do Prodasen, nomeados pelo Presidente do Senado.

§ 1º O Presidente do Senado Federal é o Presidente de Honra do Conselho Consultivo do Programa InterLegis.

§ 2º O Presidente do Conselho Consultivo do Programa InterLegis será substituído, nos seus impedimentos, pelo Diretor-Geral, na qualidade de Vice-Presidente.

SUBSEÇÃO II

Do Instituto Legislativo Brasileiro

Art. 309. Ao Instituto Legislativo Brasileiro – ILB – compete conceber, formular, executar e avaliar as atividades de formação, treinamento e capacitação de recursos humanos, inclusive de nível estratégico (consultores e gerentes) do Senado Federal, do Prodasen e do próprio Instituto, e elaborar programas de estudos avançados em convênio com outros parlamentos.

§ 1º As atividades mencionadas neste artigo deverão ser propostas à Comissão Diretora pelo Instituto Legislativo Brasileiro, em articulação com as unidades envolvidas, sob forma de programação abrangente anual ou plurianual, inclusive programas de intercâmbio formativo avançado com outros parlamentos nacionais e estrangeiros.

§ 2º São órgãos do Instituto Legislativo Brasileiro:

- I – Conselho de Supervisão;
- II – Diretoria Executiva.

Art. 310. Ao Conselho de Supervisão do ILB compete estabelecer, dentro da orientação fixada pela Comissão Diretora, as diretrizes e normas de política de sua ação nas áreas administrativa, financeira e de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos; propor ao Presidente do Senado Federal a indicação do Diretor Executivo; apreciar e submeter à aprovação da Comissão Diretora a previsão da despesa anual do ILB, para ser incluída no orçamento do Senado Federal; encaminhar à Comissão Diretora os balancetes, o balanço anual e a prestação de contas, inclusive o relatório anual de atividades; autorizar a celebração de contratos de aquisição ou locação de equipamentos; aprovar as tabelas de custos dos serviços executados pelo ILB, exercer outras atribuições relativas à formação de recursos humanos e ao intercâmbio nessa matéria que lhe venham a ser cometidas pela Comissão Diretora.

§ 1º O Conselho de Supervisão do ILB é composto de oito membros, sendo sete Senadores, respeitada a representação partidária, e o Diretor Executivo do ILB.

§ 2º É órgão do Conselho de Supervisão a sua Secretaria, a qual compete a execução das tarefas burocráticas necessárias ao exercício das atribuições conferidas a esse órgão colegiado.

Art. 311. À Diretoria Executiva compete propor as diretrizes que nortearão as atividades do ILB; submeter ao Conselho de Supervisão o plano anual de trabalho e orçamento do ILB; celebrar contratos e

convênios de intercâmbio e prestação de serviços; praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira necessários ao funcionamento do ILB; apresentar e divulgar o ILB interna e externamente; e submeter ao Conselho de Supervisão o relatório anual de atividades, balancetes, balanço anual e prestação de contas.

§ 1º São órgãos da Diretoria Executiva:

- I – Gabinete;
- II – Subsecretaria de Pesquisa e Desenvolvimento. Estudos e Projetos;
- III – Subsecretaria de Treinamento:

IV – Subsecretaria Administrativa e Financeira.

§ 2º As atribuições dos órgãos da Diretoria Executiva serão conferidas em regulamento próprio do ILB.

TÍTULO II

Do Funcionamento dos Órgãos

CAPÍTULO I

Do Conselho de Administração

Art. 312 O Conselho de Administração é integrado pelo Diretor-Geral, pelo Secretário-Geral da Mesa, pelo Consultor-Geral Legislativo e pelos Diretores de Secretaria, sob a presidência do primeiro, que terá, ainda, o voto de desempate.

§ 1º. Por convocação do Conselho, o titular de Subsecretaria que tiver matéria de sua competência sendo apreciada, dele fará parte sem direito a voto.

§ 2º. Das deliberações do Conselho caberá recurso dirigido pelo interessado à Comissão Diretora, e encaminhado pelo próprio Conselho.

§ 3º O prazo para interposição do recurso será de 5 (cinco) dias contados da publicação da respectiva decisão no Boletim Administrativo do Pessoal ou no Diário do Congresso Nacional.

§ 4º As deliberações do Conselho serão tomadas por voto a descoberto.

Art. 313. O Diretor-Geral reunirá, de dois em dois meses, o Conselho de Administração para estudo, em conjunto, dos problemas referentes ao funcionamento dos serviços e das medidas necessárias à sua racionalização.

Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá ser convocado a qualquer tempo, em caráter extraordinário, pelo Diretor-Geral ou por determinação da Comissão Diretora.

CAPÍTULO II

Da Subsecretaria de Arquivo

Art. 314. Todos os documentos enviados à Subsecretaria de Arquivo deverão ser relacionados em expediente específico, em duas vias, contra recibo em uma delas.

Art. 315. A reprodução ou cópia de documentos arquivados dependerá de prévia autorização do Diretor da Secretaria de Informação e Documentação, em expediente encaminhado ao Diretor da Subsecretaria de Arquivo.

Art. 316. Os documentos que instruírem petições ou representações dirigidas ao Senado Federal, e que não devam ser encaminhados à Câmara dos Deputados, serão recolhidos à Subsecretaria de Arquivo.

Parágrafo único. Os documentos a que se refere este artigo poderão, conforme a espécie, ser restituídos a quem de direito, sob recibo e mediante despacho do Diretor da Subsecretaria de Arquivo.

Art. 317. Os processos originários de órgãos da Administração Pública, que instruírem proposições definitivamente arquivadas, poderão ser devolvidos às repartições de origem, quando pelas mesmas solicitadas.

Art. 318. Ressalvado o disposto no Regimento Interno, os documentos definitivamente arquivados só poderão ser requisitados ao Diretor da Secretaria de Informação e Documentação pelos Senadores, Diretor-Geral, Secretário-Geral da Mesa, Advogado-Geral, Consultor-Geral Legislativo, Consultor-Geral de Orçamentos e pelos Diretores de Secretarias.

Parágrafo único. Respeitada a ressalva prevista neste artigo, os documentos poderão ser consultados, na Subsecretaria de Arquivo, pelos servidores do Senado Federal, em objeto de serviço, e por pessoas estranhas, desde que autorizadas pelo Diretor da Subsecretaria.

Art. 319. Por proposta do Diretor-Geral, fundada em exposição de motivos do Diretor da Subsecretaria de Arquivo, os documentos definitivamente arquivados poderão ser incinerados ou inutilizados conforme o interesse do serviço.

Parágrafo único. As providências previstas neste artigo só serão efetivadas mediante expressa autorização da Comissão Diretora, em processo de inventário que identifique os respectivos documentos e especifique as razões da proposta.

Art. 320. O Senado Federal terá a seu cargo o arquivo de todos os papéis e documentos das sessões conjuntas do Congresso Nacional, nos termos do Regimento Comum.

CAPÍTULO III

Da Subsecretaria de Biblioteca

Art. 321. A Subsecretaria de Biblioteca é a depositária legal das publicações editadas, reeditadas, reimpressas, ou co-editadas pelo Senado Federal.

Parágrafo único. As publicações de que trata este artigo compreendem livros, folhetos, revistas, jornais, mapas, traduções, reimpressões, edições fac-similares e outros documentos registrados em qualquer suporte físico, inclusive em meio magnético, excetuados os avulsos, os Anais do Senado Federal, o Diário do Senado Federal e o Diário do Congresso Nacional.

Art. 322. Compete ao autor, editor ou produtor remeter à Subsecretaria de Biblioteca seis exemplares de cada obra impressa, ou dois exemplares, se produzida em meio magnético, no prazo de dez dias úteis contados da data de início da distribuição.

Art. 323. A juízo da Subsecretaria de Biblioteca e mediante comunicado prévio do editor, a tiragem das publicações poderá ser ampliada em até cinquenta exemplares de obra impressa, para o atendimento do intercâmbio com outras instituições.

Art. 324. A Subsecretaria de Biblioteca funcionará além do expediente normal, em horário especial, de acordo com as necessidades do Senado Federal.

Art. 325. Mediante prévia identificação fornecida pelo Diretor da Subsecretaria de Biblioteca, o acesso às dependências especiais do órgão, destinadas a consultas bibliográficas, será permitido a pessoas estranhas ao Senado Federal.

Art. 326. O prazo deferido para devolução de obras e outras publicações será de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período.

§ 1º Vencidos os prazos referidos neste artigo, o Diretor da Subsecretaria providenciará sobre a devolução das obras e outras publicações.

§ 2º O consulente ficará obrigado a indenizar o Senado Federal pelo extravio de obra ou documento sob sua responsabilidade, no valor atualizado dos mesmos.

Art. 327. Firmado convênio, entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, para utilização comunitária dos serviços de biblioteca, a Comissão

Diretora providenciará sobre a execução da medida, elaborando os atos necessários à sua efetivação.

CAPÍTULO IV

Da Consultoria Legislativa

Art. 328. O funcionamento da Consultoria Legislativa será regido pelo seu Regimento Interno, apro-

vado por ato da Comissão Diretora, obedecido o disposto nos regulamentos administrativos.

§ 1º. A organização dos trabalhos de assessoramento far-se-á por áreas ou núcleos temáticos, ficando os consultores legislativos vinculados diretamente ao titular da Consultoria Legislativa.

§ 2º. A Consultoria Legislativa terá um Conselho Técnico, composto pelo Consultor-Geral Legislativo e pelos Consultores Adjuntos escolhidos pelo Consultor-Geral Legislativo por seus respectivos núcleos, com a competência de deliberar sobre o Programa Anual de Trabalho da Consultoria Legislativa: avaliar, em qualquer fase, a execução do Programa Anual de Trabalho com vistas ao seu aperfeiçoamento: propor ao Consultor-Geral Legislativo alterações na estrutura e no funcionamento do Órgão e das unidades de apoio, mediante sugestão de qualquer de seus membros: deliberar sobre projeto de criação, expansão ou extinção de núcleos: aprovar, dentre os indicados pelos núcleos, nome de servidor da Consultoria Legislativa para participar de atividades de treinamento e aperfeiçoamento, eventuais ou previstas no Programa Anual de Trabalho: apreciar recurso de servidor visando ao treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos e, no âmbito da Consultoria Legislativa, quaisquer questões formuladas pelos seus membros e propor, a quem de direito, as soluções cabíveis.

§ 3º A prestação de assessoramento relacionado com o planejamento e a organização dos órgãos administrativos, pela Consultoria Legislativa, poderá ser autorizada pela Comissão Diretora.

Art. 329. O Consultor-Geral Legislativo poderá firmar contrato, em caráter excepcional e para execução de tarefas específicas, com entidades ou pessoas de reconhecida competência profissional, em atendimento à solicitação da Comissão Diretora, de Comissão Técnica Permanente, Especial ou Parlamentar de Inquérito ou de Senador, quando não houver Consultor Legislativo especializado para as tarefas solicitadas.

CAPÍTULO V

Da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Art. 330. A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle será organizada em Núcleos Temáticos, os quais serão apoiados técnica e administrativamente pela Subsecretaria de Apoio Técnico e pelo Serviço de Apoio Administrativo.

§ 1º. Os Núcleos Temáticos serão integrados exclusivamente por Consultores de Orçamentos, desig-

nados por ato do Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle.

§ 2º. Cada Núcleo Temático terá a coordenação de um Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle.

§ 3º, Os integrantes de cada Núcleo Temático apresentarão ao Consultor-Geral lista tríplice composta por servidores do respectivo Núcleo que não estejam cumprindo estágio probatório, para exercício da função de Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Núcleo correspondente. pelo período de dois anos, admitida a recondução.

§ 4º Os Consultores-Gerais Adjuntos serão escolhidos pelo Consultor-Geral dentre os integrantes da lista de que trata o parágrafo anterior.

Art. 331. As solicitações de trabalhos à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle serão feitos em formulário padronizado.

Parágrafo único. As solicitações de que trata o **caput** somente poderão ser subscritas por Senadores no exercício da função parlamentar, pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, pelos titulares dos órgãos de Assessoramento Superior, dos Órgãos Supervisionados, do Órgão Central de Coordenação e Execução do Senado Federal ou seus Chefes de Gabinete.

CAPÍTULO VI

Do Museu Eletrônico do Senado Federal e seu Conselho de Supervisão

Art. 332. O Museu Eletrônico do Senado Federal constituir-se-á em uma central informativa, dotada de recursos tecnológicos que permitam o acesso, direto e referencial, ao acervo bibliotecário e às informações que o Senado Federal mantém armazenadas em bancos de dados, imagens e áudio.

Parágrafo único. Comporão o Museu Eletrônico do Senado Federal os acervos de informações da Diretoria-Geral e suas secretarias e subsecretarias, da Secretaria de Comunicação Social e suas subsecretarias, da Secretaria-Geral da Mesa e suas subsecretarias, da Secretaria de Informação e Documentação e suas subsecretarias, e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e suas subsecretarias.

Art. 333. Ao Prodasen incumbirá prover e gerenciar o apoio técnico visando à estruturação e atualização dos equipamentos e programas de informática necessários ao funcionamento do Museu.

Art. 334. À Subsecretaria de Biblioteca incumbirá prover e gerenciar as instalações físicas onde funcionará o Museu Eletrônico do Senado Federal.

Art. 335. Ao Conselho de Supervisão incumbirá:

I) fazer cumprir as diretrizes e normas para o funcionamento do Museu Eletrônico do Senado Federal.

II) fazer cumprir as diretrizes e normas traçadas para a guarda, tratamento e disseminação de informações através do Museu Eletrônico do Senado Federal: e

III) propor, discutir e decidir sobre a inclusão de novos acervos ao Museu Eletrônico do Senado Federal.

Art. 336. O Conselho de Supervisão do Museu Eletrônico do Senado Federal será composto pelo Diretor-Geral, que o presidirá, pelo Secretário-Geral da

Mesa e pelos Diretores da Secretaria de Comunicação Social, da Secretaria de Informação e Documentação, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, da Subsecretaria de Biblioteca e do Centro de Informática e Processamento de Dados

(Prodasen).

Art. 337. Os membros do Conselho de Supervisão em seus impedimentos eventuais, serão substituídos:

I) o Presidente, pelo Secretário-Geral da Mesa:

II) os demais membros, por indicação dos respectivos Diretores e designação por ato do Presidente do Conselho.

CAPÍTULO VII

Da Subsecretaria de Segurança Legislativa

Art. 338. O policiamento do edifício e dependências será feito pela Subsecretaria de Segurança Legislativa da Casa, podendo, quando necessário, ser utilizada a colaboração de outros policiais, postos à disposição da Comissão Diretora, por solicitação desta.

Art. 339. Ao tomar conhecimento da prática de infração disciplinar ou penal a Subsecretaria de Segurança Legislativa, por seu Diretor, dela dará imediato conhecimento ao Diretor-Geral, para que este providencie a instauração do procedimento administrativo legal e, se for o caso, encaminhe a questão à corporação de polícia judiciária ou ao Ministério Público.

Art. 340. Nos casos de prisão em flagrante nas dependências do Senado Federal, ressalvada a competência do Corregedor do Senado Federal, compete ao Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa elaborar o auto de prisão em flagrante, interrogar o preso e colher o depoimento das testemunhas pre-

sentes, providenciando, então, o encaminhamento do caso à corporação de polícia judiciária e a notícia do ocorrido à Diretoria-Geral.

Art. 341. Excetuada a hipótese do artigo 144, § 1º inciso IV da Constituição Federal e a competência do Corregedor do Senado Federal e das comissões de sindicância e de inquérito administrativo disciplinar, compete ao Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa a Presidência de quaisquer investigações nas dependências do Senado Federal.

Art. 342. No exercício de suas funções, o Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, detém poderes para revistar e realizar a busca pessoal nas dependências do Senado Federal, elaborando, neste caso, o respectivo auto.

Art. 343. O documento de identificação dos servidores da Subsecretaria de Segurança Legislativa, de uso obrigatório, confere ao seu portador o franco acesso aos locais sob sua responsabilidade, quanto à atividade fim que desenvolve, inclusive quando em escolta de parlamentares.

Parágrafo único. A identificação dos servidores, para efeito deste artigo, far-se-á por intermédio do documento de identificação, crachá e insígnia, a serem definidos pela Subsecretaria de Segurança Legislativa.

Art. 344. A Subsecretaria de Segurança Legislativa levantará as hipóteses em que seja necessário o porte de arma de fogo por seus servidores, solicitando a autorização do Presidente do Senado Federal, para os fins do Decreto 2.222, de 8 de maio de 1997, que regulamenta a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo dependerá da efetiva necessidade, capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

Art. 345. É defeso ao servidor lotado na Subsecretaria de Segurança Legislativa atuar como defensor do indiciado ou acusado em decorrência dos fatos investigados pela Subsecretaria.

CAPÍTULO VIII

Do Comitê de Imprensa

Art. 346. É facultado às empresas de comunicação social o credenciamento de profissionais para atuar na cobertura das atividades e eventos desenvolvidos no âmbito do Senado Federal.

§ 1º O acesso e a utilização das dependências reservadas aos profissionais de imprensa é privativo dos credenciados.

§ 2º O credenciamento dar-se-á junto ao Primeiro-Secretário ou autoridade por ele designada.

§ 3º Os profissionais de imprensa credenciados integrarão o Comitê de Imprensa, que atuará como órgão representativo da categoria junto à Comissão Diretora.

§ 4º Será alocado espaço físico nas dependências do Senado Federal, devidamente dotado dos meios materiais necessários, para o desempenho das atividades próprias dos profissionais de imprensa.

TÍTULO III

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 347. As competências dos órgãos fixadas neste Regulamento poderão ser objeto de especificação por ato da Comissão Diretora.

Art. 348. Caso se verifique qualquer incidente nas áreas ou dependências dos edifícios do Senado Federal, será o mesmo imediatamente comunicado ao Diretor-Geral, que, a seu critério, e conforme a gravidade do fato, o levará ao conhecimento do Primeiro-Secretário, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 349. É proibido o porte de arma de qualquer espécie, tanto nas dependências do Senado Federal, como nas dos seus órgãos supervisionados.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica quanto às pessoas que, por expressa imposição legal, só possam exercer as respectivas atividades profissionais, no âmbito do Senado Federal, portando armamentos, nem àquelas designadas para prestar segurança pessoal a autoridades nacionais ou estrangeiras, desde que, neste último caso, haja comunicação escrita, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, indicando o número e o nome dos servidores destacados para este fim.

§ 2º. Ocorrendo a hipótese prevista no **Caput** deste artigo, será lavrado auto de apreensão da arma, dando-se ciência ao Diretor-Geral, que adotará as providências legais pertinentes ao caso.

Art. 350. Nas salas privativas dos Senadores terão ingresso os servidores quando em serviço, os representantes da imprensa credenciados junto ao Senado Federal, os Deputados, os suplentes de Senadores e os ex-Parlamentares.

Art. 351. É proibido o ingresso de pessoas estranhas em qualquer dependência dos serviços do Senado Federal, salvo com autorização especial.

Art. 352. A Bandeira Nacional será hasteada no edifício-sede do Senado Federal, no início da sessão, e arriada no encerramento da mesma.

§ 1º. Nos dias de festa nacional, a Bandeira permanecerá hasteada até as 18 (dezoito) horas, salvo disposição legal específica.

§ 2º. Em caso de luto nacional ou por determinação da Comissão Diretora, em sinal de pesar, será a Bandeira posta à meia-adriça, pelo período determinado.

Art. 353. As atividades vinculadas a transporte, vigilância, operação de elevadores, telefonia, conservação e limpeza, serviço de artífice e outras assemelhadas serão, sempre que possível, objeto de execução indireta, mediante contrato, obedecidos os ditames da conveniência e do interesse do Senado Federal.

Art. 354. São as Administrações dos Fundos Rotativos do Senado Federal, da Secretaria de Edição e Publicações e do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, instituídos, respectivamente, pela Lei nº 7.432, de 18 de dezembro de 1985, pelo Ato nº 13, de 1974, e pelo Ato nº 14, de 1974, alterado pelo Ato nº 18, de 1976, todos da Comissão Diretora, ratificados pelo Decreto Legislativo nº 27, de 1990, nos termos da Decisão nº 211, de 1993, do Tribunal de Contas da União, autorizadas a aplicar no mercado financeiro, em títulos federais e por intermédio do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal, as disponibilidades financeiras dos Fundos oriundas de receitas que não tenham origem orçamentária e que, por imposição legal, não devam reverter ao Tesouro Nacional.

Art. 355. É proibido a qualquer pessoa estranha ao serviço copiar documentos de proposições em tramitação no Senado Federal, sem permissão da autoridade competente.

Art. 356. Os aparelhos telefônicos do Senado Federal serão de uso privativo dos Senadores, servidores e jornalistas credenciados e só poderão ser utilizados por pessoas estranhas ao serviço mediante prévia autorização.

Art. 357. É lícito a qualquer pessoa requerer ao Primeiro-Secretário certidões relativas a assuntos de seu interesse, inclusive sobre o andamento de suas petições ou de documentos a elas anexados.

Parágrafo único. As certidões deverão ser preparadas por servidor do órgão em que estiverem os respectivos documentos, visadas pelo respectivo Diretor e, quando for o caso, autenticadas pelo Diretor-Geral.

Art. 358. No início de cada legislatura serão organizadas, sob orientação do Diretor-Geral, listas de Senadores, com indicação do Estado de representação, partido a que pertence, nome parlamentar, endereço e números de telefones.

Parágrafo único. No decurso das sessões legislativas, será feita, quando necessária, a atualização das listas de que trata este artigo.

Art. 359. A Comissão Diretora disporá sobre a concessão aos servidores do Senado Federal:

- I – do auxílio transporte;
- II – do auxílio-alimentação.

ANEXO II

REGULAMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES DO SENADO FEDERAL

Art. 1º Este Regulamento de Cargos e Funções fixa a nomenclatura e os quantitativos dos cargos, de provimento efetivo e em comissão, e das funções comissionadas existentes no Senado Federal, bem como estabelece as atribuições dos respectivos titulares e indica sua lotação.

TÍTULO I

Das Atribuições dos Titulares de Cargos e de Funções Comissionadas

CAPÍTULO I

Das Atribuições dos Titulares de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas

Art. 2º Ao Diretor-Geral compete planejar, supervisionar, Coordenar, integrar e controlar a execução das atividades administrativas do Senado Federal, com o apoio dos demais órgãos da estrutura geral, dirigir e controlar a política de administração consoante normas legais regulamentares e deliberações da Comissão Diretora: dar posse, lotar e aposentar os servidores do Senado Federal, na forma das normas em vigor: secretariar e prestar assistência à Comissão Diretora no decurso de suas reuniões: colaborar com o presidente na elaboração do seu relatório anual: despachar, depois de informadas pelos órgãos competentes, as petições dirigidas ao Senado Federal que versem sobre matéria administrativa e que se enquadrem no âmbito de sua exclusiva decisão; servir de ligação administrativa entre os órgãos da Casa e a Comissão Diretora: assinar folhas de pagamento e cheque de emissão do Senado Federal, bem como ordenar suas despesas: receber do Tesouro Nacional os avisos de crédito das dotações orçamentárias do Senado Federal, e comunicá-las ao órgão competen-

te; encaminhar trimestralmente à Comissão Diretora os balancetes com o demonstrativo de contas do Senado Federal: apresentar à Comissão Diretora, anualmente, a proposta orçamentária unificada do Senado Federal e órgãos supervisionados para o exercício seguinte: autorizar a inclusão do saldo do exercício findo, nas contas de "Restos a Pagar presidir o Conselho de Administração: coordenar a Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa; firmar convênios e contratos que envolvam o Senado e seus órgãos supervisionados: divulgar o Senado e seus órgãos supervisionados: autorizar a execução de obras e reparos de urgência nos imóveis de propriedade do Senado Federal; aplicar penalidades aos fornecedores de material e aos prestadores de serviço pelo inadimplemento de cláusula contratual ou ajuste, mediante proposta dos órgãos competentes; encaminhar, ao órgão competente, para efeito de conhecimento ou registro, as comunicações recebidas dos titulares das unidades administrativas do Senado Federal; encaminhar à Secretaria-Geral da Mesa, ao fim de cada Sessão Legislativa, o levantamento estatístico unificado das atividades dos órgãos do Senado Federal, para o relatório geral da Presidência: autorizar a impressão de qualquer documento público e informativo de órgãos da Casa: servir de elemento de articulação administrativa com a Câmara dos Deputados e outros órgãos públicos:

Baixar atos de provimento de função comissionada, nos termos das normas em valor: observar e fazer observar as normas legais e determinações da Comissão Diretora: decidir sobre problemas administrativos dos servidores do Senado Federal. quando extrapolar as competências regulamentares dos seus chefes imediatos: impor penalidades nos termos deste Regulamento, e desempenhar outras atividades peculiares ao cargo, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Parágrafo único. Compete ao Diretor-Geral delegar suas competências.

Art. 3º Ao Secretário-Geral da Mesa compete assistir à Mesa nos trabalhos de Plenário: planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades compreendidas nas linhas de competência das unidades administrativas da Secretaria-Geral da Mesa: servir de ligação, em assuntos de sua competência, entre a Mesa e os órgãos do Senado Federal, a Câmara dos Deputados e outros órgãos públicos; secretariar e prestar assistência à Mesa no decurso de suas reuniões:

integrar, na qualidade de membro nato, o Conselho de Administração e o Conselho de Supervisão

do Prodasen: proceder à revisão das notas taquigráficas das sessões do Senado adaptando-as às normas regimentais: opinar sobre o provimento das funções comissionadas de diretores de subsecretarias integrantes da Secretaria-Geral da Mesa: solicitar ao Diretor-Geral a lotação e designação ou dispensa de servidores de cargos e funções da Secretaria-Geral da Mesa: observar e fazer observar, no âmbito das unidades administrativas do órgão, as disposições regulamentares e legais, as determinações do Presidente, da Comissão Diretora e do Primeiro Secretário: decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados, impor penalidades nos limites estabelecidos neste Regulamento: e desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 4º Ao Advogado-Geral incumbe planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades de competência da Advocacia do Senado Federal: encaminhar à Comissão Diretora o programa Anual de Trabalho e o Relatório Anual de Atividades; designar servidor para participar de atividades de treinamento ou aperfeiçoamento: selecionar e indicar ao Diretor-Geral o nome dos servidores para o preenchimento de funções comissionadas do órgão: solicitar ao Diretor-Geral a lotação no seu Gabinete de servidores de sua escolha: impor penalidades, nos limites estabelecidos no Regulamento Administrativo: e desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria, ou de ordem superior.

Art. 5º Ao Chefe de Gabinete do Presidente incumbem atividades de chefia do Gabinete do Presidente do Senado Federal.

Art. 6º Ao Consultor-Geral Legislativo e ao Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle incumbe planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades de competência do órgão e de suas unidades administrativas; encaminhar à Comissão Diretora o Programa Anual de Trabalho e o Relatório Anual de Atividades da respectiva Consultoria; designar servidor para participar de atividades de treinamento ou aperfeiçoamento; submeter ao Presidente os nomes dos Consultores-Gerais Adjuntos; solicitar ao Diretor-Geral a designação ou dispensa de servidores do exercício de função comissionada e a lotação de servidores de sua escolha nos serviços da respectiva Consultoria; impor penalidades, nos limites do Regulamento Administrativo, e desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 7º Ao Diretor da Secretaria de Comunicação Social compete planejar, coordenar e supervisionar a

execução das atividades compreendidas nas linhas de competência das respectivas unidades administrativas; encaminhar à Comissão Diretora o Programa Anual de Trabalho e o Relatório Anual de Atividades da Secretaria; propor ao Diretor-Geral a designação ou dispensa de servidores do exercício de função comissionada, e a lotação dos servidores de sua escolha nos órgãos da Secretaria; observar e fazer observar, no âmbito das unidades administrativas da Secretaria, as disposições da Comissão Diretora, do Presidente, do Primeiro Secretário e do Diretor-Geral; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; impor penalidades, nos limites estabelecidos; e desempenhar outras atividades peculiares ao cargo, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 8º Ao Diretor da Secretaria de Controle Interno incumbe prestar assistência na área de sua especialidade à Comissão Diretora e às unidades do Senado Federal, inclusive aos órgãos supervisionados; dirigir, em grau superior, as atribuições de competência da Secretaria de Controle Interno; orientar a pré-qualificação e seleção dos servidores do órgão; solicitar ao Diretor-Geral a designação ou dispensa de servidores do exercício de função comissionada e a lotação, nos serviços da Secretaria de Controle Interno, de servidores de sua escolha; observar e fazer observar, no âmbito da Secretaria de Controle Interno, as determinações da Comissão Diretora, do Presidente e do Primeiro Secretário; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; impor penalidades nos limites estabelecidos neste Regulamento; e desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 9º Ao Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete realizar a integração administrativa da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, planejar, dirigir e orientar a política da administração consoante a legislação e normas legais, o Regulamento Interno do órgão, as deliberações da Comissão Diretora do Senado Federal, desempenhar outras atividades peculiares do cargo.

Art. 10. Ao Diretor de Secretaria incumbe planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades compreendidas nas linhas de competência das respectivas unidades administrativas; orientar os trabalhos de cada órgão subordinado, no sentido de manter a dinâmica e a eficiência de suas atividades; propor ao Diretor-Geral a designação ou dispensa de servidores do exercício de função comissionada; observar e fazer observar, no âmbito das

unidades administrativas da Secretaria, as disposições da Comissão Diretora, do Presidente, do Primeiro Secretário e do Diretor-Geral; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; impor penalidades, nos limites estabelecidos neste Regulamento; e desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Parágrafo único. As competências delegadas na forma do parágrafo único do artigo 2º poderão ser de igual modo atribuídas, em nível de Subsecretaria, pelos respectivos Diretores de Secretaria.

Art. 11. Ao Secretário-Geral da Mesa Adjunto incumbe auxiliar o titular do órgão no assessoramento da Mesa; elaborar, para orientação da Mesa, estudos preliminares, devidamente fundamentados, sobre as matérias a serem submetidas ao Plenário; consolidar o Relatório da Presidência; substituir o Secretário-Geral da Mesa em suas faltas e impedimentos; auxiliá-lo na coordenação e orientação das unidades administrativas vinculadas à Secretaria-Geral da Mesa; e executar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 12. Ao Advogado-Geral Adjunto incumbe auxiliar o titular do órgão na execução das atividades de competência da Advocacia do Senado Federal; substituir o Advogado-Geral em seus afastamentos, faltas e impedimentos; e executar outras atividades peculiares à função.

Art. 13. Ao Assessor incumbem atividades de assessoramento técnico à Presidência do Senado Federal ou, por designação desta, a outro órgão ou autoridade da Casa, consistindo no exame de processos, problemas e assuntos administrativos, financeiros, econômicos e jurídicos de interesse do Senado Federal; na proposição de medidas tendentes a aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços; e no desempenho de outras atividades peculiares ao cargo, que lhe sejam designadas por autoridade superior.

Art. 14. Ao Assessor Técnico cabe a execução de tarefas de assessoramento que lhe forem atribuídas pelo titular do Gabinete.

Art. 15. Ao Chefe de Gabinete incumbe dirigir, controlar e coordenar as atividades administrativas e sociais do respectivo Gabinete; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 16. Ao Chefe do Cerimonial da Presidência incumbe planejar, orientar, coordenar e exercer as atividades de assessoramento superior do Cerimonial da Presidência, em articulação com a Secretaria de Comunicação Social.

Art. 17. Ao Consultor-Geral Adjunto da Consultoria Legislativa incumbe efetuar a coordenação técnica de núcleo de consultoria e assessoramento; programar as atividades do respectivo núcleo e proceder à distribuição dos trabalhos aos seus componentes; acompanhar a execução dos serviços distribuídos ao núcleo e controlar os seus prazos; controlar a qualidade dos trabalhos realizados no núcleo, concertando, com os respectivos autores, as alterações que julgue necessárias; supervisionar as atividades de provimento de dados, análises e informações básicas, necessárias aos trabalhos de consultoria e assessoramento; supervisionar atividades administrativas do órgão e exercer outras atribuições pertinentes que lhe sejam cometidas.

Art. 18. Ao Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle incumbe exercer a coordenação técnica do Núcleo Temático sob sua responsabilidade; programar as atividades do Núcleo e distribuir os trabalhos aos seus componentes; acompanhar a execução dos trabalhos e controlar os prazos fixados; sugerir ao Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle a realização de cursos, seminários, simpósios, treinamentos e outros eventos que tenham por objetivo a melhoria da qualificação profissional e da eficiência dos integrantes do Núcleo; a revisão qualitativa de seus próprios trabalhos, em regime de co-responsabilidade técnica, dos trabalhos dos componentes do Núcleo; desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 19. Ao Consultor Jurídico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete o assessoramento jurídico ao Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações; dar parecer em processos ou matérias que lhe forem encaminhadas; preparar informações em ações judiciais referentes ao órgão; desempenhar outras atividades peculiares ao cargo, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 20. Ao Diretor da Subsecretaria de Divulgação e Integração compete coordenar e controlar a execução das atividades compreendidas na linha de competência das unidades administrativas da Secretaria; promover a integração dos trabalhos realizados por todas as Subsecretarias subordinadas à Secretaria; assistir o Diretor da Secretaria em todas as matérias que lhe forem solicitadas; exercer outras atribuições que lhe forem confiadas pelo Diretor da Secretaria; e substituir o Diretor da Secretaria em seus afastamentos e impedimentos regulamentares.

Art. 21. Aos Diretores das Subsecretarias, da Área de Comunicação Social, compete coordenar a

execução das tarefas compreendidas nas linhas de competência da respectiva Subsecretaria; manter informado o Diretor da Secretaria sobre as atividades do órgão; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; representar ao Diretor da Secretaria contra falta dos servidores do órgão; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 22. Ao Diretor da Subsecretaria de Apoio Técnico da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle incumbe exercer a coordenação técnica da Subsecretaria; distribuir os trabalhos da Subsecretaria aos Serviços competentes; acompanhar a execução dos trabalhos e controlar os prazos fixados; controlar a qualidade dos trabalhos de responsabilidade da Subsecretaria, concertando com os respectivos titulares dos órgãos subordinados as alterações que julgar necessárias; sugerir ao Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle a realização de cursos, seminários, simpósios, treinamentos e outros eventos que tenham por objetivo a melhoria da qualificação profissional e da eficiência dos integrantes da Subsecretaria; desempenhar outras atividades peculiares à função de iniciativa própria ou ordem superior.

Art. 23. Ao Diretor da Subsecretaria de Apoio Técnico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete planejar, dirigir e orientar as atividades de apoio operacional ao complexo administrativo e industrial; desempenhar outras atividades peculiares ao cargo.

Art. 24. Ao Diretor da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete exercer o controle estatístico da frequência de pessoal, escala de férias e recessos; emitir mensalmente Folha Individual de Frequência; programar e executar as atividades de cadastramento de pessoal ativo, aposentados, exonerados, demitidos, falecidos e dos pensionistas, mantendo atualizados os registros relativos à vida funcional dos servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e seus assentamentos funcionais, em articulação com a Subsecretaria de Administração de Pessoal; controlar, coordenar e dirigir as atividades de aquisições e guarda das matérias-primas utilizadas nos serviços gráficos e executar outras tarefas correlatas.

Art. 25. Ao Diretor da Subsecretaria Industrial da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete planejar, dirigir e orientar os sistemas de Planejamento, Produção e Manutenção Industri-

al-Gráfico; desempenhar outras atividades peculiares ao cargo.

Art. 26. Ao Diretor de Subsecretaria incumbe coordenar e controlar a execução das atividades compreendidas nas linhas de competência de suas unidades administrativas; manter informada a autoridade imediatamente superior sobre as atividades da Subsecretaria; colaborar com o órgão competente na organização de concursos relacionados com as atividades da Subsecretaria; propor à autoridade imediatamente superior a designação e dispensa de servidores do exercício de função comissionada em órgão da Subsecretaria; observar e fazer observar, no âmbito das unidades administrativas sob sua direção, as determinações da Comissão Diretora, do Presidente, do Primeiro-Secretário, do Diretor-Geral e do Diretor da Secretaria; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; impor penalidades, nos limites do Regulamento Administrativo; e desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 27. Ao Advogado incumbe subsidiar o trabalho do Advogado-Geral no exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Mesa, à Comissão Diretora, ao Primeiro-Secretário, ao Diretor-Geral, ao Conselho de Administração e demais órgãos da Casa; elaborar textos de minutas-padrão de contratos e convênios, em que for parte o Senado Federal; e exercer outras tarefas peculiares à função.

Art. 28. Ao Assistente do Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete prestar assistência como elemento de ligação junto aos Gabinetes dos Senhores Parlamentares, mantendo interface entre trabalhos solicitados e executados; acompanhar a divulgação da Ordem do Dia junto à Secretaria-Geral da Mesa e das matérias publicadas sobre as atividades do órgão; elaborar súmula noticiosa e informativos internos; preparar elementos para estudo de planejamento de Relações Públicas; manter contatos com órgãos congêneres; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 29. Ao Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete providenciar sobre o expediente e as audiências; executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas à competência do órgão; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho das atividades relativas às suas atribuições; realizar estudos e pesquisas especiais que lhe forem recomendados; manter o Diretor informado sobre os problemas da Secretaria, apresentando e sugerindo medidas de assistência técnica que venham ao encontro do aperfeiçoamento e melhora-

mento do fluxo de trabalho; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 30. Ao Chefe de Serviço incumbe fiscalizar a execução das tarefas compreendidas nas linhas de competência das unidades administrativas integrantes do Serviço; manter informado o Diretor a que estiver subordinado sobre as atividades do Serviço; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; representar ao Diretor a que estiver subordinado contra falta dos servidores do órgão; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 31. Ao Chefe de Serviço da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete assistir e gerenciar as áreas-chaves do sistema industrial produtivo, de apoio operacional e administrativo; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 32. Ao Jornalista compete elaborar estudos, planos e projetos de comunicação social de interesse dos órgãos do Senado Federal e dos Senadores, visando a promover a Instituição e o Poder Legislativo; preparar textos jornalísticos sobre as atividades da Casa, para divulgação em veículos de comunicação de todo o país; assistir o Diretor da Secretaria no desempenho das tarefas do órgão; e executar outras atividades correlatas.

Art. 33. Ao Relações Públicas compete elaborar estudos, planos e projetos de relações públicas de interesse do Senado Federal, visando a favorecer o relacionamento entre o Senado e os servidores, e o Senado e a sociedade; assistir o Diretor da Secretaria no desempenho das tarefas do órgão; e executar outras atividades correlatas.

Art. 34. Ao Assistente de Apoio Administrativo da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle incumbe auxiliar o Secretário de Gabinete na expedição da correspondência do titular do órgão e no atendimento às partes que solicitem audiências; executar outras tarefas peculiares à função.

Art. 35. Ao Assistente de Auditoria incumbe prestar assistência ao titular do órgão na área de auditoria contábil, de programas, de gestão e de recursos humanos, e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 36. Ao Assistente Editorial-Gráfico compete prestar serviços de assistência editorial-gráfica às unidades internas do órgão; junto à Presidência do Senado Federal ou a outras unidades do Congresso Nacional, quando autorizado, auxiliando nos trabalhos de artes gráficas dos usuários da Secretaria

Especial de Editoração e Publicações; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 37. Ao Assistente Jurídico incumbe subsidiar o trabalho dos Advogados da Advocacia do Senado Federal; acompanhar os processos de interesse da Casa junto ao Poder Judiciário e a outros órgãos públicos, informando sobre a sua tramitação; e exercer outras tarefas peculiares à função.

Art. 38. Ao Assistente Jurídico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete prestar assistência jurídica ao Órgão, mediante determinação do Consultor Jurídico, emitindo pareceres em processos ou assuntos decorrentes de distribuição, mediante supervisão e aprovação do titular; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 39. Ao Assistente Técnico da Diretoria-Geral incumbe auxiliar o titular do órgão no estudo dos processos e assuntos administrativos de sua competência: prestar assistência em matéria administrativa, jurídica, econômica e financeira; analisar, permanentemente, a organização e o funcionamento dos serviços e atividades do Senado Federal e, designado pelo Diretor-Geral, examinar quaisquer problemas, propondo medidas tendentes a aumentar a eficiência e produtividade dos trabalhos, com a adoção de novos métodos e desempenhar outras atividades peculiares à função, que lhe sejam incumbidas pelo Diretor-Geral.

Art. 40. Ao Assistente Técnico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete assistir e auxiliar diretamente o Diretor no desempenho de suas atividades: manter contato de rotina com os demais órgãos da Secretaria quando autorizado; fornecer informações preliminares sobre os trabalhos; realizar estudos e pesquisas especiais que lhe forem recomendados; manter o Diretor informado sobre os problemas da Secretaria, apresentando e sugerindo medidas de assistência técnica que venham ao encontro do aperfeiçoamento e melhoramento do fluxo de trabalho; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 41. Ao Assistente Técnico de Controle de Informações incumbe colaborar com o Diretor da Secretaria na orientação, na fiscalização e na revisão das rotinas de entrada de dados para os sistemas de recuperação de informações: atender às solicitações de pesquisas, utilizando, quando necessário, os recursos dos demais órgãos da Secretaria; operar os equipamentos sob sua responsabilidade; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 42. Ao Assistente Técnico de Gabinete incumbe organizar e controlar as correspondências da

base política do titular do Gabinete; pesquisar, alimentar e recuperar informações: executar os trabalhos de conferência, registro e arquivo dos documentos legislativos; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 43. Ao Assistente Técnico de Inspeção de Qualidade compete a inspeção do controle de qualidade na linha de produção, tanto no nível do suporte técnico e metodológico, como no operacional, mediante controle das matérias-primas industriais e administração de serviços de análises laboratoriais e especificações; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 44. Ao Assistente Técnico de Pessoal incumbe o assessoramento técnico nos assuntos administrativos da competência do seu órgão de lotação, e desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 45. Ao Assistente Técnico Industrial compete, de acordo com as peculiaridades da organização de determinadas áreas, desempenhar funções de distribuição, fiscalização, acompanhamento, execução, supervisão e controle, dando suporte "in loco" aos titulares dessas unidades: supervisionar e controlar os serviços a seu cargo; fiscalizar a presença dos servidores sob sua chefia; informar a concessão de licenças aos servidores de sua área; manter a ordem e a disciplina na sua unidade; informar e encaminhar os Boletins de Merecimento; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 46. Ao Revisor de Textos da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle incumbem revisar os textos dos trabalhos da Consultoria, quanto aos aspectos gramatical e ortográfico; redigir a correspondência oficial da Consultoria; executar outras tarefas correlatas.

Art. 47. Ao Secretário de Comissão compete submeter ao despacho dos Presidentes das Comissões as proposições e os documentos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores matérias e emendas; organizar a pauta de reuniões; preparar e encaminhar convocação; preparar correspondência e as atas das reuniões; controlar os prazos das proposições em tramitação nas Comissões; prestar as informações necessárias aos membros das Comissões, imprensa e outros órgãos interessados; fiscalizar a execução das tarefas compreendidas nas linhas de competência administrativa integrantes do serviço; manter informado o Diretor a que estiver subordinado sobre as atividades do serviço; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; assistir os Presidentes e demais membros das Comissões nas reu-

niões plenárias dos órgãos ou a qualquer momento que for solicitado e desempenhar atividades peculiares à função de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 48. Ao Subchefe de Gabinete incumbe auxiliar o Chefe de Gabinete na execução de suas atribuições; substituí-lo em suas faltas e impedimentos; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 49. Ao Técnico de Treinamento incumbe identificar as necessidades de treinamento nas áreas legislativa e administrativa do Senado Federal; analisar e priorizar as necessidades levantadas, compatibilizando os dados levantados com as diretrizes definidas pelo Conselho de Supervisão do ILB, observada a dotação orçamentária do órgão para o período; caracterizar as necessidades de treinamento definindo tipos de ação que melhor atendam ao Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos; planejar programas de capacitação e/ou aperfeiçoamento de pessoal através de instrutoria interna; pesquisar e analisar ofertas de treinamento disponíveis no mercado; planejar programas de capacitação e/ou aperfeiçoamento de pessoal através de instrutoria externa; selecionar, planejar, e produzir recursos e/ou meios instrucionais, observando as características dos treinandos, do conteúdo e dos próprios meios, de forma a atender aos objetivos do processo ensino-aprendizagem; acompanhar a execução do plano de treinamento; avaliar as atividades realizadas; elaborar relatórios; elaborar pesquisa na área gerencial e organizacional; manter atualizados os dados referentes ao processo de desenvolvimento organizacional e gerencial; manter atualizados os dados referentes à literatura atual na área gerencial e organizacional; manter intercâmbio com outras organizações que utilizem desenvolvimento organizacional e/ou gerencial; dar consultoria na elaboração dos diagnósticos organizacionais, na elaboração dos projetos de mudança planejada, no acompanhamento e avaliação de equipes de trabalho; elaborar planos de treinamento gerencial, dar consultoria na área gerencial, programar seminários na área organizacional; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 50. Ao Secretário Parlamentar incumbe executar as tarefas de apoio administrativo ao titular do Gabinete, preparar e expedir sua correspondência, atender as partes que solicitam audiência, executar trabalhos datilográficos, realizar pesquisas, acompanhar junto às repartições públicas assuntos de interesse do Parlamentar e desempenhar outras atividades peculiares ao cargo.

Art. 51. Ao Assistente Parlamentar incumbe desempenhar as atividades de apoio determinadas pelo titular do Gabinete.

Art. 52. Ao Assistente Administrativo incumbe orientar a execução das atividades compreendidas nas linhas de competência do órgão: manter informado o Diretor ou Chefe imediato sobre as atividades do órgão; observar e fazer observar as determinações do Diretor ou Chefe imediato: comunicar ao Diretor ou Chefe imediato os problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados: e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 53. Ao Assistente de Controle de Produção compete auxiliar o Assistente Técnico Industrial sobre os assuntos de sua área de atuação: controlar as fichas de trabalho; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 54. Ao Assistente de Divulgação compete assistir a chefia imediata na realização das tarefas a ela atribuídas: elaborar planos de trabalho: e desempenhar outras tarefas correlatas.

Art. 55. Ao Assistente de Pesquisa da Secretaria de Comunicação Social compete acompanhar, nos veículos de comunicação, a publicação de noticiário produzido pela Secretaria: e desempenhar outras tarefas correlatas.

Art. 56. Ao Encarregado de Secretaria incumbe executar as tarefas de apoio administrativo ao Conselho de Administração; providenciar sobre o expediente do órgão; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 57. Ao Secretário de Gabinete da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete auxiliar o Diretor no desempenho de suas atribuições; organizar sua agenda de trabalhos; datilografar expedientes; organizar e manter em dia os arquivos; registrar a movimentação de expedientes internos e externos; receber e fazer chamadas telefônicas; executar tarefas de recepção; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 58. Ao Secretário do Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete a programação de atividades do Diretor junto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à Comissão Diretora, aos Gabinetes dos Senhores Parlamentares e outros órgãos; executar tarefas de recepção; propor e expedir sua correspondência; marcar audiências; datilografar expedientes; registrar a movimentação de expedientes internos e externos; receber e fazer chamadas telefônicas; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 59. Ao Secretário de Consultoria incumbe a prestação de assistência aos dirigentes da Consultoria Legislativa e de Orçamentos, Fiscalização e Controle e aos Consultores Legislativos e de Orçamentos, Fiscalização e Controle no desempenho de suas atribuições; efetuar as pesquisas de dados e informações que lhe forem solicitadas; colaborar na elaboração e formatação dos trabalhos de consultoria e assessoramento; e desempenhar outras tarefas peculiares à função.

Art. 60. Ao Secretário de Gabinete incumbe executar os serviços de recepção e telefonia; agendar audiências, compromissos e atividades sociais do titular do Gabinete; pesquisar dados e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 61. Ao Assistente de Controle de Informação da Secretaria Especial de Editoração e Publicações compete auxiliar a chefia imediata no desempenho de suas atribuições; organizar sua agenda de trabalhos; datilografar expedientes; organizar e manter em dia os arquivos; controlar as fichas de trabalho; registrar a movimentação de expediente internos e externos; desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 62. Ao Assistente da Comissão Permanente de Licitação incumbe a execução de tarefas de suporte administrativo aos membros do órgão, colaborando na elaboração de editais e demais atos convocatórios de licitações; na apuração, análise e julgamento de propostas na instrução de mapas demonstrativos, relatórios e pareceres para decisão da autoridade competente; e na elaboração de atas das reuniões, sob supervisão do Presidente e do Diretor da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 63. Ao Assistente de Atividade Eletrônica compete operar e dar manutenção aos equipamentos eletrônicos constantes do sistema de áudio e vídeo do Senado Federal.

Art. 64. Ao Assistente de Comissão incumbe prestar assistência às Comissões no exame das incompatibilidades e dos impedimentos nas investigações, elaborar termos de declarações; preparar acervos e certidões sobre os trabalhos realizados, executando tarefas de secretariado; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 65. Ao Assistente de Controle de Informação incumbe receber, padronizar e complementar as informações pertinentes à manutenção dos sistemas de informações; auxiliar nas pesquisas solicitadas; operar os equipamentos sob sua responsabilidade; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 66. Ao Assistente de Controle Interno incumbe assistir o Chefe do órgão na área de sua especialidade; prestar assistência na elaboração, execução e análise orçamentária; na preparação dos registros dos pagamentos e análise dos documentos contábeis; na elaboração dos balancetes e demonstrativos contábeis do Senado Federal; nos registros de pagamentos de parlamentares, pessoal ativo e inativo; nos trabalhos administrativos; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 67. Ao Assistente de Pesquisa incumbe a realização de tarefas relacionadas com o ordenamento das normas jurídicas aplicáveis ao processo de automatização a ser utilizado na organização de um *Thesaurus*; promover a sistematização de métodos de pesquisa de peculiar interesse da Subsecretaria de Informações; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 68. Ao Auxiliar de Gabinete Parlamentar incumbe executar e revisar os serviços de digitação e recuperação de dados e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 69. Ao Encarregado de Divulgação compete a realização de atividades de apoio, como operar sistema de informática e aparelhos de fac-símile, providenciar a remessa de material; e desempenhar outras tarefas correlatas.

Art. 70. Ao Encarregado de Pesquisa incumbe a realização de pesquisas e redação de artigos para a Revista de Informação Legislativa e outras publicações de responsabilidade da Subsecretaria de Edições Técnicas; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 71. Ao Auxiliar de Ata incumbe auxiliar o titular da Subsecretaria e os Chefes de Serviço na elaboração das atas das sessões do Congresso Nacional e do Senado Federal e na execução das atividades compreendidas na linha de sua competência; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 72. Ao Auxiliar de Atividades Médicas incumbe assistir o profissional da área de saúde no desempenho de suas atividades profissionais, atuando junto aos consultórios, balcões de recepção e salas de exames; zelar pela manutenção da ordem, verificando e suprimindo as necessidades dos locais de trabalho; realizar a limpeza e esterilização dos instrumentos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 73. Ao Auxiliar de Controle de Produção compete pesquisar, executar e controlar atividades auxiliares de planejamento, produção e manutenção

industrial; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 74. Ao Auxiliar de Coordenação Legislativa incumbe auxiliar os titulares das Subsecretarias de Coordenação Legislativa da Secretaria-Geral da Mesa; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 75. Ao Auxiliar de Gabinete incumbe executar as tarefas de apoio administrativo e outras que lhe sejam determinadas pelos titulares dos Gabinetes.

Art. 76. Ao Mecanógrafo-Revisor incumbe executar e revisar os serviços datilográficos destinados aos trabalhos das Comissões Permanentes, Mistas Especiais e de Inquérito e os autógrafos das matérias aprovadas pelo Senado e pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, destinados à sanção, à promulgação ou à Câmara dos Deputados; e executar outras tarefas correlatas.

CAPÍTULO II

Das Atribuições dos Titulares de Cargos de Provimento Efetivo

Art. 77. Ao Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento Legislativo, incumbem atividades, de nível superior e especializado, de consultoria e assessoramento técnico à Comissão Diretora, à Mesa, às Comissões e aos Senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, a preparação, por solicitação dos Senadores, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal.

Art. 78. Ao Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento em Orçamentos incumbem atividades, de nível superior e especializado, de prestação de consultoria e assessoramento em planos e orçamentos públicos à Comissão Mista Permanente de que trata o § 1º do artigo 166 da Constituição Federal, à Mesa, às demais Comissões e aos Senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização de planos e orçamentos públicos, quando do interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação, por

solicitação dos Congressistas, de minutas de proposições e de relatórios sobre planos e orçamentos públicos, e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal e do Congresso Nacional, em matéria de planos e orçamentos públicos.

Art. 79. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, incumbem atividades de nível superior, de natureza pouco repetitiva, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução de trabalhos legislativos; estudos e assistência técnica na formulação e análise de proposições e outros documentos parlamentares, bem assim de trabalhos de análise, pesquisa e recuperação da informação insitruva do processo legislativo.

Art. 80. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Orçamento Público, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos e projetos de pesquisa e análise econômicas nacionais e internacionais, sobre comércio, indústria, finanças, estrutura patrimonial e investimentos nacionais e estrangeiros.

Art. 81. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Taquigrafia, incumbem atividades de nível superior, de natureza pouco repetitiva, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução dos trabalhos de gravação, registro taquigráfico, interpretação, revisão e redação final de debates e pronunciamentos, bem assim o planejamento da elaboração dos originais para publicação no órgão oficial.

Art. 82. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Biblioteconomia, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de pesquisa, estudo e registro bibliográfico de documentos e informações culturais.

Art. 83. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Tradução e Interpretação, incumbem atividades de tradução, interpretação e versão de documentos legislativos e administrativos de interesse do Senado Federal e executar outras tarefas correlatas.

Art. 84. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a

estudos, pesquisas, análises e projetos sobre administração em geral e organização e métodos.

Art. 85. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Análise de Custo, incumbem atividades de análise de custo.

Art. 86. Ao Analista Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise e perícia contábeis.

Art. 87. Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Medicina, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de defesa e proteção à saúde individual ou coletiva, incluindo medidas de profilaxia e terapêutica.

Art. 88. Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Odontologia, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos e trabalhos relativos à assistência bucodentária.

Art. 89. Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Farmácia, incumbem atividades de supervisão, coordenação ou execução especializada, em grau de maior e média complexidade, referentes aos trabalhos e estudos relativos à análise clínica.

Art. 90. Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Psicologia, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos sobre o comportamento humano e a dinâmica da personalidade, envolvendo diagnóstico psicológico, orientação psicopedagógica e solução dos problemas de ajustamento do ser humano.

Art. 91. Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Assistência Social, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, referentes a trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade, em seus aspectos sociais.

Art. 92. Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Enfermagem, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de

maior complexidade referentes a trabalhos relativos à observação, ao cuidado, à educação sanitária dos doentes, gestantes e acidentados, ao cumprimento das prescrições médicas e aplicação de medidas destinadas à prevenção de doenças.

Art. 93. Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Arquitetura, incumbem atividades de execução qualificada, sob supervisão, de trabalhos relativos à fiscalização de obras do Senado Federal e ao exame e elaboração de normas para a administração e conservação de próprios artísticos.

Art. 94. Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Engenharia, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos, em geral, sobre regiões, zonas, cidades, obras estruturais, transportes, desenvolvimento industrial, preservação e exploração de riquezas minerais, assim como projetos relativos à construção, a fiscalização de obras do Senado Federal e à elaboração de normas para a conservação e reconstituição dos bens do Senado Federal.

Art. 95. Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Manutenção de Máquinas Gráficas, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, de ações que objetivem a manutenção das máquinas, equipamentos e sistemas gráficos; emissão de pareceres técnicos opinativos sobre aquisição, instalação e alienação de maquinaria gráfica em geral; e executar outras atividades correlatas.

Art. 96. Ao Analista Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, incumbem atividades de nível superior, envolvendo a supervisão, a coordenação e a execução dos trabalhos de policiamento diurno e noturno, das dependências do Senado Federal; de segurança às autoridades do Senado e às personalidades brasileiras e estrangeiras, na área de jurisdição do policiamento do Senado Federal e a execução de outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas.

Art. 97. Ao Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Comunicação Social, incumbem atividades de supervi-

são, coordenação ou execução especializadas, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de relações públicas, redação, revisão, coleta e preparo de informações para a divulgação oficial falada, escrita ou televisionada.

Art. 98. Ao Analista Legislativo, Área de Advocacia incumbem atividades de nível superior, consistindo na execução de estudos técnicos opinativos sobre matérias jurídicas de interesse institucional da Casa e de competência de sua Advocacia, na preparação de informação em mandados de segurança e em outros procedimentos judiciais referentes ao Senado Federal ou de interesse deste, na atuação, sob orientação do titular da Advocacia do Senado Federal, na representação judicial e extrajudicial da Instituição; e execução de outras tarefas correlatas que lhe sejam atribuídas.

Art. 99. Ao Analista Legislativo, Área de Consultoria, Especialidade Direito, incumbem atividades de nível superior, consistindo na elaboração de pareceres e estudos técnicos sobre matérias jurídicas relacionadas com a Secretaria Especial de Editoração e Publicações; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 100. Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico, Especialidade Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de planejamento, supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, de pesquisas, análises, projetos e estudos referentes ao processo industrial gráfico; emissão de pareceres técnicos sobre definição de sistemas, equipamentos e matérias-primas; e executar outras atividades correlatas.

Art. 101. Ao Analista Legislativo, Área de Redação e Revisão de Textos Gráficos, Especialidade Redação e Revisão, incumbem atividades, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de redação e revisão final de textos gráficos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 102. Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, incumbem atividades de nível médio, de natureza pouco repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos de apoio, em grau auxiliar, às atividades de pesquisa e assistência técnica legislativa de nível superior, inclusive acompanhamento da tramitação de proposições, bem como atividades de natureza repetitiva, envolvendo execução qualificada, sob supervisão e orientação de

trabalhos de apoio, em grau auxiliar, ao desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa legislativa de nível superior.

Art. 103. Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Assistência a Plenários e Portaria, incumbem atividades de nível médio, envolvendo coordenação e orientação, bem como execução qualificada, sob coordenação e orientação, dos trabalhos relacionados com o atendimento aos serviços de plenário e portaria.

Art. 104. Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, incumbem atividades de nível médio e de natureza pouco repetitiva, relativas a estudos, pesquisas preliminares, planejamento, em grau auxiliar, visando à implantação de normas legais, regimentais e regulamentares, referentes à administração-geral e específica, e ainda relativas à execução qualificada, sob supervisão e orientação, de trabalhos mecanográficos.

Art. 105. Ao Técnico Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, incumbem atividades de nível médio, envolvendo programação, coordenação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise e perícia contábeis.

Art. 106. Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Enfermagem, incumbem atividades de coordenação, programação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a trabalhos relativos à observação, ao cuidado, à educação sanitária dos doentes, gestantes e acidentados, ao cumprimento das prescrições médicas e aplicação de medidas destinadas à prevenção de doenças.

Art. 107. Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Odontologia, incumbem atividades de programação, coordenação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a estudos e trabalhos relativos à assistência buco-dentária.

Art. 108. Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Radiologia, incumbem atividades de operação de equipamentos radiológicos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 109. Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Reabilitação, incumbem atividades de assistência social ao reabilitando; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 110. Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Eletrônica e Telecomunicações, incumbem atividades de nível médio e de natureza permanente, relacionadas com os serviços de operação de peças, máquinas, aparelhos diversos, motores e sistemas elétricos em geral.

Art. 111. Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Telefonia, incumbem atividades de nível médio relacionadas com operação de centrais telefônicas; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 112. Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato, incumbem atividades de nível médio e de natureza permanente, principais e auxiliares, relacionadas com os serviços de artífice em suas várias modalidades, abrangendo encargos de fabricação, conservação, transformação e operação de peças, máquinas, aparelhos diversos, motores e sistemas elétricos e hidráulicos.

Art. 113. Ao Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, incumbem atividades de nível médio, envolvendo o policiamento diurno e noturno, de todas as dependências dos próprios do Senado Federal; a fiscalização da entrada e saída de pessoas; assistência às autoridades do Senado Federal na realização de inquéritos ou investigações policiais; o trabalho de segurança às personalidades brasileiras e estrangeiras, na área de jurisdição do policiamento do Senado Federal; e a execução de outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas.

Art. 114. Ao Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte, incumbem atividades relacionadas com a chefia de unidades ou equipes encarregadas do transporte oficial de passageiros e cargas, envolvendo, principalmente, a condução e conservação de veículos motorizados; atividades, em caráter operacional, de condução e conservação de veícu-

los motorizados utilizados no transporte oficial de passageiros e cargas.

Art. 115. Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico. Especialidade de Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de orientação, controle e execução qualificada das tarefas operacionais inerentes ao fluxo industrial gráfico, observadas as especialidades setoriais, inclusive o manuseio de equipamentos e máquinas; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 116. Ao Auxiliar Legislativo, Área de Apoio ao processo Industrial Gráfico, Especialidade Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de execução, sob coordenação e orientação, em grau auxiliar, de tarefas concernentes ao fluxo industrial gráfico; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 117. Ao Auxiliar Legislativo, Área de Segurança, Especialidade Segurança, incumbem atividades de policiamento diurno e noturno das instalações do parque gráfico da Secretaria de Editoração e Publicações: e executar outras atividades correlatas.”

TÍTULO II

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 118. As atribuições dos cargos e funções fixadas neste Regulamento poderão ser objeto de especificação por ato da Comissão Diretora.

Art. 119. O nível de escolaridade, para efeito de desempenho de cargos do Senado Federal, será indicado à vista de cada categoria constante do Anexo I, item 2, deste Regulamento, conforme os seguintes critérios:

I – nível III, diploma de curso superior, ou habilitação legal equivalente;

II – nível II, certificado de conclusão de curso de segundo grau;

III – nível I, comprovante de conclusão do curso de primeiro grau ou habilitação profissional específica.

Art. 120. É proibido o desvio de função. ainda que por necessidade de serviço.

Art. 121. Ao final de cada legislatura. o ocupante de cargo em comissão de Assessor Técnico. Secretário Parlamentar ou Assistente Parlamentar, será exonerado se o parlamentar que o indicou não houver sido reeleito.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo em caso de renúncia, perda de mandato ou morte de senador.

§ 2º A Subsecretaria de Administração de Pessoal adotará as providências legais e administrativas para o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 122. O suplente de senador que, em caráter provisório, exercer o mandato de senador, poderá ser assistido por assessor técnico, secretário parlamentar ou assistente parlamentar de sua estrita confiança.

Art. 123. Os integrantes da categoria de Analista Legislativo, área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, especialidade Biblioteconomia, desde que lotados e em efetivo exercício na Subsecretaria de Biblioteca, farão jus à função comissionada símbolo FC-6.

§ 1º A Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior pela Subsecretaria de Biblioteca, identificando as atividades exercidas por cada bibliotecário.

§ 2º Não fará jus à gratificação de que trata este artigo o servidor que deixar de atingir os indicadores de produção a serem definidos por Ato do Diretor-Geral.

Art. 124. Os integrantes das categorias de Analista Legislativo, área de Saúde e Assistência Social, especialidades Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, e da carreira de Técnico Legislativo, área de Saúde e Assistência Social. especialidade Enfermagem, desde que lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Assistência Médica e Social e postos autorizados, farão jus, respectivamente às funções comissionadas símbolos FC-7, FC-6, FC-6, FC-6 e FC-5.

§ 1º A Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior pela área médica e paramédica, identificando as atividades exercidas por cada médico, odontólogo, psicólogo, enfermeiro e auxiliar de enfermagem.

§ 2º Não fará jus à gratificação de que trata este artigo o servidor que deixar de atingir os indicadores de produção a serem definidos por Ato do Diretor-Geral.

Art. 125. Os integrantes da Categoria de Analista Legislativo – área de Taquigrafia, lotados exclusivamente na Subsecretaria de Taquigrafia, perceberão

função comissionada de Taquígrafo Legislativo, símbolo FC-06.

Art. 126. Os integrantes da Carreira de Especialização em Informática Legislativa, níveis III, II (áreas 1. 2. 3). II (área 4) e I, do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, desde que lotados e em exercício naquele Órgão Supervisionado, farão jus, ainda que em estágio probatório. Respectivamente, às funções comissionadas símbolo FC-07, FC-05 e FC-04 e FC-02.

Art. 127. Os integrantes das carreiras de Analista Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício na Secretaria-Geral da Mesa e na Diretoria-Geral, e observado o limite de até 5 (cinco) servidores na Advocacia do Senado Federal, Secretaria de Controle Interno, Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa, Cerimonial da Presidência, Secretaria Administrativa, Secretaria de Serviços, Secretaria de Informação e Documentação, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria Industrial, Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, e observado o limite de até 3 (três) servidores no Gabinete da Diretoria Executiva do ILB, Subsecretaria de Pesquisa e Desenvolvimento, Estudos e Projetos Subsecretaria de Treinamento e Subsecretaria Administrativa e Financeira, e observado o limite de até 2 (dois) servidores, no Gabinete da Subsecretaria de Comissões, Serviço de Apoio a Comissões Permanentes, Serviço de Apoio a Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito, Serviço de Apoio às Comissões Mistas, Serviço de Apoio Técnico da Subsecretaria de Administração Financeira, Serviço de Contabilidade da Subsecretaria de Administração Financeira, Serviço de Administração Orçamentária da Subsecretaria de Administração Financeira, Serviço de Administração do Patrimônio da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, Serviço de Planejamento e Controle de Material Serviço de Almoxarifados, Serviço de Controle de Qualidade da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, e nas demais Subsecretarias, farão jus à função comissionada FC-, em razão do exercício de atribuições de assessoramento.

Art. 128. Os integrantes das carreiras de Técnico Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício no Serviço de Administração de Residências Oficiais do Senado Federal, Serviço de Atividades Externas, Serviço de Apoio Aeroportuário, Servi-

ço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais e na Subsecretaria de Arquivo da Secretaria de Informação e Documentação e observando o limite de até 6 (seis) servidores por órgão, farão jus à função comissionada, símbolo FC-6.

Art. 129. Para os fins de que tratam os artigos 127 e 128 deste Regulamento, a Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior em cada um dos órgãos referidos.

Art. 130. Não perceberá a gratificação de que tratam os artigos 127 e 128, o servidor que deixar de atingir os indicadores de produção a serem definidos pelo Diretor-Geral.

Art. 131. O recrutamento de servidores para as funções de que tratam os artigos 127 e 128 dar-se-á, preferencialmente, mediante o remanejamento na área respectiva.

Art. 132. Em razão do exercício de atribuições de assessoramento, farão jus à função comissionada símbolo FC-7, observado o limite de até 5 (cinco) servidores e de até 2 (dois) servidores, respectivamente, os integrantes das carreiras de Analista Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Comunicação Social e em cada uma das Subsecretarias de sua estrutura.

§ 1º A indicação e o recrutamento dos servidores para as funções de que trata este artigo dar-se-á mediante o remanejamento na área de Comunicação Social.

§ 2º Para os fins de que trata este artigo, a Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior na área de Comunicação Social.

Art. 133. Os integrantes da categoria funcional de Analista Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, farão jus, desde que lotados na Subsecretaria de Segurança Legislativa, à função comissionada de Coordenador de Atividade Policial, símbolo FC-06.

Parágrafo único. A função comissionada de Coordenador de Atividade Policial terá quantitativo equivalente ao número de cargos da Categoria Funcional de Analista Legislativo – Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, existentes na Subsecretaria de Segurança Legislativa.

Art. 134. Os integrantes da categoria funcional de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e

Transporte, Especialidade Segurança, farão jus, desde que lotados na Subsecretaria de Segurança Legislativa, à função comissionada de Assistente de Atividade Policial, símbolo FC-05.

Parágrafo único. A função comissionada de Assistente de Atividade Policial terá quantitativo equivalente ao número de cargos da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, existentes na Subsecretaria de Segurança Legislativa.

Art. 135. As funções comissionadas de assessor que integram a Assessoria Técnica da Secretaria-Geral da Mesa e a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral serão consideradas como cargos em comissão quando seus ocupantes não tiverem vínculo efetivo com a administração pública.

Art. 136. Os cargos em comissão de Assistente Parlamentar, previstos no Anexo 1 deste Regulamento, serão preenchidos de forma alternativa a um cargo em comissão de Assessor Técnico.

§ 1º Os cargos em comissão de Assistente Parlamentar dos gabinetes da Presidência, dos demais membros da Mesa, das Lideranças e dos Senadores são classificados em três faixas retributivas, observados os seguintes símbolos:

I – Assistente Parlamentar, símbolo AP– 1, com a remuneração equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) da fixada para o cargo em Comissão de Assessor Técnico, símbolo FC-08;

II – Assistente Parlamentar, símbolo AP-2 com a remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) da fixada para o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo FC-08;

III – Assistente Parlamentar, símbolo AP-3, com a remuneração equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da fixada para o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo FC-08.

§ 2º A soma das remunerações dos cargos em comissão de Assistente Parlamentar derivados de um cargo de Assessor Técnico, não poderá ser superior à remuneração de um cargo em comissão de Assessor Técnico.

Art. 137. Aos cargos da categoria de Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento em Orçamentos, aplicam-se as normas concernentes à categoria de Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento Legislativo.

Art. 138. Serão extintas, quando vagarem, 2 (duas) funções comissionadas de Auxiliar de Atividades Médicas, símbolo FC-3, e 1 (uma) função comissionada de Mecanógrafo-Revisor símbolo FC-3.

Art. 139. São extintas, quando vagarem:

I – cento e vinte e sete funções comissionadas de Artesanato, símbolo FC– 1;

II – cento e vinte e seis funções comissionadas de Motorista, símbolo FC– 1;

III – cento e trinta e sete cargos de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Assistência a Plenários e Portaria;

IV – cento e vinte e sete cargos de Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato;

V – cento e vinte e seis cargos de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte Especialidade Transporte.

Art. 140. Com o provimento dos cargos da área de advocacia, serão extintas 2 (duas) funções de Assistente Jurídico e criadas 2 (duas) funções de Assistente de Controle de Informação, na Advocacia do Senado Federal, nos termos do art. 29 da Resolução nº 73/94

Art. 141. As funções de confiança da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, transferida para Brasília pelo Ato do Presidente nº 60, de 1999, passam a integrar a estrutura do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Parágrafo único. O Órgão Central de Coordenação e Execução ajustará e adaptará às diretrizes definidas na Resolução nº 9/97, a nomenclatura e a distribuição das funções, definindo, com fundamento nas necessidades do Senado, as atribuições dos respectivos titulares.

Art. 142. O Quadro de Pessoal do Senado Federal, com a estrutura e especificação prevista neste Regulamento, será organizado pela Subsecretaria de Administração de Pessoal, na forma da autorização da Comissão Diretora e segundo as alterações legais que forem adotadas na espécie.

Art. 143. A Subsecretaria de Administração de Pessoal, na execução de resolução relativa à criação ou extinção de cargos, republicará o Quadro de Pessoal do Senado Federal.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL

I - CARGOS EM COMISSÃO

I.1 – GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Chefe de Gabinete do Presidente	FC-9	1
Assessor	FC-8	7
Secretário Parlamentar	75% da FC-8	4
Assessor Técnico	FC-8	6

4 (quatro) funções de Assessor Técnico podem ser desmembradas da seguinte forma:

Assessor Técnico, ou	FC-8	4
Assistente Parlamentar – AP-1	75% da FC-8	4
Assistente Parlamentar – AP-3, ou	25% da FC-8	4
Assistente Parlamentar – AP-2, ou	50% da FC-08	8
Assistente Parlamentar – AP-3	25% da FC-8	8
Assistente Parlamentar – AP-2, ou	50% da FC-8	4
Assistente Parlamentar – AP-3	25% da FC-8	16

I.2 – GABINETE DOS MEMBROS DA MESA, DAS LIDERANÇAS E DOS SENADORES

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Assessor Técnico	FC-8	3
Secretário Parlamentar	75% da FC-8	3

1 (uma) função de Assessor Técnico pode ser desmembrada da seguinte forma:

Assessor Técnico, ou	FC-8	1
Assistente Parlamentar – AP-1	75% da FC-8	1
Assistente Parlamentar – AP-3, ou	25% da FC-8	1
Assistente Parlamentar – AP-2, ou	50% da FC-08	2
Assistente Parlamentar – AP-3	25% da FC-8	2
Assistente Parlamentar – AP-2, ou	50% da FC-8	1
Assistente Parlamentar – AP-3	25% da FC-8	4

I.3 – ÓRGÃO CENTRAL DE COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Assessor	FC-8	13
Assessor Técnico	FC-8	5

As funções de Assessor Técnico podem ser desmembradas da seguinte forma:

Assessor Técnico	FC-8	5
Assistente Parlamentar – AP-1	75% da FC-8	5
Assistente Parlamentar – AP-3, ou	25% da FC-8	5
Assistente Parlamentar – AP-2, ou	50% da FC-8	10
Assistente Parlamentar – AP-3	25% da FC-8	10
Assistente Parlamentar – AP-2, ou	50% da FC-8	5
Assistente Parlamentar – AP-3	25% da FC-8	20

1.4 – SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Diretor da Secretaria de Comunicação Social	FC-9	1
Diretor de Subsecretaria	FC-8	8

1.5 – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Coordenador-Adjunto da Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa	FC-9	1

1.6 – CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Chefe do Cerimonial da Presidência	FC-8	1

2 - CARGOS EFETIVOS

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	N.º DE CARGOS
Consultor Legislativo (Nível III)	1 - Consultoria e Assessoramento	1.1 - Assessoramento Legislativo	130
		1.2 - Assessoramento em Orçamentos	30
	2 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	2.1 - Processo Legislativo	596
		2.2 - Orçamento Público	39
		2.3 - Taquigrafia	92
		2.4 - Biblioteconomia	30
		2.5 - Tradução e Interpretação	7
	3 - Apoio Técnico-Administrativo	3.1 - Administração	310
Analista Legislativo (Nível III)	4 - Controle Interno	3.2 - Análise de Custo	5
		4.1 - Contabilidade	21
	5 - Saúde e Assistência Social	5.1 - Medicina	50
		5.2 - Odontologia	8
		5.3 - Farmácia	4
		5.4 - Psicologia	5
	5.5 - Assistência Social	1	

		5.6 – Enfermagem	18
	6- Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico	6.1 – Arquitetura	5
		6.2 – Engenharia	14
		6.3 – Manutenção de Máquinas Gráficas	12
	7 - Polícia e Segurança	7.1 – Segurança	41
	8 - Comunicação Social, Eventos e Contatos	8.1 - Comunicação Social	117
	9 – Advocacia		10
	10 - Consultoria Jurídica	10.1 – Direito	5
	11 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	11.1 - Processo Industrial Gráfico	75
	12 - Redação e Revisão de Textos Gráficos	12.1 - Redação e Revisão	81
Técnico Legislativo (Nível II)	1 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	1.1 - Processo Legislativo	487
		1.2 - Assistência a Plenários e Portaria ¹	137
	2 - Apoio Técnico Administrativo	2.1 – Administração	433
	3 - Controle Interno	3.1 – Contabilidade	18
	4 - Saúde e Assistência Social	4.1 – Enfermagem	27
		4.2 – Odontologia	10
		4.3 – Radiologia	5
		4.4 – Reabilitação	8
	5- Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais	5.1 - Eletrônica e Telecomunicações	46
		5.2 – Telefonia	26
		5.3 – Artesanato ²	207
	6 - Polícia, Segurança e Transporte	6.1 – Segurança	307
		6.2 – Transporte ³	173
	7- Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	7.1 - Processo Industrial Gráfico	606
Auxiliar Legislativo (Nível I)	1 - Apoio Auxiliar ao Processo Industrial Gráfico	1.1 - Processo Industrial Gráfico	93
		1.2 – Segurança	4

3 - FUNÇÕES COMISSIONADAS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE FUNÇÕES
Diretor-Geral	FC-10	1
Secretário-Geral da Mesa	FC-10	1
Advogado-Geral	FC-09	1
Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle	FC-09	1
Consultor-Geral Legislativo	FC-09	1
Diretor de Secretaria	FC-09	6
Diretor-Geral Adjunto	FC-09	1
Secretário-Geral da Mesa Adjunto	FC-09	3

¹ Vide artigo 139 deste Regulamento.

² Vide artigo 139 deste Regulamento.

³ Vide artigo 139 deste Regulamento.

Advogado-Geral Adjunto	FC-08	1
Assessor da DGER ⁴	FC-08	3
Assessor da SGM ⁵	FC-08	3
Chefe de Gabinete (de Senador, de Membro da Mesa e de Líder)	FC-08	95
Chefe de Gabinete da DGER e da SGM	FC-08	2
Consultor de Orçamentos	FC-08	30
Consultor-Geral Adjunto da Consultoria de Orçam., Fisc. e Contr.	FC-08	5
Consultor-Geral Adjunto da Consultoria Legislativa	FC-08	6
Consultor Legislativo	FC-08	130
Consultor Jurídico da SEEP	FC-08	1
Diretor-Adjunto da SCINT	FC-08	1
Diretor de Subsecretaria	FC-08	25
Advogado	FC-07	10
Analista Legislativo ⁶	FC-07	--
Assistente do Diretor da SEEP	FC-07	8
Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07	13
Chefe de Serviço	FC-07	154
Jornalista Relações Públicas	FC-07	117
Médico	FC-07	50
Revisor Taquigráfico	FC-07	24
Supervisor Taquigráfico	FC-07	12
Técnico Legislativo ⁸	FC-06	30
Assistente de Auditoria	FC-06	10
Assistente Jurídico ⁹	FC-06	7
Assistente Editorial-Gráfico	FC-06	5
Assistente Técnico	FC-06	162
Assistente Técnico da Diretoria-Geral	FC-06	6
Assistente Técnico de Controle de Informações	FC-06	6
Assistente Técnico de Gabinete	FC-06	192
Assistente Técnico de Inspeção de Qualidade	FC-06	4
Assistente Técnico de Pessoal	FC-06	23
Assistente Técnico Industrial	FC-06	33
Bibliotecário ¹⁰	FC-06	30

⁴ Vide artigo 135 deste Regulamento.⁵ Vide artigo 135 deste Regulamento.⁶ Vide artigos 127 e 132 deste Regulamento.⁷ Vide artigo 124 deste Regulamento.⁸ Vide artigo 128 deste Regulamento.⁹ Vide artigo 140 deste Regulamento.¹⁰ Vide artigo 123 deste Regulamento.

Coordenador de Atividade Policial ¹¹	FC-06	41
Enfermeiro ¹²	FC-06	18
Odontólogo ¹³	FC-06	8
Psicólogo ¹⁴	FC-06	5
Revisor de Textos	FC-06	2
Secretário de Comissão	FC-06	21
Subchefe de Gabinete	FC-06	98
Taquígrafo Legislativo ¹⁵	FC-06	51
Assistente Administrativo	FC-05	230
Assistente de Atividade Policial ¹⁶	FC-05	307
Assistente de Controle de Produção da SEEP	FC-05	38
Assistente de Divulgação	FC-05	20
Assistente de Pesquisa da Secretaria de Comunicação Social	FC-05	17
Assistente de Telecomunicações	FC-05	19
Auxiliar de Enfermagem ¹⁷	FC-05	27
Encarregado de Secretaria	FC-05	1
Secretário de Gabinete da SEEP	FC-05	2
Secretário do Diretor da SEEP	FC-05	2
Secretário de Consultoria	FC-05	22
Secretário de Gabinete	FC-05	251
Assistente da Comissão Permanente de Licitação	FC-04	3
Assistente de Atividade Eletrônica	FC-04	46
Assistente de Comissão	FC-04	20
Assistente de Controle de Informação	FC-04	240
Assistente de Controle Interno	FC-04	8
Assistente de Pesquisa	FC-04	6
Auxiliar de Gabinete Parlamentar	FC-04	290
Encarregado de Área de Policiamento e Segurança	FC-04	8
Encarregado de Divulgação	FC-04	20
Encarregado de Pesquisa	FC-04	4
Supervisor de Área	FC-04	6
Auxiliar de Ata	FC-03	8
Auxiliar de Atividades Médicas ¹⁸	FC-03	2

¹¹ Vide artigo 133 deste Regulamento.

¹² Vide artigo 124 deste Regulamento.

¹³ Vide artigo 124 deste Regulamento.

¹⁴ Vide artigo 124 deste Regulamento.

¹⁵ Vide artigo 125 deste Regulamento.

¹⁶ Vide artigo 134 deste Regulamento.

¹⁷ Vide artigo 124 deste Regulamento.

¹⁸ Vide artigo 138 deste Regulamento.

Auxiliar de Coordenação Legislativa	FC-03	13
Auxiliar de Gabinete	FC-03	56
Mecanógrafo-Revisor ¹⁹	FC-03	1
Motorista	FC-03	97
Artesanato ²⁰	FC-01	127
Motorista ²¹	FC-01	137

4 - TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01.00.00 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
02	Assistente Técnico de Gabinete	FC-06
01	Subchefe de Gabinete	FC-06
02	Secretário de Gabinete	FC-05
05	Auxiliar de Gabinete Parlamentar	FC-04
02	Motorista	FC-03
01.01.00 - GABINETE DOS MEMBROS DA MESA, DAS LIDERANÇAS E DOS SENADORES		
01	Chefe de Gabinete	FC-08
02	Assistente Técnico de Gabinete	FC-06
01	Subchefe de Gabinete	FC-06
02	Secretário de Gabinete	FC-05
03	Auxiliar de Gabinete Parlamentar	FC-04
01	Motorista	FC-03
02.00.00 - SECRETARIA-GERAL DA MESA		
01	Secretário-Geral da Mesa	FC-10
03	Secretário-Geral da Mesa Adjunto	FC-09
03	Assessor	FC-08
01	Chefe de Gabinete	FC-08
--	Analista Legislativo ²²	FC-07
05	Chefe de Serviço	FC-07
26	Assistente Técnico	FC-06
01	Secretário de Comissão	FC-06
01	Subchefe de Gabinete	FC-06
02	Secretário de Gabinete	FC-05
04	Assistente de Controle de Informação	FC-04
05	Auxiliar de Gabinete	FC-03
01	Motorista	FC-01

¹⁹ Vide artigo 138 deste Regulamento.

²⁰ Vide artigo 139 deste Regulamento.

²¹ Vide artigo 139 deste Regulamento.

²² Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
02.01.00 - SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ²³	FC-07
03	Chefe de Serviço	FC-07
02	Assistente Técnico	FC-06
02	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
09	Assistente de Controle de Informação	FC-04
08	Auxiliar de Coordenação Legislativa	FC-03
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
02.02.00 - SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ²⁴	FC-07
03	Chefe de Serviço	FC-07
02	Assistente Técnico	FC-06
02	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
05	Assistente de Controle de Informação	FC-04
05	Auxiliar de Coordenação Legislativa	FC-03
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
02.03.00 - SUBSECRETARIA DE COMISSÕES		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
08	Analista Legislativo ²⁵	FC-07
03	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
20	Secretário de Comissão	FC-06
03	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
20	Assistente de Comissão	FC-04
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
02.04.00 - SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
06	Chefe de Serviço	FC-07
24	Revisor Taquigráfico	FC-07
12	Supervisor Taquigráfico	FC-07
	Analista Legislativo ²⁶	FC-07

²³ Vide artigo 127 deste Regulamento.

²⁴ Vide artigo 127 deste Regulamento.

²⁵ Vide artigo 127 deste Regulamento.

²⁶ Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Assistente Técnico	FC-06
51	Taquígrafo Legislativo	FC-06
05	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

02.05.00 - SUBSECRETARIA DE ATA

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ²⁷	FC-07
05	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
03	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
08	Auxiliar de Ata	FC-03
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

02.06.00 - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ²⁸	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
02	Assistente Técnico	FC-06
04	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
13	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

03.00.00 - CONSULTORIA LEGISLATIVA

01	Consultor-Geral Legislativo	FC-09
06	Consultor-Geral Adjunto	FC-08
130	Consultor Legislativo	FC-08
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
02	Assistente Técnico	FC-06
08	Assistente Administrativo	FC-05
22	Secretário de Consultoria	FC-05
02	Secretário de Gabinete	FC-05
06	Auxiliar de Gabinete	FC-03

²⁷ Vide artigo 127 deste Regulamento.²⁸ Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
04.00.00 - CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE		
01	Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscal. e Contr.	FC-09
05	Consultor-Geral Adjunto de Orçam., Fiscal. e Contr.	FC-08
30	Consultor de Orçamentos	FC-08
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
01	Chefe de Serviço	FC-07
10	Assistente Técnico	FC-06
02	Revisor de Textos	FC-06
02	Secretário de Gabinete	FC-05
04.01.00 - SUBSECRETARIA DE APOIO TÉCNICO		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
03	Chefe de Serviço	FC-07
08	Assistente Técnico	FC-06
01	Secretário de Gabinete	FC-05
05.00.00 - ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL		
01	Advogado-Geral	FC-09
01	Advogado-Geral Adjunto	FC-08
05	Analista Legislativo ²⁹	FC-07
10	Advogado	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
05	Assistente Jurídico	FC-06
03	Secretário de Gabinete	FC-05
02	Assistente de Controle de Informação	FC-04
03	Auxiliar de Gabinete	FC-03
06.00.00 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
21	Analista Legislativo ³⁰	FC-07
24	Chefe de Serviço	FC-07
117	Jornalista/Relações Públicas	FC-07
25	Assistente Técnico	FC-06
25	Assistente Administrativo	FC-05
20	Assistente de Divulgação	FC-05
17	Assistente de Pesquisa	FC-05
18	Secretário de Gabinete	FC-05
46	Assistente de Atividade Eletrônica	FC-04
21	Assistente de Controle de Informação	FC-04
20	Encarregado de Divulgação	FC-04

²⁹ Vide artigo 127 deste Regulamento.

³⁰ Vide artigo 132 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
07.00.00 - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO		
01	Diretor de Secretaria	FC-09
01	Diretor-Adjunto	FC-08
05	Analista Legislativo ³¹	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
05	Assistente de Auditoria	FC-06
02	Assistente Técnico	FC-06
05	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
05	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
08.00.00 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
05	Analista Legislativo ³²	FC-07
09.00.00 - CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA		
05	Analista Legislativo ³³	FC-07
02	Assistente Administrativo	FC-05
10.00.00 - DIRETORIA-GERAL		
01	Diretor-Geral	FC-10
01	Diretor-Geral Adjunto	FC-09
03	Assessor da DGER ³⁴	FC-08
01	Chefe de Gabinete	FC-08
--	Analista Legislativo ³⁵	FC-07
04	Chefe de Serviço	FC-07
06	Assistente Técnico da Diretoria-Geral	FC-06
01	Subchefe de Gabinete	FC-06
18	Técnico Legislativo ³⁶	FC-06
11	Assistente Administrativo	FC-05
02	Secretário de Gabinete	FC-05
03	Assistente de Controle de Informação	FC-04
05	Auxiliar de Gabinete	FC-03
01	Motorista	FC-01
01	Diretor ³⁷	FC-08
03	Chefe de Serviço ³⁸	FC-07

³¹ Vide artigo 127 deste Regulamento.³² Vide artigo 127 deste Regulamento.³³ Vide artigo 127 deste Regulamento.³⁴ Vide artigo 135 deste Regulamento.³⁵ Vide artigo 127 deste Regulamento.³⁶ Vide artigo 128 deste Regulamento.³⁷ Vide artigo 141 deste Regulamento.³⁸ Vide artigo 141 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
03	Assistente Técnico ³⁹	FC-06
01	Secretário de Gabinete ⁴⁰	FC-05
07	Assistente Administrativo ⁴¹	FC-05

10.02.00 - SUBSECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁴²	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
05	Chefe de Serviço	FC-07
12	Assistente Técnico	FC-06
08	Assistente Administrativo	FC-05
19	Assistente de Telecomunicações	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05

10.01.00 - SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA LEGISLATIVA

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁴³	FC-07
06	Chefe de Serviço	FC-07
24	Assistente Técnico	FC-06
41	Coordenador de Atividade Policial ⁴⁴	FC-06
05	Assistente Administrativo	FC-05
307	Assistente de Atividade Policial ⁴⁵	FC-05
08	Encarregado de Área de Policiamento e Segurança	FC-04
06	Supervisor de Área	FC-04

10.02.00 - SECRETARIA ADMINISTRATIVA

01	Diretor de Secretaria	FC-09
05	Analista Legislativo ⁴⁶	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
02	Assistente Administrativo	FC-05
02	Secretário de Gabinete	FC-05
05	Assistente de Controle de Informação	FC-04
02	Auxiliar de Gabinete	FC-03
01	Mecanógrafo-Revisor	FC-03

³⁹ Vide artigo 141 deste Regulamento.

⁴⁰ Vide artigo 141 deste Regulamento.

⁴¹ Vide artigo 141 deste Regulamento.

⁴² Vide artigo 127 deste Regulamento.

⁴³ Vide artigo 127 deste Regulamento.

⁴⁴ Vide artigo 133 deste Regulamento.

⁴⁵ Vide artigo 134 deste Regulamento.

⁴⁶ Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
10.02.01 - SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁴⁷	FC-07
10	Chefe de Serviço	FC-07
23	Assistente Técnico de Pessoal	FC-06
13	Assistente Administrativo	FC-05
02	Secretário de Gabinete	FC-05
25	Assistente de Controle de Informação	FC-04
10.02.02 - SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
08	Analista Legislativo ⁴⁸	FC-07
04	Chefe de Serviço	FC-07
06	Assistente Técnico	FC-06
07	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
08	Assistente de Controle Interno	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
10.02.03 - SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
08	Analista Legislativo ⁴⁹	FC-07
04	Chefe de Serviço	FC-07
04	Assistente Técnico	FC-06
10	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
10.02.04 - SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁵⁰	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
06	Assistente Técnico	FC-06
06	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
02	Assistente da Comissão Permanente de Licitação	FC-04
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

⁴⁷ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁴⁸ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁴⁹ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁵⁰ Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
10.03.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS		
01	Diretor de Secretaria	FC-09
05	Analista Legislativo ⁵¹	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
01	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
02	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
04	Auxiliar de Gabinete	FC-03
10.03.01 - SUBSECRETARIA DE ENGENHARIA		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁵²	FC-07
04	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
16	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
207	Artesanato ⁵³	FC-01
10.03.02 - SUBSECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁵⁴	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
06	Técnico Legislativo ⁵⁵	FC-06
01	Assistente Técnico	FC-06
07	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03
173	Motorista ⁵⁶	FC-01
10.04.00 - SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO		
01	Diretor de Secretaria	FC-09
05	Analista Legislativo ⁵⁷	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07

⁵¹ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁵² Vide artigo 127 deste Regulamento.⁵³ Vide artigo 139 deste Regulamento.⁵⁴ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁵⁵ Vide artigo 128 deste Regulamento.⁵⁶ Vide artigo 139 deste Regulamento.⁵⁷ Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Assistente Técnico	FC-06
06	Assistente Técnico de Controle de Informações	FC-06
01	Assistente Administrativo	FC-05
02	Secretário de Gabinete	FC-05
02	Assistente de Controle de Informação	FC-04
02	Auxiliar de Gabinete	FC-03

10.04.01 - SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁵⁸	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
06	Técnico Legislativo ⁵⁹	FC-06
01	Assistente Técnico	FC-06
04	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

10.04.02 - SUBSECRETARIA DE BIBLIOTECA

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁶⁰	FC-07
05	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
30	Bibliotecário ⁶¹	FC-06
08	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
09	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

10.04.03 - SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁶²	FC-07
03	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
03	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
05	Assistente de Controle de Informação	FC-04
06	Assistente de Pesquisa	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

⁵⁸ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁵⁹ Vide artigo 128 deste Regulamento.⁶⁰ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁶¹ Vide artigo 123 deste Regulamento.⁶² Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
10.05.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES		
01	Diretor de Secretaria	FC-09
01	Consultor Jurídico	FC-08
05	Analista Legislativo ⁶³	FC-07
08	Assistente do Diretor da Secretaria Especial	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
03	Chefe de Serviço	FC-07
05	Assistente Editorial Gráfico	FC-06
02	Assistente Jurídico	FC-06
04	Assistente Técnico de Inspeção de Qualidade	FC-06
06	Assistente Administrativo	FC-05
02	Secretário do Diretor da SEEP	FC-05
19	Assistente de Controle de Informação	FC-04
02	Auxiliar de Gabinete	FC-03
10.05.01 - SUBSECRETARIA INDUSTRIAL		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
05	Analista Legislativo ⁶⁴	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
09	Chefe de Serviço	FC-07
03	Assistente Técnico	FC-06
33	Assistente Técnico Industrial	FC-06
38	Assistente de Controle de Produção	FC-05
01	Secretário de Gabinete da SEEP	FC-05
11	Assistente de Controle de Informação	FC-04
03	Auxiliar de Gabinete	FC-03
10.05.02 - SUBSECRETARIA DE APOIO TÉCNICO		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Chefe de Serviço	FC-07
03	Assistente Técnico	FC-06
08	Assistente Administrativo	FC-05
23	Assistente de Controle de Informação	FC-04
10.05.03 - SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SUPRIMENTO DE MATÉRIAS PRIMAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
05	Analista Legislativo ⁶⁵	FC-07
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
03	Chefe de Serviço	FC-07
04	Assistente Técnico	FC-06

⁶³ Vide artigo 127 deste Regulamento.

⁶⁴ Vide artigo 127 deste Regulamento.

⁶⁵ Vide artigo 127 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
18	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete da SEEP	FC-05
45	Assistente de Controle de Informação	FC-04
03	Auxiliar de Gabinete	FC-03

10.05.04 - SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁶⁶	FC-07
02	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
05	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
04	Encarregado de Pesquisa	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

10.05.05 - SUBSECRETARIA DE ANAIS

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁶⁷	FC-07
03	Chefe de Serviço	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
03	Assistente Administrativo	FC-05
01	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Assistente de Controle de Informação	FC-04
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03

10.06.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

01	Diretor de Secretaria	FC-09
01	Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07
08	Chefe de Serviço	FC-07
50	Médico ⁶⁸	FC-07
01	Assistente Técnico	FC-06
18	Enfermeiro ⁶⁹	FC-06
08	Odontólogo ⁷⁰	FC-06
05	Psicólogo ⁷¹	FC-06
11	Assistente Administrativo	FC-05
27	Auxiliar de Enfermagem ⁷²	FC-05
02	Secretário de Gabinete	FC-05
22	Assistente de Controle de Informação	FC-04

⁶⁶ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁶⁷ Vide artigo 127 deste Regulamento.⁶⁸ Vide artigo 124 deste Regulamento.⁶⁹ Vide artigo 124 deste Regulamento.⁷⁰ Vide artigo 124 deste Regulamento.⁷¹ Vide artigo 124 deste Regulamento.⁷² Vide artigo 124 deste Regulamento.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
02	Auxiliar de Atividades Médicas	FC-03
04	Auxiliar de Gabinete	FC-03
09	Motorista	FC-01

10.07.00 - SUBSECRETARIA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
02	Analista Legislativo ⁷³	FC-07
04	Chefe de Serviço	FC-07
05	Assistente de Auditoria	FC-06
04	Assistente Técnico	FC-06
12	Assistente Administrativo	FC-05

10.08.00 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

01	Encarregado de Secretaria	FC-05
----	---------------------------	-------

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO PRODASEN

1. CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Assessor	FC-07	5

2. FUNÇÕES COMMISSIONADAS⁷⁴

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE FUNÇÕES
Diretor-Executivo	FC-09	01
Diretor-Executivo Adjunto	FC-08	01
Diretor de Divisão	FC-08	06
Diretor de Coordenação	FC-08	02
Chefe de Consultoria	FC-08	01
Chefe de Serviço	FC-07	41
Assistente de Diretor	FC-07	08
Consultor Técnico	FC-07	07
Chefe de Gabinete Administrativo	FC-07	01
Secretário Executivo	FC-07	01
Assistente Técnico	FC-06	14
Secretário do Conselho de Supervisão	FC-06	01
TOTAL	-	84

ANEXO III
CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS
DO INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

1. CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS
Diretor-Executivo	FC-9	1
Diretor de Subsecretaria	FC-8	3

2. FUNÇÕES COMISSIONADAS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE FUNÇÕES
Analista Legislativo ⁷⁵	FC-7	12
Assistente Técnico	FC-6	1
Técnico de Treinamento	FC-6	12
Secretário de Gabinete	FC-5	1
Assistente Administrativo	FC-5	4
Assistente de Controle de Informação	FC-4	4
Auxiliar de Gabinete	FC-3	3

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 18 de 2001

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 16 da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º A Subsecretaria de Administração de Pessoal passa a denominar-se Secretaria de Recursos Humanos.

Art. 2º À Secretaria de Recursos Humanos compete planejar supervisionar, coordenar e dirigir as atividades relativas à administração de recursos humanos.

§ 1º São órgãos da Secretaria de Recursos Humanos os previstos nos incisos I, III, VI e IX do art. 122 da Resolução nº 9, de 1997, bem assim a Subsecretaria de Pessoal Ativo, a Subsecretaria de Pessoal Inativo, a Subsecretaria de Pagamento e o Serviço de Auditoria Interna.

§ 2º Os efeitos do art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 13, de 1998, alcançam os órgãos de direção de que trata o presente Ato.

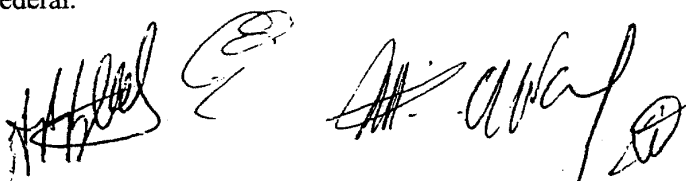
Art. 3º São órgãos da Subsecretaria de Pessoal Ativo o Gabinete e os previstos nos Incisos II, VII e VIII do art. 122 da Resolução nº 9, de 1997.

Art. 4º São órgãos da Subsecretaria de Pessoal Inativo o Gabinete e os previstos no art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1998, bem assim o Serviço de Aposentadoria de Servidores e o Serviço de Concessão de Pensões.

Art. 5º São órgãos da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal o Gabinete, o Serviço de Pagamento de Ativos, o Serviço de Pagamento de Inativos, o Serviço de Pagamento de Pensionistas e o Serviço de Pagamento de Parlamentares.

Art. 6º Ato do Diretor da Secretaria de Recursos Humanos disporá sobre a competência dos órgãos de que tratam o § 1º do art. 2º e os artigos 3º, 4º e 5º deste Ato.

Art. 7º A função comissionada de Diretor da Subsecretaria que se refere o art. 122 da Resolução nº 9, de 1997, passa a denominar-se Diretor da Secretaria de Recursos Humanos e a ter atribuições retribuição idênticas às fixadas para a função comissionada de que trata o art. 327 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.



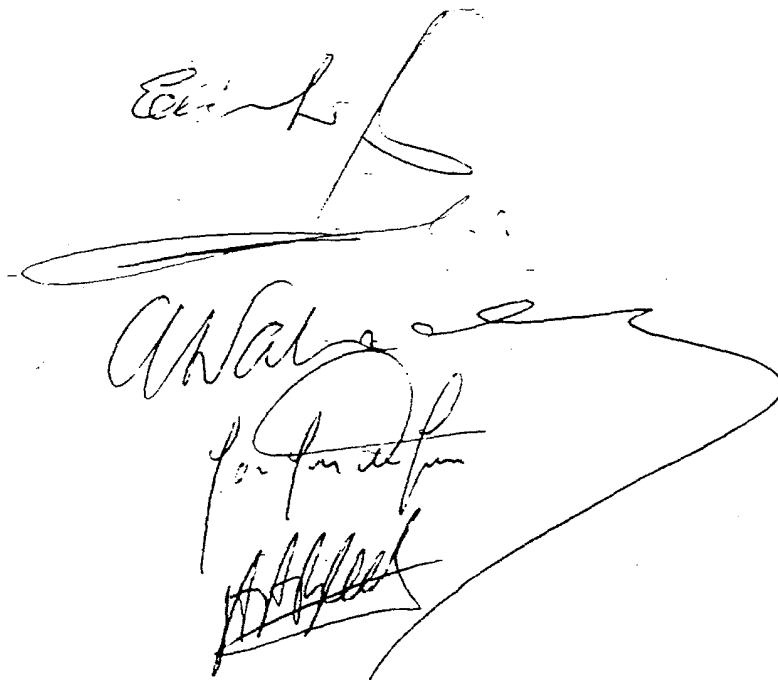
Art. 8º O Quadro de Pessoal do Senado Federal fica acrescido de 2, 7 e 16 funções comissionadas para o desempenho das atribuições previstas, respectivamente, nos artigos 332, 338 e 343 do Regulamento Administrativo, observadas as alterações efetuadas pela Resolução nº 9, de 1997.

Parágrafo único. Ficam extintas vinte e cinco funções comissionadas de Assistente de Controle de Informação da estrutura da Secretaria de Recursos Humanos.

Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação deste Ato serão atendidas com recursos já consignados no orçamento de 2001 para o Senado Federal.

Art. 10º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2001.

The image shows several handwritten signatures and stamps. At the top, there is a signature that appears to be "Eduardo". Below it, there is a large, stylized signature that looks like "A. V. A.". Underneath that, there is a stamp that reads "por favor assinar" (please sign). At the bottom, there is another signature and a rectangular stamp with some illegible text inside.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº. 019 , DE 2002

PUBLIQUE-SE

em 14.06.2002

Pepiniger

Transforma em Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento o Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. O Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, órgão da Secretaria-Geral da Mesa, é transformado em Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento.

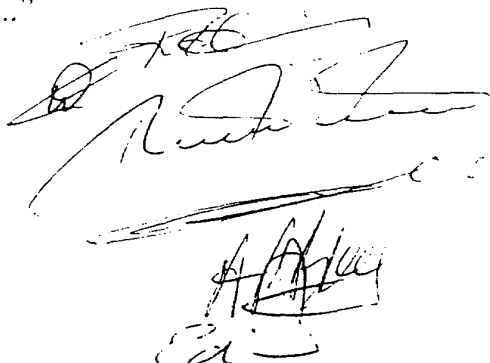
Art. 2º. O Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº. 9, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.

Parágrafo único.

III – Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento;

.....”

The block contains several handwritten signatures in dark ink. Above the signatures, there is a rectangular stamp with some illegible text inside. The signatures appear to be of various officials, possibly members of the Commission or the Senate.

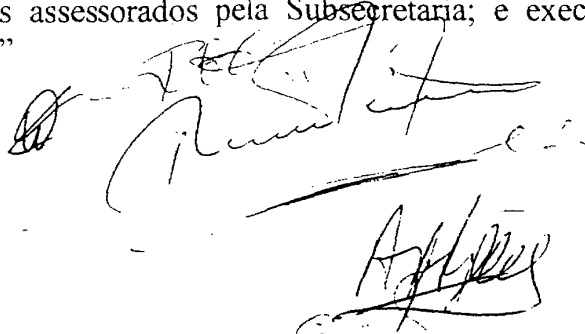
“Art. 13. À Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento compete planejar, supervisionar, controlar e executar as atividades de secretariado e de suporte administrativo, de informática e de instrução processual dos órgãos previstos na Constituição Federal (art. 224); nas Leis nºs. 8.389, de 1991, e 9.883, de 1999; no Regimento Interno e nas Resoluções do Senado Federal nºs. 17 e 20, de 1993, 40, de 1995, e 2, de 2001; Resoluções nºs. 1, de 1996-CN, e 2, de 1999-CN; e no Decreto Legislativo nº. 70, de 1972; e outros órgãos similares que venham a ser criados; providenciar o expediente dos dirigentes desses órgãos; coordenar os Serviços que lhe são subordinados; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento:

- I – Gabinete;
- II – Assessoria Técnica;
- III – Serviço de Apoio ao Conselho de Comunicação Social;
- IV – Serviço de Apoio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, à Corregedoria Parlamentar e à Procuradoria Parlamentar;
- V – Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência; Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Conselho da Ordem do Congresso Nacional; Conselhos responsáveis pelos Diplomas Darcy Ribeiro e Bertha Lutz; e outros órgãos similares que venham a ser criados.”

“Art. 13-A. Ao Gabinete compete providenciar o expediente e auxiliar o seu titular no exercício das atribuições e no desempenho das atividades inerentes à sua representação; e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.”

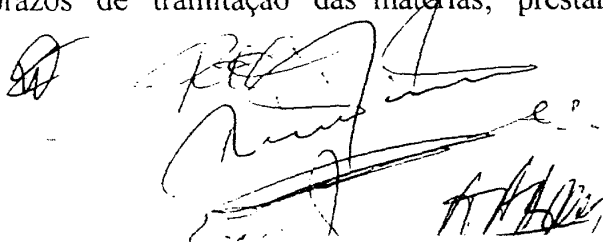
“Art. 13-B. À Assessoria Técnica compete realizar estudos sobre as matérias de competência da Subsecretaria; examinar processos e documentos antes de serem submetidos à deliberação dos órgãos a que a Subsecretaria assessorar; realizar pesquisas sobre as matérias de competência dos órgãos assessorados pela Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas.”



Art. 13-C. Ao Serviço de Apoio ao Conselho de Comunicação Social compete submeter a despacho do Presidente do Conselho as proposições e os documentos legislativos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores os processados; organizar a pauta das reuniões, segundo orientação do Presidente do Conselho; preparar as atas; controlar os prazos de tramitação das matérias; prestar as informações necessárias aos membros do Órgão; providenciar o expediente do Conselho de Comunicação Social, secretariar e conceder suporte administrativo e de informática ao órgão; adotar as providências administrativas para a convocação das reuniões do órgão; requisitar da Diretoria Geral as providências para a emissão de passagens e hospedagem dos conselheiros; controlar a frequência dos conselheiros às reuniões do órgão; e executar outras tarefas correlatas.”

Art. 14-D. Ao Serviço de Apoio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Corregedoria Parlamentar e Procuradoria Parlamentar compete submeter a despacho dos dirigentes as proposições e documentos legislativos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores os processados; organizar a pauta das reuniões, segundo orientação dos Presidentes dos órgãos; preparar as atas; controlar os prazos de tramitação das matérias; prestar as informações necessárias aos membros dos órgãos; providenciar o expediente dos órgãos, secretariar e conceder suporte administrativo e de informática; adotar as providências administrativas para a convocação das reuniões; controlar a frequência dos membros às reuniões; e executar outras tarefas correlatas.”

Art. 14-E. Ao Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento (Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Conselho da Ordem do Congresso Nacional; Conselhos responsáveis pelos Diplomas Darcy Ribeiro e Bertha Lutz; e outros órgãos similares que venham a ser criados) compete submeter a despacho dos dirigentes dos órgãos as proposições e os documentos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores os processados; organizar a pauta das reuniões, segundo orientação dos titulares dos Órgãos; preparar as atas; controlar os prazos de tramitação das matérias; prestar as

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately five distinct marks, including what appears to be a large signature, several sets of initials, and a signature that looks like 'A. A. Diniz'.

informações necessárias aos membros dos órgãos; providenciar o expediente, secretariar e conceder suporte administrativo e de informática ao Órgão; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. Compete ainda ao Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento receber e processar a correspondência, bem como elaborar as minutas de resposta, sobre matérias referentes aos trabalhos de comissões parlamentares de inquérito ou outras comissões temporárias, quando essas já estiverem extintas.

Art. 3º. As funções comissionadas integrantes da estrutura da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento são as constantes do Anexo deste Ato.

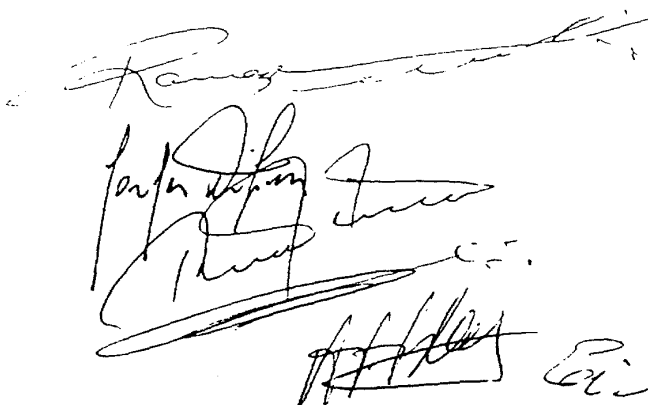
Parágrafo único. A função comissionada de Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (FC-7) é transformada na função comissionada de Diretor da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (FC-8).

Art. 4º. A Primeira-Secretaria, em acordo com a Diretoria Geral, e ouvida a Secretaria-Geral da Mesa, designará espaço para o funcionamento da Subsecretaria de que trata este Ato.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação deste Ato serão atendidas com os recursos consignados no Orçamento do Senado Federal.

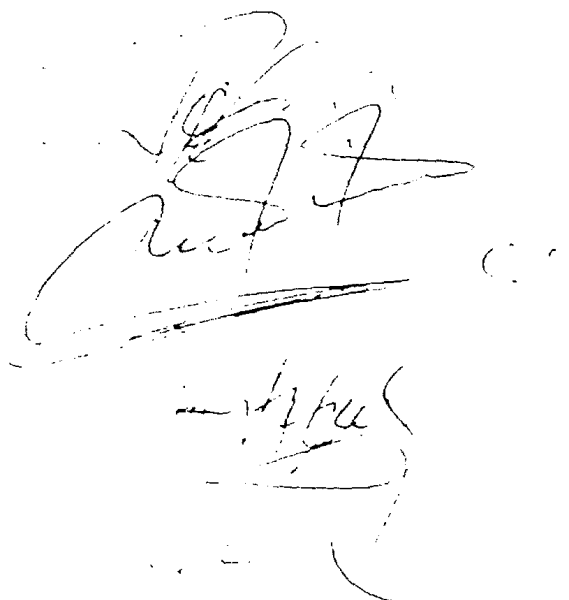
Art. 5º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2002.



ANEXO AO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº. 019 , DE 2002**Quadro de Funções Comissionadas da
Subsecretaria de Apoio ao Conselho de Comunicação Social**

VAGAS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
03	Assessor Técnico	FC-08
03	Chefe de Serviço	FC-07
03	Assistente Técnico	FC-06

A large, stylized handwritten signature in black ink is positioned over a faint, rectangular stamp. The signature is written in a cursive, flowing style. The stamp is mostly illegible but appears to contain some text and a date or number.

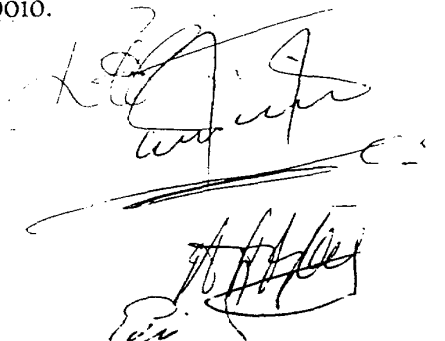
FUNDAMENTOS DO ATO -

Este Ato da Comissão Diretora amplia a estrutura do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, transformando-o em Subsecretaria. Tal providência, neste momento, decorre, sobretudo, da necessidade de dotar o Conselho de Comunicação Social de uma estrutura administrativa de apoio indispensável para o adequado funcionamento desse importante órgão auxiliar do Congresso Nacional, criado por expressa determinação constitucional (art. 224 da Lei Maior) e regulado pela Lei nº. 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

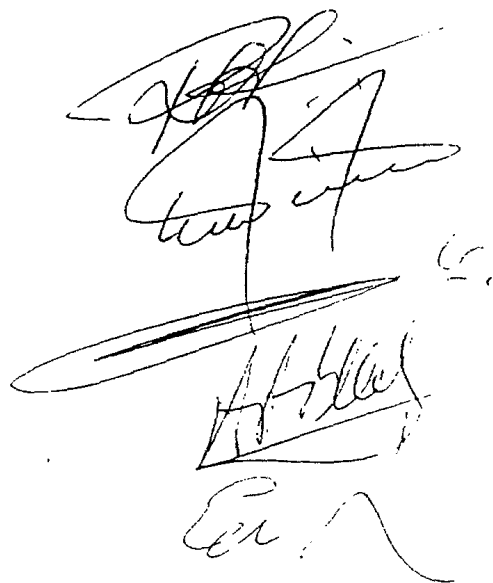
Além disso, nos últimos anos, a grande demanda de trabalho no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, assim como da Corregedoria Parlamentar e da Procuradoria Parlamentar, já evidenciava as limitações do referido Serviço para desempenhar todas as suas atribuições (além do apoio ao Conselho de Ética e ao Conselho de Comunicação Social, o órgão é responsável pelo apoio à Corregedoria Parlamentar e à Procuradoria Parlamentar).

Conforme se depreende do art. 2º. da referida Lei nº. 8.389, de 1991, que define as atribuições do Conselho de Comunicação Social, o órgão atuará na área legislativa, assessorando o Congresso Nacional nos assuntos de comunicação social, o que justifica a criação de um serviço específico de apoio. Por outro lado, considerando-se que os integrantes do órgão, em sua grande maioria, residem fora do Distrito Federal, torna-se necessário que exista também uma estrutura adequada para executar tarefas indispensáveis às reuniões do órgão, como, por exemplo, convocar e contatar os conselheiros, e requisitar a emissão de passagens e reservas de hospedagem para eles.

Ainda de acordo com o mencionado art. 2º., ao Conselho caberá a "realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações" sobre as matérias de sua competência, o que somente poderá ser executado se o Conselho dispuser de uma assessoria técnica qualificada para auxiliá-lo, realizando pesquisas e outras tarefas de apoio.

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is more elaborate, with a large, stylized 'L' and 'S' at the beginning. Below it is a second, more compact signature. To the right of the signatures, there is a faint, circular stamp or seal, partially obscured by the ink.

Por fim, cumpre esclarecer que, embora o Conselho de Comunicação Social seja órgão auxiliar do Congresso Nacional, compete ao Senado Federal providenciar o suporte administrativo, por força do disposto no art. 7º. da referida Lei nº. 8.389, de 1991. Nesse sentido, a Secretaria-Geral da Mesa tem feito constar no Orçamento da Casa dotação específica para o pagamento de passagens aéreas e diárias para os conselheiros. Todavia, agora, em razão da instalação do Conselho, torna-se necessário dotá-lo de uma estrutura permanente de apoio.

A handwritten signature in black ink, followed by a large, stylized, and somewhat illegible stamp or signature below it. The stamp appears to have some text inside, but it is not clearly legible. Below the stamp, there is another handwritten signature or mark.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 539, DE 2002.

Nos termos do art. 321, do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2002. – **Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 532, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002-Complementar.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 533, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 68, de 2002.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 534, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 69, de 2002.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã serão recebidas oficialmente pelo Senado Federal quatro medidas provisórias que, em sendo lidas nesta Casa, sobrestarão todas as demais deliberações legislativas.

Dessa forma, lidas amanhã, as matérias constarão da Ordem do Dia da próxima terça-feira, dia 19.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela pelo tempo regulamentar.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa divulgou nesta semana a intenção do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, conceder audiências populares no Palácio do Planalto depois de sua posse. O método parece não estar definido, mas a idéia central é abrir as portas do Palácio para o que o Presidente receba, periodicamente, pessoas do povo para discutir reivindicações e problemas.

É claro que os setores preconceituosos da elite que analisam a política nacional rotularão a iniciativa de “populista”. Na verdade, trata-se de uma medida de grande significado social e político e que não carrega em si nenhum aspecto de oportunismo.

Esse tipo de atitude é o reflexo da personalidade e do jeito de ser do novo Presidente. Se, durante toda a vida, Lula praticou o diálogo com a população, especialmente com os mais carentes, por que deixaria de fazê-lo após assumir a Presidência da República?

O contato direto com o povo é bom por vários aspectos. Primeiro, porque o Presidente cria uma ponte direta com a sociedade, sem passar pelo filtro da burocracia, que às vezes emperra soluções simples. Nesse tipo de audiência, é possível ao gover-

nante tomar conhecimento de muita coisa que está ocorrendo no País e que precisa de solução urgente.

Sou favorável não apenas a essa iniciativa e acredito que o Presidente deve ir mais longe. Além de receber pessoas do povo em sua casa ou no Palácio, deve sair pelo País, visitando os grotões de pobreza e as regiões de produção agrícola. O Presidente e todos os ministros deveriam percorrer o País, conversando com o povo, os agricultores, os pecuaristas, os trabalhadores, os miseráveis, os famintos, os pobres, enfim, todas as camadas sociais.

É importante ao Presidente conhecer de perto todos os problemas do País: a angústia dos produtores rurais, que não sabem como será a política de financiamento para o ano que vem; o caos das rodovias federais, confirmado pela nova rodada de pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes, divulgada ontem e que mostra que quase 60% das nossas rodovias continuam em estado precário. Quem sabe se um Presidente da República ou um Ministro dos Transportes, andando nesses trechos quase intransitáveis, possa mudar essa situação?

É importante que o Presidente e os Ministros conheçam a realidade do País, ouvindo o povo no Palácio e visitando cidades e Estados, conversando com industriais e comerciantes, conhecendo os anseios e as necessidades das pequenas empresas, que precisam ser apoiadas pelo Governo porque cumprem um papel essencial no País. Metade dos empregos formais do Brasil é gerados pelas micro e pequenas empresas com até 100 funcionários.

Sr. Presidente, há ainda o aspecto político. A simbologia do povo no poder é forte e será importante na consolidação do apoio político ao novo Presidente. Não há dúvida de que a popularidade de Lula será fundamental para que se criem condições de tomar as medidas contra a crise que já se instalou no País. Levar o povo para dentro do Palácio é estabelecer uma relação de necessária cumplicidade com a sociedade, que também terá um importantíssimo papel na superação das dificuldades que a economia impõe a todos. A crise é real e dá mostras de caminhar para um agravamento preocupante.

As notícias da economia divulgadas ontem não são nada animadoras. O dragão da inflação ensaia colocar o pescoço de fora. O IPCA, índice oficial do Governo que baliza a inflação, fechou em 1,31% em outubro, o dobro do índice registrado em setembro, que foi de 0,72%.

O IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, chegou a 4,21%, o maior valor desde janeiro de 1999, época do início da desvalorização do real.

O IPC, medido pela Fipe, registrou 1,55% na primeira semana de novembro. Também o índice mais alto desde agosto de 2000. A inflação tende a fechar o ano acima de 10%, o que seria o maior índice nos últimos oito anos.

Será preciso coragem e apoio para que o novo governo tome as medidas necessárias para consertar o equivocado rumo tomado pela economia nos últimos anos no Brasil. Mais do que isso, será preciso sensibilidade política e social, qualidades que o Presidente eleito sempre demonstrou possuir com sobras.

Se há algo correto dito pelo Presidente Fernando Henrique, nos últimos dias, foi justamente a sugestão que deu ao Lula. Segundo FHC, Lula precisa apenas ser ele mesmo para fazer um bom governo. Se Lula precisa ser ele mesmo, não pode mudar o seu estilo.

O Lula que o Brasil conhece e que conhecemos; o Lula em quem a grande maioria dos brasileiros depositou todas as suas esperanças nessas eleições, é o Lula que se desenha nesse período de transição. É o Presidente popular, que dribla o protocolo para estar junto ao povo e que acena com uma maneira diferente de exercer o poder. É o Presidente que quer aproximar o Governo da sociedade, recebendo as pessoas e viajando internamente para conhecer o País real em que vivemos e que o atual Governo, infelizmente, insistiu em desconhecer.

Se os analistas começarem a criticar, a solução é simples: convide-os também a estarem no Palácio, a assistirem a uma das audiências populares e a viajarem também pelas regiões mais pobres do País. Seria bom que os analistas que estão a criticar esse posicionamento do Presidente recém-eleito também viajassem com ele pelo País, que conhecessem o Brasil real, os grotões de pobreza, que conhecessem, enfim, a realidade em que vivem os brasileiros.

Tenho a certeza de que serão convencidos pelos fatos de que o preconceito é sempre nocivo e de que é necessário um pouco mais do que o exagerado academicismo para solucionar os problemas brasileiros.

Como eleitor, confesso que a minha esperança cresce a cada dia, a cada nova atitude do Presidente eleito, a cada nova declaração, a cada novo sinal emitido por ele na direção do que será o seu Governo.

Estou convencido de que o povo brasileiro, que depositou todos os seus anseios e esperanças no novo Presidente, dando a Lula a segunda maior votação que um presidente recebeu em toda a história do mundo, não irá se decepcionar, como aconteceu inúmeras vezes.

A nós, ao Congresso, cabe também um papel de muita responsabilidade. É importante garantirmos a governabilidade, emprestando apoio às medidas do novo Governo sem nada exigir. Esta é uma atitude que deve ser tomada não em função de negociações políticas. Será uma atitude de patriotismo e de amor ao País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, peço a V. Ex^a um aparte.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo um aparte, com muita honra, ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar o Senador Maguito Vilela pelo seu pronunciamento de saudação à forma como o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva vem anunciando as suas primeiras medidas e a sua disposição já neste período de Governo de transição. A disposição anunciada por Lula é a de dialogar com todos os segmentos da sociedade, realizar audiências públicas, inclusive no Palácio do Governo. Também nas suas viagens, Lula sempre tem expressado o quanto gostaria que o Governante pudesse estar onde estão os problemas, a população mais sofrida, para ouvir a voz daqueles que, por tanto tempo, estiveram sem conseguir externar, aos que detêm a principal responsabilidade pela tomada de decisões neste País, no que diz respeito à forma de funcionamento de nossas instituições e também ao que é feito do dinheiro público que, em verdade, é do povo. Quando o Presidente Lula, há poucos dias, reuniu o que se poderá constituir no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – ali estavam presentes empresários; trabalhadores; membros do MST; da grande e da micro empresa; dos setores financeiros; da Bovespa; da Fiespe; da CNI; das entidades rurais e, também, das entidades sindicais, como a Força Sindical; a Central Única dos Trabalhadores e demais em verdade, sinalizou para a grande abertura que deseja realizar, como um Presidente que quer ouvir as pessoas e, na medida do possível, chegar a um consenso ou, quando da tomada de decisões, seja depois de ouvir as entidades que mais questões relevantes tenham a dizer a respeito. Portanto, assinalo o quão importante é que V. Ex^a, como um Senador por Goiás, que tem experiência como Governador, aqui assinale a sua boa vontade e o seu apoio a essas diretrizes iniciais de Lula. O fato de Lula ter tido praticamente 62% dos votos válidos no segundo turno hoje representa um exemplo para o mundo, pois ele é um Presidente progressista, com uma história fantástica de construção do Partido dos Trabalhadores, que conseguiu uma vitória em uma

eleição democrática. Aqui é interessante lembrarmos episódios ocorridos na América Latina, no início dos anos 70. Salvador Allende foi eleito não pela maioria absoluta. Assim, criaram-se aquelas raízes que, depois, levaram à utilização do argumento de que ele não poderia governar porque não tinha maioria absoluta. Nessa ocasião, não havia ainda o sistema de dois turnos no Chile. Outros governantes eleitos, da Guatemala, do Peru, da Venezuela ou de outros países, acabaram tendo enormes problemas ou foram derrubados por golpes militares. Mas é importante verificar que a legitimidade da eleição de Lula é de tal ordem que até mesmo aqueles que não votaram nele hoje têm uma atitude de boa vontade. Esse, certamente, será um fato estimulador para que ele venha a concretizar os seus principais propósitos – e com os quais V. Ex^a tem estado de acordo. Lula tem ressaltado que, em primeiro lugar, irá priorizar o combate à fome, à miséria e suas primeiras medidas serão no sentido de atingir esse objetivo maior, ao lado da criação de empregos e a promoção de um crescimento com justiça para valer. Meus cumprimentos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Senador, agradeço a V. Ex^a. Seu aparte enriquece o meu pronunciamento. Espero que o futuro Presidente fique rouco de ouvir, ouça muito, pois quem ouve muito erra menos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a poucos meses do término do seu Governo, já no segundo mandato consecutivo, não há como negar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso um grande mérito: o de conseguir manter a nossa estabilidade política e econômica num período de grandes cataclismos, que têm derrubado o governos em alguns países, provocado insegurança e medo em outros, e levado sociedades inteiras à penúria, em outros mais.

É certo que Fernando Henrique ainda não acabou seu Governo e que temos pela frente um período que, por sua própria natureza, é complexo, em vista do cenário internacional e das certezas inerentes à alternância do poder.

Louve-se, no entanto, a coerência com que vem conduzindo não só a economia brasileira, mas a vida nacional em todos os seus aspectos mais importantes: a normalidade política, a busca do desenvolvimento, a ampliação da oferta de serviços básicos, como saúde e educação, para todos os segmentos da população.

Tenho convicção, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que o Governo Fernando Henrique, no futuro, será lembrado por muitos de seus acertos, mas principalmente por duas tarefas que se impôs como condição imprescindível à pavimentação do nosso desenvolvimento: a estabilidade monetária e a reforma do Estado.

Por mais que se diga que o brasileiro tenha memória curta, não acredito que o nosso povo não sinta arrepios ao lembrar a escalada inflacionária que vinha de longa data e que desafiava sucessivos governos, sucessivos planos econômicos.

A drástica redução das taxas inflacionárias, entretanto, exigia medidas que lhe dessem um caráter permanente. O modelo de desenvolvimento calcado no paternalismo estatal estava exaurido.

Além disso, a inflação refletia as fragilidades e os desequilíbrios estruturais do modelo econômico até então vigente, o que levou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a promover e a consolidar as reformas do Estado para dar sustentação aos seus projetos de desenvolvimento.

Sua Excelência não conseguiu, Sr. Presidente, fazer todas, nem completar algumas que iniciou, mas não foi por culpa dele. Tivemos algumas posições de oposição, sistemáticas, que nos criaram dificuldades.

Os benefícios sociais e econômicos de que desfrutamos hoje, Sr. Presidente, foram conquistados paulatinamente, seguindo meticuloso planejamento do atual Governo, e somente se viabilizaram pela acuidade e pela perseverança da equipe de Fernando Henrique, que soube fazer um diagnóstico acertado da situação brasileira e se manteve firme na sua política econômica, sem ceder a pressões de caráter populista.

A verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que Fernando Henrique Cardoso, ao assumir a Presidência da República, tinha plena consciência de nossa situação no panorama mundial. O modelo de substituição de importações, que vigorou por décadas no Brasil, não reunia as condições necessárias para constituir a base de uma nova etapa de desenvolvimento – pelo menos naquelas circunstâncias.

Não se lhe podem negar os méritos do crescimento econômico e, principalmente, da industrialização no País durante boa parte do século passado.

Esse formato, porém, não foi suficiente para universalizar os benefícios e garantir a continuidade do bem-estar social.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo antes de assumir o cargo, estava consciente de que precisava aprofundar a incipiente reforma do Estado, cuja capacidade de investimento há muito se esgotara, e a mudança de suas relações com a sociedade.

A abertura econômica e a quebra de monopólio impunham-se como condições essenciais ao aumento da competitividade, à ampliação da oferta e à democratização do acesso a bens e serviços.

Com o fim dos monopólios estatais, os investimentos em setores de infra-estrutura e em tecnologia avançada se deram numa escala jamais sonhada até então. Os resultados dessas medidas são bastante conhecidos: crescimento da produção, incremento da renda e modernização social e econômica.

Em sua **Mensagem ao Congresso Nacional** na abertura da presente sessão legislativa, o Presidente Fernando Henrique Cardoso destacou, por exemplo, o aumento real acumulado pelo salário mínimo desde 1994, asseverando que seu valor, atualmente, ainda que muito aquém do patamar desejado, “é de longe o mais alto dos últimos 40 anos”. Esse tema, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já domina a pauta dos trabalhos das duas Casas do Congresso Nacional.

“As reformas feitas a partir do real sustentaram a estabilidade dos preços e, ao contrário de outros planos econômicos, garantiram ganhos duradouros aos trabalhadores e aos mais pobres”, enfatizou, à época, no documento, o Presidente da República.

A Mensagem Presidencial destacava também a melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas, especialmente o fato de que 12 milhões de brasileiros ultrapassaram a linha de pobreza. Em termos estatísticos, a proporção de pobres na população brasileira, que era de 43% em 1994, caiu para 32% no ano 2000. Não podemos deixar de constatar que é um número elevado, mas já foi maior, já foi pior, e isso se deve ao acúmulo de anos e anos de má administração.

É evidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essa redistribuição de renda e a democratização do consumo não seriam possíveis se o Brasil não se tivesse preparado e acompanhado as inovações tecnológicas e os ganhos de produtividade, que têm caracterizado o comportamento da economia mundial. Não é o que queríamos – queríamos muito mais -, mas já melhorou também.

As bases para esse modelo de desenvolvimento incluem ainda fatores como reordenamento dos gastos públicos; a articulação de investimentos públicos e privados em infra-estrutura e áreas estratégicas; o saneamento do sistema financeiro; o apoio à reestruturação do sistema produtivo; a capacitação em ciência e tecnologia, etc.

Do ponto de vista da administração pública, há de se ressaltar: a reestruturação das dívidas dos Estados – todos lembram que não é só dos Estados isoladamente, mas também dos seus bancos. Só do Banco do Estado de São Paulo foram mais de R\$20 bilhões de uma só vez; o Estado de São Paulo como um todo, quase R\$50 bilhões; a Prefeitura daquele Estado, R\$12 bilhões. Os Estados como um todo tiveram renegociadas as suas dívidas, bem como milhares de Prefeituras.

Hoje uma espectadora da **TV Senado** perguntou para onde foi o dinheiro das privatizações. Respondi que boa parte foi para sanear principalmente os bancos dos Estados – R\$90 bilhões, mas outra parte – mais de R\$200 bilhões – foi para as dívidas dos Estados, que não estão nenhuma maravilha. Há muitos Estados reclamando por estarem pagando até 25% da sua arrecadação, mas alguns deles não fizeram o dever de casa como deveriam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas ponderações refletem a minha convicção pessoal, na condição de Senador da República atento aos fatos e às estratégias de condução da política econômica, acrescido da honrosa experiência de ter participado do Governo de Sua Excelência, o Presidente Fernando Henrique, como Ministro da Integração Nacional, mas refletem também uma preocupação de Senador da República e de cidadão brasileiro diante do momento que vivemos, especialmente agora quando a vizinha Argentina, nosso principal parceiro comercial, vive uma das mais graves crises de toda a sua história; ou quando países vizinhos também, mais ao norte, como a Colômbia e a Venezuela, passam por situações de risco no que respeita à estabilidade política e institucional.

Em círculos concêntricos de maior amplitude, não podemos esquecer que até mesmo os países desenvolvidos enfrentam problemas típicos de uma comunidade globalizada, às voltas com o terrorismo internacional, o narcotráfico, a situação de refugiados, a volatilidade dos capitais, a violência e o desemprego.

Essa conjuntura, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exige uma constante adequação de medidas internas de Governo com a situação internacio-

nal. Hoje, mais do que em qualquer época da História, as nações estão fadadas a se integrar ampliando suas relações comerciais, políticas e culturais, e a sabedoria dos governantes consiste em fazê-lo, preservando sua soberania e defendendo os interesses do seu povo.

Pode-se dizer que a globalização e o extraordinário avanço tecnológico reservam à humanidade muitos benefícios, mas somente se beneficiarão os povos que estiverem preparados para as transformações que já ocorrem em ritmo vertiginoso.

O Brasil, neste momento, não precisa apenas equacionar seus problemas internos, mas também encontrar soluções criativas para se inserir na comunidade globalizada e nas fronteiras de avançada tecnologia.

Nesse contexto, espera-se que o novo Governo esteja empenhado em manter as três condições básicas para que o Brasil continue no caminho correto rumo ao destino grandioso que nos aguarda: a estabilidade monetária dentro das metas de inflação já pactuadas, o ajuste fiscal e o câmbio flutuante.

Entre as correções de rumo, deverá promover uma gradual substituição de importações, especialmente no que concerne aos produtos que não agregam tecnologia, e uma cuidadosa queda nas taxas de juros que venha contemplar o nosso sistema produtivo. Paralelamente, estando já assentadas as bases necessárias, deverá estimular o crescimento econômico e um comércio exterior mais agressivo.

Nesse sentido, soa confortavelmente promissora a intenção verbalizada pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva “de fazer de cada Embaixador um mascote”, como fazem os Estados Unidos da América do Norte, a Inglaterra e a França, a serviço do fortalecimento da posição do Brasil no **ranking** do comércio internacional.

O País domou uma inflação que, no passado recente, chegou a 80% ao mês. Agora, afirmada a estabilidade, construída uma rede de proteção social, temos de dar ênfase ao desenvolvimento, ao crescimento da economia e ao crescimento do emprego.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse surto de desenvolvimento a ser perseguido só terá sentido se acompanhado da justiça social, para que todos possam ter igualdade de direitos e usufruir os benefícios proporcionados pelo crescimento econômico.

A justiça social deve traduzir-se na incansável busca e redução das desigualdades. Essa busca, mais do que um compromisso do novo governo, deve ser encarada como um objetivo da sociedade brasileira como um todo.

A face mais cruel da desigualdade é refletida no quadro de violência e medo generalizados, que não pode escapar à percepção dos governantes.

É desejável que o novo governo confira, de fato, prioridade real à questão da segurança pública; seja criando um Ministério específico, seja conferindo à Polícia Federal também as funções de polícia ostensiva e repressiva para certas áreas, seja fazendo uma articulação dos serviços de segurança em todas as esferas, a exemplo do que ocorre com os serviços de saúde.

O Brasil deu um passo gigantesco e uma lição de democracia ao mundo escolhendo, num clima de paz e normalidade institucional, um Presidente de esquerda, como costumamos classificar, que se compromete com alma, coração e mente com o fortalecimento da democracia, base de sustentação e pilar sobre o qual se assentam todas as perspectivas de futuro.

Nos últimos anos, a sociedade brasileira não poupou esforços para lançar as bases para a inserção da nossa economia na comunidade internacional, com a estabilidade econômica, a reorganização do Estado e o incremento da produtividade. Está aí a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, como disse ainda ontem nesta tribuna, está sendo copiada por dezenas de países, como Índia, Argentina, Honduras e Paraguai.

Confiemos que o Presidente eleito tenha um papel definitivo na ampliação dessas conquistas, dando a essa extraordinária Nação a oportunidade de alcançar um patamar mais elevado de competitividade, de modernização e de desenvolvimento com justiça social.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer com relação a esse tema.

Ao encerrar, quero me regozijar com o PMDB, que hoje ganhou mais um membro e passa a ter 20 Senadores nesta Casa, portanto, uma Bancada majoritária. Com toda a certeza outros virão fortalecer as nossas hostes. Com isso também teremos tranqüilidade de sucessão nesta Casa. E, se Deus quiser, também estaremos todos unidos ao Presidente eleito por essa esmagadora maioria, lutando para que o País seja cada vez melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Srs. Senadores Romero Jucá e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o enorme crescimento dos problemas sociais em nosso País nos

convida a realizar uma profunda reflexão sobre a necessidade de novos métodos de ação para enfrentar esses grandes desafios, principalmente em relação à juventude, aos jovens das camadas de renda mais baixa, que procuram melhorar sua capacitação, seu nível educacional e sua qualificação profissional e encontram grande dificuldade para romper o *círculo vicioso da pobreza*.

Existem, hoje, aproximadamente dois milhões de jovens em situação de elevado risco, em decorrência da pobreza, do assédio das drogas, da criminalidade e da violência.

Isso se refere apenas aos jovens residentes nas regiões metropolitanas do País, pois o número de jovens em situação semelhante em todo o Brasil ultrapassa em muito essa cifra de dois milhões de jovens em situação de grave risco, e de comprometimento do seu futuro e do de suas famílias.

Precisamos fazer algo, com urgência, para salvar o futuro de nossa juventude.

Não podemos adotar a atitude negativista e preconceituosa de atirar pedras e jogar a responsabilidade exclusiva no Governo Federal, pois nossos males sociais decorrem de situações de injustiça de pelo menos quatro séculos de desigualdades sociais.

Muita coisa tem sido feita por pessoas, grupos de pessoas, entidades religiosas, organizações não-governamentais e empresas particulares, pois tem aumentado a consciência da responsabilidade social nos últimos anos no Brasil.

Certamente, tudo que tem sido feito ainda é pouco, considerando a enormidade dos problemas que hoje enfrentamos em muitos campos da sociedade.

Por isso mesmo, quero, neste momento, prestar uma homenagem especial a uma instituição não-governamental, criada há 40 anos, com importantes serviços prestados à comunidade, em benefício da educação e do desenvolvimento de nossos jovens, facilitando o primeiro emprego, encaminhando o jovem para ingressar numa profissão, para uma maior qualificação, aumentando a oferta de profissionais preparados e competentes para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais exigente e mais seletivo.

Desejo prestar uma homenagem especial ao **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA**, entidade não-governamental sem fins lucrativos, voltada para a ação social e que consegue trabalhar de forma coerente com os conceitos e objetivos de solidariedade humana e de eficiência empresarial, aproximando o jovem da empresa e contribuindo para a modernidade e racionalidade de nossas empresas.

São muitas as iniciativas, as realizações, os projetos e as contribuições do Centro de Integração Empresa-Escola no campo social, ao longo dos seus 40 anos de existência.

Gostaria de destacar em especial um projeto meritório, do mais elevado alcance social, porque se destina principalmente a nossos jovens, que é o voluntariado.

A elevada dívida social brasileira somente poderá ser resolvida com a ampla participação do Governo e da sociedade, em todos os seus segmentos, destacando-se o trabalho voluntário.

O IV Seminário sobre o terceiro setor, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola e pelo jornal **Gazeta Mercantil**, representou um importante passo na solução das questões sociais no Brasil, dando destaque ao papel do trabalho voluntário para o cumprimento das missões na área de filantropia, da solidariedade humana, da educação e do desenvolvimento dos recursos humanos.

Não podemos continuar com um Brasil constituído por cidadãos de primeira, segunda, terceira e até quinta categorias, não podemos tolerar a chaga social da discriminação e da exclusão social, com milhões de irmãos nossos sem direito a bens e serviços essenciais ao exercício da cidadania, da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dr. Adib Jatene, eminente brasileiro, respeitável homem público e ex-Ministro da Saúde, apresentou, no Centro de Integração Empresa-Escola, importante trabalho sobre a contribuição do terceiro setor para o desenvolvimento sustentado do Brasil, em que afirmou:

Estamos vivendo uma época da humanidade em que a globalização, a internacionalização, a eficiência para gerar produtividade, competitividade etc. amorteceu muitos sentimentos e colocou o interesse acima dos princípios. Honra, dignidade, família, gratidão, amizade, lealdade são princípios universais que representam uma ética de convívio social. Ou recuperamos esses princípios e contribuimos para criar uma sociedade mais solidária, mais fraterna, ou vamos continuar convivendo com o nível de desigualdade que gera a decadência social. Decadência social não é morar na favela; decadência social é a perda dos princípios, é aquilo que faz um indivíduo, nos sinais luminosos por aí, empunhar um revólver e atirar. Porque a vida humana deixou de ter valor.

Tudo isso nos convida a refletir sobre o futuro do nosso Brasil, sobre o futuro da nossa juventude, sobre a responsabilidade social de todos, principalmente dos que se encontram nos postos mais altos da pirâmide social e nos estratos mais elevados de renda e propriedade.

Não podemos jogar a responsabilidade desses problemas gigantescos, herança de um passado distante, exclusivamente no Governo Federal, pois é muito fácil afirmar que o problema são os outros e que os governantes são os responsáveis por todos os males da sociedade.

O Brasil somente se tornará o verdadeiro *país do futuro* quando todos nós – Governo, sociedade civil, empresários e entidades não-governamentais – nos unirmos em benefício dos objetivos maiores de todos os brasileiros, pensando no futuro da Pátria e no futuro dos nossos filhos, para construirmos uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária.

Quando a Organização das Nações Unidas elegeu o ano de 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado, certamente tinha em vista uma ação de longo prazo, em que os países refletissem sobre os graves problemas das desigualdades sociais e valorizassem o trabalho voluntário como uma importante ferramenta para combater a exclusão social.

O Brasil, como um país populoso e com um grande contingente de jovens, com grande interesse em melhorar de vida, em adquirir maiores conhecimentos, em elevar o nível educacional, ganhar maior capacitação técnica e profissional, certamente tem todas as condições necessárias para aproveitar esse enorme potencial de sua juventude, para transformar o País numa grande nação.

Bastaria uma pequena dose daquilo que somos capazes de realizar no campo futebolístico, em que **“todos juntos, somos um só coração”**, como afirma essa espécie de hino do futebol brasileiro.

O trabalho voluntário é capaz de promover e dinamizar a solidariedade que existe, muitas vezes latente, ou escondida no coração dos jovens e de todos os brasileiros, promovendo a cidadania e a melhoria das condições de vida de toda a comunidade.

Gostaria de trazer à reflexão de todos as palavras judiciosas e oportunas da Presidente do Conselho da *Comunidade Solidária*, antropóloga Ruth Cardoso:

(...) é preciso lembrar que o voluntário não leva ajuda exclusivamente à comunidade. Ganham o próprio voluntário, em forma de compensação pessoal, e o Estado, que precisa de todas as parcerias possíveis para fortalecer sua ação social. Isto significa que

todos – sociedade, governos, setor privado e, vale lembrar, a mídia – têm a responsabilidade de ajudar na criação de oportunidades para que o cidadão seja voluntário. Cada necessidade social deve ser uma oportunidade de ação voluntária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, neste momento, parabenizar a Presidência, os membros do Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o corpo de servidores e colaboradores do Centro de Integração Empresa-Escola, pelo magnífico trabalho que já realizaram, que estão realizando e, certamente, continuarão a realizar em benefício do desenvolvimento sustentado do nosso Brasil.

São iniciativas como essa, em que setores mais desenvolvidos da sociedade são capazes de cumprir suas responsabilidades sociais, contribuindo para a redução das nossas desigualdades, que nos fazem acreditar firmemente no Brasil como *país do futuro*, por ser dotado de um povo generoso, solidário e que necessita apenas de um pouco de apoio para realizar grandes obras.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como defensor intransigente do municipalismo, em dezenas de oportunidades já manifestei nesta Tribuna a importância do trabalho realizado pelos prefeitos em defesa das localidades que administram. Afinal de contas, são eles os legítimos representantes dos verdadeiros anseios da população e por isso merecem de nós, parlamentares, o mais profundo respeito e parceria na obtenção de recursos que propiciem o desenvolvimento de seus municípios.

No que diz respeito ao meu Estado de Goiás, cabe aqui ressaltar um aspecto de grande relevância para os administradores municipais: a união da Bancada goiana no Congresso Nacional, independente de questões partidárias, para a aprovação de emendas orçamentárias que irão possibilitar investimentos em dezenas de municípios no ano que vem.

O trabalho conjunto de Deputados e Senadores assegurou a inclusão de recursos da ordem de R\$ 990 milhões para investimentos em grandes obras no Estado, entre as quais podemos destacar a Estação de Tratamento de Esgoto de Goiânia e o Metrô de Superfície, também na Capital, além da conservação e duplicação das rodovias federais que cortam o território goiano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lá se foi o tempo em que divergências políticas inviabilizavam a tramitação de emendas orçamentárias ou mesmo emperravam liberação de recursos. Qual parlamentar, em sua consciência, poderia posicionar-se contra investi-

mentos de R\$ 50 milhões em manutenção e ampliação de hospitais e centros de reabilitação e readaptação de pessoas portadores de deficiência física?

E se a maior parte dos recursos foi destinada para grandes obras, localizadas nos municípios de contingente populacional superior a 200 mil habitantes, a emenda individual ao Orçamento/2003 permitiu-me atender pleitos não menos importantes de outras 20 cidades goianas. Distribuídos de forma equilibrada, os recursos vão proporcionar a construção de casas populares, postos de saúde, centros comunitários e realização de outras dezenas de obras de infraestrutura urbana.

Os meus companheiros de Bancada nesta Casa, Senadores Iris Rezende e Maguito Vilela, também realizaram o mesmo procedimento com mais 40 municípios. Trata-se, a meu ver, de uma justa e transparente divisão de verbas para que um número maior de cidadãos, de todas as regiões do Estado de Goiás, possa receber benfeitorias que representam qualidade de vida.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de registrar em plenário este importante sinal de maturidade política experimentado em meu Estado. Governistas e opositores puderam atender suas bases políticas e ao mesmo tempo uniram-se em torno dos projetos de maior dimensão para os goianos.

Assim é que se faz política. Assim é que se dinamiza uma atuação parlamentar. Assim é que se faz, na prática, a democracia que tanto defendemos para o dia-a-dia de nossas vidas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 560, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 1.039, de 2002, Relator: Senador Bello Parga, com votos contrários da Senadora Heloísa Helena e, em separado, do Senador Roberto Saturni-

no), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação), tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2002 (nº 1.229/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Tucumense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucumã, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, sob nº 743, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 187, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2002 (nº 1.272/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza

a Associação de Moradores de Nova Hidrolândia – Amnóhi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2002 (nº 1.230/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e TV Lafaiete Educativa e Cultural a executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 915, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 200, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2002 (nº 1.275/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Constelação Associação Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 745, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 201, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2002 (nº 1.278/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 916, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2002 (nº 1.279/2001, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Nove de Julho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira do Piauí, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob o nº 794, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Benício Sampaio.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 203, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2002 (nº 1.282/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia – ADECOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 795, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2002 (nº 1.286/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Belvedere da Cidade de Itaúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 746, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Arlindo Arlindo Porto.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2002 (nº 1.288/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura e Comunicação Cidade da Paz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poloni, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 918, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2002 (nº 1.292/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Currais Novos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 919, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Adir Gentil.

– 14 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2002 (nº 1.204/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 920, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Adir Gentil.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2002 (nº 1.217/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Notícias e Radiodifusão de Altos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altos, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob o nº 799, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Benício Sampaio.

– 16 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2002 (nº 1.221/2001, na Câmara dos Deputados), que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Riacho do Cadoz – ARC Riacho do Cadoz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeiras – PI, tendo

Parecer favorável, sob o nº 921, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Benício Sampaio.

– 17 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 219, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2002 (nº 1.250/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 800, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valmir Amaral.

– 18 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 305, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2002 (nº 1.442/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Cônego João Parreiras Vilaça para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 965, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 19 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2002 (nº 1.479/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caragatatuba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.028, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges.

– 20 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 437, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2002 (nº 1.255/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.029, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 21 –

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2002, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999, com o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2002, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.*)

(OS. 19803/02)

Ata da 128ª Sessão Deliberativa Ordinária em 14 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Amir Lando e Carlos Patrocínio

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Sebastião Rocha – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador **Eduardo Suplicy**.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

REQUERIMENTO Nº 540, DE 2002

REQUERIMENTO Nº 009, DE 2002 – CRE

Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro à Vossa Excelência, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Celso Lafer, as seguintes

informações a respeito de duas notícias veiculadas na imprensa nacional do dia 12 do corrente (Correio Brasileiro e Gazeta Mercantil, respectivamente), dando conta sobre veto dos Estados Unidos da América – EUA à venda de aviões Super Tucano, produzidos pela Embraer à Força Aérea Colombiana, e também à venda de frango brasileiro ao Canadá. Indaga-se:

1. São verdadeiras essas notícias? Caso afirmativo, qual dispositivo legal internacional invocado para fundamentar esses vetos?

2. Que medidas estão sendo adotadas pelo Governo brasileiro para salvaguardar os interesses do País?

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2002. – Senador **João Alberto Souza**, Presidente em exercício – **Roberto Saturnino Autor** – **Geraldo Melo** – **Gilberto Mestrinho** – **José Sarney** – **José Agripino** – **Mauro Miranda** – **Tião Viana** – **Luiz Otavio** – **Nabor Junior** – **Bello Parga** – **Artur Da Tavola** – **Ludio Coelho** – **Geraldo Cândido**.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

OF. Nº 074 / 2002 – CRE

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Presidente

Encaminho a Vossa Excelência o Requerimento nº 009, de 2002 – CRE, de autoria do Senador Roberto Saturnino, aprovado na reunião do dia 12 de novembro, para as providências regimentais.

Atenciosamente, Senador **JÉFFERSON PERES**,
Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador **Eduardo Suplicy**.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2002**

Altera os arts. 71 e 75 da Constituição Federal, estabelecendo prazo para o julgamento, pelas Casas legislativas, das contas anualmente prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, em nível federal, estadual, distrital e municipal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Os arts. 71 e 75 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71.

§ 5º Se o julgamento das contas do Presidente da República não se encerrar dentro de um ano a contar do encaminhamento do parecer de que trata o inciso I, serão sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações em tramitação no Congresso Nacional, salvo as que tenham prazo constitucional determinado.

.....(NR)

Art. 75. As normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, ao julgamento das contas de Governadores e Prefeitos, bem assim à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

.....(NR)

Justificação

A proposição que estamos apresentando ao Senado Federal tem por finalidade fixar prazo para o julgamento das contas anuais de Prefeitos, Governadores e Presidente da República pelas Casas legislativas.

Cumpra observar que Constituição estabeleceu marcos temporais para a remessa da prestação de contas pelo Presidente da República e para a elaboração do parecer prévio do Tribunal de Contas da União, mas ficou silente quanto ao prazo para julgamento das contas. Dessarte, é possível – e

acontece na prática – que a análise das prestações anuais de contas se arraste por anos no Congresso Nacional, qual fio de Penélope.

Para ilustrar a que nível chegou o retardo na apreciação das referidas contas, ainda há, pendentes de julgamento, prestações encaminhadas pelo ex-Presidente Collor de Mello. Tal fato, sobre reduzir essa importante função parlamentar a mero procedimento burocrático destituído de utilidade, serve de argumento aos que criticam o Congresso Nacional por sua morosidade na apreciação das matérias que lhe são submetidas.

Em verdade, esse é um problema comum às Casas legislativas nos três planos: federal, estadual e municipal. A situação se revela mais grave quando verificamos que, em alguns casos, o julgamento é adrede protelado, com vistas a obstar a consequência advinda da rejeição das contas: a inelegibilidade do Chefe do Executivo (art. 1º, I, **g**, da Lei Complementar nº 64, de 1990). Não é demais salientar que, no caso dos Municípios, o parecer do Tribunal de Contas só deixa de prevalecer se a decisão da Câmara em sentido contrário se der pelo **quorum** de dois terços dos membros da Casa (art. 31, § 2º, da CF).

Não se pode diminuir a importância dessa competência das Casas legislativas. A Constituição encareceu de tal forma o princípio da prestação de contas da Administração Pública, que previu como consequência de sua inobservância a intervenção em Estados e Municípios (arts. 34, VII, **d**, e 35, II).

O julgamento das contas dos Chefes do Executivo constitui a fase derradeira do ciclo planejamento – execução – controle de resultados. Permitir a ocorrência de um hiato significativo entre as etapas desse ciclo tem por consectário o seu total desbaratamento.

É precisamente com esse objetivo de evitar que a competência legislativa em tela se reduza a simples formalismo que apresentamos a presente proposta. E como mecanismo para inibir delongas no julgamento das contas anuais prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, havemos por bem sugerir o trancamento de pauta, a exemplo do que a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estabeleceu para as medidas provisórias. Com disposição desse jaez, a inércia ou relutância em proceder ao julgamento será reduzida, sob pena de se inviabilizarem as demais atividades legislativas.

Ante o exposto, tendo em vista a relevância da presente Proposta de Emenda à Constituição, soli-

citamos o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2002. – Senador **Moreira Mendes – Amir Lando – Edison Lobão – Carlos Wilson – Fernando Ribeiro – Bello Parga – Lindberg Cury – Jonas Pinheiro – Nabor Junior – Antonio Carlos Júnior – Luiz Pontes – Paulo Souto – Geraldo Althoff – Francelino Pereira – Lucio Alcântara – Luiz Pastore – Gilvan Borges – Geraldo Candido – Roberto Saturnino – Eduardo Suplicy – Tião Viana – Arlindo Porto – Ney Suassuna – Ricardo Santos – Waldeck Ornelas – Carlos Patrocínio – Heloísa Helena – Geraldo Melo – José Alencar – Mauro Miranda – José Agripino.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO 1

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer pré-

vio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V – fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII – prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Art. 75. As normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete conselheiros.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2002

Dá o nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a denominar-se Palácio Tuiuiú o prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sólidas razões para a apresentação do presente projeto de lei foram encaminhadas ao Congresso

Nacional pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, por intermédio de seu presidente, o Desembargador Rubens Bergonzi Bossay.

Consoante suas ponderações, o Tribunal Regional Eleitoral vem construindo, ao longo de seus 23 anos de existência, uma trajetória institucional pautada pela eficácia e pela transparência, voltada à causa da legitimação “da vontade eleitoral e democrática da população sul-mato-grossense”.

O alicerce da importante meta é a convicção de que, ao avanço democrático, corresponde o aperfeiçoamento do processo eleitoral.

Em resposta a demandas conjunturais, aquela Corte vem empreendendo uma ampla reestruturação, no intuito de promover a instalação do aparato tecnológico exigido pelo atual processo eleitoral.

Nessa medida, foram edificadas novas instalações correspondentes às suas atividades e à ampliação do quadro funcional. Para esse novo prédio, o Tribunal Regional Eleitoral sugere a designação de Palácio Tuiuiú, em pertinente e oportuna alusão à ave símbolo de Mato Grosso do Sul, proposta endossada pelo Congresso Nacional, por intermédio do presente projeto de lei.

A representatividade do tuiuiú (também conhecido como jaburu) materializa mais um elo entre o Tribunal Regional Eleitoral, a população do Mato Grosso do Sul e o peculiar ecossistema que caracteriza a região do Pantanal.

Nesse sentido, tendo em vista o seu elevado propósito, encarecemos o acolhimento do presente projeto de lei pelos ilustres pares.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2002

Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda devido, respectivamente, até oitenta por cento e até quarenta por cento dos valores efetivamente doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. Aplicam-se às doações mencionadas neste artigo os limites de que tratam o art. 5º,

o art. 6º, inciso II, e o art. 22, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 2º Os projetos referidos nesta lei, acompanhados de planilhas de custos, serão submetidos ao Ministério responsável pela política nacional de meio ambiente e, para serem aprovados, deverão enquadrar-se nas diretrizes, prioridades e normas do Fundo Nacional do Meio Ambiente, estabelecido por meio da Lei nº 7.797, de 10 de junho de 1989.

§ 1º É vedado o emprego da parcela incentivada das doações para remunerar, a qualquer título, membro de órgão dirigente das entidades executoras dos referidos projetos.

§ 2º O controle da execução e a avaliação final dos projetos de que trata a presente lei serão de responsabilidade do órgão a que se refere o **caput** deste artigo ou de quem dele receber essa atribuição.

Art. 3º A não-execução, total ou parcial, do projeto, nos prazos estipulados em seu cronograma, obrigará a entidade beneficiada à devolução do valor do imposto que deixou de ser arrecadado, em termos proporcionais à parcela não cumprida do projeto, acrescido de juros e demais encargos previstos na legislação do imposto de renda.

Art. 4º Sem prejuízo das sanções de natureza administrativa ou fiscal, incorre em crime aquele que, recebendo recursos dos incentivos fiscais de que trata esta lei, deixar de executar, sem justa causa, os projetos beneficiados por esses incentivos, ou simular sua execução, inclusive com adulteração de valores ou com uso de documentação inidônea.

Parágrafo único. O crime previsto no **caput** deste artigo é punível com pena de reclusão de dois a seis meses e multa de cinquenta por cento sobre o valor dos benefícios fiscais recebidos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em todo o mundo, a crise financeira do estado tem limitado severamente sua capacidade de atender a demandas sociais cada vez maiores e mais complexas, com o conseqüente comprometimento na prestação de serviços públicos, em termos quantitativos e qualitativos. Nessas circunstâncias, cresce a percepção quanto ao importante papel complementar que pode ser desempenhado pela sociedade civil organizada no atendimento dessas demandas. Surge, assim, um novo quadro, caracterizado por um crescimento notável do chamado Terceiro Setor, com a pre-

sença de um número cada vez maior de entidades não-governamentais.

A multiplicação das experiências, tanto em nosso país quanto no exterior, tem levado ao aperfeiçoamento das formas de atuação dessas entidades e proporcionado um aumento de sua eficiência, de tal modo que tanto os governos nacionais como os organismos internacionais reconhecem que elas representam, hoje, parceiros imprescindíveis ao Poder Público.

A atuação das organizações não-governamentais tem se disseminado pelos mais diversos setores da vida social, abrangendo áreas tais como saúde, educação, assistência à infância, defesa do consumidor, entre outras. Mas é na área ambiental que essa atuação tem se revelado especialmente fecunda, face às evidentes dificuldades do Estado brasileiro em se fazer presente, de modo efetivo, nos mais diversos pontos de um país com dimensões continentais. Graças ao trabalho dessas entidades, tem se tornado possível implementar, por todo o território nacional, um vasto número de projetos voltados para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação do meio ambiente.

O alcance desse trabalho tão fecundo em termos sócio-ambientais tem sido, todavia, severamente limitado pela carência de recursos com que se defrontam as entidades não-governamentais, que se vêem obrigadas a disputar as limitadas disponibilidades financeiras do Fundo Nacional do Meio Ambiental (FNMA), única fonte significativa de apoio financeiro para projetos ambientais, a fundo perdido, na esfera pública federal.

O Estado brasileiro tem, tradicionalmente, utilizado os incentivos de natureza fiscal para a implantação de atividades que, por sua natureza, não são capazes de atrair o setor privado. Um exemplo recente dessa política é representado pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que, ao instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), criou incentivo a projetos culturais, mediante a aplicação de parcelas do imposto sobre a renda, a título de doações, na implantação desses projetos. Outros segmentos de cunho social têm sido igualmente contemplados pelo instituto dos incentivos fiscais.

Pelo projeto de lei ora apresentado, os benefícios fiscais na esfera do imposto de renda, que contemplam a área da cultura, bem como outros setores, são estendidos, de forma cumulativa, a projetos ambientais, nos limites já previstos na legislação tributária em vigor. Não se criam, dessa forma, despesas adicionais e o projeto deixa de incorrer em óbices constitu-

cionais e legais no campo das finanças públicas. Ao mesmo tempo, a presente proposição estabelece mecanismos de acompanhamento e controle dos projetos, de modo a assegurar eficiência na utilização dos incentivos.

Temos a convicção de que o presente projeto de lei reveste-se de importância estratégica para a superação dos grandes desafios ambientais com que nos defrontamos em nosso país, ao estabelecer um importante mecanismo de fortalecimento das organizações não-governamentais vinculadas ao setor.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2002. – Senador **Waldeck Ornelas**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.532, DE 10 E DEZEMBRO DE 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

.....
Art. 5º A dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais previstos no art. 1º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, não poderá exceder, quando considerados isoladamente, a quatro por cento do imposto de renda devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995.

Art. 6º

.....
II – o art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação do art. 10 da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, o art. 26 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 1º da Lei 8.685, de 20 de julho de 1993, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido.

.....
Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei de nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.
.....
.....

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

I – dotações orçamentárias da União;

II – recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV – outros, destinados por lei.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas que fizerem doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente gozarão dos benefícios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente deverão ser aplicados através de órgãos públicos dos níveis federal, estadual e municipal ou de entidades privadas cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos do Fundo Nacional de Meio Ambiente, desde que não possuam, as referidas entidades, fins lucrativos.

Art. 4º O Fundo Nacional de Meio Ambiente é administrado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – SEPLAN/PR, e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo IBAMA, respeitadas as atribuições do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Art. 5º Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta Lei, em projetos nas seguintes áreas:

I – Unidade de Conservação;

II – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;

III – Educação Ambiental;

IV – Manejo e Extensão Florestal;

V – Desenvolvimento Institucional;

VI – Controle Ambiental;

VII – Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

§ 1º Os programas serão periodicamente revisados, de acordo com os princípios e diretrizes da política nacional de meio ambiente, devendo ser anualmente submetidos ao Congresso Nacional.

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal.

Art. 6º Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – SEPLAN/PR, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, regulamentarão o Fundo Nacional de Meio Ambiente, fixando as normas para a obtenção e distribuição de recursos, assim como as diretrizes e os critérios para sua aplicação

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 10 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República. – **JOSÉ SARNEY – Mailson Ferreira da Nóbrega – João Alves Filho – João Batista de Abreu – Rubens Bayma Denys.**

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505⁽¹⁾, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I – contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II – promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III – apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV – proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsável pelo pluralismo da cultura nacional;

V – salvaguardar a sobrevivência e florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI – preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII – desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII – estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX – priorizar o produto cultural originário do País.

Art. 2º O PRONAC será implementado através dos seguintes mecanismos:

I – Fundo Nacional da Cultura – FNC;

II – Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART;

III – Incentivo a projetos culturais.

Parágrafo único. Os incentivos criados pela presente Lei somente serão concedidos a projetos culturais que visem a exibição, utilização e circulação públicas dos bens culturais deles resultantes, vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no artigo 1º desta Lei, os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do PRONAC atenderão, pelo menos, a um dos seguintes objetivos:

I – incentivo à formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil;

b) concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festivais realizados no Brasil;

c) instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

II – fomento à produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográfica de caráter cultural;

b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

e) realização de exposições, festivais de arte e espetáculos de artes cênicas ou congêneres;

III – preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas seleções e acervos;

b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;

c) restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;

d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais;

IV – estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

a) distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;

b) levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural;

V – apoio a outras atividades culturais e artísticas, mediante:

a) realização de missões culturais no País e no exterior, inclusive através do fornecimento de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pela Secretaria da Cultura da Presidência da República – SEC/PR, ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC.

CAPÍTULO II

Do Fundo Nacional da Cultura – FNC

Art. 4º Fica ratificado o Fundo de Promoção Cultural, criado pela Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que passará a denominar-se Fundo Nacional da Cultura – FNC, com o objetivo de captar e destinar recur-

sos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do PRONAC e de:

I – estimular a distribuição regional eqüitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;

II – favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;

III – apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;

IV – contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

V – favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos socioculturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

§ 1º O FNC será administrado pela Secretaria da Cultura da Presidência da República – SEC/PR e gerido por seu titular, assessorado por um comitê constituído dos diretores da SEC/PR e dos presidentes das entidades supervisionadas, para cumprimento do Programa de Trabalho Anual aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC de que trata o artigo 32 desta Lei, segundo os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 3º da mesma.

§ 2º Os recursos do FNC serão aplicados em projetos culturais submetidos com parecer de entidade supervisionada competente na área do projeto, ao Comitê Assessor na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelas entidades supervisionadas, cabendo a execução financeira à SEC/PR.

§ 4º Sempre que necessário, as entidades supervisionadas utilizarão peritos para análise e parecer sobre os projetos, permitida a indenização de despesas com o deslocamento, quando houver, e respectivos **pro labore** e ajuda de custos, conforme ficar definido no regulamento.

§ 5º O Secretário da Cultura da Presidência da República designará a unidade da estrutura básica da SEC/PR que funcionará como secretaria executiva do FNC.

§ 6º Os recursos do FNC não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa da SEC/PR.

§ 7º Ao término do projeto, a SEC/PR efetuará uma avaliação final de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observando as normas e procedimentos a serem definidos no regulamento desta Lei, bem como a legislação em vigor.

§ 8º As instituições públicas ou privadas receptoras de recursos do FNC e executoras de projetos culturais, cuja avaliação final não for aprovada pela SEC/PR, nos termos do parágrafo anterior, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto a SEC/PR não proceder à reavaliação do parecer inicial.

Art. 5º O FNC é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme estabelecer o regulamento, e constituído dos seguintes recursos:

I – recursos do Tesouro Nacional;

II – doações, nos termos da legislação vigente;

III – legados;

IV – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

V – saldos não utilizados na execução dos projetos a que se referem o Capítulo IV e o presente Capítulo desta Lei;

VI – devolução de recursos de projetos previstos no Capítulo IV e no presente Capítulo desta Lei, e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII – um por cento da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, a que se refere a Lei nº 8.167⁽²⁾, de 16 de janeiro de 1991, obedecida na aplicação a respectiva origem geográfica regional;

VIII – um por cento da arrecadação bruta das loterias federais, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios;

IX – reembolso das operações de empréstimo realizadas através do Fundo, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

X – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

XI – conversão da dívida externa com entidades e órgãos estrangeiros, unicamente mediante doações, no limite a ser fixado pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, observadas as normas e procedimentos do Banco Central do Brasil;

XII – saldos de exercícios anteriores;

XIII – recursos de outras fontes.

Art. 6º O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, através de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.

§ 1º (Vetado.)

§ 2º Poderão ser considerados, para efeito de totalização do valor restante, bens e serviços oferecidos pelo proponente para implementação do projeto, a serem devidamente avaliados pela SEC/PR.

Art. 7º A SEC/PR estimulará, por meio do FNC, a composição, por parte de instituições financeiras, de carteiras para financiamento de projetos culturais, que levem em conta o caráter social da iniciativa, mediante critérios, normas, garantias e taxas de juros especiais a serem aprovados pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO III

Dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICAPT

Art. 8º Fica autorizada a constituição de Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART, sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica, caracterizando comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos.

Art. 9º São considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos dos FICART, além de outros que assim venham a ser declarados pela CNIC

I – procuração comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, fitas, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas;

II – a produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e demais atividades congêneres;

III – a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural;

IV – construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos

V – outras atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim considerados pela SEC/PR, ouvida a CNIC.

Art. 10. Compete a Comissão de Valores Mobiliários, ouvida a SEC/PR, disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração dos FICART, observadas as disposições desta lei e as normas gerais aplicáveis aos fundos de investimento.

Art. 11. Às quotas dos FICART, emitidas sempre sob a forma nominativa ou escrituras, constituem valores mobiliários sujeitos ao regime da Lei nº 6.385 (3), de 7 de dezembro de 1976.

Art. 12. O titular das quotas de FICART:

I – não poderá exercer qualquer direito real sobre os bens e direitos integrantes do patrimônio do Fundo;

II – não responde pessoalmente por qualquer obrigação legal ou contratual, relativamente aos empreendimentos do Fundo ou da instituição administradora, salvo quanto à obrigação de pagamento do valor integral das quotas subscritas.

Art. 13. A instituição administradora de FICART compete:

I – representá-lo ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II – responder pela evicção de direito, na eventualidade da liquidação deste.

Art. 14. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos FICART ficam isentos do imposto sobre operações de crédito, Câmbio e seguro, assim como do Imposto sobre a renda e Proventos de qualquer Natureza.

Art. 15. Os rendimentos e ganhos de capital distribuídos pelos FICART, sob qualquer forma, sujeitam-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

Parágrafo único. Ficam excluídos da incidência na fonte da fonte de trata este artigo, os rendimentos distribuídos a beneficiário pessoal jurídica tributada com base no lucro real, os quais deverão ser computados na declaração anual de rendimentos.

Art. 16. Os ganhos de capital auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não tributadas com base no lucro real, inclusive isentas, decorrentes da alienação ou resgate de quotas dos FICART, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda, à mesma alíquota prevista para tributação de rendimentos obtidos na alienação ou resgate de quotas de Fundos Mútuos de Ações.

§ 1º Considera-se ganho de capital a diferença positiva entre o valor de cessão ou resgate da quota e o custo médio atualizado da aplicação, observadas as datas de aplicação, resgates ou cessão, nos termos da legislação pertinente.

§ 2º O ganho de capital será de apurado em relação a cada resgate ou cessão, sendo permitida a compensação do prejuízo havido em uma operação com o lucro obtido em outra, da mesma ou diferente espécie, desde que de renda variável, dentro do mesmo exercício fiscal.

§ 3º O imposto será pago até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquele em que o ganho de capital foi auferido.

§ 4º Os rendimentos e ganhos de capital a que se referem o **caput** deste artigo e o artigo anterior, quando auferidos por investigadores residentes ou domiciliados no exterior, sujeitam-se à distribuição sobre a renda, nos termos da legislação aplicável a esta classe de contribuintes.

Art. 17. O tratamento fiscal previsto nos artigos precedentes somente incide sobre os rendimentos decorrentes de aplicações em FICART que atendam a todos os requisitos previstos na presente Lei e na respectiva regulamentação a ser baixada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por FICART, que deixem de atender os requisitos específicos desse tipo de Fundo, sujeitar-se-ão à distribuição prevista no artigo 43 da Lei nº 7.753 (4), de 22 de dezembro de 1988.

CAPÍTULO IV

Do Incentivo a Projetos Culturais

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, de caráter privado, como através de contribuições ao FNC, nos termos do artigo 5º desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no artigo 1º desta Lei, em torno dos quais será dada prioridade de execução pela CNIC.

Art. 19. Os projetos culturais previstos nesta Lei serão apresentados a SEC/PR, ou a quem esta delegar a atribuição, acompanhados de planilha de custos, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do PRONAC e posterior encaminhamento a CNIC para decisão final.

§ 1º No prazo máximo de noventa dias do seu recebimento poderá a SEC/PR notificar o proponente do projeto de não fazer jus aos benefícios pretendidos informando os motivos da decisão.

§ 2º Da notificação que se refere o parágrafo anterior, caberá recurso à CNIC, que deverá decidir no prazo de sessenta dias.

§ 3º (Vetado.)

§ 4º (Vetado.)

§ 5º (Vetado.)

§ 6º A provação somente terá eficácia após publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado e a instituição por ele responsável, o valor autorizado para obtenção de doação ou patrocínio e o prazo de validade da autorização.

§ 7º A SEC/PR publicará anualmente até 28 de fevereiro, montante de recursos autorizados no exercício anterior pela CNIC, nos termos do disposto nesta Lei, devidamente discriminados por beneficiário.

Art. 20. Os projetos aprovados do artigo anterior serão, durante sua execução, acompanhados e avaliados pela SEC/PR ou quem receber a delegação destas atribuições.

§ 1º A SEC/PR, após o término da execução dos projetos previstos neste artigo, deverá, no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos, podendo inibir seus responsáveis pelo prazo de até três anos.

§ 2º Da Decisão da SEC/PR caberá recursos à CNIC, que decidirá no prazo de sessenta dias.

§ 3º Tribunal de Contas da União incluirá em seu parecer prévio sobre as contas do Presidente da República análise relativa à avaliação de que trata este artigo.

Art. 21. As entidades incentivadoras e captadoras de que trata este Capítulo deverão comunicar, na forma que venha a ser estipuladas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e SEC/PR, os aportes financeiros realizados e recebidos, bem como as entidades captadoras efetuar a comprovação de sua aplicação.

Art. 22. Os projetos enquadrados nos objetivos de desta Lei não poderão ser objeto de apreciação quanto ao seu valor artístico ou cultural.

Art. 23. Para fins desta Lei, considera-se:

I – (Vetado.)

II – patrocínio: a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura pelo contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos e Qualquer Natureza, de gastos, ou a utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a realização, por outra pessoa física ou jurídica de atividade cultural com ou sem finalidade lucrativa prevista na artigo 3º desta Lei.

§ 1º Constitui infração a esta Lei o recebimento pelo patrocinador, de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio que efetuar.

§ 2º As transferências definidas neste artigo não estão sujeitas ao recolhimento do imposto sobre a renda na fonte.

Art. 24. Para os fins deste Capítulo, equipara-se a doações, nos termos do regulamento:

I – distribuições gratuitas de ingressos para eventos de caráter artístico-cultural por pessoas jurídicas a seus empregados e dependentes legais;

II – despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de suas propriedades ou sob sua posse legítima, tombados pelo Governo Federal, desde que atendidas as seguintes disposições:

a) preliminar definição, pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, das normas e critérios técnicos que deverão reger os projetos e orçamentos de que trata este inciso;

b) aprovação prévia, pelo IBPC, dos projetos e respectivos orçamentos de execução de obras;

c) posterior certificação, pelo referido órgão, das despesas efetivamente realizadas e das circunstâncias de terem sido obras executadas de acordo com os projetos aprovados.

Art. 25. Projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, objetivarão desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, permitam o conhecimento dos bens e valores artísticos e culturais, compreendendo entre outros, os seguintes segmentos:

I – teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

II – produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

III – literatura, inclusive obras de referência;

IV – música;

V – artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;

VI – folclore e artesanato;

VII – patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

VIII – humanidades; e

IX – rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Parágrafo único. Os projetos culturais relacionados com os segmentos culturais do inciso II deste artigo deverão beneficiar, única e exclusivamente, produções independentes conforme definir o regulamento desta lei.

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta lei, tendo como base os seguintes percentuais:

I – no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II – no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (Vetado)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de prevenção do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

Art. 27. A doação ou o patrocínio não poderá ser efetuada a pessoa ou instituição vinculada ao agente.

§ 1º Consideram-se vinculados ao doador ou patrocinador:

a) a pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação, ou nos doze meses anteriores;

b) o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do doador ou patrocinador ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao doador ou patrocinador, nos termos da alínea anterior;

c) outra pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja sócio.

§ 2º Não se consideram vinculadas as instituições culturais sem fins lucrativos, criadas pelo doador ou patrocinador, desde que, devidamente construídas e em funcionamento, na forma da legislação em vigor e aprovadas pela CNIC.

Art. 28. Nenhuma aplicação dos recursos previstos nesta lei poderá ser feita de qualquer tipo de intermediação.

Parágrafo único. A contratação de serviços necessários à elaboração de projetos para obtenção de doação, patrocínio ou investimentos não configura a intermediação referida neste artigo.

Art. 29. Os recursos provenientes de doações ou patrocínios deverão ser depositados e movimentados, em conta bancária específica, em nome do beneficiário, e a respectiva prestação de contas deverá ser feita nos termos do regulamento da presente lei.

Parágrafo único. Não serão consideradas, para fins de comprovação do incentivo, as contribuições, em relação às quais não se observe esta determinação.

Art. 30. As infrações aos dispositivos deste Capítulo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o doador ou patrocinador ao pagamento do valor atualizado do Imposto sobre a Renda devido em relação a cada exercício financeiro, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação que rege a espécie.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa física ou jurídica proponente do projeto.

CAPÍTULO V

Das disposições Gerais e Transitórias

Art. 31. Com finalidade de garantir a participação comunitária, a representação de artistas e criadores no trato oficial dos assuntos da cultura e a organização nacional sistêmica da área, o Governo Federal estimulará a institucionalização de Conselhos de Cultura no Distrito Federal, nos Estados e nos Municípios.

Art. 32. Fica instituída a Comissão Nacional de Incentivos à Cultura – CNIC, com a seguinte composição:

I – o Secretário da Cultura da Presidência da República;

II – os presidentes das entidades supervisionadas pela SECIPR;

III – o presidente da entidade nacional que congrega os secretários de Cultura as unidades federais;

IV – um representante do empresariado brasileiro;

V – seis representantes de entidades associativas dos setores culturais e artísticos de âmbito nacional.

§ 1º A CNIC será presidida pela autoridade referida no inciso I deste artigo que, para fins de desempate, terá voto de qualidade.

§ 2º Os mandatos, a indicação e a escolha dos representantes a que se referem os incisos IV e V deste artigo, assim como a competência da CNIC, serão estipulados e definidos pelo regulamento desta lei.

Art. 33. A SEC/PR, com a finalidade de estipular e valorizar a arte e a cultura, estabelecerá um sistema de premiação anual que reconheça as contribuições mais significativas para a área:

I – de artistas ou grupos de artistas brasileiros ou residentes no Brasil, pelo conjunto de sua obra por obras individuais;

II – de profissionais de área do patrimônio cultural;

III – de estudiosos e autores na interpretação crítica da cultura nacional, através de ensaios, estudos e pesquisas.

Art. 34. Fica instituída a Ordem do Mérito Cultural, cujo estatuto será aprovado por decreto do Poder Executivo, sendo que as distinções serão concedidas pelo Presidente da República, em ato solene, às pessoas que, por sua atuação profissional ou como incentivadoras das artes e da cultura, merecem reconhecimento.

Art. 35. Os recursos destinados ao então Fundo de Promoção Cultural, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, serão recolhidos ao Tesouro Nacional para aplicação pelo FNC, observada a sua finalidade.

Art. 36. O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no exercício de suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução desta lei, no que se refere à aplicação de incentivos fiscais nela previstos.

Art. 37. O Poder Executivo, a fim de atender ao disposto no artigo 26, § 2º desta lei, adequando-o às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviará, no prazo de 30 dias, mensagem ao Congresso Nacional, estabelecendo o total da renúncia fiscal e correspondente cancelamento de despesas orçamentárias.

Art. 38. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, a multa correspon-

dente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente.

Art. 39. Constitui crime, punível com a reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, qualquer discriminação de natureza política que atente contra a liberdade de expressão, de atividade intelectual e artística, de consciência ou crença, no andamento dos projetos a que se referem esta lei.

Art. 40. Constitui crime, punível, com reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, obter redução do Imposto sobre a Renda utilizando-se fraudulentamente de qualquer benefício desta lei.

§ 1º No caso de pessoa jurídica, respondem pelo crime o acionista controlador e os administradores que para ele tenham concorrido.

§ 2º Na mesma pena, incorre aquele que, recebendo recursos, bens ou valores em função desta lei, deixe de promover, sem justa causa, atividade cultural objeto do incentivo.

Art. 41. O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, regulamentará a presente lei.

Art. 42. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário. – **FERNANDO COLLOR**, Presidente da República – **Jarbas Passarinho**.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 541, DE 2002

Nos termos do art. 8º, inciso II, c/c art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações do Tribunal de Contas da União sobre os convênios 424304, 424745, 425394, 430593, 433567, 436811, 438758, 439842, 443274, 445420, 451177, 451319 e 465607, todos tendo como conveniente a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí – AP, conforme listagem anexa.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2002. –
Senador **Gilvam Borges**.

CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
SUBSECRETARIA DE APOIO TÉCNICO

CONVÊNIOS A FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI - AMAPÁ

EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2001 E 2002

01.
 CONVENIO : 424304 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 257001/25901 - DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE
 RESPONSÁVEL : 61126497800 - BARJAS NEGRI
 NUMERO ORIGINAL: 818/2001 NUMERO PROCESSO: 0002501300013320015
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSÁVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDEREÇO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSÁVEL :
 EXECUTOR :
 RESPONSÁVEL :

INICIO VIGENCIA : 16Nov2001 FIM VIGENCIA: 17Abr2003
 PRAZO PREST. CONTAS: 17Abr2003 CELEBRACAO : 16Nov2001 PUBLICACAO: 19Nov2001

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL : 56.000,00
 VALOR ADITIVADO : 0,00
 VALOR TOTAL : 56.000,00
 VALOR CONTRAPARTIDA: 5.600,00
 VALOR PACTUADO : 61.600,00

CREDITOS ORÇAMENTARIOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
257001	25901	2001NE401617						
		10302000457761616	2	36901	444042.01	300000000		56.000,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
257001	25901	2002OB405030	22Abr2002
			56.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO
 AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE

JUSTIFICATIVA

RECENTEMENTE NO MUNICIPIO HOUE UMA CATATROFE DE ENCHENTE DESABRIGAND O APROXIMADAMENTE 25.000 PESSOAS QUE MORAVAM AS MARGENS DO RIO JARI, O BRIGANDO AS FAMILIAS ABANDONAREM SEUS LARES PARA RESIDIREM EM GALPOES IMPROVISADOS. ISTO OCORREU DEVIDO AS GRANDES CHUVAS TORRENCIAIS DA REG IAO AMAZONICA SOBRE O LEITO DO RIO QUE ATINGIU NIVEL NUNCA REGISTRADO

02.
 CONVENIO : 424745 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 440007/00001 - SRC. DE COOR.DOS ASSUNTOS DA AMAZ.LEGAL-SCA
 RESPONSÁVEL : 14737418315 - JOSE SARNEY FILHO
 NUMERO ORIGINAL: 2001CV000036/SCA NUMERO PROCESSO: 02000.007639/2001-3
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSÁVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDEREÇO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSÁVEL :
 EXECUTOR : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSÁVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA

INÍCIO VIGÊNCIA : 25Out2001 FIM VIGÊNCIA: 28Fev2002
 PRAZO PREST. CONTAS: 28Fev2002 CELEBRACAO : 25Out2001 PUBLICACAO: 26Out2001

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL	:	1.882.128,00
VALOR ADITIVADO	:	0,00
VALOR TOTAL	:	1.882.128,00
VALOR CONTRAPARTIDA:		38.000,00
VALOR PACTUADO	:	1.920.128,00

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
									VALOR
440007	00001	2001NE000076							
		18541050229400001	1	44101	444051	01000000000			1.382.128,00
440007	00001	2001NE000075							
		18695050030370001	1	44101	444051	01000000000			500.000,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
440007	00001	2001OB000053	29Nov2001	982.128,00
440007	00001	2001OB000054	05Dez2001	400.000,00
440007	00001	2001OB000054	05Dez2001	500.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

APOIAR A IMPLANTACAO DO PLANO DE GESTAO AMBIENTAL URBANO DE LARANJAL O JARI AP

JUSTIFICATIVA

O PROJETO PLANO DE GESTAO AMBIENTAL URBANO DE LARANJAL DO JARI, ESTA INSERIDO EM UM CONTEXTO MAIOR DE ACOES INTEGRADAS QUE VISAM ORIENTAR O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO, APONTANDO DECISoes E METAS MAIS ADEQUADAS PARA MELHORAR AS CONDICoes DAS PARTES ALTAS E BAIXAS DA CIDADE.

03.

CONVENIO : 425394 SITUACAO : ADIMPLENTE

CONCEDENTE : 440007/00001 - SRC. DE COOR.DOS ASSUNTOS DA AMAZ.LEGAL-SCA

RESPONSÁVEL : 14737418315 - JOSE SARNEY FILHO

NUMERO ORIGINAL: 2001CV000049/SCA NUMERO PROCESSO: 02000.001365/2001-7

CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI

RESPONSÁVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA

ESFERA : 2 - MUNICIPIO

ENDERECO : AV TANCREDO NEVES SN

MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSÁVEL :
 EXECUTOR : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSÁVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA

INÍCIO VIGÊNCIA : 11Dez2001 FIM VIGÊNCIA: 31Dez2002
 PRAZO PREST. CONTAS: 31Dez2002 CELEBRACAO : 11Dez2001 PUBLICACAO: 13Dez2001

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL	:	172.000,00
VALOR ADITIVADO	:	0,00
VALOR TOTAL	:	172.000,00
VALOR CONTRAPARTIDA:		18.000,00

Fonte: SIAFI

Data da Pesquisa: 06/11/2002

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

- AQUISICAO DE VEICULO AUTOMOTOR DE TRANSPORTE COLETIVO, ZERO QUILOMETRO, COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 21 (VINTE) PASSAGEIROS, CONFORME O PLANO DE TRABALHO, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AO TRANSPORTE DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PUBLICO FUNDAMENTAL, RESIDENTES PRIORITARIAMENTE NA ZONA RURAL, DE MODO A GARANTIR O SEU ACESSO E PERMANENCIA NA ESCOLA

JUSTIFICATIVA

RESOLUCAO N. 28, DE 28 DE JUNHO DE 2001

05.

CONVENIO : 430593 SITUACAO : INADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 373039/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21
 RESPONSAVEL : 05458986334 - JOEL BUNA ROCHA PINTO
 NUMERO ORIGINAL: CV/INCRA/SR21/005/01 NUMERO PROCESSO: 54350000934/2001-90
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDERECO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :

RESPONSAVEL :
 EXECUTOR : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA

INICIO VIGENCIA : 28Dez2001 FIM VIGENCIA: 28Mai2002
 PRAZO PREST. CONTAS: 28Mai2002 CELEBRACAO : 28Dez2001 PUBLICACAO: 03Jan2002

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL : 150.000,00
 VALOR ADITIVADO : 0,00
 VALOR TOTAL : 150.000,00
 VALOR CONTRAPARTIDA: 9.448,56
 VALOR PACTUADO : 159.448,56

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
									VALOR
373039	37201	2001NE000189							
		21631013636670094	1	49201	444051	01000000000			150.000,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
373039	37201	2001OB001503	29Dez2001	150.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

EXECUCAO DOS SERVICOS DE IMPLANTACAO DE ESTRADAS VICINAIS (TERRAPLANAGEM, PAVIMENTACAO DE 2911 ML), NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CASULO MARIA DE NAZARE DE SOUZA MINEIRO, LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE LARANJAL DO JARI-AMAPA.

JUSTIFICATIVA

GARANTIR / BENEFICIAR O DESLOCAMENTO DAS FAMILIAS ASSENTADAS E O ESCOAMENTO DA PRODUCAO.

06.

CONVENIO : 430942 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 257001/25901 - DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE
 RESPONSAVEL : 61126497800 - BARJAS NEGRI

Fonte: SIAFI

Data da Pesquisa: 06/11/2002

VALOR ORIGINAL : 35.830,00
 VALOR ADITIVADO : 0,00
 VALOR TOTAL : 35.830,00
 VALOR CONTRAPARTIDA: 362,00
 VALOR PACTUADO : 36.192,00

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
									VALOR
330013	33903	2001NE004910							
		08244015412830001	2	33903	334041	0100000000			9.753,00
330013	33903	2001NE004909							
		08244015412830001	2	33903	444041	0100000000			5.000,00
330013	33903	2002NE003674							
		08244015412830291	2	33903	334041	0179000000			21.077,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
330013	33903	2002OB001090	20Mai2002	5.000,00
330013	33903	2002OB001090	20Mai2002	9.753,00
330013	33903	2002OB002689	26Ago2002	7.623,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

ATENDER AO PROGRAMA NUCLEO DE APOIO A FAMILIA

JUSTIFICATIVA

ATENDER AS FAMILIAS CARENTES

08.

CONVENIO : 433567 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 257001/25901 - DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE
 RESPONSAVEL : 61126497800 - BARJAS NEGRI
 NUMERO ORIGINAL: 3880/2001 NUMERO PROCESSO: 0002501300014720017
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDEREÇO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSAVEL :
 EXECUTOR :
 RESPONSAVEL :

INICIO VIGENCIA : 31Dez2001 FIM VIGENCIA: 17Abr2003
 PRAZO PREST. CONTAS: 17Abr2003 CELEBRACAO : 31Dez2001 PUBLICACAO: 10Jan2002

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL : 96.000,00
 VALOR ADITIVADO : 0,00
 VALOR TOTAL : 96.000,00
 VALOR CONTRAPARTIDA: 9.600,00
 VALOR PACTUADO : 105.600,00

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
									VALOR
257001	25901	2001NE405467							
		10302000418232516	2	36901	444042	0100000000			96.000,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
----	--------	-----------	---------	-------

Fonte: SIAFI

Data da Pesquisa: 06/11/2002

SCANDO COM ISSO UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA.

10.

CONVENIO : 436811 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 255000/36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF
 RESPONSAVEL : 26682125100 - MAURO RICARDO MACHADO COSTA
 NUMERO ORIGINAL: EP 3280/01 NUMERO PROCESSO: 25115.000858/01-05
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDEREÇO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSAVEL :
 EXECUTOR :
 RESPONSAVEL :

INICIO VIGENCIA : 17Jan2002 FIM VIGENCIA: 15Set2003
 PRAZO PREST. CONTAS: 15Set2003 CELEBRACAO : 31Dez2001 PUBLICACAO: 17Jan2002

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL : 300.000,00
 VALOR ADITIVADO : 0,00
 VALOR TOTAL : 300.000,00
 VALOR CONTRAPARTIDA: 8.270,00
 VALOR PACTUADO : 308.270,00

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
									VALOR
255000	36211	2001NE007422							
		10511011955280526	2	36211	444042	01530000000			300.000,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
255000	36211	2002OB004473	13Mai2002	300.000,00
255000	36211	2002OB900104	15Mai2002	-300.000,00
255000	36211	2002OB004573	15Mai2002	150.000,00
255000	36211	2002OB006853	17Jun2002	150.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO
 EXECUCAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES.

JUSTIFICATIVA

FAZ-SE NECESSARIO A IMPLANTACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO, UMA VEZ QUE E GRANDE A DEFICIENCIA DO MUNICIPIO, O QUE VEM OCASIONAR A DISSEMINACAO DE DOENCAS INFECCO-CONTAGIOSAS NA POPULACAO.

11.

CONVENIO : 438758 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 255000/36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF
 RESPONSAVEL : 26682125100 - MAURO RICARDO MACHADO COSTA
 NUMERO ORIGINAL: CV 1605/01 NUMERO PROCESSO: 25115.000826/01-00
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDEREÇO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSAVEL :

Fonte: SIAFI
 Data da Pesquisa: 06/11/2002

EXECUTOR :
RESPONSAVEL :

INICIO VIGENCIA : 17Jan2002 FIM VIGENCIA: 16Ago2003
PRAZO PREST. CONTAS: 16Ago2003 CELEBRACAO : 31Dez2001 PUBLICACAO: 17Jan2002

MOEDA: REAL
VALOR ORIGINAL : 459.125,55
VALOR ADITIVADO : 0,00
VALOR TOTAL : 459.125,55
VALOR CONTRAPARTIDA: 10.322,91
VALOR PACTUADO : 469.448,46

CREDITOS ORCAMENTARIOS						VALOR JA ATUALIZADO
UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF UO ND FONTE	VALOR
255000	36211	2001NE004186				
		10511011938610055	2	36211	444042 0153000000	459.125,55

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS				VALOR
UG	GESTAO	DOCUMENTO	EMISSAO	
255000	36211	2002OB004496	13Mai2002	229.562,77
255000	36211	2002OB006980	18Jun2002	229.562,77
255000	36211	2002OB007045	19Jun2002	0,01

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO
EXECUCAO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA.

JUSTIFICATIVA
FAZ-SE NECESSARIO A IMPLANTACA DE PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO, UMAV
EZ QUE E GRANDE A DEFICIENCIA MUNICIPIO, O QUE VEM OCACIONANDO A DISSE
MINACAO DE DOENCAS DE VEICULACAO HIDRICAS.

12.

CONVENIO : 439842 SITUACAO : ADIMPLENTE
CONCEDENTE : 255000/36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF
RESPONSAVEL : 26682125100 - MAURO RICARDO MACHADO COSTA
NUMERO ORIGINAL: CV 2295/01 NUMERO PROCESSO: 25115.000939/01-05
CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
ESFERA : 2 - MUNICIPIO
ENDERECO : AV TANCREDO NEVES SN
MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
RESPONSAVEL :
EXECUTOR :
RESPONSAVEL :

INICIO VIGENCIA : 17Jan2002 FIM VIGENCIA: 16Jan2003
PRAZO PREST. CONTAS: 16Jan2003 CELEBRACAO : 31Dez2001 PUBLICACAO: 17Jan2002

MOEDA: REAL
VALOR ORIGINAL : 598.438,64
VALOR ADITIVADO : 0,00
VALOR TOTAL : 598.438,64
VALOR CONTRAPARTIDA: 11.969,05
VALOR PACTUADO : 610.407,69

CREDITOS ORCAMENTARIOS						VALOR JA ATUALIZADO
UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF UO ND FONTE	VALOR

Fonte: SIAFI
Data da Pesquisa: 06/11/2002

255000 36211 2001NE005998
10511001438830001 2 36211 444042 0153000000 598.438,64

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
255000	36211	2002OB007063 19Jun2002	199.479,54
255000	36211	2002OB011922 21Out2002	199.479,54

. OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

EXECUCAO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PARA O CONTROLE DE MALARIA.

JUSTIFICATIVA

O MUNICIPIO POSSUI UMA POPULAÇÃO DESPROVIDA DE RECURSOS FINANCEIROS, NECESSITA PORTANTO, DE AÇÕES PARA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA. AS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL VAI EVITAR O DESENVOLVIMENTO DAS FORMAS IMATURAS DO MOSQUITO ANOPHELES EM CRIADOUROS POTENCIAIS E CONSEQUENTEMENTE A DISSEMINAÇÃO DA MALARIA.

13.

CONVENIO : 443274 SITUACAO : ADIMPLENTE
CONCEDENTE : 255000/36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF
RESPONSÁVEL : 26682125100 - MAURO RICARDO MACHADO COSTA
NUMERO ORIGINAL: EP 3058/01 NUMERO PROCESSO: 25115.000904/01-68
CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
RESPONSÁVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
ESFERA : 2 - MUNICIPIO
ENDEREÇO : AV TANCREDO NEVES SN
MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :

RESPONSÁVEL :

EXECUTOR :

RESPONSÁVEL :

INICIO VIGENCIA : 17Jan2002 FIM VIGENCIA: 18Jan2003
PRAZO PREST. CONTAS: 18Jan2003 CELEBRACAO : 31Dez2001 PUBLICACAO: 17Jan2002

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL	: 170.853,17
VALOR ADITIVADO	: 0,00
VALOR TOTAL	: 170.853,17
VALOR CONTRAPARTIDA:	3.486,79
VALOR PACTUADO	: 174.339,96

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	PROG. TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO	VALOR
255000	36211	2001NE007029						
		10511011938610458	2	36211	444042	0100000000	80.000,00	
255000	36211	2001NE007033						
		10511011955280528	2	36211	444042	0100000000	90.853,17	

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
255000	36211	2002OB004911 20Mai2002	80.000,00
255000	36211	2002OB004911 20Mai2002	90.853,17

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

EXECUCAO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

JUSTIFICATIVA

Fonte: SIAFI

Data da Pesquisa: 06/11/2002

FAZ-SE NECESSARIO A IMPLANTACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO, UMA VEZ QUE E GRANDE A DEFICIENCIA DO MUNICIPIO, O QUE VEM OCASIONANDO A DISSEMINACAO DE DOENCAS DE VEICULACAO HIDRICA.

14.

CONVENIO : 445420 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 255000/36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF
 RESPONSAVEL : 26682125100 - MAURO RICARDO MACHADO COSTA
 NUMERO ORIGINAL: EP 2629/01 NUMERO PROCESSO: 25115.000852/01-20
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDERECO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSAVEL :
 EXECUTOR :
 RESPONSAVEL :

INICIO VIGENCIA : 17Jan2002 FIM VIGENCIA: 18Ago2003
 PRAZO PREST. CONTAS: 18Ago2003 CELEBRACAO : 31Dez2001 PUBLICACAO: 17Jan2002

MOEDA: REAL
 VALOR ORIGINAL : 200.000,00
 VALOR ADITIVADO : 0,00
 VALOR TOTAL : 200.000,00
 VALOR CONTRAPARTIDA: 4.081,63
 VALOR PACTUADO : 204.081,63

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
									VALOR
255000	36211	2001NE006153							
		10511011955280528	2	36211	444042	0153000000			200.000,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO	DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
255000	36211	2002OB004933	20Mai2002	200.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO
 EXECUCAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES.

JUSTIFICATIVA

FAZ-SE NECESSARIO A IMPLANTACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO, UMA VEZ QUE E GRANDE A DEFICIENCIA DO MUNICIPIO, O QUE VEM OCASIONANDO A DISSEMINACAO DE DOENCAS INFECTO-CONTAGIOSAS.

15.

CONVENIO : 450527 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 255000/36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF
 RESPONSAVEL : 26682125100 - MAURO RICARDO MACHADO COSTA
 NUMERO ORIGINAL: EP 2559/01 NUMERO PROCESSO: 25115.000842/01-94
 CONVENIENTE : 00720553000119 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DO JARI
 RESPONSAVEL : 10114629315 - LUIZ DE FRANCA MAGALHAES BARROSO
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDERECO : PASS PRINCIPAL 4591 PRAINHA
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
 RESPONSAVEL :

Fonte: SIAFI

Data da Pesquisa: 06/11/2002

EXECUTOR :
RESPONSÁVEL :

INICIO VIGENCIA : 21Jan2002 FIM VIGENCIA: 15Ago2003
PRAZO PREST. CONTAS: 15Ago2003 CELEBRACAO : 31Dez2001 PUBLICACAO: 21Jan2002

MOEDA: REAL
VALOR ORIGINAL : 120.000,00
VALOR ADITIVADO : 0,00
VALOR TOTAL : 120.000,00
VALOR CONTRAPARTIDA: 1.212,12
VALOR PACTUADO : 121.212,12

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
								VALOR
255000	36211	2001NE007973						
		10511011955280336	2	36211	444042	0100000000		120.000,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
255000	36211	2002OB004829	17Mai2002
			120.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO
EXECUCAO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

JUSTIFICATIVA
FAZ-SE NECESSARIO A IMPLANTACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO, UMA VEZ QUE É GRANDE A DEFICIENCIA DO MUNICIPIO, O QUE VEM OCASIONAR A DISSEMINACAO DE DOENÇAS DE VEICULACAO HIDRICA EM SUA POPULACAO.

16.
CONVENIO : 451177 SITUACAO : ADIMPLENTE
CONCEDENTE : 330013/33903 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESPONSÁVEL : 01263933700 - MARCELO GARCIA VARGENS
NUMERO ORIGINAL: PT/SEAS/MPAS/105/02 NUMERO PROCESSO: 44005.000914/2002-7
CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
RESPONSÁVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
ESFERA : 2 - MUNICIPIO
ENDEREÇO : AV TANCREDO NEVES SN
MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
RESPONSÁVEL :
EXECUTOR :
RESPONSÁVEL :

INICIO VIGENCIA : 17Abr2002 FIM VIGENCIA: 30Jul2003
PRAZO PREST. CONTAS: 28Set2003 CELEBRACAO : 17Abr2002 PUBLICACAO: 17Mai2002

MOEDA: REAL
VALOR ORIGINAL : 37.200,00
VALOR ADITIVADO : 0,00
VALOR TOTAL : 37.200,00
VALOR CONTRAPARTIDA: 4.134,00
VALOR PACTUADO : 41.334,00

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
								VALOR
330013	33903	2002NE001768						
		08243007323830001	2	33903	334041	0100000000		27.600,00

Fonte: SIAFI
Data da Pesquisa: 06/11/2002

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
330013	33903 2002OB001191	03Jun2002	12.400,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

ATENDER AO PROGRAMA SENTINELA

JUSTIFICATIVA

ATENDIMENTO AS CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL COMERCIAL

17.

CONVENIO : 451319 SITUACAO : ADIMPLENTE
 CONCEDENTE : 440007/00001 - SRC. DE COOR.DOS ASSUNTOS DA AMAZ.LEGAL-SCA
 RESPONSAVEL : 14737418315 - JOSE SARNEY FILHO
 NUMERO ORIGINAL: 2001CV000071/SCA NUMERO PROCESSO: 02000.009614/2001-7
 CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
 ESFERA : 2 - MUNICIPIO
 ENDERECO : AV TANCREDO NEVES SN
 MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :

RESPONSAVEL :

EXECUTOR : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
 RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA

INICIO VIGENCIA : 28Dez2001 FIM VIGENCIA: 28Fev2003

PRAZO PREST. CONTAS: 28Fev2003 CELEBRACAO : 28Dez2001 PUBLICACAO: 15Jan2002

MOEDA: REAL

VALOR ORIGINAL	:	806.412,62
VALOR ADITIVADO	:	0,00
VALOR TOTAL	:	806.412,62
VALOR CONTRAPARTIDA:		10.000,00
VALOR PACTUADO	:	816.412,62

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO	VALOR
440007	00001	2001NE000161							
		18541050229400001	1	44101	334039	0100000000		400.000,00	

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
440007	00001 2002OB000060	29Mai2002	25.000,00
440007	00001 2002OB000075	25Jun2002	375.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO

APOIAR O PROJETO DE PLANO DE GESTAO AMBIENTAL DE LARANJAL DO JARI, IMPLEMENTACAO DA PRACA BEIRA RIO.

JUSTIFICATIVA

A PREFEITURA DE LARANJAL DO JARI ADMINISTRA VARIOS PROBLEMAS AMBIENTAIS HERDADOS POR UMA HISTORIA DE OCUPACAO PERIFERICA A UM GRANDE PROJETO INSTALADO NA AMAZONIA. O PROJETO PLANO DE GESTAO AMBIENTAL URBANO DE LARANJAL DO JARI PRETENDE ORGANIZAR AREAS AMBIENTALMENTE CRITICAS, CRIANDO ALTERNATIVAS CONCRETAS PARA REVITALIZAR A CIDADE.

Fonte: SIAFI

Data da Pesquisa: 06/11/2002

18.

CONVENIO : 451474 SITUACAO : ADIMPLENTE
CONCEDENTE : 330013/33903 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESPONSAVEL : 01263933700 - MARCELO GARCIA VARGENS
NUMERO ORIGINAL: PT/SEAS/MPAS/1401/02 NUMERO PROCESSO: 44005.002000/2001-6
CONVENIENTE : 00720553000119 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DO JARI
RESPONSAVEL : 10114629315 - LUIZ DE FRANCA MAGALHAES BARROSO
ESFERA : 2 - MUNICIPIO
ENDERECO : PASS PRINCIPAL 4591 PRAINHA
MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
RESPONSAVEL :
EXECUTOR :
RESPONSAVEL :

INICIO VIGENCIA : 22Out2001 FIM VIGENCIA: 30Jun2003
PRAZO PREST. CONTAS: 30Jun2003 CELEBRACAO : 22Out2001 PUBLICACAO: 15Jan2002

MOEDA: REAL
VALOR ORIGINAL : 100.000,00
VALOR ADITIVADO : 0,00
VALOR TOTAL : 100.000,00
VALOR CONTRAPARTIDA: 11.245,00
VALOR PACTUADO : 111.245,00

CREDITOS ORCAMENTARIOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	PROG.	TRABALHO	ESF	UO	ND	FONTE	VALOR JA ATUALIZADO
								VALOR
330013	33903	2001NE003302						
		08244080955650124	2	33903	444041	0100000000		101.200,00

RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS

UG	GESTAO DOCUMENTO	EMISSAO	VALOR
330013	33903	2002OB001232	05Jun2002
			100.000,00

OBJETO DO CADASTRO

DESCRICAO
CONSTRUCAO DE UM CENTRO DE GERACAO DE RENDA

JUSTIFICATIVA
ATENDER AS FAMILIAS CARENTES

19.

CONVENIO : 465607 SITUACAO : ADIMPLENTE
CONCEDENTE : 330013/33903 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESPONSAVEL : 01263933700 - MARCELO GARCIA VARGENS
NUMERO ORIGINAL: PT/SEAS/MPAS/397/01 NUMERO PROCESSO: 44005.001222/2001-6
CONVENIENTE : 23066905000160 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI
RESPONSAVEL : 20987781200 - REGINALDO BRITO DE MIRANDA
ESFERA : 2 - MUNICIPIO
ENDERECO : AV TANCREDO NEVES SN
MUNICIPIO : LARANJAL DO JARI - AP

INTERVENIENTE :
RESPONSAVEL :
EXECUTOR :
RESPONSAVEL :

INICIO VIGENCIA : 18Set2001 FIM VIGENCIA: 30Nov2003
PRAZO PREST. CONTAS: 30Nov2003 CELEBRACAO : 18Set2001 PUBLICACAO: 19Set2001

MOEDA: REAL

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será publicado e votado na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências* (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 22/2002-Complementar); e

– Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002, da Comissão Especial – Rio São Francisco, que *dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 22 e 128, de 2002-Complementares encontram-se em regime de urgência e constarão da pauta do próximo dia 19, terça-feira.

O Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por 20 minutos.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senhora, V. Exª será inscrita.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero registrar a importância da decisão do Presidente do Iraque, Saddam Hussein, de acatar a resolução da ONU, mesmo tendo o seu parlamento recomendado a não aceitação, permitindo que, de pronto, a partir de segunda-feira, possam os inspetores da comissão especial da Organização iniciar as averiguações sobre a produção ou não de armas de destruição em massa, químicas ou

nucleares, em todo e qualquer lugar do Iraque –fábricas, instalações as mais diversas e, inclusive, nos palácios do governo.

Antes, o governo iraquiano havia criado dificuldades em relação à inspeção em determinados lugares. Como havia indícios de produção de algum tipo de arma química ou de destruição em massa, o Conselho de Segurança da ONU, os órgãos de inteligência do governo inglês, norte-americano e francês avaliaram que seria importante dar esse passo.

As declarações feitas, ao longo dos últimos meses, pelo Presidente George Bush pareciam indicar que se iria iniciar um ataque por ação unilateral ou, talvez, com o apoio de um de seus principais aliados, o governo do Reino Unido, de Tony Blair. De alguma maneira, acabou resultando em um caminho de bom senso. Para isso, foram importantes as opiniões dos governos da França, Alemanha, China e Rússia, como também as grandes manifestações realizadas nesse último final de semana em Florença, Londres, Frankfurt e tantas capitais européias. Inclusive em São Paulo houve uma grande manifestação pela paz. As manifestações populares em todas as grandes cidades do mundo para que se evite a morte de seres humanos como meio de resolver os problemas, também estão sendo fundamentais. Quero, portanto, assinalar que está sendo muito importante o desenrolar dos acontecimentos nos últimos dias, com a aceitação pelo governo iraquiano da resolução da ONU. Foi importante, para tanto, a colaboração e a iniciativa muito forte do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, assim como do Secretário Colin Powel, do Governo George Bush, que teve também uma iniciativa de diálogo com os diversos governos, que me parece foi muito proveitosa. Colin Powel, de alguma maneira, ouviu os argumentos mais sensatos daqueles que avaliavam que tudo deveria ser feito antes que se decidisse por uma iniciativa bélica. E é importante registrar que, por todo o mundo, há sinais de que houve uma aceitação muito positiva dessa decisão. Espero que caminhemos na melhor direção possível.

Sr. Presidente, gostaria, agora, de passar à análise de um tema importante que vem sendo definido como prioritário para o Governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva: o combate à fome e à miséria. Trata-se de algo que precisamos saudar, a maneira como o Governo Lula resolveu que o combate à fome e à miséria no Brasil constitui seu objetivo fundamental.

Fiz algumas sugestões, num ofício enviado no dia 04 de novembro último ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Coordenador da equipe de transição, Antonio Palocci, e ao Prof. José Graziano da Sil-

va, responsável pela elaboração de um programa de segurança alimentar e de combate à fome e à miséria na equipe de transição.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, em primeiro lugar, de ler um comunicado que eu e o Prof. José Graziano da Silva, juntamente com Maya Takagi e Walter Belik, firmamos no último dia 04, para, em seguida, fazer alguns comentários:

Em encontro realizado com membros da equipe de transição com coordenadores executivos do Projeto Fome Zero e o Senador Eduardo Suplicy, realizado em 04 de novembro de 2002, o Senador Suplicy entregou uma carta dirigida ao Presidente eleito, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, ao Sr. José Graziano da Silva e ao coordenador da equipe de transição, Sr. Antonio Palocci, no qual traz uma série de reflexões e sugestões sobre as vantagens e desvantagens da instituição dos cartões de alimentação e a importância da melhor coordenação de esforços por parte dos governos da União, dos estados e dos municípios visando à garantia de uma renda necessária, seja através do cartão de alimentação ou de formas de renda mínima e bolsa-escola. Em função das considerações apresentadas na carta e da reunião realizada, chegou-se às seguintes conclusões:

1. O tema do combate à fome é fundamental hoje no Brasil. A declaração do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, no primeiro dia após os resultados das eleições, foi emblemática no sentido de trazer para o centro do debate o combate à fome e o resgate social em favor dos excluídos e dos discriminados. Segundo suas palavras, “a maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda”.

2. O problema da fome está associado à falta de poder aquisitivo e não à falta de produção de alimentos. Segundo estimativas da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o Brasil tem uma disponibilidade **per capita** de alimentos equivalente a 2.960Kcal/dia, bas-

tante acima do mínimo recomendado, de 1.900Kcal. Há, no entanto, uma grande parcela de subnutridos com um consumo médio de 1.650Kcal/pessoa/dia, de tal forma que estamos classificados pela FAO na categoria 3 (de 1 a 5 para proporções crescentes de subnutridos) juntamente com países como a Nigéria, Paraguai e Colômbia.

3. O combate à fome exige um conjunto de políticas públicas articuladas entre si, entre as quais devemos destacar as políticas de distribuição de renda, de riqueza e de promoção da cidadania. Merecem destaque, no caso brasileiro, as políticas estruturais de geração de emprego e renda, a reforma agrária, o incentivo à agricultura familiar e as políticas de Bolsa-Escola e Renda Mínima.

4. No entanto, conforme explicitado no livro “Combate à Fome e à Pobreza Rural”, organizado pela equipe do Projeto Fome Zero e editado pelo Instituto Cidadania, o combate à fome não é sinônimo de combate à pobreza. “Não é possível eliminar a fome esperando que a renda cresça e seja mais bem distribuída”. São necessárias políticas específicas para fornecer os meios básicos para sobrevivência das famílias sem condições econômicas, ao mesmo tempo em que criem mecanismos dinâmicos em outras áreas da economia, como a produção e a distribuição de alimentos, servindo também como mecanismos educativos para a libertação da dependência dessas políticas específicas.

5. Por isso, o combate à fome exige políticas complementares específicas, como as do cartão de alimentação, a formação de estoques de alimentos de segurança, o combate à desnutrição materno-infantil, a educação alimentar e a ampliação da alimentação escolar.

Conforme entrevista realizada pelo Senador Eduardo Suplicy – que consta em seu livro: “Renda de Cidadania – a Saída é pela Porta” (editado pela Cortez Editora e Fundação Perseu Abramo), com James Tobin, um dos idealizadores da política de Renda Mínima – como o imposto de renda negativo (ou o renda básica) envolve um volume muito grande de recursos para ser aplicado de pronto em uma situação de emergência, um

sistema baseado nos cartões de alimentos pode ser um passo inicial no caminho da Renda Básica ou de Cidadania.

Esse é o ponto sobre o qual farei algumas reflexões em seguida.

6. O fortalecimento das políticas locais – para áreas metropolitanas e rurais, além do incentivo ao desenvolvimento das pequenas e médias cidades – é outro aspecto essencial do programa que apresentamos para o país.

7. O conjunto dessas políticas, coordenado por uma instância de governo ligada diretamente à Presidência da República, permitirá implantar uma política de segurança alimentar no País, visando garantir o direito fundamental à alimentação de qualidade.

8. Uma política de segurança alimentar, devidamente articulada nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e com a participação da sociedade civil, será o embrião do novo modelo de desenvolvimento econômico e social que o governo Lula pretende para o País. As experiências bem-sucedidas atualmente existentes, sejam por parte de órgãos públicos, sejam por parte da sociedade civil organizada, serão aproveitadas e ampliadas dentro do possível pelo nosso governo.

9. A implantação de um programa piloto de segurança alimentar atingirá prioritariamente os municípios e regiões do País em situação de risco, como os atingidos pela seca e as regiões com bolsões de pobreza.

10. Nas próximas semanas, a equipe de transição deverá levantar todas as informações necessárias e, ao mesmo tempo, participará de debates com todos aqueles que tenham acumulado experiências relevantes no combate à fome e à miséria com o intuito de detalhar a implantação do projeto Fome Zero. Essas ações incluem a participação em seminários e discussões públicas que as diversas instituições estarão organizando para que possamos chegar às formas efetivas de combate à fome e à miséria no Brasil.

Sr. Presidente, assinalo que o IBGE, desde ontem, está realizando um simpósio de grande importância sobre a maneira de superarmos o problema

da fome e da miséria no Brasil. Está participando o professor inglês Peter Townsend, da Universidade de Londres, que faz sua primeira visita ao Brasil. Segundo as palavras dele, devemos estabelecer práticas universais, pois não acredita que ricos que passem por períodos difíceis gostariam de receber cupons de alimento. Isso foi dito por Peter Townsend em sua palestra ontem. S. S^a dá aula de políticas sociais internacionais na London School of Economics e é considerado um dos mais importantes especialistas nessa área.

Quero ressaltar que, segundo informa a imprensa hoje, o Professor Peter Townsend terá a possibilidade de dialogar com os responsáveis pelo Projeto Fome Zero em São Paulo.

Eu gostaria de assinalar que está presente, na tribuna de honra do Senado, o Secretário de Planejamento de Belo Horizonte, Maurício Borges Lemos, que, inclusive, está cooperando com a equipe de transição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A respeito desse assunto, Sr. Presidente, eu gostaria de informar que no último domingo estive na cidade de Tiradentes, no bairro Castro Alves. Visitei a favela em que mora o Sr. Francisco Aparecido Vicente, nascido em Ribeirão Preto, em 1963, com sua esposa, Maria José Pedrosa da Silva, nascida no Rio de Janeiro em 1966, portanto, com 36 anos, e que participaram do programa do horário eleitoral pelo PT, quando o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, fazia campanha, portanto, há cerca de um mês. Na ocasião, foi apresentada a história do Sr. Francisco, que tem como principal atividade econômica a coleta de materiais recicláveis. Ele próprio – sem a ajuda de qualquer animal – puxa a sua carrocinha na favela Castro Alves.

Ele mora em uma rua não asfaltada, onde, quando chove, há muita lama e muita poeira, nos dias de calor. A família vive em um casebre muito simples com suas cinco crianças. Em verdade, quando foi feita a reportagem, ele tinha apenas quatro filhos. Hoje, tem cinco, tendo a última, Débora Pedrosa Vicente, um mês de idade, pois nasceu em 20 de setembro passado. Ele tem o Johnny, nascido em 2001; Sirley, em 1998; o Adriano, em 1994 e o Francisco Aparecido Vicente Júnior, nascido em 2000. São, portanto, cinco crianças tendo a mais velha, o Adriano, oito anos de idade.

Consegue obter o Sr. Francisco Aparecido Vicente cerca de R\$5,00 por mês na sua atividade de catador de papel, papelão, materiais plásticos e de alumínio, vendendo o material que pega nas ruas. Não con-

seguir, nos últimos 2, 3 anos, qualquer emprego regular. Por isso essa foi a sua atividade econômica.

Ora, eu resolvi visitá-lo, bem como os moradores de sua rua, uma vez que ele está inscrito no Programa de Garantia de Renda Mínima Associado à Educação, que a Prefeitura Municipal de São Paulo instituiu nesse distrito, que é um dos mais carentes do Município de São Paulo.

Tive a oportunidade de dialogar com ele e também com outras famílias para saber se preferiam receber um cupom de alimentação no lugar da transferência de renda na forma monetária. A opinião praticamente unânime de todos os moradores, inclusive do Sr. Francisco Aparecido Vicente, é a de que será sempre melhor receber a transferência de renda, como um direito à cidadania, na forma monetária, porque lhes permite a maior liberdade de escolha.

Eu tive também a oportunidade, na última segunda-feira à noite, de ir à escola Maria Montessori, na cidade Líder, no Bairro de Itaquera, onde se reuniram, aproximadamente, duzentas mães beneficiárias do Programa de Renda Mínima, do Município de São Paulo, há aproximadamente um ano.

Ali, presente inclusive a coordenadora do Programa de Renda Mínima Associada à Educação, Sr^a Ana Fonseca, tivemos a oportunidade de estabelecer um diálogo sobre as vantagens e as desvantagens do pagamento da renda mínima em cupons de alimentação, seja integralmente ou parcialmente, e as do pagamento em forma monetária. Depois de profunda discussão, as mães ali presentes, aproximadamente duzentas, chegaram à conclusão de que o pagamento será mais adequado se for feito em forma monetária.

Ainda hoje, farei uma comunicação ao Presidente Lula e ao coordenador do governo de transição, Antônio Palocci, bem como ao meu caro amigo José Graziano da Silva, para transmitir-lhes essas informações que se juntam às observações de especialistas, como as do Professor Peter Townsend, que hoje está visitando o Brasil, trazendo uma opinião que consideramos relevante. Saudamos o Presidente Luís Inácio Lula da Silva por estar iniciando uma nova era no Brasil, dando prioridade total ao combate à fome e à miséria. Tenho certeza de que esse objetivo será alcançado.

O Presidente do IBGE, Sérgio Besserman, destacou o estabelecimento de uma linha oficial de pobreza no Brasil. O Senado Federal já aprovou, por unanimidade, projeto de lei de minha autoria que institui essa linha de pobreza. Ressalto ainda que esse projeto se encontra na Câmara dos Deputados, aguardando parecer do Deputado Armando Monteiro.

Então, sugeri que S. Ex^a entrasse em contato direto com o Presidente do IBGE e os responsáveis por este seminário, que se realiza no Rio de Janeiro, a fim de ter mais elementos para o seu parecer.

Sr. Presidente, aguardo com grande expectativa o parecer que o Senador Francelino Pereira, aqui presente, está concluindo a respeito do projeto de lei que institui uma renda básica de cidadania. A sua contribuição será muito importante, querido Senador Francelino Pereira. Avalio que V. Ex^a, que tem uma experiência extraordinária como homem público neste País, tendo sido Governador do Estado de Minas, Deputado em tantas ocasiões e Senador, meu colega, sempre contribuindo com proposições e idéias, certamente estará dando uma contribuição fundamental para os destinos de nosso País.

Quero colaborar o máximo que puder para que o Senador Francelino Pereira possa apresentar ao Senado Federal uma contribuição de grande relevância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na cidade de Salvador, na Bahia, o Senado da República estará representado em mais uma etapa do debate sobre a reforma do Poder Judiciário no Brasil, na pessoa de um dos homens mais competentes, mais lúcidos, sempre devotado ao Direito, com uma longa vida ligada à magistratura do País, especialmente nesta Casa: o nosso eminente amigo e Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a está deixando o Senado no fim de janeiro do próximo ano e o faz em paz e de consciência tranqüila, pois tem trilhado uma vida digna, honrada, marcada pelo caráter, pela inteligência, pela lucidez, pelo talento, merecendo sempre a consideração do Senado, por ser um dos homens públicos mais competentes e honrados desta Casa.

Sua presença hoje em Salvador é para participar do Congresso realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, para tratar especificamente da reforma do Judiciário.

Esta Casa conhece o empenho com que S. Ex^a vem atuando para aprovar a reforma do Judiciário, exatamente por dizer respeito a uma das áreas mais importantes da vida republicana no Brasil.

É certo que presença de Bernardo Cabral como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania faz aumentar o interesse dos senadores nos projetos que por ali tramitam, todos de grande significação para o Brasil.

É importante a presença de S.Ex^a nos debates da Ordem dos Advogados do Brasil, em seu Congresso que se realiza em Salvador, instalado com a presença do futuro Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. É a OAB se esforçando para que toda a Nação participe dos debates relativos ao Direito no País.

Correm nesta Casa, não apenas no murmúrio dos gabinetes ou dos corredores, não apenas na conversa informal com os Senadores, boatos sobre a tentativa de se adiar o debate sobre a reforma do Poder Judiciário. A alegação principal é que o Senado Federal estaria agindo com pressa na discussão e votação da matéria, que ainda vai à Câmara dos Deputados. Alega-se que seria preferível deixar a questão para o Congresso que se instalará em fevereiro do próximo ano, e para o futuro Governo.

Ora, a reforma já se arrasta por dez anos. Adiá-la agora para o próximo ano significará, na certa, engavetá-la por mais quatro anos. E por quê? Porque, como todos sabemos, a prioridade anunciada pelo governo que se instalará em janeiro é a votação da reforma da Previdência, da reforma tributária, da reforma da legislação trabalhista e da regulamentação do art. 192 da Constituição, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Não estou entrando no mérito dessas prioridades. Entendo bem a importância crucial dessas reformas. Estou dizendo apenas que, sendo complexas, exigem exaustiva negociação política no Congresso e, naturalmente, demandarão tempo para serem aprovadas. E a reforma do Judiciário, não sendo prioritária, se arrastará através do tempo, buscando nova oportunidade de aprovação. Não é prioritária? É prioritária sim, porque a situação em que se encontram os Tribunais Superiores no Brasil e o Judiciário nos Estados é de desconforto total à lentidão com que os feitos são julgados, com enorme prejuízo à prestação jurisdicional.

A reforma do Judiciário não pode continuar paralisada nesta Casa. E foi em razão da atuação do Senado da República como um todo, pelos seus 81 Senadores, sob os auspícios, inteligência e talento de Bernardo Cabral, que estamos concluindo o nosso trabalho para que seja enviado à Câmara dos Deputados para apreciação final e, assim, possa entrar em vigor a tão esperada reforma.

A reforma tem também o mérito de racionalizar o trabalho, de reduzir a carga de processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais de Alçada, aos juízes de 1^a instância. Os gabinetes dos juízes desses tribunais estão atolados de processos.

A verdade é que os juízes da Suprema Corte, os juízes do Supremo Tribunal Federal, são ministros que representam o sentimento nacional, a vocação republicana, a defesa do direito da federação e da democracia. E espanta qualquer visita que se faça ao gabinete dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Lá podem ser encontrados centenas, milhares de processos, quase todos repetitivos, em razão da ausência de normas que acelerem os julgamentos. E a solução para esse problema chama-se súmula vinculante, um dos pontos mais importantes da reforma do Poder Judiciário.

Quero ler, para constar dos anais, recente editorial do “Jornal do Brasil” sob o título “Súmula e Pressa”.

Com simplicidade, mas com autoridade do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministro Nilson Naves reduziu às suas devidas proporções a polêmica alimentada pela Ordem dos Advogados do Brasil e por alguns magistrados de instâncias inferiores, em torno da pressa com que estaria sendo conduzida a reforma do Judiciário:

“O projeto de emenda já tramita há 10 anos no Congresso e, em sua conformação atual, o Judiciário equipara-se a um trem fora dos trilhos.”

Só o corporativismo de alguns e a pre-ocupação com uma suposta **capitis diminutio** de outros podem explicar a resistência à adoção, por exemplo, do instituto da súmula vinculante, instrumento destinado a liberar os tribunais superiores do rejudgamento de recursos repetitivos, revolvendo matérias mais do que pacificadas, em inúmeros acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF), do STJ e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na quarta-feira, o Supremo declarou constitucional o parágrafo 3º do artigo 28 da já esquecida Lei 9.868/99, segundo o qual suas decisões em ações diretas de inconstitucionalidade têm “eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública”.

A Constituição vigente já previa o efeito vinculante das decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF nas ações declaratórias de constitucionalidade. A lei de 1999 estendeu, por evidente isonomia, tal efeito às decisões relativas às ações de inconstitucionalidade.

Se o Supremo pode declarar uma norma legal constitucional, com eficácia **erga omnes**, por que não poderia, desde já, acolher ou repelir uma ação de inconstitucionalidade, com o mesmo efeito?

Ou seja, mesmo sem que a Constituição tenha sido alterada, já está consagrada, na Suprema Corte, a concepção óbvia de que a jurisprudência consolidada de tribunais superiores tem de ser acatada pelos magistrados das instâncias inferiores.

A alegação de que a reforma do Judiciário, consubstanciada no projeto de emenda constitucional relatado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, não mereceu um debate aprofundado, dentro e fora do Congresso, agride o fato de que o assunto vem sendo discutido e rediscutido há dez anos.

O senador amazonense, ex-ministro da Justiça, preferiu apreciar proposta por proposta, dentre as centenas de emendas apresentadas ao projeto vindo da Câmara dos Deputados. Deixou de lado a vaidade de ter seu nome impresso num substitutivo a fim de que a tramitação da reforma do Judiciário não continuasse no seu habitual adágio.

O trabalho de ourivesaria jurídica do relator da matéria no Senado – que não rende votos, como estradas, pontes e viadutos – terá sido um dos motivos de sua não-reeleição.

O plenário do Senado Federal está no dever de votar o projeto de emenda constitucional da reforma do Judiciário ainda nesta sessão legislativa.

No momento, a pressão de advogados e juízes é para que se adie a votação para o ano que vem. Mas, como se sabe, no próximo ano também teremos a Semana Santa, o Carnaval, as festas juninas, o recesso de julho e, de novo, o Natal.

Não se pode mais ficar adiando reforma tão relevante para as calendas gregas que, como se sabe, não existiram.”Aí está o ponto de vista de um grande órgão da imprensa brasileira.

Ocupo esta tribuna no momento em que o Senador Bernardo Cabral está viajando para Salvador, onde, esta tarde, falará no Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, reiterando, de forma veemente, mas também envolvente, que a reforma do Judiciário já tramita nesta Casa por dez anos e não pode ser adiada, agora sob o pretexto de alguns adoradores que desejam que tudo fique para ser debatido sob os auspícios do novo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não, o Congresso é uma instituição democrática, federativa e, conseqüentemente, tem que decidir um assunto dessa natureza dentro de sua tramitação normal, sob a inspiração, a inteligência e o talento do Senador Bernardo Cabral, que, repito, hoje à tarde, marcará sua presença no Congresso dos Advogados do Brasil, promovido pela OAB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por permuta com o Senador Mauro Miranda.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, para falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a fica inscrito. Após o pronunciamento do Senador Osmar Dias, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou um importantíssimo projeto de resolução, de minha autoria, que ainda terá de ser votado pelo Plenário do Senado. Estou propondo a alteração do art. 4º do Código de Ética, que orienta os trabalhos do Conselho de Ética do Senado Federal no que se refere, especificamente, ao momento em que o Senador que esteja sendo objeto de inquérito ou processo possa usar do direito de renunciar e, assim, fugir da cassação e dos seus efeitos, como, por exemplo, a perda dos direitos políticos e, conseqüentemente, a candidatura nas eleições seguintes e sua volta ao Senado.

De acordo com o meu projeto, a partir do momento em que o Conselho de Ética der conhecimento à Mesa de denúncia fundamentada, o Senador que tenha sido objeto da denúncia não poderá renunciar

e, dessa forma, interromper o processo ou o inquérito com o conseqüente arquivamento. Assim, no momento em que o Conselho de Ética der conhecimento da denúncia, aquele Senador deverá aguardar até o final do inquérito e do processo, para que o Conselho de Ética encaminhe à Mesa a decisão quanto à sua culpa, ou não, em relação à denúncia feita por um cidadão ou entidade representativa da sociedade.

Quando apresentei este projeto de resolução em outubro de 2001 – portanto, há mais de um ano –, havia ocorrido um episódio histórico nesta Casa. Na verdade, participamos, na Legislatura passada, de momentos históricos. Como integrante do Conselho de Ética, votei pela cassação do primeiro Senador da República cassado, denunciado que fora por desvio de recursos públicos. Depois, fui designado pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Bernardo Cabral, para relatar o processo do Senador Jader Barbalho, que apresentara recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pedindo amplo direito de defesa.

Quando relatava o processo, recebi enorme pressão, para que, em meu relatório, considerasse o direito de ampla defesa em uma fase de inquérito, que, portanto, não permitia o direito de defesa ao Senador Jader Barbalho. Apresentei – e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou – parecer que negou o amplo direito de defesa ao Senador Jader Barbalho.

Logo após, o Senador Jader Barbalho renunciou ao seu mandato, fugindo, portanto, do processo de cassação que se abria em função das denúncias feitas e colocadas à disposição do Conselho de Ética do Senado Federal.

A renúncia do Senador Jader Barbalho foi motivo de notícia na imprensa nacional, e houve, por parte da sociedade brasileira – principalmente no meu Estado –, uma cobrança: por que o processo tem de ser interrompido? Por que o Senado Federal tem de interromper o processo de investigação, para não concluir sobre o julgamento daquele Senador que havia sido acusado?

Foi, então, que, diante da reclamação e do anseio da sociedade brasileira, inspirei-me para apresentar o projeto de resolução que foi aprovado na manhã de ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Se aquele projeto de resolução houvesse sido aprovado antes do ato de renúncia do Senador Jader Barbalho, S. Ex^a não mais poderia candidatar-se, porque no meu projeto está previsto o seguinte: o ato de renúncia ao mandato é pessoal e pode ser assumido

pelo Senador no momento em que quiser, mas, ao renunciar, precisa saber que perderá os direitos políticos e não poderá candidatar-se a qualquer cargo eletivo nas eleições próximas.

Acontece que, mesmo tendo o processo que envolvia o Senador Jader Barbalho continuado no âmbito da Justiça, houve a candidatura, a eleição, e S. Ex^a volta para a Câmara dos Deputados.

É claro que o Estado do Pará entendeu que deveria eleger o Senador Jader Barbalho para Deputado Federal. Mas chamo a atenção para o fato de que não podemos mais continuar fingindo que queremos promover a limpeza ética na política; ela precisa ser promovida não apenas nos discursos, mas nos gestos, nas atitudes, nos procedimentos e nas providências que nós mesmos devemos tomar, para que o País possa acreditar mais nas instituições públicas e políticas, já que hoje a descrença é enorme.

Quando se abre uma pesquisa, qualquer que seja, as instituições públicas ou o Congresso Nacional mais especificamente fica lá atrás, com o crédito de apenas 5% da população no serviço que presta à sociedade.

Se não adotarmos um procedimento ético absolutamente rigoroso, Sr. Presidente, não haveremos de conquistar a confiança e a credibilidade da sociedade brasileira.

Por isso, quando apresentei o Projeto de Resolução, confiava na aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Peço à Mesa do Senado Federal que tome a providência de colocá-lo na pauta já, se possível, regimentalmente, da próxima semana, para que este Projeto de Resolução seja votado e possamos oferecer à sociedade brasileira um instrumento de convencimento de que queremos, sim, promover uma limpeza ética na política. Queremos estabelecer regras que proporcionem credibilidade à sociedade brasileira. É importante que o Congresso Brasileiro esteja aí incluído porque a confiança e a credibilidade devem ser conquistadas. Para isso, não serão suficientes os discursos ou as declarações de boas intenções. Será, sim, necessário que este Congresso tome medidas e proceda de acordo com as aspirações da sociedade, que, nas últimas eleições, deu uma demonstração muito clara da insatisfação em relação à classe política brasileira.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Osmar Dias, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com muito orgulho, concedo um aparte ao Senador Francelino Pereira, que foi o Relator do Projeto de Resolução de

minha autoria. Ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovou-se um substitutivo de S. Ex^a que me ajudou, portanto, a construir esta proposta que, no meu entendimento, corresponde aos anseios da sociedade brasileira.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador, Osmar Dias, V. Ex^a conhece a preocupação que temos no exercício do mandato. O Senado da República tem que ser uma Casa constituída de cidadãos que tenham um sentimento pela contextualização de uma política que diga respeito à ética, ao decoro parlamentar e à limpeza de qualquer obstrução que possa dificultar o aprimoramento da legislação brasileira. V. Ex^a, não é preciso dizer, é uma das figuras mais respeitadas nesta Casa, pela inteligência, pelo talento, pela lucidez com que apresenta as questões. O projeto de V. Ex^a não foi relatado tão logo apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania porque não seria interessante que debatêssemos uma proposta seqüencial relativa a Parlamentares cujos destinos estavam indefinidos. O parecer demorou, mas entendemos que esse projeto deveria ser votado ainda no corrente ano. Vamos torcer para que a Câmara dos Deputados possa recebê-lo e votá-lo com a rapidez necessária, uma vez que a proposta é absolutamente adequada e seqüencial às medidas que vêm sendo tomadas por esta Casa. O parecer produziu um substitutivo de minha autoria, que submeti rapidamente à análise de V. Ex^a, que o aprovou ainda informalmente, e, no Plenário da Comissão, tivemos oportunidade de defendê-lo. V. Ex^a, mais uma vez, produziu os argumentos fundamentais para essa proposta. Trata-se de uma legislação que complementa o corpo contextual, a fim de que situações como aquelas que existiram no Congresso Nacional – surpreendente na conduta dos Senadores – não mais ocorram. Não é possível renunciar ao mandato antes da hora. Quem praticou algum ilícito deve responder por ele, dentro de uma configuração legislativa que evite os abusos ou os escapes. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu é que agradeço, Senador Francelino Pereira, especialmente pelo fato de ter V. Ex^a colaborado em muito para a construção dessa proposta moralizadora para o parlamento brasileiro, que haverá de contar com o apoio da sociedade brasileira. Esta quer confiar no Congresso Nacional porque entende a importância que tem essa instituição, principalmente neste momento de transição política que estamos vivendo.

O Sr. Fernando Ribeiro (PMDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concedo um aparte ao Senador Fernando Ribeiro.

O Sr. Fernando Ribeiro (PMDB – PA) – Senador Osmar Dias, sem entrar no mérito do projeto de V. Ex^a, como paraense, correligionário e amigo do ex-Senador Jader Barbalho, quero apenas lamentar que o exemplo citado não tenha sido acompanhado de outros dois casos que ocorreram aqui anteriormente, envolvendo o ex-Presidente desta Casa e um outro Parlamentar da representação do Distrito Federal.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Posso fazê-lo posteriormente, se V. Ex^a assim o desejar.

O Sr. Fernando Ribeiro (PMDB – PA) – Lembro também que o ex-Senador Jader Barbalho foi o Deputado mais votado da história política do Estado do Pará e voltará a representar aquela Unidade da Federação, trazendo consigo a confiança expressa de 350 mil paraenses, o que, no nosso universo de representação política, representa muito. S. Ex^a continua a contar com o apoio e o prestígio do povo do nosso Estado. Certamente, ele continuará a responder pelas acusações que lhe são impostas e pelos processos que correm na Justiça, sem se eximir; e já obteve repetidas vitórias em muitas das ações que lhe são imputadas. Quero apenas acrescentar esse detalhe ao discurso de V. Ex^a, em nome do povo do Pará.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Apenas para satisfazer o desejo de V. Ex^a, os outros dois Senadores, que V. Ex^a também não citou, são os Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda; um eleito para voltar ao Senado e o outro eleito Deputado Federal. Mas é claro que não podemos cometer a injustiça de misturar o motivo que levou à renúncia desses dois últimos com o motivo que levou à renúncia do Senador Jader Barbalho.

O meu pronunciamento tem um tempo limitado. Se mais tempo houvesse, eu poderia descrever o que aconteceu em relação à Sudam e ao Banpará; enfim, para satisfazer a curiosidade de V. Ex^a, eu poderia descrever as razões pelas quais as denúncias chegaram ao Senado Federal e que motivaram a abertura do inquérito contra o Senador Jader Barbalho e que resultou na sua renúncia.

Quero somente deixar claro que faço um pronunciamento apresentando a minha argumentação sobre um projeto de resolução que, em meu entendimento, a maioria dos brasileiros gostaria de ver aprovado para que, quando um Senador viesse a ser acusado, por exemplo, por desvio de dinheiro da Sudam, pudesse ser processado, julgado, se culpado, cassa-

do, e pudesse responder na justiça pelos atos praticados. Esse é o fundamento de meu projeto.

Supondo que alguém fosse acusado de desviar dinheiro do banco do seu Estado e pudesse ser processado. Se culpado, julgado; se inocentado, continuaria no Senado. Mas, se culpado, cassado, não poderia mais se candidatar nem ao Senado Federal nem à Câmara dos Deputados. Esse é o objetivo do meu projeto. Nada há a lamentar. O aparte de V. Exª se explica pelo fato de V. Exª ser correligionário do ex-Senador Jader Barbalho. Mas é claro que não muda em nada o sentimento de que estou aqui apresentando uma proposta moralizadora e que tem o apoio da sociedade brasileira.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero compartilhar com a posição adotada pelo Senador Francelino Pereira, que em seu pronunciamento protestou contra o adiamento da votação da reforma do Poder Judiciário. Presidi a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante mais de um ano, enquanto o Relator da proposta de reforma do Poder Judiciário, Senador Bernardo Cabral, apresentava seu parecer. S. Exª trabalhou intensamente a fim de atender todas as propostas e sugestões, concedemos prazos no sentido de que as emendas fossem apresentadas, apreciamos mais de 300 emendas, mais de 200 destaques. Todos os Senadores tiveram oportunidade de apresentar suas propostas. Todos os Senadores debateram na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como quiseram. Essa proposta tramita há mais de dez anos. Trata-se de outro anseio da sociedade no sentido de que promovamos uma reforma que nos permita ter um Judiciário mais dinâmico, mais ágil e um acesso mais fácil à Justiça de todos os cidadãos brasileiros. Só que, no momento em que vamos votar essa reforma do Judiciário no plenário, pede-se mais uma vez que ela retorne para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fará mais, Sr. Presidente? Essa proposta ficou dois anos naquela Comissão. Quem quis examiná-la e reexaminá-la já poderia ter feito e não o fez. Por que agora a proposta voltará? Essa é uma medida protetória, que os partidos que estão assinando deveriam examinar um pouco, porque há um anseio muito grande da sociedade brasileira para que o Congresso Nacional vote logo a reforma do Judiciário. Por isso, deixo o meu protesto e peço aos Srs. Senadores líderes de partido que revejam essa posição de adiar, mais uma vez, a votação da reforma do Judiciário.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Osmar Dias, o requerido por V. Exª será diligenciado na forma regimental.

Antes de conceder a palavra, como Líder, ao Senador Geraldo Melo, ouço a Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar após o Senador Geraldo Melo, pela Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª será inscrita.

Com a palavra o Senador Geraldo Melo, como Líder do PSDB.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, há alguns dias, após uma reunião da executiva do meu Partido, chegou-se a cogitar de que me encarregasse de transmitir, na tribuna do Senado Federal, à Casa e ao País a linha de conduta pretendida pelo meu partido em relação ao futuro governo do Presidente Lula. Tenho evitado fazê-lo, por entender que não há como se fazer oposição a um governo que nem começou. Além do mais, entendo que oposição se pratica, não precisa se anunciar. A oposição que o PSDB certamente pretende desenvolver é uma oposição sem adjetivos, oposição ponto, nada mais, porque entende o partido que a decisão popular o designou como partido de oposição. É um partido que vai para oposição para prestar a sua contribuição a um governo que começa, no sentido de oferecer opções, observações, esclarecimentos, informações que ajudem esse governo a acertar, porque o povo brasileiro precisa disto e espera isto do Presidente Lula.

Por isso, me abstenho, agora, de estar anunciando linhas específicas de comportamento em relação a este ou aquele aspecto da nova realidade política do Brasil.

Há, entretanto, Sr. Presidente, necessidade de se abordar duas questões. A primeira delas não pode, nem ao menos, ser considerada parte de nenhum esforço de oposição do meu partido, porque pretendo fazer um breve comentário a respeito da possibilidade de adiamento da posse do Presidente da República. O que vou dizer não representa nenhuma postura oposicionista, nem de crítica ao novo sistema de poder no País, até porque o dono da idéia não é o PT. Não vejo o Partido dos Trabalhadores dizendo, em todo lugar, que tem que ser feito, ou que precisa ser feito, ou que exige que seja feito o que for necessário para adiar a posse.

Essa é uma idéia que, na verdade, tem o apoio claro de muita gente do meu partido, que tem apoio dentro do PT, que tem críticos no meu partido e dentro do PT. Portanto, o que desejo é expressar uma opinião a respeito do assunto. Acredito que não há ninguém, no Brasil, que não concorde que a escolha do dia 1º de janeiro como data de posse de Presidente da República, Governadores e Prefeitos, foi extremamente infeliz. Foi uma solução muito pouco criativa para um problema que poderia ter sido resolvido de outra forma. E o problema qual é? Teme-se que o administrador que sai, se passar um mês ou algum tempo dentro do calendário do ano seguinte, possa comprometer a capacidade de gestão do governo que se inicia ao empenhar verbas ou assumir compromissos financeiros naquele período final da sua gestão.

Mais fácil do que escolher o dia 1º de janeiro para evitar semelhante coisa teria sido fixar o exercício fiscal do País para uma data que não 1º de janeiro. O início do exercício fiscal poderia fazer-se a 1º de fevereiro, se essa fosse a data da posse que houvesse sido escolhida, ou a 31 de janeiro, se assim definido, de tal maneira que os atos praticados até aquela data seriam atos em relação ao exercício financeiro anterior. Isso não seria uma originalidade, até porque é assim que se faz na maioria dos países. O ano fiscal, nos Estados Unidos, começa no dia 01 de julho de um ano e termina no dia 30 de junho do ano seguinte. E é para esse período que se faz o orçamento. Portanto, bastava que mudássemos o período do ano fiscal, e esse risco de comprometimento do orçamento de todo o exercício não existiria.

Todo mundo concorda que o dia 1º é um dia inconveniente. Agora, acontece que alterar essa data implica numa reforma constitucional. O Congresso Nacional já fez reformas constitucionais aligeiradas e às pressas – antes que se diga isso, eu mesmo o digo. Mas elas aconteceram em momentos de grande pressão e de grande premência ou talvez em momentos em que o processo legislativo correu de forma equivocada, tanto que foi objeto de crítica de muita gente.

Não há por que usar esse ou outros exemplos de discussão acelerada de reforma da Constituição para justificar que isso se repita na correção da data da posse. Pessoalmente, sou favorável a que se mude a data da posse. Mas não sou favorável a que se faça uma reforma constitucional em duas ou três semanas apenas para garantir uma grande festa na posse do novo Presidente da República.

Penso que mais importante do que a festa de posse é o Governo que se instala realizar as esperanças que fundaram o grande apoio dado a ele pela po-

pulação. E isso ele fará – ou não fará – independentemente de tomar posse no dia 1º, no dia 5, no dia 6 ou no dia 30.

Por causa disso é que apelo ao próprio Presidente eleito que dispense essa cortesia e facilite a própria organização da festa. Em virtude dessa discussão, a esta hora o Itamaraty não sabe como convidar, porque não sabe a data da posse; a esta hora quem deseja vir do exterior não sabe nem pode se programar, porque não sabe a data da posse. Estava na hora desse assunto ser encerrado.

O Presidente chama minha atenção para o tempo que cabe à Liderança, mas faço um apelo a S. Ex^a para me permitir tocar num segundo assunto, que penso é importante seja lembrado.

Sr. Presidente, tenho visto, com respeito e admiração, a iniciativa do Presidente Lula de formar conselhos que ajudarão o seu Governo numa interlocução com setores da sociedade. Há inclusive um grande conselho em torno do qual se estaria discutindo o pacto social. Tenho que cumprimentá-lo pela iniciativa.

Penso apenas que está havendo uma impropriedade na apresentação dessa idéia ao País, pois quando ouço dizer que, por intermédio desses conselhos, o Presidente Lula falará com a sociedade, fico preocupado. Esses conselhos têm a sua composição definida por uma única pessoa, que é o Presidente Lula. S. Ex^a não pode atribuir a si próprio o poder de escolher quem representa a sociedade. Acredito ser importante que existam esses conselhos, como instância de assessoria ao Presidente da República, em sua gestão, no âmbito do Poder Executivo, mas a sociedade brasileira tem representantes escolhidos não por uma pessoa, mas por ela mesma.

O conselho de representantes da sociedade já está formado e se chama Congresso Nacional. Os representantes da sociedade são os Parlamentares, que têm a mesma autoridade do Presidente eleito. Os Parlamentares têm a mesma origem, a mesma fonte e foram eleitos para representar a sociedade.

Faço esse registro porque não posso deixar de aplaudir a idéia de ampliação das instâncias de consulta do Governo, embora o Brasil já esteja cheio de conselhos por todos os lados. É apenas um a mais. Não posso deixar de aplaudir a idéia de que haja mais essa instância de consulta do Poder Executivo. Mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de registrar meu receio de que se esteja, com isso, iniciando uma etapa que seria extremamente perigosa: a de considerar que um Presidente pode criar núcleos de manifestação da sociedade, ignorando que ela, pelo voto, esco-

lheu o grande conselho que a representa, o Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Melo, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do Governo, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra, pela Liderança do Bloco de Oposição, a Senadora Heloísa Helena.

V. Exª dispõe de cinco minutos, Senadora.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu até voltaria à tribuna para tratar das questões que foram discutidas pelo Senador Geraldo Melo. Tenho a obrigação de dizer que S. Exª não precisa se preocupar com as discussões sobre o pacto. Na próxima semana, falarei especificamente do pacto, porque tenho uma compreensão diferenciada dele. Mas se fosse eu Presidente da República – o que nunca ocorrerá –, S. Exª teria motivos para preocupações. Com o nosso companheiro Lula, com certeza, S. Exª não precisa ter preocupações. O Lula não será perigoso para concepções específicas da democracia.

Trago algumas considerações rápidas, Sr. Presidente, não poderia deixar de fazê-lo, sobre as declarações dadas pelo atual Presidente da República na Universidade de Oxford, na Inglaterra. Diz o Presidente da República, em declarações, na minha concepção, absolutamente infelizes, que no Brasil não existe fome, fazendo uma crítica ao Projeto Fome Zero apresentado pelo Governo Lula. Sinceramente, não vi isso com indignação. É claro que, sempre que faço uma análise da execução orçamentária do atual Governo, vejo 62% do PIB, de toda a riqueza nacional, comprometido com o pagamento dos serviços e juros da dívida; vejo – com indignação – a subserviência do Governo Fernando Henrique ao Fundo Monetário Internacional.

Ouvi as últimas declarações do Presidente, na Inglaterra, sobre a fome no Brasil com absoluta tristeza, pela profunda insensibilidade e desconhecimento do Presidente da República sobre o que acontece em seu País. Talvez a caracterização mais precisa disso seja a de que ele é um poliglota que não entende a língua do povo; ou um profundo conhecedor do mundo que não conhece o seu País. Até porque o que Sua

Excelência disse ontem sobre o Projeto Fome Zero demonstra, primeiramente, um profundo desconhecimento sobre o que foi apresentado pelo José Graziano, entre outras personalidades que têm trabalhado insistentemente no Projeto Fome Zero. Sua Excelência não conhece o programa, daí as suas declarações inconseqüentes.

O Projeto Fome Zero não se restringe a ações emergenciais relacionadas à fome. O programa de segurança alimentar, de fato, é um eixo estratégico de desenvolvimento. São políticas que vão desde a geração de emprego, a recuperação de salários, a expansão da produção agrícola, com eixos de atuação extremamente importantes nas políticas de incentivo à produção alimentar, reforma agrária, política agrícola, política agroindustrial, política de comercialização agrícola, preços mínimos, estoques reguladores, gestão de entrepostos, até a distribuição de alimentos de forma descentralizada pelo setor varejista, controle de preços e margens, ampliação dos programas de distribuição de alimentos básicos, em uma ação conjunta com a sociedade de combate à fome.

É um projeto muito maior, que contém, de fato, um eixo estratégico de desenvolvimento do País. Mas, infelizmente, o Presidente da República, nas suas declarações, talvez não tenha conhecimento disso.

Eu sei que coeficientes, taxas, alternativas as mais diversas, estudos e metodologias para quantificar pobres, famintos e indigentes, no Brasil – eu sou da área de Estatística –, têm nomes muito especiais: coeficiente de mortalidade disso e daquilo; índice de massa corporal; prevalência de déficit energético leve, moderado ou muito alto; disponibilidade calórica média.

O Presidente disse que não há fome, porque ela só ocorre quando há seca. Essas declarações são absolutamente despropositadas, até porque todos sabem o que existe no Brasil. O Projeto Fome Zero não exclui algumas outras alternativas, como a renda mínima, a bolsa-escola. Todos sabem que os erros que pode haver, pela ausência de mecanismos de controle do aparelho de Estado, também podem existir inclusive em programas de renda mínima ou bolsa-escola, extremamente importantes, implementados pelo Governo.

O próprio Senador Eduardo Suplicy, desde o seu primeiro mandato, é um entusiasta desses programas de redistribuição de renda, mas eles podem virar programas de vigarice política, de banditismo eleitoral, tal como aconteceu em muitos Estados. A população chegava às seis horas para receber o seu

cartão eletrônico de renda mínima ou do programa de enfrentamento do trabalho infantil, aglomerava-se diante de um palanque, para esperar que os políticos de pança cheia chegassem para patrocinar a vigarice eleitoral e o banditismo político, embora, não necessariamente, isso estivesse carimbado no programa viabilizado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Então, todos os mecanismos de controle do aparelho do Estado, do aparato público, para impedir que interesses diversos sejam incluídos em programas de redistribuição de renda, devem ser criados. É de fundamental importância, inclusive, nosso acesso, e o de toda a sociedade, aos relatórios de execução orçamentária do Governo.

Vários relatórios de execução orçamentária demonstram claramente que não foram feitos investimentos no combate à fome. Basta ver a execução orçamentária da assistência social no País: de 0,4% na área de investimentos, e de menos de 40% na área de custeio. Uma execução insignificante!

Nem estou falando daquelas outras políticas que também podem ajudar a dinamizar a economia local, gerar emprego, renda, como a habitação e o saneamento básico, que podem ser destinados às populações pobres e que tiveram execução zero até a semana passada. Execução zero!

Efetivamente, Sr. Presidente, é salutar deixar extremamente claro que é um programa importante. Não é uma panacéia para resolver todos os males, não é uma fórmula mágica para resolver todos os males. Entretanto, tem de ser deixado claro que as considerações feitas pelo Presidente da República são imprecisas e desqualificadas do ponto de vista técnico, porque Sua Excelência não conhece o Projeto de Segurança Alimentar apresentado pelo Partido dos Trabalhadores. Essa demonstração de desconhecimento da realidade do nosso País nos causa indignação e tristeza.

Quem acompanha a situação do Nordeste sabe que estamos com problemas gravíssimos relacionados à seca. Se observarmos a execução orçamentária dos projetos que se destinam a recursos hídricos, ao abastecimento de energia, ao abastecimento de água, veremos que ela é uma vergonha!

O Nordeste é a região onde a fome está mais presente. Há desnutrição, subdesenvolvimento, mas não em razão das condições climáticas. Sabemos qual foi exatamente o papel político da oligarquia nordestina, que sempre teve todo o incentivo eleitoral da elite paulista para continuar usando a seca como me-

canismo para se apropriar e continuar se apropriando do poder.

Deixo apenas o registro de que é um programa extremamente importante. Ele mereceria críticas, como qualquer outra política social, se não viesse com mudanças estruturais profundas, se fosse simplesmente um mecanismo para atenuar a tensão social. Mas é um programa que trata da segurança alimentar como um eixo de desenvolvimento estratégico do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pedi a palavra, queria tratar de dois temas, rapidamente, mas agora sou forçado a tratar de um terceiro, que são as colocações da Senadora Heloísa Helena, e começarei por ele.

Lamento que as palavras do Presidente estejam sendo distorcidas. Sua Excelência disse que não há situação igual à da África, que não há fome sistêmica, que não há uma situação de calamidade pública, como há em outros lugares do mundo. Foi uma entrevista grande, na Inglaterra, e não se trata de negação de que há fome no Brasil ou em qualquer lugar.

É bom restabelecer isso, para que as pessoas não se apeguem a pequenos detalhes, porque até mesmo os pequenos detalhes, quando publicados pela imprensa, causam preocupação. E vou aqui falar de dois deles.

Primeiro, sobre publicação do jornal **O Globo** de hoje. Ontem, o Ministro do Planejamento Guilherme Dias esteve na Comissão de Orçamento. Em sua exposição, S. Ex^a apresentou um ponto importante: que, em razão da inflação, dos novos parâmetros econômicos, o salário mínimo deveria ser de R\$220,00. Foi dito isso ontem pelo Ministro do Planejamento, ou seja, o setor econômico mais conservador do atual Governo.

Li, hoje, e fico estarelecido, ao ver que o Ministro do Planejamento anuncia a previsão de R\$220,00 e é criticado pelo Partido dos Trabalhadores que, efetivamente, não concordou com essa afirmação, ou seja, mostrou-se mais conservador do que a área econômica do atual Governo, o que é algo de estranhar.

Não sei se, assim como as declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso não foram entendidas, as declarações dos dirigentes do PT não foram entendidas. Mas essa manifestação lamentável está em todos os jornais.

Já que é para combater a fome, já que é para resolver o problema dos mais carentes, um bom caminho é começar aumentando o salário mínimo, pelo menos para que haja a correção que é feita nos cálculos da conjuntura econômica.

Quanto à segunda questão, Sr. Presidente, o Senador Geraldo Melo já teve oportunidade de abordá-la, mas quero registrar uma preocupação a mais, um questionamento dirigido principalmente aos telespectadores que estão nos assistindo.

Fala-se sobre o adiamento da posse. E por quê? Para fazer uma festa bonita, para trazer gente de fora.

Li no jornal **Folha de S. Paulo** uma matéria que talvez seja a síntese de tudo isso:

Lula ainda tenta adiar posse para ter a presença de Fidel

Existe uma questão pessoal do presidente eleito em toda a discussão sobre adiar a posse e ter, no dia 6 de janeiro, um número maior de autoridades estrangeiras. Lula faz questão da presença de Fidel Castro, ditador cubano. Mas Fidel disse que não pode deixar a ilha no dia 1º de janeiro, que para os cubanos é muito mais que a virada de mais um ano.

Na data, eles, com Fidel à frente, celebram a tomada de Havana, em 1959, depois da guerra de guerrilhas na Sierra Maestra.

Isso é algo estranho! Estamos definindo a data da posse de um Presidente brasileiro pela agenda de Fidel Castro! Pelo menos é isso que diz a **Folha de S. Paulo**.

Se anos atrás qualquer Presidente da República dissesse que iria adiar a posse porque o Presidente dos Estados Unidos não poderia comparecer, a esquerda faria uma revolução, diria que é um absurdo, que estariam querendo colocar a Constituição a serviço das conveniências internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador não pode ser aparteado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Seria uma festa. Agora está acontecendo o inverso. Não deveremos ter a posse do Presidente no dia 1º; devemos esperar porque, segundo a **Folha de S. Paulo**, Fidel Castro não poderia estar aqui no dia 1º, e Lula gostaria de confraternizar com ele.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pode vir, sim. Quero informar a V. Ex.^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Então está resolvido o problema. O Fidel Castro disse que pode haver a posse do Presidente brasileiro no dia 1º de janeiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O Fidel já veio no dia 1º de janeiro de 1995.

A SRª. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – O projeto é do Deputado Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Fazendo soar a campainha.) – Não pode haver apartes.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que compreendam e cumpram o Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Não estou discutindo a data da posse e sim a visão que se está tendo dela. Parece que a preocupação é fazer uma festa. A festa é o de menos. Torço para que possamos, um ano depois, fazer uma festa comemorando o primeiro ano do Governo Lula por estar resolvendo todos os problemas do País e cumprindo as promessas que está fazendo.

Nós, na Oposição, vamos ajudar no Projeto Fome Zero, na solução do salário mínimo, no reajuste dos servidores, em tudo o que foi, ao longo desses 20 anos, prometido pelo PT. Podem ter certeza disso. Mas não concordo que se tenha a intenção de pautar a posse de um Presidente da República por conta da agenda de outros Presidentes seja Fidel Castro, Jorge Bush, François Mitterand ou qualquer outro. Quero lamentar e dizer que espero que Fidel Castro possa liberar o Governo brasileiro para fazer a posse no dia 1º de janeiro.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dar a informação correta.

Acabo de falar com o Presidente Nacional do PT, Deputado José Dirceu, que pede para esclarecer que o Presidente Fidel Castro já esteve presente na posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, num dia 1º de janeiro; e, em que pese a necessidade

de estar em Cuba porque 1º de janeiro é uma data importante, da mesma forma, faria um esforço especial para estar aqui no dia 1º de janeiro. O que existe, por enquanto, é um entendimento para se chegar a um consenso e fazer a posse no dia 6. Se não for possível, será realizada no dia 1º. Considero importante que haja um entendimento entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Acompanhei a entrevista ontem concedida pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, que, em atitude nobre, disse que poderia assumir a Presidência da República do dia 1º ao dia 6, mas que considera justo que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso passe a faixa presidencial ao futuro Presidente.

É importante que haja um consenso entre as partes. E que a definição seja rápida, no máximo até a próxima semana, pois o Palácio do Itamaraty precisa tomar as providências devidas (enviar convites aos Chefes de Estados etc.). Dessa forma, se for possível modificar para o dia 6, tudo bem. Se, entretanto, for considerada difícil a modificação, existe até uma vantagem, do ponto de vista da prioridade maior do Governo Lula, que ganhará seis dias para iniciar o combate à fome e à pobreza. Há esse ponto que, de alguma maneira, ajudaria o principal objetivo do novo Governo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como todos sabem, a responsabilidade pela posse do Presidente é do Congresso Nacional, mas, às vezes, os boatos, os rumores ou as propostas dificultam o nosso trabalho. Vamos fazer convites para o dia 1º ou para o dia 6? Porque, em verdade, há um trabalho para que a posse seja no dia 6, no meu ponto de vista, um trabalho útil ao Brasil. Por quê? Porque o Brasil está dando um exemplo de maturidade política, está dando um exemplo do fortalecimento das instituições. O Brasil, no meu entender, deu aula de democracia no último pleito, deu aula de democracia ao mundo, e eu penso que a posse do futuro Presidente da República, no meu humilde entendimento, não é uma festa, é um investimento que o Brasil fará porque, na medida em que trouxermos para o País as representações oficiais de países estrangeiros em maior número e de maior re-

presentatividade, ganha o Brasil no seu relacionamento internacional político, social e econômico.

A data de 1º de janeiro, por outro lado, é considerada imprópria. Penso ser útil e legítimo, porque a sociedade brasileira gostaria disso. Tomei a iniciativa de fazer alguns entendimentos ontem e vi que existe a possibilidade de transferência da data para 6 de janeiro. Se ela é possível, vamos então transferir a data da posse presidencial. A iniciativa está na Câmara dos Deputados. Conversei com o Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, com o Líder do PT e com outras Lideranças. E se isso avançar o mais rapidamente possível, podemos adotar aqui na Casa o mesmo procedimento com relação ao interstício adotado para aprovação daquilo que também tinha legitimidade e, por isto, aceitamos, porque a legitimidade, às vezes, ultrapassa a legalidade. Refiro-me ao episódio da imunidade parlamentar. Creio que ganharíamos todos.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, naturalmente, é cioso. Sua Excelência tem declarado que seu mandato termina na data para a qual foi eleito. É verdade, mas a decisão é do Congresso Nacional e é uma decisão soberana. Sua Excelência será instado pelo Congresso Nacional a prorrogar o seu mandato, caso a emenda seja aprovada. Como conheço o seu elevado espírito democrático, tenho certeza que Sua Excelência, que facilitou a transição, a mais transparente da História do Brasil, vai transferir a faixa ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na hipótese de não se fazer isso, há os substitutos legais. Mas essa hipótese não passa pela cabeça de ninguém. Vamos admitir o correto e vamos colaborar, porque o mundo precisa enxergar melhor a posse do futuro Presidente da República. Portanto, acredito que ganha o Brasil e todo mundo. Nós já deveríamos ter feito isso há muito tempo, independentemente do resultado das eleições. Mas, como diz o ditado, antes tarde do que nunca.

Da minha parte, como Presidente do Congresso Nacional, quero que a posse do novo Presidente se realize da melhor maneira. Gostaria que esse assunto fosse decidido o mais rapidamente possível, a fim de podermos tomar todas as providências, até nos mínimos detalhes, com relação aos convites e assim por diante. Faz-se convite para o dia 1º, faz-se para o dia 6?

Mas, em verdade, isso não pode ser considerado coisa do outro mundo, Sr. Presidente. Vamos encarar esse assunto com naturalidade, atendendo aos in-

teresses do Brasil. Não se trata de fazer com que o Presidente eleito demore a tomar posse porque estamos sabendo que o desejo dele, do seu Partido, das forças que o apoiaram e da sociedade brasileira é que seja no dia 6. E não se trata também de nenhum casuísmo porque a votação será feita pelo Congresso Nacional, em havendo tempo. E haverá tempo, se houver realmente vontade política e se quisermos trabalhar. São esses os esclarecimentos que gostaria de prestar à Casa para não ficarmos divagando; se continuarmos divagando, não haverá posse no dia 6, mas no dia 1º. Espero que na Câmara dos Deputados, os Parlamentares já estejam trabalhando nisso. Quando a matéria chegar ao Senado, vou fazer a vontade da Casa.

Tomei a iniciativa ontem, Sr. Presidente, de consultar muitos membros para saber se vamos dar posse ao novo Presidente no dia 6 ou no dia 1º. Todos afirmaram que é bom para o Brasil que seja no dia 6. Por isso, movimente-me nesse sentido. Agora, o assunto está por conta da Câmara dos Deputados. Quando a matéria chegar ao Senado da República, tenho certeza de que contarei com o apoio de todos os Srs. Senadores.

Quero deixar claro que se estivesse no lugar do Presidente Fernando Henrique Cardoso estaria fazendo o mesmo que Sua Excelência, isto é, estaria dizendo que não queria a prorrogação do mandato. No entanto, o Congresso pode mudar essa data, porque é assim que o Brasil quer. Então, Sua Excelência ficará e passará a faixa ao novo Presidente sem problemas. O mundo inteiro virá para cá, e o Brasil mostrará a todos o quanto evoluiu para a conquista da democracia, e todos perceberão a esperança que há no coração dos brasileiros.

Era o esclarecimento que gostaria de dar.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, como Líder, por 5 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o art. 82 da Constituição Federal estabelece:

O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Sr. Presidente, não estaríamos passando por esse constrangimento se tivéssemos apreciado a

Proposta de Emenda Constitucional nº 30, de 1999, de minha autoria, que muda a data da posse dos Governadores e a do Presidente da República. Em tal proposta, sugerimos que a posse dos Governadores seja no dia 3 de janeiro e a do Presidente da República no dia 5 de janeiro. Poderíamos, se déssemos maior atenção às propostas de nossos parlamentares, se o Congresso tivesse maior auto-estima, apreciar com boa vontade os projetos que estão nas comissões. Minha proposta está pronta para entrar na pauta da CCJC desde o dia 14 de junho de 1999. Se tivesse sido apreciada, não estaríamos discutindo uma questão que parece casuística. Não sou contrário a que o Presidente eleito tome posse dia 6, até porque apresentei proposta semelhante. O que ocorre agora me parece um tremendo casuísmo, uma mudança brusca de regras, o que torna o assunto passível de questionamento perante o Supremo Tribunal Federal, com relação à constitucionalidade.

Por isso, quero fazer um apelo veemente – eu que estou concluindo meu mandato –, como já fiz várias outras vezes da tribuna, no sentido de que sejam apreciados os projetos que tramitam na Casa. O que não temos, repito, é auto-estima para apreciar devidamente as propostas.

Sr. Presidente, orgulho-me de ter apresentado a PEC nº 30, de 1999, e de ter merecido editoriais de jornais importantes como **O Globo**. Ao longo desses três anos, pedi várias vezes à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que pusesse a proposta em pauta para discussão, o que teria evitado estarmos agora discutindo matéria que nos parece ser um casuísmo enorme.

Evidentemente quero que haja uma posse condizente com a transição que estamos vivenciando no País, mas lamento que propostas apresentadas em 1999, e de alta importância, não tenham sido apreciadas. Todos sabem, há muitos anos, desde que se elaborou a Constituição Federal, que o dia 1º de janeiro, Dia da Confraternização Internacional dos Povos, é impróprio para posses, quer de Presidente da República, quer de Governos de Estado. Penso que, no que diz respeito a esses cargos, seria necessário fazer uma dissociação, para que essas posses não acontecessem no mesmo dia, pois conhecemos as inúmeras inconveniências disso.

Portanto, Sr. Presidente, essa discussão não estaria vindo à tona e de maneira tão acalorada e nós não estaríamos envergonhados e tudo isso seria des-

necessário se tivéssemos mais auto-estima e apreciássemos melhor as propostas dos congressistas que compõem esta Casa. Evidentemente procuraremos fazer com que o Presidente eleito tome posse no dia 6.

Era o que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Carlos Patrocínio, o projeto de emenda constitucional de V. Ex^a, apresentado há três anos, é, sem dúvida nenhuma, produto de sua inteligência e também de sua experiência. Porém não posso deixar de dizer que a mim me parece que é também o resultado de um sentimento de premonição. No exercício da Presidência do Senado, não desejo entrar nesse debate, mas a Constituição estabelece no art. 82 que o mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. Porém o art. 78 garante ao Presidente eleito até dez dias para tomar posse, quando estabelece em seu parágrafo único que:

Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Portanto, estabelece dez dias para a posse do Presidente da República. Então, não vejo — no exercício da Presidência, não quero me aprofundar no debate — muita razão para tão grande estrépito em torno da posse do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Prorrogo a Hora do Expediente por cinco minutos.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por esse tempo. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – O Senador Edison Lobão e, certamente, o Dr. Carreiro acabaram por retirar o que eu ia falar — até já estava com a Constituição nas mãos —, mas, com certeza, a premonição veio de outros e não necessariamente do Senador Carlos Patrocínio.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer um comentário sobre a fala do Senador Romero Jucá, embora naquele momento eu e o Senador Eduardo Suplicy tenhamos feito apartes de forma intempestiva, pois o Regimento não os permitia. Apenas gostaríamos de registrar que a proposta de adiamento era

do Deputado Aécio Neves do PSDB. Digo isso para que não haja nenhuma vinculação, embora eu não me envergonhe da presença de Fidel Castro, muito pelo contrário. A pequena ilha perdida no oceano tem dado uma das mais belas demonstrações de bravura e de enfrentamento do grande império dos Estados Unidos. Tenho certeza de que se houvesse um debate sobre liberdade e democracia, com certeza, encontraríamos também no Brasil problemas gravíssimos, pois aqui a ordem jurídica vigente foi rasgada e foi ignorada a independência dos Poderes, além de cláusula pétrea da Constituição ter sido modificada. Em muitos momentos ocorreram problemas gravíssimos. Quero dizer ao Senador Romero Jucá, que, mais uma vez, na sua posição de neo-oposicionista faz a provocação em relação ao salário mínimo, que lutarei, juntamente com nosso Partido e o novo Presidente da República, para que ele permita ao trabalhador viver dignamente. E não farei isso para que o Senador Romero Jucá tenha raiva. S. Ex^a, durante oito anos nesta Casa, juntamente com a base de sustentação do Governo e/ou a base de bajulação do Governo Fernando Henrique, afastou cada vez mais o salário mínimo daquilo que estabelece o art. 7º, inciso IV, da Constituição. Durante oito anos S. Ex^{as} fizeram o impossível para afastar o poder aquisitivo do salário mínimo do mandamento constitucional, sempre com a mesma cantilena enfadonha.

Então, que fique tranqüilo o Senador Romero Jucá porque estaremos fazendo um esforço gigantesco, não para viabilizar os R\$211,00 que V. Ex^{as} encaminharam na proposta orçamentária, mas para viabilizar o que tem sido uma luta do PT, do Senador eleito, hoje Deputado, Paulo Paim: um salário mínimo de R\$250,00. Vamos fazer um esforço gigantesco, inclusive para superar todos os empecilhos que V. Ex^{as} da base de sustentação do Governo Fernando Henrique criaram para impedir que isso fosse feito.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que também me conceda a palavra na prorrogação da Hora do Expediente, para uma breve e urgente comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Roberto Saturnino, a Presidência já havia anunciado

que prorrogaria a Hora do Expediente por apenas cinco minutos. Todavia, excepcionalmente, a Presidência estenderá o tempo por mais cinco minutos, a fim de conceder a palavra também a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, expresso desde logo os meus agradecimentos por essa benevolência.

Gostaria de dar notícia à Casa de uma carta da Sociedade dos Amigos e Ouvintes da Rádio MEC ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

Na verdade, os funcionários e ouvintes da rádio MEC, especialmente os mais antigos e ainda vinculados ao ideal da radiodifusão educativa, nunca se conformaram ou aceitaram o desligamento da emissora do Ministério da Educação para a sua vinculação à Secretaria de Comunicação da Presidência, juntamente com a Radiobrás. Na verdade, a emissora Rádio MEC tem uma função eminentemente educativa, que vem desde a sua criação por Roquete Pinto, que fez a doação ao Governo Federal com o compromisso de mantê-la como emissora educativa e cultural. A Secretaria de Comunicação, onde está a Radiobrás, tem outra missão, a da informação do Governo, que nós consideramos também importante. Tive inclusive a oportunidade de me manifestar contrariamente, estranhando essa vinculação.

A Soarmec – Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC –, a primeira e única entidade de amigos voltada para uma emissora de rádio, fez esta carta, que peço seja transcrita na íntegra nos Anais desta Casa. A carta historia desde a origem da emissora, a sua doação à Fundação por Edgar Roquete Pinto, a sua atuação, depois o Ato do Presidente Getúlio Vargas, de 1943, criando o serviço de radiodifusão educativa, exatamente em respeito ao compromisso assumido com o doador Roquete Pinto. Enfim, toda a história, até finalmente esta vinculação estranha à Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Sr. Presidente, a carta termina pedindo ao novo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que considere sugestões de diretrizes estratégicas relativas à Rádio MEC, que rapidamente leio. Diz a Soarmec:

a) Realizar um criterioso levantamento da realidade da radiodifusão no País e, em especial, das emissoras educativas e culturais;

b) criar condições para que se restaure uma rede pública de emissoras, dis-

tinta da missão institucional da Radiobrás. Esta rede deve estar empenhada no resgate, atualização e aperfeiçoamento do sistema nacional de radiodifusão educativa e cultural, agrupando Rádios e TVs educativas estaduais, universitárias, comunitárias e de entidades não-governamentais;

c) priorizar ações de cidadania em toda a programação, contribuindo para o processo de desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo, visando sua integração e promoção social;

d) revitalizar o jornalismo, priorizando ações de acompanhamento e discussão das políticas públicas, além da divulgação, promoção de debates e transmissão de eventos educativos, científicos, artísticos e culturais;

e) revitalizar os diversos gêneros radiofônicos, como documentários, crônicas literárias, dramaturgia, radiofônica, etc, considerando todos os públicos e faixas etárias;

f) estimular e capacitar os profissionais da radiodifusão educativa, além de complementar a qualificação de estudantes e novos profissionais para o setor;

g) promover o conhecimento das particularidades regionais da língua portuguesa no Brasil, assim como incentivar o intercâmbio permanente com a comunidade de países lusófonos;

h) abrir espaço para as manifestações artísticas e culturais nas diferentes regiões do país e estimular o intercâmbio de grupos regionais;

i) formular projetos de assistência às emissoras da rede pública, quanto à sua modernização.

Sr. Presidente, esse é o resumo do conteúdo da carta escrita pela Soarmec, assinada pelo seu diretor-presidente, Sr. Luiz Carlos Saroldi, ao novo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acreditei ser importante dar notícia a Casa, pedindo a sua transcrição na íntegra, pois o tempo não me permitiu ler por inteiro.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do artigo 210 do Regimento Interno.)

SOCIEDADE DOS AMIGOS OUVINTES DA RÁDIO MEC

De Utilidade Pública Municipal (LEI Nº 2464)

De Utilidade Pública Estadual (LEI Nº 3046)

C.G.C. 40.405.847/0001-70 RCPJ 119425

ROBERTO SATURNINO**PUBLICAR NA ÍNTEGRA**

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2002

Senhor Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

A Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC – Soarmec é a primeira e, até o momento, única entidade de amigos voltada para uma emissora de rádio, em todo o Brasil. Criada em 1992, para apoiar as atividades educativas e culturais da Rádio MEC, a Soarmec reúne, entre seus colaboradores, um representativo grupo de artistas, jornalistas, radialistas, educadores e profissionais liberais preocupados com os rumos da radiodifusão educativa/cultural em nosso país.

Edgard Roquette-Pinto, o pioneiro da radiodifusão brasileira, foi também o primeiro a perceber a importância do rádio como veículo de difusão da educação e da cultura. Ele sabia que o rádio poderia se tornar “a escola dos que não têm escola” e, assim, um poderoso instrumento de transformação do homem. Em 1923, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e, em 1936, doou-a ao então Ministério da Educação e Saúde – com a condição de que mantivesse sua programação educativa e cultural.

Honrando o compromisso, o Presidente Getúlio Vargas assinou, em 1943, o Decreto 11491, que criava o Serviço de Radiodifusão Educativa – SRE, implementando o rádio como instrumento de política pública, ligado ao Ministério da Educação e Saúde. O SRE tinha como missão “orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino, promover, permanentemente, a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo e informar e esclarecer quanto à política de educação no país”. Mas não obstante os bons serviços prestados à educação e à cultura, o SRE foi sendo progressivamente descaracterizado, a partir de 1964.

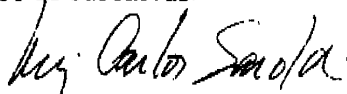
Posteriormente, no final do governo Itamar Franco, houve uma tentativa de se transformar as emissoras educativas do governo (entre elas a Rádio MEC e a IVE-RJ) em emissoras públicas, voltadas para a educação no sentido mais amplo, revendo sua constituição e estabelecendo alianças com outros setores da sociedade. Sentia-se a necessidade de valorizar ainda mais o produto cultural do país, inclusive abrindo espaço para as manifestações artísticas regionais.

Em janeiro de 1995, entretanto, o governo Fernando Henrique Cardoso transferiu, por decreto, as emissoras educativas do Ministério da Educação para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Extinguiu os departamentos de educação da IVE e da Rádio MEC, e criou uma estrutura paralela chamada “TV Escola” – que não correspondeu à demanda do ensino a distância no país. Em seguida, promoveu a extinção da Fundação Roquette-Pinto e a criação da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto – Acerp. Era o início do processo de “publicização” que dura até hoje, com repasse do patrimônio público de radiodifusão a um grupo privado, através de um contrato de gestão, sem autorização do Congresso Nacional, sem visibilidade social e sem um processo licitatório.

Entendemos que ela deverá conter diretrizes e estratégias que contemplem ações básicas, tais como:

- a) realizar um criterioso levantamento da realidade da radiodifusão no país e, em especial, das emissoras educativas e culturais
- b) criar condições para que se restabeleça uma rede pública de emissoras, distinta da missão institucional da Radiobrás. Esta rede deve estar empenhada no resgate, atualização e aperfeiçoamento do sistema nacional de radiodifusão educativa e cultural, agrupando Rádios e TVs educativas estaduais, universitárias, comunitárias e de entidades não governamentais;
- c) priorizar ações de cidadania em toda a programação, contribuindo para o processo de desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo, visando sua integração e promoção social;
- d) revitalizar o jornalismo, priorizando ações de acompanhamento e discussão das políticas públicas, além da divulgação, promoção de debates e transmissão de eventos educativos, científicos, artísticos e culturais;
- e) revitalizar os diversos gêneros radiofônicos como documentários, crônicas, literatura, dramaturgia radiofônica, etc., considerando todos os públicos e faixas etárias;
- f) estimular e capacitar os profissionais da radiodifusão educativa, além de complementar a qualificação de estudantes e novos profissionais para o setor;
- g) promover o conhecimento das particularidades regionais da língua portuguesa no Brasil, assim como incentivar o intercâmbio permanente com a comunidade dos países lusófonos;
- h) abrir espaço para as manifestações artísticas culturais das diferentes regiões do país e estimular o intercâmbio de grupos regionais;
- i) formular projetos de assistência às emissoras da rede pública quanto à sua modernização.

Há muito por fazer, não resta dúvida, mas é possível transformar este cenário adverso. Em nome de seus quase 600 sócios, e em consonância com o lema de Roquette Pinto – "Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil" –, a diretoria da Sociedade coloca a SOARMEC à disposição do futuro governo para ajudar na reconstrução de nossas tão importantes emissoras educativas.


Luiz Carlos Saroldi
Diretor-Presidente

Diretor Vice-presidente: Regina Amaral de Salles

Diretor Secretário: Renato da Rocha Silveira

Diretor de Comunicação: José Renato Campos Monteiro

Diretor de Comunicação (suplente): Carlos Acselrad

Diretor de Ativ. Culturais: Francisco de Assis Couto Teixeira

Diretor de Atividades Culturais (suplente): Allan Lima

Diretor Tesoureiro: Leonete dos Santos Marback D'Oliveira

Diretor Tesoureiro (suplente): Oscar Santiago

Diretor de Patrimônio: Reynaldo Ramalho

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte:

Brasília, 12 de novembro de 2002.

A S. Exa. o Sr.
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
NESTA

Senhor Presidente,

A Câmara dos Deputados estará realizando nos dias 19 e 20 do corrente mês, a Cúpula Parlamentar de Integração Continental, encontro que contará com a presença de presidentes de legislativos dos 35 países do continente e alguns convidados especiais para um grande debate sobre a participação dos parlamentos nos processos de integração econômica e política no continente, particularmente no contexto da possível formação da Alca.

Diante da relevância do encontro, muito me honraria contar com a presença de V. Exa. para compor a Mesa, razão por que, desde já, conto com a prestigiosa participação do nobre Presidente na sessão inaugural de abertura solene, prevista para o dia 19 de novembro em curso, das 9:00h às 12:00h, no plenário da Câmara dos Deputados.

De outro lado, uma vez que o formato do evento será eminentemente parlamentar, também me sentiria deveras honrado em contar com a participação de todos os Senhores Senadores ao longo dos trabalhos previstos para os dias 19 e 20 de novembro, motivo pelo qual solicito especial empenho de V. Exa. no sentido de sensibilizá-los a comparecer ao encontro. Anexos, seguem a Carta de Apresentação, o Programa, o Temário, os Textos de Apoio e Breve Histórico do Processo Alca.

Na medida em que a grande maioria dos presidentes das casas legislativas do continente já confirmou sua presença, permito-me reiterar o pedido de empenho de V. Exa., de modo a que possamos assegurar uma maciça e efetiva participação de todos os membros do Congresso Nacional.

Ao tempo em que encareço a V. Exa. que reitere a participação dos Senhores Senadores, solicito, ain-

da, que informem em qual das Comissões Temáticas desejam participar.

Por fim, comunico que quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas na página eletrônica da Câmara dos Deputados, onde há chamada específica para a Cúpula Parlamentar de Integração Continental.

Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados.

CÚPULA PARLAMENTAR de INTEGRAÇÃO CONTINENTAL
PROGRAMA PRELIMINAR

18 A 20 DE NOVEMBRO DE 2002
CÂMARA DOS DEPUTADOS
BRASÍLIA - BRASIL

SEGUNDA-FEIRA, DIA 18 DE NOVEMBRO

Chegada dos participantes a Brasília;
credenciamento e entrega de documentos *(Hotel)*

16:00 Passeio turístico *(opcional)*

19:00 Recepção de Boas-vindas, oferecida pelo Deputado
Marcos Cintra, Coordenador da Cúpula *(Hotel)*

TERÇA-FEIRA, DIA 19 DE NOVEMBRO

09:00 Sessão de Abertura da Cúpula - Plenário da Câmara
dos Deputados

Discursos de abertura:
Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves;
Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet;
Ministro das Relações Exteriores, Prof. Celso Lafer

União Européia: Presidente da Câmara dos
Deputados da Itália - Pier Ferdinando Casini;

Mercosul: Representante da Presidência *pro*
tempore - Embaixador Clodoaldo Huguene;

Caricom: Representante da Presidência *pro*
tempore - Embaixador Samuel Rudolph Insanally,
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiana;

Sistema de Integração Centro-americana:
Representante da Presidência *pro tempore* - Sr.
Alberto Trejos, Ministro do Comércio Exterior da
Costa Rica;

Nafta: Representante Comercial Adjunto dos
Estados Unidos da América - Embaixador Peter
Allgeier

Comunidade Andina de Nações: Representante da
Presidência *pro tempore* - Sra. Claudia Uribe, Vice-
Ministra do Comércio Exterior da Colômbia;

12:30 **ALMOÇO** (*Câmara dos Deputados*)

Comissões Temáticas
Plenários 1, 2, 3 e 4 - Anexo II

14:30 – 18:30 **Sessão de Trabalho das Comissões**

QUARTA-FEIRA, DIA 20 DE NOVEMBRO

Plenário da Câmara dos Deputados

09:00 – 10:00 **“Aspectos Econômicos da Integração”**
Apresentação do Painel: Deputado Marcos Cintra,
Coordenador do Encontro (Participantes: Prof. Jeffrey
Schott, IIE e Prof. Gilberto Dupas, IEPA-USP)

10:00 – 10:15 **INTERVALO**

10:15 – 11:45 **Leitura do relatório elaborado pela Comissão**
Temática I, seguida de debates

11:45 – 13:15 **Leitura do relatório elaborado pela Comissão**
Temática II, seguida de debates

13:30 **ALMOÇO** (Hotel)

15:15 – 16:45 **Leitura do Relatório elaborado pela Comissão**
Temática III, seguida de debates

16:45 – 18:15 **Leitura do relatório elaborado pela Comissão**
Temática IV, seguida de debates

18:15 **Encerramento da Cúpula :**
Presidente do Parlamento - Deputado Ney Lopes;
Embaixador do Brasil em Washington - Sr. Rubens
Barbosa;
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio - Sr. Sérgio Amaral;
Presidente Aécio Neves

CÚPULA PARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO **CONTINENTAL**

TEMA: O PODER LEGISLATIVO E A INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

ENFOQUE BÁSICO: A PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTOS NACIONAIS NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ALCA

COMISSÃO TEMÁTICA I **BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO**

Objetivos Específicos: ⇒ Aspectos positivos e negativos na visão parlamentar;
⇒ Exame do processo de estruturação de acordos de integração;
⇒ Participação dos Parlamentos na formulação e implementação
das experiências de integração

Temática sugerida:

1. Globalização e regionalização como propulsores da integração: UE, NAFTA, APEC
2. O papel da OMC e dos blocos sub-regionais americanos (MERCOSUL, Comunidade Andina, CARICOM e NAFTA) na dinâmica integracionista hemisférica.
3. O processo negociador da ALCA.
4. Os acordos sub-regionais americanos no contexto da ALCA.

COMISSÃO TEMÁTICA II **INTEGRAÇÃO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

Objetivos Específicos: ⇒ Identificar fatores que limitam a competitividade das economias
sub-regionais;
⇒ Identificar ações que estimulem a busca pelo aumento de
competitividade em suas diversas vertentes
⇒ Aspectos positivos/negativos da Alca para o desenvolvimento
nacional.

Temática sugerida:

1. Acesso a mercados: barreiras tarifárias e não tarifárias, medidas sanitárias e fito-sanitárias, defesa comercial, serviços
2. Subsídios à exportação e medidas de apoio interno
3. Investimentos e compras governamentais
4. Impactos estimados ou presumidos da ALCA sobre o nível de emprego, produto e renda das economias sub-regionais.
5. Medidas internas de aumento de competitividade: infra-estrutura, educação, saúde, ciência e tecnologia, legislação tributária

COMISSÃO TEMÁTICA III

PARTICIPAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO DEBATE SOBRE A **INTEGRAÇÃO CONTINENTAL COM OS GRUPOS DE INTERESSE E OS** **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Objetivos Específicos: ⇒ Promoção de debates e estímulo à reflexão;
⇒ Formação de fóruns nacionais;
⇒ Criação de canais institucionais para a participação da sociedade.

Temática sugerida:

1. Os partidos políticos e a questão da integração continental
2. Os grupos de interesse e a questão da integração continental
3. Os meios de comunicação e a questão da integração continental

COMISSÃO TEMÁTICA IV

O PODER LEGISLATIVO NA DINÂMICA INTEGRACIONISTA **CONTINENTAL**

Objetivos Específicos: ⇒ Conhecer os arranjos institucionais nos diversos países da
Região e a experiência da União Europeia com relação à
participação dos Parlamentos no processo de negociação;
⇒ Delinear formas e propor iniciativas para viabilizar a participação
efetiva dos Parlamentares nas negociações;

Temática sugerida:

1. As relações Executivo-Legislativo na condução das negociações econômicas internacionais.
2. Mecanismos de participação do Poder Legislativo no processo de estruturação da ALCA.
3. Mecanismos de participação do Poder Legislativo no processo decisório de acordos de integração

COMISSÃO TEMÁTICA I

BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS **DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL**

A idéia de congregar os povos americanos de forma a facilitar a consecução de variados objetivos econômicos, sociais e políticos, desvinculando-os dos problemas que não dizem respeito imediatamente à América, não é nova. Contudo, várias tentativas de aproximar as nações da América Latina malograram. Nesta Comissão, nossa incumbência é discutir as razões desta falta de sucesso, bem como vislumbrar saídas para que novas tentativas de integração hemisférica não sigam o mesmo destino.

Na verdade, já em 1824, o Libertador Simão Bolívar, na qualidade de Presidente da Peru, convocou os governos americanos para o Congresso do Panamá. Bolívar, além de se referir a uma eventual confederação, declarou que no Panamá reunir-se-ia “uma assembléia de plenipotenciários de cada Estado que nos servisse de conselho (...), de fiel intérprete nos tratados públicos (...) e de conciliador, enfim, de nossas diferenças”.

O Congresso foi realizado de 22 de junho a 15 de julho de 1826, com a presença das Repúblicas da Colômbia, América Central, Peru e México, e, como ouvinte, a Inglaterra. Nela se assinou o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, que não entrou em vigor, pois não alcançou um número mínimo de ratificações.

Nova tentativa foi realizada nos Estados Unidos, nos anos de 1889-90, sob a presidência do então Secretário de Estado Americano, James G. Blaine. Os Estados Unidos propuseram a construção de uma união em torno de questões comerciais e econômicas, mas a América Latina se opôs. Esta primeira Conferência Internacional Americana, entretanto, deu início a uma série que originou o sistema regional interamericano, pois foi durante a IX Conferência, em 1948, que se assinou a Carta de Bogotá, por meio da qual estruturou-se a Organização dos Estados Americanos – OEA.

A criação e desenvolvimento da OEA, uma organização de cunho político nos moldes da Organização das Nações Unidas – ONU, não foi suficiente para atender as demandas por uma instituição que facilitasse a cooperação econômica regional, especialmente entre os países da América Latina e do Sul. Assim, na década de 50, surgiram diversas experiências de integração, a maioria delas instituindo preferências tarifárias entre os países signatários do Acordo de Integração. Podemos citar o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro Americano, a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Sistema Econômico Latino-Americano, e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que veio a ser substituída em 1980 pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Sabemos que tais tentativas de integração não foram bem-sucedidas. Podemos, inclusive, identificar algumas das razões que levaram a tanto, pelo menos no período do pós-guerra. A substituição de importações, que se havia imposto na prática por ocasião da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, tornou-se doutrina a partir do pós-guerra, tendo na Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL a principal fonte de orientação de uma política que foi seguida em parte ponderável do continente. Tomando-se como premissa básica uma suposta tendência de deterioração dos termos de troca dos países latino-americanos, a Cepal propunha que os recursos de capital, de mão-de-obra e das atividades de exportação fossem canalizados para as indústrias substitutivas de importações.

Posteriormente, em 1958, a Cepal propôs a criação de um Mercado Comum Latino-Americano, como forma de se atingir a escala necessária para a produção eficiente de bens de consumo duráveis e bens intermediários. Apesar do nome, entretanto, deu-se preferência à montagem de uma área de livre comércio, de modo que os países mantivessem a liberdade de fixar as respectivas tarifas. Paralelamente, buscou-se estabelecer uma programação industrial em nível regional. Porém, o desejo dos governos nacionais em manter a soberania nacional sobre as indústrias básicas, a possibilidade de retirada das concessões tarifárias, a oposição dos interesses privados – inclusive estrangeiros – à interferência externa e a limitação dos acordos de complementaridade contribuíram para que nenhuma das duas iniciativas tivesse muito êxito.

Assim, estabeleceram-se nos mercados nacionais indústrias de bens intermediários e de bens de consumo duráveis caracterizadas por elevados custos de produção, fruto, principalmente, da reduzida escala disponível. Desta forma, tornou-se necessária a imposição de mecanismos de proteção tarifários e não tarifários para garantir a sobrevivência dessas indústrias. Tal cenário levou à ausência de concorrência interna e externa, ao desestímulo para a busca da melhoria tecnológica, à dificuldade em se atingir um nível de competitividade suficiente para a disputa dos mercados mundiais e, ironicamente, à piora dos termos de troca daqueles países, com prejuízos para as atividades primárias.

Formou-se, aos poucos, a convicção de que somente a partir de esforços parciais, por grupos de países, poderia avançar o processo de integração regional. O Mercosul, por exemplo, reflete essa convicção e se firma, ao contrário da maioria das experiências anteriores, em bases democráticas, já que nos anos 80 a democracia recuperou seu espaço nas Américas. A segunda experiência recente nesse sentido é o NAFTA – North American Free Trade Agreement – onde Canadá e Estados Unidos formaram uma zona de livre comércio com o México.

Nosso propósito, nesta Comissão, é partilhar nossas experiências nacionais de integração, identificar os principais entraves ao processo e sugerir mudanças que facilitem o processo. Assim, tendo em vista o pano de fundo das várias iniciativas de integração sub-regional no continente americano, espera-se que os membros desta Comissão Temática possam partilhar entre si o conhecimento sobre as consequências daquelas experiências para seus respectivos países. De especial interesse, em particular, será a identifica-

ção dos aspectos positivos e negativos que, na visão dos Parlamentares, tenham estado presentes naquelas ocasiões.

Ademais, considera-se extremamente útil que os participantes deste Colegiado engajem-se na análise dos mecanismos que possibilitem a plena intervenção dos Legislativos nacionais nas etapas de formulação e implementação do processo de integração continental. De fato, há que dotar os Parlamentos dos meios institucionais que lhes permitam acompanhar as negociações ao lado dos Executivos. A partir desta atuação do Legislativo temos certeza de que haverá maior facilidade em superar as dificuldades que porventura se apresentarem no processo de integração hemisférica.

COMISSÃO TEMÁTICA II

INTERVENÇÃO DOS PARLAMENTOS NO PROCESSO DE AUMENTO DE COMPETITIVIDADE

A proposta de integração continental é uma idéia, em si só, ambiciosa, pela variedade e complexidade dos aspectos envolvidos. Não se trata, apenas, de harmonizar interesses nacionais divergentes sobre questões relativas ao comércio tão diversas quanto as regras de acesso a mercados; a sistemática de aplicação de barreiras tarifárias e não tarifárias e de medidas sanitárias e fitossanitárias; os limites permitidos para os subsídios à exportação; e os contornos admitidos para as políticas de defesa comercial, a serem praticadas pelos Estados-Membros. Têm-se, ademais, as ponderáveis dificuldades advindas da inclusão de temas como investimentos e compras governamentais, normalmente ausentes em acordos convencionais de livre comércio. A ressaltar, ainda, os prazos relativamente exíguos para a consecução de tantos e tão amplos objetivos.

Menos visível, entretanto – e, por isso mesmo, menos notado –, é o desafio que será, talvez, o mais instigante. Consiste ele em despertar nas sociedades nacionais e, em particular, nos Legislativos dos países envolvidos, a consciência de que o processo de integração tem como motivação básica a idéia de que todas as nações partícipes podem se beneficiar da iniciativa. Este é um ponto de crucial importância, posto que define os grandes rumos das estratégias negociadoras, identifica metas claras para a atuação dos diversos grupos sociais e focaliza a perspectiva integracionista sob uma óptica marcadamente objetiva.

Se se admite a possibilidade de que se consiga fazer da integração continental uma oportunidade de

progresso econômico e social para todos os Países-Membros, caberá a cada um deles, no decorrer das negociações, lutar para que seu povo colha o máximo possível de benefícios. Sob este ponto de vista, o processo integracionista deixa de representar um jogo de soma zero, aquela situação em que se dividem os participantes, inapelavelmente, em ganhadores e perdedores e em que as vantagens trazidas para um país devem, necessariamente, corresponder a desvantagens para algum outro país. Desta forma, o elemento principal do esforço de preparação de cada Estado-Membro deve se centrar na identificação e no pleno favorecimento das atividades econômicas para os quais estiver mais dotado, quer em termos naturais, quer como efeito de políticas públicas, quer como resultado da atuação do setor privado. Em suma, a força motriz da adaptação de cada país ao espaço econômico integrado deve consistir na busca da competitividade, dado que residirá nesta variável a chave para o melhor aproveitamento das oportunidades trazidas pela iniciativa integracionista.

A importância deste aspecto recomenda, assim, a organização e o funcionamento desta Comissão Temática, voltada para a intervenção dos Parlamentos nacionais no processo de aumento de competitividade dos respectivos países. De fato, é este o espaço em que se permitirá aos representantes dos povos americanos expor opiniões e intercambiar informações sobre dois aspectos críticos para o sucesso da pretendida iniciativa integracionista: de um lado, a identificação dos fatores que limitam a competitividade das economias sub-regionais; e, de outro, a identificação das ações que estimularão a busca do aumento de competitividade em suas diversas vertentes.

A especificação de objetivos tão relevantes deixa patente que os trabalhos desta Comissão Temática lidam, talvez mais do que em qualquer outra, com os mecanismos através dos quais os Parlamentares poderão participar de forma prática e objetiva da trajetória das negociações e da preparação de seus países para a integração. Naturalmente, as especificidades legais, sociais e econômicas de cada nação elide a busca de alternativas comuns a todos os Estados-Membros. De fato, os limites à atuação do Poder Legislativo no campo econômico variam de país para país, assim como o grau de desenvolvimento de cada um e as particularidades de cada sociedade. É justamente esta diversidade, porém, que propiciará aos legisladores aqui reunidos uma visão privilegiada da complexidade que marca a empreitada integracionista e que lhes possibilitará travar contato direto com a realidade dos países irmãos.

De um modo geral, pode-se imaginar à primeira vista que a atuação do Poder Legislativo na busca do aumento da competitividade de cada país se revista de uma natureza predominantemente nacional. Não se pode esquecer, entretanto, a influência decisiva sobre a capacidade de aproveitamento dos benefícios da integração exercida pelas condições de acesso aos mercados dos Estados membros, especialmente do mais desenvolvido. Assim, as definições sobre barreiras tarifárias e não tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias, políticas de defesa comercial e subsídios à exportação, no âmbito do processo de integração, dentre outros pontos, devem ser objeto de extrema atenção dos Parlamentares.

Por outro lado, parte expressiva da competitividade comercial de um país decorre das condições internas para o exercício da atividade produtiva. Neste contexto, o arcabouço legal vigente representa fator extremamente importante para a definição de um ambiente econômico propício para o bom aproveitamento das oportunidades da integração. Fatores como legislação tributária, legislação comercial, política de comércio exterior, política de incentivos a setores econômicos, política agrícola, política de ciência e tecnologia, ações em educação e saúde e administração macroeconômica desempenham papel fundamental na construção das fontes de desenvolvimento, em geral, e na adaptação ao espaço continental integrado, em particular.

Verifica-se, então, que há um larguíssimo campo de atuação reservado ao Poder Legislativo, enquanto instância de elaboração das leis de um país e caixa de ressonância da sociedade que representa. Cada nação, porém, atribui ao seu Parlamento uma forma de atuação específica nestas matérias, consoante a ordem constitucional em vigor. Assim, a objetividade que deve presidir a realização dos trabalhos desta Comissão Temática, dadas as incontornáveis restrições de tempo, recomenda que seus membros promovam a troca de informações sobre medidas já adotadas, em implantação ou planejadas nos seus respectivos países no sentido de dotar os Legislativos nacionais de instrumentos capazes de torná-los efetivamente participantes do processo de formulação e execução de medidas internas de aumento da competitividade.

Um aspecto fundamental neste sentido é a sistematização de elaboração do Orçamento em cada país. De fato, a influência de um Parlamento no desenho e na implementação de políticas públicas é diretamente proporcional à relevância do papel que se lhe reserva na construção da peça orçamentária. Se ao Legislati-

vo cabe apenas uma função homologatória das definições oriundas do Executivo, não se permite aos representantes do povo exercer por inteiro sua função gerencial de aplicação das receitas públicas. Se aos Parlamentares é concedida, porém, a faculdade de participar ativamente do processo de formulação do Orçamento, aprimora-se a qualidade e assegura-se a legitimidade da indelegável missão de zelar pela boa utilização dos recursos carregados ao Estado pela sociedade.

Além disso, torna-se de fundamental importância, à luz dos objetivos deste Colegiado, conhecer os caminhos seguidos pelos Paramentos na definição de prioridades e na formulação de políticas voltadas para o aumento da competitividade interna. Neste sentido, um subproduto extremamente útil dos debates que aqui se travarem será, decerto, a exposição comparada das diferentes prioridades adotadas pelos diversos países dentre o conjunto de alternativas disponíveis.

Inicialmente, deve-se ressaltar o papel crucial desempenhado pelo sistema tributário de um país sobre a eficiência de sua economia. Arcabouços tributários que onerem excessivamente a produção, promovam distorções na alocação de recursos, desestimulem a poupança, dificultem investimentos e desencorajem o comércio exterior configuram ônus significativos e podem impedir um país de alcançar os benefícios potenciais da integração. Assim, a ação legislativa voltada para uma reforma tributária que contemple a correção das distorções existentes e o estímulo à expansão das atividades produtivas representa uma inestimável contribuição do Parlamento para a bem sucedida inserção no espaço integrado.

Por sua vez, as ações do Poder Público nos campos da saúde e da educação básicas constituem-se – a par do atendimento aos ditames da dignidade e da justiça social – em um fator insubstituível de consolidação do capital humano de um país, ingrediente básico para o aumento da sua competitividade. Trata-se, ademais, de um campo de atuação do Estado que não pode ser simplesmente delegado às forças de mercado, mercê de sua característica típica de bem público. Neste sentido, a experiência histórica demonstra amplamente que investimentos nessas áreas contribuem de forma decisiva para a melhoria das condições de vida da população e a incorporação à força de trabalho das habilidades exigidas pelas novas técnicas de produção.

O aumento do grau de competitividade interna de um país é ainda grandemente afetado pelos investimentos em ciência e tecnologia. Também aqui cabe

ao Estado um papel insubstituível, especificamente no tocante à pesquisa pura – que, na condição de bem público, não encontra fontes privadas adequadas de financiamento – e na formação de parcerias com o setor privado para o desenvolvimento e a inovação tecnológica. Políticas públicas convenientemente elaboradas e apropriadamente conduzidas neste campo levarão a um maior aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas, naturais e induzidas, de um país e à melhoria das condições de competição dos setores econômicos assim beneficiados.

Por fim, mas não menos importante, deve-se registrar a influência da infra-estrutura física de um país sobre a competitividade nacional. A disponibilidade de equipamentos de telecomunicações, redes de transporte, abastecimento de energia e serviços de saneamento, dentre outros elementos, com elevado grau de qualidade e de confiabilidade, representa importante fator de redução de custos, de aumento de eficiência produtiva e de atração de investimentos.

Todos esses aspectos têm especial importância no momento em que os Poderes Legislativos do continente buscam a plenitude de sua função representativa frente às perplexidades trazidas pela perspectiva integracionista. Na verdade, dentre todos os atores sociais envolvidos nesta empreitada, são justamente os Parlamentares os mais aptos a indicar alternativas para a conveniente preservação do interesse nacional ao longo da caminhada rumo à integração. Com efeito, por estarem em contato direto com os anseios e preocupações de todas as classes sociais e por conhecerem em primeira mão todas as facetas da realidade vivida por seus representados, eles podem contribuir de forma decisiva para o fortalecimento da competitividade de seus países.

PARTICIPAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO DEBATE SOBRE A INTEGRAÇÃO CONTINENTAL COM OS GRUPOS DE INTERESSE E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

(Textos de Apoio – Comissão Temática III)

As Américas, com uma única exceção, vivem hoje em regimes democráticos. Independentemente da forma de governo adotada pelos países do nosso hemisfério, a democracia neles presente caracteriza-se por sua feição representativa e, sobretudo, pelo caráter pluralista dos regimes.

A democracia pluralista, como já notara o cientista político norte-americano Robert Dahl, caracteriza-se pela existência, legalidade e legitimidade de uma variedade de organizações e instituições que, ao galvanizar anseios particularizados dos cidadãos,

buscam influenciar as decisões tomadas pelos governantes. Na democracia pluralista, tais instituições constituem veículos legítimos de participação popular nas questões públicas. Essas instituições não apenas acompanham o processo parlamentar, como dele participam, monitorando atividades, relatando-as à sociedade e influenciando nos caminhos que o Parlamento possa tomar.

Dentre as instituições mais influentes de uma democracia pluralista, três sobressaem pelo seu papel histórico no desenvolvimento institucional de qualquer país. Referimo-nos aos partidos políticos, aos grupos de interesse e aos meios de comunicação.

Os partidos políticos são ainda o instrumento mais importante de canalização das demandas de grupos e instituições da sociedade civil no processo decisório. São os partidos que tornam possível a transposição para a esfera pública de interesses privados, conferindo-lhes voz e legitimidade política, na medida em que estes interesses ganham, através dos partidos, suporte eleitoral da sociedade. Em síntese, os partidos são o mecanismo básico da democracia representativa pelo

Outra função importante dos partidos políticos refere-se ao seu papel de organizadores da vontade coletiva. Partidos são coalizões formais de interesses e objetivos políticos. Como tal eles contribuem para uma maior eficácia e inteligibilidade e do processo político.

No que se refere às atividades legislativas, eles cumprem um papel aglutinador, diminuindo um potencial desagregação do processo legislativo ao amalgamar tendências políticas em grupos estáveis e organizados, aumentando assim a credibilidade e estabilidade de pactos sobre políticas. Por conseguinte, uma negociação política sobre processos de integração que busque resultados duradouros e confiáveis não pode ignorar as agremiações partidárias.

Por outro lado, a integração continental representa um desafio de vulto para os países do continente, tamanhas as suas conseqüências econômicas e sociais. Portanto, as agremiações podem e devem assumir posição fundamentada, além de palavras de ordem simplificativa, em relação aos seus temas fundamentais, sob pena de perderem relevância na arena política. Assim, cabe-lhes incentivar e integrar a participação popular no processo de negociação em curso, contando, para tal, com o concurso dos grupos de interesse e dos meios de comunicação.

Diante da crescente internacionalização da economia, os grupos de interesse domésticos passaram a ocupar posição relevante. Nesse particular, mere-

cem destaque os conflitos distributivos advindos da liberalização comercial e financeira. Problemas de realocação de investimentos, de readaptação de mão-de-obra e de introdução de tecnologias assumiram, no contexto latino-americano, um alto grau de tensão política, o que conferiu um caráter conflituoso aos processos de abertura econômica. Não obstante, grupos com fortes interesses na integração mundial também surgiram, tais como novas empresas ou mesmo ONG, e outras entidades preocupadas com as consequências não controladas de políticas de liberalização.

Por conseguinte, trata-se de procurar novos aliados no processo de integração hemisférica, de modo a conferir maior transparência e densidade às negociações. Além disso não devemos perder de vista a dimensão participativa do processo decisório, que deve também abrir portas para o diálogo com grupos que legítima e democraticamente dissentem dos rumos da integração sob pena de incorrer em um déficit de legitimidade. Assim, devem os grupos de interesse ser integrados, ao lado dos partidos políticos e dos meios de comunicação, na formulação de posições nacionais, mas de uma maneira controlada e legítima, de acordo com as regras institucionais de cada Estado. Ressalte-se que este diálogo deve ser feito de forma balanceada, de forma a dar voz a todos os interesses, sem óbice de seu respectivo poder de pressão.

Na atualidade, a palavra-chave da política externa passou a ser transparência. Trata-se da consequência mais visível de um longo e atribulado processo de democratização do aparelho de Estado (ainda em andamento) que começou nos idos de 1917, com a iniciativa do presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, que propôs a criação de uma Sociedade das Nações, com o intuito de conferir maior visibilidade e legitimidade aos acordos internacionais, passando do bilateralismo para o multilateralismo.

Em aditamento, a teoria do livre comércio esperava aumentar também a transparência do processo político, uma vez que o livre comércio libertaria o estado das peias de interesses poderosos contra uma economia mais eficiente e equânime, além criar vínculos entre Estados soberanos, de modo a diminuir o potencial de conflito internacional. Neste momento, em que os países latino-americanos consolidam suas democracias, o debate acerca da integração poderia constituir estímulo adicional aos esforços de aprofundamento do Estado democrático de direito na região e de sua interação com interesses econômicos internos e externos.

Com respeito à transparência da política externa, os meios de comunicação assumem um papel fulcral em processos de integração continental, uma vez que representam o canal informativo principal pelo qual a opinião pública doméstica toma conhecimento das negociações internacionais. Assim, a mídia constitui-se no elo que possibilita à opinião pública desempenhar um papel mais ativo em política externa, ao propiciar informação sobre a ação de grupos organizados, assim como possibilita a organização e tomadas de posição de grupos populares, quer por meio dos veículos de informação mais tradicionais, quer através de manifestações populares interativas, como é o caso, por exemplo, de plebiscitos virtuais pela internet.

Para tanto, faz-se mister ter uma mídia isenta e bem informada, capaz de quebrar o caráter especializado de discussões técnicas de política e comércio internacionais. Em aditamento, é recomendável que os meios de comunicação estejam sintonizados com os movimentos políticos e econômicos internacionais. Só assim terão capacidade analítica para evitar manipulações de grupos de interesse, separando o que é relevante das informações forjadas. Ressalte-se, uma vez mais, que negociar um processo de integração, sem comunicação com a população, implica em decréscimo de legitimidade, aumentando o grau de instabilidade e o risco de retrocessos.

Assim, cumpre ter de um quadro regulatório e institucional que garanta à mídia acesso fidedigno à informação, assim como leis que coíbam os abusos do direito de informar. Liberdade de pensamento e também defesa contra a manipulação de informação devem ser garantidos por lei. A competição com os meios de comunicação de outros países, fomentada pela liberalização econômica, pode ser um poderoso incentivo para a confiabilidade e transparência da própria imprensa, com consequências igualmente positivas para as instituições políticas.

Em suma, precisa-se de partidos políticos que coloquem em destaque na sua agenda a questão da integração continental, pois são as agremiações políticas o esteio da democracia; a seguir, faz-se necessário ter grupos de interesse articulados em torno da questão da integração; e, por fim, devem os meios de comunicação ser informados para poder informar, criando a necessária massa crítica para o debate construtivo em torno dessa decisiva questão. As agremiações partidárias devem ser as condutoras do processo de interação constante com a opinião pública, enriquecendo os debates com as participações das Organizações Não-Governamentais e com os meios

de comunicação, mantendo fluxo constante e sólido de informações fidedignas, de forma que se possa chegar a conclusões com pleno conhecimento de causa.

CÚPULA PARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

Comissão Temática IV O Poder Legislativo na Dinâmica Integracionista Continental

Qual é o papel do Legislativo na discussão e aprovação de acordos internacionais? Seria o Congresso o foro natural para o debate de questões cruciais para os interesses da sociedade, como a política externa? Especificamente, qual o papel a ser desempenhado pelo Congresso durante a negociação de acordos de integração econômica?

A discussão sobre a capacidade de o Poder Legislativo atuar nas relações internacionais é assunto que permite análise tanto do ponto de vista jurídico quanto político. Juridicamente, a competência do Poder Legislativo em relação a atos internacionais é estabelecida pela Carta Magna de cada país.

A Constituição brasileira, por exemplo, estabelece que o Congresso Nacional deverá resolver sobre todos os tratados, acordos ou atos internacionais que acarretarem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. O controle, portanto, é feito **ex post**: representantes do Poder Executivo possuem competência para negociar um tratado de natureza econômica, assiná-lo e, quando for conveniente, submetê-lo a referendo do Poder Legislativo, onde será apreciado e aprovado caso obtenha maioria no Plenário de ambas as Casas. Caso não obtenha aprovação, o Governo não poderá ratificar o dito acordo.

Nos Estados Unidos, o Presidente americano detém o poder de negociar e assinar tratados, os quais devem ser aprovados por dois terços do Senado. Em alguns casos, o Presidente pode assinar tratados de execução imediata, sem necessidade de aprová-los no Congresso – são os chamados “acordos executivos”, acordos que geralmente tratam sobre temas considerados de importância limitada, que não chegam a preocupar o Congresso. Além disso, o Governo americano pode requerer ao Congresso uma autorização prévia para negociar tratados internacionais – a autorização para promoção de comércio, antigo **fast-track**. Reza o procedimento que o Presidente deve informar o Congresso de sua intenção em negociar um tratado. Se não houver negativa em nenhuma das Casas em um determinado prazo, ele pode

prosseguir. Findas as negociações e apresentado o Acordo ao Congresso, ambas as Casas deverão deliberar sobre o Acordo por maioria simples, sem emendas, também dentro de um prazo preestabelecido.

No caso inglês, que é interessante aqui mencionar por se tratar de sistema Parlamentarista, apesar de o Parlamento não possuir nenhum poder formal de ratificar tratados, qualquer modificação na legislação deverá ser aprovada por maioria simples. Dado o caráter do sistema Parlamentarista, pode-se concluir que, tecnicamente, o Parlamento tem competência inclusive para emendar tratados com maioria simples. Debates e perguntas aos ministros sobre questões de política externa são normais no Plenário da Câmara dos Comuns.

Politicamente, há uma aparência de que o poder exercido de fato pelos Congressos ou Parlamentos está aquém do poder concedido pelas Constituições. Analistas afirmam que o Poder Legislativo costuma delegar ao Poder Executivo muito mais independência e autonomia em questões de política externa do que interna, e relacionam alguns fatores como causas desse comportamento.

1. negociações de política externa exigem ações rápidas, mais apropriadas para tomada de decisão pelo Poder Executivo;

2. o Poder Executivo tem maior facilidade de obter informações sobre o cenário internacional;

3. espera-se que o Poder Executivo, eleito pela maioria dos votos da população ou maioria do Parlamento, esteja encarregado de estabelecer as diretrizes de política nacional que afetam os amplos interesses da população, bem como de articular objetivos nacionais. Está, assim, mais legitimado para tomar as rédeas em questões de política externa. O Parlamento, por outro lado, é eleito com o propósito de dar voz à sociedade, ou seja, ele representa interesses específicos de determinadas localidades nacionais ou traz à tona clivagens ideológicas, culturais, de classe e outras divisões políticas e sociais. Diferem, portanto, suas funções.

Um fator que pode ser adicionado é que, na prática, uma vez que o controle do Legislativo sobre o Executivo é geralmente exercido após as negociações internacionais, torna-se um processo extremamente custoso o de emendar tratados “prontos” ou de rejeitá-los no Parlamento, pois tal fato significaria

um retorno à mesa de negociação. Em alguns casos – por exemplo, o de acordos multilaterais, como o que deu origem à Organização Mundial de Comércio, a renegociação é operacionalmente impossível.

Natural, portanto, esperar que os casos de rejeição de acordos sejam poucos. O Parlamento inglês é ilustrativo: desde 1945, noventa e sete por cento da legislação proposta pelo Governo foi aprovada, sem emendas. No Brasil, pouco se tem notícia sobre emendas ou rejeição de tratados internacionais, e não existe nenhum caso desde a aprovação da Constituição de 1988, embora ela tenha, conforme já mencionado, mantido importantes prerrogativas do Congresso relativas à aprovação de Acordos Internacionais.

Entretanto, a evidência esconde a real importância do Poder Legislativo nas negociações internacionais. De fato, prender-se ao resultado das votações camufla as discussões, por vezes acirradas, das quais os Plenários nacionais são palco durante o processo de aprovação de acordos, especialmente em casos de tratados de integração econômica. Nesses casos, o Poder Legislativo tem sido atuante na defesa de grupos vulneráveis no processo. Durante a negociação do “North American Free Trade Agreement” (NAFTA), o Congresso Americano exigiu a criação de um fundo de amparo aos trabalhadores nacionais que perdessem o emprego em virtude da concorrência com os salários mais baixos dos mexicanos. Aliás, houve uma grande movimentação no Congresso Americano quando da negociação do Nafta. Na ocasião, ambientalistas, trabalhadores e políticos discutiram as vantagens e desvantagens da integração, bem como a forma de resguardar direitos e proteger setores da sociedade que pudessem ser afetados negativamente.

Na Grã-Bretanha, considerada um modelo de disciplina partidária, em 1971 o Parlamento questionou duramente a integração econômica, por discordar da política de pesca da então Comunidade Européia e obrigou o Governo britânico a negociar concessões com a Comunidade. O Parlamento também pressionou – e obteve – outras concessões em importações de açúcar e laticínios em troca da aprovação da entrada na Comunidade.

Pode-se esperar que, durante qualquer negociação de integração econômica, setores sociais afetados pressionarão os respectivos parlamentos nacionais a estabelecerem mecanismos que possam diminuir sua vulnerabilidade. Os parlamentares, como representantes da sociedade e refletindo suas clivagens naturais e diversidade de opinião, também de-

monstrarão suas preferências em relação às medidas tomadas durante as negociações. Para tanto, serão usados recursos como debates parlamentares e convocação de representantes do Poder Executivo para fornecimento de informações. O papel do Poder Legislativo na formulação de políticas integracionistas deve ser considerado na totalidade do processo de acomodação das preferências dos parlamentares e da população nas negociações, e não apenas na aprovação de tratados em plenário.

Dada a atuação relevante do Congresso nesses contextos, conclui-se que, na verdade, o processo de aprovação de acordos econômicos seria facilitado se representantes do Congresso Nacional estivessem presentes já durante as negociações e, desde esse período, fossem capazes de colaborar quando da discussão de temas sensíveis à sociedade.

Afirmam alguns analistas que a rejeição de um acordo seria de alto custo para o Poder Executivo. Assim sendo, ele antecipa pontos polêmicos e tenta acomodar as preferências representadas no Congresso durante a negociação. Desta forma, o Governo não assinaria um acordo impossível de ser aprovado pelo Parlamento.

Contudo, nenhum Poder Executivo, ainda que competente, é capaz de antecipar todas as reações que um acordo internacional pode provocar na sociedade. Mais uma vez, enfatiza-se que o local de debate para essas questões é o Congresso, e do Congresso a sociedade cobrará posições e esclarecimentos. Os representantes do povo devem ser os canalizadores das aspirações da sociedade durante a integração econômica.

A oportunidade da participação do Congresso nas negociações do processo de integração remete-nos instantaneamente a questionar os possíveis formatos que essa participação poderá adotar. Em outras palavras, a pergunta passa a ser: como participar? Esse é tópico prioritário de nossa discussão, tendo sempre em vista que o Legislativo deverá manter sua atuação de forma eficiente e em cooperação com o Poder Executivo. A sociedade e a democracia serão os maiores beneficiários desse processo.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Câmara dos Deputados.

Martin, Lisa. 1998. *Legislative Influence and International Engagement in: Kahler, Miles (ed.) Liberalization and Foreign Policy*. New York: Columbia University.

Milner, Helen V. 1997. *Interests, Institutions and Information*. Princeton: Princeton University.

Nugent, Neill. 1999. *The Government and Politics of the European Union*. Durham:

Duke University, 4th edition.

Peterson, Paul E. 1994 (ed.). *The President, the Congress and the Making of Foreign Policy*. Norman: University of Oklahoma.

Putnam, Robert 1988. "Diplomacy and Domestic Politics". *International Organization* 42: 427-60.

Rezek, José Francisco. 1989. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva.

Shugart, Matthew Soberg and John M. Carey. 1992. *Presidents and Assemblies*. New York: Cambridge University.

Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley.

Wise, Carol (ed.) 1988. *The Post-Nafta Political Economy*. University Park: The Pennsylvania State University.

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO ALCA

A reunião de Cúpula de Miami, de dezembro de 1994, reuniu Chefes de Estado e de Governo de trinta e quatro países das Américas. Na ocasião, foi lançada a idéia de iniciar-se a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a ser concluída o mais tardar até o ano de 2005. Os principais compromissos dos mandatários com relação à conformação da ALCA, inclusive a data de 2005 para a conclusão das negociações, foram reiterados na II Cúpula das Américas, realizada em Santiago, em 1998, ocasião em que a negociação comercial hemisférica foi efetivamente lançada.

Ainda que tenha sido originada no processo das Cúpulas das Américas, a ALCA logo adquiriu vó próprio e, nesse contexto, foram realizadas, até o momento, sete reuniões ministeriais: em Denver, EUA (1995); Cartagena, Colômbia (1996); Belo Horizonte, Brasil (1997); São José, Costa Rica (1998); Toronto, Canadá (1999); Buenos Aires, Argentina (2001) e Quito, Equador (2002). As reuniões de Ministros, em conformidade com o disposto na Declaração Ministerial de São José, ocorrem a cada dezoito meses, com o objetivo básico de examinar o progresso das negociações e de oferecer orientação superior no tocante ao trabalho futuro. Em Buenos Aires, o Equador recebeu da Argentina a Presidência das negociações até outubro de 2002, quando se realizou a Reunião Ministerial de Quito. Nessa data, o Brasil assumiu, junta-

mente com os EUA, a co-presidência do processo ALCA, a ser exercida até o final das negociações.

O processo de conformação da ALCA até o presente é marcado por três pontos fundamentais. O primeiro ocorreu em Miami no lançamento da idéia que poderia vir a alterar profundamente as relações comerciais hemisféricas. O segundo teve lugar durante a Reunião Ministerial de Belo Horizonte, quando foram estabelecidos os princípios básicos da negociação, sobretudo o *single undertaking*, a compatibilidade com acordos sub-regionais e o consenso para tomada de decisões. Em Belo Horizonte, ficaram fixados o "quando" e o "como" das negociações. Para o encontro desenvolveu-se efetivo processo de interação do Governo com a sociedade civil brasileira (organizações patronais, sindicatos e organizações não-governamentais), essencial no delineamento de idéias comuns sobre o processo ALCA, entre elas a necessidade de defender uma implantação paulatina da negociação comercial hemisférica. No ano seguinte, durante a Reunião Ministerial de São José, ficou acertado o lançamento efetivo das negociações na II Cúpula das Américas e foi acordada a estrutura do processo negociador.

O terceiro ponto de inflexão, por sua vez, ocorreu na Reunião Ministerial de Toronto, em cuja Declaração os Ministros instruíram os Grupos Negociadores (GNs) a prepararem a primeira minuta de seus respectivos capítulos de um acordo de ALCA, do qual deveriam constar textos sobre os quais houvesse consenso e, entre colchetes, tudo o que não fosse consensuado. Além disso, os grupos responsáveis por acesso a mercados de bens e serviços foram instruídos a discutir os métodos e as modalidades das negociações tarifárias. Foi acordada a criação do Subcomitê de Assuntos Administrativos e Orçamentários e estabelecido o Grupo Ad Hoc de Peritos do Comitê de Negociações Comerciais para a implementação de medidas de facilitação de negócios na área de procedimentos aduaneiros. A discussão sobre temas institucionais do futuro acordo continuou sob responsabilidade do CNC.

A VI Reunião Ministerial da ALCA foi realizada em Buenos Aires, em 7 de abril de 2001. A principal mensagem de Buenos Aires foi a de que o prazo para o término das negociações não será antecipado, recomendação confirmada pelos Chefes de Estado na III Cúpula das Américas, em Québec, de 20 a 22 de abril. Nesse sentido, os Ministros recomendaram aos mandatários que "estabeleçam as diretrizes para assegurar que as negociações do Acordo da ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005

para a sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005" (Declaração Ministerial de Buenos Aires, parágrafo 2). Os grupos de negociação que tratam de temas afetos a acesso a mercados ficaram responsáveis pela definição de métodos e modalidades da negociação tarifária até 10 de abril de 2002, os quais, já concluídos, assumiram a forma do documento TNC 20, disponível para consulta na página da ALCA (www.alca-ftaa.org). Os Grupos Negociadores receberam o mandato de preparar a segunda minuta do acordo ALCA para a Ministerial de Quito e foi criado um Comitê Técnico de Assuntos Institucionais para dar organicidade ao projeto de acordo.

O tratamento a ser dado aos temas ambientais e trabalhistas também foi abordado na Declaração Ministerial de Buenos Aires, que instruiu os grupos de negociação "a dar continuidade a seu trabalho segundo o princípio geral de que qualquer delegação tem o direito de apresentar as propostas de texto que considere relevantes para o avanço efetivo do processo, as quais, eventualmente, ficarão entre colchetes" (Declaração Ministerial de Buenos Aires, Anexo I, "Instruções Gerais", parágrafo 1). Por insistência do Brasil e de outras delegações, ficou expresso no mesmo item que "muitos ministros reconheceram que as questões ambientais e trabalhistas não deveriam ser invocadas como condicionantes, nem submetidas a disciplinas cujo descumprimento esteja sujeito a restrições ou sanções comerciais".

É importante ressaltar, ainda, que um dos resultados mais expressivos da Reunião Ministerial de Buenos Aires foi o reconhecimento da necessidade de se promover a transparência no processo negociador da ALCA, de forma a incentivar a participação crescente da sociedade civil. A Declaração dedicou oito parágrafos ao tema, tomando significativas decisões a respeito. Em uma atitude inovadora em se tratando de acordos comerciais, os Ministros concordaram em "tornar pública a minuta do Acordo da ALCA, nas quatro línguas oficiais, após a III Cúpula das Américas" (Declaração Ministerial, parágrafo 23). Ademais, por inspiração brasileira, os Ministros concordaram em tomar nota "dos foros e seminários sobre as negociações da ALCA que diferentes organizações da sociedade civil têm realizado nos países da região, convidando essas entidades a apresentar as conclusões de seus trabalhos ao Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil" (Declaração Ministerial de Buenos Aires, parágrafo 30).

A partir do início de 2003, haverá uma nova fase das negociações, com o início efetivo de trocas de concessões no âmbito de acesso a mercados. Nas discussões do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, houve um reordenamento do calendário da negociação de acesso a mercados, que resultou num cronograma no qual a apresentação de ofertas se estenderá até 15.02.03, com pedidos de melhora de ofertas de 16.02.03 até 15.06.03 e com o processo de apresentação de ofertas revisadas a iniciar-se em 15.07.03.

A mais recente Reunião Ministerial, realizada em Quito, em 1 de novembro de 2002, estabeleceu diretrizes para a próxima etapa de negociações, inclusive no que diz respeito à agricultura, cuja importância para as economias do hemisfério foi ratificada. Buscou-se reafirmar tratamento integral e não-discriminatório nas negociações agrícolas da ALCA, de forma a contribuir para a geração de emprego, redução da pobreza e favorecimento da estabilidade social. Ponto-chave sobre o assunto foi a ênfase dada à questão da eliminação de práticas desvirtuadas de comércio agrícola (subsídios ilegais à exportação, entre outras).

Também em Quito, foram definidos novas Presidências e Vice-Presidências dos Grupos de Trabalho, fator fundamental para o avanço do processo negociador. Outro ponto importante foi a reformulação do papel exercido pelo Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que assumiu postura mais ativa também na orientação, bem como na supervisão, das negociações, garantindo eficiência e transparência ao processo negociador. Também merece destaque o Programa de Cooperação Hemisférica (PCH), elaborado na Reunião, que tem por objetivo central fortalecer a capacidade dos países de negociar e implementar a ALCA, e nela participar plenamente, a fim de contribuir para o crescimento com equidade e para o desenvolvimento econômico abrangente.

CÚPULA PARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

REGULAMENTO DAS COMISSÕES

Dispõe sobre o funcionamento e a organização dos trabalhos das Comissões temáticas e da Comissão-Geral.

A Presidência da Cúpula Parlamentar de Integração Continental, com o escopo de desenvolver com celeridade e transparência os trabalhos das Comissões, resolve:

Art. 1º O funcionamento e a organização dos trabalhos das Comissões temáticas e da Comissão-Geral

são-Geral da Cúpula Parlamentar de Integração Continental serão regidos por este regulamento.

Art. 2º As sessões das Comissões serão públicas e ocorrerão em horário e local a ser fixado pela Mesa da Cúpula.

Art. 3º A sessão plenária da Cúpula se transformará em Comissão-Geral, sob a direção de seu Presidente, por ocasião do recebimento e debate dos relatórios das Comissões temáticas e apresentação de documento oficial que reunirá as conclusões aprovadas.

Art. 4º As Comissões somente debaterão sobre a matéria constante da pauta das reuniões.

Art. 5º Os representantes de Estados, de organismos internacionais não-participantes da Cúpula e demais autoridades convidadas poderão assistir às reuniões das Comissões como Observadores, sem direito a palavra.

Art. 6º A Mesa de cada Comissão será composta por um presidente e dois vice-presidentes, representantes de estados diferentes, designados pela Mesa da Cúpula, dentre os Presidentes das Casas Legislativas participantes.

Art. 7º Ao Presidente de Comissão compete:

I – assinar documentos expedidos pela Comissão;

II – presidir as reuniões e nelas manter a ordem e a solenidade necessárias;

III – dar à Comissão conhecimento de toda a matéria recebida e despachá-la;

IV – dar à Comissão conhecimento da pauta das reuniões;

V – conceder a palavra aos membros da Comissão, no prazo previsto neste regulamento;

VI – resolver as reclamações, dúvidas e omissões deste regulamento suscitadas na Comissão;

VII – assinar o relatório da Comissão, juntamente com o Relator;

VIII – enviar à Mesa da Cúpula o relatório da Comissão.

§ 1º Os membros de Mesa de Comissão não poderão ser relatores.

§ 2º Cada Comissão terá uma secretaria incumbida dos serviços de apoio administrativo.

Art. 8º Os Relatores das Comissões e seus respectivos Sub-Relatores serão representantes do Estado anfitrião, designados pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

§ 1º Cabe ao Relator consolidar o texto a ser submetido à Comissão-Geral.

§ 2º As manifestações dos membros das Comissões que apresentem ressalvas à matéria em debate constarão dos anais.

Art. 9º Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença de, pelo menos, metade de seus membros.

Art. 10. No debate das matérias, as Comissões observarão o seguinte procedimento:

I – os membros que desejarem debater matérias constantes da pauta devem inscrever-se previamente na Mesa da Comissão, antes do início da discussão;

II – iniciada a discussão de cada matéria, os membros da Comissão poderão usar a palavra durante dez minutos improrrogáveis, por ordem de inscrição, sendo facultada a apresentação de requerimento de encerramento de discussão após falarem cinco debatedores;

III – a Mesa da Comissão aceitará manifestações escritas de membros da Comissão que não as fizerem oralmente, podendo receber as de Observadores.

Art. 11. O membro de Comissão só poderá apartear o orador se lhe solicitar e obtiver permissão.

Parágrafo único. Os apartes incluem-se no tempo destinado ao orador.

Art. 12. Na apreciação dos relatórios na Comissão-Geral, observar-se-á o seguinte procedimento:

I – os membros que desejarem debater o relatório devem inscrever-se previamente na Mesa da Comissão-Geral, antes do início da discussão;

II – anunciada a matéria pelo Presidente passa-se a palavra ao Relator, que procederá à leitura do relatório;

III – iniciada a discussão do relatório, os membros da Comissão-Geral poderão usar a palavra durante três minutos improrrogáveis, por ordem de inscrição, sendo facultada a apresentação de requerimento de encerramento de discussão após falarem cinco debatedores;

IV – é facultado ao Presidente conceder o prazo de cinco minutos, improrrogáveis, ao Relator para a réplica e, igual prazo, ao membro que apresentar ressalvas à matéria em debate, para a tréplica.

Art. 13. Compete à Consultoria Legislativa a coordenação técnica dos trabalhos das Comissões.

Art. 14. Este Regulamento entra em vigor na data de instalação das Comissões temáticas.

Sala , de de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, esta Presidência informa que determinou à Secretaria Ge-

ral da Mesa o envio de cópia a todos os Srs. Senadores. Esclareço ainda que há cópias distribuídas nas bancadas no plenário à disposição de V. Ex^{as}, além de correspondência enviada.

Caso haja interesse de alguns dos Srs. Senadores em participar do evento, esclareço que devem se dirigir à Câmara dos Deputados, informando também de qual comissão temática desejariam participar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 542, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2002. –

Mauro Miranda – Edison Lobão – Sebastião Rocha – Renan Calheiros – José Agripino – Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 560, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 1.039, de 2002, Relator: Senador Bello Parga, com votos contrários da Senadora Heloísa Helena e, em separado, do Senador Roberto Saturnino), *que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002.*

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários da Senadora Heloísa Helena e do Senador Roberto Saturnino.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.076, DE 2002 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002, que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2002.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de novembro de 2002. – **Ramez Tebet – Edison Lobão – Mazarildo Cavalcante – Antonio Carlos Valadares.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.076, DE 2002

Aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2002, nos termos da Mensagem nº 290, de 2002 (nº 844, de 2002, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que *cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior*, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358, do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que *altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal* (destinação do salário-educação), tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2002 (nº 1.229/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense*

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucumã, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, sob nº 743, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2002**

(Nº 1.229/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tucumaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucumã, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 679, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucumã, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 187, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2002 (nº 1.272/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Nova Hidrolândia – Amnohi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará*, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 187, DE 2002**

(Nº 1.272/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Nova Hidrolândia – AMNOHI, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 330, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação de Moradores de Nova Hidrolândia – AMNOHI, a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2002 (nº 1.230/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e TV Lafaiete Educativa e Cultural a executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 915, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2002**

(Nº 1.230/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio E TV Lafaiete Educativa e Cultural para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de novembro de 2000, que outorga concessão à Fundação Rádio e TV Lafaiete Educativa e Cultural para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 200, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2002 (nº 1.275/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Constelação Associação Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 745, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 200, DE 2000**

(Nº 1.275/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Constelação Associação Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 468, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Constelação Associação Cultural a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 201, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2002 (nº 1.278/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 916, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Siqueira Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 201, DE 2002**

(Nº 1.278/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cultura, Lazer, e Entretenimento a Estância Climática de Nuporanga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 655, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2002 (nº 1.279/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Nove de Julho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira do Piauí, Estado do Piauí*, tendo

Parecer favorável, sob o nº 794, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Benício Sampaio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2002**

(Nº 1.279/2001 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Nove de Julho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 680, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a associação de Radiodifusão comunitária Nove de julho a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Palmeira do Piauí, estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 10:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 203, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2002 (nº 1.282/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia – ADECOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte*, tendo

Parecer favorável, sob nº 795, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 203, DE 2002**

(Nº 1.282/2001 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrecia – ADECOL executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Lucrecia, Estado do Rio grande do Norte.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 743, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário – ADECOL a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucrecia, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2002 (nº 1.286/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Belvedere da Cidade de Itaúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 746, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2002**

(Nº 1.286/2001 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária De Radiodifusão Belvedere da Cidade de Itaúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 752, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de radiodifusão Belvedere da Cidade de Itaúna a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 12:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2002 (nº 1.288/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura e Comunicação Cidade da Paz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poloni, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 918, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2002**

(Nº 1.288/2001 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura e Comunicação Cidade da Paz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poloni, Estado de São Paulo.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 777, de 20 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação de Cultura e Comunicação Cidade da Paz a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poloni Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 13:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2002 (nº 1.292/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Currais Novos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte*, tendo

Parecer favorável, sob nº 919, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Adir Gentil.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2002**

(Nº 1.292/2001 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Currais Novos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 207, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Currais Novos a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Currais Novos Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 14:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2002 (nº 1.204/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 920, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Adir Gentil.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2002**

(Nº 1.204/2001 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 521, de 25 de agosto de 2000, que autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Dentro Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 15:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2002 (nº 1.217/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária de Notícias e Radiodifusão de Altos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altos, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob o nº 799, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Benício Sampaio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2002
(Nº 1.217/2001 na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Notícias e Radiodifusão de Altos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altos, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 560, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Notícias e Radiodifusão de Altos a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altos, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 16:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2002 (nº 1.221/2001, na Câmara dos Deputados), que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Riacho do Cadoz – ARC Riacho do Cadoz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeiras – PI, tendo

Parecer favorável, sob o nº 921, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Benício Sampaio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2002**

(Nº 1.221/2001 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Riacho do Cadoz – ARC Riacho do Cadoz, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeiras, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 567, de 18 de setembro de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Riacho do Cadoz – ARC Riacho do Cadoz, a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeiras, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 17:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 219, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2002 (nº 1.250/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 800, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Valmir Amaral.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 219, DE 2002
(Nº 1.250/2001 na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 631, de 5 de outubro de 2000, que autoriza a Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Belos Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 18:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 305, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2002 (nº 1.442/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Cônego João Parreiras Vilaça para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 965, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 305, DE 2002
(Nº 1.442/2001 na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Cônego João Parreiras Vilaça para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 156, de 17 de setembro de 1999, que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Cônego João Parreiras Vilaça para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 19:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2002 (nº 1.479/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.028, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2002
(Nº 1.479/2001, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 20:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 437, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2002 (nº 1.255/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.029, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 437, DE 2002
(Nº 1.255/2001, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 813, de 18 de dezembro de 2000, que outorga permissão a Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 21:**

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2002, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999, com o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2002, por regularem a mesma matéria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 543, DE 2002

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Requerimento nº 519, de 2002 a fim de ser feita na sessão de 16 de dezembro de 2002.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2002. – **Heloísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que ele se refere sairá da Ordem do Dia para a ela retornar na data aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 540, de 2002, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subse-

quente, quarta-feira, nos termos do art. 345 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o tema que trago hoje eu já tive oportunidade de abordar: trata-se de um apelo para que as propostas dos Parlamentares mereçam atenção mais apurada no âmbito das comissões temáticas desta Casa.

Sou francamente favorável a que a posse do Presidente eleito seja no dia 06 de janeiro. No entanto, se tivéssemos apreciado a Proposta de Emenda Constitucional nº 30, de 1999, de minha autoria, não estaríamos passando pelo constrangimento de discutir de afogadilho matéria desse jaez, dessa importância. Vários Senadores e Senadoras já se pronunciaram a favor. Creio que a transição deve continuar da maneira democrática como se tem processado até o presente momento.

Quero falar, Sr. Presidente, de minha alegria, de minha satisfação por ter escutado nos telejornais de ontem a aquiescência do Governo do Iraque no sentido de que os observadores da ONU possam adentrar os palácios, os arsenais do Iraque, para verificar **in loco** se há fabricação e estoque de armas de destruição em massa, químicas e biológicas, que possam colocar em risco a população do mundo inteiro.

Estamos assistindo a atos de vandalismo e terrorismo espalhados por todo o mundo. Sendo assim, trata-se de uma notícia que, creio, cala profundamente o sentimento de cada cidadão que habita este Planeta, porque já estamos cansados de guerras! Quando entendemos ter evoluído o suficiente para que haja perfeita harmonia entre os povos, entre as nações, eventualmente assistimos a declarações de guerra cujos resultados são catastróficos não só pela alteração econômica que causa em todo o mundo, mas, principalmente, pela morte de seres humanos, nossos irmãos.

Sr. Presidente, por esse motivo, eu gostaria de homenagear o povo brasileiro neste momento em que ocorre a transição após a eleição de um operário para a Presidência do Brasil. O Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tem demonstrado, nesse período de transição, sua capacidade e vontade de conversar com todos os segmentos da população brasileira. Sua Excelência estabeleceu como prioridade de seu Governo o Projeto Fome Zero. Em que pese algumas

peessoas acreditarem que isso representa um retrocesso, já que, segundo alguns, não se morre de fome no Brasil, eu gostaria de dizer que o Lula está absolutamente correto. Representamos nesta Casa um Estado muito pobre da Federação brasileira, onde, embora paulatinamente venha conquistando avanços no atendimento a sua população, ainda existe fome. Já atendemos, como médico, inúmeras vezes, crianças raquíticas, desnutridas por uma alimentação má conduzida ou por inexistência absoluta de alimentação.

Tenho a impressão de que o Projeto Fome Zero haverá de ser implantado neste País e se alastrará por todo o mundo, sobretudo para a África, onde assistimos constantemente a cenas dantescas de crianças morrendo de desnutrição absoluta, de fome absoluta. Tenho a impressão de que toda a sociedade brasileira haverá de se engajar no processo de combate à fome. Não diria “fome zero”, porque tudo, em termos absolutos, é praticamente impossível no País. Quando constituímos o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, eu já dizia que jamais conseguiríamos erradicar a pobreza. Mas vamos lutar tanto quanto possível para que possamos diminuir a fome; fome que envergonha o cidadão brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, penso que o Presidente eleito está no caminho certo quando estabelece, como prioridade do seu Governo, o combate tenaz e veemente contra a fome, que ainda assola vários gro-
tões e até as periferias das grandes cidades.

Sr. Presidente, o caminho a percorrer é longo. O início será muito difícil. Há várias questões a serem resolvidas, mas deveríamos, de imediato, implantar o salário mínimo de, pelo menos, R\$ 240,00, já que essa é uma bandeira do PT e do Lula. Evidentemente, as contas têm que ser feitas. Mas não vejo inconveniência de estabelecer-se, na votação do Orçamento-Geral da União para 2003, um salário mínimo de, no mínimo, R\$240,00, ainda que para vigorar a partir do dia 1º de maio do próximo ano, mudando novamente a data da majoração do salário mínimo. Não sei por que a data histórica de se aumentar o salário mínimo dos trabalhadores, 1º de maio, de repente passou para o 1º de abril, que não é o dia apropriado para isso, porque não é o Dia do Trabalho e, além do mais, é considerado o dia da mentira.

Temos que fazer algo efetivo. Faço esse apelo ao Presidente eleito, Luiz Inacio Lula da Silva, a toda sua Bancada e àqueles que representam o Partido dos Trabalhadores na Comissão Mista de Orçamento. O PTB defende o salário mínimo imediato, ainda que para ser implantado no dia 1º de maio de R\$240,00, sendo sempre reajustado anualmente, nunca com

ganhos reais inferiores a 10%, além da inflação do período. Tenho certeza de que o nosso Presidente eleito cumprirá seu compromisso com a população brasileira de dobrar o salário mínimo durante seu mandato. É uma das maiores vergonhas deste País, Sr. Presidente, nosso salário mínimo ser um dos menores dos países da América Latina, sendo o Brasil considerado uma potência quando comparado na constelação dos países da América Latina.

Houve um encontro do PTB, ontem, com o Deputado José Dirceu, grande artífice da vitória de Luiz Inacio Lula da Silva, em que o PTB se dispôs a participar do Governo que se iniciará ou no dia 1º ou no dia 06 de janeiro, envidando todos os esforços no sentido de que este seja, de fato, um Governo de mudanças, conforme ficou patenteado na vontade do povo brasileiro, na vitória de Luiz Inacio Lula da Silva.

Entendo que temos de negociar a implantação da Alca. Houve, inclusive, a participação de um representante do Governo eleito na reunião de Quito há algumas semanas. Teremos novas sessões preparatórias da Alca e entendo ser inevitável que o Brasil, junto aos outros países das Américas, venha a participar dela. Contudo, temos de estabelecer normas. O Brasil tem de fazer valer a sua voz, fazendo inserir no texto desses acordos internacionais concernentes à Alca que um dos itens seja a erradicação da fome, da pobreza, onde ocorrer. Sem isso o Brasil não deve aceitar participar da Área de Livre Comércio das Américas.

Digo isso porque já ouvi de representantes do Governo norte-americano junto à Alca que esse seria um item que os Estados Unidos apoiariam inteiramente, ou seja, se ela for constituída, teria no seu bojo, de forma explícita, a intenção de envidar todos os esforços no sentido da erradicação da fome em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de homenagear essa transição de Governo, não importando a data da posse – apresentamos essa Proposta de Emenda Constitucional até porque entendemos que o dia 1º de janeiro, dia da confraternização internacional dos povos, é altamente impróprio para isso.

Quero, contudo, almejar ao próximo Presidente que S. Exª seja um instrumento de modificações estruturais e que não frustre as esperanças do povo brasileiro. Tanto quanto possível que lute o Presidente eleito, Luiz Inacio Lula da Silva, para que já implante, por meio da votação do Orçamento, o salário mínimo de R\$240,00, com ganhos reais anualmente nos salários para efetivamente cumprir a sua promessa de dobrar o salário no decorrer da sua gestão no Governo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amir Lando.

O Sr. Amir Lando deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho, neste final de sessão, em uma quinta-feira, quando o Congresso Nacional já vai desativando as suas funções desta semana, sobretudo para, aqui, fazer um apelo especial ao meu Partido, o PMDB.

Sr. Presidente, a sociedade brasileira acompanhou o desempenho do PMDB nas últimas eleições. Não tivemos, como era anseio de partes de suas bases de uma candidatura própria à Presidência da República. E o Partido ficou frustrado em parte e, em parte, engajado em uma candidatura à Presidência da República. Todavia, não há dúvida de que as diferenças de credo e de propostas, as diferenças naturais de caráter ideológico proporcionaram ao Partido opções diferentes à candidatura à Presidência da República. O PMDB sempre foi isto: um Partido unido na sua base, nos momentos cruciais, em defesa dos interesses do País e do povo brasileiro. Mas é um Partido que abriga uma variedade ampla de convicções, de propostas e, sobretudo, de militâncias.

É esse PMDB que hoje se apresenta diante da Nação. Às vezes, mostra-se como um Partido em crise, mas da crise renasce qual Fênix. É um Partido que tem um arco de preferências muito grande dentro da sua agremiação.

É esse Partido também que, neste momento, tem de fazer uma reflexão séria diante do discurso vindo das urnas. Aos discursos que foram feitos ao povo brasileiro, o povo brasileiro respondeu, de maneira clara e manifesta, acenando para uma preferência sobre o destino da nossa Pátria, com a vitória de Luiz Inacio Lula da Silva. Isso é inequívoco e transparente.

Poderíamos dizer que, já no primeiro turno, vislumbrou-se que 74% da população optaram pela mudança, pelo novo e, sobretudo, para que se devolvesse ao País a esperança de crescer, de desenvolver, da cidadania digna e plena, do exercício de direitos fundamentais que não fossem abstratos e, sim,

concretos, porque não podemos ficar no formalismo liberal. O direito à saúde, nobre Presidente, é o direito ao acesso à assistência médica, ao hospital, ao remédio, em caso de necessidade; o direito à moradia é o direito de ter a chave da porta da casa própria ou da casa que se concede para morar daqueles que hoje estão na amargura dos sem-teto. Por isso, temos de olhar com muita sensibilidade as demandas sociais deste País. O direito à escola é esse acesso à educação de maneira efetiva; o direito de ir e vir é a possibilidade de ter o vale-transporte ou, mais concretamente, os recursos para deslocamentos quando necessário.

Não se pode ficar simplesmente pensando que as liberdades democráticas devam permanecer apenas no texto constitucional, senão, que devam se tornar liberdades concretas no exercício da vida no dia a dia.

Em sobremodo, Sr. Presidente, esse direito à vida, uma vida que começa pela alimentação, pelo combate à fome. A proposta do novo Presidente, que assumirá no dia 1º de janeiro, para que aqueles marginalizados, excluídos, possam ao menos comer três vezes por dia é um ponto de partida, de referência mínima à dignidade humana.

Não se pode imaginar que um País continental como o Brasil, com potencialidades fantásticas na produção agrícola, na produção de bens, na produção industrial e, sobretudo, na produção de alimentos, não propicie ao povo brasileiro o direito de comer. É claro que o direito de comer começa por aquilo que é mais essencial: o direito ao trabalho. Porque o direito ao trabalho coloco em primeiro lugar, porque é o direito que faz a provisão da vida, porque é o direito a ganhar o pão de cada dia. Ninguém quer a esmola, ninguém quer apenas a benesse de uma fatia de pão. É evidente que, para quem está “morrendo de fome”, é preciso que se acuda a fome, de qualquer sorte, de qualquer maneira. Mas, sobremodo, o que temos que pensar é na geração de emprego, na geração de rendas.

E é esse o projeto fundamental que se coloca diante do povo brasileiro, é esse o discurso do novo, dos 52 milhões de eleitores. É uma sedução para todo homem público o engajamento a uma proposta nova, consubstanciada nesse projeto de País proposto pelo Presidente recém-eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Por isso, Sr. Presidente, venho a esta tribuna sobretudo dizer que uma corrente expressiva do PMDB está disposta a engajar-se naquilo que sempre foi o sonho da nossa juventude, o ideal de homem público, realizar um projeto de interesse do povo brasileiro, realizar sobretudo a cidadania neste País.

O que se quer é que o novo Presidente da República seja um Presidente brasileiro, que governe para os brasileiros, para os que nasceram aqui sintirem o orgulho da sua própria terra. “Ame com fé e orgulho a terra em que nasceste”, lembro de um verso ainda de minha infância e é isso que queremos. Sentir orgulho de ser brasileiro, sentir acima de tudo a ufania de dizer que este País é viável, que podemos construir uma nação justa, mais humana, mais desenvolvida, progressista, cuja riqueza propicie um retorno de bem-estar à população.

O povo brasileiro tem esse direito histórico e tem esse direito porque o País é imensamente grande e rico. É por isso que entendemos que é hora de o PMDB engajar-se nesse projeto, e engajar-se sem pretensão, sem condições de participação de cargos, mas com participação de responsabilidades, participação no sentido de dar o melhor, de realizar um esforço à altura de nossas capacidades a fim de oferecer ao País a dignidade nacional.

Desejo dizer, Sr. Presidente, que o PMDB desempenhou um papel histórico e importante na luta pela democratização do País. E agora, com essa tarefa realizada, devemos participar de um processo de democratização da riqueza nacional, do bem-estar e da felicidade geral.

É por isso que, nessa hora, ninguém pode ficar distante do apelo, da demanda, da súplica vinda das urnas. O PMDB tem que dar um passo adiante. Um passo em direção ao interesse do povo brasileiro, um passo de engajamento em direção às políticas sociais e públicas que possam incorporar os 54 milhões que vivem abaixo da linha de pobreza, no processo produtivo, para gerar riqueza. E o que é excedente pode ser transformado em superávit para pagar os nossos credores. Mas, sobretudo, é hora também de apelar para todos os que têm interesses neste País, para todos os que são titulares dos créditos, os que colocaram recursos de uma forma ou de outra. São contratos que devem ser observados – **pacta sunt servanda**, diziam os latinos. Os pactos devem ser obedecidos, digo. E é por isso que, sem quebra de contratos, sem ruptura unilateral, é preciso suplicar a todos aqueles que são titulares desses créditos, aos credores, à banca internacional, ao FMI, que coordena sobretudo a realização desse processo de pagamentos, porque, na verdade, o FMI é um clube dos credores, Sr. Presidente, é um clube em que os interesses dos credores são ali acertados, fixados e impostos, sobre-

tudo àquelas nações que recorrem ao FMI; e estamos nessa linha. Mas é preciso também dizer que chegou a hora da verdade de um diálogo do desesperado. Queremos pagar, vamos pagar, sim, mas o FMI deve ter uma visão clara da situação social, uma visão realista do que se passa no Brasil, porque, se continuarmos atrelados a esses índices de superávit, a esses índices fixados de forma imperativa, o País cada vez mais se afundando e se distanciando da capacidade de pagamento da dívida. Se não incorporarmos aqueles que hoje estão fora do mercado de trabalho ao sistema produtivo, cada vez mais ficaremos em dificuldades e até impossibilitados de pagar ou quitar a dívida, seja o serviço, seja o principal.

Precisamos da compreensão de todas as nações, sobretudo das grandes economias mundiais. Precisamos de um fôlego para suspirar e voltar a produzir mais, dar evasão à nossa capacidade produtiva e assim gerar a riqueza necessária para pagar a dívida até de maneira mais rápida, mais célere do que esses prazos já estabelecidos. Se tivermos uma flexibilização neste momento difícil, neste momento de união nacional, neste momento em que a Nação inteira se engaja em um projeto de reconstrução, com certeza estaremos mais próximos da quitação da dívida, do pagamento mais rápido, porque geraremos mais riqueza, mais bens e serviços, exportaremos mais. Para isso é preciso que rompam, que definitivamente afastem as barreiras alfandegárias, o protecionismo, o incentivo brutal à produção agrícola que ocorre nos países mais desenvolvidos. Para que possamos competir e os nossos produtos tenham acesso aos mercados, não pode haver impedimento para gerar aquilo que é essencial, de que precisamos tanto, que é o superávit da nossa balança.

Sr. Presidente, temos que dar ao povo brasileiro uma oportunidade de reversão. Este País é uma grande potência, mas ainda na fase virtual. O Brasil tem possibilidades incomensuráveis de realizar o bem-estar para o seu povo.

É preciso aumentar o nível de investimentos. O Orçamento enviado ao Congresso Nacional não consigna mais do que R\$7 bilhões para investimentos. O programa de combate à fome recentemente anunciado pelo Presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, demanda algo em torno de R\$4 a R\$5 bilhões. E como conseguir esses recursos? Não há como aumentar a carga tributária. Sabemos que estamos no limite da corda esticada, que, cada vez mais, vai

amesquinhando e reduzindo a nossa capacidade produtiva.

Chegou o momento de buscarmos – em primeiro lugar no mercado interno –, dentro da imensidão de nosso território, alternativas para a geração de melhorias e de riquezas para o povo brasileiro. Temos um território imenso, solos férteis e disponíveis à ampliação da fronteira agrícola. É hora de avançarmos mais.

Só na região da Amazônia, sobretudo em Rondônia, Mato Grosso, Pará e parte do Amazonas, temos mais de 100 milhões de hectares que podem ser integrados ao processo produtivo. Precisamos fazer uma opção: dar ou não oportunidade ao povo brasileiro de plantar, colher, melhorar sua condição de vida, sobretudo aos sem-terra. É uma vergonha nacional a existência de acampamentos de sem-terras, com tanta terra disponível. Muitos latifúndios improdutivos poderiam ser desapropriados com celeridade, distribuindo-se a terra para quem quer nela trabalhar.

O processo em marcha é de transformação do País, de mudanças. Não falo de uma mudança radical, mas necessária, progressiva. Falo da compreensão do mundo com relação às necessidades essenciais do Brasil, para incorporar o povo brasileiro ao processo produtivo e fazer com que se gerem excedentes, mais-valia. Assim, o País poderá pagar os credores na hora certa, com o devido valor, podendo até aumentar a quota dos pagamentos e, em algum tempo, de uma vez por todas, acabar com os vínculos brutais da dívida que nos sufoca, nos escraviza, nos engessa e impede o crescimento econômico e social do Brasil.

A hora é agora. É hora também de o PMDB entrar no processo de redenção nacional. Chegou o momento em que não podemos ficar distantes, como meros espectadores. Vamos construir um país novo, diferente, mais justo, sem grandes flagelos sociais. Caso contrário, as novas gerações, a minha sobretudo, não terá outra oportunidade. Tudo processar-se-á na ordem democrática, de acordo com a lei, em harmonia, com paz e tranquilidade social.

Há muitos pontos que devemos combater. A violência é um grande desafio. Entretanto, tudo começa, Sr. Presidente, pela construção de um projeto nacional para oferecer uma perspectiva aos jovens e aos desempregados de se integrarem à sociedade de maneira adequada, respeitando a dignidade humana. O cidadão quer viver em paz, com os ganhos de uma

atividade lícita em que possa realizar, de maneira integral, a sua personalidade como ser humano.

É o que queremos oferecer ao povo brasileiro: oportunidade de realizar as suas potencialidades íntimas, intrínsecas, oportunidade de ajudar a construir uma nação de todos, uma nação que se volte para o seu povo em primeiro lugar. Com os compromissos internacionais que temos hoje, poderemos compatibilizar os anseios de melhoria e daqueles que têm direitos sobre nós.

O direito das obrigações deve ser sempre respeitado, mas entre os homens de bem sempre haverá um terreno comum para conciliar interesses mediante recíprocas renúncias. É hora de pensar que todos temos de renunciar um pouco. A comunidade internacional tem de se sentar à mesa para buscar um caminho que não seja o da Argentina, mas que seja de grandeza, de solidariedade humana, para construirmos nações livres, independentes e que se respeitem entre si em sua autonomia, em sua soberania nacional, para a realização da felicidade de seus povos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência propõe ao Plenário, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, letra “a”, do Regimento Interno, a designação dos Srs. Senadores Fernando Ribeiro, Amir Lando, Moreira Mendes e Maguito Vilela para participarem, na condição de observadores parlamentares, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos da América.

Em votação a presente proposta.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Amir Lando.

São lidos os seguintes:

OS–GSE/717/02

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 59/02), que “Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do

exercício financeiro de 2001, e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti**, Primeiro Secretário.

PS-GSE/718/02

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 58, de 2002, do Poder Executivo, que “Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti**, Primeiro Secretário.

PS-GSE/ 719 /02

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 61/02), que “Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti**, Primeiro Secretário.

PS-GSE/720/02

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 62/02), que “Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e adminis-

trativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente,

Deputado **Severino Cavalcanti**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE/730/02

Brasília, 14 de novembro de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 69/02), que “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti**, Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com referência às medidas provisórias que acabam de ser lidas, a Presidência esclarece à Casa que o prazo inicial de suas vigências foi prorrogado pela Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Esclarece ainda que o prazo de 45 dias para apreciação das matérias pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado e que a prorrogação do prazo de vigência das proposições não restaura os prazos de sua tramitação. Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, as medidas provisórias passam a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência, havendo concordância das Lideranças da Casa, incluirá as matérias na pauta da Ordem do Dia da próxima terça-feira, dia 19, antes, porém, colocando à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores cópias das referidas proposições.

Não havendo objeção, assim será feito.

São as seguintes as medidas provisórias recebidas:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2002

(Proveniente da Medida Provisória nº 59, de 2002)

Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pg
- Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002, aprovado pela Câmara dos Deputados.....	
- Medida Provisória nº 59, de 2002.....	
- Mensagem do Presidente da República nº 723/2002.....	
- Exposição de Motivos Interministerial nº 203/2002, dos Ministros de Estado da Fazenda, de Minas e Energia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Trabalho e Emprego.....	
- Aviso nº 884/2002, da Casa Civil da Presidência da República.....	
- Calendário de tramitação da Medida Provisória.....	
- Emendas apresentada perante a Comissão Mista.....	
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados.....	
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.....	
- Ato da Mesa do Congresso Nacional de prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória.....	
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....	
- Legislação citada.....	

Projeto de Lei de conversão

nº 25, de 2002

(Proveniente da Medida Provisória nº 59, de 2002)

Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Sem prejuízo do atendimento das finalidades específicas previstas em lei, serão destinadas à amortização da dívida pública federal as disponibilidades das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício de 2001 não comprometidas com os restos a pagar, excetuadas aquelas decorrentes de vinculações constitucionais e as pertencentes ao Fundo de Marinha Mercante.

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o objetivo de atender aos programas instituídos com base no art. 5º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a outras operações financeiras com empresas públicas do setor elétrico.

§ 1º A despesa prevista neste artigo poderá ser atendida com os recursos arrecadados na forma do art. 1º desta Lei.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições normativas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Fica autorizada a alocação, em depósitos especiais remunerados, no BNDES, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no montante de até R\$ 2.000.000.000,00

(dois bilhões de reais) para concessão de financiamentos destinados ao fomento do comércio exterior.

§ 1º Caberá ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego determinar a adoção das providências indispensáveis à alocação de que trata este artigo.

§ 2º O reembolso dos recursos alocados nos termos deste artigo se dará em parcela única, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de alocação dos recursos.

§ 3º Os recursos do depósito especial de que trata o caput serão remunerados ao FAT na forma do disposto no art. 11 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL**Nº 59, DE 2002**

Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Sem prejuízo do atendimento das finalidades específicas previstas em lei, serão destinadas à amortização da dívida pública federal as disponibilidades das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício de 2001 não comprometidas com os restos a pagar, excetuadas aquelas decorrentes de vinculações constitucionais.

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o objetivo de atender aos programas instituídos com base no art. 5º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a outras operações financeiras com empresas públicas do setor elétrico.

§ 1º A despesa prevista neste artigo poderá ser atendida com os recursos arrecadados na forma do art. 1º desta Medida Provisória.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições normativas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Fica autorizada a alocação, em depósitos especiais remunerados, no BNDES, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) para concessão de financiamentos destinados ao fomento do comércio exterior.

§ 1º Caberá ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego determinar a adoção das providências indispensáveis à alocação de que trata este artigo.

§ 2º O reembolso dos recursos alocados nos termos deste artigo se dará em parcela única, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de alocação dos recursos.

§ 3º Os recursos do depósito especial de que trata o caput serão remunerados ao FAT na forma do disposto no art. 11 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2002: 181ª da Independência e 114ª da República.

Mensagem nº 723/2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 59, de 15 de agosto de 2002, que "Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências".

Brasília, 15 de agosto de 2002.

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 203 - MF/MME/MDIC/MTE

Em 15 de agosto de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória com o intuito de utilizar as fontes orçamentárias com *superávits* de recursos para o abatimento da dívida pública mobiliária federal e a concessão de financiamento ao Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de forma a possibilitar a implementação dos programas instituídos com base no art. 5º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e demais operações financeiras com empresas estatais do setor elétrico.

2. Tendo em vista as condições vigentes no mercado financeiro, o Tesouro Nacional tem optado por efetuar resgates líquidos no mercado com vistas a uma melhor administração da dívida pública e, como consequência, nos últimos dois meses, ofertou e vendeu uma menor quantidade de títulos públicos, em montante de cerca de R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais). Por outro lado, observa-se a existência de recursos em diversas fontes orçamentárias provenientes de *superávits* financeiros do exercício de 2001.

3. Este fato tem gerado constrangimento à execução de uma administração financeira eficiente do ponto de vista alocativo, posto que há recursos disponíveis na Conta Única e, antagonicamente, o Tesouro Nacional tem a necessidade de captar recursos junto ao mercado, afetando, pois, o endividamento público bruto. Assim, de modo a obter uma maior eficiência na administração das disponibilidades financeiras do Tesouro Nacional é que se propõe, no art. 1º da presente proposta de Medida Provisória, a utilização dos recursos disponíveis para a amortização da Dívida Pública.

4. Por sua vez, conforme determina o art. 5º da Lei nº 10.438, de 2002, ficou o BNDES autorizado a conceder financiamento às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e às empresas que detenham contratos de compra e venda de energia elétrica. Esse apoio financeiro é cabível tanto como medida preventiva – em face da ameaça de generalização da inadimplência entre os agentes, decorrente dos grandes e necessários investimentos imediatos – quanto por seus efeitos sobre os índices de inflação, decorrentes do repasse às tarifas de energia elétrica dos altos custos dos financiamentos que estas empresas teriam de incorrer para suportar esses investimentos. Cabe ressaltar que aquele financiamento está condicionado às diretrizes fixadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, sendo as demais condições estabelecidas pelo BNDES.

5. De acordo com o art. 11 da citada Lei nº 10.438, de 2002, a União foi autorizada a emitir, até o limite de R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), sob a forma de colocação direta, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, para dotar o BNDES de recursos a fim de suportar tais operações financeiras.

6. Ocorre que, para a obtenção da liquidez necessária a concessão dos financiamentos às empresas do setor elétrico, o BNDES teria que concorrer com o Tesouro Nacional na captação de recursos junto ao mercado gerando uma oferta excessiva de títulos públicos. Esse fato ocasionaria um impacto negativo no valor dos ativos com efeitos danosos ao mercado e, conseqüentemente, ao Tesouro Nacional.

7. Dessa forma, a utilização dos recursos provenientes de *superávits* financeiros referidos, constante do art. 2º da Medida Provisória, apresenta-se, atualmente, como a única forma viável de destinar o referido montante ao BNDES sem causar impactos adicionais na Dívida Pública Federal bruta e em seu refinanciamento.

8. Caso não seja possível implementar a solução sugerida, o BNDES não poderá conceder financiamentos às empresas do setor elétrico, mantendo a reconhecida insuficiência de recursos a que se refere o art. 5º da Lei nº 10.438, de 2002, naquele setor. A principal consequência da falta de liquidez no setor elétrico seria a redução de investimentos por parte das referidas empresas, podendo prejudicar a oferta de energia para os próximos anos. Outro problema decorrente da impossibilidade de conceder o citado financiamento seria a necessidade de aumentar ainda mais o valor das tarifas de energia e seus efeitos sobre a inflação.

9. Por fim, considerando a necessidade de ampliar, no curto prazo, as linhas de financiamento ao Comércio Exterior, é imprescindível a alocação de recursos de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) para fomento, por meio de linhas de crédito que permitam o **financiamento** de empresas voltadas para o mercado externo. Assim, propõe-se a destinação, por intermédio de depósitos especiais remunerados no BNDES, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para a finalidade em questão. Ressalte-se a importância dessa medida para o incremento do fluxo de comércio externo, notadamente das exportações, assegurando, consequentemente, a manutenção e **geração** de postos de trabalho.

10. Essas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que justificam a adoção, por meio de Medida Provisória, da proposta que ora submetemos à apreciação de Vossa Excelência, de vez que os requisitos de urgência e relevância são patentes, tendo em vista o efeito benéfico e imediato que trará para as contas públicas.

Respeitosamente,

PEDRO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

FRANCISCO LUÍZ SIBUT GOMIDE
Ministro de Estado de Minas e Energia

SÉRGIO SILVA DO AMARAL
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior

PAULO JOBIM FILHO
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Aviso nº 884 - SAP/C. Civil.

Brasília, 15 de agosto de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 59, de 15 de agosto de 2002.

Atenciosamente,


PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF

MPV Nº 59	
Publicação no DO	16-8-2002
Designação da Comissão	20- 8-2002
Instalação da Comissão	21-8-2002
Emendas	até 22-8-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	16-8 a 29-8-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	29-8-2002
Prazo na CD	de 30-8 a 12-9-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	12-9-2002
Prazo no SF	13-9 a 26-9-2002 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	26-9-2002
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	27-9 a 29-9-2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	30-9-2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso	14-10-2002 (60 dias)
Prazo prorrogado por + 60 dias	13-12-2002 (*)
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente do CN publ. no DOU de 14-10-2002	

MPV Nº 59	
Votação na Câmara dos Deputados	12-11-2002
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	
*Prazo final com prorrogação	13-12-2002
(*) prazo prorrogado por mais 60 dias, a partir de 15-10-2002, por Ato do Presidente do CN – DOU de 14-10-2002	

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 059**, ADOTADA, EM 15 DE AGOSTO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 16 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS EXISTENTES NO TESOIRO NACIONAL NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTA	EMENDAS NºS
Deputado PEDRO CELSO	001, 002 e 003

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 003

Relator: PSDB/PPB – Senado

Relator/Revisor: PSDB - Câmara

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

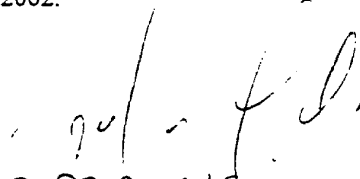
Altere-se a redação do art. 1º para a seguinte:

As disponibilidades das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional ao encerramento do exercício de 2001 serão destinadas à amortização da dívida pública federal, ressalvando-se as disponibilidades comprometidas com os restos a pagar, as decorrentes de vinculações constitucionais e aquelas com finalidades específicas previstas em lei.

JUSTIFICAÇÃO

A aceitação do art. 1º só é justificável com todas as ressalvas que ele parece prever e que cabe realçar em vista da redação sofrível: o uso do superávit financeiro de 2001 para a amortização da dívida pública não inclui os recursos comprometidos com restos a pagar, as fontes constitucionalmente vinculadas e as finalidades específicas previstas em lei.

Sala de sessões, 20 de agosto de 2002.


DEP. PEDRO CELSO
PT/DF

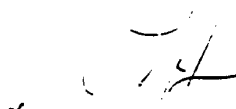
EMENDA SUPRESSIVA Nº 2

Cancele-se o art. 2º.

JUSTIFICAÇÃO

O mérito do art. 2º é questionável quando se considera o destino do financiamento do BNDES: as empresas do setor elétrico. A forma como o governo encaminhou a política para o setor nos últimos anos é bastante controversa. Os elevados custos são percebidos agora com o elevado montante de recursos exigidos pelas empresas. A MP nº. 60 também em tramitação no Congresso Nacional solicita crédito extraordinário de R\$ 7 bilhões para o BNDES utilizar no setor elétrico. Parte desses custos estão sendo objeto de questionamento na justiça. Ademais, a contra partida na forma da expansão do serviço com qualidade não é evidente.

Sala de sessões, 20 de agosto de 2002.


* DEP. PEDRO CELSO
PT/DF

EMENDA ADITIVA Nº 3


Acrescente-se o seguinte parágrafo no art. 2º:

No caso do uso dos recursos previstos no art. 1º, cancela-se a autorização prevista no art. 11, da Lei 10. 438, de 26 de abril de 2002, mantendo-se as garantias previstas no parágrafo desse mesmo artigo.

JUSTIFICAÇÃO

Em vista da análise de mérito referente ao art. 2º, cabe emenda indicando o seu cancelamento. No caso da rejeição da emenda de cancelamento, propõe-se a inclusão de parágrafo no art. 2º, deixando claro que a transferência do superávit financeiro do Tesouro de 2001 ao BNDES desautoriza a União a emitir títulos com o mesmo fim, conforme prevê o art. 11 da Lei 10.438. Caso contrário, pode restar a interpretação que a União pode transferir recursos ao BNDES nas duas formas.

Sala de sessões, 20 de agosto de 2002.


DEP. PEDRO CELSO
PT/DF

Parecer à medida provisória nº 59, de 2002, oferecida no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à comissão mista.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PPB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o objetivo desta medida provisória é simplesmente canalizar recursos de vários fundos para investimento em áreas prioritárias, principalmente exportação. Entendo que ela deva ser aprovada nos termos de um projeto de conversão que acrescenta ao art. 1º a expressão “e as pertencentes ao Fundo de Marinha Mercante”. Feita essa modificação, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – E no que diz respeito às emendas, ilustre Deputado, o parecer é pela rejeição?

O SR. FRANCISCO DORNELLES – Sim. Quanto às demais emendas, o parecer é pela rejeição.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que o parecer é pela aprovação na forma do projeto de conversão que mantém o texto original da medida provisória e apenas acrescenta ao art. 1º a expressão “e as pertencentes ao Fundo de Marinha Mercante”.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA			ANO 2002	AUTOR
LEI 108102, PÁG. 41577 col. 01			59	PODER EXECUTIVO (MSC 723/2002)
Ementa: Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.				Sancionado ou promulgado
ANDAMENTO				Publicado no Diário Oficial de
1	MESA			
2	Despacho: Submeta-se ao Plenário.			
3	Prazos: para apresentação de emendas de 17 a 22.08.02; para tramitação: na Comissão Mista de 16 a 29.08.02, na Câmara dos Deputados de 30.08 a 12.09.02, no Senado Federal de 13 a 26.09.02, no Congresso Nacional de 16.08 a 14.10.02; para votar a pauta a partir de 30.09.02; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 15.10.09 a 13.12.02.			Vetado
4	oCD 3108102, pág. 41577 col. 01			
5	PLENÁRIO			
6	Discussão em turno único.			
7	Matéria não apreciada, em face do encerramento da sessão.			
8	PLENÁRIO			
9	Discussão em turno único.			
10	Transferida para a sessão ordinária do dia 12.11.02, em face do acordo extraordinário entre os Senhores Líderes.			
11	PLENÁRIO			
12	Discussão em turno único.			
13	Transferida para a sessão ordinária do dia 12.11.02, em face do acordo extraordinário entre os Senhores Líderes.			
14	PLENÁRIO			
15	Discussão em turno único.			
16	Designação do Relator, Dep Francisco Dornelles, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV) e às 3 emendas a ela apresentadas na Comissão Mista do Congresso Nacional (CMCN), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação desta MPV na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado e rejeição das emendas de nºs 1 a 3.			
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				

COPIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 59 ANO 2002 (Verso da folha 01)

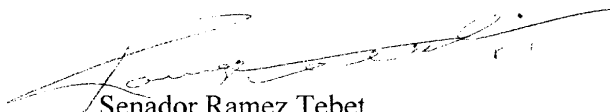
ANDAMENTO

1	PLENÁRIO
2	(Obs.: continuação da página anterior).
3	Discussão desta MPV pela Dep Jandira Feghali.
4	Encerrada a Discussão.
5	Votação preliminar em turno único.
6	Encaminhamento da votação pelos Deps Sérgio Miranda, Luiz Sérgio, Bispo Rodrigues, Jutahy Junior, Fernando Coruja e
7	Haroldo Lima.
8	Aprovada, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, esta MPV, quanto ao atendimento dos pressupostos
9	constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária.
10	Votação, quanto ao mérito, em turno único.
11	Questão de Ordem do Dep Arnaldo Faria de Sá versando sobre a impossibilidade do relator apresentar PLV cuja modificação
12	proposta não tenha sido objeto das emendas apresentadas. Indeferida pela Presidência.
13	O Dep Arnaldo Faria de Sá recorre da decisão da Presidência à CCJR.
14	Aprovado o PLV000252002, com voto contrário do Dep Arnaldo Faria de Sá.
15	Prejudicadas esta MPV e as emendas a ela apresentadas.
16	Votação da redação final.
17	Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep
18	A matéria vai ao Senado Federal.
19	(PLV 25-A/02).
20	
21	
22	MESA
23	Remessa ao SF, através do Of. PS. GSI/
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º. do art. 10 da Resolução nº. 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º. do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 32, de 2001, a **Medida Provisória nº. 59, de 15 de agosto de 2002**, que "*Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências*", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de outubro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 11 de outubro de 2002.



Senador Ramez Tebet
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

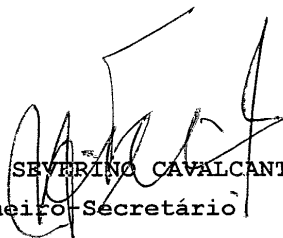
PS-GSE/ 717 /02

Brasília, 13 de novembro de 2002.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 59/02), que "Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente,



Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário do Senado Federal

N E S T A

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002.

DISPÕE SOBRE A EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA EMERGENCIAL, RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA, CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA (PROINFA), A CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO (CDE), DISPÕE SOBRE A UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA, DÁ NOVA REDAÇÃO ÀS LEIS Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996, Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998, Nº 3.890-A, DE 25 DE ABRIL DE 1961, Nº 5.655, DE 20 DE MAIO DE 1971, Nº 5.899, DE 5 DE JULHO DE 1973, Nº 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 5 º Não se aplicam as vedações constantes do art.39 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, às entidades oficiais de crédito público da União na concessão de financiamentos destinados, conforme as regras a serem fixadas pela GCE, a suprir a insuficiência de recursos, objeto da recomposição tarifária extraordinária de que trata o art.4 º desta Lei, das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e das empresas signatárias de contratos iniciais e equivalentes, assim reconhecidos em resolução da Aneel.

§ 1 º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por solicitação da GCE, instituirá programa, com caráter emergencial e excepcional, de apoio a concessionárias de serviços públicos de distribuição, geração e produtores independentes de energia elétrica, signatários dos contratos iniciais e equivalentes, assim reconhecidos em resolução da Aneel.

§ 2 º Caso instituído, o Programa a que se refere o § 1 º observará as diretrizes fixadas pela GCE, sendo as demais condições estabelecidas pelo BNDES.

§ 3 º Fica autorizada a instituição de programa de financiamento destinado a suprir insuficiência de recursos a ser recuperada por meio do disposto no art.6 º, de acordo com diretrizes fixadas em ato da GCE.

§ 4 º Fica autorizada a concessão de financiamentos incluídos nos programas de que trata este artigo ou de acesso a operações de efeito financeiro equivalente a entidades cujo controle acionário pertença a pessoas jurídicas de direito público interno ou a suas subsidiárias ou controladas.

Art. 6 º O mecanismo de que trata a Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, deverá conferir, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, tratamento isonômico às variações, verificadas em todo o exercício de 2001, de valores de itens da "Parcela A" previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, desconsiderando, para os fins deste artigo, variações daqueles itens eventualmente ocorridas até 31 de dezembro de 2000.

§ 1 º A aplicação do disposto no caput fica condicionada a pedido do interessado, que será instruído com:

I - declaração de renúncia a qualquer direito, pretensão, pleito judicial ou extrajudicial, bem como a desistência de qualquer demanda administrativa ou judicial em curso relativos às variações dos valores dos itens integrantes da "Parcela A" desde a data da assinatura do respectivo contrato de concessão até a data de 26 de outubro de 2001;

II - declaração do interessado de que não reivindicará revisão tarifária extraordinária relativa a fatos ocorridos desde a assinatura do contrato de concessão até o dia 31 de dezembro de 2001;

III - assinatura pelo interessado dos atos, transações, renúncias, declarações e desistências referidos no art.4^º e disciplinados em resolução da Aneel.

§ 2^º A aplicação do disposto no **caput** está sujeita ao princípio da modicidade tarifária e será implementada, após verificação dos documentos de instrução do pedido e homologação do montante pela Aneel, ao longo de período flexível.

§ 3^º O disposto no **caput** não se aplica, em hipótese alguma, a efeitos financeiros decorrentes de variações de valores de itens da "Parcela A" ocorridos em exercícios anteriores a 2001.

Art. 11. Fica a União autorizada, até o limite de R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. Em contrapartida aos títulos emitidos na forma deste artigo, o BNDES poderá utilizar, a critério do Ministro de Estado da Fazenda e, pelo valor presente, créditos detidos contra a BNDESPAR - BNDES Participações S.A.

Art. 12. O BNDES poderá recomprar da União, a qualquer tempo, os créditos referidos no parágrafo único do art.11, admitindo-se a dação em pagamento de bens e direitos de sua propriedade, a critério do Ministro de Estado da Fazenda.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

LEI Nº 9.365, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1996.

INSTITUI A TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO - TJLP, DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS-PASEP, DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.471-26, de 1996, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 11. Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador aplicados em depósitos especiais, definidos pelo art.9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, alterado pelo art.1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, destinados a programas de investimento voltados para a geração de emprego e renda, enquanto disponíveis nas instituições financeiras, serão remunerados, "pro rata die", pelo mesmo indexador estabelecido para remunerar os saldos diários dos depósitos da União, e, a partir da liberação das parcelas do financiamento ao tomador final, pela TJLP, "pro rata die".

* Artigo com redação dada pela Lei nº 9.872, de 23/11/1999.

Art. 12. Os saldos das contas dos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP terão, a partir de 1º de dezembro de 1994, a Taxa Referencial - TR a que alude o art.38 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, substituída pela TJLP, ajustada pelo fator de redução a que alude o art.8º desta Lei.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58, DE 2002

Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S. A., e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Pg

- Medida Provisória original nº 58/2002.....
- Mensagem do Presidente da República nº 719/02
- Exposição de Motivos nº 196/2002, dos Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Aviso nº 880/2002, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados.....
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional de prorrogação de prazo de vigência da Medida Provisória.....
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....
- Legislação citada.....

Medida Provisória nº 58, de 2002

Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam excluídas da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas, direta ou indiretamente, pela União que excedam o controle acionário do Banco do Brasil S.A.

Art. 2º A União fica autorizada a transferir, do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal para o Fundo Nacional de Desestatização - FND, as ações de sua titularidade, excedentes ao mínimo necessário à manutenção do controle acionário do Banco do Brasil S.A.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL**Nº 58, de 2002**

Exclui da vedação prevista no art. 3.º da Lei n.º 9.491, de 09 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S. A, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 9.069, de 29 de junho de 1995, e 9.491, de 9 de setembro de 1997, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam excluídas da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas, direta ou indiretamente, pela União que excedam o controle acionário do Banco do Brasil S.A.

Art. 2º A União fica autorizada a transferir, do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal para o Fundo Nacional de Desestatização – FND, as ações de sua titularidade, excedentes ao mínimo necessário à manutenção do controle acionário do Banco do Brasil S.A.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 2002: 181ª da Independência e 114ª da República.

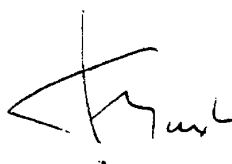


Mensagem nº 719, de 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 58, de 13 de agosto de 2002, que “Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”.

Brasília, 13 de agosto de 2002.



MF 00196 EMI MPV MP FAD FND

Brasília, 05 de agosto de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência minuta de medida provisória que excetua a vedação constante do art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, às ações detidas pela União, direta ou indiretamente, no capital do Banco do Brasil S/A, que excedem ao mínimo necessário a que a União mantenha o controle acionário da referida instituição financeira, e ainda, que desvincula ditas ações do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD, para que sejam depositadas no Fundo Nacional de Desestatização – FND.

2. Ressaltamos que a União detém atualmente 71,8% do capital da instituição, sendo titular de 73,2% do capital votante e 70% do capital preferencial, considerada referida participação em 5 de junho de 2002.

3. Ditas ações encontram-se atualmente vinculadas ao Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD, por força dos Decretos nº 1.349, de 28 de dezembro de 1994, nº 2.248, de 9 de junho de 1997 e nº 3.082, de 10 de junho de 1999, editados em atendimento aos ditames do art. 30 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

4. Objetivando a reestruturação social do Banco do Brasil S.A., fundamental se torna sua adesão ao seguimento do mercado de valores mobiliários instituído pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, denominado Novo Mercado, que implica haja percentual mínimo de 25% de suas ações em circulação, razão pela qual é necessário seja procedida oferta pública local de ações daquela instituição financeira, da ordem de 16,5% do capital total, de sorte a que seja atingido o percentual mínimo referido.

5. Ressalta-se, Senhor Presidente, que para o êxito da aludida oferta, oportuno e conveniente se torna a participação dos empregados brasileiros, mediante utilização dos respectivos recursos depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, regido pela Lei nº 8.036, de 1990, que, entretanto, somente permite a movimentação das contas para aquisição de valores mobiliários, se o for no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, regido pela Lei nº 9.491, de 1997.

6. Cabe salientar que, em recentes ofertas públicas de participações acionárias da União, constatou-se expressiva adesão dos empregados brasileiros com recursos depositados no FGTS, o que contribuiu sobremaneira para o sucesso das operações realizadas.

7. O cronograma proposto para a operação prevê que seja ela realizada, ainda, neste segundo semestre de 2002, o que configura a urgência do assunto, já tendo sido, inclusive, iniciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o processo de contratação da instituição responsável pela coordenação da oferta das ações.

8. Assim é que, para que se atinja tal objetivo, necessária se torna seja excetuada a vedação constante do art. 3º da Lei nº 9.491, de 1997, no que respeita às ações que excedem ao mínimo necessário à manutenção, pela União, do controle acionário da instituição e, também, que sejam elas desvinculadas do FAD, para que possam ser depositadas no FND.

9. É oportuno destacar, Senhor Presidente, que a desvinculação das ações de emissão do Banco do Brasil S/A do FAD e sua inclusão no FND não afetará a destinação dos recursos obtidos com a sua alienação, os quais serão integralmente utilizados para o abatimento da dívida pública mobiliária federal.

10. Por todo o exposto, submetemos à apreciação de Vossa Excelência a minuta de Medida Provisória em anexo.

Respeitosamente,

PEDRO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

GUILHERME GOMES DIAS
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento
e Gestão

Aviso nº 880 - SAP/C. Civil.

Brasília, 13 de agosto de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 58 , de 13 de agosto de 2002.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRÁSÍLIA-DF.

MPV Nº 58	
Publicação no DO	14-8-2002
Designação da Comissão	20- 8-2002
Instalação da Comissão	21-8-2002
Emendas	até 20-8-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	14-8 a 27-8-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	27-8-2002
Prazo na CD	de 28-8 a 10-9-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	10-9-2002
Prazo no SF	11-9 a 24-9-2002 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	24-9-2002
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	25-9 a 27-9-2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	28-9-2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso	12-10-2002 (60 dias)
Prazo prorrogado por + 60 dias	11-12-2002 (*)
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente do CN publ. no DOU de 14-10-2002	

MPV Nº 58	
Votação na Câmara dos Deputados	12-11-2002
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	
*Prazo final com prorrogação	11-12-2002
(*) prazo prorrogado por mais 60 dias, a partir de 13-10-2002, por Ato do Presidente do CN – DOU de 14/10/2002	

**PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58, DE 2002, PROFERIDO NO PLENÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA**

O SR. CARLOS ALBERTO ROSADO (PFL-RN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a medida provisória que aponta a possibilidade de venda das ações do Banco do Brasil atende a todos os preceitos regimentais e constitucionais.

O voto é pela aprovação da medida provisória.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

**PARECER APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO
RELATOR DESIGNADO PARA MANIFESTAR-SE
PELA COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DA APRE-
CIAÇÃO DA MATÉRIA**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58, DE 2002

**Exclui da vedação prevista no art. 3º
da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de
1997, as ações detidas pela União no ca-
pital do Banco do Brasil S.A., e dá outras
providências.**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Aroldo Cedraz**

I – Relatório

Trata-se de medida provisória destinada a excluir da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas direta ou indiretamente, pela União que excedam o controle acionário do Banco do Brasil S.A., permitindo, assim, a sua alienação. Para viabilizar a operação, o texto sob exame autoriza que as ações de titularidade da União sejam transferidas do Fundo de Amortização da Dívida Pública, onde encontram-se depositadas, para o Fundo Nacional de Desestatização – FND.

Uma vez esgotado o prazo para manifestação da Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 do texto constitucional, sem que a mesma houvesse sido instalada, e sem que fossem oferecidas quaisquer emendas, cabe-me, em decorrência de designação da Mesa da Câmara dos Deputados, oferecer parecer pela referida Comissão Mista à Medida Provisória nº 58, de 2002.

II – Voto do Relator

O primeiro aspecto a ser examinado é concernente à admissibilidade da Medida Provisória nº 58, de 2002, em face dos requisitos constitucionais de relevância e urgência e às vedações constantes do § 1º do art. 62 da Carta Magna.

A exposição de motivos que a acompanha salienta que o processo de venda das ações faz parte de uma operação de reestruturação social do Banco do Brasil, a qual torna fundamental a sua adesão ao segmento de mercado de valores mobiliários denominado “Novo Mercado”, instituído pela Bovespa. Para tanto, exige-se que no mínimo 25% das ações da instituição estejam em circulação o que, por sua vez, torna necessário a oferta pública de cerca de 16,5% do seu capital.

Por outro lado, o BNDES já iniciou os procedimentos para levar a cabo a operação e, inclusive, no

que se refere à contratação da instituição responsável pela coordenação da oferta de ações.

Vale mencionar, entretanto, que todas as medidas tornam-se inócuas caso não se altere a Lei nº 9.491/97, uma vez que ali existe uma vedação expressa relativamente ao Banco do Brasil.

Considero, portanto, que a medida provisória sob exame satisfaz os pressupostos de relevância e urgência exigidos para sua edição, tendo sido enviada ao Congresso Nacional nos termos previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Medida Provisória nº 58, de 2002, não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição. Dessa forma, também quanto aos requisitos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa não há qualquer objeção a fazer.

Com base nas informações contidas na exposição de motivos que a acompanha, a operação não representará gastos para o Executivo e os recursos obtidos com a alienação das ações serão integralmente utilizados para o abatimento da dívida pública federal, destinação idêntica à do Fundo onde encontravam-se depositadas. Isso permite concluir pela adequação orçamentária e financeira da proposta, em conformidade com o que dispõe o art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Mas vejamos o mérito da questão. Quero deixar claro, inicialmente, minha absoluta convicção de que o Banco do Brasil é uma instituição imprescindível como instrumento do Governo Federal, especialmente no que diz respeito à condução e implementação de sua política agrícola.

Assim, considero de grande valia o dispositivo incluído na Lei nº 9.491/97, impedindo a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND. Por outro lado, devemos considerar que o controle do Banco pela União não deve ser empecilho para a sua modernização que, ao contrário, deve ser perseguida como objetivo constante se queremos manter sua posição de relevância no cenário financeiro nacional.

Manifesto-me, em consequência, pela admissibilidade da Medida Provisória nº 58, de 2002, que foi encaminhada ao Congresso Nacional nos termos previstos pelo art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, considerando atendidos os pressupostos de relevância e urgência, bem como observadas as vedações expressas no texto constitucional. Opino, também, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da medida provisória, bem como pela sua adequação orçamentária e financeira. No mérito, pronuncio-me pela aprovação da Medida Provisória nº 58, de 2002, nos termos em que foi proposta.

Sala das Sessões, de de 2002. – Deputado
Aroldo Cedraz, Relator.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58	ANO 2002	AUTOR
Ementa: Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.				PODER EXECUTIVO (MSC 719/2002)
				Sancionado ou promulgado
				Publicado no Diário Oficial de
				Vetado
				Razões do veto-publicadas no
ANDAMENTO				
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10	29.08.02			
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				

ANDAMENTO

MESA

Despacho: Submeta-se ao Plenário.

Prazos: para apresentação de emendas de 15 a 20.08.02; para tramitação: na Comissão Mista de 14 a 27.08.02, na Câmara dos Deputados de 28.08 a 10.09.02, no Senado Federal de 11 a 24.09.02, no Congresso Nacional de 14.08 a 12.10.02; para sobrestar a pauta: a partir de 28.09.02; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 13.10.09 a 11.12.02.

29.08.02 4/1/74 01

PLENÁRIO

Discussão em turno único.

Matéria não apreciada, em face do encerramento da sessão.

PLENÁRIO

Discussão em turno único.

Transferida para a sessão ordinária do dia 12.11.02, em face do acordo extraordinário entre os Senhores Líderes.

PLENÁRIO

Discussão em turno único.

Designação do Relator, Dep Carlos Alberto Rosado, para proferir parecer? Medida Provisória (MPV), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela aprovação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação. Encerrada a discussão.

(Verso da folha 01)

AIO 2002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58

ANDAMENTO

PLENÁRIO

(Obs.: continuação da página anterior).

Votação preliminar em turno único.

Aprovada, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, esta MPV, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Aprovada esta MPV.

Votação da redação final.

Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep

A matéria vai ao Senado Federal.

(MPV 58-A/02).


MESA

Remessa ao SF, através do Of PS_GSE/

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º. do art. 10 da Resolução nº. 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º. do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 32, de 2001, a **Medida Provisória nº. 58, de 13 de agosto de 2002**, que “*Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de outubro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, // de outubro de 2002.



Senador Ramez Tebet
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PS-GSE/718/02

Brasília, 13 de novembro de 2002.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 58, de 2002, do Poder Executivo, que "Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente,



Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997.

ALTERA PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, REVOGA A LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal, e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21 e a alínea "c" do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações.

Art. 4º As desestatizações serão executadas mediante as seguintes modalidades operacionais:

I - alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, preferencialmente mediante a pulverização de ações;

II - abertura de capital;

III - aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição;

IV - alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações;

V - dissolução de sociedade ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a consequente alienação de seus ativos;

VI - concessão, permissão ou autorização de serviços públicos.

§ 1º A transformação, a incorporação, a fusão ou a cisão de sociedades e a criação de subsidiárias integrais poderão ser utilizadas a fim de viabilizar a implementação da modalidade operacional escolhida.

§ 2º Na hipótese de dissolução, caberá ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acompanhar e tomar as medidas cabíveis à efetivação da liquidação da empresa.

§ 2º Na hipótese de dissolução, caberá ao Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado acompanhar e tomar as medidas cabíveis à efetivação da liquidação da empresa.

§ 3º Nas desestatizações executadas mediante as modalidades operacionais previstas nos incisos I, IV, V e VI deste artigo, a licitação poderá ser realizada na modalidade de leilão.

Art. 5º O Programa Nacional de Desestatização terá como órgão superior de decisão o Conselho Nacional de Desestatização - CND, diretamente subordinado ao Presidente da República, integrado pelos seguintes membros:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2002

(Proveniente da Medida Provisória nº 61, de 2002)

Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo, público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pg
- Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002, aprovado pela Câmara dos Deputados.....
- Medida Provisória original nº 61/2002.....
- Mensagem do Presidente da República nº 725/02
- Exposição de Motivo nº 187/2002, dos Ministros de Estado da Fazenda e da Defesa
- Aviso nº 886/2002, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados.....
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....
- Legislação citada.....

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2002

(Proveniente da Medida Provisória nº 61, de 2002)

Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra, ocorridos no Brasil ou no exterior, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

§ 1º O montante global das despesas de responsabilidades civis referidas no caput fica limitado ao equivalente em reais a US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América) para o total dos eventos contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

§ 2º As despesas de responsabilidades civis perante terceiros, na hipótese da ocorrência de danos a pessoas de que trata o caput deste artigo, estão limitadas exclusivamente à reparação de danos pessoais.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A receita a que se refere o art. 1º desta Lei destinar-se-á à amortização da dívida pública mobiliária federal.

Parágrafo único. A receita a que se refere o caput deste artigo poderá ser destinada para atender eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo." (NR)

Art. 3º O Ministério da Fazenda definirá as normas para a operacionalização da assunção de que trata esta Lei, segundo disposições estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º Caberá ao Ministro de Estado da Defesa, ouvidos os órgãos competentes, atestar que a despesa a que se refere o art. 1º desta Lei ocorreu em virtude de atentados terroristas ou atos de guerra, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001.

Art. 5º Fica a União autorizada a emitir títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, para atender eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 61, DE 2002

Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior.

Parágrafo único. O montante global das despesas de responsabilidades civis referidas no **caput** fica limitado ao equivalente em reais a US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América) para o total dos eventos.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º A receita a que se refere o art. 1º desta Lei destinar-se-á à amortização da dívida pública mobiliária federal.

Parágrafo único. A receita a que se refere o **caput** deste artigo poderá ser destinada para atender eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior.” (NR)

Art. 3º O Ministério da Fazenda definirá as normas para a operacionalização da assunção de que trata esta Lei, segundo disposições estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º Caberá ao Ministro de Estado da Defesa, ouvidos os órgãos competentes, atestar que a despesa a que se refere o art. 1º desta Medida Provisória ocorreu em virtude de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior.

Art. 5º Fica a União autorizada a emitir títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atender eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

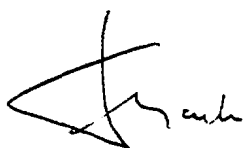
Brasília, 16 de agosto de 2002: 181ª da Independência e 114ª da República.

Mensagem nº 725, de 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 61, de 16 de agosto de 2002, que "Dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de Empresas Aéreas Brasileiras".

Brasília, 16 de agosto de 2002.



MF 00187 EMI MPV MD SEGURO AERONAVES

Brasília, 29 de julho de 2002.

Senhor Presidente da República.

Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória que "*Dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras. e dá outras providências*".

2. A Medida Provisória nº 2, de 24 de setembro de 2001, convertida na Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, autorizou a União a assumir as responsabilidades civis perante terceiros no caso de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior. Estabeleceu, ainda,

que o montante global das assunções ficava limitado ao maior valor estabelecido pelos países estrangeiros nos quais operam empresas aéreas brasileiras, deduzido o montante coberto pelas seguradoras internacionais (no caso estipulado em US\$ 150 milhões). O Poder Executivo renovou essa cobertura por períodos de trinta dias, contados a partir das 00:00 horas do dia 25 de setembro de 2001, por meio dos Decretos nº 3.979, de 23 de outubro de 2001, nº 4.026, de 22 de novembro de 2001, nº 4.060, de 21 de dezembro de 2001, e nº 4.093 de 18 de janeiro de 2002, até o limite de 120 dias, prazo máximo permitido pela Lei nº 10.309, de 2001, supracitada.

3. A Medida Provisória nº 32, de 18 de fevereiro de 2002, convertida na Lei nº 10.459, de 15 de maio de 2002, prorrogou a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 2001, por mais trinta dias, facultando ainda ao Poder Executivo prorrogar adicionalmente tal autorização por mais cento e cinquenta dias. O Decreto nº 4.139, de 21 de fevereiro de 2002, prorrogou por trinta dias, a partir da zero hora do dia 22 de fevereiro de 2002, a autorização estabelecida no art. 1º da Lei nº 10.459, de 2002, e no Decreto nº 3.953, de 5 de outubro de 2002, que regulamentou dispositivos sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil e no exterior.

4. Posteriormente, os Decretos nº 4.171, de 21 de março de 2002, nº 4.203, de 19 de abril de 2002, nº 4.242, de 21 de maio de 2002, nº 4.274, de 20 de junho de 2002, e, por fim, o Decreto nº 4.306, de 18 de julho de 2002, prorrogaram a autorização acima por mais cento e cinquenta dias.

5. À semelhança de outros Governos, a lei brasileira objetivou oferecer uma solução para a falha de mercado no que se refere aos seguros supracitados para impedir a interrupção do transporte aéreo do país, que é um serviço público imprescindível aos usuários que necessitam se locomover por esse meio de transporte. Com esse intuito, o Conselho de Aviação Civil – CONAC, por meio da Resolução nº 001, de 24 de janeiro de 2002, aprovou a proposta de assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros, no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras, nas mesmas condições previstas na Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001. Segundo decisão do CONAC, a garantia seria por prazo de até 30 dias, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, desde que não fossem criadas alternativas de mercado adequadas, conforme estabelecido em Decreto, até o limite de 180 dias, a contar do vencimento da Lei nº 10.309, de 2001. Assim, o CONAC propôs a edição da Medida Provisória nº 32, de 2002, com esse objetivo, tendo em vista a exigüidade do prazo para a sua implementação.

6. Paralelamente, a Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, da qual o país é membro, aprovou, na reunião do dia 27 de maio de 2002, proposta de criação de uma empresa seguradora mútua, a ser constituída pelas companhias aéreas, ficando os governos das empresas participantes responsáveis pelo resseguro. Esse mecanismo só será efetivado se os governos participantes representarem, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das contribuições da OACI. Ficou estabelecido, ainda, que a participação máxima de cada governo no resseguro ficaria limitada ao percentual de contribuição de cada país na OACI, considerando o teto de US\$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de dólares dos Estados Unidos da América). A OACI oficiou ao governo dos países membros para que se pronunciem a respeito da participação no referido mecanismo. O CONAC, por meio da Resolução nº 8, de 10 de julho de 2002, aprovou a manifestação, em princípio, por parte do Governo Brasileiro, de participar do “*Esquema Global Relativo ao Seguro de Risco de Guerra na Aviação*”, sujeita a avaliação dos termos e condições definitivos daquele esquema e observados os procedimentos constitucionais brasileiros para a aprovação de atos internacionais, o que não garante a efetivação do mecanismo e a participação do Brasil, já que várias condicionantes ainda dependem de maiores esclarecimentos, além da adesão de vários países, para que o limite mínimo seja alcançado.

7. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, mesmo que os governos que desejam participar representem, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das contribuições da OACI, o processo de constituição da empresa mútua e a necessidade de que as decisões dos governos sejam referendadas pelo Poder Legislativo de cada país provocarão um atraso no início do funcionamento do mecanismo de, no mínimo, seis meses.

8. Ocorre que a Lei nº 10.459, de 2002, autorizou a União a prorrogar a assunção das responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras somente até o dia 20 de agosto de 2002, o que deixaria as empresas sem cobertura por longo período. Ainda assim, mesmo que o Brasil venha a participar, a exposição máxima do Governo Brasileiro poderia chegar a, aproximadamente, US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

9. Para fazer frente a esse problema, e tendo em vista que dificilmente os prêmios para o seguro aéreo para essa finalidade retornarão aos patamares anteriores aos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, torna-se necessária a manutenção da cobertura.

10. Da mesma forma que a Lei nº 10.459, de 2002, a proposta ora encaminhada autoriza a União a assumir as obrigações e responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior, limitado ao valor em reais equivalente a um US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América).

11. A cobertura passa a ser integral, não mais sendo exigida a contratação de uma cobertura de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao mercado segurador internacional, desonerando as empresas aéreas brasileiras de despesas da ordem de US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cifra equivalente a cerca de 50% (cinquenta por cento) do prejuízo operacional contabilizado pelas empresas aéreas brasileiras em 2002.

12. Preserva-se, também, a competitividade das empresas aéreas brasileiras no mercado internacional, uma vez que suas concorrentes européias e norte-americanas gozam de benefícios equivalentes, além da economia de divisas, pois o seguro é contratado no mercado internacional.

13. A Medida Provisória ora proposta também altera a redação do art. 2º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que destina recursos provenientes de parte das tarifas de embarque internacional e respectivo adicional tarifário ao Tesouro Nacional, para amortização da dívida pública mobiliária federal, acrescentando um parágrafo único, que permitirá que esses recursos possam ser destinados, numa eventualidade, à cobertura das obrigações assumidas, cabendo lembrar que são recursos da ordem de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) por ano, em 2001, ou cerca de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), arrecadados de empresas brasileiras e estrangeiras, que permanecem contabilizados como superávit primário, mas passam a gerar estes benefícios.

14. A proposta autoriza ainda a União, se necessário, a emitir títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atender a eventuais despesas decorrentes das garantias oferecidas e atribui ao Ministério da Fazenda a competência para regular a operacionalização dessas disposições. Estabelece, ainda, que o Ministério da Defesa tem de atestar que as ocorrências de que trata esta proposta decorrem de atentados terroristas ou atos de guerra.

15. A urgência e relevância necessárias à edição de Medida Provisória encontram-se atendidas, tendo em vista que a atual garantia oferecida às empresas aéreas brasileiras expira em 20 de agosto próximo, o que representaria um risco para a continuidade dos serviços.

16. Diante do exposto, o CONAC, na reunião do dia 10 de julho de 2002, deliberou pelo encaminhamento desta Medida Provisória à apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente.

PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO
Ministro de Estado da Defesa

Aviso nº 886 - SAP/C. Civil.

Brasília, 16 de agosto de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 61, de 16 de agosto de 2002.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF

MPV Nº 61	
Publicação no DO	19-8-2002
Designação da Comissão	20- 8-2002
Instalação da Comissão	21-8-2002
Emendas	até 25-8-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	19-8 a 1º-9-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	1º-9-2002
Prazo na CD	de 2-9 a 15-9-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	15-9-2002
Prazo no SF	16-9 a 29-9-2002 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	29-9-2002
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	30-9 a 2-10-2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	3-10-2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso	17-10-2002 (60 dias)
Prazo prorrogado por + 60 dias	16-12-2002 (*)
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente do CN publ. no DOU de 17-10-2002	

MPV Nº 61	
Votação na Câmara dos Deputados	12-11-2002
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	
*Prazo final com prorrogação	16-12-2002
(*) prazo prorrogado por mais 60 dias, a partir de 18-10-2002, por Ato do Presidente do CN – DOU de 17/10/2002	

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 61, DE 2002, OFERECIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA.

O SR. HERCULANO ANGHINETTI (PPB-MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. A Medida Provisória nº 61, de 2002, dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros, no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira, operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público.

O nosso voto é pela constitucionalidade, adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da medida provisória, nos termos do projeto de lei de conversão em anexo.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº ,DE 2002

Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, ~~passageiros ou não~~, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra, ocorridos no Brasil ou no exterior, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

§ 1º O montante global das despesas de responsabilidades civis referidas no caput fica limitado ao equivalente em reais a US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América) para o total dos eventos contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

§ 2º As despesas de responsabilidades civis perante terceiros, na hipótese da ocorrência de danos a pessoas de que trata o caput deste artigo, estão limitadas exclusivamente à reparação de danos pessoais.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A receita a que se refere o art. 1º desta Lei destinar-se-á à amortização da dívida pública mobiliária federal.

Parágrafo único. A receita a que se refere o caput deste artigo poderá ser destinada para atender eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, ~~passageiros ou não~~, provocados

por atentados terroristas ou atos de guerra, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.” (NR)

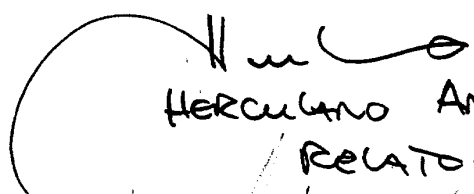
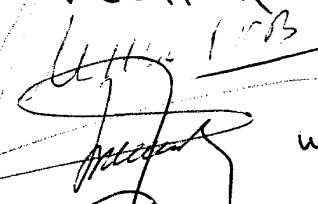

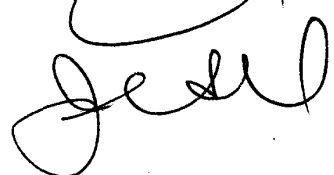
Art. 3º O Ministério da Fazenda definirá as normas para a operacionalização da assunção de que trata esta Lei, segundo disposições estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º Caberá ao Ministro de Estado da Defesa, ouvidos os órgãos competentes, atestar que a despesa a que se refere o art. 1º desta Medida Provisória ocorreu em virtude de atentados terroristas ou atos de guerra, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001.

Art. 5º Fica a União autorizada a emitir títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, para atender eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, ~~passageiros ou não~~, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra, conforme as coberturas de seguro existentes em 10 de setembro de 2001, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 12 de novembro de 2002.


HERCÚLIO ANGHINETTI
RELATOR

WALTER

CORDEIRO

JOÃO ANTÔNIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA			MEDIDA PROVISÓRIA Nº 61	ANO 2002	AUTOR
Ementa: Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.					PODER EXECUTIVO (MSC 725/2002)
					Sancionado ou promulgado
					Publicado no Diário Oficial de
					Vetado
					Razões do veto-publicadas no
ANDAMENTO					
MESA					
1	04.09.02	Despacho: Submeta-se ao Plenário.			
2		Prazos: para apresentação de emendas de 20 a 25.08.02; para tramitação: na Comissão Mista de 19.08 a 01.09.02, na Câmara dos Deputados de 02 a 15.09.02, no Senado Federal de 16 a 29.09.02, no Congresso Nacional de 19.08 a 17.10.02; para sobrestar a pauta: a partir de 03.10.02, de prorrogação pelo Congresso Nacional de 18.10 a 15.12.02 + 01 (um) dia.			
3		OCD/18/09/02, pág. 42746 col. 01			
4					
5					
6					
7					
8					
9		PLENÁRIO			
10	05.11.02	Discussão em turno único.			
11		Matéria não apreciada, em face do encerramento da sessão.			
12		PLENÁRIO			
13		Discussão em turno único.			
14	06.11.02	Transferida para a sessão ordinária do dia 12.11.02, em face do acordo extraordinário entre os Senhores Líderes.			
15					
16					
17					
18					
19		PLENÁRIO			
20	12.11.02	Discussão em turno único.			
21		Designação do Relator, Dep Herculano Anghinetti, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado.			
22		Discussão desta MPV pelo Dep Arnaldo Faria de Sá.			
23					
24					
25					

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 61 ANO 2002 (Verso da folha 01)

ANDAMENTO

PLENÁRIO

1 12.11.02 (Obs.: continuação da página anterior).

2 Encerrada a discussão.

3 Votação preliminar em turno único.

4 Aprovada, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, esta MPV, quanto ao atendimento dos pressupostos

5 constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária.

6 Votação, quanto ao mérito, em turno único.

7 Aprovado o PLV000262002, com voto contrário do Dep Arnaldo faria de São.

8 Prejudicada esta MPV.

9 Votação da redação final.

10 Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep

11 A matéria vai ao Senado Federal.

12 (PLV 26-A/02).

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

MESA

Remessa ao SF, através do Of PS_GSE/

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º. do art. 10 da Resolução nº. 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º. do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 32, de 2001, a **Medida Provisória nº. 61, de 16 de agosto de 2002**, que “*Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de outubro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, de outubro de 2002.



Senador Ramez Tebet
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PS-GSE/ 719 /02

Brasília, 13 de novembro de 2002.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 61/02), que "Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente,



Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor

Senador CARLOS WILSON

Primeiro-Secretário do Senado Federal

N E S T A

LEI Nº 9.825, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.

DISPÕE SOBRE O RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL DE PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Constitui receita própria do Tesouro Nacional a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2, de 9 de dezembro de 1997, do então Ministério da Aeronáutica, às Tarifas de Embarque Internacional, vigentes naquela data, incluindo o seu correspondente Adicional Tarifário, previsto na Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989.

Parágrafo único. O Comando da Aeronáutica e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO adotarão, no prazo de até trinta dias, as providências necessárias para:

I - discriminar os valores correspondentes a esta Lei nos respectivos demonstrativos de arrecadação;

II - promover o recolhimento dos valores ao Tesouro Nacional até o décimo quinto dia útil do mês subsequente à arrecadação;

III - dar cumprimento aos efeitos financeiros desta Lei, determinado no art. 4, inclusive mediante o repasse ao Tesouro Nacional, em até sessenta dias, dos valores correspondentes.

Art. 2º A receita a que se refere o artigo anterior destinar-se-á, exclusivamente, à amortização da dívida pública mobiliária federal.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.903-7, de 29 de junho de 1999.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 11 de janeiro de 1998.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2002
(Proveniente da Medida Provisória nº 62, de 2002)

Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pg
- Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2002, aprovado pela Câmara dos Deputados.....	
- Medida Provisória nº 62, de 2002.....	
- Mensagem do Presidente da República nº 738/2002.....	
- Exposição de Motivos Interministerial nº 112/2002, do Ministro de Estado do Meio Ambiente.....	
- Aviso nº 903/2002, da Casa Civil da Presidência da República.....	
- Calendário de tramitação da Medida Provisória.....	
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados.....	
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.....	
- Ato da Mesa do Congresso Nacional de prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória.....	
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....	
- Legislação citada.....	

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2002

(Proveniente da Medida Provisória nº 62, de 2002)

Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.25.

.....

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

.....

§ 5º Tratando-se de madeiras, serão levadas a leilão, e o valor arrecadado, revertido ao órgão ambiental responsável por sua apreensão.

§ 6º Estão impedidos de participar do processo de leilão as empresas ou consórcio de empresas ou pessoas físicas que:

I - estiverem em cumprimento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta; ou

II - estiverem respondendo a inquérito referente a crimes ambientais; ou

III - tenham sido multados por corte ilegal de árvores." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 62, DE 2002

Altera o art. 25 da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25.

“§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

“§ 5º Tratando-se de madeiras, serão levadas a leilão, e o valor arrecadado, revertido ao órgão ambiental responsável por sua apreensão.” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação-

Brasília, 22 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.



Mensagem nº 738, de 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 62, de 22 de agosto de 2002, que “Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”.

Brasília, 22 de agosto de 2002.



EM Nº 112/MMA/2002

Brasília, 14 de agosto de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o projeto de Medida Provisória, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

2. É sabido que a exploração ilegal de madeira em nosso país, infelizmente, é uma realidade. No entanto, o aparato administrativo necessário para coibir essas práticas predatórias e ilícitas, precisa ser aprimorado e dinamizado, possibilitando que o Poder Público cumpra, com eficiência, o seu munus de preservar e proteger o meio ambiente, conforme preconizado por nossa Carta Magna.

3. Ocorre, todavia, que a atual Lei nº 9.605, de 1998, não prevê em nenhum de seus dispositivos a possibilidade de serem levadas a leilão as madeiras apreendidas por infração ambiental. Tal lacuna legislativa tem causado vários entraves aos gestores ambientais entre os quais a implementação de ações que propiciem a guarda da madeira, enquanto se processa sua destinação.

4. A presente proposta tem por objetivo permitir que a Administração Pública tenha condições legais de transformar o produto da apreensão, no caso a madeira, em numerário, a ser revertido aos órgãos ambientais que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA.

5. Quanto à urgência da medida proposta, ela se justifica pelo fato de, atualmente, estarem apreendidos mais de 40.000m³ (quarenta mil metros cúbicos) de madeira. O armazenamento adequado para garantir a integridade desse grande volume de madeira não é possível, o que tem causado sua deterioração, impossibilitando, inclusive, a sua doação, conforme prevê atualmente a legislação. A adoção de um instrumento ágil - o leilão - para uma outra forma de destinação da madeira apreendida por parte do IBAMA é fundamental para o alcance efetivo da sanção imposta aos infratores, além de possibilitar o fortalecimento do poder fiscalizador dos órgãos competentes no combate aos crimes ambientais.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam o encaminhamento do presente projeto de Medida Provisória, que ora submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

Aviso nº 903 - SAP/C. Civil.

Brasília, 22 de agosto de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 62, de 22 de agosto de 2002.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRÁSILIA-DF

MPV Nº 62	
Publicação no DO	23-8-2002
Designação da Comissão	28-8-2002
Instalação da Comissão	29-8-2002
Emendas	até 29-8-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	23-8 a 5-9-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	5-9-2002
Prazo na CD	de 6-9 a 19-9-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	19-9-2002
Prazo no SF	20-9 a 3-10-2002 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	3-10-2002
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	4-10 a 6-10-2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	7-10-2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso	21-10-2002 (60 dias)
Prazo prorrogado por + 60 dias	20-2-2003 (*)
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente do CN publ. no DOU de 21-10-2002	

MPV Nº 62	
Votação na Câmara dos Deputados	12-11-2002
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	
*Prazo final com prorrogação	20-2-2003
(*) prorrogado por mais 60 dias, a partir de 22-10-2002, por Ato do Presidente do CN – DOU de 21/10/2002	

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 62, DE 2002, OFERECIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA.

O SR. PAULO MARINHO (PFL-MA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mudamos a medida provisória e acrescentamos um parágrafo ao art. 25, estabelecendo que as empresas que forem punidas não poderão participar dos leilões. Nesse caso, as empresas que estiveram em cumprimento de termo de compromisso de ajustamento de conduta ou respondendo a inquérito referente a crimes ambientais ou sido multadas por corte ilegal de árvores não poderão participar dos leilões previstos nessa mudança do artigo que muda essa lei ambiental.

É o relatório, Sr. Presidente.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 62, DE 2002

Projeto de Lei de Conversão

Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Dê-se à Medida Provisória nº 62, de 2002 a seguinte redação:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 25.....

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 5º Tratando-se de madeiras, serão levadas a leilão, e o valor arrecadado, revertido ao órgão ambiental responsável por sua apreensão." (NR)

§ 6º Estão impedidos de participar do processo de leilão as empresas ou consórcio de empresas ou pessoas físicas que: (NR)

a) estiverem em cumprimento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, ou;

b) estiverem respondendo a inquérito referentes a crimes ambientais, ou;

c) tenham sido multados por corte ilegal de árvores.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de de 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 62	ANO 2002	AUTOR
Ementa: Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.				PODER EXECUTIVO (MSC 738/2002) Sanctionado ou promulgado
ANDAMENTO				Publicado no Diário Oficial de
1	MESA			Vezado
2	06.09.02	Despacho: Submete-se ao Plenário.		Razões do veto-publicadas no
3		Prazos: para apresentação de emendas de 24 a 29.08.02; para tramitação: na Comissão Mista de 23.08 a 05.09.02; na Câmara dos Deputados de 06 a 19.09.02; no Senado Federal de 20.09 a 03.10.02; no Congresso Nacional de 23.08 a 21.10.02; para sobrestar a pauta: a partir de 07.10.02; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 22.10 a 15.12.02 + 05(cinco) dias.		
4		nrn/86.9/col. 2		
5				
6				
7				
8				
9	PLENÁRIO			
10	05.11.02	Discussão em turno único.		
11		Materia não apreciada, em face do encerramento da sessão.		
12				
13	PLENÁRIO			
14	06.11.02	Discussão em turno único.		
15		Transferida para a sessão ordinária do dia 12.11.02, em face do acordo extraordinário entre os Senhores Líderes.		
16				
17				
18				
19	PLENÁRIO			
20	12.11.02	Discussão em turno único.		
21		Designação do Relator: Dep Paulo Marinho, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado.		
22		Encerrada a discussão.		
23				
24				
25				

CON

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 62
ANO 2002 (Verso da folha 01)

ANDAMENTO

PLENÁRIO

12.11.02
1 (Obs.: continuação da página anterior).
2 Votação preliminar em turno único.
3 Aprovada, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, esta MPV, quanto ao atendimento dos pressupostos
4 constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária.
5 Votação, quanto ao mérito, em turno único.
6 Aprovado o PLV 000272002.
7 Prejudicada esta MPV.
8 Votação da redação final.
9 Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep
10 A matéria vai ao Senado Federal.
11 (PLV 27-A/02).
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

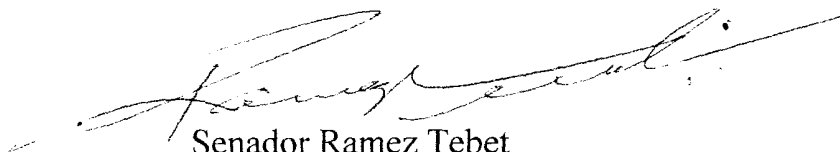
MESA

Remessa ao SF, através do Of PS_GSE/

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º. do art. 10 da Resolução nº. 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º. do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 32, de 2001, a **Medida Provisória nº. 62, de 22 de agosto de 2002**, que “*Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 22 de outubro de 2002, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, de outubro de 2002.



Senador Ramez Tebet
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PS-GSE/720 /02

Brasília, 13 de novembro de 2002.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 62/02), que "Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente,



Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

Ofício MPv – Projeto de Lei de Conversão

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.605, DE 12 DE DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO III

DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão libertados em seu "habitat" ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 3º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 4º Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

CAPÍTULO IV

DA AÇÃO E DO PROCESSO PENAL

Art. 26. Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública incondicionada.

Parágrafo único. (VETADO)

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2002 **(Proveniente da Medida Provisória nº 69, de 2002)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pg
- Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, aprovado pela Câmara dos Deputados.....	
- Medida Provisória original nº 69/2002.....	
- Mensagem do Presidente da República nº 824/02	
- Exposição de Motivos nº 36/2002, dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, das Relações Exteriores, a Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde e do Meio Ambiente	
- Aviso nº 1.043/2002, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.....	
- Calendário de tramitação da Medida Provisória	
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista.....	
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados.....	
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados	
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....	

Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002

(Proveniente da Medida Provisória nº 69, de 2002)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regula a proteção, contra o uso comercial desleal, de informações relativas aos resultados de testes ou outros dados não divulgados apresentados às autoridades competentes como condição para aprovar ou manter o registro para a comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos seus componentes e afins.

Parágrafo único. As informações protegidas serão aquelas cuja elaboração envolva esforço considerável e que tenham valor comercial enquanto não divulgadas.

Art. 2º Consideram-se não divulgadas as informações que, até a data da solicitação do registro:

I - não sejam facilmente acessíveis a pessoas que normalmente lidam com o tipo de informação em questão, seja como um todo, seja na configuração e montagem específicas de seus componentes; e

II - tenham sido objeto de precauções eficazes para manutenção da sua confidencialidade pela pessoa legalmente responsável pelo seu controle.

Parágrafo único. Atendido o disposto nos incisos I e II, presumem-se não divulgadas as informações apresentadas sob declaração de confidencialidade.

Art. 3º A proteção das informações, definidas na forma dos arts. 1º e 2º e pelos prazos do art. 4º, implicará a:

I - não-utilização pelas autoridades competentes dos resultados de testes ou outros dados a elas apresentados em favor de terceiros;

II - não-divulgação dos resultados de testes ou outros dados apresentados às autoridades competentes, exceto quando necessário para proteger o público.

§ 1º O regulamento disporá sobre as medidas adequadas para a não-divulgação de tais informações por parte das autoridades às quais foram apresentadas, garantindo, porém, o seu livre acesso ao público em geral após o período de proteção a que se refere o art. 4º.

§ 2º Após o período de proteção, as autoridades competentes pelo registro deverão, sempre que solicitadas, utilizar as informações disponíveis para registrar produtos de terceiros, ressalvada a possibilidade de exigir outras informações quando tecnicamente necessário.

Art. 4º Os prazos de proteção a que se refere o art. 3º serão:

I - para os produtos que utilizem novas entidades químicas ou biológicas, de dez anos contados a partir da concessão do registro ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, o que ocorrer primeiro, garantido no mínimo um ano de proteção;

II - para os produtos que não utilizem novas entidades químicas ou biológicas, de cinco anos contados a partir da concessão do registro ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, o que ocorrer primeiro, garantido no mínimo um ano de proteção;

III - para novos dados exigidos após a concessão do registro dos produtos mencionados nos incisos I e II, pelo prazo de proteção remanescente concedido aos dados do registro correspondente ou um ano contado a partir da apresentação dos novos dados, o que ocorrer por último.

§ 1º Para a proteção estabelecida nesta Lei, considera-se nova entidade química ou biológica toda molécula ou organismo ainda não registrados no Brasil, podendo ser análogos ou homólogos a outra molécula ou organismo, independentemente de sua finalidade.

§ 2º Os prazos a que se refere o caput não poderão ultrapassar o prazo de vigência da respectiva patente.

Art. 5º Durante os prazos determinados no art. 4º, as informações definidas no art. 1º somente poderão ser utilizadas pela autoridade competente para instruir ou justificar concessão de registro de terceiros mediante prévia autorização do detentor do registro.

Art. 6º Aquele que apresentar à autoridade competente as informações objeto de proteção na forma desta Lei poderá, a qualquer tempo, autorizar seu uso para ou por terceiros.

Art. 7º Durante os prazos de proteção, as autoridades competentes poderão utilizar, a pedido de terceiros, de forma compulsória, as informações de que tratam os arts. 1º e 2º para a concessão do registro de produto a terceiros, desde que decorridos dois anos da concessão do registro sem que tenha o produto sido comercializado no Brasil.

§ 1º O pedido de utilização compulsória deverá ser apresentado à autoridade competente pelo registro mediante indicação, pelo requerente do pedido, das condições oferecidas.

§ 2º Será considerada aceita a proposta nas condições oferecidas se, apresentado o pedido e intimado o detentor do registro, deixar ele de apresentar manifestação no prazo de sessenta dias da intimação.

§ 3º Não havendo acordo entre o detentor do registro e o requerente do pedido quanto à remuneração adequada, a autoridade competente submeterá a questão a arbitramento.

§ 4º O pedido, incluindo o arbitramento da remuneração, será decidido por comissão composta por representantes dos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde, meio ambiente, propriedade intelectual, política industrial e defesa da concorrência.

§ 5º No arbitramento da remuneração, poderão ser realizadas as necessárias diligências, considerando as circunstâncias de cada caso, levando-se em conta, obrigatoriamente, o valor econômico das informações, podendo a comissão ouvir especialistas não integrantes dos quadros das instituições que a compõem.

§ 6º O quórum para a deliberação e o funcionamento da comissão serão definidos em regulamento.

§ 7º Instruído o processo, a comissão emitirá parecer em trinta dias, intimando as partes para se manifestarem no prazo comum de trinta dias.

§ 8º Decorrido o prazo fixado no § 7º, mesmo que não apresentadas as manifestações, o processo será decidido, encerrando-se a instância administrativa.

Art. 8º Poderá também ser concedida utilização compulsória para o uso de informações pelas autoridades competentes pelo registro, independentemente dos prazos mencionados no art. 7º, nos casos de:

I - interesse público ou estado de emergência, declarados em ato do Poder Executivo Federal;

II - violação do disposto na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, conforme recomendação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

§ 1º Na hipótese de utilização compulsória, para o caso do inciso I, serão observadas, no que couber, as disposições do art. 7º.

§ 2º Não caberá remuneração pela utilização compulsória na hipótese do inciso II.

Art. 9º Findos os prazos de proteção determinados no art. 4º, as informações de que trata esta Lei não mais serão consideradas confidenciais, podendo ser divulgadas e utilizadas, inclusive para a obtenção de novos registros.

§ 1º Findo o prazo de proteção, será assegurado ao público em geral o livre acesso às informações apresentadas, sem prejuízo das demais normas de tutela à propriedade intelectual, ao meio ambiente, à saúde pública, ao consumidor e à defesa da concorrência.

§ 2º As demais informações técnicas ou científicas eventualmente apresentadas por exigência das autoridades competentes pelo registro, visando a esclarecer processos ou métodos empregados na fabricação de produtos ou na obtenção das informações ou dados de que trata o art. 1º, que constituírem segredo de indústria ou de comércio, serão mantidas confidenciais, podendo ser utilizadas internamente pelos órgãos de governo para fins de registro.

Art. 10. Os atos praticados por terceiros não autorizados, relacionados à invenção protegida por patente, exclusivamente para a obtenção de informações, dados e resultados de testes para a obtenção do registro de comercia-

lização, observarão o disposto no inciso VII do art. 43 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 11. A utilização de informações protegidas pelas autoridades competentes, na forma desta Lei, não tipifica crime de concorrência desleal, previsto na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 12. As informações referentes a produtos registrados até a vigência desta Lei serão protegidas na forma nela prevista pelo prazo remanescente do art. 4º, garantido o prazo mínimo de proteção de doze meses.

Art. 13. Independentemente da concessão do registro pela autoridade competente, a observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual protegidos no País é de responsabilidade exclusiva do beneficiado.

Art. 14. Esta Lei não exclui os direitos exclusivos de comercialização de produtos farmacêuticos e produtos químicos para a agricultura, estabelecidos em acordos ou tratados internacionais em vigor no Brasil.

Art. 15. Aplica-se o disposto nesta Lei, no que couber, aos órgãos da administração pública, direta, indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Art. 16. O Poder Executivo promoverá, no que couber, a regulamentação desta Lei.

Art. 17. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 69, de 26 de setembro de 2002.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 69, DE 2002

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória regula a proteção, contra o uso comercial desleal, de informações relativas aos resultados de testes ou outros dados não divulgados apresentados às autoridades competentes como condição para aprovar ou manter o registro para a comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos seus componentes e afins.

Parágrafo único. As informações protegidas serão aquelas cuja elaboração envolva esforço considerável e que tenham valor comercial enquanto não divulgadas.

Art. 2º Consideram-se não divulgadas as informações que, até a data da solicitação do registro:

I - não sejam facilmente acessíveis a pessoas que normalmente lidam com o tipo de informação em questão, seja como um todo, seja na configuração e montagem específicas de seus componentes; e

II - tenham sido objeto de precauções eficazes para manutenção da sua confidencialidade pela pessoa legalmente responsável pelo seu controle.

Parágrafo único. Atendido o disposto nos incisos I e II, presumem-se não divulgadas as informações apresentadas sob declaração de confidencialidade.

Art. 3º A proteção das informações, definidas na forma dos arts. 1º e 2º e pelos prazos do art. 4º, implicará a:

I - não-utilização pelas autoridades competentes dos resultados de testes ou outros dados a elas apresentados em favor de terceiros;

II - não-divulgação dos resultados de testes ou outros dados apresentados às autoridades competentes, exceto quando necessário para proteger o público.

§ 1º O regulamento disporá sobre as medidas adequadas para a não-divulgação de tais informações por parte das autoridades às quais foram apresentadas, garantindo, porém, o seu livre acesso ao público em geral após o período de proteção a que se refere o art. 4º.

§ 2º Após o período de proteção, as autoridades competentes pelo registro deverão, sempre que solicitadas, utilizar as informações disponíveis para registrar produtos de terceiros, ressalvada a possibilidade de exigir outras informações quando tecnicamente necessário.

Art. 4º Os prazos de proteção a que se refere o art. 3º serão:

I - para os produtos que utilizem novas entidades químicas ou biológicas, de cinco anos contados a partir da concessão do registro ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, o que ocorrer primeiro, garantido no mínimo um ano de proteção;

II - para os produtos que não utilizem novas entidades químicas ou biológicas, de dois anos contados a partir da concessão do registro ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, o que ocorrer primeiro, garantido no mínimo um ano de proteção;

III - para novos dados exigidos após a concessão do registro dos produtos mencionados nos incisos I e II, pelo prazo de proteção remanescente concedido aos dados do registro correspondente ou um ano contado a partir da apresentação dos novos dados, o que ocorrer por último.

Parágrafo único. Para a proteção estabelecida nesta Medida Provisória, considera-se nova entidade química ou biológica toda molécula ou organismo ainda não registrados no Brasil, podendo ser análogos ou homólogos a outra molécula ou organismo, independentemente de sua finalidade.

Art. 5º Durante os prazos determinados no art. 4º, as informações definidas no art. 1º somente poderão ser utilizadas pela autoridade competente para instruir ou justificar concessão de registro de terceiros mediante prévia autorização do detentor do registro.

Art. 6º Aquele que apresente à autoridade competente as informações objeto de proteção na forma desta Medida Provisória poderá, a qualquer tempo, autorizar seu uso para ou por terceiros.

Art. 7º Durante os prazos de proteção, as autoridades competentes poderão utilizar, a pedido de terceiros, de forma compulsória, as informações de que trata o art. 1º para a concessão do registro de produto a terceiros, desde que:

I - decorridos dois anos da concessão do registro sem que tenha o produto sido comercializado no Brasil; ou

II - decorridos três quartos dos prazos de proteção estabelecidos no art. 4º.

§ 1º O pedido de utilização compulsória, na hipótese do inciso I, deverá ser apresentado à autoridade competente pelo registro mediante indicação, pelo requerente do pedido, das condições oferecidas.

§ 2º O pedido de utilização compulsória, na hipótese do inciso II, deverá ser apresentado à autoridade competente, com as condições da proposta oferecida pelo requerente, instruído de documentação comprovando tentativa de negociação anterior frustrada.

§ 3º Será considerada aceita a proposta nas condições oferecidas se, apresentado o pedido e intimado o detentor do registro, deixar ele de apresentar manifestação no prazo de sessenta dias da intimação.

§ 4º Não havendo acordo entre o detentor do registro e o requerente do pedido quanto à remuneração adequada, a autoridade competente submeterá a questão a arbitramento.

§ 5º O pedido, incluindo o arbitramento da remuneração, será decidido por comissão composta por representantes dos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde, meio ambiente, propriedade intelectual, política industrial e defesa da concorrência.

§ 6º No arbitramento da remuneração, poderão ser realizadas as necessárias diligências, considerando as circunstâncias de cada caso, levando-se em conta, obrigatoriamente, o valor econômico das informações, podendo a comissão ouvir especialistas não integrantes dos quadros das instituições que a compõem.

§ 7º O quorum para a deliberação e o funcionamento da comissão serão definidos em regulamento.

§ 8º Instruído o processo, a comissão emitirá parecer em trinta dias, intimando as partes para se manifestarem no prazo comum de trinta dias.

§ 9º Decorrido o prazo fixado no § 8º, mesmo que não apresentadas as manifestações, o processo será decidido, encerrando-se a instância administrativa.

Art. 8º Poderá também ser concedida utilização compulsória para o uso de informações pelas autoridades competentes pelo registro, independentemente dos prazos mencionados no art. 7º, nos casos de:

I - interesse público ou estado de emergência, declarados em ato do Poder Executivo Federal;

II - violação do disposto na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, conforme recomendação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

§ 1º Na hipótese de utilização compulsória, para o caso do inciso I, serão observadas, no que couber, as disposições do art. 7º.

§ 2º Não caberá remuneração pela utilização compulsória na hipótese do inciso II.

Art. 9º Findos os prazos de proteção determinados no art. 4º, as informações de que trata esta Medida Provisória não mais serão consideradas confidenciais, podendo ser divulgadas e utilizadas, inclusive para a obtenção de novos registros.

§ 1º Findo o prazo de proteção, será assegurado ao público em geral o livre acesso às informações apresentadas, sem prejuízo das demais normas de tutela à propriedade intelectual, ao meio ambiente, à saúde pública, ao consumidor e à defesa da concorrência.

§ 2º As demais informações técnicas ou científicas eventualmente apresentadas por exigência das autoridades competentes pelo registro, visando a esclarecer processos ou métodos empregados na fabricação de produtos ou na obtenção das informações ou dados de que trata o art. 1º, que constituírem segredo de indústria ou de comércio, serão mantidas confidenciais, podendo ser utilizadas internamente pelos órgãos de governo para fins de registro.

Art. 10. Os atos praticados por terceiros não autorizados, relacionados à invenção protegida por patente, exclusivamente para a obtenção de informações, dados e resultados de testes para a obtenção do registro de comercialização, observarão o disposto no inciso VII do art. 43 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 11. A utilização de informações protegidas pelas autoridades competentes, na forma desta Medida Provisória, não tipifica crime de concorrência desleal, previsto na Lei nº 9.279, de 1996.

Art. 12. As informações referentes a produtos registrados até a vigência desta Medida Provisória serão protegidas na forma nela prevista pelo prazo remanescente do art. 4º, garantido o prazo mínimo de proteção de seis meses.

Art. 13. Independentemente da concessão do registro pela autoridade competente, a observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual protegidos no País é de responsabilidade exclusiva do beneficiado.

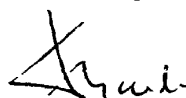
Art. 14. Esta Medida Provisória não exclui os direitos exclusivos de comercialização de produtos farmacêuticos e produtos químicos para a agricultura, estabelecidos em acordos ou tratados internacionais em vigor no Brasil.

Art. 15. Aplica-se o disposto nesta Medida Provisória, no que couber, aos órgãos da administração pública, direta, indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Art. 16. O Poder Executivo promoverá, no que couber, a regulamentação desta Medida Provisória.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de setembro de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

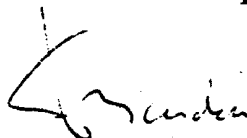


Mensagem nº 824, de 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 69, de 26 de setembro de 2002, que “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências”.

Brasília, 26 de setembro de 2002.



E.M.I. nº 36 - MDIC/MJ/MRE/MAPA/MS/MCT/MMA

Brasília, 20 de agosto de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a inclusa proposta de Medida Provisória que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos.

A regulamentação na forma proposta, permitirá a incorporação no ordenamento jurídico brasileiro das Resoluções nº 48/96, 87/96, 149/96 e 71/98 do Grupo Mercado Comum, relativas a registro de produtos fitossanitários, que foi objeto de controvérsia contra o Brasil movida pelo Governo da Argentina no marco do Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias no Mercosul.

Em decorrência, foi emitido Laudo Arbitral, notificado em 19 de abril de 2002, declarando que o Brasil vem descumprindo a obrigação imposta pelos artigos 38 e 40 do Protocolo de Ouro Preto. Referido Laudo estipulou um prazo máximo de 120 dias contado da data de notificação para que o Brasil incorpore ao seu ordenamento jurídico as resoluções GMC 48/96, 87/96, 149/96, 156/96 e 71/98. Cabe ressaltar que, por força do citado Protocolo de Brasília, os laudos arbitrais são inapeláveis e obrigatórios para os Estados Partes a partir do recebimento da notificação.

A proposta de Medida Provisória que ora apresentamos a Vossa Excelência, incorpora o texto do Projeto de Lei encaminhado ao Legislativo por intermédio da Mensagem 1.235, de 4 de setembro de 2000, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, motivo pelo qual solicitamos sua retirada.

As razões que justificam o mérito e relevância de nossa proposição estão explicitadas na EMI nº 65 de 17 de abril de 2000, de cópia anexa. A obrigatoriedade de o Brasil cumprir com as recomendações do Tribunal do Protocolo de Brasília até o próximo dia 20 justificam a urgência com que a matéria deve ser tratada, utilizando-se do instituto da Medida Provisória.

Respeitosamente,

SERGIO SILVA DO AMARAL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO
Ministro de Estado da Justiça

CELSO LAFER
Ministro de Estado das Relações Exteriores

MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES
Ministro de Estado da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

RONALDO MOTA SARDENBERG
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

Aviso nº 1.043 - SAP/C. Civil.

Brasília, 26 de setembro de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 69 , de 26 de setembro de 2002.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRÁSÍLIA-DF.

MPV N° 69	
Publicação no DO	27-9-2002
Publicação da Comissão	DSF-30-9-2002
Instalação da Comissão	30 -9-2002
Emendas	até 3-10-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	27-9 a 10-10-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	10-10-2002
Prazo na CD	de 11-10 a 24-10-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	24-10-2002
Prazo no SF	25-10 a 7-11-2002 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	7-11-2002
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	8-11 a 10-11-2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	11-11-2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso	25-11-2002 (60 dias)

MPV N° 69	
Votação na Câmara dos Deputados	12-11-2002
Leitura no Senado Federal	14-11-2002
Votação no Senado Federal	

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 069**, ADOTADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO DIVULGADA SUBMETIDA PARA APROVAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado GERALDO MAGELA	002, 004, 015, 024, 029, 030.
Deputado XICO GRAZIANO	001, 003, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 025, 026, 027, 028, 031, 032, 033, 034.

TOTAL DE EMENDAS – 34

MPV-069**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)****000001**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo único do art. 1º do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

Não existe necessidade de se engessar a definição de informação, conceito que evolui com a tecnologia e com os requisitos estabelecidos pela legislação que trata dos testes para registro de comercialização de produtos.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

Medida Provisória nº 69, de 26 de setembro de 2002

MPV-069

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

000002

“Art. 1º Esta Medida Provisória regula a proteção, contra o uso comercial desleal, de informações relativas aos resultados de testes ou outros dados não divulgados apresentados às autoridades competentes como condição para aprovar ou manter o registro para a comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos, seus componentes e afins.

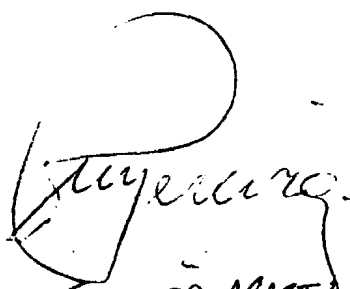
§ 1º As informações protegidas serão aquelas cuja elaboração envolva esforço *científico e/ou tecnológico* considerável e que tenham valor comercial enquanto não divulgadas.

§ 2º Os testes a que se refere o caput deverão ser realizados por instituição científica reconhecida, pública ou privada, desde que, neste último caso, seja comprovada a sua devida idoneidade e capacidade técnica”.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem duplo objetivo: primeiro de caracterizar que o esforço considerável envolvido nas informações seja de caráter científico e/ou tecnológico, o que comprovaria a sua proteção legislativa, e segundo, de garantir que os testes necessários para validar os resultados de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos, seus componentes e afins, sejam executados em instituição científica reconhecida pública ou privada, desde que esta última não tenha qualquer tipo de vínculo com o proponente interessado no registro do produto no órgão público competente.

Brasília, 3 de outubro de 2002



DEP. GERALDO MAGALHÃES (PT/DF).

COMISSÃO MISTA DE MEDIDA PROVISÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

MPV-069**000003**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei regula a proteção contra a divulgação e o uso comercial de informações relativas aos resultados de testes ou outros dados apresentados às autoridades competentes como condição para aprovar ou manter o registro para a comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos seus componentes e afins, que foram objeto de proteção patentária no País, pelo prazo mínimo de 10 anos a contar da data da concessão da patente.”

JUSTIFICAÇÃO

A primeira parte da redação do dispositivo deve incluir a “divulgação”, conforme o artigo 39.9 do Decreto presidencial de promulgação de tratado 1.355/94, de 31/12/1994, e do Decreto Legislativo nº30, promulgado pelo Presidente do Senado, de 15/12/1994.

A segunda parte do dispositivo deve garantir direitos mínimos para os que desenvolvem os testes e outros dados não divulgados de um produto objeto de patente.

Sala de Reuniões, de de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-069

000004

DATA 03.10.02	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69/02			
AUTOR Liderança Partido dos Trabalhadores				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte parágrafo, transformando o atual parágrafo único em § 1º:

“§ 2º As informações relacionadas com os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos essenciais ficam excluídas da proteção estabelecida por esta lei.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda segue as orientações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde para a matéria em estudo. Alguns países latino-americanos, como a Colômbia, procederam da mesma forma, excluindo os medicamentos essenciais da proteção. Os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) são criteriosamente escolhidos, por meio de critérios clínicos, econômicos e epidemiológicos e representam o elenco mínimo e indispensável para atender a maioria dos problemas de saúde da população. São, portanto, produtos de alta relevância social e sua existência no mercado é ponto crítico para a saúde pública nacional.

ASSINATURA

Serviço de Comissões Mistas

MPV nº 069 de 10/2002
Fls. 22

DEP. GERALDO MARELA (PT/DF)

COMISSÃO MISTA DE MEDIDA PROVISÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

MPV-069**000005**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

“Art. 2º Consideram-se não divulgadas as informações que, até a data da solicitação do registro:

I – não sejam facilmente acessíveis a pessoas que normalmente lidam com o tipo de informação em questão no País, seja como um todo, seja na configuração e montagem específica de seus componentes; e

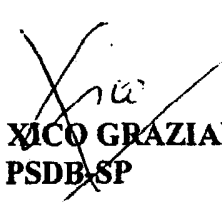
II – tenham sido objeto de precauções para manutenção da sua confidencialidade pela pessoa legalmente responsável pelo seu controle.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso I deve mencionar “no País,” uma vez que o registro vale na jurisdição nacional.

As precauções para manutenção da confidencialidade não devem estar sujeitas ao subjetivismo sugerido pelo termo “eficazes”.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado XICO GRAZIANO
PSDB-SP

COMISSÃO MISTA DE MEDIDA PROVISÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL**MPV-069****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)****000006**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do projeto a seguinte redação:

“Parágrafo único. Presumem-se como não divulgadas as informações apresentadas.”

JUSTIFICAÇÃO

Não existe necessidade de se burocratizar o procedimento, exigindo um formulário adicional de “declaração de confidencialidade” quando o procedimento já é confidencial.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

COMISSÃO MISTA DE MEDIDA PROVISÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

MPV-069**000007**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

“Art. 3º A proteção das informações, definidas na forma do art. 1º ou 2º e pelos prazos do art. 4º, vedará sua utilização, direta ou indireta, por terceiros ou por autoridades, na falta de proteção patentária que garanta, no País, direitos exclusivos proporcionais ao prazo em que o titular ficou impedido de explorar comercialmente o produto por falta de um registro, enquanto as informações relativas aos resultados de testes e outros dados eram produzidos, e implicará a:

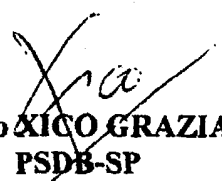
I - não-utilização pelas autoridades competentes dos resultados de testes ou outros dados a elas apresentados em favor de terceiros;

II - não-divulgação dos resultados de testes ou outros dados apresentados às autoridades competentes, exceto quando necessário para proteger o público.”

JUSTIFICAÇÃO

A segunda parte do caput deve garantir direitos mínimos para os que desenvolvem os testes e outros dados não divulgados.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado XICO GRAZIANO
PSDB-SP

COMISSÃO MISTA DE MEDIDA PROVISÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

MPV-069**000008**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 1º do art. 3º do projeto a seguinte redação:

“§ 1º O regulamento disporá sobre as medidas adicionais para a não-divulgação de tais informações por parte das autoridades às quais foram apresentadas, garantindo, porém, o seu livre acesso ao público em geral após o período de proteção a que se refere o art. 4º.”

JUSTIFICAÇÃO

A aplicabilidade da legislação não deve ficar condicionada ao regulamento, que deverá dispor sobre as eventuais “medidas adequadas”. A substituição do termo “adequada” por “adicionais” garante executoriedade ao dispositivo, sem que a lei fique ao arbítrio do funcionário do Poder Executivo.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

COMISSÃO MISTA DE MEDIDA PROVISÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL**MPV-069****000009****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA


Dê-se ao §2º do art. 3º do projeto a seguinte redação:

“§ 2º Após o período de proteção, as autoridades competentes pelo registro poderão, se solicitadas, utilizar as informações disponíveis para registrar produtos de terceiros comprovadamente equivalentes ou genéricos, na forma da legislação específica, ressalvada a possibilidade de exigir outras informações quando tecnicamente necessário.”

JUSTIFICAÇÃO

A utilização das informações para o registro de um produto de terceiro que não foi utilizado para gerar os resultados de testes ou outros dados apresentados deve exigir a comprovação de que o produto do terceiro é intercambiável e bioequivalente, dentro de padrões internacionalmente aceitos (como FAO), para que a população não corra riscos. Esta é uma exigência para proteger a saúde pública.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000010****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo único do art. 4º do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda se faz necessária, pela alteração proposta na emenda modificativa ao caput do artigo 4º.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000011****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

“Art. 4º Os prazos de proteção a que se refere o artigo anterior serão:

I - de dez anos contados a partir da concessão do registro;

II – para novos dados exigidos para produtos registrados, de cinco anos, contados a partir da apresentação dos novos dados;”

JUSTIFICAÇÃO

A proteção ao consumidor e ao meio ambiente concedida pela legislação nacional demonstra que não existe grande diferença entre um produto que utilize nova entidade química ou biológica e um produto que utilize entidade com um uso prévio.

Se o investimento e o tempo necessário para desenvolver resultados de testes ou outros dados para produtos com novas entidades é o mesmo exigido para os produtos que não utilizem novas entidades, a proteção concedida pela lei deve ser a mesma.

Ademais, os testes realizados por empresas de capital nacional são sempre relacionados aos produtos que não utilizam novas entidades químicas ou biológicas. Isto cria uma proteção maior para o estrangeiro do que para o nacional, algo que a legislação brasileira deve repudiar.

Os prazos são aumentados para 15 e 10 anos, dentro do razoável e do existente no direito comparado, para que se garanta incentivo para o investimento na comprovação de segurança e eficácia dos produtos liberados para a população brasileira.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000012**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada
submetida para aprovação da comercialização de produtos e
dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 5º do projeto a seguinte redação:

“**Art. 5º** As informações de que tratam os artigos 1º ou 2º não poderão ser utilizadas ou divulgadas, direta ou indiretamente, por terceiros ou pelas autoridades competentes, até a expiração do prazo de vigência da eventual proteção patentária para o produto, acrescida do período de tempo no qual o titular ficou impedido de explorar comercialmente o produto por falta de um registro para a comercialização, enquanto as informações relativas aos resultados de testes e outros dados eram produzidas, limitando-se ao prazo de proteção de 20 (vinte) anos contados da data do registro do produto.”

JUSTIFICAÇÃO

A proteção ao inventor - detentor de uma patente concedida pelo INPI - não pode ser diminuída em seu termo, pelo investimento em testes de segurança e eficácia de um produto.

O País tem relevante interesse em estimular a realização da maior quantidade possível de testes de eficácia e segurança de produtos, para que a saúde do consumidor e a preservação do meio ambiente, valores constitucionalmente garantidos, sejam devidamente protegidos. A devolução do prazo de patente é medida que estimula a realização de testes, durante o tempo tecnicamente necessário.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado XICO GRAZIANO
PSDB-SP

MPV-069**000013**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada
submetida para aprovação da comercialização de produtos e
dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 6º do projeto a seguinte redação:

“**Art. 6º** Durante os prazos determinados nos artigos 4º e 5º, as informações definidas nos artigos 1º ou 2º somente poderão ser utilizadas por terceiros ou pela autoridade competente para instruir ou justificar concessão de registro destes terceiros mediante prévia e expressa autorização, devidamente registrada no INPI na forma do artigo 211 da Lei 9.279/96, do titular da propriedade das informações a que se referem os artigos.”

JUSTIFICAÇÃO

A autorização através da forma prescrita no artigo 211 da Lei 9.279/96 se traduz em uma garantia para as partes de que a autorização produz efeitos contra terceiros.

A redação original do artigo 6º é desnecessária, visto que os direitos de propriedade privada sobre bens móveis são constitucionalmente garantidos, de forma auto-aplicável.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado XICO GRAZIANO
PSDB-SP

MPV-069**000014**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso II do art. 7º do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

O remédio jurídico da licença compulsória, exceção ao direito constitucional da propriedade, não pode ser aplicado depois de simples decurso de prazo. Isto é transformar o regime da exceção na regra.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 069

000015

DATA 03.10.02	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69/02			
AUTOR Liderança Partido dos Trabalhadores				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

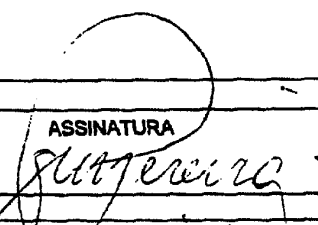
EMENDA nº 4

Suprima-se, no § 2º do art. 7º, a seguinte expressão:
"....comprovando tentativa de negociação anterior frustrada."

JUSTIFICAÇÃO

O uso das informações, conforme o que a própria MP determina, necessita de entendimentos e acordos entre o detentor e o requerente, exceto os casos de interesse público, quando o uso pode ser compulsório. Quando ocorre esse entendimento, não é necessário comprovar a realização de "tentativa de negociação anterior frustrada". É requerimento desnecessário, que apenas cria complicantes e detalhamentos que não enriquecem, ao contrário, entorpecem, o objetivo jurídico da MP.

ASSINATURA


DEP. GERALDO MAGELA (PT/DF)

MPV-069**000016**

**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.


EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §7º do art. 7º do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro tem legislação específica sobre arbitragem, que deve ser utilizada. Não existe necessidade de se inovar, assim como não se deve utilizar recursos públicos para o procedimento.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado XICO GRAZIANO
PSDB-SP

MPV-069**000017****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

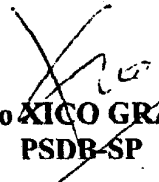
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §9º do art. 7º do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro tem legislação específica sobre arbitragem, que deve ser utilizada. Não existe necessidade de se inovar, assim como não se deve utilizar recursos públicos para o procedimento.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV - 069**000018**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §1º do art. 7º do projeto a seguinte redação:

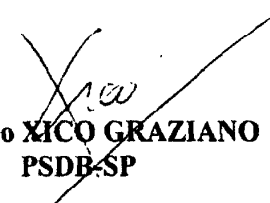
“§ 1º O pedido de utilização compulsória deverá ser apresentado à autoridade competente pelo registro mediante indicação, pelo requerente do pedido, das condições oferecidas e da comprovação de intercambialidade ou equivalência técnica, na forma da legislação específica.”

JUSTIFICAÇÃO

O início do procedimento de licença compulsória deve exigir do interessado capacidade técnica para produzir produto intercambiável ou equivalente (produto genérico), na forma da legislação aplicável.

O §1º também deve ser modificado levando-se em conta a supressão do inciso II do caput do artigo 7º.

Sala de Reuniões. de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000019**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §2º do art. 7º do projeto a seguinte redação:

“§ 2º O pedido de utilização compulsória deverá ser apresentado à autoridade competente instruído de documentação comprovando tentativa de negociação anterior frustrada, observado o disposto no parágrafo anterior.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda se faz necessária, pela alteração proposta na emenda supressiva do inciso II do art. 7º.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000020**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA


Dê-se ao §3º do art. 7º do projeto a seguinte redação:

“§ 3º Se, apresentado o pedido e intimado o detentor do registro, deixar ele de apresentar manifestação no prazo de sessenta dias da intimação, o pedido, incluindo o arbitramento da remuneração, será decidido na forma do §5º.”

JUSTIFICAÇÃO

Os efeitos da revelia não podem proibir a análise da Administração Pública, da mesma forma como se consideram apenas os fatos alegados em um processo judicial que carece de contestação, sem que as consequências jurídicas deixem de ser examinadas por um magistrado.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000021**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §4º do art. 7º do projeto a seguinte redação:

“§ 4º Não havendo acordo entre o detentor do registro e o requerente do pedido quanto à remuneração adequada, a autoridade competente submeterá a questão a arbitramento na forma do §5º.”

JUSTIFICAÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro tem legislação específica sobre arbitragem, que deve ser utilizada. Não existe necessidade de se inovar, assim como não se deve utilizar recursos públicos para o procedimento.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000022**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §5º do art. 7º do projeto a seguinte redação:

“§ 5º O pedido, incluindo o arbitramento da remuneração, será decidido na forma do Decreto 4.311/02 e da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro tem legislação específica sobre arbitragem, que deve ser utilizada. Não existe necessidade de se inovar, assim como não se deve utilizar recursos públicos para o procedimento.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **RICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000023**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §6º do art. 7º do projeto a seguinte redação:

“§ 6º No arbitramento da remuneração, poderão ser realizadas as necessárias diligências, considerando as circunstâncias de cada caso, levando-se em conta, obrigatoriamente, o valor econômico das informações.”

JUSTIFICAÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro tem legislação específica sobre arbitragem, que deve ser utilizada. Não existe necessidade de se inovar, assim como não se deve utilizar recursos públicos para o procedimento.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-069

000024

DATA 03.10.02	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69/02			
AUTOR Liderança Partido dos Trabalhadores				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA Nº 2

Suprima-se o § 1º do art. 8º, transformando o atual § 2º em parágrafo único.

JUSTIFICAÇÃO

A hipótese de utilização compulsória das informações estabelecidas no art. 8º é bastante restringida pelos nove parágrafos constantes do art. 7º. O caso de utilização compulsória motivada por interesse público, notadamente o caso da saúde pública, não pode ficar dependente das exigências definidas no art. 7º. Casos de epidemias de rápido alastramento, de calamidades públicas ou outros em que a salvaguarda da segurança seja imperativa, ficarão submetidos a entendimentos entre o detentor das informações e o requerente (que em casos deste tipo deverá ser o Estado) o que não é razoável. Ainda que o parágrafo 1º do art. 8º contenha a ressalva "no que couber" ele será alvo de conflitos de interpretação para definir se e quando cabe a utilização compulsória. Os interesses da saúde e segurança públicas não podem ficar dependentes de interesses particulares, como o arbitramento definido no art. 7º, por exemplo.

ASSINATURA

[Assinatura]
 DEP. GERALDO MARELA (PT/DF).

MPV-069**000025****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002**
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

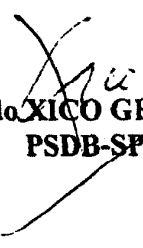
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §7º do art. 8º do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro tem legislação específica sobre arbitragem, que deve ser utilizada. Não existe necessidade de se inovar, assim como não se deve utilizar recursos públicos para o procedimento.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000026****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.


EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §2º do art. 9º do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

As informações de que trata o dispositivo extrapolam a autorização constitucional e legal para a garantia da segurança e da eficácia de produtos. Nenhuma empresa ou cidadão deve ter o dever de entregar sua propriedade privada sem um justo motivo. Esta desapropriação sem fundamento constitucional é desmotivada.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000027**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 9º do projeto a seguinte redação:

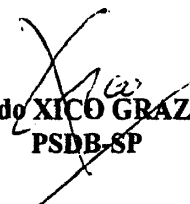
“Art. 9º Findos os prazos de proteção determinados no art. 4º, as informações de que trata esta Medida Provisória que não constituírem segredo de indústria ou de comércio não mais serão consideradas protegidas, podendo ser utilizadas para a obtenção de novos registros de produtos que comprovem ser intercambiáveis ou equivalentes, na forma da legislação específica.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa harmonizar o caput com o texto do §2º e com a legislação nacional de propriedade intelectual, o que inclui tratados internacionais.

O registro de produto de terceiro que utilize das informações disponibilizadas pelas autoridades competentes deve manter a proteção ao consumidor e ao meio ambiente, exigindo a comprovação da intercambialidade e da equivalência técnica, na forma de padrões internacionalmente aceitos, como FAO.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000028**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA


Dê-se ao § 1º do art. 9º do projeto a seguinte redação:

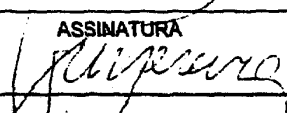
“§ 1º Findo o prazo de proteção, será assegurado ao público em geral o livre acesso às informações apresentadas que não constituírem segredo de indústria ou de comércio, sem prejuízo das demais normas de tutela à propriedade intelectual, ao meio ambiente, à saúde pública, ao consumidor e à defesa da concorrência.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa harmonizar o caput com o texto do §2º e com a legislação nacional de propriedade intelectual, o que inclui tratados internacionais.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado XICO GRAZIANO
PSDB-SP

DATA 03.10.02	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69/02	MPV-069 000029
AUTOR Liderança Partido dos Trabalhadores		Nº PRONTUÁRIO
TIPO		
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL		
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO
INCISO		ALÍNEA
TEXTO		
EMENDA Nº 3		
Acrescente-se, ao final do § 2º do art. 9º, a seguinte expressão: "....e de fiscalização e controle sanitário ou ambiental."		
JUSTIFICAÇÃO		
As informações requeridas para o registro de produtos não são apenas utilizadas para a avaliação de sua segurança e eficácia, no momento da análise para a concessão (ou não) do registro. Para o controle sanitário ou ambiental, tão importante quanto o registro são as ações de fiscalização, de inspeção, de análise laboratorial, entre outras, que configuram o monitoramento pós-registro dos produtos em regime de vigilância sanitária. Estas ações, que podem incluir autos de infração, análises laboratoriais, interdições cautelares, recolhimentos do mercado etc., são realizadas com base nas informações constantes do registro dos respectivos produtos. Portanto, o uso das informações de posse das autoridades públicas não deve ser restrito ao registro de produtos.		
ASSINATURA		
 DEP. GEROLDO MAGELA (PT/DF)		

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-069

000030

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69, de 26/09/02			
AUTOR			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 10	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

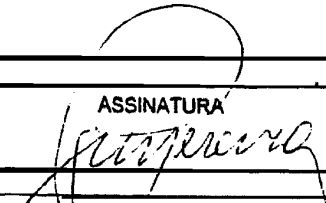
Dê-se ao art. 10 da medida provisória a seguinte redação:

"Art. 10. Os atos praticados por terceiro, detentor de patente de produto ainda sem registro de comercialização, exclusivamente para a obtenção de informações, dados e resultados de testes, em poder das autoridades competentes, para obtenção de registros de comercialização já concedidos e relacionados à sua invenção, serão tidos como de finalidade experimental, na forma do inciso II do art. 43 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996."

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta na medida provisória permite estender os prazos de proteção das informações e dados para além dos que são estabelecidos no art. 4º, pois o inciso VII do art. 43 da Lei 9.279/96 se refere ao próprio prazo da proteção da patente da invenção. Com a redação proposta nesta emenda, a obtenção daquelas informações e dados tornam-se acessíveis a detentores de patentes de produtos relacionados aos que já têm registro de comercialização, mas que não são cópias deles, pois também são protegidos por patente.

ASSINATURA


 DEP. GERALDO MAGELA (PT/DF)

MPV-069**000031****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 11 do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

Inconstitucional, fere o princípio da igualdade do artigo 5º da Constituição Federal e a independência dos poderes, harmônicos e soberanos.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000032**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 12º do projeto a seguinte redação:

“Art. 12. As informações referentes a produtos registrados até a vigência desta Medida Provisória serão protegidas na forma nela prevista pelo prazo remanescente do art. 4º, garantido o prazo mínimo de proteção de dois anos.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa harmonizar o caput com o texto do artigo 4º e com a legislação nacional de propriedade intelectual, o que inclui tratados internacionais.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000033****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.


EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 13 do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

Inconstitucional, fere o princípio da igualdade do artigo 5º da Constituição Federal e independência dos poderes, harmônicos e soberanos.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

MPV-069**000034**

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 69, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 14. do projeto a seguinte redação:

“Art. 14. Esta Medida Provisória não exclui os direitos exclusivos de comercialização de produtos farmacêuticos e produtos químicos para a agricultura, estabelecidos em acordos ou tratados internacionais em vigor no Brasil, na forma do Decreto 1.355, de 31/12/1994 e demais dispositivos legais.”

JUSTIFICAÇÃO

Torna o dispositivo mais claro, especificando os dispositivos legais mencionados pelo texto original.

Sala de Reuniões, de outubro de 2002.


Deputado **XICO GRAZIANO**
PSDB-SP

PARECER PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69, DE 2002

O SR. HUGO BIEHL (PPB – SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta medida provisória dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida à aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

Seu objetivo é tão-somente proteger informação não divulgada, gerada para suportar dossiês técnicos de registro para a comercialização de produtos, quer da área de agricultura, agroquímicos, farmacêuticos de uso humano, quer de produtos veterinários, fertilizantes, agrotóxicos e seus componentes.

Para que não haja necessidade de ter na íntegra o relatório, informo aos Srs. Parlamentares que, pela atual legislação, havendo registro de uma patente, de princípio ativo para desenvolvimento de um produto, o detentor dessa patente desenvolve trabalhos na área de pesquisa, de experimentação regulamentadas por lei para que o produto possa ter a comercialização autorizada.

Isso, em média, demanda de oito a dez anos, segundo informações que pudemos apurar. A partir do registro, a comercialização se dá até o término do prazo da patente.

A medida provisória define e propõe que as informações produzidas pelo detentor da patente para obtenção do registro sejam colocadas à disposição do público, após decorridos cinco anos.

Analisando a oportunidade da MP, considerando inclusive que ela atende a acordos internacionais, analisando-a sob o ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e também da adequação financeira e orçamentária, concluímos que cinco anos para liberação das informações é prazo excessivamente curto, se comparado aos procedimentos de outros países que, via de regra, o fazem após o período de dez anos.

Então, este Relator incorpora no relatório o prazo de dez anos, atendendo à emenda apresentada pelo Deputado Xico Graziano. Várias outras emendas foram apresentadas pelo Deputado Xico Graziano e também pelo Deputado Geraldo Magela.

O projeto de conversão que ora apresentamos traz uma alteração para o registro no § 1º do art. 4º, quando fala dos prazos de proteção a que se refere o

art. 3º, em que são estabelecidos então, respectivamente, dez anos para produtos que utilizem novas entidades químicas e biológicas, e cinco anos para produtos que não utilizem novas entidades químicas e biológicas, contados a partir da concessão do registro até a primeira liberação das informações ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, ou o que ocorrer primeiro, garantido, no mínimo, um ano de proteção.

Acrescentamos um § 2º que já consta na versão do nosso relatório: “§ 2º do art. 4º.

Os prazos a que o **caput** se refere não poderão ultrapassar o prazo de vigência da respectiva patente”. Repito a informação: “Os prazos a que o **caput** se refere não poderão ultrapassar o prazo de vigência da respectiva patente”.

Por exemplo, digamos que esse registro ocorra no 12º ano. Então o prazo estabelecido para a publicação dessas informações não será mais de dez e, sim, de oito anos.

Ao concluir, essa medida é oportuna e vai contribuir para que os produtos tenham preços menores e maior concorrência. Essas informações, que agora serão liberadas decorridos dez anos, hoje não têm data para liberação. Representa um ganho para a sociedade.

Por isso, peço aos meus Pares a aprovação da Medida Provisória nº 69, porque é do interesse público.

Na oportunidade, agradeço ao Líder Odelmo Leão por ter-me designado Relator dessa matéria.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69, DE 2002,
MENSAGEM Nº 824, de 2002**

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

Autor:Poder Executivo

Relator:Deputado **Hugo Biehl**

I – Relatório:

A Medida Provisória em epígrafe, expedida pelo Exmo Sr. Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, e encaminhada ao Congresso Nacional por in-

termédio da Mensagem nº 824, de 2002, “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências”.

O objetivo desta Medida Provisória é tão somente dar proteção a informações não divulgadas, geradas para suportar dossiês técnicos de registro para comercialização. Como explicitado no art. 1º, “Esta Medida Provisória regula os mecanismos de proteção, contra o uso comercial desleal, de informações relativas a resultados de testes ou outros dados não divulgados apresentados às autoridades competentes como condição para obtenção ou manutenção de registro para comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos e seus componentes e afins” (**caput**).

Coerente com seu objetivo, a Medida Provisória define quais informações serão objeto de proteção (art. 1º), o que se entende por “informações não divulgadas” (art. 2º) e quais são as implicações legais da proteção das informações (art. 3º). A proteção de informações significa a proibição de sua divulgação assim como do uso, em favor de terceiros, de resultados de testes e de quaisquer outras informações fornecidas pelos solicitantes de registro, para fins de comercialização, dos produtos citados, antes da expiração do prazo da proteção.

O prazo de proteção das informações é de cinco anos para os produtos que utilizem novas entidades químicas e biológicas ou de dois anos, caso contrário, sempre contados da data de concessão do registro ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, o que ocorrer primeiro, garantido no mínimo um ano de proteção (art. 4º). Na falta deste dispositivo, as informações oferecidas para registro de produtos terão proteção por prazo indeterminado.

Durante os prazos mencionados, as autoridades competentes somente poderão usar as informações protegidas para instruir ou justificar concessão de registro de terceiros mediante prévia autorização do detentor do registro (art. 5º).

Há exceções à regra. Tratam estas de circunstâncias e condições em que, durante a vigência da proteção, as autoridades competentes poderão, de forma compulsória, utilizar as informações protegidas para, com base nelas, conceder registro de produto a terceiros. Esses casos excepcionais incluem a não comercialização do produto no Brasil após o decurso de dois anos da concessão do registro; o interesse público ou estado de emergência; ou violação da Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 8.884, de 11 de ju-

nho de 1994), nos termos de recomendação do Conselho de Defesa Econômica (arts. 7º e 8º).

Assegurada fica também a liberação das informações ao público em geral ao término do prazo da proteção, a menos que constituam segredo de indústria ou comércio, caso em que a confidencialidade será preservada. Ressalva-se que tais informações poderão continuar sendo utilizadas internamente pelos órgãos do governo para fins de registro (art. 9º).

Outras disposições de relevo:

– As informações referentes a produtos registrados antes da vigência da Medida Provisória são protegidas pelo tempo que faltar até que se completem os cinco anos em que é assegurada a proteção, garantindo-se o prazo mínimo de seis meses (art. 12).

– A observância de direitos de propriedade intelectual protegidos no País é de responsabilidade exclusiva do beneficiado.

– Preservam-se os direitos de comercialização de produtos farmacêuticos e produtos químicos para a agricultura, estabelecidos em acordos e tratados internacionais em vigor no Brasil (art. 14).

No decorrer do prazo regimental, 34 emendas foram apresentadas à Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria. Sua Excelência, o Deputado Geraldo Magela apresentou as emendas de números: 002, 004, 015, 024, 029 e 030.

Sua Excelência o Deputado Xico Graziano foi o autor das emendas de números: 001, 003, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 025, 026, 027, 028, 031, 032, 033 e 034.

Esgotado o prazo para manifestação da Comissão Mista, sem que esta o fizesse, cabe ao Plenário da Câmara dos Deputados deliberar sobre a matéria. Passamos, a seguir, a apresentar o nosso voto.

É o relatório.

II – Voto do Relator:

Da Admissibilidade

Na dicção do art. 62 da Constituição Federal, em caso de relevância e urgência, é admissível a adoção de medida provisória pelo Presidente da República, que deverá submetê-la de imediato ao Congresso Nacional.

A admissibilidade da medida provisória restringe-se, assim, aos pressupostos de relevância e urgência, presentes no caso sob exame.

Urgência e relevância são justificadas como se segue:

Por inexistência de legislação específica, a proteção de dados no Brasil, hoje, é permanente, o que gera dificuldades às autoridades responsáveis para o registro de produtos equivalentes ou similares. A Medida Provisória nº 69 vem preencher esta lacuna. Na verdade, ela complementa o ordenamento jurídico brasileiro para possibilitar o registro de produtos por equivalência, de forma a incorporar as Resoluções do Grupo Mercado Comum sobre o assunto, especificamente, as Resoluções nº 48/96, 87/96, 149/96 e 71/98. Vale ressaltar que a Medida Provisória em apreço trata apenas da utilização dos dados de posse das autoridades para o registro por equivalência, mas não autoriza o registro. Este é realizado nos termos do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 1989, complementado pela Instrução Normativa Interministerial nº 49, de 20 de agosto de 2002, que define critérios para o registro.

A urgência da Medida Provisória se justifica pelo Laudo Arbitral decorrente de controvérsia contra o Brasil movida pelo Governo da Argentina, relativo ao registro de produtos fitossanitários, no marco do Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias no Mercosul. Como se lê na Exposição de Motivos ao Presidente da República dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Justiça; Relações Exteriores; Ciência e Tecnologia; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Meio Ambiente, o referido Laudo Arbitral, notificado em 19 de abril de 2002, estipulou o prazo máximo de 120 dias, contados da data de notificação, para que o Brasil incorpore ao seu ordenamento jurídico as citadas resoluções do Grupo Mercado Comum. Ressalta aquela mesma Exposição de Motivos que, “por força do citado Protocolo de Brasília, os laudos arbitrais são inapeláveis e obrigatórios para os Estados Partes a partir do recebimento da notificação”.

Em tais circunstâncias, atendidos os pressupostos de relevância e urgência, somos pela admissibilidade da Medida Provisória.

Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

O voto favorável à admissibilidade da medida provisória representa pronunciamento preliminar de constitucionalidade do ato legislativo.

Analisando o conteúdo da Medida Provisória e das emendas apresentadas à luz do ordenamento jurídico-constitucional em vigor, verificamos que a matéria nelas tratada não incide em qualquer das proibi-

ções constitucionais previstas no art. 62, incisos 1 a IV, e art. 246, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, nem se insere entre aquelas cuja competência é exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas. Também não se integra entre aquelas de competência privativa do Presidente da República, previstas no art. 84 da Constituição Federal.

Trata-se, pois, rigorosamente, de matéria passível de enquadramento no art. 48 da Carta Política, que confere ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a prerrogativa de dispor, sob a forma de leis, sobre todas as matérias de competência da União.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória em tela, bem como das emendas que lhe foram oferecidas.

Da Adequação Financeira e Orçamentária

Cabe, ainda, nos termos do art. 19 da Resolução nº 1 de 2002- CN, apreciar a matéria quanto a sua conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a sua adequação orçamentária e financeira com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária da União.

Uma análise compreensiva dos termos da Medida Provisória nº 69, de 2002, permitiu-nos concluir que, no que tange aos efeitos orçamentários e financeiros, nenhum de seus dispositivos colide com as orientações das normas que regem a matéria, em especial o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002. A regulamentação da proteção das informações, definidas no texto da Medida Provisória em epígrafe, não implicará aumento das despesas já previstas na programação orçamentária para o presente exercício e seguintes, nem em renúncia das receitas previstas. Em outras palavras, a referida Medida Provisória nº 69, de 2002, não apresenta implicações orçamentária e financeira nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Diante do exposto, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 69, de 2002, e de todas as emendas a ela apresentadas.

Do Mérito

A Medida Provisória nº 69, de 2002, que “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada sub-

metida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências”, foi editada pelo Exmo Sr. Presidente da República com a finalidade de regular o uso de informações constantes de dossiês técnicos apresentados às autoridades constituídas para instruir pedidos de registro, para fins de comercialização, de produtos farmacêuticos, fertilizantes, agrotóxicos e seus componentes e afins.

Até a edição desta Medida Provisória, todas informações apresentadas aos órgãos governamentais encarregados da análise do pedido de registro tinham de ser mantidos em sigilo por tempo indeterminado, mesmo que a patente do produto a que se referissem houvesse caducado. Esta proteção por período indefinido é, obviamente, excessiva e não estimula o surgimento de produtos análogos ou congêneres. Estimular a concorrência é pois o objetivo básico da Medida Provisória nº 69, de 2002.

Em vez de proteção por tempo indeterminado, a Medida Provisória adota a proteção por prazo de cinco anos, ressalvados os casos que menciona.

Aí, entretanto, surge outro problema: se, de um lado, o período de proteção não pode ser indefinido, e prejudicar os consumidores, de outro, não pode ser muito curto e cortar fundo demais no estímulo que a guarda sigilosa das informações confere aos investimentos na introdução de novos produtos e processos de produção. O equilíbrio entre dois objetivos – a promoção da concorrência e o estímulo aos investimentos – deve ser procurado.

Levando em conta o tempo que vai da data do pedido de registro à data de sua concessão, que pode chegar a alguns anos, e os elevados custos do processo de registro para o solicitante, julguei ser excessivamente curto o prazo de cinco anos previsto na Medida Provisória. Dez anos para o sigilo parecem mais próximos do equilíbrio almejado.

Este ponto de vista coincide com o do Deputado Xico Graziano que, na Emenda nº 11, eleva o prazo de proteção para dez anos, ou cinco anos para novos dados, caso venham a ser exigidos. A Emenda nº 11, todavia, não distingue entre “produtos que utilizam novas entidades químicas ou biológicas e aqueles que não utilizam novas entidades, como na redação original da Medida Provisória. Sua distinção é entre dados originais e novos dados.

Acatando parcialmente a Emenda nº 11, introduzi as seguintes modificações no art. 40 do projeto de lei de conversão:

– no inciso I do art. 4º, onde se lê cinco anos”, modifiquei para dez anos;

– no inciso II do mesmo art., onde se lê “dois anos contados a partir da concessão do registro”, escrevi cinco anos.

Acatada integralmente foi a Emenda nº 14 do Deputado Xico Graziano. O ilustre parlamentar argumenta que “O remédio jurídico da licença compulsória... não pode ser aplicado depois de simples decurso de prazo”. Dando razão ao Deputado Graziano, suprimi o inciso II do art. 7º, no qual se lê:

“decorridos três quartos dos prazos de proteção estabelecidos no art 4º

Por último, alterei para 12 meses o prazo mínimo de proteção que havia sido fixado em seis meses pelo art. 12 da Medida Provisória.

Assim, no que tange às emendas apresentadas à Comissão Mista, acatei integralmente a Emenda nº 14 e, parcialmente, a nº 11. Quanto às demais, é meu parecer que elas nada contribuem para o aprimoramento do projeto de lei de conversão.

Com base no exposto, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 69, de 2002, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, que incorpora, integralmente, a Emenda nº 14 e, parcialmente, a Emenda nº 11. São rejeitadas todas as demais emendas apresentadas perante a Comissão Mista.

Sala das Sessões, em de de 2002. – Deputado **Hugo Biehl**, Relator

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO, MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69, DE 2002

Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula a proteção, contra o uso comercial desleal, de informações relativas aos resultados de testes ou outros dados não divulgados apresentados às autoridades competentes como condição para aprovar ou manter o registro para a comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos seus componentes e afins.

Parágrafo único. As informações protegidas serão aquelas cuja elaboração envolva esforço considerável e que tenham valor comercial enquanto não divulgadas.

Art. 2º Consideram-se não divulgadas as informações que, até a data da solicitação do registro:

I – não sejam facilmente acessíveis a pessoas que normalmente lidam com o tipo de informação em questão, seja como um todo, seja na configuração e montagem específicas de seus componentes; e

II – tenham sido objeto de precauções eficazes para manutenção da sua confidencialidade pela pessoa legalmente responsável pelo seu controle.

Parágrafo único. Atendido o disposto nos incisos I e II, presumem-se não divulgadas as informações apresentadas sob declaração de confidencialidade.

Art. 3º A proteção das informações, definidas na forma dos arts. 1º e 2º e pelos prazos do art. 4º, implicará a:

I – não utilização pelas autoridades competentes dos resultados de testes ou outros dados a elas apresentados em favor de terceiros;

II – não divulgação dos resultados de testes ou outros dados apresentados às autoridades competentes, exceto quando necessário para proteger o público.

§ 1º O regulamento disporá sobre as medidas adequadas para a não divulgação de tais informações por parte das autoridades às quais foram apresentadas garantindo, porém, o seu livre acesso ao público em geral após o período de proteção a que se refere o art. 4º.

§ 2º Após o período de proteção, as autoridades competentes pelo registro deverão, sempre que solicitadas, utilizar as informações disponíveis para registrar produtos de terceiros, ressalvada a possibilidade de exigir outras informações quando tecnicamente necessário.

Art. 4º Os prazos de proteção a que se refere o art. 3º serão:

I – para os produtos que utilizem novas entidades químicas ou biológicas, de dez anos contados a partir da concessão do registro ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, o que ocorrer primeiro, garantido no mínimo um ano de proteção;

II – para os produtos que não utilizem novas entidades químicas ou biológicas, de cinco anos contados a partir da concessão do registro ou até a primeira liberação das informações em qualquer país, o que ocorrer primeiro, garantido no mínimo um ano de proteção;

III – para novos dados exigidos após a concessão do registro dos produtos mencionados nos incisos I e II, pelo prazo de proteção remanescente concedido aos dados do registro correspondente ou um ano contado a partir da apresentação dos novos dados, o que ocorrer por último.

§ 1º Para a proteção estabelecida nesta Lei, considera-se nova entidade química ou biológica toda molécula ou organismo ainda não registrados no Brasil, podendo ser análogos ou homólogos a outra molécula ou organismo, independentemente de sua finalidade.

§ 2º Os prazos a que se refere o caput não poderão ultrapassar o prazo de vigência da respectiva patente.

Art. 5º Durante os prazos determinados no art. 4º, as informações definidas no art. 1º somente poderão ser utilizadas pela autoridade competente para instruir ou justificar concessão de registro de terceiros mediante prévia autorização do detentor do registro.

Art. 6º Aquele que apresentar à autoridade competente as informações objeto de proteção na forma desta Lei poderá, a qualquer tempo, autorizar seu uso para ou por terceiros.

Art. 7º Durante os prazos de proteção, as autoridades competentes poderão utilizar, a pedido de terceiros, de forma compulsória, as informações de que tratam os arts. 1º e 2º para a concessão do registro de produto a terceiros, desde que decorridos dois anos da concessão do registro sem que tenha o produto sido comercializado no Brasil.

§ 1º O pedido de utilização compulsória, na hipótese do inciso I, deverá ser apresentado à autoridade competente pelo registro mediante indicação, pelo requerente do pedido, das condições oferecidas.

§ 2º O pedido de utilização compulsória, na hipótese do inciso II. Deverá ser apresentado à autoridade competente, com as condições da proposta oferecida pelo requerente, instruído de documentação comprovando tentativa de negociação anterior frustrada.

§ 3º Será considerada aceita a proposta nas condições oferecidas se, apresentado o pedido e intimado o detentor do registro, deixar ele de apresentar manifestação no prazo de sessenta dias da intimação.

§ 4º Não havendo acordo entre o detentor do registro e o requerente do pedido quanto à remuneração adequada, a autoridade competente submeterá a questão a arbitramento.

§ 5º O pedido, incluindo o arbitramento da remuneração, será decidido por comissão composta por representantes dos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde, meio ambiente, propriedade intelectual, política industrial e defesa da concorrência.

§ 6º No arbitramento da remuneração, poderão ser realizadas as necessárias diligências, considerando as circunstâncias de cada caso, levando-se em conta, obrigatoriamente, o valor econômico das informações, podendo a comissão ouvir especialistas não integrantes dos quadros das instituições que a compõem.

§ 7º O quorum para a deliberação e o funcionamento da comissão serão definidos em regulamento.

§ 8º Instruído o processo, a comissão emitirá parecer em trinta dias, intimando as partes para se manifestarem no prazo comum de trinta dias.

§ 9º Decorrido o prazo fixado no § 8º, mesmo que não apresentadas as manifestações, o processo será decidido, encerrando-se a instância administrativa.

Art. 8º Poderá também ser concedida utilização compulsória para o uso de informações pelas autoridades competentes pelo registro, independentemente dos prazos mencionados no art. 7º, nos casos de:

I – interesse público ou estado de emergência, declarados em ato do Poder Executivo Federal;

II – violação do disposto na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, conforme recomendação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

§ 1º Na hipótese de utilização compulsória, para o caso do inciso I, serão observadas, no que couber, as disposições do art. 7º.

§ 2º Não caberá remuneração pela utilização compulsória na hipótese do inciso II.

Art. 9º Findos os prazos de proteção determinados no art. 4º, as informações de que trata esta lei não mais serão consideradas confidenciais, podendo ser divulgadas e utilizadas, inclusive para a obtenção de novos registros.

§ 1º Findo o prazo de proteção, será assegurado ao público em geral o livre acesso às informações apresentadas, sem prejuízo das demais normas de tutela à propriedade intelectual, ao meio ambiente, à saúde pública, ao consumidor e à defesa da concorrência.

§ 2º As demais informações técnicas ou científicas eventualmente apresentadas por exigência das autoridades competentes pelo registro, visando a esclarecer processos ou métodos empregados na fabricação de produtos ou na obtenção das informações ou dados de que trata o art. 1º, que constituírem segredo de indústria ou de comércio, serão mantidas confidenciais, podendo ser utilizadas internamente pelos órgãos de governo para fins de registro.

Art. 10. Os atos praticados por terceiros não autorizados, relacionados à invenção protegida por patente, exclusivamente para a obtenção de informações, dados e resultados de testes para a obtenção do registro de comercialização, observarão o disposto no inciso VII do art. 43 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 11. A utilização de informações protegidas pelas autoridades competentes, na forma desta lei, não tipifica crime de concorrência desleal, previsto na Lei nº 9.279, de 1996.

Art. 12. As informações referentes a produtos registrados até a vigência desta lei serão protegidas na forma nela prevista pelo prazo remanescente do art. 4º, garantido o prazo mínimo de proteção de doze meses.

Art. 13. Independentemente da concessão do registro pela autoridade competente, a observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual protegidos no País é de responsabilidade exclusiva do beneficiado.

Art. 14. Esta lei não exclui os direitos exclusivos de comercialização de produtos farmacêuticos e produtos químicos para a agricultura, estabelecidos em acordos ou tratados internacionais em vigor no Brasil.

Art. 15. Aplica-se o disposto nesta lei, no que couber, aos órgãos da administração pública, direta, indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Art. 16. O Poder Executivo promoverá, no que couber, a regulamentação desta lei.

Art. 17. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 69, de 26 de setembro de 2002.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

** Artigo, "caput", com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

** § 1º, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

I - relativa a:

** Inciso I, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

** Alínea "a" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

b) direito penal, processual penal e processual civil;

** Alínea "b" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

** Alínea "c" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

** Alínea "d" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

III - reservada a lei complementar;

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

** Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

** § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

** § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

** § 6º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

** § 7º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

** § 8º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

** § 9º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

** § 10º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

** § 11 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

** § 12 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art.166, parágrafos 3º e 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

.....

.....

LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994.

TRANSFORMA O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE EM AUTARQUIA, DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO ÀS INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Parágrafo único. A coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos por esta Lei.

CAPÍTULO II DA TERRITORIALIDADE

Art. 2º Aplica-se esta Lei, sem prejuízo de convenções e tratados de que seja signatário o Brasil, às práticas cometidas no todo ou em parte no território nacional ou que nele produzam ou possam produzir efeitos.

§ 1º Reputa-se domiciliada no Território Nacional a empresa estrangeira que opere ou tenha no Brasil filial, agência, sucursal, escritório, estabelecimento, agente ou representante.

** § 1º com redação dada pela Lei nº 10.149, de 21/12/2000.*

§ 2º A empresa estrangeira será notificada e intimada de todos os atos processuais, independentemente de procuração ou de disposição contratual ou estatutária, na pessoa do responsável por sua filial, agência, sucursal, estabelecimento ou escritório instalado no Brasil.

** § 2º acrescido pela Lei nº 10.149, de 21/12/2000.*

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.

**REGULA DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À
PROPRIEDADE INDUSTRIAL.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS PATENTES

CAPÍTULO V DA PROTEÇÃO CONFERIDA PELA PATENTE

Seção I Dos Direitos

Art. 43. O disposto no artigo anterior não se aplica:

I - aos atos praticados por terceiros não autorizados, em caráter privado e sem finalidade comercial, desde que não acarretem prejuízo ao interesse econômico do titular da patente;

II - aos atos praticados por terceiros não autorizados, com finalidade experimental, relacionados a estudos ou pesquisas científicas ou tecnológicas;

III - à preparação de medicamento de acordo com prescrição médica para casos individuais, executada por profissional habilitado, bem como ao medicamento assim preparado;

IV - a produto fabricado de acordo com patente de processo ou de produto que tiver sido colocado no mercado interno diretamente pelo titular da patente ou com seu consentimento;

V - a terceiros que, no caso de patentes relacionadas com matéria viva, utilizem, sem finalidade econômica, o produto patenteado como fonte inicial de variação ou propagação para obter outros produtos; e

VI - a terceiros que, no caso de patentes relacionadas com matéria viva, utilizem, ponham em circulação ou comercializem um produto patenteado que haja sido introduzido licitamente no comércio pelo detentor da patente ou por detentor de licença, desde que o produto patenteado não seja utilizado para multiplicação ou propagação comercial da matéria viva em causa.

VII - aos atos praticados por terceiros não autorizados, relacionados à invenção protegida por patente, destinados exclusivamente à produção de informações, dados e resultados de testes, visando à obtenção do registro de comercialização, no Brasil ou em outro país, para a exploração e comercialização do produto objeto da patente, após a expiração dos prazos estipulados no art.40.

** Inciso VII acrescido pela Lei nº 10.196, de 14/02/2001.*

Art. 44. Ao titular da patente é assegurado o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.

§ 1º Se o infrator obteve, por qualquer meio, conhecimento do conteúdo do pedido depositado, anteriormente à publicação, contar-se-á o período da exploração indevida para efeito da indenização a partir da data de início da exploração.

§ 2º Quando o objeto do pedido de patente se referir a material biológico, depositado na forma do parágrafo único do art.24, o direito à indenização será somente conferido quando o material biológico se tiver tornado acessível ao público.

§ 3º O direito de obter indenização por exploração indevida, inclusive com relação ao período anterior à concessão da patente, está limitado ao conteúdo do seu objeto, na forma do art.41.

PROTOCOLO DE OURO PRETO

PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE
ASSUNÇÃO SOBRE A ESTRUTURA INSTITUCIONAL
DO MERCOSUL
(OURO PRETO, 17/12/1994)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas "Estados Partes",

Em cumprimento ao disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991;

Conscientes da importância dos avanços alcançados e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum;

Reafirmando os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul;

Atentos para a dinâmica implícita em todo processo de integração e para a conseqüente necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas;

Reconhecendo o destacado trabalho desenvolvido pelos órgãos existentes durante o período de transição,

Acordam:

.....

CAPÍTULO IV

APLICAÇÃO INTERNA DAS NORMAS EMANADAS DOS ÓRGÃOS DO MERCOSUL

Artigo 38

Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no artigo 2 deste Protocolo.

Parágrafo único - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do Mercosul as medidas adotadas para esse fim.

Artigo 39

Serão publicados no Boletim Oficial do Mercosul, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul e dos Laudos Arbitrais de solução de controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

Artigo 40

A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;

ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;

iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

CAPÍTULO V

FONTES JURÍDICAS DO MERCOSUL

Artigo 41

As fontes jurídicas do Mercosul são:

I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;

II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;
III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

.....

.....

MERCOSUL/GMC/RES Nº 87/96

PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO PARA A LIVRE CIRCULAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS ATIVAS GRAU TÉCNICO E/OU SUAS FORMULAÇÕES DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS

TENDO EM VISTA:

o Tratado de Assunção, o artigo 10 da Decisão nº 4/91, a Decisão nº 1/93 do Conselho do Mercado Comum, a Resolução nº 73/94 e Resolução nº 48/96 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a harmonização definitiva dos registros nacionais segue um processo de análise, o qual requer prazos maiores para a sua definição e implementação.

Que é necessário liberar o comércio de substâncias ativas grau técnico e/ou suas correspondentes formulações, entre os Estados Partes do Mercosul.

Que se deve respeitar o sistema de registro vigente em nível nacional e avançar na harmonização progressiva dos requisitos técnicos com fins de registro, a partir do acordado em nível Mercosul.

Que se deve definir as normas, critérios e alcances para o processo de avaliação de produtos fitossanitários na região.

Que se deve estabelecer os mecanismos operacionais que garantam a efetiva implementação nacional dos avanços que irão sendo acordados nos Estados Partes, tendo em conta que a harmonização não é estática senão que implica um processo dinâmico de evolução técnico-científica.

Que se devem incrementar os processos de capacitação profissional para promover a nivelção técnica nos procedimentos de avaliação e controle a cargo das instituições responsáveis.

Que se deve estabelecer a livre circulação de substâncias ativas grau técnico e/ou suas correspondentes formulações que fazem parte de uma lista, o qual irá sendo acordada entre os Estados Partes.

Que a Resolução nº 48/96 fixa requisitos técnicos para a inscrição para a livre circulação das substâncias ativas grau técnico e suas respectivas formulações de produtos fitossanitários.

O GRUPO MERCADO COMUM

RESOLVE:

Art.1º Aprovar os procedimentos para a Inscrição para a Livre Circulação das Substâncias Ativas Grau Técnico e/ou suas Formulações de Produtos Fitossanitários segundo a Resolução nº 48/96, que figuram em Anexo e formam da presente Resolução.

Art.2º Os Estados Partes implementarão as disposições regulamentares, legislativas e administrativas internas necessárias para dar cumprimento à presente Resolução através dos seguintes organismos:

ARGENTINA: Instituto Argentino de Sanidad y Calidad Vegetal (IASCAV)

Secretaría de Agricultura, Pesca y Alimentación (SAPyA)

BRASIL: Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV)

Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)

Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MA)

PARAGUAI: Dirección de Defensa Vegetal (DDV)

Ministerio de Agricultura y Ganadería (M.A.G.)

URUGUAI: Servicios de Protección Agrícola (SPA)

Dirección General de Servicios Agrícolas (DGSA)

Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP)

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigência até 10/12/96.

XXIII GMC, Brasília 11/10/96

ANEXO
PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO PARA A LIVRE CIRCULAÇÃO DAS
SUBSTÂNCIAS ATIVAS GRAU TÉCNICO E/OU SUAS FORMULAÇÕES DE
PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS.

CAPITULO I

1.1. -Locais de tramitação da inscrição para a livre circulação das substâncias ativas grau técnico e/ou suas formulações de produtos fitossanitários segundo Resolução GMC 48/96:

Argentina:

Secretaria de Agricultura, Pesca y Alimentación - SAPyA

Instituto Argentino de Sanidad y Calidad Vegetal - IASCAV

Registro Nacional de Terapéutica Vegetal - RNTV, en adelante Dirección de Agroquímicos y Registros; Prol. Av. Belgrano - Dique II, Lado Este, 1er. Piso, Capital Federal - Argentina. Tel: 0054 1 312.4050/4015.

Brasil:

Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Esplanada dos Ministérios - Anexo Bloco "A" - Sala 342

Brasília- Distrito Federal - Brasil

CEP: 70.000 - 00

Tel: 0055 61 218.2445

Paraguai:

Ministério da Agricultura e Ganaderia

Direcion de Defensa Vegetal

Ruta Mcal. Estigarribia Km 11, San Lorenzo, Edificio DEAG]

Asunción- Paraguay

Tel: 00505 211 552.691

Uruguai:

Ministério de Ganaderia, Agricultura y Pesca

Direcion General de Servicios Agricolas - DGSA

Servicio de Proteccion Agricola

Av. Millan 4.703 - Montevideo - Uruguai

Tel: 598(2) 39.8410/38.1357

1.2 - Estão sujeitos a inscrição para livre circulação das substâncias ativas grau técnico e/ou suas formulações de produtos fitossanitários segundo Resolução GMC 48/96:

Estabelecimentos que sintetizem e/ou formulem substâncias ativas grau técnico e/ou suas correspondentes formulações na região do Mercosul e que constem da lista vigente para a livre circulação.

.....
.....

MERCOSUL\GMC\RES 149/96**INTERPRETAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 48/96****TENDO EM VISTA:**

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Resoluções Nº 48/96 e 87/96 do Grupo Mercado Comum, e a Recomendação Nº 36/96 do SGT Nº 8 "Agricultura".

CONSIDERANDO:

A necessidade de interpretar de maneira uniforme o disposto nas Resoluções GMC Nº 048/96 e GMC Nº 87/96 pelos Estados Partes do MERCOSUL.

O GRUPO MERCADO COMUM RESOLVE:

Art. 1º Todas as formulações que solicitem sua inscrição, em base aos princípios ativos incluídos na "Lista de Substâncias Ativas e suas Formulações de Livre Comercialização", anexo a Resolução GMC Nº 48/96 e suas atualizações periódicas, que estejam registradas nos Estados -Partes do MERCOSUL, deverão sere avaliadas de acordo com os procedimentos de inscrição aprovado em Resolução GMC Nº 87/96, pelo organismo registrante do Estado-Parte de destino.

XXIV GMC - Fortaleza, 13/12/96

MERCOSUL/GMC/RES Nº 71/98

**"TERCEIRA LISTA DE SUSBTÂNCIAS ATIVAS E SUAS
FORMULAÇÕES DE LIVRE CIRCULAÇÃO ENTRE OS
ESTADOS-PARTES DO MERCOSUL"**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Resoluções Nº 48/96; 87/96; 149/96 y 156/96 do Grupo Mercado Comum, e a Recomendação Nº 21/98 do SGT Nº 8 "Agricultura".

CONSIDERANDO:

Que as Listas de Substâncias Ativas e suas formulações de livre circulação entre os Estados Partes do MERCOSUL, são de atualização periódica tal qual o prevê o artigo 4 da Resolução GMC Nº 48/96.

O GRUPO MERCADO COMUM

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a "Terceira Lista de Substâncias Ativas e suas formulações de livre circulação entre os Estados Partes do MERCOSUL", em suas versões em espanhol e português, que figura no Anexo e faz parte da presente Resolução.

Art. 2º A "Terceira Lista" à qual refere-se o artigo anterior, se agregará como Anexo à Resolução GMC Nº 48/96, a continuação da Primeira e Segunda listas já aprovadas.

Art. 3º Os Estados-Partes colocarão em vigência as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente Resolução através dos seguintes organismos:

ARGENTINA:

Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Pesca y Alimentación - SAGPyA

Servicio Nacional de Sanidade e Calidad Agroalimentaria - SENASA

BRASIL:

Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MA

Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

PARAGUAI:

Ministerio de Agricultura y Ganaderia - MAG

Dirección de Defensa Vegetal - DDV

URUGUAI:

Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca - MGAP

Dirección General de Servicios Agrícolas - DGSA

Art. 4º Os Estados-Partes do MERCOSUL deverão incorporar a presente Resolução em seus ordenamentos jurídicos internos até 12 de março de 1999.

XXXII GMC – Rio de Janeiro, 8/XII/98

ANEXO**"TERCEIRA LISTA DE SUBSTÂNCIAS ATIVAS E SUAS FORMULAÇÕES DE LIVRE
COMERCIALIZAÇÃO ENTRE OS ESTADOS-PARTES DO MERCOSUL".**

- 1 - AMETRINA
- 2 - CLORURO DE MEPIQUAT
- 3 - ENDOSULFAN
- 4 - FLUAZIFOP -P-BUTIL
- 5 - HIDRAZIDA MALEICA
- 6.-QUIZALOFOP-P-ETIL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O N º 1, DE 2002-CN

DISPÕE SOBRE A APRECIÇÃO, PELO CONGRESSO NACIONAL, DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS A QUE SE REFERE O ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONGRESSO NACIONAL RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, de Medidas Provisórias adotadas pelo Presidente da República, com força de lei, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Art. 2º Nas 48 (quarenta e oito) horas que se seguirem à publicação, no Diário Oficial da União, de Medida Provisória adotada pelo Presidente da República, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional fará publicar e distribuir avulsos da matéria e designará Comissão Mista para emitir parecer sobre ela.

§ 1º No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato.

§ 2º A Comissão Mista será integrada por 12 (doze) Senadores e 12 (doze) Deputados e igual número de suplentes, indicados pelos respectivos Líderes, obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade dos partidos ou blocos parlamentares em cada Casa.

§ 3º O número de membros da Comissão Mista estabelecido no § 2º é acrescido de mais uma vaga na composição destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, que será

preenchida em rodízio, exclusivamente, pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participar da Comissão (Res. nº 2, de 2000-CN).

§ 4º A indicação pelos Líderes deverá ser encaminhada à Presidência da Mesa do Congresso Nacional até as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

§ 5º Esgotado o prazo estabelecido no § 4, sem a indicação, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fará a designação dos integrantes do respectivo partido ou bloco, recaindo essa sobre o Líder e, se for o caso, os Vice-Líderes.

§ 6º Quando se tratar de Medida Provisória que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, conforme os arts. 62 e 167, § 3, da Constituição Federal, o exame e o parecer serão realizados pela Comissão Mista prevista no art. 166, § 1º, da Constituição, observando-se os prazos e o rito estabelecidos nesta Resolução.

§ 7º A constituição da Comissão Mista e a fixação do calendário de tramitação da matéria poderão ser comunicadas em sessão do Senado Federal ou conjunta do Congresso Nacional, sendo, no primeiro caso, dado conhecimento à Câmara dos Deputados, por ofício, ao seu Presidente.

Art. 3º Uma vez designada, a Comissão terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para sua instalação, quando serão eleitos o seu Presidente e o Vice-Presidente, bem como designados os Relatores para a matéria.

§ 1º Observar-se-á o critério de alternância entre as Casas para a Presidência das Comissões Mistas constituídas para apreciar Medidas Provisórias, devendo, em cada caso, o Relator ser designado pelo Presidente dentre os membros da Comissão pertencentes à Casa diversa da sua.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente deverão pertencer a Casas diferentes.

§ 3º O Presidente designará também um Relator Revisor, pertencente à Casa diversa da do Relator e integrante, preferencialmente, do mesmo Partido deste.

§ 4º Compete ao Relator Revisor exercer as funções de relatoria na Casa diversa da do Relator da Medida Provisória.

§ 5º O Presidente designará outro membro da Comissão Mista para exercer a relatoria na hipótese de o Relator não oferecer o relatório no prazo estabelecido ou se ele não estiver presente à reunião programada para a discussão e votação do parecer, devendo a escolha recair sobre Parlamentar pertencente à mesma Casa do Relator e também ao mesmo Partido deste, se houver presente na reunião da Comissão outro integrante da mesma bancada partidária.

§ 6º Quando a Medida Provisória estiver tramitando na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, a substituição de Relator ou Relator Revisor, na hipótese de ausência, ou a designação desses, no caso de a Comissão Mista não haver exercido a prerrogativa de fazê-lo, será efetuada de acordo com as normas regimentais de cada Casa.

.....
.....

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69	ANO 2002	AUTOR
Ementa: Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.				PODER EXECUTIVO (MSC 824/02)
				Sancionado ou promulgado
				Publicado no Diário Oficial de
				Vetado
				Razões do veto-publicadas no
ANDAMENTO				
1				
2	11.10.02	MESA		
3		Despacho: Submeta-se ao Plenário.		
4		Prazos: para apresentação de emendas de 28.09 a 03.10.02; para tramitação: na Comissão Mista de		
5		27.09 a 10.10.02, na Câmara dos Deputados de 11 a 24.10.02, no Senado Federal de 25.10 a		
6		07.11.02, no Congresso Nacional de 27.09 a 25.11.02; para sobrestar a pauta: a partir de 11.11.02;		
7		de prorrogação pelo Congresso Nacional de 26.11 a 15.12.02 + 40 (quarenta) dias.		
8		SSD 12.1.10.02, pag. 44 261, col. 02		
9		PLENÁRIO		
10	12.11.02	Discussão em turno único		
11		Designação do Relator, Dep Hugo Biehl, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV) e às		
12		34 emendas a ela apresentadas na Comissão Mista do Congresso Nacional (CMCN), que conclui		
13		pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos		
14		constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito,		
15		pela aprovação na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado - incorporando		
16		integralmente a Emenda nº 14 e parcialmente a nº 11 - e rejeição das emendas de nºs 1 a 10, 12, 13,		
17		15 a 34.		
18		Discussão desta MPV pelo Dep Arnaldo Faria de Sá.		
19		Encerrada a Discussão.		
20		Votação preliminar em turno único.		
21		Aprovada, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, esta MPV, quanto ao		
22		atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação		
23		financeira e orçamentária.		
24		Votação, quanto ao mérito, em turno único.		
25		Aprovado o PLV000282002, com voto contrário do Dep Arnaldo Faria de Sá.		
		Prejudicadas esta MPV e as emendas a ela apresentadas na CMCN.		

(Verso da folha 01)

ANO 2002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 69

ANDAMENTO

1
2 12.11.02

PLENÁRIO

(Obs.: continuação da página anterior).

Votação da redação final.

Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep

A matéria vai ao Senado Federal.

(PLV 28-A/02).

MESA

Remessa ao SF, através do Of PS_GSE/

PS-GSE/730 /02

Brasília, 14 de novembro de 2002.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 69/02), que "Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente,



Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Ademir Andrade, Romero Jucá, João Alberto Souza, Lúcio Alcântara e Leomar Quintanilha enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos desafios aguardam o novo Presidente e sua nova equipe, que assumirão o Governo a partir de janeiro de 2003. Um deles, entretanto, tem uma importância estratégica na definição dos rumos do País nas próximas décadas. Quero falar hoje sobre o desenvolvimento tecnológico.

As palavras de ordem, agora, são “tecnologia” e “inovação”. E com isso não se entenda apenas a pesquisa desenvolvida na universidade e nos institutos de pesquisa, mas a pesquisa aplicada nas empresas e a busca da inovação em todos os níveis, do **design** ao processo produtivo.

O novo Governo não poderá, em sua proposta de política industrial, limitar-se a repetir modelos do passado. É preciso dar ênfase a um aspecto de vital importância para o desenvolvimento de um país – o investimento em pesquisa e desenvolvimento, a articulação entre universidades e centros de criação de ciência e tecnologia, com empresas dispostas a dar curso à chamada economia do conhecimento.

É pela falta dessa cultura que, apesar de liderar as exportações de café no mundo há mais de um século, o Brasil, até hoje, vende café em grão para países europeus, que tratam de agregar inteligência: refinam, empacotam em embalagens sofisticadas e marca própria e reexportam pelo triplo do preço.

Hoje, o Brasil ainda conquista mercado jogando os preços de seus produtos no chão. Uma grande parcela de nossas exportações é de matéria-prima ou de produtos semimanufaturados, agregando pouco valor. O nosso processo industrial está aquém das nossas possibilidades. O Estado do Pará, por exemplo, um dos maiores exportadores do País, praticamente não traz em sua pauta de exportações produtos de alta tecnologia. Está na hora de inverter essa equação, sofisticar, oferecer produtos diferentes, com identificação própria, agregar valor, obter maior receita.

E qual o papel do Estado e das empresas nisso tudo?

Em primeiro lugar, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso reconhecer que o Brasil aplica muito pouco em Pesquisa e Desenvolvimento. Atualmente, o montante aplicado equivale a 0,9% do Produto Interno Bruto, o que é pouco em comparação aos países de menor

tamanho, como a França, que investe 2,5% do seu PIB em P&D, o que indica a existência de um longo caminho a ser percorrido.

Em recente pesquisa do IBGE, constatou-se que de todas as aplicações das empresas em inovações tecnológicas, incluindo compra de equipamentos, apenas 16,7% couberam às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento. Isso corresponde, praticamente, à metade do que é aplicado na Espanha, onde essa parcela é de 30,8%. Dentre as dificuldades, a pesquisa apontou os altos custos e a escassez de financiamento para pesquisa e desenvolvimento.

Claro que a existência de recursos para investir é a primeira condição necessária. Mas não é suficiente. O Brasil já tem fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico. Resta saber como será a distribuição desses recursos e que impacto terão no sistema econômico. Para que os recursos sejam bem utilizados, as pessoas e organizações que os recebem têm de desenvolver uma cultura de uso adequada. As empresas, universidades, órgãos públicos e indivíduos que recebem os recursos estão habituados a práticas feudais e corporativas.

As pesquisas que se fazem internacionalmente sugerem que o segredo do desenvolvimento com base na inovação tecnológica está menos no volume de recursos e mais na qualidade das redes que se formam para recebê-los. Resta saber qual o caminho para promover essa mudança cultural nos modos de organização de escolas, empresas e instituições governamentais.

A única certeza é que o País não pode crescer nas atuais condições de atraso tecnológico. No período mais recente de abertura da economia brasileira, entre a crise do Governo Collor e a crise asiática – ou seja, entre 1992 e 1997 –, a demanda por inovações tecnológicas cresceu, no Brasil, nove vezes. No mesmo período, o PIB teve um crescimento de 23%. Só no campo do licenciamento para exploração de patentes aumentou quase cem vezes. Ou seja, o crescimento econômico tem um impacto – demanda por novas tecnologias – que não encontra resposta no País.

Outra questão que merece reparo é a do descompasso que se verifica, no País, entre a modesta capacidade científica instalada nas universidades e a minúscula capacidade de inovação no parque produtivo. A comunidade científica sempre defendeu a adoção de políticas públicas capazes de propiciar o crescimento harmônico dos dois braços da área de C&T, indispensáveis para sustentar o crescimento econômico e social estável. A falta de centros de desenvolvimento tecnológico é uma decorrência de ser o parque industrial majoritariamente multinacional, com centros de pesquisas e desenvolvimento em outras regiões do mundo.

Assim, é imprescindível a implementação de políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil, à semelhança de outros países que utilizam a tecnologia articulada com a política educacional, como fator de tração do desenvolvimento econômico. O Canadá, por exemplo, tem leis de incentivos fiscais para a inovação desde 1944. Uma empresa que queira utilizar todos os subsídios existentes no país poderá ter até 57% de seu desenvolvimento tecnológico patrocinado pelo contribuinte. Estados Unidos, França e Alemanha e, de forma mais acentuada, Taiwan, Japão e Coreia do Sul também têm leis semelhantes às do Canadá.

Nos anos 1970, a Coreia tinha perfil de dispêndios em ciência e tecnologia similar ao do Brasil – cerca de 15% dos investimentos nessa área eram do setor produtivo. Com uma política agressiva de estímulos à inovação tecnológica, encabeçada por uma lei de incentivos fiscais, consistente e abrangente, o país conseguiu evoluir a participação das empresas para 70% do total de investimentos em C&T. No Brasil, esse indicador está em 30%.

Nos últimos 20 anos, a Coreia adotou a tecnologia como propulsora do desenvolvimento econômico sustentado, elevando o país a patamares de nação rica: as inovações tecnológicas intensificaram-se, a competitividade das empresas aumentou, o nível de empregos cresceu, o sistema educacional aprimorou-se e o PIB quadruplicou. A Coreia transformou-se num ator de peso no comércio exterior e os indicadores de bem-estar de seu povo se aproximaram dos de países ricos.

Por último, Sr^{as} e Srs. Senadores, há ainda um complicador: a pouca pesquisa e desenvolvimento que se faz no País está concentrada na universidade, especialmente na universidade pública. O que se pesquisa na universidade é algo novo. Leva anos para chegar à indústria. Somente 5% dos resultados dos projetos financiados pelas agências estatais de fomento à pesquisa interessam à indústria. No Brasil, 73% dos cientistas se concentram nas universidades. Nos EUA, essa fatia é de 13%. No Brasil, 11% estão em centros de pesquisa de empresas privadas; nos EUA, 79%. Além de estarem no lugar errado, os cientistas são pouquíssimos, em comparação com outros países. No Brasil, há 8.765 pessoas fazendo P&D nas empresas; na Coreia, 74.565. Nas universidades, há 56.760 brasileiros, ante 48.588 coreanos. Nos institutos de pesquisa, 12.336 no Brasil e 15.186 na Coreia, que tem apenas 48 milhões de habitantes, menos de um terço do Brasil.

O quadro é desalentador e nem se pode dizer que o empresário brasileiro não gosta de investir em pesquisa. Com os juros tão altos, compensa mais deixar o dinheiro no banco do que contratar pesquisadores. Além disso, a instabilidade das regras impede o planejamento. Se o resultado de uma pesquisa leva

três anos, depois de um ano pode mudar a lei ou o imposto, derrubando as premissas do investimento.

Se quiser alterar essa realidade, o Brasil precisa de políticas agressivas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico do setor produtivo. Este é um dos grandes desafios que está nas mãos do novo governo.

O que está em jogo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o nosso futuro como Nação. Ou nos conformamos em sermos uma economia periférica ao sabor dos humores do mercado internacional, ou estimulamos a inovação tecnológica das empresas, auxiliando na geração de empregos, na melhoria do sistema educacional e na implantação de bases econômicas que levem a uma distribuição de riquezas mais justa e à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer,

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: os opositores do atual Governo costumam afirmar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez um bom trabalho no campo econômico, mas que deixaria a desejar na área social.

Recentemente, uma entidade acima de qualquer suspeita e que não participa das disputas políticas locais deu a primeira opinião isenta a respeito do assunto e reconheceu como importantes os avanços sociais registrados nos últimos anos. A Organização das Nações Unidas indicou o Presidente Fernando Henrique como primeiro vencedor do prêmio Mahbud ul Haq, recém-criado. Os jurados levaram em conta a evolução de indicadores objetivos, como a de crianças na escola, que passou de 93%, antes do Governo FHC para 97%, atualmente.

Não satisfeitos com esses dados da realidade, os críticos do Governo alegam, em relação ao ensino, que os avanços se deram apenas no sentido da universalização, sem correspondente esforço na questão da qualidade.

Certamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os que assim se manifestam desconhecem muitas iniciativas governamentais voltadas essencialmente para a promoção da qualidade do ensino, como é o caso do Fundescola.

O Fundescola – Fundo de Fortalecimento da Escola – é um programa do Ministério da Educação, desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, que tem por objetivo promover um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, ampliando a permanência das crianças nas escolas, assim como a escolaridade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Fundescola é financiado com recursos do Governo Federal e de empréstimos do Banco Mundial. O Programa é implantado principalmente em zonas de

atendimento prioritário, formadas por microrregiões com municípios mais populosos, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Entre as ações em andamento do Programa, destacam-se: Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas; Levantamento da Situação Escolar; Microplanejamento; Programa Dinheiro Direto na Escola; Projeto de Adequação dos Prédios Escolares; Mobiliário e Equipamento Escolar; Informatização e outras.

Para aperfeiçoar a gestão da escola pública e melhorar a qualidade de ensino, o Fundescola estimula a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Para prepará-lo, a escola aponta seus objetivos, estratégias, metas e planos de ação a serem alcançados. Com o PDE, a escola faz um diagnóstico de sua situação, define seus objetivos e sua missão. Recebem recursos financeiros e apoio técnico para elaborar o PDE as escolas que tenham a partir de 200 alunos, organizem unidades executoras, disponham de condições mínimas de funcionamento e possuam liderança forte.

Setenta e uma escolas estaduais adotam o PDE em Roraima, e a meta é atender, ainda este ano, mais 17, em um processo de expansão autônoma, em que o estado é responsável pela capacitação da comunidade escolar, monitoramento e financiamento das ações.

O Fundescola capacita os técnicos das secretarias em como elaborar o planejamento estratégico das ações, como também monitora o processo por meio de assistência técnica. Atualmente, cerca de 50 secretarias de educação, entre estaduais e municipais, adotam o programa e recebem atendimento do Fundo de Fortalecimento da Escola.

Em Roraima, o Planejamento Estratégico identificou os pontos fracos e fortes da Secretaria Estadual de Educação. Para fazer o levantamento, foi necessário montar uma equipe, composta de técnicos de vários setores, desde o Departamento de Ensino até a Divisão Indígena, para percorrer as escolas estaduais levantando dado por dado.

Após o levantamento, a Secretaria detectou como disciplinas críticas o Português e a Matemática, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, o que influencia diretamente os índices de reprovação e distorção idade-série. Uma das metas do Planejamento Estratégico da Secretaria é reduzir esses índices por meio da implementação de classes de aceleração e capacitação de docentes, além da implementação de um plano de formação continuada para professores do ensino fundamental.

Essa é apenas uma amostra dos resultados do Fundescola em Roraima. Assim como aconteceu na Secretaria Estadual, também a Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista elaborou o Planejamento

Estratégico que vem promovendo uma verdadeira mudança de postura em seus diversos setores.

As escolas estaduais Buriti, São Vicente, Fagundes Varela, 13 de setembro e as municipais Centenário e Edsonina, todas em Boa Vista, têm muitas histórias para contar e projetos para mostrar. Em comum, a participação da comunidade e o desafio de fazer do ambiente escolar um espaço cada vez melhor, em que o aprendizado é resultado de um processo de construção do conhecimento, tornando o aluno um cidadão crítico e capaz de exercer seus direitos.

Como se vê, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o tão palado investimento na “qualidade do ensino” depende, basicamente, da contrapartida dos estados e das iniciativas sociais.

Orgulha-me, portanto, que o Estado de Roraima não se tenha intimidado com as sabidas dificuldades que, historicamente, o assolam e tenha dado uma demonstração de maturidade política, ao entender que o investimento federal não o exime da responsabilidade de conduzir os destinos da educação de seus cidadãos.

Muito obrigado!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na Idade Média, por volta 1450, as corporações de ofício possuíam rigorosos esquemas de controle e fiscalização dos produtos e negócios. Tudo para que a honra da corporação não fosse maculada, prejudicando com isso a todos os seus membros. As autoridades municipais, por sua vez, exigiam essa fiscalização para proteção do público, exigência essa que as próprias corporações cumpriam marcando seus produtos com o “preço justo”.

Não cabe – nem é minha intenção neste pronunciamento – discorrer sobre o que constituía o preço justo nessa época. Lembro o fato apenas para comentar a estratosférica distância que intercorre entre a noção do valor do trabalho desse tempo e o comportamento hoje assumido no trato do dinheiro. Refiro-me, em particular, aos comentários que a imprensa vem divulgando sobre os lucros dos bancos no Brasil ao longo de 2002.

Uma análise dos balanços bancários de alguns dos maiores bancos brasileiros, relativamente ao terceiro trimestre de 2002, revela que a rentabilidade média dessas instituições foi de 30% até ao mês de outubro último. Durante esse mesmo período, o setor produtivo, representado por oito grandes empresas, acumulou uma rentabilidade média de somente 1,5%.

As análises revelam ainda que os quatro maiores bancos aplicaram em média 40% dos seus ativos em títulos e valores imobiliários e apenas 25,8% em crédito.

Outro caminho grandemente explorado pelos bancos tem sido a cobrança de tarifas pelos serviços prestados. No decorrer deste ano, as tarifas por servi-

ços bancários passaram por uma centena de mudanças, mudanças que, na quase totalidade, se traduziram em aumento de preços. Algumas poucas mudanças representaram itens novos que passaram a ser cobrados. Como resultado, em média, 92% da folha de salários e encargos dos quatro maiores bancos foram pagos com os recursos provindos da cobrança pela prestação de serviços.

Recentes iniciativas do Banco Central também impulsionaram os ganhos dos bancos com a intermediação do dinheiro. O aumento da alíquota do recolhimento compulsório e o aumento dos juros, segundo estimativas, renderão aos bancos, aproximadamente 480 milhões de reais por mês, prevendo-se um lucro de 5 bilhões e 78 milhões por ano se tais medidas se prolongarem no tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nada contra a cobrança dos serviços prestados. Os serviços têm custos e os custos precisam ser ressarcidos. Também nada contra a criatividade, nada contra a auto-sustentação dos serviços estruturados, nada contra ganhos. Desses números extraordinários, porém, algumas perguntas surgem espontaneamente. Pode-se falar de justiça de preços? Para os clientes que utilizam os serviços bancários, em particular a grande maioria dos trabalhadores empregados que, compulsoriamente, têm seu dinheiro depositado nessas instituições, que vantagem lhes é oferecida? Existe adequação entre cobrança e serviço? É possível para o País caminhar rumo ao desenvolvimento auto-sustentado, mediante a remuneração do capital mais do que do trabalho, mediante prêmio significativo à intermediação em detrimento de quem cria empregos e gera progresso? Há fiscalização rigorosa do Banco Central visando à proteção do público, como acontecia outrora?

Não me parece, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essas questões tenham resposta clara. As numerosas queixas que ouço confirmam minha desconfiança. Longe estamos de uma correlação entre justiça e preço; longe de uma adequação entre captação, aplicação e transparência; entre confiança e retorno em serviços satisfatórios. Estou certo da necessidade de profundo exame dessa problemática, até pela necessidade que sinto de suavizar a severa definição da economia dada pelo saudoso Senador Severo Gomes: "A economia é a sinistra gramática dos interesses mais fortes".

Muito obrigado!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na ocasião do transcurso de mais um 15 de novembro, parece claro ter o povo brasileiro, mais do que em qualquer outro momento da sua história, motivos para comemorar o aniversário da Proclamação da República.

Digo que temos, hoje, razões mais sólidas para celebrar a data porque, decorridos já 113 anos da revolta militar que pôs fim às quase sete décadas de regime monárquico, o País finalmente começa a dar concretude aos ideais do movimento republicano; começa a dar vigência efetiva aos princípios basilares de uma forma de governo que, por definição, volta-se para a defesa da **res publica**, do interesse comum, da coletividade.

Afinal, quando o Marechal Deodoro da Fonseca, do dorso de seu cavalo, desembainhou a espada e bradou "Viva a República!", aqueles que durante décadas haviam propagandeado o novo regime e sonhado com sua instauração não esperavam que a mudança viesse a se resumir à substituição do Imperador por um Presidente da República, com poderes ainda bastante ampliados em relação ao anterior Chefe de Estado, com a diminuição do papel do Parlamento, com governos ainda mais autoritários que o imperial, marcados pela repressão e pela perseguição aos oponentes.

É certo que uma das distinções essenciais entre a forma monárquica de governo e a republicana é a vitaliciedade e a hereditariedade que caracterizam a primeira em contraposição à temporalidade no exercício da Chefia de Estado que se verifica na segunda.

Mas, por essencial que seja essa característica da República, não merece a designação de republicano um regime que se limite à periódica substituição do Primeiro Mandatário do País.

República é a forma de governo na qual o povo tem a titularidade do poder político, exercendo-a por meio do voto. Aquela na qual o povo escolhe seus governantes por meio de eleições livres, para que estes, durante um período determinado, promovam o bem comum, defendam os interesses da coletividade. É o regime da responsabilidade popular na definição dos rumos da Nação. Em uma palavra, o regime da cidadania, dos direitos e dos deveres do cidadão.

Não foi, por certo, um regime com essas características que o povo brasileiro viu surgir após os episódios de 15 de novembro de 1889. E, aliás, não é de surpreender que assim tenha sido, haja vista as circunstâncias em que foi concretizada a derrubada da monarquia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é irônico que a forma de governo definida como a da soberania popular tenha sido instaurada, em nosso País, por meio de um golpe militar. Mais ainda, um golpe liderado pelos militares de mais alta patente, os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e que sequer republicanos eram – pelo menos até as vésperas do golpe.

A esse propósito, é ilustrativo o trecho de uma carta escrita por Deodoro a um sobrinho já em 1888,

ano imediatamente anterior à Proclamação. Na correspondência, trazida a público no livro *Os Militares e a República*, do antropólogo Celso Castro, afirma o Marechal: “República no Brasil é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. (...) Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para ‘republicanos’. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela.”

Na verdade, a iniciativa da rebelião de 15 de novembro foi de um grupo de jovens oficiais da Academia Militar, conhecido na época como “mocidade militar”. Desse grupo faziam parte Euclides da Cunha, que mais tarde se tornaria famoso como o autor de *Os Sertões*; Cândido Rondon, que ficaria conhecido pelo trabalho indigenista; Serzedelo Corrêa, futuro Governador do Paraná; e Lauro Müller, que seria Governador de Santa Catarina.

Esse grupo conseguiu atrair para a radicalização política Benjamin Constant – seu mestre na Academia Militar, geralmente apontado como líder da conspiração – e se uniu a Deodoro da Fonseca e a um pequeno grupo de oficiais com outro perfil.

É evidente que essa aproximação foi possível porque algumas idéias já eram comuns aos dois grupos, como a valorização da ascensão pessoal por mérito, a crença em doutrinas científicas, um ressentimento em não pertencer à elite social da época. Não é verdadeiro, contudo, que Deodoro tenha sido levado ao confronto com o governo monárquico a que servia em virtude de firmadas convicções republicanas. A pesquisa histórica deixa claro que o chefe militar chegou a esse rompimento por questões de defesa da honra do Exército e por especificidades da política do Rio Grande do Sul, que o indispueram com o gabinete do Visconde de Ouro Preto.

Os alunos da Academia Militar, estes sim, haviam fundado um grupo republicano secreto dez anos antes. Vindos, em sua grande maioria, do que, na época, se poderia chamar de “Norte”, ou seja, todo o território ao norte do Rio de Janeiro, a região menos desenvolvida do Império, eles contavam entre 20 e 30 anos de idade e muitos não participavam, de forma alguma, da elite política, social ou econômica. Influenciados pelo positivismo, doutrina abraçada por seu mestre Benjamin Constant, os jovens estavam afinados com o cientificismo e valorizavam a ascensão por mérito. Pouco voltados para a carreira militar, acreditavam que a República era o regime político científico.

Desencadeada por uma parcela reduzida do Exército, a rebelião antimonárquica contou com participação popular nula. Coube a um dedicado propagandista da república, Aristides Lobo, retratar, em frase que se tornaria famosa, o estupor da população do Rio diante do desenrolar dos eventos: “O povo a tudo assistiria bestializado, sem compreender o que se

passava, julgando ver talvez uma parada militar”. Na condição de republicano autêntico, Aristides lamentava, profundamente decepcionado, o fato de o povo – que, pelo ideário republicano, deveria ter sido protagonista dos acontecimentos – não ter tido qualquer participação na Proclamação da República.

O desapontamento de Aristides Lobo foi compartilhado pelo conjunto dos verdadeiros republicanos e fica bem evidente nas frases de dois de seus maiores ícones. Benjamin Constant, logo depois de ter sido destrutado pelo Marechal Deodoro, afirmou: “Não era esta a República que eu sonhava”. Silva Jardim, por seu turno, profetizou: “Se a República nascer das armas, morrerá pelas armas”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim desprovida de participação popular, a implantação do novo regime caracterizou-se, mais uma vez, como “transição pelo alto”, tradição tão cara à nossa história política. Os militares progressistas – socialmente representantes dos extratos médios da população – foram rapidamente afastados ou cooptados pela elite agrária. Nascia a República Velha, a “República do Café com Leite”, verdadeiro pacto das oligarquias para a repartição e manutenção do poder.

Embora nossas instituições fossem formalmente democráticas, as relações políticas existentes jamais ultrapassaram os limites da atuação aristocrática. O direito de voto é rigorosamente restrito, dele estando afastado o enorme contingente de mulheres e analfabetos – com efeito, apenas dez por cento da população podiam votar. Esses poucos que podiam votar não tinham assegurado o direito ao sigilo do voto. Não existindo Justiça Eleitoral, as apurações sofriam toda espécie de manipulação, sendo os resultados definidos “a bico de pena”. Os partidos políticos tinham, via de regra, caráter meramente regional. Nesse quadro, pode-se afirmar que o sistema político brasileiro implantado logo após a Proclamação da República constituía uma espécie de negação do ideal e dos princípios republicanos.

A título meramente exemplificativo, podemos mencionar o Governo do segundo Presidente da recém-criada República, o Marechal Floriano Peixoto, que foi marcado por deportações de intelectuais, políticos e militares. Até o poeta Olavo Bilac – futuro patrono do serviço militar – seria mandado para os confins da Amazônia, por discordar da linha-dura implantada pelo Marechal. Ou ainda a presidência de Arthur Bernardes, entre 1922 e 1926, exercida com mão de ferro, em permanente estado de sítio.

Tampouco a Revolução de 1930, marco do encerramento da República Velha, foi capaz de promover uma ruptura histórica. Uma vez mais, a tradicional acomodação se fez presente, embora importantes

avanços se tenham verificado, como a criação da Justiça Eleitoral e a introdução do voto feminino.

Nas seis décadas que se seguiram à Revolução de 1930, vivemos períodos alternados de normalidade democrática e de governos ditatoriais, com franca predominância destes últimos. Dessa forma, o ideal republicano, a consciência de cidadania só muito lentamente conseguiram evoluir.

O marco do despertar da nacionalidade para uma nova vivência político-social é, sem dúvida alguma, a Constituição democrática de 1988. É significativa, a esse propósito, uma inversão que se observa na Carta de 88 em relação a todas que a precederam. Enquanto todas as anteriores tratavam primeiramente da organização do Estado, a nova Constituição se ocupa, de início, dos direitos e garantias fundamentais. Trata-se de uma alteração aparentemente pequena, afetando a ordenação dos Títulos que compõem o texto constitucional. Poderia até passar despercebida. Mas, com certeza, não foi uma alteração fortuita. Com ela, quiseram os Constituintes sinalizar claramente para a ênfase, para a prioridade que deram ao caráter democrático-republicano da nova Carta, para sua natureza de Constituição cidadã.

A partir do processo constituinte de 1987-1988, o Brasil passa a viver um estágio bem diferenciado em sua experiência histórica. Amplia-se de modo significativo o conceito e a prática da cidadania entre nós. O ideal de democracia é hoje perseguido tendo em vista não apenas seus aspectos meramente formais, mas também as questões de fundo, aquelas que atingem a essência do regime. O fortalecimento dos mecanismos da democracia representativa se dá simultaneamente à valorização dos instrumentos de democracia participativa, fazendo com que, ao lado de instituições tradicionais, como os partidos políticos, a sociedade vá abrindo novos canais de participação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso, de fato, que o povo brasileiro tem hoje mais motivos para comemorar o 15 de novembro do que teve no passado.

Se a República brasileira nasceu, paradoxalmente, prescindindo da vontade popular; se, ao longo de quase um século, os princípios republicanos estiveram, quase sempre, desfigurados pela debilidade e pela distorção dos mecanismos de participação popular – ou, pura e simplesmente, pelo arbítrio, pelo sufocamento das aspirações populares; hoje, a realidade é muito distinta.

A República festeja mais um aniversário em um momento positivamente especial. Vivemos um dos mais longos períodos republicanos de estabilidade política dentro do Estado de direito. As eleições gerais recentemente realizadas contaram com ampla e entusiástica participação de todos os segmentos da so-

cidade. As exigências de respeito ao patrimônio público, por parte daqueles que aspiram a cargos eletivos, são colocadas com muita firmeza pelo eleitorado. A conduta de responsabilidade na gestão fiscal é objeto de legislação específica recentemente editada, muito elogiada pelos formadores de opinião e pelo público em geral.

O conceito de cidadania cresce em prestígio. A prática da cidadania se fortalece e se dissemina. O “ser cidadão” adquire, enfim, uma densidade que jamais teve entre nós.

Por tudo isso, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje se justifica bradar: Viva a República!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora que o povo brasileiro acaba de comparecer às urnas renovando parte da representação federal, seguramente estaremos contando com contribuições que trarão novos parlamentares aos trabalhos de nossa Subcomissão Permanente do Idoso, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em favor dos idosos brasileiros.

Certamente teremos a anuência dos demais membros da Subcomissão para, nos meses restantes desta legislatura, realizarmos reuniões para debatermos os projetos de lei em tramitação na Casa, que tratam de assuntos relacionados com idosos.

Se não alcançamos todos os objetivos que traçamos em relação a alguns benefícios, a principal bandeira de lutas da Subcomissão saiu vitoriosa, ou seja, a criação, instalação e o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, é fruto das inúmeras audiências da Subcomissão Permanente do Idoso com os Ministros da Justiça. Esse fato abrandará um pouco as nossas preocupações, já que o Conselho Nacional completa a estrutura organizacional da Política Nacional do Idoso.

Todos nós que trabalhamos para melhorar as condições de vida do segmento idoso brasileiro esperamos muito do conselho nacional, que já foi instalado e realiza as primeiras reuniões de trabalho.

Foi uma grande vitória, mas estamos conscientes de que precisamos ampliar ainda mais as nossas ações em favor da valorização da chamada Terceira Idade, para que o Brasil possa acompanhar os avanços da ciência que vêm aumentando consideravelmente as perspectivas de vida da população brasileira.

Hoje a média de vida do homem é de 68 anos, e a mulher chega aos 72 anos.

Algumas projeções indicam que já na próxima década a nossa expectativa de vida alcançará os 80 anos!

Essa seria uma ótima notícia para todos nós, se as perspectivas do aumento do tempo de vida fossem acompanhadas de ações concretas para que também aumentem as oportunidades de reintegração social oferecida a eles.

Todos os segmentos da sociedade precisam, urgentemente, de preocuparem-se bem mais com as questões que envolvem o envelhecimento humano.

A falta de médicos Geriatrias e de Gerontólogos Sociais é tão gritante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que chega às raias do ridículo!

O Brasil abriga hoje quase 15 milhões de pessoas idosas. Para cuidar da saúde deles, temos somente cerca de 550 médicos Geriatrias. Cada um desses profissionais terá de atender cerca de 30 mil idosos!

Mais grave ainda é a escassez de Gerontólogos sociais, que são técnicos multidisciplinares preparados para cuidarem das atividades do idoso junto à família e à sociedade – temos hoje pouco mais de 350!

Essa quantidade irrisória de especialistas determina que cada técnico terá de atender mais de 50 mil idosos!

Se não melhorarmos o atendimento especializado a maioria dos idosos não conseguirá obter uma boa qualidade de vida, o que vai impedir o exercício pleno da cidadania e, sem cidadania, eles continuarão a ser tratados como “problemas”, como “estorvo descartável” e, dependendo de sua situação perante a família, correrão o sério risco de serem abandonados ou levados para instituições asilares, tristes lugares onde aguardarão a chegada da morte!

A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, é uma das mais modernas e completas do mundo no que diz respeito ao atendimento das necessidades e dos anseios dos idosos. Esta lei, Sr. Presidente e Sr^{as}. e Srs. Senadores, está em vigor há 8 anos, mas até agora não está sendo cumprida integralmente.

A Lei preceitua, em seu Artigo 10, item III, alínea “C”, que o Ministério da Educação deve “incluir a Gerontologia Social e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores”.

Apesar disso, são raros os cursos dessas especialidades em funcionamento.

Aproveito para levar aos responsáveis pela educação superior no Brasil, um forte apelo para que cumpram o que determina a Política Nacional do Idoso!

É preciso que os senhores Reitores de nossas universidades coloquem, como prioridade urgente, a criação dos cursos de Geriatria e de Gerontologia Social nas instituições que dirigem, especialmente agora que sabemos, pela ONU que, dentro de 20 anos, o Brasil abrigará a 5ª população idosa do mundo!

A Subcomissão Permanente do Idoso do Senado Federal, nos meses que restam desta legislatura, fará as reuniões possíveis, sempre buscando novas conquistas que venham beneficiar os idosos de nosso País.

Um exemplo do que afirmamos: tenho aqui em mãos um importante apanhado de informações que denominamos de Cartilha do Idoso.

Este livrinho contém 12 matérias que consideramos ser de utilidade, tanto para os idosos e seus familiares como também para as pessoas interessadas em ajudar na valorização dos idosos.

Entre os assuntos, destacamos a sugestão para a criação de Grupos Comunitários de Terceira Idade, que ajudarão a implantar e fazer funcionar pequenos mas importantes núcleos de cidadania para idosos, sem usar de assistencialismos ou paternalismos.

Também publicamos dicas de saúde e das doenças mais comuns dos idosos; dicas para evitar acidentes; atenção à pessoa idosa; dicas de atividades físicas, e as principais leis que beneficiam os membros da Terceira Idade.

Procurando evitar interferência em setores das administrações estaduais e municipais, este trabalho leva em consideração que as ações de Assistência Social direta aos carentes e abandonados é de responsabilidade das Secretarias criadas com essa finalidade.

As ações aqui sugeridas são direcionadas aos idosos que ainda vivem nas comunidades, junto de seus familiares, principalmente porque este segmento é a grande maioria, ou seja: 98% da população idosa brasileira !

Aliás, o fato de termos apenas cerca de 2% da população idosa institucionalizada, vivendo em asilos, coloca o Brasil em posição privilegiada perante a maioria das nações. Em alguns países da Europa chega a 10% o índice de idosos em asilos.

Temos recebido um grande número de consultas sobre os direitos do idoso, vindas de diversas partes do país. Por esse motivo tomamos a decisão de publicarmos a Cartilha do Idoso.

Poderíamos ter incluído outros detalhes técnicos sobre idosos, mas a nossa intenção foi a de proporcionar uma leitura fácil, para alcançarmos o maior número possível de idosos, famílias, técnicos em envelhecimento humano e outros interessados.

Finalizo, Sr. Presidente, lembrando que, desde que assumimos a Presidência da Subcomissão Permanente do Idoso do Senado Federal, temos usado esta tribuna para chamar a atenção de toda a sociedade para a gravidade dos problemas que o Brasil

terá de enfrentar se não forem adotadas providências urgentes para reincluir os idosos na sociedade.

Não sou pessimista, mas este problema é tão grave que, ou adotamos sérias providências agora, ou dentro de muito pouco tempo, poderemos ter, além das crianças de rua, idosos de rua! ...e, eles não merecem isso.

Era o que tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 19, as 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

I – PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQUENTES

(Art. 170, § 2º, III, do Regimento Interno)

Dia 19.11.2002, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente:	Reverenciar a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, pelo transcurso do centenário do seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 513, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 29.10.2002.	
	<i>Oradores inscritos:</i> 1. Senador Eduardo Suplicy	
	<i>(continuam abertas as inscrições)</i>	
Oradores inscritos: (Art. 160, III, RISF)	1. Senador 2. Senador Francelino Pereira <i>(continuam abertas as inscrições)</i>	
Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Medida Provisória nº 58, de 2002 (Mensagem nº 170/2002- CN – nº 719/2002, na origem) Presidente da República	Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências. Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Carlos Alberto Rosado (PFL-RN). Relator Revisor: Senador	Discussão, em turno único. (§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32). (A matéria passa a obstruir todas as demais deliberações legislativas da Casa, até que ultime sua votação, cujo prazo esgotou-se no dia 28.09).
2 Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002 (Mensagem nº 172/2002- CN – nº 723/2002, na origem) Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista	Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências. Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do PLV nº 25/2002 (proveniente da MPV nº 59/2002), e contrário às Emendas nºs 1 a 3, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ). Relator Revisor: Senador	Discussão, em turno único. (§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32). (A matéria passa a obstruir todas as demais deliberações legislativas da Casa, até que ultime sua votação, cujo prazo esgotou-se no dia 30.09).

<p>3</p> <p>Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002</p> <p>(Mensagem nº 174/2002-CN – nº 725/2002, na origem)</p> <p>Comissão Mista</p>	<p>Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.</p> <p>Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do PLV nº 26/2002 (proveniente da MPV nº 61/2002), proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Herculano Anghinetti (PPB-MG).</p>	<p>Discussão, em turno único.</p> <p>(§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32).</p> <p>(A matéria passa a obstruir todas as demais deliberações legislativas da Casa, até que ultime sua votação, cujo prazo esgotou-se no dia 03.10).</p>
<p>4</p> <p>Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2002</p> <p>(Mensagem nº 175/2002-CN – nº 738/2002, na origem)</p> <p>Comissão Mista</p>	<p>Relator Revisor: Senador</p> <p>Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.</p> <p>Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do PLV nº 27/2002 (proveniente da MPV nº 62/2002), proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Paulo Marinho (PFL-MA).</p>	<p>Discussão, em turno único.</p> <p>(§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32).</p> <p>(A matéria passa a obstruir todas as demais deliberações legislativas da Casa, até que ultime sua votação, cujo prazo esgotou-se no dia 07.10).</p>
<p>5</p> <p>Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002</p> <p>(Mensagem nº 199/2002-CN – nº 824/2002, na origem)</p> <p>Comissão Mista</p>	<p>Relator Revisor: Senador</p> <p>Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.</p> <p>Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do PLV nº 28/2002 (proveniente da MPV nº 69/2002), à Emenda nº 14 e, parcialmente, à Emenda nº 11, e contrário às demais emendas, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Hugo Biehl (PPB-SC).</p>	<p>Discussão, em turno único.</p> <p>(§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32).</p> <p>(A matéria passa a obstruir todas as demais deliberações legislativas da Casa, até que ultime sua votação, cujo prazo esgotou-se no dia 11.11).</p>
<p>6</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar</p> <p>Senador Lúcio Alcântara</p>	<p>Relator Revisor: Senador</p> <p>Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, e dá outras providências.</p> <p>(Tramitando em conjunto com o PLS nº 22/02 – Complementar).</p> <p>Parecer nº 1.017/2002-CAE, Relator: Senador Paulo Souto, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, e pela rejeição do PLS nº 22/02 – Complementar, que tramita em conjunto.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p> <p>(Votação nominal).</p> <p>(Em regime de urgência – art. 336, II, do RISF, nos termos do Requerimento nº 532/2002).</p>

<p>7</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002 – Complementar</p> <p>Senador Antonio Carlos Valadares e outros</p>	<p>Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regular a substituição tributária no campo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.</p> <p>(Tramitando em conjunto com o PLS nº 128/02 – Complementar).</p> <p>Parecer nº 1.017/2002-CAE, Relator: Senador Paulo Souto, favorável ao PLS nº 128/02-Complementar, com a Emenda nº 2-CAE, que tramita em conjunto, e pela rejeição do PLS nº 22/02 – Complementar.</p>	<p>Ver item anterior.</p>
<p>8</p> <p>Projeto de Resolução nº 68, de 2002</p> <p>(MSF nº 292/2002)</p> <p>Comissão de Assuntos Econômicos</p>	<p>Autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II.</p> <p>Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.037/2002-CAE, Relator: Senador Carlos Bezerra.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p> <p>(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, nos termos do Requerimento nº 533/2002, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão).</p>
<p>9</p> <p>Projeto de Resolução nº 69, de 2002</p> <p>(MSF nº 293/2002)</p> <p>Comissão de Assuntos Econômicos</p>	<p>Autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União – ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 47,600,000.00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.</p> <p>Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.038/2002-CAE, Relator: Senador Romero Jucá.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p> <p>(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, nos termos do Requerimento nº 534/2002, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão).</p>

<p>10</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000</p> <p>(nº 96/92, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.</p> <p>(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1 e 5, 20/2000; e 15/2001).</p> <p>Pareceres nºs:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 538/2002-CCJ, Relator: Senador Bernardo Cabral, <u>1º Pronunciamento</u> (sobre as Propostas): favorável, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das PECs nºs 21/95, 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92/99, 1, 5, 20/2000 e 15/2001, que tramitam em conjunto; e - 1.035/2002-CCJ, Relator: Senador Bernardo Cabral, <u>2º Pronunciamento</u> (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222, de Plenário; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232, de Plenário; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239, de Plenário. 	<p>Votação, em primeiro turno.</p> <p>(Votação nominal).</p> <p>(Incluída em Ordem do Dia conforme Fala da Presidência na sessão deliberativa ordinária de 12.11: "... Nesse sentido, a Presidência determina a inclusão da matéria na Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias dos dias 19 e 20 do corrente. Na sessão do dia 19, todas as Senhoras e os Senhores Senadores que o desejarem poderão fazer uso da palavra, por cinco minutos cada um, para o encaminhamento da votação da matéria e poderão entregar requerimentos de destaque à Mesa. Uma vez recebidos os requerimentos de destaque, a Presidência terá até a sessão do dia 20 para preparar a votação. Na sessão desse dia, os Líderes partidários poderão orientar suas bancadas e passaremos ao processo de votação propriamente dito.")</p>
<p>11</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995</p> <p>Senador Antonio Carlos Valadares e outros</p>	<p>Altera dispositivos da Constituição Federal.</p> <p>(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)</p>	<p>Ver item anterior.</p>
<p>12</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999</p> <p>Senador Geraldo Althoff e outros</p>	<p>Acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)</p>	<p>Ver item 1.</p>

13 Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999	Altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias.	Ver item 1.
Senadora Heloísa Helena e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
14 Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999	Acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal.	Ver item 1.
Senador Pedro Simon e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
15 Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999	Acrescenta parágrafo art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.	Ver item 1.
Senador Roberto Requião e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
16 Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999	Altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer.	Ver item 1.
Senador Jefferson Peres e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
17 Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999	Acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal, para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.	Ver item 1.
Senadora Luzia Toledo e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
18 Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999	Altera a alínea a do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais.	Ver item 1.
Senador Mozarildo Cavalcanti e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
19 Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999	Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.	Ver item 1.
Senador Pedro Simon e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	

20 Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1999	Altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista triíplice à escolha do Procurador- Geral da República.	Ver item 1.
Senador Pedro Simon e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
21 Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999	Altera a competência do Superior Tribunal de Justiça.	Ver item 1.
Senador Ney Suassuna e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
22 Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999	Acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juizes de direito, juizes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.	Ver item 1.
Senador Paulo Souto e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 81/99; 1, 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
23 Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2000	Altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências.	Ver item 1.
Senador Tião Viana e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 5, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
24 Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000	Dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas.	Ver item 1.
Senador José Roberto Arruda e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 20 e 29/2000; e 15/2001)	
25 Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000	Altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.	Ver item 1.
Senador Sebastião Rocha e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5 e 29/2000; e 15/2001)	
26 Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001	Altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista triíplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.	Ver item 1.
Senador João Alberto Souza e outros	(Tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 29/2000)	

27 Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002	Cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior.	Quarta sessão de discussão, em primeiro turno.
Senador Fernando Ribeiro e outros	Parecer nº 532/2002-CCJ, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.	
28 Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002	Altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação).	Segunda sessão de discussão, em primeiro turno.
Senador Ricardo Santos e outros	Parecer nº 486/2002-CCJ, Relator: Senador Osmar Dias, favorável.	
29 Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2001	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sônia Ivar para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brazlândia, Distrito Federal.	Discussão, em turno único.
(nº 1.012/2001, na Câmara dos Deputados)	Parecer nº 9/2002-CE, Relator: Senador Lindberg Cury, favorável, com abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.	
30 Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2002	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.	Discussão, em turno único.
(nº 1.287/2001, na Câmara dos Deputados)	Parecer nº 747/2002-CE, Relator: Senador Mauro Miranda, favorável.	
31 Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2002	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.	Discussão, em turno único.
(nº 1.294/2001, na Câmara dos Deputados)	Parecer nº 748/2002-CE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Arlindo Porto, favorável.	
32 Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2002	Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo - ABACANR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte.	Discussão, em turno único.
(nº 1.168/2001, na Câmara dos Deputados)	Parecer nº 923/2002-CE, Relatora <i>ad hoc</i> : Senadora Maria do Carmo Alves, favorável.	
33 Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2002	Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Metrópole a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.	Discussão, em turno único.
(nº 1.008/2001, na Câmara dos Deputados)	Parecer nº 925/2002-CE, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável.	

34 Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2002 (nº 1.019/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Três Fronteiras "ACTF" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo. Parecer o nº 926/2002-CE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Chico Sartori, favorável.	Discussão, em turno único.
35 Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2002 (nº 1.024/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo. Parecer nº 806/2002-CE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Valmir Amaral, favorável.	Discussão, em turno único.
36 Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2002 (nº 1.047/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte. Parecer o nº 927/2002-CE, Relatora <i>ad hoc</i> : Senadora Maria do Carmo Alves, favorável.	Discussão, em turno único.
37 Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2002 (nº 1.052/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Extremoz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte. Parecer o nº 928/2002-CE, Relatora <i>ad hoc</i> : Senadora Maria do Carmo Alves, favorável.	Discussão, em turno único.
38 Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2002 (nº 1.218/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro. Parecer nº 929/2002-CE, Relator: Senador Geraldo Cândido, favorável.	Discussão, em turno único.
39 Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2002 (nº 1.170/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Corbélia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corbélia, Estado do Paraná. Parecer nº 755/2002-CE, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável.	Discussão, em turno único.
40 Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2002 (nº 1.214/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Parque da Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. Parecer nº 933/2002-CE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Eduardo Siqueira Campos, favorável.	Discussão, em turno único.

<p>41</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2002</p> <p>(nº 1.252/2001, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN ACCCSM/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.</p> <p>Parecer nº 934/2002-CE, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p>42</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2002</p> <p>(nº 978/2001, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Santa Albertina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo.</p> <p>Parecer nº 935/2002-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p>43</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2002</p> <p>(nº 1.106/2001, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Indiara – Goiás (Rádio Educativa FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiara, Estado de Goiás.</p> <p>Parecer nº 756/2002-CE, Relator: Senador Mauro Miranda, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p>44</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2002</p> <p>(nº 1.128/2001, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Pirapozinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo.</p> <p>Parecer nº 936/2002-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p>Requerimento nº 541, de 2002</p> <p>Senador Gilvam Borges</p>	<p>Solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre os convênios 424304, 424745, 425394, 430593, 433567, 436811, 438758, 439842, 443274, 445420, 451177, 45319 e 465607, todos tendo como conveniente a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari – Amapá.</p>	<p>Votação, em turno único.</p> <p>(Lido na sessão deliberativa ordinária de 14.11, ficando sua votação fixada para esta data).</p>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 5 minutos.)

(OS19844/02)

Emendas

ao

PROJETO DE LEI Nº 71, DE 2002-CN

MENSAGEM

Nº 00240, de 31/10/2002 – CN
(Nº 00913, de 29/10/2002, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 1.753.297.047,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil e quarenta e sete reais), para os fins que especifica.

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00001

PL 071/2002-CN

Mensagem 0240/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 71 / 2002 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	---------------------------

TEXTO

Inclua-se onde couber na Programação de Trabalho 32101 – Ministério das Minas e Energia, os recursos necessários para Implantação do Subprojeto/Subatividade: **25.131.0272.1437.0000 – Campanha Educativa sobre Direitos dos Consumidores em Energia Elétrica em Municípios do Estado do Ceará – CE**, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO:

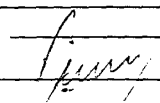
- **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 32266 – Agência Nacional de Energia Elétrica – ANAEL
- **SUBPROEJTO/SUBATIVIDADE:** 25.131.0272.1437.0000 – Campanha Educativa sobre Direitos dos Consumidores em Energia Elétrica em Municípios do Estado do Ceará – CE
- **VALOR R\$:** 3.000.000,00 (três milhões de reais).
- **MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 40 (municípios)

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS:

- **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 32230 – Petróleo Brasileiro S/A.
- **SUBPROEJTO/SUBATIVIDADE:** 25.753.0807.1171.0001 – Implantação do Comércio Eletrônico na Petrobrás - Nacional
- **VALOR R\$:** 3.000.000,00 (três milhões de reais).

JUSTIFICAÇÃO

Tem por finalidade, a presente emenda, promover campanhas educativas visando prestar maiores esclarecimentos e informações sobre os principais direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica, em diversas localidades no Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR PINHEIRO LANDIM	UF CE	PARTIDO PMDB
DATA 13/11/2002	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002**

PL 071/2002-CN

Mensagem 0240/2002-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 71/2002 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber na Programação de Trabalho 32101 – Ministério das Minas e Energia, os recursos necessários para Implantação do Subprojeto/Subatividade: **25.752.0273.1379.0000 – Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional em Municípios do Estado do Ceará – CE**, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO:

- **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 32101 – Ministério das Minas e Energia
- **SUBPROEJTO/SUBATIVIDADE:** 25.752.0273.1379.0000 – Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades não Supridas pela Rede Elétrica Convencional em Municípios do Estado do Ceará.
- **VALOR R\$:** 3.000.000,00 (três milhões de reais).
- **MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 40 (municípios)

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS:

- **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 32241 – Petrobrás Internacional S/A
- **SUBPROEJTO/SUBATIVIDADE:** 25.753.0282.3345.0002 – Apropriação de Reservas de Óleo Condensado e Gás Natural no Exterior – Reserva Provada Apropriada (Mil Barris de Óleo Equivalente) 53000
- **VALOR R\$:** 3.000.000,00 (três milhões de reais).

JUSTIFICAÇÃO

Objetiva-se com a presente proposta, estimular a intensificação das atividades rurais, integrando programas e ações que visem ao desenvolvimento rural em suas respectivas áreas de atuação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

PINHEIRO LANDIM

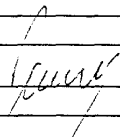
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

13/11/2002



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2001-SF “DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs.”.

Ata da 23ª Reunião

Realizada em 03.09.2002

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, às dezoito horas e cinquenta minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se os Senhores Senadores Marluce Pinto, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Bello Parga e Benício Sampaio, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito *“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”*. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião administrativa, em caráter reservado e sigiloso, destina-se a discussão e votação de Requerimentos. Dentre os diversos assuntos tratados, foram aprovados os Requerimentos a seguir relacionados: a) Requerimentos: Requerimento nº 49/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Excelentíssimo Ministro da Justiça, Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, a respeito da Organização Canadense, Não-Governamental - FOCUS; b) Requerimento nº 50/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Senador Jonas Pinheiro, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, a respeito da Organização Canadense, Não-Governamental - FOCUS; c) Requerimento nº 51/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Senador Carlos Bezerra, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, a respeito da Organização Canadense, Não-Governamental - FOCUS; d) Requerimento nº 52/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Senhor João Bosco Umbelino dos Santos - Presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas

da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, a respeito da Organização Canadense, Não-Governamental - FOCUS on Sabbatical; e) Requerimento nº 53/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Senhor Antônio Ernesto de Salvo - Presidente da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, a respeito da Organização Canadense, Não-Governamental - FOCUS on Sabbatical, e f) Requerimento nº 54/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Senhor José Antônio dos Santos - Assessor da ONG Focus on Sabbatical, no Brasil, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, a respeito da proposta apresentada pelo Sr. Ken Gould ao II Congresso Brasileiro de Soja ocorrido em Foz do Iguaçu/PR, estimulando a redução do plantio de soja em solos brasileiros mediante compensação financeira aos produtores. Todos os Requerimentos foram aprovados por unanimidade de seus membros. O Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Senadores membros e nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

Ata da 129ª Sessão Não Deliberativa em 18 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet e Francelino Pereira

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 1.077, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2002 (nº 1.006/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube Marconi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2002 (nº 1.006, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube Marconi Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 226, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 9 de fevereiro de 1998, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente soli-

citação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Clube Marconi Ltda. (cf. fl. 146):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Mitsuo Marubayashi	432
Oswaldo Massuo Marubayashi	13
Luiz Yoshinobu Marubayashi	9
Total de Cotas	454

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Nelson Proença.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 262, de 2002, evidência o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Clube Marconi Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 novembro de 2002. –
Eduardo Matarazzo Suplicy.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 262/02 NA REUNIÃO DE 18/11 19002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[assinatura]* SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR: *[assinatura]* SENADOR EDUARDO SUPLEY

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLEY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIAO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.078, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2002 (nº 1.434 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Mauro Miranda** (Art. 84 RISF)

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2002 (nº 1.434, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde a

a-
de de Ouro Verde, Estado de Goiás.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 734, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 95, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde (cf. fls. 62/65):

- Presidente – José Caetano Ferreira
- Vice-Presidente – João Caetano Ferreira
- Secretária – Flávia Aparecida Caetano Ferreira
- Tesoureiro – José Antônio de Campos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Saulo Coelho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

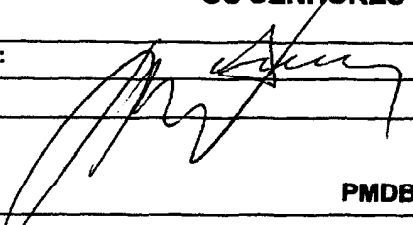
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 309, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Mauro Miranda**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 309/02 NA REUNIÃO DE 12/11/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	 SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	SENADOR MAURO MIRANDA

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo de concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.079, DE 2002

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de
2002 (nº 1.597/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Cruz das Armas FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.**

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2002 (nº 1.597, de 2002, na Câ-

a Rádio Comunitária Cruz das Armas FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.042, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 34, de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Rádio Comunitária Cruz das Armas FM (cf. fl. 18):

- Diretor Presidente – Jonildo Cavalcanti da S. Filho
- Vice-Presidente – Miguel Varela Bezerra
- Secretário-Geral – Edjane de Moraes Cândido
- Segundo Secretário – Wellington da Silva
- Tesoureiro – Antonio Nicácio Cavalcanti Sobrinho
- Diretor de Operação – Renée Cesário Laurentino
- Vice-Diretor de Operação – Maria de Fátima R. de Araújo
- Diretor de Cultura – Ericka Batista Cândido
- Vice-Diretor de Cultura – João Gomes Rodrigues
- Diretor de Comunicação Social – Rosângela Varela Carvalho
- Vice-Diretor de Comunicação Social – Maria das Graças L. S. Silva
- Diretor de Patrimônio – Josemar Tavares da Silva
- Diretor Jurídico – Claudete Alves da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Luiz Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas

44

pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 314, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Rádio Comunitária Cruz das Armas FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 314/02 NA REUNIÃO DE 12/11/2002 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR NEY SUASSUNA
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2- BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEN TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições Do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato do outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão
.....

PARECER Nº 1.080, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2002 (nº 1.506/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de São João D'Aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Mauro Miranda**

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2002 (nº 1.506, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de São João D'Aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 733, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 92, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária de São João D'Aliança (cf. fl. 665):

- Presidente – Carlos Alberto Jales
- Vice-Presidente – Alair Rodrigues Silva
- Secretário Geral – João Batista Mendes
- Tesoureiro – José Severo da Costa

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Neuton Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

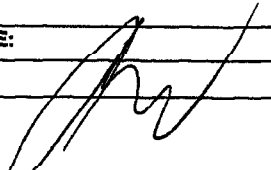
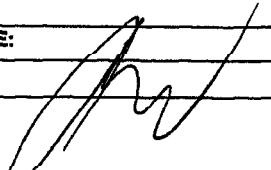
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 324, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de São

15
e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Mauro Miranda**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 324/02 NA REUNIÃO DE 12 / 11 / 2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR MAURO MIRANDA
PMDB		
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)
GILVAM BORGES		4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)
PFL		
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPLEY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT
PSB		
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT

SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar de recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão

PARECER Nº 1.081, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2002 (nº 1.530, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à KMR – Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro** (art. 84, Risf.)

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2002 (nº 1.530, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à KMR – Telecomunicações Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 535, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de junho de 2001, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à composição acionária do empreendimento KMR – Telecomunicações Ltda. (cf. fl. 4):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Marcos Armando dos Reis	2.500
• Gledis Cristina de Castilho	2.500
Total de Cotas	5.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de sua relatora, a Deputada Ana Corso.

Na Comissão de Constituição e Justiça e do Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

2:

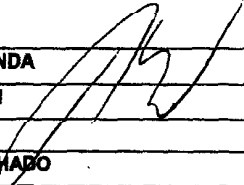
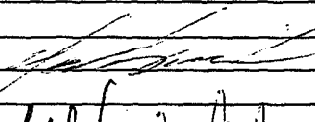
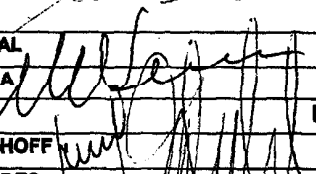
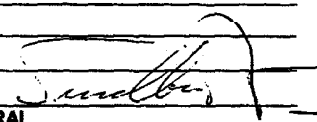
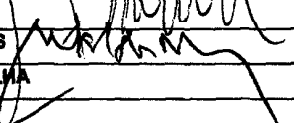
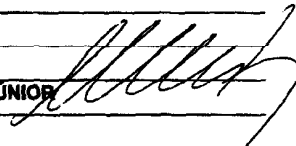
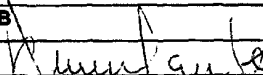
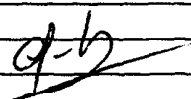
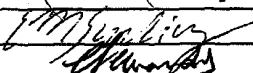
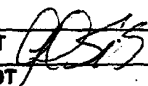
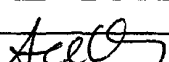
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 328, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade KMR – Telecomunicações Ltda.

atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente, **Jonas Pinheiro**, Relator.

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 328/02 NA REUNIÃO DE 12/11/2002
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:		Senador Ricardo Santos	
RELATOR:		Senador Jonas Pinheiro	
PMDB			
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA		
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON		
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)		
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO		
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA		
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA		
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA		
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)		
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)		
PFL			
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY		
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL		
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA		
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO		
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA		
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO		
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR		
BLOCO (PSDB/PPB)			
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO		
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA		
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA		
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT		
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT		
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT		
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT		
PSB			
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT		

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.082, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2002 (nº 1.577/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Sompur São Paulo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2002 (nº 1.577, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sompur São Paulo Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.353, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 360,

de 24 de julho de 2000, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Sompur São Paulo Radiodifusão Ltda. (cf. f. 1. 215):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Décio Pereira de Matos	236.268
• Nelly Bezerra Landim Matos	4.822
Total de Cotas	241.090

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Gerson Gabrielli.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Sompur-Radiodifusão Ltda., razão porque se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 332, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas

na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Sompur São Paulo Radiodifusão Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 332, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 24 de julho de 2000, que renova por dez anos, a partir de 13 de agosto de 1996, a permissão outorgada à Sompur São Paulo Radiodifusão Ltda., outorgada originariamente à Sompur-Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Eduardo Matarazzo Suplicy.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 332/02 NA REUNIÃO DE 18/11/2002 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	SENADOR EDUARDO SUP LICY
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE FINTO	5-ALBERTO GILVA
NABOR JUNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PEL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOLITO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JUNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTAVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUP LICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão:

PARECER Nº 1.083, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2002 (nº 1.590/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Social e Comunitário dos Moradores de Pastos Bons a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pastos Bons, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2002 (nº 1.590, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Social e Comunitário dos Moradores de Pastos Bons a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pastos Bons, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 995, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria no 334, de 25 de junho de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção do Centro Social e Comunitário dos Moradores de Pastos Bons (cf. fl. 27):

- Presidente – Naíla Teixeira de Sousa
- Vice-Presidente – Maria de Fátima dos S. Oliveira
- 1ª Secretária – Marília Coêlho Ribeiro
- 2ª Secretária – Jacilene Cardoso dos Anjos
- 1ª Tesoureira – Ires Maria Gonçalo de Sousa
- 2ª Tesoureira – Roziano Farias de Negreiros

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Pedro Canedo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

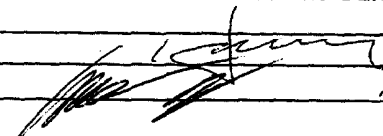
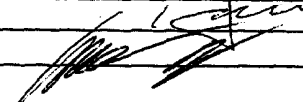
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 333, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Centro Social e Comunitário dos Mora-

dores de Pastas Bons atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Gilvan Bastos**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 333/02 NA REUNIÃO DE 12, 11 2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  **SENADOR RICARDO SANTOS**
RELATOR:  **SENADOR GILVAN BORGES**

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAN BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão:

PARECER Nº 1.084, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2002 (nº 1.305/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2002 (nº 1.305, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 524, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 55, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle (cf. fls. 36/50):

- Presidente – Fernando Cabral Mendes da Silva
- Vice-Presidente – Domingos Sávio Cabral da Silva
- Secretário Geral – José Robson R. de Araújo
- Segundo Secretário – Roberto Pereira Lins
- Tesoureira – Maria Betânia Rodrigues
- Diretor Cultural e de Comunicação Social – Adeildo Chaves da Silva
- Diretor de Patrimônio – Helison Gomes de Araújo

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Saulo Coelho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem

cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 337, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **José Jorge**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 337/02 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	SENADOR JOSÉ JORGE
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚCIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.085, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2002 (nº 1.463/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Souse – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sousa, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2002 (nº 1.463, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Souse – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sousa, Estado da Paraíba.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 638, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 736, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária de Radiodifusão Souse – ACRS (cf. fls. 109/110):

- Presidente – Geonildo Gregório Pinto da Silva
- Vice-Presidente – Cleoneide Marques Sarmento
- 1º Secretário – Eliana Marques da Nóbrega Silva
- 2º Secretário – Francisca das Chagas dos S. Marques
- 1º Tesoureiro – José Sarmento dos Santos
- 2º Tesoureiro – Raimunda Vieira Formiga dos Santos
- Diretor de Operações – Antonio Assis de Sousa
- Vice-Diretor de Operações – Maria Luiza de Lima
- Diretor Cultural – Maria do Socorro S. da Nóbrega
- Vice-Diretor Cultural – Raimundo Duarte da Silva
- Diretor de Comunicação Social – Adriana Marques da Nóbrega
- Vice-Diretor de Comunicação Social – José Moraes
- Diretor de Patrimônio – Francisco de Assis Cassimiro de Queiroga

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Dr. Hélio.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223

da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 341, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão Souse – ACRS atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santoro, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator.

PRESIDENTE:		<i>Senador Ricardo Santoro</i>
RELATOR:		<i>Senador Ney Suassuna</i>
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1086, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2002 (nº 1.473/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira** (Art. 84, RISF)

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2002 (nº 1.473, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

É a seguinte a direção da Associação dos Moradores do Bairro Rosário (cf. fl. 36):

- Presidente – Geraldo São Tiago de Paula
- Vice-Presidente – José Assis dos Santos
- 1º Secretário – Antônio Carlos de Andrade
- 2º Secretário – Marcos Antônio de Paula
- 1ª Tesoureira – Maria Nazaré Vicente Silva
- 2ª Tesoureira – Ana Maria de Nazaré Martins

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Localizado na Região Central de Minas Gerais, o município de Nazareno, embora um dos menores do Estado, com uma população de apenas 7.300 habitantes, destaca-se pelo dinamismo de seu povo.



Tenho acompanhado, com interesse, o trabalho que suas lideranças desenvolvem em busca do contínuo progresso do município, e louvo a iniciativa dos dirigentes da Associação dos Moradores do Bairro do Rosário, de patrocinarem a implantação de uma rádio comunitária, que será a primeira emissora de Nazareno.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 346, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas

na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação dos Moradores do Bairro Rosário atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Pro-

jeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – Francelino Pereira, Relator.

PRESIDENTE:  **SENADOR RICARDO SANTOS**
RELATOR:  **SENADOR FRANCELINO PEREIRA**

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

1

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL CONSTITUIÇÃO**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.087, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2002 (nº 1.480/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Fortal de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cedro, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2002 (nº 1.480, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Fortal de

Comunicações Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cedro, Estado do Ceará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 752, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 262, de 16 de maio de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rede Fortal de Comunicações Ltda. (cf. fl. 15):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Roberto Costa e Silva	400
• Rubens Costa e Silva	400
Total de Cotas	800

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Salvador Zimbaldi.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 348, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rede Fortal de Comunicações Ltda., atendeu a todos os requisitos

técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Luis Pontes**, Relator.

PRESIDENTE:		<i>Ricardo Santos</i> SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		<i>Luis Pontes</i> SENADOR LUIZ PONTES
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	<i>[assinatura]</i>
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	<i>[assinatura]</i>
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	<i>[assinatura]</i>
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	<i>[assinatura]</i>
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	<i>[assinatura]</i>
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	<i>[assinatura]</i>
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	<i>[assinatura]</i>

Novembro de 2002

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 19 22081

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.088, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2002 (nº 1.124/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Lucena e Castro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

**modulada na cidade de Chapadinha,
Estado do Maranhão.**

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2002 (nº 1.124, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Lucena e Castro Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.671, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 606, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Lucena e Castro Ltda. (cf. fl. 3):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Yáskara Fernanda Matos de Castro	34.000
• Sônia Maria Lucena de Abreu	6.000
Total de Cotas	40.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Átila Lira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de

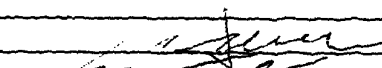
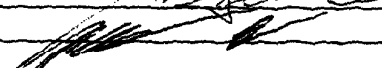
pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 351, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Gilvam Borges**, Relator.

PRESIDENTE:  SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:  SENADOR GILVAM BORGES

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JUNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TOMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TAVOLA	2-LÚCIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ALVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.089, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2002 (nº 1.126/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura de Colinas a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2002 (nº 1.126, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura de Colinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.680, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 500, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação dos Amigos da Cultura de Colinas (cf. fl. 14):

- Presidente – Marcus Barbosa Brandão
- Vice-Presidente – Raimundo Bento de Oliveira
- Secretário – Osvaldo César Damasceno
- Tesoureira – Valmira Miranda da Silva
- Diretor de Comunicação – Raimundo Nonato dos Santos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Francistônio Pinto.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer,

nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 352, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação dos Amigos da Cultura de Colinas atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. _
Ricardo Santos, Presidente – **Gilvan Borges**, Relator.

PRESIDENTE: *2 de novembro* **SENADOR RICARDO SANTOS**
RELATOR: *[assinatura]* **SENADOR GILVAN BORGES**

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAN BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão

PARECER Nº 1.090, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2002 (nº 1.240 de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Fundação Dom Joaquim para executar serviço de radiodifusão em

onda tropical na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Luiz Otávio** (Art. 84, RISF)

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2002 (nº 1.240, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Fundação Dom Joaquim para explorar o serviço de radiodifusão em onda tropical na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.234, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº , de 22 de agosto de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a diretoria do empreendimento Fundação Dom Joaquim (cf. fl. 41):

- Diretor Presidente – Mário Clemente Neto
- Diretor Vice-Presidente – Aiko Ito
- Diretor Tesoureiro – Selço Eissing
- Diretora Secretária – Maria Conceição de Oliveira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Olímpio Pires.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de

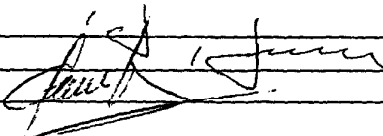

1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 355, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Dom Joaquim atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR LUIZ OTAVIO

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-J. INDRBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO BARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA-FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.091, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2002 (nº 1.390/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Recreio para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Recreio, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2002 (nº 1.390, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Recreio para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recreio, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária de Radiodifusão de Recreio para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (cf fl. 14):

- Presidente – Antônio Pimenta Dutra
- Vice-Presidente – Márcia Aparecida Pimenta Dutra
- Secretário – João Márcio Pimenta Dutra
- Tesoureira – Kátia Garani Pimenta Dutra

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Situado na Zona da Mata, o município de Recreio, com seus dez mil habitantes, tem uma economia desenvolvida, especialmente no segmento da agropecuária.

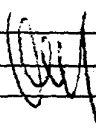
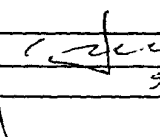
Suas lideranças têm atuado com eficiência no sentido de garantir o contínuo crescimento do município, atuação que acompanho desde muito tempo com grande interesse.

A rádio comunitária que será implantada em Recreio será também a primeira emissora do município, que já conta com um jornal. Daí porque, é com grande satisfação que dou parecer favorável a este projeto de decreto legislativo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 360, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão de Recreio para o Desenvolvimento Artístico e Cultural atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

PRESIDENTE:  **SENADOR RICARDO SANTOS**
RELATOR:  **SENADOR FRANCELINO PEREIRA**

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.092, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2002 (nº 878/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Mães de Pirapemas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapemas, Estado do Maranhão.

Relator: Senador Gilvam Borges

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2002 (nº 878, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Mães de Pirapemas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapemas, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.173, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 255, de 7 de junho de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação de Mães de Pirapemas (cf. fl. 16):

- Presidente – Laércia Rodrigues Lima
- Vice-Presidente – Benevenuta Costa Almeida
- Secretária – Regina Maria Almeida da Silva
- Tesoureira – Sônia Maria Carvalho Barroso

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Francistônio Pinto.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das

2002 - 1º semestre

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

NOVEMBRO DE 2002

Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

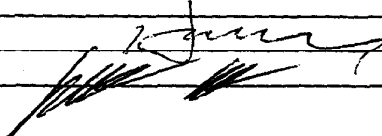
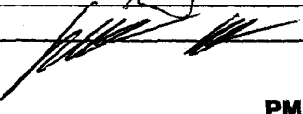
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 363, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal,

ficando caracterizado que a Associação de Mães de Pirapemas atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **Gilvam Borges**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR GILVAM BORGES

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENICIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIAO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.093, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2002 (nº 946/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra-Cordense a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2002 (nº 946, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra-Cordense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.898, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 704, de 14 de novembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Barra Cordense (cf. fl. 18):

- Presidente – Raimundo Moura Carvalho
- 1º Vice-Presidente – Reisane Santos Abreu
- 2º Vice-Presidente – Antonio Batista Costa
- 1º Secretário – Urias de Souza Matos
- 2º Secretário – Antonio Pereira de Souza
- 1º Tesoureiro – Kátia Cavalcante da Silva
- 2º Tesoureiro – Gilson Rodrigues Brasil

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Marçal Filho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos

critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

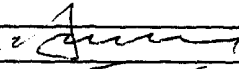

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 364, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Barra-Cordense atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **Gilvam Borges**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR GILVAM BORGES

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG GURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.094, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2002 (nº 1.253/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Relator: **Jonas Pinheiro** (Art. 84, Risf.)

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2002 (nº 1.253, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 302, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Regional Centro Norte Ltda (cf. fl. 2):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Pedro Roberto Tissiani	20.000
• Altamir Rafael Pandini	20.000
• Otaviano Olavo Pivetta	20.000
• Gilson Gregório	20.000
Total de Cotas	80.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Ricardo Izar.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer,

nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 366, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Regional Centro Norte Ltda atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **João Pinheiro**, Relator.

PRESIDENTE:		<i>[Assinatura]</i>	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		<i>[Assinatura]</i>	SENADOR JOÃO PINHEIRO
PMDB			
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA	<i>[Assinatura]</i>
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)	
GILVAM BORGES		4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)	
PFL			
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY	<i>[Assinatura]</i>
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	<i>[Assinatura]</i>
BLOCO (PSDB/PPB)			
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA	<i>[Assinatura]</i>
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB	<i>[Assinatura]</i>
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EDUARDO SUPPLY-PT	<i>[Assinatura]</i>	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	<i>[Assinatura]</i>	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	<i>[Assinatura]</i>
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT	
PSB			
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT	<i>[Assinatura]</i>

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.095 DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2002 (nº 1.284, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2002 (nº 1.284, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 308, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 749, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão (cf. fl. 14):

- Presidente – José Costa da Silva
- Vice-Presidente – Jorge Luiz Gomes Rufino
- Tesoureiro – Miguel Antonino da Silva
- Secretário – Sérgio de Oliveira
- Diretor de Patrimônio – Sebastião Francisco da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado José Carlos Martinez.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de

1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 367, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **José Jorge**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR JOSÉ JORGE
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY-SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO-PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.096, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2002 (nº 1.304, de 2001/ na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2002 (nº 1.304, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 524, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 46, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

E a seguinte à direção da *Associação Comunitária do Bairro São José* (cf. fl. 17):

- Presidente – Aluisio Sobrinho Souto Maior
- Secretária – Maria Izabel Gomes
- Tesoureiro – Charles Meira do Rêgo Lima

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Oliveira Filho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III - VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 368, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária do Bairro São José atendeu a todos os requisitos técnicos e

legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **José Jorge**, Relator.

PRESIDENTE: *[assinatura]* SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR: *[assinatura]* SENADOR JOSÉ JORGE

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ALVARO DIAS-PDT	4-TIAO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.097, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2002 (nº 1.308/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Buíque FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2002 (nº 1.308, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Buíque FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 524, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 82, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Cultural Rádio Buíque FM (cf. fl. 10):

- Diretor Presidente – Emanuel Wavell Modesto de Albuquerque
- Diretor Vice-Presidente – Paula Danizete Barbosa de Almeida
- Diretor 1º Secretário – Carlos Nunes de Araújo
- Diretor 2º Secretário – Nelson José Ferreira de França
- Diretor 1º Tesoureiro – Maria de Fátima Rocha de Oliveira
- Diretor 2º Tesoureiro – Maria Audenira Barbosa Cursino

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Arolde de Oliveira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de

1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 370, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural Rádio Buíque FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002.

– **Ricardo Santos**, Presidente – **José Jorge**, Relator.

PRESIDENTE:		<i>SENADOR RICARDO SANTOS</i>
RELATOR:		<i>SENADOR JOSÉ JORGE</i>
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.098, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2002 (nº 1.452/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristina, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira** (Art. 84, RISF)

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2002 (nº 1.452, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristina, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense (cf. fls. 18/21):

- Presidente – Pedro Antonio dos Santos
- Vice-Presidente – Maria de Lourdes dos Santos
- Tesoureira – Nabi Maria dos Santos
- Secretária – Vera Lucia Tavares

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Situado no Sul de Minas, com uma população superior a dez mil habitantes, Cristina, a meia distância do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de São Paulo, é um dos mais prósperos municípios da região.

Conheço Cristina e tenho acompanhado, com interesse, a determinação de suas lideranças em prol do progresso do município, esforço que é reconhecido pela população.

É, portanto, com grande satisfação, que dou parecer favorável à implantação de uma emissora de rádio comunitária em Cristina, a primeira a operar no município.

Tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS nº 395, de 2002, não contraria as formali-

dades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense atendeu também aos demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela

aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – Senador **Francelino Pereira**, Relator.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i> SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	SENADOR FRANCELINO PEREIRA

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.099, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2002 (nº 1.468/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2002 (nº 1.468, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 71, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá (cf. fl. 18):

- Presidente – Alair Vieira da Silva
- Vice-Presidente – Egrison Mateus da Silva
- 1ª Secretária – Erika Patricia da Silva Barros
- 2ª Secretária – Etna Matheus da Silva Leite
- 1º Tesoureiro – Francisco de Assis da Silva
- 2º Tesoureiro – Saulos Siqueira Leite

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Vivaldo Barbosa.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 401, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

22104 - 10/11/2002

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

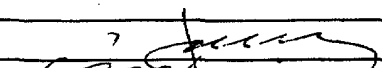
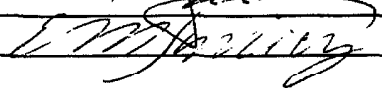
2

solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela

Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. -

Ricardo Santos, Presidente - **Eduardo Suplicy**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR EDUARDO SUP LICY
PMDB		
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)
GILVAM BORGES		4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)
PFL		
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUP LICY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT
PSB		
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 1.100, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2002 (nº 1.470/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rio Jaguaribe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.

Relator: Senador Luiz Pontes

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2002 (nº 1.470, de 2001, na Câ-

a Associação Comunitária Rio Jaguaribe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 733, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 68, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária Rio Jaguaribe (cf. fl. 14):

- Presidente – Maria Margarida Barbosa da Silva
- Vice-Presidente – Maria Eridenes Barbosa Ferreira
- 1º Secretário – José Dagoberto Alves
- 2º Secretário – Maria Lúcia Ferreira Estevam
- 1º Tesoureiro – João Climarcos Ferreira
- 2º Tesoureiro – Evaldo Gomes Ferreira
- Diretor Social – Francisco Martins Dantas
- Diretor de Comunicação – Edivaldo Farias de Oliveira
- Diretor de Projetos – Maria Nilza dos Santos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como

pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III — Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 402, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas

na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Rio Jaguaribe atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – Luiz Pontes, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR LUIZ PONTES
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUGE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.101, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2002 (nº 1.500 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão dos Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre-

quência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I - Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2002 (nº 1.500, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão do Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial no 625, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 121, de 14 de março de 2001, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição- acionária do Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., (cf. fl. 259):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Sérgio Henrique Lisboa Mafra	25.350
• Nilson Lisboa Mafra	25.350
• Antonio Maximiano Xavier Lisboa	13.000
• José L. Mafra	1.300
Total de Cotas	65.000

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Itajubá é um dos mais desenvolvidos municípios do Sul de Minas, destacando-se pela sua tradicional Escola de Engenharia, recentemente transformada em Universidade.

Conheço de perto Itajubá, suas lideranças, seu povo, e tenho acompanhado, com interesse, o trabalho que a sociedade de Itajubá realiza em prol do desenvolvimento do município.

Nas diversas visitas que tenho à cidade constatei o interesse de sua juventude pelo crescimento educacional e cultural, tendo a Escola de Engenharia como centro de irradiação.

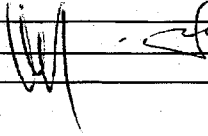
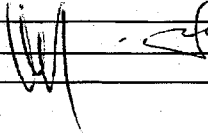
É, portanto, com grande prazer, que dou parecer favorável à renovação da permissão para que a

sa dar continuidade ao trabalho que vem desenvolvendo em defesa da informação, do lazer e da cultura de Itajubá, através de sua emissora de rádio.

Tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS nº 406, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado, também, que a entidade Empreendimentos Radiotônicos Sulminas Ltda., atendeu aos demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

PRESIDENTE:  **SENADOR RICARDO SANTOS**
RELATOR:  **SENADOR FRANCELINO PEREIRA**

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.102, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2002 (nº 1.507/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidadania, Comunicação e Cultura de Matinha – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinha, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2002 (nº 1.507, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidadania, Comunicação e Cultura de Matinha – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinha, Estado do Maranhão.

2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 45, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição dos motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Cidadania, Comunicação e Cultura de Matinha – MA (cf. fl. 42):

- Diretor Presidente – José Maria Gonçalves Silva
- Diretor Vice-Presidente – Maria do Socorro Neves Silva
- Diretor de Comunicação Social – Evandro José Brito Cunha
- Diretor Financeiro – João Carlos da Silva Costa Leite
- Diretor Financeiro Adjunto – Pedro Costa Barrose
- Diretor Administrativo – Jorrimar Gomes Ferreira
- Diretor Administrativo Adjunto – Raimundo Henrique Meireles Serrão

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instru-

ir o processo submetido a análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha O PDS nº 407, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando

caracterizado que a Associação Comunitária Cidadania, Comunicação e Cultura de Matinha — MA atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. —
Ricardo Santos Presidente — Gilvam Borges, Relator.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i> SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	<i>[assinatura]</i> SENADOR GILVAM BORGES

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.103, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2002 (nº 1.510/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Francisco de Assis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Franco, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2002 (nº 1.510, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Francisco de Assis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Franco, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 740, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 63, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária São Francisco de Assis (cf. fl. 37):

- Presidente – Evaldo Sousa Vieira
- Vice-Presidente – Lourenço Milhomem Barros
- Secretário – Adenilson Lima da Silva
- Secretário – Edivaldo Oliveira Barros
- Tesoureiro – Francisco Bandeira Coutinho
- Tesoureiro – Lindomar Costa de Albuquerque

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Vic Pires Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instru-

ir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

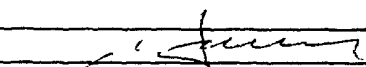
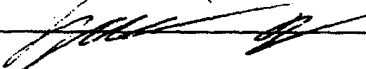
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 408, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando

caracterizado que a Associação Comunitária São Francisco de Assis atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **Gilvam Borges**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR GILVAM BORGES

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar ou renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.104, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2002 (nº 1.345/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Lindberg Cury** (art. 84, RISF.)

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2002 (nº 1.345, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.962, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 6 de dezembro de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à composição acionária do empreendimento Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí (cf. fl. 113):

- Presidente – José Mendonça Del'Acqua
- Diretor Assistente – Abelson Ferreira de Freitas
- Diretor Assistente – Adelino Gameiro das Neves

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Vic Pires Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rádio Difusora de Jataí Ltda., razão porque se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas

pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

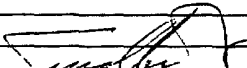
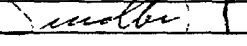
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 410, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 410, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 6 de dezembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí, originalmente Rádio Difusora de Jataí Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – Lindberg Cury, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR LINDBERG CURY
PMDB		
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)
GILVAM BORGES		4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA
NABOR JUNIOR		6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)
NEY GUASSUNA		9-(VAGO)
PFL		
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚCIO COELHO
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENICIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT
PSB		
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.105, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2002 (nº 1.388/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga à Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Júnior** (art. 84, RISF.)

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2002 (nº 1.388, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga à Associação Assistencial da Chapada (AAC) a execu-

tar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 702, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 117, de 6 de março de 2001, que outorga a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Assistencial da Chapada (AAC) (cf. fl. 37):

- Presidente - Valdeni Barbosa Oliveira
- Vice- Presidente - Elenita Joana de Oliveira
- Secretária - Norma Lúcia Santos de Jesus Oliveira
- Tesoureiro - Dermival Barbosa de Oliveira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Bispo Wandervall.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS no 412, de 2002, não contraria as for-

2

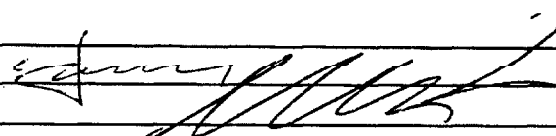
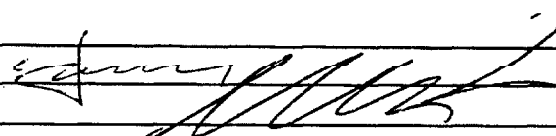
ma

1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Assistencial da Chapada (AAC) atendeu também aos demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à permissão, opinamos pela Aprova-

originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

PRESIDENTE:  **SENADOR RICARDO SANTOS**
RELATOR:  **SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALBUOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMELTUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

PARECER Nº 1.106 DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2002 (nº 1.399 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio 900 de Paty do Alferes Ltda. A explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2002 (nº 1.399, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio 900 de Paty do Alferes Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão so-

Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 749, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 160 de 27 de março de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223. § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É A Seguinte A Composição Acionária Do Empreendimento Rádio 900 De Paty Do Alferes Ltda. (Cf. fl. 37):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• José Américo da Silva	50
• Andreia Borges Guerra	50
Total de Cotas	100

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Luiz Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O Processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do poder executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

II – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 413, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

so

caracterizado que a entidade Rádio 900 de Paty do Alferes Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do projeto de

dos.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i>	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	<i>[assinatura]</i>	SENADOR ARLINDO PORTO

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLICE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL****SEÇÃO II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.107, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2002 (nº 1.401/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Penteadado para explorar serviço de radiodifusão so-

do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2002 (nº 1.401, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Penteadado para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.490, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 24 de novembro de 1998, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da *Fundação Padre Penteadado* (cf. fl. 50):

- Diretor Presidente - Mário Pio de Faria
- Diretor Vice-Presidente - Lourenço Antônio Figueiredo Pereira
- Diretores Assistentes - Antônio do Carmo Santana e Maria Regina Freire

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado

Fe informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 414, de 2002, evidencia o

solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Padre Pen-teado atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator

PRESIDENTE:	<i>Ricardo Santos</i>	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	<i>Arlindo Porto</i>	SENADOR ARLINDO PORTO

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VAL MIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPosição (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIAO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.108, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2002 (nº 1.404/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2002 (nº 1.404, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.819, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 672, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro (cf. fl. 37):

- Presidente – Pedro Luís Butlon
- Vice-Presidente – Valéria Regina da Costa
- Tesoureiro – Manoel Rodrigues
- Secretária – Gracilda Marino
- Diretor de Patrimônio – José Luís Alvarenga

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

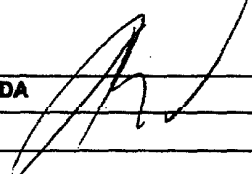
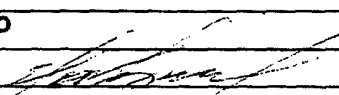
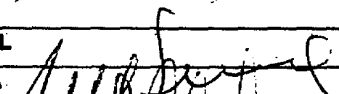
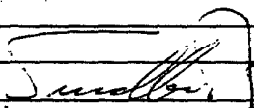
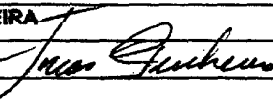
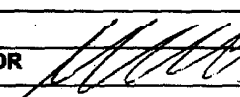
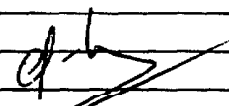
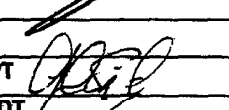
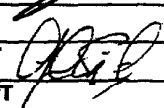
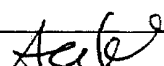
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha O PDS nº 415, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Caminho Segu-

ro de Bebedouro atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2001. –

Ricardo Santos, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS	
RELATOR:		SENADOR EDUARDO SUPLICY	
PMDB			
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA		
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON		
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)		
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO		
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA		
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA		
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA		
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)		
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)		
PFL			
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY		
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL		
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA		
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO		
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA		
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO		
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR		
BLOCO (PSDB/PPB)			
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO		
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA		
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA		
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT		
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT		
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT		
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT		
PSB			
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT		

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos locais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.109, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2002 (nº 1.408/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2002 (nº 1.408, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 496, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 796, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Sistema Lageado de Comunicação Ltda. (cf. fl. 37):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
* Fabrício Lopes da Luz	10.000
* Luci Ledra	10.000
Total de Cotas	20.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de

informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 417, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Sistema Ligeado de Comunicação Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator.

PRESIDENTE:		<i>Ricardo Santos</i>	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		<i>Jonas Pinheiro</i>	SENADOR JONAS PINHEIRO
PMDB			
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)	
GILVAM BORGES		4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)	
PFL			
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)			
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EDUARDO SUPPLY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT	
PSB			
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT	

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.110, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2002 (nº 1.410/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Venturosa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venturosa, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2002 (nº 1.410, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Venturosa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venturosa, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 524, de 2001, o Presidente da República submete ao Con-

gresso Nacional o ato constante da Portaria nº 804, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Rádio Comunitária Venturosa FM (cf. fls. 13/13v):

- Presidente – Almir Bezerra de Almeida
- Vice-Presidente – Cirzirando Ferreira de Araújo
- Secretário-Geral – Marcos Antonio de Almeida e Silva
- Segundo Secretário – José Alberto Vieira Alexandre Paes
- Tesoureiro – Uildo Bezerra de Almeida
- Segundo Tesoureiro – Selma Tenório Siqueira
- Diretor de Operações – Gilvan Bezerra de Almeida
- Vice-Diretor de Operações – José Lemos de Vasconcelos
- Diretor Cultural de Comunicação Social – Katyuscia Carvalho Alexandre
- Vice-Diretor Cultural e de Comunicação Social – Francivaldo Mendes da Silva
- Diretor de Patrimônio – Cícero Jacinto dos Santos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Roberto Rocha.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como

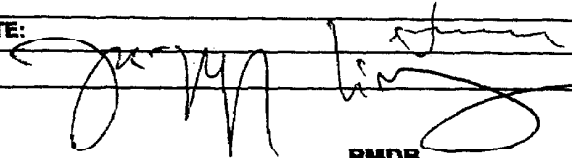
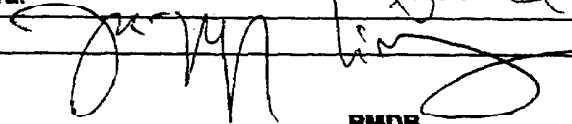

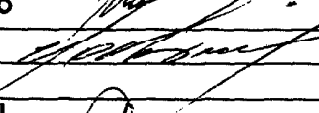
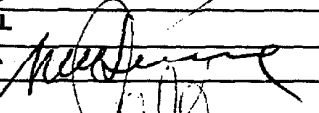
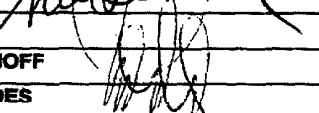

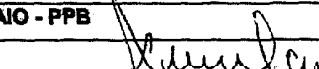
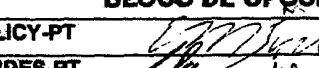
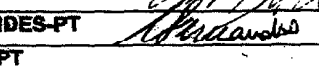
pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 418, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Rádio Comunitária Venturosa FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente - **José Jorge**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR JOSÉ JORGE
PMDB		
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)
GILVAM BORGES		4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)
PFL		
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCÁ
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ALVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT
PSB		
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão ou autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.111, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2002 (nº 1.533/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Rádio Comunitária Interlagos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo o nº 419, de 2002 (nº 1.533, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Rádio Comunitária Interlagos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 624, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 91, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Rádio Comunitária Interlagos (cf. fls. 12/13):

- Presidente – Jair Divino Torres
- 1º Secretário – Joaquim Oliveira Silvério
- 2º Secretário – Vanes Geraldo Rocha Silva
- 1º Tesoureiro – Odilon Tadeu Batista
- 2º Tesoureiro – Marcelo de Paulo Torres
- 1º Diretor de Patrimônio – Antônio Fernando da Silva
- 2º Diretor de Patrimônio – Luciano Vítor Torres

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabe-

lecionados pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

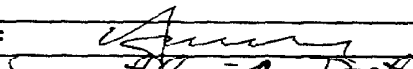
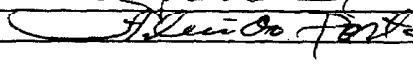
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 419, de 2002, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Rádio Comunitária Interlagos atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –

Ricardo Santos, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR ARLINDO PORTO

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEUTUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARG DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
----------------------	---------------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 22 e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.112, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2002 (nº 1.534 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária União de São Tiago (ACCU) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2002 (nº 1.534, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária União de São Tiago (ACCU) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 624, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Podaria nº 140, de 26 de março de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do ad. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Cultural Comunitária União de São Tiago (ACCU) (cf. fl. 37):

- Presidente – Luiz Carlos da Mata
- Diretor Comercial – Paulo Meio
- Diretor Secretário – Ricardo Antônio Caputo

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 420, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural Comunitária União de São Tiago (ACCU) atendeu a todos os re-

quisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – Arlindo Porto, Relator.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i>	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	<i>[assinatura]</i>	SENADOR ARLINDO PORTO

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO RÓCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64. § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 1.113, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2002 (nº 1.432 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “Moriah” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jales, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2002 (nº 1.432, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “Moriah” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jales, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 732, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 77, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária “Moriah” (cf. fl. 37):

- Presidente – Elias Fernandes de Matos
- Vice-Presidente – Sérgio Aparecido Nunes de Marqui
- Primeira Secretária – Ana Antônia Massa
- Segundo Secretário – Nilson Navarro da Silva
- Primeira Tesoureira – Marcia Cristina Tonholo Martins
- Segundo Tesoureiro – Salvador Silva Oliveira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Leur Lomanto.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como

p
ir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 422, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

caracterizado que a Associação Comunitária “Mori-ah” atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Eduardo Matarazzo Suplicy.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i> SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	<i>[assinatura]</i> SENADOR EDUARDO SUPLCY
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SIIASSIMA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGÉ	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLCY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ALVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no

mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.114, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2002 (nº 1.555 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Popular Passaquatrense de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2002 (nº 1.555, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Popular Passaquatrense de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Popular Passaquatrense de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (cf. fl. 9):

- Presidente – Nery Diniz Siqueira
- Vice-Presidente – Nery Diniz Siqueira Júnior
- Secretário – Marcelo de Sá Pinheiro
- Tesoureira – Eliana Aparecida Diniz Siqueira de Sá

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

O tradicional município mineiro de Passa Quatro está localizado no Sul de Minas, a 250 quilômetros do Rio de Janeiro e a meia distância também de Belo Horizonte e de São Paulo.

Acompanho e participo do entusiasmo de sua população, na luta pelo contínuo progresso do município, com a participação ativa de suas lideranças políticas, empresariais e sociais.

Por essa razão é que, com muita satisfação, dou parecer favorável à implantação da primeira rádio comunitária em Passa Quatro, na certeza de que ela au-

m
nício.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 432, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Popular Passaquatense de Radiodifusão para o Desenvolvimento

nicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i> SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	SENADOR FRANCELINO PEREIRA

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMELI TLIMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCANTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da comunicação social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.115, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2002 (nº 1.595/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Soteropolitana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2002 (nº 1.595, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Soteropolitana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.024, de 2001, o Presidente da República submete ao Con-

gresso Nacional o ato constante da Portaria nº 300, de 16 maio de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a da Associação Assistencial Soteropolitana (cf. fl. 21):

- Presidente: Denise Sales Moreira
- Vice-Presidente: Gilda Alves Silva
- Secretária: Antonia Maria de Souza Nascimento
- Tesoureiro: José Alberto de Oliveira Bastos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Iris Simões.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve atentar para o cumprimento dos critérios estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, do mesmo ano, e pelas demais normas complementares do serviço.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 435, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, ficando caracterizado que a Associação Assistencial Soteropolitana atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela **APPROVAÇÃO** do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão 12 de novembro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente, **Antônio Carlos Júnior**, Relator.

PRESIDENTE: *[Signature]*
RELATOR: *[Signature]* SENADOR RICARDO SANTOS
 SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária

PARECER Nº 1.116, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2002 (nº 1.582 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Cultura Riograndina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média

Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Emília Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2002 (nº 1.582, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Cultura Riograndina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.962, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 6 de dezembro de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Sociedade Rádio Cultura Riograndina Ltda., (cf. fl. 109):

Nome do Sócio Cotista	Valor da Participação
• Cláudio Ornar Morales Haubman	R\$38.500,00
• Wanda Pintado Leite	R\$16.500,00
Total do Capital	R\$55.000,00

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Leur Lomanto.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabe-

le Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 440, de 2002, evidencia o

e- solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Sociedade Rádio Cultura Riograndina Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Emília Fernandes**, Relatora.

PRESIDENTE:		<i>senador Ricardo Santos</i>
RELATOR:		<i>senadora Emília Fernandes</i>
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
 XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 1.117, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2002 (nº 1.602/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2002 (nº 1.602, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim FM Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado do Ceará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 752, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 263, de 16 de maio de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Jardim FM Ltda., (cf. fl. 9):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Nivaldo lavares Rangel	240
• João Neves da Luz	240
• Julieta Soares Sampaio Aires	240
• Analeda Neves Sampaio da Luz	240
• Humberto Neves Pereira da Luz	240
Total de Cotas	1.200

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Augusto Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado

F
informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 449, de 2002, evidencia o

e-
solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Jardim FM Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão. 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Luiz Pontes**, Relator.

PRESIDENTE:		<i>Ricardo Santos</i>	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		<i>Luiz Pontes</i>	SENADOR LUIZ PONTES
PMDB			
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)	
GILVAM BORGES		4-SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)	
PFL			
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE		5-ROMELTUMA	
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)			
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCANTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EDUARDO SUPPLY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT	
PSB			
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT	

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.118, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2002 (nº 1.648/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizal, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2002 (nº 1.648, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizal, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.022, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 404, de 27 de julho de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º, da *Constituição Federal*.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente (cf. fl. 24):

- Presidente: Maria de Fátima Gonçalves
- Vice-Presidente: Maria Anita Garcia Silveira
- Tesoureiro: Wilson Donisete Lucindo
- Secretário Executivo: Adilson Tormena

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Pedro Canedo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve atentar para o cumprimento dos critérios estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, do mesmo ano, e pelas demais normas complementares do serviço.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 453, de 2002, evidencia o

Cumprimento das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação

do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. -

Ricardo Santos, Presidente - **Eduardo Suplicy**, Relator.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i> SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	<i>[assinatura]</i> SENADOR EDUARDO SUP LICY

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUP LICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão
Comunitária e dá outras providências.**

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço
de Radiodifusão Comunitária.**

PARECER Nº 1.119, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2002 (nº 1.656/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2002 (nº 1.656, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.022, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 403, de 27 de julho de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Educativa de Piedade (cf. fl. 39):

- Presidente – Antonio N. F. Muknicka
- Vice-Presidente – Antonio C. Nasi
- Secretário – Antonio Muknicka
- Diretor de Patrimônio – Alexandre de Lima
- Diretor Comercial – Ivan O. Santos
- Diretor Programação – Rovilson M. Farias
- Diretor Técnico – José Aparecido da Silva
- Assistente Técnico – Marcos R. Oliveira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Vic Pires Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem

cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 454, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

solução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Educativa de Piedade atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator.

PRESIDENTE:	<i>[assinatura]</i> SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:	<i>[assinatura]</i> SENADOR EDUARDO SUP LICY
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA <i>[assinatura]</i>
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY <i>[assinatura]</i>
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO GABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO <i>[assinatura]</i>
JOSÉ JORGE	5-ROMÉU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO <i>[assinatura]</i>
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB <i>[assinatura]</i>
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUP LICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT <i>[assinatura]</i>
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT <i>[assinatura]</i>

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.120, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2002 (nº 1.653/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Imembui S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Emília Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2002 (nº 1.653, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Imembui S.A. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.063, de 1997, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de setembro de 1997, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção do empreendimento Rádio Imembui S.A. (cf. fl. 105):

- Diretor Presidente – Guido Cechella Isala
- Diretor Vice-Presidente – Sérgio Miguel Achutti Blates
- Diretor Superintendente – Vicente Paulo Bisogno

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Vív Pires Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério

das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 465, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, fi-

cando caracterizado que a entidade Rádio Imembui S.A. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão opina-mos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Emília Fernandes**, Relator.

PRESIDENTE:		<i>Ricardo Santos</i>	SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		<i>Emília Fernandes</i>	SENADORA EMÍLIA FERNANDES
PMDB			
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA	<i>Mauro Miranda</i>
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)	
GILVAM BORGES		4-SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)	
PFL			
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY	<i>Lindberg Cury</i>
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO	<i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	<i>Antonio Carlos Junior</i>
BLOCO (PSDB/PPB)			
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI	
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCÂNTARA	
BENICIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB	<i>Luiz Otavio</i>
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EDUARDO SUPPLY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT	<i>Geraldo Candido</i>
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ALVARO DIAS-PDT		4-TIAO VIANA - PT	
PSB			
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT	<i>Roberto Saturnino</i>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.121, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto do Decreto Legislativo nº 471, de 2002 (nº 870/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Guarany FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.

Relator: Senador Luiz Otávio

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2002 (nº 870, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Guarany FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 832, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 142, de 25 de abril de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Rádio Comunitária Guarany FM (cf. fls. 18/19):

- Presidente – Benedito Santos Costa
- Vice-Presidente – Manoel Silva Dias
- Secretário – Raimundo Rangel Gonçalves Cardoso
- Tesoureiro – Edson Raimundo Cardoso Gomes
- Diretor de Operações – Antônio de Oliveira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Magno Malta.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise


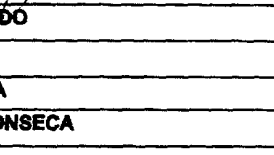
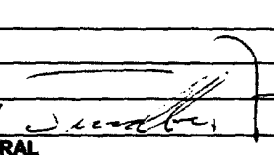
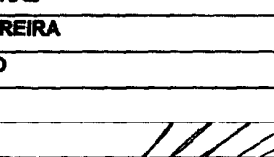
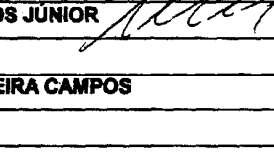
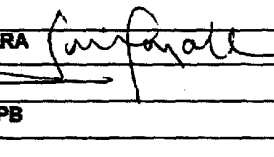
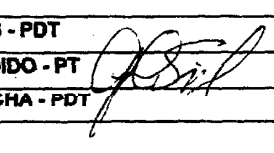
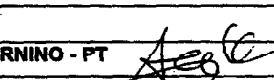
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 471, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e que a Rádio Comunitária Guarany EM atendeu aos demais requisitos téc-

nicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – Luiz Otávio, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR LUIZ OTAVIO
PMDB		
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA	
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON	
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)	
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO	
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA	
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA	
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA	
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)	
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)	
PFL		
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY	
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL	
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA	
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO	
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO	
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI	
TEOTONIO VILELA FILHO	4-LUCIO ALCANTARA	
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA	
LUIZ PONTES	6-LUIZ OTÁVIO - PPB	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPLYCY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT	
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT	
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT	
PSB		
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT	

**SECRETARIA GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.122, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2002 (nº 1.835/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vale do Jaguaribe, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 242, de 2002, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, da Constitui-

ção, de 1988, o Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2002, que outorga concessão à Fundação Vale do Jaguaribe para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, o Deputado Narcio Rodrigues, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Vale do Jaguaribe (cf. fl. 4):

- Diretor Presidente: Glaucia Barbosa Pinheiro Mala
- Diretor Vice-Presidente: Francisco José Maia de Aragão
- Diretor Tesoureiro: Eduardo Henrique Bismarck
- Diretor Secretário: Heloisa Helena Porto Costa Lima

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa, condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

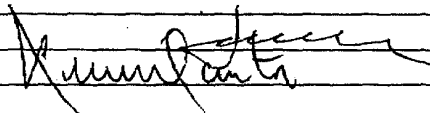
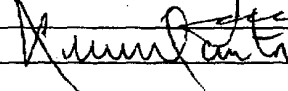
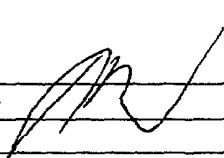
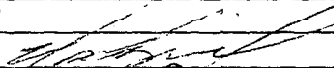
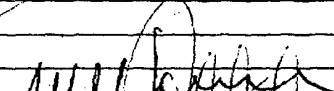
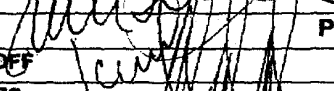
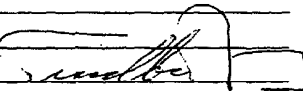
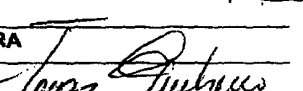
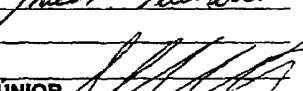


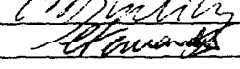
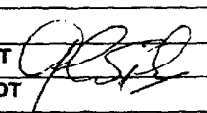
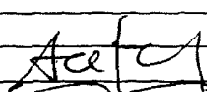
A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2002.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2002.
– Ricardo Santos, Presidente – Luiz Pontes, Relator.

PRESIDENTE:		SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:		SENADOR LUIZ PONTES
PMDB		
AMIR LANDO		1-MAURO MIRANDA 
CASILDO MALDANER		2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE		3-(VAGO)
GILVAM BORGES		4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO		5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR		6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY		7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL		8-(VAGO)
NEY SUASSUNA		9-(VAGO)
PFL		
GERALDO ALTHOFF		1-LINDBERG CURY 
MOREIRA MENDES		2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS		3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA		4-JONAS PINHEIRO 
JOSÉ JORGE		5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES		6-PAULO SOUTO 
ARLINDO PORTO - PTB		7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)		
FREITAS NETO		1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA		2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS		3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO		4-LÚCIO ALCANTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB		5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES		6-LUIZ OTÁVIO - PPB 
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EDUARDO SUPLICY-PT		1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT		2-GERALDO CÂNDIDO - PT 
MARINA SILVA-PT		3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT		4-TIÃO VIANA - PT
PSB		
PAULO HARTUNG		1-ROBERTO SATURNINO - PT 

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

**Complementa e modifica a Lei nº
4.117(*), de 27 de agosto de 1962.**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

**DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes

Ofício nº 948-L-PFL/2002

Brasília, 12 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a minha substituição pelo Senador Jonas Pinheiro, como titular, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal-PFL.

Ofício nº 948-L-PFL/2002

Brasília, 13 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 78, de 08 de novembro de 2002, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado Abelardo Lupion

Deputado Ronaldo Caiado

Suplente

Deputada Celcita Pinheiro

Deputado Crescêncio Pereira Junior

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Esgotou-se quinta-feira última o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que *dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira que contenham sexo ou violência, e dá outras providências*.

Tendo sido rejeitada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Encerrou-se quinta-feira última o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 59,

de 2002 (nº 3.721/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que “Declara Feriados Nacionais os Dias 1º de Janeiro, 1º de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro”, e dá outras providências.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2001 (nº 1.149/95, na Casa de origem), que estabelece forma de tributação na importação de mercadorias por pequenos comerciantes e dá outras providências.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Presidência informa às Sras e aos Srs. Senadores que os avulsos das medidas provisórias que constam da Ordem do Dia da sessão de amanhã encontram-se distribuídos nas bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Tenho o prazer de conceder a palavra à Senadora por Alagoas, Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, faço, na tarde de hoje, algumas considerações sobre mais um ano de problema no nosso Nordeste relacionado à seca.

Sr. Presidente, já tive a oportunidade de, várias vezes, nesta Casa, apresentar o protesto, a indignação diante do problema gravíssimo que vive hoje o Nordeste. Sei que os problemas relacionados a fenômenos climáticos se estendem ao norte de Minas Gerais, ao Espírito Santo; sei também que existem fenômenos climáticos extremamente graves em outras regiões do País. Evidentemente, todas as vezes que tratamos sobre a seca no Nordeste, obrigatoriamente, nós nordestinos temos que reagir com muita indignação diante da mesma cantilena e da falta de procedimentos concretos dos sucessivos governos.

O povo nordestino tem sido, ao longo da história, sacrificado com o sofrimento, a miséria e o desemprego, não pela seca, estiagem ou El Niño – até porque os fenômenos climáticos são previsíveis e existem alternativas concretas para a convivência com eles.

O problema nosso, do Nordeste, é a velha e conhecida cantilena enfadonha da maioria dos políticos nordestinos que se constituem base de bajulação dos governos, enchem suas panças com prestígio e poder e esquecem convenientemente da fome, da seca, da miséria, do desemprego, do sofrimento, no Nordeste.

Sr. Presidente, a nossa indignação precisa ser muita, porque mais uma vez estamos vivenciando uma situação como essa. Se fosse uma situação não previsível, teríamos a obrigação de entender, de um fenômeno da natureza não previsível. O problema é o que existe de conhecimento acumulado no País. O que existe de dados, de mapas, de gráficos, de informações e de conhecimentos capazes de impedir o impacto da miséria e do sofrimento no Nordeste é algo alarmante; o que existe de satélites meteorológicos em operação, com técnicas de interpretação de imagens de satélite, portanto, com possibilidade objetiva de interpretar fenômenos meteorológicos; mapas e mapas de precipitação e temperatura; estudos e pesquisas sobre a climatologia da região; conhecimento técnico imenso para possibilitar informações agroclimatológicas aos produtores e à sociedade de uma forma em geral.

O Instituto Nacional de Meteorologia, há vários anos, já vem prevendo para o próximo trimestre do ano que vem o auge do fenômeno El Niño para o Nordeste que pode causar uma estiagem prolongada e austera; os índices pluviométricos normais de 700mm, no próximo ano, não ultrapassarão os 300mm – e ainda serão irregulares. Segundo especialistas do próprio Instituto Nacional de Meteorologia, a situação será mais grave, porque este ano choveu muito pouco. Não é à-toa que vários municípios do Nordeste brasileiro já decretaram estado de emergência. Somente na minha querida Alagoas, o Governo Estadual – a Defesa Civil Estadual – já decretou estado de emergência em 20 municípios. O Ministério da Integração Nacional reconhece a situação de emergência em dez desses municípios: Água Branca; Cacimbinhas; Canapí; Carneiros; Delmiro Gouveia; Dois Riachos; Jacaré dos Homens; Lagoa da Canoa; Maravilha; Mata Grande; Olivença; Ouro Branco; Pão de Açúcar; Belo Monte; Pariconha; Poço das Trincheiras; Santana do Ipanema; São José da Tapera; Senador Rui Palmeira e Traipú. No Ceará, são mais de 60 municípios com decreto de emergência; no Piauí, 196; em Sergipe, 12; em Pernambuco, 40; na Paraíba, 73; no Rio Grande do Norte, 43, e, em Minas Gerais, 165 municípios.

O pior, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é que, quando estudamos a execução do Orçamento da União para a região, especialmente aqueles recursos a serem disponibilizados pelo Governo Federal para a chamada convivência e o combate aos efeitos da seca, vimos, mais uma vez, que essa execução para 2002 foi vergonhosa. A execução do Programa Proágua-Gestão, que envolve ações como construção, ampliação, melhoria de cisternas, projetos para a minimização dos impactos da seca, combate à desertificação, todos da Agência Nacional de Águas, tiveram execução de apenas sete por cento, sendo que a maioria das ações teve execução de zero por cento. Na função de recursos hídricos que envolvem justamente as obras hídricas que possibilitarão ao nordestino conviver com a seca cíclica que atinge a região, a execução mais uma vez foi muito baixa. A maioria dessas ações obteve execução de zero por cento. Toda a área de fomento ao projeto de revitalização de bacias hidrográficas, de fomento a projetos de manejo e conservação de recursos hídricos, de fomento a projetos para prevenção dos impactos das secas e enchentes, de estudos para disponibilização de água bruta no semi-árido, de monitoramento dos recursos hídricos do semi-árido, de projetos para prevenção de impacto da seca, todos esses, no total, tiveram execução de 7,9%. A maioria desses projetos teve execução de 0%.

No caso específico de Alagoas, além da ausência de liberação de recursos em áreas extremamente importantes, como saneamento básico e habitação, que são áreas que geram empregos, dinamizam a economia local e dão dignidade à população mais pobre, nas áreas relacionadas a recursos hídricos como a construção e recuperação de obras de infra-estrutura na região do sertão alagoano; a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, relacionadas ao Canal do Sertão; o aproveitamento hidroagrícola de rios importantes do meu Estado; a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica; a construção do sistema de abastecimento d'água em Pão de Açúcar e Olho D'Água das Flores; a construção do sistema de abastecimento d'água da bacia leiteira; a construção e fortalecimento da infra-estrutura hídrica da própria cidade de Maceió; a construção de obras extremamente importantes como estudos e projetos de dessalinização de água; estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica etc, 99% dessas ações, na verdade, são obrigações a serem viabilizadas pelo Governo Federal e que tiveram, até o momento, execução zero! Ou seja, nada do recurso que estava orçado, por intermédio do esforço da Bancada

Federal, estabelecido pelo Congresso Nacional como obrigatório por ser uma proposta orçamentária, nada efetivamente foi viabilizado para o Estado de Alagoas e para os outros Estados do Nordeste.

É por isso, Sr. Presidente, que, mais uma vez, deixo aqui o meu protesto. Não é possível que um País de dimensões continentais como o Brasil fique refém do Fundo Monetário Internacional. Se os banqueiros de **Wall Street** tomam conta de 63% do Produto Interno Bruto do País, praticamente 40% de toda a estrutura orçamentária; se os banqueiros de **Wall Street** e os banqueiros de **New York** se entendem como credores do Estado brasileiro, com dívidas devidamente registradas na forma de títulos, com a suposta proteção do sistema jurídico e dos organismos internacionais, entre eles e o povo sofrido do Nordeste e de Alagoas, nós temos a obrigação de ficar com o povo sofrido.

Assim, mais uma vez, deixo o meu protesto. Se fosse um problema de falta de conhecimento, de falta de alternativas concretas e eficazes para superar o problema, nós teríamos a obrigação de entender que é um problema da seca ou de fenômenos climáticos. O povo nordestino tem sido, ao longo da História deste País, penalizado na miséria e no desemprego, não pela seca, estiagem ou **El Niño**. Os fenômenos climáticos são previsíveis, existem alternativas concretas para a convivência com eles. O nosso problema é a velha cantilena enfadonha da maioria dos políticos nordestinos que constituem base de bajulação dos governos e esquecem a dor e o sofrimento de sua própria gente.

Registro, mais uma vez, ser inadmissível que, com a alta tecnologia e com os mais diversos conhecimentos já publicados neste País – dados, mapas, gráficos e informações etc –, não se possa impedir tal situação. Com recurso público, investiu-se muito para que os satélites meteorológicos em operação, com técnicas de interpretação de imagens de satélite capazes de entender, divulgar e interpretar fenômenos climáticos e meteorológicos por meio de vários mapas de precipitação e de temperatura e por inúmeros estudos e pesquisas sobre a climatologia da região, além do conhecimento técnico, divulgassem informações importantes e estabelecessem os mecanismos necessários a fim de que o povo nordestino, sob a desculpa do fenômeno climático da seca, da estiagem ou do **El Niño**, submeta-se novamente ou à esmola das cestas básicas – aliás, o seguro-renda para o Nordeste foi de 0% – ou à manipulação política dos chamados carros-pipas e das cestas básicas. Portanto, deixo aqui o meu protesto.

Se fosse por falta de tecnologia disponível ou de alternativa concreta; se fosse simplesmente por uma questão de fenômeno climático, deveríamos dizer que a culpa talvez seja de São Pedro, como o Governo Federal, em sua irresponsabilidade, teve a ousadia de dizer sobre o problema da crise energética.

A questão, todavia, não é a falta de conhecimento nem de tecnologia, tampouco da seca – volto a repetir –, ou do **El Niño**, ou da estiagem, ou de qualquer fenômeno climático. O problema, de fato, está relacionado à incompetência e à insensibilidade da elite política e econômica brasileira, que, novamente, permite que o Nordeste enfrente essa situação.

O cenário é tão dramático que, na semana passada, o Presidente da República falou na Universidade de Oxford, na Inglaterra, que no Brasil não havia fome, pois esta só existia em caso de seca. Estamos vivenciando uma das secas de maior impacto no Nordeste e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Inglaterra, não estava sabendo.

Essa é a razão de nosso protesto, Sr. Presidente. Solicito que o Presidente da República cumpra, pelo menos, o que assumiu como obrigação, com base no Orçamento Geral da União, em relação a Alagoas e aos outros Estados do Nordeste brasileiro, que igualmente sofrem com os problemas referentes ao semi-árido.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com o beneplácito e o apoio irrestrito desta Casa que, depois de mais de quatro anos de luta, conseguimos fazer com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso criasse a Universidade Federal do Estado do Tocantins.

Até então, Tocantins era o único Estado brasileiro que não tinha a sua universidade federal. Mas, pelo menos, dois anos já se passaram, Sr. Presidente, e a implantação da Universidade Federal do Tocantins vem se processando a passos de tartaruga. Temo que os recursos orçamentários alocados para este ano de 2002 e que ainda não foram efetivamente liberados, executados, possam sofrer, proximamente, um decreto do Presidente da República de contingenciamento ou algo que o valha, e a nossa Universidade Federal venha a perder esses recursos. Portanto, quero fazer um apelo veemente ao eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Ministro da Educação Paulo Renato Souza, aos senhores que cuidam da educação pública superior do nosso País,

para que não permitam que os recursos já alocados no Orçamento Geral da União não sejam enviados para aquela instituição pública federal de ensino ainda no decorrer deste ano. Até porque, depois de **démarches**, marchas e contramarchas, ficou estabelecido que a Fundação Universidade de Brasília (UnB) seria o órgão responsável por essa transição de se transformar a Universidade do Tocantins de Estadual para Federal. É a UnB que vem efetuando essa transição, e sabemos o quanto demora esse processo, até porque se tem de lançar o edital e realizar concurso - para que os atuais funcionários e professores que servem ao Estado possam se tornar funcionários públicos federais.

A delegação representativa dos alunos da Unitins se encontra em Brasília há mais de uma semana e trouxeram um documento do Diretório Acadêmico Professor José Caetano de Paula da Fundação Universidade do Tocantins - Campus Universitário de Araguaína, que pede o apoio de todos os Parlamentares representantes daquele Estado.

A greve dos funcionários tem apoio do corpo docente e está prestes a completar dois meses. Lerei trechos do documento que acabo de receber.

Dizem os estudantes que representam o corpo discente do Diretório Acadêmico dos Cursos que estão instalados no Campus Universitário de Araguaína que:

Devido à paralisação do campus da UNITINS - Fundação Universidade do Tocantins de Araguaína-TO, e aos constantes conflitos, vimos por este ofício pedir a colaboração dos Exm^{os} Senadores da República e Deputados Federais.

Segue, portanto, a explicitação dos fatos para esclarecimento dos estimados senhores.

A Unitins funciona vinculada ao Estado em um sistema multicampi, tendo 9 (nove) campi espalhados pelas seguintes cidades: Araguaína, Arraias, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

O campus aqui citado funciona em Araguaína, sendo subdividido em dois.

Um, a antiga Facila, Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que, desde 1990, passa a atender como Unitins, da seguinte forma:

- 16 salas voltadas ao ensino regular, ou seja, de aulas;

- 10 salas para funcionamento do corpo técnico-administrativo;

- 1 laboratório de informática (apenas um computador com acesso à Internet disponível aos acadêmicos);

- 1 biblioteca (que não atende nem mesmo parcialmente à necessidade da universidade).

O outro **campus**, a Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia, tem a seguinte estrutura física:

- 7 salas voltadas ao ensino (algumas subdivididas para suportar maior número de alunos)

- Salas para administração;

- Laboratórios (insuficientes, com equipamentos espalhados pelos corredores);

- 1 biblioteca (deficitária).

Estão em processo de construção na Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (para abrigar os acadêmicos da antiga Facila que serão transferidos):

- 14 salas de aula;

- 1 anfiteatro (que, segundo declaração do magnífico Reitor, Edison Nazareth, será dividido para ser utilizado como sala de aula).

Dentro desse espaço físico, a universidade abriga cerca de 1.600 (um mil e seiscentos) alunos dos cursos regulares de Licenciatura em Letras, Matemática, História, Geografia e Bacharelado em Medicina Veterinária e Zootecnia.

Devido às péssimas condições físicas da universidade - salas sendo utilizadas como laboratórios, aparelhagem instalada nos corredores, turmas em regime de rodízio devido à falta de salas de aula, ausência de auditório para pesquisa e aplicação - foram encaminhados vários ofícios para a Reitoria e para o Governo do Estado na esperança de que fossem tomadas providências. Não havendo retorno ou qualquer esforço no sentido de dar início às negociações, os alunos convocaram uma assembléia geral em que decidiram pela paralisação das aulas a partir do dia 23 de setembro a fim de sensibilizar o Governo.

Desde então intensificamos nossas manifestações

Para sintetizar, Sr. Presidente, os alunos contam com apoio integral de mais de 95% do corpo discente do **campus** de Araguaína. As manifestações têm sido feitas ao longo da BR-153, a famosa Belém-Brasília, de Juscelino Kubitschek – pois é costume em nosso Estado protestos serem realizados nessa BR, onde passam moradores das diversas regiões de nosso País, seguindo para o Norte ou de lá para outras localidades. Fizeram manifestações no próprio campus da universidade e, principalmente, nos comícios de um candidato oficial do Governo. Lá, vários manifestantes foram presos, algemados e tiveram o carro de som seqüestrado, segundo dizem, por autoridades a mando do Governo do nosso Estado.

O mais grave, Sr. Presidente, é que existe construída na cidade de Araguaína, há mais de dois anos, uma escola com mais de 60 salas de aula. Esse colégio padrão destinado ao ensino médio jamais foi implantado. Recentemente instalaram no local a sede da Regional da Secretaria de Educação do Estado. Os estudantes estão a reivindicar que parte do prédio, não ocupado, seja destinado a que eles possam realizar seus estudos, até que a Universidade Federal do Tocantins efetue o processo de transição.

O nosso Governo é intransigente e jamais transigiu com relação à reclamação de qualquer segmento da sociedade tocaninense.

Há pouco, todos os senhores tiveram notícia da perigosa greve que se instalou no seio da Polícia Militar daquele Estado. O Governador apelou para que o Exército Nacional tirasse os grevistas aquartelados. O mesmo vem acontecendo com os estudantes da Unitins.

E queríamos, aqui, fazer um apelo às autoridades do nosso Estado, para que negociem com os estudantes, até que sejam construídas outras estruturas físicas que haverão de abrigar definitivamente a Universidade Federal do Tocantins, e não deixem paralisado um elefante branco na cidade de Araguaína com mais de 60 salas de aula. O prédio, que hoje serve à regional da Secretaria de Educação do Estado, ocupa apenas 6 salas. Mais de 50 salas estão desocupadas. Talvez a metade disso fosse suficiente para que os estudantes – mais de 1600 – tenham condições dignas, mínimas, para poderem estudar.

Sr. Presidente, quero trazer hoje, em nome dos alunos do diretório acadêmico e dos alunos da Fundação Universidade do Tocantins que, se Deus quiser, nos próximos dias, estará efetivamente federalizado.

Era o que eu tinha a dizer, em nome desses alunos que já agüentaram pauladas, algemas, prisões, estudantes que têm o direito de protestar e de perseguir, dentro da democracia, os seus direitos e um local digno e adequado para que possam estudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Francelino Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra ao ilustre Senador Francelino Pereira, em nome do Senado da República, cumpre-me saudar o transcurso de um dos eventos mais significativos para a nacionalidade brasileira: a Proclamação da República, ocorrida sem desnecessários derramamentos de sangue ou batalhas fratricidas, resultante que foi do legítimo anseio popular e de expressivos setores da sociedade de então.

O Senado Federal, como instituição, faz parte, desde as primeiras horas, desse empreendimento republicano, com destaque para nosso mentor Rui Barbosa, republicano convicto que, no ministério do governo provisório, destacou-se na Pasta da Fazenda com atuação francamente desenvolvimentista.

São passados, Sr^{as} e Srs. Senadores, 113 anos e estamos assistindo a um dos momentos mais marcantes da vivência democrática já preconizada na proclamação da República: a alternância pacífica de poder amparada por eleição amplamente legitimada por todos os preceitos constitucionais e legais.

Ao Brasil e aos brasileiros nossas homenagens pelo transcurso dessa data tão significativa para a nacionalidade. Dia 15 de novembro foi feriado, daí a razão deste breve pronunciamento para o Senado Federal, instituição marcadamente republicana.

Fica registrada, então, nos Anais desta Casa, a comemoração por essa efeméride, feita assim de maneira tão simples pela Mesa de nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estará o Congresso Nacional preparado para corresponder às esperanças que tantos milhões de brasileiros depositaram nas urnas deste ano? Estará o Congresso Nacional como um todo preparado para desvendar a vocação brasileira de crescer e, simultaneamente, desconstruir a terrível desigualdade social que nos atormenta nos dias de

hoje: Será o Congresso Nacional capaz de liderar a história deste País em vez de apenas correr atrás dela, como eu diria, a reboque dela?

Estas são as perguntas que cabe fazer neste momento em que o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, mobiliza a sociedade em torno de um pacto para promover as mudanças com que acenou para o País.

A avassaladora votação por ele obtida, quase 53 milhões de votos, demonstra estar o povo ansioso por mudança. Não significa desaprovação de tudo que se fez nesses oito anos e sim o desejo de novos rumos, desejo de que o País volte a crescer para criar oportunidade de emprego, de expansão econômica e bem-estar social.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o apoio da sociedade e do Congresso Nacional, preparou o terreno para isso; cumpriu a meta principal e essencial de conter a inflação, sanear e estabilizar a economia. Sem base econômica sadia não se conseguirá o desenvolvimento. Nenhum empreendedor pode planejar investimentos num regime de inflação elevada, descontrolada, sem mencionar que a inflação é o mais injusto dos impostos por atingir justamente as camadas mais pobres, aquelas que não têm instrumentos para defender o dinheiro da erosão causada pelo aumento constante dos preços.

Aliás, são as camadas pobres as que mais sofrem os efeitos da inflação; são também elas as que menos acesso têm aos governantes. O fato, sempre lembrado, é que, no Brasil, o Estado se legitima com os votos dos excluídos, mas governa com os incluídos. A legitimidade de quem governa vem das urnas livres. Mas onde estão os pobres, que também decidem pelo voto, senão no abandono, nas cidades e no campo, confinados pela exclusão cada vez mais agravada pela brutal distribuição de renda e de riqueza? O Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ter sido sua eleição "a vitória da esperança".

De fato, em recente pesquisa, a CNT/Sensus apurou que 82,8% das pessoas consultadas acreditam na possibilidade de um pacto social para fazer o Brasil crescer mais e mais; 70,7% confiam na redução do desemprego; 64,3% acham que a corrupção diminuirá; 58% estão seguros de que haverá êxito no combate à violência e nada menos que 59,2% se disseram dispostos a fazer algum esforço pessoal, até a pagar mais imposto, em benefício do País.

O que estamos vendo é a sociedade se mobilizando em seus mais variados setores. Dessas articulações, resultarão propostas de reformas, que virão

de fora para dentro do Congresso Nacional. Propostas que virão com a força da opinião pública e amplamente amparadas pela mídia.

Digo que virão para dentro do Congresso Nacional porque aqui é onde, institucionalmente, terão de tomar a forma final. Aos legítimos representantes do povo, livremente escolhidos nas urnas, caberá a decisão final sobre essas matérias, certamente complexas e relevantes para o destino do País.

A Nação já deu o recado, pelas urnas, que anseia por mudanças e isso sugere que o Congresso Nacional caminhe nessa mesma direção. E abandone a apatia, para corresponder às esperanças que milhões de brasileiros depositaram nas urnas.

É aí que cabe a pergunta: estará o Congresso Nacional preparado para essa importante missão? Depois de 28 anos de parlamento; 4 na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em Minas Gerais; 16 na Câmara dos Deputados e 8 no Senado Federal, acredito ter o direito de fazer essa indagação, Sr. Presidente.

Considero que é chegada a hora de o Congresso Nacional olhar para dentro de si mesmo. Fazer um urgente **check up** de suas estruturas, buscar modernizar-se, tanto em relação aos meios como aos métodos de ação legislativa.

O Orçamento Geral da União é a mais importante lei do País. Dele depende, em grande parte, como vai viver cada cidadão, que recursos ele terá para cuidar da saúde, da educação, qual a qualidade dos serviços públicos que lhe serão oferecidos.

No entanto, para o Congresso Nacional, o Orçamento é apenas uma peça de ficção. Neste momento, em que votamos a proposta orçamentária para o próximo ano, é que percebemos, em toda a sua extensão, a escassez dos recursos e as limitações do Poder Legislativo.

A margem de manobra para a atividade parlamentar na votação do Orçamento é risível. Os recursos estão em grande parte vinculados por mandamentos constitucionais e compromissos intransponíveis tanto na área interna como externa. Nós nos conformamos com a apresentação de emendas, inclusive as proposições coletivas e individuais de interesse vital dos Estados, mas que não podem ultrapassar os limites estabelecidos pelo Poder Executivo, e ainda temos de enfrentar os contingenciamentos no pagamento das dotações aprovadas.

A capacidade de mobilização da opinião pública pelo Congresso é ínfima, quase desprezível, apesar dos avanços registrados nos meios próprios de divulgação da atividade parlamentar com a implantação

de emissora de rádio e de TV nas duas Casas legislativas. Esse novo sistema de comunicação informa tudo em tempo real, mas as informações não são acolhidas pela mídia nacional e regional no volume necessário.

É a mídia, que tudo antecipa com extrema velocidade, que, de certo modo, pauta a agenda do Congresso.

As pesquisas divulgadas, envolvendo a opinião das pessoas sobre as instituições nacionais, mostram claramente o distanciamento entre o Congresso e os cidadãos. Só isso seria suficiente para estimular uma reação dos congressistas na identificação das causas desse comportamento dos cidadãos e na busca de meios e formas de recuperar a credibilidade da instituição parlamentar.

Como representante do povo, conforme dispõe a Constituição, o Congresso tem de caminhar à frente dos acontecimentos, identificar problemas, aprofundar os debates, chegar e permanecer no olho do furacão das crises e não se deixar conduzir por elas. Cabe indagar – repito – se as Lideranças estão realmente preparadas para cumprir esse papel.

Não estou aqui, entretanto, para espalhar o pessimismo, lançar água fria na chama da esperança nacional. Quero que minhas palavras sejam recebidas como um alerta para que o Congresso Nacional, por meio das lideranças partidárias, cumpra o papel que lhe cabe nesta nova e instigante etapa da vida do País.

Sr. Presidente, a instituição parlamentar, como se sabe, passa por uma crise, não apenas no Brasil, mas no mundo todo. A idéia básica do Estado liberal de que a soberania popular e a representação política, instrumentos infalíveis da participação da sociedade no poder, eram intocáveis foi afastada pela chegada do Estado social.

Maurice Duverger, por sua vez, nota que “o problema fundamental consiste em medir o grau de exatidão da representação, isto é, o grau de coincidência entre a opinião pública e a sua expressão parlamentar”.

Não posso deixar de mencionar também o que a esse respeito disse o nosso estimado colega, amigo e imortal Senador José Sarney. Diz S. Ex^a:

A democracia representativa está em crise e em revisão. Busca encontrar formas de regressar à democracia direta. Há um novo interlocutor da sociedade democrática, a opinião pública, expressa pela mídia avassaladora e pelas organizações não-governamentais. Os parlamentos têm de conviver com essa

nova realidade. Os mandatos envelhecem com rapidez espantosa, e sua legitimidade tem de ser renovada a cada dia.

É exatamente isso que estamos vendo agora. A sociedade se mobiliza para fazer chegar a sua vontade ao Congresso Nacional, e ela chegará com a avassaladora pressão a que se referiu o Senador José Sarney. O Congresso Nacional deverá estar preparado para conviver com isso e cumprir sua missão institucional sem frustrar as esperanças do País.

Esta é, Sr. Presidente, a hora mais delicada vivida pela instituição parlamentar no Brasil. O povo está participando dos debates promovidos pelo governo eleito, nesta fase de transição, e o Congresso Nacional não pode ficar a reboque dos acontecimentos básicos do País. É preciso abrir as portas. O Congresso tem que ir ao povo em todos os recantos desta Nação, ouvir os sentimentos coletivos e debatê-los fora e dentro de suas estruturas. O Congresso tem de repelir a apatia e o imobilismo. As inquietações que mobilizaram a Nação e as esperanças que saíram das urnas não podem ser frustradas. A agenda de hoje não pode ser a agenda de ontem. Temos de enxergar além do horizonte.

Sr. Presidente Ramez Tebet, gostaria que V. Ex^a me ouvisse. Ao terminar essas palavras de chamado à razão, ao sentimento e à vontade nacional e de alerta contra a apatia e o imobilismo que, de certa forma, penetram o tecido da instituição parlamentar brasileira, estou sendo surpreendido por um requerimento encaminhado à Mesa solicitando o adiamento de um projeto que está chegando à sua fase final, a fim de ser debatido na outra legislatura, por amor à nova Administração Pública nacional que vai se inaugurar no dia 1º de janeiro de 2003.

O requerimento está assinado pelos ilustres Senadores Eduardo Suplicy, Renan Calheiros, Carlos Patrocínio, Geraldo Melo, Antônio Carlos Valadares e José Alencar. Todos são Líderes. Não assinaram apenas o Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, e o Líder do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, Senador José Agripino, que não está aqui no momento.

O requerimento pede o adiamento do debate para chegar-se a um consenso, inclusive com o novo Governo que tomará posse no dia 1º de janeiro próximo. Esse é um sinal claro de apatia e de imobilismo em torno de um projeto que tramita nesta Casa por mais de dez anos.

O Senador Bernardo Cabral que, por coincidência, está à nossa frente nos ouvindo sabe que amanhã esta Casa examinará o requerimento assinado

pelos Líderes, por amor à nova ordem política que se instalará no País e que está convivendo, de forma admirável, com o **status quo** atual. Pois bem, esta Casa examinará o adiamento, apesar do projeto da reforma do Poder Judiciário ter sido amplamente discutido nesta Casa, especialmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por mais de 10 anos. O Senador Bernardo Cabral poderia muito bem ter oferecido um substitutivo, mas preferiu discutir emenda por emenda, debatê-las e, afinal, chegar a um consenso.

No requerimento, segundo estou informado por alguns dos signatários, declara-se que não há consenso em torno das emendas oferecidas pelo Relator. Não é verdade. Se houve divergência, ela foi superada com a votação do Plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O requerimento anuncia o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação dos Magistrados Trabalhistas e diz que é preciso formar um consenso sobre o tema e aprofundá-lo de acordo com o novo Governo.

Sr. Presidente, será possível que este Senador, que deixará esta Casa em alguns meses, assistirá a essa demonstração de apatia, de imobilismo e de amor à sedução de um governo que não é de ruptura, mas apenas de mudanças? Ainda ontem, o Presidente eleito foi recebido pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Palácio da Alvorada.

Alguns líderes partidários, num gesto lamentável, requerem o adiamento da discussão, sem observar que a proposição aprovada pelo Plenário do Senado ainda vai à Câmara dos Deputados, que poderá aprovar ou não as emendas acolhidas por esta Casa.

Manifesto, portanto, minha estranheza à atitude dos Senadores Eduardo Suplicy, Renan Calheiros, Carlos Patrocínio, Geraldo Melo, Antonio Carlos Valadares e José Alencar e louvo os Senadores Romero Jucá e José Agripino, que não assinaram esse documento.

Esse é o nosso posicionamento em face desse requerimento que representa também uma demonstração de desprezo à figura exponencial de um dos homens públicos mais honrados, competentes, lúcidos e corajosos desta Nação: o Senador Bernardo Cabral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de dar prosseguimento aos nossos trabalhos, a Presidência registra, com muita satisfação e honra, a presença do nosso colega, o

ilustre Senador Michel Biron, representante da província de Quebec, do país amigo Canadá, que se encontra nesta Casa participando de um seminário sobre a população indígena. Receba S. Ex^a a saudação do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, que, por estar de pé, presumo estar solicitando a palavra à Mesa, saúdo a figura eminente do Senador Francelino Pereira, que, por decisão própria, deixará a vida pública, mas está, como acaba de demonstrar, ativo, como sempre foi, e atento aos interesses de tudo que diz respeito ao nosso País, certamente cumprindo, até o último instante, o mandato que o povo lhe confiou.

Afirmo ao Senador Francelino Pereira que a Mesa, com relação à reforma do Poder Judiciário, independentemente da opinião do Presidente do Senado, cumprirá a deliberação do Plenário, porque não pode deixar de, regimentalmente, colocar em votação um requerimento de adiamento.

Todavia, vale registrar o interesse do Senador Francelino Pereira e a sua vontade de melhorar a situação em nosso País.

Como seu amigo, de coração, quero dar-lhe um abraço fraternal, enfatizando que esta Casa sentirá muita saudade de V. Ex^a, assim como de outros que não estarão conosco a partir de 1º de fevereiro do próximo ano, a exemplo do Senador Bernardo Cabral, também particular amigo, que, por todos os títulos e por onde passou, deixou a sua marca de verdadeiro patriota, de homem de elevado espírito público.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia requerido a palavra pela ordem sem saber do pronunciamento que faria o Senador Francelino Pereira, dando prosseguimento ao que já manifestara na última quinta-feira, quando eu não me encontrava no plenário. Já fiz a S. Ex^a uma carta e me reservo para o dia de amanhã, quando se discutirá o requerimento em torno da remessa da proposta de emenda à Constituição, novamente, como sempre, à CCJ, para tecer considerações em torno da independência, da dignidade e do caráter do Senador Francelino Pereira.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para esclarecer, de uma vez por todas, um boato que corre pelos corredores e pela imprensa de que eu seria um indicado, um postulante, um Interessado em assumir, a partir de fevereiro de 2003, o cargo de Diretor-Geral

do
mas, em nenhum momento da minha vida pública, pensei, sugeri, insinuei qualquer cargo nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, quando saísse do desempenho da atividade parlamentar. Fui eleito para ser Senador da República e não para andar atrás de cargo.

Além disso, por uma questão ainda maior, o Diretor-Geral chama-se Agaciel Maia, meu amigo pessoal, por quem lutei há algum tempo, porque, na época da Assembleia Nacional Constituinte, foi um braço direito meu quando dirigia a Gráfica do Senado. Não seria agora, por todos os títulos que eu pudesse ter – e não os tenho –, que eu aceitaria uma nomeação dessa natureza.

O cargo é alto, dignificante, e qualquer brasileiro gostaria de estar nele, mas peço à imprensa e suplico a V. Ex^a, Sr. Presidente, que determine a publicação no **Jornal do Senado** de uma nota em que afirmo que não pleiteio, não sugiro e não aceito qualquer missão que não seja aquela para a qual fui eleito pelo povo.

Esse é o requerimento que faço a V. Ex^a, ao mesmo tempo em que comunico, Senador Ramez Tebet, que lamento não estar aqui para vê-lo novamente na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a será atendido. O **Jornal do Senado** registra todos os pronunciamentos importantes, e o pronunciamento de V. Ex^a é importante porque marca a sua posição. O **Jornal do Senado** publicará a sua manifestação. Caso o editor do jornal esteja ouvindo-me, quero que entenda como uma determinação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Confederação Nacional dos Transportes acaba de divulgar a sua pesquisa anual sobre o estado de conservação das rodovias brasileiras. Pelo levantamento, 59,1% das rodovias federais e estaduais, de um total de 47.103 km avaliados, são consideradas deficientes, e apenas 5,1% foram consideradas ótimas.

A melhor estrada do País é a que liga São Paulo a Uberaba, a BR-050 e SP-330, classificada como ótima; em seguida, vem a Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, recebendo a classificação de bom estado de conservação; em terceiro lugar, está a ligação Belo Horizonte–São Paulo, a BR-381; depois, o trecho São Paulo–Curitiba, da

BR-227.

Há uma coincidência impressionante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: todas essas rodovias localizam-se nas regiões Sul e Sudeste. Enquanto isso, o meu Estado, a Bahia, conta com três das piores estradas federais do Brasil.

Esse é um aspecto que abordei várias vezes desta tribuna, ao qual chamei, por analogia com a crise do apagão, de “crise do buracão”. Temos um rol interminável de buracos nas rodovias federais do nosso País. As dez piores posições do **ranking** estão principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A pior é a ligação Teresina-Barreiras. Observem que se trata de uma estrada importantíssima, pois serve à região de cerrado do oeste baiano, que é responsável por uma participação importante na produção brasileira de grãos e também uma via que liga Brasília, a capital federal, ao nordeste ocidental (ao Piauí, ao Maranhão, ao Ceará). A estrada está completamente intransitável.

Em segundo lugar, está o trecho Salvador-Paulo Afonso, a BR-110, inteiramente em meu Estado. Seguem-se outras e, em quinto lugar, aparece a ligação Juazeiro-Salvador. Dessa forma, observamos que a Bahia possui três das piores estradas federais. Tais estradas, pela localização geográfica do meu Estado, servem de ligação entre o Nordeste e o Sudeste do País. Portanto, com os levantamentos e avaliações da CNT, chegamos a um balanço negativo, numa situação que se repete há anos, e nem isso levou a uma tomada de providências a respeito.

Além disso, devo dizer, Sr. Presidente, que não é apenas no segmento rodoviário que a situação dos transportes está ruim para o Nordeste brasileiro. Também no segmento ferroviário a ligação do Nordeste com o Sudeste está literalmente interrompida, no Estado de Alagoas. Não há como despachar de trem uma carga do Nordeste para o Sudeste ou vice-versa. Se considerarmos também o transporte modal hidroviário, verificaremos que a Hidrovia do São Francisco, embora tenha estado no “Brasil em Ação”, embora esteja no “Avança Brasil”, embora tenha recebido investimentos provenientes de recursos orçamentários ao longo dos últimos seis anos, não apresentou alterações. O que houve lá, onde foram aplicados quase R\$20 milhões, foi um verdadeiro desperdício de recursos por parte do Ministério dos Transportes, num momento em que o País enfrenta uma crise fiscal. É preocupante que esse gasto tenha sido feito sem qualquer planejamento, sem um projeto que viabilizasse a operação comercial da Hidrovia do São Francisco.

Devo dizer, aliás, que na área dos transportes, o Nordeste vai bem apenas em um segmento, o dos aeroportos. Não apenas porque não pertence à órbita do Ministério dos Transportes, mas ao da Defesa, como também porque foram utilizados recursos do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste –, obtidos em financiamento pelos Estados e aplicados na melhoria dos aeroportos.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Waldeck Ornelas, estou ouvindo V. Ex^a referir-se a um levantamento feito pela Confederação Nacional dos Transportes, CNT, uma Instituição presidida pelo meu suplente de Senador da República, Presidente do nosso Partido, em Minas Gerais, e eleito, ao lado de Aécio Neves, Vice-Governador de Minas Gerais. Tem, portanto, todos os títulos para merecer a estima e o respeito dos brasileiros e receber, em plena convergência, a revelação de V. Ex^a a respeito da situação das rodovias brasileiras. Caberia, apenas, fazer um destaque. Em relação a Minas Gerais, a Rodovia 367, que promove a ligação do pólo turístico do Jequitinhonha ao pólo turístico do descobrimento, chegando a Porto Seguro, Caravelas e outras cidades, encontra-se em situação de miserabilidade. Como Governador de Minas Gerais, tive a oportunidade de promover o asfaltamento desta rodovia entre a BR-116, ou seja, a Rio-Bahia e a cidade Almenara, nas proximidades da fronteira com a Bahia. Esse asfaltamento, praticamente, desapareceu. O que mais nos inquieta, além da situação desse trecho da rodovia, é a conclusão da BR-367, entre a cidade de Almenara e a cidade de Salto da Divisa. A Bahia é respeitada e admirada pelos mineiros da fronteira. Louvo a todo instante a rapidez com que o Governo da Bahia promoveu o asfaltamento daquela rodovia entre Porto Seguro e a cidade de Salto da Divisa, na fronteira com Minas Gerais. No entanto, somente agora, depois de 15 anos, o asfaltamento do trecho entre Salto da Divisa e as proximidades da cidade de Almenara foi de certa forma retomado, em razão de recursos que obtivemos perante o Ministério dos Transportes, no valor de R\$6,5 milhões, para continuação dessas obras. Apresentamos emenda ao Orçamento. As emendas de Bancada deste ano ainda não foram liberadas, e o destino das do próximo ano só Deus saberá. De qualquer forma, o meu voto de louvor, de respeito e de gratidão pela referência ao estado das rodovias brasileiras, entre as quais incluem-se muitas rodovias situadas em territó-

rio mineiro que estão completamente abandonadas. Muito obrigado.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Incorporo, com satisfação, o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, Senador Francelino Pereira.

V. Ex^a cita outro trecho de rodovia federal em situação precária, exatamente uma rodovia que atravessa o Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do País. Parece que há um claro preconceito contra as regiões pobres no que diz respeito à infraestrutura rodoviária.

Há outra característica. Os levantamentos realizados pela CNT, que sempre merecem crédito e respeito porquanto feitos com muito critério, este ano incluíram as rodovias terceirizadas pela primeira vez, as quais totalizam 4.927 quilômetros. Das rodovias terceirizadas, 40,2% estão em ótimo estado; 49,1%, em bom estado; enquanto que, das rodovias federais, 59,1% foram consideradas deficientes.

V. Ex^a citou o exemplo de uma rodovia estadual baiana, a ligação de Itagimirim a Salto da Divisa. Não podíamos, infelizmente, chegar até Almenara, que já é território de outro Estado. Mas mesmo rodovias federais têm sido implantadas na Bahia com dinheiro público estadual, como é o caso da BR-349, no trecho de Correntina, e da BR-020, que constitui hoje a menor distância entre Brasília e as praias de Ilhéus e Porto Seguro. Essa realidade é muito preocupante.

Eu dizia que somente os aeroportos estão bem no Nordeste, porque recursos do Prodetur foram utilizados, transferidos à Infraero para melhorá-los, instalá-los, modernizá-los e ampliá-los, criando condições para a atração do turista à Região Nordeste. Mas não me parece justo, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, que os Estados nordestinos tenham de financiar a Infraero, que é uma empresa de propriedade da União.

Por essa razão, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2002, em fase de apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, propondo seja transformado em aporte de capital, na Infraero, o montante dos recursos. Refiro-me a cerca de US\$150 milhões, aportados pelos diversos Estados nordestinos à Infraero, para melhoria dos aeroportos. Creio que estou ajudando a Infraero, porque, com essa forma de operação, haverá vários outros Estados, inclusive os mais ricos, dos quais ela não recebe aporte de capital, que poderão eventualmente ser condicionados a aportar recursos próprios, transformados em capital na empresa, para a ampliação,

vos Estados.

Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, prometo ser esta a última vez que ocupo a tribuna do Senado Federal para falar da crise do “buracão” e para me queixar da situação das rodovias e da atuação negativa do Ministério dos Transportes, nos últimos anos, em relação à administração do setor.

Fico muito preocupado quando vejo as articulações que estão sendo encaminhadas entre o PT e o PMDB na formação da equação parlamentar para o próximo governo. O Ministério dos Transportes não se notabilizou como realizador de obras ou cuidados com a infra-estrutura para o desenvolvimento do País, ao contrário, notabilizou-se como um local onde existe um mau comportamento administrativo e atentado contra o dinheiro público.

De modo que é conveniente que o PT, neste momento, ponha as barbas de molho, pois esse Ministério sempre esteve com o PMDB e não será justo com o Brasil que ele continue com esse Partido no próximo governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Senador Lindberg Cury.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, neste final de semana, refleti muito sobre o assunto que vem mobilizando a opinião pública não apenas de Brasília, mas de todo o País. Trata-se do caso Pedrinho, o recém-nascido subtraído da maternidade, em Brasília, com poucas horas de vida, há dezesseis anos, o localizado, recentemente, pela Polícia, em Goiânia, com o nome de Osvaldo Martins Borges Júnior.

O caso merece algumas reflexões: primeiro, a impunidade do autor do crime, prescrito há alguns anos, e, segundo, o destino final do agora adolescente, dividido entre a mãe adotiva e seqüestradora – como está provado pelas próprias Polícias do Distrito Federal e de Goiás – e a mãe e o pai biológicos, ainda desconhecidos para ele.

A primeira constatação é a de que a nossa legislação está obsoleta. Crimes hediondos, como rapto e seqüestro, de crianças ou adultos, jamais poderiam ficar impunes. Não se pode admitir que a mulher que seqüestrou uma criança no hospital, deixando uma família sofrer por anos a fio, não se sujeite a pagar por seu crime apenas porque o Código Penal a perdoa depois de um certo tempo.

Que justiça é essa que permite a liberdade de um criminoso que mudou a vida de uma família para

culável, é um mar de dor. Foram dezesseis anos de angústia, dor e incertezas. Incertezas de um dia ainda poder ver o filho tirado dos braços da mãe.

Toda a cidade de Brasília participou dessa tragédia. Lembro-me que houve uma mobilização e uma inquietação como se todos tivéssemos um filho seqüestrado: a dor da mãe, o desespero do pai e, por que não dizer, a aflição da cidade. Pessoas apareciam dizendo ser Pedrinho, exames foram feitos... Na verdade, era o desespero da família, a ingratidão, o uso até de tentativas de seqüestrar recursos da família em nome do Pedrinho. O Brasil não ficou ausente a essas manifestações de apreço, de carinho e de dor por essa família.

Agora mesmo, Sr. Presidente, a principal suspeita do seqüestro se faz passar por vítima dizendo que seu único crime foi de amor a Pedrinho. Que amor é esse que leva do hospital um recém-nascido, deixando a mãe verdadeira a desabar de dor por uma perda inestimável?

Para piorar a situação, essa mesma mulher, que durante esses dezesseis anos se fez passar pela mãe verdadeira de Pedrinho, ainda esconde o filho dos pais verdadeiros, impede que ele leia ou acompanhe qualquer noticiário sobre o assunto, sob a alegação de que precisa preservá-lo. Mas preservar de quê? Podemos perguntar. Da verdade? De descobrir que aquela mulher que se dizia sua mãe é, na verdade, a mesma pessoa que entrou sorrateiramente na maternidade, em Brasília, e mudou a sua vida para sempre?

Não há justificativa plausível, Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, para acobertar tão hediondo crime. Não há motivos para interromper as investigações, como querem os familiares de Vilma Martins da Costa.

Não são apenas os pais de Pedrinho, Jairo e Maria Auxiliadora, que querem saber a verdade. O pai eu conheço pessoalmente. Tivemos alguns contatos ao longo da nossa vida aqui em Brasília. É uma pessoa equilibrada, sensível, inteligente. Agiu de uma maneira muito pródiga ao ver o filho naquela situação dúbia, de dúvida, e com um caso que se prolongava há dezesseis anos, pelo amor criado até pela mãe seqüestradora.

Toda a sociedade brasileira quer saber quem foi a mulher que retirou Pedrinho dos braços de sua mãe, para nunca mais devolvê-lo, e o registrou como filho legítimo, escondendo a verdade por esses anos todos. Também cabe aqui cobrar da justiça a punição para o responsável pelo Cartório de Registro Civil que

le de Osvaldo e de Vilma Martins a criança dias antes seqüestrada de um hospital em Brasília.

Faço aqui um elogio ao trabalho da Polícia Civil do Distrito Federal, na pessoa do seu diretor, Laerte Bessa, que, apesar dos protestos da família de Vilma Costa, não interrompeu as investigações e vem colhendo provas importantes que a incriminam como a seqüestradora que durante todos esses anos enganou a todos nós, brasileiros de Norte a Sul do País. Agora, queremos a verdade.

Sr. Presidente, sabemos do sentimento de ligação afetiva do filho com a mãe. Mas, ela o está afastando dos pais legítimos; está tomando medidas para que esse contato se dificulte. Jairo e Maria Auxiliadora, com fé em Deus, têm aguardado a expectativa desse contato que cada vez se torna mais difícil. Essa criança está sendo mobilizada conscientemente pela mãe seqüestradora para que permaneça com ela pelo tempo que ela o agasalhou, ou seja, tratou bem dele, deu-lhe estudos e o colocou nos melhores colégios de Goiânia. Mas isso não é lenitivo para os verdadeiros pais, que hoje vivem um grande drama.

O apelo que nós fazemos é para que essa situação seja esclarecida sem causar um trauma muito grande no Pedrinho ou no Osvaldo Júnior. É este o apelo que fazemos: que entre os pais adotivos e os pais legítimos haja um encontro de interesse, não simplesmente para arrebatá-lo para o lado de lá o jovem que tem dúvidas, que vive um mundo de incertezas, que não sabe o que fazer, nem sabe se aproximar dos pais legítimos. Nessa ocasião, esses contatos têm que existir, mesmo que haja a prescrição do crime. Creio eu tratar-se de uma medida até inteligente e salutar que a Justiça apresenta para que o filho não sofra o drama nem o conflito, nesta geração, entre pais e filhos. O que queremos, de uma maneira inteligente como vem sendo feita pelo casal Jairo e Maria Auxiliadora, sem que medidas bruscas sejam adotadas para tomar conta do legítimo filho – sei o drama da mãe, Maria Auxiliadora, e conheço de perto o pai –, é que essa aproximação seja feita até que a verdade seja bem esclarecida.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Com muita honra, concedo uma aparte ao Senador Pedro Simon, que também tem em casa um Pedrinho, o que deve sensibilizá-lo bastante.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É verdade, Senador. Felicito-o pela importância do texto e pela

panhando o caso pela televisão e pelos jornais. Com toda a sinceridade, penso que, a essa altura dos acontecimentos, o que todos temos de colocar em primeiro lugar é a figura desse jovem. Esse jovem deve estar vivendo um drama terrível e não podemos permitir que os traumas o abalem pelo resto da vida. Ele já está sofrendo. Ele levava uma vida normal e tranqüila, pois não sabia de nada. Ele sofria a morte do pai há um mês quando apareceram os pais legítimos. Ele disse: “Perdi um pai e ganhei outro. Vou ter uma família maior. Vou viver com uma e com outra”. Mais ou menos, ele estabeleceu, dentro do coração e da alma dele, aquilo com que ele queria responder a esse problema por que está passando. Entretanto, de sexta-feira para cá, o que vem acontecendo na televisão... Meu Deus do céu, não sei os efeitos disso na personalidade dessa criança! Juro que não sei! A mãe adotiva foi isso, foi aquilo. Há uma série de fatos veiculados pela imprensa, que na verdade está cumprindo seu papel, sua missão, da qual fazem parte também a investigação e a descoberta da verdade. Mas, nessa questão, parece-me que, em primeiro lugar, o assunto foi resolvido, foi esclarecido. O mais importante já se deu: o drama dos pais que há 17 anos buscavam e tinham a expectativa e a certeza de que encontrariam o filho. O encontro aconteceu. Quanto à fórmula de convivência, eles chegarão a ela com a maior facilidade. Se prescreveu ou não, não sei, mas consideremos aquilo que o guri diz: “Não quero saber o que aconteceu; é minha mãe, estou com ela”. Se se pudesse fazer o entendimento, que já está feito entre o filho, a família dos pais verdadeiros e a mãe, que até ontem era mãe dele, se se pudesse fazer o entendimento, tirando do dia-a-dia, do oba-oba, esse massacre em cima dessa criança, seria algo muito importante. Seria realmente uma caridade. Tenho a convicção de estaríamos salvando um jovem e ajudando-o a vencer essa barreira, esse trauma, para que consiga levar adiante sua vida. Caso contrário, esse jovem dificilmente superará o que está ocorrendo. Esse é o meu apelo. O jovem já disse: “Quero os meus pais. Quero a minha mãe. Quero viver com os dois. Aumentou a minha família”. Não importa saber o que ocorreu ou não. Esse jovem completará 18 anos e escolherá o que deseja fazer de sua vida. Isso não lhe será imposto; ele escolherá o caminho a seguir. É muito melhor contornar a situação de maneira tranqüila, serena e pacífica do que esse jovem viver um trauma. Faço esse apelo à grande imprensa do Brasil por meio do importante pronunciamento de V. Ex^a.

Pedro Simon, a experiência fez com que V. Ex^a aprimorasse seu sentimento.

Nesse momento, há dois fatos importantes. Existe um fato jurídico já prescrito e que não traz benefício a ninguém. Basta saber como ocorreu o registro e encerrar a situação.

Primeiramente, afirmei que, desvendado o mistério que provocou dores e mais dores não apenas à mãe legítima, aos pais, mas a toda sociedade, os acontecimentos pertencem ao passado. O mais importante é ter de volta o Pedrinho, que na verdade já possui duas famílias. Entretanto, condenamos o afastamento da mãe adotiva, fazendo com que o menino permaneça mais tempo com ela e dando pouco acesso à família biológica na medida em que dificulta a comunicação.

A imprensa deveria encerrar esse caso. Os processos de registro da criança e de seqüestro necessitam ser arquivados a fim de que o caso não volte à tona, criando sérios problemas de consciência do próprio garoto, que, aos 16 anos, vive uma fase de transformação em sua vida.

Concordo plenamente com V. Ex^a. O crime foi descoberto, mas já está prescrito, conforme as leis brasileiras. É necessário haver um entendimento porque o garoto também tem seus sentimentos no que tange à mãe adotiva e principalmente a uma nova família, que é a legítima e procura dar-lhe esse carinho que ele tanto merece. A situação não precisa ser novamente debatida pela imprensa em quatro, cinco ou seis páginas seguidas. À proporção que o fato se esgota, novas assertivas são feitas e encaminhadas à imprensa, que sabe que esse assunto contribui muito para a venda de jornais. Automaticamente, divulgam-se notícias, recentes linhas de pesquisa e, conseqüentemente, a vida desse jovem complica-se ainda mais.

Assim, concordo plenamente com o que foi dito por V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Devem prevalecer os anseios de todo o povo, sobretudo do brasiliense, de maneira geral, que se sentiu compensado como se tivesse descoberto o próprio filho. Não se trata apenas do filho desse casal, mas de um filho de Brasília. Seqüestraram – por que não dizer? – um filho que pertence a toda uma geração brasileira. Sofremos juntos, e poderíamos, a partir de agora, dar por encerrado o caso, oferecendo uma contribuição no avivamento do relacionamento entre todas as famílias.

Por essa razão, Sr. Presidente, muito bem ilustrada pelo posicionamento inteligente do Senador Pe-

para reflexão de toda a Nação, principalmente do povo de Brasília, o fato ocorrido, que, na verdade, merece atenção muito especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos.

O Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, volto à tribuna desta Casa, com o propósito de comentar, mais uma vez, sobre o enfrentamento da questão social em nosso País e sobre as perspectivas futuras com o novo governo que assumirá em breve o comando do País.

Inicialmente, cabe ressaltar que temos uma interrogação básica em nossa análise, pois o público alvo dos gastos sociais, representado pela população mais carente, ainda não é objeto de uma quantificação uniforme por nossas instituições de pesquisa, públicas e privadas.

Enquanto o Banco Mundial estima em 15 milhões os brasileiros na faixa de indigência, o IPEA estima em 22 milhões; o Instituto da Cidadania, em 44 milhões; e a Fundação Getúlio Vargas, em 50 milhões, em função de critérios distintos. Em qualquer caso, os números são relevantes e demandam uma política mais firme e conseqüente para a solução do grave problema que a sociedade brasileira tem que enfrentar.

Somos um País com grande potencial econômico, contrastando com indicadores sociais lastimáveis, em termos de distribuição de renda e desigualdades sociais e regionais. Por isso, é fundamental gastar-se no social e gastar bem, o que não tem sido a tônica da atuação do Governo Federal.

O Presidente eleito Lula, tão logo confirmado nas urnas, anunciou que sua prioridade maior no governo será o combate à fome e para isso criará, inclusive, um órgão específico. É um bom sinal. A fome é sem dúvida o maior dos males do nosso País e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que está encerrando seu mandato, não demonstrou total empenho no trato dessa questão. Exemplo vivo disso é a execução orçamentária do Fundo de Combate e Erradicação da Fome, criado a partir de uma Comissão Mista do Congresso Nacional.

Quando pinçamos do Orçamento Geral da União para o ano de 2002 apenas os programas do

Fl

camos que embora estejamos no final do ano, a execução orçamentária não atingiu sequer 50%. Para ser exato, em média, os programas de combate à pobreza tiveram execução de 43%, segundo dados do SIAF de 1º de novembro, último.

O Programa de Saneamento básico, por exemplo, tem orçado R\$796 milhões, dos quais foram executados apenas R\$2.1 milhões, portanto, apenas 0,3%. No programa Energia das Pequenas Comunidade, no qual o Pará é um dos mais necessitados, de R\$167 milhões orçados, foram executados apenas R\$225 mil, o equivalente a 0,1%. Isso é um absurdo!

Sr. Presidente, não só nas questões de infraestrutura básica são encontrados os problemas sociais. O principal baluarte da cidadania, a Educação, ainda apresenta um quadro preocupante, uma vez que os dados oficiais do Censo 2000, do IBGE, revelaram a existência de 18 milhões de analfabetos, cerca de 11% de nossa população, índice altamente negativo, quando comparado aos nossos vizinhos, a Argentina com 3%, o Chile, com 4%, a Venezuela, com 7% e a Colômbia, com 8%.

A universalização da educação, não só para erradicação do analfabetismo, mas para a formação cultural mínima ao enfrentamento da vida adulta, plena e responsável, está ainda muito distante de uma grande parcela dos brasileiros, principalmente nas regiões menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste, que apresentam as piores estatísticas.

As crianças representam o nosso potencial fundamental de progresso no futuro e não podem ser abandonadas. Para tanto, é fundamental expandir a assistência nas aglomerações de baixa renda, atribuindo às creches e pré-escolas a função de amparo social, tanto para as crianças como para suas famílias, estimulando ações de proteção à saúde e outras correlatas.

Sabemos que a chance de uma criança sofrer de subnutrição é diretamente proporcional à falta de escolaridade e esclarecimento dos pais. Assim, ensinar os pais a educar representa um grande passo para a formação de melhores cidadãos, evitando os males previsíveis, de repetência e evasão escolar, mi-grando para o crescimento dos meninos e meninas de rua e da marginalidade e criminalidade entre os jovens.

A carência de ofertas de vagas na pré-escola é sensível, ainda que, como discorri de início, as estatísticas não sejam confiáveis. Os dados disponíveis indicam a necessidade de um aumento de 60% em tal oferta, em âmbito nacional, e, no meu Estado do

gas para o pleno atendimento de nossas crianças de zero a seis anos.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que também em relação à educação a execução orçamentária não anda muito bem. Até o início do mês de novembro, portanto, praticamente ao final do ano, apenas 65% de todo o orçado para a educação foi efetivamente executado. Isso inclui as despesas de manutenção e pessoal.

Mas veja, Sr. Presidente, como é curioso. Há poucos dias, quando se fecharam as contas do mês de setembro do governo central, comemorou-se um superávit extraordinário de R\$ 6.6 bilhões, o que representou, praticamente, o atendimento da meta acordada com o FMI para o ano todo. O superávit primário do governo central acumulado até setembro foi de R\$29.9 bilhões, enquanto que a meta para o ano de 2002 é de R\$30,1 bilhões.

Está claro, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que este resultado “extraordinário” nas contas do governo, que esta superação de metas, que tem rendido ao atual Presidente o título de “bom menino”, estão sendo alcançadas às custas do povo brasileiro e principalmente da sua população mais pobre e mais necessitada. É criminoso manter dinheiro em caixa para mostrar força e austeridade à especuladores, quando isso é feito em detrimento de repasses para programas que são de fundamental importância para o atendimento de demandas da população mais carente.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero afirmar aqui que é louvável a atitude do Presidente eleito, Lula, quando demonstra a sua preocupação com os miseráveis, ao declarar o combate à fome como sua prioridade primeira.

Lembro ainda, que embora a fome seja o pior dos males, existem ações em várias áreas do social: educação, saúde, saneamento, reforma agrária, entre outras importante para o combate das desigualdades sociais e regionais, que devem assumir prioridade no futuro governo.

Tenho a convicção de que precisamos tratar a questão social de maneira mais firme e mais séria. O Brasil não pode continuar sendo um País de contrastes, em que convivem belezas e progressos que encantam, ao lado de misérias que entristecem.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberati-

A sessão de amanhã será dedicada a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil da República, em face do transcurso do centenário do seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 513 de 2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores.

Esclarece ainda que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

A Presidência informa, ainda, que, amanhã haverá a votação das medidas provisórias que estão em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 58, de 2002, que *exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Carlos Alberto Rosado (PFL-RN), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e quanto ao mérito, favorável.

Relator Revisor: Senador

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002, proveniente da Medida Provisória 59, de 2002, que *dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro*

Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 25 de 2002, e contrário às Emendas nºs 1 a 3, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ).

Relator Revisor: Senador

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002, proveniente da Medida Provisória 61, de 2002, que *dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Herculanho Anghinetti (PPB-MG).

Relator Revisor: Senador

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2002, proveniente da Medida Provisória 62, de 2002, que *altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente*, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 27 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substi-

tui
Marinho (PFL-MA).

Relator Revisor: Senador

– 5 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com
a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de
Conversão nº 28, de 2002, proveniente da Medida
Provisória 69, de 2002, que dispõe sobre a proteção
de informação não divulgada submetida para aprova-
ção da comercialização de produtos e dá outras provi-
dências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma
do Projeto de Lei de Conversão nº 28 de 2002, incor-
porando integralmente a Emenda nº 14 e, parcial-
mente, a Emenda nº 11; e contrário às demais, profe-
rido no Plenário da Câmara dos Deputados, em sub-
stituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Hugo
Biehl (PPB-SC).

Relator Revisor: Senador

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2002-COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do
Senado nº 22, de 2002-Complementar)
(Em regime de urgência – art. 336, II, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 532, de 2002)
(Votação nominal)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei do
Senado nº 128, de 2002-Complementar, de autoria do
Senador Lúcio Alcântara, que altera dispositivos da Lei
Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que
dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Fed-
eral sobre operações relativas à circulação de mercadori-
as e sobre prestações de serviços de transporte inte-
restadual e intermunicipal e de comunicação, e dá ou-
tras providências, tendo

Parecer sob nº 1.017, de 2002, da Comissão
de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo
Souto, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que
apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Se-
nado nº 22, de 2002-Complementar, que tramita em
conjunto.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2002 - COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do
Senado nº 128, de 2002-Complementar)
(Em regime de urgência – art. 336, II, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 532, de 2002)

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002-Com-
plementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Va-
ladares e outros Senhores Senadores, que altera dis-
positivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setem-
bro de 1996, para regular a substituição tributária no
campo do imposto sobre operações relativas à circu-
lação de mercadorias e sobre prestações de serviços
de transporte interestadual e intermunicipal e de co-
municações.

– 8 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado
com o art. 338, IV, do Regimento Interno,
nos termos do Requerimento nº 533, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Reso-
lução nº 68, de 2002 (apresentado pela Comissão de
Assuntos Econômicos como conclusão de seu Pare-
cer nº 1.037, de 2002, Relator: Senador Carlos Bezer-
ra), que autoriza a União a conceder garantia à con-
tratação de operação de crédito externo no valor equi-
valente a até setenta e cinco milhões de dólares dos
Estados Unidos da América, de principal, entre a Cai-
xa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional
para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mun-
dial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Pro-
grama de Modernização do Setor de Saneamento –
PMSS II.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até
o encerramento da discussão.

– 9 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II,
combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno,
nos termos do Requerimento nº 534, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Reso-
lução nº 69, de 2002 (apresentado pela Comissão de
Assuntos Econômicos como conclusão de seu Pare-
cer nº 1.038, de 2002, Relator: Senador Romero
Jucá), que autoriza a União a conceder garantia, e o

Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União - ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 10 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que *introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário*, tendo

Pareceres sob nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral,

– 1º Pronunciamento: (sobre as Propostas): favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995, 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999, 1, 5, 20, de 2000 e 15, de 2001, que tramitam em conjunto; e

– 2º Pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195,

196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27 de junho passado, quando teve sua discussão encerrada, em primeiro turno, com apresentação de emendas.

– 11 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 21, DE 1995**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera dispositivos da Constituição Federal*.

– 12 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Althoff, que *acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*.

– 13 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 16, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias*.

- 14 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 21, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal*.

- 15 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 23, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que *acrescenta parágrafo art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros*.

- 16 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 33, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que *altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer*.

- 17 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 54, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Lúzia Toledo, que *acrescenta inciso ao art. 93 da Consti-*

tução Federal, para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.

- 18 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 62, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera a alínea a do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais*.

- 19 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 71, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal*.

- 20 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 74, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista tríplice à escolha do Procurador-Geral da República*.

- 21 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 81, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ney

Suassuna, que *altera a competência do Superior Tribunal de Justiça*.

– 22 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 92, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 81, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais*.

– 23 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências*.

– 24 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas*.

– 25 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Se-

bastião Rocha, que *altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo*.

– 26 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que *altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição*.

– 27 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2002**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que *cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior, tendo*

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

– 28 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2002**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que *altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação), tendo*

Parecer favorável, sob nº 486, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 380, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2001, *que outorga permissão à Fundação Sônia Ivar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Brazlândia - DF*, tendo

Parecer favorável, sob nº 9, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury.

– 30 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 206, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2002 (nº 1.287/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “Cultura e Saúde” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 747, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 31 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2002 (nº 1.294/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 748, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Arlindo Porto.

– 32 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2002 (nº 1.168/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte*, tendo

missão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 33 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 239, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2002 (nº 1.008/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Metrópole a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradina, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob o nº 925, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

– 34 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 240, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2002 (nº 1.019/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Três Fronteiras “ACTF” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob o nº 926, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

– 35 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2002 (nº 1.024/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 806, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valmir Amaral.

– 36 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2002 (nº 1.047/2001, na Câ-

m:

a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 927, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 37 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2002 (nº 1.052/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Extremoz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte, tendo*

Parecer favorável, sob o nº 928, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 38 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 245, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2002 (nº 1.218/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro, tendo*

Parecer favorável, sob o nº 929, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

– 39 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 257, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2002 (nº 1.170/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Corbélia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, tendo*

Parecer favorável, sob nº 755, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 258, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2002 (nº 1.214/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Parque Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo*

Parecer favorável, sob o nº 933, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduard de Siqueira Campos.

– 41 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 259, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2002 (nº 1.252/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN ACCCSM/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte, tendo*

Parecer favorável, sob nº 934, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marina Silva.

– 42 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 261, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2002 (nº 978/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Santa Albertina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo, tendo*

Parecer favorável, sob nº 935, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 43 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 264, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2002 (nº 1.106/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Indiará – Goiás (Rádio Educativa FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiará, Estado de Goiás, tendo*

são de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 44 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2002 (nº 1.128/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Pirapozinho a executar*

rapozinho, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 936, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 22 minutos.)

(OS 19938/02)

SENADO FEDERAL

Ata da 130ª Sessão Deliberativa Ordinária em 19 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lindberg Cury – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pastore – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Olivir Gabardo – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos do **Requerimento nº 513, de 2002**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, o tempo dos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a memória do Dr.

Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, comemoramos, neste ano de 2002, o centenário de falecimento de Prudente José de Moraes e Barros, o primeiro Presidente da República civil, que governou o Brasil de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898.

Prudente de Moraes nasceu em Itu, São Paulo, em 4 de outubro de 1841, mas desenvolveu a maior parte de suas atividades profissionais e políticas na cidade de Piracicaba, onde faleceu em 3 de dezembro de 1902.

Sr. Presidente, exatamente pelo extraordinário significado que tem para Piracicaba a vida, a obra e o exemplo de Prudente de Moraes é que se encontra neste Plenário do Senado Federal o Exm^o Sr. Prefeito de Piracicaba, José Machado, acompanhado de sua Chefe de Gabinete, Sr^a Ester Silvestre da Rocha, vereadora em Piracicaba. O Sr. José Machado, ex-Deputado Federal, é um dos principais membros da história do Partido dos Trabalhadores, com o qual muito contribuiu, inclusive na campanha do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. S. Ex^a foi o responsável pela coordenação da campanha do candidato ao Governo de São Paulo, José Genoíno, campanha que surpreendeu a todos os paulistas.

Está também presente, representando os familiares de Prudente de Moraes, a professora Maria da Glória Silveira Melo, bisneta do Presidente Prudente de Moraes, e diversos representantes de Piracicaba. Estão aqui professoras e estudantes, inclusive mem-

bro da comissão formada com vistas à comemoração do centenário, como a professora Marly Therezinha Germano Perecin, Moacir Nazareno Monteiro, José Chabregas e outros que vieram e ocupam tanto o plenário, como a tribuna de honra do Senado Federal.

Advogado, formado na tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Prudente de Moraes fazia parte do mais ativo e coeso grupo de republicanos: o núcleo paulista, de onde se espalhou a “maré republicana”.

Essas lutas visavam à reforma política, à implantação do federalismo, à abolição do trabalho escravo, à revogação dos privilégios da sociedade aristocrática imperial, com suas relações de senhores e escravos, em que despontava a casa-grande e a senzala, os sobrados e os mocambos e o latifúndio improdutivo.

Como afirmava o **Manifesto Republicano** de 1870, havia “privilégios em todas as relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso País –, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos”.

Podemos dizer que a República, a **res publica**, a coisa pública, civil e democrática, o governo do povo, com o povo e pelo povo, abolindo a tirania, a aristocracia e a oligarquia, começa, verdadeiramente, no Brasil, com a eleição direta de Prudente de Moraes, que obteve 276.583 votos.

Precisamos lembrar que, naquela oportunidade, o direito de voto ainda estava longe de atingir o que hoje é o sufrágio universal, que inclui, por exemplo, os de 16 anos e os não-alfabetizados. As mulheres, os que não detinham a propriedade, como os mendigos, os membros do clero, os soldados, naquela época, não podiam votar.

A Constituição de 88 estendeu muito o direito de voto. Com certeza, Prudente de Moraes estaria contente em ver que cento e poucos milhões de brasileiros, em outubro último, compareceram às urnas, no pleito em que Luiz Inácio Lula da Silva disputou com José Serra, Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José de Almeida e o representante do PCO – todos honraram a disputa.

O historiador Hélio Silva assim se refere a Prudente de Moraes: “Republicano da propaganda, deputado constituinte, presidente da primeira Assembléia Constituinte republicana, teve o seu nome levantado como uma bandeira, para se contrapor à candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca. Vencido no pleito que se travou em um recinto infestado por agen-

tes de polícia, à paisana, armados, e cercado por fora de tropa do Exército, Prudente de Moraes volta a atuar desassombradamente no protesto ao fechamento desse mesmo Congresso por Deodoro, volta a lutar contra Floriano e a ditadura militar”.

Homem íntegro, de caráter firme, sem desvios, Prudente de Moraes enfrentou a oposição dos militares que desejavam a continuidade do Governo Floriano Peixoto.

“Não era tarefa agradável nem fácil governar após dois períodos de ditadura militar. A oficialidade que cercava os donos do poder não aceitava a mudança. O poder militar continuava vigilante, vendo inimigos do regime em qualquer manifestação contrária. A guerra civil talhava as coxilhas do Sul e escalavrava as serras do Nordeste. O descontentamento na Armada, com sua oficialidade oriunda, em grande parte, das famílias monarquistas, não se aquietara com a morte de Saldanha da Gama. Canudos seria o primeiro genocídio da história política brasileira. Mas tudo e todos culpavam Prudente pelo que fazia e deixava de fazer. O vice-presidente da República, Manuel Vitorino estava envolvido em uma conspiração para a deposição do primeiro presidente civil”.

Prudente de Moraes, doente, teve de se afastar do cargo para tratamento de saúde, sendo substituído pelo Vice-Presidente, Manuel Vitorino Pereira, que resolveu assumir uma atitude de titular do cargo, com seus ministros, programa próprio e independente, nada parecido com um substituto eventual. Avisado por amigos do rumo dos acontecimentos e dos objetivos golpistas do Vice-Presidente, resolve, sem alarde e mesmo com sacrifício da saúde, reassumir a Presidência da República, após quase quatro meses de afastamento, reafirmando o princípio da autoridade civil e a majestade da Presidência da República.

Prudente de Moraes, considerado o mais puro dos republicanos, era um homem prudente não apenas no nome, mas nas atitudes, no caráter firme, austero, sereno, imparcial, com uma personalidade singular, sem contradições e sem desvios.

Era um homem solitário, porém solidário com os seus companheiros, pelos quais era respeitado, exercendo uma verdadeira liderança afirmativa, determinada e sem precipitação.

Seus objetivos e sua missão eram claros e determinados: criar a República, com o povo elegendo democraticamente o Presidente da República, pelo voto direto.

Prudente de Moraes poderia ter sido eleito Presidente da República já na Assembléia Constituinte,

não fosse a pressão militar que se formou contra sua candidatura, pois obteve 97 votos contra 129 do Marechal Deodoro, no dia 25 de fevereiro de 1891.

Mas há certas coisas, na história, que acabam bem, porque "Prudente de Moraes saiu vencido, mas não derrotado no pleito presidencial. Ele fora a expressão da resistência civil ao novo golpe militar, que era a imposição de Deodoro".

Em 15 de julho de 1891, instala-se a 1ª Sessão Ordinária do Congresso da República, e Prudente de Moraes é eleito Vice-Presidente do Senado. (A Presidência do Senado cabia ao Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto).

"A candidatura de Prudente surgiu da escolha natural das forças políticas, impressionadas com a firmeza de suas atitudes e a dignidade com que se desempenhava em todos os mandatos. Talvez não houvesse, no momento, ninguém cujo nome pudesse ser apresentado para enfrentar o enigma que a custo se vislumbrava nos corredores sombrios do Palácio do Governo".

De forma natural, a candidatura de Prudente de Moraes surgiu entre as forças políticas, impressionadas com a firmeza de suas atitudes e a dignidade com que se desempenhava de todos os mandatos.

A chegada ao Rio de Janeiro, no dia 2 de novembro de 1894, para tomar posse na Presidência da República no dia 15 de novembro, foi um acontecimento realmente atípico: não houve nenhum destaque no noticiário da imprensa, nenhum representante de autoridades, nem políticos, nem mesmo o povo.

O que poderia ser chamado, talvez inadequadamente, de processo de transição, certamente não foi suave: Prudente de Moraes telegrafou a Floriano Peixoto, solicitando uma audiência para, como Presidente eleito, tratar de assuntos da administração pública. Diferentemente do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem realizado a transição de forma muito democrática e civilizada, já tendo recebido, por inúmeras vezes, o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muitos dias depois, Floriano respondeu que oportunamente marcaria a audiência.

Chegou a data da posse, sem que a oportunidade ocorresse, não se realizando o encontro entre Floriano Peixoto e Prudente de Moraes.

O ambiente mais do que frio, porque hostil, que Prudente encontrou não era ocasional. Floriano abandonara o Itamaraty desde a véspera, ausentando-se das solenidades da posse e transmissão de poderes ao seu sucessor. Os correspondentes estrangeiros chegaram a noticiar que as tropas haviam saí-

do dos quartéis competentemente municiadas e de armas embaladas, o que não seria natural para uma solenidade festiva.

Felizmente, agora, as coisas se darão de maneira diferente.

"No dia 15 de novembro, Prudente, trajado de acordo com o protocolo, aguardou, no hotel, que o vissem buscar. Só apareceu André Cavalcanti, convidado para chefe de polícia do seu governo. Esperaram. Quando se convenceu de que não vinha ninguém, pediu ao amigo que se desse ao incômodo de ir ao Largo do Machado buscar condução. Veio o fiacre que ele conseguiu, um calhambeque em péssimo estado, o cocheiro mal-ajambrado, e duas pilecas maltratadas. Foi nesse veículo sem pompa que o novo presidente se transportou para o velho Palácio do Conde de Arcos onde prestou o compromisso legal. Acabada a cerimônia, o representante da Inglaterra, sabendo que o Presidente da República estava sem condução, ofereceu a sua esplêndida carruagem. Nela Prudente se transportou para a sede do governo".

Nessa mesma data de 15 de novembro de 1894, o Presidente Prudente de Moraes divulga o manifesto em que anuncia os princípios de seu governo: "O lustro de existência, que hoje completa a República Brasileira, tem sido de lutas quase permanentes. A vitória da República foi decisiva para provar a estabilidade das novas instituições. A República está firmada na consciência nacional – lançou raízes tão profundas que jamais será daí arrancada".

O período de governo de Prudente de Moraes representou a passagem do poder militar para o poder civil, da classe militar para a classe política, que se estava organizando.

Restabelecer a paz, afirmava Prudente de Moraes: "O melhor serviço que, na atualidade, posso prestar à República".

Mas a saúde de Prudente ressentia-se com o agravamento da crise política. No início de 1896, seu estado de saúde agravou-se. Em outubro, submeteu-se a uma intervenção cirúrgica para extrair cálculos da bexiga. A convalescença teria de ser demorada. Em 11 de novembro de 1896 passa o Governo ao Vice-Presidente Manoel Vitorino, adversário político de Prudente de Moraes e apontado como chefe da conspiração dos que se opunham à sua política.

Em 4 de março de 1897, Prudente de Moraes desembarca do trem vindo de Teresópolis. Vêm, com ele, apenas pessoas da família. Repete-se a cena da primeira posse, sem recepção oficial ao Presidente da República.

Além de todas as dificuldades com a classe militar, com a guerrilha no Rio Grande do Sul e o problema de Canudos, Prudente ainda teve de enfrentar o Vice-Presidente, Manoel Vitorino (considerado o chefe da conspiração que tentou assassinar o Presidente), que pretendia ocupar a presidência definitivamente, em decorrência da doença de Prudente.

Adversários procuravam responsabilizar o Governo de Prudente de Moraes pela incapacidade de reprimir os jagunços de Canudos, explorando as idéias monarquistas de Antônio Conselheiro.

O jornal **O Estado de S. Paulo** afirmava: “Tra-se da restauração; conspira-se; forma-se o Exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parrelhas com o mal. A Monarquia arma-se? Que o Presidente chame às armas os republicanos”.

A **Gazeta de Notícias** publicava: “Não há quem, a esta hora, não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a Unidade do Brasil”.

“Canudos convertera-se em uma neurose nacional. Exigiam-se providências, reclamavam-se medidas, gritava-se por um desagravo para os três sucessivos desastres. A verdade vinha deformada. Os guerrilheiros de Antônio Conselheiro eram fanáticos, endemoniados, a que misteriosas fontes proviam de recursos bélicos inesgotáveis, porque prontamente reabastecidos. Chefes militares de prestígio não se arreceavam de afirmar que havia instrutores estrangeiros dirigindo as manobras dos guerrilheiros. Afirmava-se, com segurança, que homens de recursos financiavam a rebelião e a proviam de armas modernas, de procedência estrangeira, as hostes prontamente adestradas por aqueles instrutores. A honra do Exército estava em jogo. Vencera no Paraguai, por que não vencia em Canudos? A República estava em perigo. Corramos a salvá-la”.

Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões* – obra que completa 100 anos em 2 de dezembro do corrente – foi um dos incentivadores da guerra fratricida de Canudos. Entretanto, ao final de sua vida, “termina por condenar a guerra, no fecho do livro, dizendo que os canudenses deveriam ter sido tratados a cartilha e não a bala...”

Ainda em “Os Sertões”, há uma passagem em que Euclides da Cunha registra: “O presidente por sua vez quebrou a serenidade habitual: Sabemos que, por detrás dos fanáticos de Canudos, trabalha a política. Mas nós estamos preparados, tendo todos os meios para vencer seja como for contra quem for”. Essa passagem parece demonstrar que Prudente de

Moraes desejava um desfecho mais humano para a campanha de Canudos.

O Vice-Presidente Manoel Vitorino preparava-se para uma longa estada na Presidência da República, mudando até mesmo a sede do Governo, saindo do antigo Palácio Itamaraty para o Palácio do Conde de Nova Friburgo, que passaria a ser chamado de Palácio do Catete.

Nos quase quatro meses de afastamento de Prudente de Moraes, as crises agravaram-se: a terceira expedição a Canudos foi derrotada e massacrada, com a morte de importantes comandantes e oficiais do Exército.

O Presidente Prudente de Moraes sofreu um atentado: um soldado, portando uma pistola, saltou rápido apontando para o peito do Presidente, que conseguiu desviar com a cartola o cano da arma. O Coronel Mendes de Moraes desembainhou sua espada golpeando o soldado, enquanto o Ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt, tentava dominá-lo, porém foi esfaqueado e morto pelo soldado.

Aliás, sobre esse episódio há, pelo menos, duas versões, e os livros de história contam outra versão, que aqui registro, porque, em diálogo com a Prof^a. Marly Terezinha Germano Perecin, foi-me esclarecido que as duas versões constam como tendo ocorrido. Quem sabe a Prof^a. Maria da Glória Silveira Melo possa esclarecer qual das duas de fato é a verdadeira.

Vou ler a segunda versão que os livros de história que pesquisei registram.

“Acabavam de desembarcar na ponte do trapiche do Arsenal de Guerra o Sr. Presidente da República, ladeado pelo Sr. Marechal Ministro da Guerra e Coronel Luiz Mendes de Moraes, Chefe da Casa Militar. Grande número de oficiais de todas as patentes o acompanhavam. O povo abria alas à passagem do venerado Chefe da Nação. Os vivas esturgiram nos ares e as bandas de músicas fizeram ouvir o Hino Nacional. As últimas notas deste acabavam de soar, quando um clamor se elevou do grupo de que fazia parte o Sr. Dr. Prudente de Moraes. O soldado Marcelino B. de Miranda, 3^a Companhia do 10^o Batalhão de Infantaria, armado de uma pequena faca, investira contra o Sr. Presidente da República. Neste momento, o Sr. Marechal Ministro da Guerra, em um rasgo de sublime heroicidade, colocou-se entre o soldado e a cobiçada vítima dos furores jacobinos, protegendo-se com o seu corpo e com a sua espada. A arma homicida penetrou fundo no coração do bravo e leal Ministro. O Coronel Mendes de Moraes, procurando também defender o Presidente da República, recebeu grave ferimento no baixo ventre esquerdo. As espadas dos

oficiais saíram das bainhas e ameaçaram de morte o miserável assassino, que deveu a sua vida ao Sr. Presidente da República, que declarou que o assassino pertencia à Justiça. Era uma hora e cinco minutos da tarde. Toda essa cena, rápida, mais rápida do que o tempo que gastamos em descrevê-la, passou-se sob uma amendoeira que defronta com o portão da Minerva. Três minutos depois era cadáver o Sr. Marechal Carlos Machado Bittencourt, que foi conduzido nos braços de diversos oficiais e paisanos para a sala das entradas da Intendência da Guerra, de onde mais tarde foi transportado para a capela do Arsenal. O seu cadáver está coberto com a bandeira nacional, e diversos amigos e parentes velam à sua cabeceira. O Sr. Coronel Mendes de Moraes foi conduzido para a sua casa em padiola, carregado por 4 oficiais e acompanhado por uma força do 10º Batalhão. O assassino, bastante machucado, em consequência da resistência oposta no ato de prisão, foi recolhido ao xadrez do Arsenal, onde está incomunicável.

Cidade do Rio, 5 de novembro de 1897.”

Nesse atentado, estavam envolvidas, como mandantes do crime, pessoas importantes, inclusive o Vice-Presidente da República.

Prudente de Moraes enfrentou também uma difícil situação diplomática, pois um cruzador inglês ocupara a Ilha de Trindade em julho de 1895, sob a alegação de que ali seria colocado um cabo submarino argentino.

Em 15 de novembro de 1898, Prudente de Moraes encerra seu mandato, descendo as escadas do Palácio do Catete aplaudido pelo povo, que reconheceu o grande brasileiro, o homem íntegro, leal, de grande coragem cívica, capaz de sacrificar a vida em prol dos ideais democráticos e republicanos e do futuro da Pátria.

O Brasil muito deve a Prudente de Moraes. Seu exemplo de vida não pode ser esquecido, principalmente neste momento em que as novas gerações tanto precisam de modelos de dignidade e patriotismo para transformarmos o Brasil não num remoto país do futuro, mas na nação de todos os brasileiros, em que a igualdade, a solidariedade e a fraternidade sejam os alicerces de um novo país.

Dentro de alguns dias, estaremos comemorando o centenário da obra monumental de Euclides da Cunha. Devemos aproveitar a ocasião para também refletir sobre os difíceis momentos do mandato do Presidente Prudente de Moraes. Precisamos tirar lições dos momentos de tragédia impostos a um povo tão humilde que lutava pela formação de uma comunidade mais solidária em Canudos, sob a direção de Antônio Conselheiro – uma pessoa que leu “Utopia”,

de Thomas Morus, e que estava imbuída de altos propósitos, mas que foi vista, naquela ocasião, como um rebelde que queria restaurar a monarquia. Se fossem outras as circunstâncias, talvez não tivessem as Forças Armadas brasileiras compreendido os acontecimentos da forma como os compreendeu. Quem sabe tivessem encontrado outra fórmula – como depois veio a falar o próprio Euclides da Cunha – que não fosse dizimar aquela população.

Gostaria, a propósito, de convidar todos os presentes para assistir à estréia de *Os Sertões*, no Teatro Oficina, sob a direção de José Celso Martinez Corrêa, no próximo dia 2 de dezembro, às 18 horas. A brilhante descrição dos acontecimentos que nos deixou como legado Euclides da Cunha nos dará oportunidade para refletirmos sobre aqueles episódios. Teremos oportunidade também de refletir sobre a extraordinária contribuição de um homem que tudo fez para que o Brasil pudesse se transformar numa sociedade democrática, justa e civilizada.

Tendo em mente os ideais pelos quais lutou em sua vida, tenho certeza de que o Presidente Prudente de Moraes estaria muito contente diante dos acontecimentos de outubro de 2002 e da transmissão da faixa presidencial pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – só não sabemos ainda se a posse será no dia 1º ou no dia 6 de janeiro. Tenho certeza de que o Presidente Prudente de Moraes ficaria muito feliz de poder presenciar este momento. Creio que esse também é o pensamento de sua bisneta, que hoje nos honra com sua presença, a Profª. Maria da Glória Silveira Mello.

Profª. Glória, a senhora está convidada para representar o seu bisavô quando da passagem da faixa presidencial pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em nome desta Casa, a Presidência se associa às homenagens prestadas pelo Senador Eduardo Suplicy e suspende a sessão por cinco minutos para que a Srª Maria da Glória Silveira Mello, bisneta do homenageado, receba os cumprimentos dos presentes.

(Suspensa às 15 horas e 4 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 7 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE**PROJETO RECEBIDO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 562, DE 2002**

(nº 1.719/2002.na Câmara Dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO SOGIPA DE COMUNICAÇÕES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 690, de 14 de novembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 13 de julho de 1998, a permissão outorgada à Fundação Sogipa de Comunicações para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.963 DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissão para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 415, de 31 de julho de 2000 – Itacaité Radiodifusão Ltda., a partir de 12 de julho de 1992, na cidade de Belo Jardim-PE;

2 - Portaria nº 617, de 4 de outubro de 2000 – Rádio Cultura de Linhares Ltda., a partir de 7 de março de 1995, na cidade de São Mateus-ES;

3 - Portaria nº 690, de 14 de novembro de 2000 – Fundação Sogipa Comunicações, a partir de 13 de julho de 1998, na cidade de Porto Alegre-RS; e

4 - Portaria nº 691, de 14 de novembro de 2000 – Rádio Studio 1 FM Ltda., a partir de 16 de setembro de 1998, na cidade de Mirassol-SP.

Brasília, 21 de dezembro de 2000



EM nº 536 /MC

Brasília, 22 de novembro de 2000

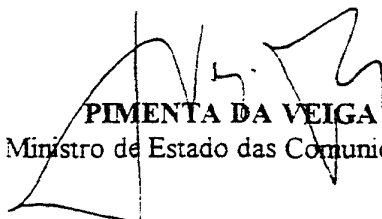
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 690, de 14 de novembro de 2000, pela qual renovei a permissão outorgada à Fundação Sogipa de Comunicações, pela Portaria nº 174, de 11 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial da União em 13 subsequente, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53790.000453/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente,



PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 690 , de 14 de novembro de 2000


O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000453/98, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de julho de 1998, a permissão outorgada à Fundação Sogipa de Comunicações, pela Portaria nº 174, de 11 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial da União em 13 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PIMENTA DA VEIGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER CONJUR/MC Nº 1631 /00

Referência: Processo nº 53790.000453/98

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul

Interessada : **Fundação Sogipa de Comunicações**

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo final em 13.07.98. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de permissão, formulado pela Fundação Sogipa de Comunicações, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A outorga em questão foi deferida à entidade conforme Portaria nº 174, de 11 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial da União em 13 subsequente.

3. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 224/98, fls. 29/31, dos autos.

4. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/RS, concluo, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o seguinte:

- a entidade obteve autorização para modificar o seu quadro diretivo conforme Portaria nº 108, de 30 de julho de 1998, ficando assim constituído:

Presidente

Milton de Souza Dri

Diretor Financeiro

Frederico Milton Schneider

Diretor Secretário

Normélio David Eckert

5. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.


6. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

7. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos, acompanhados de minuta dos atos próprios, à consideração do Exmº Sr. Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

8. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º, do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer "sub censura".

Brasília, 25 de outubro de 2000.


FLÁVIA CRISTINA DOS SANTOS ROCHA
Coordenadora

À Comissão de (Educação)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.122

Brasília, 21 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar cópia do Dossiê nº 877/5ª CCR, elaborado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata do procedimento adotado pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro em relação ao Relatório Final da Comissão Temporária do Senado Federal, relativas a Obras Inacabadas, e solicitar cópia da documentação produzida pela mencionada comissão referente ao Município de Petrópolis – RJ, visando dar prosseguimento ao procedimento administrativo em curso naquela Procuradoria da República.

Aproveito a oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

OF. SF Nº 1.196/2002

Brasília, 18 de novembro de 2002

Senhor Procurador-Geral,

Reporto-me ao Ofício PGR/GAB nº 1.122, de 21 de outubro último, dessa Procuradoria-Geral, que passo a responder.

Tão logo de posse da solicitação de V. Exª, a Secretaria-Geral da Mesa desta Casa determinou à Subsecretaria de Arquivo que promovesse pesquisa ao acervo da Comissão Temporária das Obras Inacabadas, criada mediante o Requerimento nº 651, de 1995. Obteve, em resposta (conforme cópia de ofício anexa), a informação de que não haviam sido encontrados documentos relativos a obras da cidade de Petrópolis, mas tão-somente uma referência a elas no Relatório Final da Comissão, a mesma mencionada por V. Exª em seu expediente.

Prosseguindo seus esforços no sentido de atender ao pedido de V. Exª, o Secretário-Geral da Mesa analisou o Relatório Final da referida Comissão, pu-

blicado no Suplemento ao **Diário do Senado Federal** nº 035, de 23 de novembro de 1995, e constatou o seguinte:

1) Segundo consta às páginas 13/14 do referido Relatório, a Comissão, objetivando levantar informações sobre as obras paralisadas existentes no País, encaminhou formulários às autoridades responsáveis pela execução de obras que se encontravam nessas condições, nos três níveis de governo. No âmbito da União, foram consultados Ministros de Estado, autoridades equivalentes do Poder Executivo e Presidentes de Tribunais Superiores. No âmbito dos Estados, consultaram-se Governadores e Prefeitos. As informações recebidas por meio dos formulários preenchidos foram consolidadas no “Inventário das Obras Inacabadas”, constante do Anexo A do mesmo Relatório, às páginas 79/391;

2) conforme registrado nas “Notas Explicativas” do mesmo Anexo A, às páginas 79, os formulários referentes a obras de Petrópolis apresentam campos incompletos, porque o Estado ou Ministério a quem coube preenchê-los não forneceram as informações pertinentes, esclarecimento este reiterado várias vezes no Relatório, conforme se vê às páginas 7 (“Apresentação”) e 14 (“Metodologia Utilizada”);

3) alguns formulários incompletos foram complementados com dados colhidos pela Comissão, em visitas e inspeções realizadas em todos os Estados (páginas 8/9 – “Apresentação”). Não foi, contudo, o caso de Petrópolis, uma vez que a Comissão, em sua visita ao Estado do Rio de Janeiro, não compareceu a essa cidade, conforme se depreende do sumário de viagens feitas pela Comissão, constante às páginas 15/19; e

4) com o intuito de estabelecer uma escala de prioridades para a retomada dessas obras, a Comissão buscou definir, junto “às autoridades estaduais e com algumas bancadas no Senado Federal”, as obras prioritárias de cada unidade da Federação, do que resultou a listagem apresentada às páginas 23/64. Não coube, portanto, à Comissão a responsabilidade pela indicação das obras prioritárias, mas sim aos Governos e bancadas estaduais, conforme ressaltado à página 22 (“6. Resultados das inspeções realizadas e definições das obras prioritárias em cada unidade da Federação”). Da lista de obras consideradas prioritárias no Estado do Rio de Janeiro não consta nenhuma obra de Petrópolis, segundo se vê às páginas 53/54.

Foram esses os motivos por que a Secretaria-Geral da Mesa desta Casa não encontrou documentação mais detalhada a respeito do assunto objeto da solicitação de V. Ex^a.

Colocando-me à disposição para outras informações que se fizerem necessárias, reitero a V. Ex^a protestos de estima e consideração.

Senador **Ramez Tebet**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A autarquia requerente foi atendida em 18.11.2001, mediante o Ofício SF nº 1.196, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2002, que acaba de ser lido, tramitará com o prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e, de acordo com o art. 122 do Regimento Interno, poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, 2002

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), para assegurar o exercício do sufrágio aos condenados cuja sentença não transitou em julgado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) passa a vigorar acrescida do artigo 136-A, nos termos seguintes:

Art. 136-A. Deverão ser instaladas seções em estabelecimentos prisionais que abriguem detentos cuja pena não transitou em julgado, em número não inferior a cinquenta, competindo ao juiz eleitoral, em acordo com o diretor do estabelecimento, a determinação do local de seu funcionamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O problema do exercício do direito ao sufrágio pelas pessoas condenadas, mas cuja sentença não transitou em julgado, assim como pelos condenados submetidos a livramento condicional ou à suspen-

são condicional da pena vem sendo discutido em nosso País há bastante tempo. Existe, na cidadania, um sentimento, que nos parece direcionado a consolidar-se, de que a pena acessória de cassação dos direitos políticos, aplicada a todos os condenados por infrações penais, é irrazoável e injusta, além de não contribuir para a ressocialização dos detentos.

Além disso, a pena aplica-se também aos que ainda não foram condenados de forma definitiva, o que agrava, ainda mais, sua iniquidade. Cumpre, pois, modificar a legislação para permitir, quando menos, o direito de voto aos condenados cuja pena ainda não transitou em julgado.

Dentre os argumentos que podem sustentar a tese que ora adotamos, ressalto, em primeiro lugar, o cidadão cuja sentença não transitou em julgado e não é ainda, tecnicamente, culpado pelo delito de cuja prática é acusado. Desse modo, não pode ser punido em razão de uma acusação que, mais tarde, poderá ser considerada improcedente.

Em segundo lugar, o tema da suspensão do exercício do direito político ativo – o direito de votar – não é suscitado quando do processo penal. Trata-se, desse modo, de uma restrição a direito individual imposta ao cidadão – uma pena – da qual a parte não se defendeu, durante o processo. É imposta, assim, como pena acessória imediata e obrigatória, sem que nem mesmo o representante do Ministério Público ou o magistrado possam avaliar, caso a caso, a sua conveniência.

Por tais razões, estamos propondo o presente projeto de lei, cujo sentido é assegurar aos cidadãos que se encontrem na situação a que ora nos referimos o exercício do direito político ativo, quando da realização de eleições. Essa proposição contribui, igualmente, conforme entendemos, para a ampliação da representatividade dos entes públicos, à medida que amplia o colégio eleitoral. Não se deve exigir atestado de bons antecedentes do eleitor, até porque o fato de um cidadão ter cometido, eventual ou circunstancialmente, determinado delito, não faz dele inimigo da Pátria ou incapaz de contribuir para a democracia no País.

Consideramos, por tais motivos, que a proposição que ora apresentamos contribui para o aperfeiçoamento de nossa ordem jurídica, sobretudo quanto à ampliação do exercício dos direitos de cidadania.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2002. –
Mozarildo Cavalcanti.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral**PARTE PRIMEIRA****Introdução**

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução.

TÍTULO IV**Da Votação****CAPÍTULO I****Dos lugares da votação**

Art. 135. Funcionarão as mesas receptoras nos lugares designados pelos juizes eleitorais 60 (sessenta) dias antes da eleição, publicando-se a designação.

§ 1º A publicação deverá conter a seção com a numeração ordinal e local e que deverá funcionar com a indicação da rua, número e qualquer outro elemento que facilite a localização pelo eleitor.

§ 2º Dar-se-á preferência aos edifícios públicos, recorrendo-se aos particulares se faltarem aqueles em número e condições adequadas.

§ 3º A propriedade particular será obrigatória e gratuitamente cedida para esse fim.

§ 4º É expressamente vedado o uso de propriedade pertencente a candidato, membro do diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial bem como dos respectivos cônjuges e parentes, consangüíneos ou afins, até o 2º grau, inclusive.

§ 5º Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral não poderão ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público.

§ 6º Os Tribunais Regionais, nas capitais, e os juizes eleitorais, nas demais zonas, farão ampla divulgação da localização das seções.

Art. 136. Deverão ser instaladas seções nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos, e nos leprosários, onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores.

Parágrafo único. A mesa receptora designada para qualquer dos estabelecimentos de internação coletiva deverá funcionar em local indicado pelo res-

pectivo diretor; o mesmo critério será adotado para os estabelecimentos especializados para proteção dos cegos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que integrarei a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2002. – Senador **Olivir Gabardo**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª será inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, nesta data, fazer um registro do aniversário da Polícia Federal e gostaria de começar fazendo um histórico da mesma.

Com a mudança da Capital Federal, em 1960, o então Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) transferiu-se para Brasília, passando a ter efetivamente atribuições em todo o território nacional, conforme dispôs a Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, sendo, então, a data que marca o início da existência da instituição.

No entanto, foi através do Decreto-Lei nº 200, editado em 25 de fevereiro de 1967, que o antigo DFSP passa a se chamar Departamento de Polícia Federal – DPF, que, ao longo dos anos, ganhou atribuição legal como a Polícia Judiciária da União.

Atualmente o Departamento de Polícia Federal está inserido na estrutura do Ministério da Justiça e tem competência estabelecida no art. 144, § 1º, incisos de I a IV, da Constituição Federal, e também na legislação infraconstitucional.

Constitucionalmente, é o DPF o responsável pelo combate ao narcotráfico, ao contrabando e descaminho; pelo controle das fronteiras, portos e aeroportos; pela emissão de passaporte e registro de estrangeiros; pelo controle e fiscalização da segurança privada e atua também na proteção para assegurar a integridade física de autoridades e diplomatas estrangeiros.

Outra atribuição de relevância da Polícia Federal é exercer com exclusividade a função de polícia judiciária eleitoral, além de também atuar contra crimes na organização do trabalho, inseridos nesse contexto a repressão ao trabalho escravo e os que expõem o trabalhador a condições degradantes. Ainda são de competência do DPF o combate aos crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, crimes contra o Sistema Financeiro, falsificação de moeda, previdência social, violação aos direitos humanos, crimes contra a vida e o patrimônio das comunidades indígenas, crimes contra o meio ambiente e outros delitos que tenham repercussão interestadual ou internacional.

Para desenvolver suas atividades operacionais, o Departamento de Polícia Federal (DPF) conta ainda com o apoio da Coordenação-Geral de Aviação Operacional (CGAV), que possui aviões e helicópteros com pessoal treinado e preparado para atuar em operações policiais, e da Coordenação-Geral do Comando de Operações Táticas (CGCOT), que é formado por um grupo de policiais de elite altamente treinados e preparados para missões de alto risco. O COT é considerado o melhor grupo tático da América Latina e um dos melhores do mundo, com treinamentos junto ao FBI e a **SWAT** da Polícia de Miami, na Flórida, Estados Unidos, e também ao Departamento de Estado do Governo dos EUA.

Na área técnica, a Polícia Federal conta com o Instituto Nacional de Criminalística, o Instituto Nacional de Identificação, a Coordenação-Geral de Telemática e a Academia Nacional de Polícia (ANP), a qual é responsável pela formação e aperfeiçoamento dos policiais federais e de servidores de instituições congêneres. Vale ressaltar que a ANP é o maior complexo de formação policial na América Latina.

A estrutura atual do DPF conta com 27 Superintendências Regionais, localizadas nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, 78 delegacias espalhadas em todo o território nacional, 15 postos de serviço temporários, um posto permanente, 16 órgãos centrais, dois conselhos superiores e três adidâncias nos países Argentina, Paraguai e Colômbia.

De tudo exposto, vale ressaltar que o Brasil, um país de dimensões continentais, que faz fronteira com quase todos os países da América do Sul e possui uma das maiores estruturas portuárias do mundo, sendo rota de grandes companhias aéreas e de navegação, é o centro mais importante do Cone Sul, quer seja na economia quanto na tecnologia. Por constituir-se em uma Federação, onde os contrastes são evidentes – capitais modernas e industrializadas contrapondo-se a locais inóspitos –, impõe-se a necessidade de uma organização de âmbito nacional, capaz de atuar nas mais diversas condições, cruzando informações com todo o País e com o exterior. Esta é a Polícia Federal do século XXI, garantia de eficiência e credibilidade, atuando em todo o território nacional por meio de suas unidades descentralizadas.

Portanto, Sr. Presidente, quero prestar essa homenagem à Polícia Federal do nosso País e deixar o meu testemunho a respeito da atuação maravilhosa desse órgão, principalmente na Amazônia, que é carente numericamente de recursos humanos e de equipamentos. Assim, como Amazônida, quero aqui, ao registrar o aniversário da Polícia Federal, fazer um apelo para que possamos, nós congressistas, pressionar o Governo Federal no sentido de melhor equipar a nossa Polícia Federal, tanto no que tange a recursos humanos quanto a equipamentos, inserindo-a no contexto do século XXI, globalizado, tecnologicamente avançado, de forma que possamos ter, nas nossas fronteiras, a guarda que se faz necessária, evitando, portanto, que o narcotráfico venha a se expandir como está se expandindo e atingindo os grandes centros deste País.

Portanto, como representante de um Estado que faz fronteira com dois países – Venezuela e Guiana –, que têm problemas de toda ordem, não poderia deixar de homenagear os membros da Polícia Federal e, ao mesmo tempo, repito, reivindicar um maior e melhor apoio a esse órgão e aos seus homens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Carlos Patrocínio, por 20 minutos improrrogáveis.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar hoje da situação da criança e do adolescente no Brasil. Antes, no entanto, quero apresentar os meus votos de esperança no Governo que se iniciará, creio, no próximo dia 1º de janeiro e, por conseguinte, chamar a atenção para o tratamento que ainda é dispensado às crianças e aos adolescentes em nosso País, cujas conseqüências são de conhecimento de todos, haja vista o número de jovens encarcerados nos presídios do Brasil.

Será que nos poderemos considerar satisfeitos com os avanços obtidos nos últimos anos? As crianças e os adolescentes brasileiros gozam de um padrão de vida comparável aos exibidos por nações desenvolvidas? Podemos dizer que as últimas décadas elevaram a qualidade de vida da infância e da adolescência brasileira aos patamares desejáveis? São perguntas que muitos não gostariam de responder. Elas desgostam, incomodam e angustiam muita gente, mas temos de formulá-las para conhecer o Brasil, para tomar ciência da realidade que nos cerca.

Não há melhor modo de iniciar uma caminhada em direção ao ponto onde queremos chegar senão sabendo onde estamos no momento de partir. Preciso primeiro saber onde estou para me voltar à direção correta, que me conduzirá onde quero chegar.

Por conseguinte, Sr^{as} e Srs. Senadores, se estamos empenhados em melhorar a qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes, se nos sentimos obrigados a assegurar seu crescimento e desenvolvimento, se temos compromisso com o seu futuro, não podemos deixar de buscar as respostas mais confiáveis e fidedignas das perguntas anteriormente formuladas, não podemos deixar de conhecer a realidade em que vive nossa infância e nossa adolescência.

Pois bem; vamos começar a abrir, digamos, essa “caixa-preta”. Metade das crianças brasileiras de até três anos de idade vive em famílias pobres. Esse dado foi divulgado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Ora, sabe-se que os primeiros seis anos de vida são cruciais para a formação das estruturas cognitivas e da capacidade de aprendizagem. Sabe-se mais: que o desenvolvimento de habilidades lógicas, musicais e afetivas depende, grandemente, de quanto a criança foi solicitada para exercitar tais habilidades. Se metade das nossas crianças, com até três anos de idade, vivem em famílias pobres, é de se supor que dificilmente terão nos lares suas capacidades intelectuais e afetivas desenvolvidas convenientemente!

O IBGE divulgou outro dado preocupante: aumentou o número absoluto de crianças brasileiras, de zero a seis anos, vivendo em casas chefiadas por mulheres pobres – com renda mensal de até dois salários mínimos. Eram 1,7 milhão em 1991. Hoje, são cerca de 2,3 milhões. Vamos fazer uma conta simples, Sr. Presidente: renda de dois salários mínimos, numa família de quatro pessoas, dá meio salário mínimo mensal **per capita**. Como se pode sobreviver com uma quantia tão miserável de dinheiro? Não esqueçamos, além do mais, que a mulher responde por um em cada quatro domicílios no Brasil. A principal dificuldade que as chefes de família enfrentam é, sem dúvida, o rendimento (aliás, sempre menor do que recebem os homens): metade delas ganha, em média, R\$276 por mês. São 5,5 milhões de mulheres a sustentarem a família com valor tão ínfimo e deplorável! Se essas mulheres tiverem três filhos que ainda não ganhem nada, a cada pessoa caberá viver com R\$79. Setenta e nove reais por mês, Sr. Presidente, é muito pouco! Deve-se lembrar que, nos domicílios chefiados por mulheres, o rendimento do chefe de família representa, em média, 90% do orçamento familiar. Como não vivem com o cônjuge masculino, as mulheres são as principais ou as únicas provedoras da casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos até imaginar o cenário: com os pais trabalhando fora o dia todo (alguns só voltam para casa nos finais de semana), essas crianças pequenas ficam em casa, cuidadas, em geral, pelos irmãos maiores, sem atividades que estimulem o exercício e o funcionamento cerebral. A maior parte delas deve ter como maior distração a televisão, com seus horríveis programas de baixa ou nenhuma qualidade educativa. Não freqüentam creches, porque não há creches em número suficiente. Segundo dados do IBGE e do Ministério da Educação, apenas 10% das crianças, entre zero e três anos, estão matriculadas em creches. Não são cuidadas por adultos experientes, como as mães crecheiras, por exemplo, porque as famílias, sendo pobres, não têm como pagar. Sequer têm brinquedos para ajudar a desenvolver suas habilidades! Ficam em casa, muito certamente sem receberem a educação necessária, sem terem alimentação adequada, sem contarem com os cuidados de saúde indispensáveis.

Quanto aos adolescentes e jovens, a maior tragédia que os atinge está no desemprego juvenil. De 1991 a 2001, a taxa de desemprego ampliou-se de 11,7% para 13,4% na faixa etária de 15 a 17 anos. Na faixa de 18 a 24 anos, o aumento cresceu de 9,2% para 12,5%. Não quero fazer entender, com tal comentário, que os jovens devem parar seus estudos

para trabalhar assim que conseguirem uma vaga. Trabalhar sempre é louvável, mas não se pode admitir que crianças, adolescentes e jovens deixem de estudar porque têm de ajudar a família a sobreviver, seja com o ganho que for.

Por isso é que políticas de inclusão social visando a educação para o trabalho trazem um viés extremamente injusto, pois condenam os filhos dos pobres a entrarem precocemente no mercado de trabalho, enquanto os filhos das classes média e alta geralmente começam a trabalhar apenas depois de terem completado os ensinos médio e superior, por volta dos 20 anos de idade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no começo de maio, os meios de comunicação deram notícia do relatório brasileiro sobre a qualidade de vida de crianças e adolescentes, a ser apresentado na conferência mundial da Organização das Nações Unidas. Ocorre que, há 12 anos, na primeira Cúpula Mundial da Criança, patrocinada pela ONU, o Brasil comprometeu-se a melhorar a qualidade de vida dos menores, mediante um programa que fixava 27 metas a serem cumpridas. Segundo o jornal **Correio Braziliense**, o Governo superestimou dados, mascarou a realidade, fez crer que realizou a lição de casa. Realizou-a parcialmente, como foi amplamente noticiado.

Das 27 metas traçadas, apenas nove foram cumpridas. Entre elas, a erradicação de verminoses e a redução da anemia por falta de ferro em mulheres gestantes. Em outros pontos, o Governo superestima os próprios resultados, acusa o referido jornal. Segundo o relatório, o País quase atingiu a meta de reduzir em 50% a mortalidade materna. A queda, porém, foi bem inferior: 20% nos últimos quatro anos. Com uma agravante: os números a serem apresentados são rejeitados por especialistas na área de saúde da mulher.

No relatório, consta que morrem 24,3 mulheres a cada 100 mil partos. O número é pelo menos cinco vezes maior, segundo dados da Rede Nacional Feminista de Saúde, uma organização não-governamental. O estudo eleva esse número para 127 mortes a cada 100 mil nascimentos. Em países desenvolvidos, o número de mortes maternas é de apenas uma a cada 10 mil partos. Essas são ocorrências perfeitamente evitáveis em 90% dos casos. Basta investir em exames do período pré-natal e na qualidade do atendimento hospitalar.

Em duas outras metas para a melhoria da qualidade de vida das crianças, o Brasil também deixou muito a desejar: acesso universal à água potável e tratamento sanitário. Houve melhora, evidentemente,

nos dois aspectos. Hoje, 80% da população têm acesso à água e 64%, à rede de esgotamento ou a fossas sépticas. A falta de um bom sistema de saneamento é responsável por doenças, como diarreia, hepatite A e cólera. Há uma porcentagem, Sr. Presidente, que mostra, em termos econômicos, o tamanho do prejuízo: cerca de 60% das internações hospitalares na rede pública são conseqüências de males provocados pela falta de esgotos.

Não deixamos de reconhecer, Sr. Presidente, que metas importantes foram plenamente alcançadas, como a universalização do acesso à escola básica e, na área da saúde, a erradicação da poliomielite, do sarampo e da varíola. E posso afirmar, com conhecimento de causa, que um dos maiores programas já empreendidos nos últimos vinte anos na área da saúde foi a imunização em massa das nossas crianças, o que tem diminuído – e muito! – as doenças infantis.

Mas não nos podemos permitir estar atrasados, decorridos 500 anos de história, num aspecto que é um dos mais importantes para o futuro de qualquer nação, qual seja, a forma de tratar as crianças e adolescentes.

Descuidar da educação e da saúde – para ficarmos em duas áreas que interferem grandemente em seu desenvolvimento – é como abandonar o controle de uma embarcação em alto mar, deixando-a entregue ao humor das ondas e aos desígnios da sorte. Ao contrário, o país que cuida de suas crianças e de seus jovens, consciente de que a eles caberá conduzir o barco no futuro, toma o leme nas mãos e enfrenta as tarefas, os compromissos, as obrigações, para fazer chegar a embarcação a porto seguro.

Espero, Sr. Presidente, que o novo Presidente do Brasil tenha propostas consistentes e eficazes para melhorar a qualidade de vida da infância e da adolescência brasileiras e as apresente ao povo com honestidade e sinceridade. Tenho certeza de que o povo saberá distinguir entre o bom e o mau timoneiro. E apoiará quem se comprometer de coração e mente com o futuro de nossas crianças e jovens.

Conforme disse no início deste pronunciamento, Sr. Presidente, há no Brasil, hoje, uma onda de otimismo, de esperança em modificações radicais na maneira de conduzir este País. Espero que o Presidente Lula, eleito pela esmagadora maioria do povo brasileiro, saiba cuidar de maneira especial das nossas crianças e dos nossos jovens, sem jamais descuidar da terceira idade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por cessão do Senador Lindberg Cury.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, provavelmente não deveria eu usar a tribuna para, em tese, repetir o discurso de V. Exª sobre o aniversário da Polícia Federal.

Hoje, pela manhã, ao acordar e vir para Brasília, eu estava com o coração voltado para o aniversário da Polícia Federal. Infelizmente, não pude vir ontem à noite a fim de participar da solenidade que se realizou hoje, em frente ao prédio do DPF, pela passagem do 38º aniversário da sua instalação na história do nosso País.

Eu endossaria, Senador Mozarildo Cavalcanti, todo o seu pronunciamento, e agradeço, como ex-Diretor da Polícia Federal, a manifestação que V. Exª fez desta tribuna.

Vejo aqui o Senador Bernardo Cabral, que, como Ministro da Justiça, me manteve nos cargos de Diretor da Polícia Federal e de Secretário Nacional de Polícia.

Agora adentra este plenário o Senador José Sarney, que, como Presidente da República, deu-me a honra de me nomear Diretor da Polícia Federal, cargo no qual permaneci por largo tempo e do qual tenho recordações agradáveis e honradas lembranças.

Senador José Sarney, pelo povo brasileiro, agradeço a V. Exª ter-me nomeado, no início do seu governo, Diretor-Geral da Polícia Federal. Servi com muito orgulho a V. Exª, que tão bem dirigiu os destinos do nosso País. Agradeço o apoio que V. Exª deu à Polícia Federal, não apenas reestruturando alguns setores importantes do órgão, mas dando direcionamento e dignidade à função de polícia, e buscando, de todas as formas, o combate ao crime organizado. Graças à visão de V. Exª, fomos inseridos novamente na Interpol, órgão do qual o Brasil estava afastado, e hoje temos uma estrutura muito boa nesse organismo internacional. Provavelmente pelo apoio que V. Exª me deu quando na direção do órgão, consegui chegar à Vice-Presidência da Polícia Internacional. Muito obrigado, Senador José Sarney, pela honra de ter-me designado.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Romeu Tuma, V. Exª foi um excelente Diretor da Polícia Federal e prestou relevantes serviços ao Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador José Sarney.

Agradeço ao Senador Bernardo Cabral por ter-me mantido, durante sua gestão à frente do Ministério da Justiça, naquela função, dando-me também a oportunidade, com a sua influência, de acumular a Secretaria da Receita com a Secretaria de Polícia Federal. Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Exª me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Romeu Tuma, V. Exª acaba de receber do eminente Senador José Sarney a confirmação do que foi a sua atuação na diretoria da Polícia Federal. Logo após, criamos a Secretaria, em nível institucional, e V. Exª passou a ser a maior autoridade, nesse nível, que a Polícia Federal tinha. E vou além. Os governos, depois que V. Exª saiu da Polícia Federal e se elegeu Senador, todos eles cometeram um profundo equívoco: não chamaram V. Exª, quando se discutia matéria dessa área, para ajudar, opinar e – eu diria – apontar caminhos, indicar soluções. Pena, Senador Romeu Tuma, que, até hoje, nenhum Presidente da República tenha lembrado de V. Exª para titular da pasta da Justiça. V. Exª seria um grande Ministro da Justiça. Devo dizer que, neste País, poucos homens públicos são tão leais quanto V. Exª àqueles que, eventualmente, tiveram a honra, a ventura de ser, não seu chefe, mas seu companheiro de trabalho. Dou este depoimento: V. Exª foi um companheiro de trabalho cuja lealdade foi inquestionável em todos os instantes em que era posta a prova; V. Exª dizia presente. De modo que V. Exª honra o Senado nesta legislatura e vai continuar a honrá-lo, com a merecida reeleição. Mas o País ficaria muito bem colocado se V. Exª estivesse à frente da pasta da Justiça. Meus cumprimentos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. Sei que suas palavras vêm do coração.

Acredito que, desde a sua criação, em 1964, ainda sob a designação de Departamento Federal de Segurança Pública, a Polícia Federal revestiu-se de atribuições e competências nacionalmente demarcadas. Constitucionalmente assumiu a tarefa de combater o narcotráfico, o contrabando, de controlar nossos

portos e aeroportos, de vigiar nossas fronteiras e de fiscalizar a segurança privada.

Senador Mozarildo, Presidente desta sessão, lembro-me das fronteiras às quais V. Ex^a se referiu em razão da sua ligação com o seu Estado, no Norte do País.

Temos na Amazônia o que se chama Operação Cobra. Esse nome nada tem a ver com o réptil, Senador Francelino Pereira, mas resulta da junção das iniciais de Colômbia e Brasil, e essa operação existe em razão da própria estrutura do narcotráfico que assola aquele país e que, por tantos anos, traz a desgraça, junto com as ações das guerrilhas, para o país e para o povo da Colômbia.

O Brasil, preocupado com a possibilidade da passagem de elementos desses grupos pela fronteira – o que tanto preocupa os representantes da Amazônia neste plenário –, montou uma operação, com muita dificuldade, por falta de meios – que são substituídos pela vontade, pela dedicação, pelo amor com que os membros da Polícia Federal têm exercido a sua função naquela área há mais de um ano.

Às vezes nos questionam por que não são chamadas as Forças Armadas para o combate ao narcotráfico. Sou testemunha, desde o tempo em que era Diretor da Polícia Federal, da colaboração intensa das Forças Armadas nas operações mais difíceis em que a Polícia Federal é obrigada a intervir. Durante um período, o Ministro do Exército, General Leônidas, baixou uma instrução normativa para que, assim que requisitadas, as Forças Armadas fornecessem à Polícia Federal armamento leve para o combate ao crime organizado que poderia assolar o nosso País. Desde então essa medida não foi modificada.

Na região de fronteira, toda a estrutura do Exército, os pelotões do Calha Norte, os batalhões de fronteira e todas as unidades da Marinha e da Aeronáutica sempre colaboraram com a Polícia Federal, em todas as operações que foram planejadas e executadas ali.

Não podemos exigir que o Exército ou as Forças Armadas substituam a Polícia em seu trabalho constitucional, mas tenho certeza de que, dentro da sua organização, dos seus comandos, eles jamais negaram o apoio integral à atividade policial de combate ao crime.

Hoje, a Polícia Federal completa 38 anos. Ela tem recebido, ao longo desse tempo, várias missões, que são alteradas, por medida provisória, por exigência da sociedade, em determinados crimes. Vem-se avolumando a sua competência e também o nível de dificuldade no cumprimento dessas obrigações.

Ainda recentemente, como Presidente da CPMI do combate ao roubo de cargas, fiz um pedido preliminar ao Presidente da República: o de que a Polícia Federal pudesse participar ativamente do combate a esse crime que tanto prejuízo tem trazido à sociedade brasileira. Este ano, há a perspectiva de mais de R\$1 bilhão de prejuízo. E por medida provisória recém-aprovada, o Presidente da República determinou que a Polícia Federal combatesse o crime transestadual e, às vezes, transnacional.

Cumprimento a Polícia Federal pela recente operação realizada em vários Estados, que culminou com a prisão de vários envolvidos no roubo de cargas, inclusive, infelizmente, de policiais que se prestaram a ser corrompidos e ajudaram a formar uma estrutura dentro dessas quadrilhas, provocando prejuízos aos cidadãos brasileiros.

Esse combate continua, também por intermédio da Corregedoria da Polícia Federal, que faz um trabalho excelente. Esse órgão foi desenvolvido na minha gestão e, hoje, se destaca no combate a qualquer tentativa de corrupção nos quadros da Polícia.

A Polícia Federal tem-se destacado no combate ao crime de sonegação fiscal, de lavagem de dinheiro, de falsificação de moeda, de violação aos direitos humanos, no sistema financeiro e contra a Previdência Social, contra a vida e o patrimônio das comunidades indígenas e, por fim, hoje, contra o patrimônio ecológico.

Atualmente, vários segmentos da Polícia Federal atuam em todo o território nacional com desenvoltura. Não vou repetir quais são, porque o Senador Mozarildo Cavalcanti já o fez, como primeiro orador inscrito.

Mas eu não poderia deixar de registrar, Sr^{as} e Srs. Senadores e Srs. telespectadores, a minha alegria de estar nesta tribuna porque fui eleito e reeleito Senador graças à atividade que desenvolvi à frente da Polícia de São Paulo e como Diretor da Polícia Federal. Os votos que recebi foram resultado do trabalho de combate ao crime, de combate à corrupção, de combate a tudo aquilo que traz intranquilidade à sociedade.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Romeu Tuma, realmente a sua passagem pela Polícia Federal representou um marco. E foi tão importante que recebeu o reconhecimento da sociedade paulista

e do Brasil inteiro, pelo trabalho e seriedade com que V. Ex^a desenvolveu tarefas e obrigações, o que fez com que V. Ex^a fosse conduzido a cargos políticos e eleito e reeleito com muito prestígio, com muita força. Gostaria de apresentar um fato e solicitar a V. Ex^a uma orientação. Eu era Presidente da Associação Comercial no Distrito Federal quando, certa feita, marginais e atos criminosos tomavam conta da cidade, e a Polícia Civil e a Polícia Federal não tinham condições de combatê-los. Sem ter idéia, levantei um tema que provocou uma polêmica muito grande e foi notícia em vários jornais de âmbito nacional. Perguntava eu: por que as Forças Armadas, o Exército, particularmente, não podiam participar de tarefas específicas e ajudar a Polícia Federal no combate ao crime organizado, principalmente no Rio de Janeiro, como se deu recentemente? A participação do Exército não poderia ser requisitada em casos especiais? Não falo de uma maneira acintosa, de uma maneira permanente, mas em casos excepcionais. Pelo conhecimento de V. Ex^a sobre o assunto, gostaria de ouvir o seu parecer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Lindberg Cury, essa matéria foi muito discutida, principalmente na Constituinte, quando o Senador Bernardo Cabral, Relator-Geral, nos deu oportunidade de analisar as missões da Polícia Federal e as das Forças Armadas. Estas últimas têm uma missão constitucional importante, que é a defesa do território, além de outras específicas privativas das Forças Armadas.

Houve algumas experiências históricas em que o Exército foi designado para combater o contrabando de fronteira, e o resultado não foi muito relevante, e ainda provocou certa intranquilidade nas Forças Armadas.

As Forças Armadas têm o conceito de que não devem se envolver na atividade policial, na atividade-de-fim de polícia. Há uma pressão norte-americana muito grande para envolver as Forças Armadas no combate ao narcotráfico. Participei de algumas reuniões no Estado-Maior, inclusive com a presença de oficiais do Exército americano, para discutir essa questão. E a posição sempre foi de refração à possibilidade de definir como função das Forças Armadas o combate ao narcotráfico ou qualquer outro tipo de crime organizado.

No início das minhas palavras, fiz referência à ajuda que as Forças Armadas deram nessa área, em função de medidas baixadas há alguns anos e que não foram revogadas. Todas as atividades de vigilância, principalmente no Norte do País e na área de

fronteira, ficam com as Forças Armadas, com os pelotões que participam do projeto Calha Norte, projeto de autoria do Presidente José Sarney, que, infelizmente, foi desativado durante um período, mas, agora, com a participação de Senadores da Região Norte, foi reativado. Na época, não havia dinheiro para se manter o que já existia.

Portanto, não é um projeto das Forças Armadas; ele envolve praticamente seis Ministérios, que, infelizmente, não ocuparam as áreas para eles designadas, inclusive a Polícia Federal, por intermédio do Ministério da Justiça.

É um projeto importante que temos discutido, até porque, com a instalação do Sivam, não haverá operacionalidade se as informações forem captadas em terra. Portanto, o Calha Norte é importantíssimo para essa ligação, e a Polícia Federal deve-se desenvolver para essa atividade por meio das fontes de informação.

As Forças Armadas colaboram diretamente em várias operações. Se V. Ex^a solicitar os relatórios, poderá observar que o Exército, principalmente, presta uma colaboração naquela região. Às vezes, tínhamos dificuldade de patrulhar os rios, e a Marinha sempre colaborou conosco, assim como a Aeronáutica, que presta todo o serviço de deslocamento para a Polícia Federal em várias regiões do País. No Nordeste, por exemplo, no combate ao plantio de maconha, de **marijuana**, a Aeronáutica nos levava aos locais de apreensão.

Trabalhei algum tempo, quando estava na Polícia de São Paulo, com a Polícia do Exército, a PE, que patrulhava as ruas para verificar se algum soldado estava criando problema. Hoje, não vejo mais esse patrulhamento. Talvez fosse interessante que a PE voltasse a patrulhar para impedir que soldados seus participassem de atividades como as que têm ocorrido no Rio de Janeiro, onde os delitos são um pouco mais frequentes.

Os casos de crimes comuns devem ser encaminhados imediatamente à Polícia Civil, mas creio que definir como missão policial as Forças Armadas é contraproducente e pode gerar uma dificuldade enorme.

Hoje, Senador Lindberg Cury, temos que pensar em meios de sobrevivência para as Forças Armadas. Houve um período em que fiquei aqui muito amargurado, quando foram dispensados 40 mil soldados por falta de verba para mantê-los até a conclusão do serviço militar. Por isso, não podem ter mais atribuições.

A Polícia Federal está carente de pessoal. Nesse sentido, há uma medida provisória na Câmara dos

Deputados, para que sejam nomeados seis mil policiais, uniformizados, para patrulhamento de fronteiras, com salário menor. Somos contrários a isso, mas não no que diz respeito aos seis mil homens, que são necessários. Para V. Ex^a ter uma idéia, no meu tempo – há mais de doze anos –, a Polícia Federal, salvo engano, dispunha de 17 mil homens. Atualmente, o quadro é o mesmo. A instituição tem renovado os seus quadros, mas, por causa das aposentadorias, o quadro permanece o mesmo.

Quando se cria uma delegacia em um Município, a pressão da população é enorme para que a Polícia Federal esteja por perto. Portanto, se em uma unidade há doze ou quinze homens, metade será tirada para formar outra unidade. E, nesse caso, nenhuma das duas vai desempenhar bem a sua função.

O que o Senador Mozarildo Cavalcanti disse aqui é importantíssimo: devemos manter os seis mil homens requisitados na medida provisória e mudar o aspecto da polícia uniformizada – não no sentido da utilização ou não do uniforme, pois, em todas as operações, eles usam colete e identificação – no que diz respeito ao salário, que, se for menor, creio que poderá ocasionar medidas judiciais para equiparação.

Também é importante a formação do setor de apoio, que é uma luta que eu já travava desde o meu tempo de policial federal. Outros diretores também procuraram legalizar a carreira de apoio feita pelos administrativos, que, às vezes, exercem funções policiais, desviando-se da função, o que pode até caracterizar um crime.

Não sei se consegui explicar a V. Ex^a.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Está bem claro, sim. Eu quis tratar principalmente de alguns casos de emergência, como aquela guerra envolvendo o narcotráfico, que ocorreu no Rio de Janeiro recentemente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para dar um exemplo a V. Ex^a, no Rio de Janeiro, na Rio-92, em que estive na parte de coordenação, o Exército foi para a rua. No entanto, a mobilidade do Exército também é difícil. Se as Forças Armadas resolvessem, eu colocaria um tanque em cada esquina e resolveria todo o processo, mas a Polícia deve ser preparada para combater o crime. As polícias estaduais têm que se desenvolver mais, no setor de inteligência, na busca do aperfeiçoamento no combate ao crime – estou falando de maneira geral e não do meu Estado.

Não posso conceber que, com três meses, um concursado vá para uma academia de polícia e saia como um grande policial. Ele deve ser reciclado per-

manentemente e estruturado, deve ter a satisfação de desempenhar uma função respeitada pela sociedade e não por ela desprezada, pois isso faz com que ele, desestimulado, parta para a corrupção, o que é muito triste. O policial tem que ser estimulado e respeitado e deve ter a garantia de um salário com que possa realmente sobreviver a todas as pressões que possam advir.

Portanto, acredito que o setor humano é que precisa ser melhorado. É preciso dedicar-se. Não se trata só de comprar armamento, equipamento, metralhadora, viaturas novas, mas de investir no homem. O homem de polícia é que vai responder à altura no combate ao crime.

Quero agradecer à Polícia Federal e cumprimentá-la pelo seu aniversário e pelos trabalhos brilhantes que tem desenvolvido a serviço da sociedade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente e Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de passarmos à Ordem do Dia, creio que cumpre a esta Mesa lembrar a data em que se comemora o Dia do Pavilhão Nacional.

Parece-me que nos vamos desabituar – não o Senado em si, mas o Brasil em geral – das datas que nos são caras, das datas que deveríamos reverenciar.

Hoje é o Dia da Bandeira Nacional, que é o símbolo da Pátria, é o símbolo maior da nacionalidade. É a Bandeira do Brasil que representa todos os anseios dos brasileiros de todos os quadrantes do nosso imenso País. Os versos do Hino da Bandeira são lindos e calham bem para o momento que estamos vivendo, quando se diz: “Salve lindo pendão da esperança, salve símbolo augusto da paz”. Estamos hoje, com esses versos, mais do que nunca, ecoando um brado de toda a Nação brasileira em favor de novos tempos para todos nós, tempos de paz, de concórdia, de felicidade do povo brasileiro, de melhoria da nossa qualidade de vida.

Neste momento histórico, em que existe uma real alternância no Poder do nosso País, creio que devemos lembrar, sim, o Dia da Bandeira. E o Hino da Bandeira diz: “...a lembrança da grandeza da Pátria nos traz”.

Sei que a democracia no Brasil, em nossa terra, está consolidada. Podemos ver o quanto de simbolismo patriótico a Bandeira transmite a todos os nossos concidadãos.

O Senado e todos nós queremos ver a Bandeira do Brasil hasteada não só nos prédios públicos, mas também nas residências e nos prédios comerciais, como vemos em outros países. Em todo lugar, vemos o símbolo da Pátria. A nossa vida, aliás, é toda permeada de símbolos, e a Bandeira Nacional é o símbolo maior da nossa união em torno de um projeto comum chamado Brasil.

Por isso, em nome de todos os Srs. Senadores, deixo registrado nos Anais do Senado da República que hoje, mais do que nunca, devemos reverenciar o símbolo da nossa Pátria, que é a Bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

Item 1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 58, de 2002, que *exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, pelo Sr. Relator: ilustre Deputado Carlos Alberto Rosado (PFL – RN), preliminarmente no sentido do atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e manifestou-se, no mérito, favoravelmente à medida.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 20 de agosto e não chegou a se instalar;

– Durante o prazo de seis dias após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial** da União, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista;

– A Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 28 de agosto, tendo sido aprovada por aquela Casa no último dia 12;

– O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 27 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência, no dia 12 de outubro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, datado de 11 de outubro;

– A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 14, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes, porém, designo o nobre Senador Francelino Pereira Relator Revisor da matéria, a quem concedo a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, trata-se da Medida Provisória nº 58, de 2002, que exclui as ações detidas direta ou indiretamente pela União que excedam o controle acionário do Banco do Brasil da vedação prevista pelo art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização.

Tal exclusão, complementada com a transferência dessas ações excedentes do Fundo de Amortização da Dívida Pública para o Fundo Nacional de Desestatização, permitirá a venda dos títulos em Bolsa, como, aliás, já está ocorrendo. Os requisitos constitucionais de relevância e urgência foram atendidos, assim como as demais disposições do §1º do art. 62 da Constituição Federal.

O processo de venda permitirá a reestruturação social do Banco do Brasil, possibilitando sua adesão ao mercado de valores mobiliários ou a novo mercado instituído pela Bolsa de Valores de São Paulo.

Na há qualquer objeção a fazer quanto aos requisitos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa. Como a operação não gera gastos para o Executivo e os recursos obtidos com a alienação de ações serão integralmente utilizados para o abatimento da dívida pública federal, a Medida Provisória nº 58 atende aos requisitos de adequação orçamentária e financeira, conforme dispõe a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Entendo que a iniciativa estimula a modernização do Banco do Brasil e uma maior democratização e pulverização do seu capital. As ações que estão

sendo negociadas, inclusive com a utilização de saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, permitem que, pela primeira vez na longa história da instituição, os trabalhadores possam participar diretamente do seu capital.

Por um curto intervalo da minha vida parlamentar, tive a honra de integrar a administração superior do Banco do Brasil como seu Vice-Presidente, tendo respondido, por uma centena de vezes, pela Presidência daquela instituição. Pude, então, entender a importância do Banco para a economia brasileira, para os cidadãos e as empresas deste País – grandes e pequenas –, e compreendi a razão do carinho que todos os brasileiros têm pela instituição que, agora, dá mais um passo integrando o seu capital às economias da população.

Em vista do exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 58, considerados os pressupostos de relevância e de urgência.

Opino, também, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela sua aprovação.

Sr. Presidente, desejo apenas acrescentar que profiro este parecer com satisfação e respeito a uma instituição cuja Vice-Presidência e Presidência exerci durante cinco anos e pela qual tenho um grande respeito, porque ali estão os fundamentos da vida financeira do País e da própria instituição que representamos, o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação o parecer do Relator, Deputado Carlos Alberto Rosado (PFL – RN), que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, tendo toda a Casa ouvido, também, o parecer do Senador Francelino Pereira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à apreciação do mérito.

Em discussão a medida provisória, em turno único.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas quero fazer referência ao fato de que realmente precisamos aprovar essa medida provisória, uma vez que os contratos para a alienação dessas ações do Banco do Brasil, que agora passam a se desvincular do FAD, Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, já estão sendo colocados em oferta na Internet, no **site** do Banco do Brasil. Portanto, já estão em andamento essas vendas, e os contratos estão sendo assinados. Se não aprovarmos essa medida provisória dentro do prazo, ela decairá e haverá, evidentemente, uma enorme dificuldade para se resolverem, depois, esses atos jurídicos já realizados.

Trata-se de uma demonstração de que o novo modelo adotado para a votação e apreciação das medidas provisórias na Câmara e no Senado é bem-sucedido. Estivéssemos nós com essas medidas provisórias sendo votadas no Congresso Nacional, provavelmente estaríamos diante de uma das primeiras crises a serem resolvidas pelo próximo Governo, que tomará posse no dia 1º de janeiro.

Portanto, quero fazer essa ressalva e chamar a atenção para o fato de que é muito importante, é fundamental aprovarmos essa medida provisória, pois ela já está gerando efeitos no mundo jurídico. Portanto, caso ela não venha a ser aprovada e haja um decurso de prazo, inúmeras situações serão criadas no mundo jurídico que ficarão passíveis de uma solução a ser apresentada por decreto legislativo do Congresso, uma enorme dificuldade que este Congresso teria, que não vale a pena, neste momento, ser encarada e enfrentada.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação a **Medida Provisória nº 58, de 2002**, aprovada pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a medida provisória queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**, com o apoio da Sr^a Senadora Heloísa Helena, bem como do Srs. Senadores Carlos Wilson e Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Tião Viana pede verificação de **quorum**. Sendo regimental a solicitação, S. Ex^a será atendido.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que venham ao plenário porque estamos em processo de verificação de **quorum**.

Peço a orientação das Bancadas.

Como vota o Líder do Governo em relação ao pedido de verificação de **quorum**?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – A Liderança do Governo vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do PFL?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do PMDB?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do PSDB?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PTB?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, embora tenhamos o conhecimento de que a Justiça Federal aprovou liminar, a pedido dos acionistas minoritários do Banco do Brasil, para que não houvesse a venda das ações do Banco do Brasil, o PTB encaminha favoravelmente à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo outros Líderes que queiram encaminhar a votação, determino à Secretaria da Mesa que prepare o painel de votação. (Pausa.)

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, a Oposição vota contra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a já se pronunciou e volta a se pronunciar pela Liderança do Governo, pedindo voto afirmativo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Informo aos Senadores Jefferson Péres e Sebastião Rocha, que estão chegando ao plenário, que há um pedido de verificação de **quorum**.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para chamar a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores no sentido de que esse pedido de verificação também está sendo usado para fazer cair o **quorum** de votação e impedir, subseqüentemente, a votação da emenda constitucional da reforma do Poder Judiciário.

Portanto, resalto aos Senadores ausentes do plenário que o que está em jogo não é só a medida provisória que está sendo votada, mas, em não havendo **quorum**, evidentemente todas as demais matérias da pauta ficam também comprometidas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem razão. Se, por acaso, não houver **quorum**, a Ordem do Dia estará encerrada. Cai a Ordem do Dia.

A SR^a HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Senador José Fogaça – talvez S. Ex^a não tenha conhecimento ainda – que o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, já vai derubar a Ordem do Dia no segundo ponto da pauta, ou seja, na medida provisória seguinte. Portanto, é bom que isso seja devidamente partilhado, em nome da transparência, que é fundamental nas relações da Casa. Essa obstrução, S. Ex^a já a fará no segundo ponto da pauta.

Sr. Presidente, não estamos agindo como se houvesse absolutamente nada de mais. Trata-se de regras regimentais que estão aqui sendo preservadas. (Pausa.)

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PDT, gostaria de anunciar que declaramos a Bancada em obstrução.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, o PSB também está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O pedido é regimental, mas quem votou já teve o voto computado. Contudo, pode modificá-lo, porque não encerramos o processo de votação. Isso é diferente. (Pausa.)

A Mesa convoca as Sr^{as} e os Srs. Senadores que venham ao plenário a fim de exercitarem o direito de voto, caso queiram fazê-lo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido ao qual pertença está em obstrução. Mas, quando o Líder a anunciou, eu já havia votado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está certo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, vale o voto?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vale o voto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tomo a liberdade de ler o inciso X do art. 293 do Regimento Interno

Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

(...)

X – se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.

(Pausa.)

Senador Tião Viana, V. Ex^a já votou? (Pausa.)

Se V. Ex^a não votar, o seu pedido de verificação cai; e, se V. Ex^a votar, haverá **quorum**. (Risos.)

A Mesa volta a insistir para que os Srs. Senadores que ainda não votaram ou se encontram fora do plenário venham a este recinto, porque a Presidência vai encerrar o processo de verificação de **quorum**.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, os Senadores da Oposição já estão vindo ao plenário para votar. Estávamos em reunião, mas S. Ex^{as} já estão chegando. Só peço que aguarde um momento, para garantir-lhes o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a solicitou, e a Mesa, que costuma ser tão benevolente com os Srs. Senadores, continua aguardando os seus liderados. (Pausa.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a que considere meu voto “sim”, pelo fato de o equipamento eletrônico não estar aceitando o registro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a presidiu a sessão anteriormente, e sua senha ficou presa. Vou considerar o voto “sim” de V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Obrigado, Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Há um equívoco na minha senha. Gostaria que registrasse o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou determinar à Secretaria que o auxilie.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa, muito honrada, só está aguardando o voto de V. Ex^a para encerrar o processo de votação. O Senado inteiro atendeu ao apelo da Senadora Heloísa Helena.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou declarar encerrado o processo de votação.

Esclareço que são 53 os votantes, pois o Senador Edison Lobão declarou o seu voto favorável.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58, DE 2002

EXCLUI DA VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 3º DA LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997, AS AÇÕES DETIDAS PELA UNIÃO NO CAPITAL DO BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 19/11/2002

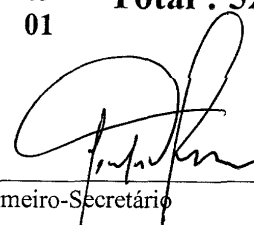
Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 19/11/2002 16:10:26
Encerramento: 19/11/2002 16:29:31

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	ABST.
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PTB	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PTB	PE	CARLOS WILSON	NÃO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	SIM
Bloco-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	NÃO
Bloco-PT	RS	EMÍLIA FERNANDES	NÃO
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	NÃO
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PERES	NÃO
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO
Bloco-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM
Bloco-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
Bloco-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
PMDB	ES	LUIZ PASTORE	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	NÃO
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSDB	PR	OLÍVIR GABARDO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PTB	RN	TASSO ROSADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PTB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM

Votos SIM : 42
Votos NÃO : 09
Votos ABST. : 01

Total : 52


Primeiro-Secretário

Presidente: EDISON LOBÃO

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e NÃO, nove.

Houve uma abstenção.

Total: 53

A medida provisória foi aprovada e vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 58, DE 2002

Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União Capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídas da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas, direta ou indiretamente, pela União que excedam o controle acionário do Banco do Brasil S.A.

Art. 2º A união fica autorizada a transferir, do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal para o fundo Nacional de Desestatização – FND, as ações de sua titularidade, excedentes ao mínimo necessário à manutenção do controle acionário do Banco do Brasil S.A.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002, proveniente da Medida Provisória nº 59, de 2002, que dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 25 de 2002, e contrário às Emendas nºs 1 a 3, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Francisco Dornelles (PPB – RJ).

Preliminarmente, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, quanto ao mérito, favorável na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002, e contrário às Emendas nºs 1 a 3.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 20 de agosto e não chegou a se instalar;

– durante o prazo de seis dias, após a publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3 perante a Comissão Mista;

– a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 29 de agosto, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 12, que concluiu pela aprovação, nos termos do Projeto de Lei de Conversão;

– o prazo de quarenta e cinco dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 29 de setembro, e o prazo de sessenta dias de vigência no dia 14 de outubro, tendo sido prorrogado por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional datado de 11 de outubro;

– a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 14, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes, porém, designo o nobre Senador Romero Jucá Relator Revisor da matéria nesta Casa.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Em votação o parecer do Relator Deputado Francisco Dornelles, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo aos Srs. Líderes no sentido do adiamento desse processo de vota-

ção, retomando-o amanhã. Estou fazendo o apelo porque essa medida provisória recebeu um projeto de lei de conversão na Câmara dos Deputados e trata da desvinculação de alguns fundos para a operacionalização dos gastos, entre eles a questão da Marinha.

Existe um pleito do comando da Marinha para que seja também excepcionalizado o fundo destinado ao comando da Marinha, nos termos dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478. O que isso representa? Se houver essa desvinculação, isso representa cerca de trezentos milhões de reais para que a Marinha brasileira possa se equipar e melhorar a sua atuação. Qual é a dificuldade? É tentar negociar um montante desses recursos com a área econômica. Estamos tratando a questão de hoje para amanhã, já iniciamos as conversações, mas se votarmos agora, como não tenho ainda o sinal verde da área econômica, terei que rejeitar a emenda e, portanto, privar a Marinha dos trezentos milhões. Se tivermos vinte e quatro horas, poderemos tentar chegar a um acordo e, possivelmente, tentar alocar os trezentos milhões para a Marinha.

Gostaria, portanto, de sugerir às Lideranças o encerramento do processo de votação e a retomada amanhã.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

A SRª HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, (Risos.) – desculpe-me, mas o Senador Eduardo Suplicy estava dizendo que como estou de bom humor deve sair alguma coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É bom ver V. Exª de bom humor. (Risos.)

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o Senador Tião Viana, há pouco, me lembrava um versinho muito bonito de Cecília Meireles: “Só se diz o que se entende”.

E há algo interessante. Às vezes meus neurônios milenares não funcionam bem; mas às vezes funcionam. Lembrava-me há pouco o Senador Artur da Távola de uma rasteira regimental que o Senador Romero Jucá nos passou. Portanto, não é necessário S. Exª nos fazer o apelo. S. Exª não utilizou sua porção ternura no primeiro ponto, há pouco, quando queríamos um acordo e não foi possível. No momento não é necessário o acordo, porque como a Bancada governista conta com ampla maioria na Casa, basta o trabalho de um segundo. Não será pela Oposição, que

assim agiria porque o tema não apenas se refere à Marinha. Trata-se de matéria de alta complexidade, e é até bom que o debate seja realizado amanhã. Mas é evidente que a Oposição não criará obstáculos. Embora saiba S. Exª que não há necessidade de acordo. Basta enviar um requerimento de votação nominal, como sempre, porque existe a tendência “patrol”, o trator que aprova tudo aprovaria mais uma vez. Mas vamos exercitar um pouco nossa porção ternura, embora sinceramente não aprecie essa situação.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, não há apartes.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Apenas para responder à observação feita: foi exatamente no sentido de permitir que a Oposição participasse da ação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim. Consultarei as Lideranças. A Presidência está regimentalmente impedida de aceitar requerimento de adiamento. Não houve requerimento de adiamento, mas como V. Exª está requerendo a transferência, vou consultar as Lideranças. Se houver entendimento das Lideranças...

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Poder-se-ia derrubar a Ordem do Dia, Sr. Presidente. Mas entendo ser mais elegante...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...no sentido de transferir a apreciação da matéria, tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ouço o Líder do Governo. (Pausa). S. Exª já se pronunciou.

Ouço o PFL para saber se concorda com a transferência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ouço o Bloco PSDB/PPB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, concordamos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, o PMDB também concorda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PMDB também concorda. O PFL já se pronunciou. Ouço o PDT.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, somos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, o PTB concorda com o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A maioria dos Srs. Líderes concorda com o adiamento. Essa medida provisória acaba de trancar a pauta e será incluída amanhã, se Deus quiser, na forma como os Líderes de manifestaram.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 26, DE 2002

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002, proveniente da Medida Provisória 61, de 2002, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Herculanho Anghinetti (PPB-MG).

Relator Revisor: Senador

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2002

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2002, proveniente da Medida Provisória 62, de 2002, que altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 27 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Paulo Marinho (PFL-MA).

Relator Revisor: Senador

– 5 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 28, DE 2002

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, proveniente da Medida Provisória 69, de 2002, que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 28 de 2002, incorporando integralmente a Emenda nº 14 e, parcialmente, a Emenda nº 11; e contrário às demais, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Hugo Biehl (PPB-SC).

Relator Revisor: Senador

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 128, DE 2002-COMPLEMENTAR

**(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002
Complementar)
(Em regime de urgência – art. 336, II,
do Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 532, de 2002)**

(Votação nominal)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.017, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Souto, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002-Complementar, que tramita em conjunto.

– 7 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 22, DE 2002 – COMPLEMENTAR
(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002
Complementar)
(Em regime de urgência – art. 336, II,
do Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 532, de 2002)**

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regular a substituição tributária no campo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.

– 8 –

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II,
combinado com o art. 338, IV, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 533, de 2002)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.037, de 2002, Relator: Senador Carlos Bezerra), que autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 9 –

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II,
combinado com o art. 338, IV, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 534, de 2002)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 69, de 2002 (apresentado pela Comissão de

Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.038, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá), que autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União – ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 10 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92,
de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001)**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, tendo

Pareceres sob nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral,

– 1º Pronunciamento: (sobre as Propostas): favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995, 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999, 1, 5, 20, de 2000 e 15, de 2001, que tramitam em conjunto; e

– 2º Pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142,

144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27 de junho passado, quando teve sua discussão encerrada, em primeiro turno, com apresentação de emendas.

– 11 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1995
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos da Constituição Federal.

– 12 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Althoff, que acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

– 13 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias.

– 14 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal.

– 15 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que acrescenta parágrafo art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.

– 16 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer.

– 17 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Lúzia Toledo, que acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal, para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.

– 18 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 62, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a alínea a do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais.

– 19 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.

– 20 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista tríplice à escolha do Procurador-Geral da República.

– 21 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que altera a competência do Superior Tribunal de Justiça.

– 22 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 92, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 81,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.

– 23 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências.

– 24 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas*.

– 25 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as
**Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que *altera o § 1º do art. 128 da Consti-*

tuição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.

– 26 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2001
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista triplíce escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.

– 27 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2002

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

– 28 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação), tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

– 29 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 380, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2001, que outorga permissão à Fundação Sônia Ivar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Brazlândia – DF, tendo

Parecer favorável, sob nº 9, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury.

– 30 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 206, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2002 (nº 1.287/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “Cultura e Saúde” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 747, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 31 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2002 (nº 1.294/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 748, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Arlindo Porto.

– 32 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2002 (nº 1.168/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 923, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 33 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 239, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2002 (nº 1.008/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Metrópole a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradina, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob o nº 925, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

– 34 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 240, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2002 (nº 1.019/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Três Fronteiras “ACTF” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob o nº 926, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

– 35 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2002 (nº 1.024/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob o nº 806, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valmir Amaral.

– 36 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2002 (nº 1.047/2001, na Câ-

mara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 927, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 37 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2002 (nº 1.052/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Extremoz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 928, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 38 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 245, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2002 (nº 1.218/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob o nº 929, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

– 39 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 257, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2002 (nº 1.170/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Corbélia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 755, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 40 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 258, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2002 (nº 1.214/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Parque Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob o nº 933, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

– 41 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 259, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2002 (nº 1.252/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN ACCCSM/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 934, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marina Silva.

– 42 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 261, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2002 (nº 978/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Santa Albertina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 935, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 43 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 264, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2002 (nº 1.106/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Indiará – Goiás

(Rádio Educativa FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiará, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 756, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 44 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2002 (nº 1.128/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Pirapozinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 936, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª é o último orador inscrito. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nobre Senador Ney Suassuna, concedi a palavra a V. Exª, mas, pelo gesto de V. Exª, entendi que declinava da palavra.

O Senador Eduardo Suplicy, que se encontra na tribuna, está oferecendo a oportunidade para que V. Exª faça uso da palavra.

S. Exª falará logo após V. Exª. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, já que passamos à lista de oradores, aproveito a oportunidade para falar da minha satisfação em termos parado de votar as medidas provisórias, uma vez que a 5ª, que iríamos votar hoje, precisa ser repensada. Todos sabemos das dificuldades que tivemos, aqui, quando aprovamos a inserção do Brasil no mercado pela votação da lei de patentes. Se votarmos essa medida provisória tal como está, com certeza prejudicare-

mos a licença compulsória, e isso nos criará problemas, inclusive, no pacote anti-aids e em todas as demais áreas de quebra de patentes.

Por essa razão, extremamente preocupado, estava fazendo com os Senadores uma conferência, pedindo a S. Ex^{as} que, em relação à 5ª medida provisória, votassem “não”. A votação foi adiada, mas a matéria voltará à pauta amanhã, insisto no sentido de que todos os Senadores analisem o texto dessa medida provisória que, no meu entendimento, deve ser derrotada, porque o governo pode apresentar, no futuro, outra que não crie problemas para o Brasil, evitando, assim, que ele seja prejudicado, principalmente, no que se refere a remédios e a patentes.

Por isso, Sr. Presidente, aproveito esta cessão de palavra para pedir aos Srs. Senadores que analisem com cuidado algo que vinha apenas para a agropecuária e que, de repente, virou genérico, prejudicando outras áreas importantes em relação às quais firmamos uma posição, de que não podemos abrir mão de maneira alguma.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a se refere à medida provisória constante do Item nº 5 da pauta, que protege as informações de registro de produtos farmacêuticos, agropecuários e outros produtos dessa linha. Ocorre que, tendo em vista a forma da legislação, essas informações não podem ser divulgadas de maneira definitiva, ou seja, a tempo nenhum poderão ser divulgadas as informações técnicas obtidas a partir do registro do produto no Ministério da Saúde, no Ministério da Agricultura ou no Ministério competente. A medida provisória, entretanto, está propondo – ela foi modificada na Câmara dos Deputados – que esse prazo de guardar segredo, mantendo mistério sobre as informações, seja de 10 anos. E por que 10 anos? Porque, nesse período, estarão assegurados os investimentos da empresa interessada ou detentora daquela descoberta, para que ela possa recuperar os investimentos feitos a partir daquele produto registrado. As informações poderão, então, ser tornadas públicas para que outros possam fabricar congêneres ou genéricos, o que beneficiará os consumidores, a partir da política de fabricação de congêneres e genéricos. A não ser que eu esteja equivocado, parece-me que no entendimento dos consu-

midores, portanto, da população brasileira, a medida provisória é positiva. Quero dizer a V. Ex^a que vamos debatê-la amanhã neste plenário e ouvirei com muita atenção as razões de V. Ex^a para pedir o voto contrário. Entretanto, exporei as razões pelas quais votarei a favor.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Osmar Dias, assim à primeira vista, tem-se a impressão de que esse é o objetivo. A medida provisória foi criada principalmente para a agropecuária, para a qual ela seria extremamente válida.

Aprofundarei o debate, hoje ainda, com outros companheiros que debateram conosco a Lei de Patentes, da qual tive a honra de ser um dos Relatores. Queria mais prazo para que entrássemos no mercado. Não queria um único ano que deram quando fizemos a Lei de Patentes, mas 10 anos, como é na Europa, na Argentina, no Chile. Fomos derrotados neste plenário à época e estabelecemos 1 ano.

A minha preocupação hoje é que, se ela for aplicada como está ajudará um lado e prejudicará o outro. Por isso, pedi que todos os Senadores se debruce sobre essa medida provisória, para que não cometamos nenhum erro. Com toda a certeza amanhã, no aprofundamento do debate, haveremos de ver uma forma que não prejudique, de maneira alguma, o Brasil. Já pagamos muito: perdemos o **pipeline**, pois pagamos o restante das patentes que não eram para ser pagas por ser inadmissível. Já perdemos o INPI, que seria um organismo forte, com banco genético e tudo o mais, e hoje é um órgão falido, que atende sempre com carência de prazo. Enfim, já tivemos muito prejuízo. Isso não pode ocorrer, novamente.

Aproveito o ensejo para pedir aos Srs. Senadores que se aprofundem no entendimento dessa medida provisória, para que amanhã o nosso debate seja o mais profícuo e não permita que o Brasil continue vulnerável, porque já houve grande perda quando da Lei de Patentes.

Sr. Presidente, gostaria, mais uma vez, de lembrar a responsabilidade que temos ao apreciar essa medida provisória, que pode ser um instrumento realmente vantajoso para o Brasil, mas não da forma como está redigida. Quando a li, fiquei preocupado. Entendo que é necessário nos aprofundarmos no debate para que não tenhamos novamente perdas em relação à Lei de Patentes.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Wilson, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Francelino Pereira, que tanto tem batalhado pelo cinema nacional, gostaria de enaltecer primeiramente algo extremamente positivo que está acontecendo. Filmes como *Cidade de Deus*, *Madame Satã* e outros têm feito com que brasileiros cheguem às salas de cinema e tenham vontade de aplaudir e assistir a outros filmes brasileiros com a mesma qualidade. *Cidade de Deus* já bateu recordes: mais de 2,5 milhões de espectadores pelo Brasil afora. É um filme extremamente sério, extraordinário, o qual tem levado as pessoas a refletirem a respeito do que se passa numa das áreas de maior dificuldade do Brasil, numa das metrópoles mais desenvolvidas: o Rio de Janeiro. Justamente ali observamos enormes restrições para viver com dignidade, desde a infância e a adolescência. Elas não têm alternativa senão conviver com a marginalidade e a violência, tornando-se aviõezinhos do narcotráfico. Estão de parabéns os responsáveis pela película *Cidade de Deus*, merecidamente designada para representar o Brasil no próximo Oscar.

No último final de semana, tive a oportunidade de assistir ao filme *Madame Satã*, de extraordinária qualidade, que mostra a história de um personagem que viveu nos anos 30, junto ao bondinho dos Arcos da Lapa no Rio de Janeiro. Pudemos apreciar novamente a qualidade do cinema brasileiro pela direção do filme, pela qualidade dos atores, pelas imagens, pela fotografia e pela história extraordinariamente comovente, que nos faz pensar na vida de muitos brasileiros que, como o personagem, sofreram dificuldades imensas para se tornarem artistas por serem negros e objeto de preconceitos. *Madame Satã* consegue, de alguma forma, fazer-nos pensar nisso.

Tive a oportunidade de encontrar o Senador Roberto Saturnino no cinema. S. Ex^a e sua esposa aplaudiram aquele belo filme. Ficamos contentes com a qualidade extraordinária do filme brasileiro.

Madame Satã recebeu o prêmio de melhor filme no Festival de Huelva, na Espanha, assim como

seu ator principal, o de melhor ator dentre os filmes lá apresentados.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, somente para também expressar a mesma satisfação com que V. Ex^a se manifesta na tribuna, e reforçar esse sentimento que nós, brasileiros, estamos tendo com a qualidade da produção cinematográfica nacional nestes últimos tempos. Depois de todo aquele esvaziamento, a crise terrível que o cinema brasileiro enfrentou nos últimos anos, agora estamos vivendo exatamente o ressurgir dessa sucessão de obras de arte da indústria cinematográfica brasileira que nos enche de orgulho, dada a importância e o significado que a produção cinematográfica tem em termos de promoção da própria auto-estima brasileira, da retratação da nossa realidade e da promoção do Brasil no exterior. *Madame Satã* realmente é um grande filme, considerado internacionalmente, como, enfim, outras produções nacionais também granjearam o mesmo reconhecimento e prestígio: *Cidade de Deus*, *O Invasor* – citando somente os últimos. De forma que isso nos leva a manifestar esse sentimento de regozijo. V. Ex^a faz muito bem em ressaltar a importância disso e a sua própria satisfação de estar no Rio no último fim de semana, apreciando as belezas da nossa Cidade e tendo a oportunidade de confraternizar com seus colegas representantes daquele Estado. Meus cumprimentos, Senador!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Congratulo-me com V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino. Parabênizo Karim Ainouz, diretor de *Madame Satã*, que ganhou o prêmio de melhor filme; Lázaro Ramos, que faz justamente o papel de *Madame Satã* e que recebeu o prêmio de melhor ator; e Walter Carvalho, pela fotografia, pois foram vencedores no Festival de Huelva, na Espanha, juntamente com outro filme brasileiro *Uma Vida em Segredo*, de Suzana Amaral, que recebeu o prêmio especial do júri de melhor direção e melhor atriz para Sabrina Greve. *Uma Vida em Segredo* é uma adaptação do livro de Autran Dourado, que fala da personagem Biela, moça matuta, que não se adapta à vida na cidade.

Cumprimentamos, então, os responsáveis por esses filmes nacionais, assim como também o filme *Cidade de Deus*, que vem honrando o cinema brasileiro.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, ilustre Senador Francelino Pereira.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Eduardo Suplicy, depois da tormenta, há calma e paz no plenário do Senado. V. Ex^a, neste clima de paz, concede-nos a oportunidade de abordar um pouco a cinematografia brasileira e internacional. Lembrando que, efetivamente, esta Casa deu uma contribuição decisiva, com a participação de V. Ex^a, de forma saliente, e a dos Senadores Roberto Saturnino e José Fogaça, e de toda a Comissão Especial do Cinema, para que fosse criada no Brasil a Agência Nacional de Cinema, que está em pleno funcionamento. Mas gostaria de pedir a V. Ex^a que também mencionasse nesta exposição o filme *Uma Onda no Ar*, com roteiro e direção de Helvécio Ratton, cineasta que vive em Belo Horizonte, mas também no Brasil e no mundo inteiro, tratando basicamente, ou exclusivamente, do desafio do cinema no Brasil. O filme *Uma Onda no Ar* tem a mesma dimensão, embora com uma visão um pouco diferente, do filme *Cidade de Deus*, exatamente porque reflete a batalha que travou uma liderança de uma vila em Belo Horizonte, para implantar uma rádio comunitária, ou seja, a *Rádio Favela*. Essa rádio foi uma invenção de Misael e de seus companheiros, conhecida inicialmente como Vila do Cafezal, marcada por certos estigmas, que, aos poucos, transformou-se em onze vilas, ligadas à cidade propriamente dita. Esses amigos nossos criaram a rádio e enfrentaram dificuldades para que ela funcionasse. A Polícia trancou suas portas e retirou os aparelhos que eram utilizados por Misael e seus amigos, até que o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, liberou a autorização, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Estivemos lá várias vezes e sempre voltaremos. Na última vez, eu o fiz ao lado do então candidato a Presidente da República Ciro Gomes, numa revelação de que efetivamente a rádio é um sucesso naquela cidade. Helvécio Ratton, então, transformou a história da *Rádio Favela* num filme chamado *Uma Onda no Ar*. Esse filme está sendo exibido no Brasil inteiro, com manifestações de méritos de todas as formas. O filme se ajusta a uma visão um pouco diferente do filme **Cidade de Deus**, mas dentro da mesma linha básica. Assim, é preciso citar sempre essa produção que

veio de Minas Gerais, mas que está servindo ao cinema nacional e estrangeiro também. Parabéns a V. Ex^a pela iniciativa de promover o debate sobre uma atividade muito importante para o Brasil.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Francelino Pereira. Não conhecia ainda o filme, mas, pelo que observo, a história dessa rádio comunitária servirá para que nós Senadores e o novo Governo eleito possamos refletir sobre a natureza das rádios comunitárias e a legislação a respeito. Tive conhecimento de que, neste último final de semana, em Brasília, houve uma reunião com representantes das rádios comunitárias da qual participaram cerca de 3.000 pessoas. Foram convidados policiais federais a dar seu testemunho sobre como haver um melhor reconhecimento do serviço prestado por essas rádios comunitárias que deveriam merecer mais atenção da legislação.

Sabemos que essas rádios prestam serviços que muitas vezes não são prestados pelas grandes emissoras, que são normalmente ligadas a grandes grupos econômicos. Até mesmo emissoras de grande significado para a vida nacional, por terem uma grande amplitude de interesses no noticiário, esmeram-se na notícia, mas nem sempre prestam à comunidade os serviços que prestam as rádios comunitárias. Esse filme certamente contribuirá para conhecermos melhor esses fatos.

A propósito, registro que, nestes dias, se está realizando o 35º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em que há a competição de, pelo menos, seis filmes inéditos de longa metragem, tais como *Amarelo Manga*, dirigido por Cláudio Assis; *Cama de Gato*, de Alexandre Stockler; *A Festa de Margarette*, de Assis e Renato Falcão. Há ainda outros filmes que não tive a oportunidade de conhecer, como *Dois Perdidos Numa Noite Suja*, de José Joffily, e *Lua Cambará*, de Cariry. Somos todos convidados a assistir aos filmes desse 35º Festival de Cinema.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Lindberg Cury, ouço V. Ex^a para que também possa participar dessa homenagem ao cinema brasileiro.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um Senador bastante atuante. Entre assuntos econômicos e políticos debatidos extensivamente no Senado com muita frequência, haja vista que esta Casa trata de temas dessa

natureza, V. Ex^a traz a cultura à tona. Parabenizo-o por várias razões e, principalmente, pela criação da Agência Nacional do Cinema, que mostra por que veio, pois está levando a cinematografia brasileira para o mundo todo. Eu planejava registrar – e V. Ex^a o fez com antecedência – o 35º Festival do Cinema Brasileiro, que se realiza em Brasília criando uma importante tradição e trazendo lançamentos produzidos durante os anos anteriores. Assim, tanto o público brasileiro quanto o brasiliense têm oportunidade de conhecer as principais propostas oferecidas pelo cinema. Participei do Primeiro Festival do Cinema Brasileiro em Brasília. Como o tempo passa de forma vertiginosa, assiste-se, atualmente, ao 35º Festival. Será, então, uma oportunidade, especialmente para os Parlamentares que têm atuado na área da cultura, de ver de perto esse evento realizado em nossa Capital. Parabenizo-o por citar filmes que estão repercutindo no mundo cinematográfico em quase todos os festivais. Apresento os meus cumprimentos e renovo o convite a todos para que acompanhem o 35º Festival do Cinema Brasileiro, sendo a presença dos Parlamentares importantíssima, principalmente porque se fala em cultura e se pode verificar se os trabalhos feitos aqui nesta Casa estão sendo bem direcionados. Muito obrigado!

O SR. EDUARDO SUPLICY – (Bloco/PT – SP)

– Quero, então, reforçar o convite que V. Ex^a, como Senador do Distrito Federal, faz-nos para assistirmos ao 35º Festival de Cinema, quando serão exibidos, além dos filmes que mencionei, *Celeste e Estrela*; o ainda inédito segundo longa metragem de Betse de Paula, *O Casamento de Louise*; e ainda um outro filme de Alain Fresnot, *Desmundo*, ambientado no Brasil do séc. XVI e falado em português arcaico, exibido com legendas em tradução para a forma corrente do idioma.

O filme é baseado em um romance da escritora Ana Miranda com base em fatos históricos verídicos.

Seria importante que, de fato, déssemos força ao cinema brasileiro, comparecendo a essa amostra de filmes como *Cidade de Deus* e *Madame Satã*, que ganhou o prêmio Colombo de Ouro, no Festival de Cinema realizado nesse final de semana na Espanha.

Gostaria, ainda, de ressaltar, Sr. Presidente, a importância do encontro que se está realizando no Congresso Nacional, A Cúpula Parlamentar de Integração Continental, que discutirá o processo de for-

mação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca. Seria importante refletirmos a respeito das observações formuladas na última quinta-feira na **Folha de S.Paulo** por Paulo Nogueira Batista Júnior:

“Como fica a Alca depois das recentes eleições nos EUA e no Brasil? Tudo indica que pior. Um acordo só será concluído, se o Brasil se conformar com uma negociação que se revelará cada vez mais problemática e desequilibrada.

Ao longo dos últimos anos, Paulo Nogueira Batista tem procurado explicar por que a Alca era uma iniciativa potencialmente perigosa para o Brasil. Com o governo de George W. Bush, as perspectivas da Alca tornaram-se ainda mais sombrias. Os EUA passaram a seguir, com uma dose de franqueza maior do que a habitual, uma concepção muito peculiar de livre comércio, concepção que pode ser resumida da seguinte forma: por um lado, o máximo de abertura nos temas e setores em que os EUA apresentam vantagens competitivas; por outro, protecionismo, não raro sem disfarces, para os setores frágeis ou pouco competitivos da economia norte-americana.

Sempre foi um pouco assim. Mas nos tempos de Bush as sutilezas e hipocrisias foram para o espaço.

Essa nova linha recebeu um claro endosso nas eleições de meio de mandato, neste início de novembro. É claro que pesou decisivamente o prestígio conquistado pelo Governo Bush na luta contra o terrorismo. Eis aí a grande contribuição de Bin Laden e seus correligionários: conseguiram despertar e legitimar os piores instintos e tendências dos EUA. Em retrospecto, pode-se perceber que, graças a eles, um governo que começou fraco e meio desacreditado encontrou um ponto de apoio para se recuperar politicamente.

Mas, além do efeito Bin Laden, questões econômicas e de comércio exterior tiveram grande influência nos resultados das eleições em vários Estados ou regiões. Em 2001-2002, a aplicação de medidas de apoio setorial ou proteção contra a concorrência estrangeira foi cuidadosamente calibrada para reforçar o cacife político-eleitoral do presidente Bush e do Partido Republicano. Por exemplo: as restrições às importações de produtos siderúrgicos, a ampliação do apoio à agricultura, o uso continuado da legislação antidumping para proteger diversos setores e a aprovação pelo Congresso de um mandato muito restritivo para negociar acordos comerciais (**Trade Promotion Authority** de 2002).

Em outras palavras, medidas que já vinham indicando, de forma bastante evidente, que a Alca pouco nos poderia trazer de positivo contribuíram para a importante vitória de Bush e dos republicanos nas eleições recentes. Ora, em time que está ganhando...

Tradicionalmente, os democratas eram vistos como mais protecionistas do que os republicanos em matéria de comércio internacional e, em compensação, mais flexíveis em matéria financeira (FMI, dívida externa etc.). O governo George W. Bush, entretanto, vem sendo mais protecionista do que o seu antecessor democrata. E não compensa essa maior rigidez comercial com flexibilização na área financeira. Ao contrário, no campo financeiro, Bush segue a tradição republicana e tende a ser mais rígido do que Clinton (vide o tratamento dispensado pelo FMI e pelo Governo dos Estados Unidos à Argentina em 2001-2002).

É verdade que nesse terreno o Governo Bush não tem sido tão rígido quanto se chegou a temer. O tratamento dispensado ao Brasil, notadamente o tamanho do empréstimo previsto no nosso mais recente acordo com o FMI, indica que a rigidez financeira é menor na prática do que no discurso da administração republicana.

Para o Brasil, porém, o acordo com o FMI é “uma faca de dois legumes”, como diria Vicente Matheus. Traz, sem dúvida, um importante alívio de curto prazo para as nossas agruras financeiras. Mas um país que depende do FMI corre o risco de perder poder de barganha e negociações que envolvam interesses de países desenvolvidos que controlam essa entidade. Os Estados Unidos têm, como se sabe, muita influência no FMI. E são os principais mentores e propulsores da Alca. Não é preciso dizer mais nada.

Por outro lado, há que considerar também as eleições brasileiras. Todos os candidatos à Presidência, inclusive José Serra, propuseram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento e fizeram campanha sob o lema da mudança de orientação econômica. Nas eleições de 2002, a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso foi alvo de severas críticas e não teve defensores convictos.

Ora, o que é a Alca senão o aprofundamento e a consolidação, em tratado internacional, do modelo econômico e de inserção externa que foi aplicado no Brasil, com resultados preponderantemente desfa-

voráveis, desde o início dos 90? Como disse um ex-ministro brasileiro, em conversa recente comigo, a Alca é uma espécie de “super-Malan”. Um Malan preservado e garantido em acordo internacional com a maior potência econômica e militar do planeta!

Se as eleições valeram alguma coisa, o Brasil não poderá entrar na Alca. E, sem o Brasil, não haverá a Alca.

Assim conclui Paulo Nogueira Batista em seu artigo sobre a Alca, depois das eleições nos Estados Unidos e no Brasil.

Quero ressaltar quão importante é termos a prudência necessária antes de aceitarmos as diretrizes que, sobretudo, o Governo Norte-Americano tem proposto para o acordo da Alca.”

Sr. Presidente, ainda na semana passada, resaltei a importância do acordo firmado em Salvador entre os Ministros da Justiça e do Interior, do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile de promoverem a livre circulação de pessoas nesses países da América do Sul que formam o Mercosul, mais a Bolívia e o Chile. Hoje o jornal **O Estado de S. Paulo** elogia também esse acordo no editorial “Cidadãos do Cone Sul”.

Peço, Sr. Presidente, que seja transcrito este editorial, que coincide justamente com o ponto de vista que aqui temos defendido da importância de aprimorarmos o entendimento entre os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile, quem sabe um dia da América do Sul, tendo essa possibilidade de todos os brasileiros, uruguaios, paraguaios, argentinos, bolivianos, chilenos, agora, de poderem viver, trabalhar, estudar ali onde escolherem. Assim, terminará o dilema dos brasiguaios, ou argentinos, ou brasileiros, aqui ou acolá, ou bolivianos etc., aqui, clandestinos. Isso será algo do passado, a partir de 2003 e cumprimos as autoridades deste País, inclusive o Ministro da Justiça brasileiro, por este passo importante.

Este é o requerimento, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Cidadãos do Cone Sul

Brasileiros, paraguaios, argentinos e uruguaios poderão cruzar livremente as fronteiras, fixar residência e trabalhar regularmente em qualquer país do Mercosul, assim como os cidadãos da Bolívia e do Chile, logo que os respectivos poderes legislativos ratifiquem o acordo de direitos civis firmado na última sexta-feira em Salvador por ministros da Justiça e Interior das seis nações. O acordo será oficialmente divulgado, na próxima Cúpula do Mercosul, no mês que vem, como um dos mais avançados do gênero no que se refere ao respeito à cidadania.

Os governos têm como objetivo imediato combater a exploração de trabalhadores clandestinos e assegurar maior proteção jurídica a cidadãos como os “brasiguaios”, brasileiros que se estabeleceram em território paraguaio, sobretudo na região fronteiriça. Segundo o Ministério da Justiça, 380 mil brasileiros vivem hoje ilegalmente no Paraguai e outros 10 mil estão na Bolívia. No

Brasil, pelo menos 10 mil bolivianos vivem clandestinamente, trabalhando sobretudo em pequenas confecções em São Paulo. Na Argentina há cerca de 500 mil paraguaios em situação irregular.

Trabalhadores clandestinos são “mercadoria” das máfias de um tipo de tráfico que vive das comissões desse “comércio” ilegal e da extorsão dos próprios trabalhadores. Recebem salários irrisórios, trabalham em condições extremamente insalubres e não podem denunciar tal situação às autoridades por serem, eles próprios, autores do delito de entrar irregularmente em outro país. Os ministros reunidos em Salvador aprovaram uma amnistia a esses trabalhadores semi-escravos, permitindo que eles permanecessem onde vivem

dos e terão, enfim, a chance de denunciar os grupos que os exploram na obscuridade.

Qualquer cidadão desses seis países poderá requerer autorização de residência em outro território do bloco de signatários, primeiro por um período de dois anos e então em caráter permanente. Para serem aceitos, terão apenas de comprovar ausência de antecedentes judiciais, penais ou policiais e demonstrar que podem subsistir por meios lícitos. Pelas regras atuais, o Brasil só permite residência e trabalho permanentes a quem tem filhos com brasileiros, quem investe pelo menos US\$ 200 mil ou que é contratado por empresa para atuar no País. Assim que obtiver o visto permanente, o estrangeiro terá os mesmos direitos civis e trabalhistas que o cidadão nacional, podendo remeter recursos para o seu país de origem.

Com o acordo dos direitos civis, o Mercosul dá um passo histórico no processo de integração regional e põe na agenda de discussões novas e mais complexas questões, como as legislações profissionais e regimes de previdência, por exemplo. O texto do acordo já admite a necessidade de os signatários analisarem a “exequibilidade de firmar acordos de reciprocidade em matéria previdenciária”. Médicos e advogados sofrerão maior restrição para se estabelecer: terão de comprovar sua habilitação em conselhos profissionais locais.

Estarão em debate questões como a equivalência de diplomas, o aumento de concorrentes estrangeiros em atividades liberais, hoje dominadas por profissionais nativos, as diferentes contribuições e benefícios de aposentadoria, entre outras polêmicas que estiveram latentes desde a constituição do Mercosul. Aproxima-se pois a hora de encarar esses temas e, ainda que a discussão seja com-

canamento muito maior do que o que nos estão aplicando.”

Quando disse isso, Duhalde já havia decidido não liquidar um empréstimo vencido de US\$ 805 milhões, concedido pelo Banco Mundial à Argentina – pagando apenas os juros equivalentes a US\$ 79,2 milhões –, e convocar os governadores e os líderes políticos para uma reunião na Quinta de Olivos, para tentar chegar a um consenso político mínimo, condição essencial para um acordo com o FMI.

Duhalde não tinha alternativa viável para o adiamento do

Estaca zero?

Cumprimentos pelo editorial *Política para o lixo* (17/11, A3), que endosso. Mais uma vez esse conceituado jornal sai na frente, alertando seus leitores sobre os riscos que corremos ao não votarmos a nova política nacional de resíduos, em discussão na comissão especial do Congresso Nacional criada para esse fim. Como relator da matéria, posso reafirmar o esforço que foi feito para viabilizar seu encaminhamento em tempo hábil. No entanto, corremos o risco de voltar à estaca zero se, até o fim deste ano, a proposta não for encaminhada para votação. Quero reafirmar aqui o empenho do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, pelo tema e a certeza de que haverá sensibilização política dos membros da comissão para votarmos matéria tão relevante no contexto de um desenvolvimento econômico sustentável. **Emerson Kapaz** (ekapaz@yahoo.com), deputado federal, Brasília

Sindicatos e FAT

Concordo plenamente com a idéia central do editorial *A reforma da estrutura sindical* (18/11, A3). Essa reforma – que precisa realmente ser feita, para que os sindicatos cresçam independentemente de suas relações com o Estado – tem sido impedida, historicamente, pelas organizações pouco representativas, que dependem do Imposto Sindical, tanto no setor dos empregados quanto no patronal. O editorial, no entanto, de forma a nosso ver infeli-

**Livre trânsito
para os
trabalhadores
é um passo
importante na
integração**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há pronunciamentos que se fazem desta tribuna, nesta Casa, que têm um significado muito mais amplo do que termos um Plenário nos escutando, até porque entendemos que o Parlamento tem a obrigação de incorporar determinados temas como meta, buscando constantemente perseguir e alcançar esses objetivos.

Então, queremos, também, dizer que se fala, muitas vezes, desta tribuna, para a sociedade brasileira, para os movimentos sociais organizados, para os nossos educadores, para os estudantes deste País e, principalmente, para aqueles movimentos que, na busca da garantia de direitos, combatem todas as formas de violência, todas as formas de discriminação, que, ainda, infelizmente, existem no nosso País.

Este tema que vamos abordar é exatamente um deles e tem esta característica, por isso, estamos mantendo a nossa inscrição, nesta tarde, fazendo um chamamento à sociedade brasileira para o tema que vamos abordar.

Há 307 anos, mais especificamente, no dia 20 de novembro de 1695, morria, neste País, Zumbi dos Palmares – o maior líder da resistência antiescravista das Américas. Em uma guerra de vida e morte, travada entre a escravidão e a liberdade, Zumbi figurou como um gênio militar, como o comandante do Quilombo dos Palmares – reduto de homens e mulheres livres, que chegou a abrigar mais de 30 mil habitantes.

Por sua capacidade de comandar, de resistir e por seu ideal de liberdade, de justiça e de dignidade que ajudaram a construir este País diante das inúmeras tentativas de destruição do Quilombo de Palmares, Zumbi encarnou os sentimentos mais significativos de dignidade humana que estão em seu ideário pela preservação da vida, pela implantação de um clima de justiça e pela busca incessante de liberdade. São sentimentos que estão atualizadas e que precisam ser resgatados constantemente no espírito, na consciência da gente deste tempo e do futuro que se avizinha.

Morto aos 39 anos de idade, Zumbi tornou-se herói nacional. Extrapolou sua figura, sua imagem e agora é reconhecido internacionalmente. Sua luta

contra a discriminação racial permanece, ainda hoje, como um desafio para a sociedade. Por isso, a data de sua morte tornou-se um marco: o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro. Trata-se de uma data para refletirmos sobre os avanços conquistados e os direitos ainda negados aos negros e negras deste País.

Sr. Presidente, em todos os Estados e cidades do País teremos, nesta semana e até o final do mês, atividades alusivas ao Dia Nacional da Consciência Negra. É necessário registrar que, na próxima quarta-feira, 20 de novembro, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mais de 10 mil integrantes de entidades gaúchas de defesa da comunidade negra e de lideranças das comunidades quilombolas participarão da Marcha pelas Reparações ao Povo Negro.

A mobilização sairá do Parque Marinha do Brasil, às 17 horas, em direção a um ato **show** que será realizado no Largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre. Trata-se de um lugar de referência para todos os eventos democráticos, culturais e políticos em nossa Capital. A caminhada e uma diversidade de atividades integram a programação da 11^a Semana de Consciência Negra de Porto Alegre, que teve início no último dia 14 de novembro e prossegue até o final do mês.

Os promotores da Marcha distribuirão uma carta à população, falando da vulnerabilidade social a que está sujeita a comunidade negra, da exclusão do mercado de trabalho, da discriminação racial e da falta de oportunidades profissionais e econômicas, que trariam crescimento para essa população. O documento também reivindica políticas públicas contundentes que se proponham a amenizar essas desigualdades.

Sr^{as} e Srs. Senadores, falo de políticas como as implementadas nos últimos três anos pelo nosso Governo Popular e Democrático do Rio Grande do Sul. Em nosso Estado, foram registradas 45 áreas remanescentes de quilombos. O Governo, em conjunto com entidades do movimento negro, trabalha no reconhecimento dos territórios para demarcação, concessão de títulos de propriedade para os remanescentes e ações de trabalho e renda, em convênio com a União.

Na área da saúde, em 1999, decreto do Governo estabeleceu a política estadual de controle de hemoglobinopatias, como a anemia falciforme, doença que atinge parcela importante da população afrodescendente, já que um em cada 900 nascidos desenvolve a doença. A Secretaria de Saúde do Estado incluiu

o quesito raça e etnia nos documentos de busca epidemiológica e no teste do pezinho. São todas reivindicações que valorizam e qualificam a luta e a expressão das comunidades negras.

Esse programa contempla exames especializados, educação comunitária e divulgação sobre doenças e tratamento para doentes. Cremos que medidas nesse sentido devem ser adotadas em âmbito nacional para garantir a saúde plena da comunidade negra no Brasil.

Sabemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a desigualdade social tem cor e endereço: é negra e mora na periferia, na favela, na vila, no morro, sob o viaduto e em comunidade quilombola. Comumente, a população negra é associada a uma minoria, o que denota total equívoco político e numérico. Negros e pardos somam 44,3% da população total brasileira. No entanto, ainda lhe são negados os mais básicos direitos.

De acordo com pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento Humano referente à população afrodescendente brasileira, constatamos que a qualidade de vida do negro no País fica em 101º lugar, e a do branco, em 46º.

Conclui-se, portanto, que os negros brasileiros têm qualidade de vida comparável a de países pobres como o Vietnã (que é o 101º lugar na classificação de desenvolvimento das Nações Unidas) e Argélia (100º lugar), onde o desenvolvimento humano é considerado de médio para baixo. Já os brancos têm qualidade de vida similar a de países de maior desenvolvimento, como a Croácia e os Emirados Árabes.

O Brasil, nos seus 502 anos de existência, deve seu desenvolvimento a quase 400 anos de escravização e de utilização de trabalho forçado de negros e negras. Temos, assim, dois “brasis”: um moderno e rico, com seus habitantes majoritariamente brancos e amarelos; e outro anacrônico e miserável, onde a grande maioria é formada por afrodescendentes.

Esse quadro não é apenas uma simples herança da escravidão, uma vez que o racismo vem sendo recriado e realimentado quotidianamente. Tomando como exemplo o mercado de trabalho, verificamos, em termos de renda, que existe uma ordem inconteste: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. Ou seja, os homens brancos recebem, em média, 6,3 salários mínimos; os negros e pardos, 2,9 salários mínimos. As mulheres brancas recebem 3,6 salários mínimos; as negras e pardas, 1,7 salário mínimo.

Verificamos que, em todas as regiões do País, homens e mulheres negros são evidentemente discrimina-

minados no mercado de trabalho. As desvantagens geradas por atitudes discriminatórias ocorrem ao longo de todo o ciclo socioeconômico de vida da população negra.

No caso da mulher negra, sabemos que a situação ainda é pior. Quando o assunto é desemprego, por exemplo, a maior taxa ocorre na população de mulheres pobres e negras, em todas as localidades pesquisadas.

Sr. Presidente, do ponto de vista legal, a nossa Constituição Cidadã, a de 1988, garante que a cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios estruturantes do estado democrático e de direito, proclamando-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Podemos considerar como avanços da Constituição de 1988, do ponto de vista do ordenamento jurídico:

- radicalização do tratamento da discriminação racial, transformando-a em crime imprescritível e inafiançável;

- criação da figura jurídica dos “remanescentes de quilombos”;

- abertura da possibilidade de ações reparatórias, seja em relação a esses últimos, seja em relação à população negra em geral, ao aceitar a possibilidade de ações afirmativas de reparação das desigualdades raciais.

Nossas normas estaduais e municipais sinalizam novas e mais promissoras possibilidades de enfrentamento eficaz das desigualdades raciais, porque, entre outros motivos:

- não se limitam a fixar princípios de não discriminação ou estabelecer sanções negativas;

- estabelecem medidas positivas para a promoção da igualdade, o que implica papel ativo, uma obrigação positiva para o Estado e não apenas uma abstenção (não discriminar);

- introduzem princípios e regras que, ao menos teoricamente, autorizam adoção de medidas destinadas a compensar as desigualdades;

- lançam mão de métodos persuasivos, preocupados em evitar que a discriminação aconteça e preocupados também com a educação para a tolerância;

- ao adotarem métodos persuasivos, sinalizam preocupações com causas e não apenas com resultados.

No entanto, sabemos que as distâncias entre conquistas legais e a concretização das ações políticas são muito grandes. Nesse sentido, é fundamental

a persistência de estratégias, resistências e lutas históricas da população negra, para que se fortaleça e se reavive a memória, desde a escravidão até os dias atuais.

A Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em novembro de 1995, em Brasília, foi um momento marcante da atualidade. Ao reunir cerca de 30 mil pessoas, essa Marcha foi, sem dúvida, o maior evento sobre a questão racial na história do País, contribuindo, de lá para cá, para avançar, fortalecer a ampliar as ações políticas.

Fatos mais recentes foram as mobilizações e formulações para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na África do Sul, em setembro de 2001, reunindo 16 mil pessoas de 173 países.

Alguns aspectos das conclusões dessa Conferência foram: a escravidão considerada crime contra a humanidade; o comprometimento com a erradicação do racismo e o estímulo ao desenvolvimento político, econômico e social da população negra, principalmente das mulheres negras.

O documento oficial brasileiro foi levado para a Conferência e depois retirado do seu relatório. O Governo brasileiro admite que, apesar do atraso histórico, houve alguns avanços, reconhece a sua responsabilidade histórica pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos e propõe como recomendação “alteração do Código Penal Brasileiro, para incluir agravantes de crimes como o racismo, a xenofobia e formas correlatas de intolerância”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo esse acúmulo de lutas e proposições resultam em novas possibilidades de vida para a população negra e expressa a incessante tarefa sugerida aos setores comprometidos com a luta anti-racismo de denunciar as desigualdades, formular propostas e monitorar a implementação das políticas públicas.

Mas é necessário avançar ainda mais. O atual momento político brasileiro – em que o País, em sua transição democrática de poder, busca garantir o tratamento da questão social como principal eixo estruturante para a reconstrução nacional – é extremamente favorável para que seja enfrentado com prioridade o debate e a formulação de propostas de combate ao racismo, o que contribuirá para a busca de garantia da equidade e justiça social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro da tribuna desta Casa, para a sociedade, para o Par-

lamento brasileiro e para os movimentos organizados dos negros e das negras, os compromissos do futuro governo deste País, já publicamente divulgados, para que, na organização da sociedade, na movimentação do Parlamento e na luta de homens e de mulheres, façamos com que se tornem realidade:

- efetivar a titularidade da terra às comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais;

- assegurar o desenvolvimento de programas de profissionalização de mão-de-obra e de geração de renda para os membros dos grupos excluídos, incluindo a população negra;

- introduzir, nas políticas de apoio à pesquisa científica e tecnológica, a igualdade de tratamento para os projetos referentes às relações raciais;

- garantir o cumprimento da Convenção III da Organização Internacional do Trabalho, que trata da assistência às situações de discriminação em relação ao emprego e na admissão do mercado de trabalho entre homens e mulheres, brancos e negros, brancas e negras, acompanhado dos dados estatísticos sobre desigualdade racial no mercado de trabalho;

- intensificar a implementação do Programa Integral da Saúde da Mulher, incluindo o desenvolvimento de programas específicos que contemplem o binômio raça/gênero;

- assegurar o desenvolvimento na detecção da anemia falciforme, da hipertensão e das miomatoses, males cuja incidência maior é na população negra e que acarretam repercussões na saúde reprodutiva;

- assegurar uma boa qualidade de ensino e a adoção de uma pedagogia que pregue a igualdade, que não seja sexista e que trabalhe a etnia como algo consistente da própria vida cultural do nosso País;

- desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidade e de tratamento nas políticas culturais;

- promover o mapeamento e o tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos quilombos bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras;

- estabelecer, definitivamente, como prioridade, programas de combate à violên-

cia racial, com foco especial para as condições vividas pela juventude negra;

- criar instrumentos e canais de participação que diagnostiquem, proponham, acompanhem, avaliem e fiscalizem a execução das políticas anti-racismo, com ênfase no fortalecimento institucional dos atores sociais que protagonizam essa luta;

- garantir o desenvolvimento de políticas de combate à feminilização da pobreza, com base na proteção do trabalho da mulher, mediante incentivos específicos que contemplem as mulheres negras, por meio de programas de acesso, de capacitação e de treinamento para o mercado de trabalho;

- garantir a implementação do programa de prevenção à violência contra grupos em situação mais vulnerável, como crianças, adolescentes, idosos, mulheres, negros e negras, portadores de deficiência, indígenas, homossexuais e trabalhadores sem terra.

É importante que o nosso Governo, que será liderado pelo nosso Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha consciência da importância de garantir a representação e a visibilidade dos grupos étnicos em todas as atividades: políticas públicas, campanhas, atividades de comunicação do Governo e de entidades que tenham investimentos político-econômicos da União.

Essa é a missão do País neste novo momento em que a dignidade, a justiça e o combate à pobreza e à exclusão são desafiadores. Ao mesmo tempo, a sociedade deve organizar-se, para que a resistência e a luta manifestem-se.

Esse Dia Nacional da Consciência Negra, quando resgatamos a história e fortalecemos a luta do presente com a perspectiva de um futuro melhor, precisa ser registrado nos Anais desta Casa como compromisso nosso, como compromisso do Parlamento, mas principalmente como compromisso do novo tempo que o Brasil viverá, quando a sociedade brasileira e os movimentos organizados de negros e negras ajudarão a resgatar essa grande dívida social.

Dessa forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, na inspiração de Zumbi dos Palmares, temos convicção de que estaremos contribuindo de forma efetiva para a construção e o fortalecimento de uma sociedade mais justa, mais igualitária, revertendo o processo histórico de exclusão da comunidade negra brasileira.

Era a homenagem que queria fazer à história de luta da comunidade negra, uma história que se perpe-

tua durante os nossos dias e que, portanto, é sempre tema para os registros nos Anais desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a moradia passou, a partir da Emenda nº 26, de 2000, de minha iniciativa, a ser um dos direitos sociais do cidadão reconhecidos pela Carta de 1988. É, portanto, dever constitucional do Estado brasileiro trabalhar para que todos os cidadãos tenham acesso a meios realistas para a aquisição da casa própria.

Quando digo que os meios colocados à disposição dos brasileiros devem ser realistas, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho em mente duas condições básicas a que esses dispositivos de financiamento da moradia devem atender. Primeiramente, refiro-me à acessibilidade, isto é, ao fato de os financiamentos estarem ao alcance do trabalhador. Além disso, na medida do possível, é necessário que esses meios sejam autofinanciados, o que significa que o trabalhador deve ser capaz de pagar, com seus recursos, a ajuda financeira recebida, de modo a não descapitalizar, no longo prazo, as fontes oficiais de recursos para financiamento.

Evidentemente, cabem aqui duas observações. A primeira constata que há um elevado contingente de brasileiros excluídos do mercado de trabalho formal que não têm condição de pagar nada. Para esses, programas a fundo perdido podem ser postos em execução com o necessário cuidado para evitar beneficiar quem não precisa.

A outra observação parte da consciência de que o déficit habitacional não se limita às camadas de menor renda da população, mas se estende a uma boa parte da classe média, duramente empobrecida ao longo dessas últimas décadas de estagnação econômica. Esse fato implica a criação de formas de financiamento ajustadas para cada estrato socioeconômico, única maneira de se debelar, em prazo razoável, o problema do déficit habitacional, que constitui, sem a menor dúvida, um dos fatores determinantes para a posição humilhante do Brasil na tabela do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – da Organização das Nações Unidas – ONU.

É nesse contexto que saúdo a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, do Projeto de Lei nº 18, da Câmara dos Deputados, que acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, para permitir a utilização do Fundo de Garantia por Tempo

de Serviço – FGTS – na aquisição de lote urbanizado, visando à construção da casa própria.

Trata-se de proposição meritória do Deputado Geraldo Magela, de que fui Relator na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Ora, Sr. Presidente, a falta desse dispositivo constituía uma lacuna naquele diploma legal, pois há um grande contingente populacional que, mesmo empregado, não tem condições de comprar sua casa própria, nem mesmo com as alternativas hoje disponíveis para a utilização de seu FGTS – aquisição de moradia pronta, liquidação de saldo devedor de financiamento concedido pelo Sistema Financeiro de Habitação, abatimento de prestações do Sistema Financeiro de Habitação, ou pagamento de parcelas de imóvel residencial em fase de construção.

Essas pessoas, no entanto, quando dispõem de um lote, podem ir construindo aos poucos sua moradia, com o próprio trabalho, nos dias de folga do emprego, ou por meio de mutirões com os vizinhos.

As restrições previstas no projeto, segundo as quais a área do lote a adquirir não exceda 250 m², a quantia financiada não ultrapasse 80% do seu valor e a conta vinculada do trabalhador tenha pelo menos três anos de depósitos contínuos, mesmo com mudança de empregador, servem para conferir a essa alternativa de financiamento habitacional aquela devida segurança de equilíbrio financeiro para o FGTS, sem representar um grande entrave para os tomadores.

São motivos bastantes para que eu peça, recomende, sugira a meus Pares a atenção merecida por esse projeto e sua aprovação, pois é uma medida que contribuirá para a solução da nódoa social que é o déficit de moradias, hoje de quase 7 milhões e 600 mil famílias que não têm casa própria em nosso querido Brasil.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Romero Jucá e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemora-se, neste 19 de novembro, o Dia da Bandeira. Constituindo, juntamente com o Hino, o Selo e o Braço de Armas da República, o elenco dos símbolos nacionais, ela foi criada a partir de projeto conjunto de

Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, e de desenho de Décio Vilares, com nítida influência do pavilhão do Império, do pintor francês Jean Baptiste Debret, substituída a coroa imperial pela esfera azul-celeste e a divisa positivista “Ordem e Progresso”.

Essa esfera reproduz o céu da cidade do Rio de Janeiro, com a constelação do Cruzeiro do Sul, às 8 horas e 30 minutos de 15 de novembro de 1889, dia da Proclamação da República.

Neste ponto, é oportuna a referência ao “Plebiscito da Bandeira”, sugerido pelos jornais da França e realizado logo após essa data histórica, indagando se o pavilhão do Império deveria ou não ser mantido em sua forma original, substituindo-se apenas as armas da Monarquia. Pela unanimidade dos votos dos presidentes das províncias, consolidaram-se as alterações por decreto de 19 de novembro de 1899.

Posteriormente, a Bandeira foi modificada pela legislação, de sorte a que nela constassem os 26 Estados e o Distrito Federal. Dessa forma, o Ceará, que aqui representamos, corresponde à estrela Epsilon, da constelação de Escorpião, a oitava do Zodíaco.

As normas legais pertinentes resumem-se à Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, com o aporte de disposições das Leis nºs 6.620, de 17 de dezembro de 1978; 6.913, de 27 de maio de 1981; e 8.421, de 12 de maio de 1992, esta dispondo sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais, em princípio inalteráveis, liberando-lhes o uso, assegurado, contudo, “o respeito que se lhes deve”.

Admite “a permanência da Bandeira Nacional hasteada à noite, desde que convenientemente iluminada”, e libera sua apresentação em edifícios públicos e particulares, escolas, clubes de esporte, igrejas, escritórios etc.

Determina que ela “estará permanentemente no topo de um mastro especial na Praça dos Três Poderes, na Capital da República, como símbolo perene da Pátria e sob a guarda do povo”.

Nomeia, como vimos, o Hino, as Armas, o Selo e a Bandeira como símbolos nacionais e estabelece a sua atualização “sempre que ocorrer a criação ou extinção de Estados”.

Determina os tipos de sua confecção, segundo as dimensões e condições de uso, estabelecendo módulos a serem observados para a distância dos vértices do losango amarelo, do círculo azul e dos tamanhos da faixa branca e das letras da legenda “Ordem e Progresso”.

Sob a nossa presidência, o Conselho Editorial da Câmara Alta do País fez editar, em 1999, “A História dos Símbolos Nacionais”, de Milton Luz, compreendendo a Bandeira, o Brasão, o Selo e o Hino pátrios, há pouco citados.

Expõe-se, nesse livro, que o “Símbolo Augusto da Pátria” foi criado em 19 de setembro de 1822, por decreto de D. Pedro I, referendado por José Bonifácio. Essa Bandeira, representativa do Reino do Brasil, teve alterada a coroa real pela imperial, após a aclamação de D. Pedro como o primeiro Imperador, e trocadas as armas do Império pelo emblema republicano, em 1889.

Segundo o autor, o que distingue a nossa Bandeira é a disposição do losango amarelo sobre o campo verde, porquanto, em todo o mundo, nenhum outro pavilhão nacional dispõe de desenho igual ou parecido, nem mesmo possui o verde e o amarelo como suas cores principais ou únicas.

Para muitos, tais cores são os seus elementos fundamentais, constituindo o emblema central não mais do que uma indicação superposta, representativa de um regime ou de uma época, o que justificou a rejeição de todas as tentativas de mudanças do desenho original, quando da Proclamação da República.

Por isso mesmo, o Governo Provisório da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, com o Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, entendeu que a antiga bandeira recordava “as lutas gloriosas do Exército e da Armada na defesa da Pátria”, simbolizando as cores a perpetuidade e integridade dela entre as outras nações.

Nos dias correntes, ainda por força da citada Lei nº 5.700, de 1971, constitui desrespeito à Bandeira brasileira apresentá-la em mau estado de conservação; alterar-lhe a forma, as cores, as proporções, o dístico, ou acrescentar-lhe inscrições; usá-la como roupa, reposteiro, pano de boca, guarnição de mesa, revestimento de tribuna e como cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a inaugurar, além de reproduzi-la em rótulos ou invólucros de produtos expostos à venda.

Igualmente, as que demonstrarem mau estado de conservação devem ser incineradas no Dia da Bandeira, em cerimônia peculiar, proibindo-se que as de outros países sejam hasteadas sem que seja ao seu lado direito, e em igual dimensão, salvo nas sedes de representações estrangeiras.

Concluimos, Sr. Presidente, este indispensável registro, concordando que a nossa Bandeira é, sem dúvida, o mais “querido símbolo da terra”.

Não fosse a própria representação do País, conforme define a Carta Magna, em seu art. 13, ela constitui fator de agregação nacional, quer por despertar em todos os brasileiros o forte sentimento de amor à Pátria, quer por induzir à união quantos deles se diferenciem por idade, sexo, cor, prática religiosa ou ideologia.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das grandes conquistas dos portadores de deficiência foi, sem dúvida, o acesso às práticas esportivas, tão importantes para a sua integração social como para a manifestação de verdadeiros talentos desportivos. O chamado desporto adaptado surgiu da necessidade de reabilitar os indivíduos traumatizados advindos das duas Grandes Guerras Mundiais. O esporte, como prática para pessoas portadoras de deficiência física, efetivou-se na Inglaterra, no ano de 1944, mais precisamente em Aylesbury, no Hospital de Stoke Mandeville, onde o médico alemão Ludwig Guttman, neurocirurgião e neurologista, introduziu as atividades esportivas como parte essencial do tratamento médico para recuperação das incapacidades geradas por lesões medulares.

Por ocasião dos Jogos Olímpicos de Verão, que aconteceram na Inglaterra em 1948, o Dr. Guttman aproveitou o evento para criar os jogos de Stoke Mandeville para paraplégicos, que passaram a acontecer anualmente, com a participação de outros países. Posteriormente, esforços foram somados para que, em 1960, acontecessem oficialmente os Primeiros Jogos Paraolímpicos em Roma. A partir daí, a Organização Internacional de Esportes instituiu a realização das PARALIMPICS, nome dado às olimpíadas em que participam portadores de deficiência. Desde então, os Jogos Paraolímpicos acontecem na mesma época e na mesma cidade em que se realizaram os Jogos Olímpicos.

No Brasil, há 44 anos, nasciam as duas primeiras entidades com o objetivo de fomentar o esporte para as pessoas portadoras de deficiência em nosso país: o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro, e o Clube dos Paraplégicos, em São Paulo. De lá para cá muitas foram as mudanças. O paradesporto cresceu, se desenvolveu e alcançou níveis de qualidade e rendimento similares aos do esporte olímpico brasileiro. As conquistas de nossos paratletas foram fruto de muita perseverança, treinamento, força de vontade e, acima de tudo, a crença de que o esporte não é apenas um meio de reabilitação da pessoa portadora de deficiên-

cia, mas, acima de tudo, um poderoso instrumento de sociabilização e aumento da auto-estima.

Em 1960, quando a Primeira Paraolimpíada foi realizada em Roma, Itália, participaram dos jogos apenas 400 atletas de 23 países. Em Sydney, Austrália, nos jogos de 2000, competiram 4 mil atletas de 123 países. O desenvolvimento internacional teve reflexos no Brasil: na Primeira Paraolimpíada em que o país participou, em 1972, os paratletas brasileiros não conquistaram medalhas. Já nos jogos de 2000, em Sydney, o Brasil fez sua melhor campanha Paraolímpica, voltando para casa com 22 medalhas e quatro recordes mundiais.

Essa evolução deveu-se, em grande parte, à atuação das entidades responsáveis pelo desporto paraolímpico brasileiro. No Brasil, a estrutura do esporte para pessoas portadoras de deficiência iniciou-se em 1975 com a criação da ANDE – Associação Nacional de Desportos para Deficientes, que abrigava todo tipo de deficiência. Com a participação crescente de pessoas deficientes, entidades de deficiências afins foram se agregando em outras associações e, hoje, compreendem seis associações esportivas distintas ligadas ao Comitê Paraolímpico Brasileiro. São elas: Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC); Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (ABRADECAR); Associação Nacional de Desportos para Deficientes (ANDE), que organiza competições para paralisados cerebrais e outras deficiências; Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais (ABDEM) e a recém criada Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira (CBBC).

Em que pese a idêntica importância de todas essas entidades, quero destacar, neste pronunciamento, a atuação da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (ABRADECAR), com especial ênfase para a publicação *Toque a Toque*, editada por sua iniciativa.

Fundada em 09/12/84, na cidade do Rio de Janeiro, a ABRADECAR é uma instituição especificamente esportiva, com regionais distribuídas pelo País, sem finalidade lucrativa, criada a partir da constatação da necessidade de uma entidade representante de atletas portadores de deficiência físico-motora, e dos interesses da classe de atletas, dentro e fora do País.

A ABRADECAR setorizou o País em cinco regionais que, gradativamente, ampliaram as áreas de atuação do esporte adaptado, criando coordenações nacionais das modalidades praticadas, que trabalham no sentido de proporcionar, igual e gradativa-

mente, recursos e benefícios internos e externos, com o objetivo de favorecer a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência.

A instituição mantém-se de contratos e patrocínios diversificados, firmados com empresas privadas e governamentais, visando, principalmente, o atendimento de necessidades de cada modalidade e dos atletas.

Além de promover eventos esportivos estaduais, nacionais e mundiais, com vistas a integrar atletas e equipes, melhorando, desta maneira, o desempenho dos atletas brasileiros, a ABRADECAR tem, também, as missões de manter atualizadas informações inerentes ao esporte adaptado, de fomentar o desenvolvimento do desporto em cadeira de rodas no Brasil, de divulgar o esporte adaptado e de fornecer subsídios técnicos e teóricos para o seu aperfeiçoamento.

Para a consecução desses objetivos, a ABRADECAR edita, desde 1995, a revista *Toque a Toque*, com a finalidade de divulgar os acontecimentos do paradesporto em níveis nacional e internacional. A publicação é distribuída gratuitamente a universidades, associações de portadores de deficiências, órgãos públicos, clínicas médicas, autoridades municipais, estaduais e federais, associados e clubes, além de 15 países.

A *Toque a Toque* é a única publicação voltada para os paraolímpicos no Brasil e, por isso, tem feito tanto sucesso. Além de divulgar os resultados de campeonatos, traz artigos técnicos e científicos que são fontes de pesquisa para alunos de Fisioterapia e Educação Física das principais universidades brasileiras.

Com essa iniciativa, a ABRADECAR possibilita aos paratletas a oportunidade de ver suas conquistas registradas, o que é um importante reforço de estímulo e motivação e contribui, decisivamente, para a consolidação da prática do esporte adaptado em nosso País.

Hoje, afortunadamente, o paradesporto brasileiro conta com o apoio de leis que viabilizam o seu desenvolvimento e asseguram recursos para o fomento do esporte adaptado, para o treinamento dos atletas e para a manutenção das entidades nacionais.

Mas é bom não esquecermos que isso só se tornou possível pela ação pioneira do associativismo, que deu os primeiros passos para garantir aos portadores de deficiência o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Por essa razão, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar meus cumprimentos ao relevante trabalho da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de

Rodas e saudar, particularmente, a publicação da revista *Toque a Toque*, ação e veículo que contribuem para melhorar a qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência, integrando-a totalmente à sociedade e permitindo-lhe exercer plenamente sua cidadania.

Muito obrigado pela atenção!

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi publicado no **Diário Oficial** da União, do último dia 14, o edital do concurso público para professor da Escola Técnica Federal – ETF de Palmas, no qual, serão oferecidas 50 vagas para o cargo de professor, distribuídas em mais de 20 disciplinas.

Este concurso representa um passo importante para a efetiva implantação da Escola Técnica Federal na capital tocantinense, que tem à frente uma competente comissão de professores e gestores em educação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET/PR. Escola Técnica que vem ao encontro de um acalentado sonho de todo o povo da Região Norte e se insere na visão moderna de que é preciso qualificar os jovens para chegarem ao mercado de trabalho com conhecimentos que lhes permitam entender o mundo competitivo em que vivem.

A maioria das pessoas que conhece Palmas se impressiona com os aspectos físicos do prédio que comportará esta nova unidade educacional, assim como sua localização privilegiada. No entanto, como pedagogo que sou, por formação acadêmica, o que mais me traz satisfação é saber que a implantação da ETF de Palmas estará nas mãos de profissionais que trazem uma tradição de nove décadas, sendo o Centro de Educação Tecnológica do Paraná considerado um centro de referência do ensino tecnológico, não só na Região Sul, mas em todo o País.

Isto nos dá a certeza de que mais do que prédios, equipamentos e laboratórios bem implantados, teremos em Palmas uma escola técnica oferecendo ensino de qualidade, com política pedagógica que terá por objetivo educar dentro de um padrão de excelência, sempre com os olhos voltados para a evolução permanente e adaptando-se às mudanças, às exigências e aos constantes avanços tecnológicos que o mundo globalizado nos apresenta dia após dia.

Nesse processo de ensino/aprendizagem, estamos certos de que na definição de objetivos pela equipe do CEFET/PR será dada a devida importância para a necessidade de se construir a missão estratégica da escola, com respeito ao contexto cultural, regional, social, político e econômico do Tocantins. Estamos certos que haverá uma valorização do siste-

ma produtivo, preparando nossos jovens para o mundo do trabalho, sem, contudo, perder a referência de que é indispensável dar aos futuros alunos da Escola Técnica Federal de Palmas uma visão crítica do mundo, até mesmo como exercício de uma pedagogia moderna, que se materialize na construção do saber que forma homens e mulheres de modo integral.

Não podemos deixar de citar, e ao mesmo tempo de agradecer, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pelo empenho que tiveram em instalar a Escola Técnica Federal de Palmas, compreendendo o quão importante será para o desenvolvimento de todo o Tocantins a formação de técnicos capazes de se tornarem forças motrizes para impulsionar o desenvolvimento sustentável do Estado. Aliás, quanto ao desenvolvimento sustentável, com o amplo uso da tecnologia não será para nós tocantinenses uma novidade ou uma mudança de comportamento a trazer preocupações. Isto porque é este modelo de progresso que tem balizado os oitos anos contínuos de gestão do Governador Siqueira Campos e que, com certeza, será também marca da administração do próximo Governador Marcelo Miranda.

Como Senador, como pedagogo, mas fundamentalmente como cidadão e morador de Palmas, a mais nova capital do país, quero parabenizar a equipe do Centro de Educação Tecnológica do Paraná, que traz sua parcela de contribuição para a consolidação do Estado do Tocantins. Desejo a todos muito sucesso, certo de que a escolha destes 50 educadores, por meio de concurso público, com sua primeira fase marcada para 15 de dezembro próximo, representa um marco histórico para o Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2002
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2002, proveniente da Medida

Provisória 59, de 2002, que dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 25 de 2002, e contrário às Emendas nºs 1 a 3, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ).

Relator Revisor: Senador

(A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, ocasião em que teve sua apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, após ouvir as lideranças, estando a matéria trancando a pauta).

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 26, DE 2002

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002, proveniente da Medida Provisória 61, de 2002, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Herculanho Anghinetti (PPB-MG).

Relator Revisor: Senador

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2002

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2002, proveniente da Medida Pro-

visória 62, de 2002, que altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 27 de 2002, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Paulo Marinho (PFL-MA).

Relator Revisor: Senador

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 28, DE 2002

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal,
com a redação dada pela
Emenda Constitucional nº 32)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, proveniente da Medida Provisória 69, de 2002, que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 28 de 2002, incorporando integralmente a Emenda nº 14 e, parcialmente, a Emenda nº 11; e contrário às demais, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Hugo Biehl (PPB-SC).

Relator Revisor: Senador

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2001

**(Em regime de urgência – art. 336, II, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 542, de 2002)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001 (nº 3.752/97, na Casa de origem), que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 593, 594 e 595, de 2002, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvenício da Fonseca, 1º pronunciamento: pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria; 2º pronunciamento: favorável, com voto contrário do Senador Waldeck Ornelas; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com votos contrários dos Senadores Pedro Simon, Antônio Carlos Junior, Waldeck Ornelas, Romero Jucá, José Eduardo Dutra, Roberto Freire e Osmar Dias, e abstenção do Senador Lúcio Alcântara.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária do último dia 12, quando teve sua apreciação adiada para o dia 16 de dezembro. No entanto, no dia 14 foi aprovado o Requerimento nº 542, de 2002, de urgência para a presente matéria.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 128, DE 2002-COMPLEMENTAR
(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002
Complementar)
(Em regime de urgência – art. 336, II, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 532, de 2002)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.017, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Souto, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002-Complementar, que tramita em conjunto.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 7 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22,
DE 2002 – COMPLEMENTAR
(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002
Complementar)
(Em regime de urgência – art. 336, II, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 532, de 2002)

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regular a substituição tributária no campo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 8 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II,
combinado com o art. 338, IV, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 533, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.037, de 2002, Relator: Senador Carlos Bezerra), que autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 9 –

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II,
combinado com o art. 338, IV, do
Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 534, de 2002)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 69, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.038, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá), que autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União - ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 10 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92,
de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001)**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, tendo

Pareceres sob nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral,

– 1º Pronunciamento: (sobre as Propostas): favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995, 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999, 1, 5, 20, de 2000 e 15, de 2001, que tramitam em conjunto; e

– 2º Pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27 de junho passado, quando teve sua discussão encerrada, em primeiro turno, com apresentação de emendas.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 11 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1995
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos da Constituição Federal.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 12 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Althoff, que acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição

Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 13 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora He-loísa Helena, que altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 14 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 15 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que acrescenta parágrafo art. 109 da

Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 16 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 17 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Luzia Toledo, que acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal, para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 18 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 62, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Moza-

rildo Cavalcanti, que altera a alínea a do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 19 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 20 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista tríplice à escolha do Procurador-Geral da República.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 21 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 92,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ney

Suassuna, que altera a competência do Superior Tribunal de Justiça.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 22 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 92, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 81,
de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 23 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2000

**(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 24 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2000

**(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21,
de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92,
de 1999; 1, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José

Roberto Arruda, que dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 25 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 26 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 27 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2002

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unida-

des da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 28 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação), tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 29 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 380, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2001, que outorga permissão à Fundação Sônia Ivar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Brasília – DF, tendo

Parecer favorável, sob nº 9, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 30 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 206, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2002 (nº 1.287/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “Cultura e Saúde” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 747, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 31 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2002 (nº 1.294/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 748, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Arlindo Porto.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 32 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2002 (nº 1.168/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 923, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 33 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 239, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2002 (nº 1.008/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Metrópole a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradina, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob o nº 925, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 34 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 240, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2002 (nº 1.019/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Três Fronteiras “ACTF” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob o nº 926, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 35 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2002 (nº 1.024/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 806, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valmir Amaral.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 36 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2002 (nº 1.047/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 927, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 37 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2002 (nº 1.052/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Extremoz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 928, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 38 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 245, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2002 (nº 1.218/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob o nº 929, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 39 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 257, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2002 (nº 1.170/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Corbélia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob o nº 755, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 40 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 258, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2002 (nº 1.214/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Parque Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob o nº 933, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Siqueira Campos.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 41 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 259, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2002 (nº 1.252/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN ACCCSM/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob o nº 934, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marina Silva.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 42 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 261, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2002 (nº 978/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Santa Albertina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob o nº 935, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 43 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 264, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2002 (nº 1.106/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Indiará – Goiás (Rádio Educativa FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiará, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 756, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 44 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2002 (nº 1.128/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Pirapozinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 936, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

(Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje, em virtude do trancamento da pauta pelo Item 1).

– 45 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2001

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo, tendo

Parecer sob nº 236, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador

José Fogaça, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 13, quando teve sua discussão encerrada e a sua votação transferida para hoje.

– 46 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 13, quando teve sua discussão adiada para hoje.

– 47 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 71, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2002 (nº 1.192/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura de Bonfinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 759, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 48 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 78, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2002 (nº 1.023/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Iporeense de Comunicação – ASSICOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporá, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 760, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

– 49 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 88, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2002 (nº 1.078/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quitandinha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quitandinha, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 762, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 50 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2002 (nº 974/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Comunidade de São João do Triunfo – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 766, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 51 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 266, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2002 (nº 1.132/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Sapé FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapé, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 937, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Adir Gentil.

– 52 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 349, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2002 (nº 1.476/2001, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Iporá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.004, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 53 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 551, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 (nº 2.098/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.073, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

– 54 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 82, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de 2000, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a Polícia *do Senado Federal*, tendo

Pareceres sob nºs 972 e 973, de 2002, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 3 a 6-CCJ, que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-Plen, com votos em separado, contrário do Senador Roberto Freire, e favorável do Senador Sebastião Rocha; e

– da Comissão Diretora, Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, com a Emenda nº 7-CDir (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.*)

(OS 20113/02)

**ATA DA 126ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE
NOVEMBRO DE 2002**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 13 de novembro de 2002)

RETIFICAÇÃO

Trecho de Ata à página nº 21167, referente ao documento a que se refere o relator revisor da Medida Provisória nº 41, de 2002, Senador Ney Suassuna, que se publica em virtude de omissão:

.....
O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, cometeu-se um equívoco quando da redação da medida provisória. Esqueceu-se de alguns produtos importantíssimos usados em larga escala em doenças crônicas. Por essa razão, é preciso que seja inserida no texto da medida provisória a frase “*excetuando-se dessas classificações os produtos de diagnóstico *in vitro**”. Assim, colocaríamos os produtos que estão incluídos e tiraríamos aqueles que não estão adequados a essa classificação.

Como Relator, esse é o projeto de conversão que estou apresentando. Peço aos Srs. Senadores que aceitem essa modificação, para que não se crie um problema em relação a uma série de remédios importantes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, aguardo que V. Ex^a redija o encaminhamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Já está redigido, Sr. Presidente.

É o seguinte o documento a que se refere o Senador Ney Suassuna:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 41, DE 2002**Por que deve ser modificada**

Já há alguns anos, o atual governo vem tentando, com êxito, controlar e, se possível, reduzir os preços dos medicamentos, especialmente os de uso continuado em doenças crônicas.

Como parte desse esforço, o Congresso Nacional aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 10.147 de 21 de dezembro de 2000 que aumentou alíquotas do Cofins e do PIS/Pasep incidentes sobre vários produtos mas que, ao mesmo tempo, instituiu crédito presumido na industrialização e isenção na comercialização das alíquotas destes mesmos impostos incidentes sobre determinados medicamentos de faixa preta ou vermelha com o único objetivo de reduzir seus respectivos preços ao consumidor.

Mais tarde, verificou-se que alguns outros importantes medicamentos de uso continuado tais como hemoderivados, eritropoietina, interferon e outros não tinham sido incluídos nas listas da Lei nº 10.147. Visando a corrigir esta falha, editou-se a Medida Provisória nº 41 de 20 de junho de 2002, recém-aprovada pela Câmara dos Deputados.

Ocorre entretanto que grave erro foi cometido na redação desta MP, erro este que passou despercebido na Câmara e que cabe agora ao Senado corrigir. O referido erro foi o de incluir nos dispositivos da MP classificações tarifárias do TIPI que incluem produtos de diagnóstico **in vitro**, produtos estes que claramente não são medicamentos mas sim, como definem a Anvisa e o Ministério da Saúde, meramente “produtos para a saúde”, anteriormente denominados “correlatos”.

Como a Lei nº 10.147 aumentou as alíquotas do Cofins e do PIS/Pasep para ao mesmo tempo conceder seu crédito presumido ou isenção apenas a medicamentos, os produtos para diagnóstico, não o sendo (medicamentos) terão suas alíquotas desses impostos aumentadas em até 8,85%, o que resultará, inexoravelmente em aumento de preços para os produtos de diagnóstico, o que onerará sobretudo o poder público, responsável por mais de 60% das compras desses produtos.

Em resumo: Caso não se acrescente na MP um dispositivo que excetue os produtos de diagnóstico **in vitro** a MP produzirá o efeito exatamente oposto ao que queria produzir, ou seja, aumentos de preços.

FORMA PLEITEADA**MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 41, DE 20 DE JUNHO DE 2002**

Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio - PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º A contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46 e 3303.00 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, excetuando-se destas classificações os produtos de diagnóstico **in vitro**, todos da Tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:

4º A pessoa jurídica que adquirir, para industrialização de produto que gere direito ao crédito presumido de que trata o art. 3, produto classificado nas posições 30.01 e 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributado na forma do inciso I do **caput**, poderá excluir das bases de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins o respectivo valor de aquisição. (NR)

“Art. 3º Será concedido regime especial de utilização de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e

da Cofins às pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3001.20.90, 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributados na forma do inciso I do art. 1, e na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46, da TIPI, e que, visando assegurar a repercussão nos preços da redução da carga tributária em virtude do disposto neste artigo”:

I – tenham firmado, com a União, compromisso de ajustamento de conduta, nos termos do § 6º art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; ou

II – cumpram a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos para utilização do crédito presumido, na forma determinada pela Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001.

.....
2º O crédito presumido somente será concedido na hipótese em que o compromisso de ajustamento de conduta ou a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos, de que tratam, respectivamente, os incisos I e II deste artigo, inclua todos os produtos constantes da relação referida no inciso I do § 1, industrializados ou importados pela pessoa jurídica.

.....(NR)

Art 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores referentes aos produtos classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1, 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à publicação desta Medida Provisória.

Brasília, 20 de junho de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **Pedro Malan** – **Barjas Negri**.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 41, DE 2002

Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação de Patrimônio – PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – CONFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador

I – Relatório

O Poder Executivo propõe a Medida Provisória de nº 41, com a finalidade de acrescentar ao rol de produtos contemplados com o regime especial de tributação dos medicamentos outros artigos, omitidos na Lei que instituiu o referido regime, entre os quais os hormônios (anticoncepcionais), interferon, eritropoetina e hemoderivados.

Esclarece que esse aperfeiçoamento é necessário, afim de possibilitar a redução de preços de determinados medicamentos cujos insumos deixaram de ser incluídos no regime especial em questão, por não se classificarem nas posições da Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados referidas na Lei nº 10.147/2000, de maneira que acabaram não sendo atingidos pelo novo tratamento fiscal.

Decorrido o interstício regimental, não foram apresentadas emendas às propostas.

A proposta encontra-se agora sob exame deste Plenário, de acordo com as normas regimentais a respeito da tramitação de medidas provisórias.

E o relatório

II – Voto do Relator

Cumprido de início ressaltar a importância do papel que tem desempenhado o regime especial de tributação de medicamentos, que ora se pretende aperfeiçoar, no esforço de baratear os medicamentos, em nosso País, tornando-os mais acessíveis à população e reduzindo também os gastos do sistema público de saúde.

Ocorre que a Lei nº 10.147/2000, que instituiu o regime especial em tela, ao enumerar os produtos atingidos, fê-lo por meio de sua posição na Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI. Por este motivo, deixaram de ser incluídos no regime alguns produtos importantes para a saúde.

O objetivo da presente medida é corrigir essa distorção, acrescentando ao rol enumerado pela Lei nº 10.147 as novas posições da TIPI onde se enquadram os produtos já mencionados.

O texto original encaminhado pelo Poder Executivo, contudo, fez referência genérica a tais posições da TIPI, sem observar que nelas se incluem, além dos medicamentos que se pretende atingir, também outros produtos, mais especificamente os destinados a procedimentos diagnósticos.

A se manter o texto original, esses produtos diagnósticos passarão a ser tributados com as alíquotas relativas à tributação concentrada do PIS (2,2%) e da Confins (10,3%), sem no entanto fazerem jus ao benefício compensatório representado pelo crédito

presumido, instituído pela Lei nº 10.147, que se destina exclusivamente aos medicamentos.

Essa situação haverá de redundar em aumento da carga tributária para o setor de diagnóstico, aumento este que não está no escopo do regime tributário especial de que ora se trata, mas que decorre de impropriedade da configuração da TIPI, que reúne, na mesma posição, produtos destinados a finalidades distintas.

Pretende-se corrigir esse problema com a inserção no texto original proposto pelo Poder Executivo, de disposição que excetua do regime especial de tributação concentrada os “produtos de diagnóstico *in vitro*”.

Isso posto, voto pela aprovação da Medida Provisória de nº 41, de 2002, na forma do anexo projeto de lei de conversão.

Sala da Comissão, de de 2002.

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 41, DE 20 DE JUNHO DE 2002

Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio – PISPasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – CONFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 62 da Constituição, aprova o seguinte Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 41, de 20 de junho de 2002:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º A contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – CONFINS, devidas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou a importação dos produtos classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46 e 3303.00 a 33.07 nos itens 3002.10.1, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, 3401.20.10 e 9603.21.00, excetuando-se destas classificações os produtos de diagnóstico *in vitro*, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº

4.070, de 28 de dezembro de 2001, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:

§ 4º A pessoa jurídica que adquirir, para industrialização de produto que gere direito ao crédito presumido de que trata o art. 3º, produto classificado nas posições 30.01 2 30.03, exceto no código 30.03.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, , todos da TIPI, tributado na forma do inciso I do **caput**, poderá excluir das bases de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e da Confins o respectivo valor de aquisição” (NR)

“Art. 3º Será concedido regime especial de utilização de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Confins às pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou a importação dos produtos classificados na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56 nos itens 3002.10.1. 3002.10.2, 3002.10.3. 3002.20.01, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3005.30.2 e nos códigos

3002.20.90 , 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20 3002.90.92 3002.90.99,

3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributados na forma do inciso I do art. 1, e na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46, da TIPI, e que visando assegurar a repercussão nos preços da redução da carga tributária em virtude do disposto neste artigo:

I – tenham firmado, com a União, compromisso de ajustamento de conduta, nos termos do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; ou

II – cumpram a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos para utilização do crédito presumido, na forma determinada pela Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001.

§ 2º O crédito presumido somente será concedido na hipótese em que o compromisso de ajustamento de conduta ou a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos, de que tratam respectivamente, os incisos I e II deste artigo, inclua todos os produtos constante da relação referida no inciso I do § 1º industrializados ou importados pela pessoa jurídica.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores referentes aos produtos classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1, 3006.30.2 e nos código 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à publicação desta Medida Provisória.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP) ² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (Inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (Inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (Inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (Inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (Inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (Inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (Inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (Inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3285

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**(Lei nº 9.395, de 30 de dezembro de 1997)****(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)****COMISSÕES DE TRABALHO****1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio**
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hemandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)****Telefones: 311-4561 e 311-3265**

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.08.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becerra	MT	2291	2. (vago) ³		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁵		
Belo Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2212	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)					
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁶	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ⁷	PI	3085	3. (vago) ¹⁰		
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹¹					
Heloísa Helena (PT)	AL	3107	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Pérez (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Roberto Saturnino (PT) ¹³	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051					

Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(Vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.

³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)****1ª Designação:** 16.11.1995**2ª Designação:** 30.06.1999**3ª Designação:** 27.06.2001**PROCURADORES ¹**

Senadores	UF	Partido
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1128
Gerson Camata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (PSDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
PDT		
Jefferson Pères	AM	2081

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:¹ Designados em 27.06.2001.² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:

CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 30.7.2002

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA					
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	1403/3203	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 - Mariuce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Bello Parga	MA		3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
		2013/2014			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)
 Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
 Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 18/11/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOSANEXO DO SENADO FEDERAL
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

NOVEMBRO 2002

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO	PR- 2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE	GO- 2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO	MG- 2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001			

REUNIÕES:

SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO:

☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS					
Presidente: ROMEU TUMA					
Vice-Presidente: MARINA SILVA					
(29 titulares e 29 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francellno Perelra	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Vago			Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tiã Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Valmir Amaral	DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB**VAGO****BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)**

Heloísa Helena	AL – 3197/3199
Emilia Fernandes	RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA

PMDB

JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062

PFL

MARIA DO CARMO ALVES SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217

BLOCO PSDB/PPB

LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

HELOÍSA HELENA AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES RS – 2331/2337

PDT

SEBASTIÃO ROCHA AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB	
Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Gilvam Borges	AP – 2151/2157
João Alberto Souza	MA – 4073/4074
PFL	
Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
VAGO	
BLOCO PSDB/PPB	
Benício Sampaio	PI – 3085/3086
Freitas Neto	PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Tião Viana	AC – 3038/3493
PDT	
Sebastião Rocha	AP – 2241/2247

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda**VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves****RELATOR:**

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
2141/47			
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
3173/75			
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
2211/17			
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
2241/47			
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ**SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608****FAX: 311-3652****E-MAIL: jrac@senado.gov.br****REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359****DESIGNADA EM: 03/10/2001****ATUALIZADA EM: 09/10/2001**

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francellno Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
Secretária: Gildete Leite de Melo
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 05/11/2002

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Luiz Pastore	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúcio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3240	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4398

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,FPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arílindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

Atualizado: 05/11/2002

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)****TITULARES****PMDB****VAGO
VAGO
VAGO****PFL****VAGO
VAGO****BLOCO PSDB/PPB****VAGO
VAGO****BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)****VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-**ATUALIZADA EM:**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTEs

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
PDT			

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

COMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTE

PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: 1ª FEIRA ÀS HORAS
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
 FAX: 311-3121/ 1319
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 16/05/02

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTE

PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
 FAX: 311-3121/ 1319
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ANÁLISE DO SENADO FEDERAL

Presidente: JEFFERSON PERES

(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampalo	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546
 Atualizada em :31/10/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Luiz Pastore	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Santori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre

Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 05/11/2002

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE CAUSAM TEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido**RELATOR: Senador Valmir Amaral****COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES**

PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607****FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292****ATUALIZADA EM:**

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFCANALIS DO SENADO FEDERAL
Presidente: **AMIR LANDO**

NOVEMBRO 2002

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francellno Perelra	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Pêres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 31/10/2002

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-
		2022/24	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém,

pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

ANALIS DO SENADO FEDERAL
(Representação Brasileira)

NOVEMBRO 2002

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADEMIR ANDRADE			
Parecer nº 1.032, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2002 (nº 4.358/2001, na origem), que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências.....	26	nº 362, de 2002 (nº 633/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Dias Coelho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dias Coelho – Morro do Chapéu, Estado da Bahia.....	429
Defesa de políticas agressivas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico.	813	Parecer de nº 1.105, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2002 (nº 1.388/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.	890
Comentários sobre as perspectivas de enfrentamento da questão social pelo novo governo.	939	Parecer de nº 1.115, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2002 (nº 1.595/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Soteropolitana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	910
AMIR LANDO			
Análise histórica da reforma agrária no Brasil. Sugestões ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a efetivação da reforma no campo.....	40		
Apoio ao projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.	683		
ANTONIO CARLOS JUNIOR		ARLINDO PORTO	
Parecer nº 1.043, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2002 (nº 1.610/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACIRCI – Associação Cultural, Informativa, de Radiodifusão Comunitária de Iitororó – Bahia, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iitororó, Estado da Bahia.	417	Parecer nº 1.029, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2002 (nº 1.255/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.....	6
Parecer nº 1.047, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2002 (nº 1.031/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igaporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaporã, Estado da Bahia.	423	Parecer nº 1.034, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2002 (nº 2.219/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro” o aeroporto da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	35
Parecer nº 1.051, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo		Parecer nº 1.059, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2002 (nº 1.424/2001, na Câmara dos	

Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão – ACCOJAR – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Parecer nº 1.063, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2002 (nº 1.513/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.....

Parecer nº 1.065, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2002 (nº 1.550/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.....

Parecer de Nº 1.106, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2002 (nº 1.399/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio 900 da Paty do Alferes Ltda. a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais.

Parecer de Nº 1.107, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2002 (nº 1.401/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Penteado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.

Parecer de nº 1.111, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2002 (nº 1.533/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Rádio Comunitária Interlagos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.

Parecer de nº 1.112, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2002 (nº 1.534/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária União de São Tiago (ACCU) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tiago, Estado de Minas Gerais..

Pág.

441

447

450

892

894

902

904

BELLO PARGA

Parecer nº 1.039, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 290, de 2002 (nº 844/2002, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002. (Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002).

Pág.

408

BENÍCIO SAMPAIO

Parecer nº 1.044, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2002 (nº 1.302/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vieirense – A.C.V. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcelino Vieira, Estado do Rio Grande do Norte.

419

Parecer nº 1.054, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2002 (nº 1.378/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União, Estado do Piauí.

434

BERNARDO CABRAL

Parecer nº 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

83

Esclarecimentos sobre notícias recentemente veiculadas acerca do cargo de Diretor-Geral do Senado Federal.

934

Considerações sobre a atuação do Senador Romeu Tuma enquanto diretor da Polícia Federal. Aparte ao Senador Romeu Tuma.

964

CARLOS BEZERRA

Parecer nº 1.037, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 292, de 2002 (nº 835/2001, na origem), que propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a Caixa Econômica Federal – CEF e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar par-

	Pág.	III	Pág.
cialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project). (Projeto de Resolução nº 68, de 2002).....	402	as emendas aprovadas pelo Plenário. Sen Edison Lobão.....	504
CARLOS PATROCÍNIO		Explicações da Mesa à luz do disposto no art. 78 c/c o art. 82 da Constituição Federal.	656
Aspecto casuístico da discussão da mudança de data para a posse do Presidente eleito, uma vez que tramita no Congresso Nacional Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria, que altera a data de 1º de janeiro para o dia 5 do mesmo mês.....	655	Parecer nº 1.076, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2002, que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2002. Edison Lobão.....	672
Solicitação de apoio à proposta do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de aumento do valor do salário mínimo para R\$ 240,00.....	681	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Satisfação com o desfecho do impasse entre os Estados Unidos da América e o Iraque, na questão da inspeção da ONU, visando averiguar uma possível produção de armas de destruição em massa naquele país.	681	Requerimento nº 526, de 2002, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Dolores Alcântara e Silva, ocorrido no dia 1º do corrente.	45
Apelo pela liberação de recursos do Orçamento da União destinados à Universidade do Tocantins – UNITINS.	929	Parabeniza o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo trabalho que vem realizando ao povo brasileiro. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	458
Análise sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil. Solicitação ao presidente eleito maior dedicação aos problemas da criança e do adolescente no País.	962	Saudações ao Senador Olivir Gabardo pela filiação ao PSDB.	470
CARLOS WILSON		Considerações sobre reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo sobre a qualidade de vida no Estado do Tocantins.	470
Pronunciamento de pesar pelo falecimento do Sr. Byron Sarinho, tendo o Sr. Presidente (Ramez Tebet) se associado às homenagens prestadas. ..	310	Importância da publicação do edital do concurso público para o preenchimento de 50 vagas de professor da Escola Técnica Federal de Palmas...	995
EDISON LOBÃO		EDUARDO SUPLICY	
Parecer nº 1.074, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a Redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 2002, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União. Sen Edison Lobão.....	482	Aplausos ao acordo assinado pelos Ministros do Mercosul na 12ª reunião realizada em Salvador, que concede livre trânsito de cidadão, concede direitos civis e trabalhistas no âmbito dos países participantes.	323
Parecer nº 1.075, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, consolidando os destaques e		Requerimento nº 535, de 2002, solicitando adiamento da votação da PEC nº 32/2001, a fim de ser feita na sessão de 28 de novembro de 2002...	490
		Considerações a respeito da responsabilidade pública do Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva. Aparte ao Senador Maguito Vilela.	608
		Satisfação com a decisão do Iraque em permitir que a Comissão Especial da ONU vistorie se existe arma de destruição em massa naquele país.	641
		Leitura de carta sua enviada ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva alertando o novo governo sobre a necessidade de implantação de políticas complementares de combate à fome.	641
		Defesa da mudança da data para a posse do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.	653

	Pág.		Pág.
Parecer de nº 1.077, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2002 (nº 1.006/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Marconi Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.	834	blica, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.....	949
Parecer de nº 1.082, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2002 (nº 1.577/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da SOMPUR – São Paulo Radiodifusão Ltda. – para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.		Enaltecimento da qualidade do cinema nacional. Anúncio da realização, a partir de hoje, do 35º Festival do Cinema Brasileiro, que se realiza em Brasília.	983
Parecer de nº 1.099, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2002 (nº 1.468/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.	844	Abertura hoje, no Congresso Nacional, do seminário da Cúpula Parlamentar de Integração Continental, que discutirá o processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA....	983
Parecer de nº 1.108, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2002 (nº 1.404/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.	878	EMILIA FERNANDES	
Parecer de nº 1.113, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2002 (nº 1.432/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária MORIAH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jales, Estado de São Paulo.	896	Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti. Realização, amanhã, em Porto Alegre/RS, do I Congresso Estadual do MOVA/RS Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.	10
Parecer de nº 1.118, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2002 (nº 1.648/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizal, Estado de São Paulo.....	906	Parecer nº 1.040, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2001 (nº 325/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Prata S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.	413
Parecer de nº 1.119, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2002 (nº 1.656/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade, Estado de São Paulo.	916	Parecer nº 1.049, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2002 (nº 1.475/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier – CONDEFOX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.....	426
Presta homenagem em memória do Dr. Prudente Moraes, primeiro Presidente Civil da Repú-	918	Parecer nº 1.053, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2002 (nº 1.330/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação de Ação Cultural, Educacional e Social de Panambi (FACESP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.	432
		Parecer nº 1.050, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2002 (nº 1.423/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Ajuricaba/RS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.	428
		Parecer nº 1.060, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2002 (nº 1.458/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Emissoras Soledadense de Radiodifusão	

	Pág.		Pág.
Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio de Grande do Sul.	443	nº 322, de 2002 (nº 1.501/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Ibiense – ASPIA - a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiá, Estado de Minas Gerais.	414
Parecer nº 1.070, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2002 (nº 1.538/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Itapuá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.	459	Parecer nº 1.048, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2002 (nº 1.503/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o SERVIR – Serviço de Promoção do Menor - a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.	425
Registro dos eventos realizados por ocasião da comemoração dos 111 anos de existência do Senado Federal.	479	Parecer nº 1.052, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2002 (nº 1.322/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade “Pulc” de São Gonçalo do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.	431
Parecer de nº 1.116, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2002 (nº 1.582/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Cultura Riograndina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	912	Parecer nº 1.057, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2002 (nº 1.152/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luminárias, Estado de Minas Gerais. ..	438
Parecer de nº 1.120, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2002 (nº 1.653/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Imembuí S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	920	Parecer nº 1.058, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2002 (nº 1.261/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais. ...	440
Comemoração, amanhã, do Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares.	988	Elogios à atuação do Senador Bernardo Cabral como relator da Reforma do Judiciário e defesa da imediata votação da matéria.	644
Registro dos compromissos do futuro governo no combate às desigualdades sociais nas comunidades negras.	988	Considerações acerca do Projeto de autoria do Senador Osmar Dias, que propõe mudança no art. 4º do Código de Ética do Senado. Aparte ao Senador Osmar Dias.	648
FERNANDO RIBEIRO		Parecer de nº 1.086, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2002 (nº 1.473/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, Estado de Minas Gerais.	1018
Considerações sobre o caso de renúncia do ex-Senador Jader Barbalho. Aparte ao Senador Osmar Dias.	648	Parecer de nº 1.091, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2002 (nº 1.390/01, na Câmara dos	
FRANCELINO PEREIRA			
Parecer nº 1.033, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002 (nº 402/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (altera dispositivos referentes aos veículos de duas ou três rodas).	32		
Parecer nº 1.041, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo			

	Pág.		Pág.
Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Recreio para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recreio, Estado de Minas Gerais.....	1028	da incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente.....	23
Parecer de nº 1.098, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2002 (nº 1.452/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristina, Estado de Minas Gerais.....	1042	Parecer nº 1.072, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/11, de 1982 (nº 418/82, na origem), do Governo do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para alienar uma área de terras de volutas situadas no Município de Moju, à firma Sococo-Agroindústria da Amazônia Ltda., com base no Ofício nº 139/2002, daquele Governo, que solicita o prosseguimento da tramitação da matéria. (Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2002).	462
Parecer de nº 1.101, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2002 (nº 1.500/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão dos Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.....	1048	Enaltecimento ao companheiro Eduardo Siqueira Campos. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.....	473
Parecer de nº 1.114, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2002 (nº 1.555/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Popular Passaquatrense de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos Quatro, Estado de Minas Gerais.....	1074	Posicionamento do PSDB face ao governo do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Considerações sobre a mudança da data de posse do novo Presidente eleito.	469
Posicionamento contrário ao adiamento da votação da Reforma do Judiciário pelo Plenário amanhã.	1097	GILVAM BORGES	
Considerações a respeito das péssimas condições das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Waldeck Ornelas.....	1102	Parecer nº 1.028, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2002 (nº 1.479/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Areia Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo...	4
Considerações acerca de filmes que retratam as favelas brasileiras, em especial o filme <i>Uma Onda no Ar</i> de Helvécio Ratton. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	1150	Requerimento de Nº 541, de 2002, solicitando ao Tribunal de Contas da União as informações que menciona.	629
GERALDO ALTHOFF		Parecer de nº 1.083, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2002 (nº 1.590/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Centro Social e Comunitário dos Moradores de Pastos Bons a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pastos Bons, Estado do Maranhão..	846
Requerimento nº 536, de 2002, solicitando adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2002 a fim de ser feita na sessão de 20-11-02. Sen. Geraldo Althoff.....	500	Parecer de nº 1.088, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2002 (nº 1.124/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Lucena e Castro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.....	856
GERALDO MELO		Parecer de nº 1.089, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2002 (nº 1.126/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura de Colinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, Estado do Maranhão.....	858
Parecer nº 1.030, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2001 (nº 2.862/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que trata			

	Pág.	VII	Pág.
Parecer de nº 1.092, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2002 (nº 878/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Mães de Pirapemas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapemas, Estado do Maranhão.....	864	JOÃO ALBERTO SOUZA	
Parecer de nº 1.093, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2002 (nº 946/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra–Cordense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.....	866	Análise da rentabilidade média das instituições bancárias com parada com o setor produtivo.....	815
Parecer de nº 1.102, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2002 (nº 1.507/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidadania, Comunicação e Cultura de Matinha – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinha, Estado do Maranhão.....	884	JONAS PINHEIRO	
Parecer de nº 1.103, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2002 (nº 1.510/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “São Francisco de Assis” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Franco, Estado do Maranhão.	886	Parecer de nº 1.081, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2002 (nº 1.530/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à KMR – Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.....	842
HELOÍSA HELENA		Parecer de nº 1.094, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2002 (nº 1.253/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.	868
Considerações sobre o receituário do FMI e críticas à missão que chega ao Brasil hoje.	37	Parecer de nº 1.109, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2002 (nº 1.408/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	898
Requerimento nº 531, de 2002, que solicita destaque para rejeito do art. 2º da Emenda Substitutiva da Comissão de Relações Exteriores ao Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2001, que aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativo ao Trabalho Noturno.....	312	JOSÉ AGRIPINO	
Requerimento nº 540, de 2002, de urgência, lido no Expediente da presente sessão.....	327	Requerimento de nº 532, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e dá outras providências.	481
Emendas nºs 26 a 36, apresentadas à Medida Provisória nº 77, de 2002.	328	JOSÉ JORGE	
Comentários sobre as declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso feitas em Oxford, na Inglaterra, sobre o programa Fome Zero.....	651	Sugestões ao próximo governo para que execute o Projeto Prisma, do Ministério de Minas e Energia, que cria diretrizes para ampliar a produção mineral e siderúrgica do Brasil, bem como que seja criada a Agência Nacional de Mineração.	76
Considerações ao pronunciamento do Senador Romero Jucá.	656	Parecer de nº 1.084, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2002 (nº 1.305/01, na Câmara dos	
Críticas à indisponibilidade pelo Governo Federal de recursos orçamentários destinados à prevenção e combate à seca.....	927		

	Pág.		Pág.
Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco.....	848	nº 377, de 2002 (nº 1.386/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes – ACOPE – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul.....	435
Parecer de nº 1.095, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2002 (nº 1.284/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão, Estado de Pernambuco.....	870	LEOMAR QUINTANILHA	
Parecer de nº 1.096, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2002 (nº 1.304/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carpina, Estado de Pernambuco.....	872	Considerações sobre a publicação da Cartilha do Idoso e a necessidade de criação de cursos de especialização em envelhecimento humano.	818
Parecer de nº 1.097, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2002 (nº 1.308/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Buíque FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.	874	LINDBERG CURY	
Parecer de nº 1.110, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2002 (nº 1.410/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Venturo S.A. FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venturosa, Estado de Pernambuco.	900	Recordações da época em que trabalhou com o pai do Senador Eduardo Siqueira Campos. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.	473
JUVÊNCIO DA FONSECA		Defesa de celeridade na aprovação de projeto de lei que cria o Fundo Constitucional do Distrito Federal para garantia do repasse automático de recursos federais.	474
Parecer nº 1.045, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2002 (nº 1.465/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia Do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.	420	Parecer de Nº 1.104, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2002 (nº 1.345/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jataí, Estado de Goiás.	888
Parecer nº 1.046, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2002 (nº 1.466/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.....	422	Reflexões sobre o caso Pedrinho e as possíveis repercussões negativas para o seqüestrado e sua família biológica.	937
Parecer nº 1.055, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo		Questiona o Senador Romeu Tuma a respeito da intervenção das Forças Armadas e do Exército Brasileiro no combate ao crime. Aparte ao Senador Romeu Tuma.....	965
		Considerações acerca do 35º Festival do Cinema Brasileiro. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	984
		LÚCIO ALCÂNTARA	
		Parecer nº 1.036, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2002 (nº 1.564/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Salesiana Padre Cícero, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.....	155
		Requerimento de nº 533, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 68,	

	Pág.	IX	Pág.
de 2002, que autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II.....	481		
Requerimento de nº 534, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 69, de 2002, que autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União – ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 47,600,000.00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.....	482		
Transcurso, no próximo dia 15 de novembro, do aniversário da Proclamação da República.	816		
Transcurso hoje do Dia da Bandeira.....	992		
LUIZ OTÁVIO			
Parecer nº 1.066, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2002 (nº 1.605/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Oriximiná, R.C.O. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.	452		
Parecer nº 1.071, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2002 (nº 1.578/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santarém, Estado do Pará.	460		
Parecer de nº 1.090, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2002 (nº 1.240/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Joaquim para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.	860		
Parecer de nº 1.121, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2002 (nº 870/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Guarany FM a executar serviço de			
radiodifusão comunitária na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.			922
LUIZ PONTES			
Parecer de nº 1.087, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2002 (nº 1.480/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Fortal de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cedro, Estado do Ceará.....			854
Parecer de nº 1.100, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2002 (nº 1.470/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rio Jaguaribe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.....			880
Parecer de nº 1.117, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2002 (nº 1.602/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado do Ceará.			914
Parecer de nº 1.122, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2002 (nº 1.835/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vale do Jaguaribe para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracati, Estado do Ceará.....			924
MAGUITO VILELA			
Necessidade de investimentos no setor de ecoturismo no País, destacando o caso da Pousada das Araras, no município de Serranópolis, em Goiás, que é um santuário ecológico brasileiro, merecendo ser visitado pela sua beleza.			319
Considerações a respeito das péssimas condições das estradas federais e o favorecimento ao roubo de carga. Aparte ao Senador Mauro Miranda.			322
Apoio à intenção do Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva de promover audiências populares como forma de manter sintonia com as necessidades da população.			606
MAURO MIRANDA			
Requerimento nº 529, de 2002, que solicita preferência para a Emenda nº 28, a fim de ser votada			

	Pág.		Pág.
antes Medida Provisória nº 47, de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário a Criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPPA, e dá outras providências.....	243	a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde, Estado de Goiás.....	836
Requerimento nº 530, de 2002, que solicita adiantamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001 a fim de ser feita na sessão de 16 de dezembro.....	311	Parecer de nº 1.080, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2002 (nº 1.506/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de São João D'aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás..	840
Comentários à pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes sobre as péssimas condições das rodovias brasileiras e, em especial, das que cortam o Estado de Goiás.....	321	Posicionamento favorável à aprovação de Projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, que permite a utilização do FGTS para aquisição da casa própria.....	991
Considerações sobre o turismo brasileiro especialmente a Pousada das Araras no Goiás. Aparte ao Senador Maguito Vilela.....	320	MOREIRA MENDES	
Parecer nº 1.042, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2002 (nº 1.528/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.....	416	Registro da realização do 14º Festival de Turismo de Gramado no Estado do Rio Grande do Sul, e do 1º Salão de Turismo do Mercosul.....	39
Parecer nº 1.068, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.....	455	Considerações a respeito da necessidade da reforma agrária. Aparte ao Senador Amir Lando...	41
Parecer nº 1.069, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002 (nº 1.519/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá – FUNREI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporá, Estado de Goiás.....	457	Homenagem à Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelos 30 anos de sua fundação.....	74
Satisfação com a união da bancada goiana no Congresso Nacional em busca de recursos para o Estado de Goiás.....	613	Requerimento nº 528, de 2002, que solicita que seja destacado para votação em separado a Emenda 179, apresentada à MPV nº 46/2002, para inserir no projeto de lei da conversão.....	227
Requerimento de nº 542, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.....	672	Proposta de Emenda de nº 31, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que altera os arts. 71 e 75 da Constituição Federal, estabelecendo prazo para o julgamento, pelas casas legislativas, das contas anualmente prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, em nível Federal, estadual, distrital e municipal.....	618
Parecer de nº 1.078, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2002 (nº 1.434/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde		MOZARILDO CAVALCANTI	
		Preocupação com a ação dos Estados Unidos no uso de herbicidas para destruição das plantações de coca na Amazônia, sob o pretexto do Plano Colômbia. Apelo ao Governo Eleito no sentido de que defina prioridades para a Amazônia brasileira, com a intenção de evitar sua desnacionalização. .	9
		Defesa da instituição de um programa nacional voltado para a efetiva redução das desigualdades regionais.....	70
		Requerimento nº 527, de 2002, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2002 (nº 1.702/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.....	82

Solicitação de apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, de autoria de S.Exa. que altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para destinar percentual de IR e IPI para Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal..... 467

Requerimento nº 537, de 2002, solicitando destaque, para votação em separado, do art. 10 do Projeto de Resolução nº 6, de 2001..... 502

Requerimento nº 538, de 2002, solicitando destaque, para votação em separado, do dispositivo constante da Emenda nº 3-CDIR, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2001..... 502

Requerimento nº 539, de 2002, solicitando a dispensa de publicação do Parecer para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da subsecretaria de Arquivo do Senado Federal..... 606

Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2001 (Parecer nº 1.075, de 2002-CDIR). Aprovada, nos termos do Requerimento nº 539, de 2002..... 606

Requerimentos nºs 532 a 534, de 2002, de urgência, lidos no Expediente da presente sessão. Aprovados. O Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002-Complementar, e os Projetos de Resolução nºs 68 e 69, de 2002, serão incluídos na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente..... 606

Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2002, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), para assegurar o exercício do sufrágio aos condenados cuja sentença não transitou em julgado..... 959

Homenagem pelo transcurso do aniversário da Polícia Federal..... 960

NABOR JÚNIOR

Preocupação com a Universidade Federal do Acre pela falta de recursos. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti..... 469

NEY SUASSUNA

Apelo para a votação do orçamento ainda neste ano..... 82

Considerações a respeito da matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos..... 473

Reconhecimento dos méritos do Presidente Fernando Henrique Cardoso na manutenção da estabilidade econômica, política e institucional durante os oito anos de seu governo..... 608

Parecer de nº 1.079, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2002 (nº 1.597/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Cruz das Armas FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba..... 838

Parecer de nº 1.085, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2002 (nº 1.463/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Sousem – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sousa, Estado da Paraíba. ... 850

Necessidade de aprofundamento na análise do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos..... 981

OLIVIR GABARDO

Razões de seu desligamento do PDT – Partido Democrático Trabalhista..... 44

Agradecimento ao Senador Eduardo Siqueira Campos pelas homenagens prestadas. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos..... 470

OSMAR DIAS

Apelo à Casa para que vote o mais rápido possível Projeto de Resolução de sua autoria, que propõe mudança no art. 4º do Código de Ética do Senado, referente a processo de renúncia de senador..... 646

Explicações acerca do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002. Aparte ao Senador Ney Suassuna..... 982

PAULO SOUTO

Parecer nº 1.027, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2002, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores, que altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências..... 1

	Pág.		Pág.
PAULO HARTUNG		emissora à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.....	657
Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2002 – Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.....	159	Considerações sobre a boa safra de filmes nacionais. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	983
PEDRO SIMON		ROMERO JUCÁ	
Considerações sobre o caso Pedrinho. Aparte ao Senador Lindberg Cury.....	938	Discutindo a Medida Provisória (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32) Medida Provisória nº 42, de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.....	210
RAMEZ TEBET		Satisfação com a divulgação do trabalho elaborado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, sobre as perspectivas da economia brasileira nos próximos anos, intitulado “A Indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento”.	324
Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2002, que dá nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.....	620	Parecer nº 1.038, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 293, de 2002 (nº 836/2001, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$ 47,600,000.00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia. (Projeto de Resolução nº 69, de 2002). ..	405
Apoio à mudança da data de posse do novo Presidente eleito.....	654	Parecer nº 1.056, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2002 (nº 1.679/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.....	437
Homenagens pelo transcurso do 113º aniversário da Proclamação da República.....	931	Considerações a respeito da necessidade de uma interação entre a Universidade e o homem ribeirinho. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.....	468
Registra a presença do Senador Michel Biron, representante da província de Quebec, no Canadá, em viagem oficial a este parlamento.	934	Homenagem ao Centro de Integração Empresa – Escola, entidade não-governamental voltada para a ação social.....	611
Homenagem pelo Dia da Bandeira Nacional.	937	Requerimento de nº 540, de 2002 (nº 9/2002-CRE), solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona.....	617
RICARDO SANTOS		Considerações sobre o alcance social do Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA, programa do Ministério da Educação em parceria	
Parecer nº 1.073, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 (nº 2.098, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.	465		
ROBERTO FREIRE			
Pronunciamento de pesar pelo falecimento do Sr. Byron Sarinho, tendo o Sr. Presidente (Ramez Tebet) se associado às homenagens prestadas. ...	310		
ROBERTO SATURNINO			
Leitura de carta da Associação dos Amigos da Rádio MEC, protestando contra a vinculação da			

com as secretarias estaduais e municipais de educação.	814
Réplica aos comentários da Senadora Heloísa Helena.	652
Cumprimentos ao relevante trabalho da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas, saudando a publicação da revista Toque a Toque.	993

ROMEU TUMA

Parecer nº 1.061, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2002 (nº 1.471/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Borboremense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borborema, Estado de São Paulo.	444
Parecer nº 1.062, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2002 (nº 1.493/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Difusora Mogia na Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	446
Parecer nº 1.064, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2002 (nº 1.407/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária do 3º Milênio de Agudos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudos, Estado de São Paulo.	449
Parecer nº 1.067, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2002 (nº 1.329/2001, na Câmara dos Deputados),	

que aprova o ato que autoriza a Associação Pradopolense de Apoio à Educação e Cultura "APAEC" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.	454
Homenagem aos 38 anos de criação da Polícia Federal.	934

TIÃO VIANA

Requerimento nº 531, de 2002, que solicita destaque para Rejeito do art. 2º da Emenda Substitutiva da Comissão de Relações Exteriores ao Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2001, que aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativo ao trabalho Noturno.	312
---	-----

WALDECK ORNELAS

Parecer nº 1.031, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2001 (nº 1.149/95, na Casa de origem), que estabelece forma de tributação na importação de mercadorias por pequenos comerciantes e dá outras providências.	24
Críticas ao veto presidencial à emenda de autoria de S. Exª à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que visava reduzir o déficit financeiro da Previdência.	475
Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, que dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais.	620
Considerações sobre o resultado da pesquisa anual sobre o Estado de conservação das estradas brasileiras feita pela Confederação Nacional dos Transportes Terrestres.	935